Síntese da coleção

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA

Pré-história ao século XVI

EDITOR

Valter Roberto Silvério

Representação da UNESCO no Brasil • Ministério da Educação • Universidade Federal de São Carlos

Síntese da coleção História Geral da África

Pré-história ao século XVI

Editor:
Valter Roberto Silvério

Brasília, 2013

Esclarecimento

A UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas as suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se nesta publicação os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam grafados no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.

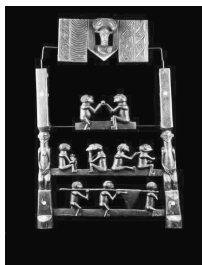



Foto: © UNESCO/Rômulo Fialdini
Autor: Povo Tchokwe
Título: Fragmento de cadeira
Origem: Angola
Técnica: madeira e metal
Dimensão (cm): 58 x 38,5 x 10,5
Acervo: Museu Afro Brasil

Síntese da coleção História Geral da África

Pré-história ao século XVI

Editor:
Valter Roberto Silvério

Publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Esta publicação é fruto de uma parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, o Ministério da Educação e a Universidade Federal de São Carlos.

Coordenação editorial: Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil
Redação: Maria Corina Rocha, Mariana Blanco Rincon e Muryatan Santana Barbosa
Revisão técnica: Muryatan Santana Barbosa
Revisão e atualização ortográfica: Maria Corina Rocha
Projeto gráfico e diagramação: Casa de Ideias e Unidade de Comunicação Visual da Representação da UNESCO no Brasil
Imagem de capa: Rômulo Fialdini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silvério, Valter Roberto
Síntese da coleção História Geral da África : Pré-história ao século XVI / coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha, Mariana Blanco Rincón, Muryatan Santana Barbosa. – Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

744 p.
ISBN: 978-85-7652-062-7

1. História 2. Pré-história 3. História antiga 4. História Medieval 5. Historiografia 6. Métodos históricos 7. Tradição oral 8. História africana 9. Culturas africanas 10. Arqueologia 11. Línguas africanas 12. Artes africanas 13. Norte da África 14. Leste da África 15. Oeste da África 16. Sul da África 17. África Central 18. África I. Rocha, Maria Corina II. Rincón, Mariana Blanco III. Barbosa, Muryatan Santana IV. UNESCO V. Brasil. Ministério da Educação VI. Universidade Federal de São Carlos

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Representação no Brasil
SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-912 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500 / Fax: (55 61) 3322-4261
Site: www.unesco.org/brasilia / *E-mail*: grupoeditorial@unesco.org.br

Ministério da Educação (MEC)
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC)
Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 2º andar
70097-900 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2022-9217 / Fax: (55 61) 2022-9020
Site: http://portal.mec.gov.br/index.html

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Rodovia Washington Luis, Km 233 – SP 310 Bairro Monjolinho
13565-905 – São Carlos – SP – Brasil
Tel.: (55 16) 3351-8111 (PABX) / Fax: (55 16) 3361-2081
Site: http://www2.ufscar.br/home/index.php

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Apresentação

Hoje, torna-se evidente que a herança africana marcou, em maior ou menor grau, dependendo do lugar, os modos de sentir, pensar, sonhar e agir de certas nações do hemisfério ocidental. Do sul dos Estados Unidos ao norte do Brasil, passando pelo Caribe e pela costa do Pacífico, as contribuições culturais herdadas da África são visíveis por toda parte; em certos casos, chegam a constituir os fundamentos essenciais da identidade cultural de alguns dos segmentos mais importantes da população *(Amadou Mahtar M'Bow, Prefácio da primeira edição portuguesa da HGA).*

Assistimos, durante o século XX, à multiplicação dos estudos sobre o negro no Brasil, quase todos, porém, sem lhe acompanhar o passado africano. A África parecia mais que esquecida, ignorada. Embora durante a descolonização do continente se tenha reacendido o interesse brasileiro pela África, o descaso por sua história persistiu até ontem, ou anteontem. Ao começar a ser corrigido o pecado, não nos demoramos, no entanto, em reconhecer que muito do que se passava num lado do atlântico afetava a outra margem. E nos convencemos de que o Brasil também começa na África, e a África se prolonga no Brasil *(Alberto da Costa e Silva, Introdução Raízes Africanas – Revista História Biblioteca Nacional).*

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desde sua criação, em 4 de novembro de 1946, apostou na crença de que elucidar a contribuição dos diversos povos para a construção da civiliza-

ção seria um meio de favorecer a compreensão sobre a origem dos conflitos, do preconceito, da discriminação e da segregação raciais que assolavam o mundo. No caso brasileiro, o chamado projeto UNESCO, com pesquisas realizadas nos anos 1951 e 1952, marca o desvendamento, sob bases das ciências sociais, das formas como se configuravam as relações raciais no país.

Ao se passarem aproximadamente 60 anos das pesquisas pioneiras do projeto UNESCO, podemos afirmar que foram inúmeras as transformações vivenciadas pela sociedade brasileira. E, principalmente, após a abertura política de meados dos anos 1980, os fatos permitem vislumbrar um processo de profunda mudança social, no qual de forma tensa, conflituosa e contingente convivem perspectivas de recriação/resgate do passado com projeção/planejamento do futuro.

Entre os projetos políticos e sociais que disputam no espaço público o que deve ser o Brasil do futuro escancaram-se no presente contradições de tempos imemoriais, impedidas de se manifestarem em sua plenitude pelo manto do autoritarismo e repressões pretéritas em um país projetado, pelas elites, para ser outro, ao menos do ponto de vista de sua população.

O desencontro entre a projeção das elites e o estoque populacional foi tema de vários autores desde a famosa Carta de Caminha.

Esse desencontro proporcionou uma situação na qual os impactos das culturas africanas, na formação social brasileira, foram, por um lado, retratados pelos viajantes tanto de forma positiva quanto negativa e de espanto, objeto de estudo por setores intelectuais ressaltando especialmente dúvidas sobre a viabilidade da constituição de uma nação e, por outro lado, aquelas culturas, desde sua chegada em nosso solo, têm sido o lugar de vivência e práticas sociais populares que marcam a própria história do Brasil, não a oficial, e desafiam as várias imaginações que constituem as ciências sociais dadas à plasticidade, variabilidade e capacidade de negociação com outras culturas.

Nos vários patrimônios que compõem o que chamamos hoje de nação brasileira vamos encontrar as contribuições das culturas africanas e de outras com as quais elas negociaram em condições assimétricas.

Para além dos instrumentos legais da UNESCO[1], a noção de patrimônio cultural faz parte da constituição brasileira, a qual recomenda o seguinte:

---

1 A UNESCO trabalha impulsionada pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que é hoje o instrumento internacional da UNESCO que obteve a adesão de mais ... Estados-membros, e também pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Subaquático e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

"O poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro".[2] Dispõe que esse patrimônio é constituído por bens materiais e imateriais que, se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, quais sejam: as formas de expressão; os modos de criar, fazer, viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nós podemos subdividir o patrimônio cultural brasileiro em artístico, científico, tecnológico e ambiental. No entanto, o reconhecimento de nossas matrizes africanas constitui a base para a compreensão das hibridações resultantes de nossa formação social pluricultural.

Como forma de reconhecer a influência dessas culturas, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (NEAB/UFSCar), em parceria com a UNESCO e o Ministério da Educação (MEC), desenvolveu o Programa Brasil-África: Histórias Cruzadas. Consequência da promulgação da Lei nº 10.639 de 2003, a qual orienta que os sistemas de ensino implementem a história da cultura afro-brasileira e africana na educação básica. O principal objetivo do projeto é dar visibilidade e reconhecimento à intersecção da história africana com a brasileira, transformando e valorizando positivamente as relações entre os diversos grupos étnico-raciais que convivem no país.

A primeira ação desenvolvida pelo programa foi a tradução para o português da Coleção História Geral da África, da UNESCO, principal obra de referência sobre a história do continente. São oito volumes, com aproximadamente 1000 páginas cada, que contam a história da África sob a perspectiva dos próprios africanos. Inicialmente publicada em francês, até meados dos anos 1980, ela levou trinta anos para ser produzida e sua concepção surgiu do desejo das recém-independentes nações africanas de contarem sua história de forma crítica em relação à perspectiva eurocêntrica e estereotipada das obras de então.

A partir dessa tradução, estamos desenvolvendo a versão brasileira do projeto intitulado Uso Pedagógico da História Geral da África[3], o qual torna o conteúdo da coleção mais acessível ao transformá-lo em material pedagógico. Para tanto, estão sendo produzidos diversos produtos baseados na obra.

---

2 BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

3 Existe um projeto para o desenvolvimento de materiais de uso pedagógico, com base na Coleção da História Geral da África da UNESCO, para os países do continente africano.

A síntese, em dois volumes, que estamos disponibilizando a partir dos oito volumes da História Geral da África é parte do conjunto de materiais e tem por objetivo propiciar aos professores e alunos, e às pessoas de modo geral, um conjunto de conhecimentos e informações sobre o continente africano, os quais podem abrir novas possibilidades de tratamento de questões que atravessam seu cotidiano no interior da escola. Neste sentido, procuramos organizar os dois volumes com textos sintéticos e objetivos, para permitir uma visão tanto da riqueza das contribuições dos povos africanos para a humanidade quanto do seu impacto na constituição da sociedade brasileira e, também, em resposta às reivindicações de mudanças expressas pela Lei nº 10.639/2003 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

A síntese possibilita, também, uma primeira aproximação ao conjunto de conhecimentos presentes na História Geral da África, obra de referência, a qual poderá ser consultada por aqueles que queiram se aprofundar em aspectos e temas específicos.

Os critérios utilizados para a elaboração da síntese foram os seguintes:

- Cada volume da versão original em língua portuguesa transformou-se em um capítulo na versão sintetizada. No volume 2 da síntese, em geral, os capítulos de cada um dos volumes da versão original transformaram-se em subcapítulos ou tópicos. Assim, a estrutura básica é:
  Apresentação do livro-síntese;
  Introdução geral de Ki-Zerbo para os dois volumes;
  Referências bibliográficas de cada volume da versão integral.

- Volume 1: **Síntese da Coleção História Geral da África: da pré-história ao século XVI**
  O volume 1 da síntese corresponde aos volumes de 1 a 4 da versão original, assim:
  Capítulo 1: Metodologia e pré-história da África
  Capítulo 2: África antiga
  Capítulo 3: África do século VII ao XI
  Capítulo 4: África do século XII ao XVI

- Volume 2: **Síntese da Coleção História Geral da África: do século XVI ao século XX**
  O volume 2 da síntese corresponde aos volumes de 5 a 8 da versão original, assim:

Capítulo 5: África do século XVI ao XVIII
Capítulo 6: África do século XIX à década de 1880
Capítulo 7: África sob dominação colonial, 1880-1935
Capítulo 8: África desde 1935

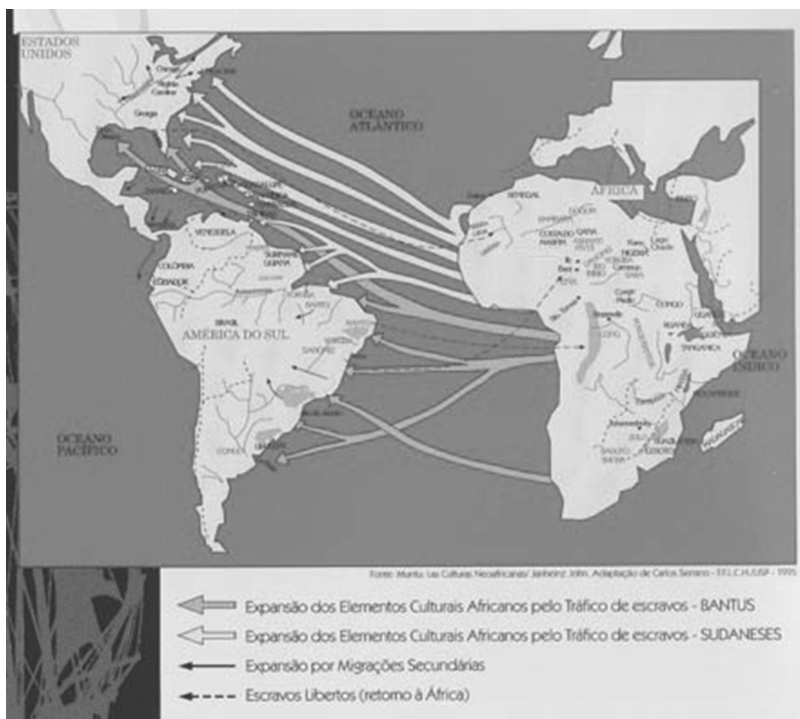
Outros critérios metodológicos:

- A síntese reflete o conteúdo da HGA em sua íntegra, no limite das possibilidades. Esse conteúdo mostra o estado das pesquisas e as hipóteses com as quais se trabalhava na década de 1980. Assim, não se trata de uma síntese atualizada da HGA, e sim da síntese do conteúdo da HGA como foi pensado e escrito pelos seus autores.
- Na versão da síntese da HGA em língua portuguesa, procurou-se seguir os parâmetros das sínteses já existentes em outras línguas (principalmente a versão norte-americana no caso do volume 2). As edições abreviadas foram propostas como base para a tradução em línguas africanas. Nas sínteses, a estrutura dos capítulos é praticamente igual à da versão integral, porém os livros foram reduzidos cerca de 80 a 90%. Esse procedimento suprimiu do texto original as partes em que o conteúdo é debatido, deixando-o mais fluente.
- As repetições presentes nos volumes integrais – principalmente em função de vários autores tratando de um mesmo tema e mesma época –, quando possível, foram eliminadas. No entanto, as ideias e os objetivos dos autores de cada capítulo foram preservados, e mantidos os exemplos mais representativos, significativos ou esclarecedores para o assunto tratado.
- As notas de rodapé foram suprimidas totalmente; a menção dos nomes dos autores dos capítulos originais também foi eliminada, bem como o discurso em primeira pessoa (em razão das interferências e mudanças necessárias para se resumir o texto); gráficos e tabelas foram retirados e os dados referentes inseridos no texto quando preciso. Mapas e imagens iconográficas foram mantidos conforme a relevância em cada capítulo.
- As padronizações onomásticas foram feitas na medida do possível, em se tratando da complexidade de um projeto como esse: 8 volumes, num total de mais de 8 mil páginas com diversos profissionais envolvidos (com diferentes formações).
- Os índices remissivos de todos os volumes originais não constam na síntese.

Os parceiros do Programa Brasil-África: Histórias Cruzadas acreditam na importância de o profissional de educação estar em sintonia com as mudanças em curso no que diz respeito à ação política dos movimentos sociais identifi-

cados pela literatura como identitários, com o campo normativo expresso por mudanças na legislação educacional, as quais exigem atualizações das práticas de ensino em função da introdução de novos conteúdos e/ou novos enfoques de temas tradicionais. O que se pretende é que ao refletir sobre o significado da presença de vários grupos étnicos africanos no Brasil que os professores identifiquem práticas sociais que atravessam o cotidiano escolar, mas nunca estiveram no interior da escola, como práticas significativas para seus alunos e familiares.

A ideia é que ao dar visibilidade ao encontro pretérito dos africanos com o território hoje denominado Brasil, de modo não racializado e positivo, vamos nos reconciliar com uma dimensão fundamental da cultura brasileira encoberta pelo racismo, pelas tentativas de branqueamento da população e pelos discursos preconceituosos que desconhecem o quanto de África existe no Brasil.

O mapa abaixo nos dá uma ideia sobre o fluxo de africanos que entraram no território hoje conhecido como Brasil; ele também justifica a possibilidade do cruzamento de várias histórias e serviu como ponto de partida para o desenvolvimento do projeto como um todo.

Fonte: reproduzido de África: culturas e sociedades; guia temático para professores. São Paulo: MAE, USP, [1999]. (Formas de Humanidade).

Vários autores informam que os africanos que aportaram no Brasil eram originários das seguintes regiões:

1) África Ocidental: povos sudaneses e/ou iorubas (nagôs, ketus, egbás); gegês (ewês, fons); fanti-ashanti (genericamente conhecidos como mina); povos islamizados (mandingas, haussas, peuls);
2) África Central: povos bantos: bakongos, mbundo, ovimbundos, bawoyo, wili (isto é, congos, angolas, benguelas, cabindas e loangos);
3) África Oriental: os conhecidos como moçambiques.

De um modo geral, os povos africanos formariam alguns padrões principais de culturas negras no Brasil:

1) A sudanesa (iorubana), aqui introduzida principalmente na Bahia, mas espalhada pelo Norte/Nordeste; teria como características o culto aos orixás, a realização de cerimônias de iniciação, a prática de ritos mágicos, música e dança/rituais, a elaboração de esculturas em madeira, em metais e outros trabalhos manuais como, por exemplo, instrumentos musicais. A cultura iorubana é apontada ainda como fonte de influência ao nosso léxico.

2) Os bantos, principalmente no estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, são mais estudados da perspectiva linguística. Culto aos antepassados e aos espíritos; quimbundo incorporado ao português falado no Brasil; festas: coroação dos reis, danças que emulam a caça e a guerra (carnaval), festas do boi, folclore; esculturas em madeira, confecção de objetos domésticos etc.

A identificação dos padrões culturais acima e sua relação prioritariamente com aspectos centrais da cultura popular brasileira poderá ser ampliada com mais pesquisas como, por exemplo, aquelas que têm demonstrado a dimensão sociopolítica, e não religiosa e messiânica, das revoltas do século XIX. Outro aspecto importante das novas pesquisas é a identificação da forte presença de afro-brasileiros nesses movimentos, o que vem demonstrando o quanto necessitamos aprofundar nossos conhecimentos sobre a presença de elementos africanos na luta por mudança social na história do Brasil.

Outra dimensão que vem sendo resgatada está relacionada aos saberes e fazeres tradicionais na manipulação de plantas medicinais e condimentares em comunidades quilombolas e/ou afro-brasileiras como um patrimônio cultural, e hoje se avalia seu uso, e importância, na atenção básica à saúde.

Quando se preserva legalmente e na prática o patrimônio cultural, conserva-se a memória do que fomos e do que somos: a identidade da nação. Patrimônio, etimologicamente, significa um conjunto de bens naturais e culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região ou país, ou mesmo para a humanidade – na verdade, a riqueza comum que herdamos como cidadãos, e que se vai transmitindo de geração à geração. No caso especifico dos afrodescendentes (e dos brasileiros de modo geral) a referência principal é o legado das várias culturas africanas que contribuíram com a formação social brasileira.

Os bens materiais e imateriais que formam o nosso patrimônio cultural são atravessados por modos específicos de criar e fazer, os quais incluem as descobertas e os processos de desenvolvimento científico e tecnológico; as artes; as construções que se transformaram em monumentos da tradição brasileira, as quais são representadas pelos bens imóveis e bens móveis como, por exemplo, as obras de arte e o artesanato. São extremamente importantes as expressões de um povo, as criações imateriais tais como a literatura, a música e as danças. Não esquecendo os modos de viver, a linguagem e os costumes; os locais dotados de expressivo valor para a história, bem como as áreas de proteção ambiental.

O Brasil conta atualmente com a maior população originária de uma movimentação forçada, e, ainda assim, a importância das culturas africanas na formação do território nacional é desconhecida pela maioria dos brasileiros.

Em relação às ciências humanas, em especial a história, retraçar os deslocamentos desumanos provocados pelo colonialismo e, ao mesmo tempo, demonstrar que os povos colonizados tinham uma história que foi interrompida, dando lugar a uma história imposta que os colocou na condição de “selvagens” e “bárbaros”, nos possibilita entender o significado devastador da violência do processo colonial e, ao mesmo tempo, reconhecer que aquele processo, ao tentar apagar a história dos povos colonizados, nos coloca a tarefa contemporânea de reconstituir, em diferentes níveis, contextos e situações, a história que está inscrita nas práticas sociais.

A primeira década do século XXI pode ser considerada o marco de uma mudança fundamental na percepção de quem somos nós, os brasileiros. Fruto de um longo processo de lutas e disputas simbólicas recobertas pela ideia de país mestiço e harmônico, finalmente nos descobrimos como descendentes de africanos, europeus, asiáticos, nativos etc.

A mestiçagem[4] e a miscigenação[5], realmente existentes, têm sido deslocadas de seu sentido anterior, no qual às origens ancestrais pouca ou nenhuma importância era conferida, para um reconhecimento de sua centralidade no processo de estigmatização ou mobilidade de um grupo. Desta forma, o imaginário social que conferia à mestiçagem o estatuto prioritário de nomeação de boa parte dos brasileiros, encobrindo suas origens, tem dado lugar, por exemplo, aos prefixos afro, euro etc.

O debate sobre as diversas formas de ser brasileiro ademais tem contribuído para uma rediscussão de nossa cultura plural. A diversidade enquanto um valor está presente nos vários discursos que perpassam nossa experiência cotidiana. A questão então é saber do que estamos falando: uma diversidade que faz ou não faz diferença?

O que a gente está tentando mostrar é que existe uma história mundial muito mais complexa das contribuições das diferentes culturas para as ciências e tecnologias que temos hoje. Esse tipo de informação é fundamental para se começar a desconstruir a imagem de que existem povos superiores e inferiores.

Então, a dinâmica deste projeto tem como foco recontar de uma forma não hierarquizada as origens do conhecimento a partir de uma perspectiva que inclua as contribuições do continente africano, e para tanto recorremos à História Geral da África.

Neste sentido, a síntese que ora disponibilizamos no âmbito do Programa Brasil-África: Histórias Cruzadas é mais um passo para que os sistemas de ensino, e em especial os professores de educação básica, tenham mais uma possibilidade de acessar a História da África para melhor compreender o quanto daquele continente está presente no Brasil. E sua maior importância reside no fato de que qualquer brasileiro que se interesse por suas origens ancestrais, e/ou queira acessar as origens das fortes influências artísticas, científicas e tecnológi-

---

4 O conceito de mestiçagem é uma construção que só adquire sentido quando se considera, em relação com seu par, a noção de raça. Ele nos conduz a um paradoxo básico da ideia de mestiçagem. Um mestiço se forma a partir de duas ou mais raças. Assim, o paradigma dominante das ciências biológicas afirma veementemente que não existem raças, que só existe uma raça humana. De acordo com esta concepção foi se convencionando a noção de populações humanas como um substituto heurístico do conceito obsoleto de raça, de modo que nos permite continuar usando a ideia de mestiçagem. Contudo, a palavra mestiçagem encontra sua maior difusão no sentido ideológico de caracterizar alguns grupos humanos que se autodefinem estrategicamente, frente a outros considerados "puros" ou homogêneos racialmente, como mestiços. Esta ideologia da mestiçagem é especialmente importante na América Latina, que se vê mestiça em oposição aos Estados Unidos da América e à África do Sul (durante o regime do *apartheid*); nações que se definem como segregadas e, em consequência, não mestiças (BARAÑANO et. al, *Diccionario de relaciones interculturales*: diversidad y globalización. Madri: Editorial Complutense, 2007).

5 Ação ou efeito de miscigenar-se; processo ou resultado da mistura de raças, pelo casamento ou coabitação de um homem e uma mulher de etnias diferentes (HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 1933).

cas legadas pelas culturas africanas que participaram de nossa formação social, terá na síntese um texto indispensável para esse fim.

Dessa forma, há implicações para a escola, e para a educação de modo mais amplo, da emergência de novos sujeitos na esfera pública a partir da mobilização dos movimentos negro, indígena, feminista, que passam a exigir o reconhecimento de suas especificidades, a ampliação de seus direitos de cidadania e o acesso igualitário ao espaço público e ao mercado de trabalho. O que na prática significa que as instituições que operam na perspectiva de formar cidadãos necessitam se repensar para atender de forma democrática tais exigências.

Valter Roberto Silvério
Editor

Introdução geral

Joseph Ki-Zerbo

A África[1] tem uma história. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro.

---

1 Nota do coordenador do volume: a palavra *África* possui até o presente momento uma origem difícil de elucidar. Foi imposta a partir dos romanos sob a forma *Africa*, que sucedeu ao termo de origem grega ou egípcia Lybia, país dos Lebu ou Lubin do Gênesis. Após ter designado o litoral norte-africano, a palavra África passou a aplicar-se ao conjunto do continente, desde o fim do século I antes da Era Cristã.
Mas qual é a origem primeira do nome? Começando pelas mais plausíveis, pode-se dar as seguintes versões:

- A palavra África teria vindo do nome de um povo (berbere) situado ao sul de Cartago: os *Afrig*. Daí *Afriga* ou *Africa* para designar a região dos Afrig.
- Uma outra etimologia da palavra África é retirada de dois termos fenícios, um dos quais significa espiga, símbolo da fertilidade dessa região, e o outro, *Pharikia*, região das frutas.
- A palavra África seria derivada do latim *aprica* (ensolarado) ou do grego *aprike* (isento de frio).
- Outra origem poderia ser a raiz fenícia *faraga*, que exprime a ideia de separação, de diáspora. Enfatizemos que essa mesma raiz é encontrada em certas línguas africanas (bambara).
- Em sânscrito e hindi, a raiz *apara* ou *africa* designa o que, no plano geográfico, está situado "depois", ou seja, o Ocidente. A África é um continente ocidental.
- Uma tradição histórica retomada por Leão, o africano, diz que um chefe iemenita chamado *Africus* teria invadido a África do Norte no segundo milênio antes da Era Cristã e fundado uma cidade chamada *Afrikyah*. Mas é mais provável que o termo árabe Afriqiyah seja a transliteração árabe da palavra África.
- Chegou-se mesmo a dizer que Afer era neto de Abraão e companheiro de Hércules!

Não se trata aqui de construir uma história-revanche, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens "esquecidas" ou perdidas. Torna-se necessário retornar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário verdadeiro. É tempo de modificar o discurso. Se são esses os objetivos e o porquê desta iniciativa, o como – ou seja, a metodologia – é, como sempre, muito mais penoso. É justamente esse um dos objetivos desse primeiro volume da "História geral da África", elaborada sob o patrocínio da UNESCO.

Por quê?

Trata-se de uma iniciativa científica. As sombras e obscuridades que cercam o passado desse continente constituem um desafio apaixonante para a curiosidade humana. A história da África é pouco conhecida. Quantas genealogias mal feitas!

Por essas razões, e pela honra da ciência, tornava-se importante que uma tomada de posição acima de qualquer suspeita fosse levada a cabo por equipes de pesquisadores africanos e não africanos, sob os auspícios da UNESCO e sob a autoridade de um conselho científico internacional e de coordenadores africanos. O número e a qualidade dos pesquisadores mobilizados para esta nova grande descoberta da África denotam uma admirável experiência de cooperação internacional. Mais que qualquer outra disciplina, a história é uma ciência humana, pois ela sai bem quente da forja ruidosa e tumultuada dos povos. Modelada realmente pelo homem nos canteiros da vida, construída mentalmente pelo homem nos laboratórios, bibliotecas e sítios de escavações, a história é igualmente feita para o homem, para o povo, para aclarar e motivar sua consciência.

Para os africanos, a história da África não é um espelho de Narciso, nem um pretexto sutil para se abstrair das tarefas da atualidade. Essa diversão alienadora poderia comprometer os objetivos científicos do projeto. Em contrapartida, a ignorância de seu próprio passado, ou seja, de uma grande parte de si mesmo, não seria ainda mais alienadora? Ora, a história é a memória dos povos. Esse retorno a si mesmo pode, aliás, revestir-se do valor de uma catarse libertadora, como acontece com o processo de submersão em si próprio efetivado pela psicanálise, que, ao revelar as bases dos entraves de nossa personalidade, desata de uma só vez os complexos que atrelam nossa consciência às raízes profundas do subconsciente. Mas para não substituir um mito por outro, é preciso que a verdade histórica, matriz da consciência desalienada e autêntica, seja rigorosamente examinada e fundada sobre provas.

Como?

Passemos agora à problemática questão do como, ou seja, da metodologia. Neste campo, como em outros, é necessário evitar tanto a singularização excessiva da África quanto a tendência a alinhá-la demasiadamente segundo normas estrangeiras. A razão, soberana, não conhece o império da geografia. Suas normas e seus procedimentos fundamentais, em particular a aplicação do princípio da causalidade, são os mesmos em toda parte. Mas, justamente por não ser cega, a razão deve apreender diferentemente realidades distintas, para que essa apreensão seja sempre muito firme e precisa.

Os métodos e técnicas serão diferentes. Aliás, essa estratégia não será exatamente a mesma em todas as partes da África; nesse sentido, o Vale do Nilo e a fachada do Mediterrâneo se encontram, para reconstrução histórica, numa situação menos original em relação à Europa do que a África subsaariana.

As fontes difíceis

No que concerne ao continente africano, é preciso reconhecer que o manuseio das fontes é particularmente difícil. Três fontes principais constituem os pilares do conhecimento histórico: os documentos escritos, a arqueologia e a tradição oral.

As fontes escritas

Quando não são raras, tais fontes se encontram mal distribuídas no tempo e no espaço. Os séculos mais "obscuros" da história africana são justamente aqueles que não se beneficiam do saber claro e preciso que emana dos testemunhos escritos, por exemplo, os séculos imediatamente anteriores e posteriores ao nascimento de Cristo (a África do Norte é uma exceção). No entanto, mesmo quando esse testemunho existe, sua interpretação implica frequentemente ambiguidades e dificuldades.

Um trabalho ativo de coleta vem sendo realizado com êxito pelos institutos de estudos africanos e centros de pesquisas históricas nas regiões africanas que foram penetradas pela cultura islâmica. Por outro lado, novos guias editados pelo Conselho Internacional dos Arquivos, sob os auspícios da UNESCO, propõem-se a orientar os pesquisadores na floresta de documentos espalhados em todas as partes do mundo ocidental.

Apenas um grande esforço de edições e reedições judiciosas, de tradução e difusão na África permitirá, pelo efeito multiplicador desses novos fluxos conjugados, transpor um novo limiar qualitativo e crítico sobre a visão do passado africano. Por outro lado, quase tão importante quanto a grande quantidade de documentos novos será a atitude dos pesquisadores ao examiná-los. É assim que numerosos textos explorados desde o século XIX ou mesmo depois, mas ainda no período colonial, reclamam imperiosamente uma releitura expurgada de qualquer preconceito anacrônico e marcada por uma visão endógena. Assim sendo, as fontes escritas a partir das escrituras subsaarianas (vai, bamum, ajami) não devem ser negligenciadas.

A arqueologia

Os testemunhos mudos revelados pela arqueologia são em geral mais eloquentes ainda do que os testemunhos oficiais dos autores de certas crônicas. A arqueologia, por suas prestigiosas descobertas, já deu uma contribuição valiosa à história africana, sobretudo quando não há crônica oral ou escrita disponível (como é o caso de milhares de anos do passado africano). Apenas objetos-testemunho, enterrados com aqueles a quem testemunham, velam sob o pesado sudário de terra por um passado sem rosto e sem voz. Alguns deles são particularmente significativos como indicadores e medidas da civilização. Ademais, a linguagem dos achados arqueológicos possui, por sua própria natureza, algo de objetivo e irrecusável.

Diante disso, a localização, a classificação e a proteção dos sítios arqueológicos africanos se impõem como prioridade de grande urgência. Mas a exploração destes sítios por projetos prioritários de escavação em grande escala só poderá desenvolver-se no contexto de programas interafricanos sustentados por poderosa cooperação internacional.

A tradição oral

Paralelamente às duas primeiras fontes da história africana (documentos escritos e arqueologia), a tradição oral aparece como repositório e vetor do capital de criações socioculturais acumuladas pelos povos ditos sem escrita: um verdadeiro museu vivo.

Costuma-se dizer que a tradição não inspira confiança porque ela é funcional; como se toda mensagem humana não fosse funcional por definição, incluindo-se nessa funcionalidade os documentos de arquivos que, por sua própria inércia e

sob sua aparente neutralidade objetiva, escondem tantas mentiras por omissão e revestem o erro de respeitabilidade.

Por outro lado, o texto literário oral retirado de seu contexto é como peixe fora da água: morre e se decompõe. Isolada, a tradição assemelha-se a essas máscaras africanas arrebatadas da comunhão dos fiéis para serem expostas à curiosidade dos não iniciados. Perde sua carga de sentido e de vida.

Enfim, o próprio conteúdo da mensagem permanece frequentemente hermético, esotérico mesmo. Para o africano, a palavra é pesada. Ela é fortemente ambígua, podendo fazer e desfazer, sendo capaz de acarretar malefícios. É por isso que sua articulação não se dá de modo aberto e direto. A palavra é envolvida por apologias, alusões, subentendidos e provérbios claro-escuros para as pessoas comuns, mas luminosos para aqueles que se encontram munidos das antenas da sabedoria. Na África, a palavra não é desperdiçada. Quanto mais se está em posição de autoridade, menos se fala em público.

Seja como for, a validade da tradição oral está amplamente provada nos dias atuais. Em poucas palavras, a tradição oral não é apenas uma fonte que se aceita por falta de outra melhor e à qual nos resignamos por desespero de causa. É uma fonte integral, cuja metodologia já se encontra bem estabelecida e que confere à história do continente africano uma notável originalidade.

A linguística

A história da África tem na linguística não apenas uma ciência auxiliar, mas uma disciplina autônoma, que, no entanto, a conduz diretamente ao âmago de seu próprio objeto... Percebe-se bem isso no caso da Núbia, que se encontra amortalhada no duplo silêncio opaco das ruínas de Meroé, e da escrita meroítica não decifrada porque a língua permanece desconhecida. É claro que há muito a ser feito nesse campo, começando pela catalogação científica das línguas. Na verdade, não é necessário sacrificar a abordagem descritiva à abordagem comparatista e sintética com pretensões tipológicas e genéticas. É por meio de uma análise ingrata e minuciosa do fato linguístico, com seu significante de consoantes, vogais e tons, com suas latitudes combinatórias em esquemas sintagmáticos, "com seu significado vivido pelos falantes de uma determinada comunidade", que se pode fazer extrapolações retroativas, operação que muitas vezes se torna difícil pela falta de conhecimento histórico profundo dessas línguas. De modo que elas só podem ser comparadas a partir de seu extrato contemporâneo pelo método sincrônico, base indispensável para toda síntese diacrônica e genética.

A antropologia e a etnologia

Na verdade, o discurso etnológico tem sido, por força das circunstâncias, um discurso com premissas explicitamente discriminatórias e conclusões implicitamente políticas, havendo entre ambas um exercício "científico" forçosamente ambíguo. Seu principal pressuposto era muitas vezes a evolução linear: à frente da caravana da humanidade ia a Europa, pioneira da civilização, e atrás os povos "primitivos" da Oceania, Amazônia e África. Como se pode ser índio, negro, papua, árabe?

Desse modo, toda a África foi simbolizada por imagens que os próprios africanos podiam considerar estranhas, exatamente como se a Europa fosse definida no começo do século XX pelos costumes à mesa e pelas formas de moradia ou pelo nível técnico das comunidades do interior da Bretanha, do Cantal ou da Sardenha.

A antropologia deve criticar seu próprio procedimento, insistir tanto nas normas quanto nas práticas, não confundir as relações sociais, decifráveis pela experiência, e as estruturas que as sustentam. Ela enriquecerá assim, umas através das outras, as normas, estruturas e opiniões, por meio da ampla utilização das técnicas quantitativas e coletivas de pesquisa, racionalizando e objetivando o discurso. Não apenas as interações dos fatores globais, mas também a síntese histórica, interessam particularmente à antropologia.

Os quatro grandes princípios

Quatro princípios devem nortear a pesquisa, se se quer levar adiante a frente pioneira da historiografia da África.

1. Primeiramente, a *interdisciplinaridade*, cuja importância é tal que chega quase a constituir por si só uma fonte específica. Assim, a sociologia política aplicada à tradição oral no Reino de Segu enriqueceu consideravelmente uma visão que, sem isso, limitar-se-ia às linhas esqueléticas de uma árvore genealógica marcada por alguns feitos estereotipados. A complexidade, a interpenetração de estruturas às vezes modeladas sobre hegemonias antigas (o modelo mali, por exemplo) aparecem, assim, em sua realidade concreta e viva.

2. Outra exigência imperativa é que *essa história seja enfim vista do interior*, a partir do polo africano, e não medida permanentemente por padrões de valores estrangeiros; a consciência de si mesmo e o direito à diferença são pré-requisitos indispensáveis à constituição de uma personalidade coletiva autô-

noma. Certamente, a opção e a ótica de autoexame não consistem em abolir artificialmente as conexões históricas da África com os outros continentes do Velho e do Novo Mundo. Mas tais conexões serão analisadas em termos de intercâmbios recíprocos e de influências multilaterais, nas quais as contribuições positivas da África para o desenvolvimento da humanidade não deixarão de aparecer. A atitude histórica africana não será então uma atitude vingativa nem de autossatisfação, mas um exercício vital da memória coletiva que varre o campo do passado para reconhecer suas próprias raízes. Após tantas visões exteriores que têm modelado a marca registrada da África a partir de interesses externos (até nos filmes contemporâneos), é tempo de resgatar a visão interior de identidade, de autenticidade, de conscientização. É preciso aqui uma verdadeira revolução copernicana, que seja primeiramente semântica e que, sem negar as exigências da ciência universal, recupere toda a corrente histórica desse continente, em novos moldes.

3. Além disso, essa história é obrigatoriamente a *história dos povos africanos em seu conjunto*, considerada como uma totalidade que engloba a massa continental propriamente dita e as ilhas vizinhas como Madagáscar, segundo a definição da Carta da Organização da Unidade Africana (OUA). É claro que a história da África integra o setor mediterrâneo numa unidade consagrada por muitos laços milenares, às vezes sangrentos, é verdade, mas na maioria dos casos mutuamente enriquecedores. Tais laços fazem da África, de um lado e do outro da dobradiça do Saara, os dois batentes de uma mesma porta, as duas faces de uma mesma moeda.

É necessariamente, por outro lado, uma história dos povos, pois na África mesmo o despotismo de certas dinastias tem sido sempre atenuado pela distância, pela ausência de meios técnicos que agravem o peso da centralização, pela perenidade das democracias aldeãs, de tal modo que em todos os níveis, da base ao topo, o conselho reunido pela e para a discussão constitui o cérebro do corpo político. É uma história dos povos porque, com exceção de algumas décadas contemporâneas, não foi moldada de acordo com as fronteiras fixadas pela colonização, pelo simples motivo de que a posição territorial dos povos africanos ultrapassa em toda parte as fronteiras herdadas da partilha colonial.

4. Além do mais, esta história *deverá evitar ser excessivamente fatual*, pois com isso correria o risco de destacar em demasia as influências e os fatores externos. Certamente, o estabelecimento de fatos-chave é uma tarefa primordial, indispensável até, para definir o perfil original da evolução da África. Mas *serão tratadas com especial interesse as civilizações, as instituições, as estruturas*: técnicas agrárias e de metalurgia, artes e artesanato, circuitos comerciais, formas de conceber e organizar o poder, cultos e modos de pensamento filosófico ou religioso,

técnicas de modernização, o problema das nações e pré-nações, etc. Essa opção metodológica requer, com mais vigor ainda, a abordagem interdisciplinar.

Enquanto a busca desse passado pode ser, para os estrangeiros, uma simples curiosidade, um exercício intelectual altamente estimulante para a mente desejosa de decifrar o enigma da Esfinge, o sentido real dessa iniciativa deve ultrapassar tais objetivos puramente individuais, pois a história da África é necessária à compreensão da história universal, da qual muitas passagens permanecerão enigmas obscuros enquanto o horizonte do continente africano não tiver sido iluminado.

Mas essa reconstrução póstuma do edifício há pouco construído com pedras vivas é importante, sobretudo, para os africanos, que têm nisso um interesse carnal e que penetram nesse domínio após séculos ou décadas de frustração, como um exilado que descobre os contornos ao mesmo tempo velhos e novos, porque secretamente antecipados, da almejada paisagem da pátria. Viver sem história é ser uma ruína ou trazer consigo as raízes de outros. É renunciar à possibilidade de ser raiz para outros que vêm depois.

A história é uma fonte na qual poderemos não apenas ver e reconhecer nossa própria imagem, mas também beber e recuperar nossas forças, para prosseguir adiante na caravana do progresso humano. Se tal é a finalidade desta "História geral da África", essa laboriosa e enfadonha busca, sobrecarregada de exercícios penosos, certamente se revelará fecunda e rica em inspiração multiforme. Pois em algum lugar sob as cinzas mortas do passado existem sempre brasas impregnadas da luz da ressurreição.

CAPÍTULO 1

Metodologia e pré-história da África

A evolução da historiografia da África

Os primeiros trabalhos sobre a história da África são tão antigos quanto o início da história escrita.

Os historiadores greco-romanos e os historiadores islâmicos medievais tinham uma visão limitada da África tropical pela escassez de contatos que podiam estabelecer com ela. Por isso, as informações fornecidas pelos antigos autores eram raras e esporádicas, como em Heródoto, Manetão, Plínio, o Velho, Estrabão e outros. Ainda assim é questionada a autenticidade de alguns desses relatos. As informações clássicas sobre o mar Vermelho e o Oceano Índico têm um fundamento mais sólido.

Os autores árabes dos séculos IX e XV eram mais bem-informados acerca do Sael sudanês e da costa oriental, graças ao comércio regular transaariano e, por outro lado, ao comércio com a parte ocidental do Oceano Índico. Muitas dessas contribuições consistem em descrições das regiões da África, mas não existe nenhum estudo sistemático sobre as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Entre os primeiros historiadores da África, encontra-se um muito importante: Ibn Khaldun (1332-1406). Devemos a Ibn Khaldun o que se pode considerar quase como uma história da África tropical, em sentido moderno. Um dos capítulos de sua mais importante obra, "Muqqadima", é uma história do

Império do Mali, que na época em que ele viveu atingia seu auge. Esse capítulo é parcialmente fundamentado na tradição oral da época e permanece até hoje como uma das bases essenciais da história desse grande Estado africano.

A expansão do Islã ao longo da costa oriental fez com que os africanos passassem a utilizar a escrita árabe em textos escritos ao lado dos documentos orais para conservar sua história. Entre as obras de história elaboradas no período estão "Ta'rikn al-Sudan" e "Ta'rikh el-Fattash", ambas escritas em Tombuctu, principalmente no século XVII. Por outro lado, a atual Etiópia possuía sua própria língua semítica, o gueze, e mais tarde o amárico, na qual uma tradição literária foi preservada e desenvolvida durante quase dois mil anos, produzindo obras históricas já no século XIV. As obras históricas escritas em outras línguas africanas como o haussa e o swahili, utilizando a escrita do árabe clássico, só apareceram no século XIX.

No século XV, os europeus começaram a entrar em contato com as regiões costeiras da África tropical (especialmente a costa da Guiné na África Ocidental; a região do baixo Zaire e de Angola; o Vale do Zambeze e as altas terras vizinhas; e a Etiópia). Este fato produziu obras literárias preciosas, uma fonte de estudo para os historiadores modernos.

A costa da Guiné foi a primeira região da África tropical descoberta pelos europeus; foi o tema de toda uma série de obras a partir de 1460 (Cadamosto) até o início do século XVIII (BARBOT, 1732; BOSMAN, 1967). Uma boa parte desse material é de grande valor histórico, mas o objetivo essencial desses autores era mais descrever a situação contemporânea do que fazer história.

Nas outras regiões que despertaram o interesse dos europeus nos séculos XVI e XVII a situação era um pouco diferente, talvez por terem sido o campo de atividade dos primeiros esforços missionários, os quais sentiam-se obrigados a tentar alterar o que encontravam, e para isso um conhecimento da história da África poderia ser útil. Na Etiópia, as bases já existiam. Obras históricas sobre a Etiópia foram elaboradas por dois eminentes missionários, Pedro Paez (morto em 1622) e Manoel de Almeida (1569-1646) e uma história completa foi escrita pelo orientalista Hiob Ludolf (1634-1704)

No baixo Vale do Congo e em Angola, assim como no Vale do Zambeze, os interesses comerciais eram provavelmente mais fortes que os da evangelização. Mas a resistência da sociedade africana tradicional teve como resultado uma mudança tão drástica que mesmo os ensaios descritivos viraram em parte históricos. Importantes elementos de história podem ser encontrados nos livros de Pigafetta e Lopez (1591) e Cavazzi (1687). Em 1681, Cadornega publica uma "História das guerras angolanas".

A partir do século XVIII, a África tropical recebeu maior atenção dos historiadores europeus. Nessa época, a principal tendência da cultura europeia

começava a considerar de forma cada vez mais desfavorável as sociedades não europeias e a declarar que elas não possuíam uma história digna de ser estudada. Essa atitude era adotada, sobretudo, em relação à África, a qual, segundo Hegel, não era um continente histórico.

O estudo da história da África ficou mais difícil após o aparecimento, no século XIX, em particular na Alemanha, de uma nova concepção do trabalho do historiador, considerado como uma atividade científica fundada sobre a análise rigorosa de fontes escritas. E, nesse domínio, a África parecia deficiente. Tal concepção afirmava que a África não possuía nenhuma história antes da chegada dos europeus porque o seu passado só podia ser reconstituído a partir de testemunhos dos restos materiais, da linguagem e dos costumes primitivos, o que não era do domínio dos historiadores, e sim dos arqueólogos, linguistas e antropólogos.

Durante grande parte do século XIX, alguns eminentes historiadores britânicos demonstraram muito interesse pelas atividades dos europeus no resto do mundo, mas a visão eurocêntrica predominante fez com que a história colonial fosse geralmente deixada a cargo de homens que já haviam se encarregado ativamente dos assuntos coloniais. A história colonial se fez aceitar, mesmo permanecendo à margem da profissão. Mas no que se refere à África, a história colonial é muito diferente da história da África.

Nesses mesmos anos, a grande variedade de tipos físicos, de sociedades e de línguas africanas despertava o interesse dos antropólogos e linguistas à medida que suas disciplinas começavam a desenvolver-se. Durante muito tempo, uns e outros permaneceram encerrados em seus gabinetes de trabalho. No entanto, demonstrado o valor da pesquisa de campo, os antropólogos tornaram-se os pioneiros desse trabalho na África. Porém, nem os antropólogos nem os linguistas sentiam-se obrigados a descobrir o que ocorrera no passado, fazendo reconstruções das sociedades muitas vezes especulativas e hipotéticas.

No fim do século XIX e no início do século XX, os europeus acreditavam que sua pretensa superioridade sobre os negros africanos estava confirmada por sua conquista colonial. Em muitas partes da África, eles estavam convencidos de que davam continuidade a um processo de civilização que outros invasores de pele clara, chamados genericamente de camitas, haviam começado antes deles. O mesmo tema reaparece ao longo de muitas outras obras do período que vai de 1890 a 1940, escritas, em sua maioria, por homens e mulheres que tinham participado pessoalmente da colonização e que não eram nem antropólogos, nem linguistas, nem historiadores profissionais. Tratava-se de amadores que se interessavam sinceramente pelas sociedades exóticas que haviam descoberto.

Eles desejavam obter mais informações e partilhar seus conhecimentos, como Sir Harry Johnston e Maurice Delafosse.

No entanto, após a G. Seligman ("Races of Africa", 1930), os antropólogos sociais britânicos conseguiram escapar à influência do mito camítico. Sua formação, a partir desse momento, foi dominada pela influência de B. Malinowski e A. R. Radcliffe-Brown, que se opunham a qualquer espécie de história fundada em conjecturas. O método funcionalista, adotado pelos antropólogos britânicos entre 1930 e 1950, para o estudo das sociedades africanas, tendia a desencorajar qualquer interesse histórico, apesar de eles se encontrarem numa situação favorável para obter dados históricos, graças a seu trabalho de campo. Porém, no continente europeu e na América do Norte, subsistia uma tradição mais antiga de etnografia que dava tanto peso à cultura material quanto à estrutura social.

Isso gerou uma grande quantidade de trabalhos de importância histórica. Duas obras merecem destaque especial: "Volkerkunde von Afrika", de Hermann Baumann (1940), e "Geschichte Afrikas", de Diedrich Westermann (1952).

Não se pode deixar de apresentar a obra de Leo Frobenius, etnólogo e antropólogo cultural, assim como um arqueólogo disfarçado de historiador. Durante as quatro primeiras décadas do século XX, ele foi quase com certeza o mais produtivo dos historiadores da África. Ele empreendeu inúmeros trabalhos de campo em quase todas as partes do continente africano e apresentou seus resultados numa série regular de publicações. Escrevia em alemão, e somente uma pequena parte de suas obras foi traduzida.

O crescimento do interesse dos europeus pela África havia proporcionado aos africanos grande variedade de registros escritos, o que lhes permitia exprimir seu interesse por sua própria história. Foi esse o caso principalmente da África Ocidental. Os africanos que haviam aprendido a ler o alfabeto latino sentiram necessidade de deixar por escrito o que eles conheciam da história de seus povos, para evitar que estes fossem completamente tragados pelos europeus e sua história.

Entre os primeiros clássicos escritos por africanos pode-se citar "A History of the Gold Coast and Asante", de Carl Christian Reindorf (1895), e "History of the Yorubas", de Samuel Johnson. Numa escala mais reduzida, muitos africanos continuaram a registrar as tradições históricas locais de modo sério e confiável. Os contatos com os missionários cristãos parecem ter desempenhado um papel significativo. Assim, floresceu em Uganda uma escola importante de historiadores locais em línguas nativas. Por outro lado, certos colonizadores tentavam descobrir e registrar a história daqueles a quem tinham vindo governar. Para eles, a história africana geralmente apresentava um valor prático, já que podiam ser melhores administradores se possuíssem algum conhecimento sobre o passado dos povos colonizados.

Foi inevitável que a ensaios históricos desta ordem se incorporassem as obras dos primeiros protonacionalistas, desde J. A. B. Horton (1835-1883) e E. W. Blyden (1832-1912) a J. M. Sarbah (1864-1910), J. E. Casely-Hayford (1866-1930) e J. B. Danquah (1895-1965), que abordaram muitas questões históricas. Depois deles, porém, pode-se observar em certos ensaios uma tendência a glorificar o passado africano no intuito de combater o mito da superioridade cultural europeia, como, por exemplo, em J. O. Lucas, "The Religion of Yoruba" (1949) e J. W. de Graft-Johnson, "African Glory" (1954).

A partir de 1947, a Société Africaine de Culture e sua revista "Presence Africaine" empenharam-se na promoção de uma história da África descolonizada. Ao mesmo tempo, uma geração de intelectuais africanos que havia dominado as técnicas europeias de investigação histórica começou a definir seu próprio enfoque em relação ao passado africano e a buscar nele as fontes de uma identidade cultural negada pelo colonialismo. Esses intelectuais refinaram e ampliaram as técnicas da metodologia histórica, desembaraçando-a, ao mesmo tempo, de uma série de mitos e preconceitos subjetivos.

A partir de 1948, a historiografia da África vai progressivamente se assemelhando à de qualquer outra parte do mundo. É evidente que ela possui problemas específicos, como a escassez relativa de fontes escritas para os períodos antigos e a consequente necessidade de lançar mão de outras fontes, como a tradição oral, a linguística ou a arqueologia. Embora a historiografia africana tenha trazido importantes contribuições no que diz respeito ao uso e à interpretação dessas fontes, ela não se distingue fundamentalmente da historiografia de certos países da América Latina, da Ásia e da Europa, que enfrentam problemas análogos. Aliás, o conhecimento da proveniência dos materiais não é essencial para o historiador, cuja tarefa fundamental consiste em fazer deles uma utilização crítica e comparativa, de modo a criar uma descrição inteligente e significativa do passado. O estudo da história africana constitui hoje uma atividade bem-estabelecida, a cargo de especialistas de alto nível. Seu desenvolvimento ulterior será assegurado pelos intercâmbios interafricanos e pelas relações entre as universidades da África e as de outras partes do mundo.

Lugar da história na sociedade africana

O ser humano é um animal histórico. Os africanos não fogem a essa definição. A consciência histórica que os africanos possuem de sua própria história e da história em geral está marcada por seu singular desenvolvimento. O tempo

africano é, às vezes, um tempo mítico e social, mas os africanos também têm consciência de serem os agentes de sua própria história. O tempo africano é um tempo realmente histórico. Por um lado, o mito, em geral, domina o pensamento dos africanos na sua concepção do desenrolar da vida dos povos. Sob a forma de "costumes" vindos de tempos imemoriais, o mito governava a História, encarregando-se, também, de justificá-la. Nesse contexto, aparecem duas características do pensamento histórico: sua intemporalidade e sua dimensão essencialmente social. O tempo é o ritmo respiratório da coletividade que engloba e integra a eternidade em todos os sentidos. As gerações passadas não estão perdidas para o tempo presente. À sua maneira, elas permanecem sempre contemporâneas e tão influentes quanto o eram durante a época em que viviam. Assim sendo, a causalidade atua em todas as direções: o passado sobre o presente e o presente sobre o futuro, não apenas pela interpretação dos fatos e o peso dos acontecimentos passados, mas por uma irrupção direta que pode se exercer em todos os sentidos. Nesse tempo "suspenso", a ação do presente é possível mesmo sobre o que é considerado passado, mas que permanece, de fato, contemporâneo.

Esse enfoque mítico está na origem da história de todos os povos. Toda história é originalmente uma história sagrada. Do mesmo modo, esse enfoque acompanha o desenvolvimento histórico, reaparecendo de tempos em tempos sob formas maravilhosas ou monstruosas.

Pode-se pensar que essa visão do processo histórico seria estática e estéril, já que, ao colocar a perfeição do arquétipo na origem dos tempos, parece indicar como ideal para o conjunto das gerações a repetição estereotipada dos gestos do ancestral. Porém, não podemos nos ater unicamente a esse enfoque do pensamento histórico entre os africanos.

No período pré-colonial, numerosas sociedades africanas elementares, quase fechadas, dão a impressão de que seus membros só tinham consciência de estar fazendo história numa escala e numa medida bastante limitadas. Em compensação, nas sociedades fortemente estruturadas, a concepção africana de chefe dá a este último um espaço exorbitante na história dos povos dos quais ele literalmente encarna o projeto coletivo. Assim, não é de se admirar que a tradição relembre toda a história original dos Malinke no "Elogio a Sundiata". O mesmo acontece com Sonni Ali entre os Songhai da curva do Níger. Isso não significa um condicionamento "ideológico" que destrói o espírito crítico. Por outro lado, a história mais recente da África pré-colonial demonstra que a posição dedicada aos líderes africanos nas representações mentais das pessoas provavelmente não é superestimada. A ideia de um líder que atua como motor da história quase nunca se reduz a um esquema simplista, creditando a um só homem todo o

desenvolvimento humano. Geralmente trata-se de um grupo dinâmico, celebrado como tal, onde os companheiros dos chefes frequentemente entram para a história como heróis.

A mesma observação vale para as mulheres, que ocupam na consciência histórica africana uma posição sem dúvida mais importante que em qualquer outro lugar. Nas sociedades de regime matrilinear isto é facilmente compreensível. As mulheres são vistas como protagonistas na evolução histórica dos povos. Filhas, irmãs, esposas e mães de reis ocupavam posições que lhes permitiam influir nos acontecimentos. Essa ideia permanece viva até hoje na África. Pela sua participação no trabalho da terra, no artesanato e no comércio, pela sua ascendência sobre os filhos, por sua vitalidade cultural, as mulheres africanas sempre foram consideradas personagens eminentes da história dos povos. A mulher é a vida e a promessa de expansão da vida. É através dela que os diferentes clãs consagram suas alianças.

Por outro lado, tudo se passa como se na África a frágil envergadura das sociedades tivesse tornado a história uma questão que diz respeito a todos. Este sentimento de fazer a história mesmo na escala microcósmica da aldeia, assim como a sensação de ser somente uma molécula na corrente histórica criada pelo rei, visto como demiurgo, são muito importantes porque constituem em si mesmos fatos históricos e contribuem para criar a história.

O próprio caráter social da concepção africana da história lhe dá uma dimensão histórica incontestável, porque a história é a vida crescente do grupo. Desse ponto de vista, para o africano o tempo é dinâmico. Nem na concepção tradicional, nem na visão islâmica que influenciará a África, o homem é prisioneiro de um processo estático ou de um retorno cíclico. O tempo permanece um elemento vívido e social, porém, não se trata de um elemento neutro e indiferente, já que é o lugar onde o homem pode lutar pelo desenvolvimento de sua energia vital. Tal é a dimensão principal do "animismo" africano em que o tempo é o campo fechado no qual se confrontam ou negociam as forças que habitam o mundo. Existe assim no africano uma vontade constante de invocar o passado que não significa o imobilismo e não contradiz a lei geral da acumulação das forças e do progresso.

O poder na África negra se expressa em geral por uma palavra que significa "a força". Essa sinonímia assinala a importância que os povos africanos outorgam à força e mesmo à violência no desenrolar da história. Trata-se da energia vital que reúne uma polivalência de forças, que vão da integridade física à sorte e à integridade moral. O valor ético é considerado como uma condição *sine qua non* do exercício benéfico do poder. Esta visão do mundo em que os valores e exigências éticas são parte integrante da própria organização do mundo pode parecer mítica,

mas ela exercia uma influência objetiva sobre o comportamento dos homens. Nesse sentido, se a história é justificação do passado, ela é também exortação do futuro.

A consciência do tempo passado era muito viva entre os africanos. No entanto, esse tempo, que tem um grande peso sobre o presente, não anula o seu dinamismo. A concepção do tempo tal como a detectamos nas sociedades africanas é a marca de um estágio no desenvolvimento econômico e social. O essencial é que a ideia de desenvolvimento a partir das origens esteja presente. Mesmo sob a forma de contos e de lendas, trata-se de um esforço para racionalizar o desenvolvimento social. Às vezes, têm-se verificado esforços ainda mais positivos no sentido de iniciar o cálculo do tempo histórico relacionado com o espaço ou a vida biológica e, mais frequentemente, relacionado aos fenômenos cósmicos, climáticos e sociais. Mas o passo decisivo nesse campo só será dado pela utilização da escrita, que ao menos permitiu estabelecer pontos de referência que organizam o curso do fluxo histórico. A introdução das religiões monoteístas baseadas num determinado processo histórico contribuiu para fornecer uma outra representação do passado coletivo.

Mas a grande reviravolta na concepção africana do tempo se opera sobretudo pela entrada desse continente no universo do lucro e da acumulação monetária. Só agora o sentido do tempo individual e coletivo se transforma pela assimilação dos esquemas mentais em vigor nos países que influenciam os africanos econômica e culturalmente. Descobrem então que, em geral, é o dinheiro que faz a história. O homem africano, tão próximo de sua história que tinha a impressão de forjá-la ele próprio em suas microssociedades, enfrenta agora, ao mesmo tempo, o risco de uma gigantesca alienação e a oportunidade de ser coautor do progresso global.

Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral

O fato de a história da África ter sido negligenciada até os anos 50 é apenas um dos sintomas de um fenômeno mais amplo. No século XIX, os europeus conquistaram e subjugaram a maior parte dos países da Ásia, enquanto na América tropical o subdesenvolvimento e a dominação exercida pelos povos de origem europeia sobre as populações afro-americanas e indígenas reproduziram as condições do colonialismo nas áreas onde as convenções do direito internacional apontavam um grupo de Estados independentes. No século XIX e no início do século XX, a marca do regime colonial sobre os conhecimentos

históricos falseia as perspectivas em favor de uma concepção eurocêntrica da história do mundo, elaborada na época da hegemonia europeia. A partir daí, tal concepção é difundida por toda parte graças aos sistemas educacionais instituídos pelos europeus no mundo colonial. Hoje, essa visão eurocêntrica do mundo praticamente desapareceu das melhores obras históricas recentes; mas ela ainda predomina em numerosos historiadores e no grande público.

Os estudos de história atravessam, em seu conjunto, uma dupla revolução, iniciada logo após a Segunda Guerra Mundial. Trata-se, por um lado, da transformação da história, partindo da crônica para se chegar a uma ciência social que trate da evolução das sociedades humanas; por outro, da substituição dos preconceitos nacionais por uma visão mais ampla. Em favor dessas novas tendências, chegaram contribuições de todos os lados: da própria Europa; de historiadores da nova escola na África, na Ásia e na América Latina; dos europeus de ultramar; da América do Norte e da Oceania. Seus esforços para ampliar o quadro da história voltam-se ao mesmo tempo para os povos e regiões até então negligenciados, assim como para certos aspectos da experiência humana antes ocultos sob concepções tradicionais e estreitas da história política e militar. Nesse contexto, o simples advento da história africana já constitui em si uma preciosa contribuição. Mas isso poderia simplesmente acabar criando mais uma história particularista, válida em si e capaz de colaborar com o desenvolvimento da África, mas não de trazer à história do mundo uma contribuição mais eloquente.

O chauvinismo foi um dos traços mais marcantes da antiga tradição histórica, particularmente na tradição europeia do início do século XX. À medida que rejeitavam as tendências eurocêntricas de sua própria história nacional, cabia aos historiadores de cada continente a tarefa de avançar em direção a uma história do mundo verídica, na qual a África, a Ásia e a América Latina tivessem um papel aceitável no plano internacional.

Nessa batalha, o ensino científico da história dos povos constitui a arma estratégica decisiva.

A herança do racismo não cessava de consolidar um chauvinismo cultural que considerava a civilização ocidental como a única verdadeira "civilização". Em meados do século, o grau de alfabetização determinava a linha de demarcação entre a civilização e o resto do mundo. Em grande parte iletradas na época pré-colonial, as sociedades africanas eram rebaixadas à categoria de "primitivas". O chauvinismo cultural, acompanhado pela ignorância, conduzia as autoridades ocidentais a estabelecerem no limite do deserto do Saara a demarcação entre a alfabetização e o analfabetismo. Reforçava-se assim a desastrosa tendência em separar a história da África do Norte da história do conjunto do continente.

Entretanto, a exclusão dos "não civilizados" do reino da história era apenas uma das facetas de um elemento bem mais importante da tradição histórica ocidental. As próprias massas ocidentais eram atingidas por essa exclusão em consequência do caráter didático da história, uma vez que a apologia dos homens célebres era capaz de propor modelos a serem imitados. Se os historiadores europeus se desinteressaram tão completamente de um amplo setor de sua própria sociedade, como poderiam interessar-se por outras sociedades ou por outras culturas?

Lentamente, porém, irá estabelecer-se a aliança potencial entre os que trabalham para ampliar o campo de estudo da sociedade ocidental e os que se dedicam a dar um impulso maior às pesquisas históricas para além do mundo ocidental. A principal preocupação dos historiadores da África era desmentir a afirmação segundo a qual a África não possuía passado, ou só um passado sem interesse. Num tímido início e como primeiro passo para uma "descolonização" da história africana, tratou-se de resgatar os aspectos do passado da África que se assemelhavam ao do Ocidente, sem ratificar os mal-entendidos suscitados pelas divergências de cultura. Poucos reconheciam, por exemplo, que uma das grandes realizações da África fora provavelmente a sociedade sem Estado, e que o Estado africano se havia organizado de maneira a realmente apresentar autonomias locais. Esse primeiro esforço limita-se a modificar os julgamentos de valor.

Um segundo passo em direção à descolonização da história do período colonial se dá paralelamente à vaga de movimentos nacionalistas pela independência. Os especialistas em ciência política que escreveram no período dos movimentos de independência derrubaram as barreiras. Durante os anos 60, os estudiosos começaram a retroceder o tempo, buscando as raízes da resistência e dos movimentos de protesto no início da época colonial e, mais longe ainda, nas primeiras tentativas de resistência aos europeus. Esses trabalhos constituem uma importante contribuição para corrigir os desvios da história colonial, mas ainda estamos longe de considerar a história da África com objetividade.

No último estágio, a descolonização da história africana da época colonial iria derivar de uma fusão da revolta contra o eurocentrismo e do movimento antielitista. Os progressos da história analítica constituem um importante passo nessa direção. A independência em relação aos arquivos se mostra tão essencial para o período colonial quanto para o período pré-colonial, cuja documentação é relativamente rara. O problema da "história colonial" sempre foi que, ao contrário do que se passou e se passa na Europa ou nos Estados Unidos, os arquivos foram criados e alimentados por estrangeiros. No mundo colonial, o historiador

corre o risco de chegar a resultados desastrosos, se negligenciar a possibilidade de levar em conta outro ponto de vista, que ele pode obter através de testemunhos orais de pessoas que viveram sob o domínio colonial.

Quanto à utilização das tradições orais da época pré-colonial, mais ainda que da colonial, os historiadores da África realizaram um trabalho pioneiro. Esse trabalho divide-se em dois períodos. Entre 1890 e 1914, uma geração de administradores letrados, então a serviço das potências coloniais, começou a assegurar a conservação das tradições orais de importância histórica. O segundo período remonta ao início dos anos 1960. O decênio 1950-1960 terminou com a opinião formulada em 1959 por G. P. Murdock; segundo ele, "era impossível confiar nas tradições orais indígenas". A década seguinte abriu-se com a publicação de Jan Vansina, "Oral tradition: a study in historical methodology". Ela indicava quais os controles e as críticas necessários para a utilização científica das tradições orais. O seminário de Dacar organizado em 1961 pelo *International African Institute* sobre o tema "O historiador na África tropical" e o de Dar-es-Salam, em 1965, sobre o tema "Novas perspectivas sobre a história africana" acentuaram vigorosamente a necessidade de novos enfoques, sublinhando o papel insubstituível da tradição oral, assim como da linguística e da arqueologia informadas pela tradição oral.

Graças a seus trabalhos sobre a época pré-colonial, os historiadores da África influenciaram as outras ciências sociais. Foram eles que impuseram o reconhecimento do fato de que a África "tradicional" não permaneceu estática. Suas pesquisas dos últimos decênios provaram que, na África pré-colonial, instituições, costumes, modos de vida, religiões e economias mudaram tão rapidamente quanto em outras sociedades, entre as revoluções agrícola e industrial.

No que se refere à antropologia política e a certos aspectos da antropologia social, os trabalhos dos historiadores do período pré-colonial aclararam a dinâmica da evolução e contribuíram para dar um novo impulso à antropologia.

O estudo das religiões e das organizações religiosas africanas modificou-se sob a influência das pesquisas históricas. Nas últimas décadas, diversos fatores contribuíram para dar um novo impulso ao estudo da evolução religiosa. Os especialistas das missões se interessaram pelo progresso das novas religiões africanas, assim como pelas igrejas independentes que se desligavam das missões europeias. Os antropólogos apaixonados pela aculturação voltavam-se para trabalhos similares, e os historiadores, curiosos sobre o papel da religião nas rebeliões coloniais e nos movimentos de protesto, traziam também uma contribuição positiva. Com referência ao período pré-colonial, eles foram levados a reconhecer a importância da reforma religiosa no conjunto do mundo islâmico,

tendo uma consciência mais aguda da evolução das religiões não cristãs e não muçulmanas. Desse ponto de vista, deve-se destacar o interesse pelas religiões “animistas” e por suas associações, frequentemente secretas.

Os especialistas em economia demonstraram que os diferentes tipos de economia não paravam de evoluir, e que essa evolução respondia tanto a estímulos de ordem interna quanto a influências de ultramar. No entanto, os economistas, particularmente os especialistas em desenvolvimento econômico, prosseguem seus trabalhos sem considerar a cultura econômica que tentam dominar.

A irradiação da nova história africana foi obra de um grupo de historiadores profissionais que fizeram dessa história o objeto principal de seu ensino e de seus escritos. Se, no mundo ocidental, o conhecimento da história da África foi tão menosprezado, é porque era obra de historiadores amadores, pessoas que não tinham uma posição estabelecida no mundo universitário e que portanto não tinham possibilidade de influenciar os meios historiográficos em nenhum país ocidental. Antes de 1950 contam-se poucos profissionais entre os historiadores da África e na África. Nenhuma universidade propunha ainda um programa satisfatório de especialização em história africana em nível de graduação. Vinte anos depois, cerca de quinhentos historiadores com doutorado ou qualificação equivalente elegeram a história da África como atividade principal.

A rapidez com que essa evolução ocorreu é surpreendente. A conjuntura política, intelectual e universitária revelou-se particularmente favorável ao aparecimento de uma plêiade de historiadores profissionais cujo trabalho se orientava para a África. Nesse continente, a partir do fim dos anos 1940, a necessidade era maior à medida que se podia prever um movimento cada vez mais acelerado em direção à independência. Depois de 1950, a fundação de novas universidades criava a necessidade de uma história renovada da África, considerada de um ponto de vista africano. Nos antigos territórios franceses, as universidades continuaram, muito tempo depois da independência, a depender do sistema francês, conservando as tradições históricas francesas.

Todas essas atividades caminhavam simultaneamente com o desenvolvimento, na própria África, de estudos históricos africanos. Neste reencontro da história da África com a história do mundo, o momento capital é aquele em que progride nos outros continentes o estudo da história africana – progressos paralelos no tempo aos da história da África nas universidades africanas. Em graus diversos, as condições que assegurariam a difusão da história africana fora da África existiam antes de 1960. Próxima a esta data, a conquista da independência na África do Norte e na África tropical assegurou, no resto do mundo, um renovado interesse pelo continente, além de ter suscitado a

curiosidade popular, voltada mais para o passado que para o presente ou o futuro da África.

O impacto da história africana sobre a pesquisa e o ensino de história na Europa ocidental está ligado à antiga relação colonial. Essa é uma das razões pelas quais a França e a Inglaterra constituíram os principais centros europeus de estudo da história africana. Todavia, também em outros lugares se registraram progressos no ensino da história africana, em particular na Tchecoslováquia e na Polônia, assim como na União Soviética.

O enorme crescimento da pesquisa sobre a história da África na América do Norte durante os anos 1960 era completamente inesperado. De resto, o impulso repentino dos estudos sobre a história africana pode ser observado tanto no Canadá como nos Estados Unidos. Antes de 1960, a história da África mal era ensinada na América do Norte. Em torno de 1959, pouco depois de sua fundação, o *African Studies Association* só contava com 21 membros, residentes nos Estados Unidos ou no Canadá, que poderiam ser considerados historiadores. Por outro lado, o Primeiro Congresso Internacional de Africanistas reuniu em Acra, em 1962, cerca de oitocentos participantes. A partir daí deu-se a avalanche. Em 1970, o número de norte-americanos especializados em história ou arqueologia africanas aproximava-se de 350.

Dessa forma, no quadro dos estudos históricos, duas tendências contraditórias impulsionaram a difusão da história da África na América do Norte. Das ideias da comunidade afro-americana nasceu a sólida convicção de que a África era propriedade dos povos africanos e de seus descendentes estabelecidos em outros continentes, exatamente como na Europa as histórias nacionais tinham-se tornado propriedade de cada nação europeia. Nesse sentido, a diferença implícita entre os objetivos da história da África para os africanos e da "história da África no contexto da história mundial" se manifestava com clareza. As duas "histórias" não são incompatíveis, ainda que tenham optado por acentuar diferentes aspectos do passado. Em consequência disso, a tendência ao etnocentrismo em história foi mais seriamente abalada na América do Norte do que em outros lugares. Nos anos 1960, a África foi colocada em relação de igualdade com outras grandes zonas culturais, como o sul ou o leste da Ásia. Numerosos departamentos de história de universidades norte-americanas começaram a passar da antiga divisão entre história americana e europeia a uma divisão da história em três ramificações, sendo que a terceira – a do Terceiro Mundo – se tornava igual às duas outras.

Essa evolução ainda não está terminada, mas ela marca uma etapa no caminho que assegurará à história africana seu pleno impacto sobre a história em geral.

Fontes e técnicas específicas da história da África – panorama geral

As regras gerais da crítica histórica e o espírito histórico são aquisições fundamentais e utilizáveis por todos os historiadores, em qualquer país. O esquecimento desse postulado manteve durante muito tempo os povos africanos fora do campo dos historiadores ocidentais. Na realidade, o que estava subjacente era a crença persistente na inexistência de uma história na África, dada a ausência de textos e de uma arqueologia monumental.

Portanto, parece claro que o primeiro trabalho histórico se confunde com o *estabelecimento de fontes*. Essa tarefa está ligada a um problema teórico essencial, ou seja, o exame dos procedimentos técnicos do trabalho histórico. *A variedade das fontes da história africana* permanece extraordinária e a *utilização cruzada de fontes* aparece como uma inovação qualitativa. A integração global dos métodos e o cruzamento das fontes constituem desde já uma eficaz contribuição da África à ciência e mesmo à consciência historiográfica contemporânea.

Sem dúvida, o fato metodológico mais decisivo desses últimos anos foi a intervenção das *ciências físicas modernas* e das *ciências da Terra* no estudo do passado humano. As informações obtidas dessas fontes iluminam igualmente a história da África, independentemente de qualquer documento escrito.

O problema heurístico e epistemológico fundamental permanece sempre o mesmo: na África, o historiador deve estar absolutamente atento a todos os tipos de procedimentos de análise para articular seu próprio discurso, fundamentando-se num vasto conjunto de conhecimentos.

Esta “abertura de espírito” é particularmente necessária quando se estudam períodos antigos, sobre os quais não se dispõe nem de documentos escritos e nem mesmo de tradições orais diretas. Por exemplo, unicamente a arqueologia e os métodos paleobotânicos podem dar uma resposta válida a questões importantes, relativas a essa inestimável herança neolítica que é a agricultura, detectando a sua presença num sítio, precisando a evolução da paisagem, diagnosticando o clima através das variações da vegetação e determinando a eventual ação do homem e dos animais sobre a cobertura vegetal. Na ausência de qualquer documento escrito ou tradição oral, essas informações da arqueologia e da paleobotânica podem informar o historiador sobre a série de etapas que fizeram os ancestrais neolíticos passarem de uma economia de coleta a uma economia de produção.

Assim, um vasto material documental, rico e variado, pode ser obtido a partir das fontes e técnicas baseadas nas ciências exatas e nas ciências naturais. As técnicas de investigação são parte da prática histórica e fazem com que a história se incline de forma concreta para o lado da ciência.

Todavia, seu aparato de pesquisa e de crítica se enriquece, sobretudo, com a contribuição das outras ciências humanas e sociais: egiptologia, linguística, tradição oral, ciências econômicas e políticas.

Até hoje a egiptologia permanece uma fonte insuficientemente utilizada pela história da África. A egiptologia compreende a arqueologia histórica e a decifração dos textos egípcios antigos. Nos dois casos, o conhecimento da língua egípcia é um pré-requisito indispensável. Esse idioma apresenta-se materialmente sob três escritas distintas: *escrita hieroglífica*, *escrita hierática* (a escrita cursiva dos hieróglifos) e *escrita demática* (uma simplificação da escrita hierática). Considerando apenas esse nível do sistema gráfico egípcio, já se colocam interessantes questões metodológicas porque, através dessa convenção gráfica, o historiador capta a consciência e a vontade dos homens de outrora. Com efeito, decifrar é dialogar, graças a um esforço constante de rigor e de objetividade. Assim, com o sistema gráfico egípcio a África toma um lugar importante nos estudos gerais sobre a escrita, vista como um sistema de signos e de intercomunicação humana

O problema da difusão da escrita egípcia na África negra amplia ainda mais o aparato metodológico do historiador, abrindo perspectivas totalmente novas à pesquisa histórica africana. Conhecer a escrita egípcia, decifrar os textos, é ter acesso direto à língua faraônica. Uma série de textos mostra claramente que a barreira que se supunha existir entre o Egito faraônico e as demais regiões africanas vizinhas em épocas remotas não está de acordo com a materialidade dos fatos.

Em relação ao parentesco linguístico do egípcio antigo, a língua faraônica não é uma língua semítica. O problema fundamental consiste em aproximar, através de técnicas linguísticas apropriadas, o antigo egípcio e as línguas atuais da África negra para reconstituir, na medida do possível, formas anteriores comuns a partir de correspondências e comparações morfológicas, lexicológicas e fonéticas. Aqui, mais do que em outros lugares, o historiador e o linguista são obrigados a trabalhar juntos, porque a linguística é uma fonte histórica, particularmente na África, onde as numerosas línguas se imbricam.

Trata-se, sobretudo, da linguística comparativa ou histórica. O método empregado é comparativo e indutivo, pois o objetivo da comparação é reconstruir, isto é, procurar o ponto de convergência de todas as línguas comparadas,

a "língua comum pré-dialetal". Mas o interesse da linguística histórica reside em detectar a amplitude linguística total de diversas línguas aparentemente estranhas umas às outras.

A linguística histórica é, portanto, uma fonte preciosa da história africana, assim como a *tradição oral,* que foi desprezada durante muito tempo. Às vezes, a tradição oral constitui a única fonte imediatamente disponível. Na África, ela é parte integrante da base documental do historiador, que desse modo se amplia. É importante destacar a maneira como a tradição oral apresenta o tempo, e a maneira como ela apresenta os acontecimentos através do tempo. O *griot* africano quase nunca trabalha com uma trama cronológica, apresentando a sequência dos acontecimentos humanos com suas acelerações ou seus pontos de ruptura. O *griot* só se interessa pelo homem apreendido em sua existência, como condutor de valores e agindo na natureza de modo intemporal. É por isso que ele trata cada momento em si mesmo, com um sentido próprio, sem relações precisas com outros momentos descontínuos. Essa história, que apresenta sem datas e de modo global estágios de evolução, é simplesmente a história estrutural. Ele oferece de uma só vez toda a plenitude de um tempo.

Ainda no domínio das ciências humanas e sociais, a contribuição dos sociólogos e cientistas políticos permite redefinir o saber histórico e cultural. Com efeito, os conceitos de "reino", "nação", "Estado", "império", "democracia", "feudalismo", "partido político" etc., utilizados em outros lugares certamente de maneira adequada, nem sempre são automaticamente aplicáveis à realidade africana. A palavra "reino", por exemplo, assim como o termo "feudalismo", não tem a mesma acepção em toda a África. É necessário, por conseguinte, que o historiador seja bastante cuidadoso ao empregar esses termos.

Na África, as séries documentais são estabelecidas pelos mais diversos tipos de ciências: exatas, naturais, humanas e sociais. O "relato" histórico renovou-se completamente, na medida em que a metodologia passou a empregar várias fontes e técnicas particulares, ao mesmo tempo e de modo cruzado. As noções clássicas da crítica histórica, tais como "ciências auxiliares", "escolha de fontes", "materiais históricos nobres" etc., são doravante abolidas da pesquisa histórica africana, o que assinala uma importante etapa na historiografia contemporânea.

A prática da história na África torna-se um permanente diálogo interdisciplinar. A noção de "fontes cruzadas" exuma, por assim dizer, do subsolo da metodologia geral, uma nova maneira de escrever a história. A elaboração e a articulação da história da África podem, consequentemente, desempenhar um papel exemplar e pioneiro na associação de outras disciplinas à investigação histórica.

As fontes escritas

As fontes escritas anteriores ao século XV

A noção de fonte escrita será restringida ao que é *traçado* ou impresso em signos convencionais sobre qualquer tipo de suporte (papiro, pergaminho, osso, papel). Trata-se de um imenso campo de pesquisas e de reflexões porque cobre um período muito longo, abrange um continente inteiro e porque as fontes são de línguas, tradições culturais e tipos diferentes.

O domínio da África negra abrange diferentes línguas e especialidades: há fontes clássicas, árabes e fontes propriamente africanas. Existe uma imensa área onde, antes do século XV, inexiste fonte escrita; ocorre também que determinada fonte árabe, de segunda ordem para o Magrebe, por exemplo, adquire importância capital para a Bacia do Níger. Tais limitações e interferências traduzem a estrutura objetiva da história da África, e também a orientação da ciência histórica moderna desde o século XIX.

As fontes antigas e medievais caracterizam-se por sua escrita literária; são testemunhos conscientes em sua maioria, sejam anais, crônicas, viagens ou geografias. Já a partir do século XV, tornam-se abundantes as fontes arquivísticas, que são testemunhos inconscientes. Por outro lado, se até então a predominância era de textos "clássicos" e árabes, a partir do século XV, século da expansão europeia, as fontes árabes esgotam-se e encontram-se evidências de diferentes origens: o documento europeu e, para a África negra, o documento autóctone. No que diz respeito à orla mediterrânica e islâmica da África (Magrebe, Egito) o século XV foi decisivo porque esgotou as fontes extremo-orientais do comércio muçulmano, determinando o fim de seu papel intercontinental.

Essa época pode ser dividida em três períodos principais, levando em consideração a dupla necessidade de diversidade e de unidade:

A Antiguidade até o Islã: Antigo Império até +622 (expansão do Islã);
A primeira Idade Islâmica: de +622 até a metade do século XI (1050);
A segunda Idade Islâmica: do século XI ao século XV.

O período da Antiguidade pré-islâmica (das origens a 622) é caracterizado pela predominância das fontes arqueológicas. Entretanto, ainda que secundários, os documentos escritos nos fornecem por vezes informações muito importantes; ademais, vão se tornando mais numerosos e precisos à medida que avançamos no tempo. Do ponto de vista da divisão regional, devemos notar que estão totalmente ausentes na África Ocidental e Central.

As fontes escritas referentes ao Egito até o primeiro milênio são exclusivamente egípcias; referem-se aos papiros hieráticos e aos *ostraka,* cuja origem não remonta além do Novo Império, mas que podem, como dissemos, conter informações mais antigas. Nossos conhecimentos a respeito da Núbia e do país de Punt baseiam-se unicamente em material arqueológico e epigráfico (desenhos murais em particular), não se tendo encontrado fontes escritas até o presente momento.

No primeiro milênio antes da Era Cristã, especialmente a partir do século VI, diversifica-se e se altera a contribuição de nossas fontes. Os documentos narrativos somam-se aos documentos arquivísticos e, em certos momentos, substituem-nos. Um exemplo é o "Livro dos reis", fragmento do Antigo Testamento, que nos dá informações preciosas sobre o advento da 22ª dinastia (cerca de -950) e continua a ser de grande utilidade para todo o período seguinte, isto é, até o domínio persa (-525). Outras fontes estrangeiras, gregas sobretudo, trazem dados sobre o baixo período a partir da primeira dinastia saíta (século VIII antes da Era Cristã): Menandro, Aristodemo, Filocoro, Heródoto.

O período que se estende do estabelecimento dos ptolomeus no Egito (fim do século IV antes da Era Cristã) até a conquista árabe (639) cobre um milênio que se caracteriza pela abundância de fontes gregas e pela emergência da zona etíope--eritreia em nosso campo de conhecimento. Políbio, Estrabão, Diodoro e Plínio, o Velho falam dessa região com uma precisão relativa, que não exclui a ignorância ou a ingenuidade. A informação de que dispomos torna-se mais precisa no meio milênio que se segue ao aparecimento do Cristianismo. O Egito, como sabemos, passa a ser, no século II, o foco principal da cultura helenística, sendo muito natural que tenha produzido historiadores, geógrafos, filósofos e padres da Igreja. Dessa massa documentária interna e externa emergem algumas obras de especial importância: a "Geografia", de Ptolomeu (140 aproximadamente); o "Périplo do Mar da Eritreia", obra anônima que calculamos ter sido composta em cerca de 230 (datada anteriormente do século I); a "Topografia Cristã", de Cosmas Indicopleustes (535 aproximadamente). Esses escritos representam a base de nossa informação sobre a Etiópia e o chifre oriental da África.

O essencial, se não a totalidade, de nossas fontes escritas relativas à história do Magrebe antigo fases cartaginesa, romana, vândala e bizantina é constituído pelas obras dos historiadores e geógrafos clássicos, isto é, aqueles que escreviam em grego ou latim. Em geral, esses autores não são africanos, mas à medida que a África se romaniza, surgem escritores autóctones, especialmente entre os padres da Igreja.

Sabe-se hoje que o "Periplo de Hanão" (em grego), cuja descrição se estende às costas norte-ocidentais da África, é falso e não pode ter sido escrito antes do

século I. É um documento composto, em que se misturam dados tomados de empréstimo de Heródoto, Políbio, Possidônio e do Pseudosila. As obras desses autores são mais dignas de crédito. Mas poucas indicações existentes referem-se ao deserto da Líbia e às costas do Saara ocidental; em todos esses textos, a África negra ocidental permanece marginalizada.

A conquista árabe e o estabelecimento do califado (a primeira Idade Islâmica, 622-1050 aproximadamente) tiveram por consequência a unificação de domínios político-culturais anteriormente dissociados (Império sassânida, Império bizantino), o alargamento do horizonte geográfico do ser humano, o remanejamento das correntes de intercâmbio, a penetração de povos até então desconhecidos. Pela primeira vez, temos informações mais precisas sobre o mundo negro, tanto do leste como do oeste.

Não dispomos de nenhuma crônica anterior ao século IX, exceção feita à *ta'rikh* de Khalifa Khayyat. Mas foi no século VIII que se elaborou a informação oral, tendo como centro incontestável o Egito, com exceção da costa oriental da África, em ligação comercial direta com o Iraque meridional. Por outro lado, o caráter excêntrico do Egito, do Magrebe e do Sudão fez com que, mesmo no século IX, século da explosão da historiografia árabe, lhe fosse reservado um pequeno lugar nas grandes *ta'rikh* (al-Tabari, al-Dinawari, al-Baladhori dos "Ansab al-Ashraf") focalizadas no Oriente. Nos "Futuh al-Buldan" de Baladhori, um jurista egípcio dedica-se exclusivamente ao assunto, numa obra que constitui o documento mais importante do século IX.

Após um século de silêncio (850-950), surgem duas obras fundamentais, o *Kitab Wulat Misr wa Qudhatuha,* de Kindi (morto em 961), uma das fontes mais seguras para o conhecimento do Magrebe no século VIII, e o "Iftitah al-Dawa" do Cadi al-Nu'Man, no século X, rica em informações sobre o início do movimento fatímida. Em todas as crônicas, o lugar reservado à África negra é mínimo.

As fontes geográficas são importantes e numerosas a partir do século IX, seja sob a forma do gênero cartográfico do Surat al-Ardh, da geografia administrativa, dos itinerários e países *(Masalik)* ou simplesmente de viagem romanceada, os documentos geográficos escritos em árabe ilustram um desejo de apreensão da totalidade do espaço islâmico conhecido. Assim, a África negra está representada nessas fontes. Dos numerosos geógrafos que, da metade do século IX a meados do século XI, concederam um lugar à África, somente alguns transmitem uma informação original e séria, sobretudo os "Ta'rikh" e os "Buldan" de Yakub. Mais ricos ainda os "Masalik" de lbn Hawkal (977).

Por último, os tratados de direito e as viagens hagiográficas de Tabakat, desde a "Mudawwana" de Sahnun até os tratados kharidjitas constituem rico manancial de informações sobre o Magrebe; alguns são utilizáveis para a região saariana de contato com a África negra.

A segunda Idade Islâmica (1050-1450) caracteriza-se pela riqueza, qualidade e variedade de informação. As fontes arquivísticas são importantes. Os cronistas produzem obras de primeira ordem, que valem tanto pela observação dos fatos a eles contemporâneos como pela reprodução de antigas fontes perdidas. Os escritos sobre a África propriamente islâmica trazem muitos esclarecimentos sobre o funcionamento das instituições e sobre as tendências profundas da história. No que se refere à África negra, o conhecimento atinge seu ponto máximo (século XIV), tanto nas fontes externas quanto nos manuscritos etíopes e em novos documentos africanos.

As *fontes arquivísticas* valem unicamente para o Egito e o Magrebe. Quanto às *fontes narrativas,* após um século de silêncio, os séculos XIII e XIV oferecem crônicas ricas sob todos os pontos de vista, testemunhas de seu tempo, e nas quais também foi realizado um esforço de síntese dos acontecimentos dos séculos anteriores. Os tratados de geografia aparecem em abundância. Seu valor varia conforme o autor e conforme a região descrita. Dois geógrafos destacam-se da maioria pela amplitude e qualidade de sua observação: al-Bakri (1068), no século XI, e a obra de al'Umari (morto em 1342) no século XIV, completada pela obra de um observador direto da realidade sudanesa e magrebiana: Ibn Battuta. Finalmente, as fontes religiosas provêm de vários horizontes: as obras de Tabakat e de hagiógrafos sunitas, kharidjitas, marabúticos e mesmo coptos. Todos esses documentos mostram-se úteis para o conhecimento da evolução da sensibilidade religiosa, do mundo religioso e do mundo social. São numerosas as fontes literárias sobre esse período que se referem quase exclusivamente ao Magrebe e ao Egito.

Não seria exato pensar que o estado das fontes escritas do continente africano antes do século XV seja de extrema pobreza. Com certeza o Egito, e mais tarde o Magrebe, contam com uma documentação muito rica. Mas mesmo para as outras regiões, a documentação cresceu em quantidade e qualidade de Heródoto a Ibn Khaldun e Ibn Battuta, passando de anotações toponímicas à história fundamental e estrutural. Isso é particularmente verdadeiro para o caso das fontes árabes, que continuam sendo a base essencial de nosso conhecimento. Sua exterioridade relativa ou absoluta em relação a seu objeto não diminui em nada seu valor.

As fontes escritas a partir do século XV

Paralelamente a profundas mudanças em todo o mundo, e, em especial, na África, no final do século XV e princípio do século XVI, ocorreram transfor-

mações no caráter, proveniência e volume das fontes escritas para a história da África. Inicialmente, ao lado do contínuo crescimento de todos os tipos de fontes narrativas surgem numerosos materiais de caráter primário, como correspondências e relatórios oficiais, comerciais ou missionários, escrituras legais e outros documentos arquivísticos. O que facilita a tarefa do historiador e ao mesmo tempo torna muito mais difícil uma visão de conjunto.

Surge nesse período a literatura histórica escrita em árabe por autóctones, e é somente a partir dessa época que se faz ouvir a voz de autênticos africanos falando de sua própria história. Os mais antigos e mais conhecidos exemplos dessa historiografia local provêm do cinturão sudanês e da costa africana oriental. Nos últimos duzentos anos, os africanos também começaram a escrever em suas próprias línguas, usando primeiramente o alfabeto árabe (por exemplo, em kiswahili, haussa, fulfulde, kanembu, diula, malgaxe etc.) e mais tarde o latino. Mas também existem materiais históricos (e outros) em escrita de origem genuinamente africana, como os alfabetos bamum e vai.

Uma terceira tendência é o aparecimento de uma literatura feita pelos africanos, escravos libertados ou seus descendentes na América, conscientes de seu passado africano. Finalmente temos as narrativas em várias línguas europeias, que aos poucos vão ocupando o espaço das fontes árabes. A quantidade de obras dessa natureza aumenta progressivamente e, nos séculos XIX e XX, atinge um tal volume que só os livros de referência bibliográfica poderiam ser contados às dezenas.

Houve uma continuidade na historiografia de algumas regiões da África, especialmente Egito, Magrebe e Etiópia. Nesses países, os cronistas e biógrafos mantiveram viva a tradição herdada do período anterior. Enquanto no Egito e, em parte, na Etiópia observou-se certo declínio na qualidade e mesmo quantidade desses trabalhos, o Magrebe continuou a produzir competentes estudiosos.

As áreas geográficas cobertas por fontes escritas também vão registrar uma evolução. Enquanto, até o século XVI, as margens do Sahel sudanês e uma estreita faixa da costa oriental africana formavam os limites do conhecimento geográfico e histórico, a nova época acrescenta a esse espaço novas regiões.

De modo geral, registrou-se uma expansão da costa para o interior. O movimento foi bastante lento, só ganhando aceleração no fim do século XVIII. Os europeus penetraram no interior somente em algumas regiões (no Senegal e na Gâmbia, no delta do Níger e no Benin, no Reino do Congo, e pelo Zambeze, até o Império de Monomotapa), trazendo essas áreas para o horizonte das fontes escritas, assim como a costa sudoeste africana e Madagáscar.

Os materiais para a África do Norte de língua árabe, como os de outras partes do continente, passaram por algumas profundas mudanças em comparação com o período anterior, o mesmo não ocorrendo, no entanto, com as narrativas históricas locais, que continuaram a relatar os principais acontecimentos da maneira tradicional. A historiografia árabe moderna só vai aparecer no século XX.

As mudanças que se fazem sentir dizem respeito principalmente a dois tipos de fontes: os *documentos arquivísticos* de diversas origens e *os escritos europeus*. Somente a partir do início do século XVI os materiais primários, tanto em árabe como em turco, começam a aparecer em maior abundância. Os arquivos otomanos são comparáveis em volume e importância aos mais ricos da Europa. É do mesmo período que remontam os arquivos secundários dos países que faziam parte do Império otomano. Os documentos são principalmente de arquivos governamentais, administrativos e jurídicos; os materiais relativos ao comércio, à produção, à vida social e cultural são menos numerosos, pelo menos os de antes do século XIX.

Examinando as *fontes narrativas* em árabe, pode-se constatar uma retração constante na quantidade e na qualidade dos escritos históricos na África do Norte, com exceção apenas do Marrocos. Nesse período, as narrativas de viajantes europeus ganham importância crescente. Elas trazem muitas reflexões e observações interessantes não encontradas em outros documentos.

No século XIX, as fontes para a história da África do Norte são tão abundantes quanto para qualquer país europeu. As crônicas locais e narrativas de viajantes assumem um lugar secundário em relação às fontes mais objetivas: arquivos, estatísticas, jornais e outros testemunhos diretos ou indiretos.

Duas regiões de língua árabe, Mauritânia e Sudão oriental, merecem um tratamento especial devido à sua situação particular, nos limites do mundo árabe. Uma característica comum das fontes nesses dois países é a predominância de biografias, genealogias e poesia, sobre os anais históricos propriamente ditos, pelo menos até o final do século XVIII.

Além das fontes árabes, há também a *literatura narrativa europeia*, que se inicia no século XV nas regiões costeiras, e no fim do século XVII nas regiões fluviais. A partir do século seguinte, encontramos correspondência diplomática e comercial, tanto em árabe como em línguas europeias.

A historiografia local no Sudão oriental parece ter começado somente nos últimos anos do sultanato Funj, isto é, no início do século XIX, quando a tradição oral foi registrada por escrito na "Crônica de Funj". Até o século XIX há apenas um pequeno número de obras valiosas. Na primeira metade do século XIX, o Sudão foi a região, de toda a África tropical, mais visitada por viajantes. Suas narrativas são inumeráveis e de variada qualidade enquanto fontes histó-

ricas. Até a década de 1830, não existe nenhuma fonte escrita para as regiões do alto Vale do Nilo, mas a parte norte é fartamente coberta por documentos arquivísticos do Egito (arquivos do Cairo) e, em menor número, europeus. São de extrema importância para os últimos vinte anos do século XIX os registros do *Mahdiyya,* que consistem em cerca de 80 mil documentos árabes, conservados, em sua maioria, em Cartum.

A situação da Etiópia é análoga à da África do Norte no que diz respeito às fontes escritas. Como nos países daquela região da África, na Etiópia o historiador tem à sua disposição uma grande variedade de documentos, tanto internos como externos. Pode até empregar material de fontes opostas, para alguns períodos cruciais. A redação das "Crônicas reais" iniciou-se no século XIII. Essa tradição perdurou por todo o século XIX e uma boa parte do século XX. Várias obras da literatura etíope, de diferentes gêneros, podem fornecer precioso material histórico, como, por exemplo, as hagiografias, as polêmicas religiosas, a poesia, as lendas, as histórias dos mosteiros etc.

Sendo o único país cristão que restou na África, a Etiópia naturalmente despertou muito mais interesse na Europa que as demais partes do continente, isso já desde o século XV. Da segunda metade do século XIX em diante, são os documentos de arquivos, de todas as grandes potências europeias, como também os de Adis Abeba e mesmo os de Cartum, que vão fornecer os principais materiais históricos.

A África do Sul oferece, para o período em estudo, uma quantidade muito maior de interessantes materiais escritos, na forma de arquivos e de narrativas. A falta de fontes de origem genuinamente africana anteriores ao século XIX representa certa desvantagem, não obstante muitas narrativas europeias preservarem fragmentos de tradições orais dos povos locais.

Se o período entre os séculos IX e XV chega a ser chamado "era das fontes árabes" devido à predominância de material nessa língua, o período em estudo é marcado por um nítido declínio nesse aspecto. Embora o trabalho de Leão, o Africano, tenha sido escrito em italiano, tem procedência na tradição geográfica árabe. O trabalho não está isento de erros, tanto geográficos como históricos; todavia foi ele que supriu a Europa por quase três séculos com seu único verdadeiro conhecimento do interior da África.

O século XVIII não deixou nenhuma fonte árabe externa de grande valor para a história da África ao sul do Saara. A história do Império Songhai, sua queda e o posterior desenvolvimento do Vale do Níger foram registrados não só pelos cronistas sudaneses, mas também por alguns historiadores marroquinos. Os materiais em outras línguas orientais são ainda mais escassos que em árabe.

O enorme volume da literatura europeia sobre a África tropical, desde o início do século XVI, torna impossível uma enumeração até mesmo dos trabalhos ou autores mais importantes. Um estudo do caráter geral e uma avaliação dessa literatura como fonte para a história da África servirão melhor ao propósito de conhecer estas fontes.

No início do século XVI toda a linha costeira do Senegal até o Cabo Guardafui era conhecida dos portugueses, que, no fim do mesmo século, penetraram no interior, no antigo Congo, Angola e ao longo do Zambeze. Os dois séculos seguintes acrescentaram muito pouco ao conhecimento europeu: houve algumas tentativas de cruzar o Saara; contatos mais duradouros foram estabelecidos ao longo do Senegal e Gâmbia. Por outro lado, as informações sobre os povos costeiros, especialmente na África Ocidental, tornaram-se mais detalhadas e variadas. A exploração sistemática do interior africano iniciou-se somente no fim do século XVIII, terminando com a divisão do continente entre as potências coloniais.

Os autores do século XVI eram predominantemente portugueses; os do XVII, holandeses, franceses e ingleses; os do XVIII, principalmente ingleses e franceses, e os do XIX, ingleses, alemães e franceses.

Ao avaliar os materiais europeus, devemos levar em consideração a mudança de atitudes dos europeus em relação aos africanos e suas sociedades em geral. Há diferença entre um cronista português do século XVI, cuja abordagem estava impregnada dos valores medievais, e um estudioso ou médico holandês do fim do século XVII, produto de uma cultura já mais racional. Deve-se também evitar a falácia de que, com o tempo, houve uma melhora gradual na objetividade das narrativas e de que, quanto mais nos aproximamos da atualidade, mais científicas se tornam as observações sobre a realidade africana.

Um dos aspectos mais positivos das fontes europeias é que, acima de tudo, elas nos fornecem a estrutura cronológica. A literatura narrativa é de importância primordial como fonte da história econômica: rotas comerciais, principais mercados, mercadorias e preços, agricultura e artesanato, recursos naturais, tudo isso era observado e descrito sem preconceitos, já que os europeus necessitavam de narrativas tão objetivas quanto possível sobre esses assuntos. O que os europeus mais bem registraram foram suas observações dos aspectos exteriores das sociedades africanas. Os documentos fornecem descrições ricas e precisas de várias cerimônias, vestimentas, comportamentos, estratégias e táticas de guerra, e técnicas de produção. Muito mais grave é a total falta de compreensão da estrutura interna das sociedades africanas. Os autores eram incapazes de descobrir as motivações profundas das atividades africanas. Apesar de tudo, a redação da história da África seria quase impossível sem o material fornecido pelas fontes narrativas europeias.

Durante esse período ocorreu um novo fenômeno, de consequências capitais: o aparecimento e desenvolvimento de uma literatura histórica escrita por africanos da região ao sul do Saara. O meio de expressão não era, inicialmente, nenhuma das línguas africanas locais, mas, sim, o árabe e, mais tarde, também algumas das línguas europeias.

A tradição historiográfica parece ter começado ao mesmo tempo no cinturão sudanês e na costa africana oriental, precisamente nas duas grandes regiões cobertas até essa época pelas fontes árabes externas e nas quais o Islã exerceu uma prolongada influência. As mais antigas crônicas existentes datam do início do século XVI, embora relatem eventos dos períodos anteriores. Mais significativo ainda é o fato de, pela primeira vez, podermos ouvir a voz de africanos autênticos. Outro tipo de fonte é representado pelo dicionário biográfico dos intelectuais do Sudão ocidental.

Intelectuais muçulmanos começaram a registrar por escrito, a partir da metade do século XVIII, crônicas locais, genealogias de clãs, biografias concisas e livros religiosos. A maior parte desses trabalhos está escrita em árabe. Muitas crônicas também foram escritas em ajami, isto é, em línguas locais, mas com caracteres árabes. A situação é análoga nas regiões de fala fulfulde. Na própria Guiné, há muitas crônicas em árabe ou em fulfulde (ou em ambas), a maioria datando dos séculos XVIII e XIX. No norte da Nigéria surgiram também crônicas e outras fontes em árabe, em data relativamente recente.

O início do século XIX presenciou um renascimento da literatura árabe no Sudão central e ocidental; além dos trabalhos naquela língua, um número cada vez maior de livros foi escrito em línguas locais, como haussa, fulfulde, kanuri, mandara, kotoco etc., utilizando caracteres árabes.

A costa africana oriental pode ser comparada com o Sudão quanto ao número de suas crônicas. Há crônicas de muitas cidades, escritas em árabe ou em kiswahili (em escrita árabe), que fornecem listas de reis e narrativas da vida política. As crônicas, na sua maioria, só foram compiladas recentemente, embora algumas remontem à segunda metade do século XVIII. Muitas delas se concentram em acontecimentos anteriores à chegada dos portugueses. Constituem, de certa forma, registros de tradições orais. Somente a "Crônica de Kilwa" é realmente antiga, tendo sido composta, aproximadamente, em 1530. A produção literária dos africanos em línguas europeias tem início dois séculos mais tarde que a redação em árabe. Os primeiros exemplares foram produzidos por indivíduos da costa ocidental.

Mais importantes como fontes históricas são os trabalhos dos escravos libertados, da segunda metade do século XVIII: Ignatius Sancho (1729-1780),

Ottobah Cugoano (c. 1745-1800) e Oloduah Equiano (Gustavus Vasa; c. 1745-1810?). Os três estavam interessados na abolição do comércio de escravos, e seus livros fornecem muito material biográfico sobre a situação dos africanos, tanto na África como na Europa. Do mesmo período provém um documento único, o diário de Antera Duke, um dos principais comerciantes de Calabar, escrito em *pidgin* (mistura de várias línguas) local e que cobre um longo período; esse diário nos fornece importantes dados sobre a vida cotidiana num dos mais importantes portos negreiros. Durante o século XIX muitos africanos ou afro-americanos participaram de viagens de exploração ou publicaram reflexões sobre a vida africana, às vezes em combinação com polêmicas de diversa natureza, como Samuel Crowther, Thomas Freeman, Martin Delany, Edward Blyden, James Africanus Horton e outros.

No fim do século XIX, C. C. Reindorf publicou sua "History of the Gold Coast and Asante" (1895), e é considerado o primeiro historiador moderno de origem africana. Com ele e Samuel Johnson (cuja "History of the Yorubas" é contemporânea do livro de Reindorf, mas só foi publicada em 1921) inicia-se a cadeia ininterrupta de historiadores africanos.

Todas essas fontes narrativas, escritas em árabe ou nas diversas línguas africanas e europeias, formam um vasto e rico conjunto de materiais históricos. Elas não cobrem todos os aspectos do processo histórico e possuem um caráter regional, mas apesar de suas limitações possuem uma vantagem decisiva: são vozes dos africanos, que nos revelam outra face da história, sufocada pela torrente de opiniões estrangeiras.

Além destas, temos as *fontes particulares*, que compreendem, principalmente, a correspondência oficial e particular, relatórios confidenciais de várias transações, registros comerciais, estatísticas, documentos particulares de diversos tipos, tratados e acordos, diários de bordo, etc. Esse material oferece um testemunho objetivo, isento, em princípio, de quaisquer segundas intenções visando um vasto público ou a posterioridade. Existe uma grande quantidade de fontes escritas de origem africana em várias partes do continente e nos arquivos europeus e asiáticos.

Para o período anterior ao século XIX, foram descobertos exemplares isolados de correspondência local e internacional em árabe, provenientes, sobretudo, da África Ocidental. O árabe era utilizado como língua diplomática também por governantes não muçulmanos. O século XIX presenciou um aumento considerável da correspondência em árabe em todo o continente. Com o estabelecimento de Estados centralizados no Sudão houve um desenvolvimento das atividades administrativas e diplomáticas, tendo sido descoberto um abundante material desse tipo, principalmente no sultanato de Sokoto e em seus emirados depen-

dentes. Todos os governantes muçulmanos de grandes ou pequenos Estados mantinham correspondência intensa entre si e com as potências coloniais em desenvolvimento. As administrações coloniais em Serra Leoa, Guiné, Nigéria e Costa do Ouro também mantinham sua correspondência com eles em árabe. O mesmo ocorreu com a África Oriental.

O material nas línguas europeias abrange o período do século XVI até hoje. Escrito numa dúzia de línguas, é imensamente abundante e está disperso pelo mundo inteiro em centenas de lugares diferentes, arquivos, bibliotecas e coleções particulares. Foi por essa razão que o Conselho Internacional de Arquivos, com o apoio moral e financeiro da UNESCO, começou a preparar uma série de guias para as fontes da história da África.

Em cada Estado independente da África existem agora arquivos governamentais que também mantêm material herdado da administração colonial anterior. Com algumas exceções, a manutenção de registros detalhados só teve início, na África, na década de 1880, e há muitas lacunas nesse material, que devem ser compensadas por outras fontes, sendo as mais importantes os registros dos missionários e comerciantes, os documentos particulares e os arquivos em capitais europeias.

Por outro lado, as vantagens dos arquivos criados na África é que guardam materiais e registros que têm relação mais direta com a situação local, enquanto os arquivos coloniais da Europa contêm, principalmente, documentos sobre a política do colonizador. Os arquivos africanos geralmente conservam registros do período pré-colonial que são de extrema importância para a história local. Conservam, ainda, um número muito maior de documentos produzidos por africanos que os arquivos da Europa. Em geral, qualquer pesquisador que trabalhe somente com fontes de antigos arquivos metropolitanos tenderá a escrever uma história dos interesses europeus na África, e não a história dos africanos. Por outro lado, a utilização exclusiva dos arquivos mantidos na África não pode fornecer um quadro completo, já que muitos registros e documentos estão faltando ou são incompletos.

Outros tipos de documentos da mesma categoria são os mapas e outros materiais cartográficos. Nesses mapas, podemos encontrar frequentemente nomes de localidades que hoje não existem mais ou que são conhecidas por outras denominações, mas que são mencionados em outras fontes, orais ou escritas. Os mapas antigos oferecem um material toponímico muito útil, que por sua vez fornecem valiosas informações históricas.

Outra categoria de material encontrado nas fontes escritas são os dados linguísticos. A partir dos primeiros contatos com a África, os viajantes europeus

passaram a acrescentar, às suas narrativas de viagens e outros relatórios, listas mais ou menos longas de palavras nas línguas locais. Os mais antigos vocabulários datam do século XV, e, até o século XIX, raramente encontramos um livro sobre a África sem esse suplemento.

A tradição oral e sua metodologia

As civilizações africanas, no Saara e ao sul do deserto, eram em grande parte civilizações da palavra falada. Reduzir a civilização da palavra falada a uma negativa "ausência do escrever" demonstra uma total ignorância da natureza dessas civilizações orais.

Uma sociedade oral reconhece a fala como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada em elocuções-chave, isto é, a tradição oral. Ela pode ser definida como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Quase em toda parte, a palavra tem um poder. Dizer ou nomear é fazer. As palavras criam coisas, o nome é a coisa. A oralidade é uma atitude diante da realidade. Antes de interpretar suas tradições, o historiador deve iniciar-se nos modos de pensar da sociedade oral.

A tradição oral foi definida como *um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra.* Suas características particulares são o verbalismo e a transmissão, o que fazem dela um documento mais frágil que o documento escrito que é um objeto: um manuscrito. Mas, nem toda informação verbal é uma tradição oral. A origem das tradições pode repousar num testemunho ocular, num boato ou numa nova criação baseada em diferentes textos orais existentes, combinados e adaptados para criar uma nova mensagem. Mas somente tradições baseadas em narrativas de testemunhos oculares são realmente válidas. Esta definição de tradições não implica nenhuma limitação, a não ser o verbalismo e a transmissão oral. Inclui toda uma literatura oral, testemunhos inconscientes, que fornecem detalhes sobre o passado e são fonte importante para a história das ideias, dos valores e da habilidade oral.

Tudo que uma sociedade considera importante para o seu perfeito funcionamento é cuidadosamente transmitido. Numa sociedade oral isso é feito pela tradição. Toda instituição e grupo social tem uma identidade própria que traz consigo um passado inscrito nas representações coletivas de uma tradição que o explica e o justifica. Por isso, toda tradição terá sua "superfície social", sem a qual a tradição não seria mais transmitida.

Nesse sentido, existe a tentação de distinguir *a priori* as tradições históricas de sociedades com "Estados", e sociedades "anárquicas". Esse tipo de classificação é

frágil, porque essas tipologias podem se estender ao infinito, pois cada sociedade é diferente. Não existem dois Estados semelhantes nos detalhes. Generalizações apressadas sobre o valor das tradições seriam despropositadas. O perfil de um determinado *corpus* de tradições só pode ser determinado *a posteriori*.

As funções sociais das tradições são múltiplas. Há as tradições *oficiais*, as "cartas míticas", as histórias das dinastias, genealogias, listas de reis, que podem ser consideradas como constituições não escritas. Nessa categoria podem se incluir todas as tradições que tratam dos assuntos públicos legais, por exemplo, as que mantêm os direitos públicos sobre a propriedade. As tradições *particulares,* associadas a grupos ou instituições incorporados a outros grupos, não serão tão bem-conservadas, embora, em geral, estejam mais próximas da verdade que as demais tradições. Seu testemunho está menos sujeito a distorção e pode oferecer uma verificação efetiva das asserções feitas pelas tradições oficiais.

As funções e o gênero literário juntos podem constituir uma tipologia válida, que permitirá fazer uma avaliação geral das prováveis distorções que as fontes podem ter sofrido. Mas é preciso demonstrar que essa ação realmente ocorreu ou que a probabilidade de distorção é muito grande. Geralmente, é possível mostrar que uma tradição é válida porque não sofreu as distorções esperadas. Cada tradição deve ser submetida a estrita crítica sociológica.

Cada tradição tem sua própria superfície social. Para encontrar as tradições e analisar a qualidade de sua transmissão, é necessário conhecer o tipo de sociedade que está se estudando. Um exame da "superfície social' torna possível, também, descobrir indicações valiosas sobre a frequência e a forma das próprias representações. A frequência é um indicador da fidelidade da transmissão, que não quer dizer que uma frequência elevada de representações significa uma fidelidade na transmissão. Se a sociedade necessita de uma fidelidade estrita, a frequência ajudará a mantê-la, mas se a sociedade não atribui nenhuma importância à fidelidade da transmissão, a grande frequência da representação altera a transmissão mais rapidamente do que uma frequência menor. As representações coletivas inconscientes de uma civilização, que influenciam todas as suas formas de expressão e ao mesmo tempo formam sua concepção do mundo, constituem a estrutura mental de uma sociedade – e variam de uma para outra.

Entre as representações coletivas que mais influenciam a tradição estão, sobretudo, aquelas que precedem a experiência dos sentidos: do tempo, do espaço, da verdade histórica, da causalidade. As categorias cognitivas combinam-se e unem-se a expressões simbólicas de valor, para produzir um registro que os antropólogos qualificam de "mito". As tradições mais sujeitas a uma reestruturação mítica são as que descrevem a origem e a essência, a razão de ser de um

povo. Para cada caso particular, é preciso especificar as razões que se tem para rejeitar ou questionar uma tradição. Só se pode rejeitar uma tradição quando a probabilidade de uma criação de significado *puramente* simbólico é realmente forte e se possa provar. Pois, em geral, as tradições refletem tanto um "mito" como informações históricas.

Sem cronologia, não há história, pois não se pode distinguir o que precede do que sucede. A tradição oral sempre apresenta uma cronologia *relativa,* expressa em listas ou em gerações. As cronologias relativas devem, portanto, ser associadas e, se possível, convertidas em cronologias absolutas. Mas antes é preciso se assegurar de que as informações utilizadas correspondem a uma realidade não distorcida pelo tempo.

A cronologia oral está sujeita a processos de distorção que às vezes encurtam ou prolongam o tempo e tendem a regularizar as genealogias, as sucessões e a sequência de grupos de idade, para conformá-las às normas *ideais* da sociedade no momento.

As sociedades chamadas segmentárias tendem a eliminar ancestrais "inúteis", isto é, os que não deixaram descendentes vivos ou que constituem um grupo separado. Somente os ancestrais "úteis" são utilizados para explicar o presente. A identidade de um grupo étnico é expressa por um único ancestral colocado na origem de uma genealogia. Será o pai ou a mãe do primeiro ancestral "útil". Desse modo, a lacuna entre a origem e a história consciente fica escamoteada. Muitas vezes é impossível remontar a mais do que umas poucas gerações.

Os processos de condensação, alongamento e regularização podem afetar as tradições dinásticas tanto quanto as outras. Em listas de reis, por exemplo, os nomes de usurpadores são às vezes omitidos. O reinado de um rei que abdica e em seguida retorna ao poder é às vezes contado como um único governo, o que encurta o processo histórico.

No campo da cronologia relativa, é possível tentar coordenar diferentes sequências vizinhas, separadas e relacionadas, pelo estudo dos sincronismos que tornam possível harmonizar as duas cronologias relativas em questão, e combiná-las em uma. Utilizando prudentemente os sincronismos, podemos reconstruir campos únicos razoavelmente grandes com uma cronologia relativa comum. Após o exame dos dados genealógicos, pode-se obter uma data absoluta se a tradição mencionar fenômenos astronômicos ou climáticos extraordinários.

Uma vez submetidas a minuciosa crítica, literária e sociológica, podemos atribuir às fontes um grau de probabilidade. Essa apreciação não pode ser quantificada, mas não é, por isso, menos real. A veracidade de uma tradição será mais facilmente constatada se a informação que contém puder ser comparada

com a informação fornecida por outras tradições *independentes* ou por outras fontes. Mas deve-se comprovar a independência das fontes. A comparação com dados escritos ou arqueológicos pode fornecer a confirmação de independência desejada. Mas, ainda neste caso, é preciso que a independência seja comprovada.

Em caso de contradição entre fontes orais, deve-se escolher a mais provável. Uma contradição flagrante entre uma fonte oral e uma fonte arqueológica se resolve em favor da última. Um conflito entre uma fonte escrita e uma oral se resolve exatamente como se fossem duas fontes orais. Devemos ter em mente que a informação quantitativa escrita, de modo geral, é mais digna de confiança, mas que a informação oral relativa aos motivos é geralmente mais precisa que a das fontes escritas.

Todos os elementos que permitam aplicar a crítica histórica às tradições devem ser reunidos em campo. Isso implica num bom conhecimento da cultura, sociedade e língua ou línguas envolvidas, e também em adotar uma atitude sistemática diante das fontes, das quais devem ser recolhidas todas as variantes.

A coleta das tradições requer muito tempo, paciência e reflexão. Devem ser levadas em consideração as características particulares de cada caso e haver cuidado ao estudar a transmissão. Alguns manuscritos e especialmente relatórios dos primeiros tempos da administração colonial foram tomados pela tradição como verdades "ancestrais". Se o fato é verificado em campo, pode-se corrigir esses dados insidiosos buscando-se outras versões.

É preciso estruturar a pesquisa de acordo com uma nítida tomada de consciência histórica. Não é possível recolher "todas as tradições". É necessário primeiramente saber quais os problemas históricos que se quer estudar e então procurar as fontes correspondentes.

Atualmente, a coleta de tradições orais está se processando em todos os países africanos. A massa de dados recolhidos refere-se principalmente ao século XIX e está concentrada principalmente na África Oriental, Central e equatorial, onde as tradições, frequentemente, são as únicas fontes. As cronologias remontam raramente além de 1700.

Além das tradições recentes, existe um vasto corpo de informações literárias, como as narrativas épicas, e de dados cosmogônicos que podem ocultar informações históricas às vezes relativas a épocas bastante remotas. A epopeia de Sundiata é um exemplo.

Muito frequentemente a coleta de tradições ainda parece superficial, e sua interpretação, muito literal. Esse fenômeno vem reforçar a imagem de uma África cuja história consiste apenas em origens e migrações e tem dado margem à maioria das críticas dirigidas contra a utilização das tradições orais.

A importância maior das tradições reside em sua explicação das mudanças históricas no interior de uma civilização. Mas as tradições são geralmente enganadoras no que diz respeito à cronologia, e aos dados quantitativos. Além disso, qualquer mudança inconsciente escapa à memória da sociedade. Isso mostra as suas limitações, mas mesmo assim ela se revela uma fonte de primeira ordem para os últimos séculos.

As tradições têm comprovado seu valor insubstituível. Não é mais necessário convencer os estudiosos de que as tradições podem ser fontes úteis de informação. Todo historiador está ciente disso. O que devemos fazer agora é melhorar nossas técnicas de modo a extrair das fontes toda a sua riqueza potencial. Essa é a tarefa que nos espera.

A tradição viva

A tradição oral é o único caminho para penetrar a história e o espírito dos povos africanos, pois é a herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer que são a memória viva da África.

Para alguns estudiosos, o problema todo se resume em saber se é possível conceder à oralidade a mesma confiança que se concede à escrita quando se trata do testemunho de fatos passados. Mas o testemunho, seja escrito ou oral, no fim não é mais que testemunho humano, e vale o que vale o homem.

O que se encontra por detrás do testemunho é o próprio valor do homem que faz o testemunho, principalmente a solidez da ligação entre o homem e a palavra. Nas sociedades orais é onde a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte. Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra.

Nas tradições africanas – que dizem respeito a toda a região de savana ao sul do Saara –, a palavra falada tinha caráter sagrado, vinculado à sua origem divina e às forças ocultas nela depositadas. Agente mágico por excelência, era utilizada com prudência.

A tradição oral é a grande escola da vida, e dentro dela, o espiritual e o material não estão dissociados. É ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação. Fundada na iniciação e na experiência, a tradição oral conduz o homem à sua totalidade. Ela envolve

uma *presença* particular no mundo, concebido como um Todo onde todas as coisas se religam e interagem.

Todas as tradições africanas postulam uma *visão religiosa do mundo.* A violação das leis sagradas causaria uma perturbação no equilíbrio das forças que se manifestaria em distúrbios de diversos tipos. Por isso, a ação mágica, ou seja, a manipulação das forças, geralmente almejava restaurar o equilíbrio perturbado e restabelecer a harmonia. Na Europa, a palavra "magia" é sempre tomada no mau sentido. Na África, ela designa unicamente o controle das forças, em si uma coisa neutra que pode se tornar benéfica ou maléfica conforme a direção que se lhe dê. A fala, que tira do sagrado o seu poder criador e operativo, encontra-se em relação direta com a conservação ou com a ruptura da harmonia no homem e no mundo que o cerca.

Na África tradicional, aquele que falta à palavra mata sua pessoa civil, religiosa e oculta. Ele se separa de si mesmo e da sociedade. Seria preferível que morresse, tanto para si próprio como para os seus. Eis o contexto mágico-religioso e social no qual se situa o respeito pela palavra nas sociedades de tradição oral, especialmente quando se trata de transmitir as palavras herdadas de ancestrais ou de pessoas idosas. O que a África tradicional mais preza é a herança ancestral.

Os grandes depositários da herança oral são os chamados "tradicionalistas". Memória viva da África, eles são suas melhores testemunhas. Em bambara, são chamados de *Doma* ou *Soma,* os "Conhecedores". Podem ser Mestres iniciados (e iniciadores) de um ramo tradicional específico (iniciações do ferreiro, do tecelão, do caçador, do pescador etc.) ou possuir o conhecimento total da tradição em todos os seus aspectos. Na savana sudanesa existem grandes escolas de iniciação, por exemplo, no Mali, o *Komo*, o *Kore*, o *Nama*, o *Do*, o *Diarrawara*, o *Nya*, o *Nyaworole* etc.

O "Conhecedor", na maioria das vezes, é um "generalizador" que domina uma *ciência da vida* cujos conhecimentos sempre podem favorecer uma utilização prática. Para a África tradicional, falar de ciências "iniciatórias" ou "ocultas" é falar de uma ciência prática que consiste em mobilizar as forças que sustentam o mundo visível e que podem ser colocadas a serviço da vida. O tradicionalista, de uma memória prodigiosa, também é o arquivista de fatos passados transmitidos pela tradição, ou de fatos contemporâneos. Os grandes *Doma* eram conhecidos e venerados, e as pessoas recorriam ao seu conhecimento e à sua sabedoria. Eles foram postos de parte e perseguidos pelo poder colonial.

Os tradicionalistas-doma respeitam a verdade. Um mentiroso não poderia ser um iniciador, nem um "Mestre da faca" e muito menos um *Doma*. A proibição atinge todos os que exercem uma responsabilidade mágico-religiosa e

realizam os atos rituais, isto é, os intermediários entre os mortais comuns e as forças tutelares.

A proibição da mentira deve-se ao fato de que a principal condição para a realização dos atos rituais é o oficiante estar em harmonia antes de manipular as forças da vida, e a mentira corrompe o rito. Os *Doma* sujeitam-se a esta obrigação já que são os grandes *detentores da Palavra,* herdeiros das palavras sagradas transmitidas pela cadeia de ancestrais. Eles não utilizam a palavra imprudentemente.

Não se deve confundir os tradicionalistas-doma com os trovadores, contadores de história e animadores públicos, que em geral pertencem à casta dos *Dieli (griots)* ou dos *Woloso.* Para estes, a disciplina da verdade não existe; e a tradição lhes concede o direito de travesti-la ou de embelezar os fatos. O *griot*, como se diz, "pode ter duas línguas".

Antes de falar, o *Doma* dirige-se às almas dos antepassados para que venham assisti-lo. *Danjo Sine,* o grande *Doma* bambara, intervinha na presença de duas testemunhas: seus colaboradores, que conhecendo a trama, serviam de fiscais e apoio. Se o contador de histórias cometesse um erro ou esquecesse algo, sua testemunha o interromperia. Um tradicionalista-doma tem o costume de citar sua fonte. Ele renderá homenagem ao ancestral da tradição. Existe sempre referência à cadeia da qual o próprio *Doma* é apenas um elo. Em todos os ramos do conhecimento tradicional, a *cadeia de transmissão* é muito importante. Não existindo transmissão regular, não existe "magia", pois só a palavra transmitida dessa forma veicula uma força que a torna operante e sacramental.

A educação tradicional começa no seio de cada família, onde o pai, a mãe ou as pessoas mais idosas são mestres e educadores que ministram as primeiras lições da vida, através da experiência e por meio de histórias, fábulas, lendas, máximas, adágios, provérbios, certos jogos infantis. O ensinamento é ligado às circunstâncias da vida.

Na África, tudo é "História". De todas as "Histórias", a maior e mais significativa é a do próprio Homem, simbiose de todas as "Histórias", uma vez que, segundo o mito, foi feito com uma parcela de tudo o que existiu antes dele. Todos os reinos da vida (mineral, vegetal e animal) encontram-se nele. A iniciação o fará descobrir a sua própria relação com o mundo das forças e o conduzirá ao autodomínio, sendo a finalidade última tornar-se um "homem completo".

Os ofícios artesanais tradicionais são os grandes vetores da tradição oral. A atividade artesanal deveria "repetir" o mistério da criação. Portanto, ela "focalizava" uma força oculta da qual não se podia aproximar sem respeitar certas condições rituais. Os gestos de cada ofício reproduzem, no simbolismo que lhe é próprio, o mistério da criação primeira, que se ligava ao poder da Palavra. Assim,

cada ofício vincula-se ao simbolismo de um aspecto da Palavra criadora. Diz-se que: “O ferreiro forja a Palavra, o tecelão a tece, o sapateiro amacia-a curtindo-a”.

O artesão tradicional realizava uma função sagrada que empregava as forças fundamentais da vida e em que se aplicava todo o seu ser. Ele é o exemplo perfeito de como o conhecimento pode se incorporar à totalidade da vida, uma vez que deve respeitar um conjunto de proibições e obrigações ligadas à sua atividade, que constitui um verdadeiro código de comportamento em relação à natureza e aos semelhantes. Existe, desse modo, verdadeiros códigos morais, sociais e jurídicos peculiares a cada grupo, transmitidos e observados fielmente pela tradição oral. A atividade tradicional esculpe o ser do homem. Os instrumentos de um ofício materializam as Palavras sagradas; o contato do aprendiz com o ofício o obriga a viver a Palavra a cada gesto.

Por essa razão, a tradição oral, tomada no seu todo, é *geradora e formadora de um tipo particular de homem*. Pode-se afirmar que existe a civilização dos ferreiros, a civilização dos tecelões, a civilização dos pastores etc. Toda atividade tradicional constitui uma grande escola iniciatória ou mágico-religiosa, uma via de acesso à Unidade.

Geralmente, a fim de conservar restritos à linhagem os conhecimentos secretos e os poderes mágicos deles decorrentes, todo grupo devia observar proibições sexuais rigorosas em relação a pessoas estranhas ao grupo e praticar a endogamia. Assim, esses grupos chegaram gradualmente à noção de “casta”, tal como existe atualmente na África da savana. Essa noção de castas superiores ou inferiores surgiu provavelmente como consequência da aparição de alguns impérios onde a função de guerreiro, reservada aos nobres, lhes conferia uma espécie de supremacia. De qualquer maneira, a tradição sempre atribuiu aos nobres a obrigação de garantir a conservação das “castas”.

Os caçadores, os pescadores e os agricultores não correspondem a castas, mas sim a etnias cujas atividades representam também grandes escolas de iniciação. Os curandeiros podem pertencer a qualquer classe ou grupo étnico. Normalmente eles são *Doma*.

A música, a poesia lírica e os contos, que animam as recreações populares e a história, são privilégios dos *griots,* espécie de trovadores que percorrem o país ou estão ligados a uma família. Classificam-se em três categorias:

a) os *griots músicos*, cantores, preservadores, transmissores da música antiga, compositores e que tocam qualquer instrumento (monocórdio, guitarra, cora, tantã etc.);

b) os *griots “embaixadores”* e cortesãos, responsáveis pela mediação entre as grandes famílias, estão sempre ligados a uma família nobre ou real, às vezes a uma única pessoa;

c) os *griots genealogistas*, historiadores ou poetas que são igualmente contadores de história e grandes viajantes, não necessariamente ligados a uma família.

A tradição lhes confere um *status* social especial. Têm o direito de ser cínicos e gozam de grande liberdade de falar, já que não têm compromisso algum que os obrigue a guardar respeito para com a verdade.

Devendo o nobre ou o chefe ser moderado na expressão e na fala, são os *griots* ligados às famílias os que desempenham o papel de mediadores. Eles são "a língua" de seu mestre, encarregados particularmente das negociações matrimoniais. A sociedade africana está baseada no diálogo entre os indivíduos e na comunicação entre comunidades, e os *griots* são os agentes ativos e naturais nessas conversações.

Dotados de considerável inteligência, desempenhavam um papel de grande importância devido à sua influência sobre os nobres e os chefes. O segredo do poder da influência dos *Dieli* sobre os *Horon* (nobres) reside no conhecimento que têm da genealogia e da história das famílias. Estes *griots* raramente pertencem a uma família e viajam pelo país em busca de informações históricas cada vez mais extensas.

Os *griots* genealogistas, especializados em histórias de famílias e dotados de memória prodigiosa, tornaram-se naturalmente os arquivistas da sociedade africana e, às vezes, grandes historiadores. Os *griots* historiadores, a rigor, podem ser chamados de "tradicionalistas".

Um *griot* pode tornar-se um tradicionalista-doma se suas aptidões o permitirem e se ele tiver passado pelas iniciações correspondentes (com exceção, no entanto, da iniciação do *Komo*, que lhe é proibida). O *griot* que é também tradicionalista-doma constitui uma fonte de informações de absoluta confiança, pois sua qualidade de iniciado lhe confere um alto valor moral e o sujeita à proibição da mentira.

Na educação africana, a própria vida era educação. No Bafur, até os 42 anos, um homem devia ficar "ouvindo" e aprofundar o conhecimento que veio recebendo desde sua iniciação, aos 21 anos. A partir dos 42 anos adquiria o direito à palavra nas assembleias e tornava-se um mestre, para devolver à sociedade aquilo que dela havia recebido.

Após aprender o ofício, o jovem *nyamakala*, artesão, ia geralmente de cidade em cidade, a fim de aumentar seus conhecimentos aprendendo com novos mestres. De modo geral, uma pessoa não se torna tradicionalista-doma permanecendo em sua cidade. O homem que viaja, descobre e vive outras iniciações alarga o campo de sua compreensão. O homem que se tornou tradicionalista-

-doma foi um pesquisador e um indagador durante toda a vida e jamais deixará de sê-lo.

O grande genealogista é sempre um grande viajante, a fim de aumentar seus conhecimentos para se informar sobre as principais ramificações de um grupo étnico. Dizer genealogista é dizer historiador, pois um bom genealogista conhece a história de todas as personagens que cita ou, pelo menos, das principais. Essa ciência se encontra na própria base da história da África, pois o interesse pela história está ligado não à cronologia, mas à genealogia, no sentido de se estabelecer as linhas de desenvolvimento de uma família, clã ou etnia no tempo e no espaço. A genealogia é ao mesmo tempo sentimento de identidade, meio de exaltar a glória da família e recurso em caso de litígio.

As peculiaridades da memória africana e as modalidades de sua transmissão oral não foram afetadas pela islamização, que atingiu grande parte dos países da savana. O Islã não adaptou a tradição africana a seu modo de pensar, mas adaptou-se à tradição africana quando esta não violava seus princípios fundamentais. Nas duas tradições encontramos a mesma preocupação em citar as fontes, nunca modificar as palavras do mestre, o mesmo respeito pela cadeia de transmissão iniciatória e o mesmo sistema de caminhos iniciatórios que tornam possível aprofundar, através da experiência, aquilo que se conhece pela fé.

Obtive uma ilustração prática de como as narrativas históricas vivem e são preservadas com extrema fidelidade na memória coletiva de uma sociedade de tradição oral, durante pesquisas realizadas para escrever a "História do império Peul de Macina no século XVIII". Constatei que, no conjunto, meus mil informantes haviam respeitado a verdade dos fatos. Dependendo do grupo étnico a que pertencia, podia tender a minimizar certos revezes ou a tentar encontrar alguma justificativa para eles, mas não mudava os dados básicos. Essa experiência provou-me que a tradição oral era perfeitamente válida do ponto de vista científico. É possível comparar as versões de diferentes etnias, mas a própria sociedade exerce um autocontrole permanente.

Entre todos os povos do mundo, constatou-se que os que não escreviam possuíam uma memória mais desenvolvida. O dado a ser retido fica imediatamente inscrito na memória do tradicionalista, como em cera virgem, e lá permanece sempre disponível, em sua totalidade.

Uma das peculiaridades da memória africana é reconstituir o acontecimento ou a narrativa registrada *em sua totalidade* e fazê-lo *no presente.* Trata-se de *trazer ao presente* um evento passado do qual todos participam, o narrador e a sua audiência. De maneira geral, a memória africana registra toda a cena: o cenário, os personagens, suas palavras, os mínimos detalhes das roupas. Todos esses

detalhes animam a narrativa, contribuindo para dar vida à cena. Por essa razão, o tradicionalista não consegue "resumir" senão dificilmente. Todo detalhe possui sua importância para a verdade do quadro. Ou narra o acontecimento em sua integridade ou não o narra. A vida não se resume jamais. Do mesmo modo, o tradicionalista não tem receio de se repetir. Ninguém se cansa de ouvi-lo contar a mesma história. O passado se torna presente. Essa peculiaridade da memória africana tradicional, ligada a um contexto de tradição oral, é em si uma garantia de autenticidade.

As fichas imateriais do catálogo da tradição oral são máximas, provérbios, contos, lendas, mitos etc., que constituem quer um esboço a ser desenvolvido, quer um ponto de partida para narrativas didáticas antigas ou improvisadas.

Para a África, a época atual é de complexidade e de dependência. Os diferentes mundos, as diferentes mentalidades e os diferentes períodos sobrepõem-se, interferindo uns nos outros, às vezes se influenciando mutuamente, nem sempre se compreendendo.

O drama todo do que chamarei de "África de base" é o de ser frequentemente governada por uma minoria intelectual que não a compreende mais, através de princípios incompatíveis com a sua realidade. No entanto, uma importante parcela da juventude culta vem sentindo cada vez mais a necessidade de se voltar às tradições ancestrais e de resgatar seus valores fundamentais, a fim de reencontrar suas próprias raízes e o segredo de sua identidade profunda. Por contraste, no interior da "África de base", que em geral fica longe das grandes cidades, a tradição continuou viva e grande número de seus representantes ou depositários ainda pode ser encontrado. Mas por quanto tempo?

O grande problema da África tradicional é, em verdade, o da *ruptura da transmissão,* estando hoje, em tudo o que concerne à tradição oral, diante da última geração dos grandes *depositários da tradição oral*, após os quais os últimos grandes monumentos vivos da cultura africana terão desaparecido e, junto com eles, os tesouros insubstituíveis de uma educação peculiar, ao mesmo tempo material, psicológica e espiritual, fundamentada no sentimento de unidade da vida e cujas fontes se perdem na noite dos tempos.

Para que o trabalho de coleta seja bem-sucedido, o pesquisador deverá se armar de muita paciência. A condição mais importante de todas, porém, é saber renunciar ao hábito de julgar tudo segundo critérios pessoais. Para descobrir um novo mundo, é preciso saber esquecer seu próprio mundo, do contrário, o pesquisador estará simplesmente transportando seu mundo consigo ao invés de manter-se "à escuta".

A arqueologia da África e suas técnicas – processos de datação

Ao descobrir um artefato, o arqueólogo geralmente começa a estudá-lo através de meios puramente arqueológicos. Na maioria dos casos, entretanto, não consegue encontrar os dados capazes de fornecer uma resposta às suas perguntas ou ajudá-lo a chegar a conclusões satisfatórias. Quando isso acontece, ele tem de submeter sua descoberta a outras disciplinas, para completar a investigação. Essas pesquisas complementares constituem apenas um novo ângulo sob o qual o arqueólogo vai enfocar o problema; os dados científicos e as considerações de ordem estilística, filológica e estratigráfica devem formar um todo inseparável.

Os métodos científicos utilizados pela arqueologia têm o mérito de ser universais. Podem ser aplicados tanto na África como na Europa, Ásia ou América, embora a maneira de aplicá-los possa variar de um lugar para outro. O assunto é muito vasto; por isso, trataremos os temas seguintes de maneira ampla:

A) Técnicas analíticas usadas em arqueometria;
B) Objetivos da pesquisa e da análise arqueométricas;
C) Técnicas de datação;
D) Técnicas usadas na prospecção arqueológica;
E) Técnicas de conservação.

Técnicas analíticas usadas em arqueometria

Para decidir qual das técnicas de análise utilizar no exame das amostras, temos que levar em conta quais são os critérios para escolher o melhor método de análise, como apresentar os resultados e conhecer os métodos.

As amostras arqueológicas são excepcionalmente valiosas porque a quantidade de material disponível é tão pequena que mal se presta a uma análise completa, e talvez não possa ser substituída. Por outro lado, pelo menos uma parte da amostra deve ser guardada para futuras referências ou exposições. Portanto, deve-se ter muito cuidado nas análises arqueométricas, a fim de obter o maior número possível de informações. Os critérios que determinam a escolha do método de análise vão depender da importância da amostragem disponível, do tipo de material analisável e da informação procurada.

Existe uma grande variedade de materiais arqueológicos. Alguns deles são total ou parcialmente orgânicos e outros são inorgânicos. Os materiais orgânicos são geralmente submetidos à combustão, saponificação, dissolução, radiação

infravermelha, análise térmica e cromatográfica. Os materiais inorgânicos são submetidos às análises normais em meio aquoso, à espectrometria, à fluorescência de raios X, à difração de raios X ou à ativação por nêutrons, conforme o tipo de informação procurada.

À luz dessas considerações, podemos enumerar as técnicas de análise mais importantes usadas em arqueometria. São elas: o exame microscópico, a radiografia, a determinação do peso específico, a análise em meio químico aquoso, a espectrofotometria, a análise por absorção atômica, a fluorescência de raios X e a análise por ativação de nêutrons.

Objetivos da análise arqueométrica

Os principais objetivos da investigação científica e da análise em arqueometria são a identificação rigorosa dos objetos, a tradução de palavras antigas desconhecidas, a detecção da origem dos vestígios arqueológicos, a investigação do uso anterior dos objetos examinados, a pesquisa das antigas técnicas de fabricação e os testes de autenticidade.

Técnicas de datação

A ciência dispõe de várias técnicas para determinar a idade de materiais antigos. As principais são as seguintes: a) datação aproximativa pela análise arqueométrica; b) datação por radiocarbono; c) datação com potássio-argônio; d) datação por termoluminescência.

Técnicas utilizadas na prospecção arqueológica

O objetivo básico do emprego de técnicas científicas na prospecção do solo é a descoberta de informações sobre sítios arqueológicos enterrados, a fim de preparar ou substituir as escavações. Inclui as seguintes técnicas: a) fotografia aérea; b) análise do solo; c) análise do pólen; d) estudo da resistividade elétrica; e) exame magnético; f) sondagem das pirâmides do Egito através de raios cósmicos.

Técnicas de conservação

Os mais sérios problemas de conservação na África estão relacionados à fragilidade dos materiais e à violenta deterioração dos monumentos de pedra.

- Fragilidade dos materiais

Devido ao excessivo calor e à aridez de numerosos países africanos, os artefatos feitos de material orgânico (pergaminho, papiro, couro, madeira, marfim etc.) tornaram-se extremamente frágeis. Antes de mais nada, é preciso embrulhá-los em panos úmidos, conservando-os por algum tempo em lugar fechado e úmido, ou tratá-los com vapor num recipiente apropriado, para restaurar, total ou parcialmente, sua maleabilidade. Então podem ser desenrolados ou desdobrados sem risco de fragmentação.

- A violenta deterioração dos monumentos de pedra

Os principais agentes de deterioração dos monumentos de pedra na África são a *migração dos sais* do solo salino para a pedra dos monumentos onde podem cristalizar-se na própria superfície, provocando sua desintegração, ou sob a superfície, fazendo com que se rompa. E as *intempéries:* na África, a pedra é muito afetada pelas variações de temperatura e umidade, que provocam a ruptura dos elementos superficiais da maioria das rochas. Em muitos lugares, os dois fatores e degradação agem conjuntamente.

Numerosas tentativas de consolidar as superfícies de pedra foram efetuadas, através do tratamento com produtos orgânicos de conservação, que se revelaram não apenas ineficazes como também nocivos, pois aceleram a deterioração e as fraturas da pedra.

História e linguística

O negro africano estabelece uma ligação entre história e língua. O que favorece a ligação entre história e linguagem na tradição dos povos da África negra é a concepção que identifica pensamento e linguagem e encara a história como um saber, uma arte de viver.

A linguística e a história interagem, pelo menos, em dois aspectos: a língua como sistema e instrumento de comunicação é um fenômeno histórico; e como alicerce do pensamento e, portanto, do passado e do conhecimento deste, ela é o lugar e a fonte privilegiada do documento histórico. Assim entendida, a linguística fornece à história pelo menos dois tipos de dados: uma informação propriamente linguística e um documento supralinguístico. Graças aos fatos do pensamento, aos elementos conceituais utilizados numa língua e aos textos orais e escritos, a linguística permite que se leia a história dos homens e de suas civilizações.

Ciências linguísticas e história

Todas as ciências que têm por objeto a língua e o pensamento podem contribuir para a pesquisa histórica. Algumas, porém, apresentam uma conexão mais direta com a história.

Assim, é comum dizer que o estudo do parentesco das línguas situa-se no ponto de encontro entre a linguística e a história, mais do que na análise da evolução do material fornecido pelos textos escritos ou orais e pelos vocábulos de um idioma. Mas os dois tipos de pesquisa se referem a fatos da língua ou pensamento e, portanto, da história.

Classificar as línguas já é revelar o parentesco e a história dos povos que as falam. Podem-se distinguir diversos tipos de classificação:

Classificação genética: estabelece o parentesco e os vínculos de filiação no interior de uma família linguística, ajudando a restabelecer a unidade histórica de povos e culturas que utilizam línguas da mesma origem.

Classificação tipológica: reagrupa as línguas que apresentam semelhanças evidentes em suas estruturas e sistemas. Línguas de origem idêntica ou diferente podem utilizar a mesma formação lexical, nominal, verbal ou pronominal, ainda que sejam muito distantes umas das outras do ponto de vista genético, histórico ou geográfico, como é o caso do wolof e do inglês. Também pode acontecer que línguas da mesma família sejam de tipos diferentes. Seu parentesco é estabelecido a partir de um vocabulário comum convincente. A consideração dos sistemas fonológicos, morfológicos e sintáticos impõe o reagrupamento tipológico da maior parte das línguas africanas.

Classificação geográfica: compara e reagrupa línguas que coexistem numa área. As classificações propostas para a África são frequentemente geográficas em setores essenciais e deixam de lado alguns fenômenos como a migração e a imbricação dos povos. Fazem referência principalmente a denominações e agrupamentos topológicos e geográficos, estabelecendo categorias como "oeste-atlântico", "níger-congo", "senegalês-guineense", "nígero-chádico" etc.

Uma classificação rigorosa das línguas africanas requer procedimentos que demonstrem que as formas, o vocabulário e as estruturas linguísticas propostas como elementos de comparação fazem parte do patrimônio original das línguas comparadas. A semelhança não deve ser resultado de empréstimos ou de contatos antigos ou recentes.

Com o tempo, as formas originalmente comuns a mais de uma língua podem ter sofrido transformações de ordem fonética, morfológica ou estrutural. Essa evolução, que obedece a certas leis, é um fenômeno conhecido e analisável.

A reconstrução de uma língua constitui uma ajuda valiosa para a ciência classificatória, já que permite retraçar a história de uma língua ou de uma família linguística, ajudando a estabelecer a protolinguagem original. Pode ser feita baseando-se na correspondência de sons. Da reconstrução fonológica se passa para a reconstrução do repertório léxico e do vocabulário original. No estabelecimento das protolínguas (protobanto, protochádico etc.), sempre se faz referência ao *repertório lexical comum* e se estabelece "porcentagens" de palavras comuns, elaborando quadros de "contagem lexical". Mas o vocabulário comum não é suficiente para negar ou afirmar uma relação histórica. Tem-se recorrido também à *identidade de estrutura* (sistema nominal, pronominal, verbal etc.)

Essas comparações permitem determinar a idade dos materiais léxicos e estruturais, com o objetivo de precisar o nível em que se situa o parentesco linguístico.

No contexto de uma pesquisa sobre uma época recente e a propósito de línguas escritas, o esforço é relativamente menor. Mas a raridade dos documentos posteriores ao IV milênio antes da Era Cristã geralmente dificulta a tarefa.

Para atenuar essa escassez de informação, foi aplicada na África a técnica da datação da evolução lexical de uma língua, tomando como referência o ritmo das mudanças no vocabulário (a glotocronologia). Essa técnica visa informar sobre a idade, as etapas e o estado de evolução dos termos e das formas do léxico. A evolução do vocabulário fundamental ou básico é relativamente lenta nas sociedades antigas. Particularmente na África negra, foi possível formar uma ideia desse ritmo de evolução através do levantamento de palavras registradas por escrito, desde o século XI, do vocabulário das línguas sudanesas, recolhido nos textos árabes. Esses termos não sofreram quase nenhuma mudança depois de um milênio de história.

A ideia e a noção de uma comunidade banto reunindo a grande maioria dos povos da África Central e meridional nasceram no século XIX com os trabalhos de W. Bleek, que numa obra publicada em 1862 estabeleceu o parentesco das línguas.

O parentesco de língua e de cultura é muito mais perceptível à primeira vista para as etnias que vivem lado a lado. É o que ocorre com os banto. Da mesma forma, os trabalhos de Homburger e Cheikh Anta Diop colocaram a ênfase nas semelhanças espantosas do egípcio faraônico, que era falado 5000 anos atrás, com o haussa, o wolof ou o songhai.

Ocorrem ainda fenômenos de imbricação. Grandes línguas de unificação continuam a servir de suporte à integração de etnias diferentes. O lingala, o haussa, o kiswahili, o ioruba, o twi, o ibo, o bambarajula, o fulfulde, o árabe ou o wolof são falados por milhões de pessoas de origens diferentes. O pensamento

africano tradicional tem-se mostrado com frequência bastante consciente não só dessa imbricação, mas também do papel explicativo que o fenômeno linguístico pode representar na elucidação da história.

A ciência classificatória em linguística africana inaugura-se no século XIX com os trabalhos dos comparatistas indo-europeus, de quem os pesquisadores da linguística africana (S. Koelle, W. Bleek) foram discípulos. Desde então, diversos linguistas publicaram estudos comparativos, principalmente Bleek, Meinhof e Guthrie para as línguas banto; Delafosse para as línguas do oeste africano; C. L. Lepsius, A. N. Tucker e G. W Murray para as línguas nilóticas; Basset para o berbere; assim como Bauman e Westermann e H. Greenberg contribuíram com seus trabalhos antes da contribuição cada vez mais importante dos próprios africanos. Entretanto, esses trabalhos continuam discutíveis. Quase todos os linguistas consideram prematuras as tentativas de classificação, já que ainda não se reuniu material devidamente analisado e preparado para uma comparação genética ou mesmo tipológica das línguas africanas.

A simples enumeração das línguas africanas encontra obstáculos, já que o levantamento desses idiomas ainda não atingiu resultados muito precisos. Alguns progressos se verificaram, mas não é possível classificar línguas que ainda não foram identificadas com exatidão e analisadas precisamente. Três áreas linguísticas concretas ilustram a amplidão das controvérsias e o grau das incertezas: falares da fronteira geográfica atual entre a família camito-semítica e a família negro-africana; o grupo "oeste-atlântico", ou ainda "senegalês-guineense".

Ciências auxiliares

A análise aculturalista ou "topológica" releva uma ciência que tem por objeto o estudo da origem e dos processos de difusão dos traços culturais (ideias, técnicas etc.). Introduz muitos erros no âmbito da ciência classificatória, já que vários autores inferiram um parentesco linguístico a partir da constatação de traços culturais que geralmente se devem a fenômenos de empréstimo, contato ou convergência.

A ciência onomástica é a ciência dos nomes de lugares (topônimos), de pessoas (antropônimos) ou de cursos de água (hidrônimos). A *onomástica* está intimamente relacionada ao léxico das línguas. Assim, seguindo a pista dos nomes de pessoas, identificam-se os elementos étnicos que constituem uma comunidade. A *antroponímia* desempenha um papel importante no estudo da história das etnias e das comunidades políticas ou culturais. A *toponímia* e a *hidronímia* constituem também ciências indispensáveis ao estudo das migrações dos povos.

A antropologia semântica ou etnolinguística constitui uma abordagem que tenta revelar a cultura do homem através de sua língua. Baseia-se numa análise global da língua de uma etnia ou uma comunidade heterogênea que tem um falar comum, para evidenciar sua cultura, seu pensamento e sua história. Nas civilizações predominantemente orais a linguística torna-se um meio privilegiado de redescobrir o patrimônio intelectual.

Suporte do documento e do pensamento histórico, a oralidade, como meio de elaborar e fixar o pensamento, tem suas próprias técnicas, meios e métodos de concepção e transmissão. O pensamento escrito tende a cristalizar-se sob uma forma permanente, rompendo com uma tradição verbal que oferece mais possibilidades à invenção e à criação de mitos, assim como a dialetização. Uma língua literária apresenta maior dimensão visual e integra dados gráficos que lhe conferem certa especificidade. Já a linguagem oral utiliza mais o elemento sonoro e suas formas de expressão também são afetadas pela importância da memória. O documento escrito e a tradição oral são complementares. Além disso, os relatos orais, uma vez transcritos, tornam-se textos literários.

Tradição gráfica – as escritas africanas. Na África, tanto na época dos faraós como durante o reinado dos soberanos do Daomé ou dos Mansa Mandinga, o uso da escrita atendeu principalmente à necessidades de caráter religioso ou sagrado e de perpetuação histórica.

O hieróglifo egípcio permaneceu pictográfico em sua função original de instrumento dos templos e, como o hieróglifo daomeano, faz referência à imagem tanto quanto possível. No espírito do sacerdote egípcio, o hieróglifo encerra um poder mágico de evocação, concepção ontológica que se enraíza profundamente na tradição negro-africana. Por milhares de anos, a tradição africana não foi capaz de dessacralizar o pensamento e seus suportes orais e gráficos. Trata-se de uma escrita voluntariamente realista, preocupada em materializar os seres, os objetos e as ideias para restituir-lhes ou conservar suas qualidades naturais. A deformação da escrita pictográfica pelo uso do *cursivo* só é permitida fora dos templos. A *escrita hierática* e o *demótico* "popular" são as grafias não sagradas e utilitárias.

A unidade das grafias inventadas na África reside também na própria técnica de transcrição. Existe uma referência constante a três técnicas de fixação gráfica: o recurso à imagem do ser ou do objeto (*pictogramas*); o recurso ao símbolo para representar uma realidade (*ideogramas*); finalmente, o uso do fonograma para representar todas as realidades designadas pelo mesmo som ou grupo de sons (*pictofonogramas*).

As representações gráficas do tempo dos faraós e as de certos reis africanos seguem as mesmas regras técnicas de simbolização. Assim, a *Palette* de Narmer e as *Récades* de Glélé ou de Dakodonu transcrevem o discurso segundo os mesmos princípios.

O sistema hieroglífico sobreviveu na África negra até uma época tardia. Contudo, os sistemas de escrita ideográfica parecem ter resistido melhor em solo negro-africano ocidental. A maioria dos povos negros da África está familiarizada com o ideograma, através das técnicas divinatórias, porque eram usadas pelos sacerdotes do culto, os gravadores de obras de arte etc.

O aparecimento das escritas fonéticas na África resulta de uma evolução tardia. As escritas silábicas e alfabéticas da África Ocidental, muito difundidas desde o fim do século XVIII nas costas da Guiné e nas regiões sudanesas, podem ter nascido de uma evolução interna ou ter tomado sua forma definitiva sob a influência mais ou menos distante de uma contribuição externa, de origem árabe ou europeia. Assim, a escrita vai (Libéria) do século XIX.

A existência da escrita é um elemento permanente na história e no pensamento africanos, como mostram a abundância de sistemas gráficos e de evidências de seu uso.

Teorias relativas às "raças" e história da África

Se admitirmos que a espécie humana pertence a um único tronco, a teoria das "raças" só pode ser desenvolvida dentro do contexto do evolucionismo. A raciação se inscreve no processo geral da evolução diversificadora. Baseia-se num estoque gênico diferente, causado por oscilação genética ou por seleção natural. Esta conduz a uma diversificação adaptativa. Na África, ambos os processos devem ter ocorrido. Do ponto de vista biológico, os homens de uma "raça" têm em comum alguns fatores genéticos que num outro grupo "racial" são substituídos por seus alelos; entre os mestiços, coexistem os dois tipos de genes.

Contudo, os métodos tradicionais de análise das raças humanas, como o hemotipológico e o populacional, encontram dificuldades para se sustentar, porque seus parâmetros se multiplicam enormemente e apresentam resultados que levam à conclusão de que os indivíduos do mesmo grupo "racial" diferem mais uns dos outros que as "raças". É por isso que cada vez mais especialistas adotam a posição radical que consiste em negar a existência de qualquer raça.

Em 1952, Livingstone publicava seu famoso artigo "Da não existência das raças humanas". Diante da enorme complexidade e da inconsistência dos critérios para qualificar as raças, ele recomendava a renúncia ao sistema lineano de classificação, sugerindo uma árvore genealógica. Nessa linha de pensamento, alguns especialistas concluem que "toda teoria das raças é insuficiente e mítica". É por isso que a UNESCO declarou: "A raça é menos um fenômeno biológico do que um mito social".

Porém, mesmo que essa abordagem fosse mais científica, mesmo que esses territórios genéticos mutáveis fossem realmente aceitos pelas comunidades em questão, poderíamos dizer que os sentimentos de tipo "racial" seriam suprimidos? O mito racial tem permanecido vivo e alguns morfologistas impenitentes continuam a alimentar esse fogo.

De todas as teses, hipóteses e teorias, devemos conservar o caráter dinâmico dos fenômenos "raciais", tendo em mente que se trata de um dinamismo lento e espesso, que se exerce sobre uma enorme quantidade de registros. Nessa dinâmica, dois componentes agem em conjunto: o patrimônio genético e o meio ambiente. As mudanças que resultam da interação desses dois fatores intervêm seja sob a forma incontrolável da seleção e da migração gênica (mestiçagem), seja sob a forma casual da oscilação genética ou da mutação. Em resumo, é toda a história de uma população que explica sua presente *fácies* "racial", incluindo, através da interpretação das representações coletivas, as religiões, os costumes alimentares, de vestuário e outros.

O que dizer *da situação racial do continente africano?* Embora não se possa traçar uma fronteira linear, dois grandes grupos "raciais" são identificáveis no continente africano dos dois lados do Saara: no norte, o grupo árabe-berbere (líbios, semitas, fenícios, assírios, gregos, romanos, turcos etc.); no sul, o grupo negro. Convém notar que as mudanças climáticas provocaram durante milênios numerosas mesclas populacionais.

A variedade dos fenótipos africanos é sinal de uma evolução longa do continente. Com certeza, a história da África não é uma história de "raças". Contudo, para justificar uma certa história, abusou-se demais do mito pseudocientífico da superioridade de algumas "raças". Ainda hoje, o mestiço é considerado branco no Brasil e preto nos Estados Unidos da América. A ciência antropológica, que já demonstrou amplamente não haver nenhuma relação entre a raça e o grau de inteligência, constata que essa conexão às vezes existe entre raça e classe social. A preeminência histórica da cultura sobre a biologia é evidente desde a aparição do gênero *homo* no planeta. Quando irá tal evidência impor-se aos espíritos?

Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas

Durante muito tempo, os historiadores acreditaram que os povos da África não haviam desenvolvido uma história autônoma, no quadro de uma evolução que lhes fosse peculiar. Tudo o que representava uma aquisição cultural parecia

ter sido levado até eles do exterior por vagas migratórias vindas da Ásia. Essas teses são encontradas com frequência nos trabalhos de muitos pesquisadores europeus do século XIX e seriam sistematizadas e cristalizadas sob a forma de doutrina por estudiosos alemães, etnógrafos e linguistas nos primeiros decênios do século XIX. Nessa época, a Alemanha era o principal centro de estudos africanos. Após a partilha do continente africano entre potências imperialistas, começaram a aparecer em profusão na Inglaterra, França e Alemanha trabalhos que descreviam a vida e os costumes dos povos colonizados.

A teoria camítica foi sustentada por muitos linguistas e difundida da Alemanha para além da Europa ocidental, até no período entre as duas guerras, quando ela deveria desmoronar. O primeiro golpe veio em 1924 com a descoberta do Australopithecus, na província do Cabo (África do Sul). Seguiram-se outras descobertas tanto no norte como no sul da África. Todos esses documentos demonstram que o desenvolvimento do homem em toda a sua variedade racial teve lugar, desde as origens, no interior do continente africano. Assim, a teoria segundo a qual a África foi povoada por vagas migratórias provenientes do exterior tornou-se insustentável, sendo a África o único continente onde se encontram, numa linha evolutiva ininterrupta, todos os estágios do desenvolvimento do homem. Fica assim confirmada a teoria de Darwin, que apontava a África como o lugar de origem do homem.

Além disso, essas descobertas provaram que seria errôneo negar à África um desenvolvimento cultural endógeno. A esse respeito, as pinturas e gravuras rupestres do Atlas, do sul da África e do Saara constituem um testemunho indiscutível, de grande importância. Deve-se reconhecer o papel da África como polo de disseminação, no que se refere tanto aos homens quanto às técnicas, em um dos mais importantes períodos da história humana (Paleolítico Inferior). Em épocas posteriores, veem-se aparecer correntes migratórias inversas, de volta ao continente africano.

Em geral, os indicadores antropológicos fornecem referências mais estáveis que os fatos da língua, que sofrem transformações rápidas, por vezes no espaço de algumas gerações. Pode-se afirmar que a distribuição dos tipos "raciais" modernos no continente africano reproduz, em essência, o modelo antigo dos grandes grupos antropológicos.

Os vários tipos mediterrânicos são representados no norte da África desde uma era muito longínqua. A África Oriental foi habitada por povos do tipo etiopoide, enquanto a parte sul do continente foi ocupada por grupos san; os pigmeus apareceram, provavelmente, nas florestas tropicais e equatoriais, constituindo um grupo distinto.

A "raça" negra de tipo conhecido como sudanês ou "congolês" individualizou-se para se adaptar às condições das latitudes tropicais, principalmente na África Ocidental. Esqueletos do tipo negroide de várias épocas foram encontrados no Saara e na Nigéria meridional, fato que sugere ter sido a região foco original desse tipo humano. A partir do estudo das pinturas rupestres no Saara, fica claro que a população negra predominou nessa região. A antiga população da Líbia era bastante heterogênea, assim como a composição étnica da população do Vale do Nilo, onde grupos etiopoides e afro-mediterrânicos misturaram-se a negros do tipo sudanês. O mesmo tipo de miscigenação provavelmente ocorreu em todas as bacias fluviolacustres vizinhas ao deserto: baixo Senegal, médio Níger, Chade. Os antropólogos supõem que o africano da floresta tinha estatura baixa e pele clara, enquanto o africano da savana e do Sahel seria esguio e de pele escura. Entretanto, cabe evitar uma visão parcial, já que muitos fatores operam simultaneamente. Por exemplo, a migração de grupos com heranças genéticas diferentes mobilizava duas fontes possíveis de mutação: primeiro, a mudança de biótipo, em seguida, o encontro de grupos diferentes, com a possibilidade de cruzamento. No entanto, deve-se ter sempre em mente a combinação dos fatores postos em jogo pelo próprio movimento da história, como no caso controverso dos pigmeus e dos san. De qualquer modo, a mais antiga população da África meridional não deve ser restringida aos pigmeus nas florestas e aos san nas savanas. Ao lado destes, outros povos devem ter existido. Descobriu-se em Angola o grupo dos kwadi, que aproxima-se muito dos san. Também os otavi, remanescentes de grupos antigos. Tal complexidade transparece nos planos lexical e fonético das línguas banto. Assim, existem discrepâncias entre elas, muitas vezes resultado da influência de um substrato linguístico preexistente.

Atualmente, o mapa linguístico da África não coincide com a distribuição dos tipos "raciais", embora tal concordância possa ter ocorrido num passado remoto.

A África do Norte, incluindo a Mauritânia e a Etiópia, pertence à vasta área das línguas camito-semíticas. As línguas dessa grande família linguística são faladas por diversas "raças" semíticas e negras. No extremo sul do continente africano, as línguas san, às quais devem ser acrescentadas as línguas kwadi, em Angola, e hadzapi, na Tanzânia, parecem pertencer a um grupo específico, tendo como característica comum a presença de cliques e a estrutura isolante. Talvez fosse mais prudente chamá-las línguas paleoafricanas. As línguas khoi-khoi, cujo sistema gramatical é diferente, não deveriam ser incluídas nesse grupo.

As savanas da África Oriental foram, sem dúvida, a primeira região do continente a ser povoada. Hoje são habitadas por negros de língua banto, que foram precedidos pelos grupos san e khoi-khoi. Outros povos da mesma região

falam línguas cuchíticas ou pertencentes a outros grupos. Todas essas línguas são anteriores à expansão das línguas banto, algumas das quais apareceram em épocas relativamente recentes.

Entre a área das línguas camito-semíticas do norte e a das línguas paleoafricanas do sul, intercala-se um vasto domínio de línguas denominadas pelos autores de diferentes formas. Aplicando o método denominado *mass comparison*, Greenberg distinguiu quatro famílias: a afro-asiático, a khoisan (línguas com cliques), a níger-congo, à qual Greenberg juntou mais tarde as línguas do Kordofan, e um quarto grupo, formado pelas línguas nilo-saarianas.

A fragmentação dialetal na África deve ser ligada, antes de tudo, a causas históricas que impulsionaram vagas ou infiltrações migratórias.

Dentre as línguas do Sudão oriental, as nilóticas constituem, talvez, um grupo à parte que deve ter se desenvolvido durante um longo período de isolamento. Os povos do Sudão oriental apresentam uma composição étnica e linguística de extrema complexidade. Dentre os grupos linguísticos da grande família congo-saariana, as línguas banto apresentam um parentesco genético notável. Linguistas, historiadores e arqueólogos empenharam-se em elucidar a "gênese dos banto". Mas as hipóteses diferem. Chega-se a apresentar os povos de língua banto como uma unidade cultural e biológica, esquecendo-se que o termo banto é apenas uma referência linguística. De fato, os povos banto diferem grandemente do ponto de vista antropológico. Também há grandes variações no tipo de atividade econômica e na organização social. O denominador comum é a estrutura linguística.

Classificação das línguas da África

As línguas podem ser classificadas de infinitas maneiras. O método de classificação genética possui características singulares. Ele apresenta-se sob a forma de conjuntos de unidades hierárquicas que possuem a mesma organização lógica de uma classificação biológica em espécies, gêneros, famílias etc., em que os membros do conjunto situado em um determinado nível se incluem em conjuntos de um nível superior. O fato de duas ou mais línguas compartilharem de um ancestral imediato significa serem elas provenientes de dialetos de uma mesma língua que se diferenciaram pela evolução, como o exemplo do indo-europeu. Uma vez que ainda não se conseguiu estabelecer que o indo-europeu tenha pertencido a um grupo mais abrangente, deve ser considerado o nível mais alto.

A importância das classificações realizadas segundo tais princípios reside principalmente no fato de refletirem a história real da diferenciação étnica

dentro do domínio da língua. Além disso, formam a base necessária à aplicação dos métodos da linguística comparativa, que permite reconstruir grande parte da história linguística de vários grupos. Esse conhecimento da história linguística fornece a base necessária para inferências acerca da história cultural não linguística dos grupos em questão.

Somente no início do século XIX se reuniram elementos suficientes para uma primeira tentativa de classificação completa das línguas da África. Nessa época, há uma acentuada aceleração na produção de gramáticas e dicionários de línguas africanas, e na publicação de listas comparativas de palavras de um considerável número dessas línguas. A mais importante é a clássica "Polyglotta Africana", compilada em Freetown (Serra Leoa) por S. W. Koelle. Esse acúmulo de dados foi concomitante às primeiras tentativas de classificação de conjunto.

A década de 1860 destacou-se pela publicação de duas classificações completas que deveriam dominar o campo até quase 1910, a de Lepsius, (1863 e 1880) e a de Friedrich Muller (1867 e 1884). Tanto na classificação de Muller como na de Lepsius, as considerações raciais apresentaram um papel muito importante, embora de modo diferente.

As discussões em torno da classificação ficaram suspensas durante algum tempo, e o interesse dos linguistas concentrou-se na tarefa científica de descrever as línguas africanas. A classificação das línguas ocidentais africanas de M. Delafosse (1924) e as obras de Westermann sobre as línguas sudanesas (1911) e a de Meinhof sobre as camíticas (1912) inauguram o período moderno.

Entre 1949 e 1950, Greenberg definiu uma classificação nova em muitos aspectos, que acabou por obter aceitação geral. Seu método de classificação, estritamente genético, diferia em vários pontos das classificações anteriores. Ele considerava provável as grandes semelhanças entre grupos de línguas, que envolviam ao mesmo tempo som e significado. As antigas classificações (anteriores a 1950) não utilizavam nem citavam provas concretas para seus agrupamentos, salvo a obra de Westermann sobre o sudanês ocidental. Na classificação de Greenberg foram apresentadas etimologias e características gramaticais comuns para todos os grupos importantes, de acordo com um estudo exaustivo da literatura.

As propostas concretas mais importantes do autor deram como resultado global que as línguas africanas (excluindo-se o malgaxe) classificam-se em quatro famílias principais, apresentadas a seguir.

As línguas afro-asiáticas, também chamadas de camito-semíticas, cobrem toda a África do Norte e quase todo o chifre da África (Etiópia, Somália); algumas línguas do ramo cuxítico estendem-se ao sul até a Tanzânia. Ademais, o ramo semítico inclui línguas que abrangiam quase todo o Oriente Médio. Em geral, considera-se que o afro-asiático compreende cinco divisões quase igual-

mente diferenciadas: o berbere, o egípcio antigo, o semítico, o cuxítico e o chádico, que para alguns autores constitui um sexto ramo, o "omótico" e "ari-banna". Cada divisão está constituída por sua vez em subfamílias que apresentam entre elas diversos graus de diferenciações internas.

A família níge-kordofaniano possui dois ramos bastante desiguais em número de falantes e em extensão geográfica. O primeiro, níger-congo, compreende grande parte da África ao sul do Saara, incluindo quase toda a África Ocidental, partes do Sudão central e oriental, sendo que seu sub-ramo banto ocupa a maior parte da África Central, Oriental e meridional. Outro ramo do níger-kordofaniano confina-se a uma zona limitada da região do Kordofan, no Sudão. Essas línguas não compreendem nenhuma língua de importância e partilham as colinas do Kordofan com várias línguas da família nilo-saariana.

Um dos aspectos mais controvertidos da classificação de Greenberg é a classificação do grupo banto, tomado em seu conjunto, como subgrupo do benue-congo, ele mesmo um ramo da grande família níger-congo. Guthrie, em particular, adotou a tese de que o banto é geneticamente independente, e as semelhanças encontradas entre o banto e outras línguas do níger-congo resultam de influências banto sobre um grupo de línguas diferentes. Dessa hipótese, deduziu que o ponto de origem do banto é o "núcleo" do Shaba meridional, ao passo que Greenberg o situa no Vale médio do Benue, na Nigéria, porque as línguas de parentesco mais estreito do subgrupo bantoide do benue-congo são faladas nessa região.

A outra grande família de línguas negro-africanas é a **nilo-saariana**. De modo geral, é falada a norte e a leste das línguas níger-congo e predomina no Vale superior do Nilo e nas porções orientais do Saara e do Sudão. Entretanto, possui um alongamento ocidental no Songhai, no baixo Vale do Níger. Compreende um ramo muito extenso e o mais importante, o chari-nilo, que engloba a maior parte das línguas da família e compreende dois grupos principais, o sudanês oriental e o sudanês central. As ramificações do nilo-saariano são (indo de oeste para leste): 1. songhai; 2. saariano: a) kanuri-kanembu, b) teda-daza, c) zaghawa, berti; 3. aban; 4. furian; 5. chari-nilo; 6. coman (koma, ganza, uduk, gule, gumuz e mao).

Todas as línguas da **família khoisan** possuem cliques entre as consoantes e a maioria de seus falantes pertence ao tipo san, fisicamente característico. A maior parte delas é falada na África do Sul. Entretanto, existem dois pequenos grupos de populações, os hatsa e os sandawe, situados na Tanzânia, cujas línguas diferem tanto entre si quanto das línguas do grupo da África do Sul. Desse modo, a família divide-se em três ramos: 1. hatsa; 2. sandawe; 3. khoisan sul-africano.

A língua malgaxe, que veio a dominar as línguas de origem africana de algumas regiões da ilha de Madagáscar, não se inclui nessa classificação. Outra língua que não se menciona na classificação é o meroítico, língua morta escrita em um alfabeto que adota duas formas, a hieroglífica e a cursiva.

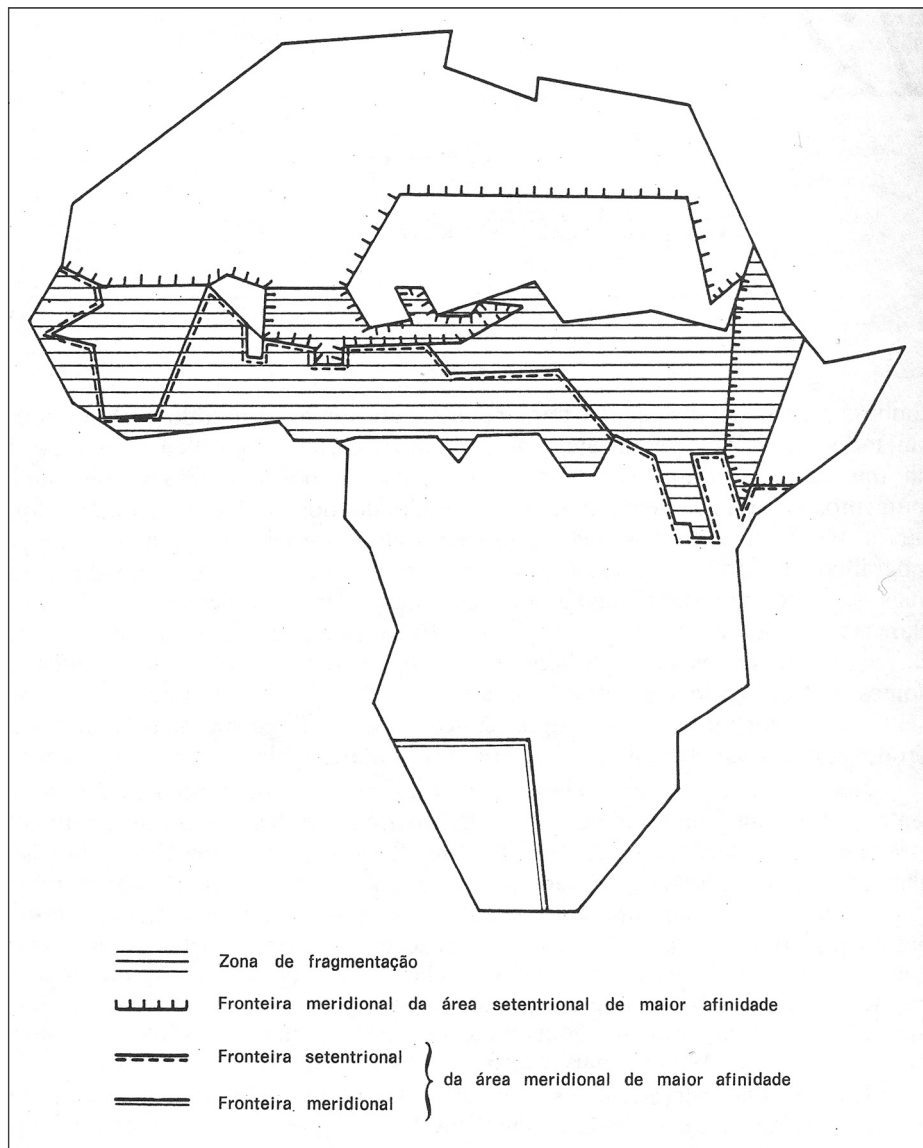
Finalmente, as línguas europeias e de origem europeia (inglês, francês, espanhol, italiano, africâner) e indianas.

Mapa linguístico da África

A África possui um grau de complexidade linguística mais elevado do que qualquer outro continente. Há vários anos desenvolve-se um trabalho para se elaborar um mapa da África especificamente linguístico em oposição ao étnico.

A crença de que o complexo mapa linguístico da África de hoje evoluiu de um antigo mapa muito mais simples, e de que as relações linguísticas podem ser expressas sob a forma de "árvores genealógicas", levou os especialistas a considerar essencialmente o processo histórico de divergência entre as línguas com uma suposta origem comum, excluindo o processo de convergência das línguas não aparentadas ou de reconvergência das línguas aparentadas. Essas classificações pseudohistóricas serviram igualmente de quadro de referência, não apenas para as línguas africanas, mas também para os povos africanos, influenciando indevidamente o pensamento dos historiadores da África.

É conveniente, pois, procurar esclarecer a confusão do mapa linguístico da África, reduzindo-o a seus componentes mais simples: de um lado, grupos linguísticos que mantenham entre si uma relação estreita e harmônica e que possuam uma unidade tanto externa quanto interna (unidades complexas); de outro, línguas distintas que não participem de nenhum desses grupos (unidades simples). Tal procedimento revela uma importante característica do mapa linguístico que permanecia encoberta pelas classificações anteriores: de um total de cerca de 120 unidades complexas e simples de toda a África, mais de 100 confinam-se a uma única zona, que se estende do litoral senegalês, a oeste, até os planaltos da Etiópia e da África Oriental, a leste. Considerando-se todas as diferentes línguas do continente africano, aproximadamente dois terços são faladas nessa zona que se estende ao longo do Saara, podendo ser denominada *zona de fragmentação* subsaariana devido à sua situação geográfica e complexidade linguística. Seus limites podem ser determinados pela geografia física e linguística: *grosso modo,* limita-se ao norte com o Saara, a leste com os contrafortes montanhosos, ao sul com a orla da floresta e a oeste com o litoral atlântico. Do ponto

de vista das relações estruturais e lexicais de conjunto, a área mais fragmentada situa-se provavelmente no interior e ao redor da extremidade do chifre da África, onde as línguas que representam as quatro "famílias" africanas postuladas por Greenberg são faladas em um raio que não ultrapassa 40 quilômetros.

Mapa diagramático das línguas da África (2010a: 338).

A importância linguística e histórica da zona de fragmentação ficou obscurecida pela sobreposição de uma rede de "famílias" e de "subfamílias" de línguas postuladas por linguistas europeus e americanos. Poder-se-ia utilizar o termo "região de maior afinidade" para designar adequadamente cada uma das duas "famílias" mais extensas da classificação de Greenberg que ultrapassam em interesse e validade as outras duas grandes "famílias", por ocuparem áreas mais ou menos contíguas do continente africano. A primeira dessas áreas, a "*região setentrional de maior afinidade*", é conhecida como "afro-asiática" (Greenberg). A segunda, ou "*região meridional de maior afinidade*", foi denominada de "níger-congo" e de "congo-kordofaniano" (Greenberg). Não há controvérsia sobre a validade global dessas duas regiões de maior afinidade e a sua relativa importância se expressa pelo fato de compreenderem mais de 80% das línguas faladas na África, sendo que só a área meridional de maior afinidade abrange aproximadamente 66% das diferentes línguas do continente.

Há um motivo importante para não se estabelecerem níveis intermediários nas relações entre as zonas fundamentais de maior afinidade em nível continental e as unidades simples ou complexas em nível relativamente local. Por uma razão ainda não determinada, esses níveis intermediários de relação linguística são muito mais obscuros e difíceis de definir do que os níveis fundamentais e imediatos. A sustentação dessas divisões arbitrárias do mapa linguístico da África podem, de certo modo, ser comparadas à história das divisões coloniais arbitrárias impostas ao mapa político do continente.

Embora os historiadores não devam aceitar sem reservas as classificações existentes das línguas africanas, não seria demais ressaltar a importância do mapa linguístico da África enquanto fonte de informações sobre a pré-história do continente. Embora possua um grau de complexidade linguística maior do que qualquer outro continente, a África se notabiliza pelo fato de que dois terços de suas línguas pertencem a uma só área de maior afinidade e de que esses dois terços confinam-se à zona de fragmentação subsaariana. A África de língua banto é a única região do continente a ter constituído objeto de discussões importantes a respeito da interpretação pré-histórica de dados linguísticos. A chave para a interpretação pré-histórica desses dados, em escala continental, será uma melhor compreensão das relações linguísticas no interior da zona de fragmentação.

África física (segundo J. Ki-Zerbo, 1978; 2010: 347).

Geografia histórica: aspectos físicos

É difícil separar a história africana de seu cenário geográfico. No entanto, seria inútil apoiar-se em reflexões deterministas para compreender, em toda a sua complexidade, as relações estabelecidas entre as sociedades africanas e seu respectivo meio ambiente. Cada comunidade reagiu de maneira peculiar em relação ao meio. Assim, as tentativas mais ou menos bem-sucedidas de ordenação do espaço testemunham o grau de organização dos homens e a eficácia de suas técnicas de exploração dos recursos locais. As características da arquitetura da África como um todo, sua extraordinária zonalidade climática e a originalidade de seus meios naturais constituem heranças que impediram ou facilitaram a atividade humana, sem jamais determinar seu desenvolvimento. Nada é simples nas relações entre a natureza africana e os homens que a ocupam, exploram, ordenam e transformam de acordo com sua organização política, recursos técnicos e interesses econômicos.

A África aparece como um velho continente que, desde épocas remotas, foi ocupado por povos que cedo desenvolveram esplêndidas civilizações. A geografia africana, tanto em seus aspectos estruturais como em seus meios naturais, mostra traços vigorosos herdados de um longo passado geológico. O espaço africano é mais maciço e continental do que qualquer outro. Vastas regiões no coração do continente, a uma distância de mais de 1.500 quilômetros do mar, permaneceram durante muito tempo à margem das grandes correntes de circulação, o que explica a importância das depressões meridianas, como o *Rift Valley* da África Oriental, para a fixação do homem desde a pré-história. O isolamento geográfico acentuou-se nas proximidades dos trópicos devido às variações climáticas do Terciário e do Quaternário. Durante milhares de anos, o Saara úmido foi um dos maiores centros de povoamento do mundo. Mais tarde, os períodos secos contribuíram para a formação de imensos desertos como o Saara e o Calaari.

Os intercâmbios de todo tipo entre as diversas civilizações do continente foram, por conseguinte, prejudicados, mas não interrompidos. Dessa forma, o clima constitui um fator essencial para a compreensão do passado africano. Ademais, os ritmos pluviométricos e os meios bioclimáticos exercem uma influência efetiva na vida do homem atual. As sociedades africanas tiraram proveito da complementaridade das zonas climáticas para estabelecer entre si as correntes de intercâmbio mais antigas e vigorosas.

Finalmente, a história da África foi particularmente influenciada pela riqueza mineral, que constitui um dos principais fatores da atração que o continente sempre exerceu sobre os povos conquistadores. Assim, o ouro da Núbia e de Kush foi explorado pelas dinastias do antigo Egito. Mais tarde, o ouro da África

tropical, principalmente da região sudanesa e do Zimbábue, tornou-se fonte de prosperidade das sociedades do norte da África e do Oriente Próximo e suporte dos grandes impérios africanos do sul do Saara. Em tempos remotos, o ferro foi objeto de troca entre a floresta e as regiões tropicais da África. As salinas da orla do Saara tiveram um papel importante nas relações entre os Estados negros do Sudão e dos povos árabe-berberes do norte da África. Mais recentemente, a riqueza mineral da África tem sido explorada pelas potências coloniais. Atualmente é, em grande parte, exportada como matéria-prima.

Geografia histórica: aspectos econômicos

Este tópico tratará de considerar os recursos naturais básicos na forma como foram descobertos e utilizados na África desde a pré-história.

Os minerais talvez constituam o recurso natural mais significativo, que permitiu ao homem o controle de seu meio ambiente. Vastas zonas da África repousam sobre massas rochosas das mais antigas do planeta, algumas altamente mineralizadas, como a zona cuprífera do Shaba (Zaire), a zona diamantífera da África do Sul, as minas de ouro de Gana, do Zaire e da África do Sul, o estanho do Zaire e da Nigéria.

O antigo embasamento da África sofreu inúmeras fraturas vulcânicas que remontam além do Pré-Cambriano e que provocaram intrusões graníticas portadoras de ouro e estanho. Originaram igualmente rochas eruptivas que, além de formar solos ricos e férteis, produziram minérios e rochas de grande importância na história do continente, como o basalto de obsidiana do Quênia.

O resto da África, cerca de dois terços do continente, apresenta antigas rochas sedimentares que remontam ao Pré-Cretáceo com inúmeros depósitos minerais. O carvão é praticamente inexistente no continente, mas as rochas sedimentares mais recentes do Pós-Cretáceo encerram, no Saara e no litoral da África Ocidental, vastos lençóis de petróleo e gás natural.

Durante o período pré-histórico, os minérios eram mais modestos, e sua distribuição mais difusa. Os mais importantes eram os minérios líticos, de estrutura homogênea e grande dureza, com excelentes possibilidades de fissão. Outro material de boa qualidade são as formas siliciosas, como o quartzito, e as rochas de textura fina endurecidas, como o sílex. O quartzito, o mais difundido na África, foi a base das indústrias acheulenses do Paleolítico.

A importância dos minerais no desenvolvimento da tecnologia humana durante a pré-história vai além da fabricação de ferramentas, armas e recipientes: abrange

também a construção de moradias, onde o barro substituía o gesso. Monumentos como as pirâmides do Egito exigiram grandes quantidades de rochas graníticas duras ou de quartzito. Os minerais forneceram também os pigmentos para as pinturas rupestres. Mas foi o ferro o minério de maior importância para o desenvolvimento da África no fim da era pré-histórica. O laterito, ou crosta ferruginosa, recobre vastas zonas nas savanas herbosas da África e reveste grande variedade de rochas. Nos antigos platôs peneplanizados, algumas variedades são tão ricas que constituíram a base das primeiras atividades da metalurgia do ferro. A técnica expandiu-se com rapidez de ponta a ponta do continente, marcando forte contraste com o cobre e o estanho, que, por se concentrarem em áreas muito restritas, não permitiram a ampla difusão da cultura do bronze na África.

Por outro lado, a África é um continente de pradarias. Elas cobrem mais de 50% de sua superfície total; em seguida vem o deserto, com cerca de 30%; depois, a floresta, com menos de 20%. No plano da ocupação humana, essa diversidade foi importante na medida em que esses meios ambientes asseguravam a subsistência da caça, forneciam frutas ou raízes comestíveis, bem como materiais para a fabricação de utensílios, vestimentas, abrigos, e, finalmente, ofereciam cultígenos passíveis de aclimatação e transformação em culturas agrícolas.

A zona das pradarias é, por essência, a reserva da caça africana. Assim, encontramos alguns dos mais antigos sítios de ocupação humana ao longo dos cursos d'água ou dos grandes rios, à beira dos lagos ou do mar, numa paisagem que, hoje, é a pradaria, a savana, o Sahel semidesértico ou o deserto. A floresta era, em geral, despovoada. Com o tempo, o crescimento populacional e o grande desenvolvimento das técnicas incitaram o homem a ocupar todo tipo de região. No entanto, as atuais zonas de vegetação não correspondem necessariamente à situação existente nos tempos pré-históricos.

O homem também explorava as diferentes zonas de vegetação para abastecer-se de frutas e raízes comestíveis. Além da caça e da coleta, as riquezas vegetais tinham uma importância capital no que concerne à provisão de utensílios, à indumentária e à moradia, como testemunham o uso de madeira na fabricação de utensílios e de casca de árvores como vestimenta.

Mas foi a aptidão para escolher e domesticar novas plantas dentre as espécies selvagens que consagrou a superioridade de homem. A descoberta da agricultura significou, sobretudo, uma certa receptividade às inovações, como a difusão de cultígenos provenientes de outros horizontes. A necessidade de implantar novas culturas e de eliminar outras plantas acarretou em toda a África mudanças radicais no caráter da vegetação. O fogo talvez tenha sido o

elemento mais poderoso utilizado com essa finalidade. As queimadas frequentes criavam novas condições, favoráveis à expansão progressiva das pradarias. Estas proporcionaram ao homem consideráveis fontes de recursos, já que lhe permitiam fácil locomoção, fator decisivo para o povoamento da África que é, por excelência, o continente das grandes migrações humanas. Esses grandes movimentos de população foram importantes pela rapidez de difusão de ideias novas e de técnicas e instrumentos.

A mobilidade do homem sempre foi um fator vital na organização das populações em entidades políticas. Dessa maneira, as savanas africanas tiveram influência benéfica, proporcionando as condições preliminares à criação dos Estados. Um dos fatores importantes do crescimento populacional foi também a maior segurança oferecida por essas entidades sociopolíticas melhor organizadas. Dada sua expansão mais acentuada na zona das savanas, à época, eram estas as regiões proporcionalmente mais povoadas do continente.

A distribuição das riquezas animais está estreitamente relacionada com a das riquezas vegetais. O continente africano sempre foi considerado rico em mamíferos, cuja distribuição evoluiu no tempo e no espaço. Vestígios fósseis indicam que todas as regiões da África foram povoadas por grandes espécies selvagens. As savanas africanas são o reduto da maior parte da caça de grande porte. Na floresta da África tropical se encontra a maior parte da caça selvagem, sendo essa região menos favorecida no plano das riquezas animais.

Os peixes representam outra categoria importante de recursos animais, sendo igualmente "caçados" desde o Mesolítico. Os cursos d'água e os lagos de água doce atraíram os primeiros grupos de homens. Dentre os rios, o Nilo teve uma importância especial. Algumas poucas comunidades de pescadores chegaram a construir canoas grandes para se aventurar na pesca no litoral marítimo. Em nenhum lugar, até época recente, a evolução técnica foi suficiente para permitir a exploração dos abundantes recursos dos oceanos que rodeiam o continente.

A riqueza e variedade da fauna terrestre forneceram uma enorme reserva potencial de animais domésticos. Contudo, a domesticação de animais na África restringiu-se praticamente ao jumento, ao gato, à galinha d'angola, ao carneiro e ao boi. O pastoreio se iniciou durante o Neolítico, mas não se desenvolveu de maneira uniforme em todos os meios do continente. Pode-se apontar como um dos elementos que deteve o desenvolvimento do pastoreio a proliferação de outras espécies animais, que exerceram influência particularmente negativa sobre a expansão das riquezas do continente, como a mosca tsé-tsé, o mosquito transmissor da malária e o gafanhoto.

Quanto às reservas de água, se há áreas do continente com os mais altos índices pluviométricos do mundo, outras há que apresentam os índices mais baixos. O fato não seria tão alarmante se fosse possível recorrer a outras fontes de água, como rios, lagos e lençóis freáticos. Por outro lado, em extensas áreas do continente, vales fluviais estão infestados de insetos nocivos, tornando-se impróprios ao estabelecimento do homem. Além do mais, o regime dos rios acompanha de perto o das chuvas, sendo de pouca ajuda durante os períodos de precipitações insuficientes ou de prolongada estiagem, quando secam até mesmo os leitos.

A escassez de água resultante das secas rigorosas sempre foi uma das características da vida africana: a seca leva os povos à procura de zonas mais irrigadas, a movimentos migratórios que podem ser pacíficos ou agressivos. Por sua vez, nas regiões em que existe água em quantidade suficiente, pluvial ou subterrânea, onde a agricultura pôde desenvolver-se, uma população organizada cresce segundo um processo de evolução social progressiva.

No que diz respeito aos recursos do solo, as características geológicas de extensas regiões da África são determinantes da sua qualidade. Dada a variedade de rochas do embasamento, o caráter dos solos é também extremamente variável. No entanto, sua fertilidade é, frequentemente, medíocre.

A interação de características do solo e fatores climáticos determinou a fertilidade da terra e sua capacidade de suprir as necessidades de uma população densa. Nas regiões úmidas, a ilusão de fertilidade provocada pelo crescimento luxuriante da vegetação dissimula a natureza frágil do solo. Nas regiões subúmidas, a fertilidade do solo é muito maior. Nas terras semiáridas, sujeitas a precipitações moderadas, são encontradas crostas ferruginosas, impróprias para o cultivo. O solo do deserto, que aparece mais ao norte, é superficial e de perfil pouco desenvolvido, carecendo de matérias orgânicas.

Uma das características marcantes da geografia da África reside, portanto, na pequena extensão dos solos realmente férteis e em sua extrema disseminação. São estes os solos argilosos profundos da África Oriental e os ricos solos aluviais, encontrados nas planícies de inundação de rios como o Nilo. Possibilitando abundantes colheitas, esses dois tipos de terreno favoreceram o crescimento de densas populações humanas. Quando tal concentração conduziu a um alto grau de organização social e de controle do meio ambiente reuniram-se as condições para uma aceleração do progresso.

A geografia contemporânea da África revela um continente ainda rico em recursos naturais, como na pré-história. Seu passado colonial recente contribuiu, no entanto, para criar uma situação em que grande parte dessa riqueza foi larga-

mente explorada e exportada como matéria-prima para atender à demanda de outras sociedades. Além disso, a exploração desses recursos, por exigir avançada tecnologia, só se faz possível com a condição de que os povos africanos se organizem em grandes comunidades integradas, de forma a constituir bases sólidas para um real desenvolvimento.

Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra

Em se tratando da história da África, a interdisciplinaridade é um dos dados fundamentais do método. Não existe outra alternativa.

O documento escrito tem sido, tradicionalmente, o maestro da história. Mas a história da África, ao sul do Saara principalmente, caracteriza-se pela relativa pobreza de fontes escritas, sobretudo antes do século XVI. Na ausência de fontes escritas, a história da África deve coligar todas as fontes disponíveis para reconstituir o passado. Nenhuma disciplina se beneficia com uma abordagem individual da realidade densa e emaranhada do mundo africano.

Com frequência, a solução de um problema de cronologia só pode ser corretamente alcançada com a ajuda combinada de quatro fontes distintas de informações: os documentos escritos, a arqueologia, a linguística e a tradição oral. As fontes da história da África são nitidamente complementares, tanto que cada uma delas, isolada, apresenta-se com frequência mutilada, transmitindo apenas uma imagem imprecisa do real, que só a intervenção de outras fontes pode ajudar a definir.

Isolada, a arqueologia, por exemplo, corre o risco de tornar-se uma descrição árida, mas recolocada no contexto multiforme de vida que ela pretende exumar, presta eminentes serviços às outras disciplinas ao mesmo tempo que delas se beneficia. Com efeito, a explicação de seus achados encontra-se frequentemente fora dela mesma. Assim como quando, no norte de Gana, escavações desvendam um plano arquitetônico semelhante aos do Sudão saheliano, a arqueologia levanta ou resolve um interessante problema de influência cultural.

O mesmo se dá com relação à arte africana, que, para iluminar a história, deve ser por ela iluminada. Apesar de muitas vezes a arte se apresentar como um conservatório, a sua compreensão enquanto técnica inspirada não pode ocorrer fora da história. A estilística é frequentemente explicada pela organização social. Por exemplo, as máscaras bobo são personalidades reconhecidas na aldeia, que participam da história ativamente. A arte, nesse caso, encontra-se imersa num complexo que lhe dá significado e que ela, por sua vez, vivifica.

Ocorre o mesmo com a tradição oral, que é a história vivida, transportada pela memória coletiva. Frequentemente ela ignora fatores econômicos e sociais, mas ainda assim se presta a detectar outras fontes, como os manuscritos e os sítios arqueológicos; ajuda a corrigir os erros de interpretação de um enfoque puramente externo; permite limitar o número de hipóteses e reduzir o leque de opções. Ligados à tradição, os tambores constituem um dos grandes livros vivos da África. Sua linguagem é uma mensagem repleta de história. As grandes epopeias ou crônicas são cantadas por grupos sociais organizados para esse fim no quadro de uma participação ativa. Trata-se de uma celebração coletiva onde a trilogia canto-dança-música convida a uma interpretação sintética, em que a linguística, a história, a botânica, a psicologia social, a psicologia, a fisiologia, a psicanálise, a religião etc. têm todas algo a dizer.

Nesse sentido, também as ciências naturais ou exatas serão importantes para apreender ou afinar a imagem do passado da África, a começar pelo computador para o tratamento de dados de diferente índole. A estatística também deverá contribuir dando uma consistência quantificada a realidades que, sem isso, seriam deformadas, mesmo qualitativamente, ajudando a colocar as coisas numa escala de grandeza natural, mais compatível com o desenvolvimento real dos acontecimentos. Aliás, o estudo das guerras africanas só pode contribuir de forma relevante para a história da África se relacionado à religião, à qual está intimamente ligado, por ser a arte da guerra, em parte, um exercício de magia. Quanto à antropologia física, pode, também, contribuir para a construção de uma história autêntica.

A natureza africana teve grande influência na história. É por isso que não se devem perder de vista as condições geográficas.

São múltiplas as associações e conjugações de disciplinas que se impõem ao historiador da África. A uma interdisciplinaridade por justaposição, deve-se preferir uma interdisciplinaridade por enxerto de abordagens e disciplinas. A estratégia geral da pesquisa, bem como as etapas táticas, devem ser estabelecidas em conjunto. Após ter definido as interrogações essenciais, passa-se a dividi-las em grupos, segundo requeiram a intervenção desta ou daquela disciplina.

O objetivo desse exercício é restituir aos africanos uma visão e uma consciência de seu passado, que deve reproduzir cenas que outrora foram reais. A vida individual ou coletiva não é unilinear nem unidimensional; é um tecido denso e compacto. Deve-se objetivar a recuperação dessa densidade. Todo movimento histórico depende do conjunto de todos os aspectos da realidade social, e a reconstituição histórica que deixasse de considerar todos esses aspectos seria, no mínimo, uma visão facciosa, posto que parcial.

Além disso, o método global irá requerer uma abordagem que considere todos os fatores externos, assim como os elementos domésticos. Exige que se transcendam as fronteiras da África de modo a integrar as contribuições asiáticas, europeias, indonésias e americanas à personalidade histórica africana. Evidentemente, não na forma de um expansionismo sumário, pois mesmo havendo intervenção externa, esta é orientada pelas forças internas já em ação.

A cultura africana é um sofisticado complexo de fatores que não poderia reduzir-se à soma numérica desses fatores. A cultura africana é tudo aquilo que assume e transcende qualitativamente os elementos constituintes. E o ideal da história da África é apoiar-se em todos esses elementos para retratar a própria cultura no seu desenvolvimento dinâmico, conduzindo assim o método interdisciplinar a um projeto transdisciplinar.

A pré-história

Quadro cronológico das fases pluviais e glaciais da África
Parte I

Nesta parte será apresentada uma exposição geral de algumas das mudanças ocorridas nos aspectos físicos do continente africano durante o Pleistoceno e o Holoceno. Durante esse período de cerca de 2 milhões de anos, os climas e os ambientes do planeta sofreram mudanças consideráveis. Os trabalhos realizados na África revelaram que o continente sofreu mudanças climáticas de dimensões significativas durante o Holoceno.

Um continente tão grande como a África compreende ambientes distintos, que responderam de diferentes maneiras e em graus variados às grandes mudanças paleoclimáticas do Pleistoceno. Elas serão estudadas no quadro das principais regiões climáticas atuais do continente que podem ser classificadas em duas categorias: zonas equatorial e subequatorial; e zonas tropical e subtropical.

A zona equatorial cobre atualmente a região da Bacia do Zaire, no oeste da África, caracterizada por ventos pouco variáveis, ligeiras diferenças sazonais e coberta por florestas equatoriais. A zona subequatorial abrange a maior parte da região média da África, caracterizando-se pela presença de massas de ar de tipo equatorial no verão e de tipo tropical no inverno. O inverno é seco e ligeiramente mais fresco que o verão. A maior parte dessa zona compreende áreas com umidade abundante que sustentam uma vegetação de savana tropical. As

bordas setentrional e meridional, entretanto, apresentam atualmente uma vegetação de estepe tropical.

As variações de pluviosidade nessas zonas durante o Pleistoceno permitem subdividir essa época em uma sucessão de pluviais e interpluviais. Os pluviais são evidenciados por um maior acúmulo de sedimentos lacustres ou por uma elevação das linhas de margem deixadas em várias bacias fechadas como resultado da expansão dos lagos. Os interpluviais caracterizam-se por uma intensificação da atividade eólica, durante a qual as areias transportadas pelo vento foram depositadas ou redistribuídas muito mais ao sul do limite meridional atual das dunas móveis, e que corresponde a mudanças radicais na vegetação. Vários cumes vulcânicos localizados nessas zonas apresentam características glaciais em altitudes inferiores à linha de neve atual, indicando a existência de climas mais frios em tempos passados. A África Oriental, notadamente por suas bacias lacustres, constitui uma área típica dos pluviais e interpluviais. A Bacia do Chade merece atenção especial em virtude de sua localização na extremidade meridional do Saara e da grande superfície do mar interior que ocupou toda a bacia durante o Pleistoceno. O atual Lago Chade é um vestígio desse antigo mar interior. O lago extinto Sudd, no Sudão meridional, representa outro grande mar interior que teve provavelmente uma história semelhante à da Bacia do Chade.

A atual zona tropical da África possui um regime de ventos provenientes, sobretudo, do leste, e nítidas variações sazonais de temperatura. A parte ocidental desta zona, situada na costa do Atlântico, apresenta alísios estáveis, temperatura amena, alta umidade atmosférica e baixíssima pluviosidade. A parte restante abrange os grandes desertos do norte e do sul do continente. São regiões quentes e áridas, com uma grande variação diurna de temperatura e um máximo absoluto de temperatura. A zona subtropical compreende as extremidades setentrional e meridional do continente e se caracteriza pela presença de massas de ar tropicais no verão e de massas de ar de tipo temperado no inverno. A temperatura e a pluviosidade sazonais variam consideravelmente. As regiões de clima mediterrâneo apresentam tempo bom e claro no verão, e chuvoso no inverno.

O Saara representa talvez o elemento mais notável dessa zona. Estendendo-se por mais de 5.500 km do mar Vermelho ao Atlântico, e tendo de norte a sul uma largura média superior a 1.700 km, cobre quase um quarto da área total do continente africano. Em toda essa região, a pluviosidade, muito desigualmente distribuída, é superior a 100 mm/ano em certos locais e, em média, muito inferior. Consequentemente, não se conhecem rios perenes no Saara, com exceção do Nilo, que recebe suas águas de fontes situadas fora do deserto. Os lençóis

permanentes e efêmeros resultantes do escoamento superficial não têm importância para a vida humana atual, ao contrário dos poços e fontes alimentados por lençóis subterrâneos.

A mais extensa área de elevações é a do maciço do Atlas, que apresenta a maior pluviosidade. Elevações menores estão presentes em Cirenaica e nos maciços do Ahaggar e do Tibesti do Saara central. Atualmente, esses maciços exercem uma influência insignificante sobre o clima, mas há muitas evidências geológicas de que a região do Saara, durante vários episódios do Pleistoceno, foi bem menos árida que no presente.

O principal fator de erosão no deserto, tanto atualmente como durante todos os demais períodos de aridez, é a erosão eólica, responsável pela formação da grande peneplanície do Saara. Há divergência de opiniões quanto à história geológica do Saara, no entanto, são irrefutáveis as evidências de que, no passado, o deserto conheceu climas mais úmidos. Dentre essas evidências, as características do sistema de drenagem do deserto indicam a ocorrência de índices pluviométricos mais elevados.

Quadro cronológico das fases pluviais e glaciais da África Parte II

Os últimos milhões de anos da história de nosso planeta foram marcados pela alternância de profundas modificações climáticas. O fenômeno mais importante é sem dúvida o extraordinário avanço e recuo das geleiras nas altas latitudes e altitudes. Na África, a manifestação mais espetacular das variações climáticas do Quaternário foi a extensão das áreas lacustres em zonas atualmente áridas, e o desenvolvimento de grandes extensões de dunas em regiões que hoje apresentam um clima mais úmido.

Nas últimas décadas, observou-se um progresso considerável na datação de eventos climáticos ocorridos durante os últimos 30.000 anos, graças ao uso sistemático de medidas radiocronológicas (carbono 14). Para os últimos milhões de anos, a cronologia das inversões magnéticas, baseada nas medidas radiométricas pelo método potássio-argônio, permite a correlação com outras regiões onde esses métodos são também empregados, especialmente as regiões oceânicas. A questão da correlação é complexa e somente agora começa a ser divisada, graças a um melhor conhecimento dos mecanismos de climatologia global e à cronologia climática detalhada dos últimos milhares de anos.

Na África, o ritmo anual de alternação de uma estação seca e de uma estação úmida na zona intertropical está ligado ao deslocamento da zona de convergência intertropical (CIT). No resumo de J. Maley (1973) e L. Dorize (1974), a CIT representa o ponto de encontro da monção (ar úmido proveniente das regiões equatoriais ou alísio marítimo do hemisfério sul) e o harmatã (ar seco do Saara). A CIT, orientada aproximadamente na direção oeste-leste, desloca-se do sul para o norte durante a primavera e nos dois primeiros meses do verão e, depois, do norte para o sul. A superfície de descontinuidade entre o ar úmido e o ar seco eleva-se lentamente do norte para o sul. A camada úmida da monção constitui, no verão, uma delgada cunha de ar frio em direção ao norte, causando apenas fracas precipitações. A posição da CIT varia muito em função do campo de pressão de toda a África e do Oceano Atlântico. O seu retraimento em direção ao sul seria, pois, devido ao enfraquecimento do anticiclone do Atlântico sul e à influência do hemisfério norte. As raras intervenções do ar boreal, dessecado após atravessar o Saara, causam apenas pequenas chuvas nas regiões montanhosas do Saara. Ao contrário, o ar austral, após cruzar o oceano, traz umidade potencial.

Ora, quanto mais frio o ar polar, mais fortes são as frentes polares e maior é a sua extensão em direção ao equador. Nesta relação, Maley (1973) distinguiu dois mecanismos, o dos períodos glaciais e o evidenciado no tempo atual. No primeiro caso, a área de inlândsis do hemisfério norte aumentou consideravelmente, enquanto que na Antártida teria variado pouco. Nos últimos 5.000 anos, a regressão do inlândsis do Ártico reduziu a resistência da frente polar norte ao mesmo tempo em que o centro de ação antártica também teve sua força diminuída. A diminuição conjunta do impulso da monção e da influência do ar polar boreal sobre o Saara explicaria a progressiva aridificação do Saara. Esses mecanismos meteorológicos podem nos ajudar a entender as mudanças climáticas que ocorreram na África durante o Quaternário

Os últimos 25.000 anos do Quaternário (fim do Pleistoceno e do Holoceno) constituem um exemplo recente e bem documentado de um avanço glacial amplo e da subsequente regressão até o interglacial presente. Durante o mesmo período, as regiões intertropicais passaram por uma aridez extrema, seguida de uma fase úmida e de nova aridificação. Essa é a única flutuação climática que pode ser estudada em um período de alguns séculos ou milênios, permitindo uma comparação dos elementos do sistema climático e de suas variações em inúmeras regiões do globo, situadas em quase todas as latitudes.

Este modelo de meio-ciclo de desglaciação mostra uma aridez generalizada que se estende por cerca de 5.000 anos na África, caracterizando o fim de uma

glaciação seguida de uma fase úmida de duração comparável, flutuante, mas que retorna gradualmente a um estágio árido. Estas pulsações climáticas podem ser explicadas, numa escala de tempo de 20.000 anos, pelo deslocamento das frentes polares e seus efeitos na frente intertropical (FIT) e pelos dois tipos extremos de circulação, rápida ou lenta. É também provável que esse modelo seja representativo de outras situações comparáveis e de mesma escala no Quaternário, isto é, de duração e amplitude análogas. Entretanto, cabe não extrapolá-lo para todo um período glacial de 100.000 anos de duração, ou para o conjunto das glaciações do Quaternário, que cobre um período de vários milhões de anos. Nesse sentido, é importante examinar a cronologia de um período glacial como um todo.

O último período glacial (os últimos 130.000 anos) apresenta um modelo de ciclo climático completo na escala de 100.000 anos (interglacial-glacial-interglacial), com flutuações interestadiais e estadiais de duração da ordem de 10.000 anos. Na África, esse período se caracterizou por extensões lacustres separadas por estágios de dessecação.

No estado atual dos nossos conhecimentos, a datação não é suficientemente exata para permitir uma correlação confiável entre estágios frios ou quentes e estágios úmidos ou secos na África. Espera-se que as pesquisas em andamento, baseadas em cortes e sondagens que apresentam uma sucessão contínua de eventos, permitam responder a esta questão.

A hominização: problemas gerais
Parte I

O homem é um mamífero, mais exatamente, um mamífero placentário. Pertence à ordem dos primatas. Os primatas diferenciam-se dos outros mamíferos placentários pelo desenvolvimento precoce do cérebro, pelo aperfeiçoamento da visão, que se torna estereoscópica, pela redução da face, pela substituição das garras por unhas chatas e pela oposição do polegar aos outros dedos. Os primatas classificam-se em prossímios e símios. O homem pertence ao segundo grupo, que se caracteriza por um aumento da estatura, pelo deslocamento das órbitas na face e consequente melhoria da visão, e pela independência das fossas temporais.

Uma repentina proliferação de formas ocorre entre esses símios no Oligoceno Superior, há cerca de 30 milhões de anos, o que leva a supor que a diferenciação da família *Hominidae* poderia datar dessa época. Para poder escrever a história desses hominídeos, devemos pesquisar, portanto, entre os fósseis de símios dos últimos 30 milhões de anos, cujas tendências evolutivas se orientam para os traços que caracterizam o gênero *Homo,* ao qual pertencemos: locomoção

sobre os membros posteriores com as consequentes transformações dos pés, das pernas, da bacia, da orientação do crânio, das proporções da coluna vertebral; desenvolvimento da caixa craniana; redução da face; arredondamento da arcada dentária; redução dos caninos; curvatura do palato etc.

O *Propliopithecus* do Oligoceno Superior apresenta alguns discretos sinais dessas tendências, o que explica o entusiasmo, sem dúvida prematuro, de certos autores, em considerá-lo como pertencente ao nosso gênero.

As tendências observadas no *Ramapithecus* são mais relevantes: seu cérebro parece ter atingido 400cm^3, o tamanho da face é reduzido, a arcada dentária é arredondada, e os incisivos e caninos, também reduzidos, estão implantados verticalmente. Um outro primata, o *Oreopithecus,* de quem conhecemos o esqueleto completo, apresenta essas mesmas características cranianas e uma bacia de bípede ocasional.

Por outro lado, as tendências evolutivas do *Australopithecus* não deixam margem a dúvidas. Esses bípedes permanentes têm pés humanos, mãos modernas, cérebro com nítido aumento de volume, caninos pequenos e face reduzida. Não podemos deixar de considerá-los hominídeos.

O gênero *Homo,* fim da cadeia, distingue-se dos *Australopithecus* por aumento da estatura, melhoria na postura ereta, crescimento do volume do cérebro que, a partir da espécie mais antiga, pode atingir 800cm^3, e transformação da dentição com maior desenvolvimento dos dentes anteriores em relação aos laterais, em consequência da mudança do regime alimentar, de vegetariano para onívoro.

Há 30 milhões de anos, havia no nordeste da África uma grande variedade de pequenos primatas prenunciando todos os que existem hoje: *Cercopithecidae, Pongidae, Hylobatidae* e *Hominidae.* As linhas fundamentais estavam traçadas.

No Plioceno e no Pleistoceno, entre 10 e 1 milhão de anos atrás, encontramo-nos na presença de um grupo ao mesmo tempo polimorfo e muito localizado, os australopitecíneos. Um breve histórico de sua descoberta vai-nos permitir, também, delimitá-los geograficamente. O conjunto de descobertas feitas ao longo de vários anos, desde 1924 até finais da década de 1970 por diferentes expedições, limita a área de distribuição do *Australopithecus* às regiões oriental e meridional da África. Os australopitecíneos parecem ter surgido entre aproximadamente 6 e 7 milhões de anos atrás e ter desaparecido há cerca de 1 milhão de anos. Vários hominídeos foram descobertos nas diferentes jazidas dessas áreas, alguns contemporâneos entre si.

Pela primeira vez na história dos primatas esses restos se encontram associados a utensílios fabricados. Essa primeira indústria da história é constituída por uma grande quantidade de lascas obtidas artificialmente por percussão e utilizadas por causa de seu gume, de seixos cuja ponta ou gume foi aguçado e de ossos ou dentes trabalhados ou utilizados diretamente, quando sua forma assim o permitia. Não estamos, há 2.500.000 anos, na origem dos utensílios, mas provavelmente nos aproximamos dos limites de sua percepção; antes daquela data, o artefato se confunde com os objetos naturais.

A partir das camadas mais antigas de Olduvai (1.800.000 anos), os instrumentos estão em toda parte, abundantes e constantes na forma; os seixos lascados, particularmente frequentes, tornaram essa indústria conhecida como *Pebble Culture* ou Olduvaiense (do topônimo Olduvai). Escavando o nível mais antigo de Olduvai (Tanzânia), o Dr. Leakey descobriu restos de uma estrutura que poderia ter sido de uma construção. Estaríamos na presença de uma estrutura de habitação de uns 2 milhões de anos!

Foi no interior desse grupo de *Australopithecus* – de início limitados ao leste e ao sul da África, e em seguida (sob a forma de *Australopithecus* ou sob forma já mais evoluída) estendendo-se até a Ásia ao sul do Himalaia – que apareceram o gênero *Homo* e o utensílio fabricado. Este logo se torna a característica distintiva de seu artesão; vários tipos de instrumentos são rapidamente criados para finalidades precisas; sua fabricação é ensinada. Por último, aparecem estruturas de habitação. É a partir desse ponto de vista que se pode falar de uma origem africana da humanidade.

O homem aparece, portanto, ao fim de uma longa história, como um primata que um dia aperfeiçoa o utensílio que vem usando já há muito tempo. Utensílios fabricados e habitações revelam de súbito um ser racional que prevê, aprende e transmite, constrói a primeira sociedade e lhe dá sua primeira cultura.

E como se, há 6 ou 7 milhões de anos, nascesse no quadrante sudeste do continente africano um grupo de hominídeos denominados australopitecíneos, e, entre 2,5 e 3 milhões de anos atrás, emergisse desse grupo polimorfo um ser, ainda *Australopithecus* ou já Homem, capaz de trabalhar a pedra e o osso, construir cabanas e viver em pequenos grupos, representando, através de todas as suas manifestações, a origem propriamente dita da humanidade criadora, do *Homo faber*.

O último milhão de anos viu nascer o *Homo sapiens* e assistiu, durante os últimos séculos, à sua alarmante proliferação. Foram necessários 115 anos para que a população mundial passasse de um bilhão para 2 bilhões de indivíduos, 35 anos para que atingisse os 3 bilhões e mais 15 anos para que chegasse aos 4 bilhões. E a aceleração continua.

A hominização: problemas gerais
Parte II

Ao tratar do problema da “hominização” na África, o procedimento do pré-historiador é bastante diferente daquele empregado pelo paleontólogo. Para este último, a hominização é o desenvolvimento progressivo do cérebro, que permite ao homem conceber e criar, aplicando técnicas cada vez mais elaboradas, um conjunto de utensílios tão diversificado e eficiente que multiplica, ao longo dos milênios, sua ação sobre o meio ambiente, a ponto de romper, em seu próprio proveito, o equilíbrio biológico. A evolução paleontológica que conduz ao homem não permite definir facilmente o “limiar” da hominização; a pedra lascada demonstra que esse limiar já foi transposto.

A posição do pré-historiador justifica-se: o verdadeiro *missing link* (elo perdido) não é a forma intermediária entre australopitecíneos e pitecantropíneos, entre o homem de Neandertal e o *Homo sapiens.* Está entre as pedras ou os ossos lascados e esses fósseis. As indústrias pré-históricas, atribuídas com absoluta certeza ao *Homo sapiens,* a partir do Paleolítico Superior, e com uma evidência pouco discutível ao homem de Neandertal no Paleolítico Médio, só podem ser relacionadas hipoteticamente aos pitecantropíneos e australopitecíneos.

Portanto, se para o paleontólogo existe um “limiar” da hominização – a capacidade cerebral de 800cm^3 –, para o pré-historiador existe um “limiar técnico” que, uma vez transposto, abre o caminho do progresso até nós. A definição desse limiar exige a solução de dois problemas: *como* e *quando.* O primeiro problema implica eliminar todas as causas naturais para poder reconhecer no utensílio a mão do homem. O segundo implica dispor de esquemas cronológicos que permitam datar as mais remotas evidências da indústria humana.

Até o presente momento, somente a África forneceu respostas para esses dois problemas.

Visto que a teoria do monogenismo é universalmente aceita, a África é considerada hoje como o berço da humanidade, fixado, por enquanto, na África Oriental. Esse fato teria ocorrido há uns 3 milhões de anos, no mínimo.

O homem fez sua entrada em silêncio, e são as pedras por ele lascadas que, muito tempo depois, denunciam sua existência. A responsabilidade do pré-historiador torna-se enorme pois, ao identificar os mais antigos traços perceptíveis de indústrias humanas, ele fornece um elemento de prova que a Paleontologia é incapaz de dar: “Através do utensílio, chegar ao homem. Esta é a finalidade admirável da pré-história”.

O pré-historiador da África deve, antes de tudo, responder a três perguntas:

1. O utensílio é, sem sombra de dúvida, um critério de hominização?

Os dados desse problema são em grande parte de origem africana. O uso de utensílios que não sejam órgãos do corpo, considerados como "utensílios naturais", não é característica exclusiva nem do homem, nem mesmo dos primatas. Na ordem dos primatas, o chimpanzé é o vizinho mais próximo do homem. No seu cotidiano, ele utiliza instrumentos ou armas para se defender de predadores. Desse modo, para que um utensílio possa ser considerado critério de hominização, devemos considerar necessariamente o aspecto da transformação deliberada, da "preparação" desse instrumento. Essa concepção do utensílio vai-nos permitir dar uma resposta afirmativa à terceira pergunta, mas não à segunda.

2. O utensílio nos permite delimitar o início da hominização?

Na verdade, o utensílio não nos permite delimitar o início da hominização. Em primeiro lugar porque o que chegou até nós foram apenas ossadas fósseis e pedras. Um grupo humano pode perfeitamente obter todos os seus utensílios exclusivamente do reino vegetal. Quanto às ossadas fósseis e aos dentes, R. Dart atribuiu aos australopitecíneos do Transvaal uma indústria baseada em ossos, dentes e chifres, que ele denominou osteodontoquerática e que ficou por muito tempo *sub judice*.

3. O utensílio humano, no estado de preservação em que chegou até nós, pode ser identificado com toda a segurança?

Trata-se de provar a ação intencional do homem sobre os "utensílios" mais rudimentares, menos elaborados. Só a África fornece material suficiente para essa pesquisa, que se concentrará em duas áreas: *o osso* e *a pedra*

Na opinião dos pré-historiadores da África, ainda que os instrumentos de osso e de pedra atestem que há mais de 2.500.000 anos estava em marcha um processo cerebral de hominização, não foi nessa época que ele se iniciou.

Os homens fósseis africanos

Charles Darwin foi o primeiro cientista a publicar uma teoria importante sobre a origem e a evolução do homem e a apontar a África como o seu lugar

de origem. Pesquisas realizadas nos últimos cem anos confirmaram inúmeros aspectos do seu trabalho pioneiro. Há boas razões para se acreditar que a África seja o continente onde os hominídeos surgiram pela primeira vez e onde desenvolveram a postura ereta e o bipedismo, elementos decisivos à sua adaptação. O período evolutivo é longo, sendo possível que muitas de suas fases não estejam representadas por espécimes fósseis. A diversidade de *habitats* é uma das razões pelas quais certas partes da África são tão ricas em testemunhos pré-históricos. Parece que o continente africano sempre ofereceu um *habitat* adequado ao homem. Quando uma determinada área se tornava muito quente ou fria, era possível migrar para ambientes mais apropriados.

O homem atual, que pertence integralmente à espécie *Homo sapiens sapiens,* é capaz de viver em *habitats* muito diferentes graças ao desenvolvimento tecnológico. Os requisitos fisiológicos fundamentais são um cérebro complexo e volumoso, mãos livres de qualquer função locomotriz e disponíveis para a manipulação, e o bipedismo permanente. Essas características podem ser identificadas no tempo, assim como os vestígios não perecíveis da atividade técnica do homem. O grau de desenvolvimento do cérebro, a habilidade da manipulação e o bipedismo podem ser considerados os melhores pontos de referência de que dispomos para traçar o caminho percorrido pela nossa espécie ao longo do tempo.

Várias descobertas importantes atestam a presença do *Homo sapiens* primitivo no continente africano há mais de 100 mil anos. É provável que pesquisas futuras possibilitem datar com precisão o mais remoto vestígio, cuja idade talvez esteja próxima dos 200 mil anos. Em 1921, um crânio e alguns fragmentos de esqueleto foram encontrados em Broken Hill, Zâmbia; sendo esse país a antiga Rodésia do Norte, o espécime tornou-se conhecido como *Homo sapiens rhodesiensis.* Data aproximadamente de -35.000, ao que se crê, e pertence à nossa espécie. Traços ainda mais antigos do *Homo sapiens* foram descobertos na África Oriental. Em 1932, o Dr. L. S. B. Leakey encontrou fragmentos de dois crânios no sítio de Kanjera, no oeste do Quênia. Pareciam estar associados a uma fauna fóssil do fim do Pleistoceno Médio tardio, o que implicaria uma idade de cerca de 200 mil anos. Esse sítio ainda não foi datado com precisão, fato lamentável, visto que os fósseis aí encontrados – dois crânios e um fragmento de fêmur – parecem pertencer à espécie *Homo sapiens* e poderiam constituir as evidências mais antigas da espécie conhecidas até agora na África. Em 1967, foram descobertos restos de dois indivíduos em um sítio do Vale do Omo, no sudoeste da Etiópia. Consistem em um fragmento de crânio, partes de um esqueleto pós-craniano e a calota de um segundo crânio. Os dois fósseis provêm de camadas com idade estimada em pouco mais de 100 mil anos. Embora existam poucos

espécimes do *Homo sapiens* primitivo entre os fósseis, parece razoável supor que essa espécie gozava de ampla difusão tanto na África quanto em outras partes do globo.

Consideraremos aqui a origem do *Homo sapiens* dentro de uma linhagem que pode remontar a vários milhões de anos. Em diferentes épocas, provavelmente existiram nessa linhagem vários tipos distintos do ponto de vista morfológico, devendo a composição genética do homem moderno refletir, em parte, essa herança compósita.

Os restos humanos fósseis da África, por suas características, podem ser unidos em dois grupos principais considerados como linhagens evolutivas, uma das quais, representada pelo gênero *Homo,* pode ser seguida até hoje, sendo que a outra, representada pelo gênero *Australopithecus,* aparentemente extinguiu-se há cerca de 1 milhão de anos. Consideramos os hominídeos anteriores ao *Homo sapiens* com base nessas duas linhagens. A forma ancestral comum a ambas não pode ser facilmente identificada, pois os testemunhos fósseis são bastante fragmentários. O mais antigo hominídeo da África provém de Fort Ternan, no Quênia. O sítio foi datado de 14 milhões de anos, e seus fósseis provam que nessa época já havia ocorrido a diferenciação entre os hominídeos e os pongídeos. Os testemunhos fósseis entre 14 milhões e 3,5 milhões de anos estão bastante incompletos. Dispomos apenas de quatro espécimes que podem ser relacionados a esse período, todos provenientes do Quênia.

A amostra bastante grande de espécimes encontrados em sítios com menos de 3 milhões de anos indica a existência de dois gêneros distintos de hominídeos primitivos, que por vezes ocupavam a mesma área. Presume-se que essas duas formas, *Homo* e *Australopithecus*, habitassem nichos ecológicos diferentes, mas é fato comprovado atualmente a coexistência dos dois gêneros por um período superior a 1.500.000 anos.

Foi o *Australopithecus* o ancestral do *Homo*? Alguns especialistas tendem a pensar que as duas formas têm um ancestral comum, distinto de ambas. Cabe observar que alguns pesquisadores classificam todos esses fósseis num mesmo gênero, o qual apresentaria uma grande variabilidade intragenérica e um acentuado dimorfismo sexual.

A forma pré-sapiens mais conhecida do gênero *Homo* é a que foi atribuída a uma espécie morfológica bastante diversificada que se expandiu amplamente: *Homo erectus,* espécie encontrada pela primeira vez no Extremo Oriente e na China, depois na África. Essa espécie encontrava-se amplamente distribuída na África. A datação dos sítios da África do Norte e do Sul, onde se descobriu o *Homo erectus,* foi inferida, situando-os aparentemente no Pleistoceno Médio.

Os espécimes da África Oriental, datados de aproximadamente 1.600.000 anos, levam a crer que ele seja originário deste continente, tendo depois emigrado.

Os fragmentos de membros indicam uma postura ereta, adaptação para a marcha e bipedismo com características próximas às do homem moderno. O *Homo erectus* fabricava e usava instrumentos de pedra e vivia de caça e coleta nas savanas, na África. Os especialistas são unânimes em relacionar o biface da indústria acheulense ao *Homo erectus*. A questão de se o *Homo erectus* é o estágio final de desenvolvimento que levou ao *Homo sapiens* está em aberto. Os fósseis atribuídos à linhagem *Homo,* anteriores ao *Homo erectus,* limitam-se, atualmente, à África Oriental. Essa espécie intermediária – se ela realmente o é – poderia ser chamada *Homo habilis.*.

Durante o Pleistoceno Inferior, por volta de 1.600.000 anos atrás, apareceram instrumentos bifaces rudimentares. Ainda não foi provado, mas podemos levantar a hipótese de que o aparecimento das indústrias pós-acheulenses está ligado à emergência do *Homo sapiens*.

No momento, existem claras evidências de uma considerável diversidade morfológica dos hominídeos do Pliopleistoceno na África. A presença simultânea de pelo menos três espécies na África Oriental pode ser determinada com base no material craniano e pós-craniano. Qualquer reexame desta matéria deve incluir a análise do conjunto dos fósseis descobertos.

Pré-História da África Central
Parte I

Até o Acheulense Superior, as indústrias pré-históricas da Bacia do Zaire distinguem-se muito pouco do que se conhece nas outras regiões da África subequatorial. É a partir do complexo Sangoense que tem início a grande diversificação regional das culturas de fácies florestal.

A Bacia do Zaire estende-se geograficamente do Golfo da Guiné, a oeste, até a zona dos grandes lagos, a leste, e entre o décimo paralelo ao sul do Equador, em Angola e no Shaba, e o divisor de águas das bacias hidrográficas do Chade e do Zaire, ao norte. Representa hoje a zona essencialmente equatorial, e sua cobertura vegetal, constituída pela grande floresta, é a mais densa de toda a África. Ela foi um fator primordial no desenvolvimento e na evolução das civilizações pré-históricas da região. Não é possível afirmar que tenha havido contatos com populações que viviam no Saara; é do leste e do sul da África que partiram as migrações dos grupos humanos que povoaram a grande floresta equatorial do oeste.

É reconhecido que o povoamento pré-histórico da "grande floresta" é tão significativo quanto o de outros setores da África. Na zona equatorial úmida os vestígios orgânicos não se conservaram devido à acidez dos terrenos e, portanto, com raríssimas exceções relativas a períodos muito recentes e mesmo históricos, os fósseis humanos, os restos de fauna e o instrumental ósseo estão totalmente ausentes.

A partir das décadas de 1920 e 1930 desenvolvem-se pesquisas, estudos e publicações na maior parte da região. Eles continuam até hoje, de forma desigual. Segundo os trabalhos de G. Mortelmans (1955-1957) sobre a cronologia do Quaternário da Bacia do Zaire, as bases cronológicas do período seriam o pluvial Kangueriano e o pluvial Kamasiano.

No fim do período máximo do Kamasiano, o Acheulense Inferior sucede às indústrias de seixos lascados que ainda se apresentam em grande número, porém os bifaces e as machadinhas, em particular, começam a aparecer. Esse período é seguido por uma fase moderadamente seca, e está relacionado ao Acheulense Médio.

No segundo máximo do Kamasiano novos cascalhos são depositados. O ciclo termina com o início de um novo período seco. A evolução do Acheulense prossegue.

O período árido pós-Kamasiano é o mais importante conhecido nessa região. O Saara estende-se em direção ao sul, e o deserto do Calaari, em direção ao norte. O Acheulense desaparece ou, antes, parece transformar-se, naquele mesmo local, na indústria Sangoense, em particular na África equatorial e nas zonas florestais.

O pluvial Gambliano assiste à reconstituição da floresta equatorial. No Zaire ocidental e no Kasai, o Sangoense evolui para o Lupembiense, também considerado uma cultura florestal. As regiões do sudeste desenvolvem indústrias semelhantes às do *Middle Stone Age* da África do Sul e do Quênia.

Os períodos Makaliano e Nakuriano, fases úmidas, são menos acentuados que os pluviais precedentes. O Lupembiense evolui no mesmo local, enquanto os trinchetes e pontas de flecha aparecem em muito maior número no Tshitoliense, civilização de caçadores. No Zaire oriental, no Shaba, e em Angola, desenvolvem-se fácies incluídas na *Late Stone Age*. Durante e após o período úmido Nakuriano, as indústrias neolíticas invadem toda a África equatorial.

O Tshitoliense pode ser considerado um pré-Neolítico que não inclui cerâmica nem machados polidos. Aparece como uma expressão tardia das culturas florestais africanas antes do desenvolvimento do Neolítico do Zaire ocidental.

As fácies neolíticas desenvolvem-se no decorrer do Nakuriano. É no interior da floresta tropical que, vindos do norte, os criadores de uma cultura neolítica

conhecida como “do Congo ocidental” vão se instalando. São portadores de novas técnicas, que irão fundir-se com as já existentes no local. Esse Neolítico distingue-se pelo emprego quase exclusivo de rochas difíceis de trabalhar (xistos, quartzos, jadeíta). Os conjuntos de utensílios variam conforme os sítios e, em alguns deles, apresentam-se utensílios de osso. Ao lado desse instrumental lítico e ósseo, figura em algumas jazidas uma cerâmica abundante, bem decorada e ornamentada.

As jazidas neolíticas são conhecidas no Cuango ocidental, em associação com o Tshitoliense, em ambas as margens do rio Zaire, entre o Pool e o Congo dia Vanga, e em vários pontos da República Popular do Congo. O Neolítico é conhecido em Camarões, no Gabão e na República Centro-Africana. Na zona da grande floresta parece ter durado muito mais tempo que nas outras regiões, prolongando-se até um período histórico. A introdução dos metais no local teria ocorrido só bem mais tarde.

As culturas megalíticas desenvolveram-se sob diversas formas na África. A Bacia do Zaire, com exceção do noroeste da República Centro-Africana, não conheceu tais culturas. Em Camarões, somente foram encontradas algumas pedras colocadas em sentido vertical. Em contrapartida, a República Centro-Africana, na região de Buar, possui megálitos notáveis. Os resultados obtidos pelo método do C-14 fornecem datas importantes: as primeiras, relativas às camadas profundas dos monumentos (a idade da edificação): 7440 ±170 B.P., ou seja, 5490 antes da Era Cristã, e 6700 ±140 B.P., ou 4.750 antes da Era Cristã; as segundas (a idade de uma nova utilização): 1920 ±100 B.P., isto é, 30 da Era Cristã, e 2400 ±110 B.P., ou 450 da Era Cristã. Não é possível atribuir com certeza os megálitos de Buar ao Neolítico, mas a civilização que os edificou é ao menos contemporânea.

Situada entre as duas grandes regiões de arte rupestre – Saara e África do Sul –, a Bacia do Zaire também possui uma. No Chade, no Ennedi e no Borku, desenvolveu-se uma arte rupestre que faz parte dos grandes complexos saarianos. Em Camarões conhece-se um sítio de gravuras sobre lajes horizontais, no norte do país, em Bidzar. Em Angola existem gravuras na região de Calola, sobre lajes horizontais cujos motivos são geométricos, como em Camarões. No Zaire conhecem-se vários sítios de diferentes épocas. O Shaba parece ser a província mais rica em arte rupestre e pertencer ao mesmo grupo que a Zâmbia e Angola do leste. Esse grupo é caracterizado por uma arte esquemática, e não naturalista como a da África do Sul. Foram descobertas lajes gravadas no baixo Zaire. Na República Centro-Africana atualmente as pinturas conhecidas estão situadas no norte e no leste do país (as jazidas de Lengo e do Mpatou).

Essa arte da Bacia do Zaire não tem nenhuma semelhança com a do Saara. Seu eixo de penetração deve ser buscado em direção à África do sul e do leste. Ela é bastante similar à que se conhece na região banto; é, pois, recente, e até mesmo histórica. Entretanto, tem grande importância para o estudo das migrações e movimentos de populações de um período muito mal conhecido da proto-história ou mesmo da história da África tropical.

Pré-História da África Central
Parte II

Em várias partes da área considerada, nossos conhecimentos baseiam-se unicamente nas coletas de superfície, já que a arqueologia na África Central se depara com muitas dificuldades, em razão das espessas crostas lateríticas do norte e da floresta, onde as prospecções são difíceis. Durante muito tempo, a pré-história na África Central permaneceu como um estudo de tipologia e de cronologia, sendo mínimo o espaço dedicado ao homem.

Nessa segunda parte, iremos concentrar-nos nas raras escavações sistemáticas que forneceram elementos para datações: Ishango, Gombe, Bitorri, Kamoa, Matupi e Kalambo.

Estamos convencidos da impossibilidade de estabelecer grandes áreas culturais bem definidas. Devemos nos limitar à constatação da presença do homem num momento determinado, sem poder afirmar ainda se ele evoluiu localmente ou se veio de fora. Certamente ele cedo se adaptou a meios bem definidos, com clima, flora e fauna próprios. Resultou, daí, a existência de áreas distintas que por vezes mostram traços comuns mas, ao mesmo tempo, adaptações regionais, e mesmo locais, que não se explicam simplesmente pela influência de condições ecológicas diferentes. Entretanto, seria prematuro falar em áreas culturais.

A reconstituição do meio ambiente do homem pré-histórico tornou-se um elemento importante das pesquisas arqueológicas. Vários pesquisadores haviam observado, no Quaternário, alternâncias de períodos úmidos (pluviais) e períodos secos (interpluviais).

A África Central conheceu entre 50000 B.P. e 10000 B.P. uma longa fase seca contemporânea da glaciacão de Wurm, enquanto a fase úmida que se iniciou por volta de 12000 B.P. corresponderia às oscilações climáticas que marcaram o início do Holoceno. Durante esse longo período seco foram intensos os processos morfodinâmicos, e a floresta aberta ganhou maior extensão. No período úmido do início do Holoceno, a floresta densa esten-

deu-se sobre a maior parte da África Central, e seu recuo atual é atribuído à ação do homem.

Na ausência de ossadas humanas, admite-se que a primeira manifestação da presença do homem sejam os "seixos lascados", que se comparam aos artefatos do Olduvaiense que existem em quase toda a África Central. Mas nem sempre é fácil saber se esses seixos foram lascados pelo homem ou por agentes naturais.

Foi com o instrumental do Acheulense que obtivemos a primeira prova indiscutível da presença do homem na África Central. Na parte oriental, que abrange a região interlacustre e a região Shaba–Lago Tanganica, acredita-se reconhecer uma série de indústrias, usualmente descritas como uma sucessão tipológico-cronológica: o Sangoense, seguido do Lupembiense, por sua vez seguido do Tshitoliense.

As indústrias da região ocidental agrupam toda a gama de elementos encontrados nas regiões orientais, o que lhes confere uma maior variedade tipológica, correspondendo melhor à ideia que em geral se faz do Sangoense e do Lupembiense. Encontram-se picões grosseiros que, já presentes no Acheulense, persistem até o Tshitoliense e estão associados a um instrumental muito elaborado. Em seguida, aparecem pontas de flechas.

O *Homo sapiens* parece ter sido o responsável por tais adaptações, apesar de não se ter encontrado até agora restos fósseis pertencentes a essa espécie. São raros os sítios onde se podem encontrar vários níveis em estratigrafia. Foi na ponta de Gombe que foi descoberta a primeira sequência dessas indústrias da África Central, fornecendo evidências de quatro: o Kaliniense, o Djokociense, o Ndoliense e o Leopoldiense, seguido de traços da Idade do Ferro.

Em um dado momento, provavelmente entre 50000 B.P. e 40000 B.P., surgem os micrólitos geométricos. Os mais característicos parecem ser os segmentos, ainda que na África do Sul tenham sido encontrados no final da *Middle Stone Age.* Por outro lado, na *Late Stone Age,* esses micrólitos, isolados, serviam como armaduras de flechas, de lanças, de arpões, de facas ou de buris.

Como para o período anterior, a região pode ser dividida em duas zonas distintas. Na parte ocidental, observa-se a persistência da tradição lupembiense, como se o Lupembiense, evoluindo no próprio local, tivesse originado o Tshitoliense. Os micrólitos geométricos tornam-se numerosos, mas não dominam da mesma forma que na parte oriental, onde representam o elemento essencial do conjunto de utensílios. Na parte oriental, distingue-se uma fácies de vale com abundância de pequenos trinchetes, como em Dinga, e uma fácies de planalto, onde a armadura era constituída principalmente de pontas pedunculadas.

Na parte oriental, na periferia da floresta equatorial da República Centro--Africana ao Shaba, encontram-se as indústrias da *Late Stone Age.* As indústrias mais antigas não são tipologicamente diversificadas, pois só mais tarde surgiu um instrumental mais especializado. É o que se observou na gruta de Matupi, onde escavações sucessivas (1973 e 1974) revelaram vestígios de uma longa ocupação humana, iniciada antes de 40000 B.P., e continuando sem interrupção perceptível até 3000 B.P. A indústria é tipicamente microlítica. Os restos ósseos da fauna estão bem conservados e o instrumental deve ter sido, em grande parte, de madeira.

As escavações feitas em 1950, em Ishango, revelaram três indústrias microlíticas que lembram incontestavelmente a evolução observada em Matupi. Os restos humanos, descobertos entre os resíduos de cozinha, mostram que o sítio era habitado por uma população cujas características biométricas atípicas e rudes não apresentam nenhum vínculo direto com qualquer outra população moderna.

Ao lado dessas indústrias puramente microlíticas, surgem na região interlacustre, no Shaba e nas margens do Lago Tanganica, indústrias tipologicamente intermediárias entre um microlítico puro e as indústrias típicas da parte ocidental da África Central. Parece que diferentes tradições puderam subsistir durante muito tempo lado a lado; e, junto a indústrias de caráter misto, encontram-se outras microlíticas, como em Mukinanira e nos lagos Mokoto.

Na África Central ainda não foi encontrado um sítio de riqueza excepcional que permitisse a reconstituição detalhada do modo de vida desses caçadores, cuja existência devia ser comparável à que ainda hoje levam os San no Calaari. O sítio de Gwisho, na Zâmbia, dá uma ideia bastante completa de como era a vida na *Late Stone Age* no 5º milênio B.P. Ao lado de utensílios polidos, foi encontrada uma grande quantidade de objetos de madeira e de osso, que provam a importância do trabalho da madeira mesmo em savana aberta.

A abundância de utensílios polidos em certas regiões fez com que fossem considerados como indício de um neolítico; mas tais instrumentos são encontrados desde a *Late Stone Age* e eram fabricados e utilizados ainda no século XIX na região do Vele. Esses objetos foram assinalados apenas na bacia central e representam o essencial das descobertas arqueológicas realizadas ao norte da grande floresta. Até agora, ao menos parcialmente, o “Neolítico Velense” não remontaria além do século XVII, pertencendo, portanto, à Idade do Ferro.

Em Batalimo, na República Centro-Africana, encontrou-se pela primeira vez (1975) um machado com gume polido associado a uma indústria não microlítica e a cerâmica, que não seria anterior ao século IV da Era Cristã, o que parece bem recente para uma tal indústria.

A última zona estende-se paralelamente à costa atlântica, do Gabão até o noroeste de Angola. Os utensílios “neolíticos” encontrados nessa imensa área são geralmente lascados, sendo apenas o gume polido. Em Dimba e Ngovo, único sítio onde as ossadas se conservaram, a análise da fauna associada não revelou até agora a presença de animais domésticos. Na ausência de outros dados socioeconômicos, é prematuro admitir um verdadeiro Neolítico cujos responsáveis houvessem empregado utensílios polidos e cerâmica e criado gado ou praticado a agricultura. O mesmo acontece com todas as outras indústrias de aspecto neolítico coletadas até o momento na África Central; não lhes conhecemos nem os utilizadores, nem a época, nem o sistema econômico.

Retraçando o histórico das diferentes nomenclaturas utilizadas para designar as indústrias pós-acheulenses da África Central, mostrou-se claramente que se trata de um extraordinário imbróglio. As recentes escavações feitas em Gombe permitiram restabelecer e datar a sequência arqueológica definida por J. Colette. Entretanto, parece-nos possível, após o Acheulense, distinguir variantes regionais nas indústrias líticas e seguir sua evolução. Por mais esquemáticas e discutíveis que sejam, essas distinções refletem uma certa realidade, a qual, sem dúvida, parece agora muito mais complexa do que inicialmente se supunha. A nomenclatura existente pode, em nossa opinião, ser mantida como um instrumento de trabalho provisório até o aperfeiçoamento da taxonomia existente.

Pré-história da África do Norte

Próximos à Europa e mediterrâneos pela costa marítima setentrional, os países do Magrebe foram percorridos há mais de um século pelos primeiros pesquisadores interessados em sua pré-história. Acumulou-se uma bibliografia abundante de valor altamente variável, que foi mais tarde selecionada e classificada (1952-1955-1974). Mas a pesquisa pré-histórica dessa parte do norte da África apresenta certo atraso em dois aspectos essenciais: nos métodos de escavação e na cronologia absoluta.

Pela falta de fósseis humanos do Pleistoceno Inferior, de datas obtidas pelo método do potássio-argônio e de solos de ocupação paleolítica, atualmente só é possível avaliar a antiguidade da implantação de hominídeos no Magrebe e no Saara por correlações hipotéticas sobre a fauna e a tipologia das indústrias líticas. Por falta também de estratigrafias suficientemente extensas e numerosas, tem sido difícil estabelecer a continuidade da ocupação humana. A pesquisa pré-histórica forneceu dados importantes ao conhecimento do Quaternário no

que diz respeito à estratigrafia e à paleontologia, e permitiu o estabelecimento de uma tipologia cujo alcance ultrapassa os limites do Magrebe.

Qualquer interpretação além da tipológica é delicada. Baseia-se na estratigrafia do Quaternário no litoral do Marrocos, na paleontologia animal da Argélia (Ain Hanech, perto de Sétif) e da Tunísia (Ain Brimba, perto de Kebili), e unicamente na tipologia do Saara. Ligações mais ou menos frágeis podem ser estabelecidas entre as jazidas da Tanzânia, do Quênia e da Etiópia. Atualmente não parece verossímil que a presença de hominídeos no Magrebe e no Saara seja tão antiga quanto na África Oriental e meridional. Ainda não foram identificadas as indústrias sobre lascas que precederam os seixos lascados. Não há traços de uma *osteodontokeratic culture,* nem restos de australopitecos. Entretanto, acreditamos que os seixos lascados do Marrocos, da Argélia e do Saara façam parte de uma cronologia paralela à de Olduvai, isto é, entre 2 e 1 milhão de anos.

As investigações concentraram-se numa correlação crono-estratigrafia/evolução tipológica, que resultou no estabelecimento de listas tipológicas com implicações cronológicas. A análise é baseada nas características técnicas cuja repetição criou formas sistemáticas. A classificação procede do simples ao complexo – lascamento unifacial, bifacial, poliédrico – e corresponde, provavelmente, a uma sequência cronológica. P. Biberson e J. Chavaillon edificaram sistemas de aspecto regional nas praias quaternárias do Marrocos atlântico e nos terrenos de Saura. Após essas considerações, apoiou-se em uma estratigrafia do Villafranchiano baseada em grande parte na paleontologia animal. Nessa série aparecem as indústrias humanas, e a evolução em direção aos bifaces e machados do Paleolítico Inferior Clássico pode ser provada; mas não há em parte alguma estrutura arqueológica e, portanto, nenhum quadro paleoetnológico, como na Tanzânia (Olduvai), no Quênia e na Etiópia.

O Acheulense é abundante no Magrebe e no Saara, não diferindo muito daquele que foi definido na França.

O Musteriense do Magrebe só pode ter vindo do leste e conheceu rapidamente uma evolução original: transformou-se, no próprio local, em "Ateriense", sofrendo uma mutação diferente da evolução de todos os outros Musterienses. "Ateriense" permanece um *nomen nudum*. Trata-se de uma evolução precoce do Musteriense, abrangendo o Magrebe e o Saara de norte a sul, e ao mesmo tempo coincide cronologicamente com uma parte do Paleolítico Médio e com o início do Paleolítico Superior. Entretanto, nossas referências cronológicas ainda são muito imprecisas.

O Ateriense é muito discutível. As datas obtidas no Magreb e no Saara inscrevem-se inicialmente entre –37000 e –30000, e constituem uma sequência coerente e plausível. O Ateriense é, portanto, no início, um Paleolítico Médio.

As relações com as formações quaternárias são concordantes. Seria muito delicado determinar uma data para o fim do Ateriense. A conquista do Saara é um fato, assim como a evolução técnica da indústria em formas mais ou menos anunciadoras do Neolítico. Não se conhece a indústria intermediária, e todas as recentes descobertas feitas no Marrocos reforçam a hipótese de que o homem ateriense não é mais um neandertalense, mas já um *Homo sapiens.*

O Iberomaurusiense é uma civilização litorânea que, entretanto, conheceu penetrações continentais. Destas, a jazida menos discutível é a de Columnata (Tiaret, Argélia). A ausência do Iberomaurusiense na região que vai da Tunísia até o sul do *Vede* Medjerda pode ser atribuída a um desenvolvimento separado. O instrumental Iberomaurusiense é pobre, assim como a indústria óssea. Não há nem arte mobiliária, nem arte parietal. Sugerir que não tenham sido os iberomaurusienses os portadores desta civilização, como foi feito, é pouco concebível, uma vez que ela não tem raízes locais. E não é esse o único problema. Estes "Cro-Magnon" do Magrebe tiveram uma vocação e um destino diametralmente opostos aos dos europeus. Por outro lado, sobreviveram até o Neolítico e chegaram a colonizar o arquipélago das Canárias por volta do fim do terceiro milênio antes da Era Cristã. Há ainda muitas outras características próprias do Magrebe, como as mutilações dentárias, os cemitérios em grutas ou sob abrigos, e os monumentos funerários.

Atualmente está provado em bases estratigráficas e geomorfológicas que as indústrias de lamelas da Tunísia pré-saariana (Gafsa, Lalla, região dos Chotts etc.) são anteriores a toda a série capsiense. Em Gafsa (Sidi Mansour), o "horizonte Collignon" insere-se num aterro fluvial; o estágio final de sedimentação nos lagos é marcado por importantes formações gipsíferas. Iniciada uma nova sedimentação, ela é imediatamente interrompida por um abaixamento de nível da Bacia de Gafsa, que causa uma nova erosão. O Capsiense típico e evoluído ocupa a superfície dessa erosão, como o testemunham os outeiros. Ainda não se pode estabelecer nenhuma posição cronológica. Estas indústrias lamelares só podem ser associadas ao Iberomaurusiense na medida em que diferem especificamente do Capsiense. Outras indústrias epipaleolíticas originais podem ser situadas no local entre o Iberomaurusiense, em grande parte paleolítico, e fácies capsienses.

A indústria lítica do Capsiense típico é de uma qualidade notável, datada de –7000. A indústria óssea é pobre. O Capsiense típico só é conhecido numa zona muito delimitada, em ambos os lados da fronteira da Argélia com a Tunísia. Se considerarmos as datações radiométricas, o Capsiense típico abrangeria somente o sétimo milênio. Seria, nessa mesma zona, contemporâneo do Capsiense "superior", fato que contraria as estratigrafias já conhecidas.

O Capsiense evoluído apresenta uma proliferação de fácies que invadiram o oeste argelino e pelo menos uma parte do Saara. Devemos ainda ser prudentes e não estender o "Neolítico de tradição capsiense", por adições sucessivas, a uma grande parte do continente africano. O Capsiense evoluído é uma indústria de objetos de tamanho pequeno, rica em micrólitos geométricos de qualidade técnica geralmente excepcional.

O Capsiense "superior" perdurou até o processo de neolitização, que abrangeu um período muito longo. Assim, pode-se sustentar a contemporaneidade, em regiões diferentes, de indústrias do Capsiense típico e superior e do Neolítico "de tradição capsiense".

A civilização capsiense durou, portanto, quase 2.000 anos, alguns séculos a menos que a do Egito faraônico. Os homens do Capsiense não pertencem ao tipo cro-magnoide de Mechta-Afalou: são mediterrâneos, e o espécime mais completo e mais conservado, em condições estratigráficas indiscutíveis, é o Homem de Ain Dokkara (Tebessa), que remonta à metade do sétimo milênio. Os *habitats* capsienses contam-se às centenas e perduraram durante séculos, chegando alguns a ultrapassar um milênio. Um tal sedentarismo, pré-pastoral e pré-agrícola, é digno de nota. Todavia, as habitações não passavam de cabanas de junco e de ramos, revestidas de argila ou cobertas com peles. A caça não era primordial. Os moluscos terrestres foram importantes e não é possível provar a existência da agricultura.

A etnia capsiense inuma seus mortos segundo ritos variados. Surpreende a utilização das ossadas humanas; a mais inesperada é o "crânio troféu", usado talvez como máscara, descoberto em Faid Souar (Ain Beida, Argélia). Quanto aos vivos, os capsienses praticavam mutilações dentárias. Entretanto, são os primeiros artistas do Magrebe: objetos de adereço, cascas de ovos de avestruz gravadas desde o Capsiense típico e pedras esculpidas.

A persistência da tradição capsiense refuta a teoria do desenvolvimento de uma cultura neolítica. As pontas projéteis tão abundantes no Saara são testemunhas do prolongamento de um gênero de vida de caçadores-predadores que não se poderia qualificar como neolítico. Nessas condições, deve-se confinar o Neolítico de tradição capsiense aos limites originais, na Argélia.

Ao lado da indispensável tipologia, a ecologia torna-se essencial. Assim, pode ser definida uma economia pastoral pré-agrícola, transumante, que não é mais o fim da Pré-História, mas o ponto de partida da civilização montanhesa atual dos Ghaouia de Aurês.

Houve entre o quinto e o segundo milênio antes da Era Cristã muitas outras formas de neolitização do Magrebe. As regiões que permaneceram

isoladas do Capsiense tiveram uma evolução original com duas características essenciais: suceder ao Iberomaurusiense e relacionar-se muito cedo com a Europa mediterrânea (desde o quinto milênio). O Neolítico de tradição capsiense não pode ser estendido ao Saara setentrional; e menos ainda às regiões mais meridionais do Saara, onde se encontra a arte rupestre de Ahaggar e do Tassili n'Ajjer.

Apesar da riqueza de testemunhos, a pré-história do Magrebe não foi ainda bem compreendida. Somente com grandes escavações e com o auxílio de modernos métodos científicos é que ela poderá progredir.

Pré-história do Saara

O Saara é um imenso deserto que cobre a maior parte do norte da África. Embora seja hoje um deserto, o Saara já foi bastante povoado em vários períodos. Atribui-se o abandono da região pelas últimas etnias que a ocuparam à instalação de um clima cada vez mais seco e quente, que provocou a rarefação das precipitações e o esgotamento das fontes e dos rios. O consequente desaparecimento da cobertura vegetal e da fauna forçou o homem a procurar regiões periféricas mais clementes.

Duas observações devem ser feitas a respeito da cronologia. A primeira é que não conhecemos ainda, em nenhum ponto do Saara, uma estratigrafia bastante abrangente para nos permitir estabelecer a sucessão dos estágios pré-históricos com precisão. A segunda é que, salvo para o Neolítico, não possuímos datas que nos permitam estabelecer uma cronologia absoluta.

O Saara forneceu poucos esqueletos acompanhados de indústrias que possibilitassem sua classificação. Entretanto, os que foram encontrados indicam a antiguidade remota do homem.

Pode-se afirmar que a cultura dos seixos lascados estendeu-se por todo o Saara, então úmido. Infelizmente, nenhum fóssil animal ou humano da época chegou até nós, restando-nos simplesmente formular a hipótese de que esses utensílios muito rudimentares, que, fora dos sítios onde estão agrupados, encontram-se dispersos por todo o Saara, são exatamente os que foram lascados e utilizados pelos nossos mais antigos ancestrais. Também não se descobriu nenhum esqueleto dos autores do biface e seu derivado, a machadinha, a qual evoca um horizonte florestal que à época devia predominar.

Para o período seguinte, os testemunhos estratigráficos são muito raros, embora o número de bifaces encontrados seja enorme. O Acheulense cobre toda

a superfície do Saara, mas ainda é impossível classificá-lo cronologicamente, pois, salvo algumas exceções, ele não se encontra em posição estratigráfica.

O Ateriense é uma indústria norte-africana que se difundiu intensamente em direção ao sul para se fixar ao longo das margens dos grandes lagos do Saara meridional. No estágio atual da pesquisa, ele toma, no Saara, o lugar ocupado em outras regiões pelo Musteriense. É muito difícil situar o Ateriense em uma sequência cronológica. Seu aparecimento pode ter-se dado por volta de -35000. Às margens do Lago Chade, sua progressão parece ter sido estancada pelo último alto nível das águas. Nessas condições, ele se estenderia entre -9000 e -7000. Mas são apenas hipóteses.

Ignoramos o essencial da gênese das etnias neolíticas. Parecem ter-se expandido pelo Saara partindo de pontos diferentes. Segundo M. C. Chamla, há uma constante no povoamento neolítico do Saara: a mestiçagem entre Negros em um extremo e, em outro, Brancos de origem meso-oriental, agrupados ordinariamente sob o nome de "mediterrânicos".

O povoamento neolítico do Saara está longe de ser homogêneo. A onda mais antiga parece ser a que realizou um movimento de leste para oeste ao longo dos grandes lagos. Reconhece-se facilmente essa brilhante civilização pelo caráter particular e pela riqueza da decoração aplicada à cerâmica. No plano industrial é difícil defini-la, pois os "neolíticos de tradição sudanesa" souberam tirar proveito de tudo. Primeiros habitantes do Saara, eles foram pescadores-caçadores-coletores. O fato de terem fabricado em profusão enxós, enxadas, moedores, mós etc., não significa que tenham empregado qualquer forma de prática agrícola. Constata-se uma divisão do trabalho em função das tarefas especializadas. O polimento da pedra foi muito difundido, e a panóplia das armaduras, muito rica. Caçava-se com arco ou com lança; utilizava-se o arpão e o anzol feitos de osso. O equipamento de trituração é numeroso e requintado. Prova a existência, ao menos, do conhecimento da arte da trituração. A cerâmica é de rica decoração e beleza de formas. Essa primeira onda neolítica é bastante conhecida.

A primeira vaga é seguida, mais ao sul, pela progressão de uma outra etnia africana, que vai ocupar a floresta e que, apesar de sua importância, permanecerá por muito tempo desconhecida, ocultada pela cobertura florestal. Esse Neolítico, bem identificado na Guiné, será chamado, por essa razão, de *Neolítico guineense*.

Um pouco mais tarde, o Neolítico de tradição capsiense vai começar a movimentar-se em direção ao sul. Chegará ao nordeste da Mauritânia, e atingirá o Hoggar. Seu limite a leste é mais impreciso. O Neolítico de tradição capsiense é mais austero que o de tradição sudanesa. Sua cerâmica tem pouco ou nenhum ornamento, mas a sua tradição lítica é de uma técnica rigorosa, e sua fácies saa-

riana acha-se enriquecida por uma grande quantidade de armaduras de pontas de flechas. A pedra polida é muito bonita e as vasilhas de pedra dura e as estatuetas zoomórficas são verdadeiras obras-primas. Com essa fácies do Neolítico encontram-se grãos perfurados e ovos de avestruz inteiros transformados em recipientes.

Os iberomaurusienses não são os capsienses. Enquanto estes últimos ocuparam principalmente os altos planaltos argelianos, os iberomaurusienses estabeleceram-se na orla do Mediterrâneo entre a Tunísia e o Marrocos. Ambos foram "neolitizados" no próprio local.

Uma quinta corrente foi identificada no Adrar Bous e denominada "Tenerense". Foi descoberta em 1941, não podendo ser considerada um Neolítico saariano clássico, pois esse termo se aplica às fácies sudanesas e capsienses, que cobrem a maior parte do Saara. Resta, pois, descobrir por que via a magnífica indústria tenerense, obtida essencialmente a partir de um jaspe verde, recebeu as influências egípcias que tão bem ilustra.

Importantes trabalhos realizados no sudeste da Mauritânia (ao longo do Dhar Tichitt) mostram uma enorme fácies neolítica cuja indústria, bastante tardia, está ligada a um excepcional conjunto de aldeias em pedras secas, onde o urbanismo e as fortificações são do maior interesse. Tanto a cerâmica quanto outras características particulares demonstram que é uma civilização africana.

Assim, o Neolítico pode ser reduzido a algumas linhas de força geradoras de correntes secundárias, que se caracterizam por sua base cultural comum, identificada pela cerâmica e, mais raramente, pelas particularidades técnicas aplicadas à indústria lítica ou óssea.

O Neolítico estender-se-á do 5º milênio antes da Era Cristã ao início do 1º milênio. Durante esse período o nível dos lagos não cessará de baixar. Em consequência, a grande fauna etíope abandona as margens, principalmente no sul; a flora se degrada, e o homem, por sua vez, emigra com seus rebanhos.

Uma das características do Saara neolítico nos alvores dessa civilização é a presença de um conjunto de lagos isolados em cujas margens os neolíticos de tradição sudanesa irão desenvolver-se. São eles que tornarão possível o estabelecimento humano.

Não se pode provar a prática da agricultura com base apenas na presença de objetos ou utensílios tidos como de uso agrícola. A agricultura fica demonstrada, ao contrário, quando os fósseis, grãos ou pólens justificam a hipótese aplicada aos objetos ou utensílios. Quanto ao mais, sabemos que os neolíticos do Saara acumularam grandes quantidades de bagas de lódão-bastardo, que certamente

foram usadas na alimentação. Observou-se ainda em Meniet e Tichitt a presença de grãos de cucurbitáceas. Esses dois vegetais pressupõem a coleta; no máximo, a protocultura, mas não a agricultura, que se constitui na preparação do solo em vista de uma cultura racional de plantas selecionadas. O quadro, portanto, é bastante pobre. No entanto, é preciso fazer a análise sistemática dos sedimentos neolíticos antes de tirar qualquer conclusão. Apesar de seu enorme interesse, a palinologia foi muito pouco aplicada no Saara. Parece improvável que essa região tenha sido o lugar privilegiado onde se desenvolveram as plantas de consumo corrente no norte da África.

Finalmente, depois de muito tempo, foram os criadores que, em quase todas as regiões, sucederam aos "caçadores-pescadores-coletores". E, de qualquer forma, em -1000 já havia praticamente ocorrido a desertificação do Saara. A cessação das chuvas não favoreceu a agricultura, mas isso não implica o desconhecimento de toda a protocultura, ou da coleta seletiva que a precedeu. Mas só há possibilidade de cultura no quadro de uma sedentarização ou de uma fixação sazonal. Ora, em grande parte do Saara o Neolítico em seu apogeu faz pensar antes em acampamentos nômades que em aldeias organizadas, as quais, no entanto, existiram.

O Saara neolítico teve vida própria. Embora os criadores bovidianos do Tassili n'Ajjer sejam contemporâneos das carroças "a solto galope" não deixaram de desenvolver localmente a arte da criação do gado e parecem ter desenvolvido métodos tão perfeitos de criação que fazem pressupor um longo aprendizado.

Sabemos que os homens do Neolítico de tradição sudanesa foram de uma curiosidade ilimitada no que diz respeito a novas técnicas. Continuaram a lascar a pedra, mas a característica nova é a técnica do polimento da pedra. A ela se acrescenta uma profusão de mós fixas e de moedores. O conjunto é completado por uma série de vasos de cerâmica, cujas formas e decoração já são bem "negro-africanas". O osso também foi trabalhado. Os neolíticos de tradição sudanesa souberam adaptar-se maravilhosamente ao determinismo mineralógico das regiões que ocupavam, o que levou a acreditar numa multiplicidade de bases étnicas, apesar de, ao contrário, parecerem muito estáveis e culturalmente muito unidos. Esses homens devem ter conhecido a navegação, e é possível que tenham circulado nos lagos com barcos de caniços. Os neolíticos de tradição capsiense opõem-se em muitos pontos aos seus homológos e predecessores de tradição sudanesa. Esses últimos, partindo do Sudão, caminharam em diversas vagas de leste para oeste, sem atingir, ao que parece, a costa atlântica. Eram melanodermas e, quase sempre, africanos autênticos. Os homens que partiram dos altos planaltos argelianos eram mais mediterrânicos e herdaram de seus pre-

decessores capsienses um dom notável para o lascamento do sílex. O inventário de seu instrumental é surpreendente.

Conheciam a arte da caça. A tradição capsiense deu maior importância que a sudanesa ao instrumental lítico, cuja técnica foi também mais variada. Mas sabia polir vasilhas de pedra dura e trabalhar em alto-relevo. A cerâmica, entretanto, é muito menos rica em formas e decoração. Existem também mós fixas e moedores dos quais uma parte serviu para triturar corantes, provavelmente utilizados nas pinturas corporais.

O Neolítico litoral é pouco conhecido, mas é sabido que em toda a extensão da costa atlântica, a partir do Marrocos, existem inúmeros depósitos de conchas, misturados com cinzas e fragmentos de cerâmica. Mais a leste, no Air, no Adrar Bous, sobressai claramente a fácies Tenerense. Obtido de um jaspe verde-vivo e irrompendo num magnífico instrumental, esse Neolítico é rico em formas que evocam o Eneolítico egípcio.

Ao sul da linha dos lagos, em uma época mais úmida, a floresta deve ter sido mais densa e mais verde do que hoje. Isso sem dúvida explicaria que se tivesse constituído numa barreira que os habitantes do Saara não conseguiram transpor. O estudo do Neolítico florestal, que foi denominado "guineense", talvez tenha apenas começado.

Pré-história da África Ocidental

Até o momento, a África Ocidental não apresentou vestígios de formas humanas primitivas nem de hominídeos comparáveis aos que foram achados na África Oriental e meridional, nem tampouco artefatos da época correspondente. Não foi realizado nenhum esforço de pesquisa comparável ao que teve lugar na África Oriental. Os depósitos de mesma idade parecem ser raros na África Ocidental e, devido ao alto grau de umidade e acidez do solo, as condições de preservação são muito piores. Deve ter havido em certas partes condições ecológicas muito semelhantes àquelas que favoreceram o desenvolvimento dos australopitecos da África Oriental – o que não significa que essas regiões foram de fato ocupadas.

Adotou-se os termos *Early Stone Age*, *Middle Stone Age* e *Late Stone Age*. Os limites cronológicos dessas divisões da Idade da Pedra variam um pouco de região para região. É possível estabelecer o período que vai de -2500000 a -50000 para a *Early Stone Age*; de -50000 a -15000 para a *Middle Stone Age*; e, de -15000 a -5000 para a *Late Stone Age*.

Em relação à *Early Stone Age* no sul, no leste e no noroeste da África, o complexo industrial olduvaiense cedeu seu lugar ao complexo acheulense. Os tipos de bifaces considerados achelenses não existem no Saara, mas foram encontrados no Senegal, na República da Guiné, na Mauritânia e em Gana. Sua área de distribuição foi objeto de mapas que pareciam indicar uma colonização a partir do rio Níger, ao longo da cadeia montanhosa de Atakora e das colinas do Toga.

Os últimos estágios do Acheulense, caracterizados por belos bifaces talhados com percutor de osso ou madeira, são prolíficos no Saara, ao norte do paralelo 16. O Planalto de Jos apareceu como um promontório de terras habitáveis projetado para o sul de Air e da principal região acheulense do Saara. Com base no método do carbono 14, estabeleceu-se que o material associado aos utensílios acheulenses data de uma época anterior a 39000 B.P.

Alguns utensílios acheulenses foram descobertos no maciço de Futa Djalon. Há também vestígios do Acheulense Médio e Superior nos arredores e ao norte do alto Senegal. Tais vestígios poderiam ser considerados um elo entre a região de Futa Djalon e os prolíficos sítios arqueológicos da Mauritânia. Traços do Acheulense foram registrados no sudeste de Gana e ao longo das cadeias montanhosas do Togo e de Atakora.

É difícil definir o complexo industrial sangoense e até se põe em dúvida a sua existência na África Ocidental. Nessa região, a distribuição dos elementos do Sangoense é mais meridional que a do Acheulense, sugerindo um novo modo de fixação.

Na África Ocidental, as indústrias pertencentes à *Middle Stone Age* foram identificadas com menos certeza do que no resto da África Subsaariana. Alguns espécimes raros do Lupembiense foram encontrados em Gana e na Nigéria, mas nenhum deles oferece indicações estratigráficas satisfatórias para sua datação. No Planalto de Jos e ao norte do mesmo, nas colinas de Lirue, descobriram-se séries importantes de um material caracterizado por talões facetados, que foram classificadas como pertencentes à *Middle Stone Age*; em Nok, essas séries estão em estratigrafia entre os cascalhos de base contendo utensílios acheulenses e os depósitos mais recentes, que apresentam elementos da cultura Nok. Sem relação com o complexo industrial lupembiense, tais séries teriam mais pontos em comum com as indústrias do Paleolítico Médio do norte da África, do tipo geral "musteriense", e provavelmente refletem um modo de vida mais adaptado à savana. Indústrias semelhantes foram encontradas em Gana, na Costa do Marfim, em Dacar e no Saara central.

No deserto do Saara, encontramos muitas indústrias que foram chamadas de neolíticas por causa de suas formas, e que na região central datam do sexto milênio antes da Era Cristã. O clima era mais úmido que atualmente, o que resultou numa

flora do tipo mediterrâneo e numa população de pastores, que podem ou não ter sido agricultores. Houve um tempo em que as descobertas feitas em Rufisque, no Senegal, foram classificadas como pertencentes ao Neolítico de tradição capsiense, mas é preferível considerá-las como fazendo parte do *continuum* microlítico espalhado pela África Ocidental. Além dessas escavações perto de Dacar, esse *continuum* microlítico, ou Microlítico da Guiné, está amplamente distribuído na metade leste da África Ocidental; na metade oeste, porém, ele parece estar ausente nos sítios mais meridionais, na região da Libéria, da Serra Leoa e do sul da República da Guiné. Foi na Guiné que foram feitas as primeiras escavações arqueológicas da África Ocidental. Em alguns sítios existem peças bifaciais que lembram formas anteriores à *Late Stone Age*. A maior parte dos sítios da República da Guiné revelaram micrólitos, machados de pedra polida, mós e cerâmica, o mesmo acontecendo na Guiné-Bissau. Alguns sítios guineenses continham cerâmica. As escavações efetuadas no abrigo sob a rocha de Blande, na extremidade sudeste da República da Guiné, revelaram igualmente uma indústria que incluía machados de pedra e cerâmica, junto com instrumentos bifaciais de grande porte. Os micrólitos não aparecem na caverna de Yengema, em Serra Leoa, onde o nível mais antigo revelou uma pequena indústria de lascas de quartzo; no nível médio, os picões e as "enxadas" bifaciais são considerados como um complexo industrial lupembiense; por fim, o nível superior revelou machados de pedra e cerâmica que foram situados no período de -2000 a -1750. Aparece um elemento microlítico nos dois outros abrigos sob a rocha, em Yagala e Kamabai; as datações indicam aqui uma fase da *Late Stone Age* que vai de -2500 até o século VII da Era Cristã.

Parece que nessa parte oeste da África Ocidental, nos sítios mais meridionais, teria sobrevivido relativamente inalterada uma tradição da *Middle Stone Age*; parece também que ela não teria nem inventado nem adotado a técnica microlítica. Se assinalarmos a distribuição dos sítios sem micrólitos (Conacri, Yengema, Blandé) e traçarmos uma linha de demarcação entre esses últimos e os sítios que possuem micrólitos (Kamabai, Yagala, Kindia, Nhampassere), perceberemos que essa linha é bem próxima da que separa a floresta da savana. As novas técnicas de machados polidos e de cerâmica chegaram a essa região posteriormente, provenientes do norte, aproximadamente na metade do terceiro milênio antes da Era Cristã. Em quase todo o restante da África Ocidental, um *continuum* microlítico precede as técnicas de fabricação de cerâmica e de machados de pedra polida; estes últimos mais parecem fazer parte da tradição microlítica do que tê-la substituído.

Em resumo, a *Late Stone Age* na África Ocidental pode ser dividida em duas fases: a fase I, cujo início não ultrapassou -10000, tem duas fácies: a fácies A

apresenta uma indústria de micrólitos, associada à caça na savana; a fácies B pertence à zona florestal na extremidade sudoeste da África Ocidental e não apresenta micrólitos. A fase II, que começou logo depois de -3000, tem quatro fácies: a fácies A, na maior parte da savana, apresenta peças de cerâmica e machados de pedra polida associados aos micrólitos; a fácies B, no Sahel, inclui a pesca em sua economia e praticamente não apresenta micrólitos, apesar de ter uma indústria de objetos de osso como arpões, anzóis etc.; a fácies C é costeira e sua economia é adaptada à exploração de recursos das lagunas e dos estuários; a fácies D, associada à paisagem da floresta, apresenta peças de cerâmica e machados de pedra polida, mas não dispõe de micrólitos.

Durante o terceiro milênio, quando os pastores do Saara emigraram pela primeira vez para o sul, eles não somente encontraram "caçadores microlíticos", mas também abandonaram uma região onde o sílex era abundante. Se essa migração representou a introdução de um elemento novo na população autóctone, ela não teve influência visível no tipo físico: todos pertenciam igualmente à raça negra. Se, como parece provável, os imigrantes falavam o protonilo-saariano, os pequenos grupos devem ter adotado o níger-congo, que predominava na região; somente os grandes grupos, tais como os ancestrais dos Songhai, teriam conservado seu próprio idioma.

A passagem de uma situação na qual o homem dependia da caça, da pesca e da coleta de frutas silvestres, para a prática da agricultura e da criação de gado, é o passo mais importante dado por nossos ancestrais no decorrer dos dez últimos milênios. Na África Subsaariana as dificuldades climáticas no cultivo das mais antigas plantas – o trigo e a cevada – fez necessário cultivar gramíneas selvagens apropriadas, sendo a mais importante a *Sorghum bicolor* ou milho da Guiné, cuja cultura se iniciou na primeira metade do segundo milênio, na região situada entre o deserto e a savana, entre o Nilo e o Lago Chade. Nas regiões mais úmidas da África Ocidental, o principal tubérculo era o inhame.

Na África Subsaariana o crescimento populacional resultante da prática da agricultura foi mais lento do que deveria ter sido. Entretanto, no começo do primeiro milênio da Era Cristã estabeleceu-se uma economia agrícola suficiente para satisfazer as necessidades de antigos reinos como Gana, Mali, Songhai, Benin e Ashanti.

No seu conjunto, a África Ocidental mal teve a Idade do Bronze. No entanto, vinda da Espanha e do Marrocos, uma de suas fácies se manifestou na Mauritânia, onde foram descobertos cerca de 130 objetos de cobre e onde foram exploradas as ricas minas de Akjujt, datadas no século V antes da Era Cristã; além disso, foram encontradas pontas de flechas achatadas, feitas de cobre, no Mali e no sudeste da Argélia.

Por que a África Ocidental não conheceu a Idade do Bronze? Por que ela não foi mais influenciada pela antiga civilização egípcia? As razões residem parcialmente no fato de que o terceiro milênio foi também a época do dessecamento final do Saara. Desse modo, as populações abandonaram o deserto e ele não mais serviu de elo indireto entre o Egito e a África Ocidental. Esse elo só foi restabelecido cerca de 3.000 anos mais tarde, graças ao camelo.

Durante todo o início da Idade do Ferro (aproximadamente de -400 a 700), muitas regiões da África Ocidental permaneceram isoladas do exterior. Seguramente devem ter existido alguns motivos de contato com o mundo exterior, pois foi no começo desse período que o conhecimento do ferro chegou à África. Em Taruga, na Nigéria central, estudou-se um certo número de sítios de fundição de ferro; o radiocarbono indica datas que vão do século V ao III antes da Era Cristã. As escavações feitas nos outeiros habitados do Vale do Níger também indicam a presença do ferro aproximadamente no século II antes da Era Cristã. Parece quase certo que o conhecimento da técnica da metalurgia do ferro tenha chegado à África Ocidental vinda da região da África do Norte, então submetida à influência de Cartago.

Perto do rio Gâmbia, no Senegal e em Gâmbia, há um distrito no qual se encontra um grande número de pilares de pedra dispostos verticalmente, isolados ou distribuídos em círculos; os megálitos mais bem trabalhados são duplos e tendem a representar uma lira. As escavações realizadas foram esclarecidas por três datações que indicaram os séculos VI e VIII; parece que se tratava de monumentos funerários.

No final do período dos primeiros contatos, na orla norte da África Ocidental, as populações negras se relacionaram com os berberes nômades do deserto, que a partir de então dispunham de camelos e transportavam para o norte o ouro da África Ocidental, através do Saara. Essas regiões setentrionais da África Ocidental possuíam noções rudimentares de agricultura e uma tecnologia do ferro. Elas estavam prontas para iniciar o desenvolvimento político e a formação de Estados, para fazer frente à pressão dos nômades vindos do norte, para apoderar-se, enfim, do controle lucrativo do comércio do ouro. Mais ao sul, ao norte da Serra Leoa, a passagem para a utilização do ferro não parece ter ocorrido até o século VIII e, assim mesmo, fez-se bem lentamente.

Pré-história do Vale do Nilo

Sudão, Núbia e Egito, três regiões bem diferentes ligadas entre si apenas por um rio, constituem um único vale. O imenso deserto que circunda o vale nos

dois lados outrora ofereceu pontos de parada, locais de passagem ou barreiras intransponíveis com o resto do continente africano que condicionaram o modo de vida dos primeiros habitantes do vale.

No Vale do Nilo existem alguns dos primeiros traços deixados pelo ser humano. A exploração e as pesquisas sistemáticas de 25 depósitos aluviais do Quaternário Antigo em Tebas, no alto Egito (1971), forneceu uma rica coleção desses utensílios. A descoberta, em 1974, de três sítios estratificados contendo *choppers* acabou com as últimas dúvidas. As camadas de seixos lascados eram subjacentes ao Acheulense antigo (*Old Stone Age*). Um dente de um hominídeo foi encontrado nas antigas aluviões da montanha tebana, associado aos *choppers*.

Nesta região, os testemunhos da civilização da *Old Stone Age* manifestam-se sem interrupção aparente desde o Sudão até o Egito. Essa cultura é mais bem conhecida no norte do Sudão que nas regiões meridionais. O Acheulense Superior e Médio distingue-se pela melhoria no acabamento e pela aparição de indústrias paralevalloisienses. Essas últimas podem ser vistas ainda em Khor Abu Anga. O *sangoense* foi detectado no Sudão, em Khor Abu Anga e Sai. A partir de Uadi Halfa, ele parece perder várias de suas características.

Na Núbia egípcia, o Acheulense foi encontrado nos antigos terraços do rio. Observa-se aí uma evolução baseada no aperfeiçoamento da técnica de lascamento. No Egito os sítios estratificados de Abbassieh (perto do Cairo), estudados em Tebas (1974), e os velhos terraços do Nilo revelam indústrias acheulenses em estágios sucessivos. O sítio de Kharga tem camadas superpostas de um Acheulense mais recente, terminando na *Middle Stone Age*.

A indústria musteriense foi pouco estudada no sul do Sudão. Por outro lado, foram estabelecidos no norte quatro conjuntos distintos: o Musteriense núbio, o Musteriense denticulado, o Sangoense lupembiense e o Khormusiense.

Em comparação com o norte do Sudão, os dados colhidos na Núbia egípcia são insuficientes. Predominou a técnica de debitagem levalloisiense, algumas vezes de tradição acheulense, que tem se encontrado em Afyeh e em Khor Daoud, assim como em Amada, numa forma levalloisiense pura.

Na Núbia egípcia, o Ateriense foi identificado no deserto líbio, a noroeste de Abu Simbel, associado a uma fauna muito rica. Na Núbia, o Ateriense parece relacionar-se com o Amadiense, uma indústria de tradição mustero-levalloisiense. No Egito, ele existe em estado puro nos oásis do leste, em Siwa, Dakhla e Kharga. No deserto oriental, é encontrado em Uadi Hammamat. No próprio Vale do Nilo ele se espalha em pequenos lotes em Tebas e Dara (?). Pode ter influenciado o Hawariense no período seguinte. Ele se apresenta em dimensões

microlíticas, nessa mesma indústria, em Abbassieh e Jebel Ahmar, perto do Cairo (desde no mínimo -44000 até pelo menos -7000).

Escavações sistemáticas realizadas desde 1971 na montanha de Tebas permitem esboçar em suas grandes linhas a evolução da indústria da *Middle Stone Age*, que se anuncia predominantemente levalloisiense. Essas pesquisas demonstram a existência de um antigo período acheulense-levalloisiense seguido de outro marcado por núcleos maciços que se tornam menores e mais refinados. Numa fase mais recente, aparecem sobre as lascas laminares muitos retoques secundários de aparência *musteriense,* assim como diversos utensílios. Deve-se mencionar uma indústria muito numerosa tipicamente egípcia, que nunca foi encontrada em nenhum outro lugar, denominada Jebel-Suhan, caracterizada pelo uso de núcleos lascados pela técnica levalloisiense, com planos de percussão bipolares, que depois de usados foram retrabalhados em uma das extremidades para dar origem a um raspador côncavo.

A dificuldade em descobrir linhas nítidas de demarcação entre a *Middle Stone Age* e a *Late Stone Age* no Vale do Nilo torna complicado estabelecer sequências cronológicas. No mesmo lugar, a partir do período anterior, a evolução deu origem a fácies regionais novas, por vezes paralelas, ajustadas às condições locais. Ao mesmo tempo, antigas relações foram cortadas e estabeleceram-se novas alianças. Tais comentários aplicam-se também ao período seguinte, o Epipaleolítico.

Este período foi estudado no setor norte do Sudão, e mostra duas indústrias distintas: a) o *Jemaiense,* (Uadi Halfa), cerca de -15000 a -13000; b) o *Sebiliense*, cerca de -13000 a -9000). Na Núbia egípcia são conhecidas as seguintes indústrias: o *Amadiense*, o *Sebiliense*, *Gizeense*, *Hawariense*, *Kharguiense*.

O Epipaleolítico no Vale do Nilo difere do anterior graças à substituição das técnicas de destacamento de lascas pelas de produção de lâminas e lamelas microlíticas, de talões facetados. As pesquisas efetuadas no norte do Sudão e no sul da Núbia egípcia revelaram um complexo de indústrias que, às vezes, representam fácies de uma mesma cultura.

Os aspectos *materiais* de cada uma das "culturas" ou "horizontes culturais" que constituem o Neolítico e Pré-Dinástico que, grosso modo, cobrem dois milênios (mais ou menos de -5000 a -3000), compõem um repertório indispensável àqueles que desejam apreciar, em seu contexto físico, a lenta evolução que conduz pouco a pouco à formação de sociedades, seja fortemente centralizadas, como no Egito, seja organizadas em pequenos principados independentes, como no Sudão nilótico.

Esse novo período marca uma etapa decisiva da história da humanidade. Tendo mudado de uma vida nômade ou seminômade para uma vida sedentária,

o homem do Nilo criou as características principais da civilização como a conhecemos hoje. O *habitat* fixo determinou o uso da cerâmica, a domesticação e a criação de gado, a agricultura e a multiplicidade de utensílios que visam satisfazer às necessidades crescentes dos homens. Esse horizonte neolítico criou vários tipos culturais: a) o *Cartumiense* no Sudão; b) o *Shaheinabiense*, em numerosos sítios ao sul da Sexta Catarata; c) o *Abkiense* do norte e do sul do Sudão; d) o *Pás-Shamakiense* (aproximadamente -3650 a -3270).

Na Núbia egípcia, essas culturas estão ausentes. Ela mostra uma afinidade bastante clara com as civilizações do Pré-Dinástico egípcio. O *Nagadiense I* aparece em Eneiba, Sebua, Shellal e Khor Abu Daoud (Núbia); o *Nagadiense II* aparece perto de Abu Simbel e em Khor Daoud, Sebua, Bahan e Ohemhit. A partir da primeira dinastia, os contatos entre a Núbia e o Egito diminuíram. As indústrias da Núbia evoluíram no mesmo local, mantendo suas características pré-históricas até o Novo Império, sob os nomes sucessivos de Grupo A, Grupo B e Grupo C, núbios.

No Egito, diferentes condições geográficas e ambientais fizeram evoluir dois grupos culturais distintos, que se desenvolveram paralelamente em território egípcio, no sul e no norte. Eles preservaram essa independência até que o país foi unificado sob a primeira dinastia.

O grupo cultural do sul (alto Egito) manifestou-se como uma civilização avançada. Ela foi descrita com base no estudo de numerosos cemitérios e de vestígios de regiões habitadas. São parte dessa cultura: a) o *Tasiense,* contestado por alguns pré-historiadores, aparece no médio Egito em Tasa, Badari, Mostagedda e Matmar; b) o *Badariense*, civilização brilhante especialmente no médio Egito, aparece em Badari, Mostajedda, Matmar e Hémamiéh; c) o *Negadiense I* é encontrado em Hémamiéh e em Mostagedda em estratigrafia, abaixo do Badariense, desde o médio Egito, a Núbia e o deserto oriental (Uadi Hammamat); d) o *Negadiense II*, posterior ao Negadiense I, é encontrado desde a entrada de Faium, em Gerzeh, até o sul da Núbia egípcia.

O grupo cultural do norte (baixo Egito) diferencia-se sensivelmente do sul, sobretudo pela extensão das regiões habitadas, a cerâmica monocrômica e o costume passageiro de inumar os mortos em suas próprias casas. São parte dessa cultura: a) o *Faiumiense B*, que foi estudado ao norte do Lago Faium e pertenceria ao Neolítico pré-cerâmico, podendo ser datado de aproximadamente –6.500 a -5190; b) o *Faiumiense A*, contemporâneo do Badariense; c) o *Merindiense* ocupa uma área habitada de mais de 2 hectares a oeste do delta do Nilo. Essa cultura se desenvolveu entre -4180 e -3580; d) o *Omariense A*, outra cultura do grupo do norte, apareceu perto de Heluan; e) o *Omariense B* aparece e se desenvolve

no começo do Negadiense I e difere do *Omariense A* pelas práticas funerárias e a indústria; f) o *Meadiense* foi revelado numa extensa aglomeração próxima de duas necrópoles em Meadi, perto do Cairo, e duma terceira necrópole descoberta em Heliópolis, um subúrbio do Cairo. Trata-se de uma cultura bastante diferente das demais, e não segue direta e cronologicamente a cultura omariense, representando um conjunto cultural secundário dentro do grupo do norte.

Durante a longa história dos faraós, têm-se feito alusões aos dois Egitos – o do norte e o do sul – unificados pelo legendário Menés, fundador da primeira dinastia. Escavações recentes atestaram a veracidade dessa tradição que já prevalecia no Neolítico. As diferenças originaram dois grandes grupos culturais específicos. O grupo do sul surgiu ao longo do estreito corredor do Nilo, cercado por duas falésias áridas. O grupo do norte delineou-se no vasto leque do fértil delta de horizontes sem fim.

O grupo do norte revelou muitas culturas, semelhantes em suas grandes linhas mas diversificadas nos detalhes, que são mais ou menos sucessivas cronologicamente. Já o grupo do sul acusa divergências mais pronunciadas que entre as culturas do norte. Desde os primeiros estágios o norte apresenta um progresso notável no que diz respeito ao desenvolvimento urbano. No sul, ao contrário, muito poucos vestígios urbanos sobreviveram até aqui.

A cerâmica do norte preserva uma monocromia imutável, caracterizada pela ausência quase total de decoração. No sul, as características distintivas são a multiplicidade de formas e a decoração bastante elaborada, com a presença dos famosos vasos de bordas negras. No norte a indústria do sílex revela um extraordinário aperfeiçoamento. No campo da arte pura, o norte mostra uma indigência absoluta, que contrasta com o grande impulso obtido no sul.

Enquanto o norte mostra um desenvolvimento superior sob o ponto de vista da economia e da urbanização, o sul atingiu um estágio muito adiantado em termos de habilidade artística, prenunciando a época dos faraós. A unificação dessas culturas complementares certamente será responsável pela grandeza do Egito faraônico.

Entretanto, o advento do período histórico – com a introdução da escrita, a unificação do Egito sob um único rei e o desenvolvimento do uso do metal – não modificou certos aspectos do modo de vida dos povos do Vale do Nilo: a persistência no uso do sílex prosseguiu ao longo do período faraônico. O domínio do trabalho em sílex realmente alcançou seu apogeu sob as primeiras dinastias.

Na Núbia egípcia e em parte da Núbia sudanesa, agora submersas, as pesquisas arqueológicas não foram levadas muito adiante por ocasião das operações de salvamento. Isso nos priva de valiosos informes sobre o passado dessas

regiões, entre outras as que se referem à persistência no uso da pedra em épocas históricas.

Quanto à Núbia sudanesa, as escavações empreendidas na fortaleza egípcia de Mirgissa revelou a presença de armas. Elas datavam da 28ª dinastia e incluíam flechas do tipo clássico, com pontas cortantes de pedra. Mas, fato novo, as cabeças das lanças não eram de metal, como no Egito faraônico naquela época, mas de sílex, feitas segundo uma técnica de lascamento bifacial perfeita, semelhante à usada no período Neolítico. O reaparecimento desse método tinha por finalidade reproduzir o mais fielmente possível as cabeças de lança de metal. A dificuldade em obter o metal foi, com certeza, o que motivou esse retorno a uma técnica de fabricação esquecida há milênios.

A arte pré-histórica africana

Com o aparecimento do ser humano surge uma produção artística. *Homo faber, homo artifex.* A pré-história africana não foge à regra.

De maneira geral, a arte pré-histórica africana ornamenta a África na região dos planaltos e dos maciços, enquanto a África das altas cordilheiras, das depressões e das bacias fluviais e florestais da zona equatorial é incomparavelmente menos rica nesse campo. Os dois centros mais importantes são a região do Saara e a África Austral.

Para classificar os achados da arte pré-histórica em sequências temporais inteligíveis, a primeira abordagem deve ser geológica e ecológica. O biótopo, particularmente, condicionava a vida das espécies representadas, inclusive a do próprio homem, suas técnicas e seus estilos. Na opinião de certos autores, as origens da arte mural africana datam do Epipaleolítico; mas ela marcou essencialmente o período Neolítico.

Tomou-se o hábito de batizar os grandes períodos da arte mural com o nome do animal que lhe serve de referência tipológica. Assim, quatro grandes sequências foram caracterizadas pelo búbalo, o boi, o cavalo e o camelo.

O búbalo *(Bubalus antiquus)* data, segundo os paleontólogos, do início do Quaternário. É representado desde o começo da arte rupestre (aproximadamente 9000 B.P.) até cerca do ano 6000 B.P. Outros animais que marcam este período são o elefante e o rinoceronte. Quanto ao boi, trata-se tanto do *Bos ibericus* ou *bachyceros,* com chifres curtos e grossos, como do *Bos airicanus,* dotado de magníficos chifres em forma de lira. Ele aparece por volta do ano 6000 B.P. O cavalo *(Equus caballus)* aparece por volta do ano 3500 B.P., por vezes

atrelado a um carro. Aqui já estamos há muito no período histórico, em que o hipopótamo desaparece das representações rupestres. O camelo, levado para o Egito aproximadamente no ano -500 pelos conquistadores persas, aparece com frequência no início da Era Cristã

Em se tratando da pré-história, são principalmente os dois primeiros períodos e o início do período equidiano que interessam. Eles marcam a vida ativa do deserto do Saara. Trata-se de dinastias animais iconograficamente muito vagas. Fora da região do Saara, os grandes períodos são posteriores e se definem por critérios que variam de autor para autor.

Em termos gerais, é possível distinguir no Saara três grandes tipos e estilos que coincidem aproximadamente com os períodos mencionados acima.

O primeiro é o tipo arcaico, de tamanho monumental, seminaturalista ou simbolista. Podemos distinguir aí dois estágios. O primeiro é o estilo "bubálico", localizado sobretudo no sul de Orã, no Tassili e no Fezzan. As figuras são exclusivamente de animais, em geral de grande porte, e com frequência isolados. O estilo seminaturalista limita-se aos traços essenciais, feitos com maestria. O segundo estágio se caracterizou por antílopes e argalis, geralmente pintados. Os homens estão em toda a parte, com suas "cabeças redondas". O estilo ainda é seminaturalista e, às vezes, simbolista; mas as linhas são animadas. Os ritos mágicos estão próximos. As figuras isoladas não são próprias desta fase. Existem representações de pequeno porte, mas também frisos e afrescos compostos, os maiores do mundo.

O segundo grande tipo é o da pintura e da gravura naturalistas com figuras de tamanho pequeno, isoladas ou em grupos. O estilo é claramente descritivo. O homem é ativo e domina e controla os bovinos, caninos, ovinos e caprinos. As cores se multiplicam. É o Saara das aldeias e dos acampamentos. O sítio epônimo seria Jabbaren.

O terceiro tipo estilístico é esquemático, simbolista ou abstrato. As técnicas anteriores são conservadas, mas entram em decadência. As técnicas de gravura, sobretudo. Na pintura, porém, o estilo do traço fino permite apreender melhor o movimento, às vezes de três quartos de perfil; ele se presta bem à estilização e às fórmulas novas. Também a técnica da aquarela permite obter nuances muito delicadas e é um gênero adequado à estilização. Existem, portanto, tendências simultâneas à precisão do traço e ao esquematismo geométrico.

No que diz respeito ao estilo dos adornos é sobretudo ao Neolítico de tradição sudanesa que devemos os instrumentos e armas artísticas, os broches de sílex jaspeado, envernizados em verde e vermelho-escuro, a cerâmica decorada com linhas onduladas *(wavy line)*, as pontas de flechas de Tichitt. Nas outras regiões da África, a tipologia ainda está sendo estudada.

Podemos estabelecer como princípio geral que a arte pré-histórica africana deve ser interpretada sobretudo a partir de referências autóctones. Apenas quando a solução para um problema não for encontrada no ambiente espácio-temporal e cultural do lugar, da região ou do continente, é que podemos procurar suas causas em outra parte.

Assim, existem duas abordagens principais para a interpretação da arte pré-histórica: a idealista e a materialista. É possível fazer uma síntese dessas duas abordagens. A arte pré-histórica africana foi um veículo de mensagens pedagógicas e sociais. No entanto, é evidente que o mito não explica tudo, pois, antes de produzir o mito, é necessário produzir e reproduzir a própria sociedade.

Na verdade, às vezes a função espiritual pode existir de modo autônomo, servindo então subjetivamente não mais como um meio, mas como um fim em si. O mito representa para o homem um modo de compreender o Universo, organizando-o, ou seja, racionalizando-o de uma determinada maneira, visto que há uma certa lógica imanente no discurso mitológico. A finalidade espiritual existe mesmo quando carregada de conteúdos infraestruturais.

Descobriríamos que nem sempre a explicação é de fundo religioso. Certos ritos de fecundidade aparecem claramente no comportamento das figuras de certas pinturas. Não devemos deixar de considerar também a *motivação estética.*

Inúmeros quadros estão de tal maneira expostos ao ar livre e aos transeuntes que não há sombra de dúvida acerca de seu caráter profano. Tratava-se, em geral, da arte popular. Popular também no sentido de que provavelmente havia uma intenção "histórica" na sua criação.

Em que medida a arte pré-histórica africana é a edição ilustrada do primeiro livro de história da África? A arte pré-histórica constitui um filme documentário sobre a *infraestrutura* das primeiras sociedades que viveram em nosso continente; por exemplo, sobre o seu ambiente ecológico. Esse biótopo pode ser comprovado diretamente, como no caso dos objetos encontrados *in situ,* mas pode também ser deduzido do conteúdo das pinturas.

A grande quantidade de pinturas sinergéticas encontradas desde o Nilo até o Atlântico evidencia a existência de uma verdadeira civilização de caçadores. Essas representações nos mostram também a passagem gradativa do estágio de espreita ou captura dos animais para o de seu aprisionamento e, em seguida, o de sua domesticação.

A profusão de obras de arte rupestre e de utensílios descobertos em vastas regiões da África, em particular nas áreas hoje desérticas, dá uma ideia interessante sobre a densidade demográfica dessas regiões e também fornece muitos dados sobre as vestimentas dos homens de então. As habitações são quase sem-

pre representadas de forma esquemática: as cabanas são semiesferas nas quais vemos mobília e cenas domésticas.

A arte pré-histórica originou-se de fato nos Montes Atlas e seus polos ou epicentros são genuinamente africanos. No âmbito estético propriamente dito, a arte pré-histórica africana é a fonte de inspiração, a introdução brilhante da arte africana moderna cujas raízes foram tão pouco exploradas até agora. A arte africana moderna foi muito influenciada pela arte árabe e pela europeia, mas existe também uma antiga tradição cuja matriz se encontra nos abrigos sob rocha e nas galerias pré-históricas. Trata-se de uma arte fundada na observação da realidade, onde o naturalismo dos detalhes jamais exclui o recurso ao essencial e uma arte da composição cênica que deriva de uma espécie de abordagem escultural da pintura. A ênfase no essencial dá origem às formas simbolistas. Popular e quotidiana, essa arte é animada por um senso de humor que é a ironia alegre ou amarga da vida. Esotérica, ela vibra como um fervor místico e nos dá alguns dos mais belos florões da arte universal, como o carneiro com um disco solar, de Boualem, cuja atitude hierática anuncia o mistério e convida à meditação. Essa dupla abordagem traduz bem a dupla condição do homem africano moderno: tão espontâneo e quase trivial no dia a dia, tão sério e místico quando tomado pelo ritmo de uma dança religiosa. Em suma, a arte pré-histórica africana não está morta.

De fato, a arte é o homem. E a arte mural africana é o primeiro livro de história desse continente, testemunho ambíguo e enigmático, que precisa do respaldo de outras fontes de informação. Por meio da arte pré-histórica o homem africano proclamou, através dos tempos, sua luta encarniçada para dominar a natureza, mas também seu afastamento consciente dessa natureza, para alcançar o prazer infinito da criação, o êxtase do homem demiurgo.

Origens, desenvolvimento e expansão das técnicas agrícolas

Apesar de alguns autores terem reconhecido, há quase meio século, a existência de centros de origem de plantas cultivadas na África e ter sido demonstrada a presença de *ber*ços agrícolas primários nesse continente, por muito tempo, todavia, o papel da África no desenvolvimento da agricultura foi minimizado, até mesmo ignorado, devido a preconceitos coloniais e ao desconhecimento da origem de vários cultígenos africanos e, em geral, da pré-história do continente. Essa situação mudou radicalmente e, nos últimos anos, tem-se manifestado um grande interesse pelo estudo das origens da agricultura africana.

Devemos, primeiramente, considerar as características ambientais que podem ter exercido um papel preponderante na pré-história e na história agrícolas.

A África comporta, ao norte, a leste e ao sul, uma zona quase semicircular de savanas e estepes rodeando um núcleo de florestas equatoriais; depois, tanto ao norte como ao sul, duas zonas áridas, o Saara e o Calaari; finalmente, no extremo norte e no extremo sul, duas estreitas zonas quase homoclimáticas que poderíamos descrever como "mediterrâneas" quanto ao clima – embora com peculiaridades ecológicas no extremo sul da África. Partindo do "coração" florestal e deixando de lado as regiões litorâneas, temos um gradiente que vai do muito úmido ao muito seco, de "ecossistemas generalizados" do tipo "floresta tropical úmida" a "ecossistemas" mais "especializados" do tipo "savana" ou "estepe" e vegetação de deserto.

Após o fim do Pleistoceno, ocorreu uma fase úmida, o Makaliense (-5500 a -2500), que facilitou os contatos entre o litoral mediterrâneo e as regiões ao sul do Saara, enquanto a elevação do nível dos cursos d'água e dos lagos tornou possível o desenvolvimento da pesca e a relativa sedentarização das populações que se dedicavam a essa atividade, condição propícia a uma transição para a produção agrícola. Esse processo foi acelerado, sem dúvida, pelas migrações provenientes dos *berços agrícolas* do Oriente Próximo e do Mediterrâneo.

Ademais, desde o fim do Pleistoceno, entre -9000 e o início do Makaliense, parecem ter existido no continente africano locais privilegiados onde a coleta abundante encorajou a concentração de populações humanas. Foi o que aconteceu nas zonas de transição entre floresta e savana situadas na periferia da floresta equatorial, nos planaltos herbosos do leste da África, nas margens dos lagos e grandes rios, inclusive o Nilo, assim como nas regiões litorâneas ao norte e ao sul do continente. Essas zonas de transição tornaram-se, muito mais tarde, "nichos" privilegiados para o desenvolvimento da agricultura e, consequentemente, para a emergência de algumas das civilizações africanas.

As ciências naturais só começaram a se interessar pela origem das plantas cultivadas há relativamente pouco tempo. Agrupando e resumindo os dados relativos aos diversos focos ou centros de origem e diversificação das plantas cultivadas, temos o seguinte quadro: ao Centro mediterrâneo (porção africana) corresponde todo um grupo de plantas cultivadas características das regiões mediterrâneas; a presença de cereais (trigo e cevada, principalmente) e leguminosas com grãos comestíveis denota a afinidade desse centro com o do Oriente Próximo. Encontramos também uma série de "cultígenos" mediterrâneos, como a oliveira e a alfarrobeira. Algumas dessas plantas, todavia, são próprias da África. Esse centro inclui o Egito, cujos laços com o *centro do Oriente Próximo* são evi-

dentes e cuja influência sobre a história da agricultura e da criação de animais na África setentrional foi importante.

No Centro abissínio encontram-se plantas cultivadas comuns ao *centro do Oriente Próximo* (trigo, cevada, leguminosas) e aos centros propriamente africanos (*Sorghum*). Além disso, é fato comprovado que plantas originárias da Ásia tropical passaram por esse centro ao penetrarem na África. Entretanto, esse centro possui "cultígenos" característicos, como o cafeeiro da Arábia, a bananeira abissínia, o *teff* e o *niger* de sementes oleaginosas.

O Centro leste-africano caracteriza-se pelas variedades de sorgo diferenciadas, variedades de milhetes penicilares, variedades de gergelim etc.

O Centro oeste-africano é o local de origem de diversas variedades de sorgo, de milhetes penicilares, variedades de milhetes digitários e vários tipos de arroz. Nesse centro, podemos distinguir dois grandes setores: tropical e subequatorial. O setor tropical se subdivide em vários subsetores, cada um caracterizado por plantas cultivadas específicas, principalmente cereais, e por plantas tuberculares e oleaginosas. No setor subequatorial, existem principalmente inhames, plantas de sementes oleaginosas e plantas estimulantes. Esse centro se estende até a África Central, assim como as áreas de distribuição de certos gêneros de vegetais. A "ervilha da terra" e a leguminosa geocárpea africana pertencem também ao *centro oeste-africano.*

Em nossa opinião, a leste e ao sul do núcleo formado pela floresta equatorial, existiu inicialmente um complexo de cultígenos semelhante ao encontrado no *centro oeste-africano* que se prolongava em uma faixa envolvendo o núcleo florestal e margeava o *centro leste-africano,* ocupando a zona do perímetro florestal onde a coleta era mais intensa.

Portanto, de norte a sul, temos os seguintes berços:

- O *berço afro-mediterrâneo* que, estendendo-se do Egito ao Marrocos, influenciou a agricultura e a criação de animais no Saara e trocou influências com o *berço do Oriente Próximo* através do Egito;
- O *berço afro-ocidental,* a oeste, com dois setores, tropical e subequatorial;
- O *berço nilo-abissínio,* a leste, com dois setores, nilótico e abissínio;
- O *berço afro-central;*
- A leste deste último, *o berço afro-oriental,* estendendo-se para o oeste, na direção de Angola.

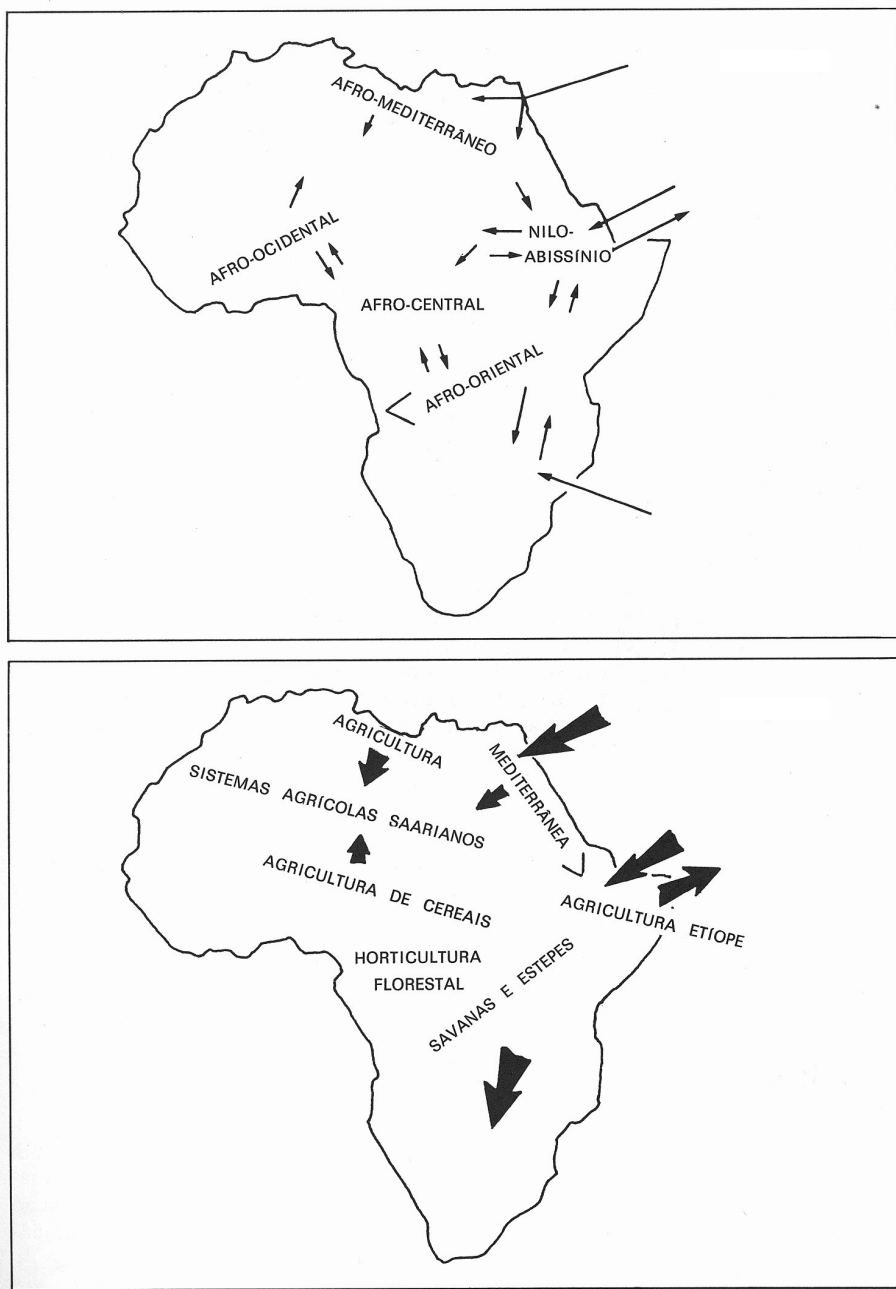



Figura superior: Os berços agrícolas africanos.

Figura inferior: Mapa geoagrícola da África.

Mais ao sul parece que as populações de coletores resistiram por muito tempo à penetração da agricultura e do pastoreio.

Com base nas conclusões precedentes, é possível apresentar um quadro geral coerente:

a) Ao núcleo central de florestas corresponde um *centro hortícola* onde a coleta continuou a existir. O potencial de plantas domesticáveis desse centro não era tão grande quanto o das florestas tropicais úmidas da Ásia ou da América.

b) À orla das savanas desse núcleo florestal, *ecossistema* mais *especializado,* corresponde um *centro agrícola* de cereais que se estendia da África Ocidental à África Oriental e se prolongava para o sul na direção de Angola.

Ao norte, na parte mediterrânea do continente africano, a influência da agricultura de cereais da Mesopotâmia se fez sentir nitidamente através do Egito. Também o Saara sofreu essa influência, fato que poderia explicar certas difusões, tanto para o sul do deserto atual como para o norte, a partir da África Subsaariana. A influência mesopotâmica atingiu também o "reduto" etíope que apresenta semelhanças com o *centro agrícola* das savanas e estepes e possui características cultigênicas próprias.

Um *centro hortícola* difere de um *centro agrícola* pela predominância de tubérculos multiplicados por via vegetativa e pelas práticas agrícolas semelhantes às da jardinagem.

No continente africano como um todo, os principais implementos agrícolas eram a enxada e a vara para cavar, mas através do Egito e da Etiópia, um arado primitivo introduziu-se em parte do *centro agrícola* cerealífero.

Em contraste com o *centro hortícola* da floresta tropical, o *centro agrícola* africano, no *ecossistema* relativamente especializado das savanas e das estepes, caracteriza-se pela utilização predominante da reprodução das plantas cultivadas por via sexuada (semeadura) e pela importância dos cereais no regime alimentar.

Os tipos de agricultura que se desenvolveram nesse centro baseavam-se em um "cultivo em massa" dos vegetais, em oposição ao "cultivo individual" da horticultura.

Os cereais permanecem como culturas características das savanas e das estepes. Entre esses cereais, o sorgo ou "milhete grande" aparece como o cereal comum a todas as áreas desse centro. Ao que parece, a origem do sorgo é realmente africana, tendo as várias espécies surgido independentemente no interior do *centro agrícola* africano.

É grande a importância das diversas variantes de sorgo para a economia do *centro agrícola* das savanas e das estepes africanas; tal importância ultrapassa, aliás, os limites do continente africano, pois já há muito tempo certas variedades

de *Sorghum* são cultivadas em outras regiões do mundo. Assim, a África parece ser ao mesmo tempo um conjunto de berços agrícolas originais e um mosaico de centros de origem de plantas cultivadas, algumas das quais adquiriram uma importância econômica de escala mundial.

A África foi o local de origem de outros cereais importantes, entre os quais se destaca o arroz. Inicialmente, a rizicultura baseou-se nas variedades de arroz propriamente africanas. Elas são originárias do *berço afro-ocidental,* do subsetor do Níger central (centro primário) e do subsetor senegambiano (centro secundário). Mais tarde, as variedades de arroz cultivadas na Ásia foram introduzidas na África, possivelmente a partir do século VIII pelos árabes (na costa oriental), ou a partir do século XVI pelos europeus (na costa ocidental).

As difusões provenientes do berço agrícola e pastoril do Oriente Próximo mesopotâmico devem ter desempenhado papel importante na história antiga da agricultura na África. Assim, da Abissínia à África do Norte, passando pelo Vale do Nilo, existe uma zona que se pode considerar como pertencente ao *domínio paleomediterrâneo.* Mais interessante, mas talvez menos conhecida, é a história das relações antigas entre a África e a Ásia. A África deu à Ásia vegetais domésticos, como o sorgo, por exemplo, mas recebeu em troca não apenas cultígenos do Oriente Próximo (variedades de trigo, cevada etc.), como também plantas vindas do sudeste tropical da Ásia: as bananeiras, o inhame grande, o taro e talvez a cana-de-açúcar. O sorgo é um bom exemplo desse intercâmbio entre a África e a Ásia. Com efeito, existem na Ásia variedades de sorgos cultivados de origem africana.

Se, em épocas passadas, houve um intercâmbio de plantas cultivadas entre a África e a Ásia, parece claro, no entanto, que a África deve muito à Ásia no que diz respeito aos animais domésticos. Afirma-se que a criação de animais não se desenvolveu independentemente na África ao sul do Saara, onde a fauna não incluía nenhum possível ancestral dos bovinos, caprinos e ovinos domésticos. Essas espécies vieram do Egito através do Vale do Nilo. Entretanto, há uma boa possibilidade de que certos animais tenham sido domesticados na parte africana do *domínio paleomediterrâneo*, sobretudo os bovinos no Egito.

A África desenvolveu uma agricultura e uma horticultura baseadas principalmente no cultivo de vegetais peculiares ao continente, vegetais esses que beneficiaram o resto do mundo, como o sorgo, por exemplo. Ao lado da coleta, encontramos todos os estágios da evolução da horticultura e da agricultura. Há uma grande diversidade de técnicas agrícolas tradicionais, que incluem toda uma série de utilizações engenhosas dos solos para a cultura das variedades africanas de arroz, bem como diversas formas de queimada e de arroteamento com inúmeras variações, e ainda sistemas agro-silvo-pecuários etc.

Ainda é difícil datar com precisão a pré-história e a história da agricultura na África. Entretanto, pode-se presumir que o período decisivo do início da agricultura realmente africana foi o final do Pleistoceno, entre -9000 e -5000. Nessa época, na periferia do núcleo central constituído por florestas, ocorreu uma intensificação, até mesmo uma especialização na coleta de plantas. Nos rios e lagos do interior, a pesca se desenvolveu, levando a uma relativa sedentarização. Em resumo, surgiram condições propícias às domesticações.

Descoberta e difusão dos metais e desenvolvimento dos sistemas sociais até o século V antes da Era Cristã

O Vale do Nilo é de excepcional importância, desde os primórdios da História da África. O Nilo, com seus 6.500 quilômetros de extensão, constitui, de norte a sul, um meio de comunicação e de intercâmbio transcontinental de considerável importância.

Do Neolítico ao terceiro milênio antes da Era Cristã, de -5000 a -3000, ocorre a descoberta e a difusão do metal no Vale do Nilo e a manifestação dos primeiros sistemas sociais. Do ponto de vista histórico é um dos períodos mais importantes, senão o mais importante.

Todas as pesquisas recentes na Núbia e no Egito confirmaram que a descoberta do metal não representa uma quebra na evolução geral das civilizações do nordeste da África. As culturas da idade do cobre são as descendentes legítimas e diretas das culturas do Neolítico. Neolítico e Pré-Dinástico constituem no Vale do Nilo um *continuum* cultural.

O período Neolítico no Egito é conhecido somente através de um pequeno número de sítios. O sítio mais antigo, o de Faium A, data de -4400 (±180); em seguida vêm os de Merinde, de -4100 (±180) e de El-Omari, de -3300 (±230); por último, o de Taza, que data do fim do Neolítico. Os sítios explorados nos elucidam, por um lado, a fase inicial do Neolítico no Faium e no Delta e, por outro, a fase final desse período no extremo sul do Delta e no médio Egito. No entanto, de -4000 a -3300, nada sabemos, ou muito pouco, sobre a evolução geral do Neolítico egípcio na sua totalidade. O mesmo ocorre em relação à região ao sul do médio Egito. Vastas regiões e longos períodos permanecem ainda inexplorados.

O advento do metal no Egito é lento e não parece ter sido obra de povos invasores. Contrariamente ao que ocorre em outras civilizações, o cobre aparece antes do ouro. Os primeiros objetos de cobre aparecem, no grupo do sul, no

sítio de Badari, e no grupo do norte, no Faium. Qualquer que seja a origem do metal, asiática ou autóctone, sua utilização era muito limitada e a descoberta ou a difusão do metal não alterou em nada a organização social.

O Pré-Dinástico (± -4000 a -3000) pode ser dividido em quatro fases que ajudam a marcar a evolução do vale durante esse período: Primitivo, Antigo, Médio e Recente.

As primeiras escavações, no Vale superior do Nilo, em um sítio indiscutivelmente neolítico (-5000 a -3800) foram realizadas na região de Cartum. A cultura aí descoberta, por vezes conhecida pelo nome de Neolítico de Cartum, é geralmente chamada *Shaheinab* (=Shaheinabense). Os sudaneses da região, sobretudo caçadores e pescadores, eram também criadores, provavelmente descendentes de outra cultura neolítica mais antiga, o *Cartum Antigo (Early Khartoum)*(=Cartumiense), em cujos túmulos negros tinham sido inumados. Nesse caso, teríamos de admitir que estamos em presença de uma população negra, composta de grupos de caçadores e de pescadores, cujas ossadas encontramos em suas habitações. Trabalhavam a madeira e conheciam a tecelagem, embora aparentemente preferissem o couro para vestir. Não há indícios que permitam determinar qual era a sua organização social. No vale superior, a passagem do Neolítico ao Pré-Dinástico continua ainda muito obscura.

Os arqueólogos, constatando as diferenças culturais entre o Egito, que conheciam bem, e a Núbia, adotaram um sistema provisório de classificação por letras para as novas culturas que descobriam, distinguindo, segundo uma datação relativa, o Grupo A, o Grupo B, o Grupo C etc.

Nessa mesma época, a partir de -3300, observa-se a difusão do cobre por todo o Vale do Nilo. Embora a origem da metalurgia do cobre seja pouco conhecida e constitua objeto de discussão, não é impossível que tenha nascido ou que tenha sido reinventada no Vale do Nilo.

Em princípios do período histórico, os metais preciosos, ouro e prata, assim como o cobre, são conhecidos e amplamente difundidos em todo o Vale do Nilo. A metalurgia desses três metais continua a se desenvolver após o terceiro milênio. No segundo milênio aparecem o bronze e, esporadicamente, o ferro, a partir de -1580.

Só no fim do século VIII antes da Era Cristã o ferro começa a se difundir pelo vale inferior; um século depois é tão utilizado quanto o bronze e o cobre. Nessa época, é fundido e trabalhado no Egito nos centros de influência grega. O Vale do Nilo ocupa um lugar de destaque na difusão do ferro na África.

Conclusão: da natureza bruta à humanidade liberada

As pesquisas apresentadas o importante papel desempenhado pela África no alvorecer da humanidade. A África foi o cenário principal da emergência do homem como espécie soberana na terra, assim como do aparecimento de uma sociedade política. As descobertas feitas até aqui já classificam esse continente como um dos grandes, senão o principal berço do fenômeno de hominização. Mas esse papel eminente na Pré-História será substituído, durante o período histórico dos dois últimos milênios, por uma "lei" de desenvolvimento caracterizada pela exploração e pela sua redução ao papel de utensílio.

Quer sejam policentristas ou monocentristas, todos os estudiosos reconhecem que é na África que se encontram todos os elos da corrente que nos liga aos mais antigos hominídeos e pré-hominídeos. Além disso, é na África que se encontram ainda os "ancestrais", ou melhor, os considerados primos do homem. Se quisermos detectar as causas do aparecimento do homem, temos de levar em conta, em primeiro lugar, o meio geográfico e ecológico. Em seguida é preciso considerar a tecnologia e, por fim, o meio social.

A adaptação ao meio foi um dos mais poderosos fatores de formação do homem, desde suas origens. As características morfossomáticas das populações africanas até o presente foram elaboradas nesse período crucial da Pré-História. Além disso, a postura ereta está ligada, na opinião de alguns pré-historiadores, à adaptação ao meio geográfico das savanas de ervas altas dos planaltos do leste africano. Outros cientistas consideram o meio aquático responsável não só pelo aparecimento de vida, mas também pela hominização. Tal processo se teria desenvolvido na África às margens dos grandes lagos ou do oceano. A adaptação ao meio impôs também o estilo dos primeiros utensílios humanos.

O meio tecnológico criado pelos hominídeos africanos foi o segundo fator que lhes permitiu distinguirem-se do restante na natureza e dominá-la. É por ter sido *faber* (artesão), que o homem se tornou *sapiens* (inteligente). Após terem aprendido a lascar grosseiramente a pedra, quebrando-a de modo desigual em pedaços cujo tamanho depende de mero acaso *(pebble culture* do homem de Olduvai), os homens pré-históricos africanos passaram para uma etapa mais consciente do trabalho criador. O progresso nessa área passou do lascamento obtido através da batida de um seixo contra outro ao lascamento com o auxílio de um percutor menos duro e cilíndrico, depois à percussão indireta (por intermédio de um cinzel) e finalmente à pressão para os retoques de acabamento, especialmente nos micrólitos. Um progresso constante caracteriza o domínio do homem pré-histórico sobre os utensílios, passando do biface *factotum* às

indústrias de lascas (Egito, Líbia, Saara), depois às fácies mais especializadas do Ateriense, do Fauresmithiense, do Sangoense, do Stillbayense, e finalmente às formas mais refinadas do Neolítico (Capsiense, Wiltoniense, Magosiense, Elmenteitiense). Na África é impossível traçar um limiar cronológico nítido que demarque em números precisos a passagem de um estágio a outro. As diferentes fases da Pré-História aparentemente se sobrepuseram, se interpenetraram e coexistiram durante longos períodos. O conjunto destes progressos, caracterizado por trocas e empréstimos múltiplos, apresenta-se antes sob a forma de vagas de invenções com amplo raio histórico, entrecruzando-se às vezes e se inscrevendo numa curva ascendente geral, que deságua no período histórico da Antiguidade, após o domínio das técnicas agropastoris e a invenção da cerâmica.

A cultura do trigo, da cevada e das plantas têxteis, como o linho do Faium, expandia-se, assim como a criação de animais domésticos. Dois focos principais de seleção e de exploração agrícolas exerceram sem dúvida uma influência marcante desde o VI ou V milênio: o Vale do Nilo e a curva do Níger. O Vale do Nilo beneficiou-se, além disso, dos produtos vindos da Mesopotâmia. Grande número de plantas domesticadas durante a Pré-História ainda persistem sob formas às vezes melhoradas e alimentam os africanos até hoje. Elas propiciaram a fixação e a estabilização dos homens, sem o que não há civilização progressiva. O verdadeiro Neolítico começou no Egito, 3.000 anos mais cedo que na Europa.

Se o *Homo sapiens* é um animal político, ele passou a sê-lo durante esse período pré-histórico. É muito difícil periodizar as causas e as etapas desse processo. Mas, nesse caso também, as técnicas de produção e as relações sociais desempenharam um papel importante.

Os pré-hominídeos e os homens pré-históricos africanos viveram em rebanhos, depois em bandos, em grupos e em equipes organizadas graças a tarefas técnicas concretas que, para sobreviverem e viverem melhor, só podiam realizar em grupo. O fogo já reunia periodicamente os membros do grupo para resguardá-los dos animais, do medo e da escuridão exterior. Mas era para a pesca e sobretudo para a caça que a identidade de objetivos se manifestava de modo decisivo, já que exigiam uma certa divisão do trabalho. Esta adquire toda a sua importância no Neolítico, graças à crescente diversificação de atividades que são criteriosamente repartidas e se tornam cada vez mais especializadas. As relações sociais se diversificam num esboço de hierarquia. É também o momento em que as "raças" se formam e se fixam.

Um outro domínio em que a representação da vida social nos é mostrada com insuperável vigor é o da arte pré-histórica africana, mural e plástica. Na maioria das vezes, trata-se de uma arte social centrada nos pontos altos da vida coletiva, mas também reflete com frequência as preocupações e as angústias espirituais do grupo.

O crescimento das forças produtivas no Neolítico deve ter provocado uma expansão demográfica, que por sua vez desencadeou fenômenos migratórios. Tanto quanto se possa julgar, os primeiros movimentos migratórios parecem ter começado com os banto do leste e do nordeste para se expandir em direção ao oeste e ao norte. Depois, a partir do Neolítico, a tendência geral é aparentemente a descida para o sul. Esse refluxo para o sul e para o leste (sudaneses, banto, nilotas etc.) prosseguirá durante o período histórico até o século XIX, quando as últimas vagas terminariam nas costas do mar austral. As migrações eram essencialmente fenômenos de grupos, atos de componentes eminentemente sociais.

Assim, a trama da evolução humana revela-nos o homem pré-histórico africano afastando-se penosamente da natureza para mergulhar na coletividade humana em forma de grupos, de comunidades primitivas, agregando-se e desagregando-se para se recompor de outras formas. O que impressiona nessa ascensão é a permanência, através do movimento histórico, até pleno século XX, de comunidades originariamente nascidas na Pré-História.

Para além do esplêndido apogeu da civilização egípcia e das realizações eminentes de tantos reinos e impérios africanos, essa realidade maciça perdura, dando corpo e textura à linha de desenvolvimento das sociedades africanas, e merece ser destacada de forma conveniente. Há uma passagem incessante e alternada do *dominium* de uma ao de outra forma de civilização, sem que esse ritmo seja cíclico, pois se reproduz, a cada vez, em um nível superior, para dar origem a uma espécie de progressão em espiral.

Nessas condições, como se pode descrever a linha de evolução característica das sociedades africanas moldadas pela Pré-História? Deve-se observar inicialmente que, durante esse período, a África desempenhou nas relações intercontinentais o papel de polo e foco central de invenção e divulgação das técnicas. Mas essa alta função bem depressa se transformou em posição subordinada e periférica, em virtude dos fatores internos antagônicos, e igualmente em consequência do usufruto de bens e serviços africanos sem compensação suficiente em favor desse continente, por exemplo, sob a forma de uma transferência equivalente de capitais e de técnicas. Essa exploração plurimilenar da África teve três períodos culminantes. Primeiro a Antiguidade, quando, após o declínio do Egito, o Vale do Nilo e as províncias romanas do resto da África do Norte sofrem intensa exploração e tornam-se o celeiro de Roma. No século XVI, começa a sinistra era do tráfico de negros. Finalmente, no século XIX, assistimos à consagração da dependência pela ocupação territorial e pela colonização. A acumulação de capital na Europa e o progresso da revolução industrial, fenô-

menos simultâneos e complementares, seriam inconcebíveis sem a contribuição forçada da Ásia, das Américas e sobretudo da África.

Paralelamente, numerosas contradições no interior do próprio sistema africano constituíam obstáculos estruturais endógenos à passagem, por pressão interna, para estruturas mais progressivas. A África dos clãs e das aldeias ainda existentes, pouco vinculada à apropriação privada da terra, ignorou durante muito tempo o problema da aquisição de terras como fonte de conflitos entre grupos sociais. Além disso, o baixo nível das técnicas e das forças produtivas era causa e consequência da diluição demográfica num espaço não controlado.

Não houve na África (negra), em seu conjunto, nem fase escravista nem fase feudal, como no Ocidente. Nem se pode dizer que os modos africanos sejam modalidades desses sistemas socioeconômicos, pois frequentemente há falta de elementos constitutivos essenciais. Em resumo, constata-se na África a permanência marcante de um modo de produção *sui generis,* semelhante aos outros tipos de comunidades "primitivas", mas com diferenças fundamentais, especialmente uma espécie de aversão à propriedade privada ou estatal. A seguir, há uma passagem gradual e esporádica para formas estatais, elas próprias imersas durante muito tempo na rede de relações pré-estatais subjacentes; tais formas emergem progressivamente, por impulso interno e pressão externa, da ganga do coletivismo primitivo desestruturado, para se reorganizarem, com base na apropriação privada e no fortalecimento do Estado, num modo de produção capitalista, inicialmente dominante e depois monopolizador.

O Estado colonial foi, na realidade, criado para administrar as sucursais periféricas do capital, antes de ser substituído por um Estado capitalista independente, em meados do século XX. Alternativamente, ocorreu a transição do predomínio comunitário original para o do capitalismo colonial, e depois para uma via socialista de desenvolvimento.

Um fato se impõe claramente na África: por razões estruturais que não sofreram modificações em sua essência há pelo menos meio milênio, e levando em conta o crescimento demográfico, as forças produtivas estagnaram-se. Essa estagnação não exclui o extraordinário florescimento artístico, nem o refinamento das relações interpessoais. Em resumo, a civilização material, que teve origem nas latitudes tropicais afro-asiáticas durante a Pré-História, espalhou-se em direção às latitudes setentrionais até o itsmo europeu, onde se instalou e se cristalizou.

A pré-história da África é a história da hominização de um primata diferenciado, e posteriormente da humanização da Natureza por esse agente vetor responsável por todo o progresso. É uma longa marcha, durante a qual o equilíbrio entre a natureza e o homem se rompeu pouco a pouco em favor da razão. Res-

tava o equilíbrio ou o desequilíbrio dinâmico entre os grupos humanos, dentro do continente e em relação ao exterior. Ora, quanto mais as forças produtivas aumentam, mais os antagonismos afiam o gume do interesse e do desejo de poder.

Em suma, a criação, a autocriação do homem, iniciada há milhares de milênios, ainda prossegue na África. De certa maneira a pré-história da África ainda não terminou.

CAPÍTULO 2

África antiga

Introdução geral

Este período da história africana, que se estende do final do Neolítico, em torno do 8º milênio antes da Era Cristã, até o início do século VII da Era Cristã (cerca de 9 mil anos), foi abordado, depois de alguma hesitação, considerando-se quatro zonas geográficas principais:

- o corredor do Nilo, Egito e Núbia;
- a zona montanhosa da Etiópia;
- a parte da África denominada Magrebe e seu interior saariano;
- o restante da África, inclusive as ilhas africanas do Oceano Índico.

Entre as zonas nebulosas que ainda escondem de nós a evolução histórica da África, talvez uma das mais densas seja a que envolve os primeiros habitantes do continente. As várias teses apresentadas são de difícil comprovação, numa época em que a antropologia física está em processo de rápida mudança. Reveste-se de grande importância a estimativa da densidade populacional da África durante o período crucial que vai de -8000 a -5000, por ser esse o período de surgimento das culturas que mais tarde se diferenciariam. A originalidade do antigo Egito em relação ao resto da África no mesmo período talvez resida principalmente no fato de que a alta densidade populacional observada, na Antiguidade, ao

longo das margens do Nilo, entre a Primeira Catarata e a porção meridional do Delta, tenha, pouco a pouco, tornado necessário o uso da escrita para coordenar o sistema de irrigação, fundamental para a sobrevivência dos povos aí fixados. Em contrapartida, o uso da escrita não foi essencial ao sul da catarata de Assuã, região de baixa densidade populacional ocupada por pequenos grupos somáticos que se mantinham independentes uns dos outros.

Finalmente, a ecologia, que sofreu consideráveis alterações tanto no espaço como no tempo, desempenhou um papel muito importante. O meio ambiente de -7000 a -2400 era muito diferente daquele da segunda metade do 3º milênio. Esse último parece ter sido muito semelhante ao meio ambiente atual, e marcou profundamente as sociedades humanas que nele se desenvolveram. A vida em comunidade não é a mesma nas grandes zonas desérticas subtropicais do norte e do sul e na floresta equatorial, nas cadeias de montanhas e nas bacias fluviais, nos pântanos e nos Grandes Lagos. A influência das grandes zonas ecológicas foi fundamental para o estabelecimento das rotas que permitiram o deslocamento de um domínio a outro. No entanto, tais rotas são ainda muito pouco conhecidas. Só poderemos empreender um estudo frutífero das migrações entre -8000 e -2500 quando essas rotas forem descobertas e exploradas a fundo.

O Vale do Nilo, do Bahr el-Ghazal, ao sul, até o Mediterrâneo, ao norte, ocupa um lugar muito especial na história da África antiga, devido a vários fatores: primeiro, à sua posição geográfica; à natureza particular de sua ecologia em relação ao resto do continente; finalmente, e acima de tudo, à abundância de fontes originais precisamente datadas, que nos permitem acompanhar sua história desde o fim do Neolítico até o século VII da Era Cristã.

Em grande parte paralelo às costas do mar Vermelho e do Oceano Índico, o Vale do Nilo abre-se amplamente também para oeste, graças aos vales que começam nas regiões do Chade, Tibesti e Ennedi e terminam no próprio Nilo. A extensão do Delta, os oásis da Líbia e o istmo de Suez dão-lhe acesso ao Mediterrâneo. Aberto para leste e oeste, para o sul e o norte, o corredor do Nilo é uma zona de contatos privilegiados não apenas entre as regiões africanas que o margeiam, mas também com os centros mais distantes das civilizações antigas da península Arábica, do Oceano Índico e do mundo mediterrâneo, tanto oriental como ocidental.

Devido às variações climáticas, a posição geográfica do médio Vale do Nilo, como a do Egito, não teve, no período entre -7000 e -2400, o mesmo impacto que veio a ter depois. Durante esse tempo, os grupos humanos e as culturas puderam deslocar-se livremente pelo hemisfério norte, entre o leste e o oeste,

assim como entre o norte e o sul. Esse foi o período primordial da formação e da individualização das culturas africanas. Foi também o período em que as relações entre leste e oeste, entre o Vale do Nilo e o Oriente Médio, de um lado, e entre a África Ocidental e a oriental, de outro, foram mais fáceis. De -2400 até o século VII da Era Cristã, entretanto, o Vale do Nilo tornou-se a rota privilegiada entre o norte e o sul do continente. Foi através desse vale que se realizaram os vários tipos de intercâmbio entre a África negra e o Mediterrâneo.

A cronologia básica do Egito Faraônico, reconstruída pelos especialistas, é a mais exata de todas as do Oriente Antigo. Ela estabelece o início da história do Egito em -3000. As grandes divisões de Mâneton podem ser datadas como segue:

- III à VI dinastia (Antigo Império): aproximadamente -2750/-2200;
- VII à X dinastia (Primeiro Período Intermediário): -2200/-2150;
- XI à XII dinastia (Médio Império): -2150/-1780;
- XIII à XVII dinastia (Segundo Período Intermediário): -1780/-1580;
- XVIII à XX dinastia (Novo Império): -1580/-1080;
- XXI à XXIII dinastia (Terceiro Período Intermediário): -1080/-730;
- XIV à XXX dinastia (Baixa Época): -730/-330.

A conquista de Alexandre da Macedônia, em -332, marca o final da história do Egito faraônico e o início do período helenístico.

De todos os países da África, o Egito é o que possui o meio ambiente mais característico, devido ao regime do Nilo. Sem o rio, o Egito não existiria: é uma verdade básica.

Pelo emprego das técnicas de construção de diques e escavação de canais, os egípcios, no entanto, pouco a pouco desenvolveram o sistema de irrigação por bacias *(hods)*, garantindo, assim, a possibilidade de expansão. O princípio desse sistema era simples, mas sua operação era complexa e exigia sincronização. Não é exagero dizer que esse sistema único de irrigação estava na própria raiz do desenvolvimento da civilização egípcia. Ele explica como a engenhosidade humana conseguiu progressivamente superar grandes dificuldades e modificar a ecologia natural do vale.

O Egito, pois, não é apenas uma *dádiva do Nilo:* é, acima de tudo, uma criação do homem. Daí a importância dos problemas antropológicos do vale. É muito duvidoso que os habitantes que introduziram a civilização no Vale do Nilo tenham pertencido a uma raça única e pura. Essa variedade mostra que, no Vale do Nilo, estamos lidando com um tipo humano, e não com uma raça; um tipo que se constituiu gradualmente, tanto pelos hábitos e condições de vida peculia-

res ao vale, como pela miscigenação da qual é produto. É mais do que provável que a estirpe africana, negra ou clara, tenha predominado no antigo Egito.

O Egito foi o primeiro país da África a fazer uso da escrita, a julgar pelo emprego, no sistema hieroglífico, de pictogramas representando objetos que estavam fora de uso havia muito tempo no início da época histórica. É possível situar essa invenção no período amratiense, isto é, em torno de -4000, de acordo com as datas sugeridas pelo carbono 14.

Uma das forças a presidir a invenção e o desenvolvimento da escrita hieroglífica no Vale do Nilo foi, sem dúvida, a necessidade que tinham seus habitantes de agir em conjunto e de maneira coordenada no combate aos flagelos que periodicamente os ameaçavam – dentre outros, as enchentes do Nilo. A configuração do Egito favorece a criação de grandes grupos humanos.

A unificação política do Egito por Menés, em torno de -3000, fortaleceu ainda mais o desenvolvimento da administração e, consequentemente, da escrita. De fato, ao chefe cabia, a partir de então, cuidar da organização dos trabalhos de interesse coletivo não apenas dentro de uma área limitada, mas em todo o país. Em razão da inconstância das cheias, uma das responsabilidades do governo central era a de estocar o máximo possível de alimentos nas épocas de abundância para amenizar a escassez, que sempre poderia surgir de forma inesperada. Era necessário que a liderança – no caso, o faraó – soubesse com exatidão quais os recursos em disponibilidade no país, para poder, em caso de necessidade, racioná-los ou distribuí-los às regiões mais seriamente afetadas pela fome. Tal é a base da organização econômica do antigo Egito e, de fato, de sua própria existência. Esse controle requer um complexo sistema de contabilidade, o que explica o papel essencial desempenhado pelo *escriba* na civilização do antigo Egito. O escriba é, assim, o verdadeiro elemento-chave do sistema faraônico. O poder mágico, sempre associado à escrita, acentua a importância do escriba na sociedade. Não há exagero em se dizer que a civilização egípcia apoiava-se no escriba e que foi a escrita que possibilitou o seu desenvolvimento.

O contraste entre o Egito e o Vale núbio do Nilo permite-nos compreender melhor o papel da escrita e as razões de sua existência na emergência e desenvolvimento da civilização egípcia. A Núbia era uma civilização com a mesma composição daquela do alto Egito, no entanto sempre foi refratária ao uso da escrita. A razão dessa resistência parece residir na diferença entre os modos de vida dos dois países. De um lado, temos uma população densa, que a necessidade de irrigação e controle do rio uniu estreitamente em uma sociedade hierarquizada, na qual cada indivíduo desempenhava um papel específico no desenvolvimento do país. De outro lado, na Núbia, temos uma população que

estava dividida em grupos menores e bastante isolados. Esses grupos eram mais independentes e tinham maior mobilidade. Os povos núbios não sentiram a necessidade de escrita. Iriam permanecer sempre no domínio da tradição oral, utilizando a escrita muito raramente.

A originalidade e a antiguidade da civilização egípcia não devem encobrir o fato de ter sido ela igualmente o receptáculo de múltiplas influências externas, para oeste ou leste, norte ou sul. No entanto essas influências nunca afetaram profundamente a originalidade da civilização que foi aos poucos tomando forma às margens do Nilo, antes de influenciar, por seu turno, as regiões vizinhas.

Apesar das lacunas em nosso conhecimento, a civilização faraônica ocupa um lugar primordial na história da África antiga. Através de seus monumentos, de seus textos e do interesse que, no passado, despertou nos viajantes, fornece-nos um grande volume de informações sobre a maneira de pensar, de sentir e de viver dos africanos em períodos que não poderíamos conhecer por outros meios.

Origem dos antigos egípcios

A aceitação geral da hipótese da origem monogenética e africana da humanidade suscitada pelos trabalhos do professor Leakey tornou possível colocar em termos totalmente novos a questão do povoamento do Egito, e mesmo do mundo. Há mais de 150 mil anos, a única parte do mundo em que viviam seres morfologicamente iguais aos homens de hoje era a região dos Grandes Lagos, nas nascentes do Nilo. Isso quer dizer que toda a raça humana teve sua origem, exatamente como supunham os antigos, aos pés das montanhas da Lua. Foi *desse lugar* que o homem partiu para povoar o resto do mundo. Disso resultam dois fatos de capital importância: (*a*) necessariamente, os primeiros homens eram etnicamente homogêneos e negroides. Se a humanidade teve origem nos trópicos, ela certamente apresentava, no início, pigmentação escura, e foi pela diferenciação em outros climas que a matriz original se dividiu, mais tarde, em diferentes raças; (*b*) havia apenas duas rotas através das quais esses primeiros homens poderiam se deslocar, indo povoar os outros continentes: o Saara e o Vale do Nilo. É esta última região que será discutida aqui. A partir do Paleolítico Superior até a época dinástica, toda a bacia do rio foi progressivamente ocupada por esses povos negroides.

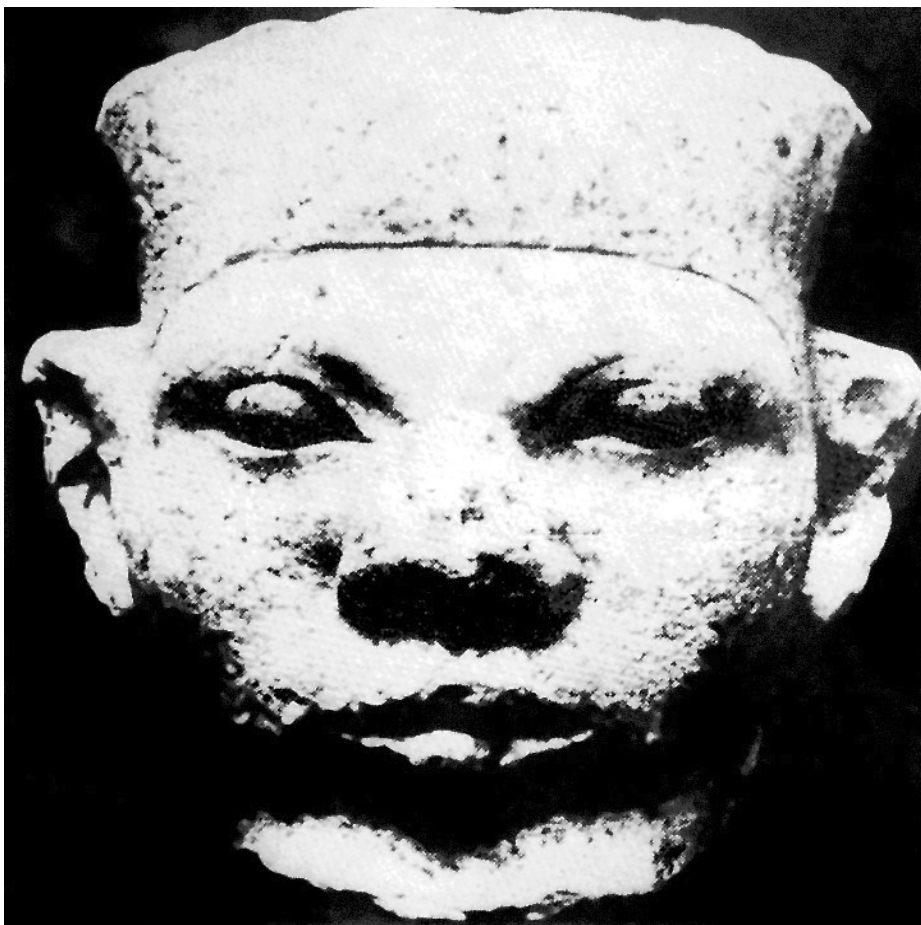
As descobertas dos antropólogos são unânimes em mencionar a existência de uma raça negra desde as mais distantes épocas da Pré-História até o período dinástico. O fundamental em todas elas é que, a despeito das discrepâncias que

apresentam, o seu grau de convergência prova que a base da população egípcia no período pré-dinástico era negra. Os fatos provam que o elemento negro era preponderante do princípio ao fim da história egípcia, particularmente se observarmos que "mediterrânico" não é sinônimo de "branco"; estaria mais próximo da "raça morena ou mediterrânica". Assim, fica evidente que toda a população egípcia era negra, com exceção de uma infiltração de nômades brancos no período protodinástico.

O estudo das representações humanas realizado por Flinders Petrie demonstra que o tipo étnico era negro: de acordo com Petrie, esses povos eram os Anu, cujo nome, que conhecemos desde a época protohistórica, era sempre "escrito" com três pilares, nas poucas inscrições subsistentes do final do 4º milênio antes da Era Cristã. Os nativos do país são sempre representados com inconfundíveis emblemas de chefia. Min, assim como os principais deuses do Egito, era chamado, na própria tradição egípcia, "o Grande Negro".

O ancestral comum dos Anu estabelecidos ao longo do Nilo era Ani ou An, nome determinado pela palavra *khet*, o qual, desde as primeiras versões do "Livro dos Mortos", é atribuído ao deus Osíris. A esposa do deus Ani é a deusa Anet, que é também sua irmã, da mesma forma que Ísis é irmã de Osíris. A identidade do deus An com Osíris foi demonstrada por Pleyte; devemos lembrar que Osíris é também cognominado o Anu: "Osíris Ani".

Petrie acredita ser possível distinguir entre o povo pré-dinástico, representado por Tera Neter e pelo rei Escorpião (que, já nessa época, é um faraó, como mostram os enfeites em sua cabeça) e um povo dinástico, que adorava o falcão e que provavelmente é representado pelos faraós Narmer, Khasekhem, Sanekhei e Zoser. Observando-se os rostos, percebe-se que não existem diferenças étnicas entre os dois grupos e que ambos pertencem à raça negra.

As representações dos homens do período protohistórico, e mesmo do período dinástico, são absolutamente incompatíveis com a ideia de raça egípcia difundida entre os antropólogos ocidentais. Onde quer que o tipo racial autóctone esteja representado com alguma clareza, ele é nitidamente negroide. Em parte alguma elementos indo-europeus ou semitas são representados como homens livres, nem mesmo como cidadãos comuns a serviço de um chefe local. Eles aparecem invariavelmente como estrangeiros submetidos. As raras representações encontradas trazem sempre marcas inequívocas de cativeiro. A representação é, com frequência, deliberadamente grotesca, como ocorre com outras figuras protodinásticas.

Um faraó da I dinastia egípcia. Segundo J. Pirenne, tratar-se-ia de Narmer, o primeiro faraó da História. (Fonte: C. A. Diop. 1967. pr. XVI.)

As feições tipicamente negroides dos faraós Narmer, I dinastia, fundador da linhagem faraônica; Zoser, III dinastia, em cuja época todos os elementos tecnológicos da civilização egípcia já eram evidentes; Quéops, o construtor da Grande Pirâmide, um tipo característico da região da atual República de Camarões; Mentuhotep, fundador da XI dinastia, negro retinto; Sesóstris I, a rainha Amósis Nefertári; e Amenófis I mostram que todas as classes da sociedade egípcia pertencem à mesma raça negra.

Faraó Mentuhotep I. (Fonte: C. A. Diop. 1967. pr. XXII.)

Existem duas variantes da raça negra: os negros de cabelos lisos, representados na Ásia pelos dravidianos e, na África, pelos núbios e os tubbou ou Tedda, todos com pele negro-azeviche; e os negros de cabelo crespo das regiões equatoriais. Os dois tipos entraram na composição da população egípcia.

Na prática, é possível determinar diretamente a cor da pele, e, portanto, a filiação étnica dos antigos egípcios, através de análises microscópicas de laboratório. A melanina, substância química responsável pela pigmentação da pele, é, geralmente, insolúvel, e preserva-se por milhões de anos na pele dos animais fósseis. A avaliação do nível de melanina através de exames de microscópio é um método de laboratório que nos permite classificar os antigos egípcios inquestionavelmente entre as raças negras.

Dentre os critérios aceitos pela antropologia física para a classificação das raças, o das medidas osteológicas (osteometria) talvez seja o menos enganador (por oposição à craniometria) para distinguir um homem branco de um negro. Também segundo esse critério, os egípcios pertencem às raças negras.

É importante notar que, mesmo hoje, os egípcios, particularmente no alto Egito, pertencem ao mesmo grupo sanguíneo, Grupo B, que as populações da África Ocidental, no litoral atlântico, e não ao Grupo A2, característico da raça branca antes de qualquer miscigenação. Seria interessante estudar a extensão da distribuição do Grupo A2 nas múmias egípcias, o que, aliás, já é possível realizar mediante as técnicas atuais.

Para os escritores gregos e latinos contemporâneos dos antigos egípcios, a classificação física desses últimos não colocava problemas: os egípcios eram negros, de lábios grossos, cabelo crespo e pernas finas; será difícil ignorar ou subestimar a concordância entre os testemunhos apresentados pelos autores com referência a um fato físico tão evidente quanto a raça de um povo. Os testemunhos dos seguintes autores confirmam este fato: Heródoto, Aristóteles, Luciano, Apolodoro, Ésquilo, Aquiles Tácio de Alexandria, Estrabão, Diodoro da Sicília, Diógenes Laércio e Amiano Marcelino.

Como os antigos egípcios viam a si mesmos? Em que categoria étnica se colocavam? Como denominavam a si mesmos? A língua e a literatura que os egípcios da época faraônica nos deixaram fornecem respostas explícitas a essas questões.

Os egípcios tinham apenas um termo para designar a si mesmos: *kmt* = “os negros” (literalmente). Esse é o termo mais forte existente na língua faraônica para indicar a cor preta; assim, é escrito com um hieróglifo representando um pedaço de madeira com a ponta carbonizada. Essa palavra é a origem etimológica da conhecida raiz *kamit,* que proliferou na moderna literatura antropoló-

gica. Dela deriva, provavelmente, a raiz bíblica *kam.* Na língua egípcia, o coletivo se forma a partir de um adjetivo ou de um substantivo, colocado no feminino singular. Assim, *kmt,* do adjetivo *km* = preto, significa rigorosamente "negros", ou, pelo menos, "homens pretos". O termo é um coletivo que descrevia, portanto, o conjunto do povo do Egito faraônico como um povo negro.

Em outras palavras, no plano puramente gramatical, quando, na língua faraônica, se deseja indicar "negros", não se pode usar nenhuma outra palavra senão a que os egípcios usavam para designar a si mesmos. Além disso, a língua nos oferece um outro termo, *kmtjw* = os negros, os homens pretos (literalmente) = os egípcios, opondo-se a "estrangeiros", que vem da mesma raiz, *km*, e que os egípcios também utilizavam para descrever a si mesmos *como um povo distinto de todos os povos estrangeiros*. Esses são os únicos adjetivos de nacionalidade usados pelos egípcios para designarem a si mesmos, e ambos significam "negro" ou "preto" na língua faraônica.

Em egípcio, as palavras são normalmente seguidas de um determinante, indicando seu sentido exato; para essa expressão particular, os egiptólogos sugerem que *km* = preto e que a cor qualifica o determinante que o segue e que significa "país". Assim, alega-se que a tradução deveria ser "a terra negra", a partir da cor do limo, ou "o país negro", e não "o país dos homens negros", como tenderíamos a interpretar hoje em dia, tendo em mente a África branca e a África negra. Talvez estejam certos; mas, se aplicarmos essa regra rigorosamente a *kmit,* seremos obrigados a "admitir que aqui o adjetivo 'preto' qualifica o determinante, que significa todo o povo do Egito, representado pelos dois símbolos de 'homem' e 'mulher' e os três traços embaixo, designando plural". Assim, se é possível levantar alguma dúvida sobre a expressão *kme,* não é possível fazê-lo no caso dos dois adjetivos de nacionalidade *kmt* e *kmtjw,* a menos que se estejam escolhendo os argumentos sem nenhum critério.

É interessante notar que os antigos egípcios nunca tiveram a ideia de aplicar esses qualificativos aos núbios e a outras populações da África, para distingui-las deles mesmos. Os egípcios usavam a expressão *nahas* para designar os núbios; e *nahas,* em egípcio, é o nome de um povo, sem conotação de cor. Trata-se de um equívoco deliberado traduzi-lo como "negro", como aparece em quase todas as publicações atuais.

Finalmente, preto ou negro é o epíteto divino invariavelmente utilizado para designar os principais deuses benfeitores do Egito, enquanto os espíritos malévolos são qualificados como *desrêt* = vermelho.

A Bíblia nos diz: "...os filhos de Cam [foram] Cush, e Mizraim (isto é, Egito), e Fut, e Canaã. E os filhos de Cush, Saba, e Hevila, e Sabata, e Regna, e

Sabataca". De maneira geral, toda a tradição semítica (judaica e árabe) classifica o antigo Egito entre os países dos negros.

Dentre os inúmeros traços culturais idênticos documentados no Egito e na África negra dos nossos dias, vamos referir-nos apenas à circuncisão e ao totemismo.

Segundo Heródoto, a circuncisão é de origem africana. A arqueologia confirmou a opinião do Pai da História. A circuncisão já era praticada, entre os egípcios, em tempos que remontam à era protohistórica, isto é, a antes de -4000.

O totemismo egípcio manteve sua vitalidade até o período romano, e Plutarco também o menciona. As pesquisas de Amélineau, Loret, Moret e Adolphe Reinach demonstraram a existência de um sistema totêmico no Egito, refutando os defensores da tese da zoolatria.

O walaf (ou wolof), língua senegalesa falada no extremo oeste da África, na costa atlântica, é, talvez, tão próximo do egípcio antigo quanto o copta. O parentesco entre as línguas do antigo Egito e as da África não é uma suposição, mas um fato demonstrável e impossível de ser ignorado pelos círculos acadêmicos.

Entre os demonstrativos egípcios e walaf existem correspondências fonéticas que não podem ser atribuídas a afinidades elementares ou a leis gerais do espírito humano, visto tratar-se de correspondências regulares, em pontos relevantes, que se estendem por todo o sistema: os demonstrativos, nas duas línguas, e as formas verbais. Foi através da aplicação de leis como essas que se tornou possível demonstrar a existência da família linguística indo-europeia.

A comparação poderia ir ainda mais longe, mostrando que a maioria dos fonemas se mantêm inalterados nas duas línguas.

Ainda é cedo para se falar com precisão sobre os acompanhamentos vocálicos dos fonemas egípcios. Abre-se, porém, um caminho para a redescoberta do vocalismo do antigo Egito a partir de estudos comparativos com outras línguas da África.

Também a estrutura da realeza africana, em que o rei é morto, real ou simbolicamente, depois de um reinado de duração variável, lembra a cerimônia de regeneração do faraó, através da festa de Sed. Os ritos de circuncisão, o totemismo, as cosmogonias, a arquitetura, os instrumentos musicais etc. também são reminiscências do Egito na cultura da África Negra. A Antiguidade egípcia é, para a cultura africana, o que é a Antiguidade greco-romana para a cultura ocidental. A constituição de um *corpus* de ciências humanas africanas deve se basear nisso.

Dizem-nos que a biologia molecular e a genética reconhecem apenas a existência de populações, e que o conceito de raça já não tem qualquer significado.

No entanto, sempre que aparece alguma questão sobre a transmissão de doenças hereditárias, o conceito de raça, no sentido mais clássico do termo, reaparece, pois a genética nos ensina que "a anemia fauciforme ocorre apenas entre os negros". A verdade é que todos estes "antropólogos" já esquematizaram em suas mentes as conclusões derivadas do triunfo da teoria monogenética da humanidade, sem ousar dizê-lo explicitamente, pois, se a humanidade teve origem na África, foi necessariamente negroide antes de se tornar branca através de mutações e adaptações.

O ponto de vista ideológico também é evidente em estudos aparentemente objetivos. Na história e nas relações sociais, o fenótipo – isto é, o indivíduo ou o povo tais como são percebidos – é o fator dominante, em oposição ao genótipo. A genética atual nos autoriza a imaginar um Zulu com o "mesmo" genótipo de Vorster. Isso significa que a história que testemunhamos colocará esses dois fenótipos no mesmo nível em todas as suas atividades nacionais e sociais? Certamente não – a oposição continuará sendo étnica, e não social. Este estudo torna necessário que se reescreva a história da humanidade a partir de um ponto de vista mais científico, levando em conta o componente negro-africano, que foi, por longo tempo, preponderante. Assim, é, doravante, possível constituir um *corpus* de ciências humanas negro-africanas apoiado em bases históricas sólidas, e não suspenso no ar. Finalmente, se é fato que só a verdade é revolucionária, deve-se acrescentar que só um *rapprochement* realizado com base na verdade será duradouro. Não se contribui para a causa do progresso humano lançando um véu sobre os fatos.

A redescoberta do verdadeiro passado dos povos africanos não deverá ser um fator de divisão, mas deverá contribuir para uni-los, todos e cada um, estreitando seus laços de norte a sul do continente, permitindo-lhes realizar, juntos, uma nova missão histórica para o bem da humanidade, e isso em consonância com os ideais da UNESCO.

O Egito faraônico

É provável que o primeiro povoamento efetivo do Vale do Nilo tenha ocorrido no início do Neolítico (por volta de -7000). Nessa época, os egípcios adotaram um modo de vida pastoril e agrícola. Enquanto aperfeiçoavam seus instrumentos e armas de pedra, inventaram – ou acolheram – a cerâmica, que viria a ser para nós de grande utilidade na reconstituição de um quadro completo das diferentes culturas egípcias durante o período neolítico.

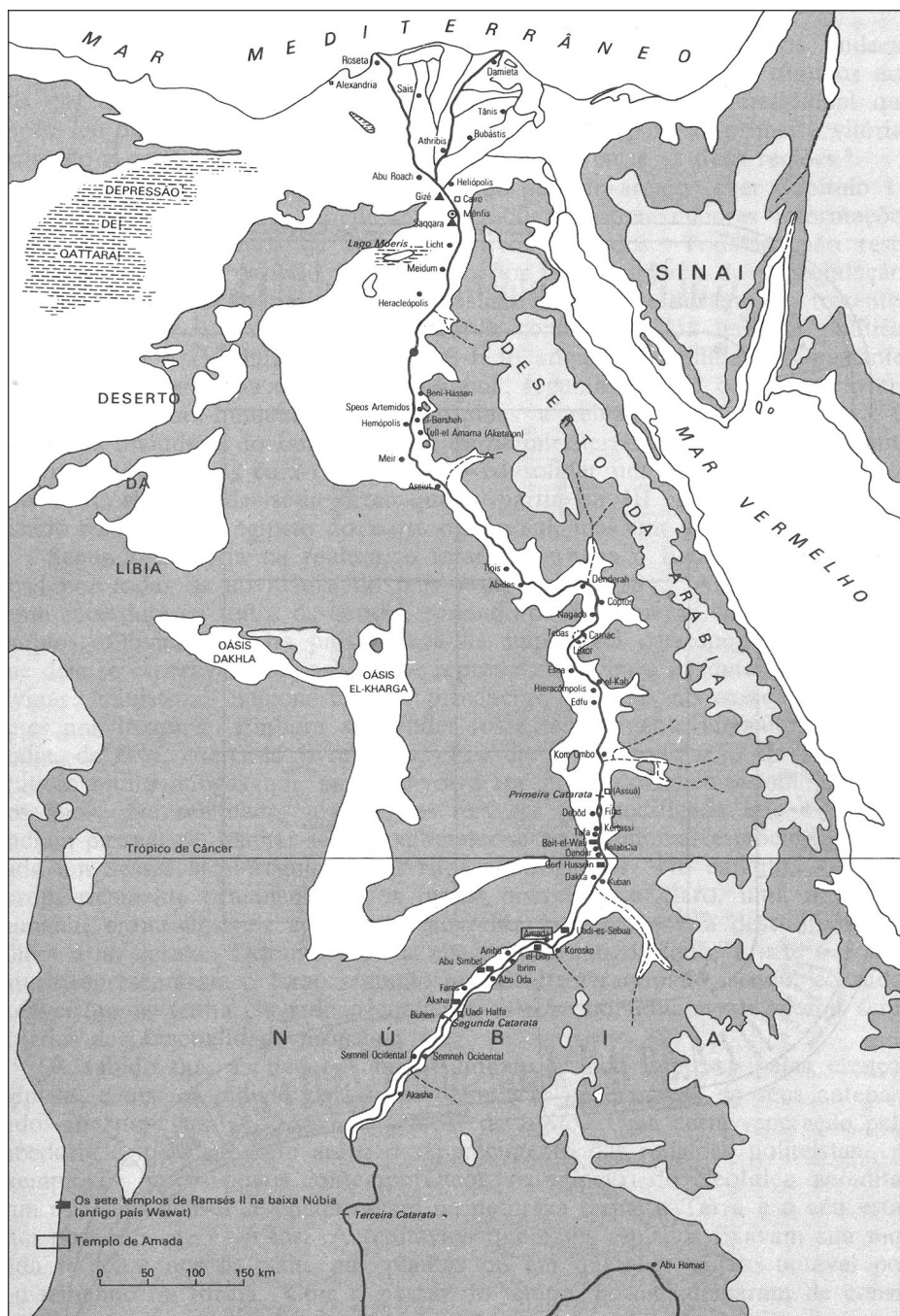
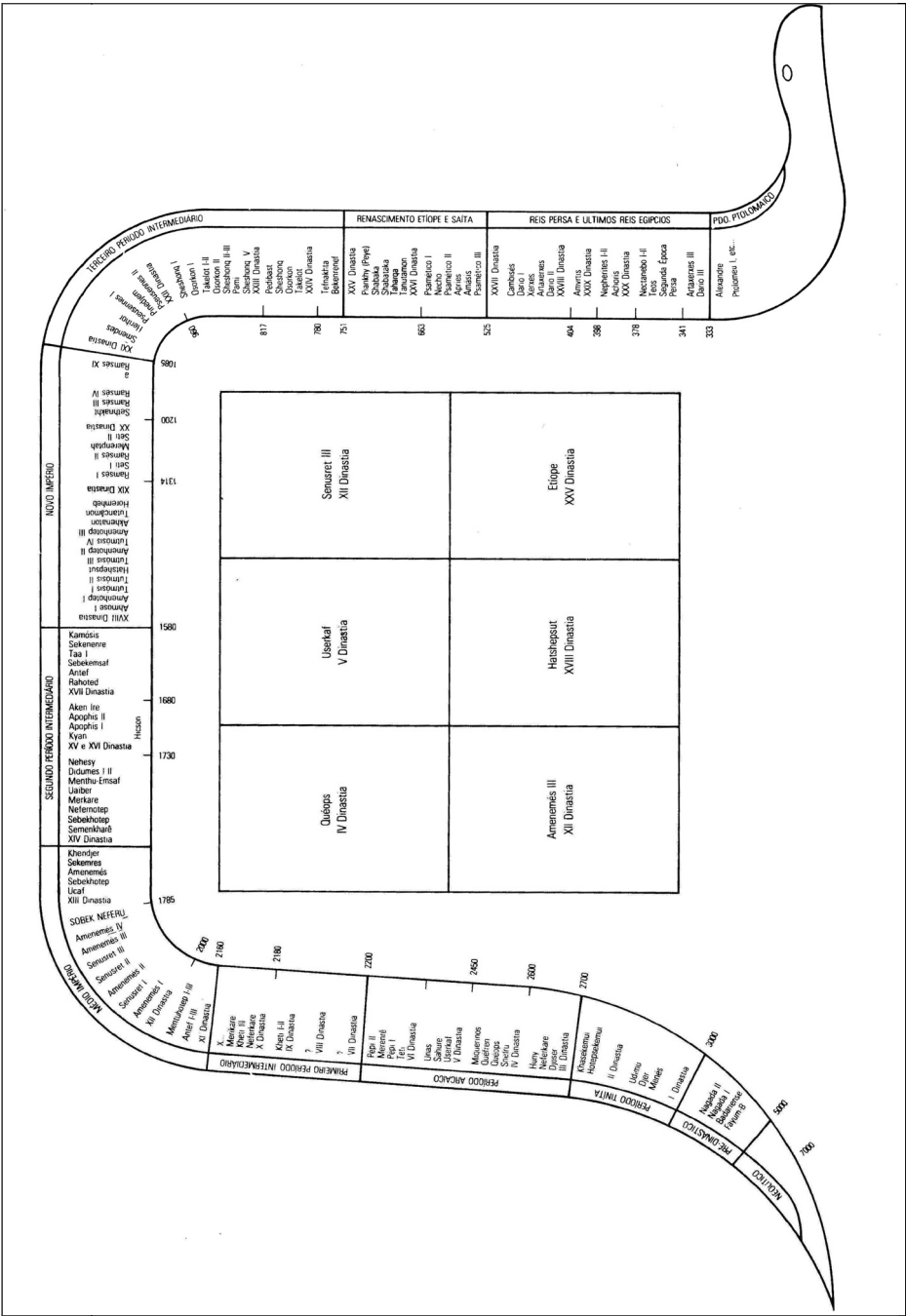
Pouco antes do período histórico, os egípcios aprenderam a utilizar os metais, ingressando assim no chamado período calcolítico (ou cuprolítico). O metal

aos poucos substituiu o sílex. O ouro e o cobre fizeram também sua primeira aparição, embora o bronze não tenha sido empregado até o Médio Império e, aparentemente, o uso do ferro não se tenha generalizado até o último período da história faraônica.

A própria natureza dividiu o Egito em duas partes diferenciadas: as estreitas faixas de terra fértil situadas ao longo do Nilo, de Assuã até a região do atual Cairo, denominadas alto Egito, e o extenso triângulo formado no curso de milênios pelos depósitos de limo do rio, que corre para o norte em direção ao Mediterrâneo, região denominada baixo Egito ou delta. No entanto, o Nilo proporcionava um meio de comunicação natural entre as diferentes localidades situadas em suas margens, facilitando o desenvolvimento da unidade linguística e cultural, que acabou por obscurecer as características particulares de cada grupo.

A grande realização do período pré-histórico foi o controle da terra. Instalados inicialmente em afloramentos rochosos acima das planícies de aluvião ou em áreas mais elevadas na orla do deserto, os primeiros egípcios conseguiram clarear o terreno à sua volta tornando-o próprio ao cultivo, drenar os pântanos e construir diques para servir de anteparo às enchentes. Pouco a pouco, descobriram as vantagens da utilização dos canais de irrigação. Tal empreendimento requeria um trabalho organizado em larga escala, o que levou ao desenvolvimento de uma estrutura política local em cada província.

O período Arcaico (-3200 a -2900). O primeiro evento historicamente importante de que se tem notícia é a sujeição do baixo Egito pelo soberano do alto Egito, denominado Menés pela tradição (embora as fontes arqueológicas o chamem Narmer). Foi ele o fundador da primeira das trinta dinastias ou famílias governantes, em que o historiador egípcio Mâneton (-280) dividiu a longa linhagem de soberanos até a época de Alexandre, o Grande. Com certeza foi o reino meridional que impôs seu domínio a todo o país, tendo Narmer, logo após sua primeira vitória, instalado a capital em Mênfis, próximo à fronteira entre as duas regiões.

Os reis das duas primeiras dinastias do período arcaico são pouco conhecidos. Todavia, não resta dúvida de que esse período foi marcado por árduo esforço de consolidação. A cultura do final do período pré-dinástico prevaleceu durante os trezentos anos posteriores à I dinastia, mas com a consumação da unidade política, durante a III e IV dinastia, o novo Estado adquire estabilidade o bastante. Isso se dá sob a forma de um novo dogma, segundo o qual o rei egípcio era considerado sobre-humano, verdadeiro deus a reinar sobre os homens. O dogma da divindade do faraó, difícil de definir, teria sido elaborado durante as primeiras dinastias com o objetivo de consolidar um poder único sobre os dois territórios. Poder-se-ia dizer que a partir da III dinastia o chefe do Estado não era um egípcio do norte ou do sul, mas um deus.

O Nilo, da Terceira Catarata até o Mediterrâneo.

Cronologia da história egípcia (todas as datas são anteriores à Era Cristã).

O Antigo Império (-2900 a -2280). *III dinastia.* Já se observou que os reis das duas primeiras dinastias (período arcaico) parecem ter-se preocupado principalmente com as conquistas e sua consolidação. Porém, o novo dogma da realeza divina começou de fato com a II dinastia, e só então o Egito se tornou uma nação unificada. A dinastia foi fundada pelo rei Zoser, cuja fama foi obscurecida pela de seu célebre súdito Imhotep (I-em-htp), arquiteto, médico, sacerdote, mágico, escritor e autor de provérbios.

IV dinastia. A IV dinastia foi um dos pontos altos da história egípcia, começa com o longo e ativo reinado de Snefru, cujos anais, em parte preservados na Pedra de Palermo, relatam as campanhas militares vitoriosas contra os núbios do sul e as tribos líbias do oeste, a manutenção do comércio (principalmente o de madeira) com a costa síria e os grandes empreendimentos de construção executados durante vários anos (templos, fortalezas e palácios) em todo o Egito.

V dinastia. Além da construção e dotação de muitos templos, relacionados na Pedra de Palermo, os faraós da V dinastia concentravam suas atividades na defesa das fronteiras do Egito e na expansão das relações comerciais com os países vizinhos.

VI dinastia. Com o longo e dinâmico reinado de Pépi I (o terceiro rei), a dinastia revelou toda a sua força. Pela primeira vez um rei egípcio penetrava com o grosso de seu exército na costa palestina.

Pépi II, que contava seis anos, subiu ao trono e governou o país durante 94 anos. O longo reinado de Pépi II terminou em meio à desorganização política cuja origem remonta ao início da VI dinastia. A descentralização progrediu rapidamente. À medida que o rei perdia o controle das províncias, a autoridade se concentrava mais e mais nas mãos dos poderosos governadores provinciais.

Com a morte de Pépi II, o Egito se desintegrou numa explosão de tumulto feudal. Iniciou-se um período de anarquia, caos social e guerra civil.

Mas da desordem nasceram certos valores positivos: uma ênfase nova e encorajadora no individualismo, por exemplo, na igualdade social e na dignidade do homem comum. Desse modo, em meio ao caos, os egípcios desenvolveram um conjunto de valores morais que exaltavam o indivíduo. Tudo isso aparece claramente no famoso papiro conhecido pelo nome de *Protestos do Camponês Eloquente*, da X dinastia.

O Médio Império (-2060 a -1785). Embora os egípcios tivessem noção dos valores democráticos, estes se eclipsaram com o retorno da prosperidade e da disciplina durante o Médio Império, o segundo grande período de desenvolvimento nacional. O Egito unificava-se uma vez mais pela força das armas. Tebas, até então um nomo desconhecido e sem importância, pôs fim à supremacia de

Heracleópolis, reivindicando a soberania sobre o Estado egípcio; ao vencer a guerra, reunificou os dois países sob sua autoridade única.

O Segundo Período Intermediário. Os nomes de alguns faraós da XIII dinastia refletem a existência de uma grande população asiática no baixo Egito. Esse elemento aumentou com a imigração de numerosos grupos provenientes das terras a nordeste do Egito, forçados a se deslocar para o sul devido aos amplos movimentos demográficos no Oriente Próximo. Os egípcios chamavam os chefes dessas tribos de *Hka-Hasut*, ou seja, "Governantes de Países Estrangeiros", de onde derivou o termo "hicsos", criado por Mâneton e hoje aplicado ao povo como um todo.

A ocupação dos hicsos teve profunda repercussão no desenvolvimento egípcio. Eles introduziram o cavalo, o carro e a armadura. Era a primeira vez que os egípcios se encontravam sob dominação estrangeira. Iniciou-se uma guerra de libertação, conduzida pelos governantes do nomo de Tebas. Os poucos documentos que restaram dessa época dizem respeito, sobretudo, à guerra empreendida pelos reis do final da XVII dinastia contra os opressores asiáticos, após quase 150 anos de ocupação. Amósis conseguiu expulsar os invasores do Delta. Tomou-lhes a capital, Avaris, e perseguiu-os até a Palestina. Prosseguindo em direção ao norte, invadiu o território de Zahi, na costa fenícia. O poderio hicso era enfim destruído.

O Novo Império (-1580 a -1085). *XVIII dDinastia*. O rei Amósis I, aclamado pela posteridade como pai do Novo Império e fundador da XVIII dinastia, foi um homem de energia e capacidade excepcionais. Amenófis I (ou Amenhotep I), seu filho, mostrou-se um sucessor à altura do pai, cuja política interna e externa prosseguiu com vigor. Foi sucedido por Tutmés I e Tutmés II, e depois pela rainha Hatshepsut, que se casou sucessivamente com seus dois meio-irmãos, Tutmés II e Tutmés III. Todavia, no quinto ano de seu reinado, Hatshepsut já alcançara poder suficiente para declarar-se soberana suprema do país. A fim de legitimar suas pretensões, declarou publicamente ser filha do deus nacional Âmon-Rá, que se apresentara à sua mãe como Tutmés I. As duas décadas do pacífico reinado de Hatshepsut foram prósperas para o Egito.

Após a morte de Hatshepsut, Tutmés III assumiu o poder. Com a rendição de Megido, toda a região até o Líbano meridional caiu sob o controle egípcio. Durante muitos anos os exércitos egípcios impuseram respeito na Síria e no norte da Mesopotâmia. O Egito tornara-se uma potência mundial, e as fronteiras do império se estendiam por vastas áreas.

Rainha Hatshepsut sentada. (Fonte: C. Aldred. "New Kingdom Art of Ancient Egypt". fig. 21. Foto The Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque.)

Tutmés III foi sucedido por dois faraós capazes e enérgicos, Amenófis II e Tutmés IV, este último intimamente ligado ao Reino de Mitani por ter desposado a filha da casa real.

A ascensão do jovem rei Amenófis III (filho de Tutmés IV) ao trono ocorreu numa época em que o país se encontrava no auge do poder político, gozando de grande prosperidade econômica e desenvolvimento cultural. Além disso, o mundo passava por um período de paz.

Possivelmente, só a partir do trigésimo ano de reinado é que seu filho, Amenófis IV (posteriormente conhecido como Aquenáton), tornou-se corregente. Jovem e fanático foi o responsável por uma mudança política radical. O alvo de seus ataques foi principalmente o clero de Âmon.

No início de seu reinado, Amenófis IV ainda vivia em Tebas, onde construiu um grande templo dedicado a Áton, a leste do templo de Âmon em Carnac. Depois, amargurado pelas reações que suas reformas suscitavam em Tebas, decidiu abandonar a cidade, fundando nova residência em Tell el-Amarna, no médio Egito.

Além de proclamar Áton o único deus verdadeiro, Aquenáton injuriou as divindades mais antigas. Ordenou que o nome de Âmon, em particular, fosse suprimido de todas as inscrições, até mesmo dos nomes próprios, como o de seu pai. Decretou a dissolução do clero e a dispersão dos bens dos templos. Foi com essa medida que provocou a mais violenta oposição, pois os templos eram sustentados por subvenções concedidas pelo governo em troca de bênçãos solenes aos empreendimentos estatais.

A revolução de Áton não sobreviveu à morte de Aquenáton. Seu corregente e sucessor, Semenkharê (Semenekh-Ka-Re), tratou imediatamente de reconciliar--se com o clero de Âmon. Semenkharê reinou apenas três anos e foi sucedido por Tutancáton (Tut-Ankh-Aton), que mudou seu nome para Tutancâmon (Tut-Ankh-Amon). Sabemos que este jovem faraó morreu com a idade aproximada de dezoito anos e que reinou pelo menos nove. Foi só com Horemheb que teve início a perseguição obstinada de Áton, como ocorrera anteriormente com Âmon.

XIX dinastia. Horemheb pertencia a uma linhagem de nobres provinciais oriundos de uma pequena cidade do médio Egito. Assim que ascendeu ao trono, iniciou uma ampla série de reformas que beneficiaram o país. Promulgou também um decreto para ativar a arrecadação dos impostos nacionais e acabar com a corrupção dos funcionários civis e militares.

Horemheb escolheu um oficial do Exército chamado Pa-Ramsés como seu sucessor ao trono. No entanto, Pa-Ramsés já estava velho e só reinou dois anos,

sendo substituído por seu filho e corregente Séti I, o primeiro de uma linhagem de guerreiros que concentraram todos os esforços no restabelecimento do prestígio do Egito no exterior. Logo que subiu ao trono, Séti I teve de fazer frente à perigosa coalizão de cidades-Estado sírias, encorajada e até mesmo mantida pelos hititas.

A guerra prosseguiu com seu sucessor, Ramsés II. Só depois do vigésimo primeiro ano de seu reinado é que Ramsés II concluiu a paz, assinando um famoso tratado com o rei hitita Hattusilis. Com a morte de Hattusilis, um novo perigo surgiu: a migração dos Povos do Mar. Essa migração em massa propagou-se dos Balcãs e da região do mar Negro para todo o mundo mediterrânico oriental e não tardou a submergir totalmente o Reino hitita. Merneptah, sucessor de Ramsés, enfrentou-os numa grande batalha, no quinto ano de seu reinado, infligindo-lhes esmagadora derrota.

*A XX dinastia***.** Após a morte de Merneptah, travou-se uma luta dinástica e o trono foi ocupado sucessivamente por cinco soberanos.

A ordem foi restaurada por Sethnakht, primeiro rei da XX dinastia, que ocupou o trono durante três anos. Sucedeu-lhe seu filho Ramsés III, que, num reinado de 31 anos, se empenhou em reviver as glórias do Novo Império.

Ramsés III foi mais feliz na defesa contra os invasores estrangeiros do que na solução dos problemas internos que afligiam o país. O Egito estava arruinado pela desorganização da força de trabalho, pelos motins dos trabalhadores do governo, pelo aumento inflacionário dos preços do trigo e pela desvalorização do bronze e do cobre. A decadência aumentou nos reinados seguintes, de Ramsés IV a Ramsés XI. A frágil autoridade real tornou-se ainda mais precária devido ao poder crescente dos sacerdotes de Âmon, que finalmente elegeram para o trono um sumo sacerdote, Herihor. Iniciava-se uma nova dinastia.

Período de declínio. *Da XXI à XXIV dinastia.* Durante a XXI dinastia, o poder foi dividido, em comum acordo, entre os príncipes de Tânis, no Delta, e a dinastia de Herihor, em Tebas. Com a morte deste último, Smendes, que governava o Delta, ao que parece, passou a controlar todo o país. Esse período viu surgir um novo poder, o de uma família de origem líbia vinda do Fayum. Originariamente, teriam sido soldados mercenários que se fixaram na região quando o Egito se retirou. Todavia, um dos membros dessa família, Sheshonq, apossou-se do trono egípcio e fundou uma dinastia que durou aproximadamente duzentos anos.

No final da XXII dinastia, o Egito encontrava-se irremediavelmente dividido em pequenos Estados rivais e ameaçado ao mesmo tempo pela Assíria e pelo poderoso Sudão independente. No entanto, um homem chamado Pedibast

fundou uma dinastia rival. Mâneton chamou a XXIII dinastia de tanita, muito embora os reis continuassem a usar os nomes dos faraós da XXII dinastia: Sheshonq, Osorkon e Takelot.

A XXIV dinastia teve apenas um rei, Bakenrenef (Bócchoris), filho de Tefnakhte. Provavelmente foi Tefnakhte que assinou, com Hosea da Samaria, um tratado contra os assírios. Bócchoris procurou apoiar o rei de Israel contra o soberano assírio Sargão II, mas seu exército foi derrotado em Rafia em -720. Seu reinado chegou ao fim quando o rei sudanês Shabaka invadiu o Egito.

A XXV dinastia ou dinastia sudanesa. Por volta de -720 o Egito foi alvo de outra invasão vinda do sul. Piankhy (Peye), sudanês que governou o Sudão entre a Primeira e a Sexta Catarata, considerou-se suficientemente poderoso para desafiar o trono dos faraós. Essa dinastia durou sessenta anos, até o momento em que os assírios, ao cabo de inúmeras campanhas, conseguiram vencê-la.

O rReino saíta. O Egito foi libertado da dominação assíria por um egípcio de nome Psamético. Em -658, esse conseguiu destruir todos os vestígios da suserania assíria, iniciando uma nova dinastia, a XXVI. Os reis dessa dinastia esforçaram-se corajosamente para restabelecer a posição do Egito, promovendo a expansão comercial do país. O alto Egito tornou-se uma rica região agrícola, onde se cultivavam os produtos vendidos ao baixo Egito.

O período persa. No reinado de Psamético III, o Egito teve de submeter-se aos persas chefiados por Cambises. Essa ocupação praticamente pôs fim à história do país como potência independente. A segunda dominação persa no Egito iniciou-se sob Artaxerxes III, em -341, terminando em -332, quando Alexandre, o Grande, invadiu o Egito após ter derrotado a Pérsia na batalha de Isso.

O Egito faraônico: sociedade, economia e cultura

A constituição do Estado faraônico por volta do ano -3000 e o período obscuro que se seguiu com certeza corresponderam a um grande desenvolvimento econômico, evidenciado em alguns aspectos pelas sepulturas reais e privadas da época tinita. Não há meios de saber se a necessidade de coordenar a irrigação foi a principal causa da formação de um Estado unificado ou se a unificação do país sob os reis tinitas, aliada ao desenvolvimento da escrita, possibilitou organizar as economias regionais, com a racionalização dos trabalhos de infraestrutura e a distribuição sistemática dos recursos alimentares. O fato é que, até o século XIX da Era Cristã, a prosperidade e a vitalidade do Egito estiveram ligadas à cultura

de cereais (trigo, cevada). Um sistema de bacias de inundação, que controlava e distribuía as águas das enchentes e depositava o limo no interior de diques de terra, perdurou até o recente triunfo da irrigação permanente: sua existência é comprovada desde o Médio Império, podendo-se supor que seja ainda mais antigo.

Esse sistema só permitia uma colheita por ano; por outro lado, a curta duração do ciclo agrícola liberava grande quantidade de mão de obra para os vultosos trabalhos exigidos pelas construções religiosas e reais. Os antigos também praticavam a irrigação permanente, obtendo água de canais ou bacias escavadas até o lençol subterrâneo. Os rendimentos médios eram bons. As autoridades dos templos e os altos funcionários exerciam poderes de patronato através do controle dos recursos alimentares, que variavam conforme o período.

O pão e a cerveja, feitos de cereais, constituíam a base da dieta, mas a alimentação dos antigos egípcios era variada, complementada com produtos das hortas e dos pomares. Também se produzia uma grande variedade de vinhos. A criação de abelhas fornecia o mel. O óleo era extraído do sésamo e do *nabk*.

O Egito faraônico não transformou todo o vale em terras agrícolas: além dos recursos que extraía dos campos e hortas, explorou também os grandes pântanos e lagos das bordas setentrionais do Delta, as praias do Lago Méride, bem como as depressões à beira do deserto e os meandros do Nilo. Esses *pehu* abrigavam muitas e variadas aves selvagens. O Nilo oferecia grande variedade de peixes. Finalmente, os pântanos serviam de pastagem para bovinos.

As cabras e os carneiros criados nas terras incultas e nas bordas do deserto, juntamente com os porcos (apesar de algumas proibições), ocuparam um espaço considerável na dieta popular.

A importância do deserto residia na variedade de recursos minerais que oferecia. A vitrificação desenvolveu-se muito cedo, estimulando a manufatura de objetos com a aparência da turquesa ou lazurita. O Egito do Novo Império aperfeiçoou as técnicas de fabricação de vidro graças aos contatos com a Ásia.

Uma das riquezas que o país extraía era o ouro, proveniente do deserto arábico e da Núbia. Símbolo da imortalidade perfeita, esse metal era considerado um símbolo de riqueza e era bem mais valorizado do que a prata. As numerosas jazidas de cobre existentes nos desertos eram de teor muito baixo (exceto no Sinai) e o Egito logo se tornou dependente do cobre asiático. A Idade do Bronze e, posteriormente, a Idade do Ferro foram tardias no Egito. O metal era relativamente raro e precioso; a madeira e o sílex substituíram-no com sucesso nos implementos agrícolas, e a pedra dura nos instrumentos para esculpir; os utensílios e armas de metal eram conservados e distribuídos pelos serviços públicos.

A capacidade industrial do antigo Egito era insuperável em dois setores: têxteis e papel. O papiro, usado para diversos fins – na confecção de velas, cordas, vestuário, calçados –, possibilitou principalmente a fabricação de um suporte muito flexível para a escrita. Esse material era a fonte de poder do escriba e foi muito solicitado no exterior com a expansão da escrita alfabética nas adjacências do Mediterrâneo oriental.

O desenvolvimento dos transportes foi um fator determinante no progresso do regime faraônico. O asno era o animal de carga ideal nos campos e nas trilhas do deserto e precedeu e muitas vezes substituiu o camelo, adotado lenta e gradualmente nos campos a partir da época persa. Para o transporte de carga a longa distância, o Egito utilizava o rio e seus canais: as embarcações grandes e pequenas eram rápidas e seguras. As qualidades precoces da náutica egípcia possibilitaram tanto a centralização econômica quanto as prodigiosas realizações arquitetônicas. Além disso, mesmo em tempos muito antigos, barcos a vela percorriam o mar Vermelho e o Mediterrâneo.

É preferível evitar termos abstratos na descrição dos métodos de produção faraônicos. Os documentos disponíveis permitem distinguir alguns dados gerais. O comércio exterior, a exploração de minas e de pedreiras eram atividades estatais. A maior parte das transações comerciais conhecidas pelos textos envolve pequenas quantidades de mercadorias e é constituída por contratos privados entre particulares; a intervenção de intermediários profissionais é rara. Tudo indica que, de modo geral, a produção e a distribuição estavam nas mãos do Estado.

Com certeza, as expedições para Punt, Biblos, Núbia e para o deserto à procura de mercadorias exóticas e pedras eram, em geral, enviadas pelo rei e conduzidas por funcionários governamentais. A construção dos templos também era função do governo. Na época imperial, o Reino de Kush, anexado, e os protetorados palestino e sírio, por exemplo, eram explorados diretamente pela coroa. Já o aproveitamento da terra egípcia não dependia exclusivamente do faraó. Ao lado dos domínios reais havia as terras dos deuses; estes possuíam campos, rebanhos, oficinas etc., dispondo de uma hierarquia burocrática própria. Os altos funcionários beneficiavam-se de dotações fundiárias que eles mesmos dirigiam. Contudo, praticamente em todas as épocas, o direito à posse da terra se aplicava a áreas limitadas e esparsas, de modo que as grandes fortunas não tomaram a forma de latifúndios. Sabe-se que existiram pequenas propriedades, principalmente durante o Novo Império.

Em número relativamente pequeno, os estrangeiros deportados para o Egito ao tempo das grandes conquistas eram trabalhadores especializados ou colonos militares.

Podemos supor que nas aldeias predominava uma economia doméstica e que a parte principal do trabalho no campo era feita pelos homens. Nas cidades-mercado, nos domínios reais e templos, a especialização profissional era bem desenvolvida. As corporações trabalhavam para o rei ou para os templos, e o ofício se transmitia de pai para filho.

A organização e a distribuição da produção, o controle da ordem pública e a supervisão de toda e qualquer atividade eram responsabilidade de funcionários públicos sob a autoridade do príncipe – o faraó ou, em períodos de cisma, os chefes locais – ou dos templos. Esses funcionários eram recrutados entre os escribas, já que o conhecimento da escrita era a chave de toda erudição e permitia o acesso às técnicas superiores, constituindo, assim, uma fonte usurpada de poder e de bem-estar. Esses escribas, depositários da cultura religiosa e leiga, dominavam todas as atividades profissionais (no Novo Império os altos oficiais do exército eram escribas). Podiam ser engenheiros, agrônomos, contadores ou ritualistas; muitos acumulavam vários cargos.

A história faraônica parece ter-se desenrolado ao ritmo da luta entre o alto funcionalismo, que tendia a se constituir num poder hereditário e autônomo, e a monarquia, apegada ao direito de controlar as nomeações.

O ideal confesso da sociedade egípcia era uma monarquia forte, considerada como o único meio de dar ao país o impulso necessário ao seu bem-estar. O soberano era a personificação do serviço público: o termo "faraó" vem da expressão *per-ao,* que designava no Antigo Império a "Grande Casa" do príncipe, incluindo sua residência e seus ministérios, e que no Novo Império passou a designar a pessoa do rei.

A sucessão real cerca-se de algum mistério. Com certeza, era costume que o filho sucedesse ao pai no trono, conforme o modelo mítico de Osíris e Hórus, o protótipo do filho que sepulta o pai e vinga sua morte. Mas o direito de realeza não se fundamentava apenas na transmissão hereditária masculina por primogenitura. O rei era visto como predestinado a sua posição. Desse modo, um "direito divino" direto superava a legitimidade dinástica. Na realidade, cada reinado era um reinício.

Um estudo das listas de títulos dos funcionários superiores e inferiores e dos poucos textos legislativos e administrativos que chegaram até nós dá uma noção razoavelmente precisa da organização governamental. Organogramas engenhosos, se não rigorosos – que evidentemente variavam de acordo com o período – comprovam a existência de práticas sofisticadas de gerência e de técnicas de secretariado e contabilidade bastante avançadas.

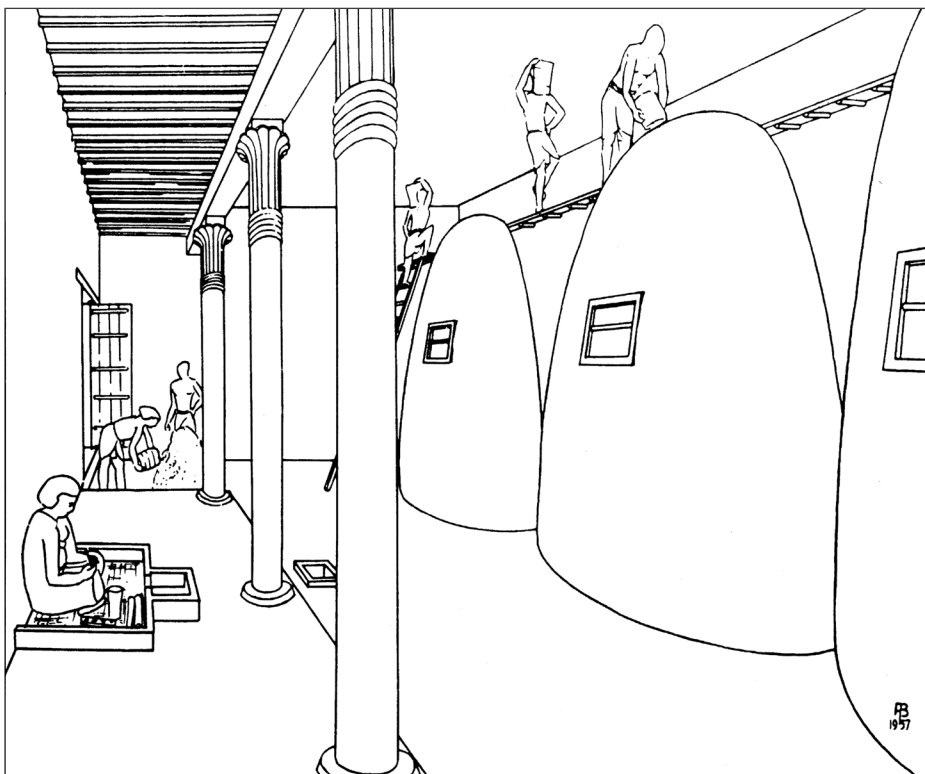



Figura superior: Abastecimento dos celeiros (desenho). (Fonte: A. Badawy. “A History of Egyptian Architecture”. Los Angeles, 1966. p. 36, fig. 17.)

Figura inferior: Prestação de contas. (Fonte: J. Pirenne. 1961. p. 297, fig. 94 (no alto). Mastaba de Mererouka, Sacará. Foto Fondation Egyptologique Reine Elisabeth, n. 283.)

No ápice do sistema situava-se o *tjaty* ou “vizir”. Esse primeiro-ministro, responsável pela ordem pública, era comparado ao deus Tot, “coração e língua do Sol Rá”; era, antes de tudo, a suprema autoridade legal na Terra, depois do faraó e do ministro da justiça. Contudo o *tjaty* (ou os dois *tjaty* durante o Novo Império) não era o único conselheiro do rei, nem necessariamente o principal. Na época imperial, o governador da Núbia, um “filho real” honorário, quase soberano em seu próprio território, obedecia diretamente ao faraó. O poder político dos ministros ao que parece não se refletia exatamente na hierarquia administrativa. Algumas personalidades com certeza foram tão influentes quanto os vizires de seu tempo. O despotismo radical da monarquia faraônica entregava à Residência a resolução dos principais conflitos políticos. A proscrição da memória de diversos altos funcionários é o testemunho mudo das crises governamentais.

O rei era responsável pela segurança do país. Em tese, todo o mérito pelas vitórias e conquistas era seu. E claro que, desde os tempos das pirâmides, o país dispunha de um alto comando especializado, a um só tempo militar e naval.

Dois aspectos, já manifestados no III milênio, serão característica constante dos exércitos faraônicos: a participação dos militares nos principais empreendimentos econômicos ou de construção – como supervisores ou mão de obra – e a utilização de tropas violentas recrutadas no exterior. Embora com fortes tendências militares devidas ao senso de ordem e gosto pelo prestígio, os egípcios não possuíam temperamento guerreiro. Durante o Novo Império, época de importantes conflitos internacionais, houve uma expansão inédita do exército profissional. Dividia-se ele em duas armas de serviço, carros de batalha e infantaria, subdivididas em grandes corpos comandados por uma hierarquia complexa e servidas por uma grande burocracia.

Com certeza uma das maiores realizações da civilização faraônica, e talvez uma de suas fraquezas, foi a imagem esplêndida que fez do mundo e das forças que o regem, uma imagem coerente que se manifesta nos mitos, nos rituais, na arte, na língua e em suas obras de conhecimento. Para entender as forças da natureza e os fenômenos naturais, a mitologia aceita todas as imagens e lendas legadas pela tradição. Podem-se ter várias divindades “únicas”. Assim, havia várias concepções da origem do universo, que se combinavam de diversas maneiras nas grandes sínteses elaboradas localmente no decorrer dos séculos, cada uma das quais podendo ser restabelecida em toda a sua pureza pela realização de um determinado ato ritual, a que conferia uma dimensão cósmica.

Os grandes mitos, bem como as práticas rituais básicas, são comuns a todos os centros populacionais; contudo, são deuses diferentes – cada qual com seu

próprio nome, imagem tradicional, manifestações animais e deuses associados – os "senhores" das várias cidades, havendo ainda numerosos deuses locais chamados pelo nome de Hórus, assim como inúmeras deusas – as temíveis Sekhmet ou as amáveis Hátor. A presença de diferentes religiões locais em épocas pré-históricas poderia explicar muito do politeísmo que prolifera numa religião cuja unidade é manifesta. Parece que esta tendia, através da identificação de certos deuses a outros, a reduzir essa pluralidade a poucos tipos: uma divindade suprema, geralmente um deus solar e muitas vezes explicitamente identificado a Rá; uma deusa-consorte, que é o Olho de Rá; o deus-filho guerreiro, como Hórus-Anhur; um deus morto, como Osíris (Seker, Seph etc.).

Cada deus criou sua cidade; zelava não só por seu domínio mas também por todo o Egito. O rei ocupava-se simultaneamente de todos os deuses. Herdeiro do Sol e sucessor de Hórus, era incumbido de manter a ordem criada pela providência divina, devendo, para tanto, sustentar os seres divinos, desviar a ira da deusa, e valer-se da perpétua colaboração com o divino para garantir o ciclo anual, a segurança das fronteiras, a felicidade e o governo de Maât entre seus súditos. Para conseguir tudo isso, a ciência sagrada empregava a magia da palavra e do gesto, da escrita, das imagens e das formas arquitetônicas; enfim, todos os processos também usados para assegurar a vida pós-morte.

A representação dos ritos das cerimônias e a escrita dos textos que os acompanhavam nas paredes dos templos perpetuavam sua ação. O arquiteto fez do templo um modelo reduzido do universo, dando-lhe, desse modo, perpetuidade. Acima de tudo, o templo é um lugar de trabalho onde o rei, auxiliado pelos sacerdotes iniciados, pratica uma alta magia de Estado para assegurar a boa marcha dos acontecimentos.

A identificação da terra egípcia com o mundo organizado é indicador, em particular, da visão que tinham os súditos do faraó do mundo exterior. Outros povos africanos e semitas e as cidades e monarquias estrangeiras eram comparados às forças do caos, sempre prontas a subverter a criação.

O rei existe para manter a harmonia perfeita da criação. Nesse sentido, a época ideal foi "o tempo de Rá"; os sacerdotes do Período Final chegaram a imaginar uma idade de ouro perdida, na qual Maât reinava sobre a Terra. O sistema perfeito não é uma utopia que se procura alcançar com a invenção de novas regras – ele existiu no princípio e torna-se novamente real a partir do momento em que a pessoa se conforma a Maât.

À ordem divina corresponde não apenas a estrutura e os ritmos do mundo fisico, mas uma ordem moral – *Maât* –, a norma da verdade e da justiça que

se afirma quando Rá triunfa sobre seu inimigo e que, para a felicidade do gênero humano, deve prevalecer no funcionamento das instituições e no comportamento individual. "Rá vive por Maât". Tot, o deus dos sábios, contador de Rá, juiz dos deuses, e "feliz por Maât".

A ética corrente colocava no mesmo plano as virtudes propriamente ditas e as qualidades intelectuais, a retidão e o decoro, a impureza física e a baixeza de caráter. Baseada numa psicologia sem ilusões, exaltava a submissão aos superiores e a benevolência com os inferiores. Admitia-se que o sucesso mundano é consequência natural da virtude, e se desenvolveu muito cedo a ideia da retribuição póstuma das ações de uma pessoa. Dava-se muita atenção ao ensino do bom comportamento. Todo excesso é prejudicial. Contudo, alguns sábios introduzem em suas reflexões uma forte religiosidade pessoal e expressam uma aspiração à superioridade individual: um coração honesto é preferível à submissão formal aos rituais. É em Deus que se encontra o "caminho da vida".

Não se deve subestimar a dívida da sabedoria bíblica à cultura egípcia. A preocupação pelo próximo é grande, mesmo se relacionada com maior frequência a necessidades sociais do que à compreensão caridosa. Os reis e os escribas deixaram boas lições de ética social: concentrar esforços para atender aos interesses do rei e de seu povo, não para beneficiar o forte em detrimento do fraco, não para se deixar corromper, não para trapacear no peso e na medida. O Egito também desenvolveu o conceito de dignidade humana.

O quadro que a ideologia oficial traçava da ordem ideal correspondia, sob todos os pontos de vista, ao que o país apresentava quando, com a reunificação das Duas Terras, uma monarquia sólida e uma administração conscienciosa asseguravam a prosperidade e a paz geral.

É notável constatar que o direito faraônico permaneceu firmemente individualista. No tocante às decisões reais e aos procedimentos e penalidades legais, tudo indica que homens e mulheres de todas as classes eram considerados iguais perante a lei. A família restringia-se ao pai, à mãe e a seus filhos jovens; as mulheres desfrutavam dos mesmos direitos em matéria de propriedade e de assistência jurídica. No conjunto, a responsabilidade era estritamente pessoal. A família no sentido amplo não tinha consistência legal, e a posição de um homem não se definia em função de sua linhagem.

O mesmo individualismo reinava nas crenças e nas práticas relativas à vida pós-morte. Cada um, de acordo com seus recursos, preparava sua outra vida, a de seu cônjuge e de seus filhos em caso de morte prematura. O filho deveria

participar dos ritos funerários de seu pai e, se necessário, assegurar seu enterro. O ser humano (ou divino) reúne, além do corpo mortal, vários componentes – o *Ka, o Ba* e outras entidades menos conhecidas, cuja natureza ainda é difícil definir e cujas inter-relações são obscuras. As práticas funerárias destinavam-se a garantir a sobrevivência dessas "almas"; no entanto, uma característica bem conhecida da religião egípcia é o fato de ter ligado essa sobrevivência à preservação do próprio corpo pela mumificação, e de ter assegurado, com arranjos elaborados, uma vida além-túmulo pelo menos tão intensa e feliz quanto a terrena.

Relações do Egito com o resto da África

Admite-se atualmente que a arqueologia não revelou indícios decisivos de contatos entre o Egito e a África ao sul de Méroe. Entretanto, isso não significa que se deva inferir, com base num raciocínio *a silentio,* que na Antiguidade não houve vínculos entre o Egito e o resto do continente africano. Como nesse campo as informações são escassas e as conclusões fundamentam-se, por vezes, em indícios insuficientes, deve-se proceder com um rigor científico maior do que o habitual, aceitando apenas os fatos cientificamente estabelecidos.

Antes de enfocar os vestígios – quer sejam seguros, hipotéticos ou improváveis – das relações do Egito com o restante do continente na Antiguidade, devemos observar que, seja qual for a tese finalmente adotada com respeito ao povoamento antigo do Egito, parece haver uma considerável discrepância cronológica e tecnológica entre este último e as civilizações periféricas. É de fundamental importância perceber as razões desse processo, uma vez que esclareceriam em que medida a escrita foi adotada como instrumento de coesão social e cultural no Vale do Nilo.

O Simpósio do Cairo (1974) enfatizou a estabilidade étnica e cultural do Egito durante os 3 mil anos de governo faraônico. O baixo Vale do Nilo foi como uma esponja que, por mais de trinta séculos, absorveu as infiltrações ou imigrações oriundas de várias periferias, exceto nas épocas em que se intensificava a pressão de povos estrangeiros. A oeste, e também ao sul, povos que mantinham entre si diferentes graus de parentesco eram confinados em seu *habitat* pelas fortificações das fronteiras egípcias, ou então considerados úteis ao vale enquanto fornecedores de alimentos ou homens para a sua defesa. A não ser por esse sentimento de particularidade egípcia, torna-se difícil saber como os egípcios se comportavam em relação aos seus vizinhos mais próximos.

Considerava-se que estes – assim como todos os outros povos com os quais os egípcios mantinham contato – tinham a obrigação natural de contribuir com homens e riquezas para a civilização faraônica. Desde o início, o tributo constituía um dos símbolos de submissão dos povos vizinhos do Egito, e o não pagamento implicava o envio de expedições punitivas. No entanto, a atitude dos vizinhos nem sempre era de resignação e passividade. O Egito nem sempre estava em condições de ditar-lhes ordens; suas relações com a África variaram com os séculos.

Admite-se que durante o período pré-dinástico decresceram os intercâmbios humanos com o Saara. Pouco se sabe a respeito desses intercâmbios. É certo que durante o período dinástico o Egito exerceu influência sobre o Saara, embora também pouco se saiba sobre isso.

Para os egípcios do período dinástico, de fato, os saarianos eram principalmente os líbios, que paulatinamente se concentraram no norte do deserto.

Desde o início do período faraônico, o compromisso da política comercial e militar egípcia com o norte e o nordeste opunha-se, até certo ponto, ao desejo de fazer contatos com o continente africano e de penetrar no seu interior. É preciso ter em mente essa contradição fundamental sempre que se for lidar com a história egípcia. O Egito, país mediterrânico e marítimo, tinha de controlar um espaço útil aberto para o Mediterrâneo e para o norte do mar Vermelho. Como povo africano, porém, os egípcios provavelmente se viram tentados a penetrar o interior ao longo do Nilo, ao menos até a Quarta Catarata. Também devem ter sido atraídos pelo Chade, atravessando os vales antigos que conduzem à margem esquerda do Nilo, e pela Etiópia, rica em marfim. O maior obstáculo encontrado ao sul talvez tenham sido as extensas regiões pantanosas e que durante toda a Antiguidade protegeram o segredo dos vales extremos do alto Nilo. Nos faltam dados arqueológicos sobre as relações que os egípcios mantinham, por terra, com o sul distante.

Portanto, no momento temos que recorrer a hipóteses baseadas em textos, na linguística, na etnologia ou no senso comum. Mas por muito tempo os próprios egiptólogos consideraram a história do Egito mediterrânica e branca; assim, torna-se necessária, agora, uma mudança das técnicas e dos materiais de pesquisa – e principalmente da mentalidade dos pesquisadores – para que se possa restituir a terra dos faraós ao seu contexto africano.

As escavações arqueológicas revelaram semelhanças entre a região de Cartum e o baixo Vale do Nilo no período neolítico, semelhanças essas difíceis de explicar.

Com o Antigo Império, porém, essa aparente similaridade deixou de existir. Já na I dinastia, fortificações protegiam o sul do Egito contra os vizinhos

meridionais. Cada vez mais, no decorrer de toda a sua longa história, diferenças políticas e culturais e interesses conflitantes separaram os territórios ao norte da Primeira Catarata daqueles que se situavam ao sul da Quarta Catarata. Apesar disso, as complexas e variadas relações entre os egípcios e os povos do sul, a quem chamavam de *nehesi,* nunca foram inteiramente rompidas.

A baixa Núbia interessava aos egípcios pelo ouro que produzia, e as regiões nilóticas, localizadas mais ao sul, pelas rotas que conduziam ao interior africano através do Nilo Branco, dos vales saarianos ou do Darfur. O acesso ao sul foi uma preocupação constante por toda a história do Egito, o que provavelmente também explica a importância atribuída ao controle dos oásis ocidentais, outra rota de acesso paralela ao Nilo.

Desde o início do Antigo Império, o Sudão, assim como a Líbia, representou para os egípcios uma fonte de mão de obra, de animais e de minerais. O final da V dinastia marca o início das relações do Egito com o Sudão. Nesse mesmo período, criou-se um novo cargo político e econômico conhecido como "governador do sul". O detentor era responsável pela defesa da entrada meridional do Egito, pela organização dos intercâmbios comerciais e pelo favorecimento da circulação das expedições mercantis.

O Império de Kerma, no sul, menos diretamente afetado pela invasão egípcia, sofreu influência do Egito no plano cultural desde -2000, mas conservou identidade própria até o seu término, por volta de -1580. Os egípcios acabariam por dar a essa cultura, conhecida desde -2000, o nome de *Kush;,* termo que empregavam para caracterizar o reinado que se estabeleceu ao sul da Segunda Catarata após -1700.

Quando os hicsos tomaram as regiões setentrional e central do Egito, Kush reforçou sua independência e seu poder. O Reino de Kush constituía um perigo em potencial para os faraós. Com a XVIII dinastia, a pressão contra o Sudão uma vez mais se fortaleceu, e as relações ampliaram-se numa escala sem precedentes. Simultaneamente, tomou impulso a egipcianização das regiões entre a Segunda e a Quarta Catarata.

A Núbia e o Egito até então nunca estiveram tão próximos. Em -1400 foi construído o templo de Soleb. O papel militar, e por vezes administrativo, exercido pelos sudaneses tornou-se mais importante do que nunca, culminando com a ascensão da dinastia etíope. Mas, embora egipcianizados, os habitantes dos altos vales não se tornaram egípcios.

A conquista de Tebas pelos assírios coincidiu com a ascensão do Império meroíta no sul. A defesa dessa região contra os ataques do norte tomou-se

indispensável, visto que os exércitos egípcios, a partir dessa época, passaram a incorporar enormes contingentes de mercenários hebreus, fenícios e gregos. Por falta de investigações suficientes, pouco se sabe sobre as relações, por certo difíceis, entre o Novo Império nilótico e o Egito.

Gastou-se muita tinta com o propósito de se localizar o legendário Reino de Punt, com que os egípcios mantiveram relações pelo menos durante o Novo Império, e que aparece nas imagens de Deir el-Bahari. Hoje existe quase um consenso quanto à localização de Punt no Chifre da África, embora ainda persistam muitas dúvidas com relação a seus limites precisos.

Podemos distinguir etapas sucessivas nas relações entre Egito e Punt. A primeira antecedeu o reinado da rainha Hatshepsut. Naquela época, os egípcios possuíam muito poucas informações sobre Punt. Obtinham incenso através de intermediários. A segunda etapa começou com a rainha Hatshepsut. Uma frota de cinco navios, segundo o artista que ornamentou o templo de Deir el-Bahari, foi enviada com ordens para trazer árvores que produziam incenso. Numa câmara do templo há uma representação do nascimento divino de Hatshepsut, em que sua mãe, Amósis, é despertada pelo aroma do incenso originário da terra de Punt. Nesse caso, a associação do nome de Punt com a origem divina da rainha é um indício da amizade que a rainha do Egito mantinha com Punt, cujos habitantes adoravam Âmon. As pinturas que retratam essa expedição fornecem-nos informações sobre a vida na terra de Punt, seus habitantes, suas plantas e seus animais, suas cabanas de forma cônica construídas sobre estacas, em meio a palmeiras, ébanos e mirras.

As *necessidades* constituem um poderoso estímulo à exploração e à procura de relações estáveis. O Egito precisava dos produtos africanos, como marfim, incenso, ébano e, de modo mais geral, madeira. Quanto à última, uma fonte alternativa era, evidentemente, o Oriente Próximo. Todavia, a utilização da madeira originária do interior da África só pode ser comprovada através de um exame da totalidade dos testemunhos egípcios.

As relações do Egito com o restante da África são vistas frequentemente como um fluxo unilateral, como uma difusão da cultura egípcia para o exterior. Tal óptica ignora o fato de o Egito ter dependido materialmente da venda de determinados produtos africanos. Consequentemente, as influências devem ter sido recíprocas. Nesse campo a investigação é trabalhosa. A reconstituição da antiga rede de intercâmbio de mercadorias a partir de textos e representações exige extensa e minuciosa pesquisa fundamentada na arqueologia e na linguística.

Uma expedição marítima pelas costas da África ao tempo do faraó Necau II (-610 a -595) atraiu a atenção de pesquisadores, mas nem todos concordam quanto à exatidão histórica dos fatos registrados, um século mais tarde, por Heródoto.

A expedição de Harkhuf, a mando de Pépi II, suscitou conclusões contraditórias e inaceitáveis. Harkhuf levou para Pépi II um anão dançarino originário da terra de Yam. Alguns chegaram a concluir, com base na hipótese insustentável de que o anão era um pigmeu, que esse exemplo único prova a existência de relações entre o Egito, o alto Nilo e o Chade. É bem verdade que a expedição de Harkhuf pertence ao domínio da história. Contudo, pouco se sabe sobre o antigo *habitat* dos pigmeus, sendo arriscado afirmar que eram encontrados em grande número nas regiões superiores das bacias do Nilo. Além disso, não há provas de que o tal anão fosse um pigmeu, e até o momento não se sabe com certeza onde se situava a terra de Yam.

A observação bastante comum de que a fauna africana está presente na iconografia egípcia não constitui, de modo algum, prova decisiva da existência de relações entre o Egito e o interior da África. Uma avaliação segura da extensão do conhecimento que os egípcios tinham da África só será possível após investigar a cronologia e o significado qualitativo e quantitativo das diversas referências a animais encontradas em textos e imagens egípcios.

Quer as relações com a África tenham sido estabelecidas por necessidade, quer por curiosidade, os indícios coletados são por demais inconsistentes e sua interpretação é muito difícil e controversa para que possamos, nesse momento, chegar a qualquer conclusão. Existem, entretanto, vários caminhos abertos para uma investigação frutífera.

A civilização egípcia provavelmente exerceu influência – embora não se saiba ainda em que medida – sobre as civilizações africanas mais recentes. Ao se procurar abordar essas últimas, seria prudente considerar também a influência em sentido contrário, isto é, até que ponto o Egito foi influenciado por elas. Uma influência que se prolongou por mais de 5 mil anos não constitui prova de contatos sincrônicos, do mesmo modo que vestígios de contatos não constituem prova de sua continuidade.

Em termos gerais, os laços entre o Egito e o continente africano nos tempos faraônicos é um dos temas mais importantes a desafiar os historiógrafos africanos de hoje. Sob qualquer ponto de vista, esse problema constitui um teste para a consciência científica, a precisão e a imparcialidade dos africanos que se empenharem em esclarecê-lo, com a ajuda, agora mais lúcida do que no passado, de pesquisadores estrangeiros.

O legado do Egito faraônico

As valiosas contribuições que o Egito faraônico legou à humanidade podem ser verificadas em diversos campos, como a história, a economia, a ciência, a arte e a filosofia. Há muito tempo, especialistas nessas áreas – e em várias outras – reconheceram a importância desse legado, embora frequentemente seja impossível determinar de que modo foi transmitido às culturas vizinhas ou posteriores.

De fato, essa herança – ou pelo menos os seus testemunhos, tão importantes para a história da humanidade – transmitiu-se, em grande parte, através da Antiguidade Clássica (grega e, depois, romana) antes de chegar aos árabes.

Um dos mais antigos e notáveis avanços da civilização egípcia verificou-se no campo da economia. Ao final do Neolítico, em torno de -5000, os antigos egípcios transformaram gradualmente o Vale do Nilo, permitindo que seus habitantes passassem de uma economia de coleta a uma economia de produção de alimentos; essa importante etapa do desenvolvimento do vale trouxe grandes consequências materiais e morais. O desenvolvimento da agricultura possibilitou aos antigos egípcios adotarem uma forma de vida aldeã, estável e integrada, o que, por sua vez, afetou seu desenvolvimento social e moral, não apenas no período pré-histórico, mas também durante o período dinástico.

Decorre daí um outro desenvolvimento fundamental: a introdução de um novo sistema social no interior da comunidade, ou seja, a especialização do trabalho. Trabalhadores especializados surgem na agricultura, na irrigação, nas indústrias agrícolas, na cerâmica e em diversas outras atividades afins. Um grande número de vestígios arqueológicos atesta a longa tradição desses ofícios.

A civilização faraônica distinguiu-se pela continuidade do seu desenvolvimento. Toda aquisição é transmitida – e aperfeiçoada – do começo ao fim da história do antigo Egito. Assim, as técnicas do Neolítico foram enriquecidas no período pré-dinástico (-3500 a -3000), mantendo-se ainda em pleno período histórico. É o que testemunha, por si só, a arte de trabalhar a pedra.

Já por volta de -3500, os egípcios, herdeiros do Neolítico do vale, utilizaram-se dos depósitos de sílex ali localizados para esculpir instrumentos de qualidade incomparável, dos quais a faca de Djebel el-Arak é um exemplo entre centenas de outros. A mesma perícia está presente na confecção de vasos de pedra. As técnicas de talhar a pedra foram transmitidas posteriormente ao mundo mediterrânico. Tudo leva a crer que as técnicas de confecção dos vasos de pedra cretenses tenham sido aprendidas se não no próprio Egito, pelo menos num meio inteiramente impregnado da cultura egípcia, como o corredor sírio-palestino. Até mesmo as formas dos vasos esculpidos no minoico antigo denunciam sua origem egípcia.

A habilidade dos canteiros que trabalhavam com pedra dura transmitiu-se aos escultores, o que se pode constatar pelas grandes esculturas egípcias nesse material. A técnica passou, então, para os escultores do período ptolomaico e posteriormente encontrou expressão na estatuária do Império romano.

Na civilização egípcia faraônica do período histórico, podem-se distinguir duas correntes principais, sendo a primeira constituída pelo legado material do Neolítico e do Pré-Dinástico, e a segunda, também oriunda do passado remoto, pelo legado cultural, mais abstrato. Ambas se interrelacionam, constituindo o fenômeno cultural egípcio. O legado material compreende o artesanato e as ciências (geometria, astronomia, química), a matemática aplicada, a medicina, a cirurgia e as produções artísticas; o cultural abrange a religião, a literatura e as teorias filosóficas.

A contribuição do antigo Egito à produção artesanal aparece nos trabalhos em pedra, mas também no artesanato em metal, madeira, vidro, marfim, osso e muitos outros materiais.

Já nos primórdios do período dinástico (cerca de -3000), os egípcios conheciam e empregavam todas as técnicas básicas da metalurgia. Além dos utensílios, foram encontradas grandes estátuas egípcias de cobre, datadas de -2300, e cenas de mastabas de um período ainda mais remoto mostram as oficinas onde o ouro e o electro são transformados em joias. Muitas vezes é difícil precisar se determinada técnica teve origem numa cultura asiática ou africana. Graças, porém, às representações encontradas em sepulcros, o Egito nos forneceu inúmeras informações sobre as técnicas utilizadas pelos artesãos.

A cultura precoce do linho fez com que muito cedo os egípcios adquirissem grande habilidade na fiação manual e na tecelagem. Esta última já era conhecida desde o início do Neolítico (cerca de -5000), e seu surgimento coincidiu com a emergência da civilização no Vale do Nilo. Para os faraós, os tecidos constituíam um produto de troca particularmente apreciado no exterior. O mais fino, o *bisso*, era tecido nos templos e gozava de fama especial. A administração central dos Ptolomeus organizava as vendas ao estrangeiro que trouxeram ao rei grandes lucros. Temos aqui um exemplo de uma das maneiras pelas quais se transmitiu o legado egípcio.

As indústrias da madeira, do couro e do metal aperfeiçoaram-se, e os seus produtos conservaram-se em boas condições até nossos dias. Os antigos egípcios tinham um talento especial para tecer junco selvagem, confeccionando esteiras, e a fibra da palmeira possibilitou a produção de redes e cordas resistentes.

A manufatura da cerâmica teve início na Pré-História, com formas bastante rudimentares, evoluindo em seguida para uma cerâmica mais fina, vermelha e de bordas negras, mais tarde polida e gravada. A crença em determinados valores e,

em particular, na vida eterna, por exigir a manufatura de uma grande quantidade de objetos para os mortos, levou a uma grande produção, de alto grau de perfeição.

Deve-se ao Egito, se não a invenção, pelo menos a difusão das técnicas de fabricação do vidro a toda a civilização mundial. Pode-se supor que aqui também houve convergência e que a fabricação do vidro foi descoberta independentemente na Ásia e no Vale do Nilo. O certo é que em pouco tempo os egípcios demonstraram grande habilidade na arte da vidraria. Há indícios da existência de contas de vidro no período pré-dinástico (cerca de -3500), mas o vidro como tal tornou-se conhecido na V dinastia (cerca de -2500) e começou a se difundir durante o Novo Império (cerca de -1600). A partir de -700 aproximadamente, os vasos egípcios de vidro conhecidos como "alabastro" difundiram-se por toda a região do Mediterrâneo. Os fenícios os copiaram, e sua manufatura transformou-se em indústria.

Uma das indústrias mais importantes do antigo Egito foi a do papiro, de invenção autóctone. Nenhuma outra planta teve, no Egito, papel tão significativo. As fibras do papiro eram usadas na fabricação ou calafetagem de embarcações e na confecção de pavios de candeeiros a óleo, esteiras, cestos, cordas e cabos. Vinte folhas de papiro, unidas enquanto ainda úmidas, formavam um rolo de 3 a 6 m de comprimento. Vários rolos podiam ser unidos de modo a formar uma unidade de 30 ou 40 m de comprimento; tais rolos constituíam os "livros" egípcios. Eram segurados com a mão esquerda e desenrolados à medida que se fazia a leitura. O herdeiro direto desse rolo é o "volume" da Antiguidade Clássica.

De todos os materiais empregados como suporte para a escrita na Antiguidade, o papiro certamente foi o mais prático, por ser flexível e leve. A fragilidade, porém, era o seu único inconveniente. Utilizado no Egito desde a I dinastia (cerca de -3000) até o fim do período faraônico, o papiro foi, mais tarde, adotado pelos gregos, romanos, coptas, bizantinos, arameus e árabes. Os rolos desse material constituíam um dos principais produtos de exportação do Egito. O papiro foi, sem sombra de dúvida, um dos maiores legados do Egito faraônico à civilização.

Todas essas indústrias demandavam técnica e habilidade, levando à criação de uma classe de artesãos e ao aprimoramento das técnicas.

A tradição e a perícia na construção em pedra não foram uma contribuição técnica menor dos egípcios ao mundo. Não era nada fácil transformar os imensos blocos brutos de granito, calcário, basalto e diorito em blocos bem talhados e polidos, destinados a diferentes projetos arquitetônicos. Além disso, a busca de pedras para a construção dos monumentos, assim como a prospecção de minérios metálicos e a procura de fibras, de pedras semipreciosas e de pigmentos coloridos contribuiu para a difusão das técnicas egípcias na África e na Ásia.

A perícia dos egípcios no trabalho da madeira manifesta-se brilhantemente na construção naval. Já na V dinastia, e provavelmente antes, os egípcios sabiam como adaptar seus navios à navegação marítima. Não há razão para acreditar que nesse mister os egípcios tenham sido influenciados pelos fenícios. Ao contrário, é bem possível que os egípcios tenham sido os pioneiros no uso de velas nas viagens marítimas e que tenham inventado o leme.

O Egito faraônico nos deixou valiosa herança nos campos da física, química, zoologia, geologia, medicina, farmacologia, geometria e matemática aplicada. De fato, legou à humanidade uma grande reserva de experiências em cada um desses domínios, alguns dos quais foram combinados de modo a possibilitar a realização de objetivos específicos.

Um dos melhores exemplos da engenhosidade dos antigos egípcios é a mumificação, que ilustra o conhecimento profundo que tinham de inúmeras ciências, como a física, a química, a medicina e a cirurgia. Esse conhecimento era resultado do acúmulo de uma longa experiência. Foram sem dúvida os conhecimentos adquiridos com a prática da mumificação que permitiram aos egípcios o desenvolvimento de técnicas cirúrgicas desde os primeiros tempos de sua história. A cirurgia egípcia é bastante conhecida graças ao Papiro Smith, cópia de um original escrito durante o Antigo Império, entre -2600 e -2400, um verdadeiro tratado sobre cirurgia dos ossos e patologia externa. Ainda hoje são aplicados vários tratamentos indicados nele.

Por sua abordagem metódica, o Papiro Smith serve como testemunho da habilidade dos cirurgiões do antigo Egito, habilidade que, supõe-se, foi transmitida pouco a pouco à África, à Asia e à Antiguidade Clássica pelos médicos que acompanhavam as expedições egípcias aos países estrangeiros. Além disso, sabe-se que soberanos estrangeiros, como o príncipe asiático de Baktan, Báctria, ou o próprio Cambises, mandavam chamar médicos egípcios, e que Hipócrates tinha acesso à biblioteca do templo de Imhotep em Mênfis. Posteriormente, outros médicos gregos seguiram-lhe o exemplo.

Pode-se considerar o conhecimento da medicina como uma das mais importantes contribuições científicas do antigo Egito à história da humanidade. Documentos mostram detalhadamente os títulos dos médicos egípcios e seus diferentes campos de especialização. Imhotep, o vizir, arquiteto e médico do rei Zoser, da III dinastia, é uma das mais significativas personalidades da história da medicina. Sua fama manteve-se durante toda a história do antigo Egito, chegando até a época grega. Divinizado pelos egípcios com o nome de Imouthes, foi assimilado pelos gregos a Asclépio, o deus da medicina. A influência egípcia sobre o mundo grego, tanto na medicina como na farmacologia, é facilmente reconhecível nos remédios e nas prescrições.

Ramsés II (técnica dos fluidos). (Foto Comissariat à l'Energie Atomique.)

A farmacopeia egípcia abrangia grande variedade de ervas medicinais, cujos nomes, lamentavelmente, são intraduzíveis. As técnicas medicinais e os medicamentos egípcios gozavam de grande prestígio na Antiguidade, conforme nos revela Heródoto. Para a execução de seu trabalho, os médicos dispunham de uma grande variedade de instrumentos.

Outro importante domínio da ciência a que os antigos egípcios se dedicaram foi a matemática. As medições acuradas dos seus enormes monumentos arquitetônicos e escultóricos constituem uma excelente prova de sua preocupação com a precisão. Jamais teriam conseguido alcançar tal grau de perfeição sem um mínimo de aptidão matemática.

Do Médio Império (-2000 a -1750) chegaram-nos dois importantes papiros matemáticos: o de Moscou e o Rhind. O método egípcio de numeração, baseado no sistema decimal, consistia em repetir os símbolos dos números (unidades, dezenas, centenas, milhares) tantas vezes quanto fosse necessário para obter o número desejado. Não existia o zero. Na matemática egípcia podem-se distinguir três partes: a aritmética, a álgebra e a geometria.

O conhecimento da geometria encontrou considerável aplicação prática na agrimensura, que desempenhava um papel significativo no Egito.

A documentação que possuímos sobre a astronomia egípcia não se compara ao material disponível sobre matemática, ou sobre cirurgia e medicina. Contudo, há razões para crermos que tenham existido tratados sobre astronomia.

O calendário civil egípcio constava de um ano de 365 dias, o mais exato conhecido na Antiguidade. Ao lado desse calendário civil, os egípcios também utilizavam um calendário religioso, lunar, estando aptos a prever com razoável precisão as fases da Lua.

Desde a expedição de Napoleão ao Egito, os europeus se surpreendem com a exatidão do alinhamento das construções erguidas à época dos faraós, em particular das pirâmides, cujas quatro faces voltam-se para os quatro pontos cardeais. Tal precisão só poderia ter sido alcançada através da observação astronômica.

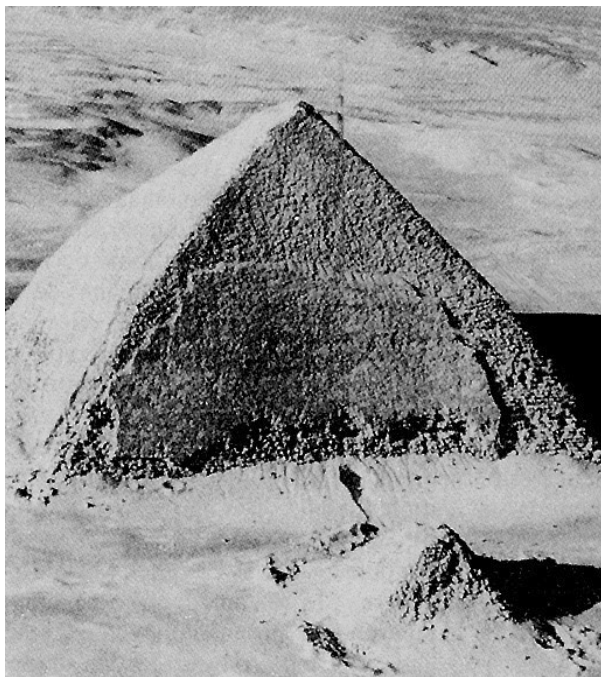
Para determinar as horas do dia, que também variavam conforme as estações, os egípcios utilizavam um *gnomon,* isto é, uma simples vara plantada verticalmente numa prancha graduada, munida de um fio de prumo. O instrumento servia para a medição do tempo gasto na irrigação dos campos, uma vez que a água tinha de ser distribuída imparcialmente. Assim como o *gnomon,* os egípcios tinham relógios de água colocados no interior dos templos. Esses relógios foram tomados de empréstimo e aperfeiçoados pelos gregos: são as clepsidras da Antiguidade. Eram feitos no Egito já em -1580.

Os antigos egípcios aplicaram seus conhecimentos de matemática à extração, transporte e assentamento dos enormes blocos de pedra utilizados em

seus projetos arquitetônicos. O Egito desenvolveu uma grande variedade de formas arquitetônicas, das quais a pirâmide, sem dúvida, é a mais característica. A Grande Pirâmide de Gisé é uma das sete maravilhas do mundo antigo. As primeiras pirâmides eram em degraus, e somente a partir da IV dinastia (cerca de -2300) foram tomando a forma triangular. Desse período em diante, os arquitetos abandonaram o uso das pedras pequenas da III dinastia, em favor dos enormes blocos de calcário e de granito.

Até a conquista romana, a arquitetura civil continuou a empregar o tijolo cru, mesmo nas construções de palácios reais. Outra contribuição no campo da arquitetura é a criação da coluna, que, a princípio, era embutida na parede e mais tarde tornou-se isolada.

A paisagística e o urbanismo são outros aspectos da arquitetura egípcia. Esse gosto egípcio por jardins-parque transmitiu-se aos romanos.

Ao que parece, o urbanismo não é invenção do gênio grego. Já em -1895, no reinado de Sesóstris II, a cidade de Kahun foi construída no interior de um amuralhado retangular. O fato é que os planos geométricos da cidade e a padronização das moradias revelam as tendências do planejamento urbano egípcio. E cabe aqui uma pergunta: não seriam os egípcios os precursores do urbanismo helênico?

As pirâmides de Snefru, no Dachur. (Fonte: J. Pirenne. 1961. v. I, p. 100, fig. 25.)

Se, por um lado, é incontestável a importância da contribuição egípcia no domínio da arquitetura, torna-se difícil, por outro lado, avaliar a influência de um tal legado no plano mundial. Arquitetos de diferentes culturas utilizaram colunatas, pirâmides e obeliscos que, inegavelmente, são de origem egípcia. Mas não terá havido, além disso, uma influência mais remota que chegou até nós por intermédio dos gregos? É difícil não reconhecer nas colunas fasciculadas de Saqqara e nas colunas protodóricas de Beni-Hassan os ancestrais remotos das colunas da Grécia e, mais tarde, da arte clássica romana.

Um fato, ao menos, parece confirmado: as tradições arquitetônicas dos faraós penetraram na África através de Méroe e, depois, de Napata, que transmitiram formas – pirâmides e pilonos, entre outras – e técnicas – construção com pedras talhadas pequenas e bem modeladas.

A contribuição cultural, esse aspecto abstrato do legado egípcio faraônico, abrange as contribuições nos domínios da escrita, da literatura, da arte e da religião.

Os egípcios desenvolveram um sistema de escrita hieroglífica em que muitos dos símbolos derivaram do seu meio ambiente africano. Pode-se afirmar, portanto, que não se trata de um empréstimo, mas de uma criação original.

Os contatos culturais com a escrita semítica ocorridos no Sinai devem ter contribuído para a invenção de um verdadeiro alfabeto. Este foi tomado de empréstimo pelos gregos, e sua influência estendeu-se à Europa. Os antigos egípcios inventaram igualmente os instrumentos de escrita. A descoberta do papiro, transmitido à Antiguidade Clássica, certamente contribuiu para a difusão de ideias e conhecimentos. A extensa literatura da época faraônica cobre todos os aspectos da vida dos egípcios, desde as teorias religiosas até os textos literários, como narrativas, peças de teatro, poesia, diálogos e crítica. Essa literatura pode ser considerada um dos legados culturais mais importantes do antigo Egito, ainda que seja impossível determinar que aspectos foram absorvidos pelas culturas africanas vizinhas.

Bom exemplo dos sentimentos expressos na literatura egípcia é o texto inscrito em quatro urnas funerárias de madeira encontradas em el-Bersheh, no médio Egito. Pode-se admitir, finalmente, que determinados elementos da literatura egípcia tenham sobrevivido até nossos dias graças às maravilhosas narrativas da literatura árabe. Esta, com efeito, parece ter suas fontes na tradição oral egípcia.

No campo das artes plásticas, diversos meios de expressão foram utilizados: escultura, pintura, relevo, arquitetura. Os antigos egípcios aliavam às suas atividades terrenas a esperança de uma vida após a morte; assim, a arte egípcia é particularmente expressiva por representar crenças profundamente arraigadas.

No domínio das artes menores, os egípcios produziram uma enorme quantidade de amuletos, escaravelhos e sinetes, assim como objetos ornamentais e joias. Esses pequenos objetos eram os mais difundidos e apreciados na África, no Oriente Próximo e mesmo na Europa, sendo, muitas vezes, indicadores de laços que, no passado, ligaram o Egito a outras nações.

A produção artística do antigo Egito não tinha, em seu conjunto, uma função essencialmente estética, mas era, sobretudo, expressão da crença egípcia de que a vida terrena se repetiria no além.

Pode-se considerar a religião como uma das contribuições filosóficas do Egito. Os antigos egípcios desenvolveram inúmeras teorias sobre a criação da vida, o papel das forças naturais e a reação da comunidade humana frente a elas, assim como sobre o mundo dos deuses e sua influência no pensamento humano, os aspectos divinos da realeza, o papel dos sacerdotes no interior da comunidade e a crença na eternidade e na vida além-túmulo.

Essa profunda experiência do pensamento abstrato influenciou a comunidade egípcia de tal modo que terminou por produzir um efeito duradouro sobre o mundo exterior. Para o historiador, é visível a influência religiosa egípcia sobre certos aspectos da religião greco-romana, como se pode constatar pela popularidade da deusa Ísis e do seu culto na Antiguidade Clássica.

A Fenícia desempenhou um papel especialmente importante na transmissão do legado faraônico ao resto do mundo. A influência do Egito sobre a Fenícia pode ser atribuída aos contatos econômicos e culturais entre as duas regiões. Essa relação tornou-se visível quando o comércio e a exploração começaram a se expandir, durante as épocas pré-dinástica e protodinástica. Os contatos com a Fenícia eram indispensáveis para a importação de matérias-primas vitais, como a madeira. Os comerciantes egípcios estabeleceram um santuário em Biblos, cidade com que mantinham estreitos contatos comerciais. A cultura e as ideias egípcias difundiram-se por toda a Bacia do Mediterrâneo por intermédio dos fenícios.

A influência da cultura egípcia sobre a sabedoria bíblica, entre outras, é notável. As relações comerciais e culturais com o Levante estabeleceram-se ao longo do II e do I milênio antes da Era Cristã, período que compreende o Médio e o Novo Império, bem como as últimas dinastias. Os contatos desenvolveram-se naturalmente, acompanhando a expansão política e militar egípcia; traços da arte egípcia aparecem em vários sítios sírios e palestinos.

A influência artística egípcia se faz sentir na arte síria, como resultado direto dos contatos entre o Egito e o Levante, e tudo leva a crer que se difundiu da Síria para as comunidades vizinhas. Esta influência artística combina-se com

motivos artísticos locais e outros elementos estrangeiros, tanto na escultura em *ronde-bosse* como no baixo-relevo. Esse fenômeno pode ser constatado também nos objetos fenícios encontrados em Chipre e na Grécia, uma vez que os fenícios desempenharam um importante papel cultural e comercial no mundo mediterrânico e levaram certos elementos da cultura egípcia a outras regiões.

Vestígios da escrita hieroglífica egípcia foram encontrados nos textos semíticos do Levante. Os elementos protosinaítas receberam influência dos ideogramas hieroglíficos egípcios e os simplificaram de modo a deixá-los próximos dos símbolos alfabéticos. A escrita protosinaíta poderia ser vista como um passo em direção ao alfabeto fenício e ao alfabeto europeu.

Esse vasto legado faraônico, disseminado pelas civilizações antigas do Oriente Próximo, foi por sua vez transmitido à Europa moderna por intermédio do mundo clássico. Os contatos econômicos e políticos entre o Egito e o mundo mediterrânico oriental, no período histórico, resultaram na disseminação de objetos da civilização faraônica por regiões como a Anatólia e o mundo egeu pré-helênico.

Ao lado das relações entre o Egito faraônico e o mundo mediterrânico, é importante sublinhar a presença de laços culturais a unir o Egito ao interior africano. Tais vínculos existiram tanto na pré-história quanto na época histórica. A civilização egípcia impregnou as culturas africanas vizinhas. Estudos comparativos comprovaram a existência de elementos culturais comuns à África negra e ao Egito, como, por exemplo, a relação entre a realeza e as forças naturais. Lamentavelmente, o nosso desconhecimento da língua dos meroítas, assim como da extensão do seu império, impede-nos de avaliar o impacto que a civilização egípcia deve ter exercido sobre o conjunto das culturas da África antiga a leste, a oeste e ao sul do Império mMeroíta.

O Egito na época helenística

O império de Alexandre, o Grande, à época de sua morte, compreendia a Macedônia, uma grande parte da Ásia Menor, a costa oriental do Mediterrâneo, o Egito e estendia-se para leste, na Ásia, até o Pendjab. Após sua morte, em -323, as três dinastias fundadas por três de seus generais já estavam bem fortalecidas para poder dirigir o império: os antigônidas, na Macedônia, os selêucidas, no antigo Império Persa, na Ásia, e os Ptolomeus, no Egito.

Os Ptolomeus reinaram no Egito durante três séculos, abrindo um período bastante distinto dos anteriores na história desse país, pelo menos no que diz

respeito aos aspectos externos de sua vida e de sua geografia política. O Egito cairia em seguida sob a dominação romana.

Sob o reinado de mais de uma dúzia de soberanos lágidas, o Egito foi, de início, fortemente marcado pela chancela dos governantes estrangeiros e pelas necessidades da nova política, seguindo-se uma lenta assimilação dos novos senhores do Delta.

A defesa avançada da capital – Alexandria –, situada, pela primeira vez na história do Egito, no litoral, necessitava agora do controle militar e naval do Mediterrâneo oriental. O duplo perigo dos ataques dos rivais sírios e núbios compeliu os lágidas a adotar uma política militar demasiado dispendiosa. Visando garantir um estoque de madeira para a construção de embarcações, restringiram-se os trabalhos de construção no Egito, desenvolveram-se as plantações reais no Vale do Nilo e importaram-se madeiras do Egeu e das ilhas. Criava-se, assim, o que se caracterizaria como traço permanente da vida econômica egípcia por mais de mil anos.

O aspecto mais espetacular desse desenvolvimento marítimo reside no estabelecimento de bases para a caça do elefante ao longo da costa africana até a Somália, e na construção, extremamente custosa, de navios para o transporte desses animais.

A política externa envolveu os lágidas em pesadas despesas, que precisavam ser compensadas por meio de taxas que beneficiassem os cofres reais. O controle rigoroso da economia e a supervisão das exportações ofereceram solução parcial ao problema. O aumento da produção de artigos de exportação deu origem a uma política sistemática de cultivo de terras virgens a expensas do tesouro real. O poder, porém, permaneceu indiferente ao destino dos lavradores egípcios.

Outro recurso para fazer frente às enormes despesas com armamentos e importações consistiu na exportação de produtos africanos para o Mediterrâneo: marfim, ouro, plumas e ovos de avestruz eram comprados no sul do Egito e no Chifre da África e revendidos no Mediterrâneo. Outras mercadorias provinham do Oceano Índico e eram reexportadas para a Grécia, colônias gregas, Itália e todo o Mediterrâneo oriental até o mar Negro. Essa atividade comercial teria consideráveis repercussões culturais. É provável que os lágidas tenham vendido escravos, embora esse comércio fosse mais modesto que o de Cartago durante o mesmo período.

Uma orientação como essa só poderia frutificar às custas de um estado de constante prontidão militar e de permanente controle sobre o Mediterrâneo oriental, o mar Vermelho e o Oceano Índico. Os lágidas nunca estiveram em condições de conservar com firmeza todas as cartas nas mãos: a partir do

quarto soberano da linhagem, o controle lhes foi escapando pouco a pouco, e o Egito retomou lentamente sua economia tradicional. Não obstante, os lágidas deram um vigoroso impulso à economia egípcia – embora talvez demasiado artificial, já que o Estado e a classe dominante grega foram seus principais beneficiados.

A indústria de transformação desenvolveu-se particularmente bem nas regiões do Delta e de Alexandria. Dedicaram-se esforços especiais à obtenção da lã e à introdução dos carneiros árabes e milésios. Alexandria detinha o monopólio da manufatura do papiro. A arte da vidraria alcançou um alto grau de refinamento; novos métodos foram aperfeiçoados no reinado dos Ptolomeus. A cidade exportava as mercadorias que produzia e reexportava as que lhe chegavam da Arábia, da África Oriental e da Índia. Parte do preço pago pelo desenvolvimento dessa espécie de produção industrial no Delta foi o crescimento da escravidão.

Instaurou-se um novo sistema financeiro. Um banco central estatal foi estabelecido em Alexandria, com filiais nas capitais dos nomos e subfiliais nas aldeias mais importantes. Os bancos reais efetuavam toda sorte de transação bancária.

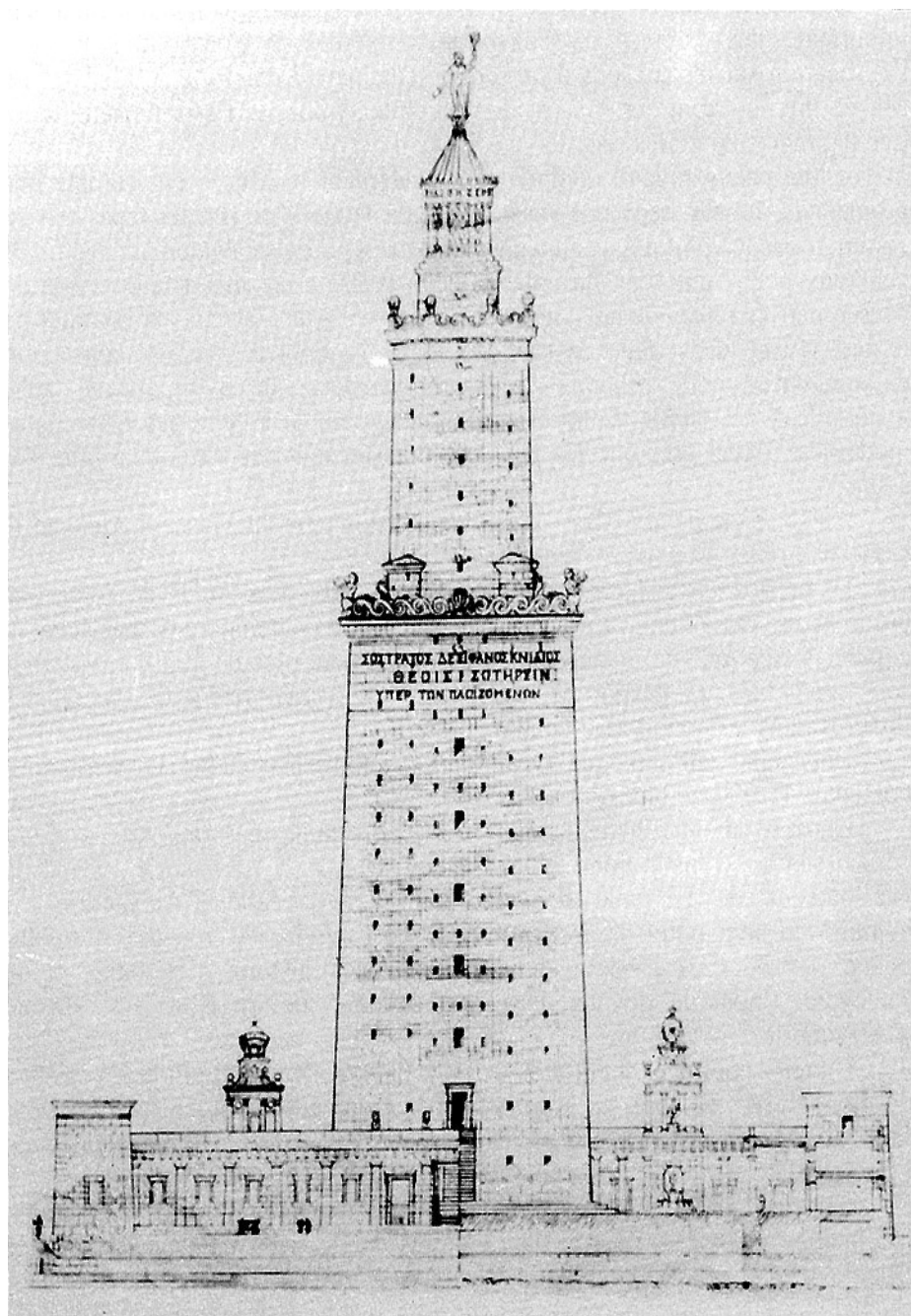
Os lágidas eram considerados os reis mais ricos de sua época. Suas riquezas certamente eram partilhadas por um grande número de gregos pertencentes à classe dominante. Ptolomeu Filadelfo foi o primeiro a constatar que esse sistema poderia vir a se constituir num fardo insuportável para os egípcios. Alimentava o desejo de tornar-se um verdadeiro soberano egípcio e herdeiro dos faraós. Os lágidas, no entanto, jamais lograram eliminar a desigualdade básica da sociedade que governavam.

Uma das consequências menos previsíveis da chegada ao Egito de um grande número de gregos consistiu na propagação de certos cultos egípcios por todo o mundo grego. Surge rapidamente a tendência a associar certos deuses gregos a divindades egípcias, criando-se, assim, uma nova tríade, formada por Serápis como Deus-Pai, Ísis como Deusa-Mãe e Harpócrates como Deus-Filho. O ponto central dessa nova religião é o Serapeu, erguido a oeste de Alexandria. Já no século III antes da Era Cristã, o culto de Serápis estendia-se rapidamente pelas ilhas do mar Egeu. No século I, Serápis e Ísis são invocados por toda parte como salvadores. Seus cultos propagam-se a regiões longínquas: o de Ísis chega a Uruk, na Babilônia, o de Serápis, à Índia. De todas as divindades do mundo helenístico, Ísis, a de Nomes Inumeráveis, é provavelmente a maior. Com o triunfo do cristianismo, apenas Ísis sobrevive; suas estátuas servem como imagens da Madona.

Durante o reinado dos Ptolomeus foi fundada Alexandria, cidade tão próspera que se converteu não apenas na capital do Egito, mas também na mais importante cidade do mundo helenístico. Convém ressaltar que o Egito, derrotado militarmente e incorporado politicamente ao Império Macedônico, exerceu um fascínio singular sobre Alexandre, que lá queria fixar um dos seus projetos urbanos mais célebres e onde, muito provavelmente, pensou estabelecer a capital do Império. Além disso, tinha-se a cultura egípcia em tão alta consideração que os sábios do Império logo passaram a viver em Alexandria. Enquanto se manteve o reinado dos Ptolomeus, Alexandria foi considerada como a capital intelectual do mundo mediterrânico.

Alexandria tornara-se particularmente célebre por certos monumentos conhecidos pelas descrições fornecidas por autores da Antiguidade e pelas descobertas dos arqueólogos, mas cuja localização é difícil de determinar nos dias de hoje.

Na parte sudeste da Ilha de Faros, à entrada do porto do leste, erguia-se o célebre Farol (*Pharos*), considerado uma das sete maravilhas do mundo. Os faróis da Antiguidade dele herdaram o nome e a forma básica. No século XIV, o Farol de Alexandria foi inteiramente destruído.

O Museu, com sua imensa biblioteca, foi sem dúvida a mais importante realização dos lágidas em Alexandria. Sua construção teve início por decisão de Ptolomeu I Sóter, a conselho de um refugiado ateniense, Demétrio de Falero. Os cientistas e os homens de letras viviam naquela instituição, que lhes fornecia moradia e alimentação e lhes dava condições de se dedicarem integralmente às pesquisas e aos estudos, dispensando-os de qualquer tarefa de natureza material. Em nenhuma outra parte do mundo helenístico veio a existir uma instituição da estatura do Museu de Alexandria, com 200 mil volumes. Muitos sábios do mundo grego foram a Alexandria e fizeram no Museu algumas das mais importantes descobertas da Antiguidade. Certos poetas atuaram tanto como secretários quanto como cortesãos. Calímaco compôs ali, entre tantas obras, sua célebre elegia *Os Cabelos de Berenice.* Os geógrafos, cosmógrafos e astrônomos desempenharam um importante papel no desenvolvimento científico de Alexandria. Porém, algumas de suas descobertas devem-se essencialmente ao Egito e não apenas à Biblioteca de Alexandria. Entre estes pode-se citar geógrafos (Eratóstenes e Estrabão), matemáticos (Euclides, Arquimedes de Siracusa e Apolônio de Perga), botânicos (Teofrasto), historiadores (Heródoto, Diodoro da Sicília), médicos (Erasístrato).

O Farol de Alexandria.

Os Ptolomeus empenharam-se no desenvolvimento das relações entre o Egito e o Oceano Índico. No que diz respeito à exploração da terra, é certa a existência de explorações ao sul do Egito, como mostram os registros das expedições de Temóstenes, navarco de Filadélfia, na Núbia; Aristo nas costas da Arábia; Sátiro na costa da África até o sul do Cabo Guardafui. Esses exploradores seguiam as pegadas de ilustres predecessores. O conjunto de conhecimentos essenciais sobre o Vale médio do Nilo ficaria, pois, fixado durante muito tempo à época dos Ptolomeus.

Surpreendente foi a lenta absorção do meio grego pelos egípcios. Ao que parece, os egípcios resistiram à pressão cultural. Por outro lado, através da língua grega toda uma herança egípcia se colocou à disposição do mundo.

A arte é provavelmente o domínio em que a impregnação egípcia e mesmo negro-africana da cultura helenística foi mais surpreendente e espetacular. Amantes do teatro como tinham sido em Atenas, os gregos erigiram no Egito monumentos que refletiam seus gostos. Entretanto, o contato com os templos egípcios deu-lhes o senso do colossal. A mesma tendência se faz sentir na área da escultura. Os escultores e os pintores inspiraram-se nos modelos egípcios em todos os níveis, como demonstram as representações dos deuses.

A pintura, que durante os séculos IV e III continuou fiel aos padrões gregos, começou no século II a incluir cenas de estilo egípcio ao lado das de estilo grego, como mostram as representações de um dos túmulos de Anfushi, em Alexandria. A principal câmara mortuária é decorada desde a entrada com uma mistura de estilos egípcio e grego, tanto na arquitetura como na pintura. A decoração do segundo túmulo de Anfushi contém muito mais elementos egípcios.

Não resta dúvida de que o aspecto mais surpreendente da produção helenística do Egito, pela variedade de suas invenções e gostos, reside na profusão de estatuetas humorísticas, grotescas ou realistas que retratam cenas da vida cotidiana e representam egípcios e negros africanos. O realismo dessas representações atinge, por vezes, alta qualidade artística. Os negros aparecem retratados em todos os tipos de objetos de uso diário. Por intermédio da arte helenística do Egito, a figura do negro penetrou mais do que nunca no mundo mediterrânico.

Através da Cirenaica (a parte oriental da Líbia), certos aspectos da civilização helenística passaram do Egito à África do Norte.

Durante o período helenístico, a Cirenaica foi um país de grande importância econômica, sendo considerada um dos celeiros do mundo antigo. Muito se falou sobre sua lã, um monopólio dos reis batíadas que provavelmente persistiu nas mãos dos Ptolomeus.

Cirene contribuiu amplamente para a vida intelectual dos gregos, em particular no século IV, através de seus renomados filósofos e matemáticos.

Alguns bons exemplos da escultura alexandrina foram encontrados entre as numerosas estátuas de mármore de Cirene. Os poucos retratos originais da época helenística mostram uma estreita afinidade com a chamada arte helenística de Alexandria.

Na esfera da religião, observa-se a transmissão do culto dinástico dos Ptolomeus à Cirenaica, fato que é atestado pelas numerosas inscrições dedicadas aos reis e rainhas dessa dinastia. As cidades da Cirenaica adotam igualmente o culto de Serápis, e templos consagrados a Ísis e Osíris são fundados em Cirene e Ptolemaida. Da Cirenaica, é provável que o culto greco-egípcio tenha passado à Tripolitânia, que nunca foi governada pelos Ptolomeus à época pré-romana. O santuário de Serápis e de Ísis foi descoberto em Leptis Magna.

O Egito sob dominação romana

O Egito passou do domínio dos Ptolomeus para o de Roma de maneira quase imperceptível. Quando Otavio assumiu o Império, após derrotar Marco Antonio, ele reservou ciosamente a província do Egito à sua administração direta, negando ao Senado qualquer espécie de atribuição sobre ela. Assim, o imperador romano sucedeu os Ptolomeus no Egito e tratou de assumir sua função dentro da estrutura do país. Tomou a si a responsabilidade dos cultos religiosos, e ficou conhecido como construtor de numerosos templos. Assumiu igualmente a responsabilidade do bem-estar comum, utilizando o exército não apenas para a manutenção da ordem pública, mas também para a restauração do sistema de canais. O emprego de tropas do exército nesse tipo de trabalho viria a se tornar corrente nos reinados de Nero (54 – 68), Trajano (98 – 117) e Probo (276 – 282).

O imperador romano copiou dos Ptolomeus o modelo de administração do Egito, concebido como uma espécie de vasta propriedade privada em que a receita era globalmente administrada pela coroa. Em pouco tempo essa exploração converteu-se no ponto de partida de toda a política preconizada por Augusto para o Egito.

Essa exploração imperial, porém, comportava um fator não existente ao tempo dos Ptolomeus: os imperadores viam o Egito como o celeiro do trigo que costumavam distribuir aos plebeus de Roma a fim de obter-lhes a complacência. A função de "celeiro do Império" tirou do Egito o fruto do seu solo sem trazer a contrapartida substancial de um comércio regular.

Por muito tempo essas bases da dominação romana permaneceram intactas. A vida provincial desenvolvia-se numa *pax romana* paga pelos impostos sobre o trigo (*annona*), cuja taxação era fonte de constantes rebeliões e protestos. Tibério (14 – 37), sucessor de Augusto, pôde reduzir a duas as legiões estacionadas no Egito. Foi sob seu sucessor que irromperam pela primeira vez conflitos entre os gregos de Alexandria e os numerosos judeus que viviam na cidade. Roma procurou impor soluções de equilíbrio, que, no entanto, não contentaram nenhuma das partes, cada qual se sentindo prejudicada.

A situação econômica dos camponeses e dos pequenos proprietários, minuciosamente documentada nos papiros, mostra, no entanto, que a discriminação em favor da classe média acabaria por gerar maus frutos. Os humildes empobreceram, e a inquietação começou a se manifestar.

A partir de fins do século II, o Egito, no entanto, não era mais o celeiro do Império. Desse papel se incumbiu a África (o atual Magrebe); isso só poderia significar que o Egito se havia exaurido. Iniciou-se um movimento que aos poucos foi tomando vulto e se tornou perigoso: a fuga (*anachoresis*) dos agricultores do campo para o deserto, por não terem mais condições de pagar os impostos exigidos pelo Estado.

A crise do Egito apenas refletia, num contexto bem-definido, a crise mais ampla do próprio Império Romano.

Todo esse processo evidentemente se desenvolveu durante longo tempo e paralelamente a outro: a aparição do cristianismo no Egito. Importa assinalar que a difusão do cristianismo assemelha-se à de outras experiências religiosas, como as dos gnósticos ou dos maniqueus. Tudo isso indica uma crise no mundo pagão. No Egito, o ensinamento religioso exigia que a linguagem do país fosse adotada como língua ritual. O cristianismo, assim como o gnosticismo e o maniqueísmo, adotou o copta na forma de um ou outro dos seus diversos dialetos provinciais ou regionais. Esse fato significa não apenas que os sacerdotes falavam às classes mais humildes da população, àquelas que não tinham acesso à cultura grega das classes dominantes, como também que, no domínio da religião, dava-se prioridade à cultura nacional e à população nativa, que estava impedida de participar dos novos quadros de cidadãos do Império.

A partir do momento em que o Império Romano, sob Teodósio, torna-se oficialmente cristão, no século IV, a história do Egito fica diretamente ligada à atitude oficial dos imperadores, que, de Constantinopla, a nova capital do Império, mais e mais reivindicam o direito de definir o dogma a ser ensinado e aceito por todos.

Tão logo a comunidade Cristã se tornou representativa das massas do Império, suas disputas transformaram-se em assunto de Estado. Para o espírito prático e autoritário de Constantino, a discussão religiosa – a heresia – devia desaparecer para dar lugar a uma concepção ordenada e definitivamente reconhecida do que era verdadeiro e, portanto, legítimo. Os sucessores seguiram-lhe o exemplo; tal atitude originou constantes tensões entre o palácio de Constantinopla e o bispado de Alexandria, cada qual chamando a si a responsabilidade pela manutenção da verdadeira fé, ou ortodoxia.

Esse conflito de interesses e posições gerava sérias disputas. As longas querelas sobre a dupla natureza de Cristo que deram origem ao arianismo e ao monofisismo, criando sérios confrontos entre bispos e imperadores, chegaram ao momento álgido no Concílio de Calcedônia (451). As decisões do Concílio, que declarou obrigatória a crença na união íntima de duas naturezas em Cristo, deflagraram em Alexandria (partidária do monofisismo) uma crise que durou até a conquista muçulmana. Após o Concílio, Alexandria passou a ter dois patriarcas: um melquita (do árabe *malik,* que significa rei), nomeado por Constantinopla e subordinado ao rei, que exercia os poderes administrativo, judiciário e policial, e um monofisita, que se opunha ao anterior e era, aos olhos dos egípcios, o defensor da única verdade teológica aceitável – a unidade da natureza de Cristo. O poder do patriarca melquita, estribado na legitimidade e na força imperiais, chocava-se com o do patriarca monofisita, que tinha como apoio um sentimento nacional cada vez mais antibizantino.

No século VI, Constantinopla exercia uma pressão cada vez mais forte para impor as doutrinas do Concílio de Calcedônia, assim como diversas outras surgidas mais tarde em Constantinopla, a um Egito relutante em aceitá-las. As circunstâncias combinavam-se para aumentar o descrédito, no Egito, da Igreja oficial, rica e autoritária, responsável pela manutenção da ordem, e para conferir popularidade aos monofisitas perseguidos, que no século V receberam forte apoio doutrinário da Síria e que acolheriam outros perseguidos sírios no século seguinte. Os bizantinos tornaram-se estrangeiros indesejáveis, representantes de uma política de ocupação intolerável.

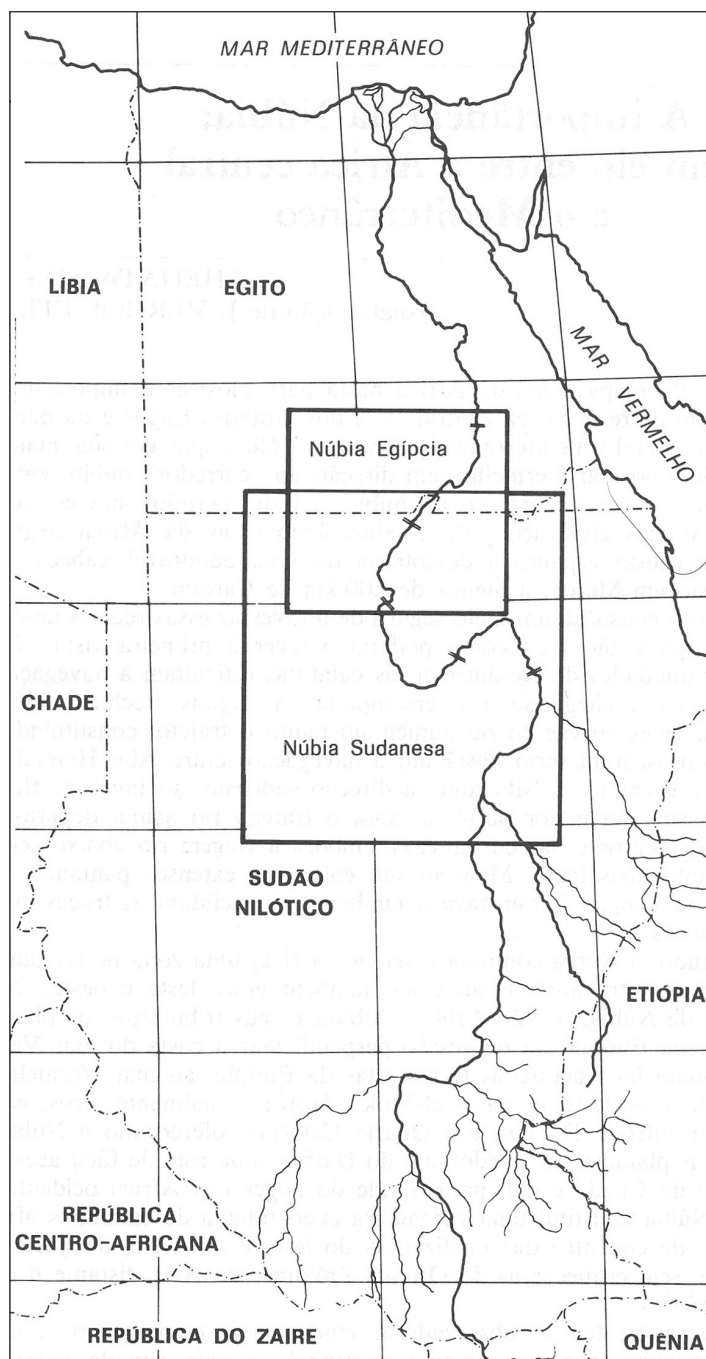
Em poucos anos, duas derrotas militares puseram às claras a fragilidade da dominação bizantina. O rei sassânida Cósroes pretendia enfraquecer Bizâncio. Chegaram ao Delta do Nilo em 615. A ocupação persa foi marcada pela insurreição dos judeus, finalmente libertados da longa opressão romana, e pela reaparição da Igreja monofisita, que durante alguns anos permaneceu a única Igreja oficial. A reconquista do Egito por Heráclio, em 629, deu aos bizantinos

apenas uma breve trégua. O terror dominou o ano de 632, quando Bizâncio, por intermédio do patriarca melquita, decidiu impor uma nova ortodoxia, que não era nem a do Concílio de Calcedônia, nem a de Roma, nem tampouco a dos monofisitas. A partir de 639, o país passa a sofrer a ameaça dos muçulmanos, e, em 642, os egípcios se rendem aos novos conquistadores, que prometem estabelecer uma economia e condições sociais mais justas. A conquista árabe veio assinalar o início de uma nova era na história do Egito.

A importância da Núbia: um elo entre a África Central e o Mediterrâneo

Um breve exame do mapa físico da África basta para mostrar a importância da Núbia como elo entre a África Central – a dos Grandes Lagos e da Bacia do Congo – e o mundo mediterrânico. O Vale do Nilo permitiu um contato direto entre as antigas civilizações do Mediterrâneo e as da África negra. Embora o Nilo constitua um meio seguro de atravessar as regiões desérticas, a viagem não é tão fácil como poderia parecer à primeira vista. Apesar de tudo, a Núbia continua a ser, na África, uma zona de contatos privilegiada e constitui uma verdadeira encruzilhada de caminhos africanos, um ponto de encontro das civilizações do leste e do oeste, do norte e do sul da África, sem esquecer as do Oriente Próximo, da Ásia distante e da Europa mediterrânica.

Historicamente, segundo testemunham os mais antigos textos egípcios, viajantes vindos do norte penetraram na Núbia um pouco ao sul de el-Kab. Na aurora da História, a Grande Núbia começava nas regiões arenosas do Vale do Nilo. Em suas origens, a Núbia incluía a Primeira Catarata. Seu limite ao sul é mais difícil de determinar, mas as pesquisas arqueológicas mostram que, a partir do IV milênio antes da Era Cristã, culturas idênticas ou aparentadas entre si distribuíam-se por toda a região, desde os confins das montanhas etíopes, ao sul, até a parte egípcia do Nilo, ao norte. Assim, poderíamos definir a Núbia histórica como a parte da Bacia do Nilo que se estende da fronteira oeste-noroeste da atual Etiópia até o Egito, incluindo o próprio Vale do Nilo, partes do Nilo Branco e do Nilo Azul e todos os seus tributários situados ao norte do 12º paralelo, tais como o Atbara, o Rahad e o Dinder.

Africanos na língua e na civilização, os habitantes da Núbia estavam bem localizados para servir de elo entre as culturas que os cercavam e com quem eram estreitamente aparentados.

O Vale do Nilo e o Corredor Núbio. (Mapa fornecido por J. Vercoutter.)

A partir de -7000 e sobretudo durante os períodos úmidos do fim do Neolítico, a Núbia parece ter sido palco de uma cultura material comum, a todo o seu território, desde os limites das montanhas etíopes até a região de el-Kab e, ainda mais ao norte, até o Médio Egito. Apenas por volta de -3000 é que se pode perceber uma clara diferença entre a civilização do baixo Vale do Nilo, egípcio, e o alto vale, núbio.

Era natural, portanto, que duas sociedades tão distintas nascessem e coexistissem no Vale do Nilo: uma, na Núbia, pastoral e talvez ainda seminômade, embora não destituída de habilidades agrícolas, e outra essencialmente agrícola, voltada para o cultivo intensivo da terra e politicamente centralizada. Essas duas civilizações "especializadas", semelhantes e autônomas até cerca de -3000 vieram, com o tempo, a se complementar economicamente, o que facilitou os intercâmbios mútuos.

A partir do final do III milênio, o conhecimento dessas relações fundamenta-se exclusivamente em fontes egípcias. Por volta de -3200, durante a I dinastia, os egípcios já conheciam o país o suficiente para aventurar-se a enviar um corpo de tropas até o início da Segunda Catarata. Podemos supor as razões de uma tal expedição. Primeiramente, a necessidade de encontrar matérias-primas que estivessem faltando ou escasseando no Egito, especialmente a madeira. Uma segunda razão importante seria o desejo de manter livre a passagem para o sul: incenso, goma, marfim, ébano e panteras não provinham da região entre a Primeira e a Segunda Catarata, mas de uma zona muito mais ao sul. Nessa época, contudo, a baixa Núbia era densamente povoada.

Essa população não provinha do norte, mas descendia dos grupos neolíticos que se haviam instalado no vale entre a Primeira e a Terceira Catarata. Alguns desses povos ainda eram caçadores e pescadores, mas os que habitavam as proximidades do rio estavam ligados sobretudo à agricultura, enquanto os habitantes da savana levavam uma vida pastoril ou mesmo seminômade.

Por volta de -2700, as informações sobre os contatos norte-sul interrompem-se bruscamente, pelo menos na baixa Núbia. Para o conhecimento desse período, que se estende de -2700 a -2200 aproximadamente, temos de confiar nas pouquíssimas alusões contidas nas fontes literárias egípcias. Estas relatam campanhas militares na região de Ta-Seti, na Núbia, o que pode explicar o abandono do país por seus habitantes.

Pouco antes de -2200 esse período obscuro chega ao fim, e mais uma vez nos deparamos com fontes arqueológicas e literárias. Os documentos egípcios da VI dinastia, a última do Antigo Império, incluem vários relatos de expedições à alta Núbia. No início da dinastia, tais expedições tinham um caráter nitida-

mente comercial e pacífico: os egípcios procuravam obter na Núbia as pedras raras necessárias às construções reais, ou simplesmente madeira. Essa atividade também favoreceu a circulação de ideias e técnicas em ambos os lados do vale. O panteão egípcio chegou a adquirir uma nova divindade africana, Dedun, provedora de incenso.

Quer seguissem pelo vale, quer por via terrestre, parece muito provável que desde esses tempos remotos os egípcios já estavam em contato com a África ao sul do Saara e que o Corredor Núbio desempenhava um papel importante nesses contatos. Sob Pépi II, por volta de –-2200, uma expedição egípcia trouxe do extremo sul um "anão para a dança sagrada". Podemos, portanto, concluir que os egípcios do Antigo Império mantinham contatos com a África Central e que a Núbia e seus habitantes tiveram um papel importante no estabelecimento dessas relações.

A partir de -2300 a população do Corredor Núbio dividiu-se em numerosas "famílias". Embora estreitamente aparentadas, cada uma delas tinha sua própria cultura material e seus próprios ritos funerários. Contudo, as semelhanças eram muito maiores que as diferenças: a grande importância da criação de gado, o uso generalizado da cerâmica vermelha de borda preta, as sepulturas do tipo *tumulus* etc.

De -2200 a -1580, os núbios que viviam entre Assuã e Batn-el-Haggar permaneceram em estreito contato com o Egito. Mais ao sul, a partir de Batn--el-Haggar, situa-se o Reino de Kerma. Os achados arquelógicos revelam ligações não somente com o Egito, mas também, a partir de -1600, com os hicsos asiáticos, com quem talvez estivessem em contato direto.

Kerma parece ter sido o mais importante centro urbano do Reino de Kush cujo nome aparece em textos faraônicos a partir de -2000. Cabe salientar que esse reino pode ter exercido profunda influência sobre as culturas vizinhas através de suas técnicas, especialmente no domínio da metalurgia, e que sua força política, testemunhada pelas grandes dimensões da capital, teria projetado sua influência por uma ampla área.

Destacamos acima um fato que parece confirmado: o poder material de Kush. Comprovam-no as precauções tomadas contra o reino pelos faraós da XII dinastia, de Sesóstris I a Amenemés III. A ameaça potencial de "Kerma" para o Egito é muito bem ilustrada pela cadeia de fortificações que, ao norte, protegem a fronteira meridional do Egito contra os exércitos cuxitas.

Seja como for, as relações entre o alto Egito tebano e os cuxitas de Kerma foram a um tempo hostis e complementares. De -1650 a -1580, os tebanos a serviço do rei de Kush levaram sua habilidade técnica à média Núbia. A presença de numerosos egípcios nas fortalezas da baixa Núbia assegurava a Kush

o contato com os soberanos hicsos do norte. Desse modo, o Segundo Período Intermediário foi marcado pela presença de núbios no Egito e de egípcios na Núbia, o que certamente favoreceu as trocas comerciais e culturais.

No reinado de Tutmósis I, toda a região situada entre a Segunda e a Quarta Catarata foi conquistada. Assim, os egípcios detinham o controle direto dos caminhos que levavam a Darfur, Kordofan e Chade e poderiam doravante avançar em direção à África dos Grandes Lagos por diversas rotas. A partir do reinado de Tutmósis IV (cerca de -1450), uma mudança surpreendente na representação dos negros em túmulos e nos monumentos sugere a utilização dessas rotas pelas expedições egípcias ou pelos intermediários a seu serviço.

Este breve levantamento mostra que o papel especial da Núbia como intermediária, resultante de sua posição geográfica entre a África Central e o Mediterrâneo, firmou-se por volta de -1800. Revela também os traços constantes – a importância, para o Egito, do acesso aos recursos africanos e o interesse da Núbia pelas culturas do norte – que determinaram um intercâmbio contínuo, que se manteve durante todos os períodos posteriores, de -1200 a +700.

Para muitas civilizações africanas – o Reino de Napata (-800 a-300) e o Império de Méroe (-300 a +300), as civilizações de Ballana e Qustul (Grupo X, -300 a +600) e os reinos cristãos após +600 – a Núbia foi o elo essencial entre a África Central e as civilizações mediterrâneas. Os persas, os gregos, os romanos, os cristãos e os muçulmanos, tal como os hicsos, que os precederam, descobriram na Núbia o mundo da África negra. Diferentes culturas se encontraram e se mesclaram nessas encruzilhadas, exatamente como ocorrera de -7000 a -1200, quando aos poucos ganhou corpo uma civilização cujos aspectos núbios fundamentais se impregnaram de uma inegável influência egípcia.

A Núbia antes de Napata (3100 a 750 antes da Era Cristã)

Pelo fim do IV milênio antes da Era Cristã floresceu na Núbia uma notável cultura, conhecida pelos arqueólogos como cultura do Grupo A. Os instrumentos de cobre e a cerâmica de origem egípcia exumados de túmulos do Grupo A indicam que o desenvolvimento dessa cultura foi contemporâneo da I dinastia no Egito (-3100). Ela é identificada por uma simples letra, a exemplo do que ocorre com outras culturas núbias, porque não conheceu a escrita, não existem referências a ela por parte de nenhum povo que possuísse escrita e não se pode associá-la a qualquer lugar preciso de descoberta nem a nenhum centro importante. Tratou-se, porém, de um período de prosperidade, caracterizado por um aumento considerável da população.

O Grupo A pertence à cultura calcolítica. Isso significa que era essencialmente neolítico, mas fazia um uso limitado de instrumentos de cobre, todos importados do Egito. Uma característica importante da cultura do Grupo A é a cerâmica encontrada nas sepulturas das tribos a ele associadas. Podem-se distinguir vários tipos, mas o traço constante da cerâmica do Grupo A é o artesanato engenhoso, a decoração e o desenho artísticos. Sob o aspecto étnico, o Grupo A era fisicamente muito semelhante aos egípcios pré-dinásticos. Era um povo seminômade.

Ao Grupo A, que provavelmente sobreviveu na Núbia até o final da II dinastia do Egito (-2780), seguiu-se um período de pobreza e acentuado declínio cultural. Esse período estendeu-se do início da III (-2780) até a VI dinastia egípcia (-2258), contemporâneo do Antigo Império. Os primeiros arqueólogos que trabalharam na Núbia denominaram a cultura dessa época de Grupo B. Segundo eles, a baixa Núbia, durante o Antigo Império egípcio, era habitada por um povo nativo distinto do Grupo A, que o precedera. A existência do Grupo B é, de modo geral, considerada duvidosa. A persistência das características do Grupo A nas sepulturas atribuídas à cultura do Grupo B levam a crer que se tratava apenas de sepulturas do povo empobrecido do Grupo A. As novas características atribuídas ao Grupo B seriam consequência do declínio geral e da natureza.

No final do Antigo Império egípcio, ou durante o período que os egiptólogos chamam de Primeiro Período Intermediário (-2240 a -2150), apareceu na baixa Núbia uma nova cultura independente (com objetos característicos e tradições funerárias distintas), conhecida pelos arqueólogos como Grupo C. Como o seu precedente, o Grupo A, esta cultura era também calcolítica e sobreviveu nessa parte do Vale do Nilo até a época em que a Núbia se egipcianizou por completo, no século XVI antes da Era Cristã. O limite norte da cultura do Grupo C situava-se na aldeia de Kubanieh Norte, no Egito, mas a fronteira sul ainda não foi demarcada com precisão. É provável que se localizasse em algum ponto da região de Batn-el-Haggar.

Ainda não se sabe ao certo qual a origem da cultura do Grupo C ou do grupo étnico ao qual pertencia. O povo do Grupo C era essencialmente pastoril e vivia em pequenos acampamentos ou, por vezes, em povoados. As suas mais antigas sepulturas caracterizam-se por pequenas superestruturas de pedra sobre covas circulares ou ovais. Objetos funerários e animais eram enterrados nos túmulos e por vezes crânios de bois ou de cabras, pintados com motivos em vermelho e preto, eram colocados em toda a volta das superestruturas.

A despeito do crescente contato com o Egito, a cultura do Grupo C continuou a desenvolver-se de maneira independente, sem adotar nem a tecnologia, nem a escrita, nem as crenças religiosas egípcias. Uma das características mais

importantes dessa cultura é a cerâmica, feita à mão e normalmente na forma de vasos. Não raro esses vasos se apresentam decorados com motivos geométricos por impressão ou incisão, frequentemente preenchidos com um pigmento branco.

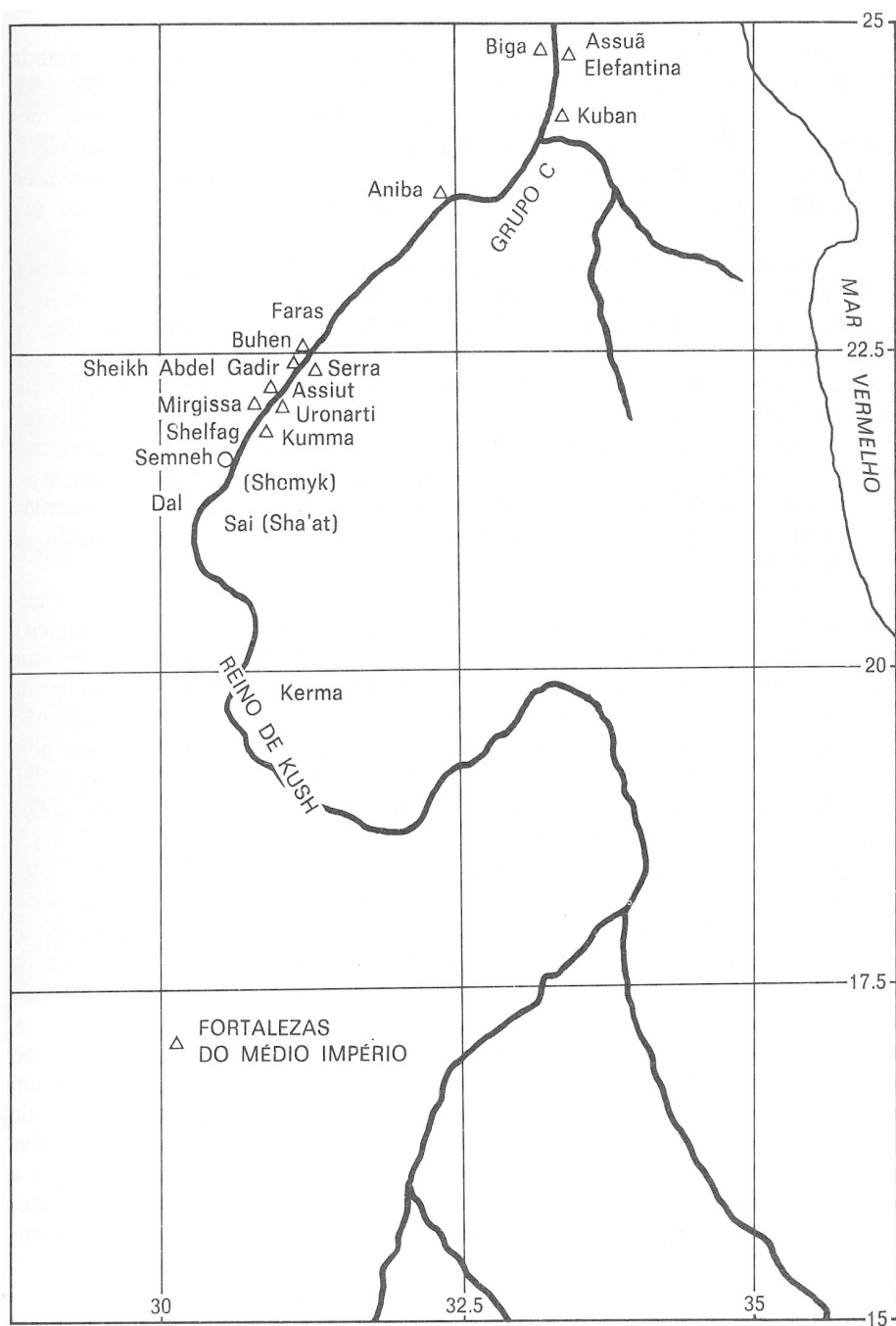
Os soberanos do Médio Império egípcio, tendo posto fim aos distúrbios internos do país e unificando-o sob seu controle, voltaram sua atenção para a terra ao sul do Egito, a Núbia. Essa empresa começou sob o reinado da XI dinastia tebana. A ocupação da Núbia, iniciada por Amenemés I, foi completada por seu filho e sucessor Sesóstris I. As razões que levaram os egípcios a ocupar parte da Núbia foram ao mesmo tempo econômicas e defensivas.

Após a queda do Médio Império e a invasão dos hicsos, os egípcios perderam o controle sobre a Núbia. Os fortes foram saqueados e queimados pelos nativos, que parecem ter-se aproveitado do colapso do governo central do Egito para recuperar sua independência.

A fronteira sul do Médio Império egípcio foi inquestionavelmente fixada em Semneh por Sesóstris III. Mas as importantes escavações efetuadas pelo arqueólogo americano G. A. von Reisner entre 1913 e 1916, em Kerma, pouco acima da Terceira Catarata e a 240km ao sul de Semneh, em linha reta, revelaram uma cultura, conhecida como cultura de Kerma, que tem sido objeto de interpretações divergentes por parte de especialistas.

O antigo sítio de Kerma compreende dois notáveis edifícios, localmente conhecidos como Dufufa do Oeste e Dufufa do Leste. O primeiro é uma massa compacta de tijolos crus e o segundo uma capela funerária, também de tijolos de barro, cercada por um amplo cemitério. As duas construções são típicas do Médio Império.

Como o nome geográfico Kush está ligado a Kerma, e considerando-se que túmulos de Kerma serviam claramente de sepultura aos poderosos soberanos nativos que mantinham relações comerciais e diplomáticas com os reis hicsos no Egito, parece provável que Kerma fosse a capital do Reino de Kush, que floresceu durante a época conhecida na história egípcia como Segundo Período Intermediário (-1730 a -1580).

Os sítios típicos da cultura de Kerma descobertos na Núbia, ao norte, vão apenas até Mirgissa. Isso indica que a Segunda Catarata constituía a fronteira entre a cultura de Kerma e a cultura do Grupo C. Embora boa parte dos objetos descobertos em Kerma manifestem claramente uma tradição cultural nativa, não se pode ignorar a influência das técnicas egípcias de artesanato e desenho. Admite-se que grande parte dos objetos encontrados foi efetivamente manufaturada pelos artesãos egípcios, mas também se poderia dizer que eles foram produzidos por artesãos nativos, que haviam adquirido as técnicas egípcias para satisfazer o gosto local.

A Núbia, 1580 antes da Era Cristã. (Mapa fornecido por Nagim-El-Din Mohamed Sherif).

No domínio religioso, os rituais funerários são o traço característico da cultura de Kerma. O mais surpreendente costume funerário era o dos sacrifícios humanos. O dono do túmulo era acompanhado por duzentas a trezentas pessoas, a maioria composta de mulheres e crianças, que eram enterradas vivas no corredor central.

Quando os egípcios readquiriram o controle de seu país após libertá-lo do domínio dos hicsos, recomeçaram a concentrar sua atenção na fronteira sul, o que resultou na mais completa conquista da Núbia empreendida pelo Egito desde o início de sua história antiga.

A verdadeira ocupação da Núbia foi completada por Amósis, sucessor de Kamés e fundador da XVIII dinastia egípcia. Entretanto coube a Tutmósis I (-1530 a -1520) completar a conquista do Sudão setentrional, determinando assim o fim da independência do Reino de Kush. Desse modo a Núbia foi totalmente conquistada pelo Egito, tendo início uma nova e brilhante era de sua história, cujas marcas permaneceram em sua vida cultural durante os períodos posteriores.

Nos estágios iniciais, a ocupação egípcia da Núbia, durante o Novo Império, encontrou resistência. Mas os núbios logo se acomodaram, sob a nova administração egípcia, a um desenvolvimento pacífico inédito em seu país. Em torno dos templos construídos pelos reis da XVIII e da XIX dinastia desenvolveram-se cidades importantes como centros religiosos, comerciais e administrativos. Toda a Núbia foi reorganizada segundo padrões puramente egípcios e montou-se um sistema administrativo totalmente egípcio, que requeria a presença de um número considerável de escribas, sacerdotes, soldados e artesãos. Tal processo acabou resultando na completa egipcianização do país. Os nativos adotaram a religião egípcia e passaram a adorar divindades egípcias. Os velhos costumes funerários foram substituídos por rituais egípcios. As técnicas aplicadas pelos egípcios nas artes e na arquitetura também foram adotadas pelos núbios.

O processo de egipcianização, que na verdade havia começado na Núbia durante o Segundo Período Intermediário, foi então acelerado, atingindo o clímax. Entre os principais fatores que contribuíram para promover rapidamente a assimilação cultural do modo de vida egípcio, pode-se citar a política adotada pela administração faraônica na Núbia durante o Novo Império que era a de assegurar a lealdade e o apoio dos chefes nativos. Seus filhos eram educados na corte real do Egito. Desse modo, eles eram fortemente egipcianizados e isto naturalmente ajudou a garantir a lealdade dos príncipes núbios para com o Egito e a cultura egípcia. A egipcianização atingiu inicialmente as classes superiores, o que abriu caminho para a rápida difusão desse processo entre a população local da Núbia.

A importância econômica da Núbia durante o Novo Império pode ser deduzida principalmente das listas de tributo fixadas nos muros dos templos e também da representação pictórica de produtos núbios nos túmulos de funcionários egípcios responsáveis pela entrega desses produtos ao faraó. Nessa época, os egípcios intensificaram a mineração na Núbia, de uma forma que ultrapassou qualquer limite anterior. O principal produto era o ouro que vinha das minas da região situada em torno de Uadi el-Alaki e Uadi Gabgaba, no deserto oriental, e também das minas espalhadas ao longo do Vale do Nilo até Abu Hamad ao sul.

O Egito importava da Núbia também ébano, marfim, incenso, óleos, gado, leopardos, ovos e plumas de avestruz, peles de pantera, girafas e enxota-moscas de rabo de girafa, galgos, babuínos e cereais. Pelo fim da XVIII dinastia, podem-se observar produtos manufaturados nas representações das mercadorias que a Núbia enviava ao Egito como tributo.

Por sua riqueza e também pela importância de suas tropas, no fim do Novo Império, a Núbia passou a desempenhar um papel significativo nas questões de política interna do próprio Egito. Desordem, fraqueza, corrupção e lutas pelo poder caracterizaram essa época no Egito. As facções em luta, percebendo a importância da Núbia para seus empreendimentos, esforçavam-se por obter o apoio da sua administração.

Durante a XX dinastia, a situação do Egito se deteriorou consideravelmente. Sob Ramsés XI, o último rei da XX dinastia, irrompeu uma revolta na região de Assiut. Com a ajuda de Pa-nehesi, vice-rei de Kush, o rei e suas tropas conseguiram dominar a rebelião e restaurar a ordem no alto Egito. Após o levante, um certo Herihor tornou-se sumo sacerdote de Âmon em Tebas. No 19° ano do governo de Ramsés XI, após a morte de Pa-nehesi, Herihor foi nomeado vice-rei da Núbia e vizir de Tebas. Desse modo passou a ser o senhor efetivo do alto Egito e da Núbia. Após a morte de Ramsés XI, Herihor tornou-se rei (-1085), e com ele teve início uma nova linhagem de soberanos egípcios. Daí por diante o caos reinou no Egito, iniciando-se na Núbia uma fase crítica, que perdurou até o século VIII antes da Era Cristã, quando Kush emergiu inesperadamente como potência de primeira grandeza.

O Império de Kush: Napata e Méroe

Dongola e as bacias vizinhas do médio Nilo foram outrora o centro de formações políticas ricas e poderosas. Na primeira metade do II milênio, a chamada cultura de Kerma correspondia ao rico e próspero Reino de Kush, mencionado

nos textos egípcios. As prospecções arqueológicas bastante irregulares dessa região tornam difícil elaborar o seu quadro histórico após a fase brilhante de domínio egípcio durante o Novo Império (-1580 a -1085); por quase três séculos parece ter-se rompido o vínculo entre a África e o mundo mediterrânico. Contudo, há um despertar a partir do final do século IX antes da Era Cristã; a escavação empreendida por G. A. von Reisner na necrópole de el-Kurru, perto de Napata, revelou os túmulos de uma série de príncipes.

São os reis ancestrais da linhagem que efetivou a união do Egito e do Sudão, conhecida na história como XXV dinastia do Egito ou dinastia etíope. Trata-se de uma dinastia nativa, constituída talvez pelos sucessores dos antigos soberanos de Kerma. Desconhece-se quem foram seus primeiros reis. Sabe-se que, a Alara, sucedeu Kashta; seus cartuchos, de estilo egípcio, figuram numa estela descoberta em Elefantina. Naquela época (cerca de -750), os núbios ocupavam, pelo menos parcialmente, o alto Egito.

Com o monarca seguinte, o ilustre Piankhy, "Peye", entramos no curso principal da história: uma das inscrições que ele mandou gravar em Napata, a Estela da Vitória, é um dos textos mais longos e detalhados do antigo Egito. Nas suas duas faces descrevem-se as deliberações do rei em seu palácio e as etapas de sua campanha contra os príncipes líbios, senhores do médio Egito e do delta. Nesse relato sucedem-se episódios piedosos e discursos. Outra grande estela de Peye, descoberta em 1920, define o caráter federativo do Império Cuxita, ao mesmo tempo que afirma a supremacia do deus Âmon.

Shabaka, irmão de Peye, que subiu ao trono por volta de -713, submeteu ao Império de Kush todo o Vale do Nilo até o Delta. Os compiladores das listas de reis do Egito consideram-no o fundador da XXV dinastia. A política global do Oriente Próximo arrastou os cuxitas em direção à Ásia, onde a pressão assíria começava a se fazer sentir. A princípio, contudo, Shabaka parece ter mantido boas relações com a Assíria. No Sudão e no Egito, ele deu início a uma política de construção de monumentos expandida por seus sucessores, os dois filhos de Peye – primeiro Shabataka (-700 a -690) e depois o glorioso Taharqa (-690 a -664).

É importante fazer uma análise mais detida desse período de cinquenta anos durante o qual o Egito e o Sudão unidos formaram uma grande potência africana. O Reino cuxita aparece como uma monarquia dupla, cujo símbolo é o duplo uraeus, as duas serpentes que se erguem sobre a fronte do faraó e o protegem. Em seu comportamento geral, suas roupas e atitudes, os soberanos da XXV dinastia copiam os faraós do Egito que os precederam e de quem afirmam ser sucessores, se não descendentes. O estilo de seus monumentos é tipicamente faraônico.

Âmon é o grande deus da dinastia, adorado em quatro santuários principais – Napata, Torá (provavelmente Sanam), Kawa e Pnubs (Tabo, na Ilha de Argo). Para o serviço de cada um desses santuários eram consagradas princesas, como musicistas de Âmon.

A XXV dinastia foi gloriosa, e os autores clássicos desenvolveram toda uma tradição a seu respeito. Assumindo a melhor tradição do passado, os cuxitas deram-lhe um novo poder e uma força notável.

A história dos cuxitas após a sua retirada do Egito sob o ataque assírio é bem mais difícil de determinar; mesmo a cronologia é extremamente vaga. Durante um milênio, um Estado sobreviveu, tornando-se cada vez mais africano: o Reino de Kush, nome proveniente da antiga designação nativa do território. Trata-se de uma cultura africana que ora se firma em sua especificidade ora procura alinhar-se à civilização egípcia – ela mesma, aliás, africana. De tempos em tempos, chegam ecos do Mediterrâneo, particularmente após a fundação de Alexandria. De início, a capital se manteve em Napata, ao pé da montanha sagrada de Djebel Barkal. Mais tarde, provavelmente no século VI antes da Era Cristã, foi transferida para Méroe, bem mais ao sul. Não se tem muita certeza acerca da extensão do Reino cuxita, e até agora as diferenças entre suas várias regiões estão mal explicadas.

O centro do império, a Núbia propriamente dita, estendendo-se ao longo do Nilo (bacias de Napata, Dongola e Kerma), sempre foi muito diferente da região das estepes da "Ilha de Méroe". Admite-se que o reino incluía o Sudão central e se estendia pelo menos até Sennar, no Nilo Azul, e Kosti, no Nilo Branco. Na direção oeste, sua influência deve ter alcançado pelo menos o Kordofan.

Em Napata, os túmulos do cemitério de Nuri estão entre os elementos essenciais para determinar a história dos reis da dinastia napatense. Os primeiros soberanos eram ainda muito egipcianizados. Como no caso dos reis da XXV dinastia, seus cemitérios são dominados pelas pirâmides de estilo egípcio; a decoração de suas câmaras funerárias e de seus maciços sarcófagos de granito segue o estilo egípcio e os objetos funerários são exatamente iguais aos do Egito.

Dos dois primeiros reis sabe-se pouco mais do que os nomes: Atlanarsa (-653 a -643), filho de Taharqa, e seu filho, Senkamanisken (-643 a -623). Já sobre os dois filhos e sucessores de Senkamanisken – primeiro Anlamani (-623 a -593), e depois Aspelta (-593 a -568) – temos mais informações.

Em 591, no segundo ano do reinado de Aspelta, Kush foi invadido por uma expedição egípcia reforçada por mercenários gregos e carianos, sob o comando de dois generais, Amasis e Potasimto. Napata foi tomada. Os cuxitas procuraram então manter a maior distância possível de seus poderosos vizinhos do

norte; é certamente a essa invasão egípcia que se deve atribuir a transferência da capital de Napata para Méroe, bem mais ao sul, não muito distante da Sexta Catarata. Aspelta foi o primeiro soberano comprovado de Méroe. Mas sem dúvida Napata manteve-se como capital religiosa do reino: até o fim do século IV antes da Era Cristã os monarcas continuaram a ser enterrados na necrópole de Nuri. Em -525 configurou-se a ameaça persa, mas o exército de Cambises foi incapaz de realizar a travessia do Batn-el-Haggar e teve de se retirar, com graves perdas.

A transferência da capital poderia ser explicada também por motivos climáticos e econômicos. As estepes ofereciam a Méroe uma extensão muito maior que as bacias em torno de Napata. Além da criação de animais desenvolveu-se a agricultura; enormes bacias de irrigação (hafirs) foram cavadas nas adjacências dos principais sítios. O comércio deve ter sido ativo.

Méroe constituía um entreposto ideal para as rotas de caravanas entre o mar Vermelho, o alto Nilo e o Chade. Acima de tudo, a abundância relativa de árvores e de arbustos fornecia o combustível necessário ao processamento do ferro, cujo minério é encontrado no arenito núbio.

As sepulturas reais são praticamente as únicas fontes de que os historiadores dispõem para pesquisar longos séculos que permanecem obscuros. O último soberano enterrado em Nuri foi Nastasen, pouco antes de -300. A partir daí, reis e príncipes passaram a ser sepultados nos cemitérios de Méroe.

Temos várias inscrições de Amannateieriko (pouco antes de -400). Em seguida vem Harsiotef, cuja célebre inscrição é dedicada a cerimônias e campanhas contra um grande número de inimigos.

A historiografia grega, no relato sobre “Ergamenes”, confirma o renascimento que parece ter marcado as décadas seguintes. Após descrever a posição todo-poderosa dos sacerdotes cuxitas, que podiam até mesmo obrigar o rei a cometer suicídio se ele deixasse de contentar o povo, Diodoro da Sicília conta como um soberano impregnado da cultura grega, Ergamenes, ousou resistir, condenando à morte diversos sacerdotes. Contudo persistem as dúvidas quanto à identidade de Ergamenes. Certamente, as relações com o Egito não foram rompidas, uma vez que existem santuários de devoção comum em Filas e em Dakka, na baixa Núbia. Contudo, as revoltas no sul do Egito ptolomaico, no final do século III antes da Era Cristã, podem ter sido apoiadas pelos régulos núbios: Ptolomeu V teve de fazer campanha no país e Ptolomeu VI fundou colônias na Triacontaschona.

Com a rainha Shanakdakhete (por volta de -170 a -160) parece ter ascendido ao poder um matriarcado tipicamente local. É numa edificação em honra de seu

nome, em Naga, que se encontram inscrições gravadas em hieróglifos meroítas. Tais inscrições contam-se entre as mais antigas de que se tem conhecimento. Esses hieróglifos foram tomados de empréstimo ao egípcio, mas diferem dele em vários aspectos. De qualquer forma, a língua meroíta, cuja natureza ainda é desconhecida, bem como seu sistema gráfico, é completamente diferente do egípcio.

Os primeiros textos longos em língua meroíta aparecem em duas estelas do rei Taniydamani, datadas aproximadamente do final do século II antes da Era Cristã. O grau de incerteza da cronologia meroíta agrava-se particularmente no que se refere a esse período. Duas rainhas tiveram então um papel preponderante: Amanirenas e Amanishaketo. O trono também foi ocupado durante alguns anos por um príncipe que se tornou rei, Akinidad, filho da rainha Amanirenas e do rei Teriteqas. Seria importante conhecer a ordem de sucessão das duas rainhas, ambas "Candace" – transcrição do título meroíta Kdke, de acordo com a tradição dos autores clássicos.

O período próximo ao início da Era Cristã é um dos pontos culminantes da civilização meroíta, como atestam várias construções. Os nomes de Akinidad e da rainha Amanishaketo estão inscritos no Templo T, em Kawa. Atribui-se à soberana um palácio descoberto nos últimos anos em Uadi ben Naga, perto do Nilo.

Natakamani, genro e sucessor de Amanishaketo, e sua esposa, a rainha Amanitere (-12 a +12) também foram grandes construtores: seus nomes são sem dúvida os que mais vezes ocorrem nos monumentos cuxitas. Por todas as principais cidades do império, esses monumentos testemunham o poder de uma dinastia em seu apogeu. O casal real também empreendeu a restauração de Napata, devastada pela expedição de Petrônio, e em particular do templo de Âmon. Eles dedicaram particular atenção a Naga, o grande centro das estepes, ao sul de Méroe. A construção mais famosa é o Templo do Leão de Naga, cujos relevos estão entre os exemplos mais representativos da arte meroíta. As pirâmides do rei, da rainha e dos príncipes foram identificadas em Méroe. Os dois soberanos gostavam de ser retratados com um dos príncipes reais – Arikankharor, Arikakhatani ou Sherakarer –, variando de acordo com o monumento; talvez os príncipes fossem vice-reis das províncias em cujos templos principais eram retratados. Sherakarer parece ter sucedido a seus pais, pouco após o início da Era Cristã.

As relações mais constantes mantidas por Méroe foram com o templo de Ísis em Filas, onde estão conservados numerosos grafitos em demótico, em grego e em meroíta. Tais registros possibilitam estabelecer o único sincronismo de um dos últimos reinos meroítas, o de Teqorideamani (+246 a +266), que enviou embaixadores a Filas em +253.

Sabe-se muito pouco acerca dos últimos séculos de Méroe. O componente nativo torna-se cada vez mais importante na cultura. Provavelmente não era fácil manter o controle das rotas de caravanas entre o Vale do Nilo, o mar Vermelho e a savana nilo-chadiana, base econômica do império.

Os meroítas, que até então tinham rechaçado os ataques das tribos nômades, tornaram-se uma presa tentadora para seus vizinhos – os axumitas ao sul, os nômades blêmios a leste e os Nubas a oeste. É quase certo que a este último grupo se deva a queda do Império meroíta, da qual temos apenas um testemunho indireto. Por volta de +330, o Reino de Axum, que se desenvolvera nos elevados planaltos da Etiópia atual, chegara rapidamente ao ápice de seu poder; Ezana, o primeiro monarca a adotar o cristianismo, atingiu a confluência do Atbara e se vangloriou de ter preparado uma expedição "contra os Nubas" que rendeu muitas presas de guerra. De tudo isso pode-se concluir que o Reino meroíta já havia ruído na época da campanha de Ezana. Desde então cessaram as inscrições em meroíta, que provavelmente cedera lugar à língua ancestral do atual núbio.

Alguns especialistas levantaram a hipótese de que a família real cuxita tenha fugido para o oeste, estabelecendo-se no Darfur, onde haveria traços de sobrevivência de tradições meroítas. As explorações nessas regiões e no sul do Sudão deverão permitir uma compreensão maior de como as influências egípcias foram transmitidas para o interior da África por intermédio de Méroe. O papel de Kush não pode ser subestimado: durante mil anos, primeiro em Napata e depois em Méroe, floresceu uma civilização muito original que, sob a aparência razoavelmente constante de um estilo egípcio, permaneceu profundamente africana.

Pode-se deduzir que os Nubas, provenientes do oeste ou do sudoeste, foram os portadores da língua núbia. Certos grupos nubas tinham-se instalado na parte sul do Reino meroíta. Em termos arqueológicos, são identificáveis pela cerâmica de tipo bem africano. Suas sepulturas são *tumuli*, alguns dos quais foram escavados em Tanqasi e em Ushara. Ao que parece, foi por volta de +570 que o bispo monofisita Longino converteu estes Nubas ao cristianismo.

No norte, os remanescentes do Reino meroíta parecem ter conhecido um destino até certo ponto diferente. Com base na pesquisa de G. A. von Reisner, em 1907, passou-se a designar a fase cultural posterior à queda de Méroe por uma letra: o Grupo X. Essa cultura estendeu-se por toda a baixa Núbia, até Sai e Kawa no sul, em direção à Terceira Catarata; nessa área, ela se desenvolveu durante o período que vai da primeira metade do século IV até meados do VI, ou seja, até a introdução do cristianismo e o rápido florescimento dos reinos cristãos da Núbia.

A civilização de Napata e Méroe

A característica mais notável do poder político na Núbia e no Sudão central, desde o século VIII antes da Era Cristã até o século IV da Era Cristã parece ter sido a sua extraordinária estabilidade e continuidade.

Pode-se dizer que, essencialmente, a mesma linhagem real governou sem interrupção, seguindo as mesmas tradições. A maior parte dos especialistas modernos tende a considerar que a dinastia é autóctone. Além das características físicas registradas nas estátuas dos reis, vários outros traços – o sistema de eleição, o papel das rainhas-mães, os costumes funerários e outras indicações – sugerem claramente a existência de uma cultura e de uma origem indígenas, livres de influências externas.

Um dos aspectos peculiares do sistema político meroíta era a escolha do soberano por eleição. Uma análise de todos os textos relevantes mostra que o cargo de rei era hereditário por linhagem real, ao contrário do sistema faraônico ou de qualquer outro sistema oriental antigo, em que normalmente o filho sucedia ao pai. Em Napata e Méroe o rei era escolhido entre seus "Irmãos Reais", e a iniciativa de escolha do novo soberano partia dos chefes militares, dos altos funcionários e/ou dos chefes de clã. Todo pretendente impopular entre esses grupos ou de capacidade duvidosa poderia perfeitamente ser excluído. A confirmação oracular era simplesmente a ratificação formal de uma escolha prévia e tinha mais um caráter simbólico, destinado a persuadir o público de que o próprio deus tinha elegido o novo soberano.

Todas as cerimônias de coroação indicam o caráter sagrado de que se revestia a realeza em Napata e Méroe: o rei era considerado filho adotivo de diversas divindades. Não se sabe até que ponto ele mesmo se considerava uma divindade ou sua encarnação; seja como for, eram os deuses que o guiavam por intermédio dos preceitos do direito consuetudinário. Embora em teoria seu poder fosse absoluto e indivisível, o rei tinha que governar rigorosamente de acordo com o direito consuetudinário; além disso, tinha sua ação limitada por inúmeros tabus.

Não está claro qual o papel exato das mulheres de sangue real nos períodos anteriores, mas há muitas indicações de que ocupavam posições proeminentes e cargos importantes no reino. O importante papel da rainha-mãe nas cerimônias de eleição e coroação de seu filho é mencionado por Taharqa e Anlamani, de modo a não deixar dúvidas acerca de sua influência decisiva e de seu *status* específico. Muito importante também era a sua participação em um complicado

sistema de adoção, pelo qual a rainha-mãe, designada pelo título Senhora de Kush, adotava a esposa do filho.

Posteriormente, as rainhas – mães ou esposas – passaram a assumir o poder político e proclamaram-se soberanas, chegando a adotar o título real de "Filho de Rá, Senhor das Duas Terras" (sa Ra, neb Tawy) ou "Filho de Rá e Rei" (sa Ra, nswbit). Muitas delas tornaram-se famosas, e no período greco-romano Méroe era conhecida por ter sido governada por uma linhagem de Candaces, Kandake, ou rainhas-mães reinantes. Esse título deriva da palavra meroíta Ktke ou Kdke e significa rainha-mãe. O outro título, qere ("chefe"), não foi utilizado até o surgimento da escrita meroíta. Na realidade, conhecemos apenas quatro rainhas que o utilizaram: Amanirenas, Amanishaketo, Nawidemak e Maleqereabar, todas, por definição, candaces. É interessante notar que as sepulturas reais de Nuri, de Taharqa (cerca de -664) a Nastasen (cerca de -310) não fornecem nenhum indício do sepultamento de uma rainha como monarca reinante; a conclusão a se extrair é que durante o período não houve rainha governante.

A rainha mais antiga de que se tem provas é Shanakdakhete, do início do século II antes da Era Cristã, a quem foi concedida uma sepultura real em Begrawiya norte. A partir de Shanakdakhete, o governo é exercido por uma série de rainhas, mas, sob Amanirenas, no século I antes da Era Cristã, há indícios de modificações. Tudo isso indica a evolução interna de uma instituição local que não era cópia de uma prática estrangeira. Na verdade, essas instituições, no decorrer dos séculos, se revestiram de uma complexidade crescente.

O sistema de realeza que se desenvolveu em Kush tinha algumas vantagens em relação ao sistema rígido de sucessão direta, pois eliminava o perigo de um sucessor indesejável. A incorporação de novos membros à família real era assegurada pelo sistema de adoção, enquanto os vários contrapesos e controles a ele inerentes, bem como a proeminência da rainha-mãe e a importância atribuída à legitimidade da descendência, garantiam a sua continuidade no poder. Esses fatores podem ter contribuído para a continuidade e a estabilidade de que se beneficiaram Napata e Méroe durante tantos séculos.

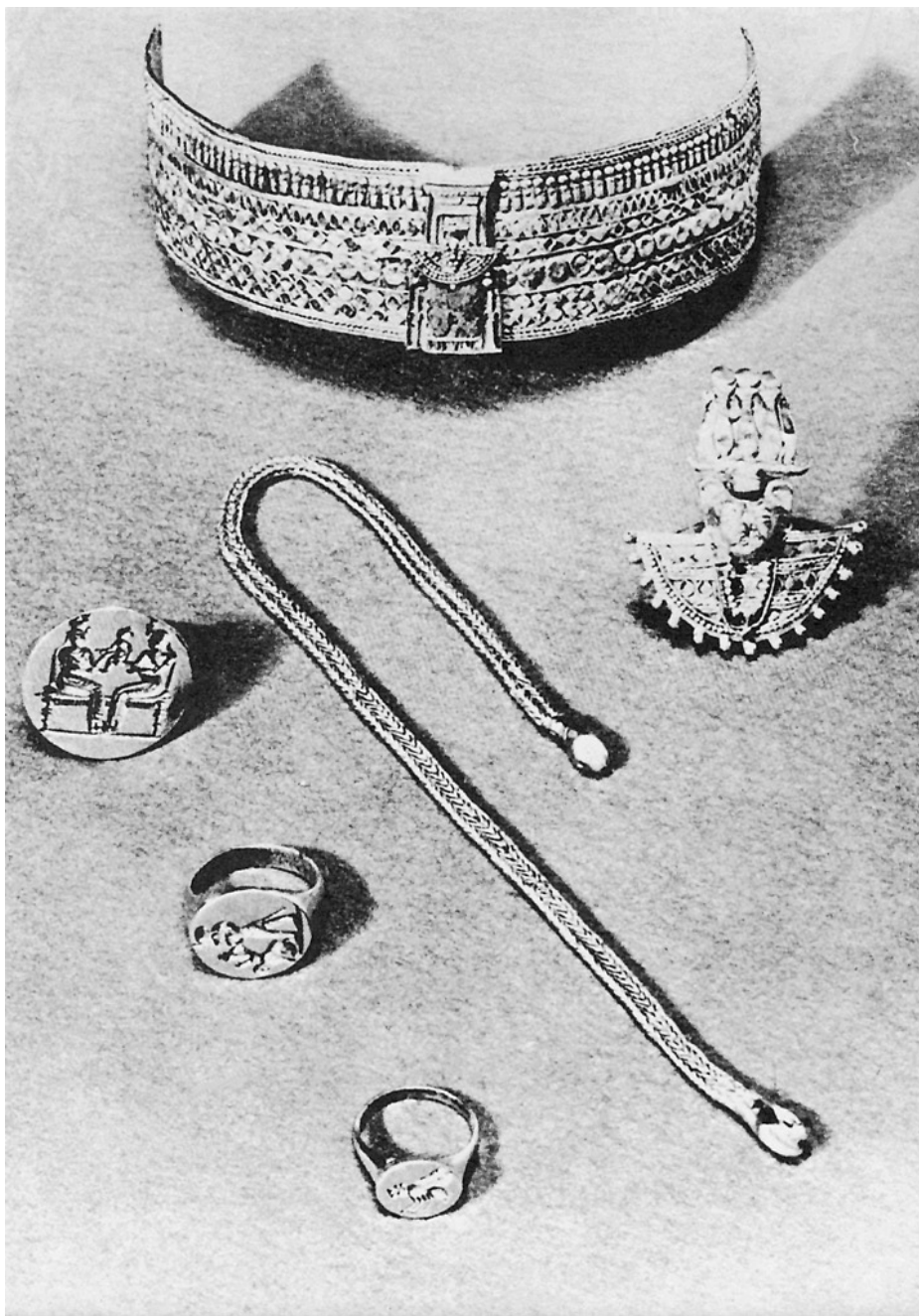
O nosso conhecimento da estrutura administrativa central e provincial ainda é incompleto e fragmentário. No centro da administração estava o rei, autocrata absoluto de quem emanavam as leis e que não delegava seu poder a outrem nem o dividia. De fato, não havia um único administrador que concentrasse poderes em suas mãos. A residência real constituía o centro do sistema administrativo e Méroe parece ser a única cidade que se pode considerar como sede principal da realeza e centro da administração.

A administração central era dirigida por um certo número de altos funcionários, cujos títulos egípcios estão preservados em duas estelas de Aspelta. Entre esses títulos encontramos – sem levar em conta os comandantes militares – chefes de tesouro, guardiães dos selos, chefes de arquivo, chefes de celeiro, o escriba-mor de Kush e outros escribas.

Em seu apogeu, o Reino meroíta era tão vasto e os meios de comunicação provavelmente tão pobres, que uma descentralização do poder em favor dos governadores provinciais deve ter sido indispensável ao bom funcionamento da administração. Os chefes de vários grupos étnicos instalados nas fronteiras do reino mantinham relações muito menos estreitas com o governo central.

O Reino de Kush contava com uma ampla e variada base de atividades econômicas, correspondente à diversidade geográfica de seu território. Esse vasto território varia de zonas áridas até regiões que recebem quantidades consideráveis de chuvas no verão.

Na Núbia, a atividade econômica baseava-se na agricultura característica do Vale do Nilo, onde o rio é a única fonte de água. Na alta Núbia, as planícies de inundação – tais como as bacias de Kerma, Letti e Nuri – permitiram o desenvolvimento de grandes centros urbanos de considerável importância histórica, como em Barkal, Kawa, Tabo, Soleb, Amara etc. Nessa área, a economia agrária desempenhou um papel mais importante. Contudo, a partir da metade do século V antes da Era Cristã, a região passou por vários períodos de seca e de extensão da zona desértica, ligados as mudanças ecológicas que reduziram a área das pastagens do interior. Tais condições podem ter induzido os nômades do deserto oriental a se dirigirem para o Vale do Nilo, onde entraram em conflito com a população local. Talvez tenha sido essa a razão das guerras que se estenderam até o norte de Méroe durante o Reino de Amannateieriko (-431 a -404) e dos reis subsequentes. Esses acontecimentos fizeram com que a alta Núbia perdesse muito de sua importância durante os últimos séculos da monarquia meroíta.

A partir da confluência do Atbara com o Nilo, que se estende para o sul, esse último deixa de ser a única rota para atravessar o deserto. Cada um dos afluentes do Nilo torna-se igualmente importante e oferece as mesmas possibilidades agrícolas e econômicas. Além disso, a região situada entre os afluentes recebe uma quantidade apreciável de chuva durante o verão, que a torna propícia à atividade agropastoril. De fato, o Butana (isto é, a Ilha de Méroe, situada entre o Atbara, o Nilo e o Nilo Branco) era o coração do Reino meroíta, e o pastoreio nômade ou seminômade constituía a principal atividade econômica da região.

Joias de ouro da rainha Amanishaketo (-41 a -12). (Fonte: F. & U. Hintze. 1966. pr. 132. Foto Staattiche Museum, Berlim.)

A primazia da criação de gado no Império de Kush é atestada por numerosos indícios: a iconografia, os ritos funerários, as metáforas etc. No século I da Era Cristã as terras de pastagem ao sul de Méroe já não podiam sustentar a antiga população de pastores que, muito densa, foi forçada a mudar-se para o oeste ou para o sul. A longo prazo, essa evolução foi provavelmente uma das principais razões da decadência e, posteriormente, da queda do Império meroíta.

Durante toda a história de Napata e Méroe, o desenvolvimento da agricultura no norte foi influenciado tanto pelo clima quanto pela escassez de terra fértil no estreito Vale do Nilo. A falta de terra foi uma das razões por que os habitantes não sentiram necessidade de criar um sistema de irrigação, com todas as consequências sociais e políticas que esse empreendimento pode acarretar. Isso não significa que a irrigação fosse desconhecida nessa parte da Núbia: descobriram-se vestígios de antigas obras de irrigação no Planalto de Kerma, datando do século XV antes da Era Cristã. O principal dispositivo de irrigação utilizado na época era o *shaduf*, substituído posteriormente pela *saqia*. A introdução desse dispositivo mecânico de irrigação teve uma influência decisiva na agricultura, especialmente em Dongola. Os principais cereais cultivados eram a cevada, o trigo e, sobretudo, o sorgo ou durra, de origem local.

Entre as culturas técnicas, a do algodão colocava-se em primeiro plano. Embora desconhecido no antigo Egito, há muitas indicações de que o seu cultivo no Vale do Nilo teve início durante o Império de Kush, pouco antes da Era Cristã.

Nossas fontes nada dizem acerca do regime fundiário e de exploração da terra; contudo podemos supor a existência de uma comunidade aldeã tradicional, uma vez que esse tipo de organização perdurou até o século XIX. O rei era considerado o único proprietário da terra, característica que deu origem a várias formas de posse da terra; assim, é absolutamente impossível extrair qualquer conclusão sobre as relações efetivas no domínio da produção.

Um ramo importante da agricultura era o cultivo de frutas e uvas; muitos pomares e vinhedos pertenciam aos templos, sendo cultivados por escravos.

Durante a Antiguidade, o Império de Kush foi considerado uma das regiões mais ricas do mundo conhecido. Essa fama se devia mais à riqueza mineral das terras fronteiriças situadas a leste do Nilo que à do interior do próprio reino. Kush foi uma das grandes áreas produtoras de ouro do mundo antigo.

Embora numerosos objetos de prata e bronze tenham sido encontrados nas sepulturas, parece que não foram produzidos localmente. Por outro lado, o deserto oriental era rico em pedras preciosas e semipreciosas. Mesmo que as minas não fossem totalmente controladas por Méroe, todos os seus produtos

passavam pelos canais comerciais meroítas, aumentando, assim, a fama desse reino como um dos países mais ricos do mundo antigo.

Os grandes montes de escória encontrados perto da antiga cidade de Méroe e em outras regiões do Butana foram causa de numerosas especulações sobre a importância do ferro na civilização meroíta. No entanto, a escassez de objetos de ferro nos sítios funerários não sugere uma produção em larga escala.

O Vale do Nilo, regulado pela inundação anual, favoreceu o desenvolvimento de povoações permanentes e o crescimento de cidades, o que encorajou o desenvolvimento do artesanato. Quando esses centros urbanos se situavam em pontos estratégicos, tornavam-se passagens para o comércio com o interior e com outras comunidades mercantis. Muitos desses estabelecimentos urbanos também desempenharam o papel de centros administrativos e religiosos.

A cidade de Faras (Pakhoras) foi o principal centro administrativo da província de Akin, que correspondia à baixa Núbia. Ao sul de Faras, são raras as povoações meroítas. A região é inóspita e o vale muito estreito para satisfazer as necessidades de uma grande população. É somente na vizinhança de Dongola que vamos encontrar maiores extensões de terra e indícios mais numerosos de ocupação antiga.

A importância de Napata deve-se, entre outros fatores, à sua localização na extremidade setentrional de uma rota de caravanas que margeava três cataratas de difícil navegação. Todas as mercadorias provenientes das regiões meridionais e centrais do reino, bem como do interior da África, tinham que passar por Napata. A importância desse núcleo urbano como sede da realeza e centro religioso durante o período mais antigo da história de Kush é atestada por numerosas investigações. Até a época de Nastasen, os cemitérios em torno de Napata eram utilizados para as sepulturas reais; mesmo após esse período, alguns reis que normalmente seriam enterrados em Méroe preferiam ter sepultura em Djebel Barkal.

O segundo centro urbano mais importante do vale do Nilo situa-se em Dangeil (8km ao norte de Berber), onde foram descobertos vestígios de edifícios e de muros de tijolos. O próprio sítio parece encontrar-se sobre uma rota importante que ligava Méroe ao norte.

Embora a cidade de Méroe seja mencionada pela primeira vez no último quartel do século V antes da Era Cristã, com o nome de *B.rw.t*, os estratos inferiores do sítio indicam a presença, já no século VIII, de uma grande povoação no local. As escavações confirmaram que esse núcleo urbano ocupava uma grande área. Além de ser, por muitos séculos, a capital e a residência real, Méroe atuou como um dos principais centros econômicos e comerciais do país, situando-se

na encruzilhada das rotas de caravana e servindo igualmente de porto fluvial. Méroe, no seu apogeu, foi uma cidade de enormes proporções, dotada de todos os atributos que se ligam à vida urbana.

Independentemente de suas funções administrativas e religiosas, as cidades meroítas também foram importantes centros de artesanato e comércio. Os indícios existentes mostram que os produtos artesanais eram de alto nível técnico e artístico. A construção e decoração dos numerosos monumentos tornava necessária a especialização em diferentes ofícios. Embora no período inicial seja indiscutível a influência egípcia, a partir do século III antes da Era Cristã vários elementos autóctones indicam que os artesãos e artistas meroítas se libertavam dos modelos estrangeiros, criando uma tradição artística independente e muito original.

A cerâmica está entre os produtos mais conhecidos da civilização meroíta, devendo sua fama à alta qualidade de sua textura e decoração. Outro ramo do artesanato que atingiu um alto grau de desenvolvimento foi a joalheria. Os marceneiros fabricavam vários tipos de móveis; os tecelões produziam tecidos de algodão e de linho, e os curtidores tratavam peles e couros.

Todas essas indicações revelam a presença de uma classe relativamente numerosa de artesãos em Méroe, à qual também pertenciam os artistas, arquitetos e escultores. Até agora não se sabe como os ofícios eram organizados, pois seus nomes, que figuram em inscrições meroítas, continuam indecifrados. É provável que existissem oficinas destinadas aos serviços do templo, como no Egito, e talvez da corte real.

O Império de Kush constituiu um entreposto ideal para as rotas de caravanas entre o mar Vermelho, o alto Nilo e a savana nilo-chadiana. Assim, não é de admirar que o comércio exterior tivesse um papel importante tanto na economia quanto na política meroíta. Os indícios das relações comerciais com o Egito são em número suficiente para que se possa determinar sua magnitude, suas mercadorias e rotas. Já em relação ao comércio com outras partes da África, pode-se apenas levantar hipóteses. Desde os tempos antigos, os principais produtos de exportação da Núbia eram o ouro, o incenso, o marfim, o ébano, os óleos, as pedras semipreciosas, as penas de avestruz e as peles de leopardo. Embora algumas dessas mercadorias tivessem por origem o território meroíta, outras provinham com certeza de países situados mais ao sul.

O comércio exterior dirigia-se principalmente para o Egito e o mundo mediterrânico – mais tarde, talvez, para a Arábia do Sul. A rota comercial mais importante passava ao longo do Nilo. A "Ilha de Méroe" deve ter sido cruzada por inúmeras rotas de caravanas; era também o ponto de partida para as caravanas que se dirigiam à região do mar Vermelho, da Etiópia do norte, do Kordofan e

do Darfur. O controle dessa extensa rede de rotas era uma preocupação constante dos reis meroítas, pois os povos nômades atacavam frequentemente as caravanas. Como medida de segurança, os soberanos construíram fortalezas em pontos estratégicos da estepe de Bajuda e mandaram abrir poços ao longo das rotas comerciais.

Pode-se supor que esse comércio tenha atingido o ápice no começo do período helenístico, com o aumento da demanda de mercadorias exóticas originárias da África por parte da dinastia ptolomaica. Posteriormente, a rota principal foi transferida do eixo do Nilo para o mar Vermelho (início do século I antes da Era Cristã). Isso reduziu o volume de mercadorias diretamente exportadas de Méroe, já que várias delas podiam ser obtidas na Etiópia do norte onde, naquele momento, começava a surgir Axum.

Dada a ausência de qualquer informação direta, é quase impossível apresentar um quadro coerente da estrutura social em Méroe. Até o momento sabemos apenas da existência de uma classe superior ou dirigente (composta pelo rei e sua família), de uma corte e de uma aristocracia provincial que preenchia várias funções administrativas e militares, e de um clero muito influente. No extremo oposto da escala social, as fontes de que dispomos mencionam frequentemente a presença de escravos recrutados entre prisioneiros de guerra. A partir de testemunhos indiretos pode-se supor que além dos agricultores e criadores de gado, os quais devem ter formado a maior parte da população meroíta, existia uma classe média de artesãos, negociantes, pequenos funcionários e criados, mas não se sabe absolutamente nada acerca da sua posição social.

O contingente de escravos deve ter sido muito elevado; no período romano, exportou-se grande número de escravos negros para o Egito e para os países do Mediterrâneo. A mão de obra escrava era empregada na construção de pirâmides, templos, palácios e outras edificações monumentais, bem como no cultivo dos pomares e jardins dos templos; talvez fosse utilizada também na escavação e reparo de canais de irrigação e bacias (hafirs). A escravidão desenvolveu-se em Méroe como em outros reinos orientais, porém de maneira mais lenta, e nunca chegou a constituir a base principal da produção, uma vez que esse tipo de trabalho tinha uma esfera de aplicação mais limitada. Nas inscrições menciona-se sempre um número maior de mulheres que de homens, o que indica ter sido a escravidão doméstica a forma prevalecente.

Os povos meroítas tomaram do Egito a maior parte de suas ideias religiosas oficiais. Mas ao lado de divindades faraônicas – Ísis, Hórus, Tot, Arensnuphis, Satis etc. – com seus símbolos originais, eram cultuados deuses puramente meroítas, como o deus-leão Apedemak ou o deus Sebiumeker (Sbomeker). O culto desses deuses só se tornou oficial no século III antes da Era Cristã.

Apedemak, deus guerreiro, simbolizado pelo leão, era uma divindade de grande importância para os meroítas. A presença de dois grupos de divindades, um de origem egípcia e o outro de origem local, reflete-se também na arquitetura dos templos.

Embora a existência dos dois tipos de templo sugira, à primeira vista, a presença de duas religiões diferentes em Méroe, uma reconsideração cuidadosa indica que de fato havia apenas uma. O panteão cultuado nos templos de Âmon também parece ter sido o mesmo dos templos dos leões, constituído por uma mistura de deuses egípcios como Ámon-Rá ou a tríade de Osíris e deuses locais como Apedemak, Mandulis, Sebiumeker. As arquiteturas diversas indicam diferenças antes nos rituais que na religião. Tal prática religiosa tornou possível incorporar sem conflito vários deuses e crenças locais, concorrendo assim, durante um período bastante longo, para a coesão de um reino constituído de elementos muito diversificados.

A cristianização da Núbia

Dois fatores explicam, basicamente, tanto a estrutura social quanto a história da Núbia no período cristão: de um lado, a decadência do Reino de Méroe, que ocupara o território do século III antes da Era Cristã até o século III da Era Cristã; de outro, a romanização e posterior cristianização do Egito, seu vizinho do norte.

À queda do Reino de Méroe seguiu-se uma longa série de lutas, culminando com a expulsão dos Blêmios (Bega ou Buga) para o deserto oriental, e o controle do Vale do Nilo pelos Nobatas. Formou-se, assim, ao norte, o Estado nobata, entre a Primeira Catarata e o Dal (região que fica entre a Segunda e a Terceira Catarata).

Em Faras, a antiga Pakhoras era a capital dos Nobatas, no período final de seu reino. Lá se encontrava o palácio real, mais tarde transformado na primeira catedral. Pelos vestígios encontrados, percebe-se a grande diferença entre os padrões de vida na sociedade dessa época. As massas eram relativamente pobres. Contrastando com o baixo nível de vida do povo, as classes governantes, os príncipes e a corte cultivavam as tradições de arte e cultura dos meroítas.

Podemos afirmar que a religião cristã já se infiltrara aos poucos na Núbia bem antes da sua conversão oficial em 543. Muitos fatores contribuíram para essa cristianização precoce do Reino nobata. Não apenas o Império romano,

mas também o próprio Império cristão dos séculos IV, V e VI perseguiam todos quantos desobedecessem às injunções oficiais em assunto de religião. Por isso, talvez, muitos egípcios ou mesmo núbios fugissem do Egito, trazendo sua fé aos Nobatas do sul de Assuã. Caravanas de mercadores, atravessando Assuã rumo ao sul, também traziam, além do comércio, suas crenças religiosas. Não foi menos importante o papel da diplomacia.

Quando a imperatriz Teodora enviou à Núbia o padre Juliano, em 543, apenas os reis do país foram batizados segundo o ritual monofisita. A maior parte do povo há muito que se deixara seduzir pela nova fé, sob a influência do Egito cristão. Para os soberanos nobatas, a conversão ao cristianismo foi um importante ato político: nessa época eles já não tinham uma ideologia religiosa bem definida que lhes garantisse a submissão do povo e, por outro lado, o cristianismo vinha abrir-lhes as portas do Egito, onde os bispos residiam desde o século IV. Através do Egito, os núbios teriam acesso ao Mediterrâneo e ao centro da civilização da época: Bizâncio.

O Reino da Nobadia (Nuba, em árabe) estendia-se desde Filas até a Segunda Catarata e tinha por capital Faras. No século VI, outro reino núbio se desenvolveu até o sítio da antiga Méroe, sendo mais tarde chamado de Makuria (Muqurra, em árabe). Sua capital era a Antiga Dongola (Dungula, em árabe). Ao contrário da Núbia setentrional, que adotara a doutrina monofisita, Makuria foi convertida à ortodoxia melquita em 567-70, pela missão que lhe enviara o imperador Justino II. Finalmente, entre 660 e 700, também os Makuritas adotaram a doutrina monofisita. Ao sul, na região da Sexta Catarata, formou-se o terceiro Estado cristão da Núbia: Alodia (Alwa, em árabe), cuja capital, Soba, não ficava muito longe da atual Cartum.

Temos, portanto, ao fim do século VI, uma Núbia já cristã, composta de três reinos: Nobadia, ao norte; Makuria, no centro; e Alodia, ao sul. As relações entre os três ainda não estão bem definidas, pelo menos durante o início de sua existência autônoma.

Em 641 o Egito caía sob o poder dos árabes e, durante séculos, a Núbia cristã permaneceu isolada da cultura mediterrânica.

A princípio, os árabes não deram grande importância à conquista da Núbia, limitando-se a incursões armadas nas terras do norte. Uma vez submetido o Egito, assinaram com a Núbia um tratado (baqt) que obrigava os núbios a um tributo anual de escravos e mercadorias em troca de uma quantidade razoável de roupas e alimentos que os árabes se comprometiam a fornecer-lhes. Durante os sete séculos de independência da Núbia cristã, o tratado foi respeitado, em

princípio, por ambas as partes. Alguns choques ocasionais não impediram que se mantivesse entre a Núbia e o Egito muçulmano um comércio constante.

Foi sem dúvida por causa das primeiras escaramuças entre núbios e árabes do Egito que dois reinos núbios, o do norte e o do centro, se uniram num só Estado. Baseando-se em fontes árabes, mais antigas, Maqrizi afirma que, em meados do século VII, o mesmo rei, Qalidurut, governava a Núbia setentrional e central, até os limites de Alodia. Já as fontes cristãs parecem provar que a união da Núbia foi obra do rei Merkurios, que subiu ao trono em 697 e fez de Dongola a capital do reino unido. A este rei se atribui a introdução do monofisismo em Makuria.

A questão do monofisismo na Núbia ainda não está bem clara, especialmente no que concerne às relações do reino com a Igreja ortodoxa melquita. É possível que o rito melquita persistisse, de certa forma, no interior do reino.

A união dos dois reinos núbios resultou em grande progresso político e econômico. A Merkurios sucedeu o "grande" rei Kyriakos, a quem estavam subordinados trinta governadores. Como os faraós do Egito, também os reis da Núbia eram altos sacerdotes. Além de poder intervir em matéria de religião, desempenhavam certas funções religiosas.

As expedições militares não são as únicas evidências de que o Estado núbio já florescia no início do século VIII. Há testemunhos arqueológicos do extraordinário desenvolvimento da arte, da cultura e da arquitetura monumental núbia a esse tempo. Em 707, o bispo Paulos reconstruiu a catedral de Faras, decorando-a com esplêndidos murais. Durante o mesmo período, importantes edifícios religiosos foram construídos na antiga Dongola, e outras igrejas foram cobertas de magníficas pinturas. A partir dessa época a pintura mural aparece em todos os locais de cerimônia. Quanto ao cristianismo entre as classes humildes, as escavações revelam até que ponto ele estava difundido nas aldeias, já no século VIII.

Foi provavelmente em fins do século VIII e princípios do IX que o rei Yoannes anexou ao Reino unido da Núbia a província meridional de Alodia. O período cristão, na Núbia, foi marcado por grande progresso econômico. Só na região setentrional, a população chegou a cerca de 50 mil pessoas. Aumentara o comércio com as nações vizinhas, estendendo-se mesmo aos países mais distantes. Makuria vendia marfim para Bizâncio, cobre e ouro para a Etiópia. Caravanas de mercadores, em camelos ou em barcos a remo, penetravam até o coração da África, onde ficam hoje a Nigéria e Gana.

O sistema de governo seguia o modelo bizantino. O governador civil da província era o eparca, e o símbolo de sua autoridade, uma coroa com chifres, que ele usava sobre um elmo ornado com um crescente.

No norte da Núbia, as aldeias eram cercadas de muralhas para proteção contra invasões árabes. Às vezes, os habitantes construíam armazéns comunitários para o caso de se verem sitiados. Junto ao centro da aldeia, erguia-se a igreja. Nos edifícios sacros, empregavam-se geralmente tijolos crus. O estilo predominante era o basilical, mas encontram-se, por vezes, igrejas cruciformes ou de plano central. Quanto à decoração no primeiro período, isto é, até o fim do século VII, não há outras fontes além das grandes catedrais. A decoração era de arenito e repetia as volutas tradicionais, motivos helenísticos que a arte meroíta copiara do oriente romano. São dignos de nota os capitéis admiravelmente esculpidos com volutas e ornatos de folhagem. É muito provável que se usassem, como imagens rituais, ícones esculpidos ou pintados sobre madeira. Nos monumentos mais antigos da arte cristã, na Núbia, notam-se fortes influências do Egito copta.

A partir do século VIII, a técnica usada na pintura decorativa das igrejas núbias é a do *fresco-secco*. Foi possível reconstituir certa evolução geral do estilo na pintura núbia, depois que se descobriram, em Farás, 120 murais perfeitamente conservados. Neles apareciam os bispos cujos nomes e tempo de episcopado constavam da Lista dos Bispos. As deduções com base nesses documentos foram confirmadas por fragmentos de murais de outras igrejas núbias.

Era Faras, incontestavelmente, o centro artístico pelo menos da Núbia setentrional, nessa época. O estilo das pinturas encontradas mais ao norte ou ao sul é positivamente provinciano em comparação com as obras-primas de Faras.

Em suma: até o século IX, a Núbia gozou de um período inicial de prosperidade, sem ser muito perturbada pela vizinhança dos muçulmanos, em geral pacíficos. Não é fácil discernir uma unidade cultural entre as primeiras comunidades cristãs da Núbia. Em Faras, aristocratas e oficiais administrativos falavam grego, como também os dignitários da Igreja. O clero compreendia inclusive o copta, que talvez fosse a língua de muitos refugiados. Quanto ao dialeto núbio, embora largamente empregado pela população, não chegou até nós em forma escrita. Os registros que temos são de data bem mais recente, provavelmente não anterior a meados do século IX. Estava ainda por vir, ao redor do ano de 800, o período áureo da Núbia cristã.

A cultura pré-axumita

Quase nada se sabe acerca dos primeiros habitantes da Etiópia setentrional. Sua evolução não deve ter sido muito diferente da dos outros grupos humanos dessa região oriental que, por seu aspecto cartográfico, foi chamada "o Chifre

da África". Os poucos utensílios de pedra que restam dos dez últimos milênios antes da Era Cristã assemelham-se às indústrias da Idade da Pedra Tardia da África meridional.

Pelas pinturas rupestres encontradas desde o norte da Eritreia até a terra de Harrar, pode-se deduzir que a região era habitada por povos pastores, que reproduziam nos rochedos as figuras de seus animais: um gado sem corcova, de chifres longos, parecido com o que se criava, a esse tempo, no Saara e na Bacia do Nilo. Conclui-se que eram muito antigas as relações entre esses povos e o mundo egípcio.

Também no campo linguístico deve-se considerar a importância do elemento cuxita como um fato local que começa a manifestar-se em outras áreas. Algumas descobertas em Gobedra, perto de Axum (PHILLIPSON, 1977), revelam que já no III ou IV milênio se usava a cerâmica e se cultivava o sorgo. Isso quer dizer que, paralelamente às atividades pastoris, existia nessa época uma agricultura especificamente etíope; essas novas técnicas já denunciam um tipo de vida mais sedentário.

O que sabemos pelos antigos é que Ptolomeu Filadelfo fundou em meados do século III antes da Era Cristã o porto de Adulis, e que este foi ampliado por seu sucessor, Ptolomeu III Evergeta, sendo considerado por Plínio, por volta de +75, um dos mais importantes portos de escala do mar Vermelho.

Outras fontes escritas da mesma época, e particularmente os textos sul-arábicos até hoje conhecidos, não parecem conter a menor alusão ao que se passava então na margem africana do mar Vermelho. Excetuando-se as lendas, a única fonte de informação de que dispomos são as descobertas arqueológicas feitas a partir do início do século XX. Através dos achados foi possível reconstituir a época pré-axumita, que, segundo F. Anfray, pode ser subdividida em dois períodos: o período sul-arábico e o período intermediário.

O período sul-arábico é um período de forte influência sul-arábica sobre a Etiópia do norte, a qual se manifesta sobretudo na semelhança entre as inscrições e os monumentos descobertos na Eritreia e no Tigre e os da Arábia do Sul à época da hegemonia do Reino de Sabá. Os exemplares sul-arábicos estão datados dos séculos V e IV antes da Era Cristã. É de consenso geral que as mesmas datas podem ser atribuídas aos achados da Etiópia.

Em toda a parte setentrional do Planalto Etiópico chegou a verificar-se uma unidade cultural de indiscutível coerência interna. Esse fato coincide, certamente, com a subida ao poder de um grupo que se manteve como classe dominante, mas não se sabe se esse grupo era constituído por descendentes de colonos sul-árabes ou se por autóctones que assimilaram a cultura sul-arábica, superior à sua, como se esta fosse a sua cultura original.

De período intermediário foi chamado o segundo período pré-axumita, cujos vestígios arqueológicos evidenciam já uma cultura local com assimilação de influências estrangeiras. Percebe-se ainda elementos sul-arábicos, mas não se trata mais de um influxo direto e, sim, de uma evolução interna a partir de contribuições anteriores. Inscrições em grafia muito mais rudimentar revelam que a língua cada vez mais se afasta do dialeto sul-arábico primitivo. Já não há menção aos *mukarribs*. Vê-se que existia ainda nesse tempo o clã de GRB, de que se encontraram, em Gobochela (Melazo), testemunhos da fase sul-arábica.

Em matéria de arquitetura, pouco se encontrou além das construções religiosas da região de Melazo. Além de serem todas orientadas segundo os pontos cardeais, as construções desse período têm outro aspecto em comum: já não são feitas de calcário, mas de granito azul ou xisto local. Esta será, mais tarde, uma característica da arquitetura axumita, mas já está presente nas construções da Eritreia, no período 2 de Matara, e nas ruínas ainda virgens de Fikya, que parecem pertencer igualmente à fase intermediária.

Típica desse período é ainda a acumulação de objetos em depósitos subterrâneos, seja nos túmulos em forma de poço de Yeha e Matara, seja nas fossas de Sabea e Haúlti. Nesses depósitos, bem como na colina de Haúlti, ao redor dos santuários, encontraram-se objetos de metal em grande quantidade, especialmente importantes por sugerirem um considerável desenvolvimento da metalurgia local a partir do século III antes da Era Cristã. Foi provavelmente durante essa fase que se iniciou a fabricação dos instrumentos de ferro. Muito mais abundantes, porém, são os objetos de bronze. Em matéria de instrumentos, em Yeha, Haúlti e Gobochela, surgiram foices rebitadas, que sugerem trabalhos agrícolas. Também foram encontradas armas. Uma última categoria de objetos de bronze reflete a tradição sul-arábica: pequenas placas perfuradas, a que se chama de “marcas de identidade”. Excetuando-se alguns objetos de bronze da Arábia do Sul, até hoje não se encontrou nada semelhante a essas placas fora da Etiópia. O ouro era empregado em joias. Acharam-se também inúmeros fragmentos de colares coloridos feitos de massa de vidro (frita), ou mesmo de pedra.

Se, por um lado, os ex-votos de Haúlti sugerem que a base da economia era essencialmente agrícola e pastoril, por outro lado os progressos na metalurgia do ouro, do ferro e do bronze, a fabricação em série de objetos de pedra ou de massa de vidro e a refinada arte da cerâmica atestam o desenvolvimento do artesanato especializado. Ao que tudo indica, um processo de urbanização estava em curso em alguns centros fundados no período sul-arábico, como Melazo, Matara e Yeha, ou mais recentes, como Adulis. Embora se conserve ainda a lembrança das tradições sul-arábicas, um novo impulso parece vir do Reino de Méroe, que

teve um papel primordial na difusão das técnicas metalúrgicas na África. É bem possível que, com o declínio de Méroe e o enfraquecimento dos reinos da Arábia do Sul, os etíopes passassem a controlar todo o comércio de ouro, incenso, marfim e produtos trazidos do Oceano Índico, condição sem dúvida favorável à criação do Reino axumita, no século II da Era Cristã.

A civilização de Axum do século I ao século VII

Segundo as fontes primárias, a história do Reino de Axum alongou-se por aproximadamente um milênio, a partir do século I da Era Cristã. Nela se registram alguns acontecimentos de relevo, como as três intervenções armadas na Arábia do Sul no decorrer dos séculos III, IV e VI, uma expedição a Méroe no século IV e, na primeira metade deste último, a introdução do cristianismo. Vinte reis, conhecidos em sua maioria apenas pelas moedas que emitiram, sucederam-se no trono de Axum. Os mais famosos foram Ezana e Caleb. O rei mais antigo de que se tem registro é Zoscales, mencionado num texto grego do fim do século I.

Segundo as indicações arqueológicas, o Reino axumita ocupava uma superfície retangular, estendendo-se da região ao norte de Keren até Alaki, ao sul, e de Adulis, na costa, às cercanias de Taqqase, a oeste. Situado a uns 30km de Axum, Addi-Dahno é praticamente o último sítio conhecido desse local.

Período pré-axumita. O nome de Axum surge pela primeira vez no guia naval e comercial *Periplus Maris Erythraei*, compilado no final do século I por um negociante egípcio. Poucas são as informações fornecidas pela arqueologia acerca da cultura material dos primeiros séculos do período. Algumas inscrições dos séculos II e III constituem praticamente os únicos testemunhos datáveis. Nelas estão registradas as primeiras formas do alfabeto etíope, cujo uso se mantém ainda hoje. A escrita sul-arábica serviu de modelo à etíope. No século II da Era Cristã, a grafia etíope passou por notável evolução, separando-se da sul-arábica.

Vários monumentos do século III ou do início do IV, como as estelas de Matara e de Anza, mostram que a civilização axumita não rompeu inteiramente com a cultura do período pré-axumita. Uma escrita parecida com a sul-arábica ainda pode ser vista nas grandes pedras de Ezana e Caleb. Observam-se, entretanto, importantes transformações: a religião se alterou, como mostram as inscrições. Foi por essa época que principiou uma nova forma de civilização, muito diferente à pré-axumita.

Os sítios de Adulis e Axum são os mais importantes e também os únicos cujo nome original, confirmado nos textos e inscrições, se conservou nas respectivas localidades até nossos dias. Todos os outros sítios antigos concentram-se principalmente na região oriental e incluem Tokonda, Matara, Etch-Mare e Kohaito.

A cidade de Axum e o reino do mesmo nome gozavam de sólida reputação no século III da Era Cristã.

Dos três edifícios conhecidos, segundo a tradição, como Enda-Simon, Enda--Michael e Taakha Maryam, apenas os alicerces subsistiram. Pátios e construções anexas circundavam os castelos, formando conjuntos retangulares. Sob a igreja de Maryam-Tsion encontram-se as ruínas de outro edifício imponente.

As grandes povoações formavam comunidades densas e compactas, cujas habitações se agrupavam estreitamente ao redor de grandes edifícios com variadas funções. As escavações realizadas em Axum, Adulis e Matara mostraram que essas localidades constituíam verdadeiros centros urbanos. Diversos indícios sugerem a existência de uma população relativamente numerosa, cujas atividades não se limitavam à agricultura. A presença de moedas ajuda-nos a compreender o desenvolvimento da economia. Por sua vez, as obras de arte indicam um certo luxo.

As principais características da arquitetura axumita são o emprego da pedra, a planta quadrada ou retangular, a alternância sistemática de partes salientes ou recuadas, os alicerces em degraus que sustentam grandes edificações e uma alvenaria que se serve apenas da argila como argamassa. Os traços arquitetônicos se reproduzem praticamente em todos os lugares, se aplicando as mesmas fórmulas a todos os principais edifícios, religiosos ou não. As construções são edificadas sobre as mesmas bases em degraus, e o acesso se dá por escadas monumentais. Todos os edifícios são circundados por dependências, que deles se separam por pequenos pátios.

Os axumitas incluíam a madeira entre os materiais de construção, empregando-a nas molduras das portas e janelas e em certos pontos das paredes. As estelas esculpidas que mostram as extremidades das vigas dão uma imagem fiel dos métodos de construção da época. Outro costume consistia em executar as bases das grandes construções com a maior solidez possível, o que se conseguia colocando-se grandes blocos de pedra talhada nos cantos ou em longas fileiras no topo. É fora de dúvida que os construtores do primeiro período axumita, particularmente nos séculos III e IV, nutriam especial predileção pelos grandes blocos de pedra. Isso é ilustrado de maneira notável pelas estelas e pela gigantesca laje colocada à sua frente.

As estelas de Axum são dos mais variados tipos. Muitas delas não passam de grandes pedras desbastadas. Outras estelas apresentam as faces lisas e o topo

em forma de arco, atingindo por vezes 20m de altura. Podem ser encontradas em vários lugares, embora sejam mais frequentes nas proximidades do grupo das estelas gigantes. O significado dessa arquitetura imaginária é totalmente desconhecido.

Ainda em Axum, nota-se a presença de monólitos de outro tipo, dispersos por vários lugares. Trata-se de grandes plataformas de pedra, doze das quais se acham enfileiradas na área ocupada pelas estelas gigantes, perto da basílica de Maryam-Tsion. Eram provavelmente bases de tronos. Até o presente, foram registrados 27 monólitos. Esses tronos, de grande importância na cultura axumita, são mencionados em duas inscrições de Ezana.

As pesquisas arqueológicas trouxeram à luz vários objetos, dentre os quais, menção especial deve ser feita a uma lâmpada de bronze e a um tesouro descoberto durante as escavações de Matara. Todos os artefatos do tesouro são de ouro e apresentam notável estado de conservação. Devem ter sido agrupados em meados do século VII.

As moedas axumitas revestem-se de especial importância. Somente graças a elas é que ficamos conhecendo os nomes dos dezoito reis de Axum. Descobriram-se milhares de moedas, sobretudo nos campos arados ao redor de Axum. A maioria é de bronze. Em geral, as moedas trazem o busto dos reis, com ou sem coroa. Seus símbolos são variados: os dos primeiros reis (Endybis, Aphilas, Ousanas I, Wazeba, Ezana) ostentam o disco e o crescente. Após a conversão de Ezana ao cristianismo, todas as moedas retratam a cruz no centro de uma das faces ou entre as letras da legenda inscrita à sua volta. As legendas estão inscritas em grego ou etíope, nunca em sul-arábico. O grego aparece nas moedas mais antigas, e somente a partir de Wazeba é que se começa a empregar o etíope. As palavras da legenda variam e o nome do rei se faz acompanhar do respectivo título: “Rei dos axumitas” ou “Rei de Axum”.

Como as moedas não apresentam datas, formularam-se várias hipóteses objetivando classificá-las. O tipo mais antigo – provavelmente do reinado de Endybis – não remonta além do século III, ao passo que o mais recente, ostentando o nome de Hataza, data do século VIII.

A língua revelada pelas inscrições é conhecida como geês, pertencendo ao grupo meridional da família semita. É a língua dos axumitas. Durante o período axumita, utilizavam-se as escritas sul-arábica e grega, conquanto de forma limitada. Por volta do século V, a bíblia foi traduzida para o geês.

Nos primeiros séculos da Era Cristã uma antiga herança pré-axumita ainda permanecia, sendo preservadas algumas de suas características na civilização axumita. Os testemunhos arqueológicos dos primeiros séculos da Era Cristã,

no entanto, revelam muitos aspectos novos. Embora a escrita usada derive da sul-arábica, a grafia das inscrições denota uma mudança importante. A religião também se modifica. À exceção de Astar, os nomes das antigas divindades desapareceram e foram substituídos, nos textos de Ezana, pelos da tríade Mahrem, Beher e Meder. A arquitetura apresenta vários traços novos. A cerâmica é muito diferente em sua manufatura, forma e decoração. Em todos os sítios encontram-se também cerâmicas importadas e vidros. É nesse período que o nome de Axum aparece pela primeira vez na História, e não deixa de ser significativo o fato de não ter o sítio, aparentemente, nenhum passado apreciável antes do século I.

Durante o período axumita, como nos séculos anteriores, a agricultura e a criação de animais constituíram a base da vida econômica.

Todas as fontes antigas indicam que, no decorrer dos dois primeiros séculos, o tráfico marítimo no mar Vermelho se intensificou. É sabido que os métodos de navegação se aperfeiçoaram a partir do início do século I. Multiplicavam-se as relações comerciais, as embarcações traziam mercadorias e possibilitavam o comércio com a Índia e o mundo mediterrânico. Adulis era o ponto de encontro para o tráfico marítimo, assim como – e este é o segundo fator – para o comércio terrestre. No interior, avultava o comércio de um valioso artigo, o marfim. Axum era o grande centro coletor de marfim, procedente de várias regiões.

A civilização de Axum desenvolveu-se no decorrer dos primeiros séculos da Era Cristã, mas suas raízes fincam-se na Pré-História. Seus prenúncios podem ser observados nos cinco séculos que precedem o início da Era Cristã. A arqueologia vem tentando definir-lhe os traços característicos. A tarefa principal consiste em determinar o que procede das influências externas e o que é realmente indígena. A contribuição indígena é de grande relevo, visto não haver dúvida de que a civilização axumita é, antes de tudo, produto de um povo cuja identidade étnica se vem manifestando progressivamente a partir do estudo de suas inscrições, linguagem e tradições. Já sabemos que foi a raiz africana que deu à civilização de Axum sua fisionomia particular.

Axum: economia, sistema político e cultura

As fontes históricas dos séculos II e III registram a rápida ascensão de uma nova potência africana: Axum.

Por volta de 270, a fama do novo Estado já chegara à Pérsia. O *Kephalaia* do profeta Mani (21-76) descreve Axum como um dos quatro maiores impérios do mundo.

A grande maioria dos axumitas dedicava-se à agricultura e à criação de animais. As inscrições indicam que cultivavam o trigo e outros cereais; conheciam também a viticultura e utilizavam arados puxados por bois. Possuíam numeroso rebanho de bois, carneiros e cabras, além de asnos e mulas. Como os meroítas, aprenderam a caçar e a domesticar elefantes, que eram reservados ao uso exclusivo da corte real.

Os ofícios e ocupações dos ferreiros e outros artesãos metalúrgicos, dos oleiros, pedreiros, canteiros e escultores, entre outros, revelam um nível muito alto de destreza e senso artístico. A inovação técnica mais importante foi a utilização de instrumentos de ferro. Outra inovação foi o uso, em alvenaria, de uma argamassa que facilitava a cimentação e que iria permitir o desenvolvimento de um tipo de construção à base de pedra e madeira.

Axum parece ter sido, inicialmente, um principado que com o tempo veio a tornar-se a primeira província de um reino "feudal". A tarefa mais urgente de seus governantes era afirmar sua hegemonia sobre os Estados segmentários da Etiópia setentrional, e uni-los em um só reino. O sucesso dependia do poder do soberano de Axum e da sobrepujança de sua força em relação à dos demais príncipes da antiga Etiópia. Por vezes um monarca via-se obrigado a inaugurar seu reinado com uma campanha militar por todo o país para obter dos principados ao menos uma submissão formal. Foi, por exemplo, o caso de Ezana.

A fundação do reino serviu de base para a edificação de um império. Do fim do século II ao início do século IV, Axum tomou parte nas lutas diplomáticas e militares que opunham os Estados da Arábia meridional. Os axumitas submeteram as regiões situadas entre o Planalto do Tigre e o Vale do Nilo. No século IV, conquistaram o Reino de Méroe, então em decadência. Desse modo foi se construindo um império, que abarcava as ricas terras cultivadas do norte da Etiópia, o Sudão e a Arábia meridional, incluindo todos os povos que ocupavam as regiões situadas ao sul dos limites do Império romano – entre o Saara, a oeste, e o deserto de Rub al-Khali, no centro da Arábia, a leste.

O Estado se dividia entre Axum propriamente dito e seus "reinos vassalos", cujos monarcas estavam sujeitos ao "rei dos reis" de Axum, a quem pagavam tributo. Os reinos vassalos situavam-se no Planalto do Tigre e na região da baía de Zula, adiante do rio Taqqase, nas regiões áridas em torno das terras altas etíopes e na Península Arábica. Após a vitória de Ezana, esses reinos se estenderam até a alta Núbia, entre a Quarta Catarata e Sennar. Alguns reis feudatários, como

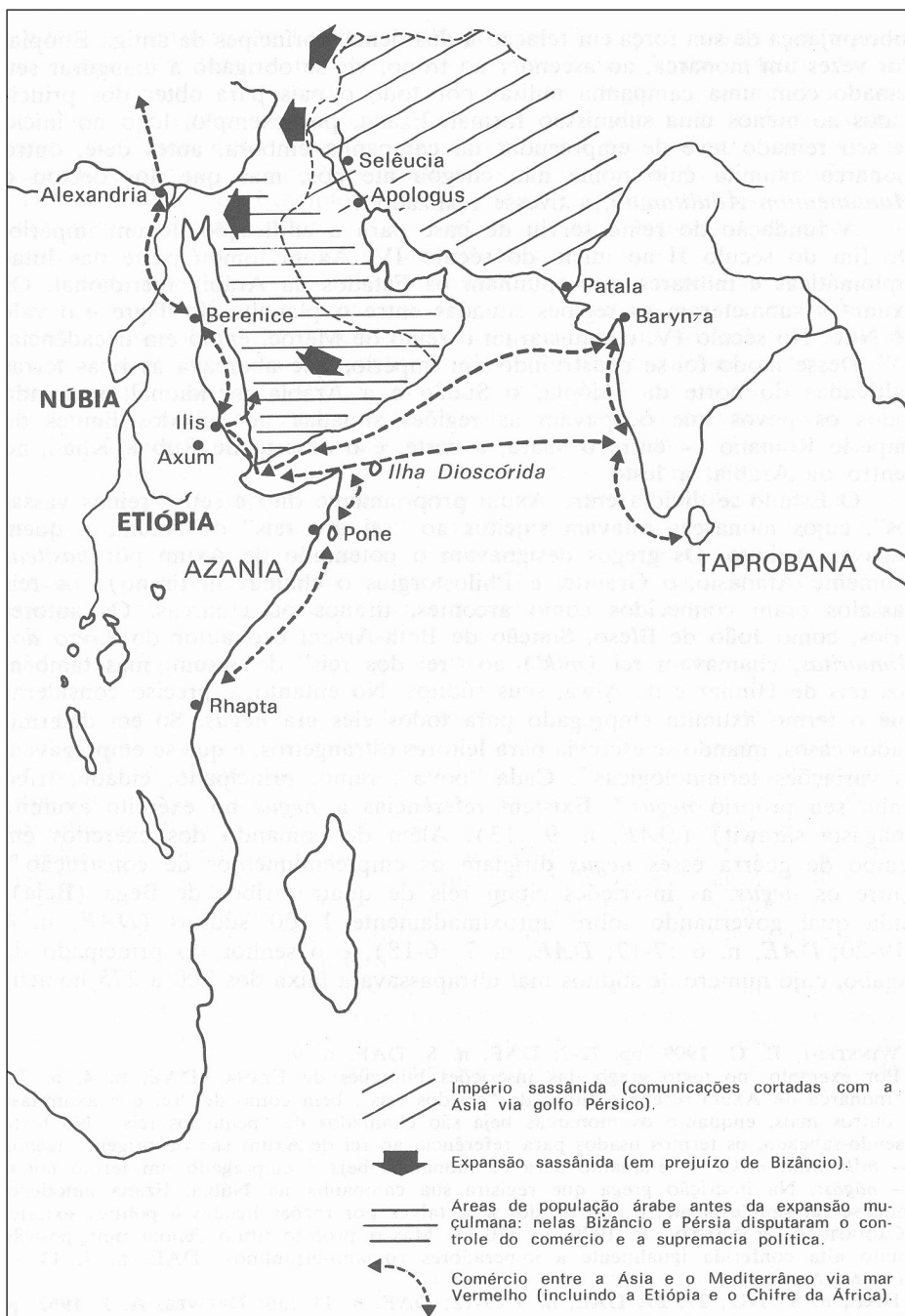
os da Arábia meridional e da alta Núbia, por exemplo, possuíam seus próprios vassalos – senhores hereditários de *status* inferior. Criou-se, assim, uma hierarquia de poder, do rei dos reis de Axum aos chefes das distintas comunidades.

As fontes não trazem informações sobre o sistema administrativo de Axum, aparentemente muito pouco desenvolvido. Os parentes próximos do rei tinham papel importante na direção dos negócios públicos. As expedições militares comumente eram conduzidas pelo rei, seu irmão ou outros parentes. Os exércitos menores eram comandados pelos "reis de exército", sendo compostos por guerreiros das comunidades ou tribos.

O que se sabe sobre a história do Reino de Axum é muito pouco para que se possa reconstituir o desenvolvimento de seu sistema político. Contudo, parece provável que no apogeu da monarquia axumita sua estrutura tenha se modificado por uma espécie de processo de centralização. No século IV, a ocupação de Ezana consistia basicamente em subjugar ou aprisionar os vassalos rebeldes. Por volta do século VI, no entanto, encontramos um rei de Axum que passara a nomear os reis da Arábia do Sul. Instalando tropas nos reinos de seus vassalos, o rei dos reis assegurava a submissão direta de seus comandantes militares a Axum.

O sistema jurídico em vigor no reino pode ser estudado nos primeiros registros jurídicos de Axum, que são as quatro leis da *Safra* (DREWES, 1973).

A posição do Reino de Axum no mundo comercial da época era a de uma potência mercantil de primeiro plano, o que se evidencia pela cunhagem de moeda própria em ouro, prata ou cobre. Axum foi o primeiro Estado da África tropical a cunhar moeda. A cunhagem, em particular da moeda de ouro, constituía uma medida não apenas econômica mas também política; através dela o Estado de Axum proclamava ao mundo sua independência e prosperidade, o nome de seus monarcas e as divisas do reino. O primeiro rei axumita a colocar em circulação sua própria moeda foi Endybis, na segunda metade do século III. No peso, no modelo e na forma, as moedas axumitas apresentavam as mesmas características de suas contemporâneas bizantinas.

Existia uma certa relação entre a capacidade produtiva de Axum e sua importância comercial. Tratava-se mais de uma relação indireta, dependente da superestrutura política. Plínio refere os navios que deixavam os portos etíopes do Mar Vermelho carregados de obsidiana, mármore, chifres de rinoceronte, couro de hipopótamo, macacos (*sphingia*) e escravos. O *Periplus* enumera os produtos exportados por Adulis, destacando a tartaruga, a obsidiana, o marfim e chifres de rinoceronte. Nonnusius faz alusão ao ouro em pó. Cosmas Indicopleustes relata que os axumitas adquiriam esmeraldas dos Blêmios do deserto da Núbia e enviavam-nas à Índia setentrional, para serem vendidas.

Mapa da expansão axumita.

À exceção do ouro e das esmeraldas, os artigos relacionados só podiam ser obtidos através da caça ou da coleta. Não são mencionados produtos agrícolas e laticínios nem artigos produzidos por artesãos. A julgar pelos relatos do *Periplus,* Adulis importava certos gêneros alimentícios da Síria e da Itália, do Egito e da Índia.

Existem referências isoladas à descoberta de vestígios da metalurgia axumita na Arábia. Sobre as importações axumitas de artigos fabricados por artesãos estrangeiros, o *Periplus* observa, por exemplo, que eram desembarcados nos portos do Chifre da África pequena quantidade de estanho, artigos de vidro, túnicas, mantas de lã de Arsínoe e produtos egípcios.

De modo geral, os dados arqueológicos confirmam e completam as informações do *Periplus.* Esses dados também revelaram objetos originários da Índia, da Arábia pré-islâmica, de Méroe. Provavelmente, a maioria desses objetos provém de espólios de guerra ou tributo. É possível que os axumitas importassem da região de Méroe boa parte dos artigos de algodão e ferro. De outros países da África vinham o ouro, o incenso e condimentos.

A unificação de parte considerável do nordeste da África pelos axumitas enriqueceu rapidamente a sua aristocracia, na qual os mercadores romanos, árabes e hindus iriam encontrar a clientela para seus produtos de luxo, de todos, os mais lucrativos.

Os ganhos obtidos com a criação do poderoso Reino de Axum enriqueceram não apenas a aristocracia, mas também o grupo étnico-social privilegiado composto pelos cidadãos axumitas da capital. Grande parte das importações destinava-se a amplas camadas da população. Os estrangeiros – comerciantes ou outros grupos – estabelecidos em Adulis, em Axum e em diferentes cidades etíopes acabavam importando grandes quantidades de mercadorias. Os principais fornecedores dos negociantes estrangeiros eram os monarcas axumitas e os vassalos que governavam os vários domínios do Reino de Axum, particularmente Adulis e a Arábia do Sul. Somente eles dispunham de estoques suficientes de mercadorias para exportação. A essa época é possível que houvesse monopólios comerciais no Reino de Axum, na vizinha Arábia meridional e também em Bizâncio. É muito provável que a caça do elefante e a venda do marfim e do ouro tenham sido em grande parte monopólio do soberano. Apenas o rei e os arcontes de Axum tinham meios para comprar produtos estrangeiros.

Os soberanos possuíam imensos rebanhos. Em Axum, como em outros reinos africanos da Antiguidade, os rebanhos constituíam uma riqueza muito difícil de comercializar.

Um tipo de mercadoria cuja demanda, ao longo de séculos, jamais se retraiu foram os escravos. Os prisioneiros de guerra, mencionados nas inscrições de Ezana e nas fontes relativas às guerras entre axumitas e himiaritas, eram particularmente procurados pelos mercadores de escravos estrangeiros.

O ouro e a prata obtidos dos espólios de guerra ou do tributo pago pela Núbia, Beja, Agaw, Himiar e outros países eram trazidos de Sassu por caravanas e convertidos em moeda para pagamento das mercadorias estrangeiras destinadas ao rei e aos nobres.

Embora o volume da produção industrial de Axum não fosse significativo para manter um mercado, a abundância de produtos agrícolas e animais permitia aos axumitas carregar navios mercantes e caravanas. Assim, além de prover o mercado interno atendendo às suas necessidades alimentares e de outros bens de consumo, os axumitas podiam ainda comerciar com outros países.

A hegemonia política de Axum sobre as rotas do comércio mundial demonstrou ser tão lucrativa quanto a participação mesma do reino no comércio. Tendo subjugado a alta Núbia, a Arábia meridional, a região do Lago Tana e as tribos dos desertos que circundam a Etiópia, o rei de Axum assumiu o controle das rotas que ligavam o Egito e a Síria aos países do Oceano Índico e também às regiões interioranas do nordeste da África. O Estreito de Bab el-Mandeb, que como os de Malaca e Gibraltar constituía uma das três principais rotas marítimas do mundo antigo, também ficou sob o controle axumita. Na Antiguidade, era por Bab el-Mandeb que se fazia o importante e florescente tráfico marítimo do mar Vermelho ao Golfo Pérsico, à Índia, ao Ceilão, ao eEstreito de Malaca e aos países do sudoeste e do leste da Ásia.

Os comerciantes romanos tinham interesse vital em garantir a segurança ao longo das rotas comerciais situadas na área de influência de Axum, e, consequentemente, em sua política de unificação. Por isso apoiaram a aliança do Império romano-bizantino com o Reino de Axum. Mas a política dos reis axumitas mantinha-se independente e só correspondia à política bizantina quando coincidiam os interesses, principalmente econômicos, das duas potências.

O crescimento da cidade de Adulis e o fortalecimento de sua posição no comércio mundial refletem o poder e a expansão do Reino axumita. No século IV e início do V, os portos de Adulis e do Chifre da África raramente atraíam a atenção dos geógrafos romanos. Mas no decorrer do século V, Adulis tornou-se a cidade portuária mais importante entre Clysme e os portos da Índia, e os nomes de outros portos africanos desapareceram das fontes escritas.

O fato de Adulis ter alcançado na época um nível de prosperidade jamais conhecido devia-se unicamente à proteção ativa do Estado protofeudal de

Axum. Desse modo, pode-se entender que no "Périplo do Mar da Eritreia" Adulis seja referida como "mercado oficialmente estabelecido".

Podemos perceber claramente o reflexo do desenvolvimento do Império protofeudal na ideologia e na cultura axumitas tomando o período que vai do século II ao IV.

Com a ideia de império, o colossal introduz-se na arquitetura e nas artes figurativas. São exemplos: as gigantescas estelas monolíticas; a laje monolítica de basalto; as imensas estátuas de metal; os enormes palácios dos reis de Axum, Enda-Michael e Enda-Simon; e, particularmente, o conjunto de edifícios reais, o Taakha Maryam. A obsessão pelo gigantesco refletia os gostos da monarquia axumita, cujo propósito ideológico se concretizava nos monumentos destinados a inspirar admiração e temor pela grandeza e força do potentado ao qual eles eram dedicados. Paralelamente ao gosto pelo gigantesco, a arquitetura mostra uma tendência cada vez mais acentuada para a arte decorativa. Passou-se a dar maior atenção aos interiores. A tendência inegável para um estilo de construção mais decorativo vinha responder às exigências crescentes de luxo e conforto da classe dirigente axumita. A arquitetura e a escultura etíopes desse período foram de uma originalidade notável, o que não exclui a assimilação das diferentes influências culturais advindas do Império romano, da Arábia meridional, da Índia e de Méroe. Particularmente importante foi a influência síria, que teve início com a expansão do cristianismo.

O culto dos ancestrais, especialmente dos reis mortos, ocupava um lugar importante na religião axumita. Mandava o costume que se lhes dedicassem estelas. As sepulturas dos reis eram consideradas como os lugares santos da cidade.

No início do período axumita, penetravam na Etiópia ideias religiosas tanto de países vizinhos como de países afastados. Como resultado da influência exercida pelo cristianismo e por outras religiões monoteístas, a Etiópia e a Arábia adquiriram uma visão monoteísta peculiar, atestada pelas inscrições em geês e pelas últimas inscrições sabeanas da Arábia meridional. Não existem contradições fundamentais entre essa forma de monoteísmo e o cristianismo.

Sujeita a influências culturais estrangeiras, a "subcultura" da monarquia axumita apresentava um caráter não apenas nacional mas também internacional. O grego era utilizado juntamente com o geês como língua nacional e internacional. As moedas cunhadas pela maioria dos reis axumitas dos séculos III e IV continham legendas gregas, e se conhecem seis inscrições em grego feitas por monarcas de Axum.

Na verdade, o alfabeto etíope vocalizado reproduz tão rigorosamente o sistema fonológico do geês que só se pode pensar num etíope como seu criador.

Acrescido de alguns signos, esse alfabeto tem sido usado na Etiópia até hoje e é considerado, de modo geral, como uma grande conquista da civilização axumita.

O Reino axumita foi mais do que uma grande potência comercial nas rotas que uniam o mundo romano à Índia e à Arábia ao nordeste da África; foi também um importante centro de difusão cultural, exercendo sua influência ao longo dessas rotas e tendo, ao mesmo tempo, numerosos traços de sua cultura determinados pela influência de muitos países de antiga civilização do nordeste da África e do sul da Arábia, sob seu domínio.

Axum cristão

Entre os antigos habitantes da Etiópia, os grupos cuxitas (Beja e Aguew) não assimilaram a cultura semita da classe governante, e adoravam diversos objetos da natureza. As tribos de origem semita que não herdaram o culto cuxita, assim como os cuxitas semitizados, veneravam a natureza em suas formas celestiais e terrestres (o Sol, a Lua e as estrelas, os campos e a terra), sob os nomes da tríade Mahrem, Beher e Meder. Estes, por seu turno, foram assimilados aos deuses gregos Zeus, Ares e Posseidon.

O cristianismo vai encontrar a corte de Axum entregue a um culto politeísta, seguido pelos cuxitas, e a uma religião sul-arábica, praticada pelos semitas e cuxitas semitizados.

A história dos reis, *Tarike Neguest,* atribui ao famoso Frumêncio a introdução do cristianismo no país. O primeiro rei cristão, educado e depois batizado pelo bispo Frumêncio, parece ter sido Ezana, filho de Elle Ameda. Tudo indica que o exemplo do rei e da família real foi amplamente seguido.

Sem negar o mérito de Frumêncio, parece mais correto atribuir a mudança de religião a outro fator. Graças aos documentos epigráficos e numismáticos, assim como às narrativas de viajantes, sabe-se que a corte de Axum mantinha relações amigáveis com Constantinopla. As trocas comerciais e culturais entre os dois países eram consideráveis; o emprego da escrita e da língua gregas na corte de Axum também não deixa de ser significativo.

O imperador de Constantinopla, Constantino, o Grande, era contemporâneo de Elle Ameda e de Ezana. O esplendor de sua corte e sua inclinação pelo cristianismo devem ter exercido grande influência na corte de Axum e no próprio Frumêncio, que, finalmente, encontrou o rei e sua família dispostos a acolher a nova fé, já difundida na corte de Constantinopla. Provavelmente, não foi sem dificuldade que a corte axumita deu esse passo. A partida de

Frumêncio para Alexandria e seu regresso a Axum como bispo parecem ter ocorrido num clima de dúvida e apreensão, de que o prelado não deixou de tirar proveito.

O triunfo do cristianismo é atestado já pelas inscrições, já pelas moedas. A mudança de uma religião para outra nunca é fácil, particularmente para os reis axumitas, que amavam seu deus como ao próprio pai. A honra de um rei estava sempre ligada a seu deus, e os interesses da corte e dos chefes religiosos geralmente se identificavam. Podemos, por conseguinte, imaginar as dificuldades que Ezana teve de enfrentar.

Na falta de documentos autênticos, os autores contemporâneos limitam-se, por prudência, a afirmar que a introdução do cristianismo na Etiópia se deu no século IV. A introdução e a propagação do cristianismo pelo bispo Frumêncio, secundado pelos dois reis-irmãos (Abraha-Atsbaha), são amplamente reconhecidas.

A influência dos dois irmãos, especialmente a de Abraha, foi imensa no país. A ele se deve a construção da cidade de Axum e de sua primeira catedral.

O Reino cristão de Axum parece ter sido governado por uma sorte de triunvirato do tipo teocrático, "Abraha-Atsbaha-Selama", sendo Selama o nome atribuído pelos religiosos a Frumêncio. A primeira ação de propaganda em favor da nova religião deve ter recebido boa acolhida junto a uma parte da população, ligada à corte por laços étnicos e culturais. Trata-se dos sabeus, dos habesan e dos himiaritas de origem semítica, ancestrais dos Tigre e dos Amara, que aceitaram de bom grado a religião de seus senhores.

Mas a expansão do cristianismo no Reino de Axum durante os séculos V e VI foi obra de religiosos que todos os textos tradicionais qualificam como Tsadkan (Justos) ou Tesseatou Kidoussan (Nove Santos). Sua chegada ao Reino de Axum, porém, está associada às disputas teológicas que por essa época eclodiam nas grandes cidades do Império bizantino. A reflexão aprofundada sobre a natureza de Cristo (Deus-Homem) e a Santíssima Trindade converteu-se numa fonte de discórdia.

Desde a época de Frumêncio o Reino de Axum estava sob a jurisdição do patriarcado de Alexandria, donde procediam os bispos e a lei canônica. Por conseguinte, os reis e bispos de Axum eram naturalmente partidários do monofisismo, que na Etiópia viria a receber o nome de Tewahdo. A notícia dos maus-tratos infligidos a seus patriarcas despertou um grande ódio contra os partidários da doutrina das duas naturezas de Cristo. A vida dos monofisitas tomou-se insuportável em todo o Império de Constantinopla. Os monofisitas viram-se compelidos a fugir para o Egito e a Arábia. Foi por essa época que os

famosos Nove Santos chegaram ao Reino de Axum, onde procuraram refúgio junto aos adeptos da mesma doutrina.

O cristianismo, introduzido por Frumêncio no século IV, foi consolidado por esses santos, obviamente com o apoio dos sucessores do rei Ezana, como Caleb e Guebre Meskel, cristãos fervorosos. Em seu ensinamento do Evangelho defenderam a doutrina monofisita.

No entanto, a difusão do cristianismo não se deveu apenas a esses nove religiosos vindos do Império bizantino. Guiados por bispos, como o famoso Abba Metta'e, centenas de religiosos nativos e estrangeiros certamente ajudaram a propagar a fé cristã. Partindo das regiões setentrionais, o cristianismo foi implantado em outras províncias, como Begemdir, Gogiam, Choa, entre os Beja e os Amara. A religião beneficiou-se do fiel apoio dos reis, rainhas, príncipes, governadores e dignitários da Igreja, que mandavam construir conventos e igrejas nos lugares onde outrora floresceram os cultos tradicionais.

A influência do cristianismo assinala-se também nas numerosas moedas mandadas cunhar pelo rei de Axum, nas quais o símbolo cristão da cruz substitui o crescente, símbolo da antiga religião.

O Antigo Testamento foi gradualmente traduzido do grego para o geês no decorrer dos séculos V e VI. A Bíblia difundiu-se por toda a Etiópia, e seu ensinamento assumiu importância vital na corte e nos círculos eclesiásticos.

A literatura bíblica e os cantos litúrgicos têm uma longa história tradicional, composta de fatos e lendas, herança generosamente legada pelo Axum cristão aos etíopes através dos séculos.

Os protoberberes

Antes da chegada dos fenícios às costas da África, no início do I milênio antes da Era Cristã, os componentes étnicos das populações líbias já se encontravam quase fixados, não devendo variar sensivelmente durante toda a Antiguidade: do ponto de vista quantitativo, é inverossímil que os acréscimos demográficos fenício e romano tenham sido significativos. A participação fenícia na demografia, assim como a contribuição demográfica romana da África Menor, não podem ser avaliadas com precisão. A África romana não foi, em nenhuma hipótese, uma colônia de povoamento. Quanto aos acréscimos vândalo e bizantino, foram provavelmente ainda mais modestos.

Líbico-berberes (mouros e númidas no litoral; getulos nos planaltos), saarianos brancos ou mestiços da orla do deserto (farúsios, nigritas ou garamantes, "etíopes" espalhados por toda a região entre o Sous e o Djerid), tais são os povos da África Menor à época das primeiras navegações fenícias e durante toda a Antiguidade.

A arqueologia dos monumentos funerários confirma a presença, na Antiguidade remota, de grandes grupos de sedentários que praticavam a agricultura na África Menor. Considera-se como representativo da "vida pré-cartaginesa" dos berberes o material recolhido nas necrópoles do período pré-romano remoto, isentas de influências cartaginesas, à falta de evidências que possam ser datadas com relativa precisão. Essa mobília funerária testemunha a grande Antiguidade da "civilização rural berbere". Segundo G. Camps, um mapa da distribuição das necrópoles protohistóricas portadoras de cerâmica dá uma ideia bastante clara da área de extensão da agricultura.

A arqueologia indicou, ainda, que os nômades dos sítios meridionais se enfeitavam mais do que os sedentários e carregavam armas ornamentais. As vestimentas de couro são representadas com frequência nas pinturas rupestres do Saara, confirmando as informações de Heródoto (IV, 189). Gravuras rupestres próximas a Sigus indicam o uso do burnu. Númidas e mouros tinham como armas azagaias de ferro longas e estreitas e facas de caçador; os sedentários, por outro lado, raramente eram enterrados com suas armas, ao contrário das populações mais meridionais. As populações "etíopes" ou mistas (nigritas e farúsios principalmente) armavam-se de arco e flecha, conforme relata Estrabão (XVII, 3, 7).

A principal riqueza dos nômades era a criação de ovinos, caprinos e bovinos. Segundo Aelianus (*NA.* VII, 10, 1), os cães desempenhavam o papel de escravos, já que a escravidão humana não era conhecida; a mesma observação é feita para os trogloditas do mar Vermelho e para os etíopes dos pântanos do Nilo. A caça era uma atividade bastante praticada.

A organização social dos líbico-berberes em épocas anteriores aos testemunhos das fontes clássicas é pouco conhecida. As imponentes proporções dos aterros do Rharb, no Marrocos, ou do mausoléu do Medracen, na região de Constantina, são indícios da constituição de monarquias, tanto a leste quanto a oeste do Magrebe independente de Cartago, a partir do século IV. Nada mais se pode afirmar sobre o assunto; o quadro da organização social dos líbios elaborado por S. Gsell apoia-se, em geral, em documentos romanos da época imperial.

O sentimento do sagrado entre os líbios parece ter-se cristalizado em torno dos mais variados objetos. As forças sobrenaturais eram frequentemente relacionadas ao *topos,* donde a presença de numerosos gênios fluviais ou montanheses

nas inscrições de época romana. Essas forças podiam igualmente residir em objetos bastante comuns. As águas doces, principalmente as fontes e os poços, eram também cultuadas. O culto às árvores era por vezes praticado.

Os animais que simbolizam de maneira mais evidente a força fecundante – o touro, o leão e o carneiro – foram reverenciados pelos líbios, sendo o carneiro o animal mais cultuado. No além-túmulo o homem era rodeado de cuidados. É o domínio do espaço religioso melhor iluminado pela arqueologia. O corpo era geralmente enterrado em posição lateral fletida ou contraída, e era frequente o revestimento da carne e dos ossos com ocre vermelho que, segundo a crença, revivificava o cadáver. Alimentos colocados no túmulo continuavam a alimentar o defunto, e sua vida no além era protegida por amuletos.

Os líbios não parecem ter concebido grandes figuras divinas, mais ou menos humanizadas. Só dirigiam sacrifícios ao Sol e à Lua, conforme relata Heródoto (IV, 188); no entanto, os habitantes da região de Djerid ofereciam sacrifícios a Atenas, Tritão e Posseidon, ao passo que os atarantes (IV, 184), vizinhos ocidentais dos garamantes, amaldiçoavam o Sol. Em diversas cidades da África romana – Mactar, Althiburos, Thugga, Sufetula – o Sol permanece deificado; é possível que em alguns lugares tenha havido influência púnica.

Excetuando-se os dois astros, a epigrafia e as fontes literárias nos revelam um sem-número de divindades, frequentemente mencionadas por uma só vez, ou invocadas sob forma coletiva, como é o caso dos *dii mauri*. Livres de influências, os líbios sempre estiveram mais próximos do sagrado que dos deuses.

O período cartaginês

A entrada do Magrebe na história escrita começa com o desembarque em suas costas de marinheiros e colonos vindos da Fenícia.

O nome Cartago equivale ao nome fenício Kart Hadasht, que significa “cidade nova”. A data tradicional da fundação é -814, bem depois de Cádiz (-1110) e Útica (-1101) cujas datas parecem lendárias. Quanto à data de fundação de Cartago, os primeiros dados arqueológicos incontestáveis são da metade do século VIII antes da Era Cristã. No século VI antes da Era Cristã, Cartago tornou-se autônoma e passou a exercer supremacia sobre as outras povoações fenícias do Ocidente, assumindo a liderança de um império na África do Norte, cuja criação teria profundas repercussões na história de todos os povos do Mediterrâneo ocidental. A supremacia exercida sobre os fenícios do Ocidente envolvia encargos que parecem ter sido muito pesados em relação aos efetivos de

que dispunha Cartago: até o século VI, como as cidades gregas, Cartago devia contar com seus próprios cidadãos. Na metade do século, sob o governo de Magon, fundador de uma poderosa família da cidade, inaugurou-se uma nova política, que consistia em recrutar tropas de mercenários em larga escala. Tal prática continuou em vigor durante o restante da história cartaginesa. Os líbios constituíam a maior parte dos efetivos estrangeiros. Tais efetivos aumentavam à medida que Cartago estendia suas possessões pelo interior e aí instaurava o recrutamento obrigatório.

Embora não se tenha certeza da superfície dos territórios conquistados no século V e do número de colônias que atingiram a dimensão de cidades, as novas possessões estavam próximas do limite máximo que Cartago chegou a controlar. Grande importância teve a conquista da península do Cabo Bon e de um vasto território situado ao sul da cidade, estendendo-se ao menos até Dougga e englobando algumas das terras mais férteis da Tunísia. É nessa área que a colonização romana atingiu, tempos depois, uma densidade significativa. Essas terras forneciam o essencial do abastecimento de Cartago e permitiram que a população da cidade aumentasse de modo considerável.

Para os gregos e romanos, Cartago era mais dependente do comércio do que qualquer outra cidade. Além disso, Cartago era tida na época como a cidade mais rica do mundo mediterrânico. Contudo, é preciso dizer que essas trocas comerciais e essa suposta riqueza deixaram muito poucos vestígios para o arqueólogo. Uma das principais razões disso é que a parte mais significativa do comércio de Cartago consistia em produtos que não deixavam vestígio, especialmente os metais em estado bruto, que eram o objetivo maior já dos primeiros navegadores fenícios. É preciso acrescentar os têxteis, o tráfico de escravos e, à medida que as terras férteis eram cultivadas, os produtos agrícolas. Os lucros do comércio com as tribos que forneciam ouro, prata, estanho e provavelmente ferro em troca de artigos manufaturados sem valor são evidenciados pelos grandes exércitos mercenários que a cidade podia recrutar nos séculos IV e III e pela cunhagem de moedas de ouro, que foi bem mais intensa que em outras cidades igualmente desenvolvidas. O Estado dirigia ativamente os grandes empreendimentos comerciais.

Cartago possuía o monopólio do comércio em seu império, afundando toda embarcação intrusa ou concluindo tratados comerciais com os possíveis concorrentes, como as cidades etruscas e Roma. Foi somente no século IV que Cartago começou a cunhar suas próprias moedas, à medida que aumentava o seu comércio com países mais desenvolvidos e que a evolução da situação econômica também obrigava a pagar os mercenários em dinheiro.

A questão dos contatos dos cartagineses com os povos saarianos e outras populações que viviam mais ao sul ainda não foi elucidada. Se tais comunicações existiram, devem ter ocorrido a partir de Leptis Magna e Sabrata, uma vez que nessa região são muito poucos os obstáculos naturais. A preocupação dos cartagineses em manter os gregos longe dessa área foi mencionada como prova de que eles praticavam um comércio muito importante com o interior, pois aí as terras agrícolas propícias à colonização são raras.

Cartago possuía um sofisticado porto artificial duplo: o porto externo destinava-se ao uso de navios mercantes e o porto interno tinha cais e abrigos para 220 navios de guerra. As muralhas da cidade resistiram a todos os ataques até o assalto final dos romanos.

O único aspecto de Cartago admirado pelos gregos e romanos foi seu regime político, que parecia garantir a estabilidade tão apreciada na Antiguidade. Em grandes linhas, a realeza hereditária parece ter existido em Cartago. Durante os séculos VI e V, os reis parecem ter sido, quando era preciso, também chefes militares da nação. No decorrer do século V teve início um processo que enfraqueceu o poder dos reis, semelhante ao que se verificou nas cidades gregas e em Roma. Paralelamente a esse declínio, aumentava o poderio e a riqueza da aristocracia.

A vida religiosa de Cartago foi severamente criticada pelos autores clássicos, principalmente pela persistência de sacrifícios humanos. Mencionava-se também a intensidade das crenças religiosas. Os cultos praticados em Cartago apresentam semelhanças com as tradições da Fenícia, das quais se originaram. A suprema divindade masculina do mundo fenício era conhecida na África sob a denominação de Baal-Hamon. Na época romana, essa divindade era identificada com Saturno. No século V, Baal foi sobrepujado, pelo menos no culto popular, por uma deusa chamada Tanit. O nome parece ser de origem líbia, e o desenvolvimento de seu culto está associado à aquisição de territórios na África, pois a divindade possuía aspectos ligados à fertilidade. Essas duas divindades ofuscaram todas as demais.

O período de expansão na África e de paz geral chegou ao fim em -410. A cidade de Segesta, comunidade nativa da Sicília, foi vítima de um forte ataque punitivo feito pela cidade grega de Selinunte, e pediu auxílio a Cartago. O apelo foi atendido e a expedição foi dirigida pelo chefe cartaginês Aníbal. Em -409, tomou Selinunte de assalto. Pouco tempo depois, Hímera também foi conquistada e totalmente destruída. A partir dessa data as colônias fenícias da Sicília se tornaram de fato uma província cartaginesa. No entanto, esses conflitos foram pequenos, se comparados às profundas transformações que abalaram o Oriente na época em que Alexandre, o Grande, fundou o seu império. Mas Cartago não

tardou a se envolver numa luta de importância histórica e mundial: as guerras contra Roma.

Desde -508 existia um tratado entre as duas cidades. Em -348 foi assinado um novo acordo que regulamentava o comércio entre as duas potências. Nas décadas seguintes, Roma teve uma ascensão fulminante, até se tornar a potência dominante em toda a Itália. As guerras entre Roma e Cartago perduraram durante os séculos -III e -II.

Entretanto, foi necessário esperar mais de um século até que Roma suplantasse realmente Cartago enquanto potência política e cultural dominante no Magrebe. Os romanos apropriaram-se apenas de uma pequena parte do nordeste da Tunísia. No restante da África do Norte, Roma reconheceu uma série de reinos vassalos, que conservaram sua própria autonomia. A influência cultural de Cartago persistiu e até mesmo aumentou nesses reinos, em virtude da prosperidade de que continuaram a gozar as antigas colônias costeiras, e também como consequência da chegada de numerosos refugiados durante os últimos anos da guerra entre Cartago e Roma. A língua fenícia (neopúnica) propagou-se como jamais ocorrera antes.

De maneira geral, o período de independência dos reinos da Numídia e da Mauritânia, após a destruição de Cartago, caracterizou-se pela elaboração e consolidação de uma cultura de origem líbia e fenícia, em que o segundo elemento desempenhou um papel preponderante, embora representasse apenas uma minoria da população. O vigor dessa cultura mista é ilustrada pelo fato de as inscrições do século II da Era Cristã ainda serem redigidas em neopúnico. A sobrevivência da religião fenício-líbia sob a dominação romana também é um fato de múltiplas significações. A existência de uma unidade cultural superficial no Magrebe da época é confirmada pela misteriosa escrita líbia. Após a conquista romana, o líbio e o neopúnico foram substituídos, enquanto línguas escritas, pelo latim; no fim do período romano continuou comum uma forma oral do púnico, mas é impossível determinar em que medida e onde continuou a se falar o líbio.

No plano da história geral, a fundação de colônias fenícias no Magrebe constitui o único exemplo de extensão, no Mediterrâneo ocidental, das culturas mais antigas originárias do Oriente Próximo e Médio, às quais sobreviveria Cartago. Esse fenômeno, juntamente com a expansão grega para o Ocidente, associa-se ao movimento mais geral que levou todo o oeste do Mediterrâneo e de certa forma também o noroeste da Europa, para a esfera de influência das civilizações do mar Egeu e do Oriente. Quanto à história da África propriamente dita, o período fenício marca a entrada do Magrebe na história geral do mundo mediterrânico e o estreitamento de seus laços com a costa norte e leste.

O período romano e pós-romano na África do Norte: o período romano

Após a destruição de Cartago em -146 e a redução de seu território à condição de província romana, o destino da África do Norte ficou nas mãos de Roma e dos reinos locais. A partir de +40, com o final do reinado do último soberano da Mauritânia, toda a África do Norte se tornou romana, permanecendo assim até a invasão vândala. Após o estabelecimento e a consolidação da dominação, a unidade econômica e cultural romana na África do Norte acabou sendo minada por uma resistência constante, que assumiu aspectos não só militares, mas também políticos, étnicos, sociais e religiosos.

O caráter específico das guerras africanas configura-se principalmente na fase da conquista: uma longa série de triunfos contra os mouros, musulamios, getulos e garamantes no último quartel do século I antes da Era Cristã mostra bem que as populações indígenas nunca foram totalmente subjugadas apesar das vitórias romanas. As operações militares continuaram durante os dois primeiros séculos da Era Cristã. Estabelecendo-se facilmente nas faixas costeiras e a nordeste, os romanos avançaram por etapas na parte meridional da moderna Tunísia, bem como nos altos planaltos e no Atlas saariano.

Contudo, Roma não tinha poderes para eliminar radicalmente a resistência dos berberes e nunca conseguiu manter sob controle permanente os nômades do sul e do oeste. A crise do século III interrompeu muito cedo esse empreendimento.

É conhecida a preponderância da agricultura na economia antiga; na África, durante o período romano, a terra era a principal fonte – e a mais valorizada – de riqueza e prestígio social. Também é comum dizer que a África era o celeiro de Roma. A África era o celeiro de Roma porque, vencida, era obrigada a fornecer ao vencedor o seu trigo, a título de tributo.

Sabe-se há muito tempo que os romanos possuíam três grandes fortalezas saarianas nos confins do deserto, ao sul da Tripolitânia: as de Bu Njem, Gheria-el-Gherbia e Gadames. Tais fortalezas situavam-se na fronteira do deserto e de uma zona controlada pelos romanos, habitada por camponeses sedentários que residiam em fazendas fortificadas e cultivavam principalmente a oliveira nas bacias dos uedes. Nessa região desenvolveu-se um tipo original de civilização, caracterizada por fortes tradições locais, em que são visíveis as influências púnicas, que conseguiram se adaptar ao novo modo de vida introduzido pelos romanos. As fortalezas controlavam as principais rotas que ligavam a costa ao Fezzan, o território dos garamantes. Isso mostra que os romanos estavam inte-

ressados no Fezzan, na medida em que essa base permanente de caravanas lhes permitia chegar à beira da África transaariana.

Tem sido possível precisar pouco a pouco o conhecimento dos itinerários das caravanas que levavam aos limites da África negra e ter uma ideia mais clara do progresso feito pelos romanos nessa direção. Em primeiro lugar, os países transaarianos forneciam ouro: desde os tempos púnicos até a época árabe-muçulmana, várias rotas de ouro ligavam os depósitos da Guiné às praias do Mediterrâneo, mas de certa forma cada uma delas deixou um traço característico na história da África do Norte. O comércio de caravanas também trazia escravos negros, plumas de avestruz, animais selvagens, esmeraldas e carbúnculos do Saara. Em troca, as províncias romanas forneciam vinhos, objetos em metal, cerâmica, têxteis e objetos de vidro.

A classe média dos decuriões constituía na África a base de sustentação das comunidades romanizadas. Durante o Alto Império essa classe estava ligada a uma estrutura fundiária: o decurião vivia na cidade com as rendas de sua propriedade, mas não era latifundiário nem camponês. Ele podia ser muito rico. Embora apresentasse certas vantagens, como a proteção jurídica fornecida pelas instituições municipais e um nível mais alto de vida, a proliferação de cidades grandes e pequenas repousava inevitavelmente, como a riqueza das elites urbanas, sobre a exploração dos camponeses.

Havia grandes diferenças na situação social das populações urbanas durante o Alto e o Baixo Império. A agricultura permanecia a principal fonte de renda das elites citadinas. Mas o lugar dos decuriões, representantes da classe média que até então governavam coletivamente as cidades, foi tomado por uma oligarquia de grandes proprietários de terras, os *primates* ou *principales* municipais, enriquecidos graças à exportação dos cereais e do azeite de seus domínios, o que permitiu sua integração à nobreza imperial. Esses notáveis, apoiados pelo governo imperial, ascenderam às mais altas posições no governo municipal e provincial. Os imperadores adaptaram sua política urbana a essas transformações sociais; o essencial era encorajar o desenvolvimento das cidades, que constituíam não apenas uma das bases principais do sistema fiscal do império, mas, sobretudo, uma sólida proteção contra o perigo "bárbaro".

No fim do século IV, apareceram os primeiros sinais de uma tendência progressiva para uma agricultura de tipo senhorial; o *dominus,* cada vez mais independente em suas terras, apropriou-se paulatinamente das prerrogativas de um Estado enfraquecido, organizando a polícia de seu domínio e até mesmo exercendo o poder de baixa justiça em seus limites.

A dominação romana não chegou a impedir os autóctones de manifestarem uma devoção fiel a suas divindades tradicionais. Nos humildes santuários rurais os velhos cultos berberes dos gênios conservaram suas formas ancestrais. Em alguns casos, porém, foram absorvidos pelos cultos das divindades greco-romanas. Nas regiões que pertenceram aos reinos númidas, onde a influência púnica tinha sido profunda e durável, chegou-se a esboçar um verdadeiro panteão de deuses nativos. Mas a maioria da população das províncias africanas praticava os cultos de Saturno e dos equivalentes greco-romanos dos velhos deuses de Cartago. A religião desse Saturno africano era simplesmente uma continuação da de Baal-Hamon, do mesmo modo que Juno-Caelestis, a principal divindade da Cartago romana, era apenas Tanit, a grande deusa da Cartago púnica. O culto das divindades agrárias – as *Cereres* – também foi introduzido nos tempos númida-púnicos. A romanização transformou até certo ponto a religião africana. Mas o sentido profundo da religião africana conservou viva a sua especificidade, que se manifestava principalmente no ritual e nas representações figuradas das estelas.

As estreitas relações com Roma favoreceram a rapidez com que o cristianismo foi introduzido no continente. Contudo, é notável que desde o início o latim fosse reconhecido como língua do cristianismo africano, enquanto a Igreja romana ainda utilizava o grego. As pequenas comunidades cristãs estavam espalhadas por muitas cidades africanas, constituindo o que o Império com certeza considerava um grave perigo.

Os primeiros elementos da cultura africana não se devem unicamente aos fenícios e cartagineses. Quando os navegadores orientais começaram a frequentar as costas da África, no início do I milênio antes da Era Cristã, aportaram num território no qual, antes deles, graças à abertura para as ilhas mediterrânicas, já haviam penetrado diferentes técnicas, como a que deu origem à cerâmica pintada, conhecida como Kabyle ou berbere. A existência, nessa época, de populações sedentárias prontas a aceitar os elementos de uma civilização urbana é demonstrada pelos dolmens argelino-tunisianos, pelos *haounets* do norte da Tunísia e pelos objetos encontrados nos monumentos funerários escavados no noroeste de Marrocos.

As obras arquitetônicas africanas reproduziam em geral tipos de monumentos públicos que predominavam em todo o mundo romano, e, portanto, inspiravam-se numa técnica e num ideal essencialmente romanos, do mesmo modo que as esculturas decorativas e as grandes estátuas dos deuses, dos imperadores e dos personagens importantes. Contudo, as obras arquitetônicas ou de escultura ligadas às tradições religiosas ou funerárias da população, bem

como certas técnicas especiais de construção ou decoração, traziam a marca das características locais. No período dos severos, as esculturas de Leptis Magna e outras cidades da Tripolitânia e da África proconsular foram muito influenciadas por uma poderosa corrente artística, vinda do oriente asiático e prontamente assimilada, pois correspondia a tendências antigas, mas ainda vigorosas, da arte africana. Os inumeráveis mosaicos descobertos desde o início do século também apresentam tendências e características locais. A África deu a Roma muito mais do que recebeu, e mostrou-se capaz de fazer frutificar suas influências com um espírito que não é nem o da Grécia nem o do levante helenizado.

O período romano e pós-romano na África do Norte: de Roma ao Islã

Quando terminou a dominação romana na África do Norte, a situação interna apresentava um quadro complexo. Divididas em zonas dominadas ou independentes, a África do Norte pós-romana e pré-islâmica viveu então um dos períodos mais originais de sua história. Durante um período de aproximadamente três séculos, duas invasões estrangeiras alternadas assumiram a tutela de Roma, sem jamais poder reconstituir integralmente suas fronteiras.

Nada era mais inesperado na África do Norte do que os vândalos, esses conquistadores de origem germânica. Nenhuma dominação se adaptou menos às realidades do território. Os vândalos inicialmente se instalaram no sul da Península Ibérica. Eles cruzaram o Estreito de Gibraltar, sob o comando de seu rei Genserico no ano de +429. O avanço foi fulminante. Em +430, já sitiavam a cidade de Hipona e, em +435, viram reconhecida por parte dos romanos a posse de Constantina. Três anos mais tarde apoderaram-se de Cartago e iniciaram, a partir de +455, três operações de grande envergadura: a anexação definitiva de toda a zona oriental da África romana, a conquista da maior parte das principais ilhas no Mediterrâneo ocidental – Baleares, Sardenha e Sicília – e uma audaciosa expedição para saquear a própria Roma. O Império oriental, esperando desalojar os invasores, sofreu um desastre naval em +468 e, a partir dessa data, admitiu o fato consumado: um tratado de +474 consagrou definitivamente as boas relações entre Bizâncio e os vândalos, que representavam uma grande potência marítima no Mediterrâneo ocidental.

Parece claro que, em sua má administração do território, os vândalos erraram muito mais por omissão do que por intenção.

A estrutura legal do Estado vândalo estava constituída por uma realeza originária de uma aristocracia militar, detentoras ambas dos grandes domínios públicos e privados da antiga África romana; responsâveis pela manutenção da administração romana, regional e local. Portanto, Cartago tornou-se a rica metrópole do novo Estado. Parece mesmo que durante esse período nem a agricultura nem o comércio sofreram qualquer declínio evidente. Tudo indica que as relações externas foram prósperas, e o conjunto das possessões vândalas pôde ser qualificado de "Império do trigo".

O balanço político e religioso mostra-se mais negativo. Nas partes sul e oeste de seu domínio norte-africano, os vândalos sofreram tantos ataques, que é quase impossível fixar uma fronteira estável na zona sob seu controle. No campo religioso, o clima de crise foi permanente. Os vândalos eram cristãos, mas professavam o arianismo. Seguiu-se uma repressão quase sistemática do clero por um poder central pouco inclinado a tolerar resistências dogmáticas. Desse modo, a situação de crise moral e social levou a um processo de derrocada, acelerado na realidade pelos abusos ou pela incompetência dos sucessores de Genserico. Em +530, a usurpação de Gelimero, destronando o rei Hilderico, aliado do imperador do oriente Justiniano, incentivou a conquista bizantina.

Considerando-se sucessora legítima do Império romano, a corte de Constantinopla resolveu expulsar dos territórios usurpados os novos Estados germânicos do Ocidente. E foi na África do Norte que tal iniciativa se mostrou menos ineficaz. No ano de +533, seguindo a ordem de Justiniano, um corpo de expedicionários comandado por Belisário destruiu, em três meses, o poder dos vândalos, fazendo desaparecer esse povo da História. A primeira medida bizantina, um célebre édito do ano +534 reorganizando as estruturas administrativas do país, estabeleceu o padrão a ser seguido: uma política ao mesmo tempo militar e jurídica, inspirada muito fielmente na dos romanos.

A política interna, produto dos métodos romanos, tendeu naturalmente a recuperar os antigos rendimentos fiscais. Assim, foi restabelecida a *annona,* imposto anual pagável em trigo. Uma vez confiscados os domínios reais dos vândalos, as propriedades foram devolvidas a seus antigos donos. Em todos os domínios, a taxação era sentida como um peso esmagador. A vida econômica, no entanto, conheceu uma relativa prosperidade.

No plano religioso, os novos senhores restabeleceram o culto tradicional católico ortodoxo, e proibiram o arianismo.

Os numerosos casos de insubmissão administrativa ou militar, o excesso de poder, a corrupção nos altos cargos em face do constante perigo berbere anunciavam a chegada, mais ou menos longínqua mas inevitável, da queda final. Foram

precisos cerca de cinquenta anos, de +647 a +698, para que um novo e inesperado visitante, o conquistador árabe, acabasse para sempre com o domínio bizantino.

Seria ilusório diferenciar, no plano psicológico, as regiões governadas por príncipes berberes e nominalmente ligadas à soberania vândala ou bizantina, das regiões completamente independentes. As primeiras eram a tal ponto descentralizadas que constantemente entravam em conflito com o poder central. Quanto às zonas livres de toda interferência externa, algumas situadas bem longe das fortalezas vândalas ou bizantinas, desde o ano +429 desfrutavam de uma independência absoluta, e seus governantes não intervinham nos assuntos vizinhos. Reencontramos aqui um dado essencial da história do Magrebe nos tempos clássicos: a tendência à divisão e às rivalidades territoriais no momento em que desaparecia uma força centralizadora. Nesse caso, a divisão política obedecia aos imperativos geográficos.

O cenário econômico e social estava caracterizado pela tendência à pauperização progressiva das massas populares. O abandono das cidades persistiu, consolidando-se ao mesmo tempo a nova sociedade, de tipo rural, que se tornaria predominante durante a Alta Idade Média.

Assim se encerrou nessas regiões o período antigo, episódio híbrido em que a ação das transformações políticas e sociais apagou pouco a pouco a influência latina, revelando o inextinguível espírito de independência e a imensa firmeza de objetivos que é a marca imutável da história da África do Norte.

O Saara durante a Antiguidade Clássica

Na ausência de uma cronologia absolutamente confiável, parece difícil avaliar *a priori* o progresso da civilização saariana na Antiguidade, principalmente porque não se sabe ao certo se as diferentes zonas desse vasto território se desevolveram uniformemente. A situação cultural do Saara no final do período Neolítico constitui um bom ponto de partida para o estudo dessa questão.

É durante a Antiguidade que pela primeira vez encontramos a presença de uma língua. A língua-mãe, pluridialetal, e que, por conveniência, é denominada *berbere,* pertence ao tronco comum camito-semita. Sua forma antiga, "líbia", é atestada por inscrições encontradas em todos os territórios da África mediterrânica e nas Ilhas Canárias. Não há dúvida de que a introdução dessa língua no Saara ocorreu no norte ou nordeste com a imigração das populações brancas. Os condicionamentos climáticos certamente restringiram o modo de vida da maior parte das populações saarianas ao nomadismo, com centros

de sedentarização, como ocorreu com os primeiros conquistadores árabes. A organização tribal, inerente a seu estágio de evolução, constituía a regra política básica, mas ocasionava incessantes guerras, relatadas com precisão por Heródoto e Ptolomeu. Possuímos dados mais precisos para duas regiões: o Hoggar e o Fezzan.

No Hoggar, na segunda metade do século IV da Era Cristã, a pirâmide sociopolítica tinha em seu topo uma mulher. A descoberta do túmulo dessa soberana, intacto, em Abalessa, evocou imediatamente a associação com a lenda local de uma rainha, Tin Hinan, vinda do Tafilet marroquino em tempos remotos, que foi a ancestral do povo tuaregue. No mundo berbere houve numerosos exemplos de atribuição do poder supremo a uma mulher santificada. A cama de madeira em que repousava o corpo foi submetida ao teste de radiocarbono, revelando a data de +470 (±130).

O vale estreito e fértil situado entre os ergs Ubari e Murzuq abrigava uma série de oásis de El Abiod a Tin Abunda. Garama era a cidade principal. Os garamantes não tardaram a exercer supremacia sobre todo o Fezzan e a arrecadar tributos de numerosas tribos nômades e sedentárias dos arredores. Essa grande entidade regional, o "Reino dos garamantes" da literatura greco-latina, aparece como o único Estado organizado do interior da África ao sul das possessões cartaginesas. Tratava-se, provavelmente, de uma organização hierárquica de tribos que, segundo os critérios sociopolíticos berberes, culminava na autoridade de um *agueklid* supremo. Os garamantes, mencionados por Heródoto desde o século V antes da Era Cristã, opuseram-se ao avanço romano nos limites meridionais do Magrebe. Derrotados por Cornélio Balbo em -19 e depois, definitivamente, pelo legado Valério Festo em +69, vieram a se tornar, ao que parece, um tipo de Estado-cliente do império. As pesquisas arqueológicas efetuadas em Garama e arredores revelaram quase dez séculos de uma civilização em parte fundada nas relações exteriores – desde a última época púnica (século II antes da Era Cristã) até a chegada dos árabes (século VII da Era Cristã).

É, portanto, incontestável que durante a Antiguidade, no Hoggar e no Fezzan, bem como em todo o Saara setentrional, o poder político supremo estivesse nas mãos de uma aristocracia de raça branca (ou ligeiramente mestiçada), em detrimento de grupos negros ou negroides mantidos em estado de sujeição. Quanto à religião, não há dúvida de que todo o Saara central e meridional continuou animista. Já os povos do Saara setentrional, em contato direto com o mundo mediterrânico, teriam se convertido ao cristianismo no final da Antiguidade.

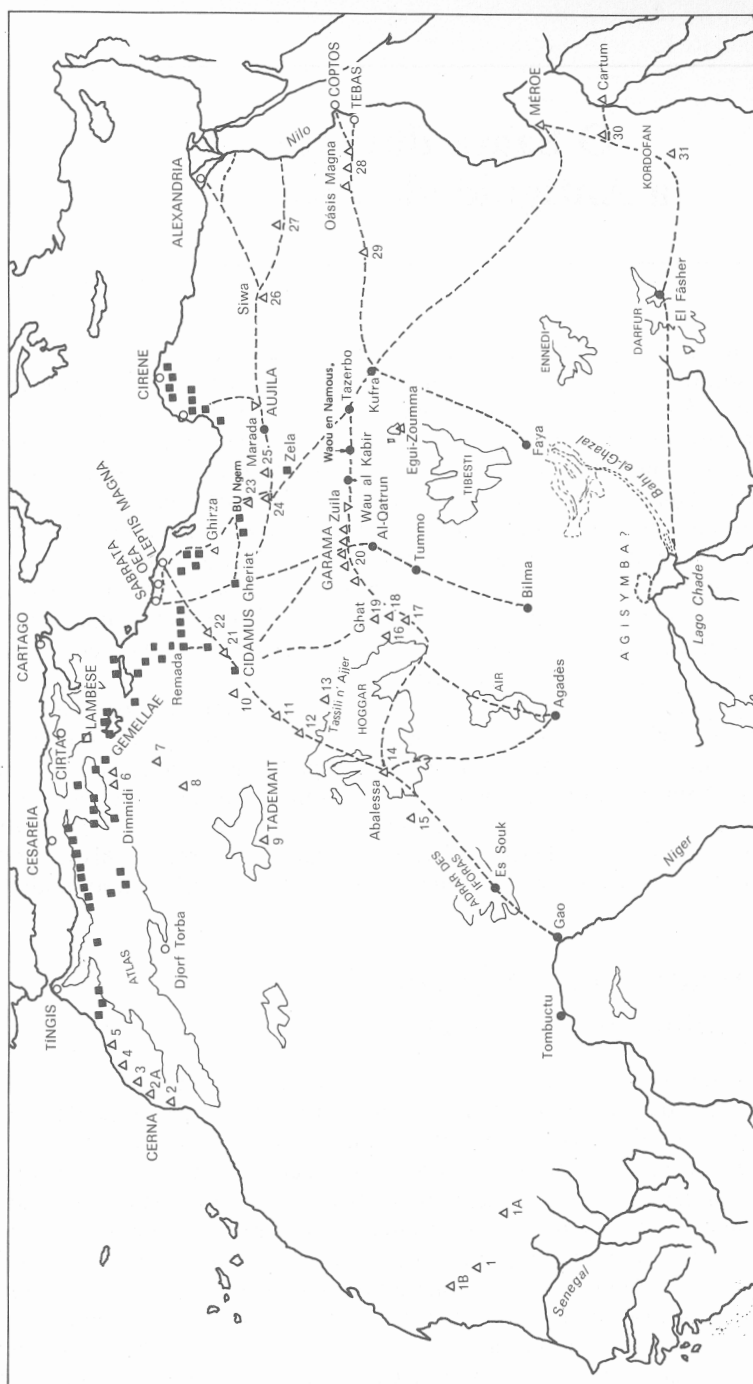
Desde tempos imemoriais a vida econômica do Saara esteve ligada ao problema das comunicações. Assim, na Antiguidade Clássica, o enriquecimento de

certas regiões como o Fezzan está relacionado à sua esfera de influência, o que pressupõe a existência de um tráfico de certa importância. Como sabemos que o comércio interno já era limitado, devemos procurar a causa da prosperidade dessas áreas nas suas relações com o mundo exterior.

A captura de animais selvagens foi, possivelmente, a principal fonte de renda do território. A demanda de Roma era tal que a caça teve de se estender para o interior da África. O marfim devia ter alguma importância no comércio transaariano, visto que o elefante desapareceu quase totalmente da África do Norte desde o século II da Era Cristã. É pouco provável que tenha existido um tráfico de escravos negros com a Europa; o mundo romano ocidental não os procurava.

Essas poucas relações comerciais questionam a utilização das rotas saarianas. Os únicos elementos de que dispomos para uma tentativa de reconstituição dessa rede de caminhos são certos locais onde desembocam vias naturais (como Gadames ou a Phazania), a dispersão territorial dos objetos romanos no Saara e, finalmente, a comparação com as rotas de caravanas anteriores ou posteriores ao período considerado. Apenas as duas últimas questões apresentam alguma dificuldade.

A descoberta de um objeto romano isolado, principalmente uma moeda, é, em si, pouco convincente. Mas no momento em que os pontos de descoberta desses mesmos objetos se ordenam no espaço e indicam, com boa probabilidade, uma rota de caravana conhecida através de outras fontes, é válido considerá-los. A área de dispersão dessas provas mostra que a civilização garamante, dependente das relações com Roma, estendeu sua influência a centenas de quilômetros. É aqui que a personalidade saariana antiga se afirma com maior veemência: as populações locais mantinham relações bastante estreitas, qualquer que tenha sido a causa inicial de sua aproximação.

Ao que parece, as rotas saarianas de longo curso orientavam-se principalmente na direção norte e nordeste. Desse modo, os garamantes e seus satélites teriam drenado o comércio para a zona do Fezzan. A partir daí, itinerários bem atestados conduziam aos grandes portos sírticos (Sabrata, Oea e Leptis Magna), cidades muito ricas a partir da época púnica. De Garama também se podia chegar ao Vale do Nilo por uma rota setentrional que atravessava os oásis de Zuila, Zela, Aujila e Siwa – já conhecidos pelos autores antigos –, ou então por um trajeto mais meridional, onde Kifra desempenhava o papel de encruzilhada. Nessas regiões orientais do Saara deparamo-nos com o velho problema das comunicações neolíticas e protohistóricas, em que o Tibesti constituía um ponto de parada regular. Mas parece que as relações com o Egito helenístico, depois romano, declinaram, e que o comércio se deslocou cada vez mais para a costa mediterrânica.

O Saara na Antiguidade Clássica.
(Mapa fornecido por P. Salama.)

É também no Saara oriental, provavelmente, que devemos procurar o caminho da introdução do ferro no mundo negro.

O estudo dos meios de transporte também pode ajudar-nos a localizar melhor as rotas saarianas e atestar certas hipóteses. Sabemos que o grande deserto foi conquistado pelo cavalo, antes do camelo. Aqui, como em outros lugares, o período "equidiano" manifesta-se inicialmente pelo uso de carros. Não sabemos quando desapareceram, mas de acordo com Heródoto, os garamantes ainda os utilizavam; a arqueologia confirma esse testemunho. O camelo não é encontrado no Egito até os períodos persa e helenístico (séculos V e IV antes da Era Cristã), sendo hipótese aceitável que sua difusão no Saara tenha ocorrido a partir do baixo Vale do Nilo. O fato é de difícil datação.

Durante muitos séculos, a difusão desses animais foi lenta, porém sistemática, a julgar pelo grande número de representações rupestres "camelinas" – infelizmente mal datadas – presentes em todas as regiões do grande deserto, de técnica evidentemente muito posterior às belas representações "equidianas". Embora nenhum texto clássico mencione o fato, os garamantes e seus vassalos sem dúvida terminaram por adotar a utilização do camelo. O fornecimento de camelos também reforçou consideravelmente o potencial ofensivo dos nômades nos territórios romanos.

As escavações em Garama provam que durante os séculos II e I antes da Era Cristã os portos da costa sírtica, então pertencentes ao Reino da Numídia, mantinham relações comerciais com o Fezzan, de que em grande parte dependia sua riqueza. A história romana é mais conhecida. O primeiro passo da estratégia romana foi interromper as comunicações dos nômades com suas retaguardas, destruindo rapidamente os Estados saarianos mais fortes. Os nasamones e os Garamantes foram completamente submetidos desde o início do Alto império. Daí em diante, o fundamental era proteger o território colonizado através da organização cuidadosa de uma poderosa rede de fortalezas, rampas e linhas de comunicação (séculos II e III), implantadas geograficamente em função das vantagens do terreno. Desse modo, o controle do nomadismo saariano setentrional parecia estar assegurado. No entanto, a pacificação foi apenas temporária. A partir do século IV, intensifica-se o assédio dos nômades cameleiros às fronteiras, enfraquecendo a resistência das guarnições do *limes.*

Ainda que sejam incompletos, nossos conhecimentos sobre o Saara da Antiguidade continuam positivos; vários pontos são inquestionáveis. O dessecamento do clima não "matou" o deserto: a atividade humana se manteve. As

línguas e a escrita se consolidaram. Com a difusão do camelo, diminuíram os problemas de transporte e comunicação. A região participou à sua maneira da história dos grandes Estados mediterrânicos, assim como, talvez, a África tropical. Foi sem dúvida nesse contexto evolutivo que o renascimento medieval encontrou suas raízes.

Introdução ao fim da pré-história na África Subsaariana

Povos em diferentes estágios de desenvolvimento tecnológico, vivendo em diversas partes da África, foram contemporâneos entre si. A Idade da Pedra não teve ali um fim uniforme, as técnicas agrícolas foram adotadas em momentos diversos e muitas das comunidades ainda viviam da caça e da coleta em fins do I milênio da Era Cristã, utilizando uma tecnologia característica da Idade da Pedra. Contudo, nenhuma sociedade se manteve estática, e, na maioria dos casos, estabeleceram-se contatos culturais muito intensos, apesar das distâncias por vezes consideráveis. Esses contatos ocorreram com maior intensidade através do Saara, desempenhando um papel unificador na história da África. É impossível atribuir uma data precisa para o término do período estudado. De maneira geral, o início da Idade do Ferro na África Subsaariana caracterizou-se pela emergência de pequenos povoados, relativamente dispersos, e não pelo desenvolvimento de Estados, que surgiriam apenas no final desse período.

Para se entender o início da Idade do Ferro na África Subsaariana é essencial o conhecimento da sua formação linguística. Duas séries de eventos interessam-nos particularmente. Primeiramente, a fragmentação da família das línguas congo-kordofanianas; em segundo lugar, a dispersão das etnias de língua banto. Sabemos muito pouco acerca da primeira série de eventos. Tudo o que se pode dizer é que as línguas kordofanianas são antigas, relativamente numerosas, com frequência faladas por grupos de efetivo reduzido. Todas são faladas na moderna província do Kordofan, na República do Sudão. As línguas kordofanianas divergiram grandemente das línguas nígero-congolesas, ficando isoladas dos grupos linguísticos circunvizinhos.

A fragmentação das línguas nígero-congolesas pode estar relacionada à expansão gradual dos povos que o lento dessecamento do Saara expulsou para o sul do Sahel. Essa fragmentação foi situada entre -6000 e -3000, mas as opiniões

divergem. Ao abordarmos as línguas banto, deparamos com uma situação diferente. As línguas banto faladas na África Oriental, meridional e Central – mais de 2 mil – apresentam certos elementos de vocabulário e um quadro estrutural comuns, sendo, portanto, aparentadas.

Existe um consenso quanto à origem das línguas banto na África Ocidental, mas não quanto ao centro de dispersão imediato. Os autores que se dispuseram a propor uma cronologia situaram a expansão banto entre 2 mil a 3 mil anos atrás, aceitando o fato de que à época essa etnia já conhecia o uso do ferro.

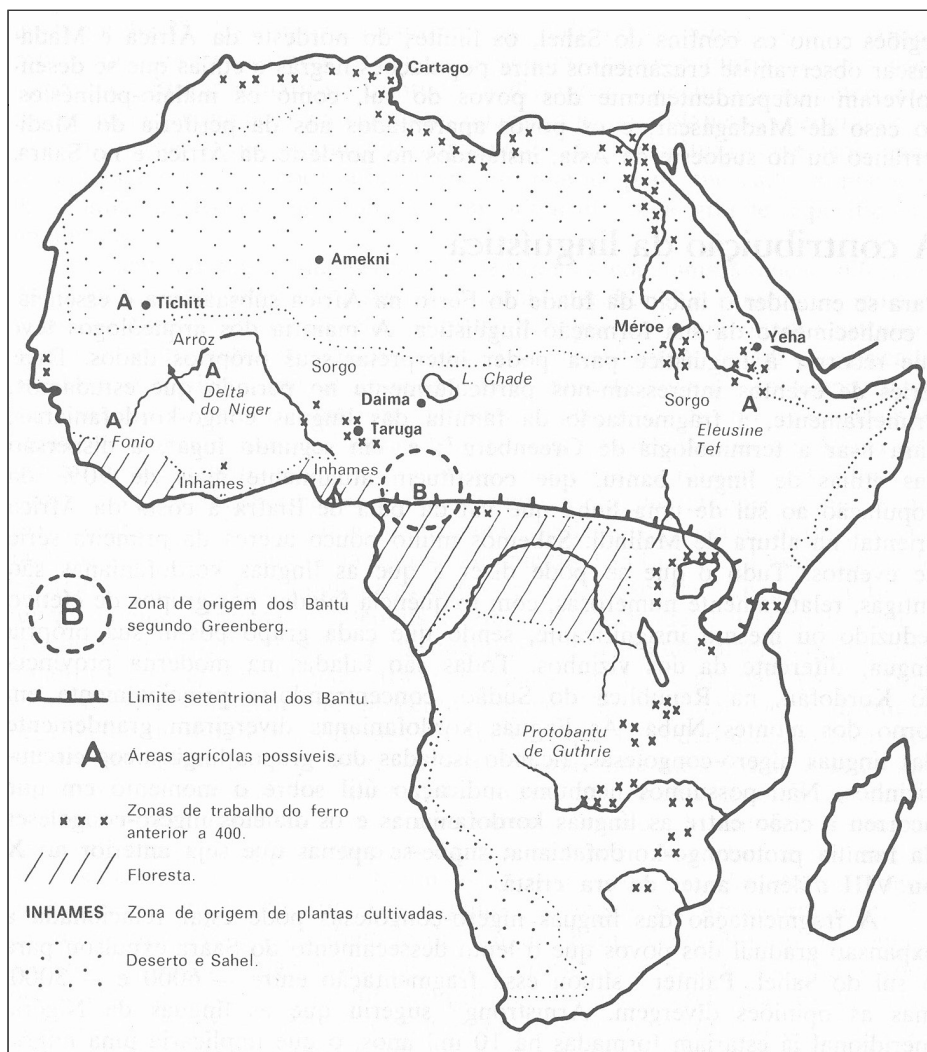
Antes de discutir a importância do ferro no processo de dispersão dos povos, deve-se levar em conta um outro elemento, a agricultura. A agricultura implica um certo controle de suprimento de víveres e um modo de vida relativamente sedentário em contraste com os deslocamentos constantes dos caçadores-coletores. Isso favorece o aumento do efetivo dos grupos e o desenvolvimento de estruturas – sociais e depois políticas – mais complexas. A agricultura implica igualmente uma população mais densa e um aumento na cifra total de população.

Embora as origens, a época e o modo de desenvolvimento da agricultura africana sejam relativamente controversos, em geral se admite que o início da agricultura, pelo menos na maioria das regiões da África onde se fala o banto, é contemporâneo do surgimento da metalurgia do ferro. Geralmente, também se acredita que vários dos primeiros gêneros alimentícios básicos na África banto, como a banana frutífera, o inhame, a *eleusine* cultivada e o sorgo, foram introduzidos, em última instância, através da África Ocidental, ou ainda, no caso da banana, indiretamente, pela Ásia do sudeste. O gado mais antigo é cronologicamente anterior à Idade do Ferro, estando presente na África Oriental desde o início do I milênio antes da Era Cristã. É possível que a difusão do pastoreio esteja relacionada à dispersão das culturas aquáticas.

Uma questão importante em qualquer discussão sobre a expansão inicial dos povos agrícolas na África Austral é a da origem da difusão da metalurgia do ferro. Quando se trata de limpar um terreno de moitas e arbustos ou de desbastar a orla de florestas e bosques, a ferramenta de corte é o instrumento mais cômodo. Na África Subsaariana não houve Idade do Bronze. O uso do cobre foi atestado pela primeira vez na Mauritânia e data de um período entre os séculos IX e V antes da Era Cristã e, portanto, precede de muito pouco os primeiros vestígios da metalurgia do ferro atestados na África Ocidental – em Taruga, no Planalto de Jos (Nigéria) –, que remontam aos séculos V ou IV antes da Era Cristã.

Configurou-se uma especulação considerável em torno da questão das origens da metalurgia do ferro na África.

No conjunto, o número de sítios conhecidos no início da Idade do Ferro é ainda muito pequeno para se poder estabelecer, com alguma certeza, a época em que a metalurgia foi introduzida nas diversas regiões da África tropical. As escassas provas de que dispomos atestam que os sítios conhecidos na África Ocidental são mais antigos que os da África Oriental ou Central. A metalurgia do ferro generalizou-se com notável rapidez, como testemunham as datas mais antigas em que é comprovada na África do Sul – em torno do ano 400 da Era Cristã –, posteriores de apenas alguns séculos à maior parte das datas da África Ocidental.

A rápida difusão da metalurgia do ferro condiz bastante com o que nos ensina a linguística. Os dados arqueológicos provenientes da África Oriental e Central não contradizem essa abordagem: a cerâmica do início da Idade do Ferro encontrada na África tropical apresenta semelhanças de forma e decoração que só se explicam admitindo-se uma origem comum para os diferentes artigos. O Saara não foi obstáculo nem espaço morto, mas uma região com uma história particular, rica. Sua população era pouco densa, nômade e com certeza consistia principalmente em pastores que se deslocavam entre o deserto e as terras altas, dirigindo-se para o norte ou para o sul do cinturão saheliano de acordo com as exigências da estação. A arte rupestre indica a presença de vias de comunicação com o cinturão sudanês desde -500. Ela força-nos a admitir que as vias saarianas devem ter sido praticáveis para cavalos, bois e, quase certamente, para jumentos. Na rota oriental, as representações concentram-se principalmente no Tassili; Lhote indicou a existência de possíveis terminais na costa da Tripolitânia em centros como Leptis, Oea e Sabrata. Bovill sugere serem elas o ponto de partida do itinerário dos Garamantes rumo ao Fezzan. É possível mesmo que os camelos tenham servido como animais de carga na rota ocidental desse tráfico antes da chegada dos árabes, no fim do século VIII, pois já eram conhecidos na África do Norte desde o século I antes da Era Cristã pelo menos. A riqueza exibida pelos construtores de túmulos e megálitos das áreas da Senegâmbia e do alto Níger por volta do ano +1000 talvez seja um dos melhores indicadores da existência – e da amplitude – do comércio pré-islâmico. É difícil saber com precisão a antiguidade desse tráfico ou a importância real dos contatos exteriores.

Hipóteses da origem dos banto e do início da metalurgia do ferro. (Mapa fornecido por M. Posnansky.)

A costa da África Oriental e seu papel no comércio marítimo

Uma das características notáveis da costa oriental da África ao longo da história é a relativa facilidade de acesso a essa área, tanto através do interior como do mar. A acessibilidade pelo interior foi um fator vital das migrações

em direção à franja costeira e ajuda a elucidar a complexidade étnica e cultural dessa região. Por outro lado, o mar foi uma via de contatos e de interação com o mundo exterior. Portanto, um dos aspectos principais da história da costa oriental da África durante os últimos 2000 anos não foi o isolamento, mas a interpenetração de duas correntes culturais que constituíram um novo amálgama, a civilização costeira swahili. O veículo deste processo foi o comércio, que facilitou a integração da costa africana oriental no sistema econômico internacional, com as consequências decorrentes.

Ao que tudo indica, antes do estabelecimento dos laços comerciais internacionais, a população da costa da África Oriental apresentava um nível muito baixo de desenvolvimento tecnológico e provavelmente também sociopolítico. Desse modo, quando se estabilizaram as relações do comércio internacional, a iniciativa ficou com os marinheiros vindos das margens setentrionais do Oceano Índico.

Os testemunhos históricos mais antigos sobre o Oceano Índico ocidental sugerem que não existia nenhuma relação comercial entre a África Oriental e a Índia antes do século VII da Era Cristã. Mesmo o comércio entre a Índia e o Oriente Médio na época do "Périplo" parece ter-se limitado a alguns produtos de luxo. Ao contrário, nessa época a Índia parece ter sido um ativo exportador de marfim, o que provavelmente retardou a exploração desse produto na África. Tal exploração foi estimulada possivelmente pela intensa rivalidade entre os Estados gregos sucessores de Alexandre. O controle rigoroso exercido pelos selêucidas sobre as rotas terrestres para a Índia levou os ptolomeus do Egito a procurarem marfim proveniente de outros lugares. Desse modo, eles se voltaram para a exploração da costa africana do mar Vermelho, estabelecendo uma série de postos de caça ao elefante até a entrada desse mar. Em consequência, a política dos ptolomeus resultou numa enorme expansão do comércio de marfim.

Sem dúvida, esses vínculos comerciais precederam o estabelecimento dos árabes sobre a costa da África Oriental, que o "Périplo", na segunda metade do século I antes da Era Cristã, descreveu como "antiga". Na ausência de testemunho arqueológico, é difícil determinar exatamente a data de fixação desses vínculos comerciais e de sua extensão para o sul. No estado atual de nossos conhecimentos, talvez possamos fazer remontar ao século II antes da Era Cristã a expansão comercial árabe para a África Oriental.

Qualquer que tenha sido o nível das atividades comerciais árabes ao longo da costa da África Oriental durante o período pré-romano, é quase certo que a unificação econômica e a opulência do Império romano lhes deram novo impulso. A demanda de marfim aumentou enormemente. No primeiro século

da Era Cristã, só se obtinha o marfim em áreas muito distantes, no interior da região do alto Nilo, de onde era levado a Adulis. Em consequência, a importação de marfim da costa oriental da África ganhou maior importância. Desse modo, a região ficou ainda mais integrada no sistema de comércio internacional centrado no Mediterrâneo, através do Estado de Himiar, no sudoeste da Arábia.

A assimilação da costa oriental da África no sistema internacional não se dava apenas no nível do comércio, mas implicava uma dominação política e uma penetração social que pode ter estimulado o processo de criação de um tipo de população costeira mestiça, voltada para a navegação e o comércio, servindo de agente local do sistema de comércio internacional.

A Azania, nome dado pelos romanos à costa oriental da África ao sul de Ras Hafun, provavelmente não era unificada no plano econômico, consistindo, em realidade, numa série de cidades-mercado, cada uma com seu próprio chefe; todas dependiam de sua exígua região interior para obter as mercadorias que exportavam; e eram visitadas diretamente pelas embarcações que navegavam com a monção. A única cidade-mercado costeira ao sul de Ras Hafun mencionada no "Périplo" é Rhapta. A função econômica mais importante do porto era a exportação de "uma grande quantidade de marfim", presas de rinoceronte, cascos de tartaruga de alta qualidade e um pouco de óleo de coco. Estas mercadorias eram trocadas por artigos de ferro e diversos artigos de vidro.

Ao longo da costa da Somália estabeleceu-se um novo empório chamado Es Sina; Sarapion e Nikon (Tonik) são descritos respectivamente como um porto e um empório. Mas o desenvolvimento mais espetacular ocorreu em Rhapta, descrita como "uma metrópole", o que, segundo o costume ptolomaico, designa a capital de um Estado; não há mais nenhuma referência à suserania árabe. Ainda que se trate de uma prova negativa, é muito provável que o crescimento do comércio tenha permitido a Rhapta adquirir riqueza e poder suficientes para abolir a suserania árabe e estabelecer um Estado politicamente independente. Provavelmente, o crescimento do comércio se tornou possível devido à expansão do interior de Rhapta na época de Ptolomeu. Desse modo, em meados do século II, grande parte da costa da África Oriental e pelo menos uma porção do corredor do Pangani tinham sido incorporadas ao sistema do comércio internacional. Quais foram as consequências do envolvimento da África Oriental neste sistema comercial? Em seu apogeu, tal comércio pode ter estimulado o crescimento econômico através do fornecimento de objetos de ferro e, talvez, do conhecimento da metalurgia, que teria uma importância fundamental para a história da África Oriental. Além disso,

a demanda de marfim, chifres de rinoceronte e cascos de tartaruga valorizou tais recursos, aumentando assim as fontes de riqueza dessa parte do continente. O comércio internacional pode ter provocado ainda a urbanização incipiente das cidades-mercado.

O domínio persa sobre o oeste do Oceano Índico nos séculos VI e VII, particularmente tendo em vista o declínio dos árabes e a incapacidade dos etíopes para substituí-los, sugere que os persas tinham uma influência comercial dominante na costa da África Oriental. Não é impossível que a forte tradição da imigração shirazi (persa) para a costa da África Oriental se tenha originado nesse período. Há provas de contatos comerciais entre a África Oriental e o Golfo Pérsico pelo menos desde o século VII, que já pertencem ao período islâmico, embora possam se estender também ao período pré-islâmico. Já existem referências a importações de escravos da África Oriental (Zanj) e de outros lugares, para servirem de soldados, domésticos e trabalhadores agrícolas nas terras pantanosas do sul do Iraque. Também há indicações de que escravos zanj teriam chegado à China desde o século VII.

Os persas e o Golfo Pérsico também podem ter começado a desempenhar um papel importante como intermediários entre a África Oriental e a Índia. A queda do Império romano tinha privado a África Oriental de seu principal mercado de marfim. Mas já no início do século VI a demanda indiana de marfim parece ter excedido as disponibilidades locais. No século X, a Índia e a China eram os mercados mais importantes de marfim da África Oriental.

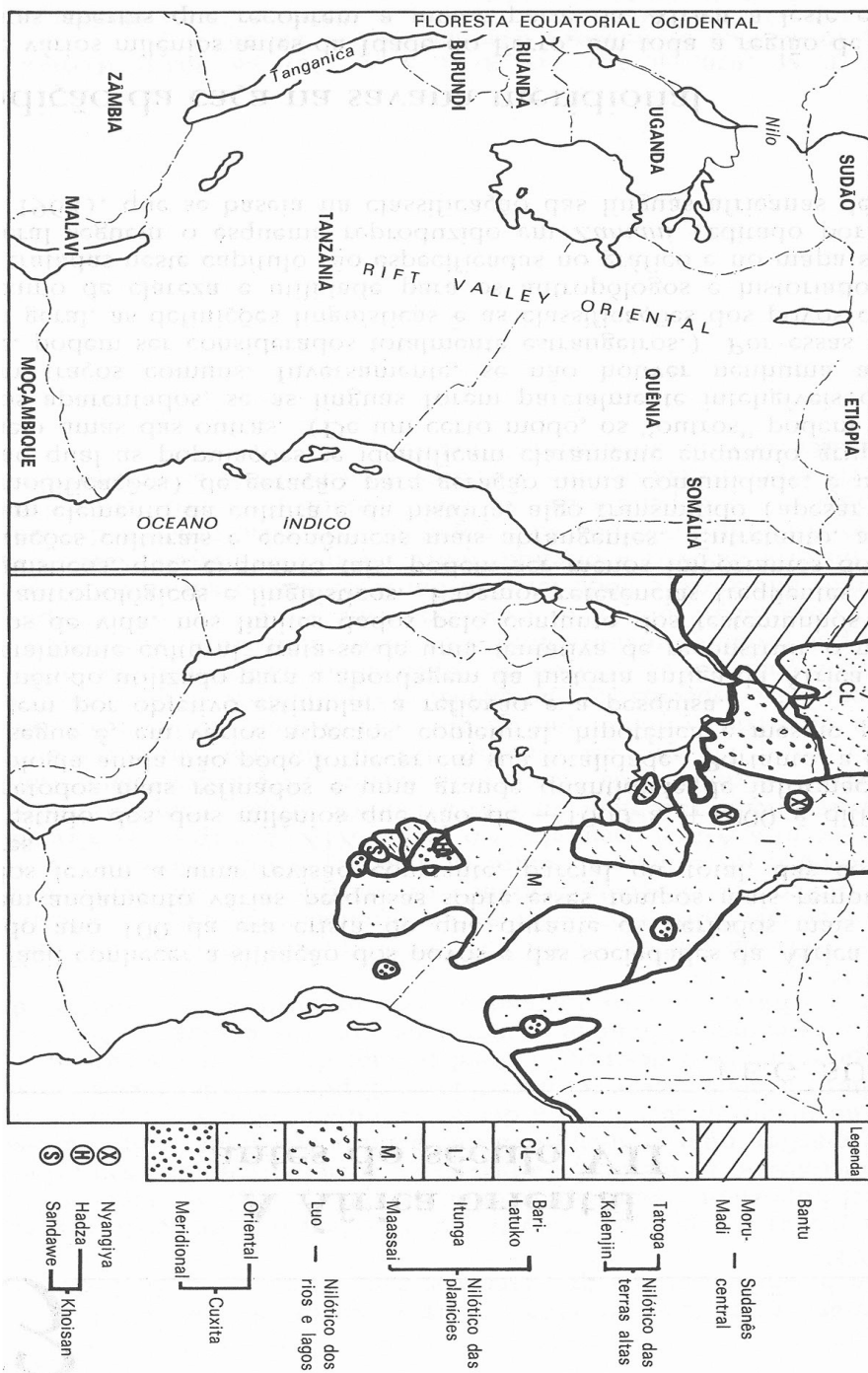
Por volta do fim do século VII, portanto, tinham se restabelecido sólidos laços comerciais entre a costa da África Oriental e as margens setentrionais do Oceano Índico. A crescente demanda de marfim na Índia permitiu ao menos a criação de laços comerciais entre as duas regiões de "floresta", e o mercado indiano serviu a África Oriental até o século XIX. Em troca, os africanos orientais provavelmente recebiam uma variedade de artigos manufaturados. Tais trocas sustentavam as cidades-Estado fundadas ao longo da costa. Durante esta segunda fase de sua história, porém, o comércio da costa da África Oriental passou por apenas uma reorientação, sem que se alterassem seus aspectos fundamentais: diversificou-se o mercado do marfim, mas a economia não se libertou da dependência da troca de algumas matérias-primas por produtos manufaturados de luxo. Embora a exportação de escravos não constituísse um fluxo excessivamente violento e ininterrupto, reduzia os recursos humanos. Contudo, o comércio era controlado por uma população costeira, produto do comércio internacional e que dependia de sua continuidade para prosperar.

A África Oriental antes do século VII

Durante vários milênios antes da Idade do Ferro, em toda a região de savanas e florestas abertas que recobrem a maior parte da África a leste e ao sul do grande cinturão florestal equatorial, a população era constituída essencialmente de caçadores-coletores que utilizavam o arco, a flecha e as técnicas avançadas do trabalho da pedra. Em geral, essas populações pertenciam a um tipo físico cujos descendentes são, hoje em dia, os chamados San e Khoi-Khoi, que habitam o Calaari e seus arredores. É provável que sua língua se classifique entre as da família khoisan, que se distingue por seus "cliques".

Esse modo de vida amplamente difundido dos caçadores-coletores da savana tinha possibilidades econômicas e desenvolvimento cultural próprios. Embora viesse da coleta a parte principal dos alimentos consumidos, a busca da carne, que constituía a tarefa mais difícil e respeitada, era essencial para o estabelecimento de uma dieta equilibrada. Tudo isso dependia de um certo grau de mobilidade, com acampamentos sazonais mas não estabelecimentos permanentes, com homens seguindo os deslocamentos da caça e explorando os recursos vegetais do território. Tais práticas teriam restringido o crescimento da população e, talvez, inibido mudanças. Isso ajuda a explicar por que, durante os milênios recentes, essa antiga população da savana foi assimilada pelas comunidades de pescadores, pastores e agricultores que, empregando métodos mais intensivos e produtivos para a obtenção de alimentos, puderam manter bases mais estáveis, crescer em número e ampliar seu território. Portanto, a maior parte da vasta região outrora ocupada pelos caçadores-coletores tornou-se posteriormente domínio dos agricultores banto.

No entanto, nem toda a África Oriental se tornou parte integrante do mundo banto. Uganda do norte, grande parte do Quênia e setores do norte da Tanzânia central foram durante muito tempo ocupados por populações distintas, que falavam línguas cuxitas, nilóticas etc. Algumas dessas populações se estabeleceram durante a Idade do Ferro, e outras ainda mais cedo.

Na floresta pluvial da Bacia do Congo e principalmente nas suas margens orientais que se prolongam até Ruanda e o sudoeste de Uganda vivem os pigmeus. Sua importância e seu número diminuíram com o correr do tempo, devido à expansão gradual dos agricultores sedentários, principalmente banto, que desbastaram uma boa parte da floresta e reduziram os recursos alimentares naturais de que os pigmeus extraíam sua subsistência. Muitos deles foram assimilados, mas outros sobrevivem em grupos independentes, embora mantendo relações com seus vizinhos banto e falando a língua destes.

África Oriental: mapa político e mapa indicativo da distribuição de línguas e povos. (Mapa fornecido por J. E. G. Sutton.)

Embora fosse, como a dos San, baseada na caça de animais selvagens e na coleta de vegetais, a economia dos pigmeus que viviam na floresta exigia um ajustamento ecológico e uma especialização tecnológica muito específicos. Classificar os pigmeus e os san na mesma categoria de "caçadores-coletores" seria ignorar a diferença entre seus modos de vida e de pensar, tão diversos um do outro como o são o dos agricultores banto. Todavia, existem pouquíssimos dados históricos sobre os pigmeus e sua distribuição geográfica anterior.

Os primeiros bovinos africanos orientais foram introduzidos nas terras altas e na região do Rift Valley do Quênia há aproximadamente três mil anos. Em diversos sítios arqueológicos anteriores à Idade do Ferro foram encontrados esqueletos de vacas e de cabras (ou de ovelhas) datados do primeiro milênio.

A economia não era exclusivamente pastoril. Costumavam-se caçar antílopes e outras espécies. Ainda não se sabe ao certo se esses povos cultivavam certas variedades de sorgo ou milhete ou ainda outras plantas, mas é muito provável. Primeiramente, a quantidade das cerâmicas descobertas em alguns desses sítios sugere que pelo menos uma parte da população era mais sedentária do que seria de esperar de uma comunidade exclusivamente pastoril.

Os diferentes estilos de cerâmica e outras características da cultura material desses primeiros pastores das terras altas e do Rift Valley do Quênia e da Tanzânia setentrional parecem revelar influências da região do médio Nilo. No entanto, trata-se provavelmente de influências indiretas. Tais influências não significam necessariamente que o gado e seus pastores fossem originários daquela região; é mais provável que sejam o resultado de uma assimilação devida aos contatos com a antiga população aquática e com as populações nilóticas; estes dois últimos grupos relacionavam-se há muito tempo através dos lagos do Rift Valley.

Assim formamos a imagem de uma população pastoril de língua cuxita, de estatura elevada e de cor relativamente clara, que se expandiu para o sul, assenhoreando-se de ricos prados, planícies e principalmente planaltos do Quênia e da Tanzânia setentrional há aproximadamente três mil anos.

Ao passo que, durante o primeiro milênio antes da Era Cristã, a atividade pastoril e o tabu do peixe que a acompanhava caracterizavam cultural e etnicamente os cuxitas numa das áreas da África Oriental, o trabalho e a utilização do ferro distinguiam os primeiros banto durante o milênio seguinte. Os primeiros banto dependiam do ferro e eram considerados como o povo que detinha o segredo de sua metalurgia.

A expansão principal dos banto foi ampla e rápida, não tendo ocorrido através de fases progressivas, como afirmaram alguns autores. Mas também não se tratou de uma perambulação de nômades errantes nem de uma conquista militar

organizada. Foi um processo notável de *colonização* – no verdadeiro sentido da palavra – a exploração de terras totalmente desocupadas. Cerca de um terço da África Oriental permaneceu não banto devido à resistência e adaptabilidade de algumas das populações primitivas, principalmente na extensa zona do Rift oriental com seus antigos povos cuxitas, acrescidos durante a Idade do Ferro pela chegada de contingentes nilóticos.

Isso não significa que durante esses dois mil anos não tenha existido nenhuma interação entre os banto e vários cuxitas ou nilóticos na África Oriental. De tempos em tempos devem ter ocorrido miscigenação e assimilação, em ambos os lados, bem como empréstimos culturais e diversos tipos de enriquecimento econômico. O fato é surpreendente entre os Kikuyu, cuja população é muito numerosa e densa.

A expansão banto estava praticamente concluída e seu limite setentrional na África do leste se estabilizou há aproximadamente 1500 anos. Nessa linha irregular e flexível, a colonização banto foi contida por culturas e economias vigorosas e suficientemente adaptáveis, que se haviam fixado anteriormente. A situação era diferente em torno do Lago Vitória e em toda a região que se estende ao sul.

Com a nova tecnologia ficaram assegurados o êxito e a superioridade dos banto. Eles podiam permitir-se assimilar os caçadores sem medo de perder sua identidade ou diluir sua cultura. Não parece ter havido necessidade de conservar traços distintivos e artificiais ou interdições: aparentemente não existem mutilações corporais ou tabus comuns aos banto. Sua nova língua, que codificava seu modo de vida, era o suficiente. A economia, até onde se pode julgar, era flexível; dependendo das condições locais, podia incluir a caça, a pesca ou a criação de bovinos. É possível que o elemento básico normal fosse o sorgo.

Além dos banto, várias séries de grupos linguísticos com parentesco distante ocuparam uma grande parte da África Oriental durante a Idade do Ferro: os nilotas. Eles são acentuadamente negros. Contudo, é certo que as populações de língua nilótica, que entraram mais profundamente a leste e ao sul na antiga zona cuxita do Quênia e da Tanzânia setentrional, assimilaram uma parte da população "etiopoide" anterior. A ascendência parcialmente cuxita também se manifesta em sua herança cultural e envolve numerosos empréstimos tomados às línguas cuxitas. Basicamente, contudo, suas línguas continuam a ser nilóticas.

Não se sabe nada de concreto sobre a proto-história dos nilotas. No entanto, a repartição e as relações internas de seus três ramos atuais indicam que sua pátria de origem se localizaria nas baixas pradarias da bacia do alto Nilo e nas margens de seus lagos e cursos de água. Pode-se imaginar que sua aparição enquanto grupo dominante no ramo sudanês oriental da família linguística

Chari-Nilo e suas expansões periódicas, rápidas e talvez explosivas, em diversas direções, sejam o resultado da adoção de práticas de criação de gado nesta parte da antiga zona aquática, há três mil anos. É provável que o gado proviesse dos cuxitas das terras altas etíopes do leste, ou mais provavelmente das populações estabelecidas mais ao sul, no Nilo. Aqui, na Bacia do Nilo Branco, a pesca era praticada paralelamente à criação de gado e à cultura de cereais.

A repartição atual e as comparações linguísticas internas dos primeiros nilotas das terras altas mostram que devem ter se instalado no Quênia há alguns milhares de anos. É possível que sua aparição enquanto grupo com identidade, cultura e língua próprias tenha coincidido com a chegada do ferro à Bacia do alto Nilo e aos limites da Etiópia. Nessas regiões e na zona cuxita, o conhecimento do ferro e as técnicas de trabalhá-lo são provavelmente provenientes do norte. Esse processo teria sido independente da adoção do ferro pelos antigos banto.

Quaisquer que tenham sido as razões do sucesso dos nilotas das terras altas durante o primeiro milênio da Era Cristã, eles chegaram a controlar progressivamente uma grande parte, mas não a totalidade, do Rift Valley, das regiões montanhosas vizinhas e das planícies que anteriormente haviam sido cuxitas. A assimilação desempenhou um papel tão importante quanto a invasão e a expulsão e deve ter prosseguido durante boa parte do segundo milênio. Estes nilotas já conheciam a criação do gado de grande porte e a cultura dos cereais; no entanto, com certeza tinham muito a aprender dos cuxitas no que se refere à adaptação destas formas de atividade a seu novo meio ambiente montanhoso. Além disso, sua organização social e seus grupos etários sucessivos parecem ser um amálgama de elementos nilóticos e cuxitas. O mesmo ocorre com a interdição do peixe.

A maioria dos nilotas permaneceu na Bacia do Nilo, principalmente no Sudão meridional. Eles não sofreram diretamente a influência dos modos de vida cuxita, e combinaram adequadamente a criação de gado, a cultura de cereais e a pesca. No entanto, os nilotas das planícies acabaram por se dividir em três ramos principais: o grupo bari-lotuko, itunga (karamojong, turkana, teso etc.), massai.

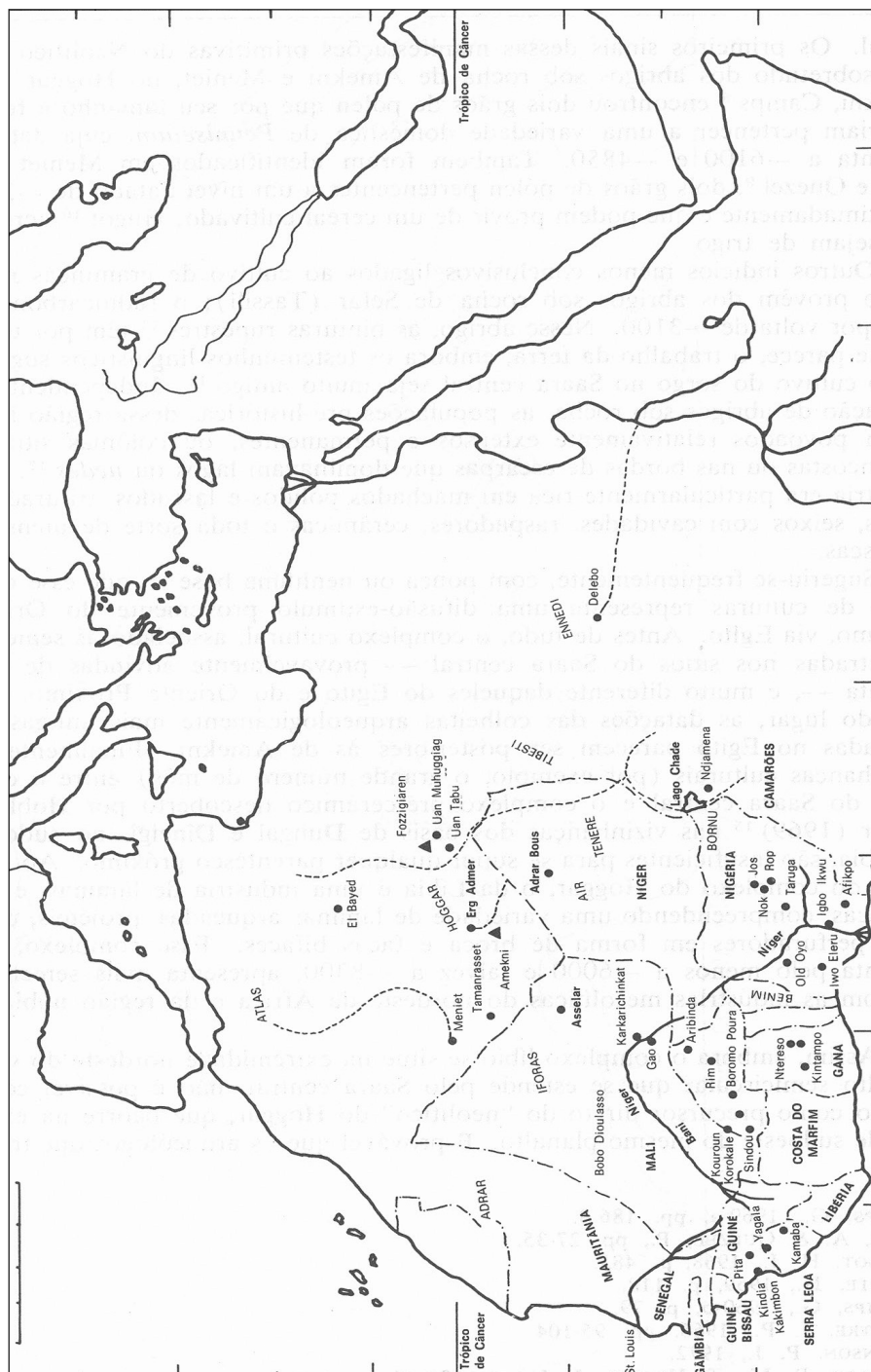
A África Ocidental antes do século VII

O exame crítico dos dados arqueológicos (e outros) de que dispomos não corrobora a ideia de que as origens, o desenvolvimento e o caráter geral das sociedades neolíticas e da Idade do Ferro da África Ocidental decorrem, sobretudo, de fatores culturais externos. Os dados sugerem que fatores complexos de ordem regional, sub-regional ou local desempenharam um papel de importância variável; que os sítios do Neolítico e da Idade do Ferro na África Ocidental podem

ser compreendidos como partes constituintes de sistemas de sítios integrados, tanto quanto possível, com as principais condicionantes ecológicas em jogo.

O conjunto dos dados paleontológicos, botânicos, ecológicos, etnográficos e arqueológicos indicam que, no plano geral, os primeiros complexos de produção alimentar adotados foram a exploração do solo (plantio), o pastoreio e a exploração mista (isto é, a combinação do cultivo e das atividades pastoris). A um nível específico, tais complexos diferiam segundo as espécies de plantas cultivadas, as raças de animais criadas, a maneira como se praticava a cultura e a criação, assim como os tipos de povoamento e os sistemas sociais adotados.

Os dados arqueológicos e etnográficos sugerem a presença dos seguintes elementos na África Ocidental: 1) uma criação de gado muito antiga no Saara setentrional e oriental; 2) complexos primários de culturas de gramíneas, talvez permanentes, nas encostas e escarpas das terras altas do Saara central; 3) complexos de culturas de gramíneas em certas regiões do Sahel e das savanas setentrionais, sujeitas a influências provenientes do norte e do sul. Parece que o delta interior do Níger, a orla do maciço de Futa Djalon nas bacias superiores do Senegal, do Níger e do Gâmbia, e ainda os arredores sudaneses em geral teriam sido o núcleo a partir do qual se difundiram as culturas do arroz (*oryza glaberrima*), do milhete (*digitaria*), do sorgo e do painço-de-cana; 4) a exploração mista e a criação de gado nas regiões central e oriental do Sahel e em certas partes setentrionais da savana, onde o dessecamento do Saara teria desempenhado papel de relevo; 5) complexos de culturas de raízes e de árvores na orla das florestas do extremo sul (ALEXANDER e COURSEY, 1969).

Até agora, a mais conhecida das sociedades da Idade do Ferro Antiga é talvez a de Nok, que parece ter sido uma das mais antigas e influentes. Tudo indica que as populações de Nok trabalhavam o ferro desde -500 e provavelmente até mesmo um pouco antes. O que mais se conhece dessa cultura é sua notável tradição artística, com destaque para as estatuetas de terracota. Apesar de conhecerem a metalurgia do ferro, as populações de Nok ainda continuavam a usar utensílios de pedra nas atividades em que os consideravam mais eficientes. Mesmo quando coexistiam na mesma época e no quadro da mesma tradição artística, alguns sítios de Nok apresentavam características originais, que sugerem variações regionais. Assim, por exemplo, os machados polidos estão totalmente ausentes em Taruga, e existem diferenças na cerâmica doméstica de Samun Dukiya, Taruga e Katsina Ala. Não só a cultura Nok estava firmemente estabelecida há bem mais de 2500 anos como sua influência parece ter sido profunda. Assim é que se encontram alguns dos traços estilísticos da cultura Nok em estatuetas de argila de Daima, onde a metalurgia do ferro teve início em torno do século V ou VI da Era Cristã.

África Ocidental: sítios pré-históricos importantes. (Mapa fornecido por B. Wai-Andah.)

Num raio de 100km ao redor de Fort Lamy, na República do Chade, numerosos e importantes montículos foram descobertos nas colinas naturais ou artificiais às margens dos rios do Vale do baixo Chari; continham quase os mesmos objetos de Nok e Daima. Nesses povoados utilizavam-se também enormes vasos funerários, que eram cercados por muros defensivos.

Para a Nigéria meridional, as numerosas semelhanças observadas nas artes de Nok e de Ife não se devem ao acaso. Como em Nok, encontram-se em Ife, em Benin e, num grau menor, em outras antigas cidades do país Ioruba, uma tradição escultural naturalista que remonta pelo menos a +960 (±130), assim como pingentes e colares elaborados. A cerâmica doméstica encontrada em Ife representa um progresso em relação aos espécimes de Nok, sobretudo na decoração, mais variada. Fragmentos de cerâmica pavimentavam o solo das habitações.

As escavações de Igbo Ukwu mostraram claramente que o ferro era trabalhado na Nigéria do sudeste desde o século IX da Era Cristã, mas nada sugere que não possa ser anterior. Não está esclarecida a época em que se teriam estabelecido relações culturais entre Ife e Igbo Ukwu. Na medida em que certos objetos funerários descobertos em Daima tendem a indicar a presença de relações comerciais entre Ife e Daima, é bem possível que haja paralelo cultural e coincidência cronológica. Portanto, existe uma real possibilidade de que Ife remonte pelo menos ao século VI da Era Cristã.

A Idade do Ferro no extremo ocidente africano é ainda menos conhecida que a de Nok e das áreas vizinhas. Assim, as poucas informações de que dispomos sobre a Mauritânia não se referem a uma Idade do Ferro, mas a uma "Idade do Cobre". Para a região do médio Níger, e particularmente para a Senegâmbia, dispomos apenas de uma sequência cronológica parcial.

As escavações efetuadas por N. Lambert em Akjujit (Mauritânia) indicam que a fundição do cobre no Saara ocidental data pelo menos de -570 a -400. Esse período também pode ter sido o do comércio transaariano do cobre.

As importações do cobre e de suas ligas se davam sob várias formas, que pouco se alteraram no decorrer dos séculos: lingotes, manilhas, anéis, fios, sinos e recipientes, provavelmente utilizados, sem alterações, seja como matéria-prima para a indústria local, seja para a fundição mediante o processo da cera perdida e para martelagem, trefilação, torção etc.

Encontraram-se montículos de terra artificiais – sítios de povoamentos ou sepulturas (*tumuli*) – nas três áreas principais da região do médio Níger: na confluência Níger-Bani no Vale de Bani; no norte e no nordeste de Macina e de Segu; no extremo leste da curva do Níger, no alto Volta. Nessas três áreas foram

descobertas cerâmicas volumosas e espessas, decoradas principalmente com roletes de corda trançada, e frequentemente usadas como jarros funerários. Objetos de bronze e de cobre também estavam presentes na zona da curva do Níger.

Em Segu e Tombuctu, algumas dessas populações da Idade do Ferro compunham-se principalmente de agricultores que cultivavam o milhete e o arroz; outras se dedicavam sobretudo à pesca. Nessa região existiam notáveis monumentos pré-islâmicos, de pedras artisticamente trabalhadas a martelo, e algumas das descobertas se estendem por dezenas de hectares, testemunhando importantes concentrações de população.

Tumuli funerários foram descobertos igualmente em certos setores da Senegâmbia, particularmente em Rao, situado na embocadura do rio Senegal, e no norte do Senegal, ao longo do rio. Os defuntos eram sepultados em habitáculos de madeira recobertos por montículos de pelo menos 4m de altura, contendo utensílios de ferro, braceletes de cobre, colares, joias de ouro e vários tipos de cerâmica de formas simples. Esses megálitos datariam de +750.

Os objetos descobertos em túmulos do Fezzan indicam que, entre os séculos I e IV da Era Cristã, mercadorias romanas eram importadas para a região. Durante a segunda metade do século II antes da Era Cristã, os romanos ao que parece passaram a importar, por sua vez, marfim e escravos do Sudão, tendo os garamantes como intermediários. As fontes literárias também se referem a expedições de caça e a invasões no sul, e descobriram-se objetos de origem romana ao longo da "rota dos carros" no sudoeste do Fezzan. Após o declínio de Roma, o comércio decaiu, mas posteriormente se reativou com a reconquista bizantina, após +533 e antes da invasão do Fezzan pelos árabes. Pesquisas arqueológicas recentes mostram claramente a importância, nos tempos pré-históricos, das relações comerciais de longa distância com as populações do Saara e da África setentrional.

As provas recolhidas testemunham a existência, a partir do início da Idade do Ferro, de uma complexa e ampla rede de comércio de longa distância, alimentada pelos produtos de indústrias locais (principalmente peixe e sal), entre as populações do litoral e os agricultores do interior, de um lado, e entre essas populações meridionais e as sociedades do norte, mais voltadas para a criação, do outro. Esse comércio assentava em importantes produtos locais, como o ferro e a pedra (para utensílios e armas), couro, sal, cereais, peixe seco, tecidos, cerâmica, madeira trabalhada, nozes de *kola* e ornamentos pessoais de pedra e de ferro. Em numerosas comunidades agrícolas da África Ocidental os machados de pedra polida e as cerâmicas eram transportados por distâncias de centenas de quilômetros desde o Neolítico e a Idade do Ferro.

As modalidades de desenvolvimento do comércio e do artesanato (indústrias) na África Ocidental determinaram e mantiveram rotas comerciais entre

essa parte da África e o Saara. Esse comércio interior favoreceu igualmente a formação de povoados e cidades de maiores dimensões durante o Neolítico Recente e a Idade do Ferro. Informações arqueológicas cada vez mais numerosas, inclusive para as regiões florestais da África Ocidental, continuam a indicar que o aparecimento posterior dos reinos Ashanti, Ioruba e do Benin, assim como a cultura de Igbo Ukwu, dependeram essencialmente de uma exploração muito bem-sucedida do meio ambiente por povos primitivos que conheciam – ou, em certos casos, ignoravam – o uso do ferro.

A África Central

Dois problemas fundamentais se colocam para a história da África: a difusão da metalurgia e a expansão das línguas banto. Há muito tempo vem se observando uma clara tendência a relacionar as duas questões explicando-as uma pela outra. A difusão da metalurgia é vista como consequência da expansão dos povos de língua banto, a qual, por sua vez, teria sido facilitada pela posse de instrumentos de ferro, que tornou possível afrontar a floresta equatorial.

Os linguistas foram os primeiros a formular a teoria segundo a qual as línguas banto ter-se-iam originado nos planaltos da Nigéria e da República de Camarões. A partir daí, arqueólogos, historiadores e antropólogos procuraram adequar suas descobertas a essa hipótese; no entanto, as áreas cobertas por essas ciências não coincidem exatamente, e é pena que a palavra *banto*, um termo linguístico, viesse a ser usada para o conceito etnológico dos povos banto e suas sociedades e, daí em diante, para o conceito arqueológico da Idade do Ferro banto.

A região de que trata essa parte é a África Central, ou seja, a República do Zaire e alguns países vizinhos: Gabão, Congo, República Centro-Africana, Ruanda, Burundi e o norte da Zâmbia. Constitui uma enorme bacia com altitude média de 500m. Em torno dessa vasta planície interior formam-se montanhas e elevados planaltos. A bacia central é coberta por densa floresta equatorial margeada por zonas de savana.

Pouco se sabe sobre o modo de vida das populações do início da Idade do Ferro. Os indícios existentes variam segundo a extensão das pesquisas realizadas: os sítios da Zâmbia e os cemitérios de Sanga e Katoto, no Shaba, forneceram os dados mais concretos, por volta do século IV. São raros os sítios de habitação na África Central. Os únicos conhecidos são os de Gombe, Kalambo Falls e, talvez, Katongo.

O único indício de atividade agrícola no início da Idade do Ferro são as enxadas de ferro, praticamente idênticas às modernas. Os buracos cavados no solo foram considerados como silos subterrâneos, e as pequenas construções de

barro amassado e palha, como celeiros. A presença da mosca tsé-tsé em certas regiões constitui sério obstáculo à criação de animais. A caça e a pesca ainda eram as principais fontes de alimento.

Um certo número de objetos encontrados durante as escavações denota a existência de amplas redes de comércio na Idade do Ferro Antiga. O comércio parece ter-se limitado sobretudo às áreas próximas aos grandes rios, ou seja, o Zaire e o Zambeze. Os sítios localizados longe dos rios ou da região dos lagos forneceram muito poucos objetos importados.

Cabe distinguir aqui dois tipos de circuitos comerciais: o comércio regional, que lidava sobretudo com metais, cerâmicas, cestos, peixes secos e sal, e o comércio a longa distância, que operava com conchas (cauri e conuses), contas de vidro e metais – como o cobre. No Zaire, em Sanga e em Katoto, todas as conchas e contas procediam da costa leste, com exceção de um tipo de concha de Katoto vinda do Atlântico, distante cerca de 1400km em linha reta. Cruzetas de cobre, usadas como espécie de moeda, foram encontradas em regiões bem afastadas das áreas cupríferas.

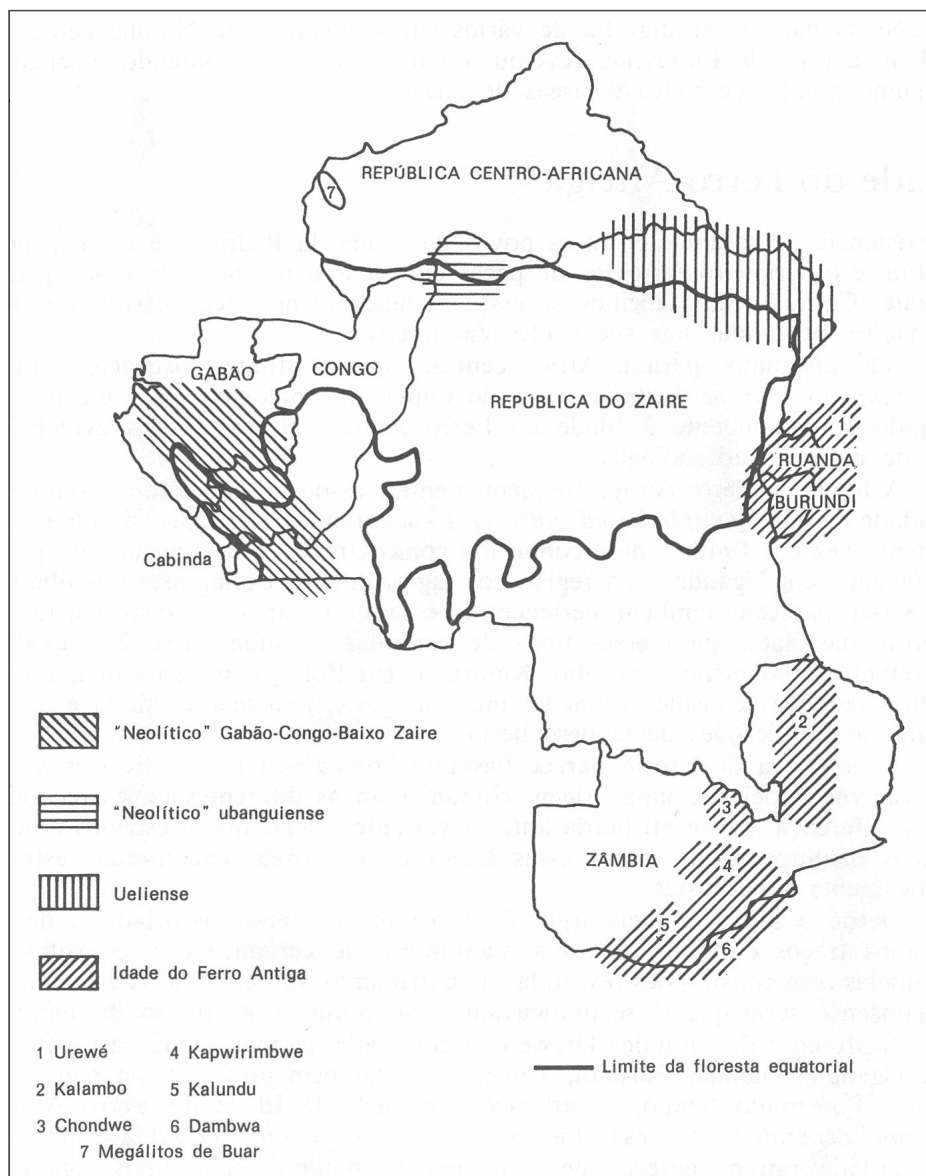
Parece provável que a economia dos povos da Idade do Ferro Antiga pouco se diferenciava da economia das sociedades tradicionais de hoje. Baseava-se na agricultura e na criação de animais, mas provavelmente ainda dependesse, em grande parte, da caça, da pesca e dos alimentos silvestres. Do ponto de vista econômico, eram sociedades quase autossuficientes. Existem, numa mesma região, variações contemporâneas nas técnicas e no tipo de objetos produzidos. Portanto, as diferenças quanto aos objetos metálicos e utensílios de forja não são necessariamente cronológicas, mas podem perfeitamente ser culturais.

Fornos de tijolos para a fundição de ferro foram encontrados em associação com a cerâmica com concavidade em Kivu, Ruanda, Burundi e Buhaya, no nordeste da Tanzânia.

Até aqui o uso do cobre sempre apareceu em associação com o do ferro. O cobre era extraído no Shaba, no norte da Zâmbia, e provavelmente no baixo Zaire. Também o chumbo parece ter sido usado.

Na região interlacustre e na Zâmbia existem certos tipos de cerâmica típicos da Idade do Ferro, como os de Urewé, Kalambo, Chondwe, Kapwirimbwe, Kalundu e Dambwa.

As técnicas agrícolas então praticadas não favoreciam os grandes aldeamentos e acarretavam certa mobilidade das populações. Os cemitérios de Sanga e Katoto constituem exceção, pois devem ter resultado ou de uma ocupação muito longa ou de uma grande concentração humana às margens do Lualaba. A riqueza do mobiliário funerário de algumas sepulturas, especialmente em Katoto, pode ser

indício de desigualdades sociais. A abundância e o acabamento dos objetos de ferro, cobre, pedra, madeira, osso e cerâmica refletem não apenas a habilidade dos artesãos, mas também, provavelmente, certo grau de especialização.

Mapa da África Central com a indicação das regiões de ocupação neolítica e da Idade do Ferro Antiga. (Mapa fornecido F. Van Noten.)

Todos os túmulos descobertos evidenciam elaboradas práticas funerárias. Os mortos usavam numerosos ornamentos corporais, como braceletes, anéis, colares, brincos, adornos de contas e conchas. Os cauris, os conus e as contas de vidro ou de pedra podem ter servido, entre outras coisas, como moeda, a exemplo das cruzetas. Por fim, a mais antiga escultura em madeira da África Central vem de Angola e foi datada de +750.

Qualquer tentativa de descrever a natureza das sociedades da Idade do Ferro Antiga ou de determinar a origem dos povos de língua banto envolve o cotejo de dados arqueológicos e não arqueológicos. A teoria histórica e geográfica formulada por Guthrie influenciou claramente, talvez de modo consciente, inúmeros arqueólogos e antropólogos.

A interpretação antropológico-arqueológico-linguística, que associava a expansão das línguas banto à difusão da metalurgia do ferro, condizia perfeitamente com a ideia da evolução a partir do Crescente Fértil, negando à África a possibilidade de invenções autônomas.

Os progressos científicos mais recentes permitem reconsiderar essas teorias. Os linguistas questionam os métodos e os resultados da glotocronologia. Novas datações trazem novos esclarecimentos sobre a origem da metalurgia na África Central. De fato, vestígios da metalurgia do ferro no sítio de Katuruka foram datados de aproximadamente -500/-4004.

Os problemas relacionados com a difusão do ferro e a origem das línguas banto são mais complexos do que se pensava e não podem ser reduzidos a um esquema simplista, cheio de contradições. No tocante à origem do trabalho do ferro, as datas propostas para Katuruka parecem implicar uma conexão com as datas, quase contemporâneas, estabelecidas para Méroe. É possível, pois, conceber uma expansão da metalurgia em direção ao sul a partir de Méroe, mas nesse caso tal expansão teria ocorrido com demasiada rapidez. No momento, não se pode, portanto, excluir a possibilidade de uma outra origem, que poderia ser até mesmo local.

É difícil entender a persistência da ideia de uma ligação indissolúvel entre a difusão da metalurgia e a expansão dos banto, embora ainda não esteja provado que os dois fenômenos sejam totalmente independentes.

A África meridional: caçadores e coletores

Esta parte fará uma exposição do que se conhece sobre o modo de vida dos caçadores e pastores prensados entre os agricultores da Idade do Ferro e os

colonizadores europeus das regiões meridionais da África Austral. A documentação sobre a vida dos san e dos khoi-khoi tradicionais e sobre as relações dos khoisan com outros grupos está muito mais voltada para as regiões ocidentais do Cabo. Em certos aspectos esse viés é acentuado pela riqueza arqueológica da zona montanhosa do Cabo em comparação com muitas outras partes da África Austral. Mas as descrições apresentadas, embora quase sempre concernentes ao sul e ao oeste, poderiam trazer esclarecimentos sobre o modo de vida dos khoi-khoi e dos san na região como um todo, ainda que ficassem faltando muitas particularidades locais.

Como não usassem metais para fabricar seus instrumentos de cortar, raspar ou lascar, os pastores khoi-khoi e os caçadores san se inserem no campo de estudos da Idade da Pedra, tendo sido amplamente analisados em termos do instrumental lítico que produziram. Admitir-se-á que todos os ocupantes da África Austral na Idade da Pedra Recente fizeram uso de objetos microlíticos. As variações nas proporções desse instrumental de uma jazida para outra e o aparecimento ocasional de outras formas de instrumentos serão interpretados como reflexo das diferentes necessidades que tinham as populações de determinados utensílios na medida em que suas tarefas diárias se diversificavam. No entanto, tratava-se de comunidades similares, ligadas por uma tecnologia semelhante em seu aspecto mais geral e por um grande número de características não tecnológicas, como língua, tipo físico e economia.

Estudos etnográficos recentes sobre os caçadores-coletores demonstram a importância considerável, na dieta dos grupos pertencentes a essa categoria econômica, do componente colhido ou coletado. Os grupos de caça e de coleta garantiam sua subsistência com a coleta de alimentos e ocasionalmente se beneficiavam dos sucessos na caça.

Esse modo particular de alimentação difundia-se por toda a África meridional, conforme pode ser atestado pelas descrições em primeira mão dos viajantes europeus dos séculos XVII e XVIII, assim como pelos fragmentários registros arqueológicos. Além dos alimentos vegetais, existem numerosas referências ao alimento coletado de origem animal, como lagartas, formigas, gafanhotos e tartarugas, bem como o mel. Naturalmente, os registros arqueológicos estão voltados de preferência para aqueles alimentos que, depois de consumidos, deixam resíduos duradouros. É por essa razão que a arqueologia ressalta o papel da caça entre os san na África Austral. Mas onde as condições favoráveis à preservação possibilitaram a descoberta e a análise de vestígios de materiais orgânicos, pôde-se reconhecer a importância dos vegetais na alimentação. Abrigos sob rocha e

cavernas na Namíbia, na região sudoeste do Cabo, no Cabo oriental, em Natal e no Lesoto contêm inúmeros restos vegetais.

A maioria dos relatos históricos referentes à parte animal da dieta pré-histórica fala genericamente da *caça* dando a impressão de que era ampla a variedade de espécies caçadas. Contudo, os vestígios da fauna desses sítios mostram a acentuada preponderância de animais de pequeno porte, como tartarugas, coelhos (*dassies*), toupeiras-das-dunas e pequenos herbívoros locais. As ossadas de carnívoros são raras.

Os recursos marinhos foram amplamente explorados pelos grupos san, como atestam os inúmeros concheiros no litoral, tanto dentro como fora das cavernas. Quase todos os narradores da caça entre os san referem-se ao arco e às flechas envenenadas como a principal arma. Contudo, muitos animais não eram caçados com arco e flecha, mas apanhados em armadilhas feitas com cordões vegetais espalhadas pelo *veld.*

É fato que os caçadores-coletores empregavam grande número de técnicas de pesca; a maioria delas está documentada por testemunhos arqueológicos. As mais espetaculares talvez sejam as armadilhas feitas com cestos de junco trançado em forma de funil, do baixo Orange. Tais armadilhas eram colocadas na corrente dos rios.

Em suma, a tecnologia san parece ter incluído ampla variedade de técnicas de caça e coleta, com o emprego de instrumentos feitos com um único material ou instrumentos compósitos, que combinavam matérias-primas diversas. A pedra parece ter fornecido apenas a ponta ou o gume, para cortar ou raspar, de utensílios mais elaborados.

Por analogia com os caçadores-coletores do Calaari e de regiões ainda mais distantes é provável que os san se distribuíssem em grupos pequenos e de intensa mobilidade. No conjunto, os grupos san raramente contavam mais de vinte indivíduos, constituindo, na maioria dos casos, pequenos grupos de trabalho de menos de dez homens ou mulheres, ou acampamentos maiores, com pessoas de ambos os sexos, inclusive crianças. O tamanho dos grupos representados nas pinturas rupestres tende a confirmar que a unidade social mais comum não ultrapassava vinte pessoas, embora se encontrem agrupamentos maiores.

A regularidade da correlação entre mulheres e bastões de cavar e entre homens e arcos na arte rupestre evidencia muito bem a existência de uma rigorosa divisão de trabalho no interior dos grupos san. Há boas razões para supor que o abastecimento da maior parte dos alimentos coletados ou caçados pelos san, bem como a água, estariam sujeitos a flutuações sazonais. Os san devem ter adotado estratégias de povoamento que levavam em conta a abundância local ou temporária de recur-

sos, a fim de assegurar um abastecimento alimentar variado e suficiente durante todo o ano. Algumas dessas estratégias se evidenciam nos relatos históricos, nos resultados das escavações e no conjunto de dados fornecidos pela arte rupestre.

Nosso conhecimento sobre a caça e a coleta em contextos ambientais definidos torna-se incompleto quando nos reportamos ao período que se inicia em cerca de -2000. Parece válido arriscar algumas interpretações quanto à origem e à língua dos pastores khoi-khoi.

O que de início nos chama a atenção é que nas jazidas situadas entre Angola e o Cabo meridional os fragmentos de cerâmica indicam ter ela surgido pela primeira vez no período de -2000 a -1600. Uma segunda observação é que, onde quer que se tenha pesquisado vestígios de animais domésticos, os registros arqueológicos mostram serem eles tão antigos quanto a cerâmica. Fica implícito, portanto, que a cerâmica e os animais domésticos se teriam difundido rapidamente, ao mesmo tempo e na mesma área. Um ponto de considerável importância, embora ainda não esteja assentado, é que as datas que ligam os primeiros animais domésticos à cerâmica se relacionam com a planície costeira e as cadeias montanhosas adjacentes, ao longo das costas dos oceanos Atlântico e Índico ocidental. A associação coincide com a chegada, historicamente documentada, dos pastores conhecidos genericamente como khoi-khoi.

Quanto às informações sobre sua dieta, tecnologia e organização, resta-nos confiar nos relatos dos primeiros colonizadores e viajantes europeus. Há referências a sugerir que os khoi-khoi eram pouco propensos a sacrificar seus animais, salvo em ocasiões específicas. Tinham uma dieta à base de leite e vegetais. Em grande parte essa dieta era igual à dos san – baseada na coleta de rizomas e bulbos, e complementada ocasionalmente com carne de animal doméstico ou selvagem –, porém acrescida do consumo regular de leite.

Contavam com uma tecnologia muito semelhante à dos san, embora se possa suspeitar que a relativa dependência de técnicas específicas tenha variado segundo as características particulares de sua economia.

Os efetivos dos grupos de pastores khoi-khoi podem ter variado sazonalmente, mas não há dúvida de que eram mais numerosos do que os dos caçadores-coletores san. Vivendo em grandes comunidades, os khoi-khoi precisavam deslocar-se com frequência para garantir sua dieta vegetal e a pastagem para os animais. Eles erravam continuamente por montes e vales e tinham à sua disposição grandes extensões de savanas ervosas, especialmente a planície costeira e os vales do cinturão montanhoso.

As relações entre os san e os khoi-khoi caracterizavam-se tanto pelo conflito como pela cooperação. Elphick argumenta, de forma convincente, que a expan-

são dos grupos khoi-khoi para os territórios antes pertencentes aos san teria envolvido um ciclo de integração que passaria pela guerra, pelo clientelismo, pelo casamento e pela assimilação. Afigura-se provável que a introdução do pastoreio na África meridional teria implicado tanto os movimentos de populações como a assimilação de caçadores-coletores indígenas, conforme sugere Elphick, mas a demonstração desse duplo processo será uma tarefa delicada para os arqueólogos.

Início da Idade do Ferro na África meridional

Na África meridional, a Idade do Ferro Antiga assistiu à introdução de um gênero de vida que contrastava vivamente com os anteriores e que marcou a história ulterior de toda a região. Em princípios do primeiro milênio da Era Cristã, um movimento considerável de populações trouxe à África meridional um povo agricultor negroide cuja economia, modalidade de povoamento e talvez mesmo aparência física e língua diferiam grandemente das dos antigos habitantes. Foi esse povo que introduziu na área o conhecimento da metalurgia e da cerâmica.

É no quadro do complexo industrial da Idade do Ferro Antiga que um grande número de traços culturais de primordial importância faz sua primeira aparição na África meridional. São eles, essencialmente, a agricultura, a metalurgia, a cerâmica e as aldeias semipermanentes constituídas por casas feitas de barro (*daga*) aplicado a arcabouços de varas ou estacas (pau a pique). Essas quatro características estão presentes em todos os sítios da região pertencentes ao início da Idade do Ferro. A cultura material das sociedades dessa época assinala uma ruptura repentina com a dos seus predecessores – ou contemporâneos – da *Late Stone Age*. Seus antecedentes devem ser buscados não no interior dessa região, mas muito mais ao norte. Nenhum sítio da África meridional forneceu cerâmica que possa ser considerada ancestral da cerâmica da Idade do Ferro Antiga. A metalurgia parece ter sido introduzida como uma técnica acabada e eficaz numa área onde não há indícios de um conhecimento anterior dos rudimentos dessa tecnologia. Os animais domésticos e as plantas cultivadas na Idade do Ferro Antiga eram espécies anteriormente desconhecidas na parte sul do continente. Nessas condições e dado o seu aparecimento mais ou menos simultâneo ao longo de uma região imensa, é difícil fugir à conclusão de que a Idade do Ferro Antiga foi introduzida na África meridional por um movimento de população rápido e substancial, portador de uma cultura plenamente acabada cujo processo formativo ocorreu fora dessa região.

África meridional: sítios da Idade do Ferro Antiga e sítios conexos mencionados no texto.

Torna-se, portanto, claro que a Idade do Ferro Antiga representa apenas um dos setores da atividade humana na África meridional no decorrer do primeiro milênio da Era Cristã. Em muitas regiões as populações neolíticas conservaram seu modo de vida tradicional, durante esse período, enquanto outras fixadas mais ao sul parecem ter adotado novos traços culturais decorrentes do contato, direto ou indireto, com os novos povoadores. Embora a distribuição e a qualidade das pesquisas arqueológicas nos sítios da Idade do Ferro Antiga sejam desiguais, podem-se discernir várias tendências gerais. Na área investigada, o estudo da tipologia da cerâmica permite reconhecer duas divisões principais no contexto da Idade do Ferro Antiga, desde o início do primeiro milênio. Uma, mais conhecida na Zâmbia central e meridional, representada pelos grupos de chondwe, kapwirimbwe e kalundu, estende-se por uma distância considerável na direção oeste. A outra ocupa o Malavi, a Zâmbia oriental e a área de povoamento da

Idade do Ferro Antiga ao sul do Zambeze. O grupo de dambwa, da região de Victoria Falls (Vale do Zambeze), tem características em comum com ambas as divisões.

Só raramente se descobriram provas arqueológicas de uma economia de produção de alimentos das sociedades da Idade do Ferro Antiga. A existência de grandes aldeias de caráter semipermanente sugere uma economia baseada em grande parte na produção de alimentos, ao passo que a descoberta de enxadas de ferro de numerosas mós indica a presença da agricultura.

Os únicos sítios da Idade do Ferro Antiga nesta região a proporcionar vestígios físicos identificáveis de plantas cultivadas são os de Thundu, o "Local de Oferendas" em Inyanga (que forneceu grãos de painço e sementes de abóbora) e o de Leopard's Kopje (onde se encontraram grãos-de-bico). Grãos de sorgo foram encontrados nos níveis pertencentes à tradição Kalomo em Kalundu e Isamu Pati. Essas evidências indicam algumas das culturas praticadas pelos agricultores da Idade do Ferro Antiga na África meridional.

Já os vestígios físicos de animais domésticos são um pouco mais substanciais. Despojos de carneiros e/ou cabras são registrados em sítios, bastante esparsos, que cobrem todo o período da Idade do Ferro Antiga na África meridional. No entanto, as ossadas de animais domésticos só procedem de contextos antigos nos sítios ao sul da Zâmbia – Kapwirimbwe, Kalundu e Kumadzulo.

Durante a segunda metade do primeiro milênio, pode-se discernir uma mudança gradual na economia da Idade do Ferro local. Em Kalundu, o estudo do período em questão revela um aumento constante na proporção de ossos de animais domésticos em relação aos de espécies selvagens em camadas sucessivas, o que indica uma mudança gradual da caça para a criação de animais. Pela mesma época, na região de Victoria Falls, as enxadas de ferro vão-se tornando menos frequentes; parece razoável admitir uma evolução paralela da agricultura para a criação.

Somente três metais foram trabalhados numa escala considerável durante a Idade do Ferro na África meridional: o ferro, o cobre e o ouro.

O minério de ferro era extremamente difundido por toda a região. Ao que tudo indica, a introdução da metalurgia do ferro é contemporânea da emergência de outros traços que caracterizam a cultura da Idade do Ferro. As evidências indicam que os métodos para a extração do ferro limitavam-se à escavação de poços rasos; quase sempre o minério era simplesmente coletado na superfície. Não se conhecem detalhes dos fornos da Idade do Ferro Antiga na África meridional, mas é interessante notar que a fundição parece ter sido frequentemente realizada no interior das aldeias, como se ainda não existissem os tabus que em

períodos posteriores iriam determinar fossem as operações de fundição executadas longe de qualquer contato com mulheres. Os objetos de ferro tinham em geral finalidades utilitárias e domésticas. É provável que o comércio desse metal a longa distância tenha sido pouco significativo.

A distribuição dos depósitos de cobre era muito mais restrita do que a das jazidas de ferro. As principais áreas de ocorrência desses depósitos na África meridional localizam-se na linha divisória das bacias dos rios Congo e Zambeze, estendendo-se desde o atual Copperbelt até Solwezi, a oeste, na curva do Kafue; em Sinoia e Wankie, no Zimbábue; na Botsuana oriental, junto à fronteira do Zimbábue; no Vale do Limpopo, em torno de Messina; e na região de Phalaborwa, Rio Transvaal oriental. É provável que os depósitos de cobre nessas regiões fossem explorados durante a Idade do Ferro, mas não é fácil a distinção entre as atividades mais antigas e as mais recentes. Todavia, os artefatos de cobre estão largamente distribuídos nos sítios da Idade do Ferro Antiga.

Durante a Idade do Ferro, a mineração do ouro na África meridional parece ter-se restringido em grande parte ao Zimbábue e às regiões adjacentes. Registraram-se mais de mil minas de ouro pré-históricas no Zimbábue e nas regiões fronteiriças da Botsuana e do Transvaal. A maior parte das minas antigas foram destruídas pela mineração contemporânea. As datações mais antigas por radiocarbono para as minas da região são as de Aboyne e Geelong, ambas remontando a meados do século XII.

Os quatro sítios de mineração de ouro que forneceram cerâmica da Idade do Ferro Antiga localizam-se nos vales do Mazoe e do Sabi, no leste do Zimbábue. Esses dois rios permitem uma comunicação relativamente fácil entre o interior e a costa. Os escritos dos geógrafos árabes não deixam dúvida quanto à exportação do metal nesse período inicial de mineração do ouro, mas ainda não se sabe ao certo se era também usado localmente. Neste contexto, é significativo que o início da mineração do ouro e a importação das contas de vidro tenham sido mais ou menos contemporâneos.

Somente uns poucos sítios proporcionaram informações que permitissem reconstituir os planos arquitetônicos e os pormenores estruturais das construções da Idade do Ferro Antiga nessa região; ainda assim, é difícil saber até que ponto são eles representativos da arquitetura na África meridional como um todo durante o período em questão. Na Idade do Ferro as construções em pedra achavam-se difundidas nas regiões ao sul do Zambeze, mas tal prática não parece ter alcançado a Zâmbia, exceto, numa escala muito pequena, durante os últimos séculos da Idade do Ferro Recente. Contudo, há provas de que a construção em pedra era comumente praticada no Zimbábue durante a

Idade do Ferro Antiga, podendo ser associada aos sítios de Gokomere, Ziwa e Zhiso. Nessa época, a pedra bruta era empregada sobretudo na edificação de muros em terraços ou de simples cercados. A forma arquitetônica mais elaborada encontra-se provavelmente no tipo de edificação descrita no sítio de Maxton Farm. Os períodos posteriores trouxeram um aperfeiçoamento e uma difusão muito maiores das construções em pedra, cuja tradição, no entanto, já se estabelecera muito antes do fim do primeiro milênio. A própria sequência de edificações em pedra do Grande Zimbábue é atribuída exclusivamente à Idade do Ferro Recente.

A Idade do Ferro Antiga constitui a base do subsequente desenvolvimento cultural da Idade do Ferro na região da África meridional. A tradição da construção em pedra no Zimbábue e no Transvaal, a extração do ouro no Zimbábue e o trabalho do cobre do Copperbelt, parecem ter surgido, em suas respectivas regiões, no curso da Idade do Ferro Antiga, ainda que só mais tarde tenham adquirido plena expansão. Portanto, é provável que em numerosos setores a continuidade entre a Idade do Ferro Antiga e Recente tenha sido por vezes mais pronunciada do que se supôs.

Madagáscar

A população de Madagáscar tem sido objeto de numerosos estudos; a despeito das hipóteses frequentes e perfeitamente válidas sobre suas origens, estas ainda permanecem obscuras. Se por um lado o continente africano, vizinho, trouxe contribuições étnicas a Madagáscar, por outro, é digna de nota a participação do elemento malaio-polinésio, igualmente manifesta. A dupla origem étnica dos malgaxes explicaria as diferenças físicas entre os habitantes da ilha; estes falam uma língua indonésia que, embora subdividida em três dialetos, é de uma unidade intrínseca inquestionável.

Embora os elementos principais do *corpus* linguístico básico do malgaxe pertençam ao subgrupo indonésio, outros elementos – indianos, árabes e africanos – foram incorporados à língua. Os contatos que a presença desses elementos pressupõe ajudam-nos a compreender as interações e misturas ocorridas por ocasião da diáspora indonésia para o oeste.

Traços culturais africanos são encontrados no complexo da criação de gado, no culto à serpente em honra dos reis mortos (praticado no oeste e em Betsileo) e em algumas formas de organização sociopolítica da região costeira. No entanto, a organização social de Imerina é inteiramente indonésia em seu caráter.

A civilização malgaxe deve ao leste a maior parte de seus tipos de moradia, a cultura do arroz em terraços irrigados, aspectos do culto aos ancestrais e todo um complexo tecnológico.

G. P. Murdock referiu-se a um "complexo botânico malaio" onde se incluem as plantas introduzidas em épocas remotas, vindas do Sudeste Asiático (o arroz, a araruta polinésia, o taro, o inhame, a banana, a fruta-pão, o coqueiro, a cana-de-açúcar etc.) no primeiro milênio antes da Era Cristã, tendo percorrido as costas meridionais da Ásia. Pode-se concluir que os ancestrais dos malgaxes têm origem tanto africana como indonésia, e que a natureza predominantemente indonésia da língua não permite minimizar o papel desempenhado pela África no povoamento de Madagáscar. Essa situação híbrida não é encontrada nem nas Ilhas Comores nem na costa da África.

Com base em testemunhos históricos e arqueológicos confiáveis, é razoável supor que indonésios e africanos chegaram a Madagáscar entre os séculos V e VIII ou, de qualquer modo, não depois do século IX.

Ainda que seja arriscado tentar estabelecer uma data definitiva para a imigração dos primeiros indonésios, é lícito conjeturar que seu início teve lugar no século V da Era Cristã, podendo ter prosseguido até o século XII. Dá-se o nome de paleoindonésios aos primeiros migrantes a entrar em contato – e provavelmente se amalgamar – com os africanos. Os últimos a chegar, conhecidos como neoindonésios, foram os ancestrais dos merina; foi a leva que melhor preservou sua identidade biológica original, possivelmente pela circunstância de ter seguido um itinerário mais direto, mas é provável que devido ao seu pequeno número tenha adotado a língua dos paleoindonésios chegados a Madagáscar em épocas anteriores.

Os primeiros malgaxes a habitar a ilha já estavam familiarizados com o uso dos metais. Sabemos que na costa africana a Idade do Ferro sucedeu à Idade da Pedra entre os séculos I e IV da Era Cristã. Na Indonésia, a Idade do Bronze ocorreu muito antes, e várias e diferentes civilizações ali coexistiram. A existência ou não de objetos de pedra em Madagáscar é assunto controverso. Os monumentos de pedra malgaxes erigidos para o culto dos ancestrais constituem forte reminiscência da Indonésia.

Com referência aos meios de transporte, é frequente perguntar como podiam os indonésios do primeiro milênio da Era Cristã dispor de barcos capazes de cobrir tão longas distâncias. Sabemos que naquele período os barcos "costurados" – os *mtepe* – foram usados no oeste do Oceano Índico. No leste do Oceano Índico havia embarcações capazes de navegar em alto-mar.

É possível que o povoamento das Ilhas Comores também seja antigo. As crônicas dos escritores locais, como Said Ali, mencionam a presença de

populações pagãs durante o período Beja, anterior à chegada dos muçulmanos; infelizmente não sabemos se tais populações eram africanas ou indonésias. Pode-se admitir uma origem indonésia para os imigrantes protomalgaxes com base em dados toponímicos ou nos testemunhos da tecnologia tradicional.

Quando se avalia a extensão da influência indonésia na costa oriental da África, verifica-se ser ela relativamente fraca. Uma colonização indonésia na costa oriental teria deixado vestígios; até o momento nada se descobriu. Isso nos leva a acreditar que o impacto asiático na costa – se é que ele existiu – foi relativamente localizado e nunca chegou a constituir uma colônia de grande extensão.

É possível que o crescimento da influência islâmica no início do segundo milênio tenha tido por consequência a cessação das viagens dos indonésios. As suas viagens pelas costas da África cessaram muito cedo, mas isso não significa a interrupção das relações entre o extremo oriente e o oeste do Oceano Índico. Pelo contrário, há indícios da expansão do comércio no Oceano Índico, mas foram sem dúvida os muçulmanos os responsáveis por esse crescimento. As cartas náuticas de Ibn Majid dão as latitudes precisas das cidades da costa da África e dos territórios e entrepostos indonésios do outro lado do Índico.

Não é inconcebível que, embora já afastados da costa da África, os indonésios continuassem a navegar em linha reta para Madagáscar, talvez a partir das regiões meridionais da Índia. Os neoindonésios também teriam seguido essa rota. Os neoindonésios aprenderam o dialeto malgaxe dos habitantes do leste e entraram em contato com os muçulmanos, que por essa época possuíam entrepostos na costa oriental.

Uma contribuição importante – ou mesmo majoritária – para o povoamento de Madagáscar proveio do continente africano. É bem possível que a simbiose afro-indonésia se tenha iniciado nas Ilhas Comores ou no norte de Madagáscar.

Existe a hipótese de que os malgaxes de origem africana eram povos banto. Sua migração para a ilha iniciou-se provavelmente no século IX, como ocorreu com os indonésios, mas não parece ter-se prolongado até os tempos históricos mais recentes (século XVI). Podemos supor que muitos dos africanos chegaram ao mesmo tempo e da mesma maneira que os muçulmanos ou os swahili não islamizados.

Embora o vocabulário malgaxe apresente predominância indonésia, não se pode esquecer a contribuição das línguas banto. A contribuição banto para o malgaxe se situa em dois níveis: primeiro, o do vocabulário, depois, o da estrutura das palavras. A presença de palavras banto em todos os dialetos de Madagáscar mostra que a contribuição africana para o povoamento do território não foi tardia, mas que, ao contrário, deve-se confundir com as origens da civilização malgaxe, cuja língua contém traços bastante pronunciados da influência banto.

Pouco se sabe sobre o lugar ocupado pela ilha no quadro geral da expansão banto. Os banto devem ter passado pelas Ilhas Comores para chegar a Madagáscar; é, pois, natural pensar que as línguas banto inicialmente faladas em Madagáscar estivessem estreitamente relacionadas com as das Ilhas Comores. As palavras antigas banto e malgaxes vêm em apoio dessa hipótese.

Sabemos por Ibn Battuta que no princípio do século IV a civilização swahili, sem ser totalmente muçulmana, estava em pleno desenvolvimento. Acredita-se que os marinheiros da primitiva civilização swahili, islamizada ou não, desempenharam papel fundamental nas migrações africanas para Madagáscar.

Muitos autores têm sustentado a heterogeneidade do povoamento do norte e do oeste de Madagáscar. Alguns malgaxes de físico predominantemente africano reconhecem sua origem ultramarina, deduzindo-a de seus próprios costumes; é o caso dos vezo-antavelo, presentes em todo o litoral oeste e noroeste. Os kajemby ainda têm seus cemitérios nas dunas das praias e se reconhecem aparentados com os sandangoatsy.

Os movimentos dos banto da costa durante o século IX informam-nos sobre a contribuição africana para o povoamento de Madagáscar, mas ainda resta explicar por que a língua indonésia se tornou *língua franca*. Alguns banto devem ter entrado em contato com os indonésios, e é possível que entre os africanos que falavam diferentes línguas e dialetos o indonésio se tenha tornado uma língua de conveniência; no entanto, Madagáscar deve ter permanecido por um bom tempo um verdadeiro tabuleiro de xadrês linguístico e étnico.

A simbiose entre os indonésios e os africanos se processou desde o início do povoamento de Madagáscar. Alguns banto marinheiros devem ter sido islamizados antes do século X. Chama atenção o fato de os malgaxes muçulmanos e todas as populações das costas oeste e nordeste compartilharem o mesmo mito sobre sua origem, ou seja, o mito de Mojomby, ou da "ilha desaparecida". É de crer, portanto, que os muçulmanos não sobrepuseram sua cultura à de Madagáscar; desempenharam, isto sim, um papel catalisador nas migrações africanas para a ilha.

As sociedades da África Subsaariana na Idade do Ferro Antiga

Nesta parte serão postas em relevo algumas das grandes tendências da história da África durante esse período. Caracteriza-se ele por mudanças fundamentais em todos os domínios: a economia passa do estágio de parasitismo para o

de controle dos meios de produção alimentar – vegetal e animal; a tecnologia rudimentar, fundada em grande medida na utilização da pedra e da madeira, cede lugar a uma forma muito mais complexa, com base no emprego de diversos metais, paralelamente ao da pedra.

É durante esse período que se lançaram os alicerces das sociedades africanas que hoje conhecemos. De modo geral, a demografia e a economia da África Subsaariana já se encontram fixadas, em suas grandes linhas, desde o último quartel do primeiro milênio da Era Cristã.

Quatro minerais de importância não apenas local eram explorados durante esse período. São eles, por ordem de exploração, o cobre, o sal, o ferro e o ouro. A utilização da pedra prosseguiu naturalmente, mesmo após o emprego dos metais para a fabricação dos utensílios e das armas mais importantes.

A extração do cobre teve início na Mauritânia, provavelmente durante o primeiro quartel do último milênio antes da Era Cristã. Parece que tal extração foi estimulada por contatos com o Marrocos. Existem outras jazidas de cobre no Mali e no Níger, nas regiões de Nioro e Takkeda, e com toda certeza eram exploradas no começo do segundo milênio; mas ignoramos desde quando e não sabemos a época em que foram descobertas.

Segundo o testemunho de autores árabes e de textos clássicos, o cobre parece ter sido um elemento do comércio transaariano desde o primeiro milênio. Os objetos encontrados em Igbo Ukwu, no leste da Nigéria, são importantíssimos para a avaliação da escala dessas trocas. Com a possível exceção de Igbo Ukwu, os objetos de cobre são de uma raridade surpreendente na África Ocidental antes do ano +1000, salvo no Senegal e na Mauritânia. O Vale do Níger, a montante de Segu, é uma região com objetos de cobre do fim do primeiro milênio. O metal empregado na sua fabricação teria provindo de jazidas situadas no Sahel (Mali ou Níger) ou sido obtido mediante trocas comerciais.

Outras jazidas eram exploradas nessa época na região de Shaba, no Zaire, onde as escavações de Sanga e Katoto proporcionaram objetos de cobre em grande abundância. A zona cuprífera do norte de Zâmbia era ligeiramente explorada por essa época. No entanto, os objetos de cobre eram então mais numerosos no sul do que no norte de Zâmbia. Em outras áreas africanas o cobre era muito raro e só iria aparecer nos sítios da África Oriental numa época bem posterior.

O sal era um mineral bastante procurado, sobretudo no início da agricultura. Esse mineral só se tornaria complemento indispensável nas regiões demasiado secas, onde é impossível encontrar alimentos frescos e onde a transpiração é geralmente excessiva. Não temos a menor ideia quanto à data em que se explo-

raram pela primeira vez as jazidas de sal saariano de Taghaza d'Awlil. Todavia, os textos árabes do último quartel do primeiro milênio da Era Cristã atestam a existência de um comércio saariano de sal no primeiro milênio. É provável que a extração do sal seja, em parte, tão antiga quanto a do cobre e o desenvolvimento das ocupações de Tichitt, na Mauritânia. Sem dúvida as operações de extração eram muito simples. Vários sítios primitivos de exploração de sal foram demarcados na África, na Tanzânia; em Uganda; em Zâmbia, e talvez no Zaire.

O minério de ferro foi utilizado na Suazilândia como pigmento a partir do Mesolítico. Ao que tudo indica, os pigmentos corporais, e depois os ocres e os óxidos de ferro destinados à decoração de superfícies rochosas, foram ativamente procurados desde o Paleolítico. No Neolítico, minas de manganês, de especularita e de hematita eram regularmente exploradas em Zâmbia, na Suazilândia e no norte da região do Cabo. É de crer que a existência de minas desse gênero e o conhecimento dos minerais metálicos e suas propriedades contribuíram para o rápido desenvolvimento de uma tecnologia do ferro durante a primeira metade do primeiro milênio da Era Cristã.

As minas de ferro não se apresentam tão claramente documentadas nas demais regiões da África Subsaariana, onde a crosta laterítica das regiões tropicais parece ter sido a mais provável fonte de minério de ferro. À exceção das minas da África Austral, nenhuma zona a evidenciar indícios indiscutíveis de mineração do ferro foi ainda descoberta ou datada de maneira precisa.

Durante essa época, é quase certo que o ouro era extraído do solo ou recolhido por garimpagem na África Ocidental. As fontes árabes nos autorizam a acreditar na existência de minas de ouro, mas nenhuma delas foi localizada, escavada ou datada; tampouco dispomos de testemunhos acerca dos processos de refinação empregados. As principais regiões para as quais existem testemunhos de uma exploração do ouro situavam-se junto às nascentes do Níger e do Senegal e são conhecidas sob o nome de Bambuk e Bure. A extração do ouro no nordeste do Zimbábue, em minas a céu aberto, em galerias pouco profundas ou em degraus, é relativamente mais bem documentada, mas não há nenhuma prova indiscutível que permita afirmar seja essa exploração anterior ao século VIII ou IX.

Algumas formas de troca entre grupos humanos existiam provavelmente desde épocas relativamente remotas da Idade da Pedra. As trocas entre os povos coletores, de importância a um tempo ritual e econômica, só se teriam tornado regulares com o desenvolvimento de um modo de vida agrícola, mas é provável que já na Idade da Pedra Recente os indivíduos especializados na pesca, na coleta dos produtos marinhos ou na caça levassem uma existência relativamente seden-

tária, tendo, portanto, necessidade de pedras e outros materiais não encontrados localmente. Todavia, é razoável concluir que o aparecimento de uma agricultura, que implicava uma vida sedentária ou deslocamentos sazonais ou periódicos, propiciou o desenvolvimento do comércio. Com exceção dos utensílios de pedra polida, das mós e do sal, nada sabemos acerca desse comércio.

O comércio assumiu novo caráter com o surgimento dos metais. O cobre e o ouro, mais localizados do que as pedras, foram procurados tanto por comunidades do norte do Saara como por grupos instalados a leste, ao longo da costa índica. A presença de lingotes de cobre nos sítios da África Central e meridional indica uma crescente complexidade nas trocas comerciais, e a abundância de objetos descobertos nos *tumuli* do Senegal e em Sanga realça a prosperidade desse comércio, assim como o desenvolvimento de estruturas sociais e políticas que tiravam partido da riqueza assim criada.

Nada nos autoriza a supor que esse comércio tenha atingido um volume muito grande à época considerada; contudo, sabemos que as redes de intercâmbio estavam doravante estabelecidas. No curso desse período, as sociedades da África Subsaariana passaram do estágio da caça e da coleta para uma economia estribada principalmente na agricultura. É certo que a população aumentava: disso resultou uma vida mais estável, aldeias e unidades sociais de maiores proporções. Sucedendo aos rápidos movimentos iniciais consequentes ao advento do ferro e empreendendo o desmatamento das regiões africanas mais arborizadas, novas comunidades se estabeleceram. Estimativas demográficas indicam que antes do ano 1000 a população da África Subsaariana era sensivelmente inferior a 10 milhões de habitantes. A nos fiarmos nas indicações orais relativas à passagem – sobretudo na África Oriental – de sociedades matrilineares para sociedades patrilineares, no curso dos últimos cinco séculos, encontramo-nos com certeza diante de sociedades matrilineares na maior parte da África tropical.

Alguns Estados teriam surgido, sob uma ou outra forma, no curso do período. As duas principais regiões em que isso teria ocorrido são o Sudão e a África Central, em torno das cabeceiras do Lualaba. Na região do Sudão existiriam três "núcleos": os arredores de Gana, a Mauritânia meridional e o Senegal; o delta interior do Níger, a montante de Segu; os arredores do Lago Chade. Nessas três zonas, o comércio com regiões distantes começava a ganhar impulso, e a agricultura conhecia um desenvolvimento mais acentuado do que em áreas mais meridionais. Várias hipóteses foram formuladas acerca da emergência de Estados.

Passando da hipótese à certeza, o único setor ao qual se pode associar com segurança a existência de um reino no decorrer do período aqui considerado é o limite ocidental do Sudão, local onde a presença do Reino de Gana é incontestá-

vel por volta de +700. É possível que esse reino tenha estado em "devir" durante cerca de um milênio. As razões de seu crescimento encontram-se na posse de preciosas riquezas minerais, no controle do comércio do sal e, provavelmente, em sua localização numa área onde antes se desenvolvia um modo de vida agrícola, como evidenciado no contexto de Tichitt.

Por volta de +800 a maior parte da África se achava firmemente instalada na Idade do Ferro. A população aumentava. A primeira fase da revolução agrícola contribuiu largamente para a rápida expansão de pequenos grupos de agricultores-lavradores, que provavelmente obtinham parte das proteínas de que necessitavam utilizando os métodos antigos de seus ancestrais da Idade da Pedra, adeptos da caça e da coleta. Quase todo o seu equipamento de caça era o mesmo dos ancestrais. O essencial da mitologia e da religião desses grupos devia igualmente provir dos ancestrais; no entanto, como a vida tendia a se estabilizar, eles se voltaram para novas crenças, baseadas nos mistérios da agricultura e do trabalho dos metais. É provável que algumas dessas crenças lhes tenham sido legadas por aqueles que os iniciaram nos novos mistérios. Os agricultores da Idade do Ferro tornam-se mais empreendedores. Sua religião tende a centrar-se em divindades criadoras, e seus sistemas de crenças visam a assegurar a libertação daquelas vicissitudes da natureza às quais os agricultores são mais vulneráveis. Produzem-se na sociedade mudanças fundamentais, cuja influência se fará sentir em todos os períodos ulteriores da história africana.

Conclusão

Neste capítulo, procurou-se mostrar as principais características do início da história da África: grandes transformações, contatos fundamentais entre as diversas regiões, estado das sociedades e coletividades africanas no âmbito do período considerado.

As partes consagradas ao antigo Egito demonstram que antes do terceiro milênio da Era Cristã já se havia atingido ali um nível intelectual, social e material mais elevado do que na maioria das outras regiões do mundo. A civilização do antigo Egito durou quase três milênios. O papel dos elementos naturais no desenvolvimento dessa civilização é sem dúvida importante e notável, mas apenas na medida em que os egípcios lutaram para dominar seu meio ambiente, superar as dificuldades e os problemas por ele colocados e usá-lo a serviço de sua prosperidade. Com a invenção da escrita, no curso do período pré-dinástico, o Egito antigo deu um grande passo no sentido da civilização. A

escrita ampliou o campo da comunicação humana, abriu as mentes, estendeu os conhecimentos. Os primeiros caracteres remontam aproximadamente ao ano 3200 antes da Era Cristã; ainda hoje a língua copta é utilizada nas igrejas coptas do país.

Nosso conhecimento sobre o antigo Egito deve-se principalmente à descoberta da escrita e ao estabelecimento de uma cronologia. Embora o Egito estivesse aberto às correntes culturais vindas sobretudo do Oriente, este capítulo mostra que, em grande medida, a civilização repousa em bases africanas; mostra igualmente que o Egito, que é uma parte da África, foi outrora o principal centro da civilização universal, de onde se irradiaram a ciência, a arte e a literatura, influenciando principalmente a Grécia. A Grécia recebeu, desenvolveu e transmitiu ao Ocidente boa parte da herança egípcia – do Egito faraônico e ptolomaico. Por intermédio da Grécia, a civilização do antigo Egito entrou em contato não apenas com a Europa, mas também com a África do Norte e mesmo com o subcontinente indiano.

As opiniões se dividem quanto ao problema do povoamento do Egito, objeto de estudos sérios e aprofundados.

Segundo as fontes mencionadas neste capítulo, a Núbia esteve, desde os primeiros tempos, estreitamente ligada ao Egito por semelhanças físicas, históricas e políticas, sociais, culturais e religiosas. Assim, do começo da primeira dinastia até o fim do Antigo Império, os egípcios se mostraram muito interessados pelo norte da Núbia, por eles considerado como elemento complementar de seu próprio país. Esse interesse traduziu-se particularmente na construção de numerosos templos e explica-se sobretudo pelo fato de a Núbia ter constituído, desde tempos muito antigos, o lugar de passagem das mercadorias comerciadas entre o Mediterrâneo e o coração da África.

Contudo, desde os tempos pré-históricos, a Núbia constituía uma unidade geográfica e social, sempre habitada por povos cuja cultura se assemelhava à do alto Vale do Nilo. Mas a partir de 3200 antes da Era Cristã os egípcios começaram a ultrapassar seus vizinhos do sul no domínio cultural e a progredir no sentido da civilização; só muito tarde iria a Núbia segui-los.

A civilização de Kerma, rica e próspera, floresceu na Núbia na primeira metade do segundo milênio antes da Era Cristã. Embora fortemente influenciada pela cultura egípcia, tinha ela suas próprias características locais. Após o início do primeiro milênio antes da Era Cristã, instalou-se uma monarquia autóctone (com a capital em Napata), que posteriormente viria a reinar no Egito. A dominação núbia no Egito, que durou cinquenta anos no decorrer do sétimo período, realizou a união entre os dois países. Após a transferência da capital

para Méroe, a Núbia conheceu, até quase o século IX, um período de progresso e prosperidade e restabeleceu alguns contatos com seus vizinhos.

A partir do século IV da Era Cristã, o cristianismo começou a estender-se pela Núbia, onde os templos foram transformados em igrejas. A Núbia cristã desempenhou um papel histórico ativo, obteve numerosos êxitos e exerceu notável influência sobre seus vizinhos. A Núbia cristã conheceu a idade do ouro no século VIII, com seu primeiro período de desenvolvimento e prosperidade. Permaneceu como monarquia cristã até a chegada do islamismo.

Em vista de sua situação geográfica, a Núbia desempenhou um papel especial como intermediária entre a África Central e o Mediterrâneo. O Reino de Napata, o Império de Méroe e o Reino cristão fizeram da Núbia o ponto de ligação entre o norte e o sul. Graças a ela, a cultura, as técnicas e os instrumentos se expandiram até as regiões vizinhas.

A princípio, sob influência da Arábia do Sul, a Etiópia forjou uma cultura cuja força unitária é pouco conhecida. Fontes materiais que remontam ao segundo período pré-axumita provam a existência de uma cultura local que assimilara influências estrangeiras.

O Reino de Axum, que durou aproximadamente mil anos a partir do primeiro século da Era Cristã, assumiu uma forma toda particular, diversa da do período pré-axumita. Como a do Egito antigo, a civilização de Axum era fruto de um desenvolvimento cultural cujas raízes mergulhavam na pré-história. Era uma civilização africana, produzida por um povo da África. Foi uma grande potência comercial nas rotas que ligavam o mundo romano à Índia e a Arábia à África setentrional; era também um grande centro de informação cultural. A chegada do cristianismo provocou grandes mudanças na cultura e na vida dos etíopes.

Foi durante o período fenício que o Magrebe entrou na história geral do mundo mediterrâneo; a civilização fenícia comportava elementos egípcios e orientais e era tributária de suas relações comerciais com os outros países do mediterrâneo. No último período dos reinos da Numídia e da Mauritânia, observa-se uma evolução no sentido de uma civilização em que as influências líbias e fenícias se mesclam.

Embora pouco se saiba sobre o Saara e seus aspectos culturais na Antiguidade, dispomos de algumas certezas: a aridez do clima não privou o deserto de toda vida nem de toda atividade humana; as línguas e a escrita se consolidaram e, graças aos camelos, cuja utilização cada vez mais se disseminou, havia meios de transporte que permitiam ao Saara desempenhar importante papel nas trocas culturais entre o Magrebe e a África tropical. Podemos, pois, concluir que o Saara, longe de ser uma barreira ou uma zona morta, tinha sua cultura e sua

história. Sempre houve entre os países situados ao norte do Saara e a África Subsaariana contatos culturais ativos que influenciaram profundamente a história do continente africano.

A despeito das lacunas e insuficiências das pesquisas efetuadas, este capítulo contribui para mostrar a possibilidade da existência de uma unidade cultural do conjunto do continente nos mais variados domínios.

CAPÍTULO 3

África do século VII ao XI

A África no contexto da história mundial

Um extraterrestre que tivesse visitado o Velho Mundo no início do século VII da Era Cristã e, posteriormente, a ele voltasse cinco séculos mais tarde – aproximadamente em 1100 – facilmente concluiria com as suas observações que a totalidade dos seus habitantes brevemente tornar-se-ia muçulmana.

Por ocasião da sua primeira visita à comunidade que se reunira em Meca, pequena cidade perdida na imensidão de desertos da Arábia, em torno do pregador da nova religião, o profeta Maomé, não totalizava sequer uma centena de membros, os quais eram obrigados a enfrentar a crescente hostilidade dos seus compatriotas. Cinco séculos mais tarde, os fiéis do Islã se haviam disseminado sobre um território que se estendia das margens do Rio Ebro, do Senegal e do Níger, no oeste, até as margens dos rios Syr-Daria e Indus, no leste, e avançava ao norte até o Volga, em pleno coração do continente euro-asiático, atingindo ao sul a costa oriental da África.

Entrementes, o Islã cessara de constituir uma religião exclusivamente árabe; a nova fé lograra aliar e assimilar os mais diversos elementos étnicos para fundi-los no crisol de uma comunidade cultural e religiosa única. Nascido sob o sol ardente da Península Arábica, o Islã soubera aclimatar-se a diferentes latitudes e junto a povos tão distintos quanto os camponeses da Pérsia, do Egito

e da Espanha, os nômades berberes somalis e turcos, os montanheses afegãos e curdos, os párias da Índia, os comerciantes soninquês e os dirigentes do Kānem. Inúmeros dentre esses povos se haviam tornado, por sua vez, ardentes defensores do Islã, retomando a flâmula das mãos dos árabes e propagando a fé em novas direções.

As conquistas árabes dos séculos VII e VIII tiveram dois efeitos marcantes e duráveis. O mais imediato e espetacular foi a criação de um novo grande Estado na bacia mediterrânea e no Oriente Médio. O segundo, mais lento e tumultuoso, embora igualmente importante, foi o florescimento de uma nova cultura no interior desse Estado.

O impacto que a ascensão do Império islâmico teve sobre a África ao longo dos cinco séculos estudados poderia assim ser resumido: a face mediterrânea do continente – desde o Istmo de Suez até o Estreito de Gibraltar – e a costa atlântica adjacente encontraram-se totalmente integradas ao mundo islâmico. Essas regiões deixaram para sempre de ser terras cristãs e, inclusive, viriam a servir de base para novos avanços do Islã, na Espanha e na Sicília, por um lado, e no Saara e na zona sudanesa ocidental, por outra parte.

No nordeste da África, a expansão do Islã desencadeou o enfraquecimento dos Estados núbio e etíope, sem que estes países fossem contudo submetidos. Enquanto a Núbia passava progressivamente para o controle econômico e político do Egito muçulmano e os árabes nômades penetravam em seu território até conseguirem provocar a sua descristianização, a Etiópia conservava a sua independência política e cultural, embora fosse conduzida a adaptar a sua política externa a um ambiente circunvizinho de mais em mais dominado pelos muçulmanos.

O Saara e vastas regiões do Sudão estavam neste período abertos ao comércio e ligados deste modo à esfera econômica muçulmana, no seio da qual as suas principais exportações – o ouro e os escravos – desempenharam um crescente papel. A religião e a cultura islâmicas difundiram-se ao longo das rotas comerciais e integraram-se progressivamente às culturas africanas.

Na África Oriental, a expansão do comércio muçulmano desempenhou um papel comparável, com a grande diferença de que os mercadores muçulmanos limitaram as suas atividades aos estabelecimentos costeiros, deixando o interior das terras fora das influências islâmicas. Entretanto, a crescente demanda dos países muçulmanos e da Índia pelo ouro do Zimbábue aparenta também ter provocado mudanças inclusive na região do Zambeze. Algumas partes de Madagáscar e das Comores igualmente foram ligadas à grande rede comercial do Oceano Índico.

Assim sendo, durante os cinco primeiros séculos da era islâmica, vastas regiões do continente africano sofreram, direta ou indiretamente, as influências do novo Império muçulmano. Algumas regiões do continente africano se encontraram assimiladas ao Império muçulmano ao final da primeira onda de conquistas, a saber, o Egito e a África do Norte. Outras regiões sofreram, de um modo ou de outro, a influência do Islã ou dos povos muçulmanos, sem terem sido politicamente anexadas a nenhum dos grandes Estados islâmicos da época. Para algumas regiões, foi a oportunidade para romper o seu isolamento passado e abrirem-se a outras culturas através de intercâmbios e empréstimos. A conversão ao Islã das classes dirigentes de certos Estados da África Ocidental e de localidades costeiras da África Oriental criou laços entre esses Estados e regiões e o mundo muçulmano. Na África do oeste, onde existiam Estados anteriores à penetração do Islã, o desenvolvimento do comércio norte-africano aparenta ter constituído um elemento essencial para a sua transformação em vastos impérios. Os contatos estabelecidos entre o mundo muçulmano e a África tropical têm outro mérito: os relatos dos geógrafos e historiadores árabes constituem um conjunto de informações únicas e indispensáveis sobre essas regiões. Sem eles, nós saberíamos muito menos a respeito ou ignoraríamos quase totalmente o que foi a política, a economia e a cultura de numerosos povos africanos durante todo um período crucial da sua história. Trata-se de um aspecto da interação entre o mundo muçulmano e a África que não convém esquecer.

No tocante ao período precedente, os contatos mútuos entre o continente africano e as outras partes do Oceano Índico evoluíram tanto no plano qualitativo quanto no plano quantitativo. Observa-se, primeiramente, um fortalecimento regular da presença dos povos do Oriente Médio em toda esta área, particularmente na costa oriental da África, onde os árabes e persas souberam desenvolver atividades comerciais existentes desde os primeiros séculos da Era Cristã.

Em segundo lugar, nota-se muito claramente o declínio dos contatos diretos entre a África e a Índia. Antes do século VII, navios etíopes comercializavam com alguns portos da Índia, como atestam amplamente grande número de peças de moeda indianas (de Kush) descobertas na Etiópia, assim como abundantes influências indianas, materiais e intelectuais, identificadas na cultura etíope. Se contarmos do século VII ao século XI, estas influências vão deixar de se exercer, sobretudo porque as trocas entre a Índia e a Etiópia estariam, doravante, em mãos dos muçulmanos, os quais marcariam estas relações com a sua própria impressão cultural.

Enfim, malgrado a supremacia exercida pelos muçulmanos no Oceano Índico, os indonésios foram capazes de manter contatos com Madagáscar e, inclusive, com algumas partes do litoral africano, embora não tenham aparentemente exercido sobre o continente senão uma desprezível influência. Óbvia e diferentemente, deve-se considerar o caso de Madagáscar, cujos laços com a Indonésia não poderiam ser questionados.

Resta-nos examinar o papel que os povos de origem africana desempenharam no Oceano Índico. Ao fazê-lo, devemos guardar em mente que somente uma ínfima parte do continente – a estreita faixa litorânea – encontrava-se nessa época em contato com o mundo exterior. O número de africanos em condições de exercer ou receber uma influência qualquer foi, tudo leva a crer, assaz limitado. A situação difere sensivelmente, portanto, daquela prevalente na África Ocidental, onde os contatos transculturais tiveram lugar em um *front* muito mais amplo e profundo. Contudo, o papel exercido pelos africanos da costa oriental não deve absolutamente ser negligenciado; ao contrário, eles contribuíram para modificar profundamente o destino de um grande império. A revolta dos zandj, autêntico levante de protesto social, teve consequências consideráveis em grande número de esferas – política, social, econômica. Ela abalou a unidade do Império muçulmano, provocando a cisão de algumas importantes províncias e, a termo, a queda do velho regime dos abássidas. A crise política desencadeada pela revolta acentuou a clivagem entre as classes sociais e os abastados; temendo pelos seus privilégios, começaram a requerer os exércitos profissionais dos turcos e de outros mercenários, únicos capazes a seus olhos de manter a ordem: abria-se assim uma nova era na história do Oriente Médio muçulmano. O levante igualmente representou uma lição para as classes dirigentes: doravante, os muçulmanos orientais evitariam empregar maciçamente escravos em projetos de grande envergadura e, aparentemente, foi abandonada a exploração de escravos nos trabalhos agrícolas e de irrigação. Essa mudança, por sua vez, provocaria no século seguinte o surgimento do feudalismo como modo de produção dominante, nos países muçulmanos do Oriente, exploração feudal em substituição ao escravismo. Em razão da falta de dados estatísticos, é todavia impossível saber se, nessa época, diminuiu o número de escravos africanos importados para esta região. Outra consequência da revolta dos zandj foi, ao que tudo indica, avivar os sentimentos raciais: os africanos de raça negra tornaram-se objeto de desprezo, a despeito dos ensinamentos do Islã, e numerosos temas, refletindo uma postura negativa *vis-a-vis* dos negros, apareceram pela primeira vez na literatura muçulmana.

O advento do Islã e a ascensão do Império muçulmano

O presente estudo tem como objeto oferecer uma descrição do surgimento do Islã, da sua expansão política e da sua evolução doutrinária.

Do ponto de vista islâmico, não é correto dizer que o profeta Maomé tenha sido o fundador do Islã ou que ele pregasse uma nova fé. O Islã não é o nome de uma fé única que fora pela primeira vez apresentada por Maomé, pois que este seria o último de uma linhagem de profetas, os quais reafirmavam cada um a fé do seu predecessor. Isso deriva da doutrina islâmica segundo a qual Deus, desde que criou os homens, enviou-lhes profetas para guiá-los, mostrando-lhes a melhor via a seguir na terra para prepará-los à eterna beatitude; tendo finalmente estimado que a humanidade atingira um grau de perfeição suficiente, a ponto de receber as suas últimas revelações, para compreender e apreciar as leis que deveriam reger a sua conduta em todos as esferas, Ele escolheu para desempenhar o papel de último entre os profetas um árabe, habitante da cidade de Meca, chamado Muhammad ibn ʻAbd Allāh, membro da cabila dos Kuraysh.

Os profetas anteriores a Maomé foram – salvo figuras de menor estatura – Abraão, Moisés e Jesus Cristo; todos pregavam a fé em um deus único, revelado por escrituras que lhes haviam sido comunicadas pelo Céu. Aqueles que acreditam nesses profetas e em suas escrituras, judeus ou cristãos, são chamados *ahl al-Kitāb* (as pessoas do Livro) e, na qualidade de detentores de uma parte da verdade revelada, eles têm o direito a uma especial consideração da parte dos muçulmanos.

Em razão da falta de espaço, não caberia aqui retraçar detalhadamente a vida do profeta. Como existem, em vários idiomas, numerosas obras a esse respeito, ateremo-nos a indicar os acontecimentos mais marcantes da sua história.

Nascido na Meca, criança póstuma, órfão precoce, ele viveu até os seus quarenta anos uma vida de comerciante. Ele gozava de uma reputação de equidade e probidade nos negócios, porém, dito isso, em nada se distinguia dos seus colegas negociantes. Aproximadamente no ano 610 da Era Cristã, ele recebeu as primeiras revelações de Deus, por intermédio do anjo Gabriel, com a ordem de pregar o Islã aos seus irmãos humanos. Essas primeiras revelações eram centradas na unicidade de Deus e no último dia; elas exortavam os homens a não negligenciarem a religião em proveito dos assuntos deste mundo. Elas igualmente refletiam os princípios da igualdade entre todos os homens, sem distinção de posição social ou fortuna.

Quando Maomé começou a sua pregação e reuniu em torno de si uma pequena comunidade de crédulos, a oligarquia dos ricos comerciantes e banqueiros da Meca não tardou a perceber a natureza revolucionária da mensa-

gem e considerou-o, desde logo, como uma ameaça aos seus privilégios. Estes homens igualmente temiam ver Meca, centro da religião tradicional árabe com o seu santuário da Ka'ba, perder a sua importância com a chegada da nova religião.

No auge das perseguições, Maomé e os seus partidários rumaram em direção a cidade-oásis de Yathrib, a qual posteriormente se tornaria Madīnat al-Nabī (a cidade do Profeta), ou seja, Medina. Essa migração aconteceu no ano 622 da Era Cristã, e esta data marca o ano de origem do calendário muçulmano.

Quando se encontrou forte o suficiente, ele retornou a Meca e ali entrou como vencedor, reconhecido como o chefe religioso e político investido do poder supremo.

Tanto em Meca quanto em Medina, o Profeta recebeu um fluxo contínuo de revelações sob a forma de versetos (*āya*, plural: *āyāt*) reunidos em capítulos (*sūra*, plural: *sūrāt*, ou suratas). As 114 suratas, de extensão desigual, em conjunto formam o Corão.

Os ensinamentos do Corão são de natureza global e visam guiar o homem em suas relações com Deus, assim como com os outros membros da sociedade humana. Os preceitos e os princípios corânicos constituem o fundamento da fé islâmica. O primeiro dos princípios é o monoteísmo absoluto, expresso através de uma fórmula que talvez constitua a mais breve e simples profissão de fé se comparada a todas as religiões do mundo: "Não há outro Deus senão Alá e Maomé é o profeta de Alá." A segunda é o dever, para cada muçulmano, de realizar a prece ritual (s*alāt*) cinco vezes ao dia. O terceiro pilar é o jejum (s*aum*), consistente em se privar de todos os prazeres materiais (alimento, bebida, relações sexuais etc.) desde a aurora (e não a partir do nascer do sol, como frequentemente se diz) até o pôr-do-sol, durante o nono mês do ano lunar, chamado ramadã. O quarto pilar é uma obrigação social da maior importância. Trata-se da esmola obrigatória, denominada *zakāt*, consiste em uma pessoa dar aos pobres e a uma determinada categoria de necessitados uma parte dos bens que permaneceram com ela durante todo um ano. Esta porção varia entre 2,5% e 10%. O quinto pilar é a peregrinação anual a Meca (*hadjdj*).

O Islã não é somente uma religião, trata-se de um modo de vida completo que abarca todas as esferas da existência humana. O Islã está repleto de conselhos apropriados a todas as circunstâncias da vida: individuais e sociais, materiais e morais, econômicas e políticas, nacionais e internacionais.

A *sharī'a* é o código de conduta detalhado; ela compreende os preceitos que regem o ritual do culto, as normas de conduta e as regras de vida. Ela consiste em leis que prescrevem e autorizam, dando conta do verdadeiro e do falso. As

fontes da *sharī'a* islâmica são o Corão e o *hadīth*, palavras e atos do profeta Maomé, reportados e transmitidos pelos seus companheiros.

Entre os séculos II/VIII e III/IX,[1] eminentes jurisconsultos codificaram em um sistema coerente todo o direito muçulmano dos diversos centros intelectuais do mundo muçulmano, em particular Medina e Bagdá. Os diversos passos por eles seguidos para levar a cabo essa enorme tarefa originaram quatro escolas jurídicas com nomes de seus fundadores, a quem foi também concedido o título honorífico de imame. Estas quatro *madhāhib* são o malikismo, o shafismo, o hanafismo e o hanbalismo. Todas as quatro são perfeitamente ortodoxas (sunitas) e não diferem senão em detalhes; é impróprio falar de seitas a propósito destas escolas. Ao codificarem o direito, os seus criadores basearam-se nos princípios enunciados acima, acrescentando alguns outros.

Originalmente, os principais fracionamentos em seitas obedeceram a motivos de ordem política; as divergências doutrinárias surgiram somente posteriormente.

O principal problema em torno do qual se polarizaram as posições dos primeiros muçulmanos foi aquele referente à sucessão de Maomé, de modo algum como profeta – já que ele era o último dos profetas –, mas pela sua posição à frente da comunidade islâmica. O Profeta indicara em múltiplas ocasiões, ao longo da sua existência, que o sistema adequado de governo para a comunidade era a shurā ou consultoria, ou seja, o que atualmente denominamos democracia. Após a sua morte, os seus primeiros sucessores foram escolhidos por eleição e começaram a ser chamados "califas". Os quatro primeiros califas, aqueles denominados pelos muçulmanos *al-khulafā' al rashīdūn* (os califas "inspirados"), foram Abū Bakr, 'Umar, 'Uthmān e 'Alī; todos eram membros da cabila dos Kuraysh e por matrimônio aparentados a Maomé; 'Alī era além disso seu primo.

Quando o terceiro califa, 'Uthmān, foi assassinado por um grupo de muçulmanos revoltados em razão de algumas das suas medidas políticas, 'Alī ibn Abī Tālib foi eleito em Medina, nessa época, a capital, para lhe suceder. Porém, essa designação não foi aceita por alguns companheiros, especialmente por Mu'āwiya, governador da Síria. Eclodiu a guerra civil entre os partidários de 'Ali e os de Mu'āwiya. O califa 'Ali aceitou a criação de uma comissão de arbitragem com dois

1 O primeiro número romano indica a data do calendário islâmico. Este tem por data fundadora a hégira muçulmana – a fuga de Maomé de Meca para Medina, em 16 de julho de 622. O segundo número romano indica a data conforme o calendário cristão gregoriano. Este tem por data fundadora o nascimento de Jesus Cristo.

membros – um representando ‘Ali e outro Mu’āwiya – mas, numerosos partidários de ‘Ali rejeitaram essa solução e expressaram o seu desacordo separando-se dele, de onde o seu nome kharidjitas (do árabe *kharadja*: sair). Eles estimavam que a arbitragem – definitivamente desfavorável a ‘Ali – consistia em um ato de traição perante Deus, único árbitro. No curso dos séculos I/VII e II/VIII, inclusive mais tarde em alguns lugares, os kharidjitas revoltaram-se em várias ocasiões contra os califas e o governo central dos umayyades, em seguida dos abássidas, sobretudo no Iraque, na Arábia, no Irã e nos países vizinhos. Os kharidjitas não tardariam a se fragmentar em numerosas seitas com divergentes concepções, nos planos teórico e prático. No Magrebe, algumas das seitas kharidjitas, os ibaditas, os nukkaritas e os sufritas, encontraram um terreno acolhedor para as suas doutrinas junto aos numerosos berberes descontentes com o regime opressor dos umayyadas.

Os muçulmanos que ficaram com ‘Ali eram aqueles que estavam persuadidos de que o califado (eles preferiam chamar esta instituição como imamado) deveria permanecer na família do Profeta, representado por ‘Ali e os seus descendentes, originários do seu casamento com Fátima, a filha do profeta Maomé. Eles foram chamados *Shī’atu ‘Ali*, ou seja, “o partido de ‘Ali”, de onde o nome xiitas, a eles atribuído pelas línguas europeias. Enquanto os kharidjitas diferenciavam-se da ortodoxia islâmica somente pelas questões políticas e éticas, os xiitas, indo além, acrescentaram numerosas e novas doutrinas ao conteúdo puramente religioso. Eles rejeitaram o princípio do consenso da comunidade e o substituíram pela doutrina segundo a qual haveria a cada época um imame infalível ao qual Deus confiava, em exclusividade, o encargo de guiar a humanidade. O primeiro imame foi ‘Alī e todos os seus sucessores foram seus descendentes diretos.

A luta entre muçulmanos chegou ao final com a afirmação da supremacia da ortodoxia, o sunismo, reagrupando aqueles que aderem a sunna, a via do Profeta. Os sunitas representam hoje mais de 90% da população muçulmana do mundo. As diferenças doutrinárias entre Islã sunita e Islã xiita são as seguintes: as leis sunitas têm a sua fonte no Corão, o *hadīth* do Profeta, o consenso da comunidade e a analogia, ao passo que os quatro fundamentos da lei xiita são o Corão, os *hadīth* do Profeta e dos imames, o consenso dos imames e a razão. Os xiitas realizam a peregrinação a Meca, preferindo contudo visitar os túmulos de ‘Ali e do seu filho Husayn nas cidades de Nadjaf e Kerbelā, no Iraque.

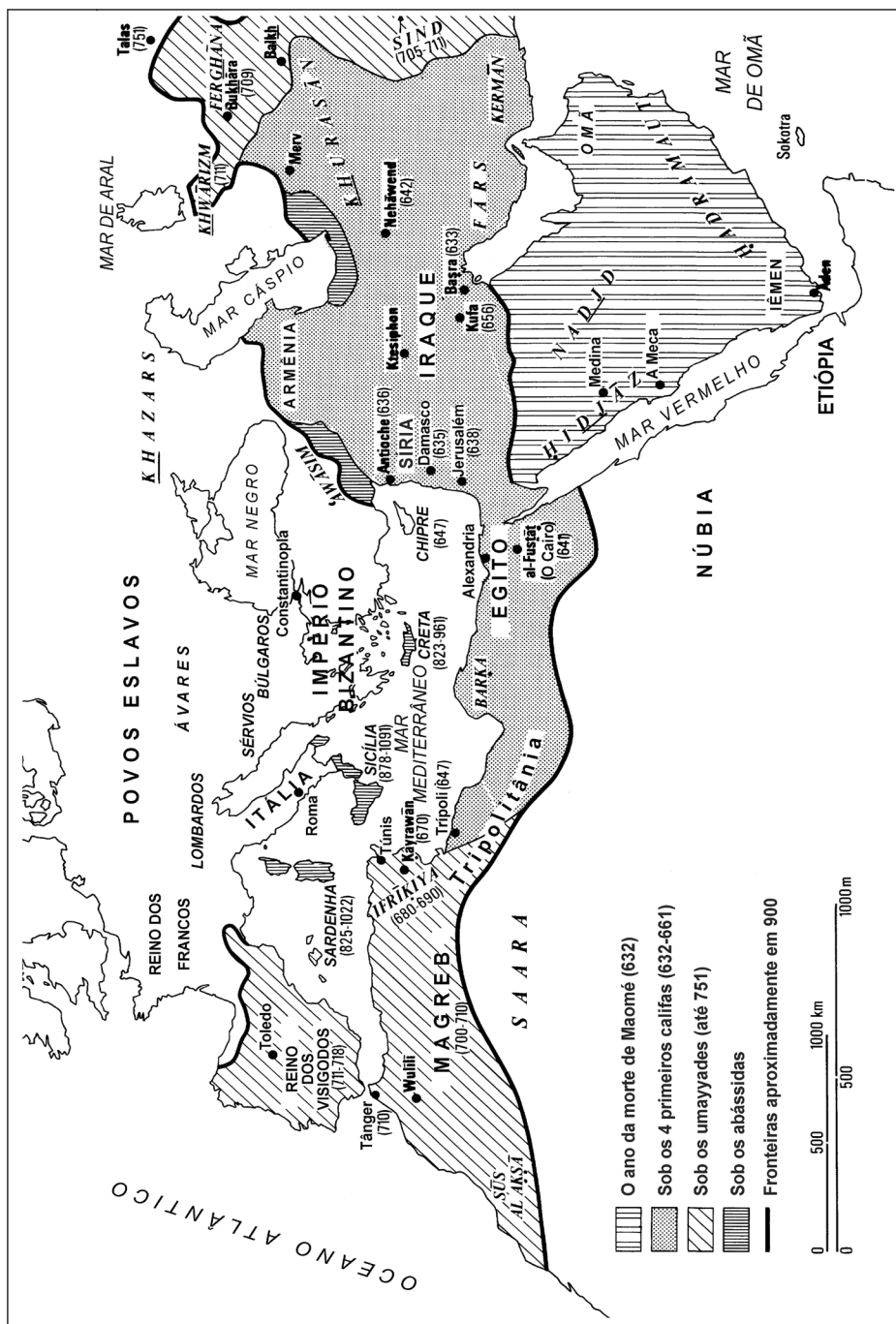
O Islã faz uma nítida distinção entre os não muçulmanos que pertencem a um sistema religioso fundado sobre os livros revelados, ou seja, os *ahl al-Kitāb* (pessoas do Livro), e os não muçulmanos considerados politeístas, idólatras ou adeptos da

religião tradicional. Em conformidade com a doutrina das revelações sucessivas e da corrente dos profetas, os judeus e os cristãos, como detentores dos livros santos, não são obrigados a se converterem ao Islã. Essa tolerância igualmente aplicou-se aos zoroástricos, assim como aos adeptos de alguns antigos sistemas religiosos do Oriente Médio, conhecidos como sabeístas e, inclusive, posteriormente aos hindus (em que pese a multiplicidade das suas divindades) e budistas.

No que se refere ao segundo grupo, considerando que o profeta Maomé foi enviado para pregar o Islã, particularmente para aqueles que não haviam até então recebido nenhuma revelação para guiá-los, ele e os seus sucessores deviam combater a religião tradicional e converter os infiéis. Estes últimos tinham a escolha entre a conversão ao Islã ou o combate; em caso de derrota, eles eram condenados ao cativeiro e à escravidão.

Numerosas são as ideias errôneas a respeito da *jihad*. A palavra é comumente, de modo equivocado, traduzida como "guerra santa", noção estranha à origem do termo, cujo significado é "esforço para dar o melhor das suas capacidades". O que melhor ilustra o verdadeiro sentido do termo *jihad* é a palavra do Profeta que declara, retornando de uma expedição contra uma cabila (tribo) árabe que aderia à religião tradicional: "Nós retornamos da pequena *jihad* para realizar a grande *jihad*", ou seja, para tentar atingir a perfeição ulterior.

Quanto à *jihad* como atividade guerreira, houve nos primórdios uma tendência a querer transformá-la no sexto "pilar" do Islã, sobretudo junto aos kharidjitas, porém isso não foi em geral aceito. As escolas jurídicas, com exceção do hanbalismo, consideraram a *jihad* como uma obrigação se algumas condições fossem cumpridas; era preciso, notadamente, que os infiéis desencadeassem as hostilidades e que houvesse chances razoáveis de sucesso. Em algumas situações, a *jihad* aparece como um dever individual que se impõe inclusive aos escravos, às crianças e aos menores; assim sucede quando o inimigo ataca um território muçulmano: quem se furte a este dever é um pecador e um hipócrita.

As guerras expansionistas do Estado islâmico após a morte do Profeta não foram centradas na conversão religiosa dos povos conquistados, pois que a maioria dentre eles aderia a religiões reveladas: cristãos, judeus e zoroástricos. Esses povos estavam sujeitos a capitação (*djizya*) e, assim que quitado o imposto, eles estavam protegidos (*dhimmī*), sem contudo serem obrigados a renunciar às suas religiões. A conversão ao Islã dos indivíduos e mesmo dos grupos era um aspecto muito irrelevante da *jihad*, cujo objetivo essencial era a expansão do Estado Islâmico como esfera onde se garantia a supremacia da *sharī'a*.

A expansão do Estado islâmico. [Fonte: I. Hrbek.]

Etapas do desenvolvimento do Islã e da sua difusão na África

O Islã, à imagem do budismo e do cristianismo, é uma religião com vocação missionária porque seu fundador impôs a todos os seus discípulos, e portanto à comunidade inteira, o dever de propagar a verdade e converter os "infiéis". Os muçulmanos designam este proselitismo pelo termo árabe *da'wa*, que significa literalmente "chamado, incitação, convite", neste caso a verdade da fé islâmica. Durante a vida do profeta Maomé, o Islã tornara-se a religião dos árabes; coube aos seus sucessores imediatos, os primeiros califas, a tarefa de expandir a nova religião além das fronteiras da península árabe.

Foi preciso esperar os séculos I e II da hégira para que a maioria das populações do Oriente Médio aderissem ao Islã; um longo intervalo deveria ocorrer entre a conquista militar dessa região e a conversão dos seus habitantes. As razões que estimulavam a conversão eram muito numerosas: fascínio exercido pela mensagem simples e direta do Islã, desejo de escapar aos tributos e às taxas ou ainda a vontade de identificação com a classe dominante e de participar plenamente da nova cultura islâmica.

Todavia, certamente, a conquista árabe provocou – não imediatamente, mas a longo prazo – a islamização da maioria das populações do Oriente Médio e da África do Norte.

Parte I – a islamização da África do Norte

O Egito – então província bizantina – foi a primeira região da África invadida pelos árabes. A conquista foi rápida, pois as guarnições bizantinas eram pouco numerosas e a população copta não opôs nenhuma resistência, apresentando ao contrário uma boa acolhida àqueles que vinham libertá-la do jugo bizantino.

A islamização do Egito, desde o século VII, é um processo assaz complexo, no qual intervieram numerosos fatores: conversões religiosas sinceras, busca de vantagens fiscais e sociais, temor de perseguições, decadência da Igreja copta, imigrações muçulmanas. Em todo caso, desde o período dos mamlūk, no século XVI, o Egito se tornara um país predominantemente muçulmano, onde judeus e coptas encontravam-se em minoria.

No Magrebe, as informações que possuímos acerca da difusão do Islã nessa região são pouco abundantes. Não dispomos de informações suficientes para indicar com precisão por que e como as diferentes "tribos berberes" –

embora elas fossem várias dezenas – converteram-se ao Islã. Contudo, podemos discernir certas tendências gerais características das sucessivas etapas desse processo.

A primeira etapa foi marcada pela submissão e pela conversão de numerosas "tribos berberes" que haviam oposto uma resistência selvagem frente aos exércitos árabes. As conversões alcançadas em tais circunstâncias possuíam um caráter puramente formal e provavelmente não concerniam senão aos chefes e aos anciãos dos diferentes clãs que assim reconheciam a soberania dos vencedores. Entretanto, logo que as forças árabes se retiravam ou eram expulsas – cenário frequente ao longo do século I da hégira – os berberes retornavam às suas políticas tradicionais, considerando-se livres de qualquer fidelidade política ou religiosa.

Podemos dizer que, no curso dos três ou quatro decênios do século VIII da Era Cristã, o Islã progredira consideravelmente junto às populações urbanas, rurais e inclusive nômades, das planícies e das regiões costeiras. Foi precisamente nessa época que a postura característica dos berberes *vis-a-vis* dos árabes e do Islã começou a desenhar-se: embora eles estivessem dispostos a aceitar a religião do Islã e mesmo a cultura árabe, o que inclusive fizeram maciçamente, os berberes rejeitavam a dominação política de uma burocracia estrangeira, representante de um soberano ausente, que humilhava os recém-convertidos e impunha-lhes pesadas taxas como se eles fossem infiéis. A esse cenário vinha acrescentar-se o sentimento de injustiça demonstrado pelos guerreiros berberes do exército na Espanha, os quais viam-se receber as terras menos férteis, embora tivessem participado tanto quanto os árabes na conquista.

Todas as condições estavam, portanto, dadas para a próxima etapa: a luta dos berberes contra o domínio estrangeiro encontraria a sua expressão ideológica no seio do contexto islâmico. Em sinal de protesto contra a opressão a eles imposta pelos árabes ortodoxos, as populações berberes converteram-se, na realidade, ao kharidjismo, a mais antiga seita político-religiosa do Islã.

O ensinamento político e religioso dos kharidjitas era, a um só tempo, democrático, puritano e integrista, satisfazendo todos os pontos em relação aos quais ele se opunha radicalmente à ortodoxia absolutista do califado. Os princípios igualitários dos kharidjitas expressam-se pelo modo de designação do imame (o chefe da comunidade muçulmana): para eles, tratava-se de um posto eletivo e não hereditário, acessível a qualquer muçulmano pio, desde que a sua moral e as suas convicções fossem irreprocháveis, fosse ele árabe ou não, escravo ou homem livre.

Após várias tentativas de rebelião contra os umayyades, os kharidjitas das províncias orientais do califado – que não tardariam em se dividir em múltiplas seitas rivais – foram alvo de uma selvagem repressão. Alguns sobreviventes imigraram para a África do Norte para fugir das perseguições e ali pregar a sua doutrina. Eles encontraram um auditório inteiramente devoto junto aos berberes, dentre os quais muitos adotaram com entusiasmo esse ensinamento como arma ideológica contra o domínio árabe.

Em suas duas principais formas – ibadismo e sufrismo – o kharidjismo expandiu-se essencialmente em meio às populações berberes das regiões desérticas, encontradas da Tripolitânia, ao leste, até o sul do marrocos, a oeste, passando pelo sul de Ifrīkiya, influenciando especialmente os berberes da grande família zanāta. Na metade do século II/VIII, os kharidjitas criaram duas teocracias: o imamado de Tāhert, o qual recebia a fidelidade de todos os ibaditas da Tripolitânia, ao sul da Argélia, e o principado sufrita, de menor importância, de Sidjilmāsa. Esses dois Estados escaparam ao controle do governo central abássida e àquele dos governadores aglábidas semi-independentes de Ifrīkiya, até a sua destruição pelos fatímidas no século IV/X.

Evidentemente, a adoção maciça da doutrina kharidjita pelos berberes explica-se pela sua oposição social e nacional ao domínio dos árabes. Longe de ser dirigido contra o Islã, o sucesso do kharidjismo testemunha, ao contrário, a sua islamização.

A islamização do conjunto do Magrebe estava, em substância, concluída no século IV/X; somente algumas regiões e cidades dispersas ainda abrigavam pequenas comunidades cristãs e judaicas e, nas regiões montanhosas distantes, algumas "tribos berberes" agarravam-se às suas antigas crenças, ao passo que a barghawāta "herética" permanecia indomável. Entretanto, nesse período, as condições sociopolíticas sofreriam numerosas mudanças que teriam uma profunda influência em relação à situação religiosa.

Os fatímidas desempenharam, nesta evolução, um papel tão determinante quanto paradoxal. Eliminando os Estados de Tāhert e de Sidjilmāsa, assim como controlando numerosas tentativas de sublevação kharidjitas, eles proferiram um golpe mortal ao kharidjismo berbere, não logrando, todavia e contudo, ganhar para o xiismo os berberes, os quais se voltaram em massa para o sunismo, particularmente para a escola jurídico-religiosa malikita do madhhab.

Pouco tempo após, a porção ocidental do Magrebe cairia sob domínio dos almorávidas berberes, que eliminaram da região os últimos vestígios do kharidjismo, do xiismo e da heresia barghawāta, estabelecendo definitivamente o domínio da escola malikita do Islã sunita.

Parte II – a difusão do Islã na África, ao sul do Saara

O relato da expedição de 'Ukba ibn Nāfi' ao sul do Marrocos é o mais antigo texto informativo do qual dispomos sobre os contatos entre árabes e berberes saarianos. Em 63/682, 'Ukba ibn Nāfi' atacou os berberes ao sul do Sūs al-Aksā e retirou-se após ter feito alguns prisioneiros. Aparentemente, essa expedição avançou até Wādī Dar'a (Oued Dra). As expedições militares árabes do Saara ocidental cessaram após as grandes revoltas berberes dos anos 740, as quais se desdobraram na decadência do domínio árabe e na anarquia generalizada no Magrebe.

Aparentemente, os primeiros berberes saarianos cuja conversão seja certa tenham sido os lamtūna, pois Ibn Khaldūn escreveu que eles haviam aceitado o Islã pouco após a conquista da Espanha pelos árabes, ou seja, na segunda década do século II/VIII. Al-Zuhrī (século VI/XII), por sua vez, menciona a conversão dos lamtūna, massūfa e djuddāla sob o reino do califa umayyade Hishām ibn 'Abd al-Malik (106/724-125/743). A sua conversão aparenta todavia não ter sido senão um pequeno traço ao longo dos séculos seguintes: toda a história dos primórdios do movimento almorávida atesta de modo eloquente o caráter superficial da islamização desses três povos berberes.

O Islã se propagara através do deserto até o Sudão ocidental antes mesmo que os próprios Magrebe e Saara fossem totalmente convertidos. Segundo al-Zuhrī, os chefes da cidade comercial de Tādmekka, os berberes de Banū Tānmak, foram islamizados sete anos após a população de Gana ter sido forçada pelos novos convertidos ganenses. É muito provável que, evidentemente, a conversão tenha consistido neste caso em impor o Islã almorávida ortodoxo a um povo que já professava a fé kharidjita. Desde o século III/IX, comerciantes ibaditas vindos da África do Norte frequentavam Tādmekka; a cidade tornara-se um dos maiores centros das suas atividades missionárias junto às populações sudanesas. Abū Yazīd, o célebre chefe da revolta kharidjita antifatímida do século IV/X, provavelmente nasceu em Tādmekka.

Esse estado de coisas nos conduz a examinar o papel que os kharidjitas, particularmente a seita ibadita, desempenharam na propagação do Islã no Sudão. Os escritos dos autores ibaditas da África do Norte abundam em detalhes sobre a rede comercial ibadita no Saara e no Sudão, após o século II/VIII. Muitas cidades sudanesas, tais como Gana, Gao, Awdāghust, Tādmekka, Ghiyārū, Zāfunu e Kūgha, testemunham a presença de estabelecimentos de mercadores ibaditas vindos de Tāhert, de Wargla, do sul tunisiano e do Djabal Nafūsa. Os kharidjitas da seita africana sufrita reinaram sobre Sidjilmāsa, um dos principais pontos de chegada setentrionais do comércio de caravanas até o século IV/X; a dinastia

ibadita dos Banū Khattāb em Zawīla (no Fezzān) dominou a extremidade norte da grande rota comercial interligando a Líbia à bacia do Lago Chade.

Aos ibaditas coube, incontestavelmente, o mérito de terem sido os primeiros a iniciar os povos sudaneses ao Islã; conquanto seja impossível apreciar o seu sucesso no plano numérico – aparentemente assaz fraco – foram eles que lançaram as bases sobre as quais os propagadores da fé islâmica construiriam posteriormente estruturas mais sólidas.

A associação do Islã e do comércio na África Subsaariana é um fato bem conhecido. Os grupos mais ativos no plano comercial, tais como os dioula, os haussa e os dyakhanke, estiveram entre os primeiros a se converterem quando os seus países entraram em contato com os muçulmanos, e essa conversão explica-se por fatores sociais e econômicos. Religião nascida no seio da sociedade comercial de Meca e pregada por um profeta que fora ele próprio durante muito tempo um comerciante, o Islã apresentava (e apresenta) um conjunto de preceitos morais e práticos estreitamente ligados às atividades comerciais. Esse código moral ajudava a sancionar e controlar as relações comerciais e oferecia, aos membros dos diferentes grupos étnicos, uma ideologia unificadora que atuava em favor da segurança e do crédito, duas das condições essenciais para a existência de relações comerciais entre parceiros comerciais distantes entre si.

Os muçulmanos dessa primeira época tendiam a constituir pequenas comunidades dispersas ao longo das grandes rotas comerciais que cortavam todo o Sahel e o Sudão. Em certas capitais como Gana ou Gao, mercadores e muçulmanos (termos muito frequentemente sinônimos) viviam em bairros separados e gozavam muito amiúde de certa autonomia política e judiciária.

Todos os comerciantes muçulmanos certamente não tinham o tempo ou o desejo de fazer proselitismo junto às populações locais. Porém, em seu encalço e com o crescimento das comunidades muçulmanas em numerosas regiões do Sudão, chegavam clérigos para quem as atividades religiosas importavam geralmente mais que as atividades comerciais.

Desde a sua chegada à África Ocidental, o Islã teve que lutar contra costumes e práticas não muçulmanas. Para a maioria dos convertidos, a adesão a esta nova religião jamais significou o total abandono de todas as práticas não islâmicas associadas a sua religião tradicional. De fato, e inicialmente, muitos aceitaram o Islã porque os primeiros chefes muçulmanos interpretavam de modo liberal o que constitui a proferição do Islã, mostrando-se portanto muito tolerantes em face de certas práticas não islâmicas.

O segundo grupo social, após os comerciantes, a se converter ao Islã foi aquele dos chefes e dos cortesãos. Estima-se em geral que o primeiro chefe do

Sudão ocidental a se converter ao Islã tenha sido Wār Dyābī do Takrūr, da região do baixo Senegal. Ele o fez antes mesmo da ascensão dos almorávidas, nos anos 420/1030. O mesmo aconteceu em Gao (Kāw-Kāa), aproximadamente em 400/1009-1010, com a conversão ao Islã de um chefe local, aquela do décimo quinto chefe dyā (zā) Kosoy. A esse mesmo período, igualmente remonta a conversão, já evocada, do rei Mallal, uma das mais antigas chefarias do Malinqué. O primeiro estabelecimento do Islã no Sudão central data do século V/XI, com a conversão do mai de Kānem. A primeira penetração do Islã no Sudão central e ocidental aparenta realmente ter acontecido no século V/XI: do baixo Senegal às margens do Lago Chade, ele foi propagado por vários soberanos e chefes, adquirindo assim um reconhecimento oficial no quadro das sociedades africanas. Esse século igualmente acompanhou a conversão do mais célebre, tanto quanto do mais poderoso, dentre os Estados sudaneses, Gana.

Sem dúvida, após o intermédio almorávida, as atividades islâmicas no sul do Saara foram mais intensas. Aparentemente, ao longo do século V/XI, a dinâmica de um desenvolvimento anterior em numerosos Estados sudaneses entrou em uma fase na qual a ligação com o Islã oferecia certas vantagens às classes dirigentes e a um grupo cada vez maior de comerciantes locais. Essas vantagens definiram-se ainda mais nos séculos seguintes, ao longo do período que acompanhou a ascensão dos grandes impérios sudaneses: aquele do Mali e dos songhay.

As razões de Estado que estiveram na origem da relativa islamização dos impérios não muçulmanos eram tanto internas quanto externas. As motivações externas eram de ordem comercial, pois a função destes impérios do ponto de vista econômico era controlar e explorar o comércio do Sudão com a África do Norte. Era do interesse da classe dirigente apresentar, através da organização da sua corte e dos seus peregrinos, uma imagem islamizada que lhe permitisse estabelecer e reforçar boas relações com os seus clientes e parceiros norte-africanos. No plano interno, um dos grandes problemas dos soberanos era assegurar a fidelidade das etnias e clãs politeístas que eles haviam dominado e cujos cultos ancestrais e agrários diferiam radicalmente daqueles das dinastias reinantes. A adoção da religião islâmica, religião de caráter universal, surgiu como uma solução possível: portanto, eles se esforçaram para implantá-la, ao menos, junto aos chefes de outras linhagens e clãs, objetivando fazer nascer entre eles um novo laço religioso. A extensão dos seus impérios tornava complicada uma administração eficaz do seu território e a ajuda dos escribas muçulmanos e de outras pessoas instruídas era-lhes indispensável para o funcionamento do correio e dos assuntos do Estado. Os religiosos muçulmanos devem ter exercido grande influência nas cortes reais, abrindo assim a via para a posterior conversão do soberano e da sua família.

As regiões islamizadas aproximadamente no ano 900/1500. [Fonte: I. Hrbek.]

Isso não significa que os reis tenham sido muçulmanos particularmente sinceros ou pios. Eles tinham de levar em conta os costumes locais e crenças tradicionais da maioria dos seus sujeitos não muçulmanos, os quais neles enxergavam uma encarnação ou um intermediário de poderes sobrenaturais. Nenhum dos chefes possuía o poder político para impor o Islã ou a lei islâmica sem correr o risco de abalar a lealdade dos não muçulmanos. Compreende-se assim melhor a persistência das cerimônias e ritos politeístas na corte dos reis muçulmanos, tais como os mansa do Mali ou os askiya do Reino dos songhai, homens que haviam feito a peregrinação e passavam aos olhos de todos como pios muçulmanos.

Quanto ao Império do Mali, a conversão dos seus soberanos ao Islã teve lugar ao final do século VII/XIII, sob os descendentes de Sunjata. A segurança generalizada que reinava durante a maior parte da época do Império malinês favoreceu a expansão do comércio no Sudão ocidental. Os comerciantes muçulmanos exploravam várias redes comerciais que se estendiam sobre todo o território do império e aventuravam-se inclusive além das suas fronteiras. As conversões de malinkes multiplicaram-se, assim como as de outros grupos étnicos, como os fulbes do Vale do Senegal e do Massina. O surgimento e o crescimento de um clero concentraram-se nos principais centros políticos e comerciais, em Niani e Gao, porém, sobretudo em Jenné e Tombouctu.

O nascimento de uma classe de sábios e clérigos muçulmanos eruditos de origem sudanesa foi um acontecimento importante da história do Islã na África Subsaariana. A influência dessa nova classe de religiosos africanos fez-se sentir até no Sudão central. Foi na segunda metade do século IX/XV que uma forte tradição islâmica começou a se instaurar.

A despeito dessas tentativas para fortalecer o seu estabelecimento, o Islã estava distante de consistir em uma unanimidade. Ele se tornou a religião de pequenas comunidades de comerciantes e clérigos profissionais; a influência que ele obteve junto às cortes foi superficial, ao passo que a massa das populações permanecia fiel às suas crenças tradicionais. Pouco a pouco, entretanto, estes conceitos e as atitudes islâmicas ganharam terreno, criando uma situação caracterizada por um Islã "híbrido". A pronta aceitação deste tipo de Islã pelos comerciantes haussa, os quais formavam a classe comercial muçulmana mais engenhosa após aquela dos dioula, favoreceu o prosseguimento da propagação do Islã nessas regiões do Sudão. Abrindo rotas comerciais rumo aos países produtores de cola, no interior da Gold Coast (atual Gana) (onde eles encontraram os dioula, fazendo movimento rumo ao leste), eles levaram o Islã até as margens da floresta.

A progressão do Islã conheceu, igual e evidentemente, alguns revezes. Os mosi (mossi) da curva do Níger haviam por muito tempo resistido ao avanço do Islã,

embora eles tivessem entrado em contato com ele desde o século VIII/ XIV, quando haviam atacado e pilhado Tombouctu e inclusive Walāta. Os bambara que viviam no território do antigo Império do Mali formavam outra ilha de religião tradicional.

No século X/XVI, o Islã estava, apesar de tudo, assaz bem implantado ao longo de todo o cinturão sudanês, do Atlântico ao Lago Chade e mais além. As classes dirigentes de todos os grandes Estados e da maioria dos pequenos eram muçulmanas, ao menos nominalmente. Em todas as cidades e em numerosas localidades viviam muçulmanos africanos, de origens étnicas diversas, muitos inclusive que só eram muçulmanos pelo nome, entretanto, entre os quais havia frequentemente homens eruditos e pios, de espírito aberto e em contato com o vasto mundo situado ao norte do Saara. Embora as massas camponesas não tivessem sido senão levemente atingidas por esta religião universal, o Islã tornava-se, após tantos séculos de presença, um fenômeno familiar, um dos elementos da cena cultural da África Ocidental.

No nordeste da África, a islamização da Núbia e do Sudão nilótico foi e continua a ser, de fato, um processo permanente. Conquanto a Núbia tenha entrado em contato com o Islã no momento da conquista árabe do Egito, no início do século I/VII, a progressão do Islã ali se encontrou perante a existência de Estados cristãos e face à forte ligação dos núbios com a sua fé.

A islamização (assim como a arabização) da Núbia foi obra de agentes bem distintos. Desde o século II/VII, grupos de nômades árabes começaram a se movimentar do alto Egito rumo à Núbia, escolhendo principalmente a região situada entre o Vale do Nilo e o litoral do Mar Vermelho. No século IV/X, eles já se haviam implantado no extremo norte da Núbia e, na mesma época, alguns núbios instalados ao norte da Segunda Catarata se haviam convertido ao Islã.

O litoral do Mar Vermelho era outra via de penetração do Islã, embora menos importante que o corredor do Nilo. Os mercadores árabes haviam começado a se instalar em cidades costeiras como 'Aydhāb, Bādī e Sawākin desde o século II/VIII. O interior do país era ocupado por uma cabila belicosa de nômades, os bēdja, os quais durante muito tempo atormentaram o alto Egito com repetidas incursões. No século VII/XIII, a maioria dos bēdja estava formalmente convertida, ou seja, consideravam-se muçulmanos e eram reconhecidos como tal pelos seus correligionários; porém, eles conservavam numerosas práticas e crenças tradicionais.

A partir do século X/XVI, a fronteira meridional do Islã estabilizou-se ao longo do 13º paralelo. O processo de islamização acompanhou-se de um processo de arabização que deixou a sua marca em grande parte do país Núbio e regiões adjacentes.

O Islã penetrou na Etiópia ao longo de dois grandes eixos comerciais que interligam as Ilhas Dahlak e Zaylā', no interior do país. As Ilhas Dahlak tornaram-se muçulmanas no início do século II/VIII; na mesma época, muçulmanos majoritariamente estrangeiros ao continente, de origem árabe ou outra, começaram a se instalar em diversos pontos do litoral do Mar Vermelho. A partir desses centros, o Islã difundiu-se em meio às populações locais, essencialmente nômades, da costa, porém a sua influência permaneceu restrita até o século IV/X.

É possível reconstituir as primeiras etapas da expansão do Islã na Etiópia por meio de documentos escritos; entretanto, não se pode proceder do mesmo modo em relação aos primórdios da islamização dos somalis. Não há dúvida de que os grupos somalis instalados na costa do Golfo de Aden muito cedo entraram em contato com muçulmanos. Tradições somalis reportam que o xeque Darod Ismā'īl, chegando da Arábia, instalou-se junto aos dir, a mais antiga família somali, esposou uma dir e se tornou em seguida o ancestral de um imenso clã que carrega o seu nome, os darod. É impossível datar este evento com precisão. Entretanto, há concordância em geral ao situá-lo entre os séculos IV/X e V/XI.

Um dos traços característicos da islamização dos somalis foi não ter sido ela acompanhada de arabização. Os somalis são certamente orgulhosos das tradições que fazem descendentes de nobres famílias árabes e a sua língua contém numerosos empréstimos do árabe. Entretanto, eles jamais perderam a sua identidade étnica, contrariamente ao ocorrido na África do Norte ou no Sudão nilótico.

Esse estado de coisas talvez se explique pelo fato de os árabes não terem jamais imigrado em massa para o Chifre da África, dirigindo-se a essa região sobretudo em caráter individual ou como mercadores e pregadores, rapidamente absorvidos pela sociedade somali. O Islã, o qual progressivamente conquistou, no cinturão sudanês ou junto aos somalis, populações inteiras e influenciou a vida dos grupos étnicos africanos, não teve a mesma incidência junto aos falantes do grupo de línguas banto e outros povos da África Oriental. Certamente ele se desenvolveu, contudo, somente como religião de imigrantes vindos de além-mar e vivendo em círculos fechados nas localidades costeiras e insulares.

A sociedade das cidades costeiras era certamente muçulmana, porém não árabe. Os imigrantes, nunca numerosos, esposavam mulheres africanas e se misturavam na população local. Os seus descendentes, mestiços, rapidamente abandonavam o árabe em proveito do suaíli, que se tornou um saber para todas as comunidades costeiras. Por muito tempo, entretanto, o elemento muçulmano reduziu-se na África Oriental a uma ínfima minoria, cujos olhares estavam antes voltados para o oceano, muito mais que para a própria África.

Uma única exceção a esse quadro: a penetração dos mercadores muçulmanos, em sua maioria suaílis, no interior do atual Moçambique e no Zimbábue. A descoberta no Zimbábue de cerâmicas chinesas e persas datando dos séculos VII/XIII e VIII/XIV testemunha a existência de relações comerciais com os estabelecimentos costeiros, notadamente com Kilwa e os seus postos avançados meridionais, como Sofala.

O estudo do Islã em Madagáscar progrediu consideravelmente no decorrer das últimas décadas; entretanto, ele suscitou mais questões que aquelas às quais ele ofereceu soluções. Não há dúvida de que povos islamizados, de origem árabe ou mais provavelmente suaíli, começaram a se instalar, a partir do século IV/X, na costa noroeste, bem como em pequenas ilhas vizinhas, como testemunham a arqueologia, as tradições orais e os primeiros relatos dos portugueses.

Mas é certo que o Islã não desempenhou em Madagáscar o mesmo papel que em outras partes da África tropical, onde ele tornou-se paulatinamente a religião de grupos étnicos inteiros e marcou profundamente as sociedades africanas. Ele jamais impôs a sua cultura à cultura malgaxe; muito pelo contrário, nas regiões recuadas da ilha, foi antes o fenômeno inverso que ocorreu, a saber, a absorção das populações islamizadas pelo ambiente cultural local.

O Islã como sistema social na África, desde o século VII

Efetivamente, a penetração do Islã em direção ao mundo negro reveste-se de aspectos muito complexos, essencialmente não violentos no primeiro período, como atestam muitos trabalhos recentes: os berberes do deserto, com a sua adesão ao islã, os mercadores ibaditas ou sufritas e os representantes dos interesses fatímidas desempenharam papéis diferentes, embora sem notável violência.

A *fortiori*, os muçulmanos mostraram-se prudentes quando abordaram as regiões do continente onde se encontram povos com forte coerência cultural e social – mesmo se essa coerência aparenta-se insólita para mais de um autor árabe – e onde existem, contrariamente ao que se pensou e se escreveu por muito tempo, tão antigos e fortes Estados quanto aqueles encontrados no mesmo momento na África do Norte e na Europa Ocidental. O mundo soninquê, no oeste, aquele dos Zaghāwa ou dos Kānembu, no centro, aquele dos falantes banto, no leste, surpreenderam os muçulmanos, mundos esses para os quais, rapidamente, estes últimos deram importantes descrições etnográficas. Eles não buscaram convertê--los, ainda menos a fazê-los abandonarem as suas práticas religiosas, culturais e sociais antes do século VI/XII. Eles se contentaram, por muito tempo, com uma

coexistência comercial, vantajosa para eles, bem como com relações frequentemente cordiais com os príncipes e mercadores negros. Essa política, com o tempo, não foi infrutífera, inclusive do ponto de vista religioso.

Desse modo, sem guerras, sem proselitismo violento, o islã marcou pontos, em terras africanas, antes do século VI/XII. Esses avanços não têm relação decisiva com o *Dār al-islām*; eles não são irreversíveis; eles se referem muito mais aos príncipes e mercadores que aos cultivadores. Ao menos antes dos grandes esforços para a extensão do *Dār al-islām*, os quais vão se desenvolver a partir do século V/XI, certas posições importantes são conquistadas. A coexistência produziu resultados mais brilhantes que o aparente, mesmo se ela acompanhou-se de compromissos importantes. Frequentemente, contenta-se com uma conversão assaz formal do príncipe: a anedota relativa à conversão de um rei de Mallal, muitas vezes citada pelos autores árabes, esclarece muito a esse respeito; saber-se-ia, posteriormente e com alguma surpresa, que o *mansa* do Mali, quando da peregrinação, demonstrou no Cairo um conhecimento bem superficial sobre as regras da vida muçulmana.

As coisas mudam, por toda parte, após o brilhante século IV/X fatímida, tão importante para a África, com o triunfo, no século V/XI, da ortodoxia sunita e o surgimento de fenômenos religiosos muito menos propensos à tolerância, tais como o movimento almorávida, ao menos em seus aspectos africanos. Inclusive na África Oriental, o século VI/XII marcaria um recrudescimento dos comportamentos muçulmanos perante as culturas e sociedades africanas. Abre-se assim uma segunda época na qual o Islã iria, de mais em mais, esforçar-se para uniformizar os modos de vida nas terras sob o seu controle.

Bem entendido, os próprios muçulmanos estão divididos no tocante aos comportamentos a serem adotados quanto às tradições socioculturais africanas. Os juristas vindos do norte, imbuídos da sua ciência e orgulhosos da sociedade que eles representam, tendem a ver nesses atos "não conformes" das sociedades negras as provas de que elas pertencem a um mundo estrangeiro ao Islã e que deve ser combatido; os muçulmanos negros, nascidos nessas sociedades e tentando nelas viver, por vezes muito minoritários, tolerados e conviviais, são facilmente levados a admitir que as práticas dos cultos africanos não constituem um obstáculo real à adesão ao Islã; eles podem ir muito longe nessa tolerância e os seus correligionários vindos do norte acusam-nos deliberadamente de laxismo, cumplicidade e até de traição ao Islã. São todavia os segundos e não os primeiros que assegurariam, como veremos, os sucessos mais duradouros do Islã do século VI/XII ao século X/XVI.

A intransigência jurídica, com efeito, tenciona as situações ao extremo quando se trata de modificar as regras matrilineares de sucessão para impor os hábitos patrilineares corânicos. Por outro lado, foi provavelmente ao nível da concepção da propriedade dos bens que a irredutibilidade revelou-se mais forte de uma sociedade a outra. *A fortiori*, a comunidade africana das terras, do trabalho e das colheitas não era absolutamente compreensível para muçulmanos acostumados à aventura da riqueza individual, familiar e urbana.

Aparentemente mais benignos, embora não seguidos de efeitos, são os protestos contra os “modos africanos”: a exagerada liberdade dos comportamentos femininos, a ausência do véu, a nudez dos corpos dos adolescentes; os autores árabes não podem senão oferecer testemunho ou manisfestar condenação face aos escândalos que ofenderam a sua visão.

Em todos esses níveis básicos das suas respectivas organizações e pouco conciliáveis, as sociedades árabe-muçulmanas e africanas, muçulmanas ou não, não encontraram conciliação entre os séculos VI/XII e X/XVI. Inclusive, elas por vezes sem dúvida tiveram tendência a ver nesses modos antagônicos de vida social um sinal de incompatibilidade entre o Islã e a religião tradicional africana.

O final do século X/XVI e o início do século XI/XVII constituem uma importante etapa na história oeste-africana. Pode-se inclusive considerar essa época como um ponto de inflexão. Preferimos a noção de parêntese, fechando um longo período, extremamente rico, marcado pelo nascimento e pelo desenvolvimento dos principais Estados negros subsaarianos, bem como pelo confronto de duas concepções de mundo, próprias à religião tradicional do continente e ao Islã. Essa época igualmente representa o ponto de partida de outro período, certamente mais breve, embora composto de graves crises e incertezas, no curso do qual a religião muçulmana aparenta marcar um tempo de interrupção da sua expansão, ou francamente recua em muitas regiões. Este parêntese era historicamente necessário, ao analisar o papel motor que essa religião desempenhou nas relações socioeconômicas africanas, papel que portava ainda maior perigo devido às aparências, pois, embora o Islã estivesse menos diretamente implantado, sociedades agrárias sedentárias foram dominadas por oligarquias africanas com o seu aval; regiões do continente foram transformadas em reservas de escravos com a sua cobertura.

Foi no Império songhai, sob a direção de Sonni ‘Alī (868/1464-897/1492), que se manifestou com maior vigor essa reação antimuçulmana, não dirigida contra pessoas, mas, antes, contra a influência da ideologia que elas professam, julgada incompatível com os valores tradicionais africanos. Um determinado

número de condições favoreceu a entrada em marcha daquilo que seria perfeitamente correto chamar uma contraofensiva.

Ainda mais significativos desse recuo são, no vazio político, a desorganização social e religiosa criada pelo desaparecimento do Estado Songhai e as desordens da ocupação marroquina, bem como o nascimento de um reino "animista" reivindicando-se ostensivamente valores africanos. Trata-se do Reino banmana (bambara) de Ségou, no transcorrer do século XI/XVII. Era, a um só tempo, a destruição do "poder imperial muçulmano" que estaria em questão, porém igualmente o tecido urbano do império que regressaria e a revelação à luz do dia das formas de recusa do Islã, empreendidas nos meios rurais desde o século VII/XIII, malgrado os mansa do Mali e os askiyas do Songhai.

O encontro do Islã com a África foi uma das mais fecundas aventuras humanas da história universal. O Islã propôs aquilo que se poderia chamar "uma escolha de sociedade". Os ecos se fizeram ouvir diferentemente no tempo e no espaço sobre o continente negro. O desafio era imponente. Tratava-se de uma mudança de mentalidade, de concepção, de representação do mundo, de comportamento. Tratava-se de trocar a sua cultura pela de outrem, em suma, ser outro. Em que pesem as resistências entre o século I/VII e o início do século XI/XVII, a África mediterrânea aceitou a alternativa muçulmana. Ela islamizou-se e pôs-se a se arabizar.

No restante da África, o Islã não encontrou as circunstâncias históricas favoráveis que explicaram os seus sucessos no Oriente, no norte do continente e na Espanha. Nem conquistador, nem mestre total do poder que ele foi obrigado a deixar a príncipes ainda muito impregnados de tradições africanas – embora eles se apresentassem como "estrangeiros" aos povos que eles governavam através da sua própria conversão e, muito amiúde, graças aos proveitos que tiravam esses príncipes da venda de escravos –, o Islã obteve, ao sul do deserto e na África Oriental, substanciosos resultados religiosos. Ele ainda não encontraria, no século X/XVI, a solução de síntese que lhe permitiria integrar, sem problemas, as sociedades negras e as suas culturas à "Casa do Islã". O parêntese ora inaugurado não favorece, tampouco, a descoberta desta solução. Finalmente, em mais de um ponto, a integração social produzir-se-ia, no curso de acontecimentos revolucionários, no século XII/XVIII e início do século XIII/XIX: ambos esses séculos, unicamente, seriam o suficiente para que, em certas regiões, o Islã fosse um fenômeno que expressasse totalmente a vida social e cultural do povo.

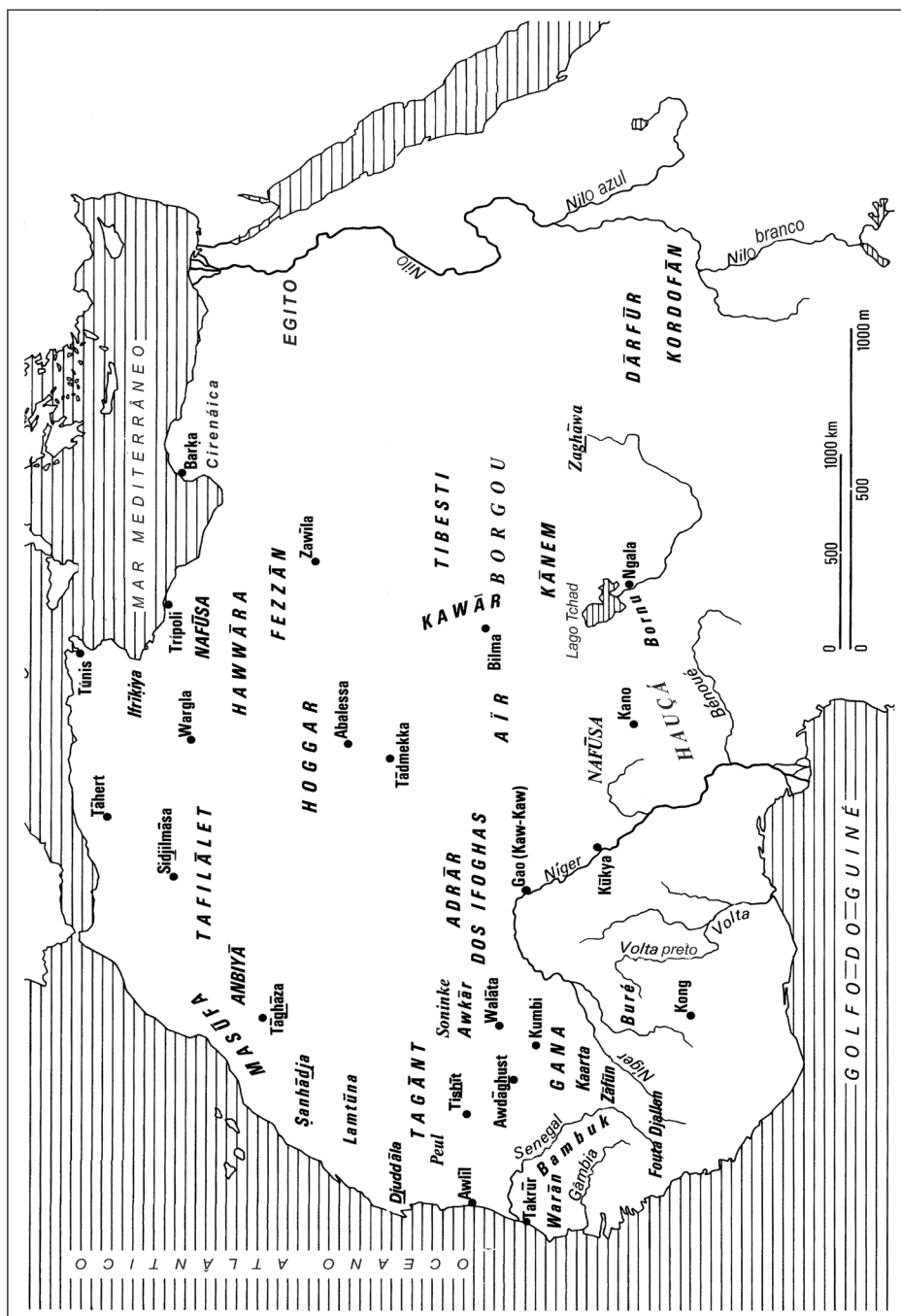
Os povos do Sudão: movimentos populacionais

O período considerado – I/VII-V/XI séculos – é habitualmente classificado na rubrica dos "séculos obscuros". Ora, malgrado o desenvolvimento crescente dos estudos históricos africanos, a nossa informação continua ainda defeituosa para os períodos antigos. A zona concernida é muito vasta. O "país dos negros" (*bilād al-Sūdān*), atual e globalmente designado sob o nome de Sudão, comporta não somente as bacias do Senegal, do Níger e do Chade, mas, igualmente, os países mais meridionais da savana e da floresta.

O estudo dos movimentos populacionais dessa zona remete-nos ao período neolítico do Saara e, sobretudo, ao maior evento geoclimático que constitui a aridez progressiva dessa região, tornada desértica. O processo entra em sua fase ativa aproximadamente no quarto milênio antes da Era Cristã; isso engendra consideráveis mudanças socio-históricas que tocam o conjunto do continente. Está atualmente estabelecido que o mapa do povoamento do Saara neolítico difere sensivelmente daquele da época que sucedeu a evolução climática e podemos identificar os sérios indícios de um povoamento negro, majoritariamente sedentário. O primeiro milênio da Era Cristã poder-se-ia caracterizar pela permanência de comunidades de camponeses negros, constituintes dos núcleos solidamente implantados junto aos nômades líbicos-berberes e, posteriormente, berberes. A pressão destes últimos desencadeia um progressivo movimento de deslocamento para o sul, ou seja, rumo à zona de implantação que, em grande parte, foi conservada pelos povos negros. Cabe examinar em que medida tais hipóteses permitem apreender as questões fortemente discutidas, relativas à origem dos fula e dos soninquês sahelianos.

Os fula vivem em um espaço muito extenso da savana oeste-africana, e a sua presença em muitas regiões, entre o Senegal e Camarões, confere certa amplitude às questões relativas a sua proveniência, bem como às diferentes etapas dos seus deslocamentos.

Deixando à margem as especulações e hipóteses sobre a origem e as migrações pré-históricas dos fula, atualmente se reconhece, por pouco que não unanimemente, que na época histórica os fula vieram do Fouta senegalês, devendo-se considerar o grupo senegalês vizinho dos seus parentes próximos, os serer e os uólofes, como o núcleo a partir do qual outros grupos de língua peul (pular ou fulfulde) dispersaram-se e emigraram rumo ao leste e para o sul.

Entre os séculos V/XI e IX/XV, os fula se dirigem para o Masina, passando por Diombogo e Kaarta. Notar-se-á que a instalação dos peul efetua-se em contatos progressivos. Pequenos grupos e famílias instalam-se assim no Fouta Djalon, provenientes do Ferlo e do Fouta Toro. Trata-se, portanto, de uma integração lenta, através de trocas com as populações já estabelecidas quando da sua chegada

A África do oeste no século XI. [Fonte: François de Medeiros.]

A questão da origem dos fula e dos seus deslocamentos é, certamente, essencial para a história dos povos oeste-africanos, pois que ela se refere a todos os grupos do Sudão, do Ocidente ao Oriente. Porém, também importa que outros aspectos concernentes às relações dos fula com estes grupos – sobretudo uólofes, serer, soninquês e manden – sejam aprofundados, do mesmo modo no tocante às suas relações com o antigo Gana.

A dispersão dos soninquês, explicada pela pressão dos berberes e, particularmente, por aquela dos almorávidas, aparenta ter causas múltiplas, entre as quais o fator climático desempenhou um papel preponderante. O seu *habitat* original, o Wagadu da sua lenda, foi situado em uma região dotada de condições climáticas precárias, embora bem posicionada do ponto de vista comercial. A lenda de Wagadu ensina-nos que os indivíduos de Wagadu fugiram para o sul após uma estiagem que durara sete anos. Esse desastre climático – que lembra a seca dos anos 1970 – aparenta ser a primeira razão da dispersão dos soninquês; as suas migrações os conduziram por toda a parte no Sudão ocidental, da Gâmbia até Songhai, porém, um grupo bem mais considerável permaneceu em seu primeiro território, no Awkār e no Hōdh, onde eles fundaram o seu primeiro Estado, o antigo Gana. Ainda não é possível estabelecer uma cronologia, sequer aproximativa, desses acontecimentos; entretanto, é mais provável que as migrações dos soninquês tenham ocorrido durante vários séculos.

No Sudão central e oriental, surge no transcorrer do primeiro milênio da Era Cristã uma série de sociedades organizadas, as quais logram edificar verdadeiros Estados. Alguns, como o Kānem ou Gana, atingiram uma considerável potência. No entanto, outros menos extensos, como aqueles dos haussas, dos songhai, dos takrūr, estão em vias de formação. Os muçulmanos, ao chegarem ao Sudão nos primeiros séculos do Islã, encontram-se em presença destes conjuntos, com os quais eles devem compor.

Os Estados do Sudão são criações específicas dos povos negros. Eles estão em contato com os berberes das bordas meridionais do Saara e mantêm complexas relações com esses vizinhos de origem branca. Certamente, em um primeiro momento, os agricultores negros recuam, sob a pressão dos pastores nômades, para se instalarem nas zonas menos rigorosas do Sahel; contudo, posteriormente, eles se organizam para melhor resistir. Os sudaneses encontram em seu *habitat* os recursos políticos e sociais necessários para enfrentarem as ameaças vindas do deserto. No entanto, o antagonismo permanece, pois o poderoso Império de Gana é capaz, após 380/990, de dominar economicamente Awdāghust, graças às atividades dos zanāta vindos da África do Norte, bem como, consequentemente, logra estabelecer a hegemonia política. Um século mais tarde, o mesmo

Gana perde, sob a pressão dos almorávidas, a sua incontestável primazia entre os Estados sudaneses. Contudo, as tensões que opõem os berberes e os povos negros não desencadeiam um encargo duradouro para os primeiros dentre os Estados sudaneses, os quais adquiriram uma sólida organização.

O nascimento e o desenvolvimento dos Estados do Sudão durante esse período baseiam-se na utilização de certos instrumentos e técnicas que permitiram aos seus detentores impor a sua lei sobre as pequenas unidades formadas pelos grupos de agricultores ou pastores do Sahel. Dois fatores aparentam ter desempenhado, a este respeito, um decisivo papel: a posse do ferro e o emprego do cavalo e do camelo.

Estudos ainda parciais sobre os metais na África negra relacionaram a importância do ferro com a constituição dos grandes Estados sudaneses. Além da importância que pode ter na prática da caça e da agricultura, o ferro é um instrumento de poderio militar que confere àquele que o possui uma superioridade técnica sobre os outros. Ora, no tocante ao Sudão, o papel dos exércitos foi determinante na formação dos Estados, quer seja no Kānem ou em Gana.

O ferro está intimamente ligado ao cavalo, como foi frequentemente sugerido, haja vista que ambos os instrumentos estão associados no bojo da constituição dos grandes Estados do Sudão. O cavalo é conhecido no Saara na segunda metade do segundo milênio e nos primeiros séculos do último milênio antes da Era Cristã. Porém, esse animal seguiu os deslocamentos populacionais, mantendo-se também no Magrebe em sua variedade do cavalo barbe e no Sudeste com a raça de dongola. O cavalo barbe (raça equina mongol) é utilizado na África Ocidental no Hōdh e no Sahel, inclusive até o Djerma. Mas, desde o início da Era Cristã, o cavalo é substituído para as comunicações transaarianas por um animal mais resistente aos rigores do deserto: o camelo. Este último desempenha um papel considerável no que tange ao estabelecimento dos domínios sudaneses, do Takrūr até o Kānem. Em todo o Sahel, cria-se o camelo, utilizado tanto para o transporte do sal quanto para as razias de escravos, assim como para fins militares.

A ação dos Estados negros pode ser observada a partir de três níveis: o crescimento da sua potência, o efetivo controle do setor sob a sua autoridade e a prática de uma política em conformidade com os interesses do seu povo.

A realeza de tipo sagrado pode, ao menos durante o período islâmico, aparecer como um elemento específico da cultura dos grandes Estados negros do Sudão. Pode-se considerar tal instituição como um instrumento eficaz nas mãos destas sociedades, para garantir o governo dos seus Estados, sobretudo quando

se tratam de reinos que exercem uma hegemonia sobre uma área muito extensa, como foi o caso de Gao e Gana.

Se os reis do Sudão têm autoridade, poder e potência no interior dos seus Estados, firmemente governados por intermédio de uma instituição apropriada, eles controlam, igual e parcialmente, as relações com o exterior. Podemos interpretar nestes termos as relações de Gana com os berberes que reinam em Awdāghust desde a sua fundação, no século III/IX. Os mercadores devem pagar duas vezes pelo sal: um dinar na entrada e dois dinares na saída. Gana desempenha assim o papel de plataforma giratória para a distribuição deste produto vital que é o sal para a África Subsaariana. O soberano de Gana, segundo al-Bakrī, reserva para si toda a produção de pepitas para evitar o desabamento das cotações do ouro. Tendo perfeitamente compreendido os mecanismos econômicos no centro dos quais se encontra Gana, ele pretende manter o monopólio de um produto tão capital quanto o ouro. Destarte, o mundo negro organiza a sua economia de trocas para enfrentar o poder dos produtores de sal, em virtude deste último produto ser trocado por ouro.

Os reis do Sudão manisfestaram uma grande habilidade política em suas relações com o mundo muçulmano e com a cultura da qual se reivindicava o conjunto dos parceiros do norte, com os quais eles se relacionavam. Eles souberam utilizar em seu proveito as competências junto aos muçulmanos que frequentavam os seus Estados. Segundo al-Bakrī, o rei de Gana escolhia os seus intérpretes, o seu tesoureiro e os seus ministros em meio aos muçulmanos.

Assim sendo, confiando setores da sua administração a letrados muçulmanos, ele com isso espera certa eficiência. Em suma, pode-se reter como característica dos Estados do Sudão saheliano, correspondentes à parte conhecida do "país dos negros", a tentativa permanente de controlar de modo responsável o seu meio. Assim sendo, pode-se ver emergir uma cultura específica que se enraíza profundamente no universo religioso tradicional. Este último serviu, muito amiúde, para contestar sem brilho, embora eficazmente, muitos dados que chegavam com a pretensão e o prestígio de uma sociedade aparentemente mais equipada.

A chegada do Islã no século II/VIII introduz um dado suplementar que, a partir do século seguinte, tornar-se-ia um estimulante; dado correspondente a um crescimento das trocas econômicas e culturais. Mas, sobretudo, o fator religioso começa a desempenhar um papel importante na evolução política e social, observada desde o Magrebe até o Sudão.

Este período, compreendido entre os séculos II/VIII e V/XI, é decisivo para os povos do Sudão; graças a uma sólida organização e à estrutura poderosamente centralizada da sua monarquia, eles foram capazes de tomar consciência do alcance das trocas com a África mediterrânea e saariana. Entretanto, a

sua constante preocupação foi conservar o controle das transações para evitar deixar aos intermediários saarianos o domínio das trocas e as fontes da sua prosperidade.

Contudo, usufruindo das vantagens culturais e econômicas da presença dos seus parceiros setentrionais, eles adotaram uma postura suficientemente tolerante *vis-a-vis* das mentalidades e exigências religiosas destes últimos, chegando até a se converterem ao Islã, mantendo-se todavia enraizados nas suas próprias tradições religiosas. Desse modo, os dirigentes sudaneses e sobretudo aqueles de Gana puderam enfrentar a concorrência com os seus vizinhos sanhādja, reagrupados no movimento almorávida no século XI. Estas circunstâncias evitaram uma completa decadência, em que pese o assalto almorávida e um eclipse passageiro. Destarte, os Estados negros lograram salvaguardar a sua personalidade e assegurar as bases de uma civilização duradoura cujos ulteriores desenvolvimentos expressam-se no Mali, no Songhai e nas cidades haussa.

Os povos falantes de banto e a sua expansão

A grande maioria das populações ocupantes da terça porção meridional do continente africano, da fronteira marítima nigero-cameruniana, no oeste, até o litoral fronteiriço somálio-queniano, no leste, e a partir desse ponto até as proximidades de Port-Elizabeth, no sul, fala línguas estreitamente aparentadas, denominadas línguas bantas.

Essa família de línguas abrange mais de quatrocentas variantes, derivadas todas de uma mesma língua ancestral chamada "protobanta". Nenhuma dúvida a este respeito é atualmente permitida, em razão das semelhanças que existem entre as suas características lexicais, fonéticas, morfológicas (gramaticais) e sintáticas. Tais semelhanças não se devem nem ao acaso nem tampouco a empréstimos. Elas devem referir-se a um parentesco comum do qual um exemplo é-nos oferecido pelo termo que significa "pessoas".

A opinião generalizada dos linguistas hoje é que os povos bantos seriam originários da zona onde as línguas bantas são mais divergentes; apoiando-se nessa proposição, eles situam o berço desses povos na Nigéria, na região do médio Bénoué, no nordeste do vasto território onde as línguas estão solidamente implantadas. Há consenso também que houve dois grandes blocos de línguas bantas, aquele do oeste, estendido sobretudo em toda a floresta tropical, e aquele do leste, ocupando as regiões de Uganda ao Cabo.

A expansão banta. [Fonte: J. Vansina.]

Um resultado importante que deriva dos dados linguísticos é a reconstituição da comunidade protobanta, a partir do que revela o seu léxico. Do vocabulário antigo, deduz-se que a comunidade falante de banto ancestral praticava a cultura de inhame, de outras raízes e inclusive de cereais. Ela não conhecia senão a cabra como animal doméstico. Ela caçava (sobretudo o javali-africano), porém ela era antes especializada na pesca. De fato, a língua poderia ser comum a duas comunidades, empregando modos de vida assaz diferentes. O parentesco servia como princípio de organização interna e a comunidade dispunha de uma série de especialistas, dirigentes e "religiosos". A noção de ancestral e a crença na bruxaria estavam bem estabelecidas. Pode-se inclusive apreender alguns detalhes sobre a postura dos grupos de doadores de mulheres perante os recebedores de esposas. Mas o estudo do vocabulário está distante do seu término, e podemos esperar um dia encontrar neste aspecto uma descrição bem mais completa.

O léxico, em correlação com a arqueologia e o conhecimento do berço da comunidade, permite datar o início da expansão banta. Ela remonta ao Neolítico. Os bantos praticavam a agricultura (cultura de cereais, entre outras); no entanto, não conheciam a tecnologia dos metais. Isso permite datar o protobanto entre -1000 (ou até antes) e -400. A expansão fez-se ao longo de um longo período, haja vista que, no século XIX, ela não terminara completamente na África Oriental.

Duas teorias existem para explicar as razões da expansão dos bantos a partir dos seus territórios de origem. Uma sugere que o abandono de uma economia precária, de caça e colheita, em proveito de uma economia fundada na agricultura, tenha desencadeado uma explosão demográfica, a qual, por sua vez, teria sido seguida de migrações de populações em busca de um espaço vital. Outra teoria, a da conquista, estabelece uma ligação entre a expansão dos bantos e os primórdios da Idade do Ferro: o trabalho desse metal teria facilitado a produção agrícola, graças ao aperfeiçoamento das ferramentas, e permitido aos bantos estabelecerem o seu domínio sobre os povos das regiões nas quais eles se instalaram.

Considerando a natureza das migrações na segunda parte do milênio passado, os incessantes movimentos dos bantos, ao longo do I milênio da Era Cristã na África Subequatorial, podem também explicar-se por razões diferentes e, provavelmente, mais graves. As fomes, a busca de condições mais favoráveis de existência, de terras cultiváveis e pastos, por exemplo, as epidemias, as guerras e o simples espírito de aventura podem igualmente ter motivado os primeiros deslocamentos dos povos bantos; entretanto, até o momento apenas pouca atenção foi dedicada a todas essas razões.

Para retornarmos às teorias da explosão demográfica e do espírito de conquista, deve-se notar que a introdução da agricultura fez-se gradualmente e não substituiu senão paulatinamente, na África subequatorial, uma economia originalmente fundada na caça e na coleta. Na realidade, esses dois tipos de economia se completavam, à imagem do que ocorre atualmente em algumas regiões da África, de modo que não se deve considerar os primórdios da agricultura como um ponto de inflexão capital. Tratou-se de um processo evolutivo que não foi capaz de imediatamente conduzir a uma revolução demográfica, a exigir dos bantos uma migração maciça em busca de espaço vital. O trabalho do ferro não revolucionou a agricultura senão progressivamente, porque esse metal não foi produzido, em um primeiro momento, senão em fraca quantidade na África banta. A tecnologia do ferro em nada revolucionou a agricultura ao longo do primeiro período da Idade do Ferro. Até o início do século passado, foi sobretudo pelo fogo que os desmatamentos de florestas ou savanas ocorreram e o bastão pontudo sobreviveu na África até os nossos dias. Com muito maior ênfase no início da Idade do Ferro! Indubitavelmente, a tecnologia do ferro melhorou a panóplia das armas das quais dispunham os bantos nesta época, a lança e a flecha de cabeça metálica constituindo as mais conhecidas dentre estas novas armas; porém, é provável que, durante muito tempo, elas não tenham sido consideradas como mais eficazes que as flechas de cabeça de pedra ou osso, que as lanças e clavas de madeira, não tornando, por conseguinte, mais agressivos os seus detentores.

A expansão dos bantos não tomou a forma de um êxodo, de uma região à outra. Foram sem dúvida deslocamentos de pequenos grupos de uma localidade a um vilarejo vizinho, com eventuais retornos ao ponto de partida, processo repetido muito frequentemente até o dia em que as gerações sucessivas finalmente atingiram os quatro cantos da África subequatorial, talvez em um intervalo de um milênio ou mais. Não se deve imaginar que as migrações dos bantos tenham sido uma progressão linear, unidirecional, um perpétuo movimento adiante. No curso de milênios, movimentos em todas as direções certamente ocorreram.

O primeiro sucesso dos bantos foi assegurar o controle do meio florestal do Zaire. A sua infiltração na floresta fez-se em duas etapas: do norte ao sul, os bantos contentaram-se em seguir os rios e as estreitas faixas de terras aluviais, enquanto a destruição progressiva da floresta primitiva pelas populações bantas agrícolas avançava em uma ampla frente.

Os primórdios do período agrícola e da Idade do Ferro na região protobanta ocidental são, todavia, muito mal conhecidos. Pensa-se, entretanto, que o Zaire

equatorial foi um centro independente de desenvolvimento agrícola, desenvolvimento fundado na importância capital conferida ao inhame e ao óleo de palma.

O fato de viver em vilarejos, em meio a populações de caçadores-coletores mais móveis que eles, conferiu aos bantófonos uma incontestável vantagem. O vilarejo tornou-se o centro de um território e a sua língua uma língua central cuja influência aumentou com a reorganização do espaço em torno dos vilarejos, os quais atraíam mais comércio (produtos agrícolas), talvez intercâmbios matrimoniais e, certamente, os curiosos, para quem o vilarejo representava uma metrópole. Esse cenário é muito plausível para a floresta. Ele certamente deve ser completado, no tocante as outras regiões, por aquele das línguas rapidamente propagadas por pescadores, ao longo dos grandes rios e às margens do mar.

A linguística fornece menos informações sobre a expansão das línguas bantas orientais que sobre o que a precedeu. A arqueologia nos ensina que a metalurgia, uma avançada metalurgia, remonta aos últimos séculos antes da Era Cristã e que ela se expandiu dos Grandes Lagos ao Transvaal, assim como ao Natal, desde os primeiros séculos da Era Cristã. Somos evidentemente tentados a ver, paralelamente, um movimento linguístico dirigido dos Grandes Lagos em direção à província do Cabo, concluindo que foi a superioridade técnica que fez reinarem as línguas bantas em todo esse território. Superioridade técnica que, rumo ao sul, teria inclusive incluído a agricultura e a criação. Mas deve haver prudência. Muitas línguas na própria África Oriental são tão próximas entre si que uma subclassificação ainda não está clara, salvo para as línguas ao sul do Limpopo e para os falares shona, ao sul do Zambeze. Em suplemento, não se deve esquecer que línguas bantas orientais são igualmente faladas mais para o oeste, no sudeste do Zaire e na Zâmbia.

A expansão banta, objeto do nosso estudo, encontra o seu termo aproximadamente no ano +1100, no momento em que os bantos instalaram-se na maior parte da África subequatorial (onde todavia permanecem), onde, sobretudo, as suas culturas começaram a adquirir características regionais bem específicas.

O Egito desde a conquista árabe até o final do Império fatímida (1171)

Os árabes já haviam conquistado vastos territórios na Síria e na Mesopotâmia quando penetraram no Egito. A legendária opulência das suas campanhas, a sua população, numerosa e trabalhadora, os haviam atraído. O Islã, constituído e

triunfante, tomava contato com a África através dessa região. O Egito conservou até os nossos dias esse papel essencial, na qualidade de mediador entre o Oriente árabe e o mundo negro.

O general árabe 'Amr ibn al-'As penetrou no Egito à frente de um modesto exército, em dhū l-hidjdja, no dia 18 de dezembro de 639. A conquista da Síria, recém-realizada, assegurava-lhe contra qualquer ofensiva terrestre dos bizantinos.

Rompendo com a tradição instituída pelos lágidas de instalar o centro do poder político no porto de Alexandria, 'Amr escolheu Babilônia, no limite entre o Delta e o médio Egito, como capital da província. Ele instalou as cabilas árabes ao norte da fortaleza. Uma mesquita, centro de reunião religiosa e política, concluiu a unidade da nova cidade, designada pelo nome Fustāt, ou Fustāt-Misr.

A presença árabe no Egito sobrepôs-se, no início, às estruturas estatais bizantinas. A língua grega, os funcionários fiscais subalternos, as circunscrições administrativas, e o aspecto das moedas haviam sido conservados; o sistema funcionava em proveito dos novos mestres do país e não mais de Constantinopla. A Igreja monofisita guardara o seu papel de intermediária entre o Estado, as cidades e os indivíduos.

Todavia, de 150/767 a 254/868, as revoltas foram quase ininterruptas no Egito. Sobretudo as revoltas coptas prosseguiam; a substituição dos funcionários locais cristãos por muçulmanos, particularmente nas pequenas cidades do Delta, suscitou um novo motivo de descontentamento em meio aos coptas, os quais se sentiram estrangeiros em seu próprio país.

Entre 292/905 até a instalação de Muhammad b. Tughdj como governador, em 323/935, o Egito conheceu uma sequência de desordens a respeito das quais não há interesse em reportar.

Essa situação de instabilidade perdurou até o início de 358/969, quando o general fatímida Djawhar obteve, nas duas margens do Nilo, rio abaixo de Fustāt, uma vitória que rapidamente deu-lhe acesso a Fustāt e forçou os chefes locais a fugirem para a Síria. A incapacidade destes últimos em se unirem e organizar a defesa do país frente aos berberes explicava uma derrota que a sua incontestável superioridade na técnica do combate talvez lhes tivesse evitado. A vitória fatímida fora preparada por propagandistas munidos de importantes fundos, os quais exerceram a sua ação psicológica em meio a uma opinião pública desorientada pelo vazio político reinante, além de anestesiada pelo efeito de uma severa fome. As simpatias dos notáveis iraquianos de Fustāt haviam facilitado as coisas. O recurso às armas concluíra um longo processo de desestabilização do Estado no Egito. A inteligência do combate político e ideológico permitiu aos fatimidas alcançarem excelentes resultados com exércitos medíocres.

Djawhar recém-conquistara o Egito para o seu mestre, o *imame* fatímida al-Mu'izz, que permanecera em Ifrīkiya. Antes de poder convidar este último a juntar-se a si, restavam em Djawhar duas tarefas a serem cumpridas: criar uma capital digna de receber um califa e assegurar a segurança do país. Ele fundou o Cairo (al-Kāhira), ao norte de Fustāt, ali construindo um palácio para o *imame*, uma mesquita palaciana, hoje conhecida pelo nome de al-Azhar, além de casernas para os diferentes corpos de tropa.

A verdadeira vocação do Império fatímida foi o comércio. Preferindo sustentar protetorados na Síria, em lugar de engajar-se em custosas operações militares, ele esteve sobretudo atento ao bom funcionamento das relações econômicas. Ele possuiu estabelecimentos agrícolas nessa região que permitiram importar trigo para o Egito nos anos de escassez ou, desses mesmos estabelecimentos, exportar o cereal para Bizâncio. Esse comércio de grãos, muito rentável, ainda é mal conhecido pelos historiadores, ao passo que, graças aos documentos da Geniza do velho Cairo, a atividade dos mercadores judeus de Fustāt pôde ser estudada. Tratava-se de um negócio de longa distância relativo a mercadorias de preço elevado ou muito elevado, interligando a Europa meridional e a África do Norte ao Oceano Índico e ao Chifre da África. Os mercadores ismaelianos eram, igualmente eles, atuantes no Iêmen e na Índia, assim como na Síria.

Fustāt e o Cairo, dupla capital do mais rico império da época, haviam conhecido um formidável crescimento demográfico: soldados berberes, turcos, negros, comerciantes iraquianos e sírios, artesãos, homens de mesquita e funcionários afluíam rumo a essas cidades, onde o ouro passava em abundância. O afluxo dos tributos provinciais, bem como as arrecadações efetuadas sobre os tráficos que atravessavam o Egito, provocavam um acúmulo do metal precioso.

Porém, a principal fonte de recursos fiscais, em metal e *in natura*, procedia em detrimento dos campos egípcios ou dos artesãos das cidades do interior. Arrecadadores de impostos e funcionários fiscais recolhiam em seu próprio proveito uma parte considerável do total arrecadado; muito amiúde, judeus e cristãos, eles haviam provocado junto aos sunitas de Fustāt uma reação de rejeição das minorias, já sensível à época de Ibn Killis. Os cortesãos do Cairo, os funcionários, os chefes militares e os grandes mercadores dispunham de meios de pagamento tais que, em caso de ameaça de escassez, a demanda solvível submergia à oferta, agravando a alta dos preços. A penúria então se propagava nos mercados periféricos, suscitando a agressividade dos beduínos e dos interioranos.

Até 454/1062, a situação do império degradou-se regularmente sob o efeito das insuficiências acima assinaladas. O exército reunia etnias variadas, frequente-

mente hostis, assim como estatutos distintos, aliados berberes ou árabes, *ghulām*, escravos negros, mercenários. Em tempos de paz, ele consumia a maior porção da renda pública. Quando em operação, era necessário, em suplemento, equipar com montarias e armas o soldado, além de pagar-lhe um soldo suplementar. Mal pagos, os soldados pilhavam os campos e os arrabaldes. As forças armadas não mais representavam um fator de ordem, transformando-se na causa essencial da insegurança.

As cidades estavam superpovoadas: os cemitérios do Karāfa eram habitados por populações caçadas dos campos em razão das infiltrações beduínas, por sua vez, as elites deixavam os bairros externos para encontrarem a segurança no centro de Fustāt ou do Cairo. As grandes festas muçulmanas eram aguardadas com ansiedade pelos comerciantes, pois a multidão dedicava-se a pilhagens nos *souks* (bazares) fechados. As penúrias agravavam-se e eram mais frequentes. Os citadinos arrancavam dos camponeses os seus bois de labor, assim como os espaços inundáveis nos quais os dignitários do regime criavam imensos rebanhos, em virtude do aumento do consumo de carne, resultado da abundância do numerário na cidade. Logo que se pudesse "esperar" uma cheia insuficiente, a especulação fazia subir o preço do trigo. Al-Djardjarā'ī, vizir de 418/1027 a 437/1045, logrou jugular a alta, impondo um mercado único dos grãos e encorajando a concorrência em prol da baixa dos preços junto aos padeiros; no entanto, todos os grandes oficiais, o imame inclusive, estocavam e especulavam.

Igualmente assistia-se a uma desestabilização generalizada das populações da franja desértica: as três grandes cabilas da Síria, Tayy, Kalb e Kilāb selaram uma aliança em 415/1024 e emissários fizeram contato com as cabilas do Delta e da Tripolitânia. A solidariedade de ocasião transcendia as antigas oposições: pretendia-se obter para os rebanhos o acesso a terras cultivadas e, acessoriamente, pilhar as cidades. Uma grande fome, iniciada em 454/1062 e recrudescida a partir de 457/1065, fizera perecer grande parte da população do Egito.

Após a crise de 454/1062-468/1076, o Império fatímida estava morto.

A Núbia cristã no apogeu de sua civilização

A formação de um potente Reino cristão ao sul da Primeira Catarata do Nilo abria perspectivas favoráveis ao desenvolvimento da Núbia. Dois fatores tornaram possível a prosperidade econômica desse reino. O primeiro foi a criação de um potente governo central, resultado da união do reino setentrional de Nobadia

(Nūba), cuja capital era Faras, e do Reino central de Makuria (Mukurra), cuja capital era o velho Dongola (DūnKūla al-'Adjū z). O segundo fator foi o estabelecimento de proveitosas relações com o vizinho Egito, através da assinatura de um tratado conhecido pelo nome *bakt*, após os árabes, sob a direção de 'Abdallāh ibn Abī Sarh, terem se amparado de Dongola, em 651.

Aparentemente, à época da invasão árabe, o norte e o centro da Núbia estavam unidos sob a autoridade do rei de Dongola, Kalidurut. 'Abdallāh ibn Abī Sarh, portanto, não assinou senão um tratado, aquele de Dongola, e negligenciou a Nobadia, embora tenha sido, ao que tudo indica, mais importante estabelecer boas relações com este reino vizinho do Egito. O *bakt* era um tratado de natureza particular, sem precedentes no mundo muçulmano. Tratava-se na realidade de uma trégua ou um pacto de não agressão. O texto do tratado está integralmente reproduzido no Khitat de Makrīzī. O tratado continha as seguintes disposições: os árabes do Egito engajavam-se a não atacar a Núbia; os cidadãos de cada país podiam viajar livremente ao outro país, sem todavia se estabelecer, cabendo às autoridades de cada país a responsabilidade pela segurança dos cidadãos forâneos do país vizinho. O tratado igualmente previa a recíproca extradição dos fugitivos. Os núbios deviam assegurar a preservação da antiga mesquita que fora construída pelos antigos viajantes muçulmanos no antigo Dongola. Eles deviam, além disso, pagar anualmente um tributo correspondente a 360 escravos ao governador de Assuã. Outro historiador, 'Alī Khalīfa Humayd b. Hishām al-Buhayrī, reporta que, em troca desses escravos, os árabes forneciam especialmente aos núbios 1.300 *ardab* de trigo, 1.300 *kanīr* de vinho e determinadas quantidades de tecidos em linho e outros tecidos. O tratado apresentava portanto certas características próprias de um acordo comercial. A trégua foi teoricamente respeitada durante cinco séculos, embora a Núbia permanecesse cristã durante este período; ela desempenhou inicialmente um papel essencial no tocante à manutenção da paz e ao desenvolvimento do país, em uma época na qual os exércitos árabes ocupavam grande parte da África do Norte e da Espanha, além de ameaçarem Bizâncio.

A unificação do território, em seguida a da religião, em outros termos, a criação de um conjunto englobando, sob a autoridade do Estado monofisista do Egito, o Reino unificado da Núbia, o Reino de Alodia (do qual sabemos muito pouco a partir desta época) ao sul e a Etiópia, criaram indubitavelmente condições favoráveis ao desenvolvimento da Núbia. Os árabes não representavam nenhuma verdadeira ameaça para a Núbia, a qual era possível continuar a comercializar com o Egito e permanecer em relação com Bizâncio, ou ao menos

com Jerusalém, destino das peregrinações. Esse estado de coisas permitiu, no período seguinte, o desenvolvimento e o florescimento de uma refinada e original cultura núbia. A arquitetura e os outros aspectos desta cultura estavam ligados à tradição copta tanto quanto à tradição bizantina; esta última influenciou de modo particular a administração estatal e a organização da corte, assim como as artes e as técnicas, especialmente de construção.

Ao final do século VIII começou então para a Núbia um período de prosperidade que, graças a condições econômicas favoráveis, durou até meados do século XII. Uma das causas essenciais dessa prosperidade foi a relativa importância das cheias do Nilo, a facilitarem o desenvolvimento da agricultura.

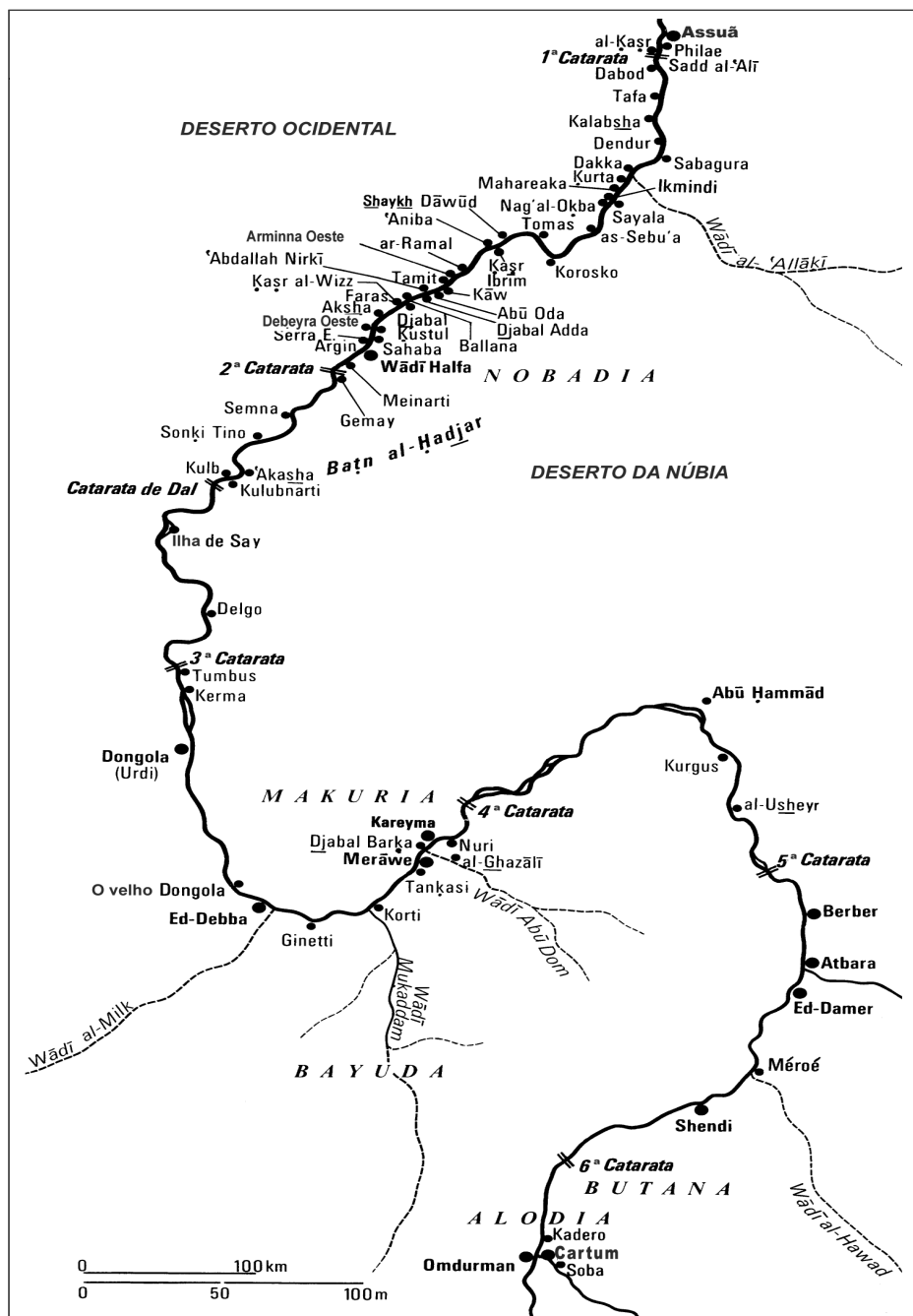
Principalmente através de fontes árabes é que conhecemos os acontecimentos políticos desse período. Elas concernem sobretudo à história do Reino unificado da Núbia. Esse Estado estendia-se de al-Kasr, ao norte (a alguns quilômetros ao sul de Assuã) até a porção do Nilo compreendida entre a Quinta e a Sexta Catarata (al-Abwāb); ele era limitado ao sul pela Alodia ('Alwa), cuja capital, Soba, estava situada perto da atual cidade de Cartum.

O velho Dongola, situado na margem oriental do Nilo, a meio caminho entre a Terceira e a Quarta Catarata, era a capital do Reino unificado da Núbia. O centro da cidade, erguido sobre um solo rochoso, era outrora cercado de espessas muralhas. Ao norte estende-se um conjunto de casas datadas do século II/VIII ao século III/IX; elas se distinguem por um projeto até então inédito, pelas suas instalações aperfeiçoadas (canos hidráulicos, salas de banho com sistema de aquecimento) e pelas pinturas murais que decoram o seu interior.

O monumental palácio real em dois andares, elevado sobre um espigão rochoso a leste do centro da cidade, aparentemente data do início do século VIII. O andar de aparatos desse edifício, com altura aproximada de 11 metros, continha a sala do trono, decorada com afrescos.

Outra cidade importante foi Faras. Esta cidade, cujo centro cercado de uma primeira cintura de muralhas continha magníficos monumentos – catedral, igrejas, palácios e monastérios –, conservou a sua importância religiosa. Essa importância aumentou ainda mais quando Faras foi elevada a metrópole e quando um núbio, Kyros (866-902), acedeu ao episcopado. Faras talvez tenha igualmente sido um centro administrativo.

Igualmente, convém mencionar a grande cidade de Gebel Adda, situada a cerca de 12 quilômetros ao norte de Faras, na margem oriental do Nilo.

As cidades das quais acabamos de falar abrigavam cada qual, provavelmente, vários milhares de habitantes.

A Núbia cristã. [Fonte: S. Jakobielski.]

Os sítios que foram explorados, como aqueles de Debeyra-Oeste ou Arminna, evocam a imagem de uma sociedade próspera, onde reinavam surpreendentes liberdade e igualdade; as diferenças de posição social não eram, aparentemente, sempre refletidas pelo aspecto material da civilização. Pequenas unidades produtivas agrícolas asseguravam a subsistência da população. Contrariamente ao que acontecia no Egito, os campos produziam várias colheitas por ano. Cultivava-se sobretudo cevada e o painço. A produção de tâmaras revestia-se igual e provavelmente de uma grande importância econômica. A superfície cultivada estendera-se manisfestadamente sobretudo nas ilhas próximas da Segunda Catarata e em Batn al-Hadjar.

Os camponeses, os quais já possuíam bovinos, caprinos, asnos e frangos, igualmente começaram a criar porcos. A maior parte do solo cultivado era divida em pequenas parcelas, porém os cultivadores somente as possuíam a título de não proprietários, haja vista que, segundo a lei, todas as terras pertenciam ao rei. O sistema fiscal repousava sobre o imposto fundiário (e, talvez, igualmente sobre outros impostos), muito provavelmente cobrado pelo clericato. Pode-se supor, por outro lado, que os monastérios possuíssem terras de onde tiravam os seus rendimentos.

As cidades supriam, em grande parte, as suas próprias necessidades, e os artesãos fabricavam, sem dúvida, a maior parte dos artigos necessários à vida quotidiana. Dentre todos os produtos fabricados em abundância durante esse período, os mais notáveis são os potes cerâmicos decorativos que, sem imitá-los, eram superiores àqueles encontrados no Egito na mesma época. Ao final do século VIII, surgiu em cerâmica um novo estilo, chamado estilo cristão clássico, caracterizado por uma grande variedade de novas formas (vasos, potes, jarros) e por motivos elaborados com cores vivas, representando flores ou animais.

A tecelagem era outra importante indústria do período cristão clássico. Os tecidos eram, em geral, feitos de lã ou de pelo de camelo, ao passo que, no Egito, empregava-se sobretudo o linho. Os vestidos de lã núbia eram mais frequentemente decorados com listras alternando cores vivas ou eventualmente temas quadriculares.

Os artesãos núbios igualmente fabricavam objetos em ferro (enxadas, facas etc.) e em couro, além de todo tipo de obras em espartaria e vime, feitos com fibras de palmeira trançadas com arte (sandálias, esteiras e bandejas chamadas *tabak*); essas tradições artesanais mantiveram-se até os dias atuais.

Durante o período que estudamos aqui, os núbios também utilizavam numerosos artigos de origem estrangeira. Os testemunhos arqueológicos mostram que, além dos produtos mencionados no *bakt* (trigo, cevada, vinho e também tecidos e vestimentas), a Núbia importava do Egito todo tipo de recipientes em vidro.

Cálice em vidro encontrado na catedral de Faras. [Fonte: © Centro de Pesquisas em Arqueologia Mediterrânea, Academia de Ciências da Polônia, Varsóvia.]

O comércio na Núbia realizava-se, principalmente, através do escambo; não havia sistema monetário, salvo no norte, onde a moeda egípcia servia ao comércio com os árabes. A Núbia exportava sobretudo escravos, porém os produtos tradicionais como o ouro, o marfim e as peles provavelmente ocuparam uma posição não desprezível em seu comércio exterior. A região de Dongola sem dúvida entrou igualmente em relação, por intermédio do Kordofān e do Dārfūr, com os mercadores que seguiam as rotas comerciais do centro e do oeste do Sudão da África Ocidental.

Os séculos IV/X e V/XI representaram na Núbia um período extremamente favorável para o desenvolvimento das artes, particularmente da arquitetura. A arquitetura da Núbia não pode ser compreendida sem um estudo prévio da sua arquitetura religiosa. Os materiais dos quais dispomos são aparentemente muito ricos: existem ainda mais de cem igrejas na Nobadia e cerca de quarenta em Makuria. As principais tendências arquiteturais surgem primeiramente nos grandes edifícios dos centros culturais e administrativos como o velho Dongola, Faras e Kasr Ibrīm, os quais também eram bispados.

A partir do final do século II/VIII, afrescos figurativos geralmente ornamentaram o interior dos edifícios religiosos, cuja decoração não compreendia anteriormente senão elementos arquiteturais (lintéis, pés-direitos e capitéis decorados em baixos-relevos). Nos afrescos de Faras, além de numerosas representações do Cristo e da Virgem, figuram igualmente santos e arcanjos, cenas do Antigo e do Novo Testamento, bem como dos dignitários locais sob a proteção de personagens santos.

É necessário insistir na riqueza iconográfica da pintura núbia, riqueza que denota um profundo conhecimento das mais antigas tradições cristãs e do texto das Escrituras. A Núbia, durante a sua idade de ouro, permaneceu, não esqueçamos, como um importante membro da ecúmena cristã. Ela estava em relação, como se percebe ao menos através da sua arte e particularmente pela sua arquitetura, não somente com os coptas do Egito e muito provavelmente da Etiópia, mas igualmente com todos os países da esfera de influência da cultura bizantina, da Armênia à Síria e à Palestina. Conquanto extraísse a sua inspiração destas fontes diversas, ela logrou adquirir uma personalidade cultural perfeitamente distinta.

A conquista da África do Norte e a resistência berbere

No início da sua conquista da África do Norte, os árabes descobriram que os berberes estavam, tanto quanto eles próprios, organizados em cabilas. Essas cabilas eram divididas em duas categorias: os butr e os barāni.

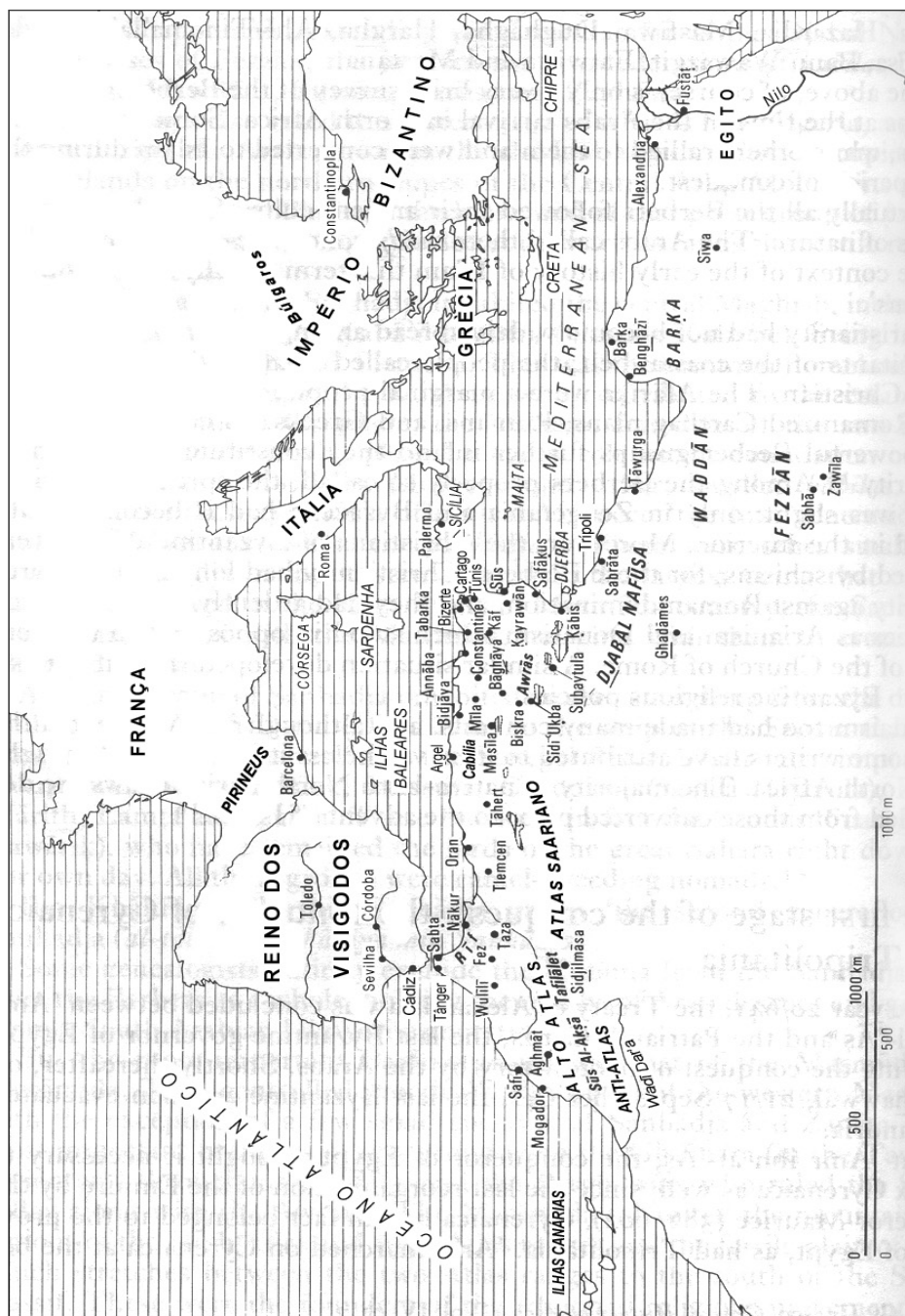
Os barāni estavam divididos em numerosos e importantes grupos, tais como os sanhādja, os kutāma, os talkāta, os awrāba e os masmūda (ou masāmida). Os zanāta (ou zanatianos) povoavam a Cirenaica e a Tripolitânia e, ao sul, até Djabal Nafūsa e os oásis do Fezzān, as confederações de cabilas preponderantes eram aquelas dos hawwāra, dos luwāta, dos nafūsa e dos zaghāwa.

Eles igualmente dominavam a porção oriental da atual Argélia, denominada na época árabe região de al-Mzāb. Eles povoavam as terras pastoreiras das encostas meridionais das montanhas do Atlas central até o Rio Mulūya. Tratava--se do país do vastíssimo grupo das cabilas miknāsa, região que se estendia rumo ao sul até a região fértil dos oásis do Tafilālet.

Os kutāma e os sanhādja povoavam o Magrebe central, incluindo o maciço de Aures (Awrās) e o país Kabā'il (a Grande Cabília), habitando as regiões de Tāhert e Tlemcen. Tratava-se do *habitat* dos grandes grupos de kutāma, os quais contribuíram para estabelecer o califado fatímida, dos talkāta, fundadores dos dois emirados ziridas, dos awrāba, de papel preponderante na fundação do emirado idrísida, no norte do Marrocos, e de algumas cabilas de menor importância.

Outro grupo de sanhādja vivia nas terras desérticas do sul do Wādī Dar'a (Oued Dra) e espalhava-se pela faixa saariana que se estende ao longo da costa atlântica até o Rio Senegal. As suas mais importantes cabilas eram os lamtūna, os massūfa, os djuddāla, os gazūla (djazūla), os banū wārith, os lamta e os Tarka. Estes últimos são os famosos tuaregues (al-Tawārik), senhores do grande Saara até os dias atuais. Todos esses grupos eram nômades cameleiros.

Porém, são os masmūda (ou masāmida) que formam o mais importante grupo dos barāni. Eles dominam a quase totalidade do Magrebe ocidental, excetuando--se alguns pequenos enclaves povoados por sanhādja e zanāta. Os mais importantes ramos deste grupo são os ghumāra (região de Tanger e a totalidade do Rīf) e os barghawāta, os quais reinam com os awrāba no Vale de Sebū. Os masāmida vivem nas regiões montanhosas do Alto Atlas e do Anti-Atlas, assim como na planície fértil do Sūs, estendida entre as duas cadeias do Atlas ao sul do maciço montanhoso de Sirwa. Trata-se dos fundadores do movimento religioso e do Império dos Almorávidas, realizadores da união entre o Magrebe e a Espanha. Dentre as mais importantes cabilas por eles reunidas figuram os hintāta, os haylāna (ou aylāna), os urīka, os hazardja, os masfīwa, os dughāgha, os hargha, os ahl-tin mallal, os sawda, os ganfisa, os banū wawazgit, os fatwāka, os mastāna etc.

Esse, bem entendido, consiste apenas em um retrato sumário dos berberes e das suas cabilas da época correspondente à chegada dos árabes na África do Norte. Algumas resistiram aos árabes, outras se lhes aliaram e converteram-se ao Islã no curso do longo período da conquista.

A conquista do Magrebe pelos árabes. [Fonte: I. Hrbek.]

Após a longa conquista da África do Norte pelos árabes (642-711), surge um país completamente novo, cuja população atravessa um período de transformações em suas estruturas sociais (e, inclusive, étnicas), no seu modo de vida, em seus modos de pensar e mesmo na sua concepção de mundo. As suas relações políticas, espirituais e culturais com o mundo cristão são interrompidas por aproximadamente dois séculos. Das margens do Atlântico à Cirenaica, essa população dirige seus olhares para o mundo do Oriente muçulmano e árabe. Lenta e juntamente com a sua islamização e arabização, ela adquire o sentimento de pertencer a esse mundo; este último tão forte e profundo que alguns dos mais importantes destes grupos começam a atribuir-se longínquas ascendências árabes pré-islâmicas. Posteriormente, os genealogistas profissionais elaborariam, nesse sentido, árvores genealógicas que todos os berberes aceitariam como igualmente indiscutíveis.

É surpreendente constatar a irresistível atração que exerceu o Islã junto aos berberes. Ao longo da conquista, eles abraçaram em massa essa confissão, mas, inicialmente, a sua conversão em nada era puramente formal. Eles aderiram ao Islã porque a sua doutrina clara e simples os seduzia. Durante todo o período da conquista, os imigrantes árabes estabeleceram-se no conjunto do território da África do Norte. Eles se instalavam como pacíficos recém-chegados e, invariavelmente, se lhes ofereciam boa acolhida. Importantes grupos árabes fixaram-se em numerosos setores da Cirenaica e da província de Ifrīkiya. Eles ali permaneceriam por muito tempo, sobretudo nas duas divisões provinciais de Ifrīkiya e do Mzāb. Uma fração considerável desses colonos pertencia à grande confederação árabe de Tamīm. Esses grupos árabes caíram em decadência durante o período aglábida (184-296/800-909) e foram lentamente absorvidos pela população local.

Por outra parte, pequenos grupos de árabes, por vezes inclusive famílias ou indivíduos, instalaram-se no seio de cabilas berberes, nas quais eram considerados professores. Eles exerciam as funções de imame, de chefes religiosos. Muito amiúde, esse papel espiritual dirigente tornava-se igualmente político: o imame árabe era o chefe político da cabila. Essa evolução implica que o colono árabe se tenha transformado em árabe-berberizado.

Era muito frequente que esses colonos fossem adeptos das diferentes seitas muçulmanas dissidentes dos kharidjitas (*Khawāridj*), os quais condenavam o regime dos umayyades e pregavam doutrinas igualitárias, cujo eco favorável rapidamente expandia-se junto aos berberes. As grandes conquistas que permitiram aos árabes espalharem-se além da sua península foram realizadas sob a bandeira e em nome da nova religião, o Islã.

Naquele tempo, ser árabe significava ser muçulmano, e vice versa. Esta tendência para a identificação étnica e religiosa, em lugar de desaparecer com a conversão de povos nos países conquistados, manteve-se e inclusive aprofundou-se com o advento da dinastia umayyade.

O Império umayyade era, efetivamente, um reino árabe, com a aristocracia dos kurayshitas de Meca à sua frente, antigos adversários do Profeta e últimos convertidos. Essa aristocracia dirigiu o Estado muçulmano sobretudo em seu proveito, desconsiderando princípios democráticos próprios à doutrina islâmica. Os recém-convertidos não árabes continuavam a ser tratados como cidadãos de segunda categoria, sem os mesmos direitos – especialmente na esfera fiscal – que os árabes. Para conservarem os seus privilégios de classe e as suas rendas, os califas umayyades – salvo o piedoso ‘Umar ibn ‘Abd al- ‘Azīz (99/717-101/720) – jamais se demonstraram dispostos a conceder aos recém-convertidos os seus direitos, como membros da comunidade islâmica (*umma*), e tampouco a considerá-los como iguais *vis-a-vis* dos árabes. Foi essa política que provocou a profunda crise do regime umayyade e conduziu à queda da dinastia, em meados do século II/VIII. Como é frequente na história, tensões de ordem social e étnica encontraram a sua expressão em movimentos de dissidência religiosa. No caso dos berberes, todas as condições estavam reunidas.

Os últimos governos umayyades introduziram uma dura política que não tardaria a provocar reações hostis: os berberes eram considerados um povo vencido, passível de ser governado pela força, embora quase todos se houvessem tornado muçulmanos, houvessem combatido pelo Islã e, por conseguinte, se considerassem como cidadãos plenos do Império islâmico, em pé de igualdade com os árabes. Os berberes reclamavam terem sido mal recompensados pelos seus serviços (situação inegável na Espanha, onde se lhes haviam dado como feudos regiões menos férteis). Consequentemente, no Magrebe, eles se desligaram da ortodoxia sunita, representante da política oficial dos umayyades, e voltaram-se para as doutrinas kharidjitas. Os kharidjitas lograram estabelecer comunidades da sua seita em todas as regiões e porções montanhosas, como o Djabal Nafūsa, ao sul de Trípoli. Esses focos de dissensão foram criados tanto pelos berberes quanto pelos árabes. Ambos atacavam a administração umayyade. Em 123/741, o levante generalizado contra os umayyades, iniciado no Magrebe ocidental sob a administração do governador ‘Ubayd Allāh ibn al-Habhāb não representou, como em geral foi dito, uma sublevação dos berberes contra os árabes destinada a expulsar estes últimos do Magrebe, mas, antes, tratou-se de uma revolta muçulmana contra a administração umayyade.

A independência do Magreb

Para compreender o doloroso nascimento do novo Magrebe, um Magrebe independente, produto da conquista, é necessário nitidamente distinguir o fato corânico e a sua tradução histórica. Traduzir trata-se sempre mais ou menos de uma traição. Isso equivale a dizer que o ideal de fraternidade que deveria impregnar as relações dos muçulmanos entre si, sem distinção de raça, de cor ou de origem, foi muito mal reproduzido nos fatos. Nenhum racismo de doutrina ou princípio, indubitavelmente. Tampouco, nenhuma segregação de fato. Trata-se de um fato consumado. Entretanto, os árabes estavam, muito amiúde, inclinados a não identificar nos berberes senão a "a lepra da terra", fazendo circular por conta destes últimos *Hadīth* humilhantes, *Hadīth* tanto mais nocivos e revoltantes quanto indubitavelmente apócrifos.

Maysara, como dito, o primeiro dos líderes berberes a enfrentar os umayyades, tomou a direção da revolta sob a bandeira do sufrismo (122/740) e foi saudado – em concordância com a doutrina segundo a qual o poder supremo cabe ao melhor, sem distinção de coloração de pele ou de nível social – com o título de califa. Ele era um antigo mercador berbere d'água, convertido ao kharidjismo sufrita. O kharidjismo foi, sob os umayyades, a mais temida força revolucionária. Em ordem decrescente de extremismo revolucionário, distinguimos quatro formas de kharidjismo: azārika, nadjadāt, sufrita e enfim ibaditas. Somente permaneceram ativos os sufritas e os ibaditas. Pode-se demonstrar que os seus propagandistas tomaram o caminho do oeste aproximadamente em 95/714. Tudo aconteceu como se eles houvessem dividido as zonas de ação: os sufritas a oeste de Kayrawān e os ibaditas a leste.

O que traziam eles consigo? Uma estratégia revolucionária elaborada e experimentada no Oriente, assim como uma doutrina adaptada a essa estratégia. Quanto à doutrina, ela insistia particularmente na absoluta igualdade de todos os muçulmanos e na desigualdade do poder de fato, aquele dos umayyades, originado em um golpe de força. Ela denunciava o caráter injusto desse poder, culpado de recorrentes violações do espírito e da letra do Corão, em matéria fiscal, entre outras.

Todavia, à parte esta complementaridade, por assim dizer biológica, o segredo do kharidjismo reside, sobretudo, no fato de que os berberes estavam esgotados. Eles se sentiam frustrados, humilhados e oprimidos. As suas reivindicações não haviam encontrado nenhuma audiência em Damasco. A tempestade estava prestes a acontecer. A pólvora dos rancores acumulara-se em seus corações. O detonador sufrito-ibadita ocupou-se do restante.

Maysara tomou a direção da revolta sob a bandeira do sufrismo (122/740) e foi saudado – em concordância com a doutrina segundo a qual o poder supremo cabe ao melhor, sem distinção de coloração de pele ou de nível social – com o título de califa. No entanto, o reino desse primeiro califa berbere foi muito breve. Tendo recuado, diante do inimigo, em Tanger, ele foi destituído e executado. Foi o seu sucessor, Khālid b. Humayd al-Zanātī, quem obteria a estrondosa vitória na "batalha dos nobres" (123/741), uma humilhante hecatombe para a fina flor da aristocracia árabe.

O mapa do Magrebe seria completamente modificado após as tormentas iniciadas por Maysara. É certo que a cidade de Kayrawān, reduto umayyade, não foi conquistada. Porém, todo o Magrebe central e Ocidental escapou, doravante e definitivamente, da tutela do Oriente.

Todavia, o democratismo kharidjita, exageradamente preocupado com a autodeterminação, ligado ao sectarismo étnico, erguera após o desmoronamento da autoridade centralizada dos árabes uma abundância de Estados. Os menores, com perfis mais ou menos fluidos e duração de vida imprecisa, não nos deixaram rastros. Somente os reinos mais importantes, aqueles que se fizeram ouvir, escaparam ao esquecimento.

O primeiro a constituir-se no Marrocos, as margens do Atlântico, entre Salé e Azemmour, foi aquele do Tāmasnā, mais conhecido pelo nome depreciativo "Reino dos barghawāta". Ao mesmo tempo que o Reino de Tāmasnā, se constituía no Magrebe central aquele de Tlemcen (124/742-173/789), fundado por Abū Kurra. O seu reino zanāta a ele não sobreviveu por muito tempo. Em 15 radjab 173/8 de dezembro de 789, Tlemcen conquistou sem resistências o poder dos idrísidas. O terceiro Reino sufrita, aquele dos banū wasūl (mais conhecidos pelo nome banū midrār) foi fundado por Sidjilmāsa (140/757-366/976), em uma antiga localidade, por berberes miknāsa. Este reino, o qual englobou os oásis do Tafilālet e estendeu-se até o Dar'a, levou até 296/909 – data do advento dos fatímidas – uma vida tranquila. Sidjilmāsa foi, sobretudo, um grande porto saariano, uma eclusa na rota do ouro e uma plataforma para as trocas entre países subsaarianos, o Magrebe e o Oriente. Atualmente desaparecida, Sidjilmāsa deixa a lembrança de uma grande metrópole comercial da qual os geógrafos mencionam as belas residências (as *Ksār*) e a prosperidade.

A esfera de influência do ibadismo foi inicialmente aquela de Trípoli. O único Estado ibadita que logrou se organizar de modo duradouro foi aquele de Tāhert (Tiāret) (144/761- 297/910), fundado pelo persa 'Abd al-Rhamān ibn Rustum, que conseguira escapar de Kayrawān atacada por Ibn al-Ash'ath. Aproximadamente em 160/778, ele foi elevado à dignidade de imame e a sua influência fez-se rapidamente sentir até o Oriente, de onde ele recebeu, por

parte dos fiéis do ibadismo, substanciais ajudas financeiras que contribuíram para consolidar o jovem Estado.

O kharidjismo não penetrou sozinho no Magrebe. A propaganda xiita, inicialmente dirigida para o Oriente, desconsiderou o Magrebe em um primeiro momento. Entretanto, a partir de meados do século II/VIII, ela começou a eficazmente disputá-lo com o khadrijismo, obrigando este último a um sério recuo. O democratismo kharidjita começava assim a ser substituído por uma doutrina diametralmente oposta: a teocracia xiita, a ensinar que o poder supremo deve ser exercido para o bem de todos, pelo imame de direito divino, na linhagem do Profeta, por ʻAlī e Fātima.

Justamente esta evolução doutrinária explica o sucesso dos idrísidas. Caçado do Oriente após o fracasso da revolta de Fakh (169/786), Idris I, irmão de al-Nafs al-Zakiyya, finalmente após uma passagem por Tanger, "onde ele não encontrou o que buscava", chegou a Walīla (Volubilis), antigo centro da civilização cristã onde, em I rabīʼI 172/9 de agosto de 788, ele foi favoravelmente acolhido pelo chefe dos berberes awrāba, o mutazílita ʻAbd al- Hamīd. Seis meses depois, ele prestou o sermão de investidura, a *bay'a*. No imediato posterior, ele engajou-se em uma vasta campanha de expansão e islamização.

A política de Idrīs II foi a continuação daquela de Idrīs I. A partir de Volubilis, em seguida de Fez, ela consistia em islamizar, arabizar e expandir as fronteiras do reino, nos limites da zona de influência indicada. Idrīs II fez com que se reconhecesse o seu poder pelos masmūda do Alto Atlas, manteve Tlemcen em sua órbita, amparou-se de Nefīs, ao sul, porém fracassou no oeste diante da resistência dos barghawāta, ocupantes do Planalto do Tāmasnā, ao longo do Atlântico.

No plano político, os idrísidas estão na origem da emergência de uma consciência nacional marroquina cujos desdobramentos podemos até atualmente seguir. Foram eles que fizeram o Marrocos e dotaram-no da sua primeira capital: Fez. No extremo oeste do Magrebe, Fez desempenhou o papel devoluto de Kayrawān, na Ifrīkiya, e de Córdoba, na Espanha. Beneficiando-se de uma posição excepcionalmente favorável, no grande eixo leste-oeste, pelo corredor de Taza, abundantemente provida de água, madeira, pedras para construção e argila para a cerâmica, Fez conheceu um grande desenvolvimento e fez a glória dos idrísidas. Coração espiritual do novo Estado, ela foi e permanece como um centro intelectual de primeira ordem.

A Ifrīkiya, por sua vez, não podia, com efeito, representar uma exceção por muito tempo e escapar ao movimento de independência desencadeado em

122/740 pela revolta de Maysara. Entretanto, a sua independência realizou-se pela via das negociações, sem cisões e sem ruptura com Bagdá. Esta foi realizada por Ibrāhīm ibn al-Aghlab, o fundador do reino aghlábida (184/800-296/909).

Assim sendo, tacitamente, o Magrebe encontrou-se dividido em três zonas de influência: os aghlábidas, no leste, os kharidjitas, no centro, e os idrísidas no oeste.

O movimento de independência, do qual acabamos de seguir os meandros, não se limitou ao Magrebe. A Espanha sofreu sensivelmente a mesma revolução. O khridjismo pouco a afetou. Lá, a luta reproduziu-se, sobretudo, entre as duas grandes formações étnicas árabes, os kays e os kalb, tradicionalmente inimigos. Um primo de ʻAbd al-Rahmān b. Habīb, Yūsuf b. ʻAbd al-Rahmān al-Fihrā, primeiramente aparentou ganhá-la (129/747-138/756). Ele foi finalmente frustrado em seus esforços por um personagem de primeira linha: o umayyade ʻAbd al-Rahmānb. Mu'āwiya b. Hishām b. ʻAbd al-Malik, cuja mãe, Rāh, fora uma cativa berbere da cabilda dos nafza. Chegado ao Magrebe como fugitivo, ele pôde, após uma verdadeira odisseia, alcançar a Espanha onde fundou um emirado independente. Em 316/929, o oitavo soberano da dinastia, ʻAbd al-Rahmān III, transformou esse emirado em califado, seguindo na matéria o exemplo dos fatímidas. Tratou-se do apogeu da Espanha muçulmana.

O Magrebe medieval, com o seu prolongamento ibérico, possuía uma dupla vocação comandada pela sua abertura, em direção ao norte, para o mundo cristão, terra de comércio de *jihad*, e rumo ao sul, para a África Subsaariana, fonte de ouro. Com a chegada dos árabes, ele entrou em uma fase particularmente ativa da sua história, marcada pela expansão territorial e econômica. Essa expansão foi, a um só tempo, violenta e pacífica.

As relações com a África Subsaariana estiveram, durante o período que nos interessa, ao abrigo da violência. Certamente, a África fornecia escravos, porém, não se tratava, no contexto da época, de uma atividade forçosamente violenta, nem tampouco de uma vocação própria à África. Nápoles igualmente vendia brancos (*sakāliba*) ao Magrebe, além de conhecermos o papel de Verdun no comércio dos eunucos. Não é inútil relembrar a este propósito que o termo escravo deriva do latim medieval *sclavus*, ele próprio formado a partir de *slavus* (eslavo). Os eslavos, comercializados com o nome de *slavons* ou *esclavons* (*sakāliba*), haviam fornecido, efetivamente, na Idade Média, uma abundante mão de obra servil.

As trocas econômicas com a África Subsaariana remontavam à Alta Antiguidade e aconteciam, essencialmente, seguindo dois eixos: um margeando o litoral atlântico e o outro alcançando Zawīla, ao sul da Líbia; contudo, o seu

volume era modesto. A entrada do Magrebe na zona árabe-muçulmana conferiu a essas trocas, a partir do século II/VIII, uma intensidade jamais conhecida. O eixo principal das transações interligava, desde então, Awdāghust (Tegdãoust?) a Sidjilmāsa, verdadeiro castelo d'água de distribuição do ouro proveniente do *Bilād al-Sūdān*. A partir de Sidjilmāsa, as rotas bifurcavam-se em direção a Fez, Tanger e Córdoba; rumo a Tlemcen e Tiāret; em direção a Kayrawān e ao Oriente. Elas em seguida se prolongavam para a Europa, através da Sicília e da Itália, pela Península Ibérica.

Jamais o Magrebe medieval foi tão povoado quanto no século III/IX, o que contribui para explicar a sua expansão além dos seus limites. Por outra parte, o movimento acontecia, então, contrariamente ao que se passaria posteriormente, no sentido da fixação dos nômades, os quais ocupavam sobretudo o Magrebe central e os confins saarianos, assim como em favor da urbanização. As quatro grandes capitais políticas e culturais do país – Kayrawān, Tiāret, Sidjilmāsa e Fez – eram obra árabe-muçulmana.

A sociedade distinguia-se pela sua enorme diversidade. No Magrebe, a base da população era constituída pelos berberes, eles próprios, muito diversos. A Espanha era sobretudo povoada por iberos e goths. Junto a esses substratos de base se haviam amalgamado, sobretudo no norte e no sul, diversos elementos alógenos. Os árabes, até meados do século V/XI, foram numericamente pouco importantes.

A sociedade do Ocidente muçulmano medieval era composta, à imagem da Antiguidade mais próxima, de três categorias de homens: os escravos, os antigos escravos (geralmente chamados *mawālī*) e os homens nascidos livres.

Às fronteiras étnicas e sociais sobrepunham-se outras de natureza confessional, as quais não necessariamente seguiam os mesmos planos. No momento da conquista, coabitavam no Magrebe a religião tradicional, o judaísmo e o cristianismo. O Islã conquistou adeptos em todos os meios e tornou-se, no século III/IX, incontestavelmente majoritário.

Os berços culturais eram numerosos. Todas as capitais, todas as cidades importantes tinham os seus poetas, os seus *adīb* (literatos) e os seus *fukahā'* (teólogos). Por vezes, foram requeridos os mais famosos dentre estes últimos – tal o caso de Tiāret, ameaçada pelo *i'tizāl* – até nos confins dos montes dos nafūsa. Entretanto, nós não nos informamos com certa precisão senão sobre os três berços, incontestavelmente os mais brilhantes: Kayrawān, Córdoba e Fez. Neles, como em todo o Ocidente muçulmano, as letras eram muito dependentes do Oriente.

Figuras A e B. O *ribāt* de Sūs, cujas escavações revelaram que ele fora construído em bases pré-islâmicas. [Fonte: Instituto Nacional de Arqueologia e Arte, Túnis.]

A. Vista externa da muralha, com a única porta de entrada – monumental – e a torre-minarete.

B Pátio interno mostrando os dois andares; a pequena cúpula sobressai da entrada monumental.

Em todo o mundo muçulmano medieval, não se apreciava apenas rimar e filosofar na época. Igualmente gostava-se de beber – algumas bebidas embriagantes, como o *nabīdh*, eram consideradas lícitas por algumas escolas de *fikh* –, cantar, dançar, sobretudo na corte e nos meios aristocráticos ou burgueses. Toda uma etiqueta – da qual a literatura fez eco – fixou a conduta cortesã a seguir-lhe as normas. Sobretudo a Ifrīkiya e a Espanha não foram exceção à regra.

A cultura, durante toda a Idade Média, foi sobretudo assunto de clérigos, ou seja, quando se trata do mundo muçulmano, dos *fukahā'*. No século III/IX, nenhuma escola havia triunfado totalmente, do que deriva certa liberdade de expressão e a violência das paixões. Curiosamente, a capital onde essa liberdade apresentava menor dimensão foi Córdoba. Havia maior liberdade de expressão, como prova Ibn al-Saghīr, em Tiāret, embora dominada pelos ibaditas, reputados como intransigentes.

O século III/IX foi, efetivamente, uma época apaixonada pelo direito e pela teologia, um vasto canteiro de edificação e organização do presente e do futuro.

O período que acabamos de rapidamente passar em revista foi decisivo para o destino do Magrebe. Essa região da África adquiriu nessa época a sua independência, encontrou para as suas fronteiras o traçado que, em termos gerais, manteve-se até os nossos dias, além de ter moldado os traços essenciais da sua fisionomia cultural e espiritual.

O papel do Saara e dos saarianos nas relações entre o norte e o sul

O Saara não representava somente uma barreira, mas, igualmente, uma ligação entre os países da África Setentrional e o Sudão. Com efeito, ele desempenhava um papel extremamente importante nas relações, sobretudo comerciais, entre o norte e o sul. As rotas das caravanas, raras e difíceis, atravessando esse deserto, eram frequentadas na época muçulmana por comerciantes originários do Magrebe, da Ifrīkiya, do Egito e dos diferentes centros comerciais do Saara setentrional. O principal papel nesse comércio entre os países do norte e o Sudão era desempenhado, justamente, pelos negociantes norte-africanos e egípcios, ao lado dos comerciantes berberes-ibaditas provenientes do *Bilād al-Djarīd* e de Sidjilmāsa.

A população do Saara era composta, do século II/VIII ao século VI/XII, de elementos muito diversos. O Saara ocidental e central era habitado pelos povos

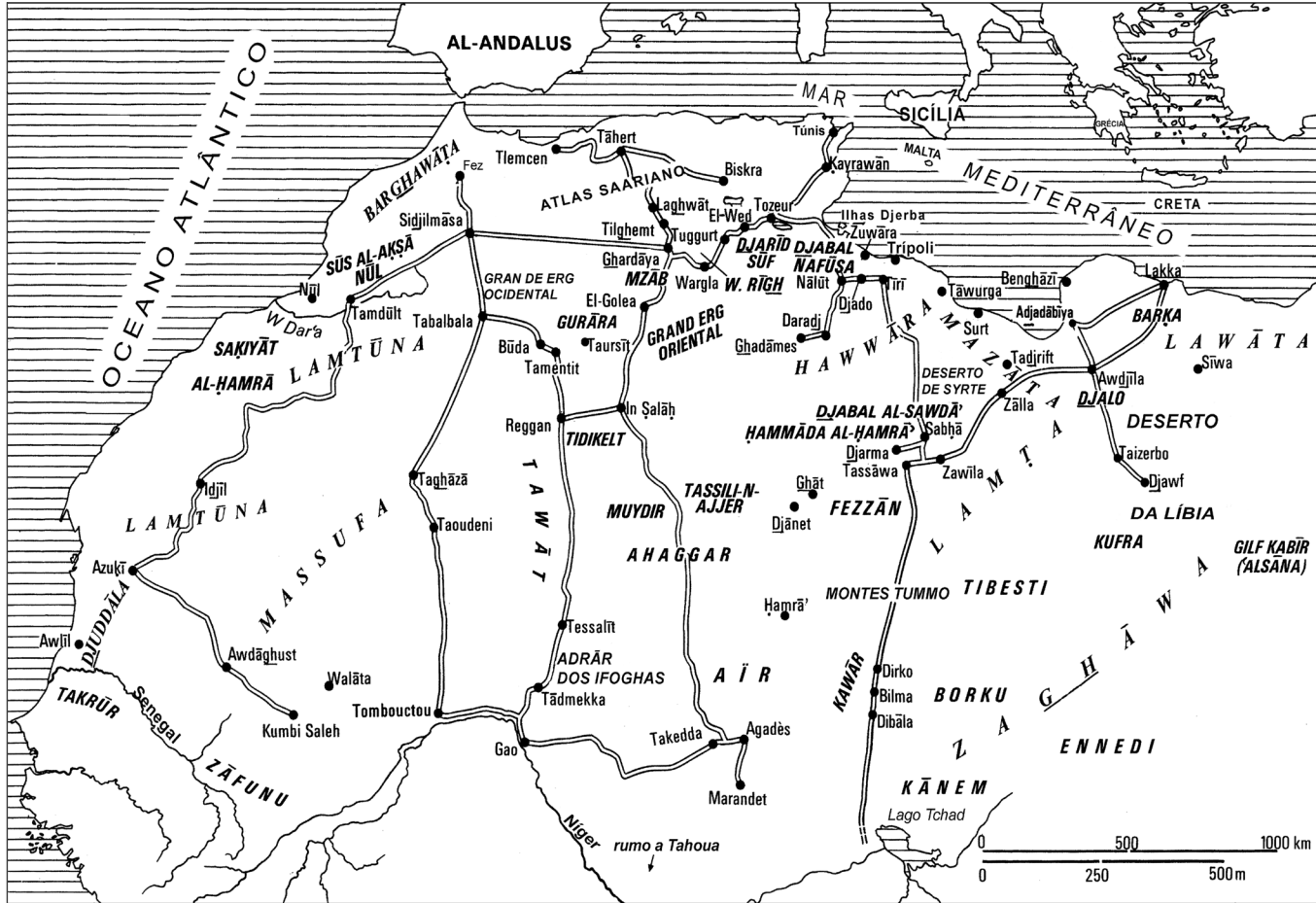
de origem berbere, por vezes mestiçados com o sangue dos negros africanos. No tocante ao Saara oriental, aqui compreendido o deserto líbio, a sua porção setentrional era igualmente ocupada por indivíduos de origem berbere, ao passo que a sua parte meridional era povoada pelos povos negroides, pertencentes aos diferentes grupos tubu, como os zaghāwa, os teda e os dawa. Esses povos atingiam ao norte os oásis de Kufra e Taizerbo, ou seja, aproximadamente 26º de latitude. Deve-se notar que alguns fatos antropológicos e culturais tubu sugerem uma importante mestiçagem líbio-berbere.

À época da qual nos ocupamos acrescentemos ainda que, no Saara, não faltavam árabes, dentre os quais se encontravam elementos citadinos e pastores nômades.

A população berbere do Saara, que teve um papel extremamente importante para o estabelecimento das relações entre a África do Norte e o Egito, por um lado, bem como com o Sudão, por outra parte, pertencia a dois ramos berberes, a saber, os sanhādja e os zanāta. Os sanhādja eram sobretudo nômades criadores de camelos, ovinos e caprinos. Quanto aos zanāta e aos outros agrupamentos berberes aparentados a esse ramo, a exemplo dos mazāta e dos lawāta, eles eram em parte nômades e em parte sedentários. Foram frações desses agrupamentos que fundaram, provavelmente em uma época posterior ao domínio romano, os belos oásis de Sūf, Wādī Rīgh, Tidikelt e Tūwāt, no Saara argelino.

A islamização dos berberes habitantes do Saara começou logo na primeira metade do século II/VIII. Muito provavelmente, os sanhādja e os zanāta do Saara adotaram originalmente, como os berberes da África do Norte, o Islã ortodoxo. Porém, posteriormente, quando os berberes norte-africanos rejeitaram o sunismo em razão da opressão política e fiscal dos califas umayyades e uniram-se, aproximadamente em meados do século II/VIII e sobretudo os grupos oriundos dos zanāta, a duas seitas kharidjitas inimigas da *sunna*, a saber aquela dos sufritas (representantes das tendências radicais) e aquela dos ibaditas (de tendência mais moderada), os zanāta saarianos igualmente juntaram-se, ao menos parcialmente, a essas duas seitas.

A cidade de Sidjilmāsa, no Tafilālet, capital do Estado sufrita dos midraritas, era um dos terminais de uma rota de caravanas que ligava a África do Norte ao antigo Reino de Gana, "país do ouro" dos geógrafos árabes medievais. Ali passava uma via comercial em direção A cidade de Tāhert (atual Tiāret), capital do imamado ibadita dos rustúmidas, o qual se tornaria desde o reinado do primeiro imame, entre 160/776-777 e 168/784-785, um importante centro político e econômico.

O Saara. [Fonte: I. Hrbek.]

Um dos oásis do Mzāb. [Fonte: © Werner Forman Archives.]

Esse considerável mercado atraía não somente numerosos comerciantes norte--africanos, ibaditas ou não, mas igualmente empreendedores mercadores árabes de Kayrawān, Basra e Kūfa. Nós o sabemos graças a Ibn al-Saghīr, historiador de Tāhert, que escrevia no início do século IV/X. Uma via interligando Tāhert ao Sudão ocidental passava por Sidjilmāsa para alcançar Gana. Outra rota ligava Tāhert à cidade de Gao; ela já estava em uso antes da morte do imame rustúmida ‘Abd al-Wahhāb, em 208/823. Aparentemente, esta última passava pelos oásis de Wādī Rīgh e de Wargla, os quais igualmente participavam do comércio sudanês de Tāhert. Os ibaditas saarianos continuavam a se ocupar do comércio com o Sudão, inclusive após a queda do Estado dos rustúmidas, em 297/909.

Lado a lado dos mercadores ibaditas de Wādī Rīgh e de Wargla, os ibaditas de Ghadāmes e de Zawīla (no Fezzān) organizavam, com a ajuda dos mercadores ibaditas do Bilād al-Djarīd (no sul da Tunísia) e dos comerciantes originários do Djabal Nafūsa, expedições de longo percurso rumo a diferentes regiões sudanesas. Os comerciantes berberes com a responsabilidade dessas relações pertenciam, geralmente, às diferentes frações dos Zanāta. No tocante

aos saarianos do ramo sanhādja, eles serviam frequentemente como guias e condutores para as caravanas equipadas pelos comerciantes norte-africanos de Sidjilmāsa, Tāhert, Tlemcen, Kayrawān ou de Trípoli, caravanas cuja segurança era garantida pelos chefes sanhādja de Awdāghust, Tādmekka ou de alhures.

O advento dos fatímidas

Ao final do século III/IX, grande parte do Ocidente muçulmano (Magrebe e Espanha) já escapava ao controle do califado abássida de Bagdá; os umayyades estavam solidamente instalados na Andaluzia, a dinastia idrísida reinava em algumas cidades e sobre grupos berberes do extremo oeste muçulmano (al-Maghrib al-Akhā), assim como sobre os territórios limítrofes entre as terras habitadas e o deserto, e muitos Estados kharidjitas independentes estendiam-se do Djabal Nafūsa até Sidjilmāsa. Somente os aghlábidas da Ifrīkiya reconheciam a soberania de Bagdá, porém, após um século de independência de fato, os seus laços com os abássidas eram puramente formais.

Tudo se transforma com a chegada na África do Norte, ao final do século III/IX, dos ismaelianos, vigorosa e extremamente ativa seita xiita. Um dos dogmas fundamentais da fé xiita é que a direção (imamado) da comunidade muçulmana pertence de direito aos descendentes de Maomé, pela sua filha Fátima e pelo seu marido ‘Alī, o quarto califa. Outra parte dessa doutrina consiste na crença segundo a qual o último dos imames visíveis não estaria morto, mas teria ido refugiar-se em um lugar secreto de onde sairia em momento oportuno, na qualidade de "mahdi" (o bem dirigido), para restaurar o verdadeiro Islã, conquistar o mundo e "fazer reinar sobre a Terra a justiça e a equidade, em lugar da opressão e da tirania do mundo atual".

No tocante a saber quem seria o último imame visível e o primeiro escondido (portanto, o mahdi), os xiitas todavia se dividem em numerosos grupos. Para a maioria dentre eles, o imame escondido é o décimo segundo, Maomé, desaparecido em 264/878, sem descendência. Os seus fiéis são conhecidos pelo nome de duodecimanos (*ithnā ‘ashariyya*), os quais atualmente formam a maioria dos xiitas. Outro grupo, embora concordando com os duodecimanos sobre a sucessão até o sexto imame, Dja’far al-Sādik, deles se afasta a partir deste ponto, professando o imamado do filho primogênito de Dja’far, Ismā’īl (morto em 144/761), preferencialmente ao seu irmão, reconhecido pela maioria da seita. Ismā’īl (e mais tarde o seu filho Maomé) tornou-se assim para eles o sétimo

imame, o imame escondido; os adeptos desta seita tomaram, portanto, o nome de ismaelianos (*ismā'īliyya*), também chamados setimanos (*sab'iyya*).

A história desta seita e a maneira pela qual tomaram forma as suas doutrinas específicas, através das quais ela se diferencia dos outros xiitas, são assaz mal conhecidas. Como frequentemente é o caso no tocante às seitas dissidentes, o movimento ismaeliano ramificou-se em várias correntes, um dos principais pontos de divergência referindo-se à natureza dos imames. Por um lado, havia aqueles que, fiéis à doutrina original, permaneciam fiéis a Maomé ibn Ismā'īl, o imame escondido, acreditando que 'Alī e Maomé ibn Ismā'īl eram profetas e que o imame escondido, ressurgindo na forma de mahdi, traria uma nova fé islâmica.

Outra dissidência, de onde provieram os fatímidas, aceitava a doutrina segundo a qual havia imames visíveis à frente da comunidade muçulmana. Segundo a versão fatímida oficial, a linhagem dos califas fatímidas fora precedida de uma série de "imames escondidos", descendentes de Maomé ibn Ismā'īl. Porém, no início do seu domínio na África do Norte, a sua doutrina apresentava um aspecto particular: o segundo soberano da dinastia, al-Kā'im bi-Amr Allāh, detinha um estatuto especial e era considerado como o mahdi que introduziria a era messiânica. Somente quando a sua morte dissipou as esperanças em si, a figura do imame como chefe temporal e espiritual tomou uma posição dominante no pensamento ismaeliano, relegando-se a figura do mahdi ao segundo plano.

Os ismaelianos organizaram uma das mais sutis e eficazes propagandas políticas e religiosas. Mais duradouras e finalmente de importância decisiva foram as atividades de outro propagandista (*dā'ī*) nativo do Iêmen, Abū 'Abd Allāh al- Shi'ī, que fora enviado junto aos kutāma aproximadamente ao final do século. Tendo estabelecido laços com alguns xeques kutāma no curso da sua peregrinação a Meca, ele os acompanhou até o seu país em 280/893.

Dificilmente concebemos a atração que poderia existir para os kutāma em relação ao xiismo ismaeliano pregado por Abū 'Abd Allāh. É complexo discernir um caráter nitidamente social no ramo fatímida do ismaelismo. No Magrebe, os seus membros exploravam o descontentamento geral da população local e, em certa medida, o expansionismo kutāma, porém até estes berberes jamais assimilaram a sua doutrina. Uma vez no poder no Magrebe e posteriormente no Egito, os fatímidas jamais realizaram a menor transformação social e jamais tiveram a intenção de fazê-lo; os seus escritos doutrinários não fazem menção alguma de similares preocupações. Nada distinguia, no plano social, o regime fatímida dos outros regimes islâmicos.

Sejam quais tenham sido as razões, a maioria dos kutāma não tardaria a ser ganha pela propaganda de Abū ʻAbd Allāh, em favor dos descendentes de ʻAlī e Fátima, então representada pelo imame ʻUbayd Allāh. Em alguns anos, os diversos clãs kutāma foram unificados em um poderoso exército, cimentado pela *asabiyya* (solidariedade étnica) e pela mesma lealdade perante o imame fatímida, o mahdi esperado, que deveria livrar o mundo dos opressores, fossem estes últimos os aghlábidas ou os seus longínquos mestres abássidas de Bagdá.

A luta decisiva contra os aghlábidas começou em 290/903, quando as tropas kutāma desceram das suas montanhas para as planícies da Ifrīkiya. As forças aghlábidas foram facilmente vencidas e, após alguns anos, a maior parte da Ifrīkiya estava nas mãos de Abū ʻAbd Allāh.

Após os primeiros sucessos dos seus partidários na Ifrīkiya, o imame ʻUbayd Allāh, que até então vivera em Salamiyya, na Síria, decidiu instalar-se no Magrebe..

A fundação de um Estado xiita na África do Norte selou a cisão do mundo muçulmano em três impérios hostis; o califado abássida em Bagdá, o califado fatímida na África do Norte e o emirado umayyade de Córdoba. Houve, portanto, durante certo tempo, três califas no Islã. A debacle do califado umayyade, em 422/1032, reduziu esse número a dois, e a extinção dos fatímidas, em 566/1171, a somente um, aquele dos abássidas em Bagdá.

Embora os fatímidas sejam considerados a primeira dinastia a realizar a unidade política de toda a África do Norte (Ifrīkiya e Magrebe), um estudo minucioso mostra a qual ponto a sua autoridade era frágil no oeste da Ifrīkiya propriamente dita.

Várias regiões da África do Norte sempre escaparam à autoridade dos fatímidas. Desde o início entrevê-se, como pano de fundo da luta entre fatímidas-umayyades e sanhādja-zanāta, a perspectiva do controle do ouro sudanês e dos pontos de chegada das rotas caravaneiras.

Os fatímidas herdaram dos seus predecessores, os aghlábidas, o interesse dedicado por estes últimos à Sicília. Fora necessário aos aghlábidas mais de setenta anos (de 212/827 a 289/902) para a conquista de toda a Sicília, tornando-a parte do mundo muçulmano durante dois séculos. Ali a ordem foi estabelecida por al-Kalbī (morto em 354/965) e os seus sucessores, os quais formaram a dinastia dos kalbitas, a Sicília muçulmana tornou-se uma província próspera e gozou de crescente autonomia.

O comércio com a Ifrīkiya igualmente revestia-se de grande importância; os dois países trocavam produtos de base: o óleo da Ifrīkiya contra o grão e a madeira da Sicília. Enquanto os outros países muçulmanos, como sabemos,

careciam de madeira, a Ifrīkiya, sob os aghlábidas e depois sob os fatímidas, pôde, graças à madeira siciliana, compor uma temida frota e tornar-se uma das principais potências marítimas do Mediterrâneo central. Também da Sicília provinham, especialmente, os experientes marinheiros que formavam o pessoal de bordo das embarcações fatímidas (e, posteriormente, dos zíridas). O domínio da Sicília concedeu aos fatímidas a supremacia estratégica no Mediterrâneo e Palermo tornou-se uma importante base naval.

Após ter estabelecido o seu domínio na Ifrīkiya, ʻYbayd Allāh al-Mahdī, julgou, de modo assaz prematuro, que chegara o tempo de conquistar o Egito. Os sucessos obtidos no Magrebe pelas forças fatímidas permitiram ao quarto califa, al-Mu'izz, lançar contra o Egito um ataque vitorioso. A conquista, minuciosamente preparada e sustentada por uma hábil propaganda política, foi conduzida sem grandes dificuldades por Djawhar, que entrou em Fustāt, no dia 12 sha'bān 358/I de julho de 969. Pouco após, ele determinou a construção de uma nova capital, o Cairo (em árabe, al-Kāhira), e no ano seguinte fundou a mesquita al-Azhar. Quatro anos após a conquista, em 362/973, al-Mu'izz transferiu-se de Ifrīkiya para o Cairo e transformou o Egito no centro de um império que sobreviveria aos fatímidas e duraria cinco séculos. Esse deslocamento para o leste do Estado Fatímida teve profundas e múltiplas consequências para a História da África do Norte.

A unidade do Magrebe, buscada pelos fatímidas sem jamais ser alcançada de modo duradouro, não sobreviveria a sua partida para o Oriente. De modo geral, a situação dos berberes não era muito diferente do que fora antes da conquista árabe; o elemento árabe da população somente estava representado nas cidades e a sua importância diminuía quando se rumava do leste para o oeste. A organização política variava destarte: a estrutura estatal era mais desenvolvida na Ifrīkiya, ao passo que no oeste do Magrebe, as diferentes sociedades ainda não formavam Estados.

A situação religiosa conheceu profundas mudanças após a partida dos fatímidas: em meados do século V/XI, o Magrebe apresentava-se, em seu conjunto, como uma região de ortodoxia sunita, sem nenhum traço de xiismo e contando somente com alguns pequenos enclaves de kharidjismo. Mas, a derrota do kharidjismo, distante de corroborar a causa do xiismo, somente contribuiu para facilitar o renascimento sunita.

Por fim, deve-se atentar para a invasão dos árabes: um bando de árabes nômades, os banū hilāl e os banū sulaym, os quais viviam nessa época no Alto Egito.

Esses nômades árabes iniciaram a sua migração para o Magrebe em 442/1050- 1051. Eles começaram devastando a província de Barka. Os banū hilāl em seguida rumaram em direção ao oeste, ao passo que os banū sulaym

permaneceram em Barka por várias décadas. Kayrawān foi saqueada pelos banū hilāl, desastre do qual esta cidade jamais se recomporia.

Os banū hilāl não foram os únicos responsáveis pelo declínio que sucedeu à sua chegada à África do Norte. Todavia, é necessário insistir no fato de que a chegada de grande número – seja qual for exatamente este número – de árabes nômades marcou, sob múltiplos aspectos, um ponto de inflexão na história da África do Norte. Embora a arabização, ao menos na Ifrīkiya, estivesse já assaz avançada, os campos ainda eram, em grande parte, habitados por cultivadores de línguas berberes. Enquanto os árabes, os quais haviam uma primeira vez conquistado a região no século II/VIII, haviam sido absorvidos pela população berbere, os banū hilāl e os banū sulaym estiveram na origem de um processo inverso; não se tratou do efeito de uma política deliberada, foram relações que, necessariamente, estabeleceram-se entre as populações sedentárias e os nômades. Certos grupos zanāta, especialmente os banū marīn, foram obrigados a se retirar para o oeste para ceder lugar aos árabes. Estes últimos não penetraram nem nas regiões costeiras e tampouco nos maciços das montanhas, transformados em refúgio dos berberes sedentários, no entanto, as planícies da metade oriental do Magrebe progressivamente caíram em seu raio de influência. A maioria dos dialetos árabes atualmente falados nos campos norte-africanos provém da língua dos banū hilāl e banū sulaym. Em contrapartida, esses nômades quase nada contribuíram para a islamização da África do Norte, pois o seu Islã era assaz superficial e a população dessa região, por eles invadida, já era inteiramente muçulmana há vários séculos.

No tocante aos danos causados pela sua chegada, há em geral concordância em pensar que eles foram consideráveis, embora o termo "catástrofe" sugira exagero. A presença de milhares de nômades com os seus rebanhos certamente teve importantes consequências na vida econômica do país e a extensão das pastagens aconteceu em detrimento dos cultivadores. O equilíbrio anteriormente reinante na África do Norte, entre o elemento nômade e o elemento sedentário da população, foi assim comprometido por vários séculos, resultando no abandono pelos cultivadores de grande parte do solo cultivável, em proveito dos beduínos.

A economia da África do Norte foi seriamente abalada. Embora atualmente se prefira falar em uma infiltração dos banū hilāl, em detrimento de uma invasão, os resultados foram os mesmos. A economia do Magrebe oriental, fundada na ocupação do solo por cultivadores sedentários, cedeu progressivamente lugar a uma economia caracterizada pelo nomadismo e a criação de rebanhos, verdadeira revolução em respeito a qual estamos bem documentados, graças a al-Bakrī

e al-Idrīsī. Essas profundas transformações reproduziram-se no leste magrebino no momento em que outros nômades, os almorávidas, faziam irrupção no oeste. O conjunto desses acontecimentos marca o início de um novo capítulo na história do Magrebe.

Os almorávidas

Aproximadamente quando os banū hilāl e os banū sulaym começavam a penetrar na África do Norte pelo leste, na outra extremidade do Magrebe nascia um segundo movimento, relativo aos berberes do deserto que, em pouco tempo, invadiriam as partes ocidental e central desa região. Manifestações do dinamismo nômade, estes dois movimentos contemporâneos, dos almorávidas no oeste e dos hilālī pelo leste, desdobraram-se ambos na consolidação temporária do domínio nômade nessas sociedades sedentárias e sobre os Estados dantes constituídos.

Todos os elementos indicam que a religião desempenhou um papel decisivo na emergência do movimento almorávida. Qualquer movimento religioso é gerado em um quadro social determinado, do qual ele reflete as tensões e contradições. Portanto, convém analisar todas as circunstâncias que presidiram a sua gênese, com vistas a estabelecer, na medida do possível, quais foram os verdadeiros motivos e causas.

Na primeira metade do século V/XI, a região do Marrocos e o seu prolongamento em direção ao sul, até o Rio Senegal, eram povoados pelos berberes, então divididos em numerosas facções hostis e combatentes entre si. O próprio Marrocos fora, no século precedente, objeto de uma luta entre as duas grandes potências do oeste: os umayyades da Espanha e os fatímidas. Um dos principais objetivos dessa luta era assegurar o controle das rotas comerciais conduzindo ao Sudão ocidental e/ou do comércio do ouro.

Essas lutas incessantes e a anarquia prevalente tornavam intolerável a vida em seu quotidiano, impedindo qualquer atividade econômica normal entre os berberes.

A situação era dramática ao sul do Marrocos, junto aos sanhādja "cobertos pelo véu" (*mulaththamūn*) do Saara. Esses sanhādja nômades (distintos dos sanhādja sedentários da Ifrīkiya) formavam três ramos principais: os massūfa, no norte e a leste (no Wādī Dar'a, em Hawd e Taghāza), os lamtūna, no centro e ao sul (no Adrār e em Tāgant) e os djuddāla (ou guddāla) a oeste, no Saara atlântico. Na primeira metade do século V/XI, os sanhādja do Saara ocidental

haviam, em grande parte, perdido a sua supremacia de outrora – ao norte e, igualmente, no sul, onde os seus inimigos hereditários, os berberes zanāta, se haviam amparado não somente dos terminais das rotas transaarianas (Sidjilmāsa e Awdāghust) mas, inclusive, das suas melhores pastagens.

O particularismo berbere aparenta ter, nessa época, atingido o seu ápice. Alguns chefes e dirigentes mais responsáveis notaram que uma mudança radical era imperativa. Nas condições então vigentes, somente um movimento de inspiração islâmica poderia realizar a unificação dos berberes.

A história das atividades reformistas de Ibn Yāsīn, futuro líder dos almorávidas, junto aos sanhādja, não é conhecida senão em suas linhas gerais; a cronologia é imprecisa e confusa, comportando ao menos dois longos períodos (o primeiro entre 430/1039 e 440/1048 e o segundo entre 446/1054 e 450/1058) sobre os quais nós não possuímos nenhum elemento informativo concreto. É possível distinguir duas fases nas atividades de Ibn Yāsīn no deserto: no curso da primeira, ele tentou fortalecer ou reformar a fé dos djuddāla e logrou reunir em torno de si certo número de discípulos. Essa fase começou aproximadamente em 430/1039 e findou em 445/1053, com um violento enfrentamento entre o reformador e os dirigentes djuddāla, ao termo do qual Ibn Yāsīn foi caçado. No decorrer da segunda fase, cuja duração estendeu-se até a sua morte, em 451/1059, os lamtūna tornaram-se o pivô do movimento almorávida.

Em virtude da sua posição dominante no seio do movimento, os lamtūna foram muito amiúde considerados como a voz dos almorávidas por excelência. Quando Ibn Yāsīn abandonou o seu retiro e encontrou, junto aos lamtūna e, especialmente no seio das famílias dirigentes, nas pessoas de Yahyā ibn ‘Umar e do seu irmão Abū Bakr, os seus mais fiéis partidários, o movimento entrou em uma fase decisiva. De movimento reformador, tornou-se um movimento militante, cujos membros estavam decididos a expandir a doutrina junto a outros sanhādja e até em outras populações, através da persuasão ou pela *jihad*.

Os sucessos iniciais dos almorávidas deveram-se em larga escala à situação próxima da anarquia que reinava no Marrocos sob as dinastias maghrāwa, das quais numerosos indivíduos acolheram os conquistadores como libertadores, capazes de impor um termo a sua opressão. Durante cinco anos, de 446/1054 a 451/1059, os almorávidas dedicaram-se a quebrar a supremacia dos zanāta na África do Norte. As primeiras campanhas foram conduzidas diretamente contra os territórios dos zanāta, no Vale do Dar’a, antes de serem direcionadas contra Sidjilmāsa, cujos habitantes haviam reclamado junto a Ibn Yāsīn da tirania do seu chefe maghrāwa, Mas’ūd ibn Wānūdīn. Após o fracasso de uma tentativa

de solução pacífica, os almorávidas conquistaram a cidade, mataram Mas'ūd e instalaram um dos seus no cargo de governador. Amparando-se assim do terminal norte do comércio das caravanas, as forças almorávidas voltaram-se para o sul, contra Awdāghust. Após a conquista dessa cidade, eles massacraram impiedosamente os habitantes zanāta. Desse modo, o segundo destino da rota transaariana caía em mãos almorávidas, assegurando-lhes na mesma ocasião o controle sobre o comércio efetuado na parte ocidental da região.

Em sua luta contra os mais temidos adversários da ortodoxia, os barghawāta, os almorávidas sofreram, todavia, a sua primeira derrota: eles foram vencidos em 451/1059, e Ibn Yāsīn foi morto em circunstâncias mal elucidadas durante a batalha ocorrida nas proximidades de Kurīfalat. Abū Bakr ibn 'Umar tornou-se o seu sucessor à frente da comunidade almorávida.

Embora a morte do fundador tenha provocado uma crise momentânea (os massūfa ter-se-iam então sublevado), a solidez da obra realizada por Ibn Yāsīn denota-se em virtude do movimento que, em seu conjunto, distante de se desintegrar, reencontrou, após um curto período, um novo vigor e inclusive cresceu, estado de coisas que lhe permitiu continuar vitoriosamente a propagar a nova doutrina e a expandir as suas conquistas. Após o desaparecimento de Ibn Yāsīn, a comunidade religiosa transformou-se em reino. Como o poder espiritual começava a perder a sua importância de outrora, o papel do *amīr* ganhou o primeiro plano e o detentor dessa dignidade fundou uma dinastia. Simultaneamente, uma hierarquia estabeleceu-se: o primeiro posto no seio do reino coube aos lamtūna, o ramo dos dirigentes, de modo que os almorávidas foram, muito amiúde, chamados *al-lamtūniyyūn al-murābitūn*, ou simplesmente *lamtūna*.

A fundação de Marrakesh, transformada na nova capital ao norte do maciço do Atlas, em 463/1070, marca a abertura de um novo capítulo na história do movimento almorávida. A data igualmente é significativa na justa medida em que precisamente nessa época ocorreu a explosão do movimento em dois grupos, um comandado, ao sul, por Abū Bakr e, ao norte, outro cuja direção coube ao primo de Abū Bakr, Yūsuf ibn Tāshfīn.

De 468/1075 a 476/1083, o exército almorávida, dirigido por Yūsuf ibn Tāshfīn, conquistara progressivamente o Marrocos e as regiões ocidentais da Argélia. Fez caíra em 468/1075, à imagem subsequente de outras cidades da Planície Atlântica. Sete anos depois, Tlemcen e Oran estavam dominadas e, em 476/1083, as tropas almorávidas garantiram o controle do Estreito de Gibraltar, ao ampararem-se de Ceuta. A Espanha muçulmana doravante perfilar-se-ia segundo o horizonte dos guerreiros do deserto.

Mediante o convite do chefe abássida de Sevilha, o al-Mu'tamid, exército almorávida conduzido por Yūsuf ibn Tāshfīn, atravessou o Estreito de Gibraltar, em 479/1086. Após um avanço sem resistência através do sul da Espanha, as forças almorávidas infringiram às tropas castelhanas, conduzidas pelo rei Alfonso VI, uma espetacular derrota em al-Zallāka (Sagrajas), proximamente a Badajoz. Uma onda de entusiasmo percorreu al-Andaluz e Yūsuf reconquistou o Marrocos, como prometera. Um ano mais tarde, a morte de Abū Bakr dele faria, nominal e concretamente, o soberano do império.

Aquilo, originalmente não mais que um movimento local por reformas junto aos berberes do deserto, tornara-se um império, entre os rios Ébrio e Senegal; esse império reuniria, em um espectro de 30 graus de longitude, paisagens e zonas de produção e tradição cultural muito diversas, das mais férteis planícies da Espanha e do Marrocos até os desertos mauritanos. O Islã desempenha um papel muito importante nos séculos IV/X e V/XI, no Vale do Senegal, e o entendimento entre almorávidas e soberanos provavelmente pesou fortemente para assegurar o sucesso dos guerreiros cobertos pelo véu vindos do norte; eles encontraram, no vale, homens de guerra, escravos e ouro.

Circulava-se, de norte a sul, em um imenso império. Afinal, como poderia ser diferente, haja vista que o norte necessitava do ouro do sul. Deve-se, portanto, considerar em seu conjunto, do ponto de vista econômico, a extensa faixa atlântica que unia países de economias complementares. A demanda pelos produtos "do sul" consequentemente cresceu, ao que tudo indica, até meados do século VI/XII. Bem entendido, a manutenção dessa unidade econômica não impediu a existência de duas administrações, uma em Marrakesh, outra no Sahel; dois exércitos, um ao sul, fiel ao dromedário, outro exclusivamente montado a cavalo, desse o final do século V/XI; talvez, duas vidas políticas divergentes. Entretanto, a unidade econômica está solidamente atestada pelas fontes.

Muito naturalmente, a prosperidade econômica, cujo espectro não envolveria, evidentemente, senão alguns meios urbanos e os próximos do poder, permitiu o desenvolvimento de um luxo, por vezes ostentatório, futura e fortemente condenado pelos almóadas. Numerosas mesquitas, suntuosamente decoradas, datam deste momento; mas, igualmente, belos monumentos civis dentre os quais, alguns, a exemplo da fonte de Marrakesh, percorreram o tempo até os nossos dias.

A cultura muçulmana da época fora, pela primeira vez com tamanha intensidade, transplantada para o Marrocos. Consigo trouxera o luxo e o

gosto pela vida fastuosa: os adversários dos almorávidas far-lhes-iam reprimendas a este respeito. Todavia, o rigorismo jurídico dos fukahā', aliados da dinastia, muito amiúde em contraste com as facilidades da vida brilhante de Marrakesh, não desapareceu; ele impôs um malikismo por vezes obscuro – este fato é de grande importância para a história do Islã ocidental, inclusive na África –, porém ele também suscitou, pelos seus excessos, muitas reações hostis.

Comércio e rotas do tráfico na África Ocidental

O período, compreendido entre os séculos VII e XI, é de suma importância em respeito às relações transaarianas: ele vê surgir variáveis em seus traços através do tempo, os eixos de interligação regular entre as economias circundantes do Mediterrâneo, particularmente demandantes por ouro, e aquelas do Sahel saariano meridional e das savanas que o ligam à floresta, quanto a si, consumidoras do sal que elas pouco produzem. Entretanto, este debate permaneceu aberto por longo tempo, acerca da eventual antiguidade dessas travessias.

Ainda que um dia se confirme a existência das grandes travessias do Saara em tempos remotos, o distanciamento inexorável entre as duas margens do deserto as teria tornado difíceis ou impossíveis, em trajeto contínuo, no que diz respeito ao que se convencionou denominar Antiguidade. Talvez entre os séculos IV e VII da Era Cristã, populações estabelecidas no Saara em condições e datas mal conhecidas, provavelmente de língua berbere, desempenhariam um papel importante nas relações de travessia. As confederações "berberes" dos séculos V e VI tiveram, inaugurais, a ocasião de tentar a travessia, graças à rápida difusão do dromedário, desde há alguns séculos. Com efeito, somente esse animal poderia permitir longas expedições, de um a dois mil quilômetros, entre as duas margens do Saara. Sequer as carroças, em cuja eficiência econômica não acreditamos muito, nem os cavalos, então recentemente introduzidos no Saara, tampouco os asnos velhos e moderados, habituais nessas regiões, e nem os lentos bois de carga, cuja existência atestam as marcas rupestres, nenhum dentre esses corresponde às exigências de um difícil comércio ponderado a longa distância; o que caracterizaria as caravanas, ao menos a partir do século X, seria o número de carregadores para as importantes cargas destinadas à troca pelo principal produto procurado no sul do Saara: o ouro.

Por outro lado, as recentes pesquisas, dedicadas ao ferro e ao cobre na África Ocidental, colocam em xeque grande parte das ideias sobre as grandes traves-

sias comerciais saarianas para o sul. Antes do século V, os sítios da região de Bandiagara-Tolloy (do V ao II século antes da Era Cristã), de Jenné-Jeno (fase I, de -200 a +50, e fase II de +50 a +400) e de Begho forneceram provas sobre a intensidade da vida nas três regiões consideradas. Para os séculos V, VI, VII da Era Cristã, sem ser necessário pensar nas influências transaarianas, a vida é ativa e efeverscente na África Ocidental. Pode-se atualmente dizer, sem medo de futuros desmentidos científicos, que toda a infraestrutura do povoamento e da vida econômica já existe, nos vales do Senegal e do Níger, bem como, indubitável e igualmente, mais ao sul, durante esses "séculos obscuros".

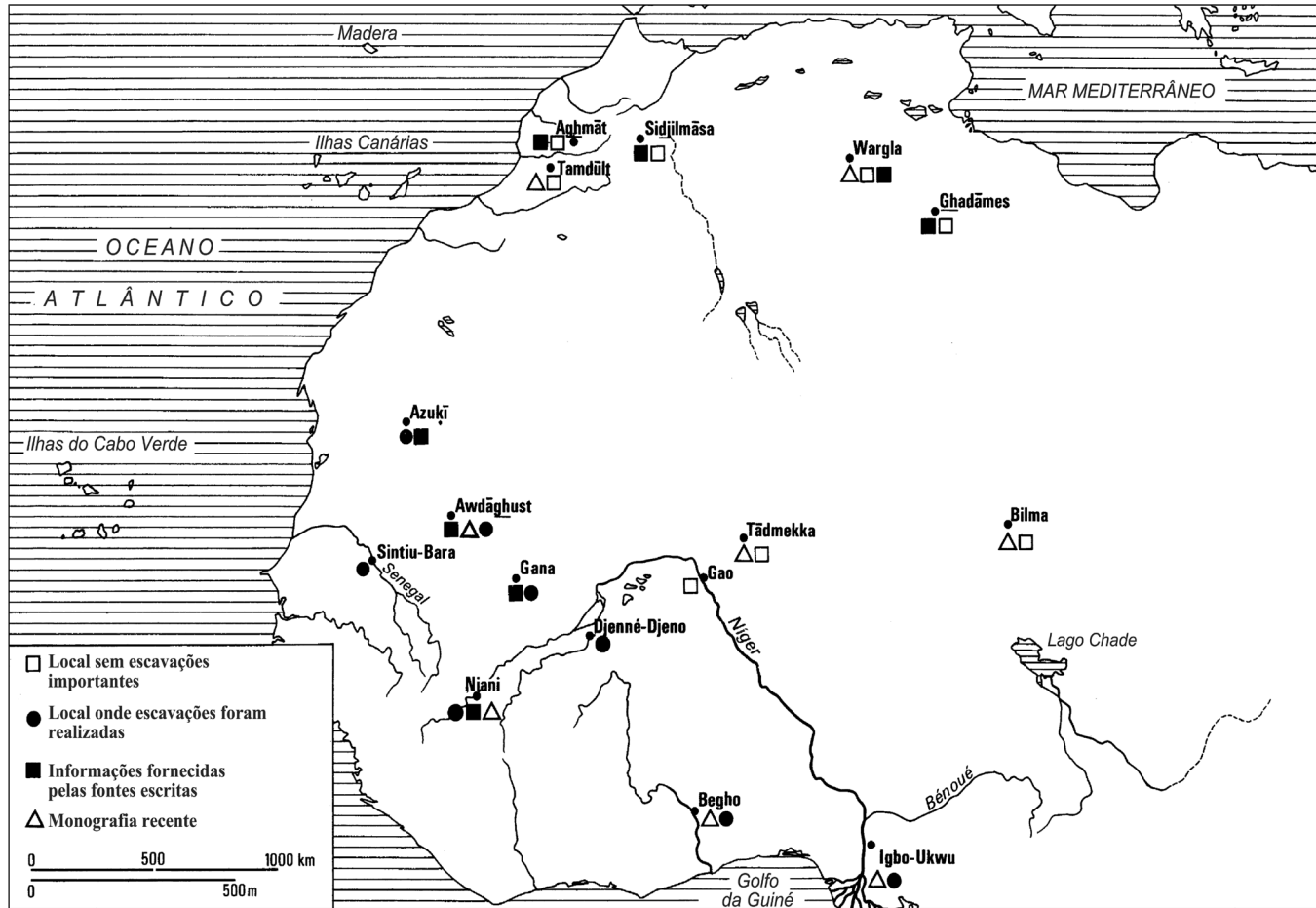
Tudo nos conduz a constatar que o período dos anos entre 850 e 950 seja aquele onde se reproduziram os acontecimentos decisivos desdobrados no comércio transaariano regular. Irresistivelmente, somos remetidos ao produto de cujos autores árabes, invariavelmente, falam e ao qual todos os historiadores dedicaram atenção: o ouro.

O mundo muçulmano, grande consumidor de ouro desde as reformas do final do século VII, postou-se, no que tange às suas periferias e em razão de ser, ele próprio, um produtor relativamente pequeno de ouro, como uma vasta zona de demanda. O ouro vem da Ásia, da Núbia e da recuperação de tesouros faraônicos, muito mais provavelmente, a essa época, que da África Ocidental ou do atual Zimbábue. O ocidente muçulmano, excetuando-se a Ifrīkiya aghlábida, grava ouro antes do século X; doravante, em contrário, ele se torna um grande consumidor de ouro monetário. Outrossim, justamente a partir deste momento, e a correspondência não é evidentemente fortuita, as informações pela primeira vez emanadas, inclusive de autores ocidentais, acerca da produção aurífera africana, tornam-se menos místicas e geograficamente mais precisas, ao menos relativamente.

No norte, sobretudo a partir do século X, a amoedação pelo poder torna-se a regra; isso resulta parcialmente das crescentes pretensões pela hegemonia territorial dos poderes muçulmanos do Ocidente, dos progressos em sua administração, mas, igualmente, da situação econômica global de todo o Ocidente. O comércio apresenta-se, anual por obrigação de monetarização, estimulado pelas dinastias que batem o ouro, na África setentrional e, em seguida, na Espanha: os governadores aghlábidas da Ifrīkiya, no século IX, os fatímidas da Ifrīkiya, no século X, os umayyades da Espanha, no século X, os fatímidas no Egito, após 970, os zíridas da Ifrīkiya e, depois, os almorávidas. Bem entendido, é sobretudo quando as dinastias fatímida, umayyade e, em seguida, almorávida tomam a cargo a amoedação, a qual o Ocidente muçulmano não oferece precedente quantitativamente, que o caráter vital do comércio transaariano torna-se evidente.

Ao final do século VII, os soberanos umayyades do Oriente pretenderam oferecer à comunidade, da qual eles eram os califas, moedas conformes à nova religião e economicamente fortes. O mundo muçulmano viveu, durante dois séculos, com base na noção teórica de uma unidade ideológica da moeda, cunhada em nome do único califa reconhecido e reinante em Damasco, depois em Bagdá. A moeda é, portanto, para um muçulmano, e como atesta no século XIII um texto de al-Makrīzī, um evidente fenômeno econômico, mas, igualmente, equivale ao índice de uma determinada percepção do poder.

A cunhagem das moedas é, no mundo muçulmano tanto quanto na tradição romana, um direito real que os soberanos logram, em certa medida, fazer duramente respeitar. Esse monopólio da cunhagem nada tem a ver com a cotação legal das moedas cunhadas, haja vista que os símbolos recebidos para as transações permanecem no âmbito do acordo entre os trocadores; é evidentemente mais cômodo ter recurso a peças que inspiram confiança em virtude da honestidade da cunhagem. Esta última, direito real e provedora dos símbolos das relações fiscais entre o poder e os seus dependentes, pode igualmente, e portanto, na melhor das hipóteses, ser admitida como um bom árbitro das transações econômicas; ela proclama, neste caso, a glória e a honestidade de quem a ordenou e proclamou, nos flancos das peças, a glória de Deus, do seu profeta e da dinastia reinante.

Os fatímidas, com a sua política para o ouro, abalaram essa situação: o século X acompanhou a abertura das oficinas de cunhagem do ouro em regiões do mundo muçulmano onde não antes houvera, sob estrita vigilância das duas dinastias rivais, os fatímidas da Ifrīkiya e os umayyades da Espanha. Rivais dos abássidas do Oriente, proclamando a decadência do califado destes últimos e, igualmente, a sua intenção de reunificar o mundo muçulmano que os abássidas conduzem ao desalento, os fatímidas obrigam-se, ideologicamente, a cunhar o ouro. Os precursores no Islã, eles ousaram cunhar peças "califais" em ouro contra o poder até então reconhecido; as peças expressam a potência e a glória do novo poder. O certame não é de fácil disputa. Embora a cunhagem abássida esteja muito enfraquecida, conquanto a sua qualidade se tenha tornado medíocre, a cunhagem daqueles que governam o Egito em nome dos abássidas ainda merece alto valor em ouro: é necessário, portanto, para impor uma moeda de ouro fatímida, que ela inspire uma confiança ao menos igual àquela dos egípcios. Notoriamente, as necessidades em ouro dos fatímidas estão triplamente motivadas, pela ideologia, pelo realismo político e pelo realismo econômico. A sua cunhagem reveste-se, por conseguinte, para a história das relações econômicas africanas, de uma importância sem precedentes. Ela inaugura no Ocidente muçulmano, outrossim, uma guerra ideológica pela moeda que jamais cessaria em sua posteridade.

Os pontos do tráfico transaariano, séculos IX-XI. [Fonte: J. Devisse.]

O estudo da cunhagem fatímida mostra que, tão logo eles superaram as graves dificuldades de meados do século X, os califas mantiveram a preocupação de cunhar moedas de excelente qualidade, assim constituindo, a um só tempo, uma reserva de metal precioso e um capital internacional de credibilidade: nesse aspecto, há uma política global ainda não tão cuidadosamente estudada quanto devido. Após 953 e, sobretudo, 975, os dinares cunhados em nome dos fatímidas, em Sidjilmāsa ou Mahdiyya, são demandados pelos comerciantes até no Oriente, em virtude da sua excelente qualidade.

Os fatímidas transformaram o eixo Sidjilmāsa-Gana, ao menos durante dois séculos, na principal via de acesso ao ouro do Sudão, na artéria de irrigação da sua cunhagem em ouro, assim como, da constituição do seu tesouro de guerra. Durante a sua permanência na Ifrīkiya, após o fracasso de Abū Yazīd, eles cunharam peças que inspiraram a confiança dos mercadores.

Entretanto, a luta feroz que trava o terceiro califado a partir de Córdoba contra a hegemonia fatímida, os sucessos alcançados pelos agentes cordoveses, após a partida dos fatímidas para o Egito, o desvio do ouro rumo à Espanha ou, ao menos, para o Magrebe ocidental, a transferência da oficina de Sidjilmāsa para os ummayyades, mostram que, na primeira década do século X, o mais tardar, e sem em nada mudar a demanda anual por ouro, os beneficiários desse fluxo deixaram de ser os fatímidas.

Os dez últimos anos do século X marcam uma profunda mudança na cunhagem em ouro na esfera ocidental muçulmana, com a ascensão da cunhagem espanhola e o início de um despertar sem precedentes das regiões da África Ocidental, as mais próximas do Atlântico, para a circulação internacional.

O episódio umayyade seria ainda mais breve que o fatímida; entretanto, ele evidentemente manteve a pressão de uma forte demanda sobre a produção do ouro africano e sobre a circulação transaariana. Os *reyes de taifas* igualmente cunharam, mal e dificilmente, um pouco de ouro. Porém, a verdadeira conversão aconteceria posteriormente, com os almorávidas. Basta-nos aqui reter aquilo tocante à cunhagem e à economia almorávidas para mostrar que esta última etapa do nosso período é, provavelmente, a mais brilhante e importante para a história das relações transaarianas; todavia, ainda mais mal conhecida, por várias confluências de aspectos.

Em matéria de gosto e bases alimentícias, quase nada mudou, entretanto, nesse período. O norte, limitado pelas possibilidades de exportar para o sul o cultivo das suas plantas de subsistência, o trigo e as tâmaras, bem como dos seus hábitos alimentícios, exporta para os "expatriados", mercadores instalados ao sul do deserto, a preços elevados, os produtos do norte que eles demandam.

As tâmaras conheceram, na esfera das transferências, um sucesso mais duradouro que o trigo. Portanto, em nada surpreende que, em absoluto, tudo o que se reproduzia no norte em matéria de técnicas agrícolas, progressos de grande importância, tenha ganhado o sul, onde os perfis agrícolas, bem adaptados ao *habitat*, estavam há muito estabilizados.

O desenvolvimento das relações transaarianas, a forte demanda por ouro ou couro em direção ao norte, a mais restrita demanda de produtos do norte, rumo ao sul, excetuando-se o sal, provavelmente não provocaram, até o século VII, profundas transformações nos modos de vida culturais dos povos do norte e tampouco do sul.

Pode-se atualmente estimar que elas tampouco sejam responsáveis pelas grandes e essenciais transferências tecnológicas, por exemplo, no que tange aos metais, ou porque estes últimos são muito anteriores, ou porque o sul tenha encontrado os seus próprios meios para a produção de metais há muito tempo.

Quais teriam sido, finalmente, as consequências da melhora nos intercâmbios transaarianos para os Estados?

Ao sul, evidentemente, seja pela conversão ao Islã, seja pela necessidade econômica de uma construção de Estado, algo ganhou corpo, com mais força no Takrūr, em Gana, provavelmente em Gao e talvez alhures, que fortalecesse os poderes, conferindo-lhes relevo, força e nova legitimidade. No norte, o ouro permitiu, não é duvidoso, a construção de aparelhos de Estado muito mais fortes que outrora. Os fatímidas, os umayyades, os almorávidas, sobretudo, extraíram desse ouro uma potência que fundamentou a sua independência e a sua expansão. Pode-se, ainda mais, atribuir ao enriquecimento dessas dinastias pelo ouro, especialmente da última e particularmente no Marrocos, o florescimento de uma arte excepcionalmente brilhante e original. O Ocidente muçulmano ganhou, em dois séculos, uma face de considerável importância, inclusive para a história interna do mundo muçulmano.

A região do Chade na qualidade de entroncamento

Zona de savanas, a região do Lago Chade é habitada, desde antes da Era Cristã, por povos pastores e agricultores. Ao norte, onde a savana transforma-se lentamente em deserto, é o elemento nômade que prevalece, embora igualmente encontrem-se oásis povoados por sedentários. Ao sul, sobretudo nas margens dos rios que deságuam no Lago Chade, predominam as culturas de sedentários. A desertificação do Saara e o progressivo enxugamento do Lago Chade levaram povos de toda parte a se aproximarem do leito diminuído deste último. A

reunião dessas populações de regiões desertificadas e os seus esforços realizados para a adaptação, a evolução do *habitat* e das condições materiais constituem o pano de fundo diante do qual se desdobra a história da região.

As poucas indicações, procedentes da arqueologia do ferro, mostram que antes da fundação do Kānem, a região do Lago Chade esteve mais marcada por clivagens e desenvolvimentos desiguais que por fatores de unificação.

A primeira menção ao nome Kānem nas fontes escritas deve-se a al-Ya'kūbī, que escreve em 258/872. Esse autor ensina-nos que em sua época o Kānem estava sob domínio de um povo de nome zaghāwa. O domínio dos zaghāwa no Kānem não chegaria ao seu final senão aproximadamente em 468/1075, quando uma nova dinastia, aquela dos sefūwa, toma o poder no quadro do mesmo Estado, expulsando os zaghāwa para o leste, rumo a uma região onde nós os encontramos ainda nos tempos atuais.

A mais verossímil hipótese sobre a fundação do Kānem consiste em supor que um pequeno grupo migratório, em razão de um violento conflito, tenha desencadeado a edificação de um Estado, em uma região onde as técnicas do ferro eram conhecidas desde o século IV da Era Cristã e onde a posse de cavalos não tão somente era sinal de elevadíssimo prestígio, mas, igualmente, a garantia de uma combatividade superior. Sem dúvida, dispondo de armas de ferro e tirando proveito dos intercâmbios, ainda rudimentares, com o mundo exterior, este grupo – os zaghāwa, indiscutivelmente – impôs-se progressivamente perante as populações de pastores e agricultores, habitantes da região situada a sudeste do Kawār, entre o Lago Chade e o Bahr al-Ghazāl, região posteriormente chamada Kānem. Provavelmente, a aristocracia dominante dos zaghāwa, quanto a ela, não se reconstituiria senão posteriormente, embora segundo esta hipótese os zaghāwa possam não ter em seu conjunto tido uma identidade étnica distinta dos principais grupos de agricultores e pastores, sobre os quais se estendia o seu domínio inicial. Aparentemente, não seria senão em uma fase ulterior, muito posterior, que diversos grupos étnicos teriam sido integrados no quadro de uma mesma estrutura estatal.

Na realidade, tudo leva a crer que a noção referente a zaghāwa, tanto quanto aquela tocante a Kānem, compreende uma mesma realidade: a primeira menção dos zaghāwa, remontando ao início do século II/VIII, aparenta perfeitamente indicar que o grande Estado, na desembocadura sul do eixo central saariano, já existia nessa época. Caso seja verdade, por outro lado, que no século VII/XIII os tradicionalistas autóctones do Kānem tivessem conhecimentos muito extensos acerca das genealogias reais e se encontrarmos vestígios destes conhecimentos no "Dīwnān" e nas indicações transmitidas por al-Makrīzī, no início do século

IX/XV, podemos inclusive situar o início do Estado do Kānem em uma época ligeiramente anterior à hégira. A expedição de 'Ukba ibn Nāfi', nos primórdios da conquista árabe, rumo ao Kawār, é reveladora da importância das trocas norte-sul nessa região. O regulador destes intercâmbios era, sem dúvida, um Estado sudanês fora do alcance dos árabes.

No Kānem, configurou-se nessa época outra evolução que tem a sua importância: o progresso da sedentarização e o nascimento de pequenas cidades. Al-Ya'kūbī, ao final do século III/IX, escreve em todas as letras que os zaghāwa não tinham cidades. Escrevendo mais de um século depois, al-Muhallabī, em contrapartida, cita os nomes de duas cidades, Mānān e Tarāzakī. Mas não seria senão na primeira metade do século VII/XIII que, sob o Reino de Dūnama Dībalāmi (aproximadamente 607/1210-646/1248), os elementos sedentários tomariam definitivamente a dianteira. Esta evolução progride em paralelo com o progresso da islamização.

As fontes escritas fornecem muito pouca informação diretamente ligada ao crescimento do Islã no Kānem ou nas regiões vizinhas, restando-nos estarmos reduzidos a empregar elementos informativos díspares para formular uma ideia mínima acerca do processo, primeiramente, da conversão dos reis da antiga dinastia, em seguida, da queda dos zaghāwa e o advento dos sēfuwa. No tocante aos primórdios do Kānem, muito bem estabelecido está que o Islã não desempenhou papel algum na fundação desse grande Estado sudanês, e tampouco nas primeiras fases do seu desenvolvimento. No Kawār, extremo norte da região do Sudão central, o Islã fez uma breve aparição com a expedição de 'Ukba ibn Nāfi', pouco após a metade do século I/VII, porém, sem aparentemente deixar marcas profundas. Somente a partir do século II/VIII, quando os berberes do Fezzān e aqueles do Kawār converteram-se massivamente, o Islã penetrou nas regiões mais meridionais.

À imagem de muitas cabilas berberes, os habitantes do Fezzān primeiramente adotaram uma forma heterodoxa do Islã, o ibadismo, associando-se assim à causa dos kharidjitas. Situado na desembocadura norte do eixo das caravanas do Saara central, o Fezzān controlava o essencial das trocas comerciais entre a região do Lago Chade – e *a fortiori* os oásis do Kawār – e o mundo muçulmano do Mediterrâneo. Portanto, era assaz provável que a primeira forma do Islã, difundida ao Sul do Saara por comerciantes berberes, fosse precisamente o ibadismo.

No Fezzān, a situação muda no início do século IV/X, quando a nova dinastia dos banū khattāb chega ao poder; a partir desta época, os geógrafos árabes não mais fazem menção às crenças heterodoxas dos berberes fezzaneses e, muito provavelmente, a mudança política igualmente provocou uma reorientação reli-

giosa. Isso não implica forçosamente que, mais ao sul, a passagem do ibadismo para o sunismo se tenha operado com a mesma rapidez, embora em prazos mais longos a resistência kharidjita viesse a estender-se igualmente neste território. Na realidade, nada de muito preciso pode ser dito sobre esse tema, e notaremos que al-Ya'kūbī – que no entanto atesta a existência do ibadismo em Zawīla (capital do Fezzān) – contenta-se, em respeito aos habitantes do Kawār, em observar que eram muçulmanos: "Além de Zawīla, a quinze dias de caminhada, encontramos a cidade (*madīna*) chamada Kuwwār, a qual habita uma população muçulmana composta de diferentes cabilas. Em sua maioria são berberes. Eles traficam escravos [*sūdān*]".

Desse texto, sobressai claramente que, na segunda metade do século III/IX, o Kawār era habitado por berberes; a sua atividade principal aparenta ter sido o comércio de escravos. As outras populações mencionadas eram, ao que tudo indica, sudanesas, talvez já indivíduos tubu, os quais atualmente lá vivem juntamente com populações kanuri. A maioria dos escravos, trazidos ao Fezzān pelos comerciantes berberes do Kawār, sem dúvida provinham do Kānem, onde o rei dos zaghāwa "transformava em escravo quem ele quisesse, entre os seus sujeitos".

Porém, desde essa época, os reis do Kānem aparentam ter mantido relações diplomáticas com os Estados muçulmanos da África do Norte. As fontes disponíveis contêm as seguintes informações: Ibn Khattāb, governador de Zawīla, recebeu em 382/992 um presente de um dos países do *Bilād al-Sūdān* cujo nome não está especificado, porém, em razão da posição geográfica de Zawīla, podemos supor que se tratava de Kānem.

As relações comerciais com os países da África do Norte e os frequentes contatos com os comerciantes muçulmanos não podiam perdurar por muito tempo sem que o Islã fizesse progressos consideráveis na circunvizinhança do rei e em algumas camadas da sua população. Sem dúvida, não se deve criar uma imagem da progressiva islamização do Kānem como um processo contínuo de crescimento: teria sido surpreendente caso o rei e a aristocracia zaghāwa não tivessem tentado frear um movimento passível de abalar a ordem econômica sobre a qual estava fundado, ao menos parcialmente, o seu poder.

Pode-se entrever na brevidade dos últimos reinos zaghāwa o sinal de uma profunda crise: ao termo de um longo período de incubação, as forças crescentes do Islã provocavam, na fase decisiva, primeiramente a desestabilização do antigo regime, antes de conduzirem a uma mudança política extremamente radical.

Foi demonstrado que o movimento de islamização do Sudão central começou pela conversão dos habitantes do Kawār, os quais em seguida seriam os principais agentes da expansão do Islã no Reino dos zaghāwa. À época de Hummay

(aproximadamente 467/1075-478/1086), o movimento de lenta penetração do Islã nas diferentes camadas da população durara ao menos dois séculos. Com o passar do tempo, as autoridades políticas não podiam permanecer indiferentes a esse processo, pois ele traria ameaças ao poder absoluto do rei sobre os seus súditos e contribuiria, simultaneamente, para enfraquecer a posição da aristocracia zaghāwa. Vimos que o rei se beneficiava, ao que tudo indica, do monopólio na aquisição dos escravos. Os comerciantes berberes, quanto a eles, tinham indubitável interesse em quebrarem o monopólio real, para terem um acesso mais direto às fontes de abastecimento. No tocante A aristocracia zaghāwa, aparentemente, podemos considerá-la na qualidade de intermediária do poder real junto ao povo. Os diferentes povos integrados ao reino tinham, em contrário, interesse em adotar o Islã com o objetivo de prevenirem-se contra o arbítrio do poder. Ao final do século V/XI, o Islã todavia permanece confinado aos círculos estreitos da corte real e aos membros da aristocracia, não seria senão muito posteriormente, à época de Dūnama Dībalāmi (aproximadamente 607/1210- 646/1248), que o Islã, transformado em instrumento de uma política expansionista, seria capaz de ultrapassar o abismo que separava a aristocracia dominante dos povos dominados, tornando-se desse modo uma religião popular.

Hummay toma o poder no Kānem aproximadamente no ano 468/1075. Na mesma época, o movimento berbere dos almorávidas, no Saara ocidental, ganha expansão rumo ao Sul, conquista o Reino de Gana e nele implanta uma dinastia muçulmana. Mais a leste, o movimento almorávida conduziria, um pouco mais tarde, ao estabelecimento de uma nova dinastia muçulmana no Reino de Kāw-Kāw (Gao), na margem oriental do Níger. Não é descabido imaginar que o movimento dirigido por Hummay, no Sudão central, tenha sido uma das consequências da efervescência religiosa presente em um contexto econômico diferente, em meio aos berberes ocidentais. Porém, contrariamente às novas dinastias do Sudão Ocidental, os sēfuwa do Kānem foram integrados ao contexto africano, assegurando a continuidade da tradição estatal da qual eram os herdeiros; um século e meio após a sua tomada do poder, os reis sēfuwa tudo realizam para provocar o esquecimento da sua verdadeira origem e associam-se diretamente aos seus predecessores zaghāwa. O peso das estruturas estatais finalmente impor-se-ia com maior força perante as tendências particularistas.

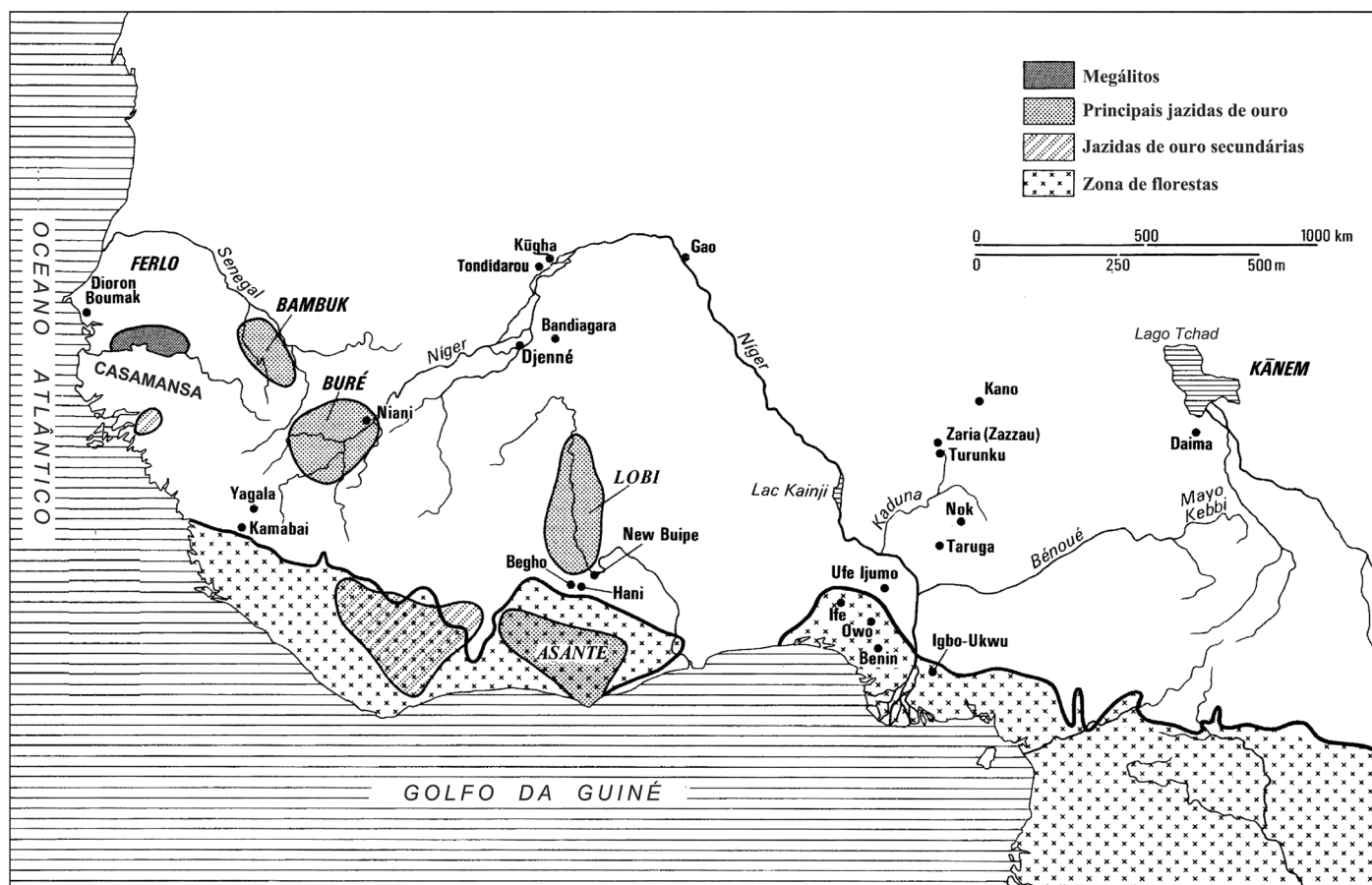
A zona guineana: situação geral

O período que nos ocupa está marcado por uma mudança fundamental: a passagem de uma economia fundada na caça, na coleta e na pesca para um modo de

vida assentado na agricultura e na criação de animais – ou, ao menos, dominado por elas, pois mesmo nos sistemas agrários plenamente desenvolvidos, a caça, a coleta e a pesca continuaram a fornecer uma parte importante da alimentação. Essa transformação que afetou a zona guineana não deve ser imaginada como uma ruptura brutal com o passado, na qualidade de uma prática totalmente nova e subitamente introduzida nessa região da África, à imagem do reproduzido em muitas outras regiões no leste e ao sul do continente. Tratou-se de uma transformação progressiva e proporcional em relação aos diferentes tipos de alimentos. A partir do momento em que o homem sistematicamente expandiu a cultura dos cereais, eles começaram a sofrer modificações genéticas. Daí derivou o processo de "domesticação" dos cereais e o seu aprimoramento, destinados a satisfazer as necessidades do cultivo, da colheita e do consumo humanos.

Os principais cereais da savana eram o milheto (*Pennisetum americanum*), o sorgo comum (*Sorghum bicolor*) e duas variedades de "fonio" (*Digitaria exilis* e *D. iburua*). No Fouta Djalon, uma gramínea selvagem (*Brachiaria deflexa*) fora aclimatada e o arroz africano (*Oryza glaberrima*) predominava na parte ocidental da zona guineana. Nas savanas do sul e nas florestas do leste, o inhame africano aclimatado formava a base da alimentação (particularmente, *Dioscorea cayanensis* e *D. rotundata*). É possível que a combinação dos alimentos obtidos a partir de inhames e dendezeiros com as proteínas extraídas dos peixes, das cabras, dos rebanhos de pequenos animais e dos animais da mata (incluídos os moluscos) expliquem em parte o povoamento do sul da Nigéria.

Por volta do século VII, a frequência do gene portador das hemácias falciformes teria fornecido às populações uma boa proteção contra o paludismo (malária); embora deva-se dizer que, inicialmente, a introdução dos métodos e do modo de vida agrícolas teria aumentado a incidência dessa doença.

Portanto, nós podemos imaginar, no início do período que nos interessa, uma população muito disseminada de agricultores reunidos em vilarejos. Em alguns casos, a densidade populacional e a ecologia da região tornavam possíveis assentamentos permanentes, perenes durante várias gerações. Em outras regiões, as necessidades alimentares alcançavam tamanha proporção que era menos custoso transferir o vilarejo para uma localidade virgem ou que não fora cultivada há algum tempo, comparativamente a buscar terras suficientemente férteis a distâncias sempre maiores do vilarejo, desse modo, desenvolveu-se o sistema de cultivo de longa rotação, atualmente encontrado por toda parte. Onde os vilarejos mantiveram-se por gerações e onde as casas em adobe foram reconstruídas em intervalos de dez ou vinte anos sobre os restos daquelas que as precediam, o nível do vilarejo elevou-se sobre o nível do solo e formou-se um montículo.

A zona guineana: lugares mencionados no texto (Fonte: T. Shaw).

Os agricultores utilizavam o ferro, fundido nessa época no conjunto da zona guineana. Em algumas partes dessa zona, a redução do minério de ferro era praticada já há um milênio. As datas fornecidas pelo carbono 14 para o sítio de Taruga, ligado à "cultura de Nok", indicam que a redução do ferro lá era praticada ao menos desde o século IV antes da Era Cristã. Um sítio metalúrgico foi escavado na localidade de Hani, em Gana, e a datação, obtida pelo mesmo método, do carvão lá encontrado em associação com escórias e fragmentos de dutos e de fornos, situá-lo-ia no segundo século da Era Cristã.

A despeito da difusão desigual da metalurgia do ferro, podemos considerar seguro que ela tenha estado muito difundida aproximadamente no início do período que nos ocupa; ao final do mesmo período, deveriam subsistir raras ilhas tecnológicas da Idade da Pedra, embora seja possível que algumas ferramentas líticas ainda tenham sido utilizadas.

Sem dúvida, uma das mais importantes consequências da difusão do ferro foi aumentar o rendimento da produção agrícola. As enxadas de ferro e as ferramentas de desmatamento teriam facilitado a constituição dos excedentes agrícolas que autorizam uma maior divisão do trabalho, uma especialização artesanal e, finalmente, o desenvolvimento das cidades e a manutenção de uma corte real ou sacerdotal. É possível que o processo tenha sido lento e não foi necessariamente a "pressão demográfica", resultante do modo de vida agrícola, a causa ou mesmo uma das causas, da evolução rumo à formação dos Estados.

Estabeleceram-se, por outro lado, sistemas de trocas locais fundados nos excedentes de certos produtos e a partir das especializações artesanais. As diferenças ambientais favoreciam o desenvolvimento desses sistemas de trocas, pois era possível trocar os produtos de um lugar por aqueles de outro.

Essas redes de troca podem ter desempenhado um papel não desprezível na criação de um poder centralizado, haja vista que, se acrescentarmos a riqueza suplementar extraída do comércio longínquo, o chefe, detentor do controle sobre os recursos trocados, dele extraía uma potência descomunal, se comparada com aquela anterior. Esse processo, sem dúvida alguma, equivale a um dos mais importantes acontecimentos produzidos na Guiné durante o período que nos interessa, enquanto os tentáculos do comércio transaariano, mais desenvolvido, começaram a se articular com as redes de troca já existentes. Essa expansão da rede comercial não provocaria o abandono dos sistemas locais de troca existentes: tal como mostramos em relação a uma das regiões, o desenvolvimento dos mecanismos comerciais tende a ser aditivo, muito mais que sequencial.

À imagem da agricultura e da fundição do ferro, as redes de troca seguiram, indubitavelmente, um desenvolvimento desigual. Nas localidades em que as tro-

cas eram pouco desenvolvidas, faltava um dos motores da centralização do poder e da formação de um Estado, situação que preservou numerosas sociedades sem Estado, no oeste africano.

Um dos mais interessantes testemunhos acerca da concentração de uma determinada forma de riqueza e de certa centralização da autoridade social e política, provavelmente associadas, é-nos oferecido pelos megálitos da Senegâmbia, datados dos séculos VII e VIII. Essa região é notável pelo número dos seus monumentos megalíticos. A sua distribuição segue bem de perto as bacias do médio e alto rio Gâmbia, do Saloum e dos seus afluentes. Contou-se nessa região mais de 28.000 grandes pedras erguidas. Em somente um sítio (Sine-Saloum), encontramos cerca de 900 pedras, dispostas em 54 círculos. Os círculos compõem-se de aproximadamente 10 a 24 pedras erguidas, a altura dessas últimas acima do solo variando de 50cm a quase 3m.

É interessante questionar acerca do que teria permitido mobilizar tal volume de esforço humano para talhar, transportar e erigir esses milhares de pilares em pedra.

Caso os megálitos da Senegâmbia sejam efetivamente anteriores ao comércio árabe e, contudo, devam a sua existência a uma exportação de ouro rumo ao norte, talvez se devesse considerar as populações berberes do deserto como os intermediários do comércio com a África do Norte bizantina. A existência de tal comércio ajudaria a explicar a relativa rapidez mediante a qual os árabes estabeleceram relações comerciais com o Sudão Ocidental, após terem-se instalado solidamente na África do Norte.

Ao norte da zona dos megálitos e no Vale do Senegal existe uma zona de grandes túmulos, dentre os quais alguns revelaram potes cerâmicos comparáveis aos dos megálitos. Computou-se mais de 4.000 e a sua escavação revelou, como no tocante aos megálitos, múltiplas sepulturas. Essas últimas continham uma profusão de objetos funerários, incluindo pérolas de ouro e cornalina, ornamentos em ouro e cobre e armas de ferro, assim como recipientes de cobre, obra de artesãos, denotando relações de troca com o norte. Conquanto tenhamos, no presente, uma datação pelo carbono 14 correspondente ao século VIII para um dos túmulos mais meridionais, a maioria deles é considerada do século X.

Outros sítios a serem destacados são Igbo-Ukwu e Ife. A questão da "ascensão" de Ife, em particular, deve ser relacionada a uma questão mais ampla que intrigou bom número de escritores, a saber, aquela tocante às origens do urbanismo no país ioruba.

Pode-se considerar que, durante o primeiro milênio da Era Cristã, as florestas da Nigéria tenham sido progressivamente ocupadas por populações praticantes de uma agricultura baseada no inhame e no dendê; nas terras da savana

situadas imediatamente ao norte da floresta, os produtos cultivados eram provavelmente o inhame, o sorgo comum e, em algumas regiões, o arroz africano; nas savanas setentrionais, o inhame teria sido substituído pelo milheto. Ao longo de aproximadamente 30 gerações, a supressão dos matagais e a produção agrícola teriam ganho em eficácia, graças à utilização de ferramentas em metal, fabricadas a partir do ferro produzido *in loco*. Conquanto as pesquisas de campo e as escavações não estejam suficientemente expandidas no país ioruba, a ponto de permitir uma confirmação arqueológica desses dados, 6 datações com carbono 14 de objetos, referentes a dois sítios de Ife, atestam a presença de uma população entre os séculos VI e X da Era Cristã.

Ife estava situada na saliência setentrional da floresta e encontrava-se no coração de uma região ecologicamente muito variada. Estabelecida em terras férteis da floresta, Ife estava nas proximidades das savanas, em direção ao norte, do litoral, ao sul, assim como do Vale do grande rio (o Níger) e de vários cursos d'água de menor importância que corriam rumo ao sul, para o Atlântico.

Podemos portanto notar como Ife pôde transformar-se em centro religioso, sendo o *oni* considerado um personagem sagrado, recebendo tributos e direitos de pedágio sobre o comércio local e investido de um poder de comando, em virtude da sua proeminência no sistema religioso. Tamanha centralização da autoridade ritualística e sobrenatural abria caminho para o exercício de uma supremacia econômica e de um verdadeiro poder político. Igualmente, Ife estava em boa posição para tirar partido das pressões comerciais do norte, quando essas últimas começaram a se manisfestar. É verossímil que os escravagistas do norte tenham sido confrontados com a tarefa menos fácil na floresta; as emboscadas eram mais praticáveis e os vilarejos estavam em melhor condição de se proteger. Os "buscadores" de escravos acharam, portanto, mais prudente comprá-los das autoridades locais que capturá-los. Posteriormente, os escravagistas do Atlântico agiram da mesma forma nos limites litorâneos da floresta.

À escravatura comercial acrescentou-se a servidão doméstica e o comércio multiplicou a riqueza e o poder do *oni* e do seu *entourage*, consequentemente crescente e em desenvolvimento. Para as sociedades africanas, desprovidas de produtos naturais exportáveis e atraentes como o ouro, porém, nas quais um processo de centralização estava em curso, os escravos constituíam o melhor artigo de exportação.

Caso localizemos no século XII o início do apogeu da antiga Ife, há coincidência com a data provável da penetração em país ioruba dessas demandas comerciais dos países do norte, das quais ela soube tirar proveito. Talvez o

Império do Mali estivesse demasiado distante para fornecer esse estímulo e seria então necessário voltar-se para os primeiros Estados hauçás, cuja ascensão é, em grande parte, devida a fatores econômicos.

A zona guineana: os povos entre o Monte Camarões e a Costa do Marfim

As descobertas arqueológicas realizadas nos sítios de superfície e túmulos (Ife, Benin, na Nigéria), tanto quanto naqueles profundos (Asokrochona, Kintampo, Ntereso, em Gana; Grutas de Ugwuelle-Uturu, Iwo Eleru e d'Afikpo, na Nigéria) indicam que o litoral e a floresta da baixa Guiné, atualmente ocupados por povos falantes das línguas kwa e benoue-kongo, foram por muito tempo ocupados por camponeses e, antes desses últimos, há vários milhares de anos, por caçadores. Conquanto os dados arqueológicos e linguísticos (glotocronológicos) permitam supor a existência de um laço físico e, de certo modo, cultural entre os primeiros habitantes da região e os atuais ocupantes, falta precisar-lhes a natureza. Com ainda maior ênfase, pois que certos mitos de origem tendem a mostrar que os atuais habitantes ter-se-iam instalado na região em data relativamente recente.

Os dados histórico-geográficos, além disso, tendem a mostrar que a floresta já povoada constituiu um obstáculo à penetração de povos vindos ulteriormente. Assim sendo, não houve migrações em massa mas, antes, incursões limitadas a pequenos grupos que, inclusive quando exerceram grande influência cultural, provavelmente foram absorvidos linguisticamente e, por vezes, fisicamente pelas populações locais.

Um dos marcos principais na evolução cultural das populações da Gold Coast é o início e o desenvolvimento da metalurgia do ferro. A sua adoção foi crucial para a passagem da economia camponesa e isolacionista para uma economia caracterizada por um nível tecnológico muito elevado, uma agricultura extensiva, indústrias e artesanatos diversificados e sistemas comerciais e sociopolíticos complexos. Os mais remotos sinais da tecnologia do ferro provêm de Begho (+105 ±255) e de Abam, Bono Manso (+290 ±350). As escavações realizadas permitiram encontrar vestígios de fornos, escórias e artefatos cerâmicos, assim como o carvão de madeira posteriormente datado.

As pesquisas efetuadas em Begho revelaram que a localidade era essencialmente de cultura brong, com sinais notáveis de influências externas. Bima

e Bofe eram outros dois grandes centros comerciais da mesma região, sem dúvida contemporâneos de Begho, devedores da sua prosperidade, em larga medida, ao comércio do médio Níger. Antes de tornar-se uma cidade, Begho (Bew) conhecera uma fase agropastoral cujo início remonta a 3500 anos, e reunira sociedades numericamente importantes que utilizavam ferramentas do tipo neolítico kintampo. Vestígios de potes cerâmicos levam a pensar que antes da metade do segundo milênio da Era Cristã (sobretudo nos séculos XI e XII), as populações estabelecidas proximamente a Begho (na época pré-urbana de Begho) pertencessem essencialmente ao grupo indígena dos bono.

Os seus habitantes exploravam as terras férteis desde o século II da Era Cristã e cultivavam o inhame e o dendê, aos quais viriam em seguida a acrescentar o sorgo e o milheto. Aos brong (akan) dos primórdios, paulatinamente integraram-se povos de língua voltaica e de língua manden, praticantes de atividades diferentes.

Begho realmente começou a existir como centro comercial no século XI, no entanto, não atingiu o seu apogeu senão no século XIV. Aparentemente, ela teria então compreendido até 500 grupos de habitações e 5 mil habitantes. Ela era constituída de 500 bairros distintos, dentre os quais o maior, bairro brong, estendia-se nitidamente por mais de 500 m. As terras cultivadas eram bem mais extensas.

Embora muito heterogênea, a população de Begho era provavelmente em sua maioria autóctone (brong e pantera). Acerca da natureza dessa sociedade, possuímos não mais que as informações que pode fornecer o estudo da vida tradicional dos akan dos tempos atuais. A tradição pretende que tenham existido escravos domésticos e um dinâmico sistema de clãs. Os objetos encontrados nas tumbas e as variadas formas de inumação atestam a diversidade de comportamentos religiosos.

Da mesma forma, no tocante a outros assentamentos antigos, não se sabe como Bono Manso (16km a norte de Takyiman) foi criada. Segundo a tradição oral, ela teria sido fundada aproximadamente no século V da Era Cristã por um grupo outrora habitante do sítio troglodita de Amuowi. Para Effah-Gyamfi, a expansão de Bono deve-se, sobretudo, à integração no seio de um Estado único de diversas chefaturas, já existentes por volta do final do I milênio. Bono Manso não era a primeira localidade importante da região, porém, ela foi a primeira a conquistar a supremacia sobre todas as outras, na qualidade de capital do Reino bono. Bono possui ricas jazidas de *atwet weboo* (nódulos de laterita dos quais se extrai o ferro). As pesquisas arqueológicas de fato permitiram descobrir ao menos 500 centros metalúrgicos aproxima-

damente equidistantes dos cursos d'água e dos riachos. Esses sítios datam um do século IV da Era Cristã, e os demais, provavelmente da época urbana. Todavia, como aquelas de Amuowi, as poucas peças cerâmicas encontradas no sítio julgado mais antigo são idênticas àquelas reveladas em Bono Manso nos primeiros depósitos, o que leva a crer que a área de Bono Manso já estivesse ocupada antes da fundação da capital.

Bono Manso igualmente encontrava-se na extremidade da savana e da floresta, situação que permitia intercambiar, no plano regional, os produtos de ambos os ambientes. No que tange ao comércio internacional, essa localidade era o limite extremo, ao sul, que os burros de carga podiam atingir sem prejuízos: tratava-se, por conseguinte, da zona de troca dos produtos estrangeiros com aqueles das regiões ao sul de Gana. A região de Bono Manso produzia, além do ouro aluvial, muito procurado pelos comerciantes mande, noz-de-cola. Não se encontrou, como em Begho, sinais de um bairro estrangeiro, o que significa que a população de Bono era mais etnicamente homogênea. Em Bono, o poder central igualmente regia as atividades comerciais, ao passo que em Begho, o comércio aparenta ter escapado da esfera política.

No país ioruba, as escavações arqueológicas limitaram-se até o momento a Ife e a Oyo, e somente a Ife urbana remonta ao período que nos interessa.

As lendas de origem e os resultados das escavações arqueológicas convergem e levam a acreditar que teria sido na região de Ife que os povos iorubas começaram a se manisfestar, sem dúvida possível, como etnia distinta. Outras fontes históricas confirmam que Ife ainda constitui o mais antigo centro ioruba conhecido, dirigido pelos *oni* que por muito tempo exerceram um poder espiritual sobre um vasto território. Finalmente, foi a partir de Ife que se disseminaram os fundadores de Oyo e cinco outras grandes cidades iorubas, assim como os sucessores da dinastia reinante no Benin, por volta dos séculos XIV/XIV-XV.

A tradição oral registra que a fundação de Ife resulta da vitória sobre um grupo autóctone de invasores denominado "igbo", possuidor da vantagem de ter armas de ferro. Independentemente da explicação sobre as origens de Ife, é indubitável que, entre os séculos VII e XI, Ife dominava cultural e politicamente os iorubas e os vizinhos bini. Foi possível datar com exatidão alguns bronzes de meados do século XI e, possivelmente, embora não esteja provado, que alguns dentre esses objetos de terracota sejam-lhes em muito anteriores. Recentemente, as descobertas arqueológicas ofereceram alguns dos elos faltantes para o conhecimento da história dos iorubas durante esse período crucial.

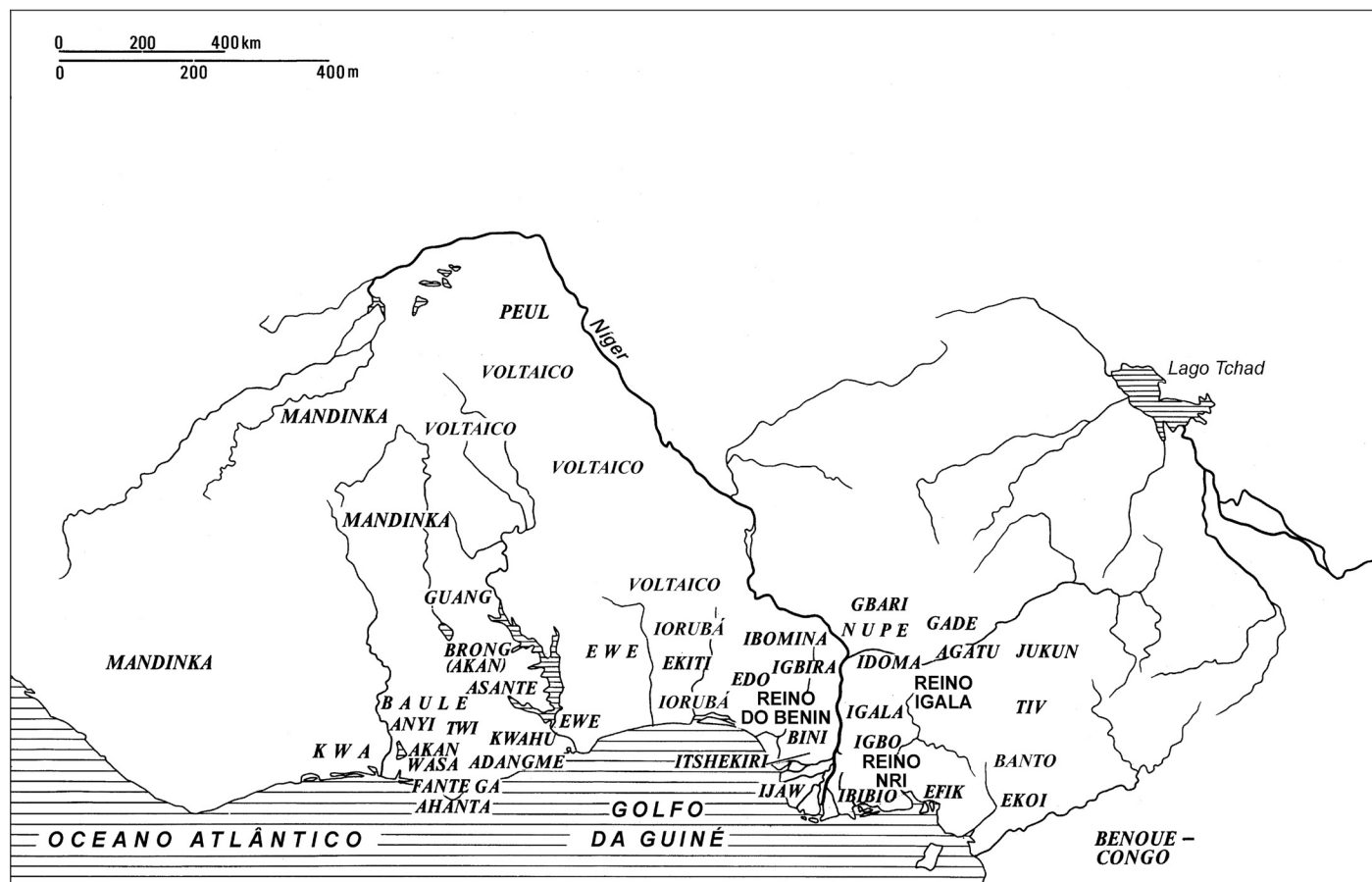
Cabeça de terracota proveniente de estatueta representando talvez uma rainha, revelada em Ita Yemoo, região de Ife, 23,1cm de altura (Fonte: © Frank Villett).

As descobertas arqueológicas, em larga medida confirmadas pela tradição oral, indicam a existência de três períodos na história de Ife. No curso do primeiro período, que remonta a -350, Ife não passava de um punhado de aldeias, treze segundo a tradição, situadas em uma região muito bem drenada do Vale de Ife e habitadas por camponeses. Durante o segundo período, correspondente à emergência da Ife medieval, as coletividades reunidas na região provavelmente possuíram uma estrutura social mais forte que aquela das aldeias autóctones dos primórdios.

Não sabemos se essa urbanização e as mudanças sociais, por ela autorizada a supormos, foram fruto de um livre acordo entre as coletividades ou se foram impostas do exterior; tampouco sabemos em qual data essas transformações ocorreram. Porém, foi possível datar o carvão de madeira das camadas medievais de Ife Yemoo, obtendo-se os anos 960, 1060 e 1160. Tratando-se, talvez, de vestígios dos primórdios de Ife, é muito provável que essas primeiras e cruciais peripécias da história da cidade e dos seus habitantes tenham ocorrido entre os séculos VII e XI. Ao que tudo indica, foi igualmente nesse período que foi criada a rede de rotas existente até os nossos dias, interligando a região a Ede, Old Oyo e Benin, passando por Ilesha.

A tradição escultural naturalista de Ife igualmente data, ao menos, de 969 ±130. Outrossim, encontram-se contas de vidro refinadas em Ife e Benin. Em Ife, a cerâmica de uso doméstico aparenta maior elaboração, comparativamente a Nok: a decoração, especialmente, mais variada, compreende incisões (linhas retas, zigue-zagues, pontos, desenhos curvos), polimento, pintura e gravura com roletes (com madeira esculpida e fios trançados). Igualmente utilizava-se, para a decoração, espigas de milho e rolos de argila.

Em Benin, as escavações arqueológicas mostraram que os muros de Benin são um entrelaçamento de aterramentos lineares, destinados a delimitar e não a fortificar. Elas igualmente autorizam a crer que, à imagem de Ife, a cidade de Benin teria, possível e originalmente, sido um agregado de pequenos grupos de habitantes próximos entre si, nas clareiras das florestas. Cada um desses grupos jurava fidelidade ao *oba*; conservando todavia as suas próprias terras, cercadas por um barranco e por um fosso. Benin era cercada por uma muralha interna e outra, mais antiga, externa. As escavações indicam que a muralha interna foi construída somente no século XIV e, mais provavelmente, em meados do século XV. Os recortes revelam que ela substituía outras estruturas e atravessava outros aterramentos anteriores.

A construção do cinturão externo é atribuída pela tradição ao *oba* Oguola, no final do século XIII, e os dado arqueológicos confirmam a sua anterioridade. Segundo estudos das ruínas de superfície, ela poderia inclusive remontar ao século XI. A envergadura dessas obras defensivas, especialmente do cinturão interno, implica a existência de um poderoso poder central.

Grupos linguísticos, povos e reinos mencionados no texto (Fonte: B. W. Andah).

Desse modo, a ascensão da cidade de Benin aparenta se ter devido, essencialmente, ao fato de um povo dominante da técnica do ferro ter sido capaz de explorar com sucesso os recursos do seu entorno ambiental. Conquanto essas origens sejam de difícil definição, Benin poderia datar do início do milênio passado. A complexa rede de aterramentos e muros lineares, atualmente conhecidos, leva igualmente a pensar que, à imagem de Ife, ela teria nascido mediante a progressiva fusão de vários vilarejos, ligados a um poder central, que foram definitivamente reunidos no seio de uma aglomerado urbano fortificado pelo *oba* Ewuare, no século XV.

Os primeiros bronzes nigerianos foram descobertos no país Igbo, a leste do Níger. No curso de escavações sistemáticas, cerca de 100 bronzes de aspectos diferentes foram revelados em Igbo-Ukwu, pequena cidade do norte do país, no sudeste da Nigéria, e em Ezira, 24km a leste de Igbo-Ukwu. Numerosos elementos iconográficos – temas florais circulares, crescentes e espirais duplas, águias com asas abertas – são encontrados na arte do sudoeste.

A sua presença em Igbo-Ukwu poderia prefigurar a tradição dessa região, haja vista que se avaliou o sítio do século IX da Era Cristã, ou seja, uma data anterior àquela de Ife, geralmente considerada como o berço da grande metalurgia nigeriana.

A cultura material de Igo-Ukwu, de Ife e de Benin é muito amiúde considerada como o apogeu da Idade do Ferro na região. Os resultados das escavações apresentam-nos povos possuidores de ferramentas e armas em ferro que lhes permitiam extrair da floresta grandes riquezas e aplicar com discernimento as suas concepções em matéria de urbanismo e de organização social e religiosa.

Essas cidades distinguiam-se das outras aglomerações pelo seu relativo tamanho, pela sua composição social, pela estruturação e por suas funções. Elas estavam muito mais estruturadas em torno de um núcleo central e eram mais povoadas. Paulatinamente, elas passaram a possuir diversos artesãos especializados, ocupados, em tempo integral ou quase, na produção de bens não exclusivamente destinados ao consumo local. A prática de diversas indústrias, tais como o trabalho em metal, a fabricação de contas e a tinturaria, tornar-se-ia rapidamente uma característica de várias cidades da África Ocidental. Numerosas dentre elas tinham grandes mercados, de posição estratégica e dispostos em intervalos próximos, em função dos recursos que faziam a sua prosperidade.

Os povos da Guiné superior (entre a Costa do Marfim e a Casamance)

A alta Guiné, aqui, é compreendida como a metade ocidental das terras litorâneas da África do oeste, entre o Rio Senegal e o Cabo das Palmas. A porção compreendida entre o Cabo das Palmas e Camarões é conhecida pelo nome de baixa Guiné. A costa da alta Guiné é, portanto, a parte meridional da região costeira do noroeste da África, que se estende do Estreito de Gibraltar até a Libéria. As unidades geográficas reconhecíveis na região são a Senegâmbia, a região de Serra Leoa-Guiné, entre a Casamance e o Cape Mount, e a região da Libéria, entre o Cape Mount e o Cabo das Palmas.

Os habitantes da região da alta Guiné pertencem a três grandes subgrupos linguísticos da família Níger-Congo: manden, oeste-atlântica e kwa.

Na região da Senegâmbia, as pesquisas arqueológicas mostraram que a zona dioula-wolof da baixa Casamance estava povoada desde o primeiro milênio da Era Cristã. Até +200, o povoamento era exíguo e composto de pequenos grupos acampados em dunas de areia baixas.

Aproximadamente em +300, os dioula exploravam a abundante fauna dos canais e dos mangues, além de provavelmente praticarem a agricultura – talvez um estágio avançado do cultivo do arroz. Muitos traços distintivos da cultura dioula já estavam presentes a partir do segundo período de ocupação identificável. Os grupos viviam em dunas de areia nos vales aluviais ou proximamente; como o fazem atualmente, eles colocavam os seus dejetos em lugares determinados. Os montes contêm fragmentos de cerâmica e outros refugos comparáveis àqueles da cultura material dos atuais dioula. Ignora-se se os dioula enterravam potes cerâmicos com os seus mortos, pois que nenhuma sepultura foi encontrada nesses sítios ou nas proximidades.

Há aproximadamente oitenta anos, descobriu-se na região da Senegâmbia vários grandes conjuntos de círculos de pedras (megálitos) ao norte do Rio Gâmbia. Os trabalhos arqueológicos mostraram que esses monumentos são cemitérios. Aparentemente, esses círculos de pedras eram originalmente muito mais elevados e recobertos de areia e laterita, além de as fileiras de círculos justapostos representarem necrópoles de dinastias de reis ou sacerdotes, ao passo que os círculos mais modestos eram aqueles de chefes ou sacerdotes locais. Poder-se-ia igualmente supor que a orientação para o leste das pedras em forma de Y e dos pares de pilares isolados fosse o indício de um culto ao sol.

Famílias linguísticas da África do oeste – mapa simplificado indicando algumas das principais línguas (Fonte: B. W. Andah).

Os potes cerâmicos extraídos desses megálitos aparentam ser do mesmo tipo que os materiais descobertos nos túmulos dos rao, dos sine e das regiões sahelianas do Senegal. Embora os círculos tenham anteriormente sido datados do século XIV, as novas escavações realizadas pela Universidade de Dakar na região do Sine-Saloum fazem-nos remontar a aproximadamente +1000.

Até o momento, mais de 4 mil outeiros foram descobertos, alguns atingindo 5m de altura e 40m de diâmetro. Aqueles que foram objeto de escavações revelaram numerosas sepulturas; em Diorn Boumak, contavam-se 41. Entre o mobiliário funerário profuso, encontraram-se grãos de colares em ouro e de cornalina, armas de ferro, ornamentos de ouro e cobre e, em uma tumba, um peitoral de ouro. Pode-se fazer remontar o surgimento de objetos de metal (ornamentos e outros objetos funerários) nessa região a um período que vai do século IV ao século VI da Era Cristã. Os grãos de colar de cornalina, entretanto, provêm de sítios datados de antes do século XI e constituem uma prova da difusão desse material, provavelmente originário do Vale do Nilo.

Deriva claramente do que precede que havia contatos e importantes relações entre o Sudão ocidental e a Senegâmbia, durante essa era dos construtores de megálitos. Dando crédito aos dados disponíveis, estamos inclinados a pensar que os megálitos e as realizações socioculturais correlatas eram obra dos ancestrais dos povos que nos dias atuais vivem na região – principalmente os manden, os wolof e fulbes. No atual estágio de conhecimento, os dioula são o único povo que sabemos ter vivido na região à época da edificação dos círculos. Contudo, o fato de a cerâmica encontrada em alguns conjuntos (Wassu, por exemplo) diferir consideravelmente daquela descoberta em outros (como Farafenni) poderia indicar que essas sepulturas foram edificadas por um grande número de grupos étnicos, possuidores de uma mesma cultura. Além disso, a diversidade de estilos de talha na pedra leva a pensar que houve uma evolução a longo prazo.

É inegável que contatos existiram entre os povos da floresta e da savana nesse setor da alta Guiné, desde uma data muito remota. O comércio desempenhava um papel particularmente importante, como meio de contato e de influência recíproca. Na zona dos riachos do norte, trocava-se seda, algodão e um pouco de ouro por ostras (por exemplo, nas cercanias da Scarcies, da Mellacourie etc.).

Entretanto, contrariamente à opinião de certos autores, existem indícios de civilizações florescentes desde uma data muito remota nas zonas florestais, entre outros, as imagens de ancestrais em pedra-sabão de Serra Leoa e da Libéria, conhecidas pelo nome *nomoli* ou *pomdo*, além dos megálitos já mencionados acima, porém, igualmente existentes da Guiné até Serra Leoa e na Libéria.

No estágio atual dos conhecimentos, não somente é mais lógico admitir que os *nomoli* tenham sido, em larga escala, uma criação independente de um povo que vivia na região há muito tempo mas, seriamente, deve-se encarar a possibilidade de essa arte ou tradição técnica ter sido exportada para o norte, a partir do sul. A tradição *nomoli* em Serra Leoa foi situada por verificação e controle entre os séculos VI e VII. Na realidade, talvez não se deva ao acaso que a tradição da escultura em pedra seja encontrada em diversas outras partes da região guineana, a exemplo dos Esie, em país ioruba, e dos Akwanshi, junto aos ekoi da região do Cross River.

A grande maioria das esculturas de todos os tipos representa formas humanas masculinas, em que pese a rara representação das partes genitais. Um *nomoli* típico geralmente mede de 6 a 8 polegadas de altura e um *pomda* de 3 a 6 polegadas, embora alguns espécimes de mais de 12 polegadas tenham sido encontrados em todos os setores da região. Os *pomtan* são habitualmente de forma cilíndrica e compõem-se, essencialmente, de um cilindro sobreposto por uma cabeça esférica sem traços marcados, perfil que, inevitavelmente, conduziu a sua descrição como objetos fálicos.

A partir dessa forma estilizada e simplificada, os escultores evoluíram para uma representação completa do corpo humano. Encontramos formas humanas de ambos os gêneros, bem esculpidas, porém, as masculinas são as mais numerosas. Elas constituem a prova de um extremo refinamento, no detalhamento dos penteados, na elaboração cuidadosa dos cabelos, na disposição de pérolas e das cicatrizes ornamentais.

Aparentemente, houve contatos muito antigos entre os povos da floresta do Sudão e da Guiné, o que provocou uma migração de povos sudaneses, tais como os soninquês e os manden, rumo ao Seul e ao leste, além da sua penetração em algumas partes das baixas planícies florestais. Entretanto, não é certo que eles se tenham deslocado em número suficiente a ponto de suplantar as populações indígenas. Na realidade, muito amiúde, os indígenas não eram simples pescadores ou caçadores-coletores kwa, como frequentemente se imaginou. Tampouco é verdade que os indígenas e os imigrantes tenham habitualmente permanecido em estado de estagnação cultural ou mesmo de decadência, em razão do isolamento e das condições ecológicas desfavoráveis. A análise histórica revela, preferencialmente, uma interação dinâmica permanente entre os grupos habitantes da região, desdobrada em uma evolução regional original.

Com efeito, o conjunto de dados arqueológicos e outros dos quais dispomos atualmente mostra, de modo conclusivo, que os povos indígenas conheciam uma

agricultura intensiva, grandes monarquias centralizadas, corporações de artesãos e das classes hereditárias, organizações militares, redes comerciais e mercados, muito antes das primeiras intrusões e influências sudanesas e, certamente, entre o século VII e o século XI.

Os dados arqueológicos e etnológicos aparentam igualmente confirmar a hipótese de uma interação dinâmica entre diversos grupos que entraram em contato em diversos momentos, em absoluto aquela outra que transforma o surgimento de características importantes, como o trabalho do ferro e a organização estatal, em resultado do domínio cultural do Sudão. Esses dados indicam que, na costa do Atlântico oeste, o arroz era uma planta muito mais importante e intensamente cultivada que o algodão, o milheto ou o sorgo, aos quais os partidários da preponderância do Sudão aparentam atribuir uma injustificada importância, além de ser possível que esses cultivos tenham provindo do norte ou sido assimilados durante os contatos com o norte.

O Chifre da África

Se quisermos desenhar um mapa da Etiópia no século VII, seus contornos não seriam facilmente definidos. As duas grandes cidades eram, então, Axum e o seu porto Adulis. Tendo atingido o seu apogeu no século precedente, o Reino de Axum, sem dúvida, nada perdeu de sua potência, mesmo que faltem informações diretas sobre essa época. Certamente, as ameaças se acumulariam e, rapidamente, o declínio seria encetado.

Surgido na luz da história desde o início do século II da Era Cristã, senão no final do século I, segundo uma indicação do Periplo do Mar Eritreu, o Reino de Axum conheceu um período particularmente prestigioso sob o reinado de Ezana no século IV. Sua fortuna devia-se à criação de animais domésticos e à agricultura, mas o comércio, do qual o marfim era um artigo em destaque, ocupava o primeiro plano. Por seu porto de Adulis e pelo Mar Vermelho, o reino mantinha trocas comerciais com o mundo mediterrâneo e com várias regiões do Oceano Índico. Tais trocas contribuíram fortemente para o desenvolvimento econômico do país e provocaram, pelas atividades diversas desenvolvidas, a criação de cidades.

No século VI, as trocas comerciais não sofreram uma queda, pelo contrário. Os sítios dessa época são numerosos, notadamente nas bordas do Planalto Eritreu. A cerâmica, descoberta em Matara, é abundante, contando amplamente com as ânforas de importação mediterrânea.

O Chifre da África (Fonte: I. Hrbek).

Pode-se considerar que com o início do século VII houve uma reviravolta no Reino de Axum. Uma página da história da potência axumita foi virada. Outra era seria inaugurada, qual seja, a da decadência.

O século VII marcou o nascimento e o desenvolvimento do Islã. A unidade árabe seria forjada em torno de Maomé. Progressivamente, o Islã desenvolveu suas conquistas nas bordas do Mar Vermelho. As boas disposições dos primeiros

muçulmanos com respeito ao Reino axumita mantiveram-se apenas por um tempo bastante curto. Os incidentes se multiplicaram no mar. A costa árabe foi alvo de incursões axumitas que provocaram a réplica dos muçulmanos. No século VIII, eles ocuparam as Ilhas Dahlak, que faziam parte do Império de Axum. Ali foram descobertos túmulos com inscrições de epitáfios gravadas na escrita kufic. Uma dessas inscrições é a de Mubārak, o fundador da dinastia, que estabeleceu seu domínio sobre o arquipélago no século XI.

De acordo com as evidências arqueológicas, pode-se pensar que Adulis, o porto axumita, foi destruído por volta do século VIII, e que as atividades comerciais, controladas até então pelo rei de Axum, foram aniquiladas. Porém, sobre os fatos que se desenrolaram no interior do país, a história é muda, ou quase.

Um dos fatores que contribuíram com a queda do Reino de Axum a partir do século VII e com o seu desaparecimento ao longo do século VIII foi certamente a invasão das regiões setentrionais da Etiópia pelos bēdja. Um dos mais potentes dos grupos bēdja, os zanāfidj, invadiu o Planalto Eritreu pelo Vale do Barka.

Essa ocupação do norte da Etiópia pelos bēdja (daí o atual nome de Beguemder, terra de bēdja) é certamente o reflexo de um certo enfraquecimento do poder de Axum, mas a pressão que os bēdja exerceram desde então acentuaria o declínio da potência axumita. Pressionados por tais grupos bēdja belicosos, os reis e os notáveis axumitas desertaram de Axum para regiões meridionais, ao abrigo dos perigos causados pelos invasores. Além do mais, na antiga zona da potência axumita, a vida se tornava incerta.

Na segunda metade do século X, um grave acontecimento afetou a vida do país. Ele é lembrado, simultaneamente, por duas fontes árabes, "História dos patriarcas de Alexandria", e a narrativa do conhecido geógrafo Ibn Hawkal.

Na "História dos patriarcas", fala-se de uma rainha dos banū al-Hamwiya, originária do sul, que saqueou a região axumita e destruiu as igrejas. Alhures, Ibn Hawkal, que escreveu sua obra por volta de 367/977, precisa que essa rainha havia tomado o poder trinta anos antes.

Outras tradições relatam que o último rei, Delnaad, teria se refugiado em um país do sul. Por volta do século IX, ele teria estado na origem da fundação do monastério de Santo Estavão (Stifanos), no Lago Hayq, aliás, perto do qual ele teria construído sua residência.

É possível que a fuga do último rei de Axum e a lenda de sua filha, Mesobe-Work, que esposou Mera Tekle Haymanot, primeiro rei da nova dinastia zague, segundo as listas tradicionais, sejam a tradução metafórica de um episódio a emergir. Em todo caso, após o glorioso tempo da época axumita, essa nova

dinastia suplantou a antiga e legítima dinastia da família ezaniana e se estabeleceu no centro da Etiópia.

Após tantas devastações, a nova dinastia, instalando-se nas províncias centrais, conservando inúmeras tradições e culturas axumitas, forjaria um quadro político próprio. O apogeu desse novo reinado se situou nos séculos XII e XIII, ilustrado pelos grandes reis da dinastia zague, cujo mais célebre foi Lalibela.

As relações da Etiópia com o mundo muçulmano

As relações que sempre existiram entre os povos das duas margens do Mar Vermelho, isto é, os árabes e os etíopes, modificaram-se com o avanço do Islã, já que, desde então, tratar-se-ia de relações entre cristãos e muçulmanos.

Já, quando Maomé ainda estava vivo, uma frota etíope atacara o porto árabe de Shu'ayba e, alguns anos mais tarde, o califa 'Umar foi forçado a enviar quatro navios e duzentos homens para combater "os etíopes que cometeram inúmeros crimes contra os muçulmanos da Arábia"; mas essa expedição contra os axumitas não parece ter dado grandes resultados.

No decorrer do século VII, os etíopes permaneceram os senhores incontestáveis do Mar Vermelho, e os muçulmanos apenas conseguiram inverter progressivamente essa relação de força. Em 702, os etíopes atacaram Hidjāz pela última vez, ao passo que sua frota ocupou Djidda por certo tempo, provocando pânico em Meca. Não sabemos ao certo se esses ataques foram perpetrados por forças regulares axumitas ou por piratas etíopes. De qualquer forma, esse último ataque provocou represálias por parte dos árabes, que ocuparam e destruíram Adulis e se estabeleceram nas Ilhas Dahlak, frente a Adulis, no Golfo de Masāwa. Essas ilhas comandavam o comércio marítimo da Etiópia: com efeito, Adulis representava para a navegação da época uma escala na rota das Índias, e esse comércio constituía um dos principais recursos do Estado de Axum, da mesma forma que a rota das caravanas do Vale do Nilo que também faziam transitar em Adulis as mercadorias provenientes da Núbia. A partir da segunda metade do século VIII, nunca mais se mencionou outras expedições navais etíopes, tampouco qualquer atividade marítima em geral. Tudo indica que os árabes tenham aniquilado a frota etíope, que não mais se manisfestaria antes do século XIV.

Durante todos esses séculos, os muçulmanos exerceram um controle absoluto sobre o comércio do Mar Vermelho, contribuindo assim para isolar ainda mais a Etiópia.

Um principado muçulmano independente foi instalado nas Ilhas Dahlak no começo do século IV/X. Esse Estado desempenharia um papel de prima importância na história econômica da Etiópia, assim como na propagação do Islã na região. Assumiu o controle das atividades comerciais tradicionais de Adulis e manteve relações florescentes com a Etiópia cristã.

Três inscrições de Dahlak mencionam indivíduos, falecidos nessas ilhas, cuja *nisba* (designação indicando a origem) é al-Kaysī, de acordo com o nome da *kabīla* árabe de Kays, que, depois de Sīrāf, o famoso centro de comércio, exerceu sua hegemonia sobre a navegação do Golfo Pérsico no século IV/X.

No quadro do novo sistema econômico islâmico, a costa africana do Mar Vermelho conservou o papel que tradicionalmente desempenhava no comércio marítimo das Índias. Porém, os mercadores muçulmanos não tardaram a deixar a costa para penetrar nas regiões vizinhas da Etiópia em busca de mercadorias para seu negócio.

Embora no norte o Estado cristão de Axum impedisse uma maior propagação do Islã, a situação era bem diferente no sul da Etiópia. Ali também, vindo do mar, o Islã seguia a rota natural que vai do Golfo de Djibouti às mais ricas regiões do sul e do oeste do Planalto Etíope, passando pela depressão do Vale do Hawāsh. A progressão do Islã ocorreu mais uma vez pelas rotas comerciais; de fato, *naggadie* ("mercador" em amárico) ainda hoje significa "muçulmano" na língua dos galla da Etiópia meridional.

Assim foram convertidos ao Islã diversos povos da Etiópia meridional, remontando da costa do Mar Vermelho e do Golfo de Aden até o Nilo Azul. Foi dessa maneira que se constituíram diversos sultanatos muçulmanos, governos locais transformando-se provavelmente em Estados islâmicos.

O primeiro desses sultanatos foi aquele de Dāmūt. Esse, assim como relata o grande historiador árabe Ibn Khaldūn, submeteu a seu domínio todo o território que se estendia até Ifāt (isto é, a região compreendida entre o atual Shoa e a planície costeira de Dancalia). O Dāmūt certamente constituiu um território do sudoeste da Etiópia na parte mais próxima ao Nilo Azul.

Dispomos de um maior número de documentos a respeito do sultanato de Shoa, que, por sua vez, imporia seu domínio sobre a Etiópia meridional muçulmana. O sultanato englobava, no mínimo, a zona oriental do atual Shoa.

Era governado por uma dinastia de sultões que se declaravam Makhzūmī, pois alegavam descender da famosa *kabīla* dos Banū Makhzūm de Meca, à qual pertência Khālid ibn Walīd, o primeiro conquistador muçulmano da Síria. A dinastia dos Makhzūmī reinou sobre Shoa no mínimo a partir do

ano 283/896-897; seus soberanos sucederam-se durante quatro séculos até 684/1285, data em que o último sultão e sua família foram depostos e mortos pelo sultão de Ifāt.

O sultanato de Ifāt, sucessor daquele de Shoa no exercício da hegemonia sobre a Etiópia meridional islâmica, era governado por uma dinastia cujo nome, de origem local, era Walasma'. Assim como atesta Ibn Khaldūn, a princípio, os walasma' chegaram a Ifāt como refugiados do antigo Estado muçulmano de Dāmūt. Contudo, a dinastia Walasma' reivindicava também uma longínqua descendência árabe.

O avanço rumo ao sul da nova dinastia salomônica da Etiópia cristã e a expansão do Ifāt muçulmano em Shoa levariam a um conflito entre os dois Estados. A primeira guerra entre a Etiópia e o Ifāt, da qual temos vários testemunhos, ocorreu em 1332, durante o reinado do negus 'Amda Seyon I (1314-1344) e do sultão Sabr al-dīn I. Os conflitos continuaram entre os etíopes e o sultanato de Adal, onde se mantivera a antiga dinastia dos Walasma'. Podemos dizer que, no decorrer desses dois séculos (séculos XIII e XIV), o centro político do Islã etíope se deslocou em três ocasiões, sempre no sentido oeste-leste, rumo à beira do planalto: de Dāmūt a Shoa, de Shoa a Ifāt, e de Ifāt a Adal.

A costa da África Oriental e as Ilhas Comores

No presente contexto, a costa oriental da África e seus arredores designam a faixa de terra que se estende entre aproximadamente o 38º e 50º de longitude leste e entre o 11º de latitude norte e o 25º de latitude sul, delimitada ao norte pelas costas e a Somália e ao sul por Moçambique. O conjunto da região é afetado por um clima de monção que, de uma maneira ou outra, influiu no desenvolvimento histórico das comunidades costeiras. A maior parte dessa zona, com exceção do norte do Quênia e da Somália, goza de um bom regime de chuva e de solos férteis favoráveis a atividades agrícolas. Simplificando, convém distinguir três grandes zonas ecológicas e geográficas: as ilhas (Lamu, Pate, Manda, Aldabra, Comores etc.), a península e a hinterlândia. Essas zonas caracterizam-se por vestígios de assentamentos humanos, cuja originalidade cultural comprovaria o fato de esse povoamento ser oriundo de uma população africana autóctone.

Foi nessas zonas ecológicas que apareceram os povoamentos da zona costeira oriental e a civilização correspondente, que, a partir daí, teceram laços estreitos entre toda essa região e os vastos territórios situados além. Tais assentamentos – Midzi ou Miji (cidades) – cobriam até 50 hectares no apogeu de sua potência e

glória. Contudo, ao longo do tempo, conheceram um lento declínio para serem finalmente abandonados à natureza por seus ocupantes.

As descobertas arqueológicas feitas ao longo da costa oriental provam incontestavelmente que, em todos os casos, populações autóctones ocupavam as zonas de povoamento e ali haviam desenvolvido sua própria civilização antes da chegada dos árabes. Os dados atuais sustentam a tese segundo a qual, no que diz respeito à parte central e sul da costa, essas populações pertenceriam ao grupo banto.

A partir do século III/IX, a maioria das aglomerações da costa oriental era povoada por suaílis. O número de habitantes variava de uma cidade a outra, em função de sua organização social e atividades econômicas. Nos primeiros tempos poucas cidades foram construídas em pedra, mas, quando os povoamentos se tornaram prósperos, os edifícios de pedra multiplicaram-se. As escavações arqueológicas mostraram que Kilwa e Máfia eram caracterizadas por suas habitações de barro e argila, uma economia fundada na pesca, uma cerâmica local, produtos derivados do ferro e um comércio local limitado.

Os assentamentos estabelecidos na costa eram autônomos e, em geral, independentes, seus laços mútuos oscilavam entre a aliança e a hostilidade. Quando foram suficientemente poderosos para exigir um tributo, Kilwa, Pate e Mombaça conheceram uma certa hegemonia, contudo instável.

Em nenhum lugar a influência muçulmana foi a origem do surgimento da cidade-Estado. A emergência da cidade inscreve-se naturalmente no contexto da época. Havia tempo que esse tipo de cidade-Estado marítima existia na costa etíope, e os assentamentos que se estabeleceram na costa oriental da África tiveram que se basear em uma economia marítima muito ativa e capaz de arrecadar taxas e tributos.

Nos Estados de Benadir, o poder parece ter sido detido, a princípio, por um conselho de chefes de uma linhagem. Em Mogadíscio, Brava e Siyu, por exemplo, ao longo de suas respectivas histórias, um desses chefes podia chegar a ser considerado o *primus inter pares*, mas a maioria das cidades costeiras tinha um chefe, muitas vezes um imigrante árabe ou persa, deliberadamente aceito como empate, certamente por não ser implicado nas rivalidades de clãs.

A miscigenação das populações indígenas e imigrantes deu à luz uma sociedade caracterizada pela mistura das raças e uma economia específica. Esse tipo de comunidade distinguiu-se em seguida por uma diferenciação socioeconômica e uma estratificação em grupos distintos, vivendo cada um em um determinado bairro da cidade (*mtaa*). Outros grupos eram organizados entre si segundo certa hierarquia.

Os autores árabes antigos al-Djāhiz e al-Mas'ūdī assinalam que esses assentamentos eram governados por reis locais aparentemente eleitos e dispondo de seu próprio exército. Ao que parece, nesses assentamentos ou pequenas cidades costeiras misturaram-se diferentes povos, a maioria de origem banta, o que deve ter favorecido o desenvolvimento do kiswahili. O termo "swahili" vem do árabe *sāhil* (no plural, *sawāhil*), significando "costa". Em primeiro lugar, foi empregado para designar a região que se estendia de Mogadíscio a Lamu. O kiswahili (literalmente "a língua da costa") apenas desenvolver-se-ia mais tarde graças à introdução de alguns empréstimos árabes e persas que acompanharam a islamização progressiva dos povos costeiros. Portanto, seria mais correto falar – pelo menos antes do século VI/XII – do protokiswahili como a língua banta que serviu de base ao desenvolvimento posterior do kiswahili. Vários autores eminentes alegam que, de início, a zona do kiswahili era situada a norte do delta do Tana e ao longo da costa da Somália, de onde teria se propagado para o sul.

As poucas palavras zandj citadas por al-Mas'ūdī não deixam dúvida alguma quanto à origem banta dessa língua. Portanto, é provável que uma forma de protokiswahili tenha sido falada na costa e não se tratava, de maneira alguma, de qualquer jargão. Com efeito, al-Mas'ūdī menciona a eloquência desse povo junto ao qual se encontravam oradores realizados.

Alguns autores fizeram referência à existência, entre 800 e 1300, de aproximadamente dezenove povoamentos estabelecidos no norte de Tana, o que não exclui a presença, no sul, de outras cidades, como Mombaça, Malindi, Zanzibar, Pemba, Kilwa e Kanbalū. Essas cidades favoreceram o desenvolvimento do kiswahili, cujo uso se propagou quando das migrações posteriores a partir da zona central.

À medida que a sociedade das cidades costeiras, de língua kiswahili, se tornava mais complexa e que o comércio se desenvolvia, a interação com os negociantes árabes intensificava-se. Desta forma, o kiswahili enriqueceu-se com palavras e caracteres árabes. No século IX, o uso dessa língua espalhou-se rumo ao sul de acordo com os deslocamentos dos comerciantes vindos da Somália e do norte do Quênia. O exercício de suas atividades na costa oriental conduziu esses comerciantes a criarem ali novas cidades e a manterem relações com a sociedade no meio das quais eram instalados. Paulatinamente, tal situação favoreceu a adesão ao Islã, a religião dos soberanos.

De fato, imigrantes do Islã chegaram ao norte da costa oriental da África a partir do século II/VIII e, ao sul, bem antes do século V/XI. Porém, é preciso esperar o século VIII/XIV para que uma civilização costeira propriamente islâmica, a dos shīrāzī, se diferenciasse das outras sociedades da costa.

Durante muito tempo, o Islã foi a religião somente dos imigrantes da Arábia ou da Pérsia estabelecidos nas cidades costeiras. Tudo indica que esses mercadores estrangeiros não tenham demonstrado um proselitismo muito ativo, já que o número de autóctones muçulmanos permaneceu bastante limitado.

No plano econômico, a sociedade costeira constituía um conjunto homogêneo de comunidades urbanas e rurais, cuja população era composta, em grande parte, por agricultores. Existiam também povos pastores, sobretudo no norte, na costa de Benadir. Escritos chineses remontando ao século IX ensinam-nos que os habitantes da costa de Barbara viviam da carne, do leite e do sangue extraídos do rebanho. A prática consistindo em beber sangue fresco retirado do rebanho ainda está em uso junto aos massais.

A maioria dos suaílis, sobretudo nas comunidades relativamente pequenas ou médias, mas, por vezes também nas grandes, dedicavam-se à agricultura. Os documentos árabes contêm algumas indicações fragmentárias relativas aos cereais e outros plantios da época. Os principais plantios parecem ter sido o sorgo (*dhurra*) e o inhame, cujo nome local, *al-kilārī*, foi mencionado por al-Mas'ūdī. Outra planta comestível cultivada e chamada *al-rāsan* foi identificada como sendo o *coleus*.

A base da alimentação dos povos costeiros era completada pela banana, o coco, o arroz, o tamarindo e mesmo, em alguns lugares, a uva; a cana-de-açúcar foi também mencionada. Ignoramos se o mel consumido era o produto de atividades agrícolas ou se ele era extraído da natureza.

É evidente que as comunidades costeiras estavam engajadas em numerosas atividades marítimas: pesca, construção de canoas, navegação a vela. Vários autores árabes sublinham que os zandj se alimentavam, sobretudo, de peixe, e acrescentam que, para tanto, eles amolavam seus dentes. A pesca era praticada ao longo da costa, mas segundo os documentos, ela constituía, em alguns lugares, a principal atividade, como em Malindi, cujos habitantes exportavam o produto de sua pesca.

Embora a prática da pesca suponha a capacidade de construir navios e o conhecimento da navegação, os autores árabes silenciam esse aspecto da vida cotidiana dos zandj. Buzurg ibn Shahriyār foi o único a evocar as inúmeras embarcações (*zawārīk*) que cercavam os navios árabes nas proximidades da costa de Sofala. O mesmo autor nota que alguns dos capitães do navio percorrendo o Oceano Índico eram os zandj, o que tende a provar que os bantos da África Oriental praticavam não somente a cabotagem, mas também a navegação em alto mar.

De todos os minerais, foi principalmente o ouro que chamou a atenção dos autores árabes. Para eles, Sofala fazia parte das mais famosas regiões auríferas do mundo conhecido. Ainda que, segundo al-Idrīsī, o ouro proviesse das cidades

costeiras de Djāsta e Daghūta (cujas localizações ainda não foram identificadas, mas provavelmente se situavam na costa de Moçambique), todas as outras fontes escritas indicam que as principais minas de ouro de Sofala se encontravam no interior das terras, os assentamentos costeiros sendo simples portos de exportação. Al-Bīrūnī assinala que o ouro explorado em Sofala se apresentava sob a forma de grãos; o mesmo tipo de mineral foi descoberto no complexo arqueológico do Grande Zimbábue.

Os habitantes da costa oriental não usavam o ouro como meio de troca universal, mas eram plenamente conscientes de seu valor como moeda e bem exportável. Entretanto, as populações locais davam mais valor ao ferro e ao cobre: al-Mas'ūdī relata que o ferro servia para a confecção de adornos, preferencialmente ao ouro ou à prata.

A costa oriental da África é uma das raras regiões da África Subsaariana a ter mantido muito cedo relações comerciais regulares com o mundo exterior.

O surgimento, a partir do século VII, de um poderoso Império islâmico no Oriente Médio estimulou consideravelmente o desenvolvimento das atividades comerciais no Oceano Índico, inclusive na costa oriental da África. Durante o período considerado, a existência, nos países islâmicos, de um mercado em perpétua expansão ofereceu novas possibilidades comerciais às exportações dos assentamentos costeiros. Paralelamente ao crescimento do volume das trocas, novos produtos juntaram-se às exportações tradicionais, contribuindo assim para a diversificação do comércio e a especialização das diferentes cidades da costa. O comércio também favoreceu o desenvolvimento de uma cidade em detrimento de outra em função de ela ser, ou não, um centro de comércio florescente. O ritmo das migrações e das trocas parecem ter se intensificado nos séculos IX e X. Foi nessa época que cidades costeiras comerciantes tais como Mogadíscio, Marka, Brava, Mombasa, Manda e Unguja Ukuu foram fundadas e se desenvolveram.

Esta ou aquela cidade conhecia alternadamente a grandeza e a decadência, de acordo com os caprichos do comércio; uma geração construía elegantes edifícios de pedras, a seguinte voltava às habitações de argila ou de barro. Porém, no decorrer do período em estudo (século VII a XI), as únicas cidades importantes talvez tenham sido Manda, no arquipélago de Lamu, e Kambalū. As outras parecem ter atingindo seu apogeu apenas depois do século XI.

O comércio e as trocas que se desenvolveram em torno das cidades costeiras podem ser divididos em três categorias: o comércio com os estrangeiros, o comércio entre os assentamentos costeiros e o comércio com o interior.

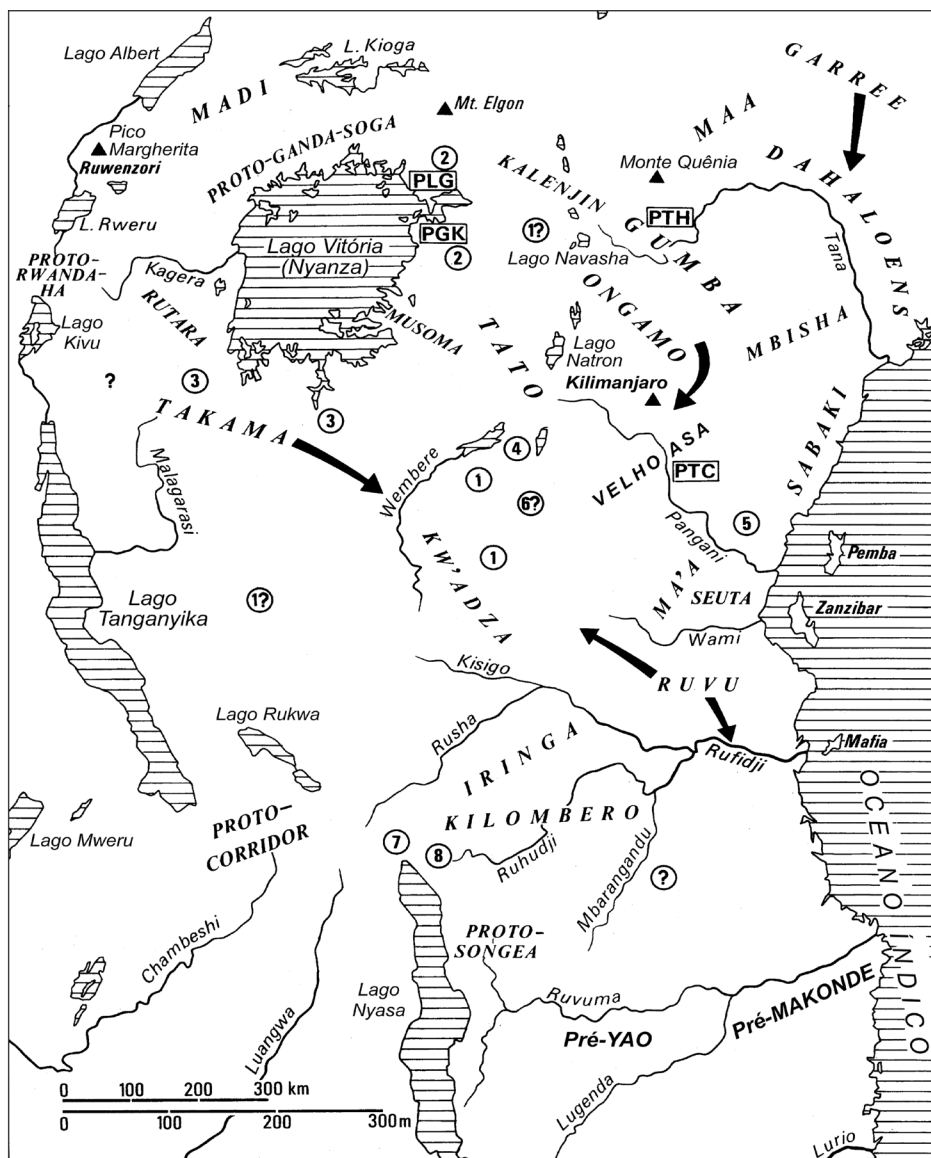
No decorrer do período estudado, a costa oriental da África assistiu ao início de alguns processos históricos que só atingiriam seu pleno desenvolvimento

depois do século XII. Porém, foi provavelmente nessa época que foram lançadas as bases de uma cultura africana a partir da qual desabrocharia posteriormente a rica civilização suaíli. O avanço do comércio entre países do Oceano Índico começou a influir sobre o desenvolvimento político e social dos povos costeiros de língua banta. Em um primeiro tempo o impacto foi principalmente perceptível no domínio econômico, com a maior abertura de alguns assentamentos costeiros ao comércio com o estrangeiro. Paulatinamente, a política, a cultura e a religião impregnaram-se dos valores trazidos pelos imigrantes dos países islâmicos. A primeira região exposta a essas influências externas foi a parte da costa que se estende ao norte do Rio Juba. No decorrer dos seguintes séculos, novas ondas de migrantes, originárias desse foco inicial, propagariam, no sul, a nova cultura oriunda dessa mistura. Ao mesmo tempo, o conjunto dos imigrantes – que nunca foi muito numeroso – estava submisso à influência da civilização banta. O mais marcante resultado desse processo de trocas e de assimilação recíprocas foi a emergência da língua e da cultura suaíli, síntese dos saberes africanos e dos aportes orientais.

O interior da África Oriental

Nas regiões do interior da África Oriental, o período que se estende do século VII ao XI da Era Cristã aparece, no conjunto, como uma fase de consolidação das tendências anteriores. As grandes transformações étnicas e econômicas da primeira Idade do Ferro já remontam a vários séculos, à época da mudança de era e aos dois ou três séculos posteriores que assistiram à expansão das comunidades bantas em regiões muito dispersadas e à difusão da tecnologia do ferro. Será preciso esperar séculos antes de assistir a transformações equivalentes, mas isso não significa que esse período esteja desprovido de interesse. Novas expansões étnicas ocorreram, modificando assim o mapa linguístico e impondo novos desafios às comunidades já estabelecidas. Por vezes, também, séries de mudanças menores desencadeariam algo novo, sensivelmente diferente da mera soma dessas transformações.

No início do século VII, os dois grupos mais importantes eram os cuchitas meridionais e os bantos. As línguas nilóticas e khoisan eram amplamente difundidas, mas os povos que as falavam não foram os mais ativos em meio aos acontecimentos dos meados do primeiro milênio.

De forma geral, no que diz respeito ao interior da África Oriental, o meio milênio que se estende de 600 a 1100 não constituiu uma era de grandes reviravoltas, mas foi marcado por diversas mudanças de menor importância em diferentes partes da região.

As principais sociedades da África Oriental do século VII ao IX (Fonte: C. Ehret).

A economia permaneceu geralmente alinhada com as divisões geográficas e étnicas instauradas no decorrer dos primeiros séculos da Era Cristã: os bantos continuaram a praticar o sistema de repicagem, e um pouco o cultivo de cereais, em terras mais regadas e bem arborizadas, ao passo que os nilotas e os cuchitas

experimentavam diversas combinações de pecuária e de cultivos de cereais nas zonas mais secas do norte e do centro. Os caçadores-coletores de língua khoisan talvez fossem ainda quase os únicos ocupantes de algumas partes do oeste e do sudeste da Tanzânia.

Porém, ao mesmo tempo, houve manisfestadamente trocas culturais, e mesmo materiais, muito importantes entre as sociedades, um início de especialização econômica instaurou-se em algumas regiões e, em alguns casos, ocorreram novas almágamas notáveis de povos. O exemplo mais marcante foi a fusão dos nilotas, dos cuchitas meridionais e dos bantos que levou à formação dos protochaga, sociedade verdadeiramente nova integrando as ideias e práticas fundamentais de cada um de seus três componentes culturais. O chaga tornou-se a língua da nova sociedade, certamente pelo fato de as populações falantes do pré-chaga terem sido as primeiras a adotarem o sistema de repicagem das terras altas, em que se baseava a economia desse povo.

Uma das características deste período é o isolamento muito nítido do interior da África Oriental em relação às correntes de mudança tão fortemente predominantes no Oceano Índico. Alguns cultivos de origem indonésia, a exemplo da banana, começaram a se difundir no interior já antes do século VII, mas não houve, ao que parece, nenhum outro aporte cultural ou material importante proveniente da mesma fonte entre os séculos VII e XI. O sistema de repicagem, surgido por volta do século X ou XI certamente em função das condições locais, era sim baseado na banana como cultivo essencial, mas os princípios e práticas constituintes dessa agricultura provinham de um fundo africano muito mais antigo e nada deviam a influências contemporâneas vindas do Oceano Índico.

Na costa, as atividades comerciais apresentaram um grande avanço por volta dos séculos IX e X. Tudo leva a pensar que os povos da África Oriental que participaram diretamente desse desenvolvimento comercial foram os protosuaílis, que muito provavelmente ocupavam assentamentos marítimos situados ao longo do litoral do norte do Quênia e do extremo sul da Somália. Os mercadores da época estendiam suas atividades na costa até muito longe rumo ao sul, aparentemente até a região do Limpopo, onde a partir dos séculos XI e XII um reino, cujo centro se situa no sítio de Mapungubwe, começou a prosperar graças ao comércio do ouro do Zimbábue.

Mas as atividades comerciais não penetraram no interior da África Oriental. Ora, algumas conchas foram encontradas muito longe no interior, após terem passado de uma comunidade a outra em função de trocas locais em pequena escala, mas, ao que tudo indica, as regiões do interior não ofereceram aos mercadores do Oceano Índico nenhum produto que não estivesse já disponível a alguns

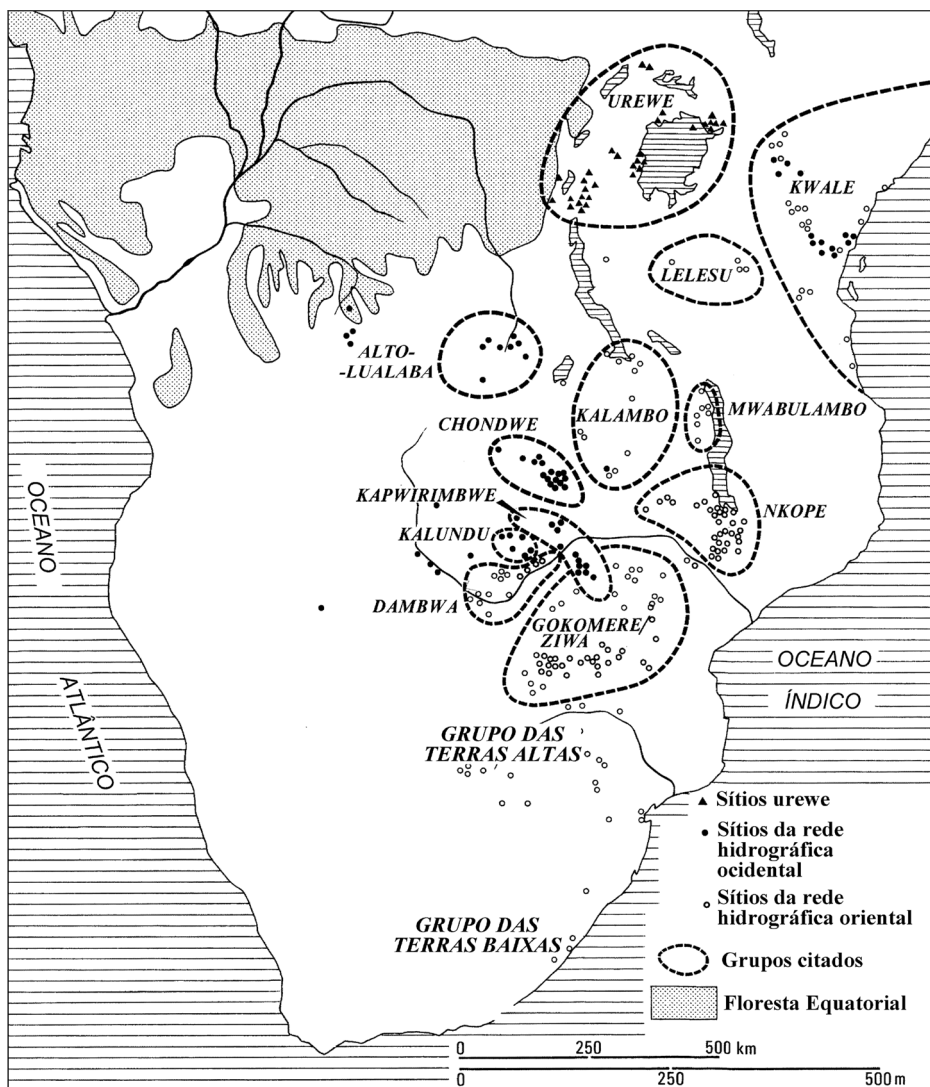
quilômetros da costa. No conjunto, no decorrer de todo esse período, os povos do interior foram capazes – e ainda o permaneceriam durante os séculos seguintes – de sustentar suas próprias necessidades materiais, segundo sua percepção.

Outra mudança capital, de uma importância considerável a longo prazo, mas menos manisfestada no interior, talvez já estivesse em preparação durante a segunda metade do primeiro milênio. A exploração mais intensiva das terras implicada pelas práticas agrícolas da maioria dos bantos da época parece indicar que as áreas de língua banta já haviam começado a se tornar zonas de concentração populacional. Ao longo do segundo milênio, essas regiões transformar-se-iam cada vez mais em reservatórios de populações e dariam origem a muitos dos mais importantes movimentos migratórios e à maioria das grandes correntes de evolução.

A África Central ao norte do Zambeze

Desde o início do período que nos interessa, a região considerada encontrava-se quase inteiramente ocupada por populações da primeira Idade do Ferro, das quais, sem dúvida, muitas falavam línguas bantas. Em muitos setores, tais povos coexistiam com descendentes de populações mais antigas, que se distinguiam deles no plano tecnológico e, talvez, também linguístico.

Considerada em seu conjunto, a entidade cultural da qual se trata será designada pela expressão “complexo industrial da primeira Idade do Ferro”; ela se subdivide em uma corrente oriental e uma ocidental. Segundo a tipologia das diferentes cerâmicas distinguimos, no interior de cada corrente, vários grupos, cada um ocupando uma área geográfica limitada.

A expansão da corrente oriental teria começado por volta do século II da Era Cristã, com o surgimento da tradição da cerâmica kwale nas regiões costeiras do Quênia e da República Unida da Tanzânia. Todavia, foi somente no século IV que ela progrediria, sobretudo, para o sul, época em que a civilização da primeira Idade do Ferro se estendeu para a maior parte das regiões subequatoriais do leste africano, até o Transvaal e o Moçambique meridional. Foi então que a corrente oriental da primeira Idade do Ferro se estabeleceu nas partes mais orientais, no Malaui e nas regiões da Zâmbia, a leste do Luangua. A corrente oriental, a partir de um centro localizado no sul do Zambeze, na região que corresponde ao atual Zimbábue, também conheceu uma fase de expansão mais tardia por volta do século VI, mas ela apenas tocou uma zona muito reduzida da região que nos interessa, aquela das Cataratas Vitória, no extremo sul da Zâmbia.

Culturas arcaicas da África Oriental e Austral (Fonte: D. W. Philipson).

O advento da primeira Idade do Ferro, em Natal e em grande parte do sul do Transvaal, a nosso ver, dever-se-ia mais à expansão da corrente ocidental. Aliás, é a essa corrente que se liga a primeira Idade do Ferro da maior parte da região aqui tratada.

Esses diversos elementos puderam ocasionar uma expansão para o sul da civilização da Idade do Ferro, do país kongo até o norte da Namíbia, passando

por Angola e, com ela, a penetração das línguas bantas, das quais se originaram línguas modernas, como o mundu e o herero, que Bernd Heine classificou na categoria do grupo das terras altas do oeste. O único sítio arqueológico datado que podemos ligar a uma fase mais antiga dessa expansão se encontra em Benfica, na costa atlântica, perto de Luanda, onde uma cerâmica muito próxima daquela da primeira Idade do Ferro, das outras regiões tocadas pela corrente ocidental, se situa em um contexto remontando ao século II da Era Cristã. Ademais, certos elementos da civilização da primeira Idade do Ferro, como a arte da cerâmica e a criação dos bovinos e dos ovinos, parecem ter sido transmitidos, no século II ou III da Era Cristã, às populações de língua khoisan do sul da Namíbia e da parte ocidental do Cabo, muito além do limite mais meridional da penetração banta. Como não percebemos a que atribuir estes novos elementos se não à corrente ocidental da primeira Idade do Ferro, podemos considerar que sua data determina o ponto limite da progressão dessa corrente até o sul de Angola.

Em muitas regiões de língua banta, as sociedades da segunda Idade do Ferro não foram objeto de estudos tão completos por parte dos arqueólogos quanto as sociedades que as precederam. Por isso, ao menos no que concerne ao período que aqui nos interessa e precedeu aquele para o qual a tradição oral constitui uma fonte histórica válida, os séculos que se seguiram ao século XI da Era Cristã representam, na verdade, uma lacuna em nosso conhecimento da história da África Central.

O material arqueológico que nos interessa aqui é aquele atribuído à indústria de Kalomo; temos todas as razões para pensar que a tradição da cerâmica de kalomo se desenvolveu a partir de uma fase tardia da sequência do grupo dambwa, na região das Cataratas Vitória. Dali, por volta do fim do século IX da Era Cristã, seus oleiros parecem ter começado a se deslocar para o norte e noroeste, até o Planalto de Batoka, onde sua cerâmica característica não tardou a suplantar a do grupo kalundu da primeira Idade do Ferro.

Certas aldeias ligadas à indústria de Kalomo parecem ter praticado o trabalho do ferro em uma escala mais reduzida que seus predecessores. Encontramos machados e enxadas, mas em número muito reduzido, ao passo que os objetos descobertos com maior frequência foram facas, navalhas, e pontas de flechas e lanças. O cobre servia, sobretudo, à confecção de pulseiras. O fato de termos descoberto menos ossadas de animais selvagens que ossadas de espécies domésticas mostra que a caça não mais ocupava um lugar em destaque. Encontramos traços da cultura do sorgo, mas parece que, nessa região, como em outras do leste e do sul da África, a economia ao longo dos primeiros séculos da segunda Idade do Ferro tenha se baseado basicamente na criação de animais domésticos,

principalmente dos bovinos. A presença de contas de vidro e de conchas (cauris e cones) mostra bem que as relações comerciais com a costa oriental eram muito mais intensas que ao longo dos períodos anteriores.

Aproximadamente na segunda metade do século XI da Era Cristã, a indústria de Kalomo, no Planalto de Batoka, se encontrou subitamente substituída por uma indústria conhecida sob o nome de Kangila, que progredia para o sul e parece ter nascido no Vale do baixo Kafue ou em suas cercanias. Esta nova indústria se expandiu até as Cataratas Vitória, onde seu encontro com a indústria de Kalomo, em Sinde, deu-se uma centena de anos após sua confrontação no planalto; essa discrepância pode ser interpretada como uma consequência da lenta dispersão da indústria de Kangila para o sul.

Os testemunhos que a arqueologia nos traz a respeito do princípio da indústria de Kangila são difíceis de interpretar, pois somente podem se apoiar nas escavações efetuadas em dois sítios de Sabanzi, perto de Monze, e de Ingombo Ilede, não longe da confluência do Zambeze e do Kafue. Este segundo sítio teria sido ocupado a partir do século VII ou VIII, e o de Sebanzi, um pouco mais tarde.

Fora da província do sul, o tipo mais expandido da cerâmica da segunda Idade do Ferro identificado na Zâmbia é aquele que atribuímos à tradição luangua. Nós o encontramos em toda a Zâmbia, a norte e a leste de uma linha indo do baixo Kafue a Lubumbashi, e até as regiões limítrofes da República Democrática do Congo, do Malaui, de Moçambique e do Zimbábue. A tradição luangua é encontrada também nas regiões onde a primeira Idade do Ferro esteve ligada aos grupos kalambo, nkope, chondwe e kapwirimbwe, representando, simultaneamente, as correntes oriental e ocidental. Primeiramente, ela aparece nos testemunhos arqueológicos do século XI da primeira Era Cristã, depois, rompe brutal e completamente com as tradições que a precederam na primeira Idade do Ferro.

A cerâmica da tradição luangua oferece um contraste muito marcado com a dos grupos que a precederam na primeira Idade do Ferro, e nada indica que tivesse existido uma aproximação progressiva de uma com a outra. Contudo, a cerâmica da primeira Idade do Ferro, tipologicamente mais próxima da tradição luangua, é aquela do grupo chondwe. Acredita-se que o ancestral da tradição luangua poderia finalmente estar mais estreitamente ligado à cerâmica do grupo chondwe que à dos grupos da primeira Idade do Ferro, conhecidos atualmente.

A explicação mais plausível dessas observações arqueológicas é que o nascimento da tradição luangua foi provocado por um movimento bastante amplo de população, do qual famílias inteiras participaram a partir de uma região situada a norte ou a noroeste da região Zâmbia/cinturão do cobre do Shaba. Se a execução

da cerâmica de tradição luangua, nessa época, era trabalho de mulheres (como, invariavelmente, ela o é nos nossos dias), podemos explicar a repentinidade de seu surgimento supondo que o trabalho cerâmico da primeira Idade do Ferro fosse executado por homens.

O quadro que nos é oferecido pela África Central do século XI da Era Cristã é de uma dicotomia pronunciada entre o leste e o oeste. A leste, são as indústrias da primeira Idade do Ferro que, brutalmente, levaram um fim, suplantadas por outras; a oeste, aquelas que lhes correspondem mantiveram-se quase intactas. Os cemitérios de Sanga e de Katoto, no alto Lualaba, mencionados mais acima, são uma prova suplementar dessa continuidade na metade oeste de nossa região; tipologicamente, eles pertencem ao complexo industrial da primeira Idade do Ferro, quando, cronologicamente, eles preenchem uma lacuna e se ligam ao período alhures ocupado pelas indústrias da segunda Idade do Ferro, e à qual, aliás, pertence o período em que tais cemitérios foram mais usados.

Tal é o quadro da África Central, do século VII ao XI da Era Cristã, extraído das pesquisas arqueológicas e linguísticas. Desde o início desse período, populações da primeira Idade do Ferro, sem dúvida falantes das línguas bantas, já ocupavam toda a superfície desse território, embora populações de caçadores-coletores, servindo-se de ferramentas de pedra, tenham se mantido em muitas regiões, frequentemente como clientes de seus vizinhos agricultores. Foi quase unicamente graças à arqueologia que conhecemos tais comunidades da primeira Idade do Ferro: elas podem ser classificadas em duas correntes – oriental e ocidental – de origem distinta, mas aparentadas. Tratava-se, evidentemente, de sociedades camponesas agrícolas, provavelmente, não tendo nenhum sistema notável de centralização do poder político. Aproximadamente no fim do primeiro milênio, podemos, todavia, detectar, na região do alto Lualaba, um aumento sensível da riqueza, da atividade comercial e da densidade de população. Por volta do século XI, dessa grande região partiria o processo de expansão demográfica que faria com que uma grandessíssima porção da África Central do leste alcançasse a civilização da segunda Idade do Ferro. Desse modo, estabeleceram-se as populações que dariam origem às sociedades mais evoluídas da segunda Idade do Ferro.

A África meridional ao sul do Zambeze

No começo do século VIII da Era Cristã, vários povos bantófonos viviam na África Austral. Aquele ao qual se atribuiu o nome da atual cidade de Sinoia

havia transposto o Zambeze pouco tempo antes, mas os outros ocupavam essa parte da África desde o início da Idade do Ferro. A região que nos interessa mais particularmente (isto é, hoje, o sudoeste do Matabelelândia, o centro-leste de Botsuana e a extremidade setentrional do Transvaal) era povoada, em grande parte, pelos zhizo. O estudo da cerâmica mostra que eles ainda permaneceram aí por dois séculos e meio antes da chegada, no sudoeste do Zimbábue, de um novo grupo chamado leopard's kopje.

Para compreender como viviam esses povos, devemos examinar dados de ordem econômica. A localização e a natureza dos povoamentos da Idade do Ferro, bem como os objetos talhados por eles, mostram que tais povos praticavam uma agricultura diversificada. Assim, a maioria dos assentamentos da primeira Idade do Ferro era situada em regiões acidentadas, onde esses agricultores podiam encontrar, nas proximidades, os recursos que lhes eram necessários – água, madeira, solos cultiváveis e pastos.

Os vestígios de construções formadas de estacas e *daga* (mistura de barro e esterco) são numerosos, e o volume dos detritos mostra que, geralmente, mesmo as menores explorações eram ocupadas por vários anos. Esses assentamentos semipermanentes eram, notadamente, dotados de silos, de cofres soerguidos, de pedras de moer e de enxadas de ferro, além de elementos pertencentes a uma tecnologia adaptada à cultura dos cereais. Encontramos traços de certos plantios, nos sítios da região, que remontam à Idade do Ferro, notadamente sorgo carbonizado nos sítios zhizo, toutswe e leopard's kopje; eleusine cultivada (*Eleusine*) e milhete (*Pennisetum*) em certos assentamentos leopard's kopje, bem como diversos leguminosos em Sinoia e nos sítios leopard's kopje. Tais elementos, juntando-se aos outros dados, testemunham o cultivo de certas variedades na Idade do Ferro.

A prática da criação de rebanho encontra-se igualmente atestada nos materiais arqueológicos relativos ao período que vai do século VII ao XI: ossos pertencentes a certos animais domésticos (carneiros e cabras) e ao gado foram encontrados em quase todos os povoamentos da Idade do Ferro conhecidos até hoje.

A cultura pastoril dos bantos se caracteriza por um sistema de valores relativos ao papel político dos homens, à benevolência dos espíritos dos ancestrais e à função mediadora do gado. O gado pertence ao domínio dos homens: é a primeira forma de riqueza, o principal meio de obter mulheres e crianças, o principal meio de sucesso, prestígio e poder. Esse sistema de valores determina uma organização particular do espaço: o pátio dos homens encontra-se situado no centro da aldeia, no interior ou nas proximidades do curral pertencente ao chefe. O chefe e outras personagens importantes são enterrados aí; nesse perí-

metro, também são cavados silos comunais (ou cofres especiais para os grãos), para se prevenir contra a fome. As cabanas das esposas encontram-se situadas em torno dessa zona central segundo um sistema hierárquico materializado pelo uso alternativo da esquerda e da direita. Nas aldeias onde as famílias vivem de forma independente, tal sistema hierárquico determina o lugar das famílias em torno do chefe; nas casas individuais, um lado é reservado aos homens e o outro às mulheres, conforme o mesmo princípio. Por outro lado, a divisão do espaço dianteiro-traseiro é feita de acordo com o caráter profano ou sagrado das atividades. A dianteira de uma casa e de uma aldeia é consagrada às atividades públicas e profanas, ao passo que a traseira é reservada às atividades privadas e sagradas: assim, os objetos ancestrais são conservados nas traseiras da cabana, os cofres de grãos privados (ou seja, não comunais) são colocados atrás das cabanas de seus proprietários e uma zona sagrada dedicada à chuva é instalada nas traseiras da aldeia, atrás da residência do chefe. Dado que essa demarcação sagrado-profano é situada mais ou menos no ângulo direito daquela que determina a hierarquia, a pessoa mais importante vive na parte de trás da aldeia, na parte mais protegida. Se a dianteira da aldeia encontra-se diante de um declive descendente, a importância hierárquica e ritual é então exprimida pela altura.

Tal esquema geral, obviamente acompanhado por importantes variantes, se aplica a um grande número de grupos étnicos da África Austral, mas não o encontramos nas sociedades bantas matrilineares da África Central, que possuem pouco ou nenhum gado, nem entre os criadores não bantófonos da África do leste. Antes, esse modelo parece limitado às sociedades bantas patrilineares que trocam gado por mulheres. Se essa correlação for exata, a presença desse esquema nos dados arqueológicos prova a existência de um sistema de valores especificamente banto em matéria de política e de criação de rebanho.

Na falta de encontrar integralmente essa organização do espaço na época pré-histórica, é, contudo, possível avançar configurações específicas exclusivamente pertencentes à cultura pastoril banta. Em particular, os currais de gado onde se encontram também covas e sepulturas humanas bastam para provar a presença de tal cultura. Com a ajuda desses elementos, podemos traçar a evolução da cultura pastoril banta na África Austral, remontando até o século VII antes da Era Cristã.

Após ter determinado as particularidades culturais das sociedades zhizo e leopard's kopje, podemos aproveitar de nossos conhecimentos sobre a cultura pastoril banta para interpretar os acontecimentos e mudanças importantes ocorridos na região do Shase e do Limpopo. Em primeiro lugar, nos interessaremos pelos assentamentos mais importantes.

Nessa cultura, a dimensão de uma aldeia depende diretamente da potência política de seu chefe: quanto maior for a potência do chefe, maior é a aldeia. A maior aglomeração zhizo descoberta, e a mais importante do ponto de vista político, é Schroda, no sudeste, situada bem perto da fronteira atual entre o Zimbábue, Botsuana e a África do Sul. A maior aglomeração leopard's kopje é K2, a aproximadamente seis quilômetros no sudoeste da capital, mais antiga, dos zhizo.

A arqueologia mostra claramente que, na Idade do Ferro, as populações dessa região mantiveram relações com mercadores da costa. Aliás, Schroda (século IX) é o sítio mais antigo da África Austral onde foram encontrados grande número de contas de vidro e objetos de marfim, e em K2 foram descobertos mais desses produtos do que em todos os outros sítios da mesma época. Recentemente, em Moçambique, arqueólogos descobriram as feitorias costeiras que, provavelmente, forneceram estas contas de vidro a Schroda e, depois, a K2, do século IX ao XII.

Uma constante circulação do gado era necessária para a manutenção do sistema econômico tradicional dos zhizo e dos leopard's kopje. Os ricos emprestavam seu gado aos pobres e todos trocavam gado por mulheres. Não se podia, pois, acumular riquezas sob a forma tradicional sem destruir o sistema econômico. Por outro lado, podia-se, sem prejudicar a economia, interromper, à vontade, a circulação do ouro, do marfim, das contas de vidro e dos tecidos, porque era possível armazenar esses produtos. Os produtos de fora eram importados em enormes quantidades. No sistema tradicional, a potência política era ligada à riqueza, pois que, dentre outras razões, era comprando mulheres e emprestando gado que um chefe podia concluir alianças e garantir fidelidades. Segundo documentos portugueses mais recentes, certos produtos importados faziam parte do dote da noiva e eram, assim, integrados no sistema econômico tradicional, de forma que a riqueza adquirida pelo comércio aumentava ainda mais a potência política dos chefes.

Quando os leopard's kopje chegaram na região do Shase e do Limpopo, provavelmente eles tiraram de Schroda o comércio do marfim, antes que a riqueza trazida por esse comércio pudesse mudar muito a sociedade zhizo. Por outro lado, a potência política dos dirigentes aumentara consideravelmente em K2, como testemunha a grande quantidade de detritos descoberta perto do pátio do chefe. Esses detritos, característicos da cultura pastoril dos bantos, são pedaços de potes de cerveja, de cinzas deixadas pelo fogo do conselho, os restos do gado que o chefe recebia em tributo ou após certas condenações, e as ossadas dos animais selvagens que o chefe recebia também em tributo ou que os homens partilhavam entre si.

Grupos étnicos e movimentos populacionais na África Austral, entre 950 e 1000 (Fonte: T. N. Huffman).

Por volta de 1075, os detritos elevaram-se quase a 6 metros acima do antigo estábulo, e a cidade ocupava inteiramente o alto vale, onde se situava. Escavações recentes e a datação com carbono 14 mostram que, nessa época, os habitantes abandonaram subitamente a cidade para se estabelecerem em torno da colina de Mapungubwe, a menos de 1 quilômetro de K2. Como o espaço habitável era duas ou três vezes mais estendido em Mapungubwe, podemos pensar que, levando em conta o crescimento demográfico, eles fizeram dessa cidade sua nova capital. O novo pátio foi provavelmente instalado aos pés da colina, em um lugar onde se formava um anfiteatro natural. Com efeito, o centro da cidade é o único lugar bastante vasto em que não foram encontrados vestígios de habitação. A ausência de esterco indica que não foram construídos estábulos perto do pátio: o plano de Mapungubwe respeitava, pois, a mudança que sofrera a organização do espaço própria aos criadores bantos. Outras modificações, mais tarde sobrevindas, mostram que é preciso situar a origem da cultura zimbabuense aqui, e não no Grande Zimbábue.

Quando Mapungubwe se tornou a nova capital, parte de seus habitantes instalou-se no cume da colina, acima do pátio. Razoavelmente podemos supor que, entre eles, havia o chefe e o seu círculo, já que, em K2, o chefe tinha sua residência no alto, atrás do pátio. Porém, na pré-história da África Austral, jamais um chefe colocara entre ele e seu povo uma distância material tão grande quanto em Mapungubwe. Tal separação marca, pela primeira vez, a institucionalização de uma estrutura de classe.

Pouco após a instalação em Mapungubwe, o estilo das cerâmicas começou a mudar. Essas mudanças poderiam ser atribuídas à chegada de uma nova população: entretanto, elas não foram muito importantes (superfícies mais polidas, maior complexidade dos motivos) e só se impuseram progressivamente. Assim, devido ao crescimento demográfico e à diferenciação da estrutura social, sem dúvida, é preciso antes explicá-las pelo surgimento de artesãos especializados. Pesquisas mais aprofundadas seriam necessárias para precisar como as mudanças sociais influenciaram o estilo da cerâmica.

Outros objetos encontrados em Mapungubwe mostram que essa cidade estabeleceu relações duradouras com os mercadores da costa. No começo do século XII surgiram discos perfurados que serviam de pesos para a fiação do algodão. Há muito tempo, tecia-se o algodão nas cidades suaílis. Tais discos perfurados, os mais antigos encontrados no interior das terras, indicam, portanto, que os mercadores da costa introduziram a tecelagem em Mapungubwe e talvez, deste modo, deram nascimento a uma nova técnica especializada.

Provavelmente, no início das relações comerciais, o ouro era mais uma moeda de troca que uma forma de riqueza; mas, por volta de 1150, tinha-se começado a fabricar objetos de ouro no local. Objetos de um interesse excepcional, como um rinoceronte e uma espécie de cetro, feitos de madeira e recobertos de finas folhas de ouro, foram encontrados em túmulos da colina real. Pela primeira vez na Idade do Ferro, o ouro surgiu na África Austral como um sinal de prestígio. Parece que foi neste momento que ele adquiriu um valor intrínseco.

Na mesma época, a organização espacial de Mapungubwe foi mudada. Foram construídos muros de pedra para delimitar certos setores da cidade.

A evolução de K2 em Mapungubwe e as analogias entre Mapungubwe e o Grande Zimbábue provam que a cultura zimbabuense originou-se daquela dos criadores bantos da região do Shase e do Limpopo. Portanto, podemos considerar Mapungubwe como a primeira capital do Zimbábue. Ela resultou do desenvolvimento do poder político, desenvolvimento este baseado no comércio de marfim e do ouro.

Madagáscar

Não há mais dúvida de que o homem esteve presente em Madagáscar, ao menos nas regiões sobre as quais as recentes pesquisas trouxeram novas luzes, muito antes do ano 1000 da Era Cristã. Se integrarmos também o estudo das fontes não malgaxes, cujo manejo é obviamente muito delicado, já que nelas Madagáscar jamais se encontra citada por um nome transparente, o período do século VII ao XI, apesar de sua parte de escuridão, não deve mais ser considerado, na história malgaxe, o dos primórdios do povoamento. Chegou a hora de abandonar definitivamente, no que a concerne, todas as discussões advindas da insuficiência dos conhecimentos relativos ao mundo austronesiano. Parece-nos que a ilha pode ser situada, sem solicitar o conjunto das informações de que dispomos, em um contexto oceânico amplo.

Pensamos hoje que o povoamento de Madagáscar, e não necessariamente sua descoberta, já se inscreveu muito provavelmente, para os austronesianos da Antiguidade, em uma situação em que o acaso cessara de ser predominante. Mesmo se admitirmos que os austronesianos fossem os primeiros a navegar em direção a Madagáscar – cujos povoamento, língua e cultura conservam sua marca (nesse ponto, nenhuma dúvida surgiu no decorrer das recentes pesquisas) – é possível examinar com atenção, em virtude dos indícios acima estudados, a hipótese de

uma inserção da ilha a um comércio inter-regional em busca de alguns produtos preciosos. Madeira de construção, goma de calafetação, aromas e especiarias poderiam ter sido fornecidos muito cedo pela colheita na ilha. Entre eles, a canela parece ter sido um dos produtos mais lucrativos desse comércio, cuja exploração e colheita eram uma especialidade do antigo Champa.

Se pensarmos que foi nessa época longínqua que Madagáscar participou, já de forma intensa, do comércio do Oceano Índico, cabe agora tentar acompanhar os episódios de tal participação entre os séculos VII e XI. Sem esconder a nós mesmos e tampouco ao leitor que essa interpretação cronológica se baseia em um postulado prévio: nossa certeza, fundada nas pesquisas realizadas na ilha, de que a ilha participava do comércio oceânico desde os primórdios do primeiro milênio.

A história da navegação no Oceano Índico ainda tem que ser escrita. Até o momento apenas houve abordagens parciais das quais é difícil extrair uma síntese incontestável. A expansão marítima do mundo árabe-muçulmano, ao menos a partir do século XI, provavelmente tenha velado, sob a abundância das fontes e dos estudos, a parte desempenhada por outros povos e zonas nas navegações mais antigas. Talvez fosse o caso de prestar mais atenção do que antigamente ao grau de aperfeiçoamento alcançado desde os primeiros séculos da Era Cristã pelas técnicas de navegação daqueles que os chineses do primeiro milenio agruparam sob o nome de *Kun-lun*, entre os quais os austronesianos foram certamente majoritários e, em todo o caso, muito numerosos. Ao que parece, tratava-se principalmente de povos de navegadores da Ásia do sudeste continental e insular. Esses austronesianos são considerados os construtores dos grandes navios costurados destinados à navegação de alto mar e descritos pelos autores chineses do século III ao IX sob o nome de *kun lun bo*. Segundo tais autores, esses navios de velas trançadas mediam aproximadamente 50 metros de comprimento e podiam transportar de 500 a 1000 pessoas, bem como uma carga de 250 a 1000 toneladas de arqueação. Jangadas e canoas polinésias (*outrigger*) talvez tenham continuado a conduzir alguns imigrantes austronesianos do fim do primeiro milênio até Madagáscar – a pobreza e a coragem, assim como o gosto pela aventura, são de todos os tempos.

As primeiras dificuldades encontradas pelos mercadores de Madagáscar parecem ter alguma relação com a ineficiência de Axum e Bizâncio contra a Pérsia sassânida. Ativa ou passiva, a primeira adaptação da grande ilha a essa situação consistiu manisfestadamente em entrar em relação com os importadores de língua persa, explicando assim sua influência perceptível nos dados das pesquisas malgaxes. Aliás, alguns desses importadores provavelmente se encontravam na costa africana. Porém, a mudança, ao menos parcial, de interlocutores

e a interrupção das rotas terrestres, que deram origem ao declínio do comércio não só do incenso, mas talvez também de outros produtos submetidos à concorrência daqueles do mundo árabo-persa, certamente atrapalharam também o comércio do cinamomo, já em concorrência com Ceilão, incentivado pelos sassânidas desde o século IV. Quando os habitantes de al-Kumr (Comores e Madagáscar), aproveitando-se das turbulências do fim do século VII e do início do VIII na Arábia do Sul, se lançaram à conquista de Áden em suas canoas, talvez se tratasse de uma tentativa bem-sucedida de reviravolta, já que esses conquistadores, entre os quais alguns se fixaram no Iêmen e fizeram de Áden seu porto de base donde saíam sazonalmente, haviam conseguido estabelecer uma ligação marítima direta entre seu país de origem e a Arábia do Sul, "navegando juntos em uma só monção"; segundo o testemunho de Ibnal-Mudjāwir, os árabo-persas do século XIII ainda faziam a mesma viagem em três monções. Assim puderam concorrer com seus rivais, pois os navegadores árabo-persas, que parecem ter ignorado o conjunto Comores-Madagáscar até o século X – e apenas identificaram-no corretamente a partir do século XII –, continuavam a receber os produtos malgaxes na costa leste-africana, ao longo da qual cabotavam.

Grandes turbulências afetaram a vida do Oceano Índico ocidental no século XI. Até hoje é difícil conhecer em detalhes a situação das trocas durante esse século. Nele e durante os séculos seguintes, se acreditarmos nas fontes árabes, as viagens dos navegadores malgaxes teriam acabado, na maioria das vezes, em Áden. Seu contato prolongado com os países muçulmanos provocou a conversão de alguns malgaxes ao Islã. Podemos até nos perguntar se algumas viagens de al-Kumr até Áden e as portas do Golfo Pérsico não acabaram por se inscrever na organização do comércio árabo-persa. Todavia, há um fato que parece quase certo: são os navegadores malgaxes convertidos ao Islã que poderiam ter incentivado os navegadores de Omã e Sīrāf a usar a rota direta para o norte da ilha, onde ainda podem ser encontradas as primeiras instalações de Onjatsy.

E também para a Ilha de Kanbalū que, segundo al-Mas'ūdī, era "habitada por uma população mista de muçulmanos e zandj idólatras". Aliás, ainda não se pode excluir que Kanbalū fosse situada em alguma parte no noroeste de al--Kumr. Porém, qualquer que seja a posição exata dessa ilha, isso deixa bastante claro que foi o mais tardar a partir do início do século X que a rivalidade com os árabo-persas parou de ser vivida de forma tão intensa por todos os malgaxes. E como tudo isso aconteceu em um momento em que, aproveitando-se tanto da situação criada pelo massacre dos muçulmanos de Cantão (878) quanto do crescimento do poder de Śrīvijāya, o mundo kun-lun, graças ao controle dos

estreitos, ganhou uma real vantagem sobre as marinhas rivais (árabo-persa e indiana, por um lado, chinesa por outro), as coisas não ficariam paradas.

Estendendo-se talvez até o da Sonda, tal controle dos estreitos conseguiu fazer da Península de Malaca, no rReino de Śrīvijāya, o ponto final de qualquer navegação em direção à China, ou dela proveniente. Esta última tornara-se um dos maiores mercados da época e foi para ela que se voltou uma grande parte do comércio do conjunto dos países do sudoeste do Oceano Índico isolados do Mediterrâneo. Madagáscar, da qual ao menos a parte oriental continuou a se inscrever no espaço kun-lun, participou evidentemente desse comércio. No que diz respeito ao episódio do ataque de Kanbalū, às vezes se admite que os assaltantes chamados de wāk-wāk nas fontes árabes fossem de Madagáscar. É considerada satisfatória a explicação dessa incursão dada por Ibn Lākīs nas "Maravilhas da Índia": a expedição estava à procura de escravos zandj, de produtos convenientes a seu país e à China (marfim, escamas, peles de pantera e âmbar-gris). De fato, sem precisar rejeitar esses motivos assumidos e cujo interesse consiste em evidenciar o fato de existir na ilha um mercado alimentado por trocas com o continente, donde vinham o marfim e as peles de leopardo – e provavelmente cativos zandj –, tal expedição se explicaria bem menos no quadro do desenvolvimento das trocas malgaxes com a China que naquele de uma rivalidade entre o mundo muçulmano e o mundo kun-lun, chamado de wāk-wāk por Ibn Lākīs.

Contudo, embora a pirataria e as incursões tenham sido frequentes ao longo desse período, como também na história mais recente de Madagáscar, essa expedição, que contava com um "milhar de embarcações" vindas do sul para atacar Kanbalū, não foi apenas travada por malgaxes da costa oriental, mas também por wāk-wāk do Oriente Extremo, cujas expedições nessas regiões do extremo sul, atestadas por outras fontes, não podiam ter por único motivo a busca de produtos, da qual eles podiam encarregar seus aliados de Madagáscar. Tais produtos abundavam em suas regiões e faziam parte do comércio multissecular da ilha com a China. Tudo leva a pensar que para esses kun-lun, ou wāk-wāk, se tratava mais de opor uma resistência ao avanço muçulmano rumo ao sul, favorecido por malgaxes islamizados, e de proteger o acesso às minas de ouro e demais metais. Talvez pudéssemos admitir que o ferro do sul de Madagáscar, tão bem protegido por seus exploradores, podia por si mesmo constituir uma riqueza, merecendo que se lutasse para conservar o seu monopólio.

Expedições como a de 945 parecem ter contido a progressão da marinha muçulmana durante bastante tempo. Porém, a homogeneidade do mundo kun-lun já era abalada pelo proselitismo do Islã. Podemos pensar que foi naquele momento que migrações como a dos zafi(n-d) raminia deixaram as margens

do Mar Vermelho. Enquanto isso, a ilha desenvolvia suas relações com a África Oriental – também islamizada, embora de forma diferente – exportando ali, como o sugerem as importações de Kilwa a partir do século X, os objetos de cloritoxisto produzidos localmente.

Essa nova abordagem das relações econômicas e navais entre, de um lado, Madagáscar e o mundo kun-lun, e, do outro, entre a ilha e o mundo árabo-persa, leva-nos a novas indagações, desta vez relativas à vida interiorana da ilha. As observações convergentes, com seis séculos de distância, do "Hudūd al-'Alām" e do almirante Sīdí 'Alī Čelebī parecem demonstrar que as velhas estruturas políticas e sociais do sul resistiram bem às novas influências. Isso deveria levar os estudiosos da ilha a retomar o exame da questão da influência "árabe", com a qual se explicou por demais sistematicamente diversos traços da antiga cultura malgaxe.

A diáspora africana na Ásia

Embora a presença dos africanos fora de seu continente fosse atestada desde a Antiguidade, foi somente no curso do período aqui examinado que seu papel se afirmou, em diferentes domínios da atividade humana, nos países muçulmanos do Oriente Médio, no subcontinente indiano, no arquipélago malaio e no Extremo Oriente.

As relações comerciais entre o sudoeste da Arábia e a costa da África Oriental descritas pelo desconhecido autor do "Périplo do Mar Eritreu", que data provavelmente do fim do século I ou do começo do século II da Era Cristã, já existiam vários séculos antes da redação desta obra.

Não dispomos de informações suficientes para determinar com certeza a época em que tais ligações comerciais se estabeleceram, nem sua extensão para o sul, ao longo do litoral da África Oriental, durante o período pré-romano. A unificação econômica e a opulência crescente do Império romano, entretanto, deram um novo impulso às atividades comerciais da Arábia do Sul. A expansão da demanda interna por produtos exóticos, como o marfim, inevitavelmente integrou "a região da África Oriental em um sistema de comércio internacional centrado no Mediterrâneo, pelo intermédio do Estado de Himyar, a sudoeste da Arábia".

A conversão oficial de Axum ao cristianismo monofisita, no começo do século IV da Era Cristã, é um evento de grande importância histórica. Ligações muito estreitas foram nutridas com a primeira potência cristã da época: o Império bizantino. Os axumitas tornaram-se os artesãos da política externa

bizantina, notadamente em matéria de comércio e de religião, de forma que a Etiópia encontrou-se estreitamente envolvida nos negócios da Arábia do Sul. A manisfestação mais importante dessas ligações foi a invasão da Península Arábica pelos etíopes do sudoeste, em 525.

Em razão da proximidade geográfica da Arábia em relação à África e das ligações seculares estabelecidas através do Mar Vermelho, muito cedo houve uma numerosa presença africana na Península Arábica. Esses africanos dos dois sexos, originários de diferentes regiões, mas, sobretudo, da Etiópia, da Somália, da Núbia e da costa oriental, chegaram à Arábia por diversas razões, mas a maior parte deles foi levada para lá como escravos. Por outro lado, é muito provável que muitos guerreiros etíopes, vindos com o exército dos invasores, tenham ficado depois na Arábia do Sul e em outras regiões para finalmente se fundir à população de predominância árabe.

A tradição diz que, em Meca, por exemplo, entre os primeiros convertidos ao Islã, houve um grande número de escravos, dos quais alguns eram de origem africana. Na doutrina da nova religião pregada por Maomé, as pessoas cunhadas de incapacidade social, ou seja, esses escravos, enxergaram a possibilidade de ascender à dignidade e ao respeito por si. O mais ilustre dos primeiros discípulos negros do Profeta foi Bilāl b. Rabāh. Primeiro *mu'adhdhin* (aquele que convoca a oração) do Islã, ele participou de todas as campanhas do princípio da época islâmica, inclusive as da Síria, onde morreu devido à peste, em Damasco (no ano 20 ou 21/640- 641).

Cinco anos após a proclamação do Islã (615), um certo número de muçulmanos buscaram refúgio na vizinha Etiópia, a fim de escapar das perseguições dos curaichitas de Meca. Tal estadia dos primeiros emigrantes muçulmanos na Etiópia os marcou profundamente e influenciou a evolução posterior da nova fé. As fontes biográficas muçulmanas (*tabakāt*) mencionam um grande número de etíopes convertidos ao Islã, que emigraram para Medinam para juntarem-se aos companheiros do Profeta. Elas os chamam de "monges etíopes" (*Ruhbān al-habasha*).

Não encontramos no Alcorão nenhum exemplo de preconceitos relativos à raça ou cor, nem mesmo uma menção denotando o conhecimento da existência delas. Certas passagens traduzem a "consciência de uma diferença". Em todo caso, é evidente que a raça nunca foi uma questão crucial no Alcorão.

Em todas as fontes medievais árabes, os habitantes da África tropical são geralmente divididos em quatro grandes categorias: os *sūdān* (termo aplicado a todos os africanos de pele negra, independente de seu local de origem), os habash

(etíopes), os zandj (termo aplicado aos povos bantos da costa oriental africana, termo por vezes utilizado como sinônimo de escravo negro) e os nūba (núbios).

Os muçulmanos árabes não foram os primeiros a praticar o tráfico de escravos africanos negros. A servidão dos núbios e de outros africanos é atestada na época dos faraós. Existem, em particular, numerosas representações de escravos na arte egípcia. Os escravos negros estavam presentes também no mundo grego e entre os romanos.

Dentre as principais regiões de proveniência dos escravos encontravam-se as regiões da África habitada pelos negros, ou seja, o litoral oriental, a Núbia, a Etiópia, o Sudão central e ocidental. O comércio de escravos provenientes da costa oriental começou bem antes do advento do Islã. Nos séculos VIII e IX, posteriomente à formação do mundo islâmico, a demanda por mão de obra escrava aumentou como consequência do desenvolvimento da agricultura no baixo Vale do Iraque e da expansão do comércio internacional no Oceano Índico. Os povos bantófonos – cada vez mais designados pelo nome de zandj – eram capturados durante as razias ou comprados aos reizetes do interior em troca de quinquilharias. Em seguida, eram expedidos das feitorias da costa para a Ilha de Sokotra e para o empório de Aden, pontos de concentração de onde eram encaminhados pelo Mar Vermelho e pelo Golfo Pérsico para os lugares de destino final, no Egito ou na Mesopotâmia. A mais forte concentração de escravos negros encontrava-se no Iraque; o que levou sem dúvida à revolta dos zandj, uma das mais sangrentas e das mais destruidoras da história do Islã.

A Núbia também era uma importante fonte de mão de obra servil para o mundo muçulmano. Certo número de escravos provinha do imposto anual (*bakt*) que a Núbia pagava aos soberanos do Egito muçulmano. A maioria desses escravos era destinada ao mercado egípcio, onde eles eram empregados sobretudo como soldados.

A última fonte de abastecimento era o Sudão ocidental. Os escravos provenientes do Sahel (Gana, Gao, Kānem e Zaghāwa) ou eram enviados para os grandes centros urbanos do Magrebe e da Espanha muçulmana, passando por Nūl Lamta ou Sidjilmāsa, ou atravessavam o Saara central para serem conduzidos, por Wargla e Djarīd, para a Ifrīkiya, o Fezzān, a Tripolitânia e a Cirenaica, e daí para o Egito e outras regiões do Oriente muçulmano.

Embora a organização do tráfico no mundo muçulmano desta época não seja conhecida em todos os seus detalhes, algumas de suas características principais puderam ser determinadas.

Mercados de escravos, ou, como eram chamados em certos países, "locais de exposição" (*mā'rid*), existiam em todas as cidades importantes do Império

muçulmano. No século V/XI, alguns encontravam-se situados geralmente na saída das grandes rotas comerciais internacionais, onde desempenhavam o papel de centros de distribuição. Os mercados de Bukhārā, Samarkand, Nīshāpūr, Rayy, Balkh e Marw eram os pontos de chegada das caravanas de escravos eslavos ou turcos. Zabīd e Aden, no Iêmen, e Basra, na baixa Mesopotâmia, serviam de centros de trânsito dos escravos negros. Outros mercados eram implantados no meio de zonas muito povoadas, onde a utilização de mão de obra servil era mais intensa, ou seja, em Bagdá, no Cairo, em Córdoba e em Meca.

A compra e a venda de escravos tornaram-se um negócio complicado. Os escravos deviam ser cuidadosamente examinados por parteiras e, às vezes, por médicos antes de serem apresentados aos eventuais compradores. As qualidades e os defeitos, bem como os trabalhos aos quais eles estariam mais adaptados, eram listados em cadernos.

Um desses vade-mécuns do comprador de escravos foi redigido pelo médico cristão do século V/XI, Ibn Butlān, e se intitula "Risāla fī shirā al-rākīk wataklīb al-'abīd". O autor reuniu e vulgarizou, ao menos entre os compradores de escravos, um grande número de ideias corriqueiras emprestadas principalmente da literatura grega e latina e, por vezes, de fontes medicais. A literatura, sobretudo sob influência dos fisionomistas do século V e dos séculos seguintes, tentou estabelecer ligações entre a aparência física atribuível ao meio e características próprias dos escravos.

O Estado controlava estritamente os mercados de escravos, de modo a proteger os compradores de práticas comerciais desleais. As transações não se desenrolavam exclusivamente em público. Podia-se também comprar escravos por meio de agentes (*dallāl*) que cobravam uma comissão. Esses traficantes de escravos, chamados importadores (*djallāb*) ou mercadores de gado (*nakhkhās*), eram também, simultaneamente, desprezados em razão de seu trabalho e invejados por causa de sua fortuna.

O preço dependia da proveniência, do sexo, da idade, do estado físico e das capacidades dos escravos. Em geral, os brancos custavam mais caro do que os negros.

Após as conquistas e o considerável avanço do comércio, a importância da mão de obra servil não cessou de aumentar nos territórios muçulmanos, a ponto de surgir como um fenômeno social fundamental. Os juristas muçulmanos das grandes escolas sunitas foram, portanto, levados a estudar a questão, interessando-se, notadamente, pelos seguintes aspectos: a origem dos escravos, seu estatuto em um novo contexto social, a natureza compósita do escravo – coisa e pessoa, simultaneamente – e, por fim, sua alforria.

Diferente das leis da Babilônia, as quais reconheciam vários fundamentos para a escravidão, o direito muçulmano somente admitia duas causas legítimas de escravidão: o nascimento nessa condição e a captura na guerra.

Do ponto de vista jurídico-religioso, considerava-se que o escravo tivesse uma espécie de natureza-mista: de coisa e pessoa, simultaneamente. Como coisa, ele era submetido ao direito de propriedade. Como pessoa, o escravo tinha a princípio certos direitos e certas obrigações, mesmo se esses não pudessem, evidentemente, ser comparados aos do homem livre.

Contudo, é o sistema de concubinagem legal que ganha a maior importância, em razão de sua considerável extensão e de suas incidências sobre a vida social da época. O direito do senhor de tomar suas escravas como concubinas é reconhecido tanto pelos usos árabes pré-islâmicos quanto pelo Alcorão. A alforria e a legitimidade das crianças nascidas dessas relações de concubinagem dependiam inteiramente da decisão de seu pai, o senhor da escrava. Parece que esse reconhecimento foi correntemente praticado.

Ademais, o senhor possui o direito de castigar (*ta'dhīb*) seu escravo. Na vida cotidiana e na prática das relações sociais, os preconceitos eram correntes, mesmo se os africanos não fossem as únicas vítimas.

Essa aversão marcada pela cor negra da pele e, mais tarde, pelos povos de tez escura, é característica de um certo número de geógrafos muçulmanos, de autores de *adab*, de poetas, como também de pessoas comuns, como testemunham as tradições populares da época. Uma das primeiras explicações dessa condição inferior dos negros está ligada à tradição bíblica, segundo a qual Hām, um dos filhos de Noé, teria sido condenado a ser negro por causa de seu "pecado". A maldição da negritude, e com ela a da escravidão, foi transmitida a todos os seus descendentes.

Os escravos negros ocupavam diferentes funções na sociedade muçulmana medieval: eram principalmente domésticos, concubinas, eunucos – nos haréns –, artesãos, auxiliares de comércio, serventes obrigados ao trabalho forçado nas empresas do Estado e soldados. Sua contribuição com a edificação dos fundamentos econômicos, políticos e sociais dos Estados islâmicos medievais foi considerável.

A base da pirâmide social era ocupada pelos zandj, que eram, sobretudo, escravos da África Oriental. Nas vastas planícies salinas da baixa Mesopotâmia, eles eram empregados, em grupos de 500 a 5.000, para livrar o solo de seu revestimento nitroso (*sebākh*), no intuito de liberar terras aráveis destinadas ao cultivo (talvez da cana-de-açúcar), bem como para extrair e amontoar o salitre da camada superficial do solo. Seu trabalho era vigiado por intermediários e contramestres. A vida nas salinas era particularmente penosa e as condições nas quais tais "varredores" (*kassāhīn*) viviam e trabalhavam eram realmente lamentáveis.

Por várias vezes, os zandj pegaram em armas contra o califado. A revolta dos zandj de 255/869 foi, certamente, a mais grave das insurreições organizadas por escravos africanos negros no Islã medieval. Ela durou mais de quatorze anos e passou por duas fases distintas: 255/869-266/879 e 266/879-270/883. A primeira fase foi um período de conquistas e de brilhantes êxitos para os insurgidos; a segunda foi marcada pelo desabamento do Estado zandj, no fim de uma longa luta contra forças superiores. O palco das operações englobava a baixa Mesopotâmia e a Pérsia meridional. O instigador da rebelião era um árabe, ʻAlī ibn Muhammad, geralmente chamado nos textos de Sāhib al-Zandj ("Senhor dos Zandj").

Não há dúvidas de que essa longa revolta, com suas consequências econômicas, políticas e sociais, marcou profundamente o Islã em sua integralidade. Ao mesmo tempo, ela tornou os muçulmanos ainda mais reticentes para com a África e os africanos em geral. Assim, a importação dos escravos zandj parece ter sido limitada ou regulamentada. A revolta teve também como consequência a propagação bastante larga de uma imagem desfavorável dos negros nos países muçulmanos, evocando tanto a maldição de Noé, quanto as ideias propagadas por Ibn Butlān.

Os africanos contribuíram muito com a cultura islâmica, quer se trate da poesia, da literatura, da música ou das ciências islâmicas, tais como a exegese corânica, a transmissão das tradições ou o direito canônico.

Segundo os autores árabes clássicos, os africanos tinham o dom da eloquência e os califados umaiada e abássida contaram vários poetas negros eminentes. O mais célebre e o mais notável desses poetas foi, todavia, Abū Mihdjān (falecido em 108/726-727).

Os africanos também eram excelentes nas artes musicais e várias virtuoses dominaram a cena musical ao longo dos dois primeiros séculos da era islâmica, em particular no Hidjāz, onde, "nos palácios e nas casas dos nobres e dos ricos, a música e a companhia dos músicos eram muito apreciadas". O primeiro e o maior músico dessa época foi o negro Abū ʻUthmān Sa'id ibn Misdjah (falecido aproximadamente em 715). Seu desejo de aprender as técnicas musicais exóticas o levou até a Pérsia e a Síria. Ao voltar para o seu Hidjāz natal, ele introduziu as melodias bizantinas e persas na música árabe vocal. Ibn Misdjah atingiu o apogeu de sua glória musical sob o reinado do califa umaiada ʻAbd al-Malik (684- 705) e foi proclamado um dos quatro melhores cantores de seu tempo.

As fontes biográficas árabes (*tabakāt*) mencionam um certo número de africanos dentre os especialistas da tradição religiosa e os teólogos. Um dos mais eminentes foi o *mawlā* negro Abū ʻAbd Allāh Sa'īd ibn Djubayr ibn Hishām

(falecido aproximadamente em 94/712). Ele é considerado uma autoridade sobre o ritual da peregrinação, a exegese corânica, o direito do divórcio e as questões de ritual.

São raras as provas da presença de africanos na Índia nessa época. No momento, estamos mais informados sobe a presença de escravos negros na Indonésia e na China, graças a breves notícias históricas e a documentos paleográficos e iconográficos.

Os escravos africanos negros eram conhecidos no arquipélago malaio desde o início do século VII da Era Cristã e, geralmente, eram chamados de zandj. As ligações mantidas entre esta região e a China também ocasionaram a introdução de escravos negros na China.

Temos também alguns indícios do papel desempenhado pelos escravos africanos no domínio social e econômico. Em outra passagem, "o 'P'ing-chouk'ōtan' acrescenta que esses 'escravos-diabos' eram empregados nos navios para calafetar, do exterior, as fendas das juntas situadas abaixo da linha de flutuação, pois eram excelentes nadadores que não fechavam os olhos embaixo d'água". Parece também que, muito frequentemente, eles foram empregados como domésticos em lares abastados das grandes cidades. Também desempenharam o papel que desempenharam como músicos no Reino de Śrīvijāya, em Sumatra (San-fo-ts'i).

A difusão da presença africana no mundo não começou com o êxodo forçado para as Américas. Observamos que, já do século VII ao XI da Era Cristã, um grande número de africanos viviam em muitas regiões da Ásia, onde ocuparam posições sociais diversas e exerceram um importante papel nos domínios econômico, político e cultural. Não obstante sua fundamental importância histórica é lamentável que este aspecto da influência africana na Ásia tenha sido tratado apenas de forma fragmentária e baseando-se em fontes não africanas.

As relações entre as diferentes regiões da África

O período que se estende do século VII ao XI da Era Cristã foi marcado por um forte desenvolvimento das relações entre as diferentes regiões da África. O continente africano sofreu dois fenômenos maiores: a mobilidade das populações e a amplitude das trocas de longa distância.

A descrição das rotas deixada pelos geógrafos árabes testemunha o desenvolvimento das trocas comerciais entre as diferentes regiões do continente a partir do século VIII. A conquista árabe não somente acarretou uma profunda

transformação da geopolítica do mundo mediterrâneo, dominado pelo Império muçulmano entre os séculos VII e XI, como também, e sobretudo, mesmo após a desagregação desse império, deu um dinamismo inusitado às trocas "internacionais". Apesar das turbulências permanentes que caracterizaram a superestrutura do império (revoltas, xiismos), o mundo muçulmano permaneceu, até o século XIII, o centro do comércio mundial. Vale destacar o papel fundamental do ouro africano na afirmação do poderio muçulmano. Até a expansão europeia do século XV, o destino da África e o do mundo árabe foram estreitamente associados.

Durante o período aqui estudado, três traços fundamentais caracterizaram as trocas interafricanas: o progresso dos meios de comunicação, a expansão da rede comercial e o aumento do volume de trocas.

Ao fortalecer as relações permanentes entre a África do Norte e a Ásia Ocidental, a conquista árabe criou condições favoráveis para o uso extenso do camelo. Qualquer que seja a origem do camelo, no conjunto, os pesquisadores concordam em destacar o uso generalizado desse animal de carga nas trocas transaarianas a partir da época islâmica. De acordo com al-Bakrī, o rei dos sanhādja dispunha no seu exército de mais de 100.000 camelos de raça. Eram milhares de camelos a compor as diferentes caravanas que, o ano todo, ligavam o Sudão ao Magrebe e ao Egito.

Um dos méritos da expansão muçulmana foi de dar um considerável impulso à navegação. Sob o estímulo dos aglábidas e dos fatímidas foi construída uma poderosa frota que permitiu aos negociantes muçulmanos assegurar a ligação comercial entre a África Oriental, os países do Oceano Índico, do Mar Vermelho e do Mediterrâneo. Entre os séculos VII e XI, o tráfego entre as diferentes regiões do continente conheceu um vigoroso impulso. O crescimento urbano foi a mais notável manisfestação desse desenvolvimento das trocas. Desde o século XI, tais centros tornar-se-iam grandes mercados cosmopolitas, especializados no trânsito dos produtos de troca provenientes da África Oriental (Zimbábue), da Ásia Oriental e Austral e do mundo muçulmano. Desse modo, o novo desabrochar urbano, esboçado a partir do século VII e resultante do desenvolvimento das trocas, favoreceu a expansão da rede comercial e logo aceleraria o processo de integração das diferentes economias regionais e locais.

O aumento do volume de trocas foi consequência direta da forte demanda provocada pelo desenvolvimento urbano, o crescimento demográfico de algumas regiões (Magrebe, regiões bantas) e a expansão do mercado externo (Índia, China, Império árabe). Os produtos mais trocados nesta época podem ser divididos em quatro grandes categorias: as matérias-primas (ferro, linho, algodão, goma, índigo); os produtos de subsistência (trigo, peixe desitratado, milhete, sorgo, arroz,

sal, azeite de oliveira); os artigos de luxo de "uso social" (escravos e camelos); os produtos de consumo de luxo (têxteis, metais preciosos, cobre, pérolas e marfim).

As trocas comerciais e a mobilidade correlata das populações foram os instrumentos da difusão das técnicas. O estado atual de nossos conhecimentos permite destacar cinco ramos de atividades que parecem ter conhecido progressos e se propagaram no continente: a extração mineira e a metalurgia, a agricultura, o artesanato, as técnicas comerciais e as técnicas de guerra.

Do ponto de vista do movimento das ideias, o período do século VII ao XI caracterizou-se pela difusão do Islã, em detrimento não só do cristianismo e do judaísmo, como também do politeísmo. Ainda no fim do século VII, apenas uma minoria constituída pelos conquistadores árabes professava o Islã no Magrebe e no Egito, mas por volta do fim do século XI, o conjunto do Magrebe, o Egito, o Saara ocidental e importantes núcleos de populações da África Ocidental, Central e Oriental haviam se convertido ao Islã. O Islã deveu sua expansão às novas condições econômicas e sociais, direta e indiretamente criadas pela expansão comercial e política do Império árabe, correlativamente aos mecanismos internos de evolução das sociedades africanas.

Três traços essenciais caracterizaram as transformações sociais do período: os grandes movimentos populacionais, a aceleração do processo de diferenciação social sob o efeito dos progressos da divisão do trabalho e o desenvolvimento da luta de classes manifestado pelas revoltas e guerras civis em alguns Estados.

Os movimentos populacionais modificaram notavelmente a geografia humana do continente. Qualquer que seja a conclusão das discussões sobre as migrações bantas, constata-se que o movimento desse povo através da África Central, Oriental e Austral prosseguiu no decorrer da época que aqui nos interessa. As turbulências políticas que marcaram os primórdios da conquista árabe e, sobretudo, o desenvolvimento do comércio transaariano levaram ao rechaço para o Saara de vários grupos berberes. Foi talvez a pressão desses recém-chegados que provocou o êxodo de algumas populações negras como os protouólofes e os sereres do Tāgant (Mauritânia) para o sudoeste (Senegal ocidental). Os *dioula* (negociantes) soninquês de Gana, intermediários do comércio transaariano, fundaram uma série de metrópoles comerciais no Níger e em seus afluentes, cujas mais prósperas seriam Dia e Djenné. A população da costa oriental da África e de Madagáscar cresceu em decorrência da chegada de ondas sucessivas de migrantes vindos da Arábia, da Índia, da Ásia Oriental e da Indonésia.

O progresso da divisão do trabalho teve sua origem em uma divisão do trabalho maior decorrente do desenvolvimento das trocas. Nesse âmbito, o fato de maior destaque foi a emergência, no Magrebe e no Sudão, de uma classe

de negociantes profissionais especializados no comércio inter-regional. Esses comerciantes conseguiram superar suas diferenças raciais (berberes, árabes, judeus, negros) para constituírem-se em verdadeira classe consciente de seus interesses. Os negociantes ocupavam uma posição econômica dominante no seio das sociedades e chegaram a almejar o poder político ou, ao menos, a usar os Estados como simples instrumentos de polícia destinados a garantir a segurança das transações. Quanto à aristocracia militar detentora do poder político, as trocas com o exterior permitiram-lhe adquirir novos meios de dominação (armas e cavalos para os Estados sudaneses, ouro para os Estados muçulmanos) que tenderiam a reforçar seu domínio sobre o povo.

Aí, o comércio não foi o principal elemento da origem da constituição desses Estados. Apenas acelerou um processo baseado na dinâmica interna dessas sociedades, que haviam alcançado um grau de maturidade permitindo-lhes reagir favoravelmente às solicitações externas. Em particular, o aparecimento de um excedente devido aos progressos das forças produtivas constituiu a base sobre a qual se desenvolveu o comércio com as comunidades estrangeiras.

O desenvolvimento da luta de classes, e dos conflitos sociais em geral, desencadeou-se com uma intensidade variável em função das peculiaridades locais e do nível alcançado pelas relações de dominação e de exploração dentro de cada formação social.

Nos Estados sudaneses, o quadro é mais confuso. Mas é provável que a queda do Império de Gana/Wagadu, no fim do século XI, tenha sido a última consequência de um processo de apodrecimento interno. Segundo nossa hipótese, tal apodrecimento seria devido aos conflitos que opuseram dois grupos da classe dirigente ganense: o primeiro, islamizado, estava aliado aos negociantes, e o outro era fiel à religião tradicional e à sociedade rural. As dissensões internas teriam logo se agravado com a intensificação das contradições entre o conjunto do povo e a classe dirigente. Contudo, qualquer seja o valor dessa hipótese, ficou estabelecido que as trocas interafricanas exerceram influências contraditórias sobre as formações sociais do continente. Em alguns casos, favoreceram a integração política (impérios almorávida e fatímida e, mais tarde, Mali e Songhai); em outros, ao contrário, levaram à desintegração de estruturas estatais herdadas das épocas anteriores (Gana, Império cristão da Etiópia).

A África do século VII ao XI: cinco séculos formadores

Durante esses cinco séculos e pela primeira vez com tanta clareza, podemos acompanhar, com toda a cautela metodológica e as nuances regionais imprescindíveis, uma série de evoluções comparáveis no conjunto do continente.

Ao longo dos séculos, a distribuição geográfica das principais configurações socioculturais da África estabilizou-se e tomou forma. Vislumbramos o amadurecimento de economias, de formações sociopolíticas e de representações coletivas que formariam o substrato do movimento histórico posterior. Durante esses séculos prosseguiu uma lenta germinação que explicaria a florescência a seguir.

A primeira característica geral notável, que por vezes teve sua origem bem antes do século VII em algumas regiões, é a organização de espaços de sedentarização onde a produção agrícola se tornou dominante. O desenvolvimento das tecnologias constitui um segundo fato de maior destaque: ele acarretou uma exploração aprimorada dos recursos, a divisão do trabalho e o crescimento das trocas. A complexidade dos poderes torna-se legível para o historiador, ao mesmo tempo em que se esboçam as representações coletivas, as religiões, as ideologias e o conjunto dos meios de expressão cultural que delas garantiriam a reprodução e a transmissão para as gerações seguintes.

A sedentarização não constituiu em si um progresso, como também não se opôs, como muitas vezes se afirmou, à liberdade dos pastores seminômades ou nômades, nem à vida aleatória dos caçadores-coletores. De forma geral, ela resultou evidentemente de uma nova relação com o meio, tornada necessária pelas mudanças climáticas, quase sempre desfavoráveis, pelo crescimento demográfico e pela crescente complexidade das sociedades que buscavam organizar seus territórios. Ao que tudo indica, a sedentariedade avivou a progressão demográfica e favoreceu a divisão do trabalho. Tornou também mais necessário o progresso da agricultura. Tal progresso, que corresponde a um aumento da quantidade de trabalho necessário para a produção de alimentos, constitui a melhor estratégia de sobrevivência inventada pelos grupos humanos, tanto na África quanto em outros continentes, mas não encontrou em todo lugar as condições imprescindíveis para permitir seu impulso.

Durante esses séculos, certamente existiu um crescimento demográfico natural. Embora tenha sido muito lento e saibamos pouco a esse respeito, não podemos negligenciá-lo. Foi acompanhado por uma crescente degradação, em várias regiões, das relações com o meio ambiente. Os dois fenômenos provavelmente se conjugaram para dar origem a lentos movimentos populacionais, que não corresponderam a migrações, mas que as pesquisas vêm revelando aos poucos. Foi o caso do movimento de volta do Transvaal para o Zimbábue, que começou aparentemente no século VIII ou XI, e parece ligado aos efeitos do superpovoamento. Foi também o caso, no delta interior do Níger, da ocupação, nos séculos X e XI, das banquetas altas do vale do rio até então inexploradas.

As novas dinâmicas de produção levaram obviamente a mudanças sociais. Em certa medida, podemos dizer que os principais processos de integração dos grupos em sociedades coerentes encetaram nessa época. Foi, sem dúvida, uma época de "etnogenia", de absorção de antigos grupos por outros mais amplos e de relativa integração linguística, ao menos localmente, tudo isso provocando dramas e lutas.

Nesses grupos mais sedentários, enraizados no solo, em meios melhor explorados, até que a pressão demográfica condenasse os grupos a diversas formas de segmentação, as sociedades africanas desenvolveram novas tecnologias, não só no que diz respeito à produção alimentícia. A melhoria da moradia tornou-se, naquele momento, um objetivo bastante claro: a arqueologia das moradias de terra ainda não revelou muitas das informações que ela poderia proporcionar. As pesquisas sobre os modos de concepção dos espaços de vida representados pelas moradias proporcionam-nos um acesso direto à história das técnicas, mas também àquela das sociedades.

Resta ainda escrever a história das tecnologias africanas. Por isso levantaremos mais problemas do que respostas. Algumas tecnologias como a cerâmica, a cestaria, o curtume, o trabalho da madeira e da pedra, bem como, talvez, a extração do sal, já eram milenares antes de 600. Nenhuma dentre elas permaneceu parada, antes ou depois de 600: evidentemente, uma técnica como a da fabricação das redes de caça, obviamente muito antiga, evoluiu e seria preciso estudar tal evolução no Egito, na África do oeste e na África Central, por exemplo, de acordo com os animais caçados, as técnicas de caça e os tipos de sociedades e de alimentação. De qualquer maneira, todos os estudos antropológicos mostram que existe uma relação entre os métodos de tecelagem da rede, seu tamanho e o tamanho das malhas, seu modo de conservação e de uso, de um lado, e as estruturas socioeconômicas, de outro lado. Porém, somente conhecemos alguns marcos dessa evolução milenar, e não suas continuidades. Da mesma maneira, não conhecemos nada da evolução das técnicas de produção do sal, tampouco das quantidades produzidas e consumidas. Estas variavam certamente em função da pressão demográfica, mas também das formas de alimentação.

A cerâmica, os metais e a tecelagem podem servir como exemplos, ainda muito incompletos, do que esses estudos podem trazer para a história do continente.

No decorrer dos cinco séculos aqui estudados, o comércio desenvolveu-se de forma espetacular, destacando-se o comércio transaariano, sobretudo a partir de 800. Se comparada com a época precedente, a situação continental renovou-se totalmente. A integração do Saara, da África Ocidental, da costa oriental e do

interior de parte do Zimbábue e do Transvaal em um comércio intercontinental era nova, como o era o desenvolvimento das redes regionais de comércio. Esse dinamismo comercial foi um primeiro fruto da sedentarização e do ajuste dos sistemas descritos. Apesar das incógnitas, sabemos doravante o suficiente para afirmar que essa época representa um ponto de partida, na base do qual as economias e o comércio, entre 1100 e 1500, desenvolver-se-iam ainda em intensidade, volume e complexidade. As redes regionais desenvolver-se-iam e juntar-se-iam, sempre em posição subalterna em relação às áreas do comércio internacional e, por volta de 1500, quase não sobraria nenhum setor fora de uma área comercial regional. Portanto, na época em foco, comunicações em vastas partes do continente construíram-se e articularam as paisagens humanas ao difundir ideias e práticas sociais com os bens trocados.

Resta também escrever a história social do continente da época estudada. Não sabemos quase nada do nível fundamental, aquele da regulação das ligações de sangue, da residência comum e do trabalho comum. Até a história das instituições que organizam essas relações, como a família, a grande família (muitas vezes chamada de linhagem), o lar, o casamento e os grupos de trabalho constituídos, permanece desconhecida. Essas instituições deixam poucas marcas nas fontes escritas ou arqueológicas. Ademais, elas têm pouca visibilidade, por mais fundamentais que sejam, em razão de sua própria permanência. Essa aparência é aquela de dados estáveis ligados à natureza humana. Todavia, não é nada disso, embora muitos pesquisadores tenham sido enganados, como se os clãs, as linhagens e os casamentos sempre tivessem funcionado dessa maneira.

Não há dúvida nenhuma de que a divisão do trabalho progrediu de forma espetacular do século VII ao XI, e que as sociedades se estratificaram. A análise e a classificação dos fenômenos ainda pouco avançaram. É relativamente mais fácil, em algumas zonas do continente, mostrar que surgiram então fortes diferenças de estatutos econômicos e sociais (classes) do que compreender, de outra forma que pela aplicação de esquemas teóricos abstratos, como funcionavam, nos fatos, as relações entre tais classes. As mais recentes pesquisas, por exemplo, ao menos para a África do oeste, vão mais no sentido de um surgimento recente das castas do que naquele de sua ancianidade. Portanto, provavelmente, seria preciso ainda trabalhar muito, e abordar com lucidez todas as hipóteses de pesquisas possíveis, antes de fixar precipitadamente uma descrição de sociedades em plena transformação e, segundo os lugares, em estágios diferentes de tal transformação.

A história do processo de urbanização encontra-se também em plena revisão. Pensou-se durante muito tempo que ele era exclusivamente ligado à influência

muçulmana e, de fato, os muçulmanos foram grandes fundadores de cidades em todas as regiões onde viveram nessa época e durante as mais recentes. Porém, vemos hoje de forma cada vez mais clara que aglomerações urbanas existiram antes do Islã: a demonstração foi fornecida de forma espetacular por Jenné-Jeno, como também pelo caso do sudeste do continente.

Contrariamente às impressões que deixam o conjunto dos trabalhos etnográficos ou aqueles dos antropólogos sociais até pouco tempo, a África Ocidental não era uma justaposição de aldeias reunidas em etnias, cujas culturas e línguas distintas e rurais se beirariam sem se influenciar. As cidades, a partir do momento em que surgiram, tornaram-se centros culturais irradiando vastas áreas em torno delas. A complexidade dos espaços culturais e sociais constituiu-se antes do século XI; é o que explica a difusão de línguas como o manden, o ioruba e o haussa. A escala dessa sociedade, seu dinamismo interno e sua evolução permaneceram, portanto, desconhecidos durante muito tempo.

Na África Ocidental, a organização de Estados provavelmente começou antes de 600, mas tornou-se evidente durante a época aqui estudada. Gao, Gana e Kānem são hoje aparentemente bem conhecidos, embora fosse preciso ainda muito trabalho sobre a gênese do Estado nesses três casos. Mas existem muitas outras zonas, até agora menos privilegiadas pela pesquisa, para as quais não há mais dúvida quanto à existência de poderes estatais durante o período estudado. Foi certamente o caso do Takrur.

Parte importante do continente africano era dividida entre dois monoteísmos. Um esteve em constante progresso do século VII ao XI: o Islã; o outro, o cristianismo, desapareceu de todo o norte da África, onde ele se implantara na época romana, e só subsistiu solidamente na Núbia e na Etiópia; também sobreviveu uma importante minoria cristã no Egito. Ambos esses monoteísmos construíram uma civilização de cunho universal, tendendo a substituir, de uma forma mais ou menos ampla segundo os lugares e as datas, as culturas anteriores.

Para os historiadores, seria muito mais importante conhecer o que era então a religião africana. Algumas lascas de informação apenas são interpretáveis com a ajuda de conhecimentos relativos a períodos muito mais recentes. Fala-se muito de "fazedores de chuva", de "encantos", de "culto dos antepassados", de "ídolos" – essa palavra vem de fontes monoteístas de "feitiçaria". Uma abordagem desse tipo esconde nossa ignorância, ela insiste sobre continuidades reconfortantes e elimina toda evolução; ela permanece perigosamente vaga. Aqui, estamos diante de uma outra grande lacuna da pesquisa sobre a África antiga, lacuna esta que só poderá ser preenchida parcialmente com o desenvolvimento de novas metodologias.

Na África que permaneceu fiel à sua religião e às estruturas socioculturais correlatas, a situação precisa ser melhor pesquisada. O desenvolvimento de grandes Estados fez surgir uma concepção do poder interessante e original, muitas vezes impropriamente batizada "realeza divina". Há mais de um século, os estudiosos notaram que as ideologias da realeza eram muito parecidas de cabo a rabo da África do sul do Saara. O detentor desse poder era "sagrado", isto é, respeitado enquanto ele respeitasse as condições do contrato humano que o ligava a seu grupo, e também temido, obrigado a transgredir – e só ele – as regras ordinárias da vida social; o exemplo mais mencionado dessas transgressões é o incesto. Esse personagem tem uma ação positiva sobre o meio e a fecundidade, sobre a chuva e a água, sobre os alimentos, a paz social e a vida da comunidade. Ele possui, por consentimento tácito, poderes sobrenaturais inerentes à sua função ou obtidos por acúmulos de encantos. A rainha mãe, ou as irmãs, ou até mesmo a mulher do rei, desempenhavam um papel ritual importante. Alguns pontos de etiqueta e de símbolos associados à realeza eram muito parecidos em toda parte. O rei não podia ter defeitos físicos. Seus pés não podiam tocar a terra nua. Ele não podia ver sangue ou cadáveres. Ele devia permanecer invisível para o povo e esconder seu rosto. Ele só se comunicava com outrem por meio de intermediários. Ele comia escondido e ninguém podia vê-lo beber. G. P. Murdock chegou a dizer que todos os reinos africanos eram parecidos, como feijões da mesma casca. Se faltasse gravemente com alguma de suas obrigações, especialmente como regulador das colheitas, na integridade de seu corpo ou por excesso de poder, o personagem em questão era eliminado fisicamente de forma mais ou menos sumária. Aqui reside certamente a maior diferença concreta no exercício do poder em relação aos mundos mediterrâneos.

Os fatores que favoreceram o surgimento de tal ou tal caráter dessa realeza "sagrada" foram muito variáveis no tempo e no espaço. Portanto é preciso, aqui também, afastar-se de qualquer tentativa de sistematização. Etiquetas, rituais, crenças e símbolos variaram ao longo dos séculos e de acordo com o local. Mesmo no século XIX, eles não eram idênticos de um reino ao outro e a lista dos "traços da realeza sagrada" é uma lista compósita. Raramente encontramos todos os seus aspectos agrupados em cada um dos reinos, a semelhança de Murdock é, portanto, em parte fictícia.

A complexidade dos aspectos do poder surgiu quase fisicamente durante o período estudado. Nas regiões em que o comércio se tornou essencial, o poder não mais podia permanecer alheio a uma forma ou outra de seu controle, mas também ao domínio do ouro, do cobre ou do ferro, por exemplo. Assim surgiram aspectos do poder que não existiam em uma sociedade de caçadores-coletores ou em um grupo agrícola simples.

Desse modo, a história dos poderes aparece, em definitivo, na África como em outros lugares, muito mais ligada às transformações econômicas e sociais do que à ideologia: esta última cria, conforme as necessidades, as justificativas e os rituais necessários à estabilidade e legitimidade das funções. Os poderes africanos conheceram, antes do século VII, depois do XI e entre ambos, contradições, tensões e evoluções como em qualquer outra parte da Terra. O que é provavelmente o mais notável e desconcertante para os historiadores atuais dessa área é a extrema elasticidade das adaptações ideológicas, redutoras das contradições e dos conflitos, pelo menos enquanto não intervieram as exigências do cristianismo ou do Islã. A religião e as ideologias tratam da substância cultural. As artes constituem a expressão desta substância.

Cinco séculos de estabilização, de enraizamento da sociedade, de desenvolvimento, no sentido mais amplo da palavra. Cinco séculos marcados tanto pela exploração mais coerente dos diversos meios quanto pelo surgimento do Islã, que modificou paulatinamente os antigos equilíbrios. Cinco séculos de desenvolvimento desigual em que algumas zonas do continente saíram totalmente da sombra documental e permitiram restituir, graças à paciência e inventividade metodológica, as transformações técnicas, sociais, culturais e políticas em curso. Cinco séculos durante os quais algumas regiões também permaneceram muito insuficientemente conhecidas por nós, o que significa que não trabalhamos o suficiente. Na época que nos interessa, a África Central certamente atravessava um período de intensa organização sociopolítica: pressentimo-no em toda parte, mas, em muitos casos, as provas ainda faltam.

Um observador vivendo em 600 não poderia ter previsto, mesmo em grandes linhas, o que seria a África por volta de 1100. Mas um observador vivendo em 1100 poderia ter predito as grandes linhas do que seria a situação humana desse continente em 1500 e, no plano cultural, até mesmo por volta de 1900. Eis mesmo o significado desses cinco séculos formadores apresentados neste capítulo.

CAPÍTULO 4

África do século XII ao XVI

Introdução

Embora o problema da divisão cronológica ainda se coloque, parece-nos que o período considerado apresenta certa unidade e constitui um momento de importância capital na evolução histórica do continente como um todo. Neste, a África desenvolve culturas originais e, sem perder sua personalidade, assimila influências do exterior.

A partir do final do século XI a documentação escrita relativa à África ao sul do Saara torna-se cada vez mais abundante, principalmente do fim do século XIII ao final do XIV. Em meados do século XV, as fontes portuguesas vêm preencher uma lacuna informando-nos sobre os reinos da costa da África Ocidental, então em pleno desenvolvimento. O Golfo do Benin e a embocadura do Rio Zaire (Congo) foram importantes focos de civilização.

Esse período apresenta várias características fundamentais.

Em primeiro lugar, assiste-se ao triunfo do Islã em grande parte do continente. 1076 é um ano importante tanto na história do Magrebe como na do Sudão, pois marca a queda de Kumbi-Saleh, capital do Império de Gana, diante do ataque dos almorávidas. Por outro lado, mercadores provenientes da Arábia e do Golfo Pérsico abrem a costa oriental africana, do Chifre da África a Madagáscar, ao comércio intercontinental. Partindo do Egito, o Islã expande-

-se rumo à Núbia, e ao Sudão oriental; ali encontra forte resistência dos antigos reinos cristãos coptas. No entanto, do mar Vermelho e principalmente do Chifre da África, o Islã difunde-se para o interior, favorecendo a emergência de reinos muçulmanos ao redor dos cristãos. A luta entre as duas religiões será árdua nessa região; a Etiópia irá encarar essa resistência ao Islã do século XII ao XV, antes que os negus tivessem o apoio da nova força cristã representada por Portugal nos fins do século XV e início do XVI. Aqui também domina, em todos os aspectos, a personalidade africana, já que o cristianismo da Núbia e da Etiópia é completamente africanizado, assim como o Islã africano.

Ao longo da costa, do Chifre da África a Madagáscar desenvolve-se uma civilização afro-muçulmana original: a civilização suaíli. Esta se exprime na língua de mesmo nome, que, embora com diversos empréstimos ao árabe, conserva a estrutura do banto. Será essa a língua de comunicação em toda a África Oriental. Assim, direta ou indiretamente, a influência do Islã se faz sentir em toda a região.

O segundo tema de importância a se destacar no estudo do período é o formidável desenvolvimento das relações comerciais, dos intercâmbios culturais e dos contatos humanos. Do Indo ao Gibraltar, do mar Vermelho a Madagáscar, da África setentrional às regiões subsaarianas, homens e mercadorias circulam livremente. Do século XII ao XVI a África torna-se, em muitos aspectos, uma encruzilhada do comércio internacional.

Não menos intensas são as relações inter-regionais; o Saara é percorrido de norte a sul por grandes caravanas que transportam gêneros e produtos de toda espécie. Entre as savanas sudanesas e as regiões de floresta mais ao sul, do Rio Casamance ao Golfo do Benin, desenvolve-se um intenso comércio. Ao sul do Equador, onde a influência muçulmana é nula, os intercâmbios entre regiões não serão menos significativos, graças aos deslocamentos de populações e aos inúmeros contatos ocorridos por ocasião dos mercados ou feiras. Os frequentes intercâmbios inter-regionais explicam a unidade cultural fundamental do continente.

Além do ouro, a África exporta marfim bruto ou trabalhado para a Arábia e a Índia através do Oceano Índico. O tráfico transaariano, por sua vez, é alimentado pelo florescente artesanato do Sudão e pela rica agricultura do Vale do Níger. O Sudão exporta igualmente escravos para suprir as necessidades das cortes magrebinas e egípcias (mulheres para os haréns e homens para formar a guarda de honra dos sultões).

Cidades de atividade mercantil margeiam as orlas do deserto: uma classe dinâmica de mercadores e letrados anima a vida econômica e cultural de Djenné, Niani, Gao, Tombuctu, Walata, no Sudão ocidental; no norte do Saara, Sidjil-

masa, Tuat, Wargla, Marrakech, Fez e Cairo. No Sudão central, no Kanem--Bornu e nas cidades hauças tais como Zaria, Katsina e Kano, a vida cultural e econômica não é menos intensa; sob a influência dos Wangara, povos como os hauças especializam-se no comércio. Na costa da África Oriental, as colônias arabo-persas, instaladas nos portos a partir dos séculos IX e X, fazem de Mombaça e principalmente de Sofala e Madagáscar centros comerciais ativos, que mantêm relações constantes com a Índia e a China.

No plano político, entretanto, o Sudão tem instituições e estruturas sociais próprias, que o Islã superficial das cortes deixa intactas... Os berberes arabizam--se lentamente. Nas cidades do Sudão, o árabe é a língua dos letrados, gravitando em torno das mesquitas, e de alguns mercadores abastados; aí não há arabização.

Por outro lado, o Egito passa a ser o centro cultural do mundo muçulmano, tomando o lugar de Bagdá, Damasco e das cidades da Arábia. O século XII inicia-se na África setentrional com um recuo dos almorávidas em várias frentes e o reflorescimento muçulmano, sob a égide dos almóadas; a leste, no Egito, esse reflorescimento terá lugar sob os aiúbidas e principalmente sob os mamelucos durante os séculos XIII e XIV.

Essa é também a época de expansão e apogeu dos reinos e impérios sudaneses: o esplendor dos Estados do Mali, do Songhai, do Kanem-Bornu, e dos reinos mossi e dagomba, na curva do Níger. O estudo das instituições no Mali e nos reinos mossi, por exemplo, revela a influência tradicional africana comum. Comerciantes e peregrinos negros encontram-se pelas encruzilhadas do Cairo; estabelecem-se embaixadas negras nas cidades do Magrebe; intensificam-se as relações culturais e econômicas com o mundo muçulmano, sobretudo no século XIV. Certos escritores árabes – historiadores, geógrafos, viajantes e secretários das cortes – nos deixaram excelente documentação sobre a África, notadamente no século XIV: Ibn Khaldūn (1332-1406); Ibn Battūta, século XIV; al-'Umarī' Ibn Fadl Allāh, secretário na corte dos Mamelucos entre 1340 e 1348; Leão, o Africano, século XVI.

Um fato muito importante a ser sublinhado é o desenvolvimento dos reinos e impérios entre os séculos XII e XVI; que se desenvolveram praticamente sem a influência do Islã, como o Reino do Congo, o Zimbábue e o Monomotapa (Mwene Mutapa).

Graças aos trabalhos de inúmeros pesquisadores, a África Central e a África meridional são hoje mais bem conhecidas. O Zimbábue e o Mwene Mutapa (modernamente, Monomotapa) são reinos poderosos cujo apogeu situa-se entre os séculos XI e XIV. O vigor desses reinos funda-se numa sólida organização social e política. Situavam-se numa região rica em cobre, ferro e ouro que hoje

cobre parte da República Popular de Moçambique, da República do Zimbábue, da República de Zâmbia e da República do Malaui. A cronologia constitui ainda um problema; certo é, porém, que o Mwene Mutapa e o Zimbábue já começavam a entrar em decadência quando da chegada dos portugueses, embora ainda aparecessem como grandes potências. As populações dessas regiões desenvolveram rica agricultura e toma corpo a ideia de que as diferentes etnias e culturas locais têm a mesma origem banta. No Transvaal e em outras regiões da África do Sul encontram-se vestígios de brilhantes civilizações, anteriores ao século XII. O Zimbábue e as demais civilizações do sul floresceram antes do século XVI, praticamente resguardados de quaisquer influências exteriores.

Não obstante a exiguidade de conhecimentos, ficou estabelecido que a floresta não foi um meio hostil à ocupação humana. Graças às pesquisas arqueológicas, pode-se hoje estabelecer facilmente a relação entre as terracotas de Nok (500 antes da Era Cristã) e as cabeças de bronze do Benin (séculos X-XIV).

Várias formas de Estado existiram na África. O *clã* ou *linhagem* é a forma rudimentar do Estado; seus membros reconhecem um ancestral comum e vivem sob a autoridade de um chefe eleito ou de um patriarca, cuja função essencial é zelar por uma divisão equitativa dos ganhos do grupo. O clã vive num território de limites precisos e não exerce poder discricionário; é árbitro nos conflitos surgidos por ocasião da partilha das terras.

O reino congrega vários clãs, sendo o rei, frequentemente, um chefe de clã que impôs sua autoridade a outros clãs. O reino ocupa um território bastante extenso; no entanto cada clã conserva sua estrutura fundiária e seus ritos particulares. Fato importante é o *compromisso de fidelidade* ao rei, que se traduz pelo pagamento de um imposto. Chefe político, o rei mantém, normalmente, os atributos religiosos do chefe de clã. Os soberanos que chamamos "imperadores" controlam, senão um vasto território, ao menos reis, que gozam de grande autonomia. Seja rei ou imperador, o soberano está sempre rodeado de um conselho que, em geral, exerce influência moderadora sobre o poder real, circunscrito por uma "constituição" ou "costume".

As cidades-Estado são, na verdade, reinos reduzidos às dimensões de uma cidade e seus arredores. As cidades hauçá e as cidades ioruba do Benin constituem os casos mais típicos, com instituições bastante elaboradas e uma corte formada por funcionários e pela aristocracia. A comunidade cultural é o cimento que une esses Estados, frequentemente em guerra entre si. Assim, banimos do nosso vocabulário as expressões "sociedade sem Estado" e "sociedade segmentar". Também banimos termos como "tribo", "camita", "hamita", "fetichista" que têm adquirido conotações pejorativas quando aplicadas à África. Descolonizar a

história é precisamente derrubar as falsas teorias e todos os preconceitos criados pelo colonialismo. É importante que, aqui, se traga à histária algum rigor.

A unificação do Magrebe sob os almóadas

A época almóada, que se estende de meados do século XII a meados do século XIII, marca o apogeu do esforço de unificação do Magrebe e mesmo de todo o ocidente muçulmano e ultrapassa, em extensão, aquela efetivada pelos almorávidas. Teve como ponto de partida uma "reforma religiosa" encabeçada pelo famoso *mahdī* Ibn Tūmart. Apoiando-se numa comunidade solidamente organizada, a dos muwahhidūn (unitários ou unitaristas), essa reforma desenvolveu-se e adquiriu as dimensões de um empreendimento político global.

Pouco sabemos sobre a vida de Ibn Tūmart. Teria nascido em torno de 1075 no Antiatlas marroquino. Sua carreira pode ser dividida em várias etapas. Foi sucessivamente o censor de costumes, o teólogo que se impôs em Marrakesh, o chefe de uma nova escola em Aghmāt e finalmente o chefe de um partido-comunidade solidamente protegido pelos muros de Tinmallal, em plena montanha.

Ibn Tūmart organizou e implantou o movimento almóada – cujo projeto político era a derrubada do regime almorávida. Ele torna-se progressivamente o chefe espiritual de forças cada vez mais numerosas, unidas mais por sentimentos tribais antialmorávidas que por preocupações quanto à pureza da lei ou ao rigor da prática islâmica.

Sua teologia tinha por primeiro princípio o *tawhīd* (a unicidade de Deus), que é a afirmação de um Deus único e a negação de tudo o que não é Ele. Os almóadas (que significa crentes da unicidade de Deus – *al-Muwahhūd)* pregavam um retorno às fontes do Islã como reação aos almorávidas, mais ligados à jurisprudência e ao estudo dos textos que à busca de uma lei despojada. Um elemento da doutrina tumartiana se desviava das posições sunitas: é a crença num *mahdī* (o guia impecável), guiado por Deus. Obedecer ao *mahdī* é obedecer a Deus e ao seu Profeta.

Ibn Tūmart viu-se à frente de um movimento que iria se expandir para alcançar objetivos não apenas religiosos, mas também políticos, e ao qual iriam se engajar as populações do Atlas. Fez-se proclamar *mahdī* por dez de seus companheiros, sob uma árvore, como a *bay'a* em al-Ridwān. As suas expedições são denominadas *maghāzi,* como as do Profeta; seu retiro em Tinmallal é designado por *hidjra* (hégira) e o povo dessa localidade, os ahl tinmallal, são assimilados aos

ansā. Partindo dessa organização inicial, Ibn Tūmart conquista a maior parte do Antiatlas e do Sūs; todas as cabilas dos Masmūda estavam prontas a apoiá-lo.

O movimento almóada havia levado à organização de um partido cujo projeto político se tornava cada vez mais nítido: o estabelecimento de um novo poder visando aplicar a reforma de Ibn Tūmart. Os almorávidas estavam conscientes disso. Os inícios do confronto foram marcados por três eventos de importância: o fracasso dos almorávidas contra Aghmāt; a primeira vitória dos almóadas em Kik (1122); o cerco a Marrakesh, em que os almóadas são derrotados na batalha de al-Buhayra (522/1128). Foi em meio a estas circunstâncias adversas que Ibn Tūmart veio a falecer, em 524/1130. Foi enterrado em Tinmallal.

O movimento almóada atravessou crise bastante longa após a morte de Ibn Tūmart; a organização de sua sucessão e a ascensão de 'Abd al-Mū'min ao poder em 527/1130 não devem ter transcorrido sem problemas. No curso de um reino de 30 anos, ele vai pôr em evidência suas eminentes qualidades de general, de estadista e de chefe enérgico de uma coalizão ainda heterogênea, qualidades indispensáveis para que desenvolvesse com sucesso a dupla ação de *djihād* contra os almorávidas e de organização e consolidação do movimento almóada, cujo objetivo era a conquista do Magrebe, sua submissão e "pacificação" e a consolidação do seu poder político. Essa tarefa, longa e difícil, foi cumprida em várias etapas, segundo uma estratégia precisa em que se combinavam preocupações militares e econômicas.

A primeira etapa teve por objetivo assegurar a posse do Marrocos. Após a derrota de al-Buhayra, 'Abd al-Mū'min obteve a adesão de numerosas cabilas do Atlas, regiões essenciais para o lucrativo comércio dos almorávidas com a África Subsaariana, e ali constituiu sólida base de ataque.

Após ter restabelecido solidamente sua posição no extremo Magrebe, 'Abd al-Mū'min julgou possível estender suas conquistas, para além dos limites das possessões almorávidas, a todo o resto do Magrebe. Começou por tomar Argel, ocupando em seguida Bidjāya. O califa, deixando governadores e guarnições no Magrebe central, tomou o caminho do extremo Magrebe. Em 1156, o poder mumínida já se encontrava solidamente estabelecido. 'Abd al-Mū'min podia empreender a segunda campanha para o leste, ao término da qual deveria, pela primeira vez, unificar o Magrebe sob uma única e mesma autoridade (1159).

Na Andaluzia, entretanto, a situação tornava-se inquietante com os movimentos antialmoáda e as incursões dos cristãos ao norte da Andaluzia. De volta ao Marrocos, 'Abd al-Mū'min empenhou-se nos preparativos de sua intervenção na Espanha, mas morre em 1163 sem concretizar seu projeto. Foi inumado em Tinmallal, perto do túmulo do *mahdī* Ibn Tūmart.

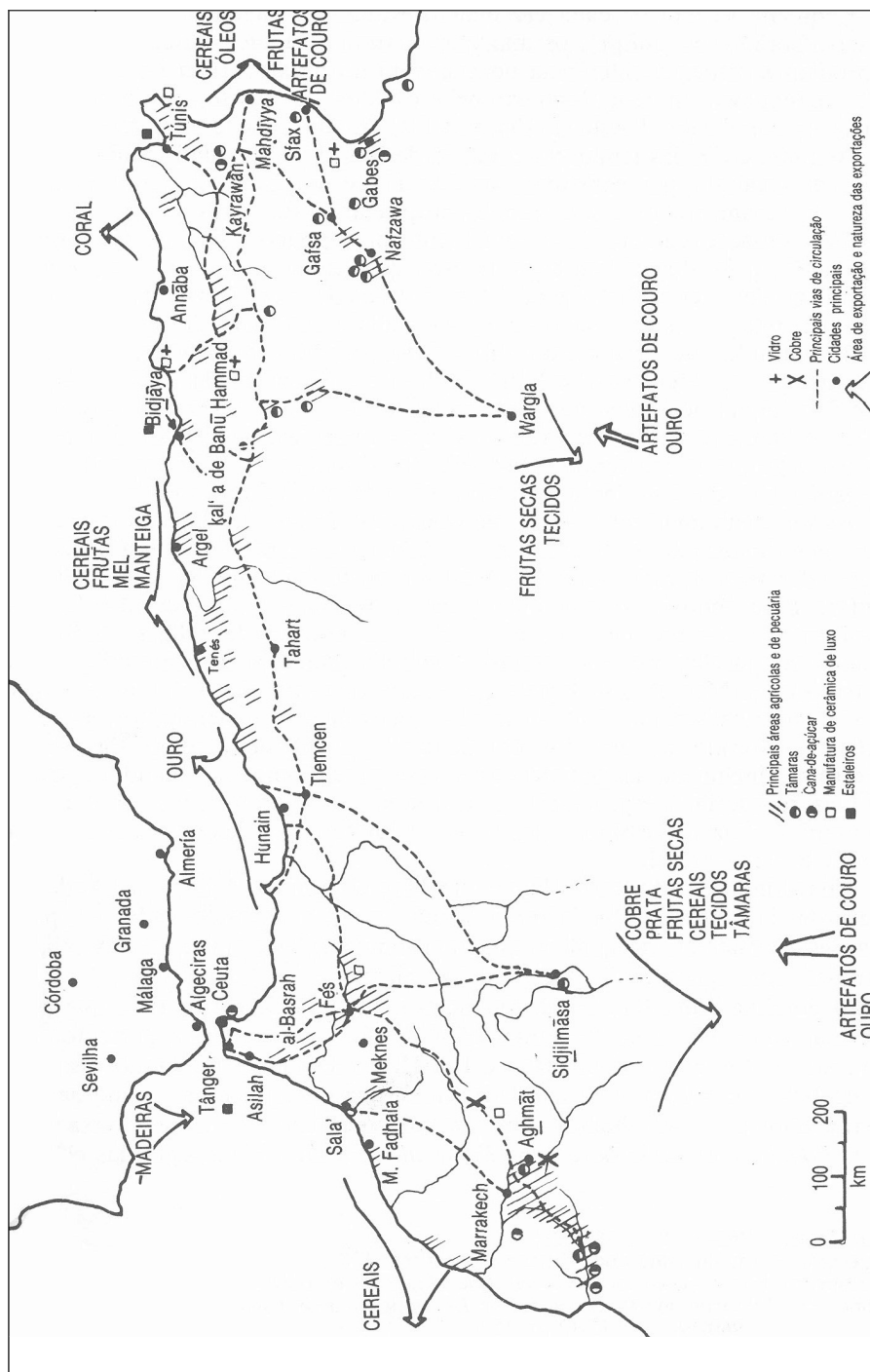
O mais notável da política de conquista de ʿAbd al-Mūʾmin foi visar, também, objetivos econômicos: o Marrocos atlântico é desligado de seus contatos africanos, e assegura-se do controle de um eixo que une o Darʿa (Dra) a Orã, doravante rota de caravanas que trazem ouro e demais produtos do Sudão ocidental. Por outro lado, o califa não podia deixar de olhar para o norte e para o leste, já que o Mediterrâneo era essencial para o Magrebe, num momento em que a cristandade passava à ofensiva em todas as frentes. Desfrutando de unidade cultural e econômica já bastante antiga, o Magrebe adquiriu com ʿAbd al-Mūʾmin unidade política.

Não foi o herdeiro Muhammad que sucedeu a ʿAbd al-Mūʾmin, mas outro filho, Abū Yūsuf Yaʿkūb, que depois de uma crise de sucessão, só recebeu o título califal em 1168.

Na campanha da Andaluzia, o califa fez-se preceder por seus irmãos, que conseguiram vencer Ibn Mardanīsh e seus mercenários cristãos em 1165. Fora isso, o início de seu reinado foi marcado por dificuldades solidárias com o aumento das agitações no Magrebe central e na Ifrīkiya, provocadas por agentes determinados a contestar a ordem almóada: os banū ghāniya.

Os banū ghāniya eram uma família almorávida que teve papel considerável durante o período almorávida, em particular nas ilhas Baleares, na Espanha, fazendo das ilhas base de refúgio de numerosos partidários da dinastia vencida. Sob o governo de ʿAlī Ibn Ghāniya, decidiram mover luta implacável contra os almóadas para impedi-los de se apossar das ilhas.

Os acontecimentos do leste, no Magrebe central e na Ifrīkiya, coincidiram com dificuldades igualmente graves na Espanha, acentuando-se o dilema almóada da impossibilidade de intervenção em duas frentes. Atravessando mais uma vez o Estreito de Gibraltar, o califa vence a famosa batalha de al-Arak (Alarcos) contra os castelhanos em 1195. Empreende no ano seguinte uma campanha de devastação que o leva até os muros de Madri. Mas Yaʿkūb devia estar consciente da fragilidade de suas posições, pois aceitou as propostas de trégua de Castela. Em março de 1198, o califa deixa Sevilha e parte para o Marrocos. Minado pela doença, designa seu filho Muhammad como herdeiro presuntivo. Morre em 1199.

A ascensão de Muhammad transcorreu sem problemas; no entanto, embora o Marrocos aparentemente atravessasse um período de paz e prosperidade, na Espanha a relação de forças não se tinha modificado, e, na Ifrīkiya, Ibn Ghāniya era senhor absoluto após a submissão do governador de Túnis. O novo califa deu prioridade à Ifrīkiya. Aconselhado por seu *entourage* de fazer a paz com Ibn Ghāniya, todavia o califa decidiu lançar grande ofensiva contra ele.

Mapa da reconquista almóada (seg. O. Saidi.)

A ofensiva de al-Nāsir começou por reduzir o refúgio almorávida das Baleares, tomando de assalto a Ilha de Maiorca em dezembro de 1203, privando os banū ghāniya da base naval e sobretudo comercial. Um desembarque almóada culminou com a tomada de Túnis. Em seguida, as forças almóadas desdobraram-se em duas direções: o califa marchou sobre Mahdīyya, que foi tomada após longo e árduo cerco, enquanto Abū Muhammad se lançava à perseguição de Ibn Ghāniya, só capturado em 1233. Retornando a Túnis, o califa reorganiza a província confiando sua reconquista e pacificação ao irmão Abū.

Diversas são as apreciações acerca da tumultuosa época dos banū ghāniya, que se prolongou durante mais de meio século, combinando uma dimensão marítima e insular com uma dimensão nômade e saariana. Trata-se de uma luta constante contra a dinastia Mumínida e, mais ainda, contra todo o sistema almóada, o qual mostra que sua ação tinha motivações profundas e servia a uma causa à qual deviam estar fortemente ligados. Dentre os motivos da luta, os políticos e ideológicos tiveram grande importância, uma vez que ela reuniu todas as oposições aos almóadas. Considerada de uma perspectiva econômica, a luta dos banū ghāniya podia ter tido como objetivo reunir as heranças fatímida, zírida e almorávida no domínio fundamental dos intercâmbios comerciais. Em contrapartida, o eixo do poder almorávida parece ter-se orientado sempre no sentido oeste-leste. Confrontados com os progressos da reconquista espanhola, os almóadas parecem ter sempre carecido da profundidade comercial e estratégica do rico Sudão, cujo ouro constituía os pulmões da economia mediterrânea.

A batalha de Alarcos (em 1195) tinha sido um sinal de alarme para os cristãos; assim, não demoraram muito a esquecer suas dissensões, reorganizar-se e retomar suas atividades antialmóadas. Sob o impulso do famoso bispo de Toledo, Rodrigo Jiménez de Rada, a reconquista iria se tornar verdadeira cruzada (declarada pelo papa Inocêncio III) que faria calar os desacordos entre os cristãos, recebendo reforços de toda a Europa. Por essa época, as fileiras almóadas careciam de solidez e unidade. A severa derrota sofrida pelos almóadas em 16 de julho de 1212 em Las Navas de Tolosa adquiriu rapidamente as proporções de desastre, sem chegar a provocar o desmoronamento das posições muçulmanas na Espanha. Foi a primeira grande vitória dos cristãos unidos contra os muçulmanos da Espanha e do Magrebe; tratava-se da derrota do exército de todo o Império almóada, encabeçado pelo próprio califa. Do lado muçulmano, a derrota revelou a fragilidade do sistema almóada e a derrota política de um regime que entrava em crise. Las Navas de Tolosa foi sintoma inegável do início da desintegração do regime. O califa, após retornar rapidamente para Marrakesh, mergulhou num estado de depressão que durou até sua morte, em 1213.

O reinado do seu sucessor, Yūsuf al-Muntasir, transcorreu sem grandes problemas. A tranquilidade deveria prolongar-se até 1218, data em que os banū marīn apareceram pela primeira vez nos arredores de Fez. A ameaça cristã crescia cada dia mais, os banū ghāniya deslocavam-se novamente e os Banū Marīn penetravam no coração do extremo Magrebe. Quanto ao funcionamento interno do regime, os vizires começavam a se investir de poderes exorbitantes, usurpando a própria autoridade do Estado. A partir da morte de al-Mustansir, em 1224, inicia-se longo período de confusão e de lenta agonia.

Dois soberanos, al-Ma'mūn (1227 -1232) e seu filho al-Sa'īd (1242 -1248), marcaram esse período com atitudes enérgicas, mas suas tentativas de reerguer o império estavam fadadas ao fracasso, sendo as causas da desagregação muito profundas. A mais grave seria, talvez, o enfraquecimento do exército. Atingidas as frentes militares, outras fraquezas foram aparecendo, em particular a incapacidade dos almóadas de impor sua doutrina e a surda hostilidade entre mumínidas e xeques almóadas. Estes últimos iriam, a partir de 1224, tentar retomar o poder.

A agonia dos almóadas estendeu-se por quase meio século, até 1275; sua área de autoridade não cessou de se retrair sob os golpes de múltiplos adversários e de forças centrífugas cada vez mais poderosas. A Ifrīkiya foi a primeira região a se destacar do império. Em 1230, o poder almóada desaparecia da península, sendo substituído seja pela vaga e longínqua suserania "abássida", seja pela suserania dos haféssidas da Ifrīkiya. As metrópoles muçulmanas da Andaluzia começaram, então, a cair uma a uma sob o domínio dos reis de Castela (Córdoba, 1236) ou de Aragão (Valencia, 1238).

A expansão das civilização magrebina: seu impacto sobre a civilização ocidental

A civilização do ocidente muçulmano foi, a partir do século XII, uma civilização ibero-magrebina. Em proporções difíceis de precisar, os africanos originários de regiões situadas ao sul do Saara colaboraram para a formação dessa civilização. Na época que nos interessa, o centro desta situava-se na metade ocidental do Magrebe. Aí é preciso observar que o século dos almóadas foi também o dos almorávidas (1061-1147). E, afora os aspectos religiosos, no plano da civilização, não houve um corte entre as duas dinastias.

Os Almorávidas foram grandes construtores e artistas. Pouco sobreviveu de sua arquitetura civil, mas ainda é possível admirar os mais belos monumentos

consagrados ao culto. O edifício mais belo é a grande mesquita de Tlemcen, iniciada por volta de 1082 e terminada em 1136. Alia o vigor e a majestade dos edifícios saarianos ao requinte e à delicadeza da arte andaluza.

A arte almóada deu continuidade e desenvolveu a arte almorávida. Pela majestade das proporções, equilíbrio dos volumes e riqueza da decoração, acrescentou-lhe nobreza e graça. Foi o apogeu da arte muçulmana do ocidente. Sua maior expressão é Kutubiyyīn, a mesquita dos livreiros em Marrakesh, uma das criações mais belas do Islã, construída por ʽAbd al-Mū'min ben ʽAlī (1133 -1163).

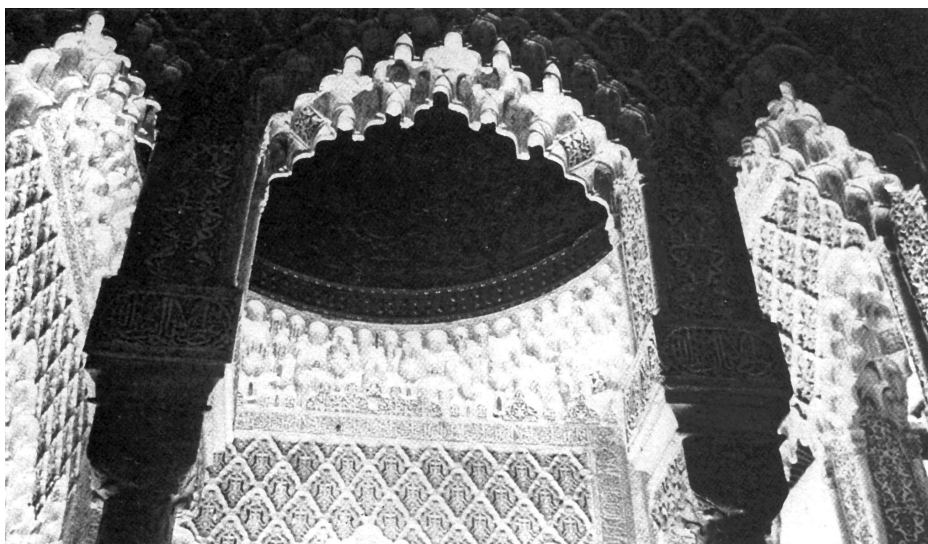
O século XII também foi um período de brilhante atividade literária. Levando adiante a tradição segundo a qual os soberanos árabes eram mecenas interessados e ilustrados, os príncipes das duas dinastias favoreceram a cultura e protegeram os homens de letras. Também nesse plano o lugar de honra foi ocupado pela parte ocidental do conjunto ibero-magrebino, no extremo Magrebe, e, sobretudo, na Espanha; a Ifrīkiya não se destacou.

Dois literatos tiveram brilho excepcional: Ibn Khafādja (1058 -1139) e principalmente Ibn Kuzmān (nascido d. 1086 e morto em 1160). O primeiro, de Valência, alcançou a posteridade como inimitável poeta da natureza. Foi cognominado *al-Djannān* (o campestre). É um clássico da poesia árabe. O segundo foi o "príncipe da poesia popular" (*imām al-zadjdjālīm*) – abandonando a linguagem erudita, exprimiu-se com virtuosismo no hispano-árabe coloquial.

Não há literatura viva sem críticos e antologistas. Ibn Bassām (morto em 1148) preocupava-se em defender e ilustrar as letras de sua pátria espanhola. Sua "Dhakhira" é a melhor fonte sobre a atividade literária na Espanha do século XI e começo do século XII. Deve-se a seu compatriota Ibn Bashkuwāl o "Kitāb al--Sila" (1139) que reuniu 1400 biografias de celebridades da Espanha muçulmana.

Na filologia sobressaiu principalmente Ibn Madā' al-Kurtubī (morto em 1195) que criticou no "Kitāb al-Radd ʽalā 'l-nuhāt" a excessiva complexidade da gramática árabe.

O século dos almóadas foi principalmente o século da filosofia, representada por grande número de nomes ilustres. Todos foram absorvidos pela Idade Média cristã, alimentada, por muito tempo, pelo pensamento desses sábios. O mais brilhante deles foi o cordobense Averróis. Além de filósofo, era especialista na lei religiosa e exerceu a função de cádi. O acontecimento decisivo de sua carreira situou-se por volta de 1169, quando foi apresentado ao califa Abū Yaʽkūb Yūsuf. Convidado por este, Averróis elaborou um comentário e passou para a posteridade como o intérprete genial e continuador de Aristóteles. Condenado pelos teólogos, caiu em desgraça e foi banido. Suas obras foram queimadas. Apenas

parte delas, em árabe, sobreviveu. A maioria de seus escritos chegou a nós em traduções latinas ou hebraicas. Além dos "Comentários", devem-se mencionar principalmente o "O discurso decisivo" e o "Tahāfut al-Tahāfut" (A incoerência da incoerência), refutação detalhada e minuciosa do "Tahāfut al-Falāsifa" (A incoerência dos filósofos) de al-Ghazzālī, o maior teólogo do Islã ortodoxo. Como todos os filósofos da Idade Média, Averróis muito deve a Aristóteles, mas seu pensamento formou-se em contato com toda uma corrente filosófica árabe e, com frequência, em reação a essa corrente. Não se deve separar em Averróis o teólogo do filósofo. Foi um genial comentador de Aristóteles e um pensador profundo, rico e original. Seu gênio foi o canto do cisne da filosofia muçulmana do ocidente.

O Alhambra de Granada. Sala lateral do Pátio dos Leões; decoração do século XIV. (Foto J. Devisse.)

O século dos almóadas contou também com eminentes astrônomos e matemáticos.

Mas o império fundado por 'Abd al-Mū'min não resistiu ao desastre sofrido em Las Navas de Tolosa (1212). Exaurido pelas guerras externas e corroído no plano interno, cedeu lugar a quatro reinos independentes: um na Espanha e três no Magrebe.

Em todos os aspectos, Granada foi apenas um reflexo diminuto e tardio do califado de Córdoba. Devem-se aos násridas de Granada numerosos monumentos civis e militares, dentre os quais o mais famoso é o Alhambra. No entanto, a filosofia entra em declínio. Também as ciências, como um todo, estacionam ou mesmo regridem. No campo das letras, Granada conservou certo brilho até o fim de seus dias. Nunca lhe faltaram filólogos, poetas e estilistas. O escritor mais representativo foi Lisān al-Dīn Ibn al -Khātīb (1313 -1375), o maior humanista de seu tempo, tido como grande clássico da literatura árabe.

Com a queda dos almoádas, no entanto, observa-se que uma crescente falta de vitalidade grassava em todos os domínios no ocidente muçulmano.

A história do Magrebe sob os marínidas, os zaiânidas ('Abd al-Wādid) e os haféssidas, isto é, até as últimas décadas do século XVI, é de uma lenta paralisação. Enquanto no ocidente cristão ocorria verdadeira explosão demográfica, o ocidente muçulmano se despovoava. Esse declínio demográfico já era sensível em meados do século XI e parece ter atingido seu nível extremo na metade do século XIV. O declínio demográfico violento sofrido pelo Magrebe explica melhor do que qualquer outro evento o crescente desequilíbrio entre o norte do Mediterrâneo, onde, como notou Ibn Khāldun, despontava a Renascença, e o sul, progressivamente mergulhado nas sombras até a *Nahda* contemporânea, acompanhada por uma explosão demográfica, que ainda prossegue.

A arquitetura do Magrebe, principalmente a do Marrocos e da parte ocidental da Argélia, continuou a sofrer influências andaluzas (de Granada). Estas influências são menos manifestas na Ifrīkiya, onde se conservam relativamente poucos monumentos haféssidas. Os grandes construtores da época foram os marínidas. O século XIII foi marcado por um novo tipo de monumento de inspiração oriental: a madraça, instituto de estudos islâmicos. Todas as capitais do Magrebe e muitas cidades importantes tiveram suas madraças. A mais monumental é a Abū 'Ināniyya de Fez (1350-1357). Outro tipo de edifício que surgiu na época foi a *zāwiya,* sede de congregação e santuário fúnebre do santo fundador.

A arte Magrebeina pós-almóada pode ser considerada da maturidade; representa certo classicismo. Embora tecnicamente perfeita, não aponta nenhuma evolução, permanecendo num estado de estagnação rígida, que anuncia sua decadência. A cultura sofre do mesmo mal. O marroquino Ibn al-Bannā' (1256-1321) foi o último matemático de valor, e Ibn al-Kammād, da Ifrīkiya, o último astrônomo. Na filosofia, pode-se citar al-ābilī (1282 -1356), de Tlemcen, cujo principal mérito foi ter contribuído para a formação de Ibn Khaldūn. O mestre da geografia descritiva na forma de relato de viagem (*rihla*) foi o marroquino

Ibn Battūta (1304- c. 1377). Entre os historiadores se destaca a figura de Ibn Khaldūn (1332-1406). Quanto à literatura, era a literatura de uma classe refinada, refugiada nos perfumes, ou no éter do passado, formas estagnadas e decadentes, porém reflexos de uma cultura real, a da burguesia urbana. O ensino, incluindo-se aí a educação das mulheres, era bastante difundido. Adorava-se a música. Foram os últimos raios de uma civilização crepuscular.

Apesar dos inevitáveis conflitos e da divergência de destinos, os intercâmbios materiais e culturais entre o ocidente muçulmano e o ocidente cristão nunca foram interrompidos. A principal plataforma do trânsito cultural foi a Espanha.

O comércio com a Espanha, assim como com o resto da Europa, era regido por tratados. De acordo com eles, os ibéricos dispunham, em todos os portos magrebinos e até no interior, de uma cadeia de *funduk*. Ao mesmo tempo albergue, entreposto e centro de negócios, os *funduk* eram, em geral, geridos por cônsules, que representavam seus iguais junto aos poderes locais. Menos dinâmicos, os magrebinos não conseguiram se apoiar em organizações semelhantes em terras cristãs. Também no transporte marítimo, seu papel era negligenciável. A burguesia aceitou o desenvolvimento comercial, mas não se integrou ao comércio. Os lucros, principalmente sob a forma de censos fiscais pagos pelos estrangeiros, acabaram enriquecendo principalmente os cofres do Estado. O desequilíbrio também aparecia nos produtos permutados. Em princípio, não havia limitações à importação por qualquer uma das partes. Mas as exportações eram controladas: estabeleciam-se quotas para alguns produtos vitais e havia a proibição de exportar materiais estratégicos, como armas, ferro, madeira etc.

Em posição de inferioridade quanto aos intercâmbios materiais, o Magrebe exportava em larga escala aquisições de seu patrimônio cultural, que não mais sabia apreciar devidamente nem fazer frutificar. O ocidente descobria com entusiasmo o inestimável valor dessa cultura, estimulando seu "renascimento" em todos os campos.

O Magrebe teve papel duplo: serviu como intermediário, lugar de passagem obrigatória de todos os valores da civilização árabo-muçulmana introduzidos no ocidente, e exportou seus próprios bens culturais.

A transferência de valores culturais do ocidente muçulmano para o ocidente cristão foi favorecida, principalmente nos séculos XII e XIII, pelo ambiente de grande tolerância que então prevalecia e que só começou a se deteriorar seriamente após a queda de Granada (1492). Havia dois motivos para essa tolerância: simpatia desinteressada e estratégia espiritual que convergiram de maneira a favorecer o impacto da civilização árabo-muçulmana sobre um ocidente cristão. Por gosto pessoal, Rogério II das Duas Sicílias (1105-1154) cercou-se de litera-

tos árabes. Na Espanha, Pedro I de Aragão (1094-1104) assinava suas cartas em árabe e cunhava moedas de tipo muçulmano. Mas havia também preocupações de ordem tática: os dominicanos e franciscanos, principalmente, sonhavam com conquistas espirituais. O estudo da língua árabe e do pensamento muçulmano com objetivos táticos visando apoiar os esforços missionários data dessa época. Ramón Llull (Raimundo Lúlio - c. 1235-1315), uma das personalidades mais marcantes da Idade Média espanhola, é quem mais bem simboliza esse espírito.

As contribuições dessa civilização transitaram por duas rotas, uma proveniente da Sicília e da Itália, e outra, muito mais importante, oriunda da Espanha e da França meridional. Na Itália, a influência árabe mais frutífera exerceu-se sobretudo a partir de Palermo, graças ao apoio de Frederico II, de seu filho natural Manfredo (1258-1266) e dos primeiros angevinos. Na Sicília, foi o período áureo das traduções do árabe para o latim. Na Espanha, o movimento iniciado no século X na Catalunha. Barcelona foi a primeira a se destacar na área da tradução. Em seguida, foi a cidade de Toledo que passou para o primeiro plano, eclipsando com seu brilho todos os outros centros. Atraiu sábios de toda a Europa: da Inglaterra, da França, da Alemanha, da Itália e da Dalmácia. A princípio, judeus e moçárabes serviram de guias e introdutores à língua árabe. As traduções passavam frequentemente por várias etapas; o árabe era primeiramente transposto para o hebraico e para o castelhano antes de chegar à forma latina definitiva; daí surgirem erros, inevitáveis. A imensa fama de Toledo tornou-se contagiante levando à multiplicação dos *studia arabica.*

Embora a corrente de transmissão direta nunca tenha sido interrompida, é certo que a Idade Média cristã só pôde descobrir, apreciar e compreender realmente a herança do pensamento antigo através das obras dos filósofos árabo-muçulmanos, entre os quais os andaluzes e magrebinos ocupam lugar de honra. O grande mestre foi incontestavelmente Ibn Rushd (Averróis). Muitas de suas obras foram traduzidas e discutidas com paixão. Da multidão de seus tradutores emerge a figura do inglês Michael Scot, que pode ser considerado pioneiro na difusão do averroísmo. O sucesso das obras de Averróis foi tão grande que várias versões de seus "Comentários" foram elaboradas já no século XIII. Averróis abalou violentamente os espíritos; fez pensar quer por adesão, quer por reação. O ocidente cristão dividiu-se em dois campos: os averroístas e os antiaverroístas, vindo-se a extinguir por completo a tradição averroísta no século XVIII.

Na Idade Média, os filósofos com frequência exerciam a medicina. As melhores obras dos representantes da célebre escola de medicina de Kayrawān já haviam sido traduzidas no século XI e eram usadas para o ensino em Salerno. Todas essas obras, embora não tivessem alcançado o mesmo nível de difusão ou a notoriedade

do "Cânon da medicina" do oriental Avicena, muito contribuíram para o progresso dos estudos médicos no ocidente cristão. A farmacologia medieval deve ao andaluz Ibn Wāfid (Abenguefit, 988-1074) uma de suas obras básicas, "De medicamentis simplicibus". A contribuição andaluza e magrebina à difusão das ciências matemáticas e astronômicas no ocidente cristão não foi menos importante.

O problema da influência da literatura de expressão árabe na Europa medieval foi objeto de debates, com frequência acalorados. A poesia dos trovadores é de origem árabe? O debate ainda está aberto. Outra discussão desenvolveu-se em torno da "Divina Comédia": em "La escatologia musulmana en la Divina Comedia", M. Asín Palacios apontou na obra de Dante indubitáveis influências árabo-muçulmanas. Seu ponto de vista não foi unanimemente aceito. Deve-se acrescentar que a Europa medieval também foi influenciada pela literatura árabe de filosofia moral, comum na Espanha.

Dessa longa intimidade entre o ocidente muçulmano e o ocidente cristão, entre a África de língua árabe e a Europa, restam muitos vestígios nas línguas europeias. Centenas de palavras do vocabulário da matemática, da astronomia, da medicina, da química, da botânica ou mesmo da vida cotidiana são de origem árabe. No castelhano há cerca de 4 mil dessas palavras. As influências são também perceptíveis na arte; não apenas na arte mudéjar, mas também na arte românica. Até a cozinha da Europa medieval deve algo à arte culinária dos árabes.

Graças a estas duas pontes – a Sicília e sobretudo a Espanha – que ligam a África à Europa através do Mediterrâneo, os intercâmbios materiais e culturais entre os dois mundos, entre os dois continentes, nunca foram interrompidos. No século XII, a chama da cultura africana, em sua forma andaluzo-magrebina, brilhou pela última vez, antes que sua luz, cada vez mais vacilante, se extinguisse na obscuridade da decadência. O colapso demográfico, gerador de estagnação, de atraso ou de regressão econômica provocou a atrofia cultural. Foi então que a herança acumulada nos confins setentrionais da África e na Espanha muçulmana foi recolhida por uma Europa que, em plena expansão demográfica, descobriu, com entusiasmo, seu inestimável valor cultural e tático. Essa herança constituiu poderoso estímulo para a Renascença europeia.

A desintegração da unidade política no Magrebe

A desintegração do Império almóada começou lentamente logo após a batalha de Las Navas de Tolosa (al-'Ikāb), em 1212, ganhando rapidez e intensidade crescentes: o território controlado pelos soberanos almóadas tornava-se cada vez

mais reduzido, processo que teve origem na parte oriental do Magrebe (Ifrīkiya) ao mesmo tempo que em Al-Andalus (Espanha muçulmana), estendendo-se depois ao Magrebe central (Tlemcen) e ao Marrocos, e chegando finalmente ao sul desse país que foi conquistado pelos marínidas em 1269.

Três Estados independentes formaram-se sobre os restos do Império almóada que dariam origem aos Estados que tomaram os nomes de Tunísia, Argélia e Marrocos e que evoluíram de maneiras diferentes. Cada um dos três territórios foi governado por uma dinastia de origem berbere, porém profundamente arabizada, que contava com o apoio das cabilas makhzen. Os sultões haféssidas e marínidas disputaram seguidas vezes o título de califa, único meio de conseguir o reconhecimento de sua autoridade espiritual. Durante o período pós-almóada, os três Estados também tiveram que lutar contra a pressão cada vez mais forte dos Estados cristãos da Península Ibérica, da Itália, da Sicília e da França sobre todo o Magrebe. Os três Estados do Magrebe tentaram encontrar os meios de enfrentar essa agressividade, nova, do mundo cristão e, de modo geral, foram capazes de preservar seu patrimônio.

Três dinastias sucederam aos almóadas, repartindo entre si o Magrebe e conservando-se no poder durante a maior parte do período que ora nos interessa: a dos haféssidas (1228-1574), que teve Túnis por capital, a dos zaiânidas (ʻAbd al-Wādid – 1235-1554), que governou em Tlemcen (Tilimsan), e a dos marínidas (c. 1230-1472), instalada no Marrocos.

Do século XIII até o XVI, os contatos entre o ocidente muçulmano e a Europa cristã foram muito mais profundos do que haviam sido até então. Com a multiplicidade de Estados, tanto de um lado quanto do outro, abrindo enorme gama de possibilidades a um jogo de alianças que tantas vezes ignorava as fronteiras religiosas, seria muito simplista reduzir as relações entre muçulmanos e cristãos do Mediterrâneo ocidental, nesse período, a uma guerra entre dois adversários inflexíveis, um animado pelo espírito da *djihād*, o outro imbuído do fervor das Cruzadas. Não que esses fenômenos fossem irrelevantes, mas pode-se discernir por trás deles um confronto de interesses econômicos e comerciais que explica o emaranhado de alianças e contra-alianças firmadas entre Estados muçulmanos e cristãos, incompreensível de outro modo.

Uma mudança decisiva marcou a história do Mediterrâneo ocidental em meados do século XIII, quando a Reconquista atingiu seu ponto culminante com a tomada dos territórios centrais da Andaluzia pelos cristãos. Assim, aproximadamente nove décimos da Península Ibérica encontravam-se agora sob controle cristão, restringindo-se o território muçulmano ao pequeno emirado násrida de Granada. Graças à rivalidade entre Castela e Aragão, e à

ajuda que os Marínidas lhe proporcionaram no primeiro século de existência, Granada conseguiu sobreviver até 1492. O papel da Espanha muçulmana enquanto potência mediterrânica independente podia considerar-se praticamente encerrado.

Foi em meados do século XIV que a vantagem dos cristãos tornou-se evidente, estando o Magrebe reduzido à defensiva. O declínio do poder político e militar dos Estados muçulmanos sofreu erosão regular e crescente por parte de diversas forças centrífugas que pretendiam seja participar do exercício do poder, seja adquirir o máximo de autonomia, unida à dicotomia existente entre as cidades litorâneas e o campo, e entre nômades e sedentários numa sociedade em que se enfrentavam facções com quase nada em comum. Fatores intrínsecos agravaram a crise. A região era relativamente subpovoada. O regime feudal e a instabilidade generalizada junto com a progressiva deterioração dos solos resultaram, em várias regiões, no abandono das terras cultivadas. A partir da década de 1350, o comércio transaariano começou a orientar-se mais e mais para o Egito.

Tudo isso acontecia na mesma época em que os Estados cristãos consolidavam seu poder político, militar e econômico. Embora o Magrebe oriental, então sob o reinado dos haféssidas, não se encontrasse tão ameaçado quanto as regiões mais a oeste, esteve sujeito a incursões e campanhas militares. Esses atos hostis, assim como as ações dos corsários magrebinos, só podiam agravar as relações entre os haféssidas e os Estados cristãos; no entanto jamais acarretaram a ruptura total dessas relações, e a atividade comercial nada perdeu de seu vigor. Os dirigentes muçulmanos em geral relacionavam-se mais facilmente com os mercadores italianos do que com os da Península Ibérica, cujas ambições eram, acima de tudo, políticas.

A situação que imperava no Magrebe central e ocidental era diferente, e mais complexa. Durante todo o século XIV e a primeira metade do século XV, os reis de Aragão (por rivalidade a Castela e por suas ambições políticas na Itália e no centro da bacia mediterrânica) mantiveram relações políticas amistosas com o Marrocos e exerceram forte influência em Tlemcen. Em compensação, Castela e Portugal esperavam apenas uma ocasião para intervir no Marrocos. Para os castelhanos, os verdadeiros inimigos eram os muçulmanos do Magrebe; assim, esforçaram-se por repelir um duplo perigo: a ameaça de invasão marroquina e a intensificação das atividades dos corsários muçulmanos que, a partir do século XV, e muito especialmente os que haviam sido expulsos da Andaluzia, passaram a considerar suas ações como uma espécie de *djihād* e como uma forma de represália por sua expulsão.

A situação interna da Espanha antes da união de Aragão e Castela (1479) não lhe permitia lançar de imediato uma ofensiva conjunta contra o Magrebe. A ocupação temporária de Tetuan (Tittāwīn) pelos castelhanos em 1399 foi durante muito tempo a única intervenção espanhola de importância em território marroquino. A Espanha só voltou à ofensiva após a tomada de Granada, em 1492.

Os portugueses haviam-se revelado agressores muito mais perigosos, tanto para o Magrebe quanto para o resto do continente africano. Após expulsarem os últimos mouros de seus territórios, os reis da dinastia de Avis, que tomaram o poder em 1385, decidiram lutar contra os infiéis, em solo africano. Eram complexos os seus verdadeiros móveis, que aliavam o fervor religioso, a esperança de conquistar territórios e de reunir um rico butim e o desejo de acabar de uma vez por todas com os corsários muçulmanos.

Em 1415, sob o comando dos infantes Henrique e Fernando, filhos do rei D. João I, a frota e o exército portugueses conquistaram o porto marroquino de Ceuta. O objetivo dos portugueses era ocupar a totalidade do território marroquino, visando obter o controle do lucrativo tráfico do ouro. A dinastia marínida revelara-se incapaz de resistir a tal ameaça, e foi, na verdade, o vizir Abū Zakariyyā' al-Wattāsī quem se empenhou em mobilizar o país. Em 1437, os portugueses fizeram nova tentativa de conquistar Tânger (Tandja), mas sofreram formidável derrota e foram obrigados a devolver Ceuta aos marroquinos, deixando como refém desse compromisso o infante Fernando. Apesar disso, seu irmão, o rei D. Duarte, recusou-se a abandonar a posição-chave que ocupava em solo africano, e Fernando morreu no cativeiro, em Fez.

A derrota de Tânger modificou, até certo ponto, a política e os projetos de expansão dos portugueses. Precisaram buscar outros meios para chegar às fontes de provisionamento de ouro. Ao mesmo tempo, alimentavam a esperança de encontrar, ao sul do Marrocos, um aliado que pudesse ajudá-los a avançar sobre as terras do inimigo muçulmano. Sua atenção fixou-se cada vez mais na costa atlântica. Foi em 1471 que conseguiram apoderar-se de Tânger. Curiosamente, os portugueses continuaram a manter relações comerciais amistosas com os marroquinos.

Enquanto a expansão portuguesa prosseguia com sucesso ao longo da costa atlântica do Marrocos e mais ao sul, Castela e Aragão selavam sua união mediante o casamento do rei Fernando com a rainha Isabel. Depois de guerra que durou dez anos, Granada caiu em mãos dos espanhóis (1492). Em 1494 o papa sanciona o acordo pelo qual os dois reinos da Península Ibérica dividiam entre si o Magrebe: as regiões a oeste de Ceuta caberiam a Portugal, enquanto

as que estavam a leste seriam da Espanha. Entre 1496 e 1510, os espanhóis apoderaram-se de vários portos mediterrânicos. Foram, porém, incapazes de penetrar mais a fundo no interior do país.

No final do século XV, portanto, o enfraquecimento do poder islâmico no Magrebe chegou a seu ponto máximo. A maior parte dos portos muçulmanos estava agora nas mãos dos cristãos; o poder central dos Estados magrebinos apresentava-se ineficiente e fraco; os países encontravam-se divididos entre numerosas facções rivais; suas economias eram precárias e prejudicadas pelas tensões nascidas da ruptura do equilíbrio global de forças. O Magrebe jamais tornaria a atingir o esplendor político, econômico e cultural que conhecera sob o reinado dos almorávidas, dos almóadas e dos primeiros soberanos haféssidas e marínidas.

A sociedade no Magrebe após o desaparecimento dos almóadas

A partir do século XI, rompe-se o equilíbrio secular entre os modos de vida sedentário e nômade, em favor do último, devido à invasão dos nômades árabes, os banū hilāl, a quem seguiram, no século XII, os banū sulaym. No início do século XIII, a ação desses povos arruinou as culturas e semeou a anarquia na Ifrīkiya e no Magrebe central. Os almóadas, por questões de estratégia econômica e militar, cederam-lhes as planícies atlânticas, para onde se transferiram, enquanto outros beduínos, os banū ma'kil, ocupavam o sul e o leste do Atlas marroquino. Desta forma, o Magrebe encontrou-se separado do Oriente, suas relações com o Sudão enfraqueceram-se, e sua civilização foi empurrada para a costa mediterrânica.

Os camponeses constituíam a maior parte da população do Magrebe. Não eram servos e dominavam pequenas culturas familiares. Alguns indivíduos poderosos tinham grandes propriedades, mas a grande maioria dos habitantes do campo vivia e trabalhava em propriedades coletivas. Frequentemente a terra era cultivada segundo um contrato concluído com o proprietário: as plantações eram arrendadas a diversos agricultores sob várias formas de arrendamento e parceria. As famílias tiravam seu magro sustento da terra que possuíam ou cultivavam para o proprietário. Os produtos da agricultura e da criação, assim como os do artesanato rural ou urbano, eram trocados nos mercados rurais, que comumente se transformavam em burgos, onde sedentários, nômades e seminômades entravam em contato.

A vida urbana deve ser analisada separadamente em cada um dos três Estados do Magrebe, começando-se pelo oeste, de onde vem a influência prepon-

derante. Desde uma perspectiva geral, partilham as características da sociedade árabo-muçulmana: família patriarcal, separação de sexos com o uso do véu pelas citadinas, poligamia, concubinagem, endogamia, distinção entre homens livres e escravos, entre muçulmanos e tributários etc. O mesmo se pode dizer da organização urbana tradicional dos muçulmanos. A população judaica aumentou no fim do século XIV em razão da chegada de grande número de refugiados das perseguições cristãs, tendo papel preponderante na economia. A imigração mais importante foi, porém, a de espanhóis muçulmanos, imediatamente após a Reconquista. Esses andaluzes instalaram-se principalmente nos portos, formando grupos coesos, cujos membros exerciam atividades diversas, de cima a baixo da escala social. Por outro lado, observava-se, nas cidades e em algumas populações rurais e nômades, uma mestiçagem decorrente do afluxo de escravos negros dos dois sexos e do concubinato com mulheres negras.

A simbiose árabo-berbere iniciou-se logo após a conquista e já se encontrava bastante avançada no começo do século IX. No entanto, ela não extirpou certo tribalismo. É bem conhecida a vocação urbana da religião islâmica, nascida numa cidade de comércio e de caravanas da Arábia; é, portanto, com referência na vida urbana que será traçada a evolução religiosa da sociedade magrebina, fundamentalmente sacra, do século XIII ao XVI.

Fez atingiu o apogeu em meados do século XIV. Cidade administrativa e militar, compreendia o bairro dos príncipes, um outro dito "dos cristãos", e um terceiro, que se tornaria o Mallāh (bairro judeu). Numerosos refugiados andaluzes vieram reforçar a elite intelectual, artística e comercial. Para alojar, alimentar e educar os estudantes que afluíam a Fez, foram fundadas as famosas madraças marínidas, que dispunham de fundações *habous.*

O comércio com a Espanha, Portugal, Gênova e Veneza era intenso. A comunidade de mercadores cristãos reunia-se num edifício, sob a autoridade de uma espécie de cônsul comum; a comunidade judaica tinha seu chefe e administração próprios. O *muhtasid* (censor que observava se os preceitos religiosos do Islã eram respeitados) controlava a atividade comercial. A prosperidade econômica e intelectual de Fez declinou com a dinastia.

Tlemcen atingiu, durante o século XIII, o auge da prosperidade. Mesmo atravessando vicissitudes políticas, Tlemcen nada perdeu em brilho, tampouco sua riqueza parece ter-se abalado. A opulência de seus mercadores, muçulmanos e judeus, repousava no comércio exterior florescente. Os mercadores genoveses e venezianos comerciavam no *funduk* reservado para cada nacionalidade. A atividade artesanal era intensa. O tráfego marítimo passava por Hunayn e Orã. Enfim, Tlemcen parece ter suplantado Marrakesh como escala do comércio

saariano, que passou por certa renovação nos séculos XIII e XIV. O ouro e os escravos chegavam de Sidjilmāsa a Tlemcen por uma rota controlada pelos banū ma'kil. Bidjāya, porto comercial, base de corsários, centro intelectual e religioso e por vezes capital, foi, junto com Tlemcen, um dos polos do Magrebe central.

Na região berbere oriental, os haféssidas perpetuaram a ordem almóada. Seus parentes foram reunidos sob a autoridade de um deles, que tomou o título de *mazwār al-karāba*. Os homens ligados ao exercício do poder, principalmente os governadores de província, recebiam o título de emir.

Os haféssidas escolhiam os principais governadores regionais entre os parentes, principalmente os filhos primogênitos, que assim faziam sua aprendizagem. Os xeques tribais, escolhidos entre os membros de uma família ou clã que havia sido investida pelo sultão, comandavam o contingente de sua cabila e coletavam os impostos para o tesouro, beneficiando-se de concessões fiscais e doações de terras. O exército era bastante heterogêneo. Havia uma milícia urbana, uma andaluza, outra de mercenários turcomanos e outra ainda de cavaleiros cristãos que formavam a guarda sultanesca, praticavam sua religião e moravam num subúrbio da capital. Os renegados cristãos, escravos libertos em sua maioria, constituíam um sólido elemento militar; os generais eram, com frequência, escravos libertos ou renegados. O corso tinha papel importante: os navios eram armados pelo governo ou por homens de negócios.

Túnis era uma metrópole em expansão. No século XIII, a *kasaba* (casbá) almóada foi reformada e transformada numa pequena cidade governamental. Por volta de 1240 foi construída a madraça de al-Samma'iyya, a mais antiga da África setentrional. As *zāwiya* multiplicaram-se na *madīna* e nos subúrbios. Na área do porto, elevavam-se os *funduk* de mercadores cristãos. Em Túnis nasceu o personagem mais representativo de seu tempo, Ibn Khaldūn (1332-1406), cujo pensamento realista e sem apriorismo impressiona por sua modernidade. Sua "História universal" *(Kitāb al-'Ibār)* estuda primeiro a história das cabilas árabes e de suas dinastias, e depois a dos berberes e de seus reinados. Constitui, para o período mais próximo da vida do autor, a fonte documentária fundamental.

O Mali e a última expansão manden

O povo manden (Mandenka ou Mandingo) compreende vários grupos e subgrupos, dispersos por toda a zona sudano-saheliana, do Atlântico até o maciço do Air, com projeções bastante profundas nas florestas do Golfo do

Benin. Nessa região, já existia um comércio regional e transaariano bastante ativo antes da chegada dos árabes, no século IX, como pode-se comprovar das recentes descobertas arqueológicas em Jenné-Jeno e Igbo Ukwu. No início do século XII, porém, o *habitat* dos manden era muito mais restrito. No apogeu do Império de Gana, ao findar o século XI, podiam-se distinguir três grandes grupos: os Soninke (também conhecidos como marka, wagore, wangara, jula ou sarakolle), fundadores de Gana, ocupavam as províncias de Wagadu (Awker), Baxunu (Bakhunu) e Kaniaga; ao sul, aos pés dos montes de Kulikoro, estavam instalados os sosoe, ou sosso, com capital na cidade de Sosoe; e, ainda mais ao sul, viviam os maninka ou malinké, do território chamado Mande ou Manden, situado na Bacia do alto Níger, entre Kangaba e Siguiri.

Os soninke fundaram o Império de Gana, primeira expressão da expansão manden. Quando o império ruiu, sob os repetidos ataques dos almorávidas, os soninke já haviam se mesclado com os povos das margens do Níger, onde se estabeleceram. A busca do ouro levou-os, em direção ao sul, até a orla da floresta.

A segunda expansão manden correspondeu ao surgimento do Mali. Partindo do alto Níger, os clãs maninka levaram a guerra até o Atlântico, a oeste, e estabeleceram-se na Senegâmbia. No século XIV, os mercadores mandenka introduziram o Islã nas terras haussa e, seguindo para o sul, chegaram a penetrar a floresta, onde iam comprar de povos não convertidos ao Islã ouro e nozes-de-cola. Essa expansão dos mandenka no território haussa, e em direção ao sul, se deveu aos mercadores e aos marabus, enquanto na Senegâmbia, a oeste, foi, a princípio, belicosa. Com isso, as províncias ocidentais tornaram-se um prolongamento do antigo Manden. O Império manden entrou em declínio no século XV.

Qual era a situação do Sudão ocidental no início do século XII? Como se apresentavam os povos e reinos da região após a queda de Kumbi-Sāleh?

Desde meados do século XI, o Takrūr, como o Manden e outras províncias importantes, não mais se encontrava sob o domínio de Gana. Os reis do Takrūr, convertidos ao Islã, aliaram-se com os almorávidas. Mantendo o domínio sobre o Rio Senegal e o controle sobre as minas de ouro de Galam, o Takrūr por algum tempo tomou o lugar de Kumbi-Sāleh como centro comercial. Nessa época, era o reino mais conhecido dos árabes depois de Gana. Antes da emergência do Sosoe e do Mali, foi o Takrūr que exerceu papel econômico de primeiro plano; no entanto o reino restringiu sua área de influência à bacia do Rio Senegal, não tomando parte na luta pela hegemonia, que opunha os soninke e maninka aos Sosoe.

O Império de Gana não estendeu seu domínio ao Songhai. Foi no final do século XI que os songhai subiram o Níger, partindo de Kūkya, no Dendi, para ocupar a curva do rio, transferindo para Gao a capital, até então em Kūkya. Em cerca de 1100, ao final do século V da Hégira, os tuaregues magcharen fundaram a cidade de Tombuctu. Os songhai não tardaram a ocupar toda a curva do Níger. Sua instalação em Tombuctu fez dessa nova cidade importante ponto de cruzamento das rotas comerciais.

A hegemonia sosoe foi de curta duração e situou-se entre 1180 e 1230. Ao findar o século XII, o povo sosoe, sob a dinastia dos Kante, entrou em guerra contra os muçulmanos. Os sosoe eram um clã maninka especializado na metalurgia do ferro. Desde meados do século XII, esse clã manifestou a firme vontade de repelir o Islã e impor-se no espaço soninke. De acordo com a lenda, o clã soninke dos jarisso (diarisso) tornou-se independente de Gana antes mesmo da queda de kumbi-sāleh; os Kante tomaram o poder no Sosoe e no Kaniaga, e fundaram uma dinastia. O rei sosoe Kemoko, no final do século XII, juntou o kaniaga e o sosoe num só reino; seu filho Sumaoro (ou Sumanguru) Kante sucedeu-lhe no trono e deu prosseguimento a suas conquistas.

As fontes orais permitem-nos conhecer, a partir de uma perspectiva interna, a história dos mali na região. Segundo a tradição, dezesseis reis precederam Sundiata Keita no trono. O último havia sido Mamadi Kani, que pode ser datado do começo do século XII. Todas as tradições concordam em afirmar que os primeiros reis foram "mestres-caçadores" ou *simbon,* e todas enfatizam o fato de o Islã ter sido introduzido bem cedo no Manden.

A guerra que opôs o Manden ao Sosoe situa-se entre 1220 e 1235. Se os escritos nos dizem pouco, a tradição oral sobre os feitos mais notáveis de Sundiata Keita é prolixa. O combate decisivo entres os dois grupos travou-se em Kirina. A debandada dos sosoe foi completa; Sundiata Keita avançou sobre a cidade de Sosoe e arrasou-a. A vitória de Kirina consolidou a aliança entre os clãs maninka, e, embora essa guerra tivesse garantido a hegemonia da dinastia dos Keita, paradoxalmente foi o prelúdio da expansão do Islã, pois Sundiata fez-se protetor dos muçulmanos. Ibn Battūta relata-nos que Sundiata converteu-se ao islamismo. As tradições orais, porém, nele só reconhecem o libertador dos maninka.

Assistido por brilhantes generais, Sundiata dominou quase todos os territórios outrora controlados pelo Império de Gana. Restabeleceu, assim, a unidade do Sudão ocidental. Seu filho e seus generais darão prosseguimento a suas conquistas anexando Gao e o Takrūr.

A tradição do Manden atribui ao jovem vencedor de Kirina a codificação dos costumes e interditos que ainda hoje regem, de um lado, as relações entre os clãs mandenka e, de outro, as relações destes com os demais clãs da África Ocidental. Em linhas gerais, a constituição e as estruturas administrativas que se consolidaram no Império do Mali foram implantadas por ele.

Sundiata instalou-se no governo com os companheiros. Além de militares e homens de guerra, cercou-se de letrados negros pertencentes aos clãs de marabus, cujos membros eram "primos jocosos" dos integrantes do clã dos keita. É provável que durante seu reinado alguns mercadores árabes tenham frequentado a corte.

Havia dois tipos de província: aquelas que se tinham unido, desde o início, aos aliados, cujos reis conservaram os títulos – caso de Gana (Kumbi-Sāleh) e de Nema –, e as províncias conquistadas. Nessas últimas, ao lado do chefe tradicional, um governador ou *farin* representava o *mansa.* Sundiata Keita respeitou as instituições tradicionais das províncias que conquistou; o caráter flexível de sua administração fazia com que o império se assemelhasse mais a uma federação de reinos ou províncias do que a uma organização unitária. Por outro lado, a existência de guarnições mandenka nas principais regiões garantia a segurança. Foi provavelmente Sundiata Keita quem dividiu o império em duas regiões militares.

A cidade de Niani encontrava-se em território kamara. Foi após a vitória de Kirina que Sundiata Keita decidiu instalar a capital no território de Mani, então rica em ouro e ferro. A cidade desenvolveu-se rapidamente, tornando-se a capital política e econômica do império. Duas grandes pistas partiam de Niani: a rota do Manden, que apontava para o norte (*Manden sila*), e a rota das caravanas (*Sarakolle sila*), orientada para nordeste. Niani atraiu tanto mercadores negros quanto árabo-berberes.

Devemos a Ibn Khaldūn a lista completa dos *mansa* do Mali, de meados do século XIII até o final do século XIV. Essa relação coincide, em muitos pontos, com a fornecida pelas tradições históricas do Manden. Em sua história dos berberes e nos "Prolegômenos", mostrou toda a importância política e econômica do Mali no mundo muçulmano do século XIV.

Mansa Mūsā I (1307-1332) foi o mais conhecido dos imperadores do Mali, e essa reputação se deveu à sua peregrinação a Meca em 1325 e, sobretudo, à temporada no Cairo, onde distribuiu ouro em tal quantidade que fez baixar a cotação do precioso metal por muito tempo. Essa peregrinação teve consequências importantes para a subsequente história do Sudão ocidental; Egito, Magrebe, Portugal e as cidades mercantis da Itália interessavam-se cada vez mais pelo Mali. Uma vez no trono, o *mansa* Mūsā tratou de consolidar as aquisições

dos predecessores e de fazer respeitar a autoridade central, contando, para isso, com a ajuda do general Saran Mandian. Este reafirmou o poder do soberano, no Vale do Níger até adiante de Gao, como também em todo o Sahel, conquistando a submissão dos nômades saarianos.

Foi provavelmente em seu reinado que Walata ganhou importância e que se iniciou em Djenné e Tombuctu o processo de desenvolvimento que as transformaria, um século mais tarde, em centros urbanos de renome mundial.

Em seu apogeu, sob os reinados de *mansa* Mūsā I e *mansa* Solimão, o Império do Mali abrangia toda a África Ocidental sudano-saheliana; diversos povos e etnias faziam parte, assim, de um único conjunto político. Os grandes nômades do Saara, especialmente os messufa, possuíam vasto domínio de pastoreio, que ia das salinas de Teghazza até a cidade de Walata. Eram os principais agentes do comércio do sal, e entre eles se recrutavam os guias das caravanas. A oeste, perto do Atlântico, os lamtūna sanhadja e os godala, berberes, também exploravam as minas de sal de Idjil e o comércio transaariano. De Walata até a curva do Níger, estendia-se o território dos tuaregues. Todos esses povos nômades do deserto eram controlados por guarnições estacionadas em Walata, Tombuctu, Gao e Kumbi-Sāleh. O vasto domínio saariano estava subordinado ao comando militar do *sura farin.*

No Sahel se encontravam as cidades setentrionais do Sudão, como Takrūr, Awdaghust, Kumbi-Saleh, Walata e Tombuctu. Da foz do Senegal, no Atlântico, até a curva do Níger, viviam os nômades fulbe (fulani), criadores de bovinos. Em tempos mais antigos praticavam a transumância em espaço bastante restrito. Os agricultores sahelianos – tukuloor, soninke e songhai –, todos eles islamizados já nos séculos XI e XII, viviam em grandes aldeias. Nessa região de planícies as comunicações eram fáceis, o que favorecia a fundação de cidades novas e a constituição de cultura comum, mesmo entre povos que não falavam a mesma língua.

Os principais grupos da savana eram, de oeste para leste, os diolof (wolof), os mandenka (mandingo) e os soninke. Sabemos, pelos cronistas de Tombuctu, que o Mali era muito povoado, especialmente a região de Djenné. A oralidade como meio de transmissão era muito importante. Pode-se admitir que a população do Mali chegava, à época, a 40-50 milhões de habitantes.

Uma cultura comum ligava os povos do Sahel sudanês. O quadro criado pelo império reforçou os pontos comuns e atenuou as divergências. Esse vasto império era, em última análise, uma espécie de confederação, na qual cada província conservava ampla autonomia. O *mansa* era o chefe do governo e fonte de todo o poder. Cercava-se de altos funcionários e dignitários escolhidos entre os descendentes dos companheiros de Sundiata Keita.

No Manden, a aldeia ou *dugu* constituía a base do edifício político. Normalmente, uma aldeia compunha-se de descendentes do mesmo patriarca. Várias aldeias, submetidas ao mesmo chefe, formavam uma província ou *kafu (jamana)*. Os descendentes dos generais de Sundiata Keita constituíram a aristocracia militar; junto ao *mansa*, formaram um conselho cuja opinião pesava nas decisões do soberano. O *griot* era também personagem importante.

O imperador sempre fez questão de exercer o papel de "pai do povo"; assim, ele distribuía a justiça pessoalmente em sessões solenes.

Excetuando-se o *griot*, conhecemos mal os demais agentes do poder central. O *mansa* tinha a secundá-lo um lugar-tenente geral que parece ter sido o chefe das forças armadas. O *santigui* (senhor do tesouro) era uma espécie de ministro das Finanças. Sabemos pela tradição oral que todas as castas de ofícios faziam-se representar por chefes junto ao *mansa*. Este lhes dava ordens, que eles transmitiam às respectivas castas.

O império era constituído por províncias e reinos vassalos. Cada uma das províncias conhecia a autoridade de um governador (ou *farin*). No século XIV, quando atingiu o apogeu, o império contava doze províncias. Dessas, as mais importantes eram: o Takrūr, Bambuku, Dia (Zaga ou Ja), Gao ou Songhai, Sanagana e Godala; finalmente, os Reinos de Gana e Nema, aliados de primeira hora de Sundiata Keita.

Essa flexível organização provincial, baseada na incorporação dos chefes locais, foi responsável pela grande estabilidade interna do Mali. A segurança dos bens e das pessoas era garantida por uma política eficaz e por um exército que se manteve invencível durante muito tempo.

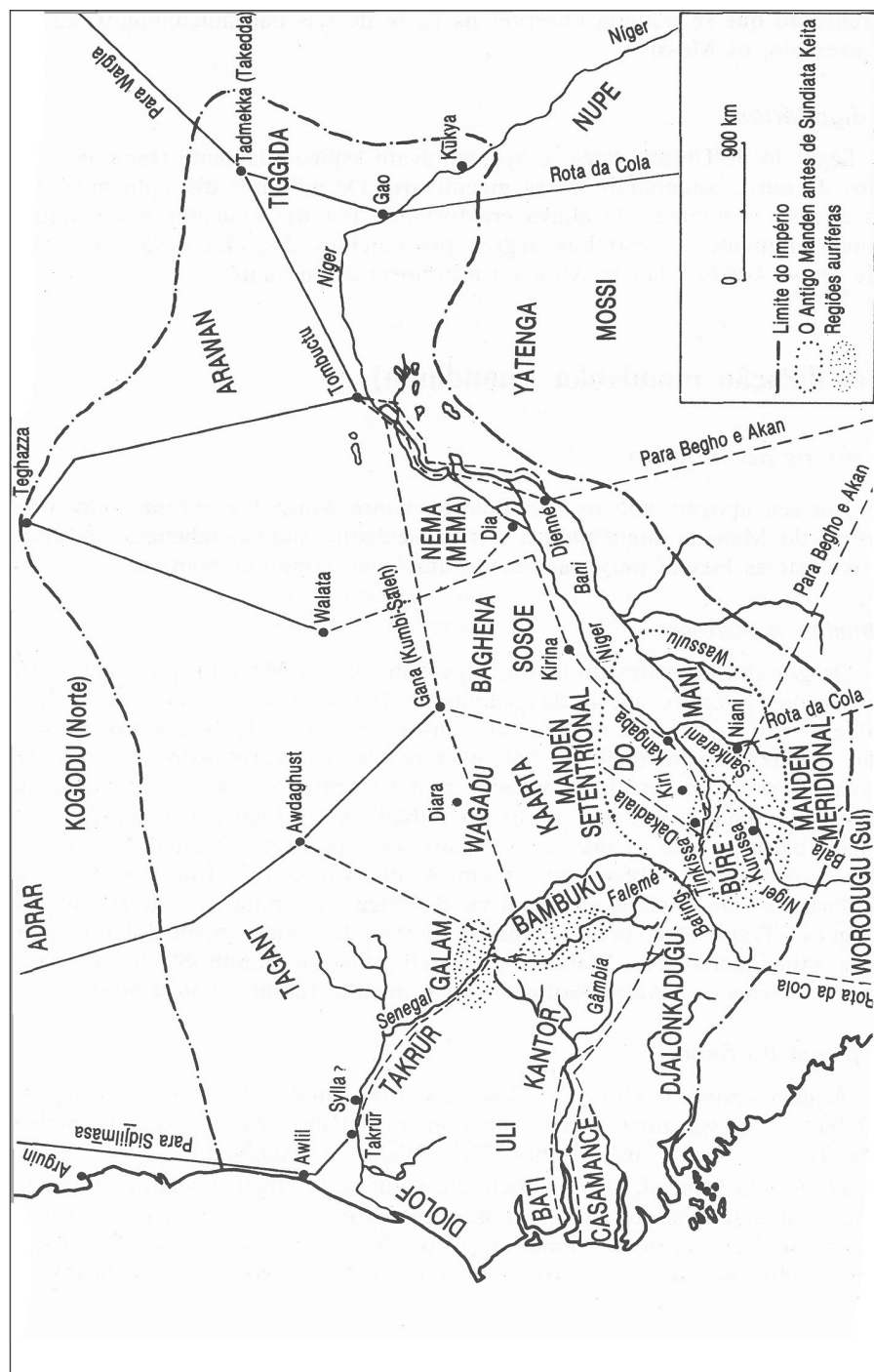
A aristocracia, ou "nobreza de aljava", dava preferência às funções militares. A cavalaria era formada pelos *tontigui*, ou "portadores de aljavas". Desde Sundiata Keita, a cavalaria era o corpo de elite, e ficava diretamente sob as ordens do *mansa*. A infantaria era comandada pela pequena nobreza. Cada província fornecia um contingente de homens livres; a existência de guarnições nas cidades e de numerosas forças nas fronteiras nevrálgicas resguardou por muito tempo o império dos levantes internos e das incursões dos vizinhos.

O império dos *mansa* era conhecido, no estrangeiro, por sua riqueza em ouro; no entanto, a economia repousava essencialmente na agricultura e na criação, que ocupavam a maior parte da população. Plantava-se arroz, milhete, feijão e muitos outros legumes. A cada colheita, uma parte, ainda que simbólica, deveria ser oferecida ao *mansa* ou a seus representantes. A cultura do algodão era muito difundida no império no final do século XV. A criação de animais era a atividade característica dos povos do Sahel, como os fulbe. No século XIV,

porém, a maior parte dos camponeses do vale do Rio Níger também praticava a criação de bovinos, ovinos e caprinos. A pesca era praticada por grupos étnicos muito especializados: os somono, no alto Níger, os Bozo, no seu curso médio, e os sorko, entre Tombuctu e Gao, em território songhai. O peixe, defumado ou seco, era embalado em grandes cestos para ser vendido por todo o império, até a orla da floresta, bem no sul.

O artesanato reservava-se às castas. O trabalho com o ferro era limitado aos *ferreiros*; com o metal, eles fabricavam ferramentas para arar e armas. O *mansa* possuía grandes forjas em Niani. Peles e couros, tratados pelos clãs de *sapateiros*, eram importados em grande quantidade pelos países da África setentrional. O trabalho do ouro era atividade honrada. No Manden, ela cabia a uma fração de ferreiros conhecidos como *siaki,* que residiam nos grandes centros urbanos. A *tecelagem* também florescia, movimentando grande comércio de tecidos de algodão que eram exportados em rolos das províncias para o sul. No Takrūr, uma casta especial, o clã mabo, dedicava-se à tecelagem e à tintura. Os artesãos praticavam a endogamia. Sob os *mansa,* as castas certamente tinham deveres, mas gozavam, igualmente, de alguns direitos muito precisos: nem o imperador, nem os nobres, e muito menos os homens livres podiam exigir deles mais do que era fixado pelo costume.

O ouro, o sal, o cobre e as nozes-de-cola desempenharam papel importantíssimo na economia do Mali. O império possuía numerosas minas de ouro: explorava o ouro do Burem, do Bambuku, do Galam (no alto Senegal) e da região de Niani. Da mesma forma que os antigos *kaya maghan,* o *mansa* tinha direitos exclusivos sobre as pepitas de ouro. Begho, em território bron (na atual Gana), era grande centro de comércio de nozes-de-cola, ouro e cobre. O sal extraído em Teghazza e Idjil era vendido no varejo pelos *Diula* (comerciantes), em todas as partes do império; as regiões costeiras da Senegâmbia produziam sal marinho. Takedda constituía, então, o maior centro de produção e comercialização do cobre; o metal era exportado para o sul, onde era mais apreciado que o próprio ouro.

Procurando nozes-de-cola e ouro, os mandenka estabeleceram postos nas estradas que levam das margens do Níger até Kong (na atual Costa do Marfim) e Begho (na atual Gana); também difundiram o Islã e a cultura mandenka até regiões distantes, no sul. Rezam as tradições haussa que o Islã foi introduzido no Sudão central pelos wangara no século XIV.

Mapa do Império do Mali, em 1325. (D. T. Niane.)

Mapa das principais rotas transaarianas no século XIV. (D. T. Niane.)

O declínio do Império do Mali

Após o século XIV, dominado pela figura notável do *mansa* Kanku Mūsā, o Mali entrou num período de declínio gradual. Os séculos XV e XVI foram marcados pela mudança progressiva do centro de interesse do império para o oeste. Enquanto o monopólio comercial muçulmano permanecia intacto nos demais países do sul do Saara (Songhai, Kanem etc.), o comércio do Mali, a partir de meados do século XV voltou-se parcialmente para o litoral. Os mercados de Sutuco e de Djamma Sura (Djagrancura), às margens do Rio Gâmbia, substituíram os de Tombuctu e de Djenné, agora controlados pelos songhai. O sensível enfraquecimento das relações com o mundo muçulmano explica por que temos tão poucas fontes árabes sobre esse período.

Após o século XIV, as relações do Mali com a África setentrional intensificaram-se, em consequência da célebre peregrinação do *mansa* Kanku Mūsā a Meca. A introdução maciça da cultura islâmica perturbou os costumes do país. O século XIV, durante o qual se assistiu ao apogeu do império, terminou com o enfraquecimento do poder central. Enquanto isso, uma nova potência – o Songhai –, que suplantaria o Mali nas províncias setentrionais, desenvolveu-se no baixo Níger.

Os primeiros atentados contra o Império manden foram movidos pelos tuaregues e por outros berberes, seguidos por Sunnī ʿAlī e pelas tropas songhai.

Vários grupos berberes dependiam do Império manden durante seu apogeu, no século XIV. Alguns estavam em processo de sedentarização e pagavam regularmente tributos aos *mansa* do Mali; outros, entretanto, que eram nômades continuavam bastante rebeldes à autoridade central. A partir do século XV, os tuaregues, que após várias investidas conseguiram tomar Tombuctu (1433), apossaram-se da maioria das cidades do Sahel. Após privar o Mali das antigas dependências setentrionais, os tuaregues reforçaram, com o avanço para o sul, sua posição e seu papel no comércio transaariano, porém, a emergência do Estado songhai, com Sunni ʿAlī, foi um sério revés para eles.

Como consequência das atividades militares tuaregues e da hegemonia songhai, a economia do Mali viu-se seriamente ameaçada. Todavia, o desenvolvimento do comércio atlântico, com a chegada dos portugueses ao litoral, no século XV, deu-lhe novo alento. As províncias ocidentais passaram a desempenhar papel importante no comércio, substituindo as províncias do interior.

As províncias da Senegâmbia e o oceano tiveram papel apenas marginal na orientação geopolítica e comercial do Mali antes da descoberta portuguesa. A

partir do século XV, porém, estabeleceram-se laços diplomáticos entre os soberanos de Portugal e do Mali, num momento em que as relações comerciais já eram intensas.

As minas de ouro do Burem continuavam sob o domínio dos *mansa* do Mali; além disso, os comerciantes Wangara iam até a região ashanti à procura desse metal. Em pouco tempo, os europeus começaram a utilizar as possibilidades de troca entre as diversas regiões. Compravam cavalos no Futa para vendê-los na Gâmbia. Esse tráfico, que reforçou os exércitos manden, provocou o desenvolvimento de outro comércio: o de escravos. Diante da crescente demanda de cavalos por parte dos reis do Diolof (Wolof) e dos governantes mali da Gâmbia, os portugueses habituaram-se a trocar cavalos por escravos. As relações comerciais alteraram-se rapidamente, em detrimento dos africanos.

Nas províncias ocidentais do Império do Mali, o comércio continuou intenso até o fim do século XVI. Entretanto, só uma parte especializada da população participava do comércio – os wangara –, já que a grande maioria era composta por agricultores e pastores. As florestas-galerias ao longo das margens abrigavam muita caça; no interior delas, onde a mata era menos densa, viviam enormes manadas de elefantes, cujas presas alimentavam o comércio do marfim. Assim como os manden (mandingo) orientais, os manden ocidentais eram grandes caçadores. A caça era inseparável da religião: um caçador reputado deveria, necessariamente, ser grande conhecedor da floresta, e esse conhecimento achava-se associado à magia. Nessas províncias ocidentais a criação de animais estava ligada à agricultura. Os camponeses eram, também, criadores de animais domésticos.

A sociedade manden ocidental precisou confrontar-se à infiltração das culturas muçulmana e cristã. Essas influências externas perturbaram o equilíbrio tradicional; no entanto, o perigo mais grave era de ordem militar: enquanto os manden só tinham olhos para seu comércio e sua agricultura, desenvolvia-se ao norte a temível potência do Grande Ful.

A partir do século XIII, os fulbe, que viviam como nômades no Termes, começaram a se infiltrar em direção ao sul. A princípio, submeteram-se aos chefes locais, mas acabaram se impondo às populações autóctones e fundando poderosos Estados. Assim, constituiu-se o Estado fulbe de Futa-Toro, sob a liderança de Tenguella, cujo filho, Koly, é mais conhecido. Koly Tenguella foi um dos personagens africanos cuja história virou lenda. Pode-se supor que Koly tivesse sangue manden. Liderados por Tenguella e por Koly, os fulbe denianke (ou deniankoobe) invadiram toda a Senegâmbia. As guerras entre os denianke e os *mansa* do Mali não estão datadas com precisão; sabe-se, apenas, que ocor-

reram entre 1481 e 1514. As tradições orais, tanto dos fulbe quanto dos países que atravessaram, dão ênfase ao grande número de guerreiros e de cabeças de gado, o que mostra que Koly não só conquistou, mas também se instalou no Futa, atraído pela fertilidade da região.

A autoridade do Mali começou a regredir. Os exércitos de Koly e do pai investiram sobre o Bundu e, depois, sobre o Futa-Toro. Depois do Bundu, pai e filho se separaram. Tenguella foi em direção do Reino de Zara (Diara), mas foi derrotado, e Koly empreendeu a conquista do Futa-Toro.

O velho império, atacado pelo leste e pelo oeste, precisou enfrentar ainda outra ameaça, não menos perigosa: a ingerência portuguesa na vida política do oeste africano. Após os primeiros contatos particularmente violentos com a África negra, os portugueses viram-se obrigados a mudar de política, diante da firme resistência das populações costeiras. Assim, empenharam-se, principalmente, em ganhar a confiança dos soberanos locais. Os reis de Portugal enviaram numerosas missões diplomáticas a seus homólogos da África Ocidental. Duas missões diplomáticas foram enviadas ao Mali. Os portugueses, porém, já começavam a se imiscuir nos conflitos internos dos países costeiros. Além disso, as missões de "amizade" eram, também, fontes de informação sobre a situação interna do velho império. Outra estratégia dos portugueses era oferecer vantagens comerciais aos pequenos chefes da costa, levando-os, assim, a se emanciparem da tutela do *Manden mansa.* Este foi o caso do Reino de Salum.

No início do século XVII (1620-1624), o lugar da Gâmbia estava ocupado por três reinos: Salum, Wuli (Uli) e Kantor. O que restara do velho Império do Mali acabava de perder sua única janela para o exterior. Num último esforço, o *mansa* Mahmūd do Mali tentou retomar uma base no delta central do Níger, em 1599, mas fracasou. As províncias ainda subordinadas ao *mansa* emanciparam-se uma a uma. Segundo al-Sa'dī, esse esfacelamento deu origem a cinco pequenos reinos.Os grandes beneficiários da queda do Mali foram os bambara. Reduzido ao Reino do Manden, o Mali contava apenas com as regiões de Kaabu, Kita, Dioma e Kyumawanya (Djumawanya).

O Songhai do século XII ao XVI

Ao fim de longa evolução de cerca de oito séculos, os songhai, estabelecidos nas duas margens do médio Níger, erigiram um poderoso Estado e unificaram grande parte do Sudão, permitindo assim o desabrochar de brilhante civilização.

Por sua posição geográfica às margens do Níger, na zona fronteiriça entre o Sudão e o Sahel, Gao, transformada num grande mercado cosmopolita, tornou--se, no século XII, a capital do Estado songhai, acabando por eclipsar a antiga cidade de Kūkya. O reino que se estendia sobre as duas margens do Níger, de Dendi a Gao, era dirigido pelos Dia ou Za, provavelmente uma fração dos songhai miscigenada com berberes. No século XI, o Dia tinha o título songhai de *Kanta* ou *Kanda*. Evento de importância capital foi a conversão do *Dia kossoy* ao Islã em 1019; o exemplo não parece ter sido seguido pelos songhai, que por muito tempo ainda permaneceram fiéis às suas crenças e práticas religiosas tradicionais.

Provavelmente entre 1285 e 1300, exércitos manden conquistaram o Reino de Gao, onde entre 1324 e 1325 o *mansa* Kanku Mūsā construiu uma mesquita; sob a direção dos *farin*, Gao tornou-se grande centro comercial. A dominação manden não foi contínua. O *Dia* de Gao era, na realidade, um tributário que aproveitou as dificuldades do Mali para se emancipar. Parece que o final do século XIV marcou o término da dominação manden sobre o Gao.

Uma nova dinastia – a dos Sunnī – fundada por ‘Alī Kolon no século XIII, tornou-se independente e expulsou os manden de Gao. Os sunni eram guerreiros. Os três últimos representantes da linhagem deixaram Gao e levaram a guerra na direção da rica região de Macina e do Império do Mali.

Sunnī ‘Alī Ber ou Sunnī ‘Alī, o Grande (1464-1492), mudou os destinos do Reino de Gao. Abandonou a política de pilhagem adotada pelos predecessores, substituindo-a pela conquista territorial. Para tal, contou com um exército experiente e bem estruturado, chefiado por homens competentes, sobretudo, uma cavalaria que foi a ponta-de-lança de suas conquistas.

Como os predecessores, foi atraído pela rica região ocidental, pelas cidades nigerianas e pelo delta central do Níger. Conquistou sucessivamente Djenné, parte da região de Macina, onde abateu grande número de Fulbe (Peul ou Fulani), e, o mais importante, Tombuctu (1468). Atacou os tuaregues, rechaçando-os para o Sahel setentrional; no sul, empreendeu várias expedições contra os dogon, os mossi e os bariba. Em 1483, nas cercanias de Djenné, venceu o rei mossi Nasere I, acabando com a ameaça dos mossi no Vale do Níger. Em 1492, ano de sua morte acidental, Sunnī ‘Alī dirigia um grande império que, centrado no Níger, estendia-se desde a região de Dendi até a de Macina.

Este soberano organizou o novo império segundo o modelo manden. Criou novas províncias, confiadas a soberanos que se intitulavam *fari* ou *farma* (manden) e *koy* ou *mondzo* (songhai). Nomeou um cádi para Tombuctu e provavelmente para outras cidades muçulmanas. Todos esses agentes do leste estavam

diretamente subordinados a Sunnī; dessa forma, o Estado patriarcal e consuetudinário de Gao tornou-se um Estado centralizado que controlava todas as regiões do Níger. Sunnī 'Alī favoreceu o desenvolvimento econômico do jovem império e incentivou a agricultura.

Sunnī 'Alī Ber enfrentou grandes dificuldades junto à aristocracia muçulmana principalmente em Tombuctu. Os motivos de sua oposição aos ulemás eram tanto políticos quanto ideológicos. Acima de tudo, o imperador simbolizava a cultura tradicional songhai diante de forças novas: o Islã e as cidades.

A morte de Sunnī 'Alī provocou uma guerra civil. Sunnī Baare recusou-se a se converter ao Islã. Um partido muçulmano, dirigido pelo *hombori-loi* Muhammad e seu irmão 'Umar Komdiāgho, revoltou-se contra o novo *sunnī* e o derrotou. Muhammad Turé, ou Sylla, apossou-se do poder soberano com o título de *askiya*, fundando, assim, uma dinastia muçulmana.

O Askiya Muhammad era de origem soninke, do clã dos Turé ou Sylla, provenientes do Takrūr. Apesar de iletrado, era muçulmano fervoroso e político sagaz. Apoiou-se sobre as novas forças para expandir e consolidar o império fundado por Sunnī 'Alī Ber; sua vitória foi a do Islã. Auxiliado pelo irmão 'Umar Komdiāgho, consolidou o Império songhai, expandindo-o a seus limites máximos, de Dendi a Sibiridugu, ao sul de Segu, e de Teghazza à fronteira de Yatenga.

O Askiya Muhammad foi um soberano esclarecido que se interessou por todas as atividades do império. Encorajou o comércio, que muito enriqueceu o país. Incentivou a agricultura; favoreceu, ainda, o desenvolvimento dos estudos.

Dāwūd (1549 -1583) teve um reinado longo e próspero, que correspondeu ao florescimento e ao apogeu do Império songhai. O império prosperou econômica e intelectualmente. O vale do rio foi intensamente cultivado e as grandes cidades de comércio mostraram-se mais ativas do que nunca. A prosperidade geral trouxe grandes lucros ao *askiya*. Como o pai, Muhammad, Dāwūd foi grande mecenas. No plano militar promoveu inúmeras campanhas de pacificação na região de Macina e a leste, combatendo principalmente os mossi.

Com a morte de Muhammad III em 1586, seu irmão Muhammad IV Bano foi proclamado *askiya,* fato que terminou por originar uma guerra civil. Muitos irmãos do *askiya* revoltaram-se, entre eles o *balama* da região de Tombuctu, al-Saddīk. Proclamado *askiya* em Tombuctu, foi, porém, derrotado pelo novo *askiya* de Gao, Ishāk II, que reprimiu cruelmente a rebelião e dizimou os exércitos ocidentais. O império se viu, assim, moralmente cindido. A região ocidental, decepcionada, perdeu o interesse por Gao, e muitos príncipes songhai aliaram-se aos invasores marroquinos em 1591, três anos após a guerra civil. O Império songhai iria, assim, desmoronar, vítima das próprias contradições.

O Império songhai foi profundamente original quanto à organização política e administrativa. A forte estruturação do poder, a centralização sistemática e o absolutismo real são características que atribuíram uma coloração moderna à monarquia de Gao, distinguindo-a do sistema tradicional de federação de reinos, vigente nos impérios de Gana e do Mali.

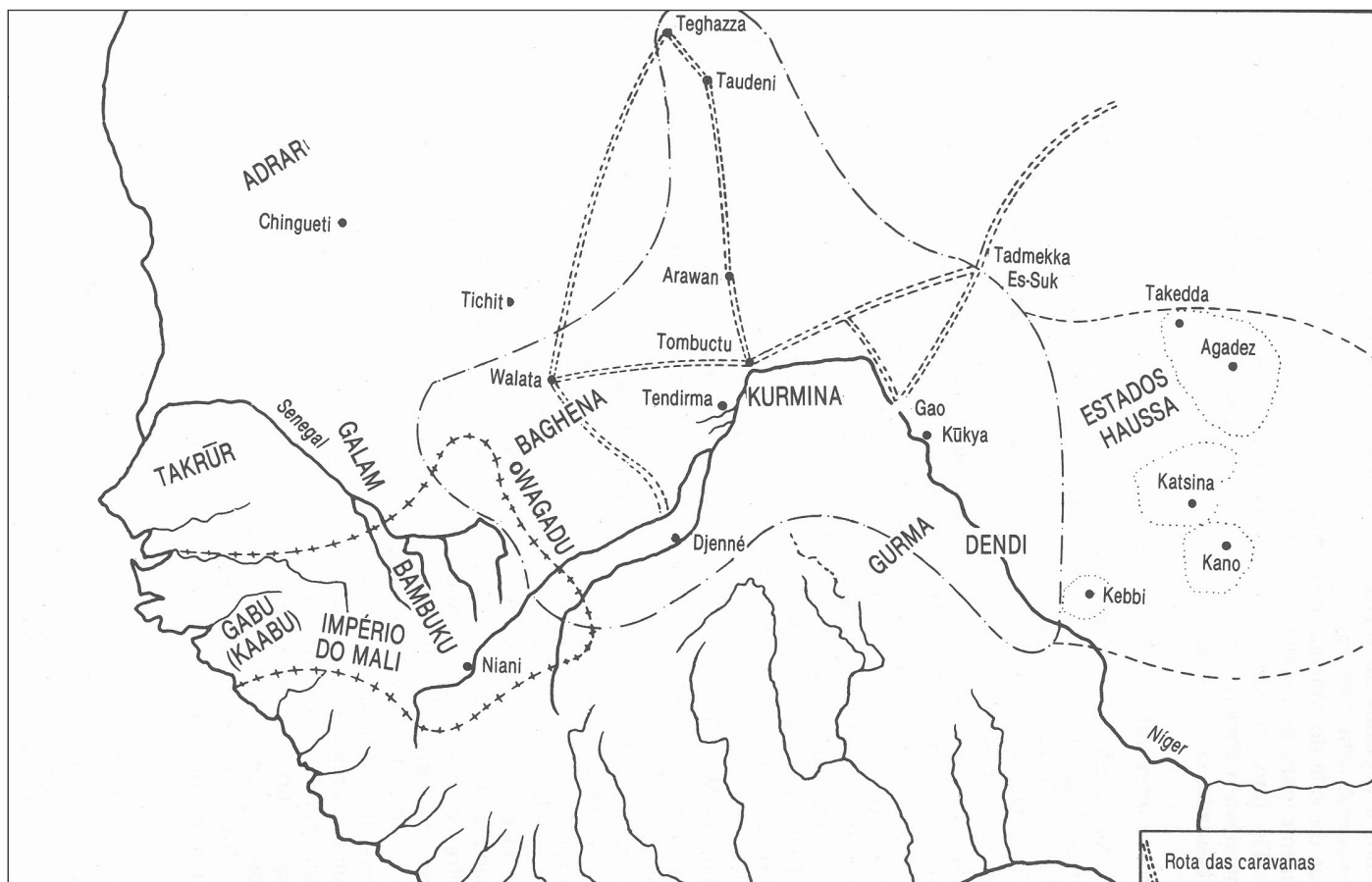
A monarquia de Gao sob os *askiya* fundava-se nos valores islâmicos e consuetudinários. Segundo os antigos costumes sudaneses e songhai, o *toi* (rei) era o pai do povo, dotado de poderes semissagrados, fonte de fecundidade e prosperidade. Já a tradição islâmica estipulava que o monarca de Gao, muçulmano desde o século XI, devia governar segundo os preceitos do Corão. Estas duas tradições combinavam-se; dependendo da personalidade do soberano, predominava uma ou outra.

O império era dividido em duas grandes províncias: Kurmina a oeste e Dendi a sudeste. As cidades de comércio, como Tombuctu, Djenné, Teghazza e Walata, gozavam de certa autonomia sob o governo de seus *koy* ou *mondzo.* As atividades comerciais e artesanais e a grande população requeriam a presença de muitos funcionários administrativos.

A administração indireta concernia aos países vassalos ou tributários. O chefe do território era nomeado segundo os costumes locais e reconhecido pelo *askiya.* Os Estados haussa – Kano e Katsina –, o Reino de Agadez, o Império do Mali, a federação tuaregue Kel Antessar, a de “Magcharen”, agrupavam-se nessa categoria. Seus soberanos deviam pagar tributos periódicos, enviar contingentes de guerreiros quando o imperador pedisse e manter boas relações com Gao através de visitas, presentes e casamentos.

Com estes vários sistemas de administração, o central, o provincial e o indireto, o Império de Gao conseguiu organizar as populações do Sudão nigeriano, manter pessoas e bens em segurança e alcançar grande desenvolvimento econômico.

O Estado dispunha de importantes recursos para se consolidar e permanecer independente, e de uma força armada permanente, capaz de proteger o império, impor a vontade do soberano a seus súditos e dominar qualquer rebelião. Esse aparelho de Estado, poderoso e estável, não era, no entanto, despótico. A justiça, confiada a cádis quase autônomos ou a chefes consuetudinários, preservava a liberdade e os direitos do povo.

A nobreza tinha vocação para as funções políticas e militares. Constituía a parte essencial da cavalaria. Os pescadores do Níger constituíam uma flotilha permanente no rio, de mais de 2 mil pirogas. O exército era a maior força organizada do Sudão ocidental.

Mapa do Império songhai no fim do século XVI. (Segundo D. T. Niane.)

O soberano de Gao era rico e poderoso. A monarquia dispunha de recursos seguros e permanentes, arrecadados em todo o império e geridos por grande número de funcionários administrativos, sob a direção do *kalissa farma*. Havia diversas fontes de renda imperial, grande parte da qual era utilizada para a manutenção da corte e do exército permanente.

Por sua localização geográfica no centro do Sahel sudanês, o Império songhai era uma região privilegiada para os intercâmbios transaarianos. O Níger, que o atravessava de oeste para leste, facilitava as comunicações, e seu vale fértil era intensamente cultivado. Assim, distinguem-se dois setores econômicos, um rural e tradicional do qual se tem poucas informações, e o outro urbano e comercial.

As cidades do Sahel sudanês – Walata, Tombuctu, Djenné, Gao – centros do grande comércio transaariano, tinham contato com os grandes mercados do Saara e com as regiões mais longínquas, como a Europa mediterrânica. Do Vale do Níger, partiam caravanas transaarianas, estabelecendo rotas em direção ao norte. O comércio transaariano dos séculos XV e XVI orientava-se principalmente para o Marrocos, a Argélia e a Líbia. No centro, as minas de sal de Teghazza e os oásis de Tuat e de Ghāt eram as grandes etapas comerciais rumo ao Sudão. O comércio estava em mãos de mercadores árabo-berberes e dos sudaneses wangara (manden), wakore (soninke), mossi, haussa e songhai.

O comércio se fazia por trocas e mais frequentemente por intermédio de moeda de transferência: cauris para os pequenos negócios, ouro, sal ou cobre, conforme o mercado.

Em suas estruturas profundas, a sociedade songhai assemelhava-se aos demais grupos sociais do Sudão ocidental. Sua originalidade baseava-se no desenvolvimento de uma economia comercial, a qual deu origem a uma sociedade urbana com atividades diferenciadas, por sua vez um tanto marginal em relação ao conjunto da sociedade, fundamentalmente rural.

Na cidade ou no campo, a sociedade songhai definia-se pela importância atribuída aos laços de parentesco. O elemento básico era a família. Os clãs agrupavam muitas famílias. As mais antigas eram de origem soninke. Poucas eram songhai, o que levanta o problema da própria estrutura do povo songhai, bastante miscigenado de soninke, berberes e outras etnias.

A característica fundamental da sociedade songhai era a hierarquização, que dividia a população em nobreza, homens livres, membros de castas de ofícios e escravos. Fora do Vale do Níger, onde se encontravam as cidades

comerciais, os songhai e os demais povos do Império viviam de atividades rurais. Existia nos séculos XV e XVI uma densa população rural no Vale do Níger que vivia sobretudo da agricultura. Havia segurança e a fome era rara. O Islã não enraizou no campo: os camponeses mantiveram os valores locais, e as regiões mais rurais permaneceram ligadas às crenças tradicionais, apesar da islamização superficial.

A grande expansão comercial permitiu o desenvolvimento da civilização urbana em toda a região do Sahel sudanês. Nos séculos XV e XVI, as três maiores cidades eram Tombuctu, Djenné e Gao. Em todas estas cidades, encontrava-se, ao lado de um núcleo songhai predominante, cuja língua servia de vínculo comum, uma população cosmopolita de árabo-berberes, mossi, haussa, manden (wangara), soninke, fulbe etc.

O mundo urbano era constituído por uma sociedade hierarquizada segundo o modelo sudanês, mas entre os Songhai o critério de diferenciação era econômico. A sociedade urbana compreendia três elementos básicos, os comerciantes, os artesãos e os religiosos, que viviam todos, direta ou indiretamente, do comércio.

Implantado no Sudão ocidental desde o século XI, o Islã progrediu lenta e desigualmente, acabando por se impor na curva do Níger e na região do Sahel. Nas zonas urbanas, o Islã criou uma elite letrada que contribuiu para ilustrá-lo e reinterpretá-lo. No entanto, nos séculos XV e XVI, a grande maioria dos songhai e dos povos do império, que viviam no campo, permaneceu ligada às crenças ancestrais da região. Os songhai cultuavam os *hole* (duplos) e os espíritos que habitavam a natureza. Seu panteão era numeroso. Seus curandeiros mágicos, os *sonyanke,* considerados descendentes da dinastia deposta dos Sunnī, eram venerados pelo povo e protegiam a sociedade contra os espíritos maléficos e os feiticeiros *tierkei.* Todo chefe de clã promovia um culto aos mortos.

Urbana e aristocrática, a fé islâmica acabou sofrendo adaptações para melhor se expandir; já se tratava, portanto, de um islamismo negro-africano, tolerante. O Sudão nigeriano conheceu grande florescimento intelectual nos séculos XV e XVI; o humanismo sudanês impôs-se como componente fundamental do Islã universal. A universidade mais célebre foi a de Tombuctu, que nos deu os dois *Ta'rīkh*. Essa cidade abrigava, no século XVI, cerca de 124 escolas corânicas frequentadas por milhares de estudantes de todas as regiões do Sudão e do Sahel, que moravam com os professores ou em alojamentos especiais.

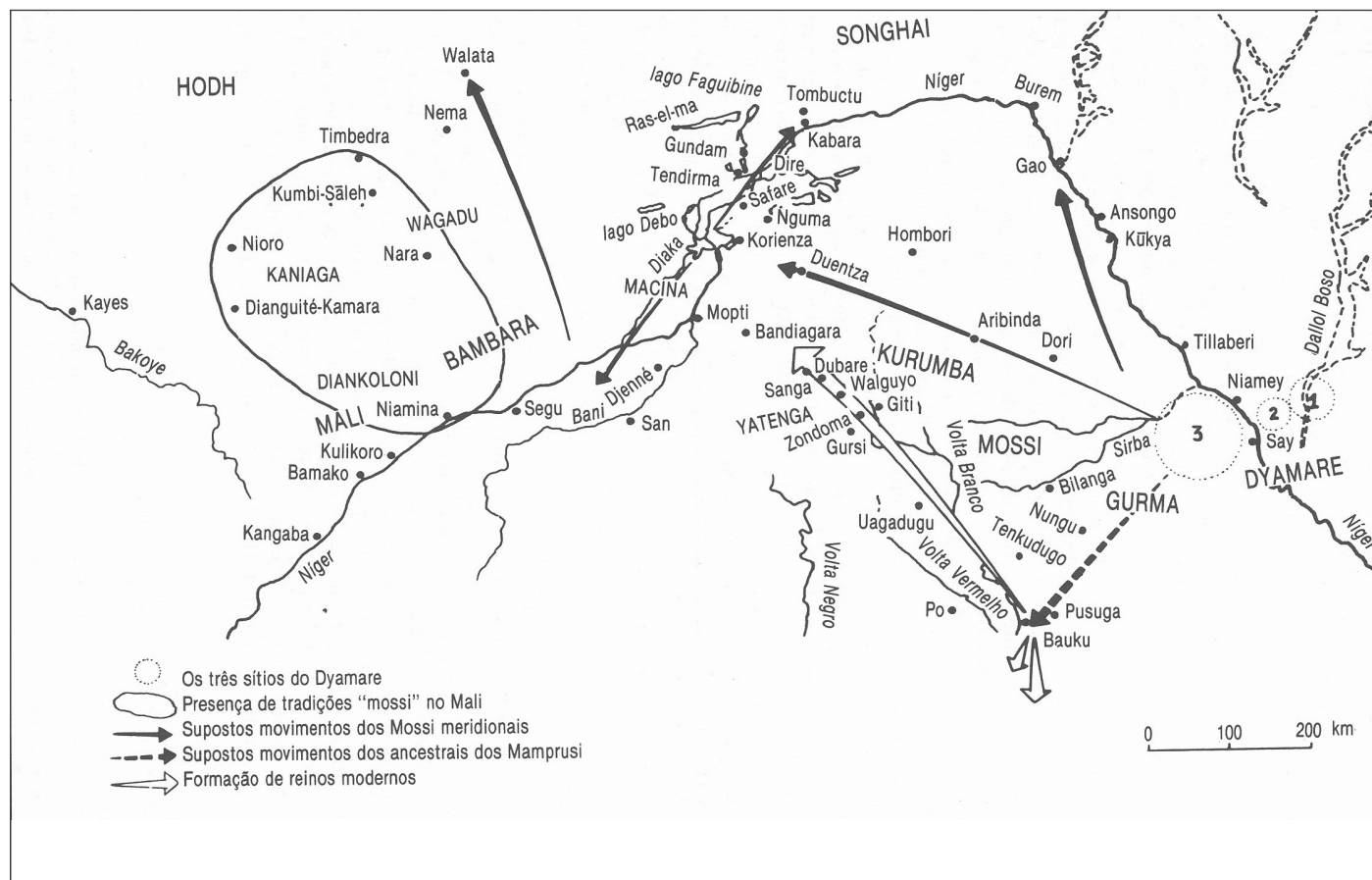
Os povos e reinos da curva do Níger e da Bacia do Volta, do século XII ao XVI

O estudo da história dos povos da curva do Níger, do século XII ao XVI, gira em torno do surgimento e da expansão territorial dos reinos mamprusi, dagomba e mossi. As informações que temos sobre esse conjunto de reinos são mais ricas do que as disponíveis sobre outras formações históricas da mesma região, como as sociedades nas quais o poder político não é centralizado.

A história dos reinos mossi, que começou na primeira metade ou, quando muito, em meados do século XV, desenvolveu-se em três fases entre os séculos XV e XVI: uma fase de maturação (segunda metade do século XV), um período de conquistas (primeira metade do século XVI) e, finalmente, uma fase de estabilização (segunda metade do século XVI).

Durante um período que parece ter sido preparatório para empreendimentos político-militares ambiciosos, os mossi restringiram suas atividades ao território meridional compreendido pelas imediações de Zambarga, Kinzem e algumas localidades menores. Após isso, as conquistas mossi se expandiram rapidamente. Na segunda metade do século XV, Naaba Rawa – segundo a tradição oral, um dos "filhos" de Naaba Wedraogo – assume a estatura de grande conquistador. Ele foi o fundador da única das formações políticas mossi que mereceu o nome de "império", o Império de Rawatenga, que reuniu por pouco tempo sob uma autoridade única a maior parte do atual território mossi, existindo em sua região central considerável rede de chefarias locais. O Rawatenga, porém, não conseguiu manter a unidade. A única formação política coerente a sair do Rawatenga foi o Reino de Zondoma. Foi em grande parte às custas desse reino que se desenvolveu territorialmente o Yatenga, na segunda metade do século XVI.

Dos conquistadores e fundadores de dinastias do final do século XV e começo do XVI, dois personagens se destacam particularmente: Naaba Gigma e Naaba Wubri. Naaba Gigma empreendeu a conquista da porção oriental do que é hoje o território mossi e estendeu sua influência até os confins atuais do Liptako, ao norte. Naaba Wubri foi o fundador da dinastia que ainda governa o Reino de Uagadugu (Wogodogo), cujos soberanos portam o título de *Moogo naaba,* "chefe do Moogo", isto é, do conjunto do país mossi.

Em meados do século XVI (em torno de 1540, nossa segunda data-eixo da história dos mossi,), sob a chefia de Naaba Kumdumye, neto de Naaba Wubri, a expansão mossi atingiu o apogeu, com uma penetração profunda – porém de curto fôlego – em território gurunsi. Com Naaba Kuda, filho de Naaba Kumdumye, o território mossi central adquiriu, na segunda metade do século XVI, sua fisionomia definitiva.

Mapa da região da curva do Níger e da Bacia do Volta, 1100-1600. (Fonte: Izard, 1970.)

Quando Naaba Yadega, também neto de Naaba Wubri, atingiu a região de Gursi, numerosas chefarias mossi já se estabeleciam no atual território do Yatenga. A mais importante força política da região era o Reino de Zondoma. Depois de garantir sua base em Gursi, Naaba Yadega instalou uma segunda residência em Lago. No final do século XVI, seu segundo filho, Naaba Geda, libertou definitivamente o novíssimo Reino do Yatenga de qualquer vínculo com o Reino de Uagadugu. A partir de então, os dois grandes reinos mossi – o de Uagadugu e o do Yatenga – seguiriam destinos diversos, constituindo os dois grandes polos hegemônicos do território mossi e abrigando pequenos reinos vassalos em sua zona de influência.

A história das instituições mossi é pouco conhecida, só podendo ser delineada a partir do final do século XVIII (Yatenga) e do início do século XIX (Reino de Uagadugu). A principal característica do sistema político mossi é a distinção social entre os detentores da terra (*tengsobondo*) e os do poder (*naam*). Os primeiros representam os autóctones, também chamados "filhos da terra" ou "gente da terra"; os segundos eram, em princípio, os mossi (isso é, os descendentes de Naaba Wedraogo), embora a esse respeito a divisão de tarefas entre autóctones e conquistadores nem sempre esteja isenta de ambiguidade. A distinção entre "gente da terra" e "gente do poder" liga-se diretamente à oposição entre o "senhor da terra" (*tengsoba*) e o "chefe" (*naaba*) – oposição que também repercute na ideologia religiosa, já que os filhos da terra se associam ao culto da terra, enquanto a "gente do poder" reconhece a supremacia divina de Wende, de origem celeste e talvez solar. A unidade da sociedade, em que o sagrado se associa aos autóctones e o poder aos conquistadores, é marcada pela união sincrética de Naaba Wende (*naaba* = "chefe") e de Napaga Tenga (*napaga* = "mulher de chefe").

Podem-se distinguir três grandes grupos entre os autóctones: os povos gurunsi, de língua "voltaica" ou gur, aos quais podemos vincular os kurumba e que constituíram o principal substrato do Yatenga, anteriormente aos próprios mossi; os dogon (kibse, na língua moore); e os povos manden, entre os quais os mais importantes são os samo (nimise) e os bisa (busase). Senhores da terra, os autóctones têm a seu cargo os ritos anuais de fertilidade.

No Yatenga, os detentores do poder, além do próprio rei, dividem-se em três categorias: a "gente da casa do rei" (*nayiridemba*), os "senhores da guerra" (*tasobanamba*) e os membros da linhagem real ou *nakombse*, que constituem o grupo de onde sai o soberano. O *Yatenga naaba* tem a seu dispor quatro residências reais e vive numa delas. Cada uma das quatro cortes potenciais conta com um colégio de quatro *nesomba*. Os *nesomba* são nomeados pelo rei. O colégio de *nesomba* que estiver associado à residência real efetiva constitui o verdadeiro governo do

reino; falecendo o rei, também funciona como colégio eleitoral, competindo-lhe a escolha do novo soberano entre os candidatos ao trono, já que o sistema de atribuição do poder ignora qualquer regra de transmissão automática do mesmo.

O que mais impressiona na sociedade mossi, tão heteróclita do ponto de vista histórico, é sua notável unidade linguística e cultural – unidade que se manifesta ainda mais na coerência da ideologia do poder e na profundidade de sua filosofia política. Trata-se de uma das grandes civilizações da África Ocidental.

O que hoje sabemos das sociedades sem Estado, na mesma região dos mossi, não permite um recuo para períodos anteriores ao final do século XVIII ou começo do XIX devido à falta de investigações sistemáticas: entre a história recente e os mitos de fundação, permanece uma lacuna que o historiador deverá tentar preencher. Não há margem de certeza possível para discutirmos a história dessas sociedades nos séculos XII-XVI.

As sociedades denominadas "voltaicas" ou gur devem seus nomes a classificações linguísticas. Compreendem grande número das línguas que hoje se falam em Burkina Fasso e em vastas zonas setentrionais da Costa do Marfim, Gana, Togo e Benin. Considera-se geralmente que entre as línguas gur é possível distinguir considerável grupo mossi que, por sua vez, compreende três subgrupos: mossi, dagomba e birifo-dagari-wile. O simples agrupamento das línguas segundo suas afinidades mostra, pelo menos, que línguas aparentadas são faladas, indiferentemente, em sociedades com Estado e sem Estado.

Entre os povos da Bacia do Volta, Le Moal distingue, com base em aproximações culturais e regionais, os conjuntos mossi, gurunsi, bobo, manden e senufo, e reúne os povos do sudoeste da atual Burkina Fasso sob uma denominação comum.

Deve-se associar aos mossi os povos pré-mossi cuja identidade foi parcialmente preservada. Classicamente, os antropólogos dão o nome de "gurunsi" a seis sociedades de base segmentária: lela, nuna, kasena, sisala, ko e puguli. São-lhes associadas sociedades que se estabeleceram na região onde hoje se encontram os confins do Gana e de Burkina Fasso, como os talensi, os kusasi e os nankanse, povos culturalmente autônomos face às formações estatais vizinhas, mas que, do ponto de vista desses Estados, constituem sociedades tributárias e que passaram a fornecer à teoria antropológica o modelo do sistema político conhecido como "segmentário por linhagens".

Os povos de nome bobo englobam, essencialmente, os bwa e os bobo propriamente ditos. Nessas sociedades a organização política funda-se na existência de comunidades aldeãs autônomas. O mesmo ocorre com os samo e os bisa, por um lado, e com os dafin ou marka, por outro. Os dafin foram responsáveis

pela fundação de numerosos pequenos Estados centralizados. Dessa cultura são tributárias, em vários aspectos, as sociedades aparentadas aos senufo. Sob a denominação regional de "povos do sudoeste", G. Le Moal agrupa os wile, os dagari, os birifo, os lobi e os dia, entre outros. Esses grupos, originários de territórios atualmente situados na República de Gana, atravessaram o Volta Negro, em levas sucessivas, a partir do século XVI. Eles possuem organização política segmentária, sem conhecerem formas de centralização do poder subordinadas à realeza sagrada. Além dessas sociedades de agricultores, vale lembrar que existiram sociedades pastoris – os fulbe e os tuaregues – na curva do Níger e na Bacia superior do Volta.

Enquanto faltarem dados arqueológicos, tudo o que se conhece acerca da economia da Bacia do Volta, no período que se estende dos séculos XII ao XVI, é extrapolação hipotética construída sobre dados recolhidos por viajantes europeus do século XIX.

Reinos e povos do Chade

No século XII, a maior parte da região do Lago Chade era dominada pelo poderoso Reino do Kanem, conhecido em tempos muito remotos pelos viajantes e geógrafos árabes, desfrutando assim de maior renome que as outras entidades políticas situadas entre os nuba do Vale do Nilo e os Kawkaw da curva do Níger.

Durante a segunda metade do século XI, surge no Kanem a dinastia Sēfuwa, que teria descendido do herói iemenita Sayf ben Dhī Yazan. O fundador dessa dinastia foi Hummay (c. 1075-1086). Vários indícios fazem supor que tivesse origem berbere; já o nome e sua genealogia mostram ter ele pertencido a um grupo profundamente islamizado.

Dos depoimentos dos geógrafos árabes, corroborados pelo "Dīwān" (tratado com a genealogia dos soberanos locais), pode-se inferir que na primeira metade do século XIII o Kanem já fosse um Estado fortemente estruturado, de sólida organização territorial. A introdução do Islã e a mudança dinástica não chegaram a ameaçar os fundamentos desse Estado, cujas origens remontam, provavelmente, ao final do século VII.

Se acompanhamos a política matrimonial dos primeiros reis sēfuwa, tal como a delineiam as indicações do "Dīwān", observamos que a "desberberização" da nova dinastia vai de par com o progressivo aumento do peso político dos povos sedentários. Poderemos pensar numa evolução em três etapas, a qual teria levado ao reforço da base étnica dos reis sēfuwa. Na primeira fase, que vai do advento

de Hummay até meados do século XII, dois grupos nômades – os tubu e os kay – parecem haver desempenhado papel predominante. Na segunda, os dabīr e os kunkuna substituíram os tubu e os kay na qualidade de principais aliados dos sēfuwa. Foi depois dessa inversão de alianças que se afirmou – já numa terceira fase – a força política da linhagem real dos magomi. Pode-se pensar que, no começo do século XIV, os magomi tenham ofuscado os demais grupos sedentários do Kanem.

O fechamento da linhagem real sobre si mesma poderia explicar, por um lado, o poderio do reino nos tempos de Dānama Dībalāmi (c. 1210-1248) e de seus sucessores imediatos. Por outro lado, também pode ter sido a causa da longa guerra contra os tubu, que começou durante seu reinado.

Não se pode explicar o desenvolvimento do Estado do Kanem se ele for visto isolado do comércio transaariano. Não foi por acaso que o maior Estado do Sudão central se formou no terminal sul do grande eixo caravaneiro que passa pelo Fezzān e pelos oásis do Kawār.

O "Dīwān" se omite quase completamente a respeito da organização política do Kanem. Pode-se supor, porém, que, num primeiro período, que vai até o reinado de Dūnama Dībalāmi (c. 1210 -1248), os membros da família real ocupassem o primeiro plano no aparato estatal. Do século XIII em diante, os sēfuwa afastaram os familiares dos postos-chave do governo, vindo a apoiar-se em elementos estranhos a seu sangue, eventualmente, em chefes locais.

Sabemos que a rainha-mãe exercia papel da maior importância no Bornu. Não é por acaso, portanto, que o "Dīwān" registra a origem étnica das mães dos dez primeiros reis. Mais tarde, a primeira esposa do rei (a *gumsu* ou *ghumsa*) tornou-se mais importante que as outras esposas, e era dentre seus filhos que o rei escolhia o herdeiro do trono (o *shiroma*).

Não dispomos de informações precisas sobre a administração territorial, porém sabemos que, ao encerrar-se o século XV, a autoridade dos sēfuwa era reconhecida por doze reinos tributários. A administração direta, por sua vez, exercia-se sobre um território mais restrito e, provavelmente, já estava a cargo dos escravos da casa do rei. Quanto à força militar, os textos fazem supor que o rei tivesse um exército permanente. A justiça provavelmente pertencia ao rei, da mesma forma que na corte do *mansa* do Mali, a despeito da conversão dos soberanos ao Islã. Quase todos os Estados da região foram influenciados pelo Kanem-Bornu, cuja organização política inspirou tanto os haussa quanto os kotoko e os bagirmi.

O domínio do Kawār revestia-se de importância ainda maior do que poderia sugerir sua posição estratégica no comércio transaariano por causa das

riquíssimas salinas de Bilma e Aghram (Fachi), que forneciam a seus senhores rendimentos consideráveis, graças à maciça exportação de sal para os países do Sahel. Como o Kawār era acessível a partir do Air, a conquista dessa importante etapa nas rotas comerciais acabaria por se converter num objetivo primordial tanto para os reis do Kanem quanto para os do Bornu.

Para o comércio de longa distância, o grupo de oásis do Fezzān era mais importante que o Kawār: situando-se na intersecção de duas das maiores vias comerciais da África Ocidental, seu controle permitia governar tanto as trocas norte-sul (Ifrīkiya/Trípoli-Kanem-Bornu) quanto o comércio leste-oeste (Egito-Gana/Mali/Songhai). O Kanem não dispunha de rota alternativa para suas trocas de longa distância com os países do Mediterrâneo: a maior parte das mercadorias que importava e exportava devia passar por ali.

Provavelmente o tráfico de escravos tenha tido sempre papel de destaque no comércio do Kanem com o norte. Além dos escravos, as caravanas que se destinavam ao Fezzān e aos centros mediterrânicos transportavam alguns produtos exóticos. Porém, o Kanem-Bornu devia sua prosperidade à agricultura em expansão, à criação de animais e às minas de sal, mais que aos rendimentos proporcionados pelo comércio de escravos. O artesanato também tinha papel importante. As importações consistiam principalmente em cavalos, procurados em função de seu valor militar. Do norte também se importavam produtos manufaturados e armas de ferro. Pode-se supor que entre as mercadorias vendidas ao Sudão central também estivesse o cobre.

O volume de trocas norte-sul dependia muito da segurança do grande eixo caravaneiro do Saara central. Na primeira metade do século XII, a segurança da circulação estava a cargo de três diferentes poderes: ao norte, do Reino do Fezzān, dominado desde o começo do século X pela dinastia berbere dos banū khatāb; ao centro, dos chefes berberes do Kawār; ao sul, do Kanem. O vazio político criado pela queda dos banū khatāb forçaria os reis do Kanem a intervir no Fezzān.

Seria imprudente, porém, afirmar que no século XIII o Kanem fosse um vasto império dotado de sólida organização territorial. Não dispomos de nenhuma informação que permita determinar qual era a natureza do poder que o Kanem exercia sobre o Fezzān. Por outro lado, não se tem como totalmente certo que o Kanem dominasse, a leste, até os arredores do Darfūr. A prosperidade do reino dependia mais imediatamente dos rendimentos oriundos do comércio transaariano. Ora, os escravos constituíam a principal "mercadoria" que se podia trocar pelos produtos importados do norte e eram obtidos através de incursões dirigidas contra os povos não muçulmanos do sul. Os reis do

Kanem, por conseguinte, não tinham interesse em facilitar a expansão do Islã além de certos limites.

No próprio Kanem, o Islã não deitara raízes profundas antes do século XIII. Foi só a partir do reinado de Dūnama Dībalāmi (c. 1210-1248) que o Islã em sua forma ortodoxa penetrou nas camadas populares. Ele forçou alguns povos do Sudão central, especialmente certos grupos berberes, a se converterem ao Islã. Assim, na primeira metade do século XIII, a difusão do Islã andava de par com a expansão territorial.

Dūnama Dībalāmi morreu por volta de 1248. Dispomos de pouca informação sobre a extensão do Kanem e a expansão do Islã no período seguinte. Segundo algumas fontes, em meados do século XIV o Kanem ainda dominava o Fezzān. Takedda, sem dúvida, tinha um sultão independente. Por causa dos conflitos dinásticos que eclodiram nessa época, o Kanem precisou dividir o controle sobre a rota das caravanas do Saara central. Quando, no final do século XIV, os bulāla conseguiram conquistar o Kanem e romper o monopólio do comércio com a África setentrional, os sēfuwa entraram no período mais caótico de sua história. O mais tardar no século XII, diversos povos do Kanem começaram a deslocar-se rumo a oeste, para se instalarem no Bornu, a oeste do lago.

É difícil determinar a natureza das relações que existiam entre o Kanem e o Bornu antes do fim do século XIV. Entre o começo do século XIII e o final do XIV, o Bornu cresceu em importância, em comparação com o Kanem. Há fortes razões para supormos que o Kanem e o Bornu eram inicialmente dois reinos distintos, que desde o século XIII estariam sob a dominação de uma única dinastia, a dos Sēfuwa. O Bornu conservara alguma autonomia, apesar da suserania dos reis do Kanem, e a antiga dinastia continuava a desempenhar papel importante naquele reino. Quando o poder dos sēfuwa se enfraquecia, a autoridade dos reis locais se fortalecia, para reduzir-se quando se fortaleciam os seus suseranos. O substrato étnico, porém, devia ser o mesmo nos dois Estados.

Essa situação deveria modificar-se por volta do final do século XIV, quando, em consequência de ataques desferidos pelos bulāla e pelos árabes, os sēfuwa foram forçados a abandonar o Kanem, para se instalarem definitivamente no Bornu. O Bornu constituiu o centro do novo Império dos Sēfuwa, e numerosos chefes locais parecem haver-se submetido a ele. Kākā tornou-se a nova capital. Os bulāla, por sua vez, fundaram um poderoso reino no Kanem que era mais extenso e poderoso que o Bornu; seu rei mantinha excelentes relações com o sultão do Egito no final do século XV. A derrota final dos bulāla só ocorrerá frente a Idrīs Alawōma, na segunda metade do século XVI.

Os haussa e seus vizinhos do Sudão central

A zona tradicionalmente habitada pelos haussa (hawsa) situa-se na região que vai dos Montes Air (Azbin), ao norte, até as bordas setentrionais do Planalto de Jos, ao sul, e da fronteira do antigo Reino do Bornu, a leste, até o Vale do Níger, a oeste. Nessa área, o haussa é a única língua indígena conhecida, desde tempos muito antigos. Atualmente é a língua dominante na zona das savanas do Sudão central. É falado por vários grupos que, miscigenando-se ao longo dos séculos, acabaram por ter a mesma identidade cultural. Juntos, deram origem a uma brilhante civilização.

É provável que a origem dos haussa situe-se precisamente na região hoje conhecida como território haussa. Como etnônimo das populações do território haussa, o termo *hawsa* só apareceu nos documentos escritos nos séculos XVI ou XVII. Até então só eram conhecidas pelos nomes de suas cidades ou reinos (Kanawa, Katsinawa, Gobirawa etc.). Originariamente, o termo *hawsa* concernia apenas à língua materna dos habitantes do território haussa, onde as pessoas se autodenominavam *hausawa*: os que falam haussa.

A aparição de Estados centralizados parece estar ligada ao estabelecimento de grandes cidades chamadas *birane* (singular: *birni*), como centros de poder político. A importância das cidades haussa variou, conforme a época. Examinaremos Kano, Katsina, Zazzau (Zaria), Gobir e Kebbi, que tiveram papel importante, principalmente depois do século XIV.

Graças às suas crônicas, e à riqueza da tradição oral, a história de Kano é a mais bem conhecida. O território que mais tarde constituiu o Reino de Kano era dominado por pequenas chefarias, lideradas por indivíduos cuja autoridade se baseava numa jurisdição ritual.

Acredita-se que a história de Kano tenha se iniciado no início do século XI. As tradições orais contam que Bagauda, supostamente filho de invasores vindos do leste, teria chegado à região de Kano no ano +999. Viveu e morreu em Sheme, após ter obrigado os autóctones a reconhecerem sua autoridade política. Seu neto Gijimasu (1095–1134) fundou Kano, aos pés do Monte Dala. Em 1200, os chefes de Kano já haviam submetido praticamente todas as chefarias da região. Durante o governo de Yaji (1349-1385), o processo de dominação da área e da população foi levado a bom termo. A expansão para o exterior foi marcada pela conquista de chefarias ainda independentes da região de Zamnagaba, e pela ocupação de Rano. A partir dessa época, Rano não mais recuperou a soberania plena.

Segundo a "Crônica de Kano", Yaji foi auxiliado, na guerra contra Santolo, pelo grande grupo de muçulmanos wangarawa (jula), recém-chegados à cidade.

Essa conquista completou a definição territorial do Reino de Kano. A "Crônica de Kano" descreve a luta entre a classe dirigente e o povo como um combate entre os muçulmanos e os adeptos da religião tradicional. A expansão de Kano era orientada para o sul; Kananeji (1390-1410) deu continuidade a essa política de expansão e, após duas campanhas, submeteu Zazzau. As relações com os Kwararafa eram aparentemente pacíficas. Os contatos com o exterior intensificaram-se. A influência estrangeira aumentou durante o governo de Dauda (1421-1438), com a chegada a Kano de um príncipe refugiado do Bornu, com seus homens e muitos *mallam*.

Apesar de as guerras e expedições terem prosseguido por todo o século XV, as crescentes atividades comerciais dos kanawa passaram a ser mais importantes. Muitos religiosos muçulmanos foram atraídos a Kano pela crescente prosperidade do reino e por uma islamização acentuada da classe dirigente. Por outro lado, os reis de Kano foram obrigados a pagar tributo ao Bornu, e envolveram-se numa guerra contra Katsina que durou um século, sem que houvesse vencido ou vencedor.

Existem bem menos informações sobre a história de Katsina. O território era ocupado, nos séculos XIII e XIV, por chefarias independentes, de língua haussa. A mais importante era Durbi-ta-Kusheyi, a partir da qual se desenvolveu a cidade-Estado centralizada de Katsina. Com o *sarki* Muhammad Korau (1445-1495), provável fundador de nova dinastia, entrou-se num período historicamente mais estável. O *sarki* construiu uma nova cidade fortificada (*birni*), denominada Katsina em um importante sítio no qual se cruzavam muitas rotas comerciais, havendo também uma mina de ferro e um santuário, Bawada. O novo povoamento logo atraiu habitantes e comerciantes em trânsito que trouxeram mais riqueza e poder a seu senhor. Pouco a pouco, os chefes das redondezas começaram a pagar-lhe um tributo em barras de ferro. Partindo dessa sólida base econômica e política, Korau passou a mandar expedições para terras mais distantes, até formar um vasto domínio, o Reino de Katsina. Muhammad Korau é considerado, tradicionalmente, o primeiro dirigente muçulmano de Katsina. As campanhas militares de Katsina fora do território haussa concentraram-se na região situada ao sul do reino.

O quadro da história primeva de Zazzau – também chamada Zaria ou Zegzeg – é ainda mais obscuro que o de Katsina. O material histórico é muito limitado para que se possa reconstituir razoavelmente a história política da região, e as interpretações feitas a partir das fontes existentes são contraditórias. Abdullahi Smith propõe uma explicação satisfatória para a história de Zazzau nesse período: na Planície de Zazzau, no extremo sul do território haussa,

foram fundados, pouco antes do século XV, alguns centros urbanos organizados administrativamente como cidades-Estado. Enquanto se desenvolviam politicamente, duas cidades, Turunku e Kufena, passaram a exercer autoridade sobre as outras. Ambas eram independentes uma da outra, e assim continuaram até o fim do século XV, quando um dirigente de Turunku, Bakwa, tomou o poder em Kufena. Mais tarde, os reis de Zazzau, que governavam os antigos territórios de Kufena e Turunku, instalaram-se permanentemente na nova capital, construída no extremo leste do *birni* de Kufena, e chamada Zaria. O Reino de Zazzau teria nascido, de fato, da fusão de Turunku e Kufena. A partir do início do século XVI, Zazzau começou a expandir seu território para oeste e para o sul.

Zazzau era o Estado haussa mais meridional; Gobir, o mais setentrional. O território de origem dos gobirawa situava-se mais ao norte, a partir da região de Agadez, incluindo o maciço do Air. A palavra *Gobir* era empregada para se referir ao conjunto político formado pelos gobirawa. Os diversos grupos que o integravam sofriam, desde o século XII, a pressão dos tuaregues, que os haviam afastado para o sul. Alguns se estabeleceram nas planícies da região atualmente chamada Adar, e passaram a ser conhecidos pelo nome de adarawa. Outros grupos de língua haussa, que mais tarde tornaram-se gobirawa, também migraram para o sul, e criaram, em locais e épocas diferentes, o Reino de Gobir. A "Crônica de Kano" menciona a chegada dos abzinawa a Gobir na metade do século XV, e acrescenta que, a partir desta época, o sal tornou-se artigo comum no território haussa.

As fontes escritas e orais são insuficientes para reconstituir de maneira mais coerente a história de Gobir ou o processo pelo qual se formou, neste reino, um Estado centralizado. O mesmo acontece com a cronologia. No entanto, já por volta do século IX, Marandet se destacava, ao lado de Gao, como importante centro comercial e industrial, cuja base era o comércio transaariano; é possível, portanto, que Gobir se tornasse um Estado centralizado àquela época. Apesar da contínua pressão dos tuaregues, os gobirawa conseguiram desempenhar com sucesso o papel de defensores das fronteiras setentrionais do território haussa.

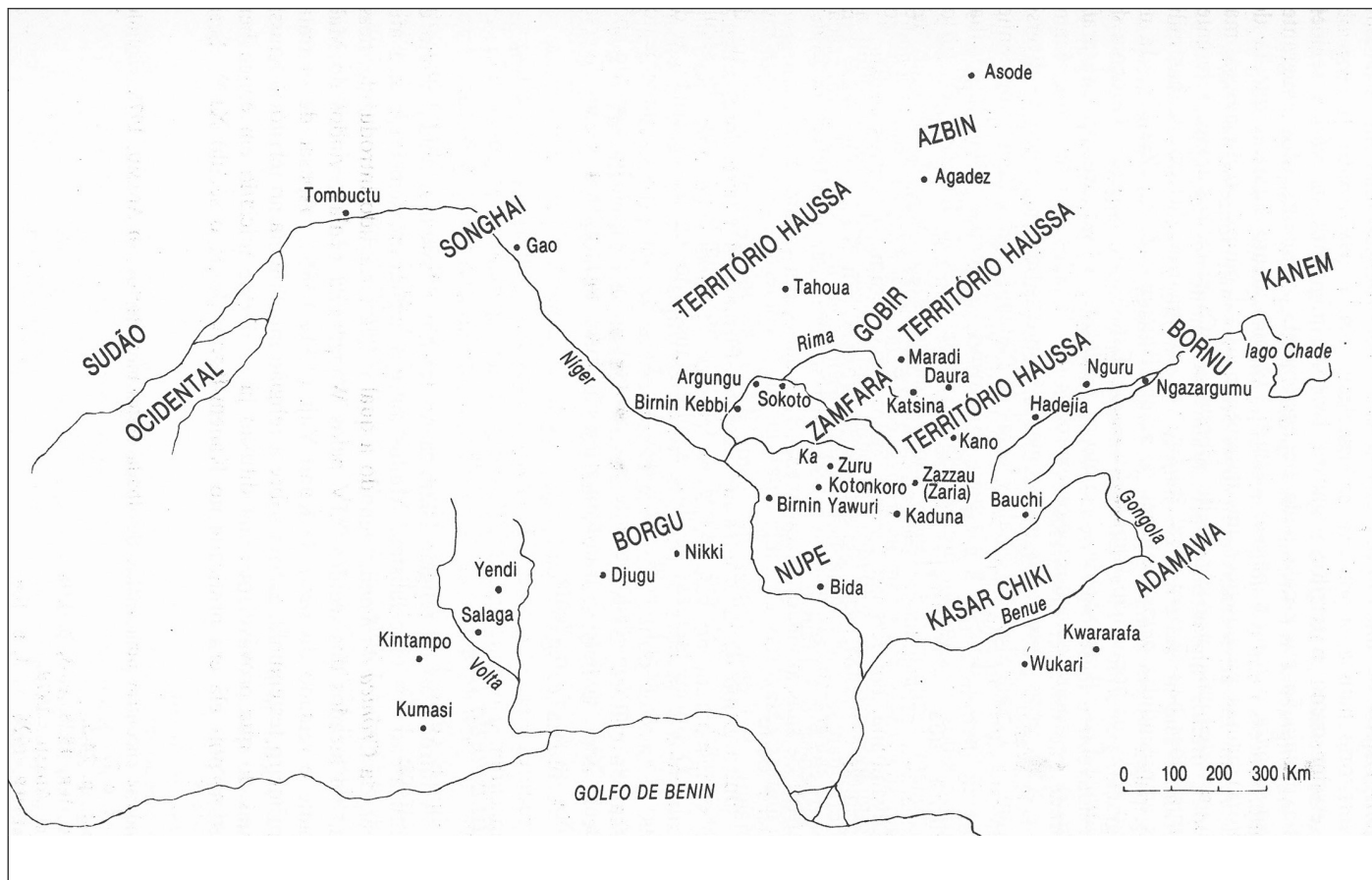
Kebbi entrou para a história no momento em que essa área (a parte mais ocidental do território haussa) caiu, pela primeira vez, em mãos dos songhai, durante o reinado de Sunnī ‘Alī (1464-1492). Muhammadu Kanta, de Kuyambana, ao sul de Katsina, tornou-se governador *de facto* da subprovíncia de Kebbi (Império songhai), mas rompendo com os songhai, em 1512, estabeleceu a capital em Surame, e encorajou as pequenas aldeias a se unirem e formarem cidades fortificadas. Ele próprio agrupou nove aglomerações separadas para constituir

Birnin Laka. Como base defensiva contra os songhai, fundou a seguir outra cidade, Birnin Kebbi. Após ter consolidado o sistema de defesa, Kanta voltou-se para o exterior. Ele não parece ter criado uma administração que integrasse os territórios conquistados à província metropolitana. Bastava-lhe que os Estados vassalos o reconhecessem. No século XVI, Kebbi tornou-se grande potência, que funcionava como uma espécie de Estado-tampão entre o território haussa e a Bacia do Níger. Kanta morreu em 1556. Com seus sucessores, de "império" que fora, Kebbi transformou-se em reino local, cuja autoridade sobre o território haussa desapareceu definitivamente.

O período situado entre 1200 e 1600 deve ser considerado crucial na história dos Haussa. Governos centralizados estabeleceram-se em meia dúzia de Estados, em torno de capitais fortificadas, que também eram importantes centros comerciais. Alguns desses Estados já começavam a se expandir e a atacar outros povos, no território haussa e no exterior. Os haussa desenvolveram então contatos com diversos grupos étnicos e Estados do Sudão central, como o Kanem-Bornu, o Império songhai, os jukun, os nupe, os bauchi e os kamuku.

Um dos principais acontecimentos desse período foi a imigração em massa de povos e grupos de origens diversas, em diferentes momentos, e com diversos objetivos, para o território haussa. A maioria dos imigrantes era do Sahel, ao norte, do Bornu, a leste, e de partes dos impérios do Mali e do Songhai, a oeste. Entre os imigrantes encontravam-se pastores, pescadores, agricultores, mercadores, negociantes, religiosos muçulmanos, eruditos (*mallam,* em haussa), e também alguns aristocratas.

Por outro lado, o território haussa perdia população em escala nada negligenciável. A maioria dos emigrantes dirigia-se para o sul ou para o oeste. Embora os movimentos haussa tivessem começado no princípio do século XV, intensificaram-se somente após o século XVI, quando se transformaram em vasta diáspora haussa em diversas regiões da África Ocidental.

Apesar de o Islã estar bastante disseminado pelo território haussa no século XIV, continuava sendo sobretudo a religião dos comerciantes expatriados, de pequenos grupos de mercadores locais e da elite dirigente, pois as massas continuavam apegadas às crenças tradicionais. Contudo, parece ter sido exatamente no século XV que uma forte tradição islâmica começou a se estabelecer, principalmente em Kano e Katsina. Datam dessa época documentos de numerosos eruditos muçulmanos estrangeiros, muito ativos no território haussa. O mais conhecido e importante foi al-Maghīlī, de Tuat, no Saara.

Mapa da localização dos haussa e de outros povos na Nigéria setentrional. (M. Adamu.)

Pode-se afirmar que o Islã se integrou nos esquemas religiosos africanos porque não era considerado religião estrangeira, ou incompatível com a visão religiosa haussa, e porque a sociedade muçulmana não reivindicava, nessa época, exclusividade para sua ideologia religiosa, estando disposta a acomodar muitos traços das crenças e costumes tradicionais. Por outro lado, a população rural continuou a observar a religião tradicional. No campo político, o Islã apoiou o processo de centralização em muitos Estados haussa, ajudando a enfraquecer a estrutura política tradicional, baseada no controle dos locais importantes de culto. Outro efeito da difusão do Islã foi o afluxo de grande número de eruditos e religiosos de várias regiões da África, o que motivou a propagação de novas ideias políticas, sociais, culturais, e o desenvolvimento da capacidade de escrever e ler em árabe, e depois em haussa, empregando o alfabeto árabe (sistema *ajami*). Esses fatores contribuíram para melhorar a administração do Estado, e aperfeiçoar várias práticas e operações comerciais. Enfim, a introdução e a difusão do Islã ligaram o território haussa mais estreitamente a uma área cultural mais vasta e desenvolvida.

Apesar das diferenças regionais, a organização política haussa seguiu uma linha semelhante, nas diversas etapas de sua formação e desenvolvimento, baseada na identidade cultural e socioeconômica, que se exprimia, sobretudo, por uma língua comum. Ao mesmo tempo, o sistema administrativo surgido nos Estados haussa, desde o século XIV, testemunha a influência do Kanem-Bornu, de onde vieram os modelos de muitas instituições e funções.

À frente do país, o *sarki* (rei) tinha poder absoluto. Sua pessoa física era sagrada, ao menos teoricamente, pois o destino do reino estava ligado a ela. Era escolhido dentre os membros das linhagens reinantes. A sucessão de pai para filho era comum, mas existem vestígios de sistema matrilinear. O *sarki* dividia o poder com oficiais de alta patente. Alguns homens de linhagens aristocráticas eram membros do Conselho de Estado, nomeado pelo monarca. Por falta de documentação, é impossível reconstituir o processo de desenvolvimento do sistema administrativo haussa. A partir de 1530, muitos fatores, entre eles o Islã e os escravos, foram decisivos para o desenvolvimento de governos centralizados, por vezes ditatoriais.

Quanto ao desenvolvimento econômico, contava com fatores favoráveis: as jazidas de minério de ferro ricas e bem distribuídas; os solos de quase todas as áreas do território haussa ricos e férteis; o território bastante povoado e a distribuição da população regular. Além disso, a localização geográfica do território haussa, entre o Sahel e o Saara ao norte, a savana e a floresta tropical ao sul fazia dele intermediário no intercâmbio de mercadorias entre estas regiões. Graças a

estes fatores, o território haussa logo desenvolveu o artesanato e o comércio de longa distância. Mas antes de mais nada, os Haussa eram agricultores, sendo a agricultura o centro da vida econômica do país. A terra pertencia à comunidade (aldeia, vila, cidade). Nunca era vendida, e seu usufruto cabia aos que a cultivavam. Com o decorrer do tempo, três tipos de fazenda desenvolveram-se no território haussa: as *gandum sarkin* (campos do rei), caracterizadas por grande extensão; as *gandum gide* (campos da família), e finalmente a *gayauna* ou *gayamma* (pequeno lote de terra pertencente a um indivíduo).

Depois da agricultura, o artesanato era a atividade mais importante para a economia haussa, desde bem antes do século XIV. A indústria têxtil ocupava o primeiro lugar. O trabalho em metal era artesanato muito antigo, e os ferreiros tinham papel muito importante. Também a cerâmica era fabricada normalmente. O local preferido para os intercâmbios comerciais era o mercado *(kasuwa)*. Há pouca informação sobre as moedas utilizadas nas atividades comerciais, mas pode-se supor que, nessa época, a troca dominasse as transações regionais. As principais unidades monetárias eram fitas de algodão – *sawage,* em haussa –, sal e escravos. A data de introdução dos cauris – *farin kudi*, ou seja, moeda branca – não é conhecida.

Em virtude da evolução mais lenta dos governos centralizados nessa área, o território haussa entrou mais tarde do que seus vizinhos ocidentais – Mali, Songhai – e orientais – Kanem-Bornu – na rede de comércio de longa distância. Mas, assim que tiveram condições, os Haussa aproveitaram plenamente as possibilidades que sua situação geográfica oferecia. O desenvolvimento do comércio enriqueceu a classe dirigente dos Estados haussa. No final do século XVI, após a queda do Império songhai, as rotas comerciais para o oeste tornaram-se inseguras, esgotando-se as relações entre o Songhai e o Air. Por outro lado, intensificou-se o comércio do território haussa com o norte, principalmente depois que Katsina, ponto final das caravanas transaarianas, tornou-se, mais do que nunca, a espinha dorsal da economia haussa, e, de fato, de todo o Sudão central.

Os povos da costa – primeiros contatos com os portugueses – de Casamance às lagunas da Costa do Marfim

Designa-se por Guiné a costa ocidental da África que vai da foz do Gâmbia ao delta do Níger. Uma das características desse território é a fragmentação da população em grande número de etnias. Com a influência crescente dos Man-

den (Mandingo), a frente das migrações impulsiona suas vanguardas para o sul, região das nozes-de-cola, do ouro, dos escravos e do sal. E, de repente, no século XV, o litoral do Atlântico passa a constituir uma segunda frente de contato com a Europa, em que logo irá predominar o comércio de escravos com a América. A partir de então, a história da alta Guiné irá se pautar pela interferência destas duas correntes históricas, nunca conciliadas, a cujas malhas os povos autóctones tentaram escapar multiplicando iniciativas no sentido de preservar sua identidade e controlar seu próprio destino.

Os navegantes portugueses, que percorreram a costa em curtas etapas entre 1450 e 1500, deixaram relatos detalhados sobre a população local. A costa é de modo geral baixa e pantanosa, com áreas de vasa muito propícias à rizicultura; é recortada por inúmeros cursos d'água provenientes do Futa-Djalon. O mar não teve papel preponderante na vida das populações costeiras, que permaneceram voltadas fundamentalmente para a agricultura; no entanto, havia os que se dedicavam à cabotagem e extraíam sal para vender às populações do interior. Mas todos esses produtos alimentavam principalmente o comércio regional de longa distância, o qual, a partir do momento em que a influência muçulmana abriu as rotas do Saara, foi obrigado a se adaptar ao comércio em larga escala com o exterior. Esse se baseava fundamentalmente no ouro sudanês – metal raro no mundo mediterrâneo desde a Antiguidade – e secundariamente nos escravos e no marfim.

O ouro não está diretamente relacionado à alta Guiné, pois as principais zonas de exploração estão fora dos limites da região. Serão os artigos do comércio internacional que irão atrair os portugueses desde a "descoberta", quando se abre a segunda frente de contato. O ouro, que não é extraído na região, será a mercadoria mais cobiçada. A travessia dele faz-se obrigatória a partir do instante em que a exportação do metal passa a ser dirigida, não mais para o norte, mas para a costa marítima. Logo os escravos tomarão seu lugar como principal item do comércio.

Na zona da alta Guiné fronteiriça à Senegâmbia, em meio a uma rede de braços de mar e aos estuários do Rio Casamance e do Rio Cacheu, encontravam--se os balante, os joola (diola) e os flup (felup), povos rizicultores que viviam em comunidades rurais autônomas. Nesta área, os banyun, ou bainuk (os "banhun" dos autores portugueses), são considerados autóctones. Até a metade do século XVI, a autoridade do *mande mansa* (imperador do Mali) estendia-se por toda essa costa; os biafada (que se dizem joola) e, mais ao sul, os kokoli (ou landuman, ou landoma) constituíram-se em chefarias autônomas. Em meados do século XV, os biafada espalharam-se rapidamente até o mar. Chocaram-se com

os bijago, entrincheirados em suas ilhas, que, graças à superioridade naval, se impuseram, com invasões ao continente, até a era colonial.

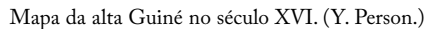
Mais para o interior, da alta Gâmbia aos contrafortes do Futa-Djalon, os ancestrais dos povos tenda dominavam vasta região, organizados em comunidades rurais autônomas. Do Rio Grande ao Rio Pongo, dominavam os landuman, os baga, os nalu e os capi (tyapy) e temne, todos rizicultores e também pescadores.

Os navegantes portugueses que abordaram essas costas na metade do século XV atestaram que eram bastante povoadas. Não existiam, porém, vastos reinos entre os flup, os balante, os landuman, os nalu ou os baga; aqueles a quem os navegadores chamaram de reis eram antes patriarcas ou chefes de clã, de poder muito limitado. Essas populações eram adeptas da religião tradicional; não houve influência islâmica ao sul do Rio Grande. Os habitantes da região adoravam ídolos talhados em madeira; a principal divindade era chamada Kru. Também cultuavam os mortos.

Ao sul do Monte Kakulima começava o domínio dos temne, ou temene, descendentes dos capi (tyapy ou "sapes"). A seu lado encontravam-se os limba e os bulom (bulem), e, mais atrás, para o interior, os kissi. Os bulom e os kissi falam a língua sherbro. Como os outros, estes povos estão organizados em grupos de linhagem e aldeias autônomas. Provavelmente entre os séculos XIII e XIV, a língua e a cultura temne difundiram-se um pouco para o interior, do noroeste do Futa-Djalon a Rokel, na República de Serra Leoa.

Ao longo da costa, para além dos domínios temne e bulam, até o braço do Rio Bandama, encontram-se os povos Kru. Vivem num meio florestal que, até o século XVI, era praticamente impenetrável. Praticavam a pesca ao longo do litoral, mas sua agricultura era menos desenvolvida que a dos vizinhos do norte. No século XV, os portugueses encontraram os bassa e os kru bem instalados no litoral.

Se observarmos a frente de contato sudanesa, destacam-se os manden; os fulbe (fulani) só intervieram marginalmente, e no fim do período. Os manden do sul, em contato desde tempos muito antigos com os povos da região, tiveram sua cultura fortemente influenciada pelos fulbe. Do século XIII ao século XIV, foi contínuo o avanço dos manden em direção ao mar, entre o Rio Grande e a costa da Libéria. Já muito cedo interessaram-se pela alta Guiné. Estão organizados – principalmente os maninka e os bambara – em grandes aldeias por grupos de linhagem patrilineares, reunidas, por sua vez, em *kafu* ou *jamana,* pequenas unidades territoriais com caráter de Estado. No âmbito das aldeias, a base da vida política são as grandes sociedades de iniciação (*jow*). A estratificação social é relativamente bem desenvolvida, e a tradição de organização estatal como superestrutura arrecadadora de tributo dos *kafu,* bastante generalizada.

Mapa da alta Guiné no século XVI. (Y. Person.)

Provavelmente, o comércio de longa distância despertou o interesse do Império do Mali pelas rotas do sul que levavam à borda da floresta, mas, ao que parece, não houve controle político contínuo além da linha que ia de Kurussa a Kankan e até Odienné. No entanto, os soberanos sempre estiveram empenhados em estabelecer boas relações com os chefes da região da floresta.

A leste do Futa-Djalon, que, parece, jamais esteve subordinado ao domínio do Mali, a expansão maninka deu-se fora do contexto imperial. Nas zonas mais próximas do império, uma lenta expansão de camponeses teria possibilitado a absorção dos autóctones. Mais ao sul, os primeiros a chegar teriam sido os joola. Com eles apareceram os primeiros focos do Islã. As contendas com os autóctones levaram-nos a recorrer aos guerreiros maninka, que organizaram politicamente o país e trouxeram camponeses, que assimilaram os autóctones.

É a partir da primeira metade do século XIII, e no noroeste, que parece ter ocorrido uma série de importantes acontecimentos, que culminaram na formação de um núcleo de cultura maninka no Kaabu (Gabu), entre o Gâmbia e o Rio Grande. Do Gâmbia aos contrafortes do Futa-Djalon, sua obra será duradoura, por se basear num povoamento novo e na transformação profunda das sociedades indígenas. O Kaabu é cercado por uma série de Estados vassalos, povoados às vezes por não manden aculturados. Apesar de a língua e a cultura manden dominarem e se desenvolverem até hoje, o sistema político que se organizou foi bastante autônomo em relação ao centro do alto Níger.

O principal acontecimento para os maninka ocidentais será a chegada dos portugueses entre 1446 (descoberta do Gâmbia) e 1456 (descoberta do Rio Grande). Daí por diante o oceano torna-se a principal frente de aculturação, e seu significado para o Império do Mali muda completamente. O Rio Gâmbia, amplamente navegável, continuará sendo uma das principais vias de acesso ao interior do continente até o século XIX. A partir do fim do século XV (em 1484-1485, em 1487 e em 1534) é essa a rota seguida pela grande maioria das missões portuguesas para chegar ao imperador do Mali.

O Kaabu conseguirá apenas manter sua autoridade ao sul do Rio Gâmbia (Kantora) e se esforçará para se comunicar diretamente com os portugueses, mais ao sul, pelo Rio Cacheu e pelo Rio Grande. Tudo indica, porém, que, apesar das provações que irá atravessar no século XVI, continuará fiel ao Império do Mali, reduzido e privado de seus territórios sahelianos, mas ainda forte. Por volta de 1600, torna-se impossível qualquer comunicação entre o Kaabu e o alto Níger.

A civilização dos jalonke, que ocupam o norte e o leste do maciço, espalhando-se, a leste, até o Burem, é do tipo manden, e sua organização, tradicional,

em linhagens patrilineares, aldeias e pequenas chefarias semelhantes aos *kafu*. Parte deles, pelo menos, deve ter estado sob o domínio do Mali. A oeste e ao sul do maciço, os Sosoe, ao contrário, parecem ter vivido isolados em pequenos grupos, e sua cultura parece ter se transformado pela influência dos povos mel. Assim, sua organização política, muito menos estruturada, deu espaço à sociedade de iniciação *simo*, de origem temne ou baga. Pouco a pouco, no entanto, sua língua se impôs aos povos da costa. Nessa época, os baga e os nalu eram ainda bastante numerosos nos vales do Futa-Djalon. Dois fatores vieram romper seu isolamento, trazendo rotas importantes de comércio a seu território: a irrupção dos fulbe (peul) e a chegada dos portugueses à costa.

Os fulbe, pastores seminômades de língua atlântico-ocidental muito próxima do seereer, entraram na região no século XV. Em meados desse século, grupos fulbe (peul) deixaram o Futa para atravessar o alto Senegal e o Gâmbia. Estes criadores de gado, então praticantes da religião tradicional, se instalam com seus rebanhos nos planaltos habitados pelos sosoe e pelos jalonke. Por volta de 1560, unem-se aos sosoe do Bena para deter a invasão dos mane. No fim do século XVII eles se unem aos muçulmanos.

A chegada dos portugueses mudou o destino dos Sosoe. A partir do fim do século XV intensifica-se o tráfego de caravanas jaxanke (diakhanke), que atravessam a região para ligar as minas de ouro do alto Senegal (Bambuku) e do alto Níger (Burem) às margens dos rios. Os sosoe acompanham o movimento, rechaçando os baga e os temne em direção ao Rio Pongo e ao Bena, aonde chegaram em meados do século XVI. Entre eles aparecerão os primeiros núcleos de islamismo.

A frente florestal do alto Níger ao Rio Sassandra é dominada por diversos grupos propriamente manden, como os koranko ou os maninka ao sul. Embora sem datas precisas, pode-se afirmar que lentamente se estabeleceu uma colonização de guerreiros, camponeses e comerciantes, que passaram a constituir o grosso da população, pela assimilação ou expulsão dos povos autóctones. Há indicações de que os grandes movimentos de população ocorreram nos séculos XIV e XV.

A leste do alto Níger, o estabelecimento dos sankaran e dos toran, em contato com os kissi e os loma, data provavelmente do século XIV. Se é possível compreender a invasão mane, o estabelecimento dos konya e dos mau em tuba, na Costa do Marfim, deve remontar ao menos ao final do século XV. A região é povoada por clãs maninka. Estabelecidos diante da frente florestal, os manden tiveram de atravessá-la pelo menos duas vezes para alcançar a beira-mar.

Os koi e os vai são manden que se estabeleceram na zona de florestas de Serra Leoa e da Libéria por volta de 1460. Foi a partir do alto Níger que clãs

maninka, dirigidos pelos kamara, alcançaram o mar na altura da zona fronteiriça entre a Libéria e Serra Leoa. Esses antigos sudaneses adotaram a civilização dos recém-chegados, mas parecem ter conservado estrutura política bastante centralizada. Adaptaram-se bem rapidamente ao novo mundo comercial criado pela chegada dos portugueses. Logo iriam sofrer a invasão de outros sudaneses, os mane, mas estes não iriam abalar-lhes o equilíbrio social.

O segundo grande avanço dos manden em direção ao mar corresponde às famosas invasões dos mane-somba e kwoja-karu. A invasão mane contribuiu, sobretudo, para difundir as instituições políticas centralizadas e para estender a rede do comércio sudanês de longa distância. Superiores na organização política e militar, os invasores não eram numerosos nem estavam habituados à floresta. Só foram bem-sucedidos porque mobilizaram progressivamente os vencidos, produzindo um efeito de bola de neve, de tal modo que, em curto espaço de tempo, eram uma ínfima minoria que avançava pela força do movimento que haviam desencadeado.

As ilhas do Cabo Verde foram colonizadas primeiramente em 1462 segundo o modelo da Madeira, mas em 1484 voltaram ao domínio da coroa portuguesa. Em razão do clima, o arquipélago foi rapidamente povoado por maioria de escravos comprados na Senegâmbia e Guiné. A economia das ilhas no século XVI baseava-se na criação de gado, na cultura do algodão e na tecelagem através de técnicas africanas. Logo, não mais contentes com importar escravos para uso próprio, as ilhas passaram a exportá-los para a América. Enquanto São Tomé e o Congo abasteciam o Brasil, as ilhas do Cabo Verde, a partir dos anos 1530-1540, voltaram-se para a América espanhola. Pode-se estimar em 3 mil o número de escravos anualmente exportados da região, parte deles em troca de tecidos de algodão de Cabo Verde.

Das lagunas da Costa do Marfim até o Volta

Só recentemente essa região despertou o interesse dos historiadores. As fontes portuguesas são as mais numerosas na região, para o período estudado. De 1471 a 1480, a região que vai do Cabo Palmas à foz do Volta foi explorada pelos portugueses, que entraram em contato com as populações locais; já em 1481 começaram a construir o forte de São Jorge da Mina (Elmina), que lhes garantiu o controle efetivo sobre o comércio costeiro.

O afluxo de mercadores africanos na direção de Elmina, quando os portugueses lá chegaram, comprova a importância do comércio na região; os manden

(mandingo) eram os melhores clientes da "gente da floresta". Notemos ainda que os akan, os attie e os bron tinham interesse em tal comércio porque, sem a menor dúvida, havia depósitos de ouro em suas terras.

As pesquisas arqueológicas começaram há pouco tempo; alguns sítios foram abertos na República de Gana e na República da Costa do Marfim. Ao norte, lá onde a floresta se limita com a savana, escavações atestam que havia relações comerciais intensas com o Vale do médio Níger, relações que deviam ser antigas.

Begho foi centro comercial de ligação entre a floresta e a savana – zona de contato, na qual se instalara, além dos bron, importante colônia de Maninka ou Jula. As escavações realizadas na área Nyarko, em Begho, parecem mostrar que esse sítio começou a existir por volta de 1100. Sabe-se ao certo que no século XIV Begho era um dos mais importantes mercados de nozes-de-cola; também há evidências do comércio de ouro entre Begho e o Mali. As relações com a floresta intensificaram-se no século XIV, período de apogeu, em que a demanda de ouro se tornou muito intensa.

Do lado oeste, no território guro, a infiltração mandingo começara muito antes dessa época. Ao longo da linha de contato entre a savana e a floresta se situava a maior parte dos centros comerciais. Em Séguié, as tradições sustentam que os abè se instalaram nesse território pouco antes da grande migração akan do século XVIII.

Tradicionalmente, os povos da área são divididos em dois grupos: os das lagunas e florestas e os que vivem no interior (floresta rala e savana). A língua kwa é majoriatária em ambos.

Destacam-se três centros de povoamento (ou de dispersão): a região Chade--Benue, território de origem; a região das lagunas, de onde partiram os akan da atual República de Gana; e o Adansi, onde se originou a última leva, que povoou o oeste (atual República da Costa do Marfim). A arqueologia dá pouca informação acerca desses movimentos populacionais. Esses povos chegaram às lagunas provavelmente muito antes do século XII. Ao findar o século XV, viviam em comunidades organizadas por grupos de linhagem, sob a autoridade de patriarcas, cujo poder era mais religioso que político. Eles mantinham relações comerciais com os povos do interior. Todas as evidências mostram que não estavam isolados dos vizinhos das florestas próximas ou da savana; entre eles havia troca de sal, peixe, tecidos, ouro e cobre. Ao começar o século XVI, uma parte do grupo akan ocidental, principalmente os habitantes das margens das lagunas, era organizada por grupos de linhagem razoavelmente distintos. Muito pouco sabemos a respeito de suas instituições; os chefes, porém, já manifestavam clara tendência a afirmar seu poder político.

Os akan compõem a população básica dessa região. É razoável supor que, no início do século XV, começavam a desenvolver-se reinos akan tanto na costa como no interior: na costa, os reinos de asebu, Fetu, aguafo e fanti já estavam organizados para o trabalho e o comércio do ouro; no interior, Begho era a capital de um reino bron muito voltado para o comércio com os mandingo.

Os reinos akan se estruturaram na passagem do século XVI para o XVII. O Estado akan é fortemente centralizado. Cada Estado compreende um número variável de cidades e vilas, sob a autoridade de um rei e de uma rainha. Cada Estado akan possui seu panteão, sendo o sacerdote muito escutado pelo rei. A rainha é associada ao exercício do poder. As necessidades de defesa fizeram que o papel da rainha fosse reforçado pela presença de um chefe militar que com ela partilhasse o poder; o aparecimento do rei marca, portanto, a passagem da sociedade organizada por grupos de linhagem a reino. Desde então, o rei passou a ter papel mais político que ritual.

Do Rio Volta a Camarões

Há oito séculos, a orla marítima da região situada entre o Rio Volta e os Camarões não tinha aspecto muito diferente do que tem hoje. A derrubada da floresta primária teve início há milhares de anos e acelerou-se com a difusão das técnicas de emprego do ferro, que favoreceu a passagem de uma economia de caça e coleta para uma economia agrícola. Essas tradições são particularmente fortes entre os yoruba – que, historicamente, talvez constituam o grupo mais importante de toda a área –, embora a análise dialetal de sua língua indique que a migração desse povo se orientou da floresta para a savana.

Três grupos principais de dialetos yoruba foram identificados. Dois parecem apresentar características de maior antiguidade e, portanto, de estabelecimento anterior: o central (que compreende as áreas de Ife, Ijesha e Ekiti) e o do sudeste (que compreende as áreas de Ondo, Owo, Ikare, Ilage e Ijebu). No século XII, todos esses territórios se localizavam dentro da zona florestal. O terceiro grupo cujos dialetos eram falados pelos habitantes de Oyo, Osun, Ibadã e parte setentrional da área de Egba, formava o grupo do noroeste, associado historicamente ao Império de Oyo, e parece ser menos antigo que os outros.

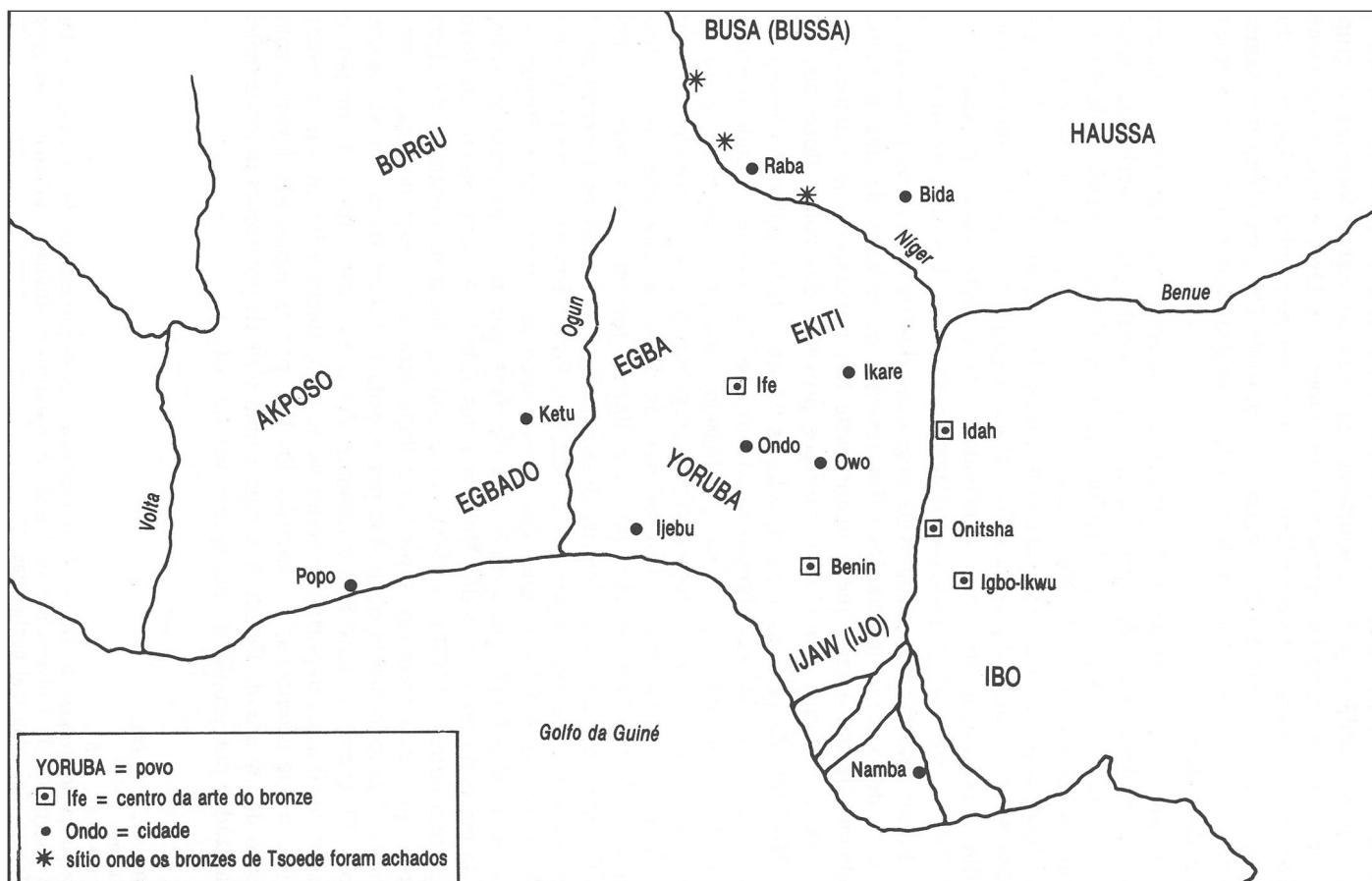
Acontecimentos decisivos ocorreram entre +1100 e +1500, como consequência da expansão de alguns grupos, que impuseram sua supremacia linguística, e às vezes política, a vastos territórios. O exemplo mais impressionante dessa expansão foi a formação de Estados territoriais importantes como os de Oyo,

Benin e Ife, mas nem sempre foi isso o que aconteceu; a dispersão dos ibo, por exemplo, não levou à constituição de um grande Estado ibo, mas a uma série de povoações independentes, organizadas por grupos de linhagem. Esse é o nome dado às sociedades onde não há poder centralizado, nas quais os clãs ou as linhagens vivem lado a lado, em completa independência. A autoridade do patriarca ou chefe do grupo de linhagem não era absoluta, e cada grupo explorava área mais ou menos vasta do território. Algumas técnicas agrícolas eram rudimentares e a procura de bons solos provocava migrações.

Entre os séculos XII e XVI, nota-se um crescimento da população associado ao progresso técnico e ao surgimento de regime alimentar mais rico. Essa expansão também teve como resultado a exploração mais intensiva do solo e o surgimento de grandes aglomerações em aldeias. Sem que se possa explicar como, dessas aldeias originaram-se Estados, cidades bem estruturadas, com uma autoridade política bem individualizada.

O fato de os Estados territoriais mais antigos de que temos algum conhecimento terem se formado por volta do século XIII atesta que, pelo menos em certas regiões, principalmente na floresta seca, as aldeias já estavam bem estabelecidas. Uma vez estabilizada, a aldeia crescia rapidamente, se o solo fosse fértil, tornando-se uma comunidade importante; a partir de então, fazia-se necessário montar uma organização militar eficaz. É bem provável que, mesmo nas regiões florestais, as rotas e os intercâmbios comerciais tenham sido importantes para o desenvolvimento das cidades. Uma vez constituída, a cidade se tornava um centro econômico ativo, que atraía comerciantes. Tudo leva a crer que as cidades se formaram num clima de rivalidade, quando não de hostilidade. As mais combativas aumentaram seu território absorvendo outras cidades e outros territórios. No entanto, a floresta, além de frear o expansionismo, contribuiu para limitar os domínios da cidade.

Um exemplo de evolução para Estado sem qualquer influência exterior perceptível pode ser encontrado na transformação da aldeia autônoma dos ijaw em comunidade com características de um Estado.

O conjunto de Estados que agrupava os povos de língua yoruba era o mais importante da região, pois estendia-se do Atakpame, a oeste, até Owo, a leste; de Ijebu e Ode Itsekiri, ao sul, até Oyo, ao norte. Suas origens são mais obscuras que as dos Estados ijaw, pois o prestígio de dois Estados yoruba – Ife e Oyo – impregnou as tradições dos outros. Admitindo-se que o berço dos Yoruba corresponda às regiões onde se falam grupos de dialetos do centro e do sudeste, é nessa área que devemos procurar as origens das instituições estatais yoruba.

Mapa das populações do delta do Níger. (D. T. Niane.)

A pretensão dos ife de serem os fundadores do primeiro Estado yoruba é com certeza convincente. Todas as numerosas versões – mesmo as provenientes de Oyo – da lenda de Oduduwa, fundador desse Estado, reconhecem a supremacia de Ife. Estabeleceu-se, pelo método do carbono 14, que o carvão vegetal descoberto no sítio da cidade de Itayemu data do período compreendido entre + 960 e +1160, o que confirma as considerações precedentes, pois esses vestígios são anteriores aos de todos os outros sítios urbanos yoruba.

Segundo a lenda de Ife, uma primeira geração de Estados yoruba constituiu-se no tempo dos netos de Oduduwa, que se teriam dispersado a partir de Ife; esses Estados eram: Owu, Ketu, Benin, Ila, Sabe, Popa e Oyo. É, no entanto, pouco provável que sua criação tenha ocorrido simultaneamente e da forma descrita na lenda.

Um Estado yoruba típico tinha dimensões bem modestas, sendo quase sempre formado por uma única cidade e as aldeias próximas. Parece que mesmo Ife não chegou a dominar um vasto território. A grande exceção foi o Reino de Oyo, embora seu caráter "imperial" só tenha se desenvolvido um tanto tarde, talvez no começo do século XVII. Esse caso único pode, talvez, ser explicado pela topografia – savana típica –, que permitia uma facilidade de movimentos maior que na floresta. De fato, acredita-se que o desenvolvimento de Oyo tenha sido mais influenciado pelos Estados vizinhos da savana – Borgu e Nupe – que pelos Estados yoruba da região florestal. Ele teve de se afirmar primeiro frente a seus rivais do norte, antes de poder lançar-se à conquista dos yoruba. Pela lista de reis de Oyo, supõe-se que o reino tenha sido fundado no começo do século XV. O abandono da capital, sob a pressão dos nupe, durante o segundo quarto do século XVI, está bem determinado. É pouco provável que Oyo tenha atingido grande importância no fim do século XV.

Considerando a posição central que Ife ocupa na história geral dos yoruba, é surpreendente que seja tão pouco conhecida. Uma primeira fase da história do Estado começaria por volta do século XI, caracterizada por um tipo de *habitat* disperso, pelo emprego comum de pisos de cacos de cerâmica justapostos, por uma indústria de contas de vidro e por uma refinada arte da terracota, especializada na elaboração de figuras naturalistas, principalmente de cabeças humanas. O desaparecimento das técnicas de fabricação do piso e aparentemente também da arte da terracota deve-se provavelmente a uma catástrofe que teria abalado os ife no século XVI. A hipótese mais verossímil sobre a natureza dos acontecimentos que destruíram essa cultura parece ser a de conquista por uma dinastia estrangeira. Se essa interpretação da história de Ife for correta, a dinastia que reina atualmente é a mesma que se estabeleceu no século XVI, construiu

o palácio na sua atual localização e também os primeiros muros ao redor do centro da cidade.

Não se exclui a hipótese de que a grandeza e a decadência dos Estados do Sudão ocidental nos séculos XV e XVI tenham influenciado direta ou indiretamente a formação dos Estados yoruba na zona florestal do Golfo da Guiné. Sabemos que os nupe expulsaram os yoruba da antiga Oyo no começo do século XVI, e que, antes de voltarem à sua capital, três quartos de século mais tarde, os oyo haviam reorganizado suas forças militares, reforçando a cavalaria, força de combate dos exércitos dos Estados da savana. Os oyo tomaram dos Nupe o culto Egungun dos ancestrais e, possivelmente, algumas particularidades de seu Estado reconstituído também tiveram a mesma origem.

O Benin foi o primeiro Estado dessa costa em que estiveram os portugueses, com o qual logo estabeleceram laços diplomáticos e comerciais. Localizado a sudoeste de Ife, acredita-se que o Benin tenha se tornado reino bem cedo, talvez desde o século XII. No século XV, ele parece ter sofrido uma transformação que, em certos pontos, lembra a de Ife no século XVI. Tanto a tradição do Benin como a dos yoruba atribuem o estabelecimento definitivo de um reino a um descendente da prestigiosa família reinante em Ife. Diz a tradição que alguns chefes do Benin pediram ao rei de Ife, Oduduwa, que lhes mandasse um príncipe, e o rei enviou-lhes o filho Oronyan. Isso aconteceu provavelmente por volta de +1300. Os poderes dos primeiros soberanos dessa dinastia de Ife eram limitados pelos poderes hereditários dos chefes autóctones, denominados *uzama.* No século XV, profundas agitações internas transformaram em autocracia essa monarquia de poder limitado, e o pequeno Estado tornou-se um grande reino. A tradição atribui essa transformação a um soberano chamado Ewuare. Ele teve papel crucial na história dos edo e exerceu grande influência sobre os vizinhos.

A criação de um grande reino envolveu-o em guerras constantes contra os vizinhos. À frente das tropas, submeteu outras populações edo, grande parte dos ibo que viviam a oeste do Níger e alguns yoruba do setor oriental.

Até hoje, a arte africana tem sido estudada quase que exclusivamente do ponto de vista estético, negligenciando-se, frequentemente, o contexto sociológico no qual foi criada. Com a civilização de Ife-Benin, temos ocasião de estudar uma arte africana em seu contexto histórico-sociológico. Em geral, a escultura em madeira domina a arte negro-africana, de forma que a maior parte das peças é de época recente; a brilhante exceção é a da civilização de Ife-Benin, onde se encontram obras de arte em terracota e bronze: daí a importância dessa região na evolução geral da arte negro-africana.

Cabeça em terracota (Owo, Nigéria). (Fonte: Shaw, T., 1978.)

Benin: tocador de flauta em bronze. (Foto Arquivo Werner Forman.)

À luz das pesquisas, uma ligação natural une a arte da terracota de Ife, ilustrada por figuras naturalistas, principalmente cabeças humanas, à cultura de Nok, que remonta à Idade do Ferro (no século V antes da Era Cristã). Isso é essencial e sublinha a grande difusão da cultura nok, que não deve ser circunscrita aos planaltos de Bauchi; além disso, temos provas de intercâmbios e contatos contínuos entre os países da savana, ao norte, e os da floresta, ao sul. Assim, os célebres objetos em bronze e latão de Ife e do Benin são o resultado da evolução artística, iniciada pelo menos na Idade do Ferro, numa área cultural muito vasta.

Ife é verdadeiramente a cidade-mãe de onde vieram a religião e a arte com a qual se presta homenagem aos ancestrais. Como o culto dos antepassados era o fundamento da religião tradicional, Ife criou uma arte para perpetuar a lembrança "daqueles que velam pelos vivos". O grande número de figuras encontradas nos templos também sugere que algumas fossem objetos de culto nos próprios santuários, não se destinando a serem enterradas. Essa arte, porém, não ficou circunscrita à área do Ife-Benin. Foram feitas descobertas, não somente no delta do Níger, mas até no norte, nos confins de Nupe.

Descoberto em 1939 no leste da Nigéria, o sítio de Igbo-Ikwu foi explorado em 1959 revelando quase 800 peças de bronze, completamente diferentes das de Ife-Benin. Igbo-Ikwu é um complexo urbano em cujo centro situavam-se o palácio e os templos.

Há, certamente, algumas diferenças entre os achados de bronze de Igbo-Ikwu e as obras de arte de Ife; no entanto, muitos traços comuns mostram que os dois centros eram parte de uma mesma cultura. De fato, como em Ife, estamos diante de uma monarquia ritual. Acredita-se que Igbo-Ikwu tenha sido a capital religiosa de um vasto reino, onde teriam sido depositados os tesouros, sob a guarda de um rei-sacerdote, Eze Nzi. Foram fornecidas várias datas, obtidas pelo carbono 14: 1075 ± 130 (séculos IX-XIII); 1100 ± 110 (séculos X-XIII); 1110 ± 145 (séculos X-XIII). Assim, a cultura de Igbo-Ikwu antecede de pelo menos dois séculos a de Ife-Benin e todas as outras culturas com grau comparável de evolução até hoje descobertas na zona florestal. A cronologia de toda a região precisa ser revista.

No final do século XV, quando os portugueses chegaram a essa costa, os Estados mais importantes eram Oyo e Benin. Havia também cidades independentes muito bem estruturadas, que incorporavam grupos de linhagem a governos menos elaborados. Benin e Oyo estavam se tornando reinos poderosos e expansionistas. O processo de formação de Estados acelerara o ritmo da interação cultural entre as populações, favorecendo a difusão das instituições, práticas e

objetos cerimoniais, cultos religiosos e, provavelmente, tecnologia. A moldagem pela técnica da cera perdida, por exemplo, segredo cuidadosamente guardado e associado à monarquia divina, acabou, no entanto, se difundindo. As relações econômicas também adquiriram maior intensidade e complexidade: o palácio do soberano, com suas necessidades de suprimento e serviços especializados, foi um fator determinante dessa evolução. Além disso, os Estados estavam melhor equipados para organizar um comércio exterior, suprir mercados, organizar a coleta e transporte de produtos e garantir a segurança dos comerciantes que viajavam para longe. Graças à sua posição entre os Estados da região florestal e os da savana, Oyo controlava grande parte do comércio entre uns e outros. Assim, quando os portugueses desembarcaram na costa, no final do século XV, encontraram em Ijebu, Benin e entre os ijaw Estados bem estabelecidos, cuja economia já estava adaptada às necessidades do comércio internacional. A maneira como enfrentaram o desafio dos contatos comerciais, culturais e políticos com os Estados europeus constitui um dos temas centrais da história de todos os povos dessa região nos quatro séculos seguintes.

O Egito no mundo muçulmano (do século XII ao início do XVI)

Esses séculos de história egípcia foram importantes para a evolução de grande parte da África – da parte que seria afetada pelo Islã. No Egito aiúbida e mameluco o Islã sunita adquiriu sua forma definitiva, que marcaria os princípios de comportamento e a estrutura de pensamento da maioria dos muçulmanos africanos. Até o antigo foco islâmico magrebino é tributário desse período da história egípcia: o desaparecimento do califado xiita do Vale do Nilo de certa forma aproximou do Magrebe o Oriente muçulmano, fonte tradicional de cultura e religião, contribuindo assim para o aspecto unitário que o Islã assumiu na África. O Cairo foi a grande escola desse islamismo. Os desenvolvimentos políticos e culturais que as margens do Nilo conheceram nesse período concernem a grande parte do continente: à Etiópia, ao Sudão central e ao Sudão ocidental.

Todas as regiões que constituíam a base territorial do sultanato aiúbida (e, com pequenas alterações nos limites geográficos, do sultanato mameluco) viram-se reunidas sob a autoridade de Salāh al-Dīn Yūsuf Ibn Ayyūb – conhecido no Ocidente como Saladino –, que assumiu o vizirato fatímida em 1169. Dois anos mais tarde, esse último vizir dos fatímidas egípcios proclamava a extinção do califado xiita, restabelecendo no Oriente a unidade de obediência aos abássidas,

sob a autoridade de Nūr al-Dīn, frente aos Estados cruzados. Começava a surgir o espaço político do novo Império muçulmano.

No próprio Egito, o novo poder, dirigido por Saladino, empenhou-se em formar uma classe de homens versados nas disciplinas religiosas, jurídicas e literárias, que veio a constituir um firme sustentáculo do Estado sunita. A construção do Egito sunita, que começara no ímpeto da contracruzada, fez-se num clima de pacificação política, em meio à paz e à prosperidade econômica proporcionadas pelo fim dos combates.

A administração e o governo do Egito aiúbida não procuraram romper com a tradição fatímida. A despeito da orientação claramente muçulmana do aparelho político, os cristãos do Egito continuavam, como no tempo dos califas xiitas, a desempenhar boa parte dos serviços administrativos.

Contudo, tanto o empreendimento político quanto a estabilidade do poder de Saladino e seus sucessores assentavam-se no exército. O exército de Saladino, composto por curdos e turcos, era considerado pelos egípcios como uma tropa de estrangeiros.

O poder dos mamelucos turcos nasceu desses serviços por eles prestados ao Islã, que os príncipes aiúbidas, seus senhores, não tiveram forças para guardar dos perigos cristão e mongol. A ameaça mongol e o choque provocado no mundo muçulmano, já desamparado devido ao fim trágico do califado, marcaram de forma duradoura a constituição do sultanato mameluco e sua política: o Estado Mameluco foi simplesmente a perpetuação de uma organização sociomilitar *de facto,* que viabilizou-se pelo gênio militar e político de um dos emires do regimento bahrida, que tomou o poder pela força em 1260: Baybars.

Aproveitando-se das tréguas proporcionadas aos muçulmanos pelas lutas internas entre os mongóis, al-Mālik al-Zāhir Baybars (1260-1277) destruiu as bases mais perigosas dos cristãos na Síria e na Palestina (entre 1265 e 1268, e novamente em 1270); e em 1277, já na Anatólia, onde as tribos turcomanas toleravam mal a dominação mongol, comandou uma expedição que veio a afirmar o papel que o novo poder mameluco entendia desempenhar na proteção de todos os muçulmanos. Os grandes sultões que reinaram depois de Baybars – al-Mālik al-Mansūr Kalā'ūn (1279-1290) e al-Mālik al-Nāsir Muhammad Ibn Kalā'ūn (1310-1341) – deram prosseguimento a sua empreitada.

O Estado mameluco superara as ameaças tanto da Europa como da Ásia, que o haviam feito nascer; estendia sua hegemonia até os limites da Anatólia, libertada dos mongóis, onde a turbulência turcomana se dissipara no confronto com diversos principados. O principado dos otomanos, no norte, havia retomado sua velha tradição de luta e relações ambíguas com o que restava de Bizâncio, e

sua importância ainda era pequena. Nessa época, o Estado mameluco apareceu como a grande potência do Islã.

Esse poder iria afirmar-se na África. As vias responsáveis pela prosperidade mameluca pertenciam, na maior parte, ao continente africano. O grande comércio com o Extremo Oriente continuava utilizando a rota do mar Vermelho e do Vale do Nilo. Os mercadores karīmī deveram-lhe sua fortuna, e suas atividades estenderam-se à África Ocidental. Esses relacionamentos africanos são indissociáveis do conjunto das relações políticas e culturais. Pelo menos a partir de 1261, quando Baybars se instalou no poder, os príncipes africanos e seus súditos começaram a fazer peregrinações a Hidjāz passando pelo Cairo. Suas visitas despertaram no público culto o interesse pela existência dos reinos muçulmanos da África. Já ao povo do Cairo chamaram mais a atenção as marcas de munificência: a fundação de uma madraça maliquita pelo soberano do Kanem, em al-Fustāt, ou a largueza com que o *mansa* Mūsā do Mali distribuiu ouro, durante a sua peregrinação de 1324. O ouro do Mali contribuiu para alimentar a cunhagem da moeda egípcia. Também os sultões reservaram aos príncipes africanos uma boa acolhida, não sem a intenção de ampliar a influência política egípcia.

Graças à grandeza e à prosperidade do Império mameluco, o poderio egípcio irradiava-se sobre a África.

O móvel fundamental do Estado mameluco não podia deixar de ser o mesmo do Estado aiúbida: defender o Islã contra todos os ataques. Por outro lado, os ensinamentos sunitas haviam-se difundido pelo Egito; no Cairo, em Alexandria, em Kūs e até em pequenas localidades do interior, fundaram-se madraças que contribuíam para formar a classe de homens eruditos e religiosos desejada por Saladino. Constituíra-se, portanto, um meio sunita propriamente egípcio. O islamismo do povo comum coincidia com o da casta militar, o que reforçava a unidade política mameluca. O importante era garantir a coesão social e afirmar a glória do Islã.

A glória do Islã era maior no Egito do que em qualquer outro lugar, pois o Cairo se convertera na residência do califado abássida restaurado. Tornou-se a nova Bagdá. Aquela cidade não era apenas a capital do Egito ou do Império mameluco: da Síria e de todos os países do Islã vinha-se transmitir em suas madraças uma cultura à qual o meio egípcio apenas começava a dar sua contribuição. Esse florescimento da sociedade muçulmana ocorreu sob a proteção dos mamelucos turcos.

Pouco se conhece sobre a evolução do sultanato mameluco na sua segunda fase, que corresponde principalmente ao século XV; grande parte da história desse período baseia-se em conjeturas. Costuma-se situar a ruptura entre as

duas fases em 1382, quando se instaurou o poder dos mamelucos circassianos, e não há dúvida de que, à época, podia-se perceber que a vida política passava a obedecer a regras diferentes. Mas a transformação foi mais profunda e começou antes dessa data. Por outro lado, foi somente mais tarde, como resultado da grave crise que afetou o sultanato e o Egito no início do século XV, que o regime mameluco tomou outra fisionomia. Surgiu um novo Egito, que já não era mais o medieval.

Houve mudança no modo de recrutamento dos mamelucos: o khanato do Kipčāk, em decadência durante a segunda metade do século XIV, não tinha mais condições de fornecê-los em grande número. Procurou-se então recrutá-los especialmente na região do Cáucaso, e os circassianos, que não eram desconhecidos no exército mameluco, impuseram-se aos demais grupos em virtude de seu senso de solidariedade étnica e familiar. Seu exclusivismo acabaria reduzindo ainda mais a classe política real, o grupo em cujo interior podiam ser escolhidos os sultões: a raça, tanto quanto a rígida formação nos quartéis, era o que conferia o direito de acesso ao trono. Se a composição e a estrutura da casta militar se modificaram, os recursos tradicionais advindos do *iktā*ʿ também reduziram-se. O Egito já começava a ser atingido por epidemias, como as de 1349 (a Peste Negra) e de 1375, que se tornariam frequentes no correr do século XV. Elas afetaram severamente os mamelucos, cujos contingentes tinham que ser renovados mais rapidamente, e também os habitantes das cidades e os camponeses egípcios. O resultado foi que, baixando o rendimento da terra, também caiu a receita do *iktā*ʿ.

A verdadeira crise eclodiu depois da morte de al-Mālik al-Zāhir Barkūk (1382-1399): crise interna e externa, que por pouco não pôs fim ao sultanato mameluco. No exterior, a hegemonia mameluca viu-se ameaçada na Anatólia pelos otomanos. Apareceu um segundo perigo, ainda mais inquietante: na Ásia central, recomeçava o avanço mongol. Por outro lado, a casta militar se dilacerou em infindáveis rivalidades, sangrentas e vãs. Ainda mais graves eram os males que atingiam o Egito, responsáveis pela longa demora na solução da crise política. A insuficiência das cheias do Nilo e a fome que começara em 1403, mais a peste de 1405, reduziram a população, arruinaram as cidades e paralisaram a administração. No alto Egito, os beduínos, berberes ou árabes dominavam. O Egito conhecia uma crise de amplitude raramente igualada em toda a sua história.

Com os sultões Mālik al-Muʿayyad (141–-1421) e al-Mālik al-ʿAshraf Bārsbāy (1422-1438), mamelucos de Barkūk, a administração recuperou sua regularidade, e o alto Egito voltou ao controle do poder mameluco. A renovação do sultanato através da exploração mais completa possível das vantagens do grande comércio

internacional conferiu à sociedade mameluca do Egito um vigor novo, uma estabilidade e uma paz que até então não conhecera – mas também lhe causou a dependência das relações de troca que a ligavam ao Ocidente. Assim, foi especialmente no delta que floresceu a riqueza do Egito dos circassianos, no qual o animado comércio das cidades colidia com a pobreza dos campos.

Foi somente sob Mehmed II (1451-1481) que se retomou o avanço otomano: a queda de Constantinopla (1453) foi festejada no Cairo, mas conferia ao Estado otomano em expansão a honra, embaraçosa para os mamelucos, de campeão do Islã, enquanto os protegidos turcomanos dos mamelucos na Anatólia tornavam sua causa indefensável na medida em que se aliavam com os ocidentais, para evitar sua absorção pelos otomanos.

O destino do Império mameluco foi decidido numa única batalha contra os otomanos, em Mardj Dabik, ao norte de Alepo, em 24 de agosto de 1516. A morte, em combate, do velho sultão mameluco (al-Mālik al-'Ashraf Kansūh al-Ghūrī), as intrigas no meio da casta militar, o prestígio do novo protetor do Islã sunita e a indiferença dos egípcios transformaram em uma conquista completa e fácil o que, de início, parecia constituir apenas um limitado ajuste de contas.

Quando a dominação dos otomanos se estendeu ao Egito, em 1517, foi todo um poder político que se esboroou. Um governador otomano instalou-se no Cairo, e confirmou-se o poder de um emir beduíno em Djirdja; assim se oficializou a distinção, que seria duradoura, entre o Egito da costa e o Egito do interior. Mas as estruturas sociais em nada se modificaram, mantendo-se assim por muito tempo. A sociedade mameluca sobreviveria, portanto, a si mesma, como vestígio de um empreendimento político e cultural que fora sua razão de ser e que detém um lugar de destaque na história do Islã e na da África.

A Núbia, do fim do século XII até a conquista pelos funj, no início do século XVI

São poucos, na história, os exemplos de acordos internacionais que se tenham conservado por tanto tempo quanto o *bakt* (tratado assinado entre dirigentes do Egito e reis da Núbia), que durante seis séculos foi considerado a base legal das relações pacíficas entre o Egito muçulmano e a Núbia cristã. Com todas as modificações e suspensões temporárias a que esteve sujeito, o *bakt* constituiu uma conveniente fórmula de interdependência econômica.

Os períodos dos aiúbidas (1171-1250) e dos mamelucos (1250-1517) foram marcados por uma progressiva deterioração das relações do Egito com a Núbia. Podemos discernir dois processos que se conjugavam: por um lado, a pressão

que os soberanos egípcios exerciam sobre o decadente poder núbio, e por outro, a penetração crescente de nômades árabes na Núbia, contribuindo para a desagregação de suas estruturas sociais.

Segundo as fontes árabes, a geografia política da Núbia, nos séculos XII e XIII, mantinha-se semelhante à que fora descrita nos documentos mais antigos. Podiam-se distinguir dois reinos ribeirinhos: al-Makurra (Makuria em greco-copta), que tinha capital em Dunkula – a antiga Dongola – , e 'Alwa (Alodia). As fronteiras separando esses dois reinos situavam-se entre a Quinta e a Sexta Cataratas. Nos dois reinos, a sucessão ao trono era regulada sobretudo pelo princípio matrilinear, que reconhecia o direito hereditário no filho da irmã do soberano. As instituições sociais e políticas da Núbia eram essencialmente de caráter étnico.

A história das relações entre a Núbia e o Egito dos mamelucos deve ser considerada nesse contexto. Diante das pilhagens a que estava exposto, e da gradual perda de sua coesão interna, al-Makurra mostrou-se cada vez menos capaz de sustentar seu papel de vizinho cooperador, garantindo a paz nas fronteiras meridionais. Os mamelucos, por sua vez, investiram toda a sua força numa política que visava reduzir esse país à condição de reino vassalo. Suas intervenções foram facilitadas pela discórdia no interior da família reinante, que mais tarde se agravou devido à conversão de alguns dos seus membros ao Islã.

Parece razoável pensar que a adoção, a partir do sultão Baybars (1260-1277), de uma política ativa de intervenção nos negócios núbios tenha sido motivada por preocupações com a segurança do Egito. Em 1276, Baybars ordenou uma expedição punitiva que venceu Dāwūd, e atribuiu o trono de al-Makurra a seu primo e rival, Shakanda (Mashkad). Em retribuição pela ajuda dos mamelucos, Shakanda aceitou certo número de obrigações, que praticamente representavam a substituição do *bakt* tradicional por uma autêntica vassalagem. Além de condições políticas e econômicas humilhantes incluídas no acordo, a Núbia teve que suportar considerável amputação de seus recursos humanos, que eram levados ao Egito como escravos.

Reduzido à condição de reino vassalo de poderoso suserano, al-Makurra não conseguiu restaurar sua ordem interna. Novas expedições mamelucas se seguiram. Os mamelucos devastaram e despovoaram o país, e assim debilitaram a capacidade de resistência do Estado ribeirinho contra os nômades, até reduzi-lo à completa ineficácia. Disso se aproveitaram muitos árabes, que se juntaram aos exércitos dos mamelucos, procurando butim que lhes proporcionasse vida mais fácil fora do Egito.

O conjunto dos testemunhos que resulta dos trabalhos arqueológicos permitiu estabelecer, com segurança, alguns fatos concretos que se referem a essa

fase de hostilidades. Assim, parece razoável supor que o principal perigo eram os "grupos de saqueadores do deserto" – árabes, na maior parte, talvez também berberes, zaghāwa e outros. A penetração dos árabes foi o fator que mais contribuiu para destruir a antiga organização social e política da Núbia, e deflagrar um processo de transformação cultural de longo alcance.

A história de ‘Alwa é ainda mais obscura que a dos últimos dias do cristianismo organizado no reino de al-Makurra. Sua decadência provavelmente seguiu o mesmo padrão da de al-Makurra: imigrantes árabes começaram a penetrar em regiões marginais, de onde terminaram chegando ao coração do país; casaram-se com seus habitantes e assumiram o controle das pastagens, dissolvendo, dessa forma, o tecido social e minando a autoridade central. Os ataques de povos negros do sul constituíram mais uma ameaça que pressionou o potencial do país e seus recursos humanos, talvez já reduzidos em função do comércio de escravos. Também a Igreja começou a estagnar no isolamento. Na segunda metade do século XV, a degradação geral permitiu que os árabes se instalassem no próprio centro do país, perto de Soba.

A supremacia dos árabes não demorou a ser contestada. Em inícios do século XVI, apareceu na Guezira nova leva de migrantes, que descia o Nilo Azul. Eram criadores nômades pagãos, chamados Funj. Sem a menor dúvida, os dois grupos disputaram os direitos de pastagem na Guezira meridional, assim como a supremacia política. A vitória e consequente hegemonia couberam aos Funj, enquanto os árabes ‘Abdallābi retornavam à sua posição subordinada. A supremacia funj, à qual se associaram os ‘abdallābi, estendeu-se sobre grande parte do Sudão nilótico e inaugurou novo período na história do país. Gradativamente, os Funj se converteram ao islamismo. O grau de estabilidade política que então se atingiu facilitou o aumento ulterior do prestígio dos árabes, bem como a islamização efetiva da Núbia.

A conversão islâmica da Núbia não foi um processo contínuo, que se teria desenvolvido progressivamente do norte para o sul do país. A propagação do Islã começou bem antes do período que ora estudamos, prosseguiu segundo ritmos desiguais nas diversas regiões, e somente se pôde dizer mais ou menos completada sob os funj. Os meios que produziram a islamização foram numerosos: a atividade de mercadores muçulmanos, a infiltração dos árabes, assim como a pressão direta e, mais tarde, até o oportunismo, que se constata, por exemplo, entre outros fatos, no tratado de Shakanda e na conversão da casa real de Dunkula. A fé cristã perdurou ainda por muito tempo. É possível que a comunidade cristã se tenha mantido por várias gerações depois do final do século XIV.

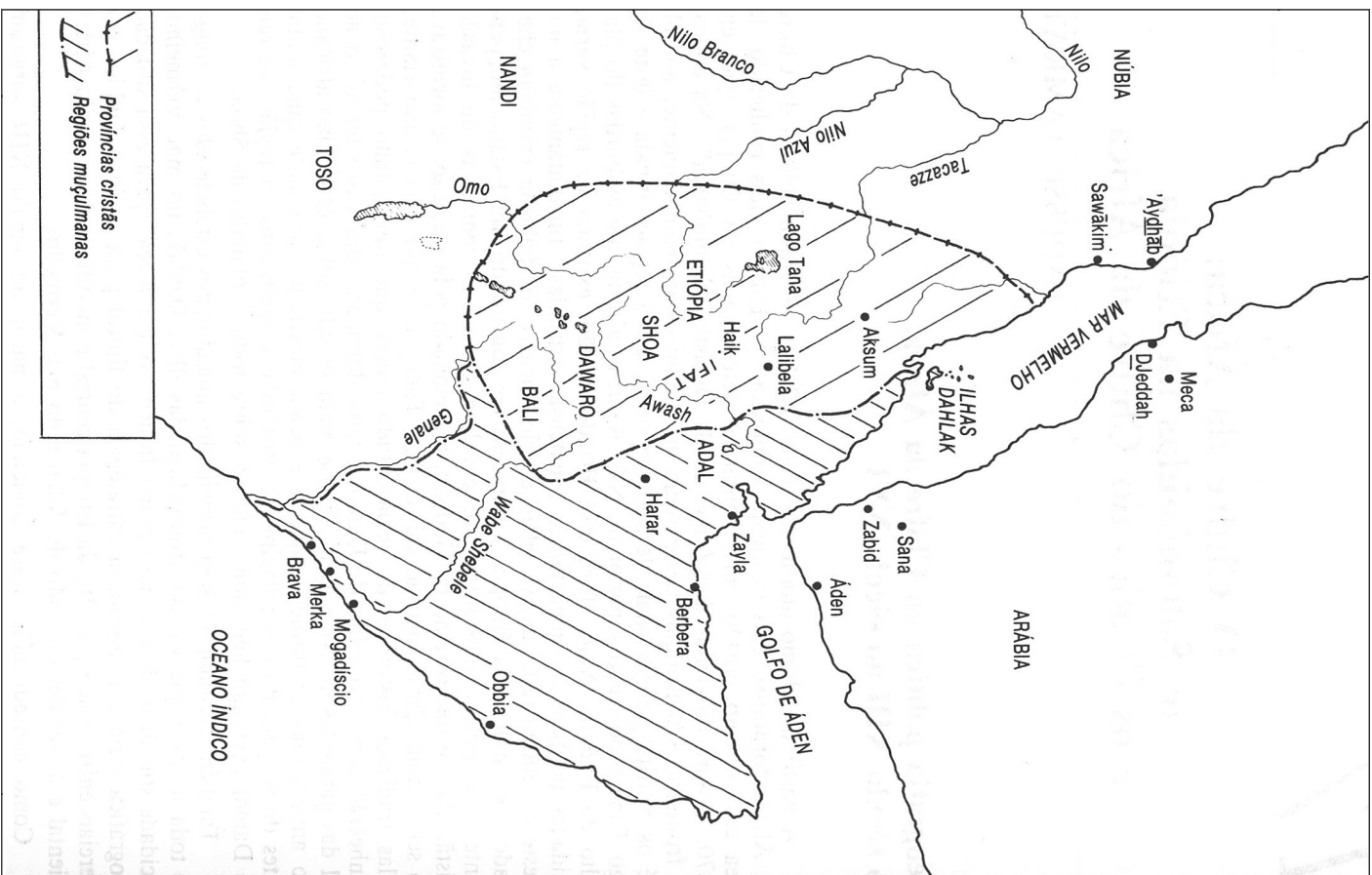
Existiram importantes causas internas para a debilitação do cristianismo núbio. Segundo opinião corrente, essa era essencialmente uma religião de elite,

sem raízes profundas na massa popular. O culto estava associado, em ampla medida, ao clero copta e a uma cultura estrangeira, excluindo os santos ou mártires núbios. As inscrições funerárias que encontramos são todas em grego ou em copta. Porém, os afrescos também revelam, às vezes, rostos negros de bispos núbios autóctones. Tampouco se deve ignorar as inscrições pias em língua núbia, embora a devoção do clero não constitua um indício seguro quanto à fé dos camponeses. A persistência de crenças mais antigas que as cristãs é atestada no relato de Ibn Sulaym (século X), assim como pela sua continuação no islamismo popular sudanês de nossos dias.

A Igreja núbia era associada ao Estado e a uma cultura urbana elaborada, mas achava-se isolada quase que completamente da cristandade estrangeira devido a seus vizinhos muçulmanos. A arte núbia parece indicar contatos com os bizantinos e mesmo, talvez, com os cruzados. Ao lado do monofisismo predominante e das ligações com o patriarcado copta, deparamo-nos também com elementos que comprovam ritos melquitas, mesmo em tempos mais recentes. Com o declínio e o isolamento da Igreja enquanto força social, as conversões ao Islã, que os poderosos recém-chegados marcaram como um sinal de prestígio, generalizaram-se gradativamente em meio ao povo, tornando-se um dos principais fatores de reintegração social.

O resultado, depois do período obscuro que se seguiu ao desaparecimento dos Estados núbios, há de ter sido uma mesclagem racial em larga escala, na qual finalmente predominou a adesão à língua e à cultura árabes. A arabização do povo andou junto, porém, a uma africanização igualmente pronunciada dos imigrantes.

A infiltração de numerosos grupos étnicos, que durante séculos deu-se de maneira pacífica, a partir do século XII se desenvolveu, convertendo-se em migração de massas. Posteriormente, numerosos nomes de etnias, que estavam entre as mais mencionadas pelos documentos medievais, desapareceram por completo, enquanto surgiam novas unidades.

A Núbia sempre foi região importante, por estar situada entre as civilizações adiantadas do Mediterrâneo e as da África tropical. O desaparecimento de seu governo central e a mudança de religião, ocorrendo em meio à miscigenação ou aliança em larga escala de grupos étnicos e linguísticos, fizeram novamente desse país uma encruzilhada de influências, todas absorvidas e remodeladas até se tornarem as partes constitutivas de um conjunto novo e único. A sociedade que então surgiu já apresentava características étnicas e culturais semelhantes, em muitos pontos, às atuais, que fazem do Sudão uma entidade afro-árabe única, um microcosmo da África.

Mapa da Etiópia e do Chifre da África. (T. Tamrat.)

A influência cultural dos árabes e do Islã deu origem a certo número de inovações que se encontram intimamente ligadas. Entre elas, a passagem da organização matrilinear à patrilinear, e a procura – generalizada – de uma identidade árabe. A mudança linguística representada pela adoção do idioma árabe poupou apenas a Núbia propriamente dita, de Assuã até um limite situado pouco adiante de Dunkula, na direção do sul; mesmo assim, o bilinguismo alastrou-se também nessa região. Por outro lado, os dialetos do árabe que são falados em toda a zona situada entre o Bornu e o Rio Nilo denotam marcadas influências africanas.

Os Funj e seus sucessores implantaram as regras islâmicas *(sharī'a)* apenas gradativamente. A posição das mulheres mudou, e elas se viram eliminadas da vida pública. Novos hábitos surgiram quanto ao casamento e às demais cerimônias que marcam os acontecimentos da vida familiar ou social e religiosa. Desapareceram as artes visuais e a arquitetura da época cristã. Os imigrantes beduínos faziam pouco caso das belas artes; nada trouxeram, à Núbia, da delicadeza de gosto e das técnicas requintadas de seus correligionários das terras centrais do Islã. Por outro lado, as estéticas africanas autóctones subsistiram, continuando a manifestar sua presença nas artes menores e no artesanato.

É indiscutível que as pessoas que abraçavam o islamismo ficavam a salvo da escravidão. A nova situação, caracterizada pela expansão do *dār al-'Islām* (mundo islâmico), exigia que se fossem buscar territórios de preação e compra de cativos mais ao sul e mais a oeste. No entanto, é provável que tenha havido poucas mudanças no emprego da mão de obra servil, que continuou a desempenhar papel apenas acessório na vida econômica. Além disso, não dispomos de qualquer indício de que tenha ocorrido alguma alteração na tecnologia do trabalho agrícola, que se manteve simples.

O desaparecimento do governo central, o empobrecimento da população e a preponderância do nomadismo constituíram, sem dúvida, sintomas de regressão social temporária. As estruturas étnicas foram reforçadas, em prejuízo do potencial crescimento de instituições estatais semelhantes às chefarias. Em compensação, os novos sistemas sociais e culturais adquiridos e desenvolvidos durante e após o período obscuro prepararam melhor os emergentes povos sudaneses para o ulterior desenvolvimento histórico nessa zona de contato entre as órbitas culturais árabe e africana.

O Chifre da África: os salomônidas na Etiópia e os Estados do Chifre da África

A partir do último quarto do século XIII, a geografia política do Chifre da África tornou-se extremamente complexa.

O Estado mais conhecido da área era o reino cristão, nas montanhas setentrionais da Etiópia, que, em 1270, passara das mãos dos zagwe às da dinastia salomônida. Na época, as fronteiras setentrionais desse reino estendiam-se aproximadamente, ao sul, até os distritos setentrionais de Shoa; a oeste, até a região situada a leste do Lago Tana e do curso superior do Nilo Azul; e, a leste, até as bordas do Planalto da Etiópia.

Mas, afora esse Estado cristão, existiam na região várias unidades políticas de importância e extensão variadas. Imediatamente a noroeste do antigo Reino zagwe, além do Rio Tacazze, os falacha (também chamados de "judeus da Etiópia") parecem ter constituído um Estado independente, que estava constantemente em luta contra as tentativas de invasão cristã. Parece que o Reino de Godjam, mencionado pela tradição, se localizava no setor montanhoso logo ao sul do Lago Tana. E, o que é mais importante, pelas tradições históricas da região, tudo indica que um Estado poderoso, o Reino de Damot, teria dominado um vasto território ao sul das gargantas do Nilo Azul. Quase nada se sabe sobre esse reino africano tão antigo, mas as tradições que o evocam mostram claramente que, muito antes do surgimento dos principados cristãos e muçulmanos na região, os reis de Damot exerciam hegemonia efetiva sobre todo o Planalto de Shoa.

Também existiam na área principados muçulmanos estabelecidos ao longo de toda a costa que vai do arquipélago das Ilhas Dahlak, no mar Vermelho, à cidade somali de Brava, no Oceano Índico. A explicação para essa situação geográfica seria a importância estratégica do litoral para os intercâmbios comerciais entre o rico Planalto da Etiópia central e meridional, a costa da África Oriental e as regiões do Golfo de Aden e do mar Vermelho. Como consequência desse comércio, a partir do século XIII surgiram poderosas comunidades muçulmanas, que acabaram por constituir principados e vários Estados bem organizados, entre os quais destacaram-se, no interior, Shoa, Awfat (Ifat), Dawaro, Hadya, Fatagar, Bali e Adal. Apesar de os principais povoamentos da costa – Dahlak, Zayla (Zeila), Berbera, Makdashaw (Mogadíscio), Merka e Brava – parecerem ter se imbuído mais da cultura islâmica, foram as comunidades do interior que se esforçaram com maior constância – e sucesso – para criar um verdadeiro Império muçulmano na parte oriental do Chifre da África.

Os dados de que dispomos para reconstituir a história política e cultural das populações do Chifre da África concernem apenas à Etiópia e aos Estados muçulmanos mais poderosos, como os sultanatos de Awfat, Dawaro, Adal e Dahlak. Quase nada se sabe a respeito dos outros numerosos Estados que certamente existiram na região, no final do século XIII.

A exploração de algumas fontes árabes permite montar um quadro sucinto dos vários principados muçulmanos do litoral, que surgiram em função do comércio e que eram mais ou menos bem conhecidos e frequentados por mercadores e negociantes árabes. Situadas além do limite setentrional extremo do Chifre da África, as Ilhas Dahlak, que dominam o Canal de Masawah, constituem, com as Ilhas Farsan, localizadas no litoral da Península Arábica, uma ponte virtual entre o Iêmen e a costa da Eritreia e também escala importante nas relações norte-sul do mar Vermelho. No século VII da Era Cristã, os muçulmanos ocuparam a maior dessas ilhas. Aproveitando as dissensões internas do mundo muçulmano no século XIII, o arquipélago pôde recobrar sua independência e constituir-se em emirado. Parece que ainda era independente quando da chegada dos portugueses, no início do século XVI.

O desenvolvimento de vias comerciais que saíam do Golfo de Aden em direção ao interior do Chifre da África foi, desde o século X da Era Cristã, um dos elementos essenciais da história de todos os povos da região. A partir de meados do século XIII, o sultanato de Dahlak deixou de ser considerado como única saída para o mar Vermelho e a rota de Zayla começou a ser utilizada. Essa mudança capital na importância econômica de Zayla pode ser considerada fator determinante, não apenas para a emergência de Awfat como o Estado muçulmano mais importante entre o golfo e o Planalto de Shoa, mas também para o deslocamento gradual, em direção ao sul, do centro político da Etiópia cristã, o que resultou no advento da dinastia Salomônida.

Yekuno-Amlak, fundador da nova dinastia "Salomônida", era um dos chefes locais de Amhara. As tradições identificam-no unanimemente como o homem que pôs fim à dinastia Zagwe, em 1270. Havia muito que as colônias cristãs das províncias mais meridionais do Reino de Zagwe estavam integradas à vasta rede de relações comerciais com os principados muçulmanos distribuídos entre o Golfo de Aden e o Planalto de Shoa. Toda a região do alto e médio Awash era uma zona fronteiriça onde cristãos, muçulmanos e comunidades de religião tradicional vinham interagindo havia três séculos. A região parece ter feito parte dos domínios do famoso rei de Damot, que era um monarca pagão; a existência

de colônias cristãs e muçulmanas no Planalto de Shoa, ao norte do alto Awash, sempre dependia de sua boa vontade.

Às vésperas da ascensão de Yekuno-Amlak ao poder tudo parece indicar a importância das comunidades cristãs de Amhara e Shoa como intermediárias comerciais entre as áreas muçulmanas e o resto do Reino zagwe no norte. A cooperação econômica com os comerciantes reforçava sua influência tanto na corte dos zagwe quanto no resto das terras cristãs. Tem-se a impressão de que, antes de se consolidar definitivamente como novo monarca da Etiópia cristã, Yekuno-Amlak constituiu sólidas alianças tanto com os cristãos quanto com os muçulmanos de Shoa. Tudo isso parece indicar que foi sua posição econômica, política e militar de destaque que capacitou Yekuno-Amlak a depor o soberano zagwe. A principal consequência de seu sucesso foi a transferência do centro da Etiópia cristã para o sul, para Amhara e Shoa. A partir dessa época, o reino poderia participar mais diretamente do rápido desenvolvimento do comércio entre o golfo e o interior da Etiópia.

Os primeiros tempos da dominação salomônida foram muito difíceis, pois a nova dinastia teve de consolidar tanto sua autoridade dentro do reino cristão quanto suas relações com os povos vizinhos. Dois dos problemas mais incômodos eram: primeiro, a instauração de regras coerentes de sucessão ao trono e, segundo, a elaboração de política eficaz para as relações islâmico-cristãs, tanto no interior da Etiópia quanto no resto do Chifre da África. O problema sucessório foi resolvido com a criação de uma nova instituição no Monte Geshen, a "montanha dos reis". Todos os descendentes varões de Yekuno-Amlak, exceto o monarca reinante e a progênie direta, ficavam detidos nos cumes da montanha. Dentro dos limites do Monte Geshen, os príncipes eram tratados com todas as honras devidas. Isolados do mundo exterior, a maior parte dos príncipes dedicava-se a estudos religiosos. Quando o monarca reinante morria sem deixar herdeiros entre os parentes imediatos, escolhia-se um príncipe do Monte Geshen, que subia ao trono. Assim, a "montanha dos reis" contribuiria, por todo este período, para garantir a estabilidade e continuidade do reino cristão.

Tarefa bem mais árdua era estabelecer relações harmoniosas com as colônias e grupos muçulmanos da região entre o Golfo de Aden e o Vale do Awash. Foi somente durante o reinado decisivo do enérgico Amde Tsion (1314-1344), neto de Yekuno-Amlak, que o reino cristão estendeu sobre a região o domínio militar, que se manteve durante os séculos XIII ao XVI. A conquista das províncias no interior dotou Amde Tsion de grandes reservas humanas para seu exército e garantiu-lhe o controle completo sobre os terminais das rotas comerciais pro-

venientes do Golfo de Aden. Assim o rei se encontrou em posição de superioridade para se impor ao conjunto dessas comunidades muçulmanas.

O vasto império formado por Amde Tsion e governado por seus descendentes, sem muitas anexações territoriais, até o século XVI, não constituía, porém, um Estado unitário. Pode ser considerado, no máximo, como uma confederação bastante frouxa de grande número de principados, diferentes nos planos religioso, étnico e linguístico, cuja coesão dependia principalmente da supremacia do poder central. Durante grande parte desse período, a maioria dos principados continuou a ser administrada por seus príncipes hereditários, sob a autoridade suprema dos imperadores cristãos. O grande exército era indispensável para garantir a submissão permanente dos territórios vassalos. No caso de a guarnição não conseguir dominar os distúrbios locais, o comandante apelava para o imperador, que mandava reforços de tropas estacionadas em territórios vizinhos; se o problema fosse muito grave, o monarca em pessoa liderava a expedição contra os rebeldes. Em linhas gerais, este foi o sistema característico do período salomônida, até o começo do século XVI.

Os reis salomônidas administravam seus imensos territórios a partir desses acampamentos móveis. Onde quer que se instalasse, o acampamento real tendia a se tornar uma espécie de centro de intercâmbio de provisões e mercadorias. Assim, o número de pessoas que viviam no acampamento imperial era comparável ao de uma cidade média.

Na verdade, a única autoridade que os imperadores podiam exercer de fato sobre os territórios vassalos continuou baseando-se no governo indireto. Nunca se consumou um sistema de administração imperial centralizado, e a vida cotidiana da população nas várias chefarias e principados continuou a ser regida pelos costumes locais.

As conquistas de Amde Tsion também enriqueceram o rei e seus sucessores. Grande parte dessa opulência provinha dos tributos regulares arrecadados nos territórios vassalos. Os anais da época não esclarecem as bases econômicas do império, mas o grande número de concessões de terra que a história atribui aos reis salomônidas desse período parece indicar que um dos segredos de seu poderio era a distribuição de feudos aos muitos súditos fiéis, como recompensa por serviços prestados.

Além disso, com a conquista dos territórios, muçulmanos das fronteiras do leste passaram a dominar o comércio. Adquiriram total controle militar das regiões do interior, de onde os muçulmanos traziam suprimentos de escravos *habasha,* vendidos no Oriente Médio. Também alguns países recém-conquistados forneciam ouro e marfim, citados como as duas mercadorias de troca mais importantes

da região. Finalmente, as terras férteis do Planalto Etíope supriam de cereais e frutas frescas as cidades litorâneas das duas margens do mar Vermelho.

Uma das consequências marcantes do crescente poder do Estado cristão sob os imperadores salomônidas foi o renascimento da Igreja etíope e suas renovadas tentativas de evangelizar o interior da Etiópia. Com a ascensão da nova dinastia salomônida, em 1270, e o deslocamento do centro do reino para o sul, começaram a surgir em Amhara e Shoa setentrional muitas escolas religiosas, que logo se tornaram centros de propagação da fé cristã em todas as direções.

Os séculos XIII ao XVI constituem o período histórico mais fecundo da Igreja etíope. Apesar de não ter conseguido implantar-se com firmeza e definitivamente em todos os territórios recém-anexados, a Igreja se estabeleceu firmemente em muitas regiões onde sua influência ainda era, no final do século XIII, fraca ou nula. Não obstante as frequentes rivalidades, as ordens de Tekle-Haymanot e Eustateos desempenharam papel notável nesse movimento de expansão. Mas muito mais importante foi a renovação espiritual e cultural no interior da Igreja etíope que foi acompanhada de perto e encorajada pelos imperadores. O mais notável foi o imperador Zera-Yakob (1434-1468), que contribuiu pessoalmente para essa produção literária e que é considerado autor de vários tratados de teologia.

Nas últimas décadas do século XV, a superioridade tradicional do império cristão no equilíbrio de forças no interior da Etiópia e do Chifre da África começou a mostrar sinais de declínio. O reinado de Zera-Yakob marcara o apogeu da dominação cristã sobre todos os territórios que, no decorrer dos 150 anos precedentes, tinham sido conquistados por seus ancestrais. Seu reino marcou realmente o apogeu do desenvolvimento cultural, político e militar da Etiópia no fim da Idade Média. Mas só com grandes dificuldades conseguiu levar seus empreendimentos a bom termo, pois, por todos os lados, deparava com uma resistência organizada. Seu filho e sucessor Baida Mariam (1468-1478) procedeu ao abrandamento do poder centralizado que seu falecido pai quisera instaurar na nova capital de Debre-Berhan. No entanto, o afrouxamento das garras de ferro com que Zera-Yakob havia governado não tardou em resultar numa nova explosão de revoltas em muitas frentes.

A primeira grande derrota sofrida pelo exército cristão na frente de Adali ocorreu no reinado de Baida Mariam, e pode-se dizer que, a partir desse período, o declínio do poderio cristão na Etiópia e no Chifre da África não cessou até o colapso final provocado pela *djihād* do imã Ahmad.

O desenvolvimento da civilização swahili

O período compreendido entre os séculos XII e XV da Era Cristã é particularmente interessante na história das ilhas e da costa oriental da África. Foi a época em que se formou na região uma comunidade étnica cuja melhor denominação seria população "swahili". Foi também a época em que se atestou a existência de alguns Estados, cujos primeiros registros datam do século X da Era Cristã. Outro fato importante é que, nesse período, o desenvolvimento histórico e cultural da África Oriental não sofreu qualquer influência externa perturbadora. Como o período também se caracteriza por grande desenvolvimento cultural, é razoável considerarmos que a civilização swahili estava então em seu apogeu.

No século XII, os Swahili não constituíam uma comunidade homogênea no plano étnico ou social. No plano étnico, sobre um fundo formado por uma população de língua banto, acrescentavam-se elementos do interior do continente e do exterior, tais como árabes, persas e indianos, provenientes da costa setentrional do Mar da Arábia e do Oceano Índico. No plano social, havia disparidades, na medida em que existia uma classe dirigente isolada e distinta da massa de homens livres. A estrutura formal da sociedade continuava fundamentada em clãs ou grupos étnicos, mas continha elementos de diferenciação por classes. Embora considerados iguais aos outros, os membros da classe dirigente sobressaíam por serem ricos e porque suas funções tradicionais lhes conferiam influência especial. Ao lado da classe dirigente, encontravam-se outros indivíduos que eram ricos, mas não tinham acesso ao poder e à influência atribuída pela tradição, pois sua riqueza se originava do comércio. Gente comum formava a massa da população swahili. Além disso, a sociedade swahili, no início do século XII, também incluía escravos. Mas seu papel dentro da sociedade não é claro; pode ser que fossem exclusivamente objeto de um comércio inter-regional. Devido à falta de fontes, nossos conhecimentos sobre essa civilização são falhos.

A civilização swahili baseava-se em três atividades econômicas principais: a agricultura, a pesca marítima e o comércio. A agricultura – atividade da maior parte do povo – ao lado da pesca e da coleta de frutos do mar constituíam as fontes essenciais de subsistência da população. A banana, a durra (variedade de sorgo), o inhame, o coco eram culturas da região. Fontes portuguesas falam da pecuária (gado, ovelhas, cabras) e da cultura do algodão. A descoberta de fusos de terracota atesta a prática da fiação e da tecelagem.

O oceano não fornecia recursos apenas para a alimentação. Fontes árabes informam sobre a coleta e a venda de pérolas, conchas, carapaças de tartarugas marinhas, âmbar. O peixe não só era consumido no local onde era pescado

como também era vendido, o que leva a supor uma atividade pesqueira em grande escala. A pesca e a coleta de frutos do mar estarão estreitamente ligadas ao desenvolvimento da navegação em suas duas formas: por um lado, na arte da construção de navios e, por outro, no desenvolvimento das técnicas de navegação, em particular da astronomia. Um estudo dos conhecimentos astronômicos da época mostra que eles só puderam ser desenvolvidos por meio da navegação no Oceano Índico; logo, há motivos para se acreditar que os navegadores africanos tenham dado sua contribuição nesse sentido. Por outro lado, a existência de diversas categorias de navios pode ser indiretamente deduzida do fato de haver, na língua kiswahili, grande variedade de termos para designar "navio", e do fato de existir grande número de tipos de embarcação até o início do século XX. Caso essa hipótese seja verdadeira, ela invalida a tese de que os habitantes da África Oriental não praticavam o comércio marítimo no Oceano Índico.

Os swahili do povo viviam em cabanas que se agrupavam em aldeias ou cidades. Mas os árabes também nos informam a respeito de outro tipo de civilização existente no litoral: a civilização urbana, mais refinada e ligada ao desenvolvimento do comércio marítimo. As cidades eram principalmente centros comerciais para onde afluíam mercadorias indígenas e onde aportavam navios estrangeiros. Eram também centros de propagação do Islã.

O comércio era extremamente lucrativo: os bens importados eram objetos de luxo. Por outro lado, a abundância de produtos preciosos, como o ouro e o marfim, e a certeza de sempre se poder obtê-los faziam com que seu valor diminuísse. Além disso, a posição geográfica vantajosa favorecia a navegação no Oceano Índico e possibilitava a existência do comércio naquela parte do mundo.

No século XII, supõe-se que as correntes comerciais da África Oriental passassem pelo Arquipélago Lamu e por Zanzibar. Escavações arqueológicas em Zanzibar mostram que o principal centro de comércio da área era a cidade de Manda, na ilha de mesmo nome, que floresceu nos séculos IX e X da Era Cristã e continuou ativa até o século XII ou mesmo XIII. Após esse período, a maior parte do comércio começou a passar por Kilwa.

A descoberta de escórias de minério de ferro atesta a existência de fundições. É difícil avaliar a importância dessas fundições apenas pelo testemunho arqueológico.

As pesquisas arqueológicas efetuadas em Kilwa Kisiwani mostram o quadro de uma vida comercial bastante ativa. O principal produto de exportação era o ouro. Em meados do século XII, começou-se a importar da China porcelana song. Os produtos de importação mais característicos de Gedi eram cerâmicas islamíticas. Malindi e Mombaça eram centros comerciais menos importantes de onde se exportava ferro, e peles de leopardo e também peixe.

No começo do século XIII, Yākūt escreveu que Mogadíscio era uma das cidades mais importantes da África Oriental e que seus habitantes eram árabes muçulmanos que viviam em comunidades. Na época, Mogadíscio exportava ébano e sândalo, âmbar cinzento e marfim. O autor também notou a miscigenação de sua população. Kilwa foi mencionada pela primeira vez com este nome na obra do autor. Nessa época, Kilwa e provavelmente a Ilha de Mafia eram governadas pela dinastia Shirazi. Em meados do século XIII, assistiu-se à luta entre Kilwa e o povo shanga. Como atesta a "Crônica de Kilwa", essa cidade teria finalmente conseguido a vitória, o que aparentemente teve por consequência o desenvolvimento do comércio e da civilização swahili, que remonta ao início do século XIV e coincide com a ascensão ao poder, em Kilwa, de uma dinastia associada ao nome de Abū al-Mawāhib. Naquela época, Gedi continuava a negociar os mesmos produtos alimentícios; os principais clientes tanto de Gedi quanto Manda eram as cidades persas, principalmente a de Siraf.

O comércio parece ter alcançado o apogeu no século XIV. A fonte mais importante em língua árabe sobre esse período é a obra de Ibn Battūta, que visitou a África Oriental em 1332. Ele descreveu Mogadíscio como grande centro comercial cuja rede comercial não era a mesma que a das cidades mais meridionais, mantendo relações com o Egito ou com a Síria, ao contrário das outras cidades da África Oriental.

No século XIV, Gedi começou a importar novos produtos: manteve até meados do século XIV a importação de esgrafitos, vários tipos de celadons, de porcelanas brancas e todos os tipos de contas. O centro comercial mais importante era Kilwa.

O comércio marítimo que ligava a costa da África Oriental e as ilhas aos países da costa setentrional do Oceano Índico favoreceu os contatos entre os habitantes dessas regiões, enriquecendo-os. Essas relações comerciais eram parte de um processo mundial – e constituíam um ramo da grande via comercial que ligava o Ocidente ao Oriente, onde os portos da África Oriental não eram terminais, pois outra ramificação conduzia a Madagáscar. Sem dúvida, existia contato entre o litoral e os territórios auríferos do interior, próximos do Lago Niassa; dali vinha o ouro que chegava a Kilwa. A partir do século XIV, algumas regiões auríferas de Sofala passaram para o domínio dos sultões de Kilwa, que começaram a nomear governadores para a região. A antiguidade dos contatos é atestada por descobertas arqueológicas de objetos provenientes do litoral ou até de países não africanos. O exame atento das cerâmicas locais de Gedi e sua semelhança com uma das variedades de cerâmica encontradas no Zimbábue permitiram concluir que existiam relações entre o litoral e os proprietários das minas de ouro no interior do continente.

Mapa das rotas de comércio interno e transoceânico das cidades da costa da África Oriental (V. V. Matveiev.)

Pate
ilha de Lamu
Lamu
ilha de Manda
Engaruka
Malindi
Gedi
Mombaça
peixe peixe
Para Manda e Índia
De Malindi, sécs. XII
De Gedi
sécs. XII
sécs. XIV
OCEANO ÍNDICO
4°
Ras Mkumbuu
(Mkumbulu?)
(Mtambi?)
Pangani (El—Banas)
ilha de Tambatu
Ungudja
Kaple
ilha Pemba
(Kanbalouh)
De Pemba (Kanbalouh)
De ungudja
Para Mombaça
sécs. XII — XIII
Para Kilwa,
sécs. XII — XIII
De Mombaça
ilha de Ungudia
Kizimbazi
ilha de Mafia
(Manfia)
Kisi Mani Mafia
Kua
8°
De Kilwa, sécs. XII — XV
ilha de Kilwa
Sandje
Magoma
Kilwa (Kilwa, Kisiwani, Mtambi?)
ilha de
Sanjo ya Kati
De Madagáscar, sécs. XII — XIII
ouro
ouro
ouro
POPULAÇÃO
LAGO NIASSA
Ruvuma
12°
SOFALAT AZ—ZIDJ
ou
SOFALAT ADH DHAHA
16°
36°
40°
44°
1 esgrafitos
2 cerâmicas islamo-sassânidas
3 céladons de Hue
4 cauris
5 cerâmicas islâmicas "negras e amarelas"
6 louça de esteatita
7 porcelana Song
8 ferro
9 marfim
10 ouro
11 peles de leopardo
12 vários tipos de pérolas
13 objetos de vidro
14 ébano
15 sândalo
16 âmbar cinzento
17 tecidos, mercadorias de algodão
18 faiança islâmica monocrômica
19 porcelana branco-azulada
20 escravos
21 cerâmica chinesa verde-acobreada
22 cerâmica esmaltada de verde
23 céladon
24 cerâmicas islâmicas de Áden, com desenhos negros e esmalte amarelo

Os primeiros meios de troca utilizados nas relações comerciais foram principalmente os cauris, encontrados em todas as escavações, no litoral e no interior. Aparentemente, as contas de vidro e, mais tarde, a porcelana da China também desempenharam esse papel. Nas regiões de comércio mais intenso apareceu um novo meio de troca, na forma de moeda metálica, cujos centros de fabricação parecem ter sido Kilwa e Mogadíscio.

Essa riqueza e esses contatos intercontinentais influenciaram o desenvolvimento econômico, social e cultural da África Oriental. Por um lado, as aldeias transformaram-se em cidades. Por outro, formou-se na sociedade swahili um grupo influente, que começou a competir pelo poder com a antiga nobreza, cujos domínios e influência eram associados a funções sociais tradicionais. Para reforçar sua posição, o novo grupo tinha necessidade de uma nova ideologia, o islamismo, conhecido através de contatos com árabes e persas.

As condições concretas dessa difusão não são conhecidas; pode-se, no entanto, afirmar que o Islã não foi imposto à força, como durante a conquista árabe. Também não houve proselitismo em favor da religião muçulmana. É possível, então, pensar a conversão ao islamismo como voluntária, exprimindo a necessidade profunda da sociedade em adotar uma nova ideologia.

A penetração do Islã começou, aparentemente, entre o fim do século VII e o início do VIII. No século X, al-Mas'ūdī mencionou a presença de muçulmanos, que falavam uma língua africana, na Ilha de Kambala. Atribui-se a essa época a difusão do Islã pelas ilhas da costa da África Oriental: no século XIII, a nova religião começou a se espalhar pelo próprio litoral. Era, evidentemente, diferente da religião muçulmana dos países árabes, e essa religião coexistia com os cultos tradicionais. Esse fato é por si mesmo muito importante, pois ilustra o enfraquecimento e o desaparecimento de velhos laços sociais, que cederam lugar a novos. Além disso, pode-se supor que o Islã também era traço de realce na diferenciação com os outros africanos não muçulmanos. No início, o Islã marcava essencialmente as aparências, mas com o tempo sua influência tornou-se mais profunda, à medida que o número de adeptos aumentava. A prova externa dessas mudanças foi o crescimento do número de mesquitas.

Os primeiros a abraçar o Islã foram, provavelmente, os ricos comerciantes, seguidos pela antiga nobreza e, finalmente, por certas camadas populares. A aparição e difusão do Islã levaram à adoção, nessa área da África, de traços de civilização aplicáveis ao contexto local, principalmente no comércio, na religião e na justiça.

Outra consequência da difusão do Islã foi o desenvolvimento das construções em pedra. O início da arquitetura remonta ao século XII em Gedi, Zanzibar e Kilwa. O primeiro período caracteriza-se por uma técnica de construção que consistia em assentar blocos de coral com argila vermelha. O único monumento da época é a grande mesquita de Kilwa. No século XIII houve poucas mudanças nas técnicas de construção em relação ao século anterior. Conhecemos, entre outras, três mesquitas em Kisimani Máfia e a parte norte da grande mesquita de Kilwa. No século XIV, Kilwa, principal centro comercial, passou por período de grande desenvolvimento na sua arquitetura. Começaram a utilizar pedras de tamanho mais ou menos idêntico, fixando-as com argamassa. Conseguia-se, assim, simplificar ainda mais a construção, apesar de sua qualidade ser naturalmente inferior à do século precedente. Surgiram novos elementos arquitetônicos. No entanto, parece que essas realizações limitaram-se a Kilwa. O monumento mais notável da época é o palácio – fortaleza ou centro comercial – de Husuni Kubwa. Esse monumento, único na arquitetura da África Oriental, é verdadeira obra-prima. Outro monumento notável do século XIV é a grande mesquita de Kilwa, reconstruída nessa época.

Durante o século XIV, Kilwa foi coberta de casas de pedra e tornou-se uma grande cidade, mostrando sua crescente opulência. O desenvolvimento da construção prosseguiu na primeira metade do século XV, acompanhado por um aperfeiçoamento das técnicas. A casa com uma mesquita dentro dos limites de Makutani é típica da arquitetura da época em Kilwa. No reinado do sultão Sulaymān Ibn Muhammad al-Mālik al-'Ādil (1412-1442), a grande mesquita de Kilwa acabou de ser reconstruída, adquirindo seu aspecto atual. Os portugueses se impressionaram com o aspecto das cidades, cujas construções em nada ficavam a dever às de Portugal, e com a riqueza de seus habitantes.

Centros de intercâmbio comercial e de difusão do Islã, as cidades swahili da África Oriental eram também frequentemente unidades administrativas, capitais de pequenos Estados dirigidos por dinastias muçulmanas locais.

Parece que a civilização da África Oriental, a civilização swahili, foi fruto do desenvolvimento comercial. O comércio, expandindo-se, permitiu seu crescimento e progresso; mas foi também seu ponto fraco, pois não estava ligado ao desenvolvimento das forças produtivas da região. Quase todos os bens produzidos ou obtidos pela sociedade swahili – tanto os produtos de caça quanto o ouro ou o ferro – não se destinavam ao consumo interno, mas à exportação. Ora, o comércio por si só era insuficiente para assegurar a base dessa civilização e seu desenvolvimento. Bastava que as rotas comerciais fossem interditadas, os

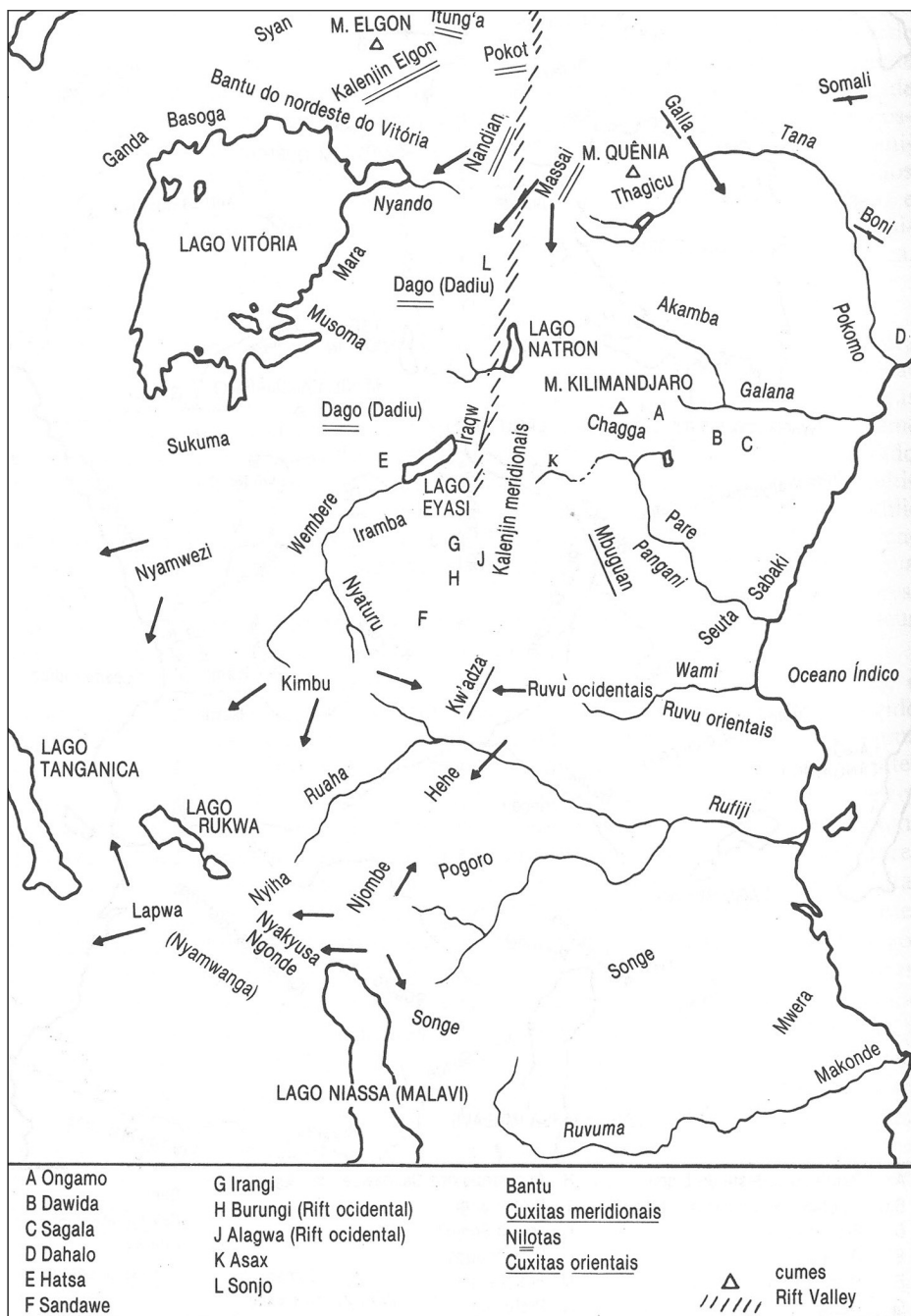
circuitos comerciais interrompidos para, com a ruína do comércio, essa civilização perder seus elementos fundamentais. Foi exatamente o que aconteceu com as cidades da África Oriental. Avalia-se serem várias as circunstâncias que contribuíram para a decadência da sociedade swahili. Mas a causa principal da decadência, no nosso entender, foi a destruição do comércio marítimo pelos portugueses.

Entre a costa e os Grandes Lagos

No início do século XII da Era Cristã, a característica dos caminhos percorridos até então pela evolução histórica no interior da África Oriental parece uma surpreendente correlação entre ecologia e etnicidade. Ainda pouco numerosas, apesar das importantes migrações banto para a África Oriental durante o primeiro milênio da Era Cristã, as sociedades de língua banto concentravam-se, em sua quase totalidade, nas regiões mais chuvosas. Pode-se deduzir que, embora a maioria dos banto da África Oriental tenha adotado o cultivo de cereais e com frequência a criação de vários tipos de gado durante o primeiro milênio, suas comunidades ainda davam prioridade às tradições agrícolas baseadas no cultivo de raízes e tubérculos, introduzidos pelos primeiros imigrantes do grupo. Em compensação, nas planícies e planaltos do interior das atuais República do Quênia e República Unida da Tanzânia, dominava a agricultura mista praticada na África Oriental, que associava o cultivo de cereais à pecuaria extensiva. Em todo o cinturão setentrional dessa zona de solos, em geral, mais secos, a maioria das sociedades falava línguas nilóticas, enquanto os cuxitas meridionais eram os mais numerosos nas terras situadas ao sul.

No interior imediato da costa da África Oriental, podem-se identificar três grupos banto principais: os sabaki, os seuta e os ruvu.

No início do século XII, uma segunda e importante região de povoamento banto se estendia ao longo da borda meridional da África Oriental, próxima do extremo norte do Lago Niassa (Malavi). Na região montanhosa da ponta nordeste do lago é possível localizar a sociedade protonjombe. A língua njombe é a ancestral dos idiomas modernos ekikinga, kihehe, ekibena e sango.

Toda a região da extremidade setentrional do Lago Niassa foi o ponto de partida de importantes movimentos de expansão banto e a área onde ocorreram, entre 1100 e 1600, migrações internas consideráveis.

Mapa da localização provável dos povos do interior da África Oriental no século XVI. (C. Ehret.)

Os mais importantes movimentos internos de população ocorreram na área njombe. Os primeiros wakinga penetraram, ao sul, em territórios antes pertencentes aos songe, enquanto um importante componente njombe era absorvido pela sociedade protonyiha. Em seguida, no século XVI, as duas principais estirpes de príncipes dos wanyakyusa e a casa reinante dos ngonde de língua ikinyakyusa foram constituídas pelos imigrantes wakinga. Também no final desse período, a região do corredor começou a receber imigrantes banto vindos principalmente do oeste e do sudoeste. Embora todos os banto da região houvessem conservado por muito tempo alguns princípios de autoridade, a unidade política local mostrava-se extremamente reduzida e relativamente instável.

No início deste milênio uma terceira zona de contínua colonização banto situava-se às margens orientais do Lago Vitória. No século XII, encontravam-se comunidades banto no sudeste do Lago Vitória, desde Mara, ao sul, até o Golfo de Kavirondo, ao norte. Estas se relacionam de diferentes modos, e, desde cedo, com os nilotas e os cuxitas, nessa vasta região.

Enquanto no interior do Quênia e da Tanzânia a maioria das comunidades banto havia se estabelecido em regiões com precipitações anuais de mais de 1000 mm, no século XI algumas delas já começavam a se adaptar a climas mais secos. Eram, entre outras, os ruvu ocidentais e talvez um grupo de comunidades de língua prototakama da Tanzânia ocidental.

Várias sociedades nilotas e cuxitas meridionais predominaram no século XII no restante do interior do Quênia e da Tanzânia, misturando-se com algumas concentrações isoladas de banto. Tanto os nilotas quanto os cuxitas foram atraídos pela criação de gado, mas não eram pastores desinteressados do trabalho agrícola. No entanto, em determinadas regiões de poucas precipitações ou com chuvas mal distribuídas, como a estepe dos massai e vastas áreas do nordeste do Quênia, é possível que a agricultura tenha sido completamente ou quase completamente suplantada pela criação de gado.

O contraste mais marcante com a situação atual reside na importância e na expansão das populações cuxitas meridionais, entre as quais os povos do Rift Valley oriental são, de longe, os mais numerosos. Parece que o traço comum a essas sociedades do Rift Valley oriental era a utilização da irrigação e do adubo na prática de uma agricultura baseada principalmente em cereais. Esses dois aperfeiçoamentos foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma agricultura intensiva, de altitude, em que a banana era o produto básico. As comunidades de língua banto, na medida em que assimilavam os cuxitas meridionais, operaram

com sucesso a fusão da tradição banto de plantação com os métodos agrícolas cuxitas.

A oeste de um eixo Quênia-Kilimandjaro estende-se, no interior do Quênia e da Tanzânia, a única grande região na qual a tendência geral à bantoização do período 1100-1600 revelou-se inoperante. Até depois de 1500, as sociedades nilotas meridionais, em particular os kalenjin e os dago, dominaram a região. Por volta de 1100, os protokalenjin e os kitoki controlaram o território situado a leste. Durante os dois ou três séculos seguintes, os Kalenjin espalharam-se por toda a largura do Planalto do Uasingishu, avançando a leste e a sudeste até as áreas do Rift Valley do Quênia central e meridional.

Em consequência da complexidade desses eventos, os movimentos de população aparecem como fator constante das transformações históricas no interior do Quênia e da Tanzânia. No entanto, entre 1100 e 1600, é provável que os imigrantes nunca tenham penetrado em terras totalmente desertas. Por conseguinte, a história de que participaram foi uma história de sociedades em conflito e de intercâmbios de ideias daí resultantes no curso da formação de novos grupos sociais e políticos. Um fator essencial que explica em grande parte a expansão particular dos territórios de língua banto é a capacidade de adaptação crescente e rápida à agricultura que muitas populações banto possuíam.

Paralelamente a essas mudanças culturais e étnicas mais importantes, é possível que alguns intercâmbios limitados entre povos tenham se desenvolvido de tempos em tempos em todo o interior da África Oriental; mas apenas numa região verificou-se a existência simultânea de diferentes espécies de excedentes de produção de tal importância que precipitaram a criação de verdadeiros mercados. Essa região era a dos montes Quênia e Kilimandjaro, onde os montanheses que praticavam agricultura intensiva viviam lado a lado com criadores de gado, cuja prática da pecuária era também intensiva; uns e outros coabitavam com grupos de caçadores-coletores.

Um outro fator era a divisão desigual dos depósitos de minério. Mesmo durante o século XVI, os wageno do Pare setentrional estavam integrados ao sistema comercial planície-montanha pelo seu papel como principais produtores e fornecedores de ferro e utensílios de ferro; os thagicu parecem ter desempenhado papel semelhante nos arredores do Monte Quênia. Mas, na maior parte do restante do interior do Quênia e da Tanzânia, os mercados só viriam a constituir uma característica regular da vida econômica bem depois de 1600, e mais por influências externas que locais.

A região dos Grandes Lagos

Nossa intenção aqui é mostrar que a formação de Estados entre os agricultores antecede a vinda da maior parte dos grupos de pastores. Também pretendemos demonstrar que os dois tipos de povos conviveram em paz durante longo período, até o momento em que, no século XV, começou o grande processo de constituição de Estados, o qual por sua vez foi em grande medida responsável pela distinção de classes sociais ou castas na região. A esse respeito, é importante assinalar que termos como *pastores* e *agricultores* não têm, aqui, significação étnica, mas apenas ocupacional.

Por razões de conveniência histórica, nós dividiremos a história da região situada entre os grandes lagos da África em quatro partes: o complexo de Kitara; o complexo de Kintu; o complexo de Ruhinda, e o complexo de Rwanda (ou Ruanda). Empregamos o termo "complexo" para evocar, a um só tempo, a natureza multiétnica da região e a confluência das tradições culturais que constituem sua história. Mas, por outro lado, os quatro complexos ligam-se uns aos outros, estando associados no quadro da história geral da região.

A história do complexo de Kitara, da perspectiva geográfica, cobre a maior parte dos atuais territórios do Bunyoro e do Toro, assim como as porções vizinhas do Nkore, Mubende e Buganda. Trata-se do mais antigo sistema estatal da região interlacustre, e sua história costuma ser pensada em função da chegada de três grupos de invasores: os batembuzi, os bachwezi e os babito. Essa apresentação histórica – que, em linhas gerais, reflete a divisão da história do complexo de Kitara em três grandes fases – deixa de lado, o que é muito significativo, os povos de língua banto, que predominam na região.

A chegada da maior parte dos banto precedeu a dos três grupos de invasores. C. A. Buchanan sugeriu que as primeiras migrações banto para a região interlacustre se deram nos séculos X e XI. Alguns desses clãs banto participaram mais tarde da formação de pequenos Estados agrários, o que o autor associa ao período batembuzi da história de Kitara e, experimentalmente, data dos séculos X a XIV. Se tiver razão, no que se refere aos batembuzi, não estamos lidando com pastores imigrantes, mas com os mais antigos grupos banto presentes na área.

A história do clã baranzi instaura uma ligação entre os batembuzi e a dinastia que os substituiu no poder sobre o complexo de Kitara – a dos bachwezi.

O rei Ndahura (c. 1344-1371) foi o primeiro soberano do Império de Kitara. Sucedeu-lhe o filho Wamara (c. 1371-1398), que, por razões de segurança, transferiu a capital de Mwenge para Ber (Bwera). O reinado de Wamara foi

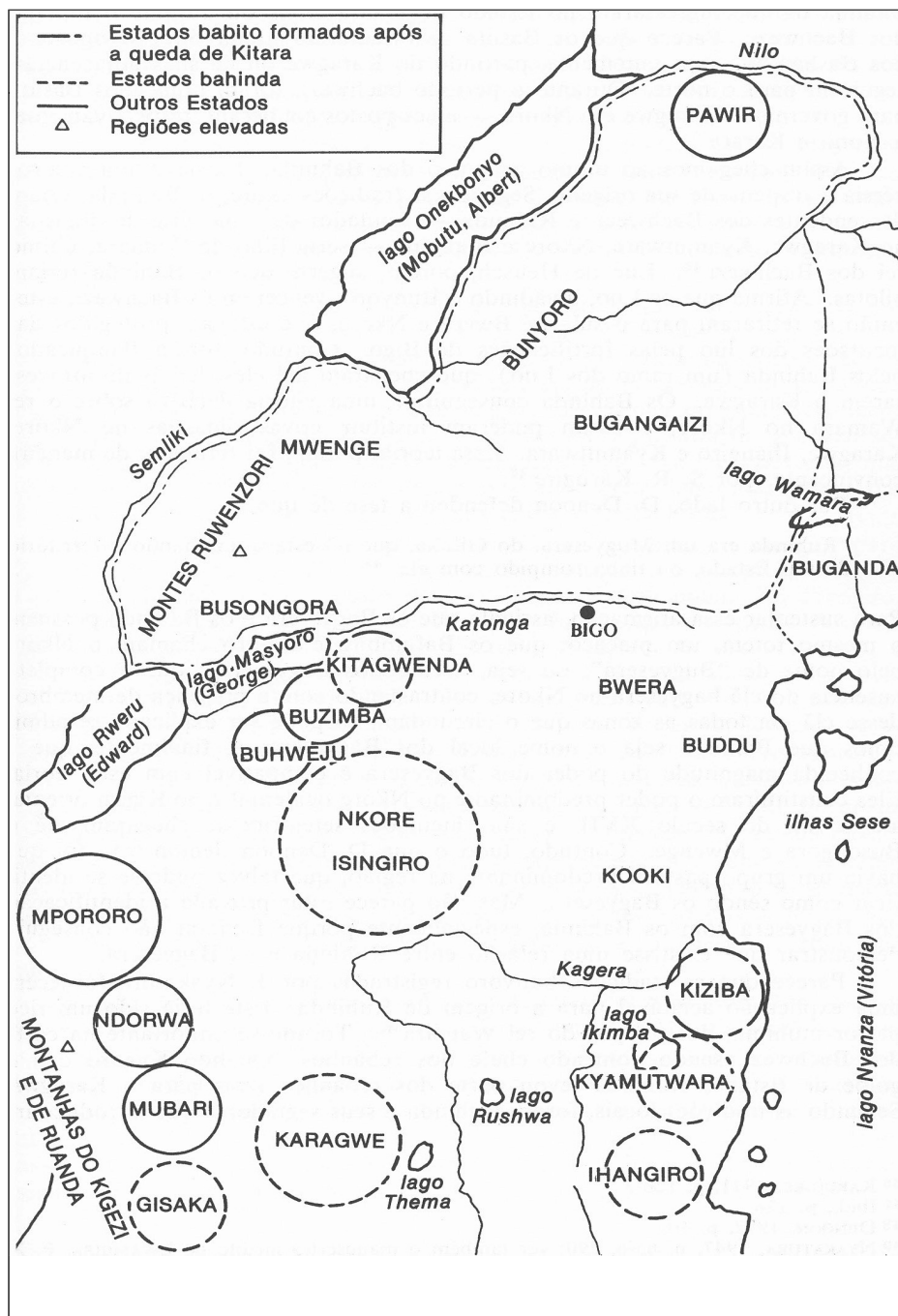
ainda mais agitado que o do pai, em grande parte devido à chegada de vários grupos de imigrantes. Estes incluíam os jo-oma, que em sua maioria vinham da região dos Montes Agoro; os clãs de língua banto originários do leste, associados ao complexo de Kintu; invasores vindos do sul; e, finalmente, os luo, que começaram a infiltrar-se no Império de Kitara partindo do norte do Nilo.

Os bachwezi não eram nem bahima nem luo, mas sim uma aristocracia banto que se destacou em Uganda ocidental, nos séculos XIV e XV. Com a chegada dos pastores bahima e dos luo, durante o reinado do último rei bachwezi, esse império fracamente estruturado tornou-se heterogêneo, tanto do ponto de vista étnico quanto linguístico. As dificuldades de integração política suscitaram tensões internas, que terminaram levando à destruição o Império de Kitara.

O complexo de Ruhinda tinha como centro geográfico o que hoje constitui o distrito de Kigezi, Ankole e o distrito de Bukoba, na República Unida da Tanzânia, assim como uma parte do Burundi e de Ruanda. No período que ora estudamos, os principais Estados foram Nkore e os Estados buhaya de Karagwe, Ihangiro, Kiyanja, Buzinza e Kyamutwara, assim como certas partes do futuro Reino de Ruanda, como Ndorwa. Apesar das fronteiras políticas e das barreiras linguísticas, essa região possuiu uma unidade histórica, que data deste período.

As tradições parecem indicar que, por volta de 1200, viviam nas florestas os batwa, que se dedicavam à coleta e à caça de maior porte. Os agricultores banto então começaram a introduzir-se na região, vindos basicamente do sul e do oeste. Derrubaram partes da floresta e se fixaram, cultivando o milhete e o sorgo; praticavam a caça e trabalhavam o ferro.

Inicialmente, os grupos de língua banto se organizaram segundo o esquema da família extensa, com os chefes de família constituindo a autoridade suprema. Reuniam-se para ministrar justiça e decidir questões relativas ao bem-estar da população. Mas, à medida que aumentou o número de imigrantes, o sistema clânico foi se desenvolvendo.

Dessa forma, os clãs se tornaram organizações políticas dotadas de fronteiras territoriais. O chefe do clã também chefiava o território, que era designado pelo nome da família dominante. Os grandes clãs, como os bazigaaba, os bagyesera, os basigi e os bahanda, tinham um rei ou chefe (*mwami*), que exercia liderança tanto política quanto religiosa; respondia também pelo bem-estar da população e pelo estado do gado e das colheitas. O mais das vezes, tais *mwami* eram igualmente fazedores de chuva. Parece que, no início do século XV, alguns desses clãs banto já tinham dinastias bem estabelecidas, como por exemplo, os membros do clã basiita, os barengye, os bungura, os bazigaaba.

Mapa da localização dos bachwezi e dos imigrantes. (B. A. Ogot.)

São poucos os reis dessa época cujos reinados podem ser datados com tanta segurança como o de Ruhinda. As dinastias de quatro Estados (Buzinza, Kyamutwara, Karagwe e Nkore) pretendem descender de seus filhos. Combinando os cálculos fundados nessas quatro genealogias, obtemos as datas de c. 1405-1447 para Ruhinda. As tradições kiziba citam Ruhinda na geração de c. 1417-1444.

Para apresentarmos um quadro equilibrado da história de Ruanda, é indispensável que examinemos a história dos Estados e sociedades da época anterior aos nyiginya. Segundo as tradições, é quase certo que os primeiros habitantes da região fossem batwa, que viviam nas florestas, de caça e coleta; além disso, praticavam a cerâmica e a cestaria. Mais tarde, começaram a chegar agricultores. Os agricultores de língua banto cultivavam sorgo, criavam gado e abelhas, caçavam e ainda praticavam um artesanato rural. Organizavam-se em linhagens e clãs, sob a direção de seus respectivos chefes.

No século XV, grande parte dos povos de língua banto estava organizada em pequenos Estados, de forma semelhante à descrita para o complexo de Ruhinda. Há elementos para se afirmar que algumas das linhagens já tinham gado antes mesmo de se estabelecer em Ruanda o clã dos nyiginya. É do consenso geral que, antes dos nyiginya, sete grandes clãs formavam Estados: Singa, Zigaba, Gesera, Banda, Cyaba, Ongera e Enengwe. Os três primeiros são considerados como *abasangwabutaka*, o que significa "os que estavam aqui antes de todos os outros", ou seja, os primeiros donos da terra em Ruanda.

De acordo com as tradições tutsi, o mais antigo Estado em Ruanda provavelmente foi fundado pelas linhagens renge do clã singa. Compreendia a maior parte do território atual da República de Ruanda, com exceção da parte oriental, mas era muito frágil sua organização. Contudo, o que as tradições evidenciam é que os renge tinham elaborado um complexo sistema de monarquia ritual. Em meados do século XVII, todos os Estados renge haviam sido anexados pelo Estado de Ruanda.

Assim, a autoridade de Ruanda não foi imposta a povos que viviam sem Estado. Esses Estados, de dimensões e poder variáveis, tinham desenvolvido instituições monárquicas, assim como ritos que visavam agir sobre a terra e a chuva. Algumas dessas instituições políticas e religiosas foram adotadas pelo jovem Estado de Ruanda à medida que ele foi se expandindo, nos três séculos seguintes.

A importância dos banto na formação dos Estados na região dos Grandes Lagos também é atestada pelos estudos de migrações populacionais. Segundo D. W. Cohen, entre os séculos XII e XV vários clãs de língua banto deixaram a

região do monte Elgon-Lago Vitória. Não são claras as razões para essa grande migração. Mas esses emigrantes banto desempenhariam importante papel na evolução política de sua nova pátria a partir do século XII. Entre eles se contava o grupo dos clãs de Kintu, que parecem ter-se fixado ao sul do Lago Kyoga e foram responsáveis pela fundação de vários pequenos Estados, inclusive o de Buganda, na margem norte do Lago Vitória.

Não sabemos se uma pessoa de nome Kintu realmente existiu. O que parece evidente é que essa personagem está associada a uma série de clãs de língua banto, que têm como totens o leopardo e o leão. Segundo as tradições do Buganda, os principais lugares em que Kintu se deteve correspondem às terras ocupadas pelo clã do leopardo, no Buganda.

Esta reconstrução das histórias do Buganda, Busoga, Uganda oriental e Quênia ocidental durante o período considerado permitiu-nos enfatizar o ponto que levantamos no começo do texto: a saber, que vários pequenos Estados haviam sido fundados na região interlacustre, por agricultores de língua banto, antes que os grupos pastoris começassem a ter papel político importante. Parece que na área examinada, no período entre 1200 e 1500, as atividades dos pastores conservaram um caráter marginal. O Buganda, em especial, e, em certa medida, os pequenos Estados do Busoga, desenvolveram-se como Estados florestais, cujas economias dependiam mais da agricultura que de uma combinação de agricultura com pecuária, com seus consequentes sistemas de castas e estruturas de classes.

Kimera (c. 1344-1374) é frequentemente identificado com a região do Kitara. Ele é considerado o fundador de uma nova dinastia na pequena chefaria do Buganda. A maior parte das controvérsias a seu respeito versa sobre a identidade de seu clã. O que devemos considerar importante não é a identidade pessoal de Kimera; deveríamos tentar entender o sentido das tradições relativas a ele ou aquilo que denominamos *o complexo de Kimera*.

Essas tradições parecem referir-se às migrações de diversos grupos que fugiram do Império bachwezi para as florestas equatoriais, desde os tempos de Ndahura até a ruína daquele império. O próprio Kimera parece ter deixado Kitara nessa época. Com a morte de Kantu, a que se seguiu a queda do Império bachwezi, novos refugiados deixaram Kitara para se refugiar no Buganda, ou no Nkore.

Contudo, todos esses clãs refugiados, pouco importando a data de sua chegada, hoje se consideram como tendo pertencido ao grupo de Kimera. Kimera, liderando seus grupos refugiados, fundou uma nova dinastia e um Estado que unificou os 35 clãs de variada proveniência que se haviam estabelecido na região.

Todos esses clãs desejavam associar-se à realeza; daí nasceu no Buganda o costume de cada clã oferecer esposas ao *kabaka* (rei), tendo assim oportunidade de lhe dar um sucessor.

Por volta de 1500 assim se encerrava, na história do Buganda, o período de migração e implantação do novo reino. A sua consolidação e expansão pertenceriam ao futuro.

As bacias do Zambeze e do Limpopo, entre 1100 e 1500

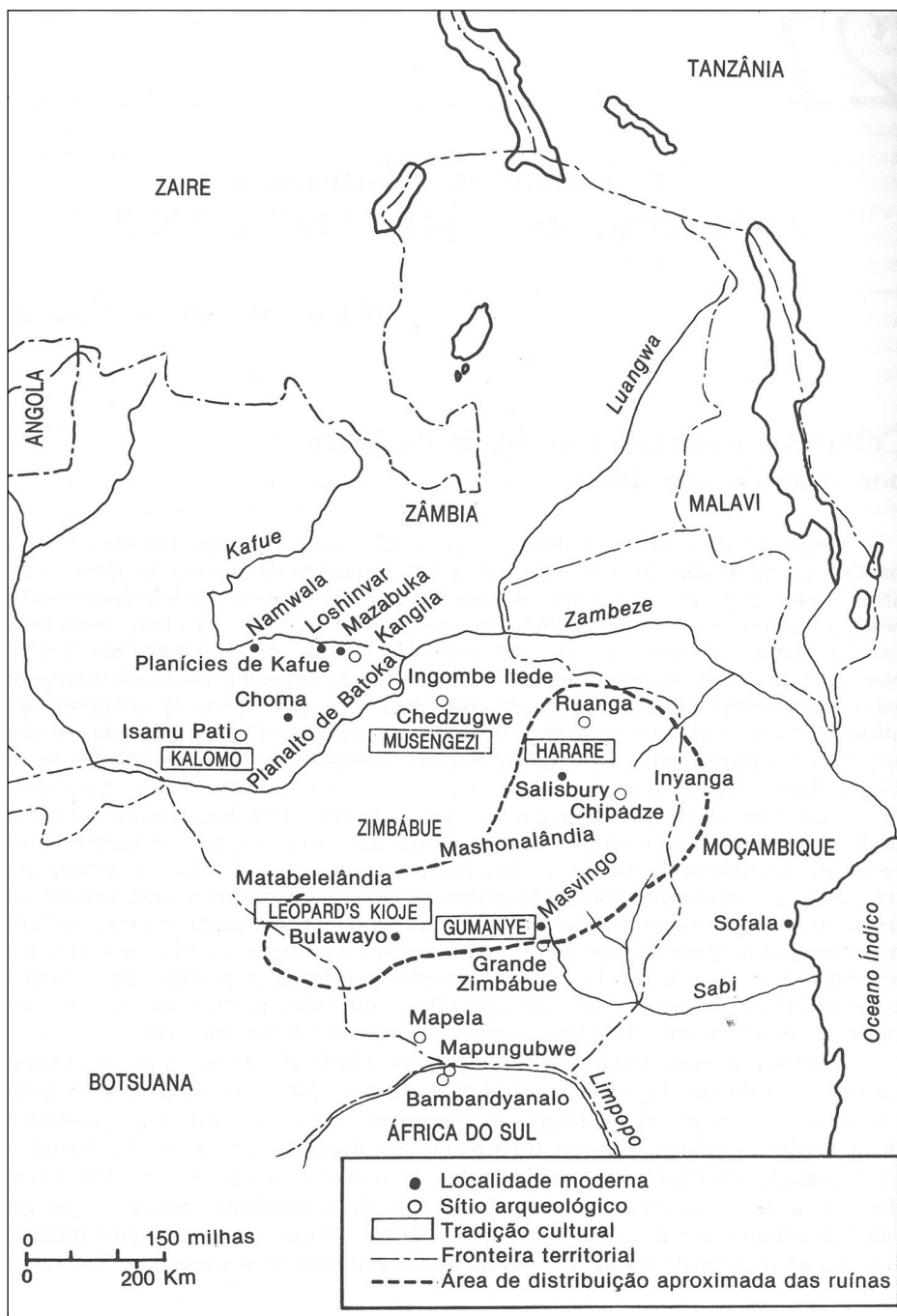
Pelo final do primeiro milênio da Era cCistã, os povos cujo desenvolvimento os situava na Idade do Ferro ocupavam a maior parte da região de savanas arborizadas que se situa entre os rios Zambeze e Limpopo, chegando até o Oceano Índico, a leste, e cobrindo, ao norte do Zambeze, os atuais territórios da Zâmbia e do Malaui. Descendentes de grupos de caçadores do fim do Neolítico ainda viviam em bolsões mais remotos da savana arborizada. Outros povos que praticavam a caça e a coleta, ancestrais dos grupos san de nossos dias, também ocupavam boa parte da região do Kalahari, ao sul e ao oeste das savanas arborizadas. Os povos da Idade do Ferro, nessa vasta zona do sul da África Central, eram em sua maior parte camponeses que se dedicavam a uma agricultura de subsistência; sua produção de alimentos concentrava-se na criação de animais de porte grande e pequeno e no cultivo de cereais como o sorgo e o milhete. A caça e a coleta representavam importante papel na sua atividade econômica; a única forma de agricultura que eles praticavam era a itinerante, e dependia da cuidadosa seleção do tipo de terra adequada.

Embora a mais antiga implantação da Idade do Ferro que se conhece nessa região do sul da África Central date do ano 200, as primeiras povoações de agricultores estavam muito espalhadas em áreas livres da mosca tsé-tsé, e as densidades demográficas médias eram extremamente baixas. Uns 1000 anos depois que os agricultores da Idade do Ferro Antiga instalaram-se às margens do Zambeze, algumas novas tradições culturais surgiram de ambos os lados do rio. Uma destas tinha por centro o Planalto de Batoka, no sul da atual Zâmbia. Essa região proporciona boas pastagens para o gado. Essas terras mais altas, a salvo da mosca tsé-tsé, bem irrigadas, tinham sido ocupadas por povos da Idade do Ferro Antiga, por volta do século IV. No final do primeiro milênio, seus estabelecimentos foram ocupados por camponeses da cultura de kalomo, cujo modo de vida era bastante similar ao deles; os novos ocupantes, porém, davam muita importância à criação de gado.

Ao sul do Rio Zambeze, as culturas da Idade do Ferro Antiga do primeiro milênio foram substituídas em várias regiões por novas sociedades, durante os séculos XI e XII. Delas, a mais conhecida possui o nome de tradição de Leopard's Kopje (Colina do Leopardo), estendendo-se do Vale do Limpopo, rumo ao norte, até a região de Bulawayo e pontos centrais da Bacia do Zambeze e do Limpopo. As aldeias de Leopard's Kopje são menores que os estabelecimentos agrícolas mais antigos. Figuras representando bois e a descoberta de ossos bovinos em algumas sepulturas fazem supor que esse gado tivesse mais importância do que nos séculos anteriores. Leopard's Kopje marca uma ruptura tão nítida com as tradições da Idade do Ferro Antiga, que parece quase certo que os criadores dessa tradição fossem imigrantes.

Não se encontraram vestígios dos povos de Leopard's Kopje ao norte do Zambeze. Como seus predecessores, os primeiros homens de Leopard's Kopje viviam sobretudo do cultivo do milhete e do sorgo, bem como da caça e da coleta. Conheciam uma tecnologia rudimentar do ferro. Pelo final do século XII e começo do XIII, contudo, como a população aumentasse, iniciou-se o cultivo das terras mais férteis. Fundaram-se, então, aldeias que foram ocupadas por muito mais tempo, mudança que pode haver coincidido com o começo da lavra e do trabalho do ouro, porque os mais antigos objetos nesse metal descobertos ao sul do Rio Zambeze datariam mais ou menos do século XII.

Em tempos posteriores, a cultura de Leopard's Kopje dá a nítida impressão de que a economia tenha se diversificado, tornando-se mais controlada. As principais atividades econômicas foram, então, a mineração, a metalurgia e as trocas comerciais, assim como a agricultura de subsistência. O poder político e a riqueza concentraram-se nas mãos de número relativamente pequeno de pessoas, que viviam nos maiores centros das principais localidades. Isso se comprova no famoso sítio de Mapungubwe, onde pequeno grupo de ricos dirigentes ocupou, no século XV, o topo de uma longa colina baixa que domina o vale do Rio Limpopo. Pouco se sabe, ainda, a respeito das grandes tendências que levaram ao cultivo de solos mais pesados e à construção de moradias mais espaçosas e duráveis.

Existem, por outro lado, vestígios de novas sociedades agrícolas em outras regiões ao sul do Zambeze. Para o lado do nordeste, havia a tradição de musengezi, perto dos confins meridionais do vale do Rio Zambeze e no planalto ao norte, enquanto a tradição de harare foi localizada na área de Harare. São duas sociedades camponesas que apresentam características sociais e culturais elaboradas, semelhantes às de Leopard's Kopje após o século XII.

Mapa dos sítios e tradições arqueológicas mencionados no texto. (B. M. Fagan.)

Cada uma dessas tradições culturais sobreviveu, com profundas modificações, até recentemente. A tradição de Leopard's Kopje cindiu-se em dois ramos, o norte e o sul, este último conservando-se até o século XIX. As línguas shona constituem a principal família linguística representada nessa área, incluindo pelo menos seis grupos de dialetos (chikalanga, chikaranga, chindau, chimanyika, zezuru e korekore). O shona não tem nenhuma relação direta com o banto do sudeste. Supõe-se, porém, que várias das tradições culturais descritas anteriormente possuam ligações estreitas com algum dos grupos de dialetos shona. Assim, os povos de Leopard's Kopje estão ligados ao chikalanga, e a cultura de Harare ao zezuru. As tradições orais, de certa forma, autorizam-nos a pensar que a maior parte das culturas que acabamos de descrever, nascidas entre o Zambeze e o Limpopo na Idade do Ferro Recente, podem ser associadas a povos que falavam línguas shona. E foi entre eles que grandes transformações políticas e econômicas ocorreram, após o século XII.

As célebres ruínas do Grande Zimbábue, perto da moderna cidade de Masvingo, simbolizam uma das partes mais notáveis dessas transformações. Elas são famosas tanto pela excelência de sua arquitetura quanto pelas teorias extravagantes que cercam sua origem. Hoje, todos os estudiosos sérios consideram que o Grande Zimbábue foi uma realização essencialmente africana, construído com material local e segundo princípios arquitetônicos desenvolvidos durante muitos séculos.

Os vestígios da ocupação do Grande Zimbábue no começo da Idade do Ferro limitam-se aos estratos inferiores da longa sequência cultural que aparece na colina chamada Acrópole *(Acropolis Hill),* que domina o Grande Cercado (*Great Enclosure*), a mais impressionante das construções do Grande Zimbábue. O nível da Acrópole correspondente à Idade do Ferro Antiga foi datado de tempos anteriores ao século IV. Foi por volta do século X ou XI que povos da Idade do Ferro Recente instalaram-se no Grande Zimbábue. Pouco se sabe a respeito, já que foram encontradas poucas áreas ocupadas por eles além da implantação gumanye.

A tradição gumanye ainda é mal conhecida. Os portadores dessa tradição instalaram-se no Grande Zimbábue antes que as grandes muralhas desse local estivessem completadas. Por volta do século XII, a cultura desse povo sofre nítida transformação. A cerâmica melhorou de acabamento, fabricaram-se figuras humanas de argila, e aumentaram muito as importações de contas de vidro e outros objetos. As construções de pau-a-pique tornaram-se muito mais sólidas, começaram a proliferar os adornos de cobre, bronze e ouro, e fizeram-se comuns, no Grande Zimbábue, muros e muralhas de pedra.

Por volta de 1300, já estavam lançadas as bases para um Estado poderoso e influente – um Estado cujo centro encontrava-se no Grande Zimbábue e que dominava uma vasta parte da Mashonalândia central e meridional. Parece que esse Estado, na sua origem, compartilhava numerosas tradições culturais com os povos de Leopard's Kopje, e é muito provável que essa identidade fundamental também se estendesse ao uso da mesma língua, o shona.

As hipóteses tradicionais dão bem pouca importância às realidades de uma agricultura de subsistência e dos complexos mecanismos de decisão que controlam a orientação global da evolução social no Grande Zimbábue. As sociedades africanas da Idade do Ferro que viviam da agricultura de subsistência eram basicamente autossuficientes, embora certas matérias-primas fossem obtidas a uma distância razoável. É um erro pensar a origem do Grande Zimbábue, ou de qualquer outro reino africano, em termos de motivação puramente religiosa ou comercial. O mais correto é entender que ambos os fatores, assim como muitos outros que as escavações arqueológicas mal permitem identificar, exerceram importante papel nas sociedades da Idade do Ferro, quando suas perspectivas políticas e econômicas destas se ampliaram do espaço da aldeia para um horizonte mais largo. Para que tal evolução se processasse, era preciso que a sociedade no seu conjunto optasse por uma organização social e política mais hierarquizada.

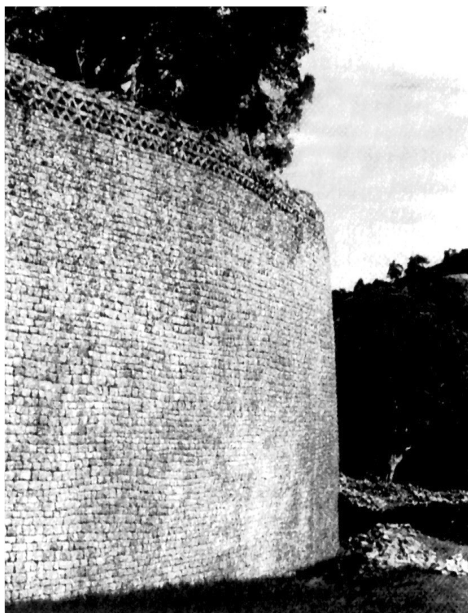
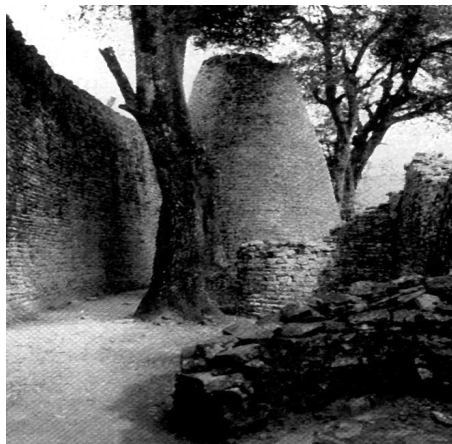
Sejam quais forem as causas profundas da expansão do Grande Zimbábue, não há dúvida de que se trata de monumento impressionante. A análise estratigráfica revelou elementos para dividir a história do Grande Zimbábue em, pelo menos, três fases. A ocupação mais intensa começou por volta do século XI, mas nenhum muro de pedra foi construído até o século XIII. O muro de arrimo, em pedra, do cercado ocidental, foi construído pela mesma época. Foi nos séculos XIII ou XIV, também, que se ergueram as primeiras construções no vale que fica abaixo da Acrópole.

O Grande Cercado, com suas muralhas maciças de pedras sem arrimo, foi construído no século seguinte. A muralha que o circunda tem uma parte central em pedra bruta, contida de ambos os lados por pedras dispostas horizontalmente sem argamassa. Está decorada com motivos de aspas (em ziguezague), num comprimento de 52m.

Com exceção da torre cônica, estrutura excepcional de significado desconhecido, nada existe na arquitetura do Grande Zimbábue que fuja à prática africana. O caráter excepcional do Grande Zimbábue deve-se apenas às suas dimensões, porque se trata da maior dentre umas 150 ruínas existentes na região granítica situada entre os rios Zambeze e Limpopo.

No Grande Zimbábue, tem-se a impressão de uma autoridade política e religiosa extremamente poderosa, incontestada, cujo domínio sobre uma população rural dispersa pelo país baseava-se em alguma espécie de crença unificadora, compartilhada por todas as famílias, nos poderes do *Mwari* divino ou de outra divindade.

As fronteiras do Estado do Grande Zimbábue ainda se encontram mal definidas, embora se saiba que sua base situava-se no centro de Mashonalândia.

A influência do Grande Zimbábue e de seus estabelecimentos tributários fazia-se sentir muito além das fronteiras imediatas do próprio Estado. A prosperidade de Kilwa, na costa da África Oriental, seguia de perto as flutuações do comércio de ouro com Sofala. Sem a menor dúvida, a riqueza dos senhores do Grande Zimbábue cresceu e declinou acompanhando as fortunas do tráfico costeiro. Assim, o Grande Zimbábue havia contribuído, através dos contatos comerciais e do ouro que produzia, para a prosperidade e crescimento econômico não somente da costa da África Oriental, como de terras muito mais distantes.

A muralha do Grande Cercado, no Grande Zimbábue.

A torre cônica do Grande Zimbábue. (Foto: Department of Information, Zimbábue.)

O funcionamento do comércio costeiro é mal conhecido. Nos séculos XIV e XV, porém, houve atividade comercial notável ao norte da Mashonalândia e no Vale do Zambeze. Na extremidade noroeste da Mashonalândia e na parte inferior do Vale do médio Zambeze, existiram estabelecimentos maiores, nos quais o trabalho e o comércio do cobre assumiram grande importância. No sítio de Chedzugwe, a metalurgia do cobre e do ferro não era secundária, já que ambos os minerais achavam-se em quantidade na região. Também se conheciam os têxteis, e se fabricava cerâmica de excelente qualidade. Os habitantes de Chedzugwe mantinham relações com o Grande Zimbábue, e também com o Vale do Zambeze. Seus belíssimos lingotes de cobre e suas cerâmicas foram encontrados até no sítio isolado de Ingombe Ilede, onde, em 1960, realizaram-se marcantes descobertas, que nos ensinaram alguma coisa sobre os antigos mecanismos de comércio, tanto local quanto de longa distância.

Quando o Estado do Grande Zimbábue está no apogeu, o sul da África Central acha-se no limiar da documentação histórica e da tradição oral. Pelo final do século XV, o Grande Zimbábue começa a ser abandonado por boa parte de sua população. As forças associadas ao poder econômico e político deslocaram-se para o sul e para o oeste, sob a chefia do poderoso clã rozwi.

Mas esses acontecimentos políticos não bastam para explicar por que um sítio tão importante quanto o Grande Zimbábue foi abandonado de maneira tão rápida e inesperada. É possível que os campos circundantes tenham se tornado incapazes de manter sequer um circuito disperso de pequenas aldeias, e menos ainda a complexa superestrutura da população não agrícola residente no próprio Grande Zimbábue. Quando isto aconteceu, o *mwene mutapa* precisou partir, por mais sagrado que se considerasse seu local de residência. Parece muito provável que os desequilíbrios políticos do final do século XV tenham estado estreitamente ligados às limitações ambientais que sempre ameaçam as estruturas políticas ou religiosas baseadas na agricultura de subsistência e numa população rural dispersa.

Por volta de 1500, portanto, o sul da África Central tinha passado por grandes transformações políticas e econômicas. Um certo grau de unidade política e de estratificação social havia nascido entre os rios Zambeze e Limpopo, favorecida pela intensificação do comércio de longa distância e pelas solicitações dos mercados mais remotos, e também pela evolução interna das próprias sociedades africanas. Estas transformações, especificamente africanas, ocorreram também em muitos dos Estados mais fortes da África Central e de outras partes do continente. Mas sua viabilidade exigia a conservação de fortes redes comerciais e de

um sistema de agricultura de subsistência suficiente para alimentar a população. Estes fatores revelaram-se, numa análise histórica, determinantes para o crescimento e a prosperidade do Estado do Grande Zimbábue, e de seu sucessor, o Estado rozwi. O fio condutor da vida na Idade do Ferro continuou a depender da agricultura e de sua economia de subsistência, baseada nas diversas lavouras, na pecuária e na criação de pequenos animais.

A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados

Para o período em questão e para o anterior, a utilização de dados linguísticos poderia ser fundamental. Se a expansão das línguas banto pode refletir a ocorrência de grandes migrações, então estas terminaram bem antes do ano 1100. Tanto na parte nordeste da floresta e ao norte da curva do Rio Zaire como na Bacia do Ubangui continuava a disputa entre as diversas línguas, inclusive as banto; às vezes uma conseguia afastar outra, mas parece que isso acontecia sem grandes movimentos de população. Em outras regiões, a substituição das línguas autóctones pelo banto estava completada ou por completar-se, mas devemos supor que os imigrantes de expressão banto integraram à sua civilização muitos dos complexos culturais autóctones. E isso pôde acontecer sem provocar grandes migrações, as quais parecem mais a exceção do que a regra, nessa parte do continente.

Provavelmente, as primeiras formações étnicas regionais já existiam bem antes de 1500. O caso mais bem conhecido é o dos imbangala, formados pelos lunda, luba, ovimbundu e ambundu.

Os dados ecológicos e arqueológicos permitem-nos afirmar que já antes de 1100 a agricultura era praticada por toda parte, com exceção do interior de Angola meridional e de algumas regiões florestais. As proteínas indispensáveis à alimentação eram fornecidas pela caça, pesca e coleta de lagartas e larvas. Animais domésticos – galinhas, cabras e cães – também eram criados em toda a região. No sul da floresta, criavam-se carneiros; e, pelo menos na parte inferior do rio, também gado de chifres e porcos. Certamente existia uma tecnologia agrícola diferenciada na floresta e na savana: nesta, a alimentação se baseava nos cereais, contrastando com as bananas e os inhames da primeira.

A floresta era recortada por trechos intermediários de savana natural, ao longo da costa, entre o Rio Gabão e o curso superior do Zaire e dentro da curva deste último; nas proximidades dessas savanas intermediárias, assim como na

orla da floresta. O homem beneficiava-se, portanto, das vantagens de dois meios ambientes que, muitas vezes, se complementavam.

Por toda a região, as técnicas artesanais já haviam assumido em 1100 as características que conservariam até mais ou menos 1900: metalurgia do ferro bem desenvolvida, a cerâmica, a fabricação de cestos, a tecelagem em ráfia, a tanoaria e a extração de sal do mar, dos mangues, de plantas ou ainda de sal-gema. É possível que as minas de ferro de Munza, em Shaba, tenham sido exploradas desde cedo, e que tal fato estivesse ligado à expansão do Reino luba.

Com essas técnicas, nasceu um comércio regional. As primeiras indicações do emprego de cruzetas de cobre como moeda aparecem no Cinturão do Cobre, por volta do ano 1000; até 1450-1500, essa prática se havia alastrado do Rio Zambeze até o Lualaba. No século seguinte, o sal-gema de Kisama funcionou como moeda. Em Shaba e na alta Zâmbia, certamente houve mineiros-comerciantes especializados em cobre. E também deve ter havido um comércio de ferro e sal.

Com o aumento demográfico que sucedeu à expansão e difusão das técnicas artesanais e do comércio, a sociedade organizou-se em linhagens patrilineares. De início, os grupos de fala banto agrupavam-se em aldeias bastante compactas. A autoridade na aldeia se baseava em princípios territoriais e, portanto, políticos. Assim, desde o começo, os povos de língua banto tiveram chefes políticos a nível de aldeia. Já os povos que adotavam a sucessão matrilinear de outras línguas que não a banto, dispersados pelo território da atual República Centro-Africana, viviam em aglomerações menores, sob a direção dos homens de uma linhagem que não chegavam a exercer sobre eles o poder de chefe.

O Estado nasceu do fortalecimento da autoridade de um chefe de linhagem, que se revelou capaz de impor-se a outras linhagens. Tal Estado pode definir-se como um território que englobava algumas aldeias que reconhecessem a autoridade política de um chefe. Este era rodeado de agentes ou funcionários que formavam o seu conselho. Nos primeiros tempos, o rei, como um líder político, conservava ainda o essencial de seus atributos de chefe religioso – daí o caráter “sagrado” que lhe era conferido. À medida que se multiplicaram os conselheiros, juízes, dignitários e guardas do chefe que se estava transformando em rei, tornou-se necessário organizar um sistema de redistribuição dos excedentes retirados dos produtores. Esses reis, chefes ou conselheiros arrebanhavam seguidores usando da generosidade. Assim se fez necessária a obtenção de um excedente superior ao normal. Havia terra disponível em abundância: a solução econômica esteve em requerer maior número de braços. O trabalho era o único fator que poderia ser mudado; vem daí, provavelmente, o estatuto do escravo doméstico.

Houve casos, porém, em que não nasceu um Estado, embora as condições sociais e ecológicas fossem favoráveis. Assistimos, então, à elaboração de distintos sistemas políticos. Alguns valorizavam a igualdade acima de tudo e recusaram-se a abandoná-la. Outros preservaram parte desse espírito igualitário, formando confederações de linhagens baseadas em associações ritualizadas sem chefe (o caso dos ngbandi).

Todas as formas de autoridade detinham caráter sagrado. Não deve surpreender, portanto, que toda a realeza fosse sacralizada, nem que fossem semelhantes as concepções do sagrado – porque as bases religiosas eram as mesmas por toda a região. No entanto, existiam importantes diferenças entre os diversos reinos que se devem ao fato de eles terem nascido de processos independentes.

A floresta não constituiu uma barreira entre as savanas do norte e do sul, e sim um filtro. Pelo menos duas rotas a cortavam: uma seguia a costa, enquanto outra era uma via fluvial, que partia do Kadei Sangha, tomava os rios Ubangui e Zaire, até chegar ao Lago Malebo (Stanley Pool). A navegação marítima já era praticada antes mesmo do ano 1000. Um dos exemplos mais conhecidos: antes mesmo do ano 1000, sinos simples, sem badalo, já tinham cruzado a floresta. Foram seguidos por sinos duplos do mesmo tipo, antes de 1450; estes se encontram em Ife, durante o período clássico, e em Zimbábue, por volta de 1450.

O principal sítio que comprova um desenvolvimento precoce das técnicas metalúrgicas é o de Sanga. Podemos afirmar que desde o século XI da Era Cristã se encontram sinais de considerável diferenciação social, confirmação indireta de que ocorria um fortalecimento das chefarias. Muito cedo se estabeleceu uma rede comercial que ia dos lagos do Rio Lualaba até o curso médio do Zambeze, na qual serviam como moeda as cruzetas de cobre. Como sabemos que o sítio de Ingombe Ilede mantinha ligações com o comércio da costa oriental, restam poucas dúvidas de que essa rede regional estivesse em contato com a do Oceano Índico desde antes de 1500.

Nas savanas meridionais, os reinos luba e lunda definiram-se precocemente. Essas formações estatais se desenvolveram perto dos lagos do Lualaba. Shaba, região mineira também rica em recursos agrícolas, bem cedo viu nascerem chefarias que, estruturando-se, deram origem a reinos. As facilidades para o comércio, nessa região de savanas, podem haver estimulado o surgimento de Estados. Foram os luba e os lunda os primeiros a organizá-los. A esse respeito, a maior parte das informações de que dispomos provém das tradições orais.

Reza a tradição que o Reino luba foi fundado por um certo Kongolo, que instalou a capital perto de Kalongo. Estima-se, vagamente, que o Estado luba

tenha aparecido antes de 1500. Resultou da fusão de diversos clãs sob a autoridade de um chefe único. Não se conhece bem a organização política do reino, mas sabe-se que seus súditos se organizavam em patrilinhagens. Cada linhagem possuía suas aldeias e seus chefes tinham escravos. O *kiloto*, ou chefe de linhagem, reconhecia a autoridade do rei. O monarca estava rodeado de funcionários. A realeza luba fundava-se no princípio de *bulopwe*, ou "caráter sagrado", inerente ao sangue real, que os luba chamavam de *mpifo.*

Nos lunda pode-se admitir que toda a região que se estende do alto Kwango ao alto Kasai meridional e às regiões adjacentes da Zâmbia já praticava o sistema de parentesco perpétuo, um sistema complexo segundo o qual o sucessor "se tornava" seu predecessor, assumindo seu nome, suas relações de parentesco, seus encargos e prerrogativas. O sistema negava, assim, a passagem do tempo, para garantir uma coerência sem falhas e a continuidade de toda a ordem social. Permitia a perpetuação das relações de poder derivadas de alianças matrimoniais, conquistas, integração, e de acordos mútuos ou "fraternos" entre os chefes. Depois de 1500 se revelou poderoso instrumento na montagem de um autêntico império, congregando vários reinos sob a autoridade dos lunda.

Devemos observar que essa região situada entre o Kasai e o Kwango é pobre em recursos naturais e provavelmente era pouco povoada, enquanto a leste, entre o Lualaba e o Luapula, já estavam sendo exploradas salinas e jazidas de cobre. Mais para o sul, o Vale superior do Zambeze dispunha de mais recursos que o território lunda, porém menos ainda que o sul de Shaba. Nessa região, porém, haveria de se constituir um Estado complexo: o Estado lozi.

Finalmente, o mais tardar pouco depois de 1500, viu-se no planalto ao sul de Libolo um Estado kulembe, que talvez tenha sido uma das primeiras formações estatais dos ovimbundu. Sua organização era diferente: caracterizava-o uma associação de iniciação militar, o quilombo (*kilombo*). Quanto aos outros ovimbundu, talvez também conhecessem a instituição do *kilombo*, que se encontra na tradição relativa à fundação de Humbe, situado no sul de Angola. Ou o *kilombo* pode ter sido introduzido em Humbe pelos imbangala, que somente no século XVI vieram a constituir uma etnia diferenciada. Os ovimbundu falam uma língua banto do sudoeste. É possível que a formação de alguns dos 14 Estados ovimbundu tenha começado antes do século XVI; a língua, a presença do gado e o sistema de parentesco ligam essa civilização à dos povos de língua banto da Namíbia e do sul de Angola.

Quando chegaram à região, os portugueses encontraram dois grandes reinos na costa, os do Kongo e Loango, e outro no interior, o Reino tio do "Grande Makoko". As tradições registram que os dois primeiros se formaram pela fusão

gradativa de Estados menos importantes e que a dinastia de Kongo se origina no norte do rio, não muito longe da dinastia de Loango. Pode-se supor que esses reinos tenham nascido entre os séculos XIII e XIV. De acordo com O. Dapper, todos esses reinos se originaram nas regiões a norte do Lago Malebo, isto é, onde era o Reino dos tio. Essa afirmação é plausível, sobretudo porque a sucessão à chefia do Estado é bilateral entre os tio e os kongo, o que representa um caso único na África, quiçá no mundo. Segundo essa tradição, qualquer descendente de um dos reis anteriores poderia pretender o trono em igualdade de condições com todos os demais.

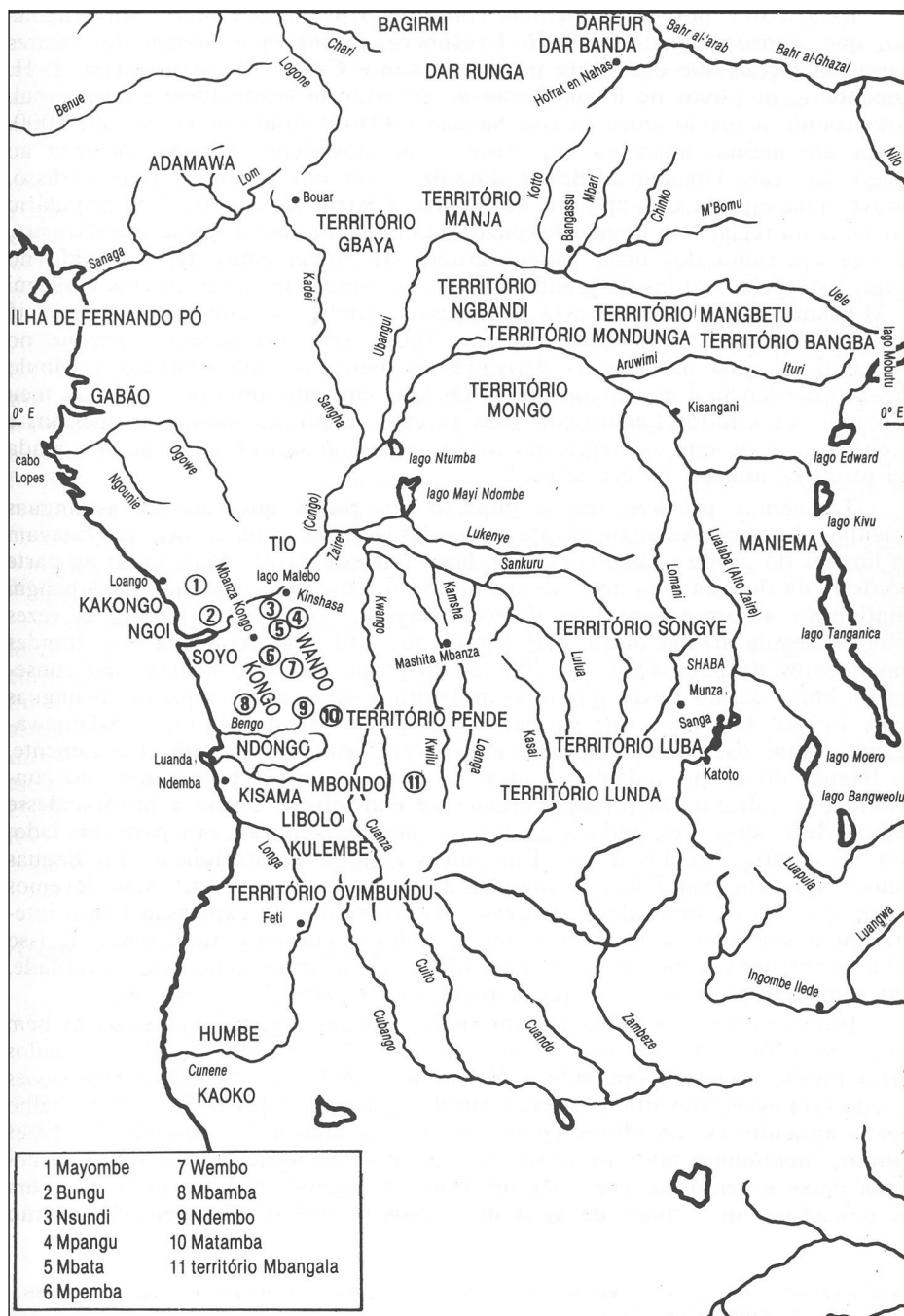
Se for verdadeira essa origem comum, então os primeiros Estados a norte e noroeste do Lago Malebo já deviam existir antes do século XIV – talvez até mesmo antes do ano 1000. É razoável supor que as civilizações dessa região tenham começado a adquirir caráter próprio no norte, na orla da floresta, ou já na floresta de Mayombe. Essas civilizações se adaptaram à savana e, nos planaltos bateke, até mesmo à estepe.

Por toda parte se encontra o culto dos espíritos (ligados à terra) e dos ancestrais, considerados, uns e outros, como deuses. O comércio parece ter-se desenvolvido cedo também nessa região, pois em 1483, quando chegaram os portugueses, já circulavam moedas. Existia uma aristocracia, e os trabalhos agrícolas eram efetuados por escravos.

O Kongo merece uma descrição mais longa por ser o mais conhecido da tradição. Nimi Lukeni fundou-o quando cruzou o rio, depois de deixar Bungu, no Mayombe, e foi conquistar a chefaria ambundu de Mbanza Kongo. Ali ele "dividiu" o poder, e conquistadores e nativos se misturaram, "os nobres com os nobres, a gente comum com a gente comum".

Segundo a "Descrição do reino de Congo e das suas terras circunvizinhas", de autoria de dois escritores do fim do século XVI, Filippo Pigafetta e Duarte Lopes, o reino dividia-se em seis províncias: Soyo, Mbamba, Nsundi, Mbangu, Mbata, e Mbemba, com a capital, no centro. Além disso, também dependiam diretamente do rei algumas chefarias.

O país era densamente povoado e possuía sólida estrutura administrativa. O *mani*, ou governador, residia em Banza, que era o nome dado à residência do chefe.

O rei do Kongo exercia grande autoridade, mas não um poder absoluto. Competia-lhe a nomeação dos governadores, excetuado o de Mbata. O rei era assistido por um corpo administrativo central, cujos membros ele podia demitir. Fora desse corpo ainda havia o senhor *kabunga,* que desempenhava as funções de sumo sacerdote e cujo antepassado fora senhor de terra na área da capital, antes de Nimi Lukeni.

Mapa da África Central, c. 1500. (J. Vansina.)

Conhecemos a capital do Kongo e a vida na corte no século XV, graças às descrições pormenorizadas de F. Pigafetta e D. Lopes. Situando-se quase no centro do reino, a capital era uma praça-forte, da qual "se pode enviar rapidamente socorro a qualquer região". Cidade bem construída, cercada de muralhas de pedra, Banza era também uma grande metrópole comercial, onde se encontravam as principais rotas comerciais provenientes da costa e do interior.

A produção era comercializada, e o Estado a controlava. Deve ter havido longo período de intenso desenvolvimento comercial. Não existia especialização em tempo integral em nenhuma atividade de artesanato e as duas especialidades mais prestigiadas – tecer a ráfia e fundir o ferro – reservavam-se à nobreza. As principais rotas de comércio levavam à capital: de Luanda; do baixo Zaire; do Lago Malebo; do Mbamba; finalmente, de Matamba.

A estratificação social é nítida. Existiam três ordens: a aristocracia, os homens livres e os escravos. A aristocracia formava uma casta, pois seus membros não podiam casar-se com plebeus. No interior das duas ordens livres, os casamentos serviam de instrumentos de aliança entre as famílias; parece que existiam casamentos preferenciais.

A África meridional: os povos e as formações sociais

A história da África meridional é dominada por dois problemas: em primeiro lugar, o das datas dos movimentos ou migrações dos povos; em segundo, o da natureza do poder, que implica a necessidade de definir suas estruturas, o que, por sua vez, remete-nos à origem dos reinos ou Estados.

O período entre 1000 e 1500 foi decisivo para a história da África meridional. Novos modos de vida difundiram-se após 1100. Os khoi-khoi tornaram-se criadores de gado e se espalharam por vasta área. A importância do gado também aumentou consideravelmente entre outros povos, provavelmente de língua banto. É nesse período, ou mesmo antes, que se deve procurar a origem das grandes tradições culturais tão características dos povos de língua banto dessa região, os sotho-tswana e os nguni. As mudanças influenciaram profundamente a vida nas comunidades de pescadores instaladas na costa, de pastores estabelecidos próximo do litoral do Cabo e de caçadores. Mas ainda nos faltam informações sobre esse período crucial.

As línguas banto da África meridional pertencem aos grupos venda, sotho, tsonga, nguni e inhambane. O método léxico-estatístico mostra que a língua shona, venda, tsonga, inhambane e sotho-nguni são ramificações de mesma importância do banto oriental.

Não se pode afirmar que os banto tenham levado técnicas agrícolas superiores ou ferramentas melhores a toda parte. No entanto, talvez novas técnicas tenham contribuído para o crescimento da produção e favorecido novas formas de sedentarização. Deve-se admitir que por um longo período houve interação entre as línguas shona, venda e tsonga na região entre o Zambeze e o Limpopo, o que poderia explicar o grande número de termos aparentados em nguni e sotho, e também a semelhança considerável das práticas sociais (herança patrilinear, circuncisão e poligamia). Todos os grupos, afora os nguni, têm totens correspondentes às linhagens ou clãs. Os historiadores concordam quanto às migrações banto na África meridional, mas não houve invasão, e sim infiltração de pequenos grupos.

A segunda Idade do Ferro, ou Idade Média do Ferro, ocorreu entre 1100 e 1600. Esse período é representado por aldeias descobertas na região de Olefantspoort, em Melville Koppies e em Platberg. As culturas datadas da Idade Média do Ferro são, com certeza, de comunidades de língua banto (1100-1600) e quase certamente, segundo R. J. Mason, de povos sotho-tswana. Exceto no caso do estilo Leopard's Kopje, ainda não foi possível encontrar nenhum sítio onde a passagem do início ao último período da Idade do Ferro Antiga apareça claramente. O único sítio em que é possível verificar a transição fica em Eiland, no Transvaal central.

A continuidade na região foi assegurada por mineradores e comerciantes, que eram também ceramistas, os "indígenas" das tradições orais, que os chamavam de *salang de shokane* e os pretendiam diferentes – talvez porque fossem de cultura tsonga – e bem inferiores a seus conquistadores, estes, ligados à tradição política venda. Parece que, entre 1100 e 1500, houve, nas planícies do Transvaal, estabelecimentos agrícolas que comerciavam uns com os outros e trocavam seus produtos artesanais. As minas de Phalaborwa eram fonte de objetos de ferro num raio de pelo menos 30km, e fonte de cobre em distâncias ainda maiores. É provável que parte desse cobre tenha alcançado o baixo Limpopo e, por via terrestre, a costa. Tzaneen fornecia sal à região, e, mais ao norte, o cobre extraído em Messina era comerciado em ampla área. R. T. K. Scully levantou a hipótese de que a sociedade tornara-se Estado graças ao desenvolvimento da indústria metalúrgica de Phalaborwa e ao comércio dela resultante. As chefarias da Planície do Transvaal, a princípio pequenas, tinham ainda de lutar com bandos de caçadores nômades e competir com chefarias vizinhas. Mas, no fim desse período, ou talvez no século XVII, a administração dos venda subjugou-as, unindo-as num só reino.

No triângulo ao norte do Rio Vaal, delimitado por Rustenburg, Klerksdorp e Johannesburgo, foram encontrados vestígios de um grupo de aldeias pertencentes à mesma tradição, numa escala de datas entre 1060 e 1610. As aldeias eram pequenas, compreendendo apenas de dez a vinte cabanas, ao menos nos três sítios estudados.

Há também sítios do tipo N (um tipo de construção em pedra) ao norte e ao sul do alto Vaal, até o Rio Wilger, a oeste, e até o Drakensberg, ao sul e a leste com fortes evidências da economia mista de agricultura e de criação de gado.

Os sítios de ocupação ao norte do Drakensberg mostram mudanças drásticas evidentes após 1100. O gado assumiu muito maior importância na economia em relação ao período anterior. O grau de organização local também cresceu. Os dados disponíveis correspondem à impressão geral transmitida pela tradição oral de que os Estados começaram a se constituir no século XVI. Se compararmos essa situação com a do *veld* (Phalaborwa), ou com a de Botsuana, as transformações ocorridas perto do Vaal são ainda mais espetaculares. Como se explica tal fato? É bem possível que a chave do enigma esteja em Botsuana, onde as pesquisas de J. R. Denbow levaram à descoberta de mais de 150 sítios datando de 800 a 1300. As escavações empreendidas em dois sítios mostram uma evolução local contínua da fase zhizo da cerâmica gokomere (Idade do Ferro Antiga) para os utensílios tautswe. A maioria dos sítios na Botsuana central (norte de Mahalapye) mostra uma pecuária intensiva. Os sítios de Botsuana mostram menos indícios de comércio com a costa da África Oriental após o ano 1000 da Era Cristã. Após 1300 aproximadamente, o número de sítios descobertos decresce rapidamente, talvez porque o clima tenha se tornado mais árido ou em virtude de um deslocamento da região de incidência da mosca tsé-tsé, que teria forçado a emigração dos habitantes com seu gado.

É muito tentador associar esse declínio populacional com o aparente crescimento demográfico que teria ocorrido no oeste do Transvaal ocidental e com as evidências de criação intensiva de gado. Contra essa hipótese pode-se argumentar que até agora não foi possível estabelecer qualquer ligação entre a cerâmica tautswe e aquela produzida nas margens do Vaal durante a Idade do Ferro Recente. No entanto, estilos mais recentes adotados ao longo do Vaal não devem necessariamente ser idênticos aos antigos estilos dos imigrantes. Uma nova expressão pode ter-se desenvolvido do contato entre o estilo indígena e o importado. Achamos que foi isto o que aconteceu. Mais tarde, uma mudança no meio ambiente natural ou humano (o desenvolvimento da organização política do Zimbábue) da Botsuana central levou à imigração em direção ao Vaal e ao aparecimento de modos de vida e de línguas característicos dos sotho-

-tswana. É provável que os povos que viviam parcial ou totalmente da criação de gado tenham se deslocado mais para o sul e para o leste e influenciado toda a população do sudeste e do sudoeste da África.

Os khoi-khoi deixaram marcas profundas nas línguas nguni ocidentais e orientais, assim como influência bastante acentuada sobre o zulu e o xhosa. Eles devem ter ocupado um território que avançava em Natal, pois até as línguas nguni orientais foram afetadas.

Os nguni começaram a se dedicar parcialmente à criação de gado, preferindo essa atividade à agricultura. Em matéria de criação de gado, a influência dos khoi-khoi foi bastante profunda, e os empréstimos de vocabulário indicam que eles aprenderam a tratar dos animais com povos menos numerosos. Do ponto de vista religioso, a influência khoi-khoi sobre os xhosa também foi marcante; L. W. Lanham o considera uma prova de que os khoi-khoi viviam em terras nguni, presença mais tarde confirmada nas regiões fronteiriças ocidentais pela sobrevivência de topônimos khoi-khoi. Fisicamente, os atuais Nguni são mestiços do tipo "negro" com o tipo "khoi-khoi". A miscigenação é bem pronunciada entre os xhosa e os tswana.

Se juntarmos os elementos linguísticos aos indícios biológicos, devemos concluir que, em dado momento, grande número de khoi-khoi viveu em Natal, ou que os nguni e os khoi-khoi tiveram contato íntimo mesmo antes de os nguni se instalarem em Natal, o que é menos provável. Parece então que os khoi-khoi tiveram papel importante e essa influência não se limitou aos nguni, mas se estendeu a grande parte da África do Sul e da Namíbia.

Do ponto de vista linguístico, o khoi-khoi pertence ao grupo tshu-khwe, da família de línguas khoisan, que inclui também várias línguas faladas pelos caçadores da Botsuana setentrional e mesmo uma língua falada na costa meridional de Angola. De fato, a língua khoi-khoi, dividida em dois ou três dialetos, era falada num território que, posteriormente, se estendeu do norte da Namíbia ao Cabo e, mais a leste, até o Rio Great Fish. Além disso, em determinado momento, deve ter chegado a Natal, como mostra sua influência sobre o nguni. R. Elphick observa que, consequentemente, o khoi-khoi era uma das línguas mais faladas na África, e que a homogeneidade linguística desse grupo parece indicar uma dispersão bastante recente e rápida a partir do berço dos tshu-khwe. Os khoi-khoi criavam gado de grande porte e ovelhas de cauda grossa, montavam bovinos e usavam bois para transportar seus bens e estacas para a construção de suas casas. Isso lhes dava grande mobilidade, característica que se ajusta à difusão de sua língua.

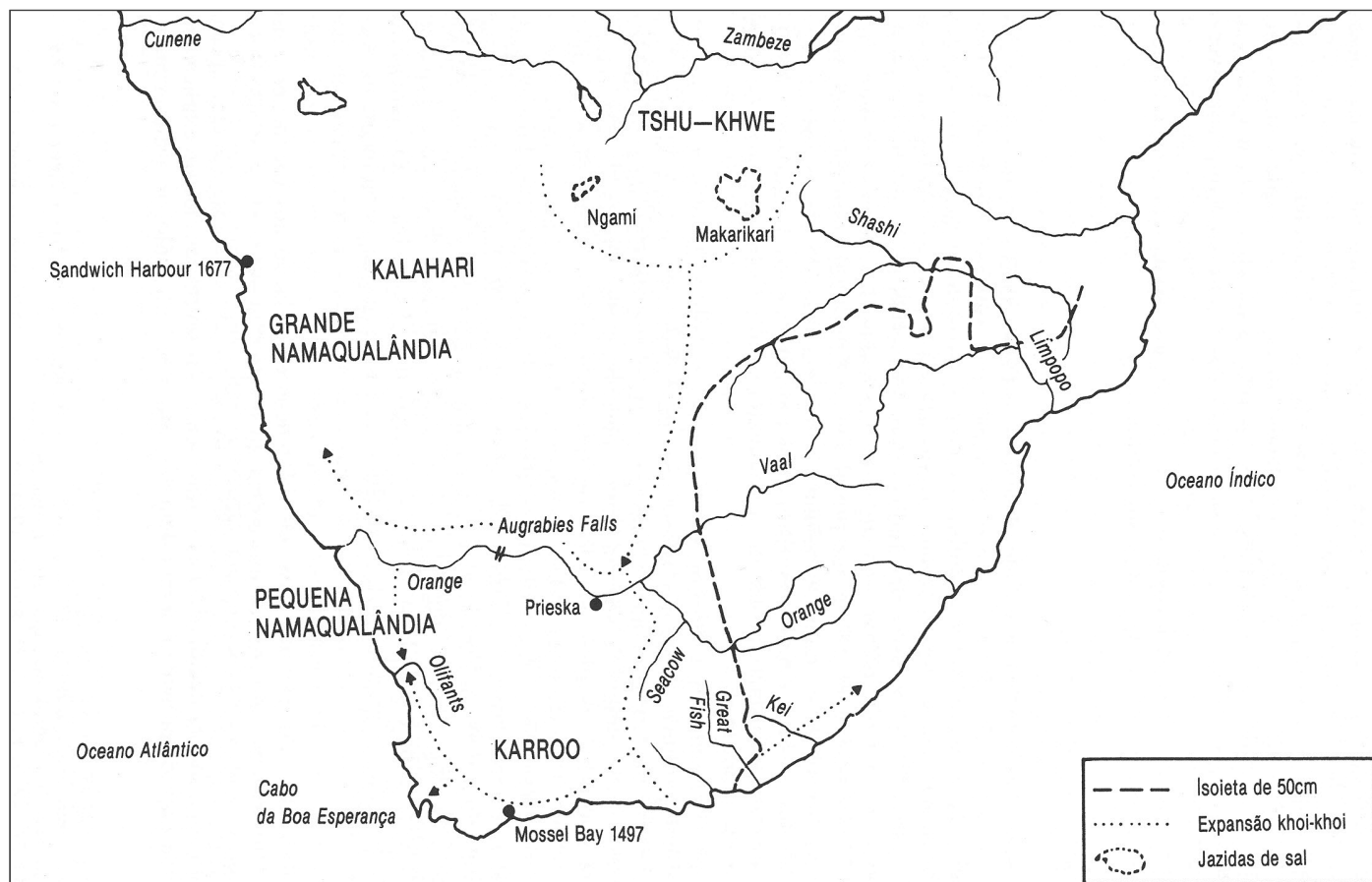
Todos os antropólogos aceitam atualmente que os khoi-khoi e os caçadores pertencem à mesma entidade somática, o que confirma as conclusões tiradas a partir da linguística. Os khoi-khoi pertencem à população de caçadores da África do Sul.

Constata-se a presença dos khoi-khoi no sul da Província do Cabo em 1488. Tendo em conta a homogeneidade de língua em tão grandes distâncias, R. Elphick estima que os khoi-khoi não tenham chegado muito tempo antes dessa data. Os ancestrais dos khoi-khoi conseguiram obter gado em grande quantidade no norte da Botsuana, e provavelmente desenvolveram a raça *afrikander*, aprenderam a forjar metais, mas não a fundi-los, e abandonaram parcialmente seu modo de vida baseado na caça e na coleta.

A expansão khoi-khoi afetou profundamente a vida de todos os habitantes da África meridional. Mencionamos seu impacto sobre os povos de língua banto em Natal e no Cabo oriental. A oeste, os khoi-khoi influenciaram os herero de forma também marcante. Parece que esses povos de línguas banto ocidentais encontraram os khoi-khoi no oeste de Botsuana, de onde também emigraram para a Namíbia, porém, mais ao norte que os khoi-khoi. Não é possível precisar quando isso aconteceu, mas não se pode descartar a hipótese de uma data anterior a 1500.

Politicamente, os khoi-khoi dividiam-se em grupos de clãs, e, às vezes, quando o número de cabeças de gado aumentava, formavam unidades políticas maiores, sob a liderança de chefes hereditários. Era frequente as relações entre as várias chefarias terem por base o tributo, pelo menos no século XVII, pois os khoi-khoi, do Cabo ao Kei, faziam parte de um único sistema de tributos. A organização política baseava-se na riqueza individual, enquanto o sistema de herança e o regime matrimonial só transmitiam parcialmente a riqueza de uma família para seus descendentes. Os pobres de determinado clã podiam unir-se para atacar um clã vizinho, apropriar-se do gado e melhorar sua situação. À medida que o gado crescia, fortalecia-se o sistema político, mas, se o número de animais se reduzisse, as tensões superavam os interesses comuns, os conflitos se multiplicavam e os chefes mais ricos tornavam-se as maiores vítimas dos ladrões, o que resultava na redução de sua riqueza e de sua autoridade no grupo de clãs.

A presença dos khoi-khoi teve consequências mais profundas entre os caçadores e criadores de ovelhas autóctones e entre os caçadores do litoral, porque todos viviam dos mesmos recursos, numa concorrência maior do que com os agricultores e criadores de gado. Com a chegada dos khoi-khoi, os criadores de ovelhas e possíveis criadores de gado bovino perderam seus rebanhos e voltaram a caçar, ou tornaram-se clientes dos khoi-khoi. Os grupos que viviam no *sourveld* também foram dominados por eles. No interior, os pastores e os caçadores competiam com sucesso variável e se miscigenavam em graus diversos.

O fato mais marcante do período que estudamos nesta parte foi, ao lado da difusão da língua banto, a expansão dos khoi-khoi na África meridional.

Mapa da expansão khoi-khoi. (J. Vansina.)

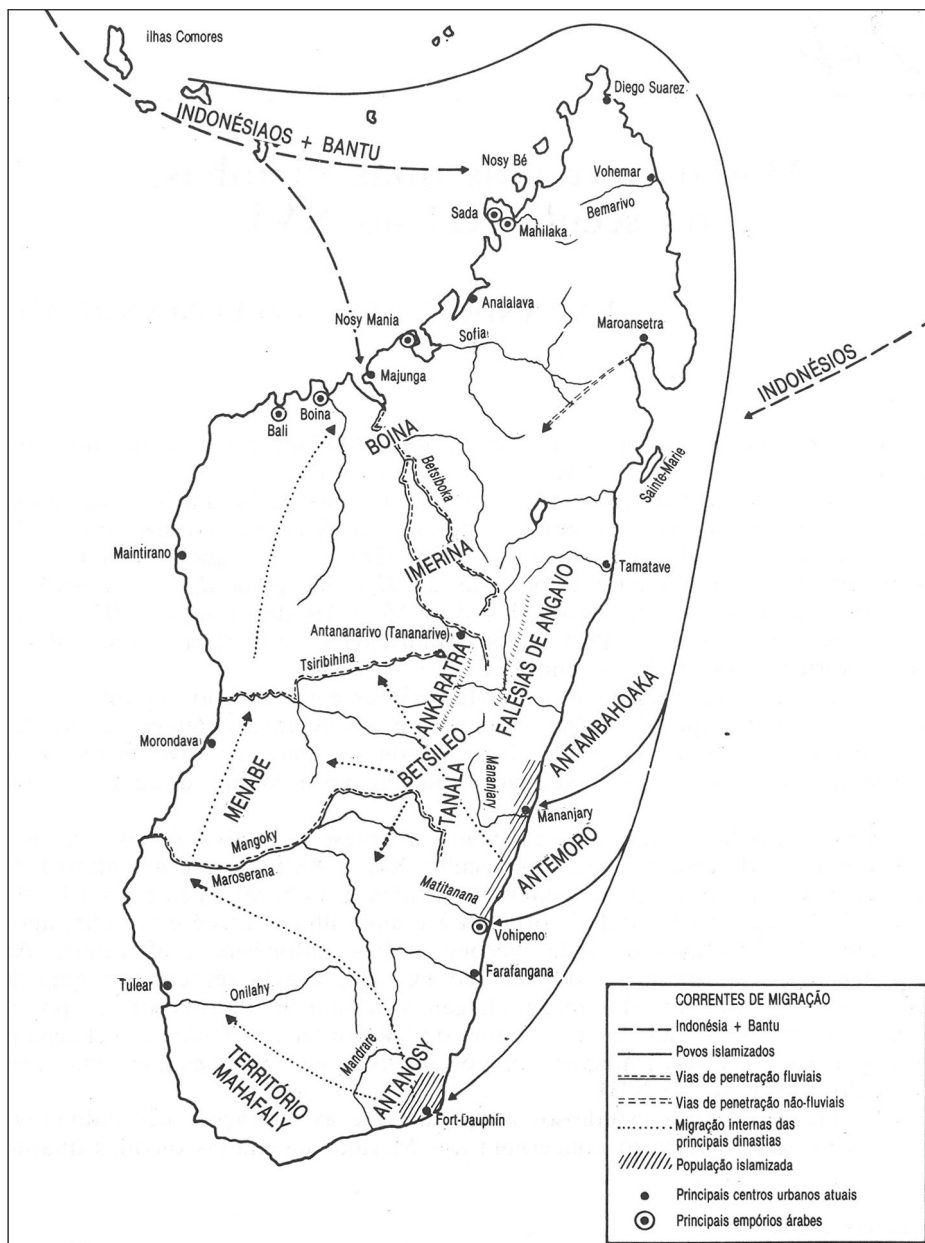
Madagáscar e as ilhas vizinhas, do século XII ao XVI

Os componentes essenciais da população de Madagáscar já se encontravam presentes no final do século XII, apesar de outras ondas migratórias terem se seguido entre os séculos XII e XVI. O povoamento de Madagáscar faz parte do vasto quadro de relações entre o sudeste da Ásia e a África através do Oceano Índico. Muitas questões ainda não foram resolvidas; a determinação das contribuições africana, árabe, hindu e indonésia para o povoamento e a cultura de Madagáscar, por exemplo, ainda provoca muitas discussões entre os pesquisadores. Tentaremos esclarecer a lenta e complexa interação étnica e cultural que, no início do século XVI, deu uma identidade original à grande ilha.

Parece certo que, após o século XII, Madagáscar ainda recebeu árabes, indonésios e africanos. As tradições orais de Imerina e de Betsileo evocam, a este respeito, as guerras que os reis teriam liderado contra as populações autóctones, designadas pelo nome de *vazimba*, vencidas e rechaçadas para o interior. Essas tradições comportam listas genealógicas que remontam ao século XIV e até ao XIII.

No entanto muitos estudiosos acreditam que as migrações neoindonésias dos séculos XIII e XIV só concernem aos merina; há muitas dúvidas quanto à existência dos *vazimba*, seus adversários de acordo com as tradições. De fato, para alguns, *vazimba* significa ancestrais; o termo serviria para designar, de forma vaga, as populações, sem dúvida negras, que precederam os indonésios nos planaltos.

Tudo leva a crer que o surgimento dos reinos é posterior ao século XII. Antes, podem ter existido aqui e ali clãs muito bem estruturados que constituíram as células de base dos reinos. O reino era a reunião desses clãs em grandes entidades fortemente hierarquizadas.

No entanto, é verdade que Raminia, fundador do reino islamizado do sudeste, e seus descendentes tiveram grande influência. Segundo P. Ottino, o fundador desse reino seria originário do sudoeste indiano. Ao estudar as dinastias do oeste aparentadas entre si (maroserana, andrevola), E. Fagereng atribui-lhes uma origem comum indo-árabe. As tradições dessas dinastias associam-nas a estrangeiros que desembarcaram numa época tardia na parte sul da ilha, e que teriam emigrado em seguida para o oeste.

Madagáscar. Mapa das vias de migrações e povoamento da ilha.

O entrelaçamento de migrações internas é ainda mais difícil de desembaraçar; parece que, uma vez na ilha, os recém-chegados continuaram a deslocar-se. Apesar de as entidades étnicas se terem mantido, a miscigenação é evidente, como testemunha a unidade cultural da ilha.

A chegada dos últimos imigrantes da Ásia pode ser situada entre os séculos XIII e XV. É provável que, no fim desse período, tenham desembarcado em pequenas ondas migratórias, espalhando-se na ilha ao longo de uma via marcada por sítios, hoje reconhecidos e estudados. Os relatos dos viajantes árabes do século XIII, e mesmo dos europeus no XVI, corroboram a hipótese de uma chegada tardia de imigrantes indonésios na costa leste.

Num país tão vasto era possível que grupos humanos dispersos vivessem isolados uns dos outros por bastante tempo, sem concorrência, enquanto nenhum deles manifestasse pretensões territoriais e políticas precisas. No entanto, gradativamente foram estabelecidos contatos e alianças matrimoniais entre os recém-chegados e os autóctones. Embora as tradições orais distingam claramente os merina, os betsileo e os sihanaka dos *vazimba*, em outros relatos passa-se, sem ruptura, de uma genealogia de reis ditos *vazimba* a uma de reis merina. Aceito a teoria de J.-C. Hébert, segundo a qual, os *vazimba* seriam simplesmente populações do interior com as quais os últimos chegados (os merina) e os sakalava estabeleceram relações jocosas *(ziva)*. Assim, *vazimba* poderia designar um conjunto de populações mestiças de negros e indonésios que ocupavam as terras montanhosas antes dos merina.

Os recém-chegados merina, betsileo e outros tornaram-se gradualmente os senhores do território e organizaram os reinos, que contaram com a contribuição econômica e cultural dos muçulmanos, os quais frequentavam, desde antes do século IX, Comores e Madagáscar. A influência árabe e muçulmana, ao mesmo tempo política, econômica e cultural, tornou-se muito forte na grande ilha e ilhas vizinhas, sobretudo nos séculos XII, XIII e XIV.

Com o desenvolvimento dos centros comerciais da costa da África Oriental e a expansão da cultura swahili, grupos de muçulmanos da costa da África Oriental começaram a frequentar Madagáscar e Comores. Um fluxo contínuo de intercâmbio desenvolveu-se, então, entre as duas margens do canal de Moçambique, mais tarde consolidado pelas "colônias" de populações muçulmanas que se instalaram nas Ilhas Comores e em certas regiões de Madagáscar. A atração exercida por Comores e Madagáscar foi bastante forte. Era cada vez maior o número de migrantes interessados no comércio do mundo swahili.

No entanto, apesar de haver poucas informações na documentação escrita, há motivos para crer que a influência africana foi grande. A arqueologia provou

que as cidades costeiras foram, na realidade, fundadas por africanos e não por árabes. Deve-se usar de cautela ao se falar na influência muçulmana, pois os árabes, nesse caso, não estariam necessariamente envolvidos. Não há nenhuma razão para não se admitir a existência de relações antigas entre as populações negras da ilha e as do continente.

Os empórios do noroeste malgaxe e de Comores apresentavam muitas semelhanças com as cidades da costa da África Oriental, tanto por sua configuração como pelo modo de vida de seus habitantes. Restos de fortificações comparáveis aos da costa da África Oriental foram descobertos no sítio de Mahilaka. As baías profundas que recortam o litoral noroeste da ilha, Ampasindava, Mahajamba e Boina, abrigam uma série de estabelecimentos comerciais (Mahilaka, Sada, Nosy Langany, Nosy Boina etc.), que mantinham relações estreitas com Comores e com a África e que participavam da cultura marítima swahili.

Apesar de Comores e, principalmente, da Ilha de Anjuan provavelmente terem recebido imigrantes indonésios e banto, estes foram submersos por ondas sucessivas de populações islamizadas, originárias da costa da África oriental. Procurando estabelecer o domínio político sobre as primeiras populações, os recém-chegados deram novo impulso a sua religião. As colônias de muçulmanos do noroeste de Madagáscar formaram o grupo dos antalaotse, preponderante economicamente, à semelhança de uma poderosa "burguesia" comercial organizada em verdadeiras cidades-Estado, dirigidas por chefes ao mesmo tempo políticos e religiosos.

Convém deixar claro que pouco sabemos da época dita *vazimba* além do que contam as tradições daqueles que rechaçaram as primeiras populações e lançaram as bases dos reinos. Entre os séculos XII e XV, à medida que os recém-chegados desembarcavam na ilha, integravam-se aos grupos existentes ou se organizavam segundo o modelo clássico dos autóctones. Desconhecemos o processo em que se deu a interação entre as etnias africanas e asiáticas; em compensação, os documentos escritos mostram os muçulmanos swahili instalando-se em Comores e na ilha, e mantendo contato com a costa swahili.

A agricultura é anterior ao período aqui estudado. Após o século XII, a cultura do arroz, do inhame, da banana e do cacau espalhou-se por toda a ilha. Os animais domésticos, bois e aves, eram de origem africana. À medida que a ilha se povoava, multiplicavam-se as aldeias e organizavam-se os clãs. A pesca era muito importante, e a piroga com flutuador lateral dava aos ilhéus um bom domínio do mar. A cultura do arroz era importante, constituindo a base da alimentação.

A cultura material das regiões do sul, do oeste e de uma parte do norte parece ter sido predominantemente africana. Segundo C. Ravoajanahary, a cultura do arroz em campos inundados é uma técnica indonésia, enquanto a criação de zebu e a cultura do inhame são tipicamente africanas. De acordo com esse autor, foram

as últimas ondas migratórias do século XIV que introduziram os modelos políticos e rituais que, a partir do século XV, favoreceram a formação dos primeiros reinos malgaxes, a princípio no sudeste, depois no sul, oeste e terras montanhosas. Pode-se supor que as estruturas de base já existissem no século XV: as famílias se agrupavam em clãs, por sua vez reunidos em aldeias mais ou menos autônomas.

Apesar de a origem árabe dos príncipes que nas Ilhas Comores substituíram os *fani* não ter, aparentemente, apresentado qualquer problema, a das dinastias conquistadoras malgaxes apresenta alguns. Muitas tradições evocam os laços de parentesco que uniam as dinastias do oeste e do sul (maroserana, sakalava e mahafaly, zafimanara da região do Androy) às do sudeste (os zafiraminia do Anosy). A área de estabelecimento de grupos arabizados aparece como o berço de grande número de dinastias malgaxes. A tradição mantém a lembrança de migrações leste-oeste a partir do território antemoro, por um lado (migração dos zafiramba tanala), e do Anosy, por outro (migração dos maroserana).

O estudo dos aspectos africanos da cultura malgaxe levou os historiadores a procurar no continente as origens de certas instituições fundamentais, como o culto de relíquias dos reis mortos (culto dos *dady* no território sakalava). A religião é uma simbiose de elementos africanos e indonésios, sem excluir a influência do Islã, que continuou preponderante, principalmente nas Ilhas Comores.

No panteão malgaxe, o primeiro lugar é ocupado pelo principal deus da Indonésia: Zanahary ou Andriananahary, nas regiões litorâneas, Andriananitra no interior. É a divindade mais poderosa, a que criou o mundo, formou a sociedade e concedeu os costumes. É a primeira divindade evocada nas preces, mas é um deus distante; para atingi-lo, os homens apelam para divindades secundárias ou gênios, da água e da floresta. O espírito dos ancestrais também é invocado; florestas, rochedos e árvores grandes podem ser lugares de culto. Além de oferendas, são feitos sacrifícios para as divindades. Entre as crenças, é preciso mencionar o feiticeiro, temido na sociedade.

Como na Indonésia, pratica-se em Madagáscar o funeral duplo; entre os betsileo, os que carregam o morto dançam como possuídos, caminhando para o túmulo em ziguezague. Todos os elementos que hoje podemos analisar remontam provavelmente a essa época de síntese entre os séculos XII e XVI.

Relações e intercâmbios entre as várias regiões

Entre 1100 e 1500, a África foi um parceiro privilegiado nas relações intercontinentais do Velho Mundo. Tanto através do Mediterrâneo como através do

Oceano Índico, um comércio intenso, mais frequentemente intermediado pelos muçulmanos, ligava a Europa e a Ásia ao continente africano. Vários tipos de comércio organizado no interior da África já existiam desde a pré-história.

Parece que no plano econômico e comercial a África estava em plena expansão nos séculos XIV e XV; mas os contatos com o Ocidente abertos pelo tráfico de escravos significaram a interrupção de um impulso vigoroso, que teria mudado o curso da história da África, caso o comércio se tivesse desenvolvido com mercadorias de fato. Grandes correntes de intercâmbios culturais atravessaram o continente em todas as direções, confundindo-se por vezes com as correntes de comércio. Não havia mais regiões isoladas, pois nem florestas nem desertos constituíam barreiras intransponíveis. O papel do Islã, tanto na difusão de ideias como no comércio, foi de extrema importância à época.

Entre 1100 e 1500, o Saara serviu como zona de passagem privilegiada, e pode-se dizer que esse período correspondeu à idade de ouro do comércio transaariano. Do Sahel à savana florestal, as vias terrestres e fluviais completavam o sistema transaariano. Pesquisas realizadas em Burkina Fasso e nas Repúblicas de Gana e da Nigéria sugerem que se desenvolveram relações comerciais entre a África ao sul do Saara e o Magrebe. A área em questão situa-se na savana, e há muitas evidências arqueológicas de que era bem frequentada.

Os nômades, senhores do deserto, foram muito beneficiados pelo comércio transaariano, pois as caravanas levavam-lhes cereais e tecidos em troca de carne, sal e água. As caravanas necessitavam de guias na imensidão do Saara; estes lhes eram fornecidos pelos nômades, que conheciam as rotas e eram pagos a preço de ouro.

No século X, o rei de Gana era, segundo Ibn Hawkal, o soberano mais rico da terra, pelas reservas de ouro. No Sudão, acumular ouro era uma antiga tradição, ao passo que em Gana o rei tinha o monopólio sobre as pepitas encontradas nas minas. No entanto os sudaneses sempre mantiveram os muçulmanos na mais completa ignorância quanto à localização das minas de ouro e à forma de explorá-las. Hoje está praticamente estabelecido que, além das conhecidas jazidas de Galam, Burem e Bambuku, o ouro das regiões pré-florestais e florestais alimentava o comércio setentrional daquela época. É sabido que o comércio de ouro do Mali foi muito importante na Idade Média.

O sal teve um papel preponderante no comércio transaariano, bem como no de outras regiões africanas. Muitos dirigentes da África Ocidental tentaram abaixar seu preço. Oficiais alfandegários controlavam as exportações e importações de sal. As minas de Teghazza supriam os mercados do Sudão ocidental; as regiões do Rio Senegal obtinham sal-gema em Awlil, mas a distribuição desse

sal dificilmente ultrapassava o interior da curva do Níger. Grande parte da renda da coroa provinha da taxação do sal, e isso se manteve no século XIV.

O sal servia de moeda comercial para os sudaneses, assim como o ouro e a prata. Cortavam-no em pedaços para negociá-lo e era muito caro no Sudão. O sal-gema cortado em pedaços pequenos servia de brinde ou dinheiro miúdo para os comerciantes itinerantes. Da mesma forma, as nozes-de-cola provenientes da floresta serviam de moeda nos mercados das aldeias. Começa a parecer provável que os povos da floresta obtivessem sal por outros meios, como, por exemplo, pela queima de plantas salíferas. O sal também vinha da costa, embora em pequena quantidade.

O cobre também era artigo importante no comércio da África Ocidental e de outras partes do continente. Pesquisas de anos recentes começam a revelar as formas mais antigas do comércio do cobre na África Ocidental. A possessão de uma mina de cobre no século XIV ainda tinha grande significado econômico.

O relato de viagem de Ibn Battūta, que passou muitos meses em Niani, dá a impressão de que as cidades do Sahel e do Saara eram organizadas para servir ao mesmo tempo de pontos de parada e de centros comerciais. É o caso de Teghazza e de Takedda, principais centros comerciais do cobre. As barras de cobre eram utilizadas na região como moeda para a aquisição de madeira, carne, sorgo, manteiga e trigo. Ibn Battūta também diz que o povo de Takedda não tinha "outra ocupação além do comércio". Essa gente todo ano viajava para o Egito, de onde importava todos os tipos de finos tecidos e outros artigos.

De Takedda, Ibn Battūta partiu para Tuat numa grande caravana, com cerca de 600 mulheres escravas. Esse é um dado muito revelador, pois nos informa quantos escravos uma caravana podia transferir do Sudão para o Magrebe, e também que o objetivo do tráfico de escravos era fornecer empregados domésticos, às vezes bem especializados em algumas atividades, para a aristocracia árabo-berbere. Os soberanos sudaneses também importavam escravos, sobretudo do Cairo, para formar sua guarda pessoal.

No período ora estudado, a exportação de escravos para os países árabes não constituía uma hemorragia, pois o que mais interessava aos árabes no Sudão era o ouro, cuja necessidade para cunhagem se fazia urgente ao redor do Mediterrâneo. O tráfico transaariano de escravos, se foi permanente do século VIII ao XVI, nunca ultrapassou certo limite. Para alimentar esse comércio, os soberanos guerreavam com o sul, preferindo poupar as reservas disponíveis em seus Estados.

Os árabo-berberes não só procuravam ouro, como também marfim. As presas de elefantes africanos eram muito valorizadas na Arábia e na Índia. O Sudão também vendia peles, ônix, couro e cereais para os oásis do Saara.

Nas cidades do Magrebe, bem como em Ghadames e no Egito, havia dinastias de comerciantes ricos, verdadeiros "armadores", que carregavam as caravanas transaarianas. É bem provável que o papel das comunidades judaicas nesse comércio tenha sido muito importante. A pesquisa de T. Lewicki revelou a participação dos judeus de Tuat já desde os séculos VIII e IX.

No século XV, com a ofensiva da Reconquista, os cristãos estabeleceram-se no Magrebe. Muitos comerciantes italianos foram atraídos para o Sudão, pois sua riqueza em ouro tornara-se lendária. Mas o contato direto entre a Europa e o Sudão deu-se pelo Atlântico, no século XV, com os navegadores portugueses.

Como resultado do comércio transaariano, muitos árabo-berberes se estabeleceram nas cidades do Sudão: Walata, Niani, Tombuctu e Gao, entre outras; a maioria dessas cidades tinha um bairro árabe. Os casamentos criavam laços de parentesco. Os historiadores ainda discutem se foi pelo contato com os árabo-berberes que se introduziu a filiação patrilinear no Sudão.

A islamização da África negra nesse período não se deu pela violência, mas pacificamente, pela influência dos comerciantes árabo-berberes, os wangara e os haussa. Além do episódio belicoso dos almorávidas, houve poucas guerras com o objetivo de propagar o islamismo. A nova religião levava em conta as antigas práticas das sociedades tradicionais. Em virtude da tolerância tradicional dos negros, podiam orar até nas aldeias pagãs.

Na cidade, o árabe tornou-se a língua dos letrados e cortesãos. Nasceu uma literatura africana de expressão árabe, que floresceu na curva do Níger, principalmente no século XVI, sob os *askiyas.* Do século XIV ao XVI, houve intercâmbios constantes entre as Universidades do Sudão e do Magrebe. No século XIV, porém, o Cairo foi o grande centro de atração para os sudaneses; situado na rota de peregrinação, tinha muitos habitantes negros.

Os soberanos do Sudão rodeavam-se de juristas e conselheiros árabes, que, em sua maioria, seguiam o culto maliquita. O papel cultural e econômico dos muçulmanos foi mais notável no sul do Saara.

O Sudão central e os países da bacia do Lago Chade também estabeleceram relações ativas com o Magrebe, a Líbia e o Egito. Durante o período que estudamos, nessa região encontravam-se grandes conglomerados políticos, como o Reino do kanem-bornu, enquanto as cidades haussa conduziam um comércio florescente entre o Lago Chade e o Níger.

No século XIV, a política dos soberanos do Kanem era de abertura para o norte. Havia muitas rotas importantes do Chade para o norte. A primeira era a do Kanem para o Egito; a segunda rota, procedente do lago, passava por Bilma, indo para leste através do Tibesti, onde se exploravam pedras preciosas

no século XV, para alcançar Aswan e finalmente o Cairo. A terceira rota saía do Kanem para Ghāt e Ghadames; dali, um ramo ia para Túnis e outro para Trípoli. Essas rotas eram tão frequentadas quanto as ocidentais. Foram mais movimentadas nos séculos XV e XVI com a ascensão das cidades haussa e do Bornu, mas, quando grupos árabes se estabeleceram no Darfūr para iniciar o tráfico de escravos, as relações comerciais deterioraram-se.

Nas regiões entre o Níger e o Lago Chade e nos arredores do lago, os principais itens de exportação eram o couro, os escravos e as presas de elefante. Os haussa foram os animadores do comércio no Sudão central, onde atuavam como intermediários entre a savana e a floresta, como os manden no oeste. É bem possível que os haussa muito cedo tenham estabelecido relações comerciais com os reinos e cidades do delta do Níger: Oyo, Ife, Benin e até Igbo-Ikwu; cada vez mais pesquisadores acreditam que grande parte do cobre usado tanto em Ife como em Igbo-Ikwu vinha do Sahel (Takedda). Em todo caso, os haussa estavam envolvidos no comércio de longa distância nessas regiões. Zaria, a cidade mais meridional, era a cabeça de ponte em direção às regiões florestais.

Até há pouco tempo, a floresta era considerada meio hostil para todas as formas de estabelecimento humano; particularmente densa, a floresta equatorial era descrita como uma barreira semelhante ao Saara, senão mais hostil. Agora se sabe que a floresta não deteve nem os povos em migração nem as técnicas e ideias.

Rotas comerciais atravessavam a floresta em todas as direções; torna-se cada vez mais claro pelas pesquisas arqueológicas, linguísticas e antropológicas que, no passado, a savana e a floresta complementavam-se. Os povos da floresta designam os manden (mandingo) como jula (Costa do Marfim) ou wangara (Gana), os dois termos significando *comerciante*. As rotas de nozes-de-cola eram salpicadas de cidades, habitadas parcial ou totalmente por jula ou haussa. É muito provável que os mandingo já tivessem estabelecido contato com os povos da floresta antes do século XIV. Os reinos de Kongo e de Begho, localizados na savana arborizada, eram postos avançados dos mercados de nozes-de-cola e de ouro das regiões florestais. A floresta é descontínua ao redor do Golfo da Guiné; nas Repúblicas de Gana e da Nigéria amplas clareiras se abrem em toda a sua extensão, do norte ao Oceano Atlântico. Nessas áreas, os contatos com o Sudão eram mais fáceis e mais constantes. Os comerciantes wangara e haussa tinham alcançado, já nessa época, o território ashanti e também o yoruba, passando pelo Bono Manso.

Estamos diante de um comércio muito antigo entre a savana e a floresta. A floresta, portanto, não constituiu barreira, mas atuou como filtro das correntes econômicas, ideias e técnicas. Nota-se também, pelo estudo das tradições orais, que muitos povos da floresta eram originários da savana; as correntes de comér-

cio têm antiguidade remota. Muitos povos da savana reconheciam a superioridade, senão a profundidade, do conhecimento das populações florestais no campo da farmacopeia e no da arte esotérica da linguagem dos tambores.

Quanto à África Oriental e Central numerosas questões se colocam para as pesquisas. Até agora, fora do Zimbábue, poucos traços foram encontrados dos artigos de luxo que chegavam aos portos do Oceano Índico. Pelo menos, podem-se distinguir nitidamente algumas correntes comerciais pelo interior, da Etiópia ao Zambeze. Um exemplo é o do comércio do sal. Todos os tipos de produção, de Idjil a Bilma, de Taudeni ao Air, competiam para suprir a África de sal. O sal de Danakil era um dos produtos das exportações axumitas desde os séculos III e IV da Era Cristã; é muito improvável que não o fosse nos séculos seguintes. Embora a produção desse sal provavelmente nunca tenha adquirido maiores proporções, é bem possível que o produto tenha sido distribuído ao menos pelas regiões vizinhas durante os séculos que nos concernem.

As informações são maiores sobre a mineração de sal no sul da República Unida da Tanzânia. As minas de sal de Uvinza no sudeste do país, ainda hoje exploradas, estendem-se por mais de 15km. A primeira pesquisa arqueológica revelou que em Uvinza havia intensa atividade de preparação e comercialização do sal antes de 1500. Foram encontrados recipientes onde se produzia sal por evaporação, através da fervura. A datação por carbono 14 indica que a mineração começou por volta do século V ou VI da Era Cristã e que teve continuidade. Em Ivuna, na mesma área, é certo que o sal foi produzido do século XIII ao século XV.

A densa floresta equatorial não impediu as relações entre as savanas setentrionais e meridionais, principalmente onde as mudanças climáticas e o trabalho do homem abriram grandes brechas. Os povos migravam em todas as direções sem que a floresta impedisse esses movimentos.

Nas regiões florestais, os rios constituíam eixos de circulação permanente; apesar de cada grande setor ser controlado por grupos étnicos coesos e dominadores, as vias fluviais contribuíram, em grande parte graças aos pescadores, para a difusão de técnicas e ideias.

Hoje sabemos com certeza que a exploração do cobre em algumas regiões da África meridional começou nos primeiros séculos da Era Cristã. O metal era extraído principalmente de sítios de Shaba, no noroeste da atual República de Zâmbia, no Planalto central do Zimbábue e, em menor escala, no alto Limpopo. As descobertas arqueológicas e as datações obtidas nos últimos anos não deixam dúvidas a respeito do comércio de longa distância de barras, cruzetas ou ligas de cobre.

Há numerosas evidências de que, por muito tempo, o cobre também foi bastante apreciado pelos africanos. Era usado como joia e o uso comum do cobre e de suas ligas como marca de prestígio político em várias regiões do continente é, provavelmente, muito antigo. Não se pode também descartar a ideia de que as cruzetas de cobre podem ter servido de moeda na África meridional.

Ao sul da floresta equatorial, na savana arborizada, as riquezas minerais de Shaba provavelmente atraíram inúmeros povos. Não há dúvida de que foi ali que se desenvolveu a técnica de trabalhar metais ferrosos e não ferrosos. Como consequência, o comércio de longa distância expandiu-se rapidamente naquela região. Os reinos luba e o Império lunda floresceram na área de Shaba antes de 1500. Estudos sobre as línguas e as migrações de populações, a análise dos mitos de origem e do sistema de parentesco, já possibilitam ter ideia dos problemas socioculturais da região. Parece cada vez mais claro que os homens viajavam em todas as direções, tanto na floresta como na savana. Essa pesquisa revela que Shaba foi um polo cultural de onde partiram vastas correntes de intercâmbio; a influência luba se fez sentir até nas províncias do Zambeze.

Já no século X, escritos árabes mostram que os muçulmanos tinham conhecimento do ouro da África meridional, que então era explorado e provavelmente exportado. A arqueologia confirma e esclarece as fontes escritas. A mineração parece ter começado por volta do século VII, imediatamente ao sul do Zambeze, no Vale do Mazoe, e ter-se expandido entre os séculos IX e XI por todo o planalto, de onde alcançou a região do Limpopo somente no século XV. De acordo com R. Summers, a maior parte das exportações ia para a costa através do Vale do Sabi em direção a Sofala; mas os dois outros eixos desse comércio passavam pelo Zambeze e pelo Limpopo. Muitos outros historiadores acreditam que a prosperidade do Zimbábue nos séculos XIV e XV pode ser explicada pela concentração do comércio no Sabi nas mãos de uma minoria rica.

Os navegantes muçulmanos praticavam a cabotagem até Sofala já nessa época; ela só foi interrompida com a chegada dos portugueses, apesar de as rivalidades entre as cidades costeiras terem-na tornado talvez mais difícil. A cabotagem, que chegava a Áden, gerou correntes de exportação dos produtos do interior da África para os mundos muçulmanos, indiano e chinês e criou estaleiros, sobre os quais não sabemos praticamente nada.

Apesar de a extensão do comércio do ouro no século XI ser discutível, ninguém questiona sua importância nos séculos XIII e XIV. Nos séculos XIV e XV, o ouro teve papel predominante entre as mercadorias exportadas do planalto dos shona e entre os produtos vendidos para a aristocracia governante do Zimbábue.

No entanto, atualmente a maioria dos historiadores concorda com que o ouro não era a fonte da riqueza do Zimbábue e que provavelmente se deveria pensar antes no desenvolvimento da criação de gado no planalto ervoso e não infestado pela mosca tsé-tsé.

Elementos recolhidos aqui e ali provam que as civilizações da África meridonal estiveram interligadas e apresentam uma unidade incontestável. A leste, o Vale do Zambeze foi a via de penetração das influências do norte, inclusive as dos banto. Nos reinos que se expandiram nas savanas meridionais, o trabalho e o comércio dos metais tiveram papel primordial. Ao sul do Zambeze, podem-se distinguir duas áreas de intensa atividade cultural: o Planalto Zimbábue e, bem mais ao sul, o Planalto do Lughveld.

Um outro aspecto do comércio interafricano vem assumindo grande importância nos últimos anos. P. Vérin foi o primeiro a insistir nas relações frequentes entre Madagáscar, as Ilhas Comores e a costa oriental do continente. Sugeriu que, se a partir da costa numerosas influências ganharam as ilhas, alguns produtos, como os objetos malgaxes talhados em cloritoxisto, podem muito bem ter se difundido ao longo da costa até Kilwa. Se se confirmarem as intuições e hipóteses de P. Vérin em futuras pesquisas será preciso reavaliar seriamente o que com frequência se tem dito dos limites meridionais das zonas de navegação africana e árabe no Oceano Índico.

A África nas relações intercontinentais

É difícil dizer o que os africanos, no interior do continente, pensavam de si mesmos, nos quatro séculos que vão de 1100 a 1500, à luz de seus referentes culturais, em constante mudança, e de suas tradições seculares. Começa-se a discernir quais transformações as sucessivas aculturações provocaram do ponto de vista da percepção do espaço na África. Hoje podemos afirmar com segurança que os wangara tinham uma ideia razoável da geografia do mundo muçulmano, e talvez até mesmo de todo o mundo conhecido na época.

Graças às peregrinações de seus soberanos, vários povos da região sudanesa tinham conhecimento preciso do Magrebe, do Egito e até da própria Arábia, desde o século XIII. A existência de embaixadores negros residentes no Cairo por volta do final do século XV sugere uma forte presença de sudaneses naquela cidade. Às margens do Oceano Índico, os zandj e os swahili deviam conhecer muito bem o mundo árabe oriental, a Índia e talvez mesmo a distante China. É bastante provável que comerciantes negros do Sudão e da África Oriental fossem em missões comerciais

até as cidades e províncias árabes. Ensinava-se geografia nas escolas de Tombuctu, e sem a menor dúvida os manuais de base eram os mesmos utilizados no Cairo.

Por enquanto, temos mais informações sobre a maneira pela qual as culturas periféricas (o mundo muçulmano, tanto africano quanto não africano, e os mundos asiático, bizantino e ocidental) conheciam e "viam" o continente africano.

Os muçulmanos conheciam a África. Mas, no século XIV, sua tradição cultural ainda refletia ideias antiquadas e conhecimento incompleto. Essa visão escolástica contrastava com o processo de descobrimento do continente que, já ativo no século XI, desenvolveu-se notavelmente durante o XIV.

Os muçulmanos, senhores do comércio entre a Ásia e a Europa simplesmente em razão de sua esfera de influência político-econômica, também puseram a economia saheliana em estreito contato com o sistema mundial de trocas. Tanto direta como indiretamente, a África setentrional obteve importantes recursos – especialmente ouro – das regiões meridionais. Esse processo se desenvolveu vagarosamente, do século VII ao X, tornando-se mais rápido nos séculos XI e XII. As rotas meridionais ou "oblíquas" agora estavam ligadas às principais artérias do comércio muçulmano. Envolviam a África Ocidental à época dos impérios do Mali e de Gana; mas também o Air, o Chade, o Darfūr e o curso médio do Nilo. Na região saheliana, no norte, a partir do século XI, organizaram-se Estados em cada ponto de convergência das estradas que vinham do sul, entrando cada um deles em competição com os vizinhos. A partir do século XII, os Estados cristãos começaram a tirar vantagens dessa concorrência e do enfraquecimento político e militar que ela acarretava. O espaço muçulmano e seus anexos meridionais então se viram ligados a uma área muito mais vasta, em plena expansão econômica – os países do Mediterrâneo ocidental – e, mais tarde, à Europa como um todo. Os mais notáveis efeitos dessa "revolução" foram sentidos do século XIII até o XV. O Mali e o Songhai organizaram minucioso sistema de controle das exportações e de taxação sobre os bens importados. Ademais, a diversificação das rotas de exportação e dos clientes, sistematicamente procurados pelos *mansa* do Mali e pelos soberanos de Gao, certamente contribuiu para desenvolver todo tipo de relações entre o Sahel e seus parceiros rivais do norte do continente. Essa situação nova teve repercussões profundas e cada vez maiores nas relações entre a África setentrional e a tropical, assim como na condição interna dos reinos muçulmanos do norte.

A pressão militar e comercial dos europeus cristãos ampliava-se. A multiplicação de empórios ou feitorias, mais ou menos isolados do seu contexto magrebino e em permanente rivalidade entre si, mostra a importância que a Europa atribuía a seu comércio com a África. Desde essa época, a África, até a

faixa da floresta, passou a fazer parte do espaço de exploração econômica do sul pelo norte. Somente o Egito conseguiu controlar o comércio europeu em seus portos, de tal modo que suas sucessivas dinastias dele tiraram diversas vantagens.

Concorrentes ferozes, os europeus não aplicaram os mesmos métodos no seu comércio com a África. Todos procuravam obter a balança comercial que lhes fosse mais vantajosa, mas suas possibilidades econômicas e estratégicas eram bastante variadas. Assim, durante muitos anos o Egito e a bacia oriental do Mediterrâneo, como pontos terminais das rotas comerciais asiáticas e médio-orientais, interessavam os venezianos mais do que a África propriamente dita. No século XIV, a África magrebina e a bacia oriental do Mediterrâneo tinham grande importância para os genoveses. A conquista otomana, porém, expulsou-os dessa última região, e eles passaram a se apoiar inteiramente no comércio com a África setentrional. Foram os espanhóis – muçulmanos ou cristãos – os primeiros a fornecer grandes volumes de açúcar. Isso os induziu a uma aproximação com os genoveses, que mais tarde se associaram estreitamente à política portuguesa dos descobrimentos, introduzindo o plantio de cana-de-açúcar nas ilhas atlânticas ocupadas pelos portugueses e comerciando o açúcar produzido nas ilhas da Madeira e Canárias. Essa política dos genoveses fez os italianos irromperem no Estreito de Gibraltar e no Atlântico, despertando seu interesse pelas novas técnicas de construção naval, e levou-os a uma participação mais ou menos direta na exploração marítima. Esses fatos explicam todos os mecanismos da futura expansão portuguesa no Atlântico e prefiguram as consequências que tal expansão teve para a África. Os catalães, últimos a entrar em cena, limitaram-se a multiplicar as pequenas operações, com baixo rendimento. Outros portos e países ocidentais se esgotaram tentando seguir esses exemplos.

Foram o ouro e os escravos arrancados do seio africano que tornaram a presença da África bastante evidente na economia mediterrânea. Do século IX ao XII, o ouro africano contribuiu sobremaneira para a excelência das cunhagens fatímida, omíada, almorávida, almóada e haféssida. Continuou a afluir para o norte da África, com algumas variações até o final do século XV. Mas fatos novos vieram pouco a pouco modificar essa situação em proveito dos europeus. Pelo final do século X, os cristãos espanhóis tinham começado a obter ouro do sul; a partir do século XIII, os lucros se acumularam. Uma ativa classe de comerciantes surgiu nos principais portos cristãos do Mediterrâneo e em algumas grandes cidades, como Milão e Florença. O poder desses "capitalistas", que aumentou graças à organização de sociedades de negócios, capacitou-os a empreender a construção naval em larga escala e a armar frotas de tonelagem cada vez maior.

Desde o século VII, as incursões em território inimigo e a captura de escravos constituíram um dos traços constantes das relações belicosas entre muçulmanos e cristãos. Nos séculos X e XI, tal "mercado" foi particularmente favorável aos muçulmanos da Espanha. A tendência reverteu-se, a contar do século XII, à medida que aumentou a pressão militar e naval dos cristãos sobre os muçulmanos. Esse desequilíbrio deixou os cristãos com um número crescente de escravos a empregar ou vender, que incluía não apenas magrebinos, mas também negros da África setentrional ou mesmo de regiões mais ao sul. Sabemos, com certeza, que escravos "sudaneses" ou núbios eram importados por todos os países da África setentrional. Isso já é bem conhecido no tocante ao Egito, porém menos, por enquanto, no que se refere à África Ocidental. Não há dúvida de que os primeiros contatos entre cristãos e negros ocorreram por intermédio do mundo muçulmano. Durante os séculos XIV e XV, esse tráfico esteve basicamente em mãos dos mercadores cristãos. Os catalães eram mestres em tal comércio; desde o século XIV os mercadores do norte da Espanha enviavam escravos negros para o Roussillon. No século XV, a bacia ocidental do Mediterrâneo e Veneza, em menor medida, aumentaram suas importações de mão de obra negra, e a Cirenaica desempenhou papel essencial nesse tráfico, pelo menos de 1440 a 1470. Na segunda metade do século, 83% dos escravos que viviam em Nápoles eram negros. Também havia muitos negros na Sicília.

Um fato importante foi o surgimento, no mercado mediterrâneo, de negros da Guiné. A competição entre os europeus então se acirrava. Já em 1472 as cortes portuguesas requeriam do rei que a reexportação de escravos fosse estritamente fiscalizada; essa nova mão de obra devia servir prioritariamente ao desenvolvimento agrícola de Portugal e das ilhas sob seu controle. Mas isso seria desconhecer o espírito de empreendimento dos italianos e dos catalães. Os genoveses e os catalães reexportavam e revendiam essa força de trabalho. O mercado escravo de Valência esteve bem suprido a partir de 1494.

As consequências de tal afluxo foram muito sérias. A primeira delas foi a queda nos preços: os escravos negros passaram a ser vendidos aos preços mais baixos, e sua sorte foi descrita como a mais miserável de todas. Tornou-se habitual considerar o trabalho dos negros, árduo e confiável, como particularmente adequado para as tarefas agrícolas mais pesadas.

No século XV, o crescimento econômico que a África conhecera no século anterior foi comprometido pelos graves acontecimentos que se sucediam na sua periferia. A luta pelo controle do Oceano Índico e a expansão otomana estiveram entre os fatores de ruptura do antigo equilíbrio. A expansão europeia rumo ao Atlântico viria a constituir outro fator, com ainda mais graves consequências

para a África, responsável pela brutal interrupção, por séculos a fio, do crescimento que se iniciara no século XIV.

A conquista do "Mediterrâneo atlântico" pelos europeus não se deveu a uma superioridade técnica destes. Hoje se tornaram evidentes as razões por que os cristãos se estabeleceram tão rapidamente no "Mediterrâneo atlântico". A busca de ouro pode ter sido um fator importante, mas fica evidente que muito mais determinante foi a expectativa de se obter uma produção em larga escala de certas colheitas úteis – trigo, uvas e cana-de-açúcar – nas ilhas do Atlântico. Madeira, as Ilhas Canárias e por certo tempo os Açores, antes de ocorrer a expansão ao sul do Cabo Bojador, foram tomados pelos canaviais. Já no século XIII, o Marrocos exportava açúcar para Flandres, bem como para Veneza. Os esforços marroquinos para garantir ao Marrocos um lugar significativo no concorrido comércio açucareiro deram-se um pouco tarde, quando, sob a pressão dos genoveses, pesados investimentos já haviam induzido um notável aumento da oferta de açúcar nas ilhas. Essa expansão ocorreu poucas décadas antes do desenvolvimento da produção açucareira americana, no século XVI. A exportação da mão de obra africana esteve diretamente vinculada a esse esforço.

Descoberto pela primeira vez na totalidade de sua conformação periférica, o continente em si mereceu pouca atenção de seus descobridores. Os portugueses, desapontados por encontrar tão pouco ouro, rapidamente reduziram a África ao papel de fornecedora de mão de obra. Assim, uma vez rompido o isolamento secular da costa oeste, começou a exportação para a América de parte considerável da população africana. As perspectivas econômicas do Novo Mundo pareciam infinitas; a Ásia, a que finalmente os europeus atingiram desviando-se do Islã, agora fornecia especiarias, pedras preciosas, tecidos e porcelana. A América e a Ásia eclipsaram o continente negro nas preocupações dos brancos.

Logo que conseguiram o firme controle das feitorias das costas do Marrocos, de onde importavam tecidos, cavalos e ouro, os portugueses contornaram o Cabo Bojador, em 1434. Levaram nove anos até dominar as técnicas de retorno pelos Açores; em 1443, a expansão ao longo das costas africanas tornou-se possível; 54 anos mais tarde atingiram o sul do continente, e ao se completarem 60 anos navegavam regularmente o Oceano Índico.

Conclusão

Este tópico se encerra com o início da preponderância e expansão dos europeus. Os séculos XV e XVI constituem um período de mudança total, não

somente na história do continente negro, mas também na história geral de nosso planeta. Na verdade, iniciava-se nova era para a humanidade: a caravela leve com suas velas manejáveis, a pólvora de canhão e a bússola proporcionaram à Europa o controle do mar e de todo o sistema comercial do mundo.

Os portos do Mediterrâneo caíram em letargia, apesar do imenso esforço dos comerciantes italianos, principalmente genoveses. Mas foram os espanhóis e os portugueses que encontraram as rotas marítimas para as Américas, o Sudão e as Índias. Com a circunavegação, os muçulmanos, que até então haviam desempenhado papel preponderante, cederam lugar aos cristãos da Espanha e de Portugal.

Durante o período que vai do século XII ao XVI, a África teve papel preponderante na economia mundial; a descoberta da América por Cristóvão Colombo, em 1492, revelou novas fontes de ouro e prata aos europeus; as minas do Peru e do México logo superaram as do Burem, no Bambuku, do Ngalam e de Mwene Mutapa no fornecimento de metais preciosos. Três características principais marcaram a história da África no período que acabamos de estudar: primeiro, nos planos político e religioso; segundo, nos planos econômico e cultural; e, terceiro, o dinamismo histórico.

Em primeiro lugar, houve o desenvolvimento de reinos, impérios e cidades. O Islã impusera-se através da arabização progressiva de toda a África setentrional; ao sul do Saara, a África negra não foi arabizada: nessa área, o Islã foi muito mais um acontecimento político do que religioso. No entanto, por toda parte favoreceu as relações comerciais. No Sudão, o volume das atividades comerciais provocou rápido desenvolvimento social, fazendo surgir uma nova camada, a dos comerciantes e eruditos negros.

A religião tradicional, baseada no culto dos ancestrais, continuou a mesma, tanto entre os povos governados por soberanos islamizados quanto entre os não muçulmanos. A analogia do cerimonial de corte em Kumbi-Sāleh, Niani e no Yatenga é significativa. Por toda parte, o soberano era tido como responsável pela felicidade e prosperidade do império, sendo esse o fundamento do respeito que os súditos lhe manifestavam. Daí alguns especialistas logo passarem a falar em "realeza sagrada" ou em "realeza divina". Finalmente, é preciso sublinhar o espírito de tolerância dos reis negros que favoreceram a instalação dos árabo-berberes nas cidades, ainda antes de se converterem ao Islã. Mas sua conversão não acarretou o abandono das práticas religiosas ancestrais. O mesmo pode ser dito do cristianismo e do fundo tradicional africano na Etiópia. Mas as duas religiões reveladas, o Islã e o cristianismo, ficaram em pé de guerra durante séculos. No entanto, apesar da tensão entre muçulmanos e cristãos no Chifre da África, o comércio nunca perdeu seus direitos.

No plano político, os grupos étnicos eram em sua maioria suficientemente estruturados para resistir às tentativas de assimilação: mesmo quando um dos grupos sobressaía e impunha sua lei, daí resultava não a fusão em torno do clã vencedor, mas a criação de uma federação de clãs, na qual cada um mantinha mais ou menos sua personalidade de acordo com o grau de estruturação. No norte e nordeste do continente, o Magrebe e o Egito tomaram-se partes distintas no mundo muçulmano. Após o breve período de unidade do Magrebe sob os almóadas, três Estados começaram a definir seus contornos: o Marrocos, no extremo ocidente, a Tunísia e a Argélia. Nessa área, é notável que a arabização tenha se generalizado muito lentamente. As cabilas eram uma realidade política e social, e os soberanos tinham de contar com os xeques, chefes de clãs ou cabilas.

O Islã cimentou a ligação entre o Magrebe, o Egito e o Oriente muçulmano. No fim do período, o Islã apresentava claro recuo no plano político: os cristãos passaram à ofensiva na Itália e na Península Ibérica; caiu Granada, o último reino árabe da Espanha; os cristãos atravessaram o Mediterrâneo e lançaram suas primeiras bases no Magrebe. Na vanguarda da ofensiva cristã, os portugueses estabeleceram-se em Ceuta, no fim do século XV, querendo nitidamente fazer do Marrocos a cabeça-de-ponte para sua penetração na África. No final do século XV, os soberanos da Península Ibérica tomaram a iniciativa dos muçulmanos, por terra e por mar, e procuraram as rotas de acesso ao Sudão, rico em ouro.

O caso da Núbia, onde o cristianismo foi desenraizado após longa luta, merece ser sublinhado. A arabização não foi feita pacificamente. O Sudão nilótico sempre foi zona de passagem, área de contato entre numerosos clãs ou grupos étnicos negros.

Antes de 1600, em toda a África, o estágio clânico havia sido alcançado ou superado e, onde quer que as condições o tenham permitido, criaram-se cidades, reinos e impérios viáveis. Desse modo, fundaram-se formações políticas originais, enriquecidas por contribuições externas, conhecendo-se muitos métodos de governo. O passado africano conta com uma riqueza de experiências políticas. As diferentes etapas do desenvolvimento político mostram uma evolução que vai do clã ao agrupamento de clãs em reinos e ao agrupamento de reinos em impérios.

É certo que, desde antes do século XII da Era Cristã, reinos e impérios haviam se desenvolvido na extremidade meridional do continente, ao sul da linha que vai da Namíbia à foz do Limpopo. O Estado, ou seja, um corpo político estruturado, já era realidade bem antiga nas regiões em questão. A civilização do Zimbábue-Mapungubwe parece ter muitas afinidades com a do Zimbábue. No antigo Transvaal, os sotho e os shona construíram grandes

monumentos em pedra; a civilização de Mapungubwe realizou a simbiose da cultura banto com a de povos mais antigos, como os khoi-khoi. O uso do ferro disseminara-se bem antes do século X; temos todos os motivos para acreditar que os túmulos da colina de Mapungubwe e arredores pertenceram a uma civilização que floresceu pelo menos entre os séculos XI e XV, senão mais cedo ainda, antes de entrar numa agonia longa e lenta sob os efeitos da instabilidade política e social causada pelo tráfico negreiro.

As pesquisas indicam que talvez já se trabalhasse o ferro na África meridional antes da Era Cristã, o que veio abalar muitas teorias.

Nos planos econômico e cultural a característica mais marcante é a intensidade das relações inter-regionais e intercontinentais estimuladas por mercadores árabes, persas, berberes, chineses, manden (mandingo) e haussa. Ao sul, os shona e outras populações das savanas subequatoriais desenvolveram um comércio florescente em direção ao Oceano Atlântico e ao Oceano Índico através do Congo, da região interlacustre e do Mwene Mutapa.

Os soberanos negros estavam perfeitamente conscientes do papel econômico e político de metais como o ouro, o cobre, o ferro, cuja exploração era controlada. Esse aspecto é essencial, pois em muitos estudos e artigos sobre a África tem-se a impressão de que esse continente era um reservatório de ouro para árabes, berberes e persas, como se os soberanos só existissem para servir aos estrangeiros; nesses estudos transparece a negação implícita da existência de Estados organizados. Não é por acaso que os soberanos africanos proibiram, nessa época, o acesso de viajantes árabes às regiões auríferas! Cada parceiro lucrava com o comércio, baseado no princípio da igualdade.

Certamente também não se devia ao acaso que, no Sudão, o maior soberano portasse o título de *kaya maghan*, rei do ouro, e, ao sul, seu homólogo de países ricos em ouro, cobre e ferro, de *mwene mutapa,* senhor dos metais. Esses soberanos e seus povos sabiam perfeitamente que a prosperidade e a fama dos reinos fundamentavam-se nos metais preciosos. Graças ao ouro, ao cobre e ao marfim, os soberanos africanos obtiveram produtos e gêneros de primeira necessidade, como o sal, porcelanas chinesas, brocados, sedas e excelentes armas.

A costa oriental, desde o Chifre da África até Sofala, se abre amplamente para o Oceano Índico, o que põe a África em contato direto com o mundo oriental e extremo-oriental. Se o tráfego marítimo permitiu a edificação de cidades comerciantes na costa, os reis do interior, principalmente *os senhores dos metais*, não deixaram de construir cidades e monumentos que não deixam transparecer nenhuma influência exterior.

No período que estudamos, o comércio baseava-se no intercâmbio de tecidos, armas e vários produtos provenientes das profundezas da savana e da floresta, vendidos até nas longínquas China e Indonésia. Essa era a importância do oceano que banha Madagáscar. A grande ilha realizou, como todas as cidades da costa, uma simbiose das culturas oriental e africana em todos os planos: linguístico, econômico etc. Com o comércio, novas plantas originárias da Ásia foram introduzidas na África, como o algodão, importado pelos árabes para o Sudão desde antes do século X.

As atividades culturais e os intercâmbios inter-regionais jamais haviam atingido tal importância anteriormente: o comércio do livro florescia em Gao e Tombuctu. Em todo o Sudão, do Atlântico ao mar Vermelho, nasceu uma literatura negro-muçulmana. Os reinos da Abissínia, do Bornu e do Songhai, do Takrūr e do Mali desenvolveram uma literatura original, onde a teologia e a história ocupavam lugar de destaque; as cidades ao sul do Saara mantiveram relações culturais com as do norte por intermédio das peregrinações ou do comércio.

Entre os séculos XII e XVI ocorreu a dispersão dos povos de língua banto por toda a África Central. Possuidores de técnica agrícola mais eficiente, graças aos instrumentos de ferro, a influência cultural banto não cessou de se afirmar em direção ao sul. Em 1497, quando Vasco da Gama dobrou o Cabo da Boa Esperança, a parte meridional do continente há muito já era sede de civilizações brilhantes: a agricultura e a criação de gado prosperavam.

Apesar da grande importância dos metais nesse período, a agricultura era a base principal da economia dos reinos ao sul do Saara; a produção apoiava-se na exploração familiar das terras. No entanto, aqui e ali, existiam grupos de populações escravizadas que trabalhavam para os soberanos. Na África negra era mais comum o sistema de servidão, com tributos e prazos fixados pela tradição. Mas em nenhum lugar, nesse período, grupos de escravos foram explorados de maneira sistemática.

A criação de gado, atividade principal em algumas sociedades, estava sempre intimamente ligada, nas regiões úmidas e de campos, à agricultura. A zona do Sahel sudanês era o domínio de percurso dos pastores; alguns grupos que chegaram a penetrar em terras ao sul tendiam a se sedentarizar: foi o caso dos fulbe (fulani) no Macina, no Futa-Djalon etc.

Os ofícios, na África negra, eram reservados aos membros das castas, pelo menos na zona sudanesa; em outras regiões, como no Magrebe ou no Egito, organizavam-se associações de ofícios, verdadeiras corporações. A falta de documentação escrita não autoriza falar da organização dos ofícios na África meridional, onde, no entanto, o trabalho em metal havia atingido alto nível.

Em geral, o modo de produção patriarcal prevalecia em quase toda parte. O chefe do clã, o chefe de cabila, o rei ou o imperador não eram tiranos, mas frutos de uma tradição que tendia a proteger o homem das extorsões ou arbitrariedades dos chefes ou reis. Nos séculos XIV e XV, no Magrebe, eram frequentes as revoltas das cabilas contra os coletores de impostos do sultão. Um fato muito importante é a existência de uma classe de mercadores, embrião de uma burguesia. Os mercadores, islamizados ou não, facilitaram as relações entre regiões e povos. Foi nesse período que se desenvolveu a vocação para o comércio de povos como os manden (mandingo) e os haussa.

Após essas constatações, não se pode deixar de observar que a grande característica do continente durante o período estudado foi um dinamismo histórico próprio. Não é possível explicar o desenvolvimento das civilizações no continente, durante o período estudado, pela simples influência do Islã. Vimos que as brilhantes civilizações do Benin, do Congo (Zaire), do Mapungubwe e do Zimbábue desmentem tal teoria. Mesmo os Estados islamizados tiravam sua força moral menos do Islã que da tradição africana, mais viva que nunca. As populações autóctones da África setentrional, apesar de islamizadas e arabizadas, preservaram a identidade cultural. Foi o caso dos berberes, que, tendo aceito o Islã, conseguiram conservar a língua e alguns traços de cultura.

Se o ouro, o cobre e o marfim ocupavam lugar de destaque nos intercâmbios da África tropical com o resto do mundo, para o *kaya maghan,* o *mansa* e o *senhor dos metais*, a base da economia era a agricultura, pois os camponeses e os artesãos constituíam a maior parte da população. Os comerciantes e os dignitários formavam, na corte e nas cidades, uma aristocracia numericamente pequena em relação à massa de camponeses e criadores de gado. A *propriedade privada* da terra não foi a base da evolução social e econômica da África negra, como aconteceu com a Europa. Na África negra, antes da imposição da economia monetária, a terra era considerada um bem indiviso da coletividade. Os reis ou imperadores tinham “domínios humanos”, ou seja, terras exploradas por coletividades escravizadas; mas um exame mais atento mostra que se tratava mais de servidão que de escravatura. No entanto, em algumas regiões os escravos tiveram papel essencial na economia e no exercício do poder. Foi o caso do Sudão central, entre o Níger e o Chade. Nas cidades haussa, parte do exército era formada por escravos. André Salifou também distingue os escravos da coroa dos escravos domésticos. De modo geral, o número de escravos nunca ultrapassou o de camponeses. Os homens livres trabalhavam o solo por sua própria conta, mas homens livres e tributários deviam serviços ao soberano ou ao senhor local.

Na fase atual das pesquisas podemos afirmar que:

1. Apesar de a economia fundamentar-se na agricultura e na criação de gado, a propriedade privada não era generalizada; o direito principal pertencia à comunidade. A classe de mercadores começava a realizar certa acumulação de capital, mas acabou não formando uma verdadeira burguesia.

2. A África não era um continente subpovoado, fato extremamente importante. O continente era muito povoado, principalmente a África ao sul do Saara: no Vale do Senegal, no delta interior do Níger, ao redor do Lago Chade, havia centenas de aldeias agrícolas, centros comerciais e cidades. As primeiras escavações arqueológicas nessas regiões permitem a afirmação categórica nessa questão.

É difícil se fazer uma estimativa da população; no entanto, o grande número de cidades comerciais bem povoadas e a construção de monumentos como os do Zimbábue levam a supor uma população densa. Nessa época de expansão comercial, as cidades podiam totalizar 10% da população global do continente. No entanto, de norte a sul e de leste a oeste a população se espalhava desigualmente, devido à existência de desertos e densas florestas. A África dessa época deve ter sofrido epidemias, períodos de seca ou grandes inundações, mas os documentos de que dispomos falam pouco de fome. Os viajantes árabes sublinharam com frequência a abundância de víveres. Para o continente como um todo, pode-se estimar uma população de, no mínimo, 200 milhões.

3. O comércio de escravos foi praticado antes de 1600 na África, mas os números envolvidos eram limitados. Não há nenhuma comparação com o tráfico negreiro que a Europa iria impor ao mundo negro a partir de 1500.

Para melhor conhecer a história do período do século XII ao século XIV, as pesquisas devem se apoiar cada vez mais na arqueologia, na linguística, na antropologia e, também, nas tradições orais. Estas podem, por um lado, ser confrontadas com os escritos e, por outro, podem guiar os arqueólogos em campo. A busca de manuscritos deve continuar; parece que existem bem mais documentos escritos sobre esse período do que se pensava.

Referências bibliográficas

Todas as referências foram verificadas com o máximo cuidado, mas, dada a complexidade e o caráter internacional das obras, é possível que alguns erros tenham persistido (N. D. I. R.).

Volume I - Metodologia e pré-história da África

ADAMS, W. Y. 1964. "Post-Pharaonic Nubia in the light of archaeology". *JEA, 50* (28)[1].

AGUESSY, M. 1972. "Traditions orales et structures de pensée: Essai de méthodologie". *CHM,* XIV, 2 (Intr. Geral) (4) (7) (10).

AITKEN, M. J. 1961. *Physics and archaeology.* London, Intersc. Pub. Ltd. X + 181 p. (9).

______. 1963. "Magnetic location". In: BROTHWELL, D. & HIGGS, E., eds. *Science in archaeology.* London, Thames & Hudson (9).

______. 1970. "Dating by archaeomagnetic and thermoluminescent methods". *PTRS,* A 269, 1193 (9).

AKINJOGBIN, I. A. 1967. *Dahomey and its neighbours – 1708-1818.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (Intr. Geral).

ALAGOA, E. J. 1968-a. "The use of oral literacy data for history". *JAF,* 81 (7).

______. 1968-b. "Songs as historical data. Examples from the Niger delta". *Research Review,* V, 1 (7).

______. 1970. "Long distance trade and states in the Niger delta". *JAH,* XI, 3: 319-29 (Intr. Geral).

______. 1971. "The Niger delta states and their neighbours; 1600-1800". In: AJAYI, J. F. A. & CROWDER, M., ed. *History of West Africa.* London, Longmans, v. I (3).

______. 1973. "Oral tradition and archaeology. The case of Onyoma". *OM,* 1, 1 (Intr. Geral) (4).

AL-ALAWI, 'Aidarus b, Al-Sharif 'Ali al-' Aidarus al-Nadiri al-'Alawi. 1974/1954-5. *Bughyat al-Amal fi tarikh al-Sumal,* Mogadishu. [em árabe] (Intr. Geral) (5) (6).

ALBERTI, L. 1811. *Description physique et historique des Cafres sur la côte méridionale de l'Afrique.* Amsterdam (6).

ALEXANDER, Sir J. 1967. *Expedition of discovery into the interior of Africa...* 2. ed. Cape Town (6).

1 Os algarismos arábicos entre parênteses no final de cada referência indicam o capítulo em que o trabalho é citado.

ALEXANDRE, J. & ALEXANDRE, S. 1968. “Contribution à l’élaboration d’une stratigraphie du Quaternaire, basée sur les variations de climat dans une région du monde intertropical”. In: VII[e] CONGRÈS INQUA, 7 (21).
ALEXANDRE, P. 1970. “Afrique centre-équatoriale et centre-occidentale”. In: *Histoire générale de l’Afrique noire.* Paris, PUF (10).
ALEKSEIEV, K. 1973. “Sur la classification anthropologique de la population indigène de l’Afrique”. *Les problèmes fondamentaux des études africaines.* Moscou (11).
ALIMEN, H. 1955. *Préhistoire de l’Afrique.* Paris, Boubée (23).
______. 1957. *The prehistory of Africa.* London, Hutchinson (24).
______. 1960. “Découverte d’un atelier de l’Acheuléen supérieur, en place, à la limite du 2[e] pluvial et du 3[e] pluvial dans les monts d’Ougarta (Sahara occidental)”. *BSPF,* 57: 421-3 (23).
______. 1962. “Les origines de l’homme”. *Bilan de la science.* Paris, Fayard (Concl.)
______. 1963. “Considérations sur la chronologie du Quaternaire saharien”. *BSGF,* 5: 627-34 (13).
______. 1966. *Préhistoire de l’Afrique.* Reedição. Paris, Boubée. 340 p. (Intr. Geral) (13) (21) (22) (23) (24) (28).
______. 1975-a. “Les isthmes hispano-marocain et sicilo-tunisien aux temps acheu-léens”. *Anthropologie,* 79, 3: 399-430 (22).
______. 1975-b. “Limite Pliocène-Quaternaire et définition du Quaternaire”. *Prace o Plejstocie, Livre jubilaire du Professeur Roxycki.* Varsóvia (16).
______. 1976. “Variations climatiques dans les zones désertiques de l’Afrique nord-équatoriale durant les quarante derniers millénaires”. In: ACTES VII CONGR. PPEQ. Adis Abeba, p. 337-47 (16).
ALIMEN, H. & CHAVAILLON, J. 1956. “Industrie acheuléenne in situ de l’oued Fares, dans les monts d’Ougarta (Sahara *Occidental*)”.. *BSPF,* 53: 202-14 (23).
ALIMEN, H., CHAVAILLON, J. & MARGAT, J. 1965. “Contribution à la chronologie préhistorique africaine. Essai de corrélation entre les dépôts quaternaires du bassin Guir-Saoura (Sahara) et du bassin du Tafilat (Maroc)”. In: CONGR. PRÉHIST. DE FRANCE. Mônaco, 1959, p. 161-267, 2 fig. e 1 quadro (16).
ALLEN, J. W. T. 1959. “The collection of swahili literature and its relation to oral tradition and history”. *TNR,* 53 (6).
ALMAGRO-BASCH, M. 1946. *Prehistoria dei Norte África y dei Sahara Español,* Barcelona, Instit. Estud. Afr. 302 p. (23).
ALMAGRO-BASCH, M. & GORBEA, M. A. 1968. “Estúdios de arte rupestre nubio”. *Memorias de la Misión Arqueológica en Egypto, 10.* Madrid (23).
AMARI, M. 1863. *I diplomi arabi dei R. Archivo Fiorentino.* Florence (5).
AMER, M. 1933. “The excavations of the Egyptian University at Maadi”. *BFA,* 1: 322-4 (25).
______. 1935. “The excavations in the prehistoric site at Maadi”. *BFA,* II: 176-8 (25).
______. 1953. “Rizkana, I. Excavations in the Wadi Digla”. *BFA,* XV: 97-100, 201-5 (25).
ANCIAUX DE FAVAUX, A. 1955. “Les gisements préhistoriques de Kansenia”. In: ACTES II CONGR. PPEQ., p. 333-4 (21).
______. 1957. “Une industrie sur galets spéciale aux plateaux des Biano (Katanga-Congo belge)”. In: ACTS III PCPQS. p. 210-3 (21).
______. 1962. “Evolution parallèle de deux ou plusieurs techniques au Paléolithique ancien et moyen sur les hauts plateaux katangais. Fouilles 1960-1961”. In: ACTES VI CONGR. UISPP, III, p. 230-5 (21).
ANDERSON, B. 1870. *Narrative of a journey to Mussardu, the capital of the western mandigoes.* New York (6).
ANTOINE, M. 1938. “Notes de préhistoire marocaine. XIV: Un cône de résurgence du Paléolithique moyen à Tit-Mekil, près Casablanca”. *BSPM, 12* (23).
APTER, D. 1955. *The Gold Coast in transition.* Princeton, Princeton Univ. Press. X + 355 p. (3).
ARAB-FAQIH. 1897-1910. *Histoire de la conquète de l’Abyssinie.* Paris, R. Basset. 2 v. (6).
ARAMBOURG, C. 1949. “Sur la présence dans le Villafranchien d’ Algérie de vestiges éventuels d’industrie humaine”. *CRAS,* 229: 66-7 (22).

ARAMBOURG, C. 1954. “L’hominien fossile de Ternifine (Algérie)”. *CRAS,* 239: 293-5 (24).
______. 1962. “Etat actuel des recherches sur le Quaternaire en Afrique du Nord”. In: ACTES IV CONGR. PPEQ, 40, p. 255-77 (16).
______. 1966. “Aperçu sur les résultats des fouilles du gisement de Ternifine”. In: ACTAS V CONGR. PPEC, I, p. 129-36 (16) (24).
ARAMBOURG, C. & COPPENS, Y. 1967. “Sur la découverte dans le Pléistocène inférieur de la vallée de l’Omo (Ethiopie) d’une mandibule d’ Australopithécien”. *CRAS,* 265: 589-90 (17).
______. 1968. “Découverte d’un Australopithécien nouveau dans les gisements de l’Omo (Ethiopie)”. *SAJS,* 64, 2: 58-9 (17).
ARAMBOURG, C. & HOFSTETTER, R. 1954. “Découverte en Afrique du Nord de restes humains du Paléolithique inférieur”. *CRAS,* 239: 72-4 (24).
______. 1955. “Le gisement de Ternifine. Résultats des fouilles de 1955 et découvertes de nouveaux restes d’Anianthropus”. *CRAS,* 241: 431-3 (24).
______. 1963. “Le gisement de Ternifine”. *IPH Archives* : XXXII. Paris, Masson. 191 p. (22).
ARBOUSSET, T. 1842. *Relation d’un voyage d’exploration.* Paris (6).
ARKELL, A. J. 1949-a. *The Old Stone Age in the Anglo-Egyptian Sudan.* Cambridge (25).
______. 1949-b. *Early Khartoum. An account of the excavation of an early occupation site carried out by lhe Sudan Government antiquities service;* 1944-1945. London, Oxford Univ. Press (23) (25) (28).
______. 1950. “Gold Coast copies of fifth to seventh century bronze lamps”. *Antiquity,* 24 : 38-40 (24).
______. 1953. *Shaheinab. An account of the excavation of a Neolithic occupation site carried out for lhe Sudan antiquities service in* 1949. London, Oxford Univ. Press (23) (25) (28).
______. 1954. “The Late Acheulean of Esh Shaheinab”. *Kush,* I : 30-4 (23).
______. 1961. *History of the Sudan.* 2. ed. London, Athlone (28).
______. 1964. *Wanyanga and an archaeological reconnaissance of the South-West libyan desert. The British Ennedi expedition;* 1957. London, Oxford Univ. Press (23).
______. 1975. “Prehistory of the Nile Valley”. *Handbuch das Orientalistik,* VII. Abteilung, Band 2, Abschnitt A. Lief 1, Leiden-Köln (28).
ARKELL, W. J. & SANDFORD, K. S. 1933. *Palaeolithic man and the Nile Valley in Nubia and Upper Egypt,* Chicago (23).
ARMSTRONG, R. 1964. “The use of linguistics in ethnogeography”. In: VANSINA, J. et al. *The historian in tropical Africa.* Oxford, Oxford Univ. Press (10).
______. 1971. “The collection of oral traditions in Africa”. *AUA*: 579-83 (7).
ARNETT, E. J. 1922. *The rise of the Sokoto Fullani.* Kano (6).
ASEQUA. 1964 e anos seguintes. *Bulletin* n. 1 et seqs. (16).
______. 1966. “Etat des recherches sur le Quaternaire de l’Ouest africain”. 1. série. *BIFAN,* 28: 371--429 (24).
______. 1967. “Etat des recherches sur le Quaternaire de l’Ouest africain”. 2. série. *BIFAN,* A, 29: 821-65 (24).
______. 1969. “Etat des recherches sur le Quaternaire de l’Ouest africain”. 3. série. *BIFAN,* A, 31: 210-83 (24).
ATHERTON, J. H. 1972. “Excavations at Kamabai and Yagala Rock Shelters, Sierra Leone”. *WAJA,* 2: 39-74 (24).
______. 1973. “The Stone Age Iron Age transition in Northeast Sierra Leone”. *Underground West Africa,* 7 (24).
AUBREVILLE, H. 1949. *Climats, forèts, désertification de l’Afrique tropicale.* Paris, Larose. 351 p. (13).
______. 1962. “Savanisation tropicale et glaciations quaternaires”. *Andansonia,* 2, I: 1684 (13).
AYACHE, G. 1961. “Les archives marocaines”. *HT,* 2 (6).
BÂ, A. H. 1972. *Aspects de la civilisation africaine.* Paris, Présence Africaine (8).
BÂ, A. H. & CARDAIRE, M. 1957. *Tierno Bokar, le sage de Bandiagara.* Paris, Présence Africaine (8).
BÂ, A. H. & DAGET, J. 1962. *L’Empire peul du Macina.* Paris, Mouton (8).
BÂ, A. H. & DIETERLEN, G. 1961. *Koumen, texte initiatique des pasteurs peul.* (Intr. Geral).
BA, O. 1972. *Glossaire des mots étrangers passés en Pulaar du Fouta Toro.* Dakar. *CLAD* (*10*).

BABET, V. 1936. “Note préliminaire sur un atelier de pierres tailées à Brazzaville (Afrique équatoriale française)”. *BSPF,* 33: 153-5 (21).
BADA, J. L., SCHOEDER, R. A., PROTSCH, R. & BERGER, R. 1974. “Concordance of collagen based radiocarbon and aspartic acid racemization ages. *AATA,* 11, 2 (9).
BAILLOUD, A. 1966. “L'évolution des styles céramiques en Ennedi”. In: ACTES I COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR. (Intr. Geral).
al-BAKRI. 1968. “Routier de l'Afrique blanche et noire du Nord-Ouest (Cordoue, 1068)”. Trad. MONTEIL, V. *BIFAN,* B: 30-9, 116 (24).
BALANDIER, G. 1971. *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire.* 3. ed. Paris, PUF (Intr. Geral) (15).
BALANDIER, G. & MAQUET, J. 1968. *Dictionnaire des civilisations Africaines.* Paris, Hazan (Intr. Geral) (4).
BALBI, A. 1826. *Atlas ethnographique du globe ou Classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues.* Paris (12).
BALL, J. 1939. *Contributions to the geography of Egypt,* Survey and Mines Dept. 308 p. (16).
BALOUT, L. 1952-a. “Du nouveau à l'Aïn Hanech”. *BSHNAN,* 43: 152-9 (22).
______. 1952-b. “Pluviaux, interglaciaires et préhistoire saharienne”. *Trav. IRS,* 8: 9-21 (16) (23).
______. 1954. “Les hommes préhistoriques du Maghreb et du Sahara. Inventaire descriptif et critique”. *Libyca,* II (22).
______. 1955. In: ARAMBOURG & BALOUT. “L'ancien lac de Tihodaine et ses gisements préhistoriques”. In: ACTES II CONGR. PPEQ: 287-92 (23).
______. 1955-b. *Préhistoire de l'Afrique du Nord.* Paris, AMG (12) (22) (23).
______. 1958. *Algérie préhistorique.* Paris, AMG (23).
______. 1965. “Le Moustérien du Maghreb”. *Quaternaria,* 7: 43-58 (22).
______. 1967-a. “Procédés d'analyse et questions de terminologie dans l'étude des ensembles industriels du Paléolithique inférieur en Afrique du Nord”. In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. D., eds. *Background to evolution in Africa.* Chicago, London, The Univ. of Chicago Press. p. 701--35 (22).
______. 1967-b. “L'homme préhistorique et la Méditerranée occidentale”. *ROMM,* III: 9-29 (22).
______. 1968. “L'art rupestre nord-africain et saharien. Etat de quelques problèmes”, *Simposio Internacional de Arte Rupestre*: 257-64, Barcelona (22).
______. 1976. *Orientations nouvelles de la préhistoire maghrébine. In memoriam Pedro Bosch Gimpera;* 1891-1974. México, p. 99-113 (22).
BALOUT, L. et al. “Fiches typologiques africaines”, 9 cadernos publicados a partir de 1967 sob a égide dos *Congr. PPEQ* (22).
BALOUT, L., BIBERSON, P. & TIXIER, J. 1967. “L'Acheuléen de Ternifine, gisement de l'Atlanthrope”. *Anthropologie,* 71: 217-37 (22).
BALOUT, L. & ROUBET, C. 1970. “Datation radiométrique de I'Homme de l'Aïn Dokkara et de son gisement, l'Escargotiere du Chacal, région de Tébessa, Algérie”. *Libyca,* 18: 21-35 (22).
BARBER, E. J. W. 1974. *Archaeological decipherment, A Handbook.* Princeton, Princeton Univ. Press (4).
BARBEY, C. & DESCAMPS, C. 1969. “A propos des Pebble-tools de la Moyenne-Gambie”. *BIFAN,* A, 31: 276-82 (24).
BARBOT, J. 1732. *A description of the coasts of North and South Guinea.* Churchill's Voyages. London, A. & J. Churchill, comp. (1).
BARENDSON, G. W., DEEVEY, E. S. & GRALEMSKI, L. J. 1965. “Yale natural radiocarbon measurements III”. *Science,* 126: 916-7 (24).
BARRAU, J. 1962. “Les plantes alimentaires de l'Océanie, origines, distribution et usages”. *Annales du Musée Colonial de Marseille,* 7, III-IX. 275 p. (27).
______. 1975. “L'Asie du Sud-Est, berceau cultural?”. *Etudes rurales*: 53-6 (27).
BARROW, J. 1801-3. *Travels into the interior of the Southern Africa.* London. 2 v. (6).
BARRY, B. 1974. “La chronologie dans la tradition orale du Waalo. Essai d'interprétation”. *Afrika Zamani,* 3: 31-49 (4).
BARTH, H. 1857-8. *Travels and discoveries in North and Central Africa.* London (1).

BASCH, M. A & GORBER, M. A 1968. "Estudios de arte rupestre nubio". *Memórias de la Misión arqueológica en Egypto,* 10, Madrid (23).
BASSET, R. 1894. *Etudes sur les dialectes berbères.* Paris (10).
______. 1909-13. *Mission au Sénégal.* Paris, Leroux. 3 v. (6) (10).
BATTISTINI, R. 1967. *L'Afrique australe et Madagascar.* Paris, *PUF*, 230 p. (13).
BAULIN, J. 1962. *The Arab role in Africa.* London, Penguin Books (5).
BAUMANN, H. 1936. *Geschichte und Urzeit des Menschen in Mythus der Afrikanischen Völker.* Berlin (7).
BAUMAN, H. & WESTERMANN, D. 1962. *Les peuples et les civilisations de l'Afrique.* Paris, Payot (Intr. Geral) (6) (10).
BAUMGARTEL, E. J. 1955. *The Culture of prehistoric Egypt.* Oxford (28).
al-BAYDAQ. 1928. *Documents inédits d'histoire almohade.* Trad. e ed. Lévi-Provençal. Paris (5).
BAYLE DES HERMENS, R. de. 1967. "Premier aperçu du Paléolithique inférieur en République centrafricaine". *Anthropologie,* 71: 135-66 (21).
______. 1969. "Les collections préhistoriques de la République centrafricaine au Musée royal de l'Afrique centrale". *CM,* VII: 27-40 (21).
______. 1971. "Quelques aspects de la préhistoire en République centrafricaine". *JAR,* XII: 579-97 (21).
______. 1975. "Recherches préhistoriques en République centrafricaine". Laboratoire d'ethnologie et de sociologie comparative. Série *Recherches oubanguiennes,* n. 3. Paris, Université de Paris X. 345 p. (21).
______. 1976. "A la découverte de la préhistoire en République centrafricaine". *Archeologia,* 92 (26).
BAYLE DES HERMENS, R. de & VIDAL, P. 1971. "Deux datations sur la méthode du Carbone 14 des monuments mégalithiques de Bouar, R.C.A". *CM,* IX: 81-2 (21).
BAYNON, J. 1970. "The contribution of linguistics to history in the field of Berber studies". *Language and History of Africa* (6) (10) (15).
BEALE, F. C. 1966. *The Anglo-Gambian Stone Circles Expedition 1964/65.* Bathurst, Government Printer (24).
BEATTIE, J. 1968. "Aspects of Nioro symbolism". *Africa,* 38, 4: 413-42 (7).
BEAUCHENE, G. de. 1963. "La préhistoire du Gabon". *Objets et Mondes.* t. III (21).
BEBEY, F. 1969. *Musique de l'Afrique.* Paris. Col. Expressions, Horizons de France.
BECCARI, C. 1905-17. *Rerum aethiopicarum scriptores occidentales inediti.* Roma (1).
BECKER, C. H. 1968. "Materialen zur Kenntnis des Islam in Deutsch Ost-Afrika". *INR,* LXVII (Intr. Geral) (5) (6).
BECKINGHAM, C. F. & HUNTINGFORD, G. W. B. 1954. *Some records of Ethiopia 1593-1646.* London (6).
BEHRENSMEYER, A. K. 1975. "The taphonomy and paleoecology of Plio-Pleistocene vertebrate assemblages East of Lake Rudolf, Kenya". *Bull. Mus. Comp. Zool.* (17).
BEIDELMAN, T. 1970. "Myth, legend and oral history: A Kaguru traditional text". *Anthropos,* 65: 74-97 (7).
BELLO, M. 1951. *Infaqu' l-maysur.* London (6):
BENEZET, A 1772. *Some historical account of Guinea.* London (1).
BEQUAERT, M. 1938. "Les fouilles de Jean Colette à Kalina". *AMRCB,* I, 2: 29-88 (21).
______. 1952. "Fouilles à Dinga (Congo Belge)". In: ACTES II[e] CONGR. PPEQ. p. 317-53 (21).
______. 1953. "La préhistoire du Congo Belge et ses relations avec la préhistoire africaine sud-saharienne à l'Holocene". *BSRBAP,* LXIV: 37-49 (21).
BEQUAERT, M. & MORTELMANS, G. 1955. "Le Tshitolien dans le bassin du Congo". *AARSC,* 11, 5, 40 p. (21).
BERG, F. 1968. "The Swahili community of Mombasa 1500-1900". *JAR,* IX: 35-56 (Intr. Geral) (5) (6).
BERGER, R. 1970. "Ancient Egyptian chronology". *PTRS,* 269, 1193: 23-36 (9).
BERGGREN, W. A 1973. "Correlation and calibration of late Pliocene and Pleistocene marine and continental biostratigraphies". In: ACTS IX CONGR. INQUA (16).
BERQUE, J. 1957. *Histoire sociale d'un village égyptien au XX[e] siècle.* Paris (15).
BERTIER, H. 1933. "Le cahier de l'éeriture de Radama I", *MAM,* 36 (6).
BESANÇON, J. 1957. *L'homme et le Nil.* Paris, Gallimard (28).

BIBERSON, P. 1961-a. "Le cadre paléogéographique de la préhistoire du Maroc atlantique". Rabat, Pub. Serv. Antiq. Maroc. t. 17. 544 p. (22).
______. 1961-b. "Le paléolithique inférieur du Maroc atlantique". Rabat, Pub. Servo Antiq. Maroc. t. 17 (23).
______. 1965. "Recherches sur le Paléolithique inférieur de l'Adrar de Mauritanie". In: ACTAS V CONGR. PPEQ. p. 173-89 (23).
BIEBUYCK, D. & MATEEME, K. C. 1969. *The Mwindo epic from the Banyanga (Congo Republic).* Berkeley, Los Angeles (7).
BIRD, J. 1888. *The annals of Natal;* 1495-1845. Pietermaritzburg (6).
BIRDSELL, J. B. 1972. *Human evolution. An introduction to the new physical anthropology.* Rand McNally and Co. 299 p. (4).
BIROT, P. 1970. *L'Afrique, les régions naturelles du globe.* Paris, Masson (13).
BISHOP, W. W. 1965. "Quaternary geology and geomorphology in the Albertine rift valley, Uganda". *GSAM,* 84: 293-321 (21).
BISHOP, W. W. & CLARK, J. D., eds. 1967. *Background to evolution in Africa.* Chicago Univ. Press. 935 p. (16) (19) (22) (23) (24) (Concl.).
BISHOP, W. W. & MILLER, J. A, eds. 1972. "Calibration of hominoid evolution". *Univ. of Toronto Press* (16) (20).
BITTNER, M. 1897. *Die topographischen Capital des indischen Seespiegels Mohit.* Vienne (6).
BIVARD, A. D. H. & HISKETT, M. 1962. "The arabie literature of Nigeria to 1804: a provisional account". *BSAOS,* XXV, 1 (Intr. Geral) (5) (6).
BLANKOFF, B. 1965. "Quelques découvertes récentes au Gabon". *BSPPG,* L, 3: 52-60 (21).
______. 1966. "L'état des reeherches préhistoriques au Gabon". In: ACTES I Coll. INTERN. ARCHÉOL. AFR.: 62-80 (21).
BLEEK, O. F. 1929. *Comparative vocabularies of the Bushman languages.* Cambridge, University Press (10).
BLEEK, W. H. I. 1851. *De nominum generibus, linguarum Africae australis, copticae, semitarum, aliarumque sexualium.* Bonn, A. Marcus. IV + 60 p. (12).
______. 1862-9. *Comparative grammar of South African languages.* Cape Town, Juta. 2 v. (10) (12).
BLOCH, M. 1939. *La société féodale. La formation des liens de dépendance.* v. 1, 34 e 34 bis. in: BERR, H., dir. *L'évolution de l'humanité.* Paris (1).
______. 1949. *Apologie pour l'Histoire ou le métier d'historien.* Paris, A. Colin (7).
BLUNDEL, H. W. 1923. *The royal chronicles of Abyssinia*; *1769-1840.* London (6).
BLUNDEL, H. W., BOAZ, N. & HOWELL, F. C. 1977. "A gracile hominid cranium from upper member G of the Shungura Formation, Ethiopia". *AJPA,* 46, 1: 93-108 (17).
BOAHEN, A. A. & WEBSTER, J. B. 1970. *The growth of African civilization. West Africa since 1800.* London, Longmans (Intr. Geral) (8).
BOBO, J. 1956. "Un ensemble de stations moustéro-atériennes aux environs de Djanet (Tassili des Ajjer)". *Libyca,* 4: 263-8 (23).
BONATTI, E. 1966. "North Mediterranean climate during the last Würm glaciation". *Nature, 209,* 5027 :985-7 (16).
BOND, G. 1956. "A preliminary account of the Pleistocene geology of the plateau Tia Fields region of Northern Nigeria". *Proc.* III *Intern. WAC*: 187-202.
BONIFAY, E. 1975. "Stratigraphie du Quaternaire et âge des gisements pré-historiques de la zone littorale des Alpes-Maritimes". *BSPF,* 72, 7 : 197-206 (16).
BONNEFILLE, R. 1972. *Associations polliniques actuelles et quaternaires en Ethiopie (vallées de l'Awash et de l'Omo).* [Tese] Paris. 2 t. (16).
______. 1974. "Etude palynologique de dépôts plio-pléistocènes d'Ethiopie". *BASEQUA,* 42-3: 21-2 (16).
______. 1976. "Végétation et climats des temps oldowayens et acheuléens à Melka Kunturé (Ethiopie)". *L'Ethiopie avant l'Histoire.* Cahier 1: 55-71 (17).
BONNEL DE MEZIERES, A. 1920. "Recherches sur l'emplacement de Ghana et de Tekrour". *MAI.* 13, 1: 227-77 (24).

BONNET, A. 1961. “La ‘pebble culture’ in situ de l’Idjerane et les terrasses de piémont du Sahara central”. *BSPF,* 58: 51-61 (23).
BOSMAN, W. 1967. *A new and accurate description of the coast of Guinea.* London, Frank Cass & Co. (1).
BOSTON, J. S. 1964. “The hunter in Igala legends of origin”. *Africa,* 34: 118-20 (7).
BOULLE, M., VALLOIS, H. V. & VERNEAU, R. 1934. *Les grottes paléolithiques des Bani Ségoual (Algérie).* Paris, Masson (22).
BOUNAK, V. 1972. “Ou cri au langage”. *Le Courrier,* août-sept. (Concl.).
BOUYSSONIE, J., BREUIL, H. et al. 1956. *Musée du Bardo, coll. préhist., planches.* Album n.1. Paris, AMG (23).
BOVIER-LAPIERRE, P. 1925. “Le Paléolithique stratifié des environs du Caire”. *Anthropologie,* XXXV: 37-46 (25).
BOVILL, E. W. 1933. *Caravans of the Old Sahara.* Oxford, Oxford Univ. Press (1).
BOXER, C. R., dir. 1959. *The tragic history of the sea*; 1589-1622. Cambridge, University Press, (6).
BOYLE, A. H. & JEFFREYS, W. 1947. “Speculative origins of the Fulany language”. *The language of Africa.* v. 17 (10).
BRADBURY, R. E. 193.9. “Chronological problems in the study of Benin history”. *JHSN,* I: 263-87 (24).
BRAHIMI, C. 1970. *L’ibéromaurusien littoral de la région d’Alger,* Paris, AMG (22).
______. 1972. *Initiation à la préhistoire de l’Algérie.* Alger (22).
BRAIDWOOD, R. J. 1960. “The agricultural revolution”. *Scientific America,* sept. (27).
BRAIDWOOD, R. J. & REED, C. A. 1957. “The achievement and early consequence of food production; a consideration of the archaeological and natural historical evidence”. *Cold spring harbourg symposium on quantitative biology* (27).
BRAIN, C. K. 1958. “The Transvaal Ape-Man. Bearing cave deposits”. *Transvaal museum. Memoir,* II. Pretória (20).
BRASIO, A. 1952. *Monumenta missionaria africana.* Lisboa. 9 v. (6).
BRAUDEL, F. 1969. *Ecrits sur l’histoire.* Paris, Flammarion (Intr. Geral).
BREASTED, J. H. 1906. *Ancient records of Egypt,* Chicago, University Chicago Press. v. IV (28).
BREUIL, H., Ab. 1931. *L’Afrique.* Col. Cahiers d’Art. Paris (24).
______. 1944. “Le Paléolithique au Congo Belge d’après les recherches du docteur Cabu; VI Plateau de Bena Tshitolo”. *TRSA,* XXX: 143-60 (21).
______. 1952. “Les figures incisées et ponctuées de la grotte de Kiantapo (Katanga)”. *AMRCB* : 1-32 (21).
BREZILLON, M. 1970. *Dictionnaire de la préhistoire.* Paris, Larousse (Concl.).
BROTHWELL, O. & SHAW, T. 1971. “A Late Upper Pleistocen proto-West-African Negro from Nigeria”. *Man,* 6, 2: 221-7 (24).
BROUTANOH, A. 1867. “La tradition orale chez les Agni Ahali de Moronou”. *BIEGT (7).*
BROWN, E. J. P. 1929. *A Gold Coast and Asiatic Reader.* London (1).
BROWN, G. 1941. *The economic history of Liberia.* Washington, Associated Publishers. IX + 366 p. (3).
BROWNE, W. G. 1806. *Travels in Africa, Egypt and Syria.* London (6).
BRUCE, J. 1790. *Travels to discover the source of the Nile.* Edimburg. 5 v. (6).
BRUNTON, G. 1928. In: BRUNTON, G. & CATON-THOMPSON, G. *The Badarian civilization.* London, Quaritch (25) (28).
______. 1937. *Nostagedda, British Museum Expedition to Middle Egypt 1928*-1929. London, Quaritch (25) (28).
______. 1948. *Matma, British Museum Expedition to Middle Egypt 1929-1931.* London, Quaritch (25) (28).
BRUNSCHVIG, R. 1942-7. “Ibn ’Abd al-Hakarn et la conquète de l’Afrique du Nord par les Arabes”. *Annales de l’Institut d’Etudes Orientales d’Alger,* VI (5).
BRYANT. A. T. 1929. *Olden times in Zululand and Natal.* London (6).
BUCHA, V. 1970. “Evidence for changes in the Earth’s magnetic field intensity”. *PTRS,* 269, 1193: 47-56 (9).
______. 1971. “Archaeomagnetic dating”. In: MICHAEL, H. N. & RALPH, E. K, eds. *Dating techniques for the archaeologist.* Cambridge, Mass. (9).

BUDA, J. L., SCHROEDER, R. A, PROTSCH, R. & BERGER, R. 1974. "Concordance of collagen based radiocarbon and aspartic acid raumization ages". *AATA,* 11, 2 (9).
BUEDEL, J. 1958. "Die Flaeschenbildung in den feuchten Troppen und die Rolls fossier solcher Flaeschen in anderen Klimazonen". *A DG*: 89-121 (16).
BULCK, G. van. 1948. "Les recherches linguistiques au Congo Belge". *MIRCB* (10).
BURKE, K., DUROTYE, A B. & WHITEMAN, A J. 1971. "A dry phase South of Sahara, 20000 years ago". *WAJA,* I (24).
BURTON, R. F. 1864. *A mission to Gelele, King of Dahomey,* London (1).
BUTLER, J. 1966. *Boston University Papers on Africa. Prehistoric populations in Africa.* Boston (Concl.).
BUTZER, K W. 1957. "The last 'pluvial' phase of the Eurafrican subtropics". *Les changements de climats. Recherches sur la zone aride.* Paris, Unesco, 20: 211-6 (13).
______. 1958. "Studien zum vor-und-frühgeschichtlichen Landschaftwandel der Sahara". *Akademie des Wissenschaiten und der Litteratur,* n. 1, 49 p. (23).
______. 1972. *Environment and archaeology.* 2. ed. Chicago [1. ed. 1964, London]. XXVIII + 703 p. (16) (24) (28).
BUTZER, K. W. & HANSEN, C. L. 1968. *Desert river in Nubia.* Madison, Univ. of Wisconsin Press (16).
BUTZER, K W. & ISAAc, G. L. 1975. *After the australopithecines: Stratigraphy, ecology and culture change in the Middle Pleistocene.* La Haye (19).
BUTZER, K. W., RICHARDSON, J. L. & WASHBOURKNKAMAU, C. 1972. "Radio-carbon dating of East African lake levels". *Science,* 175: 1069-76 (16) (21).
BUTZER, K. W. & THURBER, D. L. 1969. "Some Late Cenozoic sedimentary formations of the Lower Orno Basin". *Nature,* 222, 5199: 1132-7.
BYNON, J. 1970. "The contribution of linguistics to history in the field of berber studies". In: DALBY, D., ed. *Language and history in Africa* (6) (10) (15).
CABU, F. 1935-a. "Considérations sur la stratigraphie de gisements pléistocènes à outillage paléolithique de la région de Léopoldville". *BSRBAP,* 50: 269-84 (21).
______. 1935-b. "Les industries préhistoriques de la cuvette central e congolaise et leurs rapports avec la préhistoire générale". *BSRBAP,* 50: 399-411 (21).
CADENAT, P. 1957. "Fouilles à Columnata. Campagne 1956-57. La nécropole". *Libyca,* V: 49-81 (22).
______. 1962. "Sur l'extension de la civilisation capsienne vers l'ouest". *BSPF,* 59: 27-32 (22).
______. 1970. "Le Columnatien, industrie épipaléolithique de l' Algérie". *BSERP,* 20: 40-50 (22).
CAHEN, D. 1975. "Le site archéologique de la Kamoa (région du Shaba, République du Zaire). De l'Age de la pierre ancien à l'Age du fer". *AMRAC,* 84 (21).
______. 1976. "Nouvelles fouilles à la pointe de la Gombe (ex-pointe de Kalina). Kinshasa, Zaire". *Anthropologie, 80,* 4: 573-602 (21).
______. 1977. "Vers une révision de la nomenclature des industries préhistoriques de l'Afrique centrale". *Anthropologie,* 81 (21).
CAHEN, D., HAESAERTS, P. & NOTEN, F. van. 1972. "Un habitat lupembien à Massango (Burundi). Rapport préliminaire". *Africa-Tervuren,* XVIII: 78-80 (21).
CAHEN, D. & MARTIN, P. 1972. "Classification formelle automatique et industries élithiques. Interprétations des hachereaux de la Kamoa". *AMRAC,* 76 (21).
CAHEN, D. & MOEYERSONS, J. 1977. "Subsurface movements of stone artefacts and their implications for the prehistory of Central Africa". *Nature, 266,* 5605: 812-5 (21).
CAHEN, D. & MORTELMANS, G. 1973. "Un site tshitolien sur le plateau des Bateke (République du Zaíre)". *AMRAC,* 81. 46 p.
CAHEN, D. & NOTEN, F. van. 1970. "Des polissoirs dans la grotte de Mpinga (Burundi)". *Africa-Tervuren,* XVI, I: 13-7 (21).
______. 1949. "Validity of the specific gravity method for the determination of the fineness of gold objects". *OJS,* XLIX: 76-92 (9).
CALEY, E. R. 1948. "On the application of Chemistry to Archaeology". *OJS,* XLVIII: 1-8 (9).
CAMPBELL, B. G. 1965. "The nomenclature of the Hominidae". *Royal Anthropological Institute.* Occasional paper, n. 22 (24).

CAMPBELL, R. 1861. *A pilgrimage to my motherland... among Egba and Yoruba in 1859-60.* Philadelphia (6).
CAMP-FABRER, H. 1966. *Matière et art mobilier dans la préhistoire nord-Africaine et saharienne.* Paris, AMG (22) (23).
CAMP-FABRER, H., BOUCHUD, J., CHABEUF, M., CHAMLA, M. C., COUVERT, M., DUGHI, R. & SIRUGUE, F. 1975. *Un gisement capsien de faciès sétifien Madjez II, el-Eulma (Algérie).* Paris, CNRS. 448 p. (22).
CAMPS, G. 1969. *Amekni, Néolithique ancien du Hoggar.* Paris, AMG (22) (23) (24) (28).
______. 1974. *Les civilisations préhistoriques de l'Afrique du Nord et du Sahara.* Paris, Doin. 366 p. (22) (28).
CANDOLLE, A 1883. *L' origine des plantes cultivées.* Paris, F. Alcan (27).
CAPORIACCO, L. D. & GRAZINSI, P. 1934. *Le pinture rupestri di Aïn Doua (Auenat).* Florence, Centro di Studi Colonial i (23).
CAPOT-REY, R. 1953. *Le Sahara français.* Paris, PUF, 487 p. (23).
CAPRILLE, Y. P. 1972. *Carte des langues du Tchad.* Paris, IGN (10).
CARRÉ, J. M. 1932. *Les voyageurs français en Egypte; 1517-1840.* Paris (6).
CARR-SAUNDERS, A M. 1964. *World population, past growth and present trends.* London (14).
CARSON, P. 1962. *Materials for West African history in the archives of Belgium and Holland.* London (6) (24).
______. 1968. *Materiais for West African history in French archives.* London, The Athlone Press (6) (24).
CARTER, G. F. 1964. "Archaeological maize in West Africa: a discussion of Stanton and Willet". *Man,* 64: 95 (24).
CARTER, P. L. & FLIGHT, C. 1972. "Report on the fauna from the sites of Ntereso and Kintampo Rock Shelter six in Ghana: With evidence for the practice of animal husbandry during the second millennium B.C.". *Man,* 7, 2: 227-32 (24).
CASALIS, E. 1859. *Les Bassutos.* Paris (6).
CASTANHOSO, M. 1548. *Historia das cousas que o muy esforçado Dom Christovão da Gama fez nos Reynos de Preste João.* Lisboa (6).
CATON-THOMPSON, G. 1928. *The Badarian civilization. London (28).*
______. 1946. "The Aterian industry: its place and significance in the Palaeolithic world". *JRAI.* 44 p. (23).
______. *1952. Kharga oasis in prehistory.* London, The Athlone Press (23) (25).
CATON-THOMPSON, G. & GARDNER, E. W. 1934. *The desert Fayum.* London, Royal anthropological Institute. 114 p. (23) (24) (25) (28).
CAVAZZI DE MONTECUDOLO, G. A. 1687. *Istorica descrizione dei tre regni Congo.* Bologne (1).
CELIS, M. 1972. *Gepolijst archeologisch stenen materiaal uit de Demokratische Republick van Zaire.* [Tese]. Gand. Université de Gand (21).
CENIVAL, J.-L. de. 1973. *L'Egypte avant les pyramides, IV millénaire.* Grand Palais, 29 mai-3 sept. 1973. Paris, Ed. des Musées nationaux (28).
CERULLI, E. 1926. "Iscrizioni e documente arabi per la Storia della Somalia". *Rivista degli studi orientali* : 1-24 (Intr. Geral) (5) (6).
______. 1931. *Documenti arabi per la storia dell'Etiopia* (5).
______. 1957. *Somalia, seritti vari editi e inediti, I.* Roma (Intr. Geral) (5) (6).
CHAMARD, P. 1969-70. *Le bassin versant de la Sebkha de Chemchane (Adrar de Mauritanie).* Dakar, Fac. Lettres-Sc. Hum. 205 p. (23).
CHAMLA, M. C. 1968. "Les populations anciennes du Sahara et des régions limitrophes: étude des restes humains néolithiques et protohistoriques". *MCRAPE,* 9 (23) (24).
______. 1970. *Les hommes épipaléolithiques de Columnata (Algérie occidentale).* Paris, AMG (22).
______. 1973. "Etude anthropologique de l'Homme capsien de l'Aïn Dokkara (Algérie orientale)". *Libyca,* XXI :9-53.
CHAMOT, E. M. & MASON, C. W. 1938. *Handbook of chemical microscopy.* 2. ed. New York, Wiley. v. I. (9).

CHAMPAULT, B. 1953. "L'industrie de Tachenghit". In: 70ème CONGR. AFSS. 126 p. (23).
CHASSELOUP-LAUBAT, F. de. 1938. *L'art rupestre au Hoggar (Haut Mertoutek).* Paris, Plon. 63 p. (23).
CHAVAILLON, J. 1936. "Quaternaire de la vallée du Guir (Sahara nord-occidental)". *C.R. Som. Séances Soe. Géolog, Fr. (23).*
______. 1958. "Industrie archaïque du Paléolithique ancien en place, dans les alluvions de l'oued Guir (Sahara nord-occidental)". *BSPF,* 55: 431-43 (23).
______. 1964. *Les formations quaternaires du Sahara nord-occidental.* Paris, CNRS, 393 p., 32 pr. (23).
______. 1973. "Chronologie des niveaux paléolithiques de Melka Konturé (Ethiopie)". *CRAS,* 276 :1533-6 (17).
CHAVAILLON, J., BRAHIMI, C. & COPPENS, Y. 1974. "Première découverte d'Hominidé dans l'un des sites acheuléens de Melka Konturé (Ethiopie)". *CRAS,* 278: 3299-302 (17).
CHAVAILLON, J., CHAVAILLON, N., COPPENS, Y. & SENUT, B. 1977. "Présence d'Hominidé dans le site oldowayen de Gomboré I à Melka Konturé, Ethiopie". *CRAS.* t. 285, p. 961-63 (17).
CHELEBI, E. 1938. *Seyahainume.* Istanbul (6).
CHELU, A. 1891. *Le Nil, le Soudan, l'Egypte.* Paris, Chaix (28).
CHESNEAUX, J. 1969. *Le mode de production asiatique.* Paris, Editions Sociales (Concl.).
CHEVALIER, A. 1938. "Le Sahara, centre d'origine des plantes cultivées". In: SOCIÉTÉ DE BIOGÉOGRAPHIE. VI: *La vie dans la région désertique nord-tropicale de l'Ancien Monde.* Paris: 309-22 (27).
CHILDE, G. 1954. *What happened in history?* Harmondsworth, Penguin Books Ltd. (27).
CHURCH, R. J. H. 1969. *Africa and the Islands.* London, Longmans. 494 p. (13).
CISSE, K. & THILMANS, G. 1968. "A propos de la datation des mégalithes sénégambiens". *NA,* 117: 13-7 (24).
CISSOKO, S. M. 1967. *Histoire de l' Afrique occidentale.* Paris, Présence africaine (Intr. Geral).
CLARIDGE, W. W. *History of the Gold Coast and Ashanti.* London (1).
CLARK, G. 1969. *World prehistory,* 2. ed. Cambridge, Cambridge Univ. Press. XVI + 331 p. (19) (24).
CLARK, J. D. 1950. *The Stone Age cultures of Northern Rhodesia.* South African Archaeological Society. Cabo (20).
______. 1957. *Third Panafrican Congress on Prehistory.* London, Chatto and Windus (24).
______. 1960. *The prehistory of Southern Africa.* Harmondsworth, Penguin Books Ltd. (19) (21) (24).
______. 1962. "Vegetation patterns, climate and sands in North East Angola": In: ACTES IV CONGR. PPEQ. p. 151-66 (21).
______. 1963-a. "Ecology and culture in the African Pleistocene". *SAJS,* 59, 7: 353-66 (21).
______. 1963-b. "Prehistoric cultures of North-East Angola and their significance in tropical Africa". *CDAPC,* 62 (21).
______. 1964. *The Sangoan culture of Equatoria: the implications of its stone equipment.* Instituto de prehistoria y arqueología, monografias, Barcelona. 9: 309-25 (20).
______. 1966. "The distribution of prehistoric culture in Angola". *CDAPC, 73* (21).
______. 1967-a. "The problem of Neolithic culture in sub-Saharan Africa". In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. D., eds. *Background to evolution in Africa.* Chicago, Chicago Univ. Press. p. 601-28 (24).
______. 1967-b. *Atlas of African prehistory.* Chicago, Chicago Univ. Press (19) (24).
______. 1968-a. "Review of Oliver Davies's - The Quaternary in the Coastlands of Guinea". *WAAN,* 13, 9: 37-40 (24).
______. 1968-b. "Further palaeo-anthropological studies in Northern Lunda". *CDAPC,* 78 (21).
______. 1969-74. *Kalambo Falls prehistoric site.* Cambridge, Cambridge Univ. Press. 3 v. (19) (20) (21).
______. 1970-a. "The prehistoric origins of African cultures". In: FAGE, J. D. & OLIVER, R. A. *Papers in African prehistary,* Cambridge (21).
______. 1970-b. "The spread of food production in Subsaharan Africa". In: FAGE, J. D. & OLIVER, R. A. *Papers in African prehistory.* Cambridge (27).
______. 1970-c. *The prehistory of Africa.* London, Thames & Hudson (14) (19) (20) (24).
______. 1971-a. "Human behavioural differences in Southern Africa during the Later Pleistocene". *American Anthropologist.* v. 73: 1211-36 (20).

______. 1971-b. "Problems of archaeological nomenciature and definition in the Congo Basin". *SAAB,* XXVI: 67-78 (24).
CLARK, J. D. & HAYNES, C. V. 1969. "An elephant butchery site at Mwan-ganda's village, Karonga, Malawi and its relevance for Palaeolithic archaeology". *WA,* 1, 3: 390-411 (20).
CLARK, J. D. & LE GROS, W. E. 1967. "Man-apes or Ape-men? The story of discoveries in Africa". New York (20).
CLARK, J. D., MAWBY, J. E. & GAUTIER, A. 1970. "Interim report on palaeoanthropological investigations in the Lake Malawi Rift". *Quaternaria,* XIII: 305-54 (20).
CLARK, J. D. & ZINDEREN-BAKKER, E. M. van. 1962. "Pleistocene climates and culturesin North-Eastern Angola". *Nature,* 196,4855: 639-42 (21).
______. 1964. "Prehistoric cultures and Pleistocene vegetation at the Kalambo Falls, Northern Rhodesia". *Nature, 201,* 4923: 971-5 (21).
CLARKE, J. 1848. *Specimens of dialects: short vocabulary of languages and notes of countries and customs in Africa.* Berwick-on-Tweed, D. Cameron. 104 p. (12).
CLARK-HOWELL, P., KLEINDIENST, M. R. & KELLER, C. M. "Isimila, Preliminary report". *Proc. 4th PCPQS* (19).
CUMAP. 1974. *Mapping the atmospheric and oceanic circulations and other climatic parameters at the time of the last glacial maximum about 17000 years ago.* Climatic Research Unit, School of Environmental Sciences, University of East Anglia, Norwich. 123 p. (16).
CNRS, ed. 1974. "Les méthodes quantitatives d'étude des variations du climat au cours du Pléistocène". *Colloque International du CNRS,* 219, 317 p. (16).
COCKERELL, T. A. D. 1907. "A fossil tse-tse fly in Colorado". *Nature, 76,* 414 (14).
______. 1909. "An other fossil tse-tse fly". *Nature, 80,* 128 (14).
______. 1919. "New species of North American fossil beetles, Cockroaches and tse-tse flies". *Proc. NS. St. Nat. Mus.,* 54: 301-11 (14).
COETZE, J. A. & ZINDEREN-BAKKER, E. M. van. 1970. "Palaeoecological problems of the Quaternary of Africa". *SAIS,* 66: 78-84 (21).
COHEN, D. W. 1972. *The historical tradition of Busoga. Mukama and Kintu.* Oxford, The Clarendon Press. X + 218 p. (3).
COHEN, M. 1947. *Essai comparatif sur le vocabulaire et la phonétique du Chamito-sémitique.* Paris, H. Champion. XI + 248 p. (10) (12).
______. 1958. *La grande invention de l'écriture et son évolution.* Paris (10).
COLE, D. T. 1971. "The history of African linguistics to 1945". In: SEBEOK, T. A., dir. *Linguistics in Subsaharan Africa.* v. VII de *Current trend in linguistics.* Paris, La Haye, Mouton (12).
COLE, G. H. 1967. "Nsongezi. Summary account". In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. D. *Background to evolution in Africa.* p. 481-528 (19).
COLE, S. 1964. *The prehistory of East Africa.* New York, London (19).
COLEMAN, J. S. 1958. *Nigeria. Background to nationalism.* Berkeley, California Univ. Press. XIV + 510 p. (3).
COLES, J. M. & HIGGS, E. S. 1969. *The archaeology of early man.* London (19).
COLETTE, J. R. F. 1931. "Industries paléolithiques du Congo belge". In: ACTES XV CONGR. IAAP. p. 285-92 (21).
______. 1935. "Complexe et convergences en préhistoire". *BSRBAP,* 50: 49-192 (21).
COMMONWEALTH ARTS FESTIVAL. 1965. *Treasures from the Commonwealth.* London. Commemorative Catalogue (24).
CONNAH, G. 1967. "Progress report on archaeological work in Bornu. Northern history research scheme, second interim report". Zaria (24).
______. 1969. "Settlement mounds of the Firki – The reconstruction of a lost society". *Ibadan,* 26: 48-62 (24).
______. 1971. "Recent contributions to Bornu chronology". *WAJA,* I: 55-60 (24).
______. 1972. "Archaeology in Benin". *JAH,* 13, 1 :25-38 (24).
CONTI ROSSINI, C. 1928. *Storia d' Etiopia.* Milano (1).

COOK, R. M. 1963. "Archaeomagnetism". In: BROTHWELL, D. & HIGGS, E., eds. *Science in archaeology.* London, Thames and Hudson (9).

COOKE, C. K. 1969. "A re-examination of the 'Middle Stone Age' industries of Rhodesia". *Arnoldia,* 17 (4).

______. 1971. "Excavation in Zombepata Cave, Sipolilo District, Mashonaland, Rhodesia". *SAAB,* XXVI: 104-27 (20).

COOKE, H. B. S. 1958. "Observations relating to Quaternary environments in East and Southern Africa". *TGSSA.* Anexo ao v. 61 (16) (21).

______. 1963. "Pleistocene mammal faunas of Africa with particular reference to Southern Africa". In: HOWELL, F. C. & BOURUERE, F., eds. *African ecology and human evolution.* p. 65-116 (20).

______. 1965. "Tentative correlation of Major Pleistocene deposits in Africa". *The origin of man, Wenner-Green symposium.* Chicago (24).

______. 1972. "Pleistocene chronology: long or short". *Maritimes sediments,* 8, I : 1-12 (16).

COONS, C. S. 1968. *Yengema cave report.* Philadelphia, Univ. of Pensylvania. p. V + 77 + 35 pr. (24).

COPANS, J. & GODELIER, M. 1971. *L'Anthropologie, science des sociétés primitives?* Paris, Denoël (Intr. Geral).

COPPENS, Y. 1960. "Les cultures protohistoriques et historiques du Djourab". In: ACTES I COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR. (Intr. Geral).

______. 1961. "Découverte d'un Australopithéciné dans le Villafranchien du Tchad". *CRAS, 252*: 3851-2 (23) (24).

______. 1962. "Découverte d'un Australopithéciné dans le Villafranchien du Tchad". *Colloques internationaux du CNRS, 104*: 455-9 (23).

______. 1965-a. "L'Hominien du Tchad". *CRAS., 360*: 2869-71 (24).

______. 1965-b. "L'Hominien du Tchad". In: ACTS V CONGR. PPEC, I. p. 329- 30 (24).

______. 1966-a. "Le Tchadanthropus". *Antropologia, 70*: *5-16.*

______. 1966-b. "Le gisement des vertébrés quaternaires de l'Ouest africain". *BIFAN,* A, 27: 373-81 (24).

______. 1970-a. "Localisation dans le temps et dans l'espace des restes d'Hominidés des formations plio-pléistocènes de l'Omo (Ethiopie)". *CRAS,* 271: 1968-71 (17).

______. 1970-b. "Les restes d'Hominidés des séries inférieures et moyennes des formations plio-villafranchiennes de l'Omo en Ethiopie". *CRAS, 271*: 2286-9 (17).

______. 1971. "Les restes d'Hominidés des séries supérieures des formations plio-villafranchiennes de l'Omo en Ethiopie". *CRAS,* 272: 36-9 (17).

______. 1972. "Tentative de zonation du Pliocène et du Pléistocène d'Afrique par les grands Mammifères". *CRAS;* 274: 181-4 (17).

______. 1973-a. "Les restes d'Hominidés des séries inférieures et moyennes des formations plio-villafranchiennes de l'Omo en Ethiopie (récoltes 1970, 1971 et 1972)". *CRAS,* 276: 1823-6 (17).

______. 1973-b. "Les restes d'Hominidés des séries supérieures des formations plio-villafranchiennes de l'Omo en Ethiopie (récoltes 1970, 1971 et *1972)". CRAS,* 276: 1981-4 (17).

______. 1975-a. "Evolution des Mammifères, de leurs fréquences et de leurs associations au cours du Plio-Pléistocène dans la basse vallée de l'Omo en Ethiopie". *CRAS,* 281: 1571-4 (17).

______. 1975-b. "Evolution des Hominidés et de leur environment au cours du Plio-Pléistocène dans la basse vallée de l'Omo en Ethiopie". *CRAS, 281*: 1693-6 (17).

COPPENS, Y., HOWELL, F. c., ISAAc, G. L. & LEAKEY, R. E. F. 1976. *Earliest man and environments in the Lake Rudolf basin.* Univ. of Chicago Press. XXII + 615 p. (17) (18) (19).

CORBEIL, R 1951-a. "Les récentes découvertes au Cap Vert concernant le Paléolithique". *BIFAN,* B, 13: 384-437 (24).

______. 1951-b. "Mise en évidence d'industries lithiques anciennes dans l'extrême ouest sénégalais". *C.R. Com. Intern. Africanistes Ouest I,* 2: 387-90 (24).

CORBEIN, R., MAUNY, R. & CHARBONNIER, J. 1948. "Préhistoire et protohistoire de la presque'île du Cap Vert et de l'extrème ouest sénégalais". *BIFAN,* B, *10*: 378-460 (24).

CORNEVIN, R 1962. *Histoire de l' Afrique*. Paris (5).
CORREIA, E. A. de S. 1937. *História de Angola*. Lisboa.
COUPEZ, A. & KAMAZI, T. 1970. *Littérature de cour au Rwanda*. Oxford (7).
COURSEY, D. G. 1967. *Yams*. London, Longmans-Green. XIV + 230 p. (24).
______. 1972. "The origins and domestication of yams in Africa". *Proc. Burg, Wart. Symp.*, 56 (24).
COURSEY, D. G. & ALEXANDER, J. 1968. "African agricultural patterns and the Sickle Cell". *Science, 160*: 1474-5 (24).
COURTOIS, C. 1955. *Les Vandales et l'Afrique*. Paris (5).
CREACH, D. A. 1970. "A tale type index for Africa". *Research in Africa, Literatures,* I, *1*: 50-3, Austin (7).
CREACH, P. 1951. "Sur quelques nouveaux sites et quelques nouvelles industries préhistoriques d'Afrique occidentale française". *C.R. Com. Intern. Africanistes Ouest I,* 2: 397-430 (24).
CREACH, S. A. 1852. *A vocabulary of the Yoruba language*. London, Seeleys. V + 38, 219 p. (12).
CRONE, G. R, ed. 1937. *The voyages of Cadamosto*. London, Hakluyt Society (1).
CROWTHER, S. 1885. *Journal of an Expedition up the Niger and Tshadda Rivers*. London (16).
CUGOANO, O. 1787. *Thoughts and sentiments on the wicked traffic of the slavery*. London (6).
CUNY, A. 1946. *Invitation à l'étude comparative des langues indo-européennes – et des langues chamito-sémitiques*. Bordeaux (10).
CUOQ, J. 1975. *Recueil des sources arabes concernant l'Afrique occidentale du VII^e au XVI^e siècle (Bilad al-Sudan)*. Paris, CNRS. 493 p. (5).
CURRY, R. R. 1969. *Chronologie glaciaire absolue de la Sierra Nevada, Californie, pour les derniers 2700000 ans*. [Tese] Paris (16).
CURTIN, P. D. 1960. "The archives in tropical Africa: A reconnaissance". *JAH,* I, 1: 129-147.
______. 1968. "Field techniques for collecting and processing oral data". *JAH,* IX, 3: 367-85 (7).
CURTIN, P. D. & VANSINA, J. 1964. "Sources of the 19th century Atlantic slave trade". *JAH,* 5 (6).
CUVELIER, J. & JADIN, L. 1954. *L'Ancien Royaume du Congo d'après les archives romaines 1518-1640*. Bruxelas (6).
DAHL, O. C. 1951. *Malgache et Maanjan: Une comparaison linguistique*. Oslo, Egede Institut. 406 p. (12).
DAIN, A. 1961. "Témoignage écrit et philologie". *L'histoire et ses méthodes*. Paris. [Encyclopédie de la Pléiade] (5).
DALBY, D. 1965. "The Mel languages: A reclassification of Southern 'West Atlantic'". *ALS,* 6 (10) (12).
______. 1966. "Levels of relationship in the classification of African languages". *ALS (10).*
______. 1967. "Survey of the indigenous scripts of Liberia and Sierra Leone". *ALS,* 8 (6).
______. 1970-a. *Language and history in Africa*. London, Franck Cassad and Co. 160 p. (10).
______. 1970-b. "Reflections on the classification of African languages, with special reference to the work of Sigismund Wilhem Koelle and Malcolm Guthrie". *African language studies,* XI (12).
DALLONI, M. 1935. *Mission au Tibesti (1930-1931)*. Paris, Gauthier-Villar. 2 v. (23).
______. 1948. *Matériaux pour l'étude du Sahara oriental, région entre la Libye, le Tibesti et le Kaouar (Niger)*. Alger, *IRS*. 120 p. (23).
______. 1952. "La station moustérienne de Retalmia près d'Inkermann (Algérie)". In: ACTES II CONGR. PPEQ. p. 419-27 (22).
DALLONI, M., DALRYMPLE, G., BRENT, LANPHERE & MARVIN, A. 1969. *Potassium-Argon Dating. Principles, techniques and applications to geochronology*. San Francisco, W. H. Freeman and Co. (4).
DALLONI, M. & MONOO, T. 1948. "Géologie et préhistoire (Fezzan méridional, Kaouar et Tibesti)". Mission scientifique du Fezzan (1944-45). *Trav. IRS,* 6 (23).
DALTON, G. 1968. *Primitive, archaic and modern economies. Essays of Karl Polanyi*. New York (13).
DAMAS, L, ed. 1966. "Ecological essays: Proceedings of the conference of cultural ecology". *Museum of Canada Bull., 230* (27).
DANIEL, G. *The three ages*. Cambridge, Cambridge University Press (24).
DANIELS, C. 1970. *The Garamantes of Southern Libya*. Stoughton, Oleander Press (24).
DAPPER, O. 1668. *Naukeurige Beschrijvinghe des Afrikaenshe Gewesten*. Amsterdam.

DARLINGTON, C. D. 1963. *Chromosomes botany and the origins of cultivated plants.* London, G. Allen Unwin Ltd. (27).

DAVIDSON, B. 1959. *The lost cities of Africa.* Boston, Atlantic monthly Press (Intr. Geral).

______. 1964. *The African past.* London, Longmans (Intr. Geral).

______. 1965-a. *Old Africa rediscovered.* Paris, PUF (Intr. Geral).

______. 1965-b. *Mère Afrique.* Paris, PUF (Intr. Geral).

______. 1967. *The growth of African civilisation: West Africa 1000-1800.* London, Longmans (Intr. Geral).

DAVIES, O. 1959. "The distribution of Old Stone Age material in Guinea". *BIFAN,* B, 21: 1-2 (24).

______. 1960. "The neolithic revolution in tropical Africa". *T H SG,* 4 (24).

______. 1961. *Archaeology in Ghana.* Edimburg, Nelson. IV + 45 p. (24).

______. 1962. "The neolithic culture of Ghana". In: ACTES IV CONGR. PPEQ, 3. p. 291-301 (24).

______. 1964. *The Quaternary in the Coastlands of Guinea.* Glasgow, Jackson. XVI + 276 p. (24).

______. 1966-a. "The invasion of Ghana from the Sahara in the Early Iron Age". In: ACTAS V CONGR. PPEC, 2, p. 27-42 (24).

______. 1966-b. "Comment on: 'J. Arkell, B. Fagan and R. Summers, The Iron Age in Subsaharan Africa'". *CA,* 7: 470-1 (24).

______. 1967-a. "New radiocarbon dates from Ghana". *BASEQUA,* 14-5: 28 (24).

______. 1967-b. *West Africa before the Europeans.* London, Methuen. XX + 364. p. (24).

DAVIES, O., HUGOT, H. & SEODON, D. 1968. "The origins of African agriculture". *CA,* 9, 5: 479-504.

DAVISON, C. C. 1973. "Glass beads in African archaeology", *AATA, 1*0, 2 (9).

DAVISON, C. C., GIAUQUE, R. D. & CLARK, J. D. 1971. "Two chemical groups of dichroic glass beads from West Africa". *Man,* 6, 4: 645-9 (9).

DAY, M. H. & LEAKEY, R. E. F. 1973. "New evidence for the genus Homo from East Rudolf, Kenya, I". *AJPA,* 39: 341-54 (17).

______. 1974. "New evidence for the genus Homo from East Rudolf, Kenya, III". *AJPA,*41: 367-80 (17).

DAY, M. H., LEAKEY, R. E. F., WALKER, A. C. & WOOD, B. A. 1975. "New hominids from East Rudolf, Kenya, I". *A JPA,* 42: 461-76 (17).

______. 1976. "New hominids from East Turkana, Kenya". *AJPA,* 45, 3: 369-436 (17).

DAYRELL, E. 1911. "Further notes on nsibidi signs with their meanings from the Ikom district, Southern Nigeria". *JRAI,* v. 41, pr. LXV-LXVII (10).

DEACON, H. J. 1970. "The Acheulian occupation of Amanzi Springs, Uitenhage district, Cape province". *ACPM.* 8, 11 (20).

______. 1972. "Wilton: an assessment after fifty years". *SAAB,* XXVII, 1-2: 10-48 (20).

______. 1972. "A review of the post-Pleistocene in South Africa". *SAAB,* Goodwin series I: 26-45 (20).

DEBONO, F. 1948-a. "Le Paléolithique final et le Mésolithique à Hélouan", *ASAE,* XLVIII: 629-37 (25).

______. 1948-b. "El-Omari". *ASAE,* XLVIII : 562-8 (25).

______. 1951. "Expédition archéologique royale au Désert oriental". *ASAE,* LI: 59-91 (25).

______. 1954. "La nécropole prédynastique d'Héliopolis". *ASAE,* LII: 625-52 (25).

______. 1956. "La civilisation prédynastique d'el-Omari (nord d'Hélouan)". *BIE,* XXXVII: 331-9 (25).

______. 1969. "Le sentiment religieux à l'époque préhistorique en Egypte". *CHE,* XI: 1-13 (25).

______. 1970. "Recherches préhistoriques dans la région d'Esna". *BIFAD,* LXIX: 245-51 (25).

______. 1971-a. "Etude des dépôts de silex". *Graffiti de la Montagne thébaine.* Cairo (25).

______. 1971-b. "Prospection préhistorique (campagne 1972-1973)". *Graffiti de la Montagne thébaine,* t. I, 4, Cairo (25).

______. 1975. "Thèbes préhistorique, ses survivances à l'époque pharaonique". In: ACTES ou XXIX" CONGR. INTERN. ORIENT. (25).

______. 1976-a. "L'homme oldowaien en Egypte". *BIE* (25).

______. 1976-b. "Survivances préhistoriques de l'usage du silex à l'époque pharaonique". *BIE* (25).

DEGAN, T. 1956. "Le site préhistorique de Tiémassas (Sénégal)". *BIFAN,* B, 8: 432-61 (24).
DELAFOSSE, M. 1901. *Essai de manuel pratique de la langue mandé ou Mandingue.* Paris, Leroux, 304 p. (12).
______. 1912. *Haut-Sénégal-Niger.* Paris, Larose (10).
______. 1914. "Mots soudanais du Moyen Age". *Mém. Soco Ling.,* 18, Paris (10) (12).
______. 1924. "Groupe sénégalo-guinéen". In: MEILLET, A. & COHEN, M, dir. *Langues du monde.* Paris, H. Champion. XVI + 811 p. (10) (12).
DELANY, M. R. 1861. *Official report on the Niger Valley exploring party.* Leeds (6).
DELCROIX, R. &. VAUFREY, R. 1939. "Le Toumbien de Guinée française". *Anthropologie,*49: 265-312 (23) (24).
DELIBRIAS, G., GUILLIER, M. T. & LABEYRIE, J. 1974. "Gif natural radiocarbon measurements VII". *Radiocarbon,* 16, 1: 15-94 (21).
DE LIVRE, A. 1974. *L'histoire des rois d'Imerina: Interprétation d'une tradition orale.* Paris (8).
DEMOUGEOT, E. 1960. "Le chameau et l'Afrique du Nord romaine". *Annales,* 209-47 (26).
DENIS, J., VENNETIER, P. & WILMET, J. 1971. *L'Afrique centrale et orientale.* Paris, PUF. 294 p. (13).
DENNINGER, E. 1971. "Use of paper ehromatography to determine the age of albuminous binder and its applieation to roek paintings". *SAAAS,* 2: 80-4 (9).
DENY, J. 1930. *Sommaire des archives turques du Caire.* Cairo, *IFAO (6).*
DESCAMPS, C. 1971. "D. Les mégalithiques du Sine-Saloum". In: *Sénégal, préservation et mise en valeur du patrimoine archéologique.* Paris, Unesco (24).
DESCHAMPS, H. 1962. "Pour une histoire de l'Afrique". *Diogène, 37*: 113-20 (Intr. Geral). "Regards sur l'Afrique".
______. 1964. *L'Afrique tropicale aux XVII^e^-XVII^e^ siècles.* Paris, CDU (Intr. Geral).
______. 1969. L'*Afrique no ire précoloniale.* Paris, PUF (Intr. Geral).
DESCHAMPS, H. et al., 1970. *Histoire générale de l'Afrique noire.* Paris, PUF. 2 t. (Intr. Geral) (7).
DESPLAGNES, L. 1907-a. "L'archéologie préhistorique en Guinée française". *BSGC (24).*
______. 1907-b. *Le plateau central nigérien.* Paris, Larose (21).
DESPOIS, J. & RAYNAL, R. 1967. *Géographie de l'Afrique du Nord-Ouest.* Paris, Payot. 571 p. (13).
DESTANIQ, E. 1911. "Notes sur des manuscrits arabes de l'Afrique ocidentale". *Revue Africaine* (Intr. Geral) (5) (6).
DEVA, I. 1974. "La tradition orale et l'étude des soeiétés agricoles". *Diogène,* 85: 123-42 (4).
DIAGNE, P. 1972. *Anthropologie de la littérature wolof.* Oakar, IFAN (10).
______. 1976. *Enquète linguistique.* Tehad, Unesco (10).
DIALLO, T. 1968. *Les institutions politiques du Fouta-Djallon au XIXe siècle.* Dakar (ronéo.) (6).
DIEHL, C. 1969. *L'Afrique byzantine.* 2. ed. New York. 2 v. (5).
DIENG, A. A. 1974. *Classes sociales et mode de production esclavagiste en Afrique de l'Ouest.* Paris, CERM, n. 114 (Concl.).
DIENG, A. A. 1978. Hegel, Marx, Engels et les problèmes de l'Afrique noire. Paris, Fonkoré.
DIMBLEBY, G. W. 1963. "Pollen analysis". In: BROTHWELL, O. & HIGGS, E., dir. *Science in archaeology,* London, Thames and Hudson, p. 139-149 (9).
DIOP, C. A. 1955. *Nations nègres et culture.* Paris, Prés. Afr. (10) (24).
______. 1959. *L'unité culturelle de l'Afrique noire.* Paris, Prés. Afr.
______. 1960. *L'Afrique noire précoloniale.* Paris, Prés. Afr. (24).
______. 1962. "Réponse à quelques critiques". *BIFAN,* B, 24: 542-74 (24).
______. 1962. "Histoire primitive de l'Humanité: Evolution du monde noir". *BIFAN,* B, 24: 449-541 (24).
______. 1973. *Introduction à l'étude des migrations en Afrique occidentale et centrale.* Dakar, IFAN (6) (10).
______. 1974. *Physique nucléaire et chronologie absolue.* Oakar-Abidjan, NEA (4).
DIOP, M. 1971-2. *Histoire des classes sociales dans l'Afrique de l'Ouest,* Paris, F. Maspero (Concl.).
DOBLHOFER, E. 1959. *Le Déchiffrement des écritures.* [Trad. do alemão]. Paris, Arthaud (4).

DOIZE, R. L. 1938. "Les boules de pierre et les pierres perforées des collections de préhistoire du musée du Congo". *AMRAC,* I: 89-140 (21).
DOKE, C. M. & COLE, D. T. 1961. *Contribution to the history of African linguistics.* Johannesburg, Witwatersrand University Press, 129 p. (12).
DORESSE, J. 1972. *Histoire sommaire de la Corne orientale de l'Afrique.* Paris (5).
DORIZE, L. 1974. "L' oscillation pluviométrique récente sur le bassin du lac Tehad et la circulation atmosphérique générale". *Revue de géographie physique et de géologie dynamique,* 16, 4: 393-420 (16).
DORSON, R. M. 1972. *African Folklore. Garden City* (*relatos, gêneros orais, folclore, literatura e história*). New Yorker, Anchor Books (8).
______. 1976. "Oral literature, oral history and the folklorist". In: *Folklore and Fakelore.* Cambridge. p. 127-44 (8).
DORST, J. P. & DANDELOT, F. 1970. *A field guide to the larger mammals of Africa.* London, Collins (24).
DRAR, M. 1963. "Flore du continent africain: Région au nord du Sahara". *Enquète sur les ressources naturelles du continent Africain.* Paris, Unesco, p. 257-70 (13).
DRIOTON, E. & VANDIER, J. 1962. *L'Egypte.* 4. ed. aum. Paris, PUF. 2 v. (5) (28).
DROUX, G. & KELLEY, H. 1939. "Recherches préhistoriques dans la région de Boko-Songho et à Pointe-Noire (Moyen-Congo)". *JSA,* 9: 71-84 (21).
DUBIEF, J. 1959. "Le climat du Sahara". *Mém. IRS,* 2 v. (23).
DUBOIS, W. E. B. 1903. *The souls of black folk.* Mae Clurg (Intr. Geral).
______. 1939. *Black folk: then and now.* New York, H. Holt (Intr. Geral).
DUMOULIN DE LAPLANTE, P. 1947. *Histoire générale synchronique.* Paris (Concl.).
DUNBAR, J. H. 1941. *Some Nubian rock pictures of lower Nubia.* Cairo (23).
DUNHAM, D. 1950-63. *The Royal cemeteries of Kush.* 5 v.; El Nuri, v. 2, 1955, Boston. University of Fine Arts (28).
DUNHILL, A. 1969. *The Pipe Book.* Ed. rev. London, Barker (24).
DUVEYRIER, H. 1864. *Les Touaregs du Nord.* Paris, Challamel. 502 p. (23).
DUVIGNEAUD, P. 1958. "La végétation du Katanga et de ses sois métallifères". *Bulletin de la Société Royale de Botanique de Belgique, 90*, 2: 126-278 (21).
DUYVENDAK, J. J. L. 1949. *China's discovery of Africa*. London (5).
______. 1973. "Eastern african coast". *JRAS*: 98-122 (Intr. Geral) (5) (6).
EBOUE, F. 1933. "Les peuples de l'Oubangui-Chari. Essai d'ethnographie, de linguistique et d'économie sociale". *Ethnographie*, *27*: 3-79 (21).
EDWARDS, I. E. S. 1970. "Absolute dating from Egyptian records and comparison with carbon-14 dating". *PTRS*, *269*, 1193:11-9 (9).
EGHAREVBA, J. 1960. *A short history of Benin*. Ibadan, Ibadan Univ. Press (24).
EHRET, C. 1963. "Sheep and Central Sudanic peoples". *JAH*, IX, 2 (Intr. Geral).
EL-KETTANI, M. 1961. "L'histoire et ses méthodes". Paris, [*Encyclopédie de la Pléiade*] NRF (Intr. Geral).
______. 1968-a. "Les manuscrits de l'occident africain dans les bibliothèques du Maroc". *HT, 9*, I: 57-63 (Intr. Geral).
______. 1968-b. "Les sections d'archives et de manuscrits des bibliotheques maracaines". *HT, 9*, 3: 459-68 (Intr. Geral).
EL-TOUNSY, O. 1845. *Voyage au Darfour*. Trad. D' Perron. Paris (6).
EMERY, W. B. 1961. *Archaic Egypt*. Harmondsworth, Penguin Book (28).
______. 1965. *Egypt in Nubia*. London, Hutchinson (28).
EMILIANI, C. 1975. "Paleoclimatological analysis of Late Quaternary cores from the North-eastern Gulf of Mexico". *Science, 189*, 4208: 1083-7 (16).
EMPHOUX, J. P. 1970. "La grotte de Bitorri au Congo-Brazzaville". *CORSTOM*, II: 3-20 (21).
ENCYCLOPEDIE DE L'ISLAM. 2. ed. Leyde (Intr. Geral) (5).
ENGELMAYER, R. 1965. *Die Felsgravierungen in Distrikt Sayala Nubien*. Vienna, H. Böhlaus Nachf. 90 p. (23).

ENNOUCHI, E. 1962. "Un néandertalien: l'homme du Djebel Irhoud". *Anthropologie*, *66* (22).
ERMAN, A. & RANKE, H. 1952. *Aegypten und aegyptischen Leben im Altertum*, Tübingen. Tradução francesa: *La Civilisation égyptienne*. Paris, Payol (28).
EVANS-PRITCHARD, E. E. 1939. "Nuer Time Reckoning". *Africa, 12*: 189-216 (7).
EWING, G. W. 1954. *Instrumental methods of chemical analysis*. London, McGraw Hill Book Company Inc. (9).
EYO, E. 1969. "Excavation at Ile-Ife". *Afr. Arts*: 44-7 (24).
__________. 1972-a. "Rop Rock Shelter excavations 1964". *WAJA*, 2: 13-6 (24).
__________. 1972-b. "New treasures from Nigeria". *Expedition*, *14*, 2: 1-11 (24).
__________. 1974. "Excavations at Odo-Ogbe Street and Lafogido, Ife, Nigeria". *WAJA*, 4 (24).
EYRE, S. R. 1968. *Vegetations and soils*. London, Arnold (14).
FAEGRI, K. & IVERSEN, J. 1950. *Introduction to pollen analysis*. Copenhague (9).
FAGAN, B. M. 1969. "Radiocarbon dates for Subsaharan Africa, VI". *JAH. 10*: 149-09 (24).
FAGAN, B. M. & NOTEN, F. van. 1971. "The Hunter-gatheres of Gwisho". *AMRAC, 74*. XXII + 228 p. (21)
FAGE, J. D. 1962. *An introduction to the history of West Africa*. 3. ed. Cambridge (Intr. Geral).
______. 1966. *An atlas of African history*. London, Arnold.
______. 1970. *Africa discovers her past*. Oxford, Oxford Univ. Press (15)
FAGE, J. D. & OLIVER, R. A. 1970. "Papers in African prehistory". *JAH* (Concl.).
FAGG, A. 1972-a. "Pottery from the Rock Shelter excavations of 1944 and 1964". *WAJA*, *2*: 29-38 (24).
______. 1972-b. "Excavation of an occupation site in the Nok Valley, Nigéria". *WAJA, 2*: 75-9 (24).
FAGG, B. E. B. 1944. "Preliminary report on a microlithic industry at Rop Rock Shelter, Northern Nigeria". *Proceedings of the Prehistoric Society*, 10: 68-9, Cambridge (24).
______. 1945. "A preliminary note on a new series of pottery figures from Northern Nigeria". *Africa*, *15*: 21-2 (24).
______. 1956-a. "An outline of the Stone Age of the Plateau Minesfield". *Proc. III Intern. WAC*: 203-22 (24).
______. 1956-b. "The Nok culture". *WAR, 27*: 1083-7 (24).
______. 1959. "The Nok culture in prehistory". *JHSN. 1*, 4: 288-93 (24).
______. 1962. "The Nok terracottas in West African art history". In: ACTES IV CONGR. PPEQ. III. p. 445-50 (24).
______. 1968. 'The Nok culture: Excavations at Taruga". *WAAN, 10*: 27-30 (24).
______. 1969. "Recent work in West Africa; new light on the Nok culture". *WA*, I: 41-50 (24).
______. 1972. "Rop Rock Shelter excavations 1944". *WAJA, 2*: 1-12 (24).
FAGG, B. E. B. & FLEMING, S. J. 1970. "Thermoluminescent dating of a terracotta of the Nok culture, Nigeria". *Archaeometry*, 12: 53-5 (24).
FAGG, W. 1963. *Nigerian images*. London, Lund Humphries. 124 p. (24).
FAGG, W. & WILLETT, F. 1960. "Ancient Ife: An ethnographical summary". *ODU, 8*: 21-35 (24).
FARAG, N. & ISKANDER, A. 1971. *The discovery of Neferwptah*. Cairo (9).
FARINE, B. 1963. *Sites préhistoriques gabonais*. Libreville, Ministère de l'Information (21).
______. 1965. "Recherches préhistoriques au Gabon". *BSPPG*, v. I, 3: 68-84 (21).
______. 1967. "Quelques outils principaux des divers faciès préhistoriques dês districts de Ndjole et de Booué". *BSPPG*: 22-36 (21).
FAULKNER, R. O. 1953. "Egyptian military organisation". *JEA, 39*: 32-47 (28).
FAURE, H. 1962. *Reconnaissance géologique des formations sédimentaires post-paléozoïques du Niger oriental*. [Tese] Paris (23).
______. 1967. "Evolution des grands lacs sahariens à l'Holocène". *Quaternaria, 15*: 167-75 (16).
______. 1969. "Lacs quaternaires du Sahara". *Internationale Vereinigung für theoretische und Angewandte Limnologie*, *17*: 131-48 (16).
FAURE, H. & ELOUARD, P. 1967. "Schéma des variations du niveau de l'océan Atlantique sur la côte de l'ouest de l'Afrique depuis 40000 ans". *CRAS,* 265: 784-7 (24).
FEREMBACH, D. 1970. *Les cro-magnoïdes de l'Afrique du Nord. L'homme de Cro-Magnon*. Paris, AMG (22).

FEREMBACH, D., DASTUGUE, J. & POITRAT-TARGOWLA, M.-J. 1962. *La nécropole épi-paléolithique de Taforalt (Maroc oriental).* Casablanca (22).
FERGUSON, J. 1969. "Classical contacts with West Africa". In: THOMPSON, L. A. & FERGUSON, J., eds. *Africa in classical antiquity,* Ibadan, Ibadan Univ. Press IX + 221 p. (24).
FIELDS, P. R, MILSTED, J., HENRICKSEN, E. & RAMETTE, R W. 1971. "Trace impurities copper ores and artefacts". *Science and archaeology*: 131-43 (4).
FILESI, T. 1962. *La relazione della Cina con l'Africa nel medievo.* Milano (5).
FILIPOWIARK, M. 1969-a. "L' expédition archéologique polono-guinéenne à Niani en 1968". *Africana* II: 107-17 (24).
______. 1969-b. "Discovering Niani". *Polish Review,* 4, 92: 14-6 (24).
FINNEGAN, R 1970. *Oral literature in Africa.* Oxford (8).
FISHER, H. J. 1972. "He swalloweth the ground with fierceness and rage: the horse in the Central Sudan". *JAR,* 13, 3: 367-88 (24).
FLAMAND, G. B. M. 1902. "Les pierres écrites (Hadjrat Mektoubat), du nord de l'Afrique et spécialement de la région d'In Salah". *Anthropologie, 12*: 535-8 (23).
______. 1921. *Les pierres écrites (Hadjrat Mektoubat). Gravures et inscriptions rupestres du Nord Africain.* Paris, Masson (23).
FLEMING, H. C. 1969. "The classification of West Cushitic within Hamito-Semitic". In: McCALL, D. F., BENNETT, N. R. & BUTTER, J., dir. *Eastern African history,* New York, Washington, London and Praeger (12).
FLIGHT, C. 1970. "Kintampo 1968". *WAAN,* 12: 71-3 (24).
FLINT, R F. 1947. *Glacial geology and the Pleistocene epoch.* London, New York. 589 p. (16).
______. 1959-a. "Pleistocene climates in Eastern and Southern Africa". *BGSA, 70*: 343-74 (16) (21).
______. 1959-b. "On the basis of Pleistocene correlation in East Africa". *Geology Magazine,* V, 96: 265-84 (21) (24).
______. 1971. *Glacial and Quaternary geology.* New York, Wiley. p. XIV + 892 (16) (24).
FLUTRE, L. F. 1957. *Pour une étude de la toponymie de l'A.O.F.* Dakar, publ. da Universidade (Intr. Geral).
FODOR, I. 1966. *The problems in the classification of the African languages.* Budapest, Center for Afro-Asian Research of the Hungarian Acad. Se. (4).
FOERSTER, R, ed. 1893. *Scriptores physiognomici.* Leipzig, Teubner (11).
FORBES, R. J. 1964. *Studies in ancient technology.* Leyde, Brill. v. 1 (28).
FORD, J. 1971. *The historical role of tsé-tsé.* Oxford, The Clarendon Press. (Intr. Geral).
FORDE, D. 1954. *African worlds.* London, OUP (Intr. Geral).
______. 1956. *Efik trades of old Calabar.* London (6).
FORTES, M. & EVANS-PRITCHARD, E. E. 1952. *African political systems.* London, OUP (Intr. Geral).
FOSBROOKE, H. A. 1950. "Rock-paintings of North-Central Tanzania". *TNR,* 29 (19).
FOUREAU, F. 1883. "Excursion dans le Sahara algérien". *L'Explorateur, 16* (23).
______. 1905. *Documents scientifiques de la mission saharienne.* Mission Foureau-Lamy, d'Alger au Congo par le Tchad. Paris, Masson. 3 v. (23).
FOURNIER, F. 1963. "Les sols du continent africain". *Enquète sur les ressources naturelles du continent Africain.* Paris, Unesco, p. 227-55 (13).
FREEMAN, T. 1843. *Journal of various visits to the kingdom of Ashanti, Dahomey and Abeokuta.* London (6).
FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1958. "Swahili literature and the history and archaeology of the East African coast". *IEASC,* 28, 2 (Intr. Geral) (5) (6).
______. 1959. "Medieval evidences for Swahili". *IEASC,* 29, 1 (Intr. Geral) (5) (6).
______. 1960. "East African coin finds and their historical significance". *JAR, 1* : 31-43 (Intr. Geral) (5) (6).
______. 1962. *The East African coast, select documents from the first to the early nineteenth century.* Oxford (6).
FROBENIUS, L. 1913. *The voice of Africa.* London, B. Bleen (Intr. Geral).

FROBENIUS, L. 1937. *Ekade Ektab. Die Felsbilder Fezzan.* Veröffentlichung des Forschungsinstitut für Kulturmorphologie. Leipzig, Harrasowits (23).
______. 1949. *Mythologie de l'Atlantide.* Paris, Payot (Intr. Geral).
______. 1952. *Histoire de la civilisation Africaine.* Paris, Gallimard (Intr. Geral).
FROBENIUS, L. & OBERMAIER, H. 1923. *Hadschra Mektuba.* Munich. K. Wolff (23).
FROGER, J. 1965. "La machine électronique au service des sciences humaines". *Diogène,* 52 : 110-44 (4).
FROUDE, J. A. 1888. *The English in the West Indies.* Oxford (1).
FURON, R 1943. *Manuel d'archéologie préhistorique.* Paris, Payot (Concl.).
______. 1958. *Manuel de préhistoire générale.* Paris, Payot (Concl.).
______. 1960. *Géologie de l'Afrique.* Paris, Payot. 351 p. (13).
FYNN, N. F. 1950. *The diary of... 1803-61.* Pietermaritsburg (6).
GABEL, C. 1966. "Prehistoric populations of Africa". *BUPA*: 1-37 (15).
GABEL, C. & BENNETT, N. R. 1967. *Reconstructing African culture history.* Boston, Boston Univ. Press (15).
GALTON, F. 1891. *Narrative of an explorer in tropical Africa.* 4. ed. London (6).
GARDINER, A. H. 1947. *Ancient Egyptian onomastica.* London, Oxford Univ. Press (28).
______. 1957. *Egyptian grammar.* 3. ed. London, Oxford Univ. Press (28).
GARDNER, J. V. & HAYS, J. D. 1975. "Eastern equatorial Atlantic: subsurface temperature and circulation responses to global climatic charge during the past 200000 years". *GSAM* : 145 (16).
GARLAKE, P. 1974. "Excavations at Obalara's Land, Ife, Nigeria". *WAIA, 4* (24).
GASSÉ, F. 1975. *L'Evolution des lacs de l'Afar Central (Ethiopie et TFAI) du Plio-Pléistocène à L'Actuel.* [Tese] Paris, Université de Paris. VI, 3 v. (16).
GAUSSEN, M. & J. 1965. "Un atelier de burins à Lagreich-Néo. 1, Oued Tilemsi (Mali)". *Anthropologie,* 69 (23).
GAUTIER, E. F. 1914. "Minette de St-Martin, note sur une collection préhistorique saharienne". *Revue Africaine* (23).
______. 1933. "Deux centres d'influence méditerranéenne qui rendent intelligible l'Afrique occidentale". *BSGF*: 71-2 (Intr. Geral).
______. 1946. *Le Sahara algérien.* Paris (23).
______. 1950. *Le Sahara.* 3. ed. Paris, Payot. 231 p. (23).
GAUTIER, E. F. & REYGASSE, M. 1923. "Découverte d'un outillage moustérien à outils pédonculés atériens dans le Tidikelt, oueld Asriouel, région d'Aoulef Chorfa". In: ACTES 46 CONGR. *AFAS (23).*
______. 1934. "Les monuments de Tin Hinan". *AASC,* 7, 12 p. (23).
GENTNER, W. & LIPPOLT, H. J. 1963. "The potassium-argon dating of Upper Tertiary and Pleistocene deposits". In: BROTHWELL, D. & HIGGs, E., dir. *Science in archaeology.* London, Thames and Hudson, p. 72-84 (9).
GERMAIN, G. 1957. "Qu'est-ce que le périple d'Hannon?" *Hespéris,* Rabat (5).
GEUS, F. 1976. *Rapport annuel d'activité 1975-6.* Khartoum, Service des Antiquités du Soudan (28).
GIEGENGACK, R. F. 1968. *Late Pleistocene history of the Nile Valley in Egyptian Nubia.* [Ph. D. Dissertation] Yale University (16).
GILBERT, E. W. 1932. "What is historical geography?". *The Scottish geographical magazine,* 48, 3 (14).
GLELE, M. Ahanhanzo. 1974. *Le Danxome, du pouvoir Aja à la nation Fon.* Paris, Nubia (10).
GOBERT, E. G. 1951-2. "El-Mekta, station princeps du Capsien". *Karthago,* 2, 72 p. (22).
______. 1963. "Bibliographie critique de la préhistoire tunisienne". *Cah. de Tunisie,* 41-2 : 37-77 (22).
GODEE-MOLSBERGEN, E. C. 1916-32. *Reüsen in Zuid Africa in the Hollandse Tijd.* La Haye. 4 v. (6).
GOODWIN, A. J. H. & RIET LOWE, C. van. 1929. "The Stone Age cultures of South Africa". *ASAM,* 27 (20).
GOODY, J. ed. 1968. *Literacy in traditional societies.* Cambridge (7).
GOROG-KARADY, V. 1966-72. "Littérature orale africaine: Bibliographie analytique (périodiques)", *CEA,* 21, VIII: 243-501; 36, IX: 631-66; *40,* X: 583-631; 45, XII: 174-92 (7).

GOUROU, P. 1970. *L'Afrique.* Paris, Hachette, 488 p. (13).
GRANDIDIER, A. & G. 1903-20. *Collections des ouvrages concernant Madagascar.* Paris, Comité de Madagascar. 9 v. (12).
GRAY, R. 1965. "Eclipse maps". *JAH,* VI-3: 251-62 (7).
______. 1968. "Annular eclipse maps". *JAH,* IX, I:147-57 (7).
GRAY, R. & CHAMBERS, D. S. 1965. *Materials for West African history in Italian archives.* London (6) (24).
GRAZIOSI, P. 1942. *L'arte rupestre della Libia.* Naples, Ediz. della Mostra d'Oltremare (23).
GREENBERG, J. H. 1948. "The classification of African languages", *AA (10).*
______. 1954. "Etude sur la classification des langues africaines". *BIFAN,* B, XVI (Intr. Geral) (1) (10).
______. 1957-a. *Essays in linguistics.* Chicago (10).
______. 1957-b. "Nilotic Hamitic and Hamito-Semitic". *Africa,* 27 (10) (12).
______. 1963-a. "Langues et histoire en Afrique". *Présence Africaine,* 45: 35-45 (10) (15).
______. 1963-b. "The language of Africa". *IJAL,* 29, 1 (1) (10) (12) (24).
______. 1963-c. "History and present status of the Kwa problem". In: ACTES II COLL. INTERN. LNA.
______. 1966-a. *The languages of Africa.* Indiana Univ. (Intr. Geral).
______. 1966-b. *The languages of Africa.* 2. ed. The Hague, Mouton. 180 p. (12).
______. 1971. *Language culture and communication.* Stanford Univ. Press (10).
______. 1972. "Linguistic evidence regarding Bantu origins". *JAR,* 13, 2: 189-216 (12).
GREGERSEN, E. A. 1967. "Linguistic seriation as a dating device for loanwords with special reference to West Africa". *ALR* (10).
______. 1977. *Languages in Africa: an introductory survey.* New York-Paris-London, Gordon & Breach (12).
GRIAULE, M. 1947. "Mythe de l'organisation du monde chez les Dogon du Soudan". *Psyché,* 6: 443-53 (8).
______. 1949. "L'image du monde au Soudan". *ISA,* 19: 81-7 (8).
______. 1952. "Etendue de l'instruction traditionnelle au Soudan". *Zaire,* 6: 563-8 (8).
GRIAULE, M. & DIETERLEN, G. 1951. "Signes graphiques soudanais". *L'homme.* 86 p. (10).
______. 1965. *Le mythe cosmogonique.* Paris, v. I, 544 p. [*Le Renard pâle*] *(8).*
GRIFFITH, F. L. 1927. "The Abydos Decree of Seti I at Mauri". *JEA, 13*: 193-208 (28).
GROVE, A. T. & PULLAN, R. A. 1964. "Some aspects of the palaeogeography of the Chad Basin". In: CLARK-HOWELL, F. & BOURLIERE, ed. *African ecology and human evolution.* London, p. 230-45 (16) (24).
GROVE, A. T., STREET, F. A. & GOUDIE, A. S. 1975. "Former lake levels and climatic charge in the rift valley of Southern Ethiopia". *GJ,* 141, 2: 177-202 (16).
GROVE, A. T. & WARREN, A. 1968. "Quaternary landforms and climate on the South side of the Sahara". *GJ,* 134: 194-208 (24).
GRUET, M. 1954. "Le gisement moustérien d'El-Guettar". *Karthago,* 5, 79 p. (22) (23).
GSELL, S. 1920-28. *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord.* Paris. 8 v. (5).
GUÉBHARD, P. 1907. "Trois abris sous roche fouillés dans le Fouta-Djallon." *BGHD, 3*: 408-20 (24).
GUERNIER, F. 1952. *L'Apport de l'Afrique à la pensée humaine.* Paris, Payot (Intr. Geral).
GUILLOT, R. & DESCAMPS, C. 1969. "Nouvelles découvertes préhistoriques à Tiémassas (Sénégal)". *BIFAN,* B, 31: 602-37 (24).
GUITAT, R. 1972. "Présentation de pièces pédonculées d'El Azrag (Mauritanie)". *NA,* 135: 29-33 (23).
GUMA, S. M. 1967. *The form, content and technique of traditional literature in Southern Sotho,* Pretoria (7).
GUTHRIE, M. 1948. *The classification of the Bantu languages.* London-New York, Oxford Univ. Press. 91 p. (12).

GUTHRIE, M. 1962. "Some developments in the prehistory of the Bantu languages". *JAH,* 3, 2: 273-82 (12).
______. 1967. *Comparative Bantu.* London, Faber and Faber (10).
______. 1969. *Linguistics and history.* London, d'Alby (10).
HABERLAND, E. 1973. *L. Frobenius.* Wiesbaden, Franz Steiner Verlag (26).
HABLE SELASSIE, S. 1967. *Source material for ancient and medieval history of Ethiopia.* Communication au Congrès International des Africanistes. Dakar (5).
HADJIGEORGIOU, C. & POMMERET, Y. 1965. "Présence du Lupembien dans la région de l'estuaire". *BSPPG,* 1, 3: 111-31 (21).
HAIR, P. E. H. 1965. "The enslavement of Koelle's informants". *JAR,* 6 (6).
HALKIN, L. E. 1963. *Initiation à la critique historique.* Paris, A. Colin (Intr. Geral) (15).
HALL, E. T. 1965. "Recent research at the Research Laboratory for archaeology and the history of art". *Proc. Sem. ASEWA,* Boston (9).
______. 1970. "Analytical techniques used in archaeometry". *PTRS,* 269, 1195 (9).
HALPERN, J. W., HARRIS, J. E. & BARNES, C. 1971. "Studying skulls in Egypt". *Research News,* XXII, 1 *Ann Arbor,* The University of Michigan, (9).
HAMILTON, E. I. 1965. *Applied geochronology.* Londres, Academic Press, p. 47-79 (9) (16).
HAMY, E. T. 1900. "La grotte de Kakimbon à Rotoma près de Konakry", *CR* 12 *Congr. Intern. AAP.* (24).
HANOTAUX, G. & MARTINEAU, A. (dir.). 1931. *Histoire des colonies françaises.* Paris, 8 v. (1).
HARLAN, J. R. 1975. *Crops and man.* American Society of Agronomy. Madison, Wisconsin (27).
HARLAN, J. R., WET, J. M. de & STEMLER, A. B. L., dir. 1976. *Origins of African plant domestication.* Paris-La Haye, Mouton (27).
HARLEY, G. V. 1950. Compte rendu de "Masks as agents of social control in Northeast Liberia". Peabody Museum, Harvard Univ., v. XXXII (15).
HARRIES, L. 1962. *Swahili poetry.* Oxford (6).
______. 1964. "The Arabs and Swahili culture". *Africa* XXXIV: 224-9 (Intr. Geral) (5) (6)
HARRIS, D. 1969. "Agricultural systems, ecosystems and the origin of agriculture". In: UCKO, P. J. & DIMBLEBY, G. W. ed. *The domestication and exploitation of plants and animais.* London, Duckworth (27).
HARRIS, J. R. 1961. *Lexicographical studies in Ancient Egyptian minerals.* Berlin (28).
HARTLE, D. D. 1966. "Archaeology in Eastern Nigeria". *WAAN, 5*:13-7 (24).
______. 1968. "Radiocarbon Dates". *WAAN,* 9:73 (24).
______. 1970. "Preliminary report of the University of Ibadan's Hainji Rescue Archaeology Project; 1968". *WAAN,* 12: 7-19 (24).
HARTMANN, F. 1923. *L'agriculture dans l'ancienne Egypte.* Paris (28).
HASSAN, F. A. & WENDORF, F. 1974. "A Sibilian assemblage from El-Elh". *Chronique d'Egypte,* 49: 211-22 (25).
HAU, E. 1959. "Evidence of the use of pre-Portuguese written characters by the Bini". *BIFAN,* XXI (10).
HAY, R. L. 1976. *Geology of the Olduvai Gorge.* Los Angeles-Berkeley-London.,203 p. (17).
HAYES, W. C. 1964. *Most Ancient Egypt.* Chicago-Londres, K. C. Seele (28).
HAYS, J. D., SAITO, T., OPDYKE, N. D. & BURCKLE, L. H. 1969. "Pliocene-Pleistocene sediments of the Equatorial Pacific: their paleomagnetic, biostratigraphic and climatic record". *GSAB, 80*: 1481-513 (16).
HEINTZE, B. 1976. "Oral traditions. Primary sources only for the collector". *History in Africa: A joumal of method, 3.*
HEINZELIN DE BRAUCOURT, J. de. 1957. *Les fouilles d'Ishango,* Bruxelas (21).
______. 1963. "Paleoecological conditions of the Lake Albert - Lake Edward Rift". *Viking Fund. Publ. Anthrop.,* 36 (16).
HEINZELIN DE BRAUCOURT, J. de., BROWN, F. E. & HOWELL, F. C. 1971. "Plio-Pleistocene formations in the lower Omo basin (Southern Ethiopia)". *Quaternaria* (16).

HENIGE, D. P. 1971. “Oral tradition and chronology”. *JAR,* XII, 3 (7).
______. 1974. *The chronology of oral tradition. Quest for* 2 *Chimera.* Oxford, Studies in African Affairs (7).
HERBERT, E. W. 1973. “Aspects of the use of copper in pre-colonial West Africa”. *JAR,* 14, 2: 179--94 (24).
HERÓDOTO. 1964. *Histories.* [Trad. George Hawlinson]. London, Dent. v. 1, p. XXI + 366 (24).
HERVIEU, J. 1969. “Les industries à galets aménagés du haut bassin de la Benoué (Cameroun)”. *BASEQUA,* 22: 24-34 (21).
HERZOG, R. 1938. *Punt.* Glückstadt (11).
HESTER, J. J. 1968. Apud “Comments”. *CA,* 9 (5) (27).
HEUSCH, L. de. 1972. *Le Roi ivre ou L'origine de L'Etat.* Paris (7).
HIBEN, F. C. 1967. “Lukuliro”, *Archaeology,* XX: 247-53 (19).
HIERNAUX, J. 1970. “La diversité biologique des groupes ethniques”. *Ristoire générale de l'Afrique noire.* Paris, *PUF* (Intr. Geral) (11).
______. 1974. *Rapport sur le concept de race.* Paris, Unesco (11).
HILL, P. 1963. *Migrant Cocoa-farmers in Southern Ghana.* Cambridge, Cambridge Univ. Press. XVI + 265 p. (3).
HINTZE, F. 1951. “Revue de l'essai comparatif sur le vocabulaire et la phonétique du chamito-sémitique de M. COHEN”. Z. *Phon* 5, 65, 87 (10).
______. 1955. “Die sprachliche Stellung des Meroitischen”. *Deutsche Akademie der Wissenchaften Veröff,* 26: 355-72 (12).
HINTZE, F. & U. 1967. *Alte Kuturen im Sudan.* Munich, G.D.W. Callwey. 148 p. (28).
HIRTH, F. 1909-10. “Chinese notices of East African territories”. *JAOS, 30* (5).
HISKETT, M. 1957. “Material relating to the state of learning among the Fulani before their jihad”. *BSAOS,* 19 (6).
HJALMAR, L. 1962. “Die Merimdekeramik im Mittelmeermuseum”. *Orientalia Suecana,* XI (28).
HOCKETT, C. F. & ASCHER, R. 1964. “The human revolution”. *CA,* 5, 3 (4).
HODGE, C. T. 1968. “Afro-asiatic 67”. In: *Language Sciences.* Indiana (10).
HODGKIN, T. 1956. *Nationalism in colonial Africa.* London (3).
HODGKIN, T. 1966. “The Islamic literary tradition in Ghana”. In: LEWIS, I. M., dir. *Islam in tropical Africa.* Oxford (6).
HOFFMANN, I. 1967. *Die Kulturen des Nilstal von Aswan bis Sennar.* Hamburg (28).
HOHENBERGER, J. 1956. “Comparative Masai word list”. *Africa,* 26: 281-7 (12) (26).
HOLAS, B. 1950. “Notes préliminaires sur les fouilles de la grotte de Blandé”. *BIFAN,* 12: 999-1006 (24).
______. 1952. “Note complémentaire sur l'abri sous roche de Blandé (Guinée)”. *BIFAN,* 14: 1341-52 (24).
HOLAS, B. & MAUNY, R. 1953. “Nouvelles fouilles à l'abri sous roche de Blandé (Guinée)”. *BIFAN,* 15: 1605-17 (24).
HOMBURGER, L. 1930. “Les dialectes copte et mandé”. *BSL,* 3, 1 (Intr. Geral).
______. 1930. “Le bantou et le mandé”. *BSL,* 135, 43 (Intr. Geral).
______. 1936. “Le verbe en peul et en massaï”. *Anthropologie,* 46 (Intr. Geral).
______. 1941. *Les langues négro-Africaines et les peuples qui les parlent.* Paris, Payot. 350 p. (Intr. Geral) (12)
______. 1948-50. “Eléments dravidiens en peul”. *JSA,* 18, 2 (Intr. Geral).
______. 1958. “La linguistique et l'histoire de l'Afrique”. *BIFAN,* XX, 3, 4: 554-61 (10).
l'HONORE-NABER, S. L. 1931. *Reisebeschreibungen von deutschen Beamten und Kriegsleuten im Dienst der Niederländischen West und Ost indischen Kompanien 1602-1797.* La Haye. 13 V. (6).
HOORE, J. O. 1964. *Carte des sols d'Afrique au 1:5000000 et mémoire explicatif.* Lagos, CCTA (13).
HORTON, J. A. B. 1868. *West African countries and peoples... and a vindication of African race.* London (6).

HOUDAS, O. 1964. *Documents arabes relatiis à l' histoire du Soudan.* Reed. Paris, Maisonneuve (Intr. Geral).
HOUIS, M. 1955. "Problèmes linguistiques de l'Ouest africain". *Guide bleu de l' Afrique occidentale française.* Paris, Hachette (11).
______. 1958. "Quelques données de toponymie ouest-africaine". *BIFAN.*
______. 1961. "Mouvements historiques et communautés linguistiques dans l'Ouest africain". *L'homme,* I, 3: 72-92 (11).
______. 1971. *Anthropologie linguistique de l'Afrique noire.* Paris, PUF (Intr. Geral) (10) (11).
HOWELL, F. C. 1965. (The editors of *Life) Early man.* New York, Time Inc. 200 p. (19).
______. 1969. "Remains of Hominidal from Pliocene-Pleistocene Formations in the lower Omo basin, Ethiopia". *Nature,* 223, 20: 1234-9 (17).
______. 1969. "Hominid teeth from White Sands and Brown Sands localities, lower Omo basin, Ethiopia". *Quaternaria,* XI: 47-64 (17).
HOWELL, F. C., COPPENS, Y. & HEINZELIN, J. de. 1974. "Inventory of remains of Hominidae from Pliocene-Pleistocene, Formations of the lower Omo basin, Ethiopia (1967-1972)". *AJPA, 40,* 1: 1-16 (17).
HOWELLS, W. W. 1972. "20 millions d'annés pour faire un homme, les origines de l'homme". *Le courrier de l'Unesco,* aût-sept. :4-13 (Concl.)
HRBEK, L 1965. *Actes du XIIe Congrès International des Sciences historiques.* t. V, Vienne, Horn Austria: Berger (5).
HRBEK, L, KALOUS, M. & PETRÁCEK, M. 1966. *Dejiny Afriky,* Prague. 2 v. (Intr. Geral).
HUARD, P. 1960. "Contribution à l'étude anthropologique des Teda du Tibesti". *BIFAN,* B, XXII, 1-2: 179-201 (28).
______. 1963. "Gravures rupestres de l'Ennedi et des Erdis". *BIRSC,* 2: 3-39 (26).
______. 1964. "Un établissement islamique tchadien ouogayi". *BIFAN,* B, XXII, 1-2 (28).
______. 1966. "Introduction et diffusion du fer au Tchad". *JAH,* 7, 3: 377-407 (24).
______. 1969. "Aires ou origines de quelques traits culturels des populations pré-islamiques du Bas Chari, Logone". In: ACTES I[er] COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR., p. 179-224 (Intr. Geral).
HUARD, P. & BECK, P. 1969. *Tibesti, carrefour de la préhistoire saharienne.* Paris (26).
HUARD, P. & LECLANT, J. 1973. "Figurations de chasseurs anciens du Nil et du Sahara". *RE,* 25 (26).
HUBERT, R. 1922. "Objets anciens de l'Afrique occidentale". *BCEHS,* 5: 382-99 (24).
HUE, E. 1912. "L' Age de la pierre au Fouta Ojalon". *BSPF,* 2 (24).
HUGOT, H. J. 1955-a. "Du Capsien au Tidikelt". In: ACTES II[e] CONGR. PPEQ. p. 601-3 (23).
______. 1955-b. "Un gisement de pebble-tools à Aoulef". *Trav. IRS,* 13: 131-49 (23).
______. 1957. "Essai sur les armatures de pointes de flèches du Sahara". *Libyca,* 5: 89-236 (24).
______. 1962. *Documents scientifiques des missions Berliet-Ténéré-Tchad;* 1959-60. Paris, AMG (23).
______. 1963. "Recherches préhistoriques dans l'Ahaggar nord-occidental 1950-1957". *Mém. CRAPE* (23) (24).
______. 1964. "Etat des recherches préhistoriques dans l'Afrique de l'Ouest, 1964-1965". *WAAN,* 1: 4-7 (24).
______. 1966-a. "Limites méridionales dans l'Atérien". In: ACTAS V CONGR. PPEC (22) (24).
______. 1966-b. "Présence d'un laciès archaïque du Paléolithique inférieur à Dakar". *BIFAN,* A, 28: 415-6 (24).
______. 1967. "Le Paléolithique terminal dans l'Afrique de l'Ouest". In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. O., eds. *Background to evolution in Africa.* Univ. of Chicago Press. p. 529-56 (23).
______. 1970. *L' Afrique préhistorique.* Paris, Hatier. 128 p. (21) (23).
______. 1974. *Le Sahara avant le désert.* Paris, Les Hespérides (25) (26).
HUGOT, H. J. et al. 1973. *Tichitt I,* rapport scientifique. Paris (ronéo) (23).
HUGOT, H. J. & BRUGGMANN, M. 1976. *Les gens du matin, Sahara, dix mille ans d'art et d'histoire.* Paris-Lausanne (23).

HUNTINGFORD, G. W. B. 1956. “The ‘Nilo-Hamitic’ languages”. *SWJA, 12*: 200-22 (12).
HUNWICK, J. O. 1962. *Arabic manuscript material bearing on the history of the Western Sudan.* Suplemento do *BNHSN,* VII, 2: 1-9 (Intr. Geral) (5) (6).
______. 1973. “The mid-fourteenth century capital of Mali”. *JAH,* 14, 2 (Intr. Geral) (24).
HUZAYYIN, S. A. 1936. “Glacial and pluvial episodes of the diluvium of the old world”, *Man,* 36: 19-22 (23).
______. 1941. *The place of Egypt in prehistory.* Cairo (25).
IAKIMOV, V. P. 1972. “Deux grandes théories sur l’apparition des races”. *Le courrier de l’Unesco, août-sept.* (Concl.).
ILIFFE, J. 1969. *Tanganyika under German rule 1905-1912.* Cambridge, Camb. Univ. Press. v. XIII, 235 p. (3).
INSKEEP, R. R. 1969. “Some problems in relation to the Early Stone Age in South Africa”, *SAAB,* XXIV, 3-4: 174-81 (20).
ISAAC, G. L. 1966. “The geological history of the Olorgesailie area...”. *Proc. 5th PCPQS,* 2: 125-44 (19).
______. 1971. “The diet of early man: Aspects of archaeological evidence from Lower and Middle Pleistocene sites in Africa”. *WA,* 2: 278-98 (20).
______. (no prelo). “East Rudolf...”. *Proc. 7thPCPQS,* 1977 (19).
ISAAC, G. L., LEAKEY., R. E. F. & BEHRENSMEYER, A. K. 1971. “Archaeological traces of early hominid activities, East of Lake Rudolf, Kenya”. *Science,* 173: 1129-34 (17).
ISAAC, G. L. & MCCOWN, E. R. 1976. *Human origins: Louis Leakey and the East African evidence.* Los Angeles-Berkeley (19).
ISAAC, N. 1836. *Travels and adventures in Eastern Africa.* London. 2 v. (6).
ISKANDER, A. 1960. “The scientific study and conservation of the objects and materials found in the discovery of the wooden Boat at Giza”. *The Cheops Boats.* Cairo, Antiquities Department of Egypt. I parte (9).
______. 1961. “Chemical identification of the samples found at the Monestary of Phoebanmon”. BACHATLY, c., ed. *Le monastère de Phoebanmon dans la Thébaïde.* Cairo, Société d’Archéologie Copte (9).
ISKANDER, A & SHAHEEN, A. E. 1964. “Temporary stuffing materials used in the process of mummification in Ancient Egypt”. *ASAE,* LVIII (9).
ISNARD, H. 1964. *Géographie de l’Afrique tropicale.* Paris, PUF (13).
______. 1966. *Le Maghreb.* Paris, PUF, 272 p. (13).
JABVU, D. T. 1920. *The black problem: papers and addresses on various native problems.* Lovedale (6).
JACQUARD, A. 1974. “Distances généalogiques et distances génétiques”. *CAEH* II (10).
JANMART, J. 1953. “The Kalahari sands of the Lunda (N-E. Angola), their earlier redistribution and the Sangoen culture”. *CDAPC*, 20 (21).
JASON, H. 1959. “A multidimensional approach to oral literature”. *CA,* X, 5: 413-26 (7).
JEFFREYS, M. D. W. 1963. “How ancient is West African maize?”. *Africa,* 33: 115-31 (24).
JOHANSON, D. C. & COPPENS, Y. 1976. “A preliminary anatomical diagnosis of the first Plio-Pleistocene hominid discoveries in the Central Afar, Ethiopia”. *AJPA,* 45,2: 217-34 (17).
JOHANSON, D. C. & TAIEB, M. 1976-a. “Pliocene hominid remains from Hadar, Central Afar, Ethiopia”. In: ACTES IX CONGR. UISPP. p. 120-37 (17).
______. 1976-b. “Plio-Pleistocene hominid discoveries in Hadar, Ethiopia”. *Nature, 260,* 5549: 293-7 (17).
JOHNSON, S. 1921. *The history of the Yoruba from the earliest times to the beginning of the British protectorate.* Lagos, C.M.S. (Nigeria) Bookshops. v. IX, 684 p. (3) (10).
JOHNSTON, H. H. 1919-22. *A comparative study of the Bantu and semi-Bantu languages.* Oxford, Clarendon Press. 2 v. (12).
JOIRE, J. 1947. “Amas de coquillages du littoral sénégalais dans la banlieue de Saint-Louis”. *BIFAN,* 9: 170-340 (24).
JONES, D. H. 1949. *The prehistory of Southern Rhodesia.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (Concl.).

JONES, D. H. 1958. "Report on the second conference of London on history and archaeology in Africa". *Africa,* 28, 1 (Concl.):
______. 1970. "Problems of African chronology". *JAH,* XI, 2: 161-76 (7).
JOUBERT, G. & VAUFREY, R. 1941-6. "Le Néolithique du Ténéré". *L'anthropologie, 50,* 3-4: 325--30 (23).
JULIEN, C.-A. 1931. *Histoire de* l'*Afrique du Nord.* Paris, Payot. 2 v. (Intr. Geral) (5).
______. 1944. *Histoire de l'Afrique.* Paris, PUF (Intr. Geral).
______. 1952. *L'Afrique du Nord en Marche.* Paris, R. Julliard., 439 p. (3).
______. 1978. *Histoire de l'Afrique du Nord.* Paris, Payot. 2 v., 372 p.
JUNKER, H. 1929-40. "Vorlaüfiger Berieht über die Grabung der Akademie des Wissensehaften in Wien auf des neolitisehen Siedlung von Merimde, Benisalame (Westdelta)". *Anzeiger des philo-hist. Klasse des Akademie des Wissenschaften in Wien,* XCI-XVIII: 156-248; V-XII: 21-82; I-IV: 82-6; XVI-XVIII: 53-97; X: 118-32; I-IV: 3-25 (25) (28).
KABORE, V. 1962. "Le caractere féodal du système politique mossi". *CEA*: 609-23 (Concl.).
KAGAME, A. 1969. *Introduction aux grands genres lyriques de l'ancien Rwanda.* Butare (7).
______. 1972. *Un abrégé de l'ethno-histoire du Rwanda.* Butare (7).
KAISER, W. 1977. "Zur inneren Chronologie des Nagadakultur". *AG,* 6 (28).
KALK, P. 1972. "Pour une localisation du Royaume de Gaoga". *JAH,* XIII, 4 (Intr. Geral).
KAMARA, C.-M. 1970. "La vie d'El-Hadji Omar". *BIFAN,* B, 32: 370-411 (3).
KARDINER, A. & PREBLE, E. 1964. *Introduction à l'éthnologie.* Paris, Gallimard.
KEES, H. 1961. *Ancient Egypt, a cultural topography.* London, Faber & Faber (28).
KELLER, C. M. 1970. "Montagu Cave: A preliminary report". *Quaternaria,* XIII: 187-204 (20).
KENNEDY, R. A. 1960. "Necked and lugged axes in Nigeria". *Antiquity, 34*: 54-8 (24).
KENSDALE, W. E. N. 1955-8. *A catalogue of the Arabic manuscripts preserved in the university library.* Ibadan (Nigeria) (Intr. Geral) (5) (6).
KENT, P. E. 1942. "Pleistocene climates in Kenya and Abyssinia". *Nature,* 149: 736-7 (21).
KENT, R. K. 1970. *Early kingdoms in Madagascar; 1500-1700.* New York, Holt Rinehart & Winston. XVI + 336 p. (3).
KESTELOOT, L. 1978. *Da Monzon de Ségou. Epopée Bambara.* Paris, F. Nathan. 2 v. (Concl.).
KHALIL, F. 1963. "La faune du continent africain: Taxonomie, écologie et zoogéographie". In: ENQUÈTE SUR LES RESSOURCES NATURELLES ou CONTINENT AFRICAIN. Paris, Unesco, p. 285-325 (13).
KILHAM, H. 1828. *Specimens of African languages spoken in the colony of Sierra Leone.* London. XI + 69 p. (12).
KIWANUKA, M. S. H. 1967. "Some reflections on the role of oral tradition in the writing of the pre-colonial history of Africa". *Acta Africana,* VI, I: 63-74 (4).
KI-ZERBO, J. 1964. *Le Monde Africain noir.* Paris, Hatier (Intr. Geral).
______. 1957. Histoire et conscience nègre, *Présence Africaine,* 16: 53-69 (11) (Intr. Geral).
______. 1969. "La tradition orale en tant que source pour l'histoire africaine". *Diogène,* 67: 127-42 (Intr. Geral).
______. 1978. *Histoire de l'Afrique noire.* 2. ed. Paris, Hatier (Intr. Geral) (10) (26).
KLEIN, R. G. 1970. "Problems in the study of the Middle Stone Age of South Africa". *SAAB,* XXV: 127-35 (20).
______. 1972. "Preliminary report of the July through September, 1970, Excavations at Nelson Bay Cave, Plettenberg Bay (Cape province, South Africa)". *Palaeoecology of Africa,* 6: 117-208 (20).
______. 1972. "The Late Quaternary mammalian fauna of Nelson Bay Cave (Cape province South Africa): its implication for Negafaunal extinctions and environmental and cultural changes". *Quaternary research,* 2, 2: 135-42 (20).
KOECHLIN, J. 1963. "La flore du continent africain; région du sud du Sahara". In: ENQUÈTE SUR LES RESSOURCES NATURELLES ou CONTINENT AFRICAIN. Paris, Unesco, p. 271-84 (13).

KOELLE, S. W. 1963. *Polyglotta Africana, or a comparative vocabulary of nearly 300 words and phrases in more than 100 distinct African languages.* 2. ed. Graz (6) (10) (12).
KOELLE, S. W. & GUTHRIE, M. 1970. *African language studies.* XI (12).
KOHLER, O. 1955. *Geschichte der Erforschung des nilotischen Sprachen.* Berlin (10).
KOHLER, O., KOLTHOFF, I. M., SANOELL, E. B., MEEHAN, E. J. & BRUCKENSTEIN, S. 1969. *Quantitative chemical analysis.* 4. ed. New York, Mac Millan. XII + 1 200 p. (9).
KOLB, P. 1719. *Vollständige Beschreibung des afrikanischen Vorgebirges der Guten Hoffnung.* Nüremberg (6).
KOUYATE N. 1969-70. *Recherches sur la tradition orale au Mali (Pays Manding).* Mémoire de recherche, non édité. Alger, Université d'Alger (8).
KRZYZANIAK, L. 1972. "Preliminary report on the first season of excavations at Kadero, Sudan". *Trav. CAMAP,* avr. (25)
______. 1977. "Early farming cultures on the lower Nile". *Trav. CAMAP, 21* (28).
KUBBEL, L. E. & MATVEÏEV, V. V. 1960 et 1965. *Sources arabes pour l'ethnographie et l'histoire des peuples d'Afrique au sud du Sahara* (VII[e] au XII[e] siècle). Moscou. 2 v. (Intr. Geral) (3) (5).
KUKLA, G. J. & MATTHEWS, R. K. 1972. "When will the present interglacial end?". *Science,* 178: 190-91 (16).
KUPTSOV, A. 1955. "Geographical distribution of cultivated flora and its historical development". *BAUGS,* 87 (27).
LAJOUX, J. D. 1977. *Tassili N'AJjer.* Paris, Chène (26).
LALL, B. B. 1967. *Indian archaeological expedition to Nubia;* 1962. Cairo, Antiq. Egypt. Servo (25).
LAMB, H. H. 1974. "Remarks on the current climatic trend and its perspective". *WMO,* 421: 473-7 (16).
LAMBERT, N. 1970. "Medinet Sbat et Ia Protohistoire de Mauritanie occidentale". *AA,* 4: 15-62 (24).
______. 1971. "Les industries sur cuivre dans l'Ouest africain". *WAJA,* 1: 9-21 (24).
LANFRANCHI, R. 1976. *Rapport des missions d'études et de recherches pré-historiques pour l'année scolaire* 1975-76. Brazzaville, Laboratoire d'Anthropologie de l'Université de Brazzaville, 28 p. (21).
LAROUI, Ab. 1970. *L'histoire du Maghreb.* Paris, Maspero (5).
LASSORT, A. "L'écriture guerzée". *CR, 1[er] Conf. Afr. Ouest,* Dakar, IFAN (Intr. Geral).
LAUOE, J. 1966. *Les arts de l' Afrique noire.* Paris, Le Livre de Poche (Intr. Geral).
LAUER, J. P. & DEBONO, F. 1950. "Technique du façonnage des croissants de silex utilisés dans l'enceinte de Zozer à Saqqarah". *ASAE,* v. L: 2 et seqs. (25).
LAW, R. C. C. 1967. "Contacts between the Mediterranean civilizations and West Africa in pre-islamic times". *LNR,* 1, 1: 52-62 (24).
______. 1971. "The constitutional troubles of Oyo". *JAS,* XII, 1 (Intr. Geral).
LAWSON, A. C. 1927. *The Valley of the Nile.* Univ. Calif. Chron., 29, 235-59 (16).
LAYA, D. 1972. *La tradition orale: problématique et méthodologie des sources de l'histoire Africaine.* Centre régional de documentation pour la tradition orale. Niamey (7) (15).
LEAKEY, L. S. B. 1936. *Stone Age Africa.* Oxford [última ed.: 1970] (19).
______. 1949. "Tentative study of the Pleistocene climatic changes and Stone-Age culture sequence in North-Eastern Angola". *CDAPC,* 4, 82 p. (21).
______. 1950. "The lower limits of the Pleistocene in Africa". *Report on the* XVIIIth *International Geology Congress* [Londres, 1948], 9: 62-5 (24).
______. 1952. *Proceedings of the Panafrican Congress on Prehistory.* Oxford, Blackwell. VIII + 239 p. (24).
______. 1965. *Olduwai Gorge* – 1951-1961 – *Fauna and background.* Cambridge, Cambridge Univ. Press, 118 p. (17).
______. 1971. *Stone Age Cultures of Kenya Colony.* Londres, Cass (19).
LEAKEY, L. S. B., LEAKEY, M. D. et al. 1965-71. *Olduwai Gorge.* Cambridge, Cambridge Univ. Press. v. I-III (18) (19) (20).

LEAKEY, M. D. 1970. “Early artefacts from the Koobi Fora area”. *Nature,* 226: 228-30 (17) (24).
______. 1971. *Olduwai Gorge, excavations in beds I and II - 1960-1963.* Cambridge, Cambridge Univ. Press, 306 p. (17).
LEAKEY, M. D., HAY, R. L., CURTIS, G. H., DRAKE, R. E., JACKES, M. K. & WHITE, T. D. 1976. “Fossil Hominids from the Laetolil beds”. *Nature,* 262: 460-6 (17).
LEAKEY, R. E. F. 1970. “New hominid remains and early artefacts from Northern Kenya”. *Nature,* 226: 223-4 (17).
______. 1971. “Further evidence of lower Pleistocene hominids from East Rudolf, North Kenya”. *Nature,* 231: 241-5 (17).
______. 1972. “Further evidence of lower Pleistocene hominids from East Rudolf, North Kenya; 1971”. *Nature,* 237: 264-9 (17).
______. 1973-a. “Evidence for an advanced Plio-Pleistocene hominid from East Rudolf, Kenya”. *Nature,* 242: 447-50 (17) (24).
______. 1973-b. “Further evidence of lower Pleistocene hominids from East Rudolf, North Kenya; 1972”. *Nature,* 242: 170-3 (17 (18).
______. 1973-c. “Skull 1470”. *Natural geographic, 143*: 818-29 (17) (18).
______. 1974. “Further evidence of Lower Pleistocene hominids from East Rudolf, North Kenya; 1973”. *Nature,* 248: 653-6 (17) (18).
LEAKEY, R. E. F., BUTZER, K. W. & DAY, M. H. 1969. “Early Homo Sapiens remains from the Omo River Region of South-West Ethiopia”. *Nature,* 222, 5199: 1137-43 (17).
LEAKEY, R. E. F. & ISAAC, G. L. 1972. “Hominid fossils from the area east of Lake Rudolf, Kenya: Photographs and a commentary on context”. In: WASCHBURB, S. L. & DOLHINOW, P., ed. *Perspectives on human evolution.* San Francisco, Holt Rinehart & Winston. p. 129-40 (17) (18).
LEAKEY, R. E. F., MUNGAI, J. M. & WALKER, A. C. 1971. “New australopithecines from East Rudolf, Kenya”. *AJPA,* 35: 175-86 (17).
______. 1972. “New australopithecines from East Rudolf, Kenya, II”. *AJPA, 36*: 235-51 (17).
LEAKEY, R. E. F. & WALKER, A. C. 1973. “New australopithecines from East
Rudolf, Kenya, III”. *AJPA,* 39: 205-22 (17).
LEAKEY, R. E. F. & WOOD, B. A. 1973. “New evidence for the genus Homo from East Rudolf, Kenya, II”. *AJPA,* 39: 355-68 (17).
______. 1974-a. “A hominid mandible from East Rudolf, Kenya”. *AJPA,* 41: 245-50 (17).
______. 1974-b. “New evidence for the genus Homo from East Rudolf, Kenya, IV”. *AJPA,* 41: 237-44 (17).
LEBEUF, J. P. 1956. “La civilisation du Tchad”. *Proc. III Intern. WAC*: *293*-6 (24).
______. 1962-a. *Archéologie tchadienne; les Sao du Cameroun et du Tchad.* Paris, Hermann (24).
______. 1962-b. “Caractères particuliers de la recherche historique en Afrique”. *Revue de psychologie des peuples* (15).
______. 1969-a. “Essai de chronologic sao”. In: ACTES I COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR. p. 234-41 (24).
______. 1969-b. *Carte archéologique des abords du lac Tchad.* Paris. CNRS. p. 171 + mapas (24).
LECLANT, J. 1956. “Le fer dans l’Egypte ancienne, le Soudan et l’Afrique”. In: ACTES COLL. INTERN. FER. p. 83-91 (28).
LEE, D. N. & WOODHOUSE, H. C. 1970. *Art on the rocks of Southern Africa.* Cape Town, London, Purnell (26).
LEE, R. B. 1966. “The kung bushman subsistence: An input/output analysis”. In: DAMAS, D., ed. “Ecological essays”. *Proc. Conf. Cult. Ecol., 230 (27).*
LEE, R. B. & DEVORE, I., ed. 1968. *Man the hunter.* Chicago, Aldine (19).
LEFEBVRE, G. 1949. *Romans et contes égyptiens de l’époque pharaonique.* Paris (28).
LEFEVRE, H. 1974. *La production de l’espace.* Paris, Anthropos (15).
LE GROS-CLARK, W. E. 1972. *The fossil evidence for human evolution.* 2. ed. Chicago, University of Chicago Press. 201 p. (18).

LEIRIS, M. & DELANGE, J. 1967. *Afrique noire, la création plastique.* Paris, Gallimard (Intr. Geral).
LENZ, O. 1884. *Timbuktu.* Leipzig. 2 V. (23).
LEPSIUS, C. R. 1863. *Standard alphabet for reducing unwritten languages and foreign graphic systems to a uniform orthography in European letters.* Londres, Williams & Norgate. XVIII + 315 p. (12).
______. 1880. *Nubische Grammatik.* Berlin. 506 p. (10) (12).
LEROI-GOURHAN, A. 1943. *L'homme et la matière.* In: *Evolution et techniques.* Paris, Albin-Michel. V. I (Concl.).
______. 1945. *Milieu et techniques.* In: *Evolution et techniques.* Paris, Albin-Michel. V. II (Concl.).
______. 1969. *Sur le "mode de production asiatique",* Paris, Editions Sociales (Concl.).
______. 1974. "Analyses polliniques, préhistoire et variations climatiques quaternaires". In: COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CNRS. *219*: 61-6. "Les méthodes quantitatives d'étude des variations du climat au cours du Pléistocène".
LEROY, P. 1953. "La préhistoire à Brazzaville et dans le Moyen Congo". *Liaison,* 31: 39-43 (21).
LESLAU, W. 1949. "Revue d'essai comparatif sur le vocabulaire et la phonétique du chamito-sémitique". *LG,* 25 (10).
______. 1963. *Etymological dictionary of Harari.* Los Angeles, Berkeley, Univ. California Press (11).
LE TOURNEAU, R. 1954. "Les archives musulmanes en Afrique du Nord". *Archivum, 4.*
LEVAILLANT, G. 1790. *Travels from the Cape of Good Hope into the interior parts of Africa.* Londres (6).
LEVI-PROVENCAL, E. 1922. *Les historiens des Choria, essai sur la littérature historique et biographique du Maroc du XVI^e au XX^e siècle.* Paris (6).,
LEVTZION, N. 1968. "Ibn-Hawqual, the cheque and awdaghost". *JAH,* 9, 2: 223-33 (24).
______. 1971. "The early states of the Western Sudan to 1500", In: AJAYI, J. F. A. & CROWDER, M., eds. *History of West Africa.* London, Longman. v. I, p. 120-37 (24).
LEWICKI, T. 1961. "Les historiens biographes et traditionalistes de Ibadites". *Folia Orientalia,* 3, Cracóvia (6).
______. 1971. "The Ibadites in Arabia and Africa". *CHM,* XII, *1*: 51-130 (5).
LEWIN, S. Z. 1968. "The conservation of limestone objects and structures". *Study of Weathering of Stones.* Paris, ICOMOS. v. I, p. 41-50 (9).
LHOTE, H. 1958. *A la découverte des fresques du Tassili.* Paris, Arthaud (23).
______. 1966. "La route des chars de guerre libyens, Tripoli-Gao". *Archeologia,* 9: 28-35 (24).
______. 1970. "Les gravures rupestres du Sud oranais". *MCRAPE,* XVI., 208 p. (22).
______. 1976. *Vers d'autres Tassili.* Paris, Arthaud (26).
LHOTE, H. & KELLEY, H. 1936. "Gisement acheuléen de l'Erg d'Admer (Tassili des Ajjers)". *JSA,* 6: 217-26 (23).
LIBBY, W. F. 1955. *Radiocarbon dating.* 2. ed. Chicago, Chicago Univ. Press (28).
______. 1970. "Radiocarbon dating". *PTRS,* v. A. 269, 1193: 1-10, London (9).
LIBRA, L. 1963. "I Cinesi e l'Africa orientale". *Africa,* 18 (5).
LICHTENSTEIN, H. 1811-2. *Reisen in südlichen Afrika in den Jahren 1803, 1804, 1805, und 1806.* Berlin, C. Sulfeld. 2 v. (6) (12).
LINARES DE SAPIR, O. 1971. "Shell Middens of Lower Casamance and problems of Diola protohistory". *W AJA,* 1: 23-54 (24).
LININGTON, R. E. 1970. "Techniques used in archaeological field surveys". *PTRS,* v. A. 269, 1193: 89-108, London (9).
LIVINGSTONE, D. 1857. *Missionary travels and researches in South Africa.* London (6).
______. 1967. "Postglacial vegetation of the Ruwenzori mountain in Equatorial Africa". *Ecol. Monogr. (16).*
LIVINGSTONE, F. B. 1958. "Anthropological implications of sickle cell gene distribution in West Africa". *AA, 60,* 3: 533-62 (24).
LO, A. 1934. *Bindoum Cholofol ti arab toubab.* Saint-Louis (10).
LOMBARD, L 1935. "Quelques remarques sur le Quaternaire de l' Afrique tropicale équatoriale". *JSA,* V: 175-80 (21).

LOVEJOY, P. E. 1979. *Indigenous African slavery.* Slave studies conference. Univ. of Waterloo, Ontario.
LUCAS, A. 1962. *Ancient Egyptian materials and industries.* 4. ed., revised & enlarged by J. R. HARRIS, Londres, E. Arnold (9) (28).
LUCAS, C. P. Sir. 1887-923. *Historical geography of the Britisn colonies.* 15 v. (1).
LUCAS, J. O.1938. "Der hamitische Gehalt der Tschadchamistischen Sprachen". *ZES,* 28: 286-99 (12).
______. 1948. *The religion of the Yoruba in relation to the religion of Ancient Egypt.* Lagos, C.M.S. Bookshop. XII + 420 p. (24).
LUCAS, S. A. 1967. "Mythe et structure politique luba – Problèmes sociaux congolais". *L' Etat traditionnel luba,* 79 :93-116, Kinshasa. Deuxième partie (7).
LUDOLF, H. 1681. *Historia Aethiopica.* Francfort (6).
LUKAS, J. 1936. "The linguistic situation in the lake Chad area of Central Africa". *Africa,* 9: 332-49 (10).
LYNCH, H. R. 1967. *Edward Wilmot Blyden, pan-negro patriot; 1832-1912.* London (6).
MACAULAY, T. B. 1971. "Minute on Indian education of February 2, 1835". In: CURTIN, P. D., ed. *Imperialism.* New York, Walker. 13 p. (3).
MAC BURNEY, C. D. M. 1967. *The Haua Fteah (Cyrenaica) and the Stone Age of South East Mediterranean.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (24).
MAC BURNEY, C. D. M. & HEY, R. W. 1955. *Prehistory and Pleistocene geology in Cyrenaican Libya.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (23).
MAC CALL, D. F. 1969. *Africa in time's perspective.* New York, Oxford Univ. Press (Intr. Geral) (15).
MAC GAFFEY, W. 1974. "Oral tradition in Central Africa". *IJAHS,* VII: 417-26 (8).
MACGREGOR, J. K. 1909. "Some notes on Nsibidi". *JRAI,* v. 39: 215, 217, 219 (10).
MACIVER, D. R. & MACE, A. C. 1902. *El-Amrah and Abydos; 1899-1901.* London (28).
MAC NEISH, R. S. 1964. "Ancient Mesoamerican civilisation". *Science, 143* (27).
MAES, E. 1924. "Notes sur les pierres taillées de Tundidarou". *BCEHS,* 31-8.
MAHABAVA, J. 1922. *The color bar in South Africa.* Lovedale (6).
MAITRE, J.-P. 1971. "Contribution à la préhistoire de l'Ahaggar, I, Tefedest central". *MCRAPE,* XVII, 225 p. (23).
MALCOM, X. 1967. *On Afro-American history.* New York, Merit Publishers (Intr. Geral).
MALEY, J. 1973. "Mécanisme des changements climatiques aux basses latitudes". *PPP,* 14: 193-227 (16).
MALOWIST, M. 1969. *L' Europe et l'Afrique au commencement de l'Exposition coloniale.* Varsovie (Intr. Geral).
MANESSY, G. 1971. "Les langues Gurma". *BIFAN (10).*
MANSO, P. 1877. *História do Congo.* Documentos. Lisboa (6).
MANTRAN, R. 1964. *Inventaire des documents turcs en Tunisie.* Paris (6).
MAQUET, L-J. 1961. "Une hypothèse pour l'étude des féodalités africaines". *CEA,* 6, 11: 292-314 (15).
______. 1971. *Pouvoir et société en Afrique.* Paris, Hachette (Concl.)
MARET, P. de. 1977-a. A paraître. "Premières datations pour des haches palies associées à la céramique au Bas-Zaïre". In: ACTES IX CONGR. UISPP.
______. 1977-b. A paraître. "Bribes, débris et bricolage". To: ACTES COLL. CNRS. *L' Expansion bantu.* (21).
MARET, P. de, NOTEN, F. van & CAHEN, D. 1977. "Radiocarbon dates from Central Africa: a synthesis". *JAH,* XXVIII, 4 (21).
MARIN, P. 1972. "Classification formelle automatique et industries lithiques. Interprétation des hachereaux de la Kamoa". *AMRAC,* 76 (21).
MARIN, P. & MOEYERSONS, J. 1977. "Subsurface movements of stone artefacts and their implications for the prehistory of Central Africa". *Nature, 266,* 5605: 812-5 (21).
MARIN, P. & MORTELMANS, G. 1973. "Un site tshitolien sur le plateau des Bateke (République du Zaïre)". *AMRAC,* 81. 46 p. (21).

MARLIAC, A. 1973. "Prospection archéologique au Cameroun". *CORSTOM,* X: 47-114 (21).
MARROU, H. L. 1954. *De la connaissance historique.* Paris, Seuil (Intr. Geral) (5) (6).
MARTIN, B. G. 1969. "Mai Idris of Bornu and the Ottoman Turks; 1576-78". In: STERN, S. M., ed. *Documents from islamic chanceries II.* Oxford (Intr. Geral) (5) (6).
MARTIN, D. & YANNOPOULOS, T. 1973. *Guide de recherches. L'Afrique noire.* Paris, A. Colin. 195 p. (15).
MARTIN DEL MOLINO, A. 1963. "Secuencia cultural en el Neolítico de Fernando Poo". *Trabajos de prehistoria. Seminario de historia primitiva dei hombre de la universidad de Madrid.* V. XVII (21) (24).
MARTINS, R. 1976. "A estação arqueológica da antiga Banza Quibaxe". *Contribuições para o estudo da antropologia portuguesa,* IX, 4: 242-306 Coimbra (21).
MARTY, P. 1927. *Les Chroniques de Oualata et de Nema.* Paris, Geuthner (6).
MARX, K. ed. de 1972. *Contribution à la critique de l'économie politique.* Paris, Editions Sociales (Concl.).
MARX, K. & ENGELS, F. ed. de 1952. *Formen.* Berlin, Dietz Verlag (Concl.).
______. ed. de 1968. *L'idéologie allemande.* Paris, Editions Sociales (Concl.).
MASATOSHI, N. & ROY COUDHURY, A. R. 1974. "Genetic variation within and between the three major races of man". *AJHG,* 26,421 (11).
MASON, R. J. 1962. *The prehistory of the Transvaal.* Johannesburg, Witwatersrand University Press (20).
MASSAQUOI, M. 1911. "The Vaï people and their syllabic writing". *JAS*: 10-40 (Intr. Geral).
MASSOULARD, E. 1949. "Préhistoire et protohistoire d'Egypte". *TMIE,* III (28).
MATHEUS, A. de. 1952. "Nota preliminar acerca da estação pré-histórica de Nhampasseré". *CRCIAO,* IV: 375-86.
MAUNY, R. 1947. "Une route préhistorique à travers le Sahara". *BIFAN, 9*: 341-57 (24).
______.1951. "Un âge de cuivre au Sahara Occidental?". *BIFAN,* 13, 1: 168-80 (24).
______. 1952-a. "Essai sur l'histoire des métaux en Afrique occidentale". *BIFAN,* 14: 545-95 (24).
______. 1952-b. *Glossaire des expressions et termes locaux employés dans l'Ouest Africain.* Dakar, IFAN (10).
______. 1955: "Contribution à l' étude du Paléolithique de Mauritanie". In: ACTES II CONGR. PPEQ. p. 461-79 (24).
______. 1955. "Les gisements néolithiques de Karkariehinkat". In: ACTES II CONGR. PPEQ. p. 616-9 (24).
______. 1957. "Buttes artificielles de coquillages de Joal-Fadioute". *NA,* 7, 75: 73-8 (24).
______. 1960. "Reviews of Cheikh Anta Diop's 'Nations nègres et culture' and 'l'Afrique Noire précoloniale". *BIFAN,* B, 22: 544-5 (24).
______. 1961. *Tableau géographique de l'Ouest Africain au Moyen Age, d'après les sources écrites, la tradition orale et l'archéologie.* Dakar, IFAN. 587 p. (5) (24) (25) (26).
______. 1963. "Contribution à la préhistoire et la protohistoire de la région de Kédougou (Sénégal oriental)". *BSA,* 5, 11: 113-22 (24).
______. 1968. "Commentaires sur 'West Africa before the Europeans' par Olivier Davies". *BIFAN,* B, 30: 1283-4 (24).
______. 1970. "Le périple d'Hannon, un faux célebre concernant les navigations antiques". *Archéologia,* 37: 78-80 (24).
______. 1971. *Les siècles obscurs de l'Afrique noire.* Paris, Fayard (5) (24).
______. 1973. "Datation au carbone 14 d'amas de coquillages des lagunes de Basse Côte-d'Ivoire". *WAJA,* 3: 207-14 (24).
MAUNY, R. & HALLEMANS, J. 1957. "Préhistoire et protohistoire de la région d'Akjoujt (Mauritanie)". *Proc. III* PCPQS: 248-61 (24).
MAZRUI, A. A. 1969. "European exploration and Africa's self discovery". *JMAS,* 7, 4 (6).
MAZRUI, S. A. 1944. *Tarikh al-Mazari.* Arabie MS in photostat in the possession of G.S.P. Freeman-Grenville (Intr. Geral) (5) (6).

MBITI, J. 1967. "Afrikaanse begrippen van tijd, gesehiedenis en de dood". *Africa,* 21, 3: 78-85 (7).
MEEK, C. 1931. *Tribal studies in Northern Nigeria.* London. 2 v. (10).
MEILLASSOUX, C. 1972. "L' itinéraire d'Ibn Battuta de Walata à Mali". *JAH,* 13, 3: 389-95 (24).
______. ed. de 1975. *L'esclavage en Afrique précoloniale.* Paris, Maspero. 17 estudos (Concl.).
______. 1975. *Femmes, greniers et capitaux.* Paris, Maspero.
______. 1977. *Terrains et théories.* Paris, Anthropos.
MEINHOF, C. 1904. *Linguistische Studien in Ost Africa.* MSOS (10).
______. 1906. *Grundzüge einer vergleichenden Grammatik der Bantu-sprachen.* Berlin (10).
______. 1912. *Die Sprachen der Hamiten.* Hamburg. XV + 256 p. (10) (12) (19).
______. 1919-20. "Afrikanische Wörter in Orientaliseher Litteratur". *ZES, 10*: 147-52 (12).
______. 1932. *An lntroduction to the phonology of the Bantu languages.* Berlin (Intr. Geral) (10).
MEKNASI, A. 1953. *Sources et bibliographies d'histoire marocaine du XVI^e siècle à la première moitié du XX^e siècle.* Rabat (6).
MENCHIN, O. & AMER, M. 1932, 1936. *The excavations of the Egyptian university in the Neolithic site at Maadi, first and second preliminary reports.* Cairo (25).
MERCIER, P. 1966. *Histoire de l'anthropologie.* Paris, PUF (Intr. Geral).
MERIVALE, H. 1861. *Lectures on colonization and colonies.* London (1).
METCALFE, G. E. 1964. "Great Britain and Ghana". *Documents on Ghana history, 1807-1957.* University of Ghana, London, T. Nelson & Sons (6).
MICHAEL, H. N. & RALPH, E. K. 1970. "Correction factors applied to Egyptian radiocarbon dates from the era before Christ". *Nobell Symposium, 12:* 109-20 (9).
MIGEOD, F. W. 1911. *The languages of West Africa.* London (10).
MILLER, J. 1976. *Kings and Kinsmen: Early Mbundu States in Angola.* Oxford (8).
MILLER, S. 1972. "A new look at the Tshitolian". *Africa-Tervuren,* XVIII, 3-4: 86-9 (21).
MINETTE DE SAINT-MARTIN. 1914. "Note sur une collection préhistorique saharienne". *Revue Africaine* (23).
MIQUEL, A. 1973-5. *La géographie humaine du monde musulman jusqu' au milieu du XI^e siècle.* Paris, La Haye. 2 v. (5).
MISCHLISH, A. & LIPPERT, J. 1903. *Beiträge zur Geschichte der Haussastaaten.* Berlin (Intr. Geral) (5) (6).
MOEYERSONS, J. 1975. "Evolution paléogéographique du site de la Kamon". *AMRAC, 84* :18-46 (21).
______. 1977. "The behaviour of stones and stone implements buried in consolidating and creeping Kalahari Sands". *Earth Surface Processes,* Leeds.
MOFFAT, R. 1842. *Missionary labours and scenes in Southern A frica.* London (6).
______. 1945. *Matabele journals; 1829-1860.* ed. J. P. R. Wallis London, Chatto & Windus (6).
MOHAMMADOU, A. & E. 1971. "Un nouveau manuscrit arabe sur l'histoire du Mandara". *Revue camerounaise d'histoire,* I (Intr. Geral).
MOKHTAR, H. & HEYMOWSKI, A. 1965-6. *Catalogue provisoire des manuscrits mauritaniens en langue arabe préservés en Mauritanie.* Nouakchott-Stockholm (Intr. Geral) (5) (6).
MOLEMA, S. M. 1920. *The Bantu, past and present.* Edimburg (6).
MONIOT, H. 1962. "Pour une histoire de l'Afrique noire". *Annales,* I (15).
______. 1965. "Les sources orales dans le problème des sourees de l'histoire de l'Afrique noire jusqu'à la colonisation européenne". *Rap.* 12^e *CISH,* II: 198-208 (15).
MONOD, T. 1932-a. "L'Adrar Ahnet. Contribution à l'étude d'un district saharien". *TMIE,* 19. 200 p. (23).
______. 1932-b. *Contribution à l'étude archéologique d'un district saharien.* Paris, Larose (Concl.).
______. 1945. "La structure du sahara atlantique". *Trav. IRS,* 3: 27-55 (23).
______. 1957. "Découverte de nouveaux instruments en os dans l'Ouest africain". *Proc. III PCPQS*: 242-7 (24).
______. 1958. *Majabat al-Koubra. Contribution à l'étude de "l'empty quarter" ouest saharien.* Mém. IFAN, 52. 406 p. (23) (Concl.).

______. 1963. “The Late Tertiary and Pleistocene in the Saharan and adjacent southerly regions”. In: HOWELL, F. C. & BOURLIERE, F., eds. *African ecology and human evolution.* New York, Viking Fund Publications in Anthropology, 36 (16) (23).
______. 1969. “Le ‘Macden Ijäfen’: une épave caravanière ancienne dans la Majabat al-Koubra”. In: ACTES I COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR.: 286-320 (24).
MONOD, T. & MAUNY, R. 1957. “Découverte de nouveaux instruments en os dans l’Ouest africain”. *Proc. III PCPQS (24).*
MONTEIL, V. 1965. “Les manuserits historiques arabo-africains”. *BIFAN,* B, XXXVII (Intr. Geral) (6).
MONTFRANS, H. M. van. 1971. *Palaeomagnetic dating in the North Sea Basin.* Rotterdam, Prince N. V. (16).
MOODIE, D. 1960. *The record of a series of official papers relative to the conditions and treatment of the native tribes of South Africa.* Amsterdam, Balkema (6).
MOORSEL, H. van. 1959. *Esquisse préhistorique de Léopoldville.* Léopoldville, Musée de la Vie Indigène (Concl.).
______. 1968. *Atlas de préhistoire de la plaine de Kinshasa.* Kinshasa, Pub. Univ. Lovanium. 288 p. (21).
MORE, B. 1969. “Contribution du Liberia à la science de la communication par écrit”. *Symposium du Festival Panafricain d’Alger* (Intr. Geral).
MOREAU, R. E. 1963. “Vicissitudes of the African biomas in the Late Pleistocene”. *Proceedings of the Zoological Society of London,* 141: 395-421.
MOREL, J. 1953. “Le Capsien du Kahnguet el Mouhaâd”. *Libyca,* I: 103-19 (22).
MORENO, M. 1940. *Manuale di Sidamo.* Roma, Mondadori (10).
MORET, A. 1950. *Histoire de l’Orient.* 2. ed. Paris, PUF (Concl.).
MORGAN, E. 1973. *La fin du surmâle.* Paris, Calman-Lévy (Concl.).
MORGAN, W. B. & PUGH, J. C. 1969. *West Africa.* London. 188 p. (14).
MORI, F. 1965. *Tadrart Acacus. Arte rupestre e culture del Sahara preistorico.* Turin, Einaudi. 260 p. (23) (24).
MORITZ, B. 1892. *Sammlung arabischer Schriftstücke aus Zanzibar und Oman mit einem Glossar.* Stuttgart-Berlin (Intr. Geral) (5) (6).
MORNER, N. A. 1973. “Climatic changes during the last 35,000 years as indicated by land, sea, and air data”. *Boreas,* 2: 33-53 (16).
______. 1975. “Eustatic amplitude variations and world glacial changes”. *Geology,* 3: 109-10 (16).
MORRISON, R. B. & WRIGHT, H. E. J. ed. de 1968. “Means of correlation of Quaternary sueeessions”. *Proc. VII Congr. INQUA,* 8 (16).
MORTELMANS, G. 1952-a. “Les dessins rupestres gravés, ponctués et peints du Katanga. Essai de synthèse”. *AMRCB*: 33-55 (21).
______. 1952-b. *Contribution à l’étude des cultures pré-abbevilliennes à galets taillés du Katanga: Le site Mulundwa,* 1. Bruxelles, Publieations de la Soe. Roy. Belge d’Anthrop. et de Préhist. (21).
______. 1952-c. “Les industries à galets taillés (Pebble Culture) du Katanga”. In: ACTES II CONGR. PPEQ. p. 295-8 (21).
______. 1953-a. “La Pebble Culture africaine, source des civilisations de la pierre”. *BSRBAP,* LXV (21).
______. 1953-b. “Vue d’ensemble sur le quaternaire du bassin du Congo”. In: ACTES III CONGR. UISPP. p. 114-26 (21).
______. 1957-a. “Le Cenozoïque du Congo Belge”. *Proc. III PCPQS*: 23-50 (21).
______. 1957-b. “La préhistoire du Congo Belge”. *Revue de l’Université de Bruxelles,* Bruxelles. 54 p. (21).
______. 1957-c. “The Early Pebble Culture of Katanga”. *Proc. III PCPQS*: *214-6* (21).
______. 1959. “Préhistoire et protohistoire du Bas-Congo Belge, une esquisse”. *Volume de Homenagem ao Prof. Doutor Mendes Corrêa.* Porto, Soe. Port. Anthrop. Ethno. p. 329-44 (21).
______. 1962. “Vue d’ensemble sur la préhistoire du Congo oecidental”. In: ACTES IV CONGR. PPEQ. p. 129-64 (21).

MORTELMANS, G. & MONTEYNE, R. 1962. “Le Quaternaire du Congo occidental et sa chronologie”. In: ACTES III CONGR. PPEQ. p. 97-132 (21).
MOSCATI, S. 1964. *An introduction to the comparative grammar of the semitic languages.* Wiesbaden (10).
MUKAROVSKY, H. G. 1966. “Uber die Stellung der Mandesprachen”. *Anthropos,* 61: 679-88 (12).
MULLER, O. K. 1923. *Geschichte der ersten Hottentotenmission 1737-1744.* Hermhut (6).
MULLER, F. 1863. *Die Musiksprache in Zentral Africa.* Wien (10).
______. 1867. *Reise der österreichischen Fregate ‘Novara’ um die Erde in den Jahren* 1857, 1858, 1859. *Linguisticher Teil.* Wien, Staatsdruckerei (12).
______. 1876-84. *Grundrisse der Sprachwissenschait.* Wien, A. Holder. 4 v. (12).
MUNSON, P. 1968. “Recent archaeological research in the Ohar Tichitt region of South-Central Mauretania”. *WAAN, 10*: 6-13 (23) (24).
______. 1970. “Corrections and additional comments concerning the ‘Tichitt Tradition’”. *WAAN,* 12: 47-8 (24).
MURDOCK, G. P. 1959. *Africa. Its peoples and their culture history,* New York. McGraw-Hill Book Company. XIII + 456 p. (Intr. Geral) (3) (10) (12).
MURRAY, G. W. 1920. “The Nilotic languages, a comparative essay”. *JRAI* (10).
al-MuRsHIDI, Hamid bin Al-Hasan b. Hamid Bá Fajin. 1937. *A History of the Walis of Lamu.* Arabic text with draft translation (Intr. Geral) (5) (6).
MUSÉE D’ETHNOGRAPHIE ET DE PRÉHISTOIRE DU BARDO. 1956. Álbum n. 1, Collections préhistoriques, Paris, AMG (33).
MUZUR, A. & NOSEK, E. 1974. “Metal examination of iron objects from Niani”. *AATA, 11,* I (9).
MYINT, H. 1964. *The economics of the developing countries.* London, Hutchinson. 192 p. (3).
NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES, Washington, D.C. 1975. *Understanding climatic change. A program for action.* United States Committee for the Global Atmospheric Research Programo 239. p. (16).
NENQUIN, J. 1957-8. “Opgravingen te Sanga”. [Fouilles à Sanga]. *Gentse Bijdragen tot de Kunstgeschiedenis en de Oudheidkunde.* XVIII: 289-311 (21).
______. 1967. “Contribution to the study of the prehistoric cultures of Rwanda and Burundi”, *AMRAC,* 59 (19) (21). *Inventaria archeologica africana.* Tervuren (Concl.).
NEWBURY, e. W. 1965. *British policy towards West Africa. Select documents; 1786-1894.* Oxford (6).
NEWMAN, P. & MA, R. 1964. “Comparative chadic: phonology and lexicon”. *JAL,* 5, 3: 218-51 (10) (12).
NIANE, O. T. 1960-a. “Recherches sur l’Empire du Mali”. *Etudes Africaines,* Conakry (7).
______. 1960-b. *Soundjata ou l’Epopée mandingue.* Paris, Prés. Afr. (3) (7).
______. 1970. “Notes sur les fouilles de Niani, ancienne capital e du Mali”. *WAAN,* 12 : 43-6 (24).
NIELSEN, O. J. 1970. “Human remains”. *Scandinavian joint expedition to Sudanese Nubia.* Copenhagen-Oslo-Stockholm (28).
NILSSON, E. 1931. “Quaternary glaciations and pluvial lakes, in British East Africa”. *GA,* 13 : 249--349 (16).
______. 1940. “Ancient changes of climate in British East Africa and Abissinia: A study of ancient lakes and glaciers”. *GA,* XXII, 1-2: 1-79 (16) (21).
______. 1949. “The pluviais of East Africa: An attempt to correlate Pleistocene changes of climate”. *GA,* XXXI, 1-4: 204-11 (21).
______. 1952. “Pleistocene climatic changes in East África”. *Proc. II PCPQS*: 45-55 (24).
NKETIA, H. J. 1975. *History and organisation ot music in West Africa.* Legon, Institute of African Studies of Ghana (Intr. Geral).
NORDSTROM, H. A. 1972. “Neolithic and A-Group Sites”. *Scandinavian joint expedition to Sudanese Nubia.* Copenhagen-Oslo-Stockholm, Scandinavian Univ. Books (25) (28).
NORRIS, E. 1841. *Outlines of a vocabulary of few of the principal languages of Western and Central Africa.* London, J. W. Parker. VII + 213 p. (12).
NORRIS, T. 1968. *Shinqiti folk literature and songs.* Oxford (6).

NOTEN, F. van. 1968-a. "Note sur l'Âge de la pierre récent dans la région des lacs Mokoto (Kivu, Congo)". *BSRBAP,* 79: 91-101 (21).
______. 1968-b. "The Uelian. A culture with a Neolithic aspect, Uele-Basin (N.E. Congo RepubIic)". *AMRAC,* 64. XIV + 154 p. (21).
______. 1969. "A ground axe from Burundi". *Azania,* IV: 166 (21).
______. 1971. "Excavation at Munyama Cave". *Antiquity;* XLV, 177: 56-8 (21).
______. 1973. "Mystificatic en Archeologie in Noord-Zaire". [Mystification et archéologie au Nord-Zaire]. *Africa-Tervuren,* XIX, 4: 97-102 (21).
______. 1977. "Excavations at Matupi Cave". *Antiquity,* LI, *201*: 35-40 (21).
______. 1978. "The Early Iron Age in the interlacustrine region". *JAH,* XIX, I (21).
NOTEN, F. & E. van. 1974. "Het Ijzersmelten bij de Madi". [La fonte du fer chez les Madi]. *Africa-Tervuren;* XX, 3-4: 57-66 (21).
NOTEN, F. van, CAHEN, O., MARET, J. de, MOEYERSONS, J. & ROCHE, E. [Em preparação]. *The Archaeology of Central-Africa.* Graz, Akademische Druck-u, Verlagsanstalt (21).
NOTEN, F. van & HIERNAUX, J. 1967. "The Late Stone Age industry of Mukinanira, Rwanda", *SAAB,* 22, IV: 151-4 (21).
OAKLEY, K. P. 1961. "Man the tool-maker". In: BRITISH MUSEUM. *Natural History.* 5. ed. (19).
OBENGA, T. 1970. "Méthodologie en histoire africaine: Sources locales". *Africa*, XXV (Intr. Geral).
______. 1973. *L'Afrique dans l'Antiquité.* Paris, Prés. Africaine (10).
O'BRIEN, T. P. 1939. *The prehistory of Uganda Protectorate.* Cambridge, Cambridge Univ. Press. 319 p. (21).
OLABIYAL, J. 1968. *Remarques sur l' état actuel des recherches linguistiques au Dahomey.* Paris, Prés. Afr. (10).
OLDEROGGE, O. 1966. "Ecritures méconnues de l'Afrique noire". *Le courrier de l'Unesco (10).*
OLDEROGGE, O. & POTEKINE, I. 1954. *Les peuples de l'Afrique.* Moscou (Intr. Geral).
OLIVER, R. 1966. "The problem of the Bantu expansion". *JAH,* 7, 3 (12).
______. 1973. "African studies in London; 1963-1973". *Proc. III Intern. WAC* (não publicado) (3).
OLSSON, I. U. 1973. "The radiocarbon dating of Ivory Coast shell mounds". *WAJA,3*: 215-20 (24).
ONDE, H. 1963. "La géographie régionale et le monde africain". *Genève-Afrique,* II, 2: 149-62 (4).
ORGAN, R. M. 1968. *Design for scientific conservation of antiquities.* London, Butterworths. XI + 497 p. (9).
ORHONLU, C. 1972. "Turkish archival sources about Ethiopia". *Proc. 4th ICES* (Intr. Geral) (5) (6).
ORLOVA, A. S. 1967. *Histoire de l'Afrique au XIXe siècle et au début du XXe siècle.* Moscou, Institut d' Afr. de I'URSS (Intr. Geral).
OUSSEDIK, O. 1972. "Les bifaces acheuliens de I'Erg Tihodaine: analyse typométrique". *Libyca, 20 (22).*
OZANNE, P. 1964. "Notes on the later prehistory of Accra". *JHSN,* 3, 1: 3-23 (24).
______. 1966. "The Anglo-Gambian stone circles expedition". *WAAN,* 4: 8-18 (24).
______. 1969. "The diffusion of smoking in West Africa". *Odu,* N.S., 2: 29-42 (24).
______. 1969. "A new archaeological survey of Ife". *Odu,* 3, 1: 28-45 (24).
______. 1971. "Ghana", SHINNIE, P. L. *African Iron Age.* Oxford, Clarendon Press. p. 35-65 (24).
PADMORE, G. 1961. *Panafricanisme ou communisme.* Paris, Prés. Afr. 14 (Intr. Geral).
PAGER, H. 1971. *Ndedema.* Graz, Akademische Druck.
______. 1975. *Stone Age myth, and magic.* Akademische Druck.
PALMER, H. 1928. *Sudanese memoirs being mainly translations of a number of Arabic manuscripts relating to the Central and Western Sudan.* Lagos (5) (6).
PANKHURST, R. 1967. *The royal Ethiopian chronicles,* Oxford (6).
PARENKO, P. & R. P. & HEBERT, 1. 1962. "Une famille ethnique; les Gan, les Padoro, les Dorobe, les Komono". *BIFAN,* B, I, XXIV: 3, 4, 6.
PARKINGTON, J. & POGGENPOEL, C. 1970. "Excavations at De Hangen, 1968". *SAAB,* XXVI: 3-36 (20).
PATTERSON, J. R. 1926. *Kanuri songs.* Lagos (6).

PAULME, D. 1956-a. “Les sculptures de l’Afrique noire”. Paris, PUF (Intr. Geral).
______. 1956-b. *Parures Africaines.* Paris, Hachette (Intr. Geral).
______. 1960. *Les civilisations africaines.* Paris, PUF (Intr. Geral).
PAYDDOKE, E. 1963. *The scientist and archaeology.* London, Phoenix House. XIII + 208 p. (9).
PEDELABORDE, P. 1970. *Les Moussons.* Paris, Colin-U2 (16).
PELLETIER, A. & GOBLOT, 1.-1. 1973. *Matérialisme historique et histoire des civilisations.* 2. ed. Paris, Editions Sociales (Concl.).
PENDER CUTLIP, P. 1972. “Oral traditions and anthropological analysis: Some contemporary myths”. *Azania,* VII: 3-24 (8).
______. 1973. “Encyclopedic informants and early interlacustrine history”. *IJAHS,* VI: 468-79 (8).
PERLMAN, I. & ISARO, F. 1969. “Pottery analysis by neutron activation”. *Archaeometry,* 11: 21, 52 (8).
PERRET, R. 1937. “Une carte des gravures rupestres et des peintures à l’ocre de l’Afrique du Nord”. *JSA,* VII, *71*: 107-123 (8).
PERROT, C. 1974. “Ano Aseman: mythe et histoire”. *JAH,* XV: 199-212 (8).
PERSON, Y. 1962. “Tradition orale et chronologie”. *CEA,* 7, II, 3 (7).
______. 1963. “Classe d’âges et chronologie”. *Latitudes.* n. especial (15).
______. 1968. *Samori. Une révolution dyula.* Dakar, IFAN. 3 v. (3).
PETRIE, W. M. F. 1901. *The royal tombs of the first dynasty.* London (28).
______. 1920. “Prehistoric Egypt”. *BSAE* (23) (28).
______. 1921. “Corpus of prehistoric pottery and palettes”. London (23).
______. 1939. *The making of Egypt.* London (25) (28).
______. 1953. “Ceremonial slate palettes”. *BSAE,* LXVI (25) (28).
PETRIE, W. M. F., MACKAY, E. & WAINWRIGT, G. 1912. *The labyrinth, Gerzeh and Mazghunah.* London (28).
PEYROUTON, M. 1966. *Histoire générale du Maghreb.* Paris, A. Michel (Intr. Geral).
PHILIPS,I. 1928. *Researches in South Africa.* London. 2 v. (6).
PHILlPSON, D. W. 1976. “The Early Iron Age in Eastern and Southern Africa: a critical re-appraisal”. *Azania,* XI : 1-23 (21).
PIAS, 1. 1967. “Chronologie du dépôt des sédiments tertiaires et quaternaires dans la cuvette tchadienne”. *CRAS,* 264: 2432-5 (24).
PICARD, G. C. 1971. “Le Périple d’Hannon n’est pas un faux”. *Archeologia, 40*: 54-9 (24).
PIGAFETTA, F. & LOPEZ, D. ed. de 1965. *Description du royaume de Congo et des contrées environnantes.* 2 ed. rev. Trad. e notas de Willy Bal. Louvain (1) (4).
PIVETEAU, 1.1973. *Origine et destinée de l’homme.* Paris, Masson. 167 p. (18).
PIOTROVSKY, B. 1967. “The early dynasty settlement of Khor-Daoud”. *Campagne internationale de l’Unesco pour la sauvegarde des monuments de la Nubie.* Cairo, Service des Antiquités de l’Egypte (25).
PIRENNE, J. 1932. *Histoire des institutions et du droit privé de l’Ancienne Egypte.* Bruxelles, FondationEgyptologique Reine Elisabeth (28).
PLAA T J E, S. T. 1916. *Native life in South Africa before and since the European war and the Boer rebellion.* London (6).
______. 1930. *Mhudi: An epic of South Africa native life a hundred years ago.* Lovedale (6).
PLENDERLEITH, H. J. 1962. *The conservation of antiquities and works of art.* London, Oxford Univ. Press. XV + 376 p. (9).
PLOEY, J. de. 1963. “Quelques indices sur l’évolution morphologique et paléoclimatique des environs du Stanley-Pool (Congo)”. *Studia Universitatis Lovanium,* 17.16 p. (21).
______. 1965. “Position géomorphologique, genèse et chronologie de certains dépôts superficiels au Congo Occidental”. *Quaternaria,* VII: 131-54 (21).
______. 1968. “Quaternary phenomena in the Western Congo”. *Proc. VII Congr. INQUA,* 8: 500-18 (21).
______. 1969. “Report on the Quaternary of the Western Congo”. *Palaeoecology of Africa, the surrounding islands and Antarctica,* IV: 65-8 (21).

POIRIER, J. 1969. *Histoire de l'ethnologie.* Paris, PUF (Intr. Geral).
POLOTSKY, H. 1964. "Egyptian at the dawn of civilisation". *The world history of the Jewish people,* sér. I. (10).
POMMERET, Y. 1965. "Notes préliminaires à propos du gisement lupembien et néolithique de Nodjobé". *Mém. SPPG,* n. 45 p. (21).
______. 1966. "Principaux types d'outils de tradition forestière (Sangoen-lupem-bien-tchitolien) découverts à Libreville". *BSPPG,* 11, 4: 29-47 (21).
______. 1966. "Les outils polis au Gabon". *BSPPG,* 11, 6: 163-79 (21).
POND, W. P. et al. 1938. *Prehistoric habitation sites in the Sahara and North Africa*. Wisconsin, The Logan Museum, Beloit College (23).
PORTER, B. & Moss, R. L. B. 1927. *Topographical bibliography of Ancient Egyptian hieroglyphic texts, reliefs and paintings.* Oxford, Clarendon Press (28).
PORTERES, R. 1950. "Vieilles agricultures de l'Afrique intertropicale". *AT*: 9-10 (27).
______. 1951-a. "Géographie alimentaire, berceaux agricoles et migrations des plantes cultivées en Afrique intertropicale". *CRSB*: 239-40 (27).
______. 1951-b. "Eleusine coracana Gaertner, céréale des humanités pauvres des pays tropicaux". *BIFAN,* 23: 1-78 (24).
______. 1958. "Les appellations des céréales en Afrique". *JATBA,* 5 (24).
______. 1960. "La monnaie de fer dans l'Ouest africain au XIX" siècle", *Recherche africaine,* 4 (15).
______. 1962. "Berceaux agricoles primaires sur le continent africain". *JAH,* 3, 2: 195-210 (14) (24) (27).
______. 1972. "Le millet coracan ou Finger Millet". *Burg. Wart. Symp.* 56 (24).
POSENER, G. 1940. *Princes et pays d'Asie et de Nubie.* Bruxelles, Fond. Egyptol. Reine Elisabeth (28).
______. 1960. "De la divinité de Pharaon". *CSA,* 15 (28).
POSENER, G., SAUNERON, S. & YOYOTTE, J. 1959. *Dictionnaire de la civilisation égyptienne.* Paris, Hazan (28).
POSNANSKY, M. 1969. "The prehistory of East Africa". In: OGOT, B. A. & KIERAN, J. A. *Zamani, A survey of East African history,* Nairobi-London, Longmans & Co. Ltd. p. 49-68 (19).
______. 1971. "Ghana and the origins of West African trade". *Africa quarterly;* II: 110-25 (24).
PRESENCE AFRICAINE. 1971. *Perspectives nouvelles sur l' histoire africaine.* Paris (5).
PRICHARD, J. C. 1855. *The natural history of man.* 4. ed. London, H. Ballière. 2 v. (12).
PRIDDY, A. J. 1970. "An Iron Age site near Yelwa, Sokoto Province: Preliminary report". *WAAN,* 12: 20-32 (24).
PRINS, A. H. J. 1953. *East African age class systems.* Groningen (15).
______. 1958. "On Swahili historiography". *JEASC,* LXXVIII, 2 (5) (6).
QUEZEL, P. & PONS, A. 1957. *Première étude palynologique de quelques paléo-sols sahariens.* Alger, IRS (4).
RABIE, H. 1972. *The financial system of Egypt.* London (5).
RADCLIFFE-BROWN, A. R. & FORDE, D. *Systèmes familiaux et matrimoniaux en Afrique.* Paris, PUF (Intr. Geral).
RALPH, E. K., MICHAEL, H. M. & HAN, M. G. 1973. "Radiocarbon dates and reality". *MN,* 9, 1: 1-20 (9).
RAMENDO, L. 1963. "Les galets aménagés de Reggan (Sahara)". *Lihyca,* II: 43-74 (22).
RANDLES, W. G. L. 1958. *South-East Africa and the empire of Monomotapa as shown on selected printed maps of the 16th century.* Lisboa (6).
______. 1974. "La civilisation bantu, son essor et son déclin". *Annales,* 29,2 (27).
RANGER, A. O. 1962. "Emerging themes of African history". *International Congress of African Historians.* Dar-es-Salam (15) (Intr. Geral).
______. 1967. *Revolt in Southern Rhodesia. A study in African resistance.* Londres, Heinemann. XII + 403 p. (3).
RATTRAY, R. S. 1923. *Ashanti.* Oxford, Clarendon Press (24).
REED, C. A. 1964. "Natural history study of Karkur Oasis, Libyan desert". *Postilla-Peabody Museum,* 84 (25).

REED, C. A. 1965. "A human frontal bone from the Late Pleistocene of the Kom-Ombo Plain". *Man,* 95: 101-4 (25).
______. 1967. *Preliminary report on the archaeological research of the Yale University, Prehistoric expedition to Nubia;* 1962-1963. Cairo, Antq. Depart. Egypt. (25).
REES, A. R. 1965. "Evidence for the African origin of the oil palm". *Principes,* 9: 30-6 (24).
REINDORF, C. C. 1889. *The history of the Gold Coast and Asante.* Basle, n. d. 1 C. 183 (3).
REINISEH, L. 1891. *Die Kunama-Sprache in Nord-Ost Afrika.* Vienne (10).
REISNER, G. A. 1910. *Archaeological survey of Nubia; report for 1907-1908.* Cairo, National Printing Dept. V. I (28).
______. 1923. *Excavations at Kerma.* Cambridge, Harvard African Studies (28).
RENAN, E. 1855. *Histoire générale et système comparé des langues sémitiques.* Paris, Impr. Roy. VIII + 499 p. (1).
REVUE de géographie physique et de géologie dynamique. 1976. "Oscillations climatiques au Sahara depuis 40000 ans". Paris, Masson. (n. especial) (16).
REYGASSE, M. 1922. "Note au sujet de deux civilisations préhistoriques pour lesquelles deux termes nouveaux me paraissent devoir ètre employés". In: ACTES 46e CONGR. AFAS. p. 467-72 (23).
______. 1923. "Découverte d'outillage moustérien à outils pédonculés atériens dans le Tidikelt, Oued Asriouel, région d'Aoulef Chorfa". In: ACTES 46e CONGR. AFAS. p. 471-2 (23).
RHODENBURG, H. 1970. "Morphodynamische Activitats -und Stabilitatszeiten statt Pluvial -und Interpluvialzeiten". *Eiszeitalter und Gegenwart,* 21: 81-96 (21).
RHODENBURG, H. & SABELBERG, U. 1969. "Zur landschaftsokologisch-bodengeographischen und klimagenetischgeomorphologischen Stellung des westlichen Mediterrangebiets". *Gottinger Bodenkundliche Berichte,* 7: 27-47 (16).
RHOTERT, H. 1952. *Libysche Felsbilder.* Darmstadt, L.C. Wittich (23).
RICHARD, Ab. 1869. "Sur la découverte de silex taillés dans le sud de l'Algérie". *Matériaux pour l'histoire primitive de l'homme.* 4: 74-5 (23).
RICHARD, C. de. 1955. "Contribution à l'étude de la stratigraphie du quaternaire de la presqu'île du Cap Vert (SénégaI)". *BSPF,* 52: 80-8 (24).
RICHARDSON, J. L. & RICHARDSON, A. E. 1972. "History of an African rift lake and its climatic implication". *Ecol. Monogr.,* 42: 499-534 (16).
RIGHTMIRE, G. P. 1974. *Comments on race and population history in Africa.* New York (11).
ROBERT, D. 1970-a. "Les fouilles de Tegdaoust". *JAH,* 11, 4: 471-93 (24).
______. 1970-b. "Report on the excavations at Tegdaoust". *WAAN,* 12: 64-8 (24).
ROBERT, D. & S. & DEVISSE, J. 1970. *Tegdaoust I, Recherches sur Aoudaghost.* Paris, AMG (24).
ROBERTS, A D. 1967. "Oral traditions of the peoples of Tanzania". *EAJ, 12*: 23-5 (7).
______. 1968-a. *Recording East Africa' s past: A briei guide for the amateur historian.* Dar-es-Salam (7).
______. 1968-b. "Oral tradition through the Sieve: notes and comments on the second conference on Tanzania's oral history". *EAJ*: 35-8 (7).
______. 1968-c. *Tanzania before 1900.* Nairobi, East African Publishing House. XX + 162 p. (3).
ROCHE, E. 1963. *L' Epipaléolithique marocain.* Lisboa (22).
______. 1975. "Analyse palynologique du site archéologique de la Kamoa". In: CAHEN, D. *Le site archéologique de la Kamoa (région du Shaba, République du Zdire). De l'Age de la pierre ancienne à l'Age du fer. AMRAC,* 84: 331-7 (21).
RODIER, J. 1963. "Hydrologie du continent africain". *Enquète sur les ressources naturelles du continent Africain.* Paris, Unesco. p. 185-226 (13).
ROGNON, P. 1974. "Modifications naturelles du cycle hydrométéorologique depuis 10000 ans. Leur utilisation pour la prévision climatique à long terme". *Influence* (16).
ROSENFELD, A 1965. *The inorganic raw minerals of Antiquity,* London (14).
______. 1972. "The microlithic industries of Rop Rock Shelter". *WAJA,* v. II: 17-28 (24).
ROTBERG, R. J., dir. 1971. *Africa and its explorers: Motives, methods, and impact.* Cambridge, Mass. (6).
ROTBERG, R, 1. & MAZRUI, A A, ed. 1971. *Protest and power in black Africa.* New York, Oxford University Press. XXX + 1274 p. (3).

ROTBERG, R. J. & ROUBET, C. 1966. "Présentation comparative d'un gisement côtier, des environs de Berard, à l'ouest d'Alger". In: CONGR. PRÉHIST. FRANÇAIS. Ajaccio, p. 109-28 (22).

______. 1968. "Nouvelles observations sur l'Epipaléolithique de l'Algérie orientale. Le gisement de Koudiat Kifene Lahda". *Libyca,* 16: 55-101 (22).

______. 1972. "The microlithic industries of Rop Rock Shelter". *WAJA,* 2: 17-28 (24). [no prelo]. *Une économie pastorale pré-agricole en Algérie orientale. Le néolithique de tradition capsienne. L'exemple de l'Aurès (22).*

ROUBET, C. 1968. *Le gisement du Damous el Ahmar.* Paris, AMG (21) (22).

______. 1971. "Sur la définition et la chronologie néolithique de tradition capsienne". *Anthropologie,* 75: 553-74 (22) (24).

RUBIN, A. 1970. "Review of Philip Allison's 'African stone sculpture' and Franck Willett's 'Ife in the history of West African sculpture'". *Art bulletin,* 72, 3: 348-54 (24).

RUFFIÉ, J. 1976. *De la biologie à la culture.* Paris, Flammarion. 598 p. (Intr. Geral) (10).

______. 1977. "Génétique et anthropologie". *Science et vie, 120* [Hors série] (11).

RYDER, A F. C. 1965. *Materials for West African history in Portuguese archives.* London (6) (24).

______. 1965. "A reconsideration of the Ife-Benin relationship". *JAH,* 6, 1: 25-37 (24).

SABERWAL, S. 1967. "The oral tradition, periodization and political system". *CJAS,* I: 157-62 (7).

SAID, R. *The geological evolution of the River Nile (16).*

SALEH, S. A, GEORGE, A W. & HELMI, F. M. 1972. "Study on glass and glass-making processes at Wadi-El-Natrum, 18t. part. Fritting crucibles, their technical features and temperature employed". *Studies in conservation,* 17: 143-70, London (9).

SAMB, A. 197L "Langues négro-africaines et leurs emprunts à l'arabe". *NA* (10).

SAMPSON, C. G. 1972. "The Stone Age industries of the Orange Riverscheme and South Africa". *Memoirs of the National Museum Bloemfontain, 6* (20).

______. 1974. *The Stone Age archaeology of Southern Africa.* Academic Press, New York (20).

SANCHO, 1. 1781. *Letters of the late I. Sancho, an African... to which are prefixed memoirs of his life.* London. 2 V. (6).

SANDER, E. R. "The Hamitic hypothesis, its origin and function in time perspective". *JAH,* X, 4: 521-32 (Intr. Geral) (12).

SANDFORD, K. S. & ARKELL, W. J. 1929. *Palaeolithic man and the Nile-Fayum divide.* Oriental Institute Publication, *10* (23).

SAPIR, D. 1973-4. "Linguistics in Sub-Saharan Africa". In: SEBEOK, T. A, dir. *Current trends in linguistics.* Paris-La Haye, Mouton (10) (12).

SAUER, C. O. 1952. "Agricultural origins and dispersion". *BML,* 2 (27).

SAUNDERS, A. M. C. 1964. *World population: Past growth and present trends.* London (14).

SAUVAGET, J. 1946. *Historiens arabes.* Paris, A. Maisonneuve. (Intr. Geral).

______. 1961. *Introduction à l'histoire de l'Orient musulman.* Paris (5).

SAVAGE, G. 1967. *The art and antique restorers handbook.* London, Barris & Rockliff. 142 p (9).

SAVARY, P. 1966. "Monuments en pierres sèches du Fasnoun". *MCRAPE, 6.* 78 p. (23).

SAYCE, R. U. 1933. *Primitive arts and crafts.* Cambridge, Cambridge University Press. XIII + 291 p. (24).

SAYRE, E. V. & MEYERS, P. 1971. "Nuclear activation applied to materials of art and archaeology". *AATA,* 8, 4: 115-50 (9).

SCHAPERA, L 1933. *The Early Cape Hottentots described in the writings of Olfert Dappr,* 1668, *Willem Ten Rhyne,* 1668, *and Johannes Guliemus de Grevenbroek,* 1695. Cape Town (6).

SCHARFF, A. & MOORGAT, A. 1950. *Agypten und Vorderasien im Altertum.* München, F. Bruckmann (28).

SCHEUB, H. 1975. *The Ntsomi: A Xhosa performing art.* Oxford (7).

SCHLOZER, A L. von. 1781. In: EICHHORN, J. G. *Repertorium für biblische und morgenlandische Literatur.* Leipzig, Wiedmanns Erben und Reich. 1777-86. 18 parties. Parte VIII (12).

SCHMITZ, A 1962. "Les Muhulu du Haut-Katanga méridional". *BJBE,* XXXII, 3 (21).

SCHMITZ, A 1971. "La végétation de la plaine de Lubumbashi (Rép. Dém. Congo)". *Publ. INEAC, 113*: 11-388 (21).
SCHNELL, R. 1957. *Plantes alimentaires et agricoles de l'Afrique noire.* Paris, Larose (Intr. Geral) (27).
SCHOLLAR, I. 1970. "Magnetic methods of archaeological prospecting advances in instrumentation and evaluation techniques". *PTRS,* 269, 1193: 103-19 (9).
SEBEOK, T. A, dir. 1963-74. *Current trends in linguistics.* Paris-La Haye, Mouton (10) (12).
SECK, A & MONDJANNAGNI, A 1967. *L'Afrique occidentale.* Paris, PUF. 290 p. (13).
SEDDON, D. 1968. "The origins and development of agriculture in East and Southern Africa". *CA,* 9, 5: 489-94 (24) (27).
SELIGMAN, G. 1930. *Races of Africa.* London (10).
SERVANT, M. & S. & DELIBRIAS, G. 1969. "Chronologie du Quaternaire récent des basses régions du Tchad". *CRAS,* 269: 1603-6 (24).
______. 1973. "Séquences continentales et variations climatiques: Evolution du bassin du Tchad au Cénozoíque supérieur". *MORSTOM.* 348 p. (16).
______. 1974. "Les variations climatiques des régions intertropicales du continent africain depuis la fin du Pléistocène". *13e journée de l'hydraulique, Soe. Hydrotech. Fr.* (16).
SETHE, K. 1930. *Urgeschichte und alteste Religion der Agypter.* Leipzig, F. A Brickhaus (28).
SEYDOU, C., ed. 1977. *La Geste de Ham-Bodédio ou Hama le Rouge.* Paris, A Colin. *[Classiques Africains, 18]* (2).
SHAW, Th. 1944. "Report on excavations carried out in the cave known as Bosumpra at Abetifi, Kwahu, Gold Coast Colony". *Proceedings of the prehistoric society, 10* : 1-67, Cambridge (24).
______. 1960. "Early smoking pipes: in Africa, Europe and America". *IRAI (24).*
______. 1961. *Excavation at Dawu.* Edimbourgh, Nelson. VIII + 124 p. (24).
______. 1962. "Chronology of excavation at Dawu". *Man,* 72: 217 (24).
______. 1963. "Field research inNigerian archaeology". *lHSN,* 2, 4: 449-64 (24).
______. 1964-a. *Archaeology in Nigeria.* Ibadan, Ibadan University Press (24).
______. 1964-b. "Smoking in Africa". *SAAB, 19,* 75: 75-6 (24).
______. 1965-a. "Spectrographic analyses of the Igbo and other Nigerian bronzes". *Archaeometry,* 8: 86-95 (24).
______. 1965-b. "Akure excavations: Stone Age Skeleton 9000 BC". *AN,* 3: 5-6 (24).
______. 1967. "Terminology". *WAAN,* 7: 86-95 (24).
______. 1969-a. "Further spectrographic analyses of Nigerian bronzes". *Archaeometry, II*: 85-98 (24).
______. 1969-b. "The later Stone Age in the Nigerian forest". In: ACTES 1er COLL. INTERNAT. ARCHAEOL. AFR. p. 364-74 (24).
______. 1969-c. "On radiocarbon chronology of the Iron Age in Sub-Saharan Africa". *CA, 10*: 226--31 (24).
______. 1970. "The analysis of West African bronzes: A summary of the evidence". *Ibadan, 20*: 80-9 (24).
______. 1971-a. "The Prehistory of West Africa". In: AJAYI, J. F. A & CROWDER, M. *History of West Africa.* London, Longmans (24).
______. 1971-b. "Africa in prehistory: Leader or laggard?". *JAH,* 12, 1: 143-53 (24).
______. 1971-c. *Igbo-Ukwu: An account of archaeological disooveries in Eastern Nigeria.* London, Faber & Faber. 2 V. (24).
______. 1972. "Early crops in Africa: A review of the evidence". *Burg, Wart. Symp.* 56 (24).
______. 1973. "Trade and the Tsoede bronzes". *WAJA,* 3: 233-8 (24).
SHELTON, A K. 1968. "Causality in African thought: Izbo and other". *PA,* 15,4: 157-69 (7).
SHEPPERSON, G. & PRICE, T. 1958. *Independent Africa. John Chilembwe and the origins, setting and significance of the Nyasaland native rising of 1915.* Edinburgh, Edinburgh University Press. X + 564 p. (3).
SHINNIE, P. L. 1967. *Meroe, a civilization of the Sudan.* New York, Washington (28).
______. 1971. *The African Iron Age.* Oxford, Clarendon Press (24) (28).

SIBRAVA, V. dir. 1975. *Quaternary glaciations in the Northern hemisphere.* Rapport n.02, Projet 73/1/24. Prague, Unesco. 151 p. (16).

SILVA REGO, A. da. 1949-58. *Documentação para a história das missões do Padreoda Português do Oriente,* 12. Lisboa (6).

SIMPSON, G. C. 1957. "Further studies in world climate". *JRMS,* 83: 459-85 (24).

SIMPSON, W. K., ed. 1972. *The literature oi Ancient Egypt,* New Haven-London (28).

SINGER, R. 1958. "The Rhodesian, Florisbad and Saldanha skulls". In: KOENIGSWALD, G. H. R. von, ed. *Neandertal centenary*: 52-62 Utrecht (20).

SINGER, R. & WYMER, J. 1968. "Archaeological investigations at the Saldanha skull si te in South Africa". *SAAB,* XXV: 63-74 (20).

SINGH, G. 1973. "Late Quaternary changes in vegetation and climates in the arid tropics of India". In: ACTS IX CONGR. INQUA (16).

SMITH, A 1974. "Preliminary report of excavations at Karkarichinkat, Mali, *1972". WAJA,* 4 (24).

SMITH, H. F. C. 1958. "Source material for the history of the Western Sudan". *JHSN,* 1, 3: 238-48 (Intr. Geral) (5) (6).

______. 1961. "Arabic manuscript material bearing on the history of Western Sudan: a seventeenth century writer of Katsina". *BNHSN,* VI, 1 (Intr. Geral) (5) (6).

SMITH, H. S. 1966. "The Nubian B-Group". *Kush,* XIV: 69-124 (28).

SMITH, P. E. 1966-a. "The Late Paleolithic of Northern Africa in the light of recent researches". *AA,* 68: 326-55 (25).

______. 1966-b. "New prehistoric investigation at Kom-Ombo". *Zephyrus,* XVII (25).

______. 1967. "New investigations in the Late Pleistocene archaeology of the Kom-Ombo Plain". *Quaternaria,* IX (25).

SOGA, T. B. 1929. *Intlalo ka Zossa.* Lovedale (6).

SOMMER, F. 1953. *Man and beast in Africa.* London, 206 p. (14).

SOPER, R. C. 1965. "The Stone Age in Northern Nigeria". *JHSN,* 3, 2: 175-94 (24).

SOUVILLE, G. 1958-9. "La pèche et la vie maritime au Néolithique en Afrique du Nord". *BAM,* 3: 315-44 (22).

______. 1973. *Atlas de préhistoire du Maroc.* "Maroe atlantique". Paris, CNRS, Etudes d'antiquités africaines (22).

SOW, A. I. 1968. *Chroniques et récits du Fouta-Djalon.* Paris, Klineksieek. 262 p. (6).

SOWUNMI, M. A. 1973. "A preliminary palynological study in the Rivers Stat". *Oduma,* I, 1: 13-4 (4).

SPARKS, B. W. & WEST; R. G. 1972. *The Ice Age in Britain.* London, Methuen. XVIII + 302 p. (24).

SPARRMAN, A. 1789. *A voyage to the Cape of Good Hope, towards the Antartic polar circle, and round the world, but chiefly into the country of the Hottentots and Caffres, from the year* 1772 *to* 1776. Perth (6).

STAINER, X. 1899. "L'Age de la pierre au Congo". *AMRAC,* III. 24 p. (21).

STANTON, W. R. & WILLETT, F. 1963. "Archaeological evidence for changes in Maize type in West Africa: An experiment in technique". *Man,* 63 (24).

STEWART, J. M. 1976. *Towards Volta-Congo Reconstruction.* Leyde (12).

STREEI,., M. 1963. *La végétation tropophylle des plaines alluviales de la Lujira moyenne.* Liège, *FULREAC* (21).

STROSS, F. H. & O'DONNALL, A. E. 1972. *Laboratory analysis of organic materials.* USA, Addison-Wesley Modular Publications, module 22 (9).

STROUHAL, E. 1976. *Problems of study of human races.* Prague (11).

STRUEVER, S., ed. 1971. *Prehistoric agriculture.* New York, Amerìean Museum Sourcebook in Anthropology (4).

STUVIER, M. & SUESS, H. E. 1966. "On the relationship between radiocarbon dates and true sample ages". *Radiocarbon,* 8: 534-40 (9).

SURET-CANALE, J. 1964. "Les sociétés traditionnelles en Afrique tropicale et le concept de mode de production asiatique". *Pensée,* 117: 21-42 (Concl.).

SURET-CANALE, J. 1968. *Géographie, civilisations, histoire.* In: *Afrique noire occidentale et centrale.* Paris, Editions Sociales. v. I, 339 p. (Intr. Geral) (13).
SWADESH, E. 1966. "A preliminary glottochronology of Gur". *JWAL* (10).
______. 1966. "Glottochronology". *JWAL,* III (10).
SZUMOWSKI, G. 1956. "Fouilles de l'abri sous roche de Kourounorokale". *BIFAN,* B, 18: 462-508 (24).
TAIEB, M. 1974. *Evolution quaternaire du bassin de l'Awash (Rift éthiopien et Afar).* [Tese] Paris. 2 t. (17).
TAIEB, M., COPPENS, Y., JOHANSON, D. C. & KALB, J. 1972. "Dépôts sédimentaires et faunes du Plio-Pléistocène de la basse vallée de l'Awash (Afar central, Ethiopie)". *CRAS,* 275: 819-22 (17).
TAIEB, M., JOHANSON, D. C. & COPPENS, Y. 1975. "Expédition internationale de l'Afar, Ethiopie (3e campagne, 1974) découverte d'hominidés plio-pléistocène à Hadar". *CRAS,* 281: 1297-1300 (17) (18).
TAIEB, M., JOHANSON, D. c., COPPENS, Y. & ARONSON, J. L. 1976. "Geological and paleontological background of Hadar Hominid Site, Afar, Ethiopie". *Nature, 260,5549*: 289-93 (16) (17).
TAIEB, M., JOHANSON, D. c., COPPENS, Y., BONNEFILLE, R. & KALB, J. 1974. "Découverte d'hominidés dans les séries plio-pléistocènes d'Hadar (bassin de l'Awesh, Afar, Ethiopie)". *CRAS,* 279: 735-8 (17).
TALBOT, P. A. 1923. *Life in Southern Nigeria: The magic, beliefs and customs of the Ibido Tribe.* London, Maemillan. p. 448-64 (10).
TARDITS, C. 1962. "Religion, épopée, histoire; notes sur les fonctions latentes des cultes dans les civilisations du Benin". *Diogène,* 37 (15).
TATTAM, C. M. 1944. *A review of Nigerian stratigraphy.* Annual report of the geological survey of Nigeria; 1943. Lagos, Government Printer (24).
TAUXIER, L. 1882. "Les deux rédactions du périple d'Hannon". *RA:* 15-37 (5).
TEILHARD DE CHARDIN, Pe. 1954. "Les recherches pour la découverte des origines humaines en Afrique au sud du Sahara". *Anthropologie* (Conel.).
______. 1955. "L'Afrique et les origines humaines". *Revue des questions scientifiques* (Concl.).
______. 1956. *Le groupe zoologique humain.* Paris (15).
THEAL, G. M. 1898-1903. *Records of South-Eastern Africa.* London. 8 v. (6).
______. 1897-1905. *Records of the Cape colony,* London. 36 v. (6).
THOMASSEY, P. & MAUNY, R. 1951. "Campagne de fouilles à Koumbi Saleh". *BIFAN,* 13, 1: 438-62 (24).
______. 1956. "Campagne de fouilles à Koumbi *Saleh". BIFAN,* B, 18: 117-40 (24).
THOMPSON, L. 1969. *African societies in Southern Africa.* London, Heinemann (Intr. Geral) (24).
TIME-LIFE BOOKS. 1972. "The missing link. Emergence of Man". sér. 3 (19).
TIXIER, J. 1957. "Le hachereau dans l'Acheuléen nord africain. Notes typologiques". *CR XV Congr. Préhist. Fr.*: 914-23 (22) (23).
______. 1958-59. "Les pièces pédonculées de l'Atérien". *Libyca,* 6, 7: 127-57 (22).
______. 1963. *Typologie de l'Epipaléolithique du Maghreb.* Paris, AMG (22). "Les industries lithiques de l' Aïn Fritissa". *BAM,* 3: 107-247 (22).
TOBIAS, P. V. 1967-a. *Olduwai George. The cranium of Australopithecus (Zinianthropus) boisei.* Cambridge, Cambridge Univ. Press. 264 p. (17).
______. 1967-b. "Cultural hominization among the earliest African Pleistocene hominid". *Proc. Prehist. Soc.,* 33: 367-76 (20).
______. 1968-a. "Middle and Early Upper Pleistoeene members of the genus Homo in Africa". *Sonderdruck aus Evolution und Hominization.* Stuttgart, G. Kurth, 176-94 (20).
______. 1968-b. *Man's past and future.* Fifth Raymond Dart lecture. Johannesburg, Witwatersrand Univ. Press (20).

TOBIAS, P. V. & COPPENS, Y. 1976. "Les plus anciens hominidés". In: ACTES IX CONGR. UISPP (17).
TRICART, J. 1956. "Tentative de corrélation des périodes pluviales africaines et des périodes glaciaires". *CRSGF*: 164-7 (16).
TRIGGER, B. G. 1965. *History and settlement in Lower Nubia.* New Haven, Yale University Pub. in Anthropology. p. 69 (28).
______. "Meroitic and Eastern Sudanic: A linguistic relationship?". *Kush,* v. 12 (12).
TRIGGER, B. G. 1969. "Meroe and the African Iron Age". *AHS,* 11 (28).
TSHUDI, J. 1955. *Nordafrikanische Feldsmalereien.* Florenee, Sansoni. 106 p. (23).
TUCKER, A. N. 1940. *The Eastern Sudanic languages.* London (10).
______. 1948. *Distribution of the Nilotic-Hamitic languages of Africa.* London (10).
TUCKER, A. N. & BRYAN, M. A. 1966. *Linguistic analyses: the non-Bantu languages of North-Eastern Africa.* London-New York-The Cape, Oxford Univ. Press. XV + 228 p. (10) (12).
TUREKIAN, K. K., ed. *Late Cenozoic Glacial Age.* New Haven, Vaie Univ. Press (16).
TURNER, L. D. 1955. "The odyssea of a Zulu warrior". *INH, 40,* 4 (6).
TWIESSELMANN, F. 1958. *Les ossements humains du gite mésolithique d'Ishango.* Mission J. de Heinzelin de Braueourt en 1950. Bruxelles, Institut des Pares Nationaux du Congo belge. 125 p. (21).
UCKO, P. J. & DIMBLEBY, G. W., dir. 1969. *The domestication and exploitation of plants and animais.* Chicago, Aldine. XXVI + 581 p. (24).
______. 1970. "The history of Africa". *CRM,* XII, 4: 527-605 (15).
______. 1972. "Les origines de l'homme". *Le courrier,* aoüt-sept. (n. spécial) (Concl.). UNESCO. 1965. *L'art de l'écriture.*
______. 1973. *Recueil sélectif de textes en arabe provenant d'archives marocaines,* pelo Prof. Mohammed Ibrahim El Kettani. Paris (Intr. Geral).
______. 1974. *Colloque scientifique international sur le peuplement de l' Egypte ancienne et le déchifiremeni de la langue méroitique.* Le Caire, 28 jan.-3 fév. (Intr. Geral).
US NATIONAL REPORT. 1971-4-5. "American Geophysical Union, 15th General Ass. International Union of Geology and Geophysics, Grenoble", *Rev. geophys. space phys.,* v. 13, 3. 1110 p. (16).
VAJDA, G. 1950. "Contribution à la connaissanee de la littérature arabe en Afrique oecidentale". *JSA,* XX: 229-37 (Intr. Geral) (5) (6).
VANDIER, J. 1952. "La préhistoire". In: -. *Manuel d'archéologie égyptienne.* Paris, Pieard. t. I, 1 (28).
VANDIER, J. & DRIOTON, E. 1962. "Les peuples de l'orient méditerranéen". In: -. *L'Egypte.* Clio. Paris, PUF. t. 11 (28).
VANSINA, J. 1961. *De la tradition orale: Essai de méthode.* Tervuren, Mémoire n. 36 du Musée Royal d'Afrique Central e (Intr. Geral) (7).
______. 1971. "Once upon a time: Oral traditions as history in Africa". Daedalus, *100,* 2 : 442-68 (7).
______. 1973. *The Tyo Kingdom of the Middle Congo; 1880-1892.* Oxford, Clarendon Press. XIX + 590 p. (3).
______. 1974. "Comment: Traditions of Genesis". *JAH,* XV: 317-22 (8).
VANSINA, J., MAUNY, R. & THOMAS, L. V. 1964. *The historian in tropical Africa.* Oxford, Oxford Univ. Press (Intr. Geral) (15).
VAUFREY, R. 1939. *L'art rupestre nord-Africain.* Paris, Institut de paléontologie humaine. Mém. 20. 127 p. (23).
______. 1946. "Le Néolithique de tradition capsienne au Sénégal". *Rivista disciencia prehistorica,* Rome (24).
______. 1949. "Le Néolithique paratoumbien, une civilisation agricole primitive du Soudan". *JEA,* 35 (Concl.).
______. 1953. "L'Age de la pierre en Afrique, exposé synoptique". *JSA,* XXIII : 103-38 (Concl.).
______. 1955, 1969. *Préhistoire de l'Afrique.* Paris, Masson. I. "Le Maghreb", II. "Au nord et à l'est de la Grande Forèt" (22) (23).

VAVILOV, N. I. 1935. "Sélection générale". In: -. *Bases théoriques de la sélection des plantes.* Moscou-Léningrad. t. I. 1 045 p. (14) (27).
______. 1951. "The origin, variation, immunity and breeding of cultivated plants". Selected writings. Trad. K. Staar. *Chronica botanica,* 13: 1-6 (27).
VERCOUTTER, J. 1959. "The gold of Kush". *Kush,* VII: 120-53 (28).
VERCOUTTER, J., BOTTERO, J. & CASSIN, E. 1967. *The New East, the early civilizations.* New York, Delacorte (28).
VERHAEGEN, B. 1974. *Introduction à l'histoire immédiate.* Paris,· Duculot (Intr. Geral) (15) (Concl.).
VERMEERSCH, S. 1976. "L' Epipaléolithique dans la vallée du Nil". In: ACTES IX CONGR. UISPP (25).
VIA, Y. & M. 1974. *Sahara, milieu vivant.* Paris, Hatier (26).
VIDAL, O. E. 1852. In: CROWTHER, S. A. A vocabulary of the Yoruba languages. London, Seeleys (12).
VIDAL, P. 1969. *La civilisation mégalithique de Bouar. Prospections et fouilles.* 1962-1966. Paris, F. Didot. 132 p. (21).
VIGNARD, E. 1923. "Une nouvelle industrie lithique: Le Sébilien". *BIFAO,* 22: 1-76 (23).
VOEGELIN, C. F. & F. M. 1973. *Index of the world's languages.* Washington (12).
VOGEL, J. C. & BEAUMONT, P. B. 1972. "Revised radiocarbon chronology for the Stone Age in South Africa". *Nature,* 237: 50-1 (20) (24).
VOUTE, C. 1962. "Geological and morphological evolution of the Niger and Benue Valleys". *Proc. IV, PCPQS,* 1: 189-207 (24).
WAINWRIGHT, G. A. 1949. "Pharaonic survivals between Lake Chad and the West Coast". *JEA,* 35: 170-5 (24).
WAI-OGUSU, B. 1973. "Was there a Sangoan industry in West Africa?". *WAJA,* 3 : 191-6 (24).
______. 1974. "Pleistocene man in Africa with special reference to West Africa". *JHSN,* 7, 2: 357-68 (24).
WATTS, A. D. 1926. *The early hunters and explorers in South West Africa.* [Tese] Cape Town, Univ. of Cape Town (6).
WAYLAND, E. J. 1929. "Rift valleys and Lake Victoria". *CR XV^e CIG,* 11: 323-53 (21) (24).
______. 1934. "Rifts, rivers and rains and early man in Uganda". *JRAI,* 64: 332-52 (21) (24).
______. 1952. "The study of past climates in Tropical África". *PCP,* 1947: 66, Oxford, Blackwell (24).
WEBB, M. C. 1968. "Carneiro's hypothesis of limited land resources and the origins of the state: a Latin Americanist's approach to an old problem". *South Eastern Latin Americanist, 12,* 3: 168 (24).
WEBER, A. 1925. *The language family of Africa.* London (10).
WELMERS, W. 1973. *African language structures.* Los Angeles, Univ. of California Press (12).
WENDORF, F. 1965. *Contributions to the prehistory of Nubia.* Dallas, Fort Burgwin Research Center and Southern Methodist Univ. Press. 164 p. (23).
______. 1968. *The prehistory of Nubia.* Dallas, Fort Burgwin Research Center and Southern Methodist Univ. Press (16) (28).
WENDORF, F., SAID, R & SCHILD, R 1970. "Egyptian prehistory: Some new concepts". *Science,* 169: 1161-71 (24) (28).
WENDORF, F., LAURY, R L., ALBRITON, C. C., SCHILD, R, HAYNES, C. V., DAMON, P. E., SHAFIQUILLAH, H. & SCARBOROUGH, R. 1974. "Dates for the Middle Stone Age of East Africa". *Science,* 187: 740-2 (16).
WENDT, W. E. & REED, C. H. 1966. "Two prehistorical archaeological sites in Egyptian Nubia". *Postilla, 102*: 1-46 (25).
WERNER, A. 1915. *The language families of Africa.* London, Society for Promoting Christian Knowledge. VII + 149 p. (12) (10).
______. 1930. *Structure and relationship of African languages.* London-New York, Longmans Green and Co. VII + 61 p. (10) (12).
WERNER, A. E. A. 1970. "Analysis of ancient metals". *PTRS,* 269, 1193 (9).

WESTCOTT, R. W. 1957. "Did the Yoruba come from Egypt?". *Odu,* 4 (24).
WESTERMANN, D. 1911. *Die Sudansprachen, eine sprachvergleichende Studie.* Hambourg, L. Friederichsen. VIII + 222 p. (12).
______. 1927. *Die westlichen Sudansprachen und ihre Beziehungen zum Bantu.* Mitteilungen des Seminars für Orientalische Sprachen. Den Haage, de Gruyter (12).
WESTPHAL, E. O. J. 1962. "On classifying Bushman and Hottentot languages". *ALS,* III: 30-48 (11).
______. 1966. "The non-Bantu languages of Southern Africa". In: TUCKER, A. N. & BRYAN, M. A. *Linguistic analyses.* London-New York-Cape Town (12).
WET, J. M. J. de, & HARIAN, 1. P. 1971. "The origin and domestication of Sorghum bicolor". *Econ. bot.,* 25: 128-35 (24).
WHEATLEY, P. 1964. *The land of Zanj: Exegetical notes on Chinese knowledge of East Africa prior to A.D. 1500.* London, Liverpool Essays (5).
WICKENS, G. E. 1975. Changes in the climate and vegetation of the Sudan since 20000 B.P. *CR VIII Reunion ABIFAT*: 43-65 (16).
WIERCINSKY, K. 1965. "The analysis of racial structure of early dynastic populations in Egypt". *Materialow practical anthropologicanich,* 72 (11).
WIESENFIELD, S. L. 1967. "Sickle cell trait in human biological and cultural evolution". *Science, 157* : 1134-40 (24).
WILKS, I. 1956. "Tribal history and myth". *Universitas,* 2-3 (Intr. Geral).
______. 1961. "Begho and the Mande". *JAH,* 2: 25-34 (24).
______. 1963. "The growth of Islamic learning in Ghana". *IHS,* 2, 4 (6).
______. 1975. "Do Africans have a sense of time?". *JAHS,* VIII, 2 (2).
WILLCOX, A. 1963. *The rock art of South Africa.* Johannesburg, Nelson (26) (Concl.).
WILLETT, F. 1960. "Ife and its archaeology". *JAH,* 2: 231-48 (15).
______. 1962-a. "The introduction of maize into West Africa: An assessment of Tecent evidence". *Africa,* 32: 1-13 (24).
______. 1962-b. "The microlithic industry from Old Oyo, Western Nigeria". In: ACTES IV CONGR. PPEQ. 2, p. 261-72 (24).
______. 1964. "Spectrographic analysis of Nigeria bronzes". *Archaeometry,* 7: 81-93 (9) (24).
______. 1966. "On the funeral effigies of Owo and Benin, and the interpretation of the life-size bronze heads from Ife". M*an,* 1: 34-45 (24).
______. 1967. *Ife in the history of West African sculpture.* London, Thames & Hudson (24).
______. 1968. "New light on the Ife-Benin relationship". *African Forum,* 3, 4, 4 (24).
______. 1969. "New radiocarbon dates from Ife". *WAAN,* 11: 23-5 (24).
WILLIAMS, M. A. J. 1966. "Age of alluvial clays in the Western Gezira, Republic of the Sudan". *Nature,* 211: 270-1 (16).
______. 1975. "Late Pleistocene tropical aridity synchronous in both hemispheres?". *Nature,* 253,5493: 617-8 (16).
WILLIAMS, M. A. J., CLARK, J. D., ADAMSON, D. A. & GILLESPIE, R. 1975. "Recent Quaternary research in Central Sudan". *BASEQUA,* 46 (16).
WILLIS, R. G. 1964. "Tradition history and social structure in Ufipa". *Africa,* 34, 4 : 340-51 (7).
WILSON, A. C. & SARICH, V. M. 1969. "A molecular timescale for human evolution". *PNAS,* 63, 4: 1088-93 (20).
WILSON, M. & THOMPSON, L. 1969-71. *The Oxford history of South Africa.* Oxford, Clarendon Press. 2 v. (3).
WILSON, W. 1966. "Temme and the West Atlantic group". *SLLR,* Indiana, 226, 9 (10).
WINKLER, H. A. 1937. *Volkerbewegungen im vorgeschichtlichen Oberiigypten im Lichte neuer Pelsbilderiunde.* Stuttgart (23).
______. 1939. *Rock drawings of Southern Upper Egypt,* London, Egypt Exploration Society. 2 v. (23).
WOLLIN, G., ERICSON, D. B. & WOLLlN, J. 1974. "Geomagnetic variations and climatic changes 2,000,000 BC-1970 AD". *Coll. CNRS, 219: 273-88* (16).

WORLD METEOROLOGICAL ORGANISATION. 1975. "WMO/IAMAR Symposium on long-term climatic fluctuations". *Proc. Norwich,* 421. WMO. 503 p. (16).
WRIGLEY, C. 1970. "Speculations on the economic prehistory of Africa". In: FAGE, J. D. & OLIVER, R. A. p. 69 (27).
WYMER, J. J.& SINGER, R. 1972. "Middle Stone Age occupational settlements on the Tzitzikama coast, Eastern Cape province, South Africa". In: UCKO, P. J., TRINGHAM, R & DIMBLEBY, G. W., ed. *Man, settlement and urbanism.* London. p. 207-10 (20).
YAMASAKI, F., HAMADA, C. & HAMADA, T. 1973. "Riken natural radiocarbon. Measurements VII". *Radiocarbon, 14,* 1: 223-38 (24).
YILBUUDO, J. T. 1970-1. *Tradition orale.* Mémoire: Séminaire de Koumi. Haute-Volta.
YORK, R N. 1973. "Excavations at New Buipe". *WAJA,* 3: 1-189 (24).
YOUNG, W. J. 1958. "Examination of works of art embracing the various fields of science". *Proceedings of the Seminar on application of sciences in examination of works of art.* Boston (9).
YOYOTTE, J. 1959. *Dictionnaire de la civilisation égyptienne.* Paris (28).
ZAHAN, D. 1963. *La dialectique du verbe chez les Bambara.* Paris (8).
ZAKI, A. & ISKANDER, Z. 1942. "Ancient Egypt Cheese". *ASAE,* XLI: 295-313 (9).
ZEISSL, H. V. 1955. "Athiopen und Assyrer in Agypten". *Agyptologische Forschungen.* Heft 14, Glügkstadt-Hamburg-New York, J. J. Augustin (28).
ZEUNER, F. F. 1950. *Dating the Past.* London, Methuen (16).
______. 1959. *The Pleistocene period, its climate, chronology and faunal successions.* London, Hutchinson Scientific and technical. 447 p. (16) (21).
ZIEGERT, H. 1967. *Dor el Gussa und Gehelben Ghaama.* Wiesbaden, F. Steiner. 94 p. (23).
ZINDEREN-BAKKER, E. M. van. 1967. "Upper Pleistocene and Holocene stratigraphy and ecology on the basis of vegetation changes in Sub-Saharan Africa". In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. D., ed. *Background to evolution in Africa.* Chicago University Press (24).
______. 1975. *Paleoecology of Africa.* v. 1-9 (16).

Volume II - África antiga

ABEL, A. 1972. "L'Ethiopie et ses rapports avec l'Arabie pré-islamique jusqu'à l'émigration de Ca. 615". In: ATTI *IV CISE* (14).
ABRAHAM, D. P. 1951. "The principality of Maungure". *NADA,* n. 28 (27).
______. 1959. "The Monomotapa dynasty in Southern Rhodesia". *NADA,* n. 36 (27).
______. 1961. "Maramuca, an exercise in the combined use of Portuguese records and oral tradition". *JAH,* II, 2: 211-25 (27).
______. 1962. "The early political history of the kingdom of Mwene Mutapa, 850-1589". *Historians in Tropical Africa.* Salisbury, Univ. Coll. of Rhodesia and Nyasaland (27).
______. 1964. "The ethnohistory of the empire of Mutapa, problems and methods". In: VANSINA, J., MAUNY, R. & THOMAS, L. V., eds. *The Historian in Tropical Africa.* London, Oxford Univ. Press for the International African Institute. pp. 104-26 (27).
ABU SALEH. 1969. *The Churches and Monasteries of Egypt and Some Neighbouring Countries.* Reimpr. Trad. B. T. Evetts e A. J. Butler. Oxford, Clarendon Press.
ADAMS, W. Y. 1962-a. "Pottery kiln excavations". *Kush,* X: 62-75 (12).
______. 1962-b. "An introductory classification of Christian Nubian pottery". *Kush,* X: 245-88 (12).
______. 1964-a. "Sudan antiquities service excavations at Meinarti; 1962-3". *Kush,* XII: 227-47 (12).
______. 1964-b. "Post-pharaonic Nubia in the light of archaeology, I". *JEA,* n. 50: 102-20 (12).
______. 1965-a. "Sudan antiquities service excavations at Meinarti, 1963-64". *Kush,* XIII: 148-76 (12).
______. 1965-b. "Architectural evolution of the Nubian Church 500-1400 A.D.". *JARCE,* n. 4: 87-139 (12).
______. 1965-c. "Post-pharaonic Nubia in the light of archaeology, II". *JEA,* n. 51: 160-78 (12).
______. 1966-a. "The Nubian campaign: retrospect". *Mélanges Offerts à K. Michalowski.* Varsovie. pp. 13-30 (12).

______. 1966-b. "Post-pharaonic Nubia in the light of archaeology, III". *JEA,* n. 52: 147-62 (12).
ADAMS, W. Y. 1967. "Continuity and change in Nubian cultural history". *SNR,* XLVIII: 11-9 (12).
______. 1968. "Invasion, diffusion, evolution?". *Antiquity,* Gloucester, XLII: 194-215 (12).
______. *1970. Nubische Kunst.* Recklinghausen. pp. 111-23 (12).
ADAMS, W. Y. & NORDSTRÖM, H. A 1963. "The archaeological survey on the west bank of the Nile, third season 1961-62". *Kush,* XI: 10-46 (12).
ADAMS, W. Y. & VERWERS, C. J. 1961. "Archaeological survey of Sudanese Nubia". *Kush,* IX: 7-43 (12).
ADDISON, F. S. A 1949. *Jebel Moya*; The Wellcome Excavations in the Sudan. London, Oxford Univ. Press. 2 v. (11).
ALBRIGHT, F. P. 1958. *Archaeological Discoveries in South Arabia.* Baltimore (13).
ALBRIGHT, W. F. 1973. "The Amarna letters from Palestine". *Cambridge Ancient History.* Cambridge, CUP. v. II, parte 2, cap. XX (2).
ALDRED, C. 1952. *The Development of Ancient Egyptian Art from 3200 to 1315 B.C.* Três partes: *Old Kingdom Art in Ancient Egypt* (1949), *Middle Kingdom Art in Ancient Egypt 2300-1590 B.C.* (1950), *New Kingdom Art in Ancient Egypt during the Eighteenth Dynasty, 1590-1315 B.C.* (1951). London, Tiranti (3).
______. 1965. *Egypt to the End of the Old Kingdom.* London, Thames & Hudson (5).
______. 1968. *Akhenaten, Pharaoh of Egypt*; A New Study. London, Thames & Hudson (2).
ALEXANDER, J. & COURSEY, D. G. 1969. "The origins of yam cultivation". In: UCKO, P. H. & DIMBLEBY, G. W. eds. *The Domestication and Exploitation of Plants and Animals.* London, Duckworth. pp. 123-9 (24).
ALI HAKEM, A. M. 1972-a. "The city of Meroe and the myth of Napata. A new perspective in Meroitic archaeology". In: BUSHRA, S., ed. *Urbanization in the Sudan.* Proceedings of Annual Conference of the Philosophical Society of the Sudan. Cartum (11).
______. 1972-b. "Meroitic settlement of the Butana, central Sudan". In: UCKO, P. H., TRINGHAM, R. & DIMBLEBY, G. W., eds. *Man, Settlement and Urbanism.* London, Duckworth. pp. 639-46 (11).
ALLEN, J. W. T. 1949. "Rhapta". *TNR,* n. 27: 52-9 (22).
ALLEN, T. G. 1960. *The Egyptian Book of the Dead*; Documents in the Oriental Institute Museum at the University of Chicago. Chicago, Univ. of Chicago Press. v. LXXXII (2. 3).
ALMAGRO-BASCH, A., ed. 1963-65. *Comité Español de la Unesco para Nubia*; Memorias de la Misión Arqueológica. Madrid. 14 v. (12).
AMBORN, H. 1970. "Die Problematik der Eisenverhüttung im Reiche Meroe". *Paideuma,* XVI: 71-95 (10, 11).
AMÉLINEAU, E. 1908. *Prolégomènes à l'Étude de la Religion Égyptienne.* Paris, Bibliothèque de l'École Pratique des Hautes Études. Sciences Religieuses (1).
AMIANO MARCELLINO. 1778. *Ammien Marcellin, ou les Dix-Huit Livres de Son Histoire qui Nous Sont Restés.* Trad. G. Moulines. Lyon, J. M. Bruyset. 3. v. (1).
______. WORKS. Trad. S. C. Rolfe. London, Heinemann; Cambridge, Harvard University Press, 1935-40 (1).
ANDAH, B. W. 1973. *Archaeological Reconnaissance of Upper-Volta.* [tese]. Berkeley, Univ. of California (24).
ANFRAY, F. 1963. "Une campagne de fouilles à Yeha". *AE,* n. 5: 171-92, fev.-mar., 1960 (13).
______. 1965. "Chronique archéologique (1960-64)". *AE,* n. 6: 3-48 (13). 1966. "La poterie de Matara". *RSE,* n. 22: 1-74 (13).
______. 1967. "Matara". *AE,* n. 7: 33-97 (13, 15).
______. 1968. "Aspects de l'archéologie éthiopienne". *JAH,* n. 9: 345-66 (13, 14).
______. 1970. "Matara". *Trav. RCP, 230.* Paris, CNRS, (1): 53-60 (13).
______. 1971. "Les fouilles de Yeha en 1971". *Trav. RCP, 230.* Paris, CNRS, (2): 31-40 (13).
______. 1972-a. "Les fouilles de Yeha (mai.-juin. 1972)". *Trav. RCP.* Paris, CNRS, 230 (3): 57-64 (13).

______. 1972-b. "L'archéologie d'Axoum en 1972". *Paideuma,* XVIII: 71, pr. VI (15).
ANFRAY, F. 1974. "Deux villes axoumites: Adoulis et Matara". In: ATTI IV CONGR. INTERN. STUD. ET. pp. 752-65 (15).
ANFRAY, F. & ANNEQUIN, G. 1965. "Matara. Deuxième, troisième et quatrième campagnes de fouilles", *AE,* n. 6: 49-86 (13. 15).
ANFRAY, F., CAQUOT, A & NAUTIN, P. 1970. "Une nouvelle inscription grecque d'Ezana, roi d'Axoum". *JS.*: 260-73 (14).
ANGELIS D'OSSAT, G. de & FARIOLI, R. 1975. "Il complesso paleocristiano di Brevigliere Elkhadra". *QAL*: 29-56 (19).
APOLODORO. 1921. *The Library.* Trad. Sir J. G. Frazer. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. (1).
APPLEGATE, J. R. 1970. "The berber languages". *CTL,* VI: 586-661 (20).
ARISTÓTELES. 1908-52. *The Works of Aristotle.* Trad. inglesa. Oxford, J. A Smith & W. D. Ross, Oxford Univ. Press. 12 v. (1).
______.1926-70. WORKS. London, Heinemann. 23 v.
______.1961-2. *Aristotelis Opera.* Berlin, O. A Gigon. 5. v. (1).
ARKELL, A J. 1949. *Early Khartoum*; An Account of the Excavations of an Early Occupation Site Carried Out by the Sudan Government Antiquities Service 1944-1945. Oxford, Oxford Univ. Press (9).
______. 1950. "Varia Sudanica". *JEA,* n. 36: 27-30 (9).
______. 1951. *Meroe and India*; Aspects of Archaeology in Britain and beyond. Essays Presented to O. G. S. Crawford. London, Grimes (10).
______. 1961. *A History of the Sudan from the Earliest Times to 1821.* 2 ed. rev. (1. ed., 1955). London, Univ. of London, Athlone Press. 252 p. (6, 9, 10, 11, 17).
______. 1966. "The iron age in the Sudan". *CA,* n. 7 (4) : 451-78 (11).
ARMSTRONG, R. G. 1964. *The Study of West African Languages.* Ibadan, Ibadan Univ. Press (21).
ARRIANO FLÁVIO. 1807. *The Commerce and Navigation of the Ancients in the Indian Ocean.* Trad. W. Vincent. London, Cadell & Davies. v. I: *The Voyage of Nearchus;* v. II: *The Periplus of the Erithraean Sea.*
ASCHIER, J. E. 1970. "Graeco-roman nautical technology and modern sailing information. A confrontation between Pliny's account of the voyage to India and that of the 'Periplus Maris Erythraei' in the light of modern knowledge". *JTG,* n. 31: 10-26 (22).
ATHERTON, J. H. 1972. "Excavations at Kambamai and Yagala rock shelters, Sierra Leone". *WAJA,* n. 2: 39 et seq. (24).
AUBER, J. 1958. *Français, Malgaches, Bantous, Arabes, Turcs, Chinois, Canaques: Qarlons-Nous une Même Langue?.* Tananarive, Impr. Off. (28).
AUBREVILLE, A. 1948. "Étude les forêts de l' Afrique équatoriale française et du Cameroun". *BS,* n. 2 : 131 (24).
AURIGEMMA, S. 1940. "L' elefante di Leptis Magna". *AI* : 67-86 (20).
AVERY, G. 1974. "Discussion on the age and use of tidal fish traps". *SAAB,* n. 30 (26).
AYMARD, J. 1951. *Essai sur les Chasses Romaines des Origines à la Fin du Règne des Antonins.* Paris, de Brocard (20).
AYOUB, J. 1962. "Excavations at Germa, the capital of the Garamantes". *Sheba, I* (20).
______. 1967-a. "Excavations at Germa, the capital of the Garamantes". *Sheba, II* (20).
______. 1967-b. "The royal cemetery of Germa". *Libya Antiqua.* Tripoli. pp. 213-9 (20).
BADAWY, A. 1965. "Le grotesque, invention égyptienne". *Gazette des Beaux Arts.* pp. 189-98 (6).
______. 1968. *A History of Egyptian Architecture* (*The New Kingdom*): from the Eighteenth Dynasty to the End of the Twentieth Dynasty 1580-1085 B.C. Berkeley/Los Angeles, Univ. of California Press (11).
BAILLOUD, G. 1969. "L' évolution des styles céramiques en Ennedi (République du Tchad)". In: ACTES I[er] COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR. pp. 31-45 (24).
BAKRY, H. S. K. 1967. "Psammetichus II and his newly-found stela at Shellae". *Oriens Antiquus,* n. 6: 225-44 (10).

BALL, J. 1942. *Egypt in the Classical Geographers.* Cairo. Government Press, Bulaq (6).
BALOUT, L. 1955. *Préhistoire de l'Afrique du Nord.* Paris. AMG. pp 435-57 (17).
______.1967. "L'homme préhistorique et la Méditerranée occidentale". *ROMM,* n. 3 (17).
BARADES, J. 1949. *Vue Aérienne de l'Organisation Romaine dans le Sud Algérien. Fossatum Africae.* Paris, AMG (19, 20).
BARGUET, P. 1967. *Le Livre des Morts des Anciens Egyptiens.* Paris, Le Cerf (Littératures Anciennes du Proche-Orient) (3).
BARRAUX, M. 1959. "L'auge de Sima". *BAMNS,* XXXVII: 93-9 (28).
BARROW, J. 1801-4. *Travels into the Interior of the Southern Africa in the Years* 1797 *and* 1798. London. 2 v. (26).
BASHAM, A. L. 1959. *The Wonder That Was India*; A Survey of the Indian Subcontinent before the Coming of the Muslims. New York, Grove Press (22).
BASSET, H. 1921. "Les influences puniques chez les Berbères". *RA,* n. 62: 340 (17).
BATES, O. 1914. *The Eastern Libyans.* (2. ed., 1970). London, Macmillan. pp. 46, 49-51, 249 (4, 17).
BATES, O. & DUNHAM, D. 1927. "Excavations at Gammai". *RAS,* n. 8: 1-122 (11).
BAUMANN, H. & WESTERMANN, D. 1962. *Les Peuples et les Civilisations de l'Afrique.* Paris, Payot (29).
BAXTER, H. C. 1944. "Pangani: the trade centre of ancient history". *TNR,* n.17: 15-26 (22).
BAYLE DES HERMENS, R. de. 1967. "Premier aperçu du Paléolithique Inférieur en RCA". *Anthropologie,* n. 71: 135-66 (21).
______. 1971. "Quelques aspects de la préhistofre en RCA". *JAH,* XII: 579-97 (21).
______. 1972. "Aspects de la recherche préhistorique en République Centrafricaine". *Africa-Tervuren,* XVIII, n. 3, 4: 90-103 (25).
______. 1972. "La civilization mégalithique de Bouar. Prospection et fouille 1962-66 par P. Vidal. Recension". *Africa-Tervuren,* XLII, n. 1: 78-9 (25).
BEAUCHENE, M. C. de. 1963. "La préhistoire du Gabon". *Objets et Mondes,* III, n.1: 16 (21).
______.1970. "The Lantana mine near the Rapoa/Niger confluence of Niger". *WAAN,* n.12: 63 (29).
BEAUMONT, P. B. & BOSHIER, A. K. 1974. "Report on test excavations in a prehistoric pigment mine near Postmasburg, Northern Cape". *SAAB,* n. 29: 41-59 (29).
BEAUMONT, P. B. & VOGEL, J. C. 1972. "On a new radiocarbon chronology for Africa South of the Equator". *AS,* n. 31: 66-89 (26).
BECK, P. & HUARD, P. 1969. *Tibesti, Carrefour de la Préhistoire Saharienne,* Paris, Arthaud (17, 20).
BECKERATH, J. von. 1965. "Untersuchungen zur politischen Geschichte der Zweiten Zwischenzeit in Ägypten". *AFU,* n. 23 (2).
______.1971. *Abuss der Geschichte des alten Ägypten,* Munich, Oldenbourg (2).
BEEK, G. W. VAN. 1967. "Monuments of Axum in the light of South Arabian archaeology". *JAOS,* n. 87: 113-22 (14).
______.1969. "The rise and fall of Arabia Felix". *SA, 221* (6): 36-46 (22).
BELKHODIA, K. 1970. "L'Afrique byzantine à la fin du VI[e] siècle et au début du VII[e] siècle". *ROMM*: 55-65. n. spécial (19).
BELL, H. I. 1948. *Egypt from Alexander the Great to the Arab Conquest*; A Study in the Diffusion and Decay of Hellenism. Oxford, Clarendon Press (6).
______. 1957. *Cults and Creeds in Graeco-Roman Egypt.* (2. ed., 1966). Liverpool, Univ. Press. (6).
BÉNABOU, M. 1972. "Proconsul et légat. Le témoignage de Tacite". *Ant. Afr,* Paris, CNRS. t. VI, pp. 61-75 (19).
______. 1976. *La Résistance Africaine à la Romanisation.* Paris, Maspero (17, 19).
BERNAND, A. 1966. *Alexandrie la Grande.* Paris, Arthaud (6).
BERNAND, E. 1969. *Inscriptions Méroitiques de l'Egypte Gréco-Romaine.* Paris, Les Belles Lettres (6).
BERNHARD, F. O. 1961. "The Ziwa ware of Inyanga". *NADA,* XXXVIII: 84-92 (27).
______.1964. "Notes on the pre-ruin Ziwa culture of Inyanga". *Rhodesiana,* XII (27).
BERTHELOT, A. 1931. *L'Afrique Saharienne et Soudanaise*; Ce qu'en Ont Connu les Anciens. Paris, Les Arts et le Livre (20).

BERTHIER, A. 1968. “La sépulture du lecteur George à Sila”. *BAA,* II: 283-92 (19).
BERTHIER, A. & CHARLIER, R. 1955. *Le Sanctuaire Punique d’El Hofra à Constantine.* Paris, Direction de l’Intérieur et des Beaux-Arts, Service des Antiquités, Missions Archéologiques (18).
BEVAN, E. 1968. *A History of Egypt under the Ptolemaic Dynasty.* (2. ed., 1961). London, Methuen (6).
BIEBER, M. 1955. *The Sculpture of the Hellenistic Age.* (2. ed. 1961). New York, Columbia Univ. Press (6).
BIERBRIER, M. 1975. *Late New Kingdom in Egypt* (*c. 1300-664 B.C.*); A Genealogical and Chronological Investigation. Warminster, Arris & Phillips (2,3).
BIETAK, M. 1965. “Ausgrabungen in der Sayala District”. *Nubien.* Vienne. pp. 1-82 (9).
BÍRON & NICOLAS DE DAMASCO. *Fragmenta Historicum Graecorum.* C. Müller, ed. v. 3, p. 463, v. 4, p. 351 (11).
BIRCH, S. & RHIND, A. H. 1863. *Facsimilies of Two Papyri Found in a Tomb at Thebes.* Rhind Mathematical Papyrus. British Museum n. 10057, 10058. London.
BISSON, M. S. 1975. “Copper currency in Central Africa: the archaeological evidence”. *WA,* n. 6: 276-92 (29).
BLANKOFF, B. 1965. “La préhistoire au Gabon”. *BSPPG,* n. 1: 4-5 (25).
BLOCH, M. & VÉRIN, P. 1966. “Discovery of an apparently Neolithic artefact in Madagascar”. *Man,* I, n. 2: 240-1 (28).
BOBO, J. & MOREL, J. 1955. “Les peintures rupestres de l’abri du Mouflon et la station préhistorique du Hamman Sidi Djeballa dans la Cheffia (Est-Constantinois)”. *Libyca,* n. 3: 163-81 (17).
BONSMA, J. C. 1970. “Livestock production in the sub-tropical and tropical African countries”. *SAJS,* 66 (5): 169-72 (24).
BORCHARDT, L. 1938. *Annales du Service des Antiquités de l’Egypte,* n. 38: 209-215 (2).
BORGHOUTS, J. F. 1973. “The evil eye of Apopis”. *JEA,* n. 59: 114-50 (3).
BOSHIER, A. & BEAUMONT, P. 1972. “Mining in Southern Africa and the emergence of modern man”. *Optima,* n. 22: 2-12 (29).
BOUBBE, J. 1959-60. “Découvertes récentes à Sala Colonia (Chellah)”. *BAC* : 141-45 (19).
BOUBOU HAMA, 1967. *Recherches sur l’Histoire des Touareg Sahariens et Soudanais.* Paris, Présence Africaine (20).
BOURGEOIS, R. 1957. “Banyarwanda et Barundi, Tombe I – Ethnographie”. *ARSC,* XV : 536-49 (25).
BOURGUET, P. DU. 1964-a. *L’Art Copte.* Catalogue. Paris, Petit-Palais, 17 juin.-15 sept. (12).
______. 1964-b. “L’art copte pendant les sinq premiers siècles de l’Hégire”. *Christentum am Nil.* Recklinghausen. Verlag Ourel Bongers. pp. 221 et seqs. (12).
BOVILL, E. W. 168. *The Golden Trade of the Moors.* 2. ed. London, Oxford Univ. Press (21).
BOWDICH, T. E. 1821. *An Essay on the Superstitions, Customs and Arts Common to the Ancient Egyptians, Abyssinians and Ashantees.* Paris, Smith (4).
BOWEN, R. Le Baron. 1957. “The dhow sailor”. *American Neptune.* Salem, Mass., v. II (22).
BOWEN, R. Le Baron & ALBRIGHT, F. P., eds. 1958. *Archaeological Discoveries in South Arabia.* Baltimore, John Hopkins Press.
BRABANT, H. 1965. “Contribution odontologique à l’étude des ossements trouvés dans la nécropole protohistorique de Sanga, République du Congo”. *AMRAC,* n. 54 (25).
BRAHIMI, C. 1970. “L’lbéromaurusien littoral de la région d’Alger”. *MCRAPE.* Paris. XIII, p. 77 (17).
BREASTED, J. H. 1906-7. *Ancient Records of Egypt*; Historical Documents from the Earliest Times of the Persian Conquest. Chicago, Univ. of Chicago Press. 5 v. (4, 9, 10, 11).
______. 1930. *The Edwin Smith Surgical Papyrus.* Chicago, Univ. of Chicago Press. 2 v. (5).
______. 1951. *A History of Egypt from the Earliest Times to the Persian Conquest.* 2. ed. rev. London, Hodder & Stoughton (2).

BRECCIA, W. 1922. *Alexandrea ad Aegyptum;* A Guide to the Ancient and Modern Town and to its Graeco-Roman Museum. Bergamo, Istituto Italiano d' Artigraficho (6).
BRETON, R. 1892. *Dictionnaire Caraibe-Français.* Reimpr. Leipzig. Platzmann (28).
BRIANT, R. P. M. 1945. *L'Hébreu à Madagascar.* Tananarive, Pitot de la Beaujardière (28).
BRIGGS, L. C. 1957. "Living tribes of the Sahara and the problem of their prehistoric origin". In: ACTS III[rd] PPSQ. pp. 195-9 (20).
BRINTON, J. Y. 1942. *BSRA,* 35: 78-81, 163-165, e p. XX, fig. 4 (17).
BROTHWELL, D. & SHAW, T. 1971. "A late Upper Pleistocene protowest African negro from Nigeria". *Man,* 6 (2): 221-27 n. special (21).
BROUGHTON, T. R. S. 1968. *The Romanization of Africa Proconsularis.* New York, Greenwood Press (19).
BROWN, B. 1957. *Ptolemaic Paintings and Mosaics and the Alexandrian style.* Cambridge, Mass., Archaeological Institute of America (6).
BRUNNER, H. 1957. *Altägyptische Erziehung.* Wiesbaden, O. Harrassowitz (3).
______. 1964. "Die Geburt des Gottkönigs, Studien zur Uberlieferung eines altägyptischen Mythos". *ÄA,* n. 10 (3).
BRUNNER-TRAUT, E. 1974. *Die alten Ägypter Verborgens;* Leben unter Pharaonen. 2 durchgegehene Aufl. Stuttgart, W. Kohlhammer. 272 p. (3).
BRUNT, P. A. 1971. *Italian Manpower* 225 *B.C. - A.D. 14.* London, Oxford Univ. Press. pp. 581-3 (19).
BÜCHELER, F. & RIESE, A. eds. 1894. *Anthologia Latina,* n. 183. Leipzig, (17).
BUCK, A. DE. 1952. *Grammaire Elémentaire du Moyen Egyptien.* Trad. B. van de Walle e J. Vergote. Leyde, E. J. Brill (1).
______.1935-61. "The Egyptian coffin texts". *OICP,* 34,. 49, 64, 67, 73, 81, 87 (2, 3).
BUDGE, E. A. W. 1912. *Annals of Nubian Kings, with a Sketch of the Story of the Nubian Kingdom of Napata.* London, Kegan Paul (11).
______. 1928-a. *The Book of the Saints of the Ethiopian Church*: a translation of the Ethiopic Synaxrium Made from the Oriental Manuscripts, n.º 660 and 661 in the British Museum. Cambridge, CUP. 4 v. (16).
______. 1928-b. *A History of Ethiopia, Nubia and Abyssinia (According to the Hieroglyphic lnscriptions of Egypt and Nubia and the Ethiopian chronicles).* London, Methuen & Cº. 2 v. (16).
______. 1966. *A History of Ethiopia.* AnthropofogicaI Publications. The Netherlands, Costerhout N-B. v. 1 (16).
BUNBURY, E. H., ed. 1959. *A History of Ancient Geography among the Greeks and the Romans irom the Earliest Ages to the Fall of Roman Empire.* (1. ed., 1883). New York, Dover Publications. 2 v. (22).
BUSHRA, S. 1972. "Urbanization in the Sudan". In: ACTES CONF. ANN. SOC. PHIL. SOUDAN (11).
BUTZER, K. W. 1961. "Les changements climatiques dans les régions arides depuis le pliocène". *Histoire de l'Utilisation des Terres Arides.* Paris, Unesco. pp. 31-56 (17).
BYNON, J. 1970. "The contribution of linguistics to history in the field of Berber studies". In: DALBY, D., ed. *Language and History in Africa.* London. pp. 64-77 (20).
CABANNES, R. 1964. *Les Types Hémoglobiniques des Populations de la Partie Occidentaie du Continent Africain: Maghreb, Sahara, Afrique Noire Occidentale.* Paris, CNRS (20).
CAHEN, D. & MARET, P. DE. 1974. Recherches archéologiques récentes en République du Zaïre". *Forum ULB,* n. 39: 33-7 (25).
CAHEN, D. & MARTIN, P. 1972. "Classification formelle automatique et industrie lithiques; interprétation des hachereaux de la Kamoa". *AMRAC,* n. 76 (21).
CAHEN, D. & MORTELMANS, G. 1973. "Un site tshitolien sur le plateau des Batéké". *AMRAC,* n. 81 (25).
CALLET, F. 1908. *Tantaran'ny Andriana Nanjaka Teto Imeria.* Tananarive (28).

______.1974. *Histoire des Rois de Tantaran'ny Andriana.* Trad. G.-S. Chaput e E. Ratsimba. Tananarive, Librairie de Madagascar. 3 v. (28).
CALZA, G. 1916. "Il Piazzale delle Corporazioni". *Boll. Comm.* pp. 178 et seq. (19).
CAMINOS, R. A. 1954. *Late Egyptian Miscellanies.* London, Oxford Univ. Press (3).
______. 1964. "Serveying Semna Gharbi". *Kush,* n. 12: 82-6 (9).
______. 1964. "The Nitocris adoption stela". *JEA,* n. 50: 71-101 (10).
______. 1974. *The New Kingdom Temples of Buhen.* London, Egypt Exploration Society. 2 v. (2).
CAMPS, G. 1954. "L'inscription de Beja et le problème des Dii Mauri". *RA,* n. 98 : 233-60 (17).
______. 1960-a. "Les traces d'un âge du bronze en Afrique du Nord". *RA,* n. 104: 31-55 (17).
______. 1960-b. "Aux origines de la Berbérie: Massinissa ou les débuts de l'histoire". *Libyca,* n. 8, 1 (17, 19, 24).
______. 1961. *Aux origines de la Berbérie;* Monuments et rites funéraires protohistoriques. Paris, AMG (17, 20).
______. 1965. "Le tombeau de Tin Hinan à Abalessa". *Trav. IRS,* 24: 65-83 (17, 20).
______. 1969-a. "Amekini, néolithique ancien du Hoggar". *Mém. CRAPE,* n. 10: 186-8 (20, 24).
______. 1969-b. "Haratin-Ethlopiens, réflexions sur les origines des négroides sahariens". In: ACTES COLL. INTERN. BIOLOG. POP. SAHAR. pp. 11-17 (20).
______. 1970. "Recherches sur les origines des cultivateurs noirs du Sahara". *ROMM,* n. 7: 39-41 (17).
______. 1974-a. "Le Gour, mausolée berbère du VII[e] siècle". *AA,* VIII: 191-208 (19).
______. 1974-b. "Tableau chronologique de la préhistoire récente du nord de l'Afrique". *BSPF, 71* (1): 262, 265 (17).
______. 1974-c. "L'âge du tombeau de Tin Hinan, ancêtre des Touareg du Hoggar". *Zephyrus, XXV*: 497-516 (20).
______. 1974-d. *Les Civilisations Préhistoriques de l'Afrique du Nord et du Sahara.* Paris, Doin (17, 20).
______. 1975. "Recherches sur les plus anciennes inscriptions libyques de l'Afrique du Nord et du Sahara". *Encyclopédie Berbère,* 24 (20).
______. 1978. *Les Relations du Monde Méditerranéen et du Monde Sud-Saharien durant la Préhistoire et la Protohistoire.* Aix-en-Provence, GERESM (20).
CAMPS, G., DELIBRIAS, G. & THOMMERET, J. 1968. "Chronologie absolue et succession des civilisations préhistoriques dans le Nord de l'Afrique". *Libyca,* XVI: 16 (17).
CAMPS-FABRER, H. 1953. *L'Olivier et l'Huile dans l'Afrique Romaine.* Alger, Impr. Officielle, In-8°. 95 p., pr. mapas, plantas (19).
______.1966. "Matière et art mobilier dans la Préhistoire nord-africaine et saharienne". *Mém. CRAPE.* Paris (17).
CAPOT-REY, R. 1953. *Le Sahara Français.* Paris, *PUF* (20).
CAQUOT, A. 1965. "L'inscription éthiopienne à Marib". *AE,* VI: 223-5 (15, 16).
CAQUOT, A. & DREWES, A. J. 1955. "Les monuments recueillis à Maqallé (Tigré)". *AE,* I: 17-41 (13,15).
CAQUOT, A. & LECLANT, J. 1956. "Rapport sur les récents travaux de la section d'archéologie". *CRAI*: 226-34 (15).
______. 1959. "Ethiopie et Cyrénaïque? A propos d'un texte de Synésius". *AE,* III: 173-7 (15).
CAQUOT, A. & NAUTIN, P. 1970. "Une nouvelle inscription grecque d'Ezana, roi d'Axoum. Description et étude de l'inscription grecque". JS : 270-1 (15).
CARCOPINO, J. 1948. *Le Maroc Antique.* Paris, Gallimard. (Cof. La Suite des Temps, n. 10). 337 p. (17, 19, 20).
______.1956. "Encore Masties, l'empereur maure inconnu". *RA*: 339-48 (19).
______.1958. *La Mort de Ptolémée, Roi de Maurétaine.* Paris. p. 191 et seq. (19).
CARNEIRO, R. L. 1970. "A theory of the origin of the State". *American Association for the Advancement of Science,* 169 (3947): 733-8 (29).
CARPENTER, R. 1958. "The Phoenicians in the West". *AJA,* LXVII (15).
______. 1965. "A trans-Saharan caravan route in Herodotus". *AJA*: 231-42 (20).

CARTER, H. & MACE, A. 1963. *The Tomb of Tut-Ankh-Amen Discovered by the Late Earl of Carnarvon and H. Carter.* New York, Cooper Square Pub. 3 v. (2).
CARTER, P. L. 1969. "Moshebi's shelter: excavation and exploitation in Eastern Lesotho". *Lesotho,* n. 8: 1-23 (26).
CARTER, P. L. 1970. "Late Storie Age exploitation patterns in Southern Natal". *SAAB,* 25 (98): 55-8 (26).
CARTER, P. L. & FLIGHT, C. 1972. "A report on the fauna from two Neolithic sites in Northern Ghana with evidence for the practice of animal husbandry during the 2nd m. B. C.". *Man,* 7 (2): 277-82 (24).
CARTER, P. L. & VOGEL, J. C. 1971. "The dating of industrial assemblages from stratified sites in Eastern Lesotho". *Man,* n. 9: 557-70 n. special (26).
CASTIGLIONE, L. 1967. "Abdallah Nirqi. En aval d'Abou Simbel, fouilles de sauvetage d'une ville de l'ancienne Nubie chrétienne". *Archéologia,* n. 18: 14-9 (12).
______.1970. "Diocletianus und die Blemmyes". *ZÄS,* 96 (2): 90-103 (10).
CATON-THOMPSON, G. 1929. "The Southern Rhodesian ruins: recent archaeological investigations". *Nature,* n. 124: 619-21 (27).
______. 1929-30. "Recent excavations at Zimbabwe and other ruins in Rhodesia", *JRAS,* n. 29 : 132-8 (27).
CENIVAL, J. L. DE. 1973. *L'Egypte avant les Pyramides;* 4e Millénaire. Grand-Palais, 29 mai.-3 sept., Paris, Musées Nationaux (2).
CERNY, J. 1927. "Le culte d'Aménophis I chez les ouvriers de la nécropole thébaine". *BIFAO,* n. 27: 159-203 (2).
______. 1942. "Le caractère des oushebtis d'après les idées du Nouvele Empire". *BIFAO,* n. 41: 105-33 (3).
______. 1973. *A Community of Workmen at Thebes in the Ramesside Period.* Cairo, IFAO. VI + 383 p. (3).
CERULLI, E. 1943. *Etiopi in Palestina;* Storia della Comunità Etiopica di Gerusalemme. Roma, Libreria dello Stato. v. I (16).
______. 1956. *Storia delta Literatura Etiopica.* Roma, Nuova Accademica Edit. (16).
CHACE, A. B. et al. 1927-29. *The Rhind Mathematical Papyrus.* British Museum, 10057 e 10058. Oberlin. 2 v. (5).
CHAKER, S. 1973. "Libyque: épigraphie et linguistique". *Encyclopédie Berbère,* n. 9 (20).
CHAMLA, M.-C. 1958. "Recherches anthropologiques sur l'origine des Malga- ches". *Museum* (28).
______. 1968. "Les populations anciennes du Sahara et des régions limitrophes. Étude des restes osseaux humains néolithiques et protohistoriques". *Mém. CRAPE,* IX (17,20,21).
______. 1970. "Les hommes épipaléolithiques de Columnata (Algérie occidentale)". *Mén. CRAPE,* XV: 113-4 (17).
CHAMOUX, F. 1953. *Cyrène sous la Monarchie des Battiades.* Paris, De Broccard (17).
CHAMPETIER, P. 1951. "Les consiles africains durant la période byzantine". *RA*: 103-20 (19).
CHAMPOLLION-FIGEAC, J. J. 1839. *Egypte Ancienne.* Paris, Didot (1).
CHAPLIN, J. H. 1974. "The prehistoric rock art of the lake Victoria region".
Azania, IX: 1-50 (29).
CHARLES-PICARD, G. 1954. *Les Religions de l'Afrique Antique.* Paris, Plon (18).
______. 1956. *Le Monde de Carthage.* Paris, Corrêa.
______. 1957. "Civitas Mactaritana", *Karthago,* n. 8 : 33-9 (17).
______. 1958. "Images de chars romains sur les rochers du Sahara". *CRAI* (17).
______. 1959. *La Civilisation de l' Afrique Romaine.* Paris, PIon (19).
______. 1968. "Les Cahiers de Tunisie". *Mélanges Saumagne.* pp. 27-31 (20).
CHARLES-PICARD, G. & C. 1958. *La Vie Quotidienne à Carthage au Temps d'Hannibal.* Paris, Hachette (18).
CHARLESWORTH, M. P. 1926. *Trade Routes and Commerce of the Roman Empire.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (22).

______. 1951. "Roman trade with India: a resurvey". In: JOHNSON, A. C. *Studies in Roman Economic and Social History in Honour of Allen Chester Jonson.* Princeton, Princeton Univ. Press (22).
CHASTAGNOL, A. 1967. "Les gouverneurs de Byzacène et de Tripolitaine". *AA,* I: 130-4 (19).
CHASTAGNOL, A. & DUVAL, N. 1974. "Les survivances du culte impérial dans l'Afrique du Nord à l'époque vandale. Mélanges d'histoire ancienne offerts à W. Seston". *Publications de la Sorbonne, Études,* IX: 87-118 (19).
CHEVALLIER, R. & CAILLEMER, A. 1957. "Les centuriations romaines de Tunisie". *Annales,* n. 2. Paris, Armand-Colin. pp. 275-86 (19).
CHEVRIER, H. 1964-70-1. "Techniques de la construction dans l'ancienne Egypte". v. I: "Murs en briques crues". *RE,* n. 16: 11-7; v. 11: "Problèmes posés par les obélisques". *RE,* n. 22: 15-39; v. III: "Gros ceuvre, maçonnerie". *RE,* n. 23: 67-111 (3).
CHITTICK, N. 1966. "Six early coins from New Tanga". *Azania,* I: 156-7 (22).
______. 1969. "An archaeological reconnaissance of the Southern Somali Coast" *Azania,* IV: 115-30 (22).
CINTAS, P. 1950. *Céramique Punique.* Paris, Lib. C. Klincksieck (18).
______. 1954. "Nouvelles recherches à Utique". *Karthago,* V (18).
CINTAS, P. & DUVAL, N. 1958. "L'église du prêtre Félix, région de Kélibia".
Karthago, IX: 155-265 (19).
CLARK, J. D. 1957. "Pré-European copper working in South Central Africa". *Roan Antelope* : 2-6 (25).
______. 1967. "The problem of Neolithic culture in sub-Saharan Africa". In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. D., eds. *Background to Evolution in Africa.* Chicago, Chicago Univ. Press. pp. 601-27 (25).
______. 1968. "Some Early Iron Age pottery from Luanda". In: –, ed. *Further Palaeo-Anthropological Studies in Northern Luanda.* Lisbon. pp. 189-205 (27).
______. 1970. *The Prehistory of Africa.* London, Thames & Hudson (23).
______. 1972. "Prehistoric populations and pressures favouring plant domestication in Africa". *BWS,* 56 (24).
______. 1974. "Iron age occupation at the Kalambo Falls". In: –, ed. *Kalambo Falls Prehistoric Site.* Cambridge, CUP. v. 2. p. 57-70 (25).
CLARK, J. D. & FAGAN, B. M. 1965. "Charcoal, sands and channel-decorated pottery from Northern Rhodesia". *AA,* LXVII: 354-71 (29).
CLARK, J. D. & WALTON, J. 1962. "A Late Stone Age site in the Erongo mountains, South West Africa". *Proc. PS,* n. 28: 1-16 (26).
CLARKE, S. & ENGELBACH, R. 1930. *Ancient Egyptian Masonry, the Building craft.* London, Oxford Univ. Press. XII + 243 p. (5).
CLAVEL, M. & LÉVÊQUE, P. 1971. *Villes et Structures Urbaines dans l'Occident Romain.* Paris, Armand Colin. pp. 7-49 (19).
CLEMENTE, G. 1968. *La Noticia Dignitatum.* Cagliari, Ed. Sarda Fossatoro. pp. 318-42 (19).
CODEX THEODOSIANUS. ed. 1905. *Theodosiani Libri XVI cum Constitutionibus Sirmondianis et Leges Novellae ad Theodosianum Pertinentes.* Berlin, T. Mommsen e P. Meyer, eds., Societas Regia Scientiarum (15).
CODINE, J. 1868. *Mémoire Géographique sur la Mer des Indes.* Paris, Challamel (28).
CONNAH, G. 1967-a. "Excavations at Daima, N. E. Nigeria". In: ACTES VI[e] CONG. PPEQ. pp. 146-7 (24).
______. 1967-b. "Radiocarbon dates for Daima". *JHSN,* n. 3 (24).
______. 1969-a. "The coming of iron: Nok and Daima". In: SHAW, T., ed. *Lectures on Nigerian Prehistory and Archaeology.* Ibadan, Ibadan Univ. Press. pp. 30-62 (21).
______. 1969-b. "Settlement mounds of the Firki: the reconstruction of a lost society". *Ibadan,* n. 26 (24).
CONTENSON, H. DE. 1960. "Les premiers rois d'Axoum d'après les découvertes récentes". *JA,* n. 248: 78-96 (13).

______. 1961. “Les principales étapes de l’Ethiopie antique”. *CEA,* 2 (5): 12-23 (13).
______. 1962. “Les monuments d’art sud-arabes découverts sur le site Haoulti (Ethiopie) en 1959”. *Syria,* n. 39: 68-83 (13).
CONTENSON, H. DE. 1963-a. “Les subdivisions de l’archéologie éthiopienne. Etat de la question”. *R. Arch.*: 189-91 (13).
______. 1963-b. “Les fouilles de Haoulti en 1959. Rapport préliminaire”. *AE,* n. 5: 41-86 (13, 15).
______. 1963-c. “Les fouilles à Axoum en 1958. Rapport préliminaire”. *AE,* n. 5: 3-39 (15).
______. 1969. “Compte-rendu bibliographique de ‘Annales d’Ethiope’ “. *Syria, 7* (46): 161-7 (13).
CONTI-ROSSINI, C. 1903. “Documenti per l’archeologia d’Eritrea nella bassa vali e dei Barca”. *RRAL,* n. 5, XII (15).
______. 1928. *Storia d’Etiopia.* Bergamo, Ist. Ital. d’Arti Grafiche (13, 16).
______. 1947. “Ieha, Tsehuf Enni e Dera”. *RSE,* n. 6: 12-22 (13).
______. 1947-8. *Gad et il dio Luna in Etiopia;* Studi e materiali di storia delle religione. Roma (15).
COOKE, C. K. 1971. “The rock art of Rhodesia”. *SAJS,* n. 2: 7-10 n. special. (27).
COON, C. S. 1968. *Yengema Cave Report.* Philadelphia, Univ. of Pennsylvania (24).
COPPENS, Y. 1969. “Les cultures protohistoriques et historiques du Djourab”. In: ACTES I[er] COLL. INTERN. ARCHEOL. AFR. pp. 129-46 (24).
CORNEVIN, R. 1967. *Histoire de l’Afrique.* 2. ed. Paris, Payot. v. 1: *Des origines au XVI siècle* (20).
CORPUS Inscriptionum Semiticarum ab Academiae Inscriptionum et Litterarum Humaniorum Contitum atque Digestum. 1881-1954. Paris, Académie des Inscriptions et Belles Lettres (15).
COSMAS INDICOPLEUSTES. *Topographie Chrétienne.* Trad. Wanda Walsca. Paris, Le Cerf. pp. 77-8 (16).
______. 1909. *The Christian Topography.* Trad. E. O. Winstedt. Cambridge, CUP (15, 22).
COULBEAUX, J. B. 1929. *Histoire Politique et Religieuse d’Abyssinie depuis les Temps les Plus Reculés jusqu’à l’Avènement de Manelik II.* Paris, Geuthner. t. I (16).
COURTIN, J. 1969. “Le Néolithique du Borkou, Nord-Tchad”. In: ACTES I[er] COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR. pp. 147-59 (24).
COURTOIS, C. 1945. “Grégoire VII et l’Afrique du Nord. Remarques sur les communautés chrétiennes d’Afrique du XI” siècle”. *RH,* CXCV: 97-122, 193-226 (19).
______. 1954. *Victor de Vita et Son Oeuvre.* Alger, Impr. Off. (19).
______. 1955. *Les Vandales et l’Afrique.* Paris, AMG (19, 20).
COURTOIS, C., LESCHI, L., MINICONI, J., FERRAT, C. & SAUMAGNE, C. 1952. *Tablettes Albertini:* Actes Privés de l’Epoque Vandale; fin du V[e] siècle, Paris, AMG (19).
CRACCO-RUGGINI, L. 1974. “Leggenda e realtà degli Etiopi nella cultura tardo imperiale”. In: ATTI CONGR. INTERN. STUD. ET. n. 191, pp. 141-93 (20).
CROWFOOT, J. W. 1911. “The island of Meroe”. *Archaeological Survey of Egypt.* London. Mémoire n. 19, p. 37 (11).
______. 1927. “Christian Nubia”. *JEA,* XIII: 141-50 (11).
CULWICK, A. I. & G. M. 1936. “Indonesian echoes in Central Tanganyka”. *TNR,* n. 2: 60-6 (28).
CURTO, S. 1965. *Nubia;* Storia di una Civiltà Favolosa. Novare, Istituto Geografico. 371 p. (11).
______. 1966. *Nubien;* Geschichte einer rätselhaften Kultur. Munich, Goldmann. (9).
CUVILLIER, A. 1967. *Introduction à la Sociologie.* Paris, Armand Colin (1).
DAHL, O. C. 1951. “Malgache et Maanjan, une comparaison linguistique”. *AUEI,* n. 3 (28).
DAHLE, L. 1889. “The Swahili element in the new Malagasy-English dictionary”. *Antananarivo,* III: 99-115 (28).
DALBY, D. 1970. “Reflections on the classification of African languages”. *ALS,* n. 11: 147-71 (21).
______. 1975. “The prehistorical implications of Guthrie’s comparative Bantu, I. Problems of internal relationship”. *JAH,* XVI: 481-501 (23).
______. 1976. “The prehistorical implications of Guthrie’s comparative Bantu. II. Interpretation of cultural vocabulary”. *JAH,* XVII: 1-27 (23).
DANIELS, C. M. 1968-a. *Garamantian Excavations: Zinchecra 1965-1967.* Tripoli, Department of Antiquities (20).

______. 1968-b. "The Garamantes of Fezzan". *Libya in History*. Beyrouth (4, 20).
______. *1970. The Garamantes of Southern Libya.* Stroughton, Wisc., Cleander Press (17, 21).
DANIELS, C. M. 1972-3. "The Garamantes of Fezzan. An interim report of research, *1965-73".* *SLS,* IV: 35-40 (20).
DANIELS, S. G. H. & PHILLIPSON, D. W. 1969. "The early iron age site at Dambwa near Livingstone". In: FAGAN, B. M., PHILLIPSON, D. W. & DANIELS, S. G. H., eds. *Iron Age Cultures in Zambia.* London, Chatto & Windus. v. 2, pp. 1-54 (27).
DARBY, W. J., GHALIOUNGUI, P. & GRIVETTI, L. 1977. *Food: The Grift of Osiris.* London-New York-San Francisco, Academic Press. 2 v. (3).
DARIS, S. 1961. Documenti per la Storia dell'Esercito Romano in Egitto. Milano, Università Cattolica del Sacrocuore (7).
DART, R. A. & BEAUMONT, P. 1969-a. "Evidence of Ore mining in Southern Africa in the Middle Stone Age". *CA,* n. 10: 127-8 (29).
______. 1969-b. "Rhodesian engravers, painters and pigment miners of the fifth millennium B. C.". *SAAB,* n. 8: 91-6 (29).
DATOO, B. A. 1970-a. "Misconception about the use of Monsoons by dhows in East African waters". *EAGR,* n. 8: 1-10 (22).
______. 1970-b. "Rhapta: the location and importance of East Africa's first port". *Azania,* V: 65-75 (22, 28).
DATOO, B. A. & SHERIFF, A. M. H. 1971. "Patterns of ports and trade routes in different periods". In: BERRY, L., ed. *Tanzania in Maps.* London, Univ. of London Press. pp. 102-5 (22).
DAUMAS, F. 1967. "Ce que l'on peut entrevoir de l'histoire de Ouadi es-Sebua, Nubie". *CHE,* X: 40 et seq. (12).
______. 1976. *La Civilisation de l'Egypte Pharaonique.* 2. ed. Paris, Arthaud (2, 5).
DAVICO, A. 1946. "Ritrovamenti sud-arabici nelle zona del Cascase". *RSE,* n. 5: 1-6 (13).
DAVIDSON, B. 1959. *Old Africa Rediscovered.* London, Gollanez (4. 20).
DAVIDSON, C. C. & CLARK, J. D. 1974. "Trade wind beads: an interim report of chemical studies". *Azania,* IX: 75-86 (29).
DAVIES, N. M. 1936. *Ancient Egyptian Paintings.* Chicago, Univ. of Chicago Oriental Institute. 3 v. (5).
______. 1958. *Picture Writing in Ancient Egypt.* London, Oxford Univ. Press for Griffith lnstitute (5).
DAVIES, N. M. & GARDINER, A. H. 1926. *The Tomb of Huy, Viceroy of Nubia in the Reign of Tutankhamen.* London, Egypt Exploration Society, Theban Tombs Series. 41 p. (9).
DAVIES, O. 1962. "Neolithic culture in Ghana". *Proc. 4th Panafrican Congress of Prehistory,* n. 2: 291-302 (21).
______. *1964. The Quaternary in the Coast Lands of Guinea.* Glasgow, Jackson (24).
______. 1967-a. *West Africa Before the Europeans:* Archaeology and Prehistory. London, Methuen (24).
______. 1967-b. "Timber construction and wood carving in West Africa in the 2nd millenium B.C.". *Man,* 2 (1): 115-8. n. special (24).
______. 1968. "The origins of agriculture in West Africa". *CA,* 9 (5): 479-82 (24).
______. 1971. "Excavations at Blackburn". *SAAB,* n. 26: 165-78 (26).
DAWSON, R. A. 1938. "Pygmies and dwarfs in Ancient Egypt". *JEA,* n. 25 : 185-9 (2).
DEACON, H. J. 1966. "Note on the x-ray of two mounted implements from South Africa". *Man,* n. 1: 87-90 (26).
______. 1969. "Melkhoutboom Cave, Alexandra district, Cape Province: a report on the 1967 investigation". *ACPM,* n. 6: 141-69 (26).
DEACON, H. J. & J. 1963. "Scotts Cave; a Late Stone Age site in the Gamtoos valley", *ACPM,* n. 3: 96-121 (26).
______. 1972. *Archaeological Evidence for Demographic Changes in the Eastern Cape during the Last 2000 Years.* Communicação a AGM, da Associação dos Arqueólogos, Univ. de Witwatersrand, Johannesburg (26).

DEGRASSI, N. 1951. "Il mercato Romano di Leptis Magna". *QAL,* n. 2: 37-70 (11, 19).
DELIBRIAS, G., HUGOT, H. J. & QUEZEL, P. 1957. "Trois datations de sédiments sahariens récents par le radiocarbone". *Libyca,* n. 5: 267-70 (17).
DEMOUGEOT, E. 1960. "Le chameau et l'Afrique du Nord romaine". *Annales.* pp. 205-47 (19, 20).
DERCHAIN, P. J. 1962. *Le Sacrifice de l'Oryx.* Bruxelles, Fondation Egyptologique Reine Elisabeth (3).
DERIÚCOURT, R. M. 1973-a. "Radiocarbon chronology of the Late Stone Age and Iron Age in South Africa". *SAJS,* n. 69: 280-4 (26).
______. 1973-b. "Archaeological survey of the Transkei and Ciskei: interim report for 1972". *FHP,* n. 5: 449-55 (26).
DESANGES, J. 1949. "Le statut et les limites de la Nubie romaine". *Chronique d'Egypte,* n. 44: 139-47 (10).
______. 1957. "Le triomphe de Cornelius Balbus, 19 av. J.-C.". *RA*: 5-43 (20).
______. 1962. *Catalogue des Tribus Africaines de l'Antiquité Classique à l'Ouest du Nil.* Dakar, Univ. de Dakar, Section d'Histoire (17, 20).
______. 1963. "Un témoignage peu connu de Procope sur la Numidie vandale et byzantine". *Byzantion,* XXXIII: 41-69 (19).
______. 1964. "Note sur la datation de l'expédition de Julius Maternus au pays d'Agisymba". *Latomus*: 713-25 (20).
______. 1967. "Une mention altérée d'Axoum dans l'exposition 'Totius Mundi et Gentium'". *AE,* VII: 141-58 (15).
______. 1968. "Vues grecques sur quelques aspects de la monarchie méroïtique". *BIFAO,* LXVI: 89-104 (10, 11).
______. 1970. "L'Antiquité gréco-romaine et l'homme noir". *REL,* XLVIII: 87-95 (17, 20).
______. 1971. "Un point de repère chronologique dans la période tardive du royaume de Méroé". *MN,* n. 7: 2-5 (10).
______. 1972. "Le statut des municipes d'après les données africaines". *Revue Historique de Droit Français et Etranger.* Paris, Sirey. pp. 253-73 (19).
______. 1975. "L'Afrique noire et le monde méditerranéen dans l'Antiquité. Ethiopiens et Gréco-romains". *RFHOM,* n. 228: 391-414 (20).
______. 1976. "L'iconographie du Noir dans l'Afrique du Nord antique". In: VERCOUTTER, J., LECLANT, J. & SNOWDEN, F., eds. *L'Image du Noir dans l'Art Occidental.* Fribourg, Menil Foundation. v. I: *Des Pharaons à la Chute de l'Empire Romain.* pp. 246-68 (20).
______. 1977. "Aethiops". *Encyclopédie Berbère* (20).
DESANGES, J. & LANCEL, S. 1962-74. "Bibliographie analytique de L'Afrique antique". *BAA,* n. 1-5 (19, 20).
DESCHAMPS, C., DEMOULIN, D. & ABDALLAH, A. 1967. "Données nouvelles sur la préhistoire du cap Manuel (Dakar)". In: ACTES VI[e] CONGR. *PPEQ.* pp. 130-2 (24).
DESCHAMPS, H. 1960. *Histoire de Madagascar.* 3. ed., 1965. Paris, Berger-Levrault (28).
__, dir. 1970. *Histoire Générale de L'Afrique Noire.* Paris, PUF. v. I: *Des Origines à 1800.* pp. 203-10 (20).
DESPOIS, J. [s.d.] "Rendements en grains du Byzacium". *Mélanges F. Gauthier.* pp. 187 et seq. (19).
DESROCHES-NOBLECOURT, C. 1963. *Life and Death of a Pharaoh: Tutankhamen.* Trad. Claude. London, Michael *Joseph/The Connoisseur* (2, 3).
DESROCHES-NOBLECOURT, C. & BOURGET, P. DU. 1962. *L'Art Egyptien.* Paris, PUF (3).
DESROCHES-NOBLECOURT, C. & KUENTZ, C. 1968. *Le Petit Temple d'Abou-Simbel "Nofretari pour qui se lève le soleil",* Cairo. Ministério de Cultura. 2 v. (3).
DEVIC, L. M. 1883. *Le Pays des Zendj d'après les Écrivains Arabes.* Paris (28).
DEZ, J. 1965. "Quelques hypothèses formulées par la linguistique comparée à l'usage de l'archéologie". *Taloha,* Tananarive, n. 2: 197-214 (28).
DICKE, B. H. 1931. "The lightning bird and other analogies and traditions connecting the Bantu with the Zimbabwe ruins". *SAJS,* n. 28: 505-11 (27).

DIEHL, C. 1896. *L'Afrique Byzantine;* Histoire de la Domination Byzantine en Afrique, 533-709. Paris, Leroux (19).
DIESNER, H. J. 1965. *Vandalen.* Pauly-Wissowa. *Realencyclopedie.* Supp. X: 957-92 (19).
______. 1966. *Das Vandalenreich, Aufstieg und Untergang,* Stuttgart, Kohlhammer (19).
______. 1969. "Grenzen und Grenzverteidigung des Vandalenreiches". *Studi in Onore di E. Volterra.* v. 3, pp. 481-90 (19).
DILLMANN, A. 1878. "Uber die Anfange der axumitischen Reiches". *AAW,* n. 223 (14).
______. 1880. *Zur Geschichte des axumitischen Reiches in vierten bis sechsten Jahrhundert.* Berlin, K. Akademie der Wissenschaften (14).
DINDORFF, L. A. 1831. *Ioannis Malalae Chronographia. Ex Recensione Ludovici Dindorfii* (Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae. Ioannes Malalas). Bonn, Weber (15).
______. 1870-1. *Historici Graeci Minores.* Leipzig, Teubner (15).
DIODORO DA SICÍLIA. 1933-67. *The Library of History of Diodorus of Sicily.* Trad. C. H. Oldfather et al. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. 12 v. (1, 6, 10, 11, 17, 22).
DIÓGENES LAÉRCIO. 1925. *Lives of Eminent Philosophers.* Trad. R. D. Hicks. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. 2 v. (1).
DIOP, C. A. 1955. *Nations Nègres et Culture.* Paris, Présence Africaine (1).
______. 1967. *Antériorité des Civilisations Nègres: Mythe ou Vérité Historique.* Paris, Présence Africaine. 301 p. (1).
______. 1968. "Métallurgie traditionnelle et âge du fer en Afrique". *BIFAN,* B, XXX, n. 1: 10-38 (21, 24).
______. 1973. "La métallurgie du fer sous l'Ancien Empire égyptien". *BIFAN,* B. XXXV: 532-47 (21, 24).
______. 1977-a. "Parenté génétique de l'égyptien pharaonique et des langues négro-africaines: processus de sémitisation". *BIFAN* (1).
______. 1977-b. "La pigmentation des anciens Egyptiens, test par la mélanine". *BIFAN* (1).
DITTEMBERGER, G. 1898-905. *Sylloge Inscriptionum Graecarum.* Leipzig. 5 v. (6).
DIXON, D. M. M. 1964. "The origin of the Kingdom of Kush (Napata-Meroe)". *JEA,* n. 50: 121-32 (11).
______. 1969. "The transplantation of Punt incense trees in Egypt". *JEA,* n. 55: 55 (4).
DOGGET, H. 1965. "The development of the cultivated sorghums". In: HUTCHINSON, J., ed. *Essays on Crop Plant Evolution.* Cambridge, CUP pp. 50-69 (24).
DONADONI, S., ed. 1967. *Tanit 1964, Missione Archeologica in Egitto dell' Università di Roma.* Roma.
DONADONI, S. 1970. "Les fouilles à l'église de Sonqui Tino". In: DINKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Reckling-hausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 209-18 (12).
DONADONI, S. & CURTO, S. 1965. "Le pitture murali della chiesa di Sonqui nel Sudan". *Na Nubia Christiana.* Quaderno N.º 2 del Museo Eglizio di Torino. Turin, Fratelli Pozzo-Salvati. pp. 123 et seq. (12).
DONADONI, S. & VANTINI, G. 1967. "Gli scavi nel diff di Sonqui Tino (Nubia Sudanese)". *RRAL,* n. 3, XL: 247-73 (12).
DORESSE, J. 1957. "Découvertes en Ethiopie et découverte de l'Ethiopie". *BO,* n. 14: 64-5 (13).
______. 1960. "La découverte d'Asbi-Dera". In: ATTI CONV. INTERN. STUD. ET. 1959. pp. 229-48 (15).
DORNAN, S. S. 1915. "Rhodesian ruins and native tradition". *SAIS,* n. 12: 502-16 (27).
DREWES, A J. 1954. "The inscription from Dibbib in Eritrea". *BO,* n. 11: 185-6 (13).
______. 1956. "Nouvelles inscriptions de l'Ethiopie". *BO,* n. 13: 179-82 (13).
______. 1959. "Les inscriptions de Mélazo". *AE,* n. 3: 83-99 (13).
______. 1962. *Inscriptions de l'Ethiopie Antique.* Leiden, Brill. 111 p. (13, 15).
DREWES, A J. & SCHNEIDER, R. 1967-70-2. "Documents épigraphiques de l'Ethiopie I, II, III". *AE,* VII: 89-106; *AE,* VIII: 57-72; *AE,* IX: 87-102 (13).
DRIOTON, E. & VANDIER, J. 1962. *Les Peuples de l'Orient Méditerranéen.* 4. ed. aum. Paris, PUF, Clio. v. I. *Introduction aux Études Historiques;* v. II. *L'Egypte* (2, 17).

DROUIN, E. A 1882. “Les listes royales éthiopiennes et leur autorité historique”. *RA,* ago.-out. (16).
DRURY, R. 1731. *The Adventures of Robert Drury during Fiiteen Years of Captivity in the Island of Madagascar.* London. 464 p. (28).
DUBIEF, J. 1963. “Le climat du Sahara”. *Mém. IRS,* Alger (20).
DUNBABIN, T. J. 1948. *The Western Greeks.* The History of Sicily and South Italy from the Foundation of the Greek Cofonies to 480 B.C. Oxford, Clarendon Press (18).
DUNCAN-JONES, R. P. [s.d.] “City population in Roman Africa”. *IRS,* n. 53: 85 (19).
DUNHAM, D. & BATES, O. 1950-7. *Royal Cemeteries of Kush,* Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. v. I. *El-Kurru.* v. II. *Nuri.* v. III. *Royal Tombs at Meroe and Barkal.* (10, 11).
DUPIRE, M. 1962. “Peuls nomades”. *Étude Descriptive des Woolabe du Sahel Nigérien.* Paris, Institut d’Ethnofogie (24).
______. 1972. “Les facteurs humains de l’économie pastorale”. *Études Nigériennes,* n. 5 (24).
DUTTON, T. P. 1970. “Iron-smelting furnace date 630 ±50 years A.D. in the Ndumu Game Reserve”. *Lammergeyer,* XIII: 37-40 (27).
DUVAL, N. 1971. *Recherches Archéologiques à Sbeitla.* Paris, Bibl. Ecoles Françaises d’Athènes et Rome (19).
______. 1974. “Le dossier de l’église d’El-Monassat au sud-ouest de Sfax, Tunisie”. *AA,* VIII: 157-73 (19).
DUVAL, N. & BARATTE, F. 1973. *Sbeitla: Les Ruines de Sufetula.* Tunis, STD (19).
______. 1974. *Haidra: Les Ruines d’Ammaedara.* Tunis, STD (19).
DUVAL, Y. & FÉVRIER, P. A 1969. “Procès-verbal de déposition des reliques de la région de Télerma, VIIe siècle”. *Mélanges, Ecole Française de Rome.* Roma, Inst. Franç. de Rome. pp. 257-320 (19).
DUYVENDAK, J. L. 1949. *China’s Discovery of Africa.* London. Probsthain (22).
EBBELL, B. 1937. *The Papyrus Ebers, the Greatest Egyptian Medical Document.* Copenhague, Levin & Hunksgaard. 135 p. (5).
EDKINS, Rev. J. 1885. “Ancient navigation in the Indian Ocean”. *IRAS,* XVIII: 1-27 (22).
EDWARDS, I. E. S. 1961. *The Pyramids of Egypt,* London, Penguin. 258 p. (2).
EHRET, C. 1967. “Cattle-keeping and milking in Eastern and Southern African history: the linguistic evidence”. *IA H,* VIII: 1-17 (21, 27).
______. 1971. *Southern Nilotic History:* Linguistic Approaches to the Study of the Past, Evaston, Northwestern Univ. Press (23).
______. 1972. “Bantu origins and history: critique and interpretation”. *TIH,* 11: 1-19 (21).
______. 1973. “Patterns of Bantu and Central Sudanic settlement in Central and Southern Africa (c. 1000 B.C. – 500 AD.)”. *TJH,* III: 1-71 (21, 23).
______. 1974. *Ethiopians and East Africans*: The Problems of Contacts. Nairobi, East African Publishing House (23).
EHRET, C. et al. 1972. “Outlying Southern African history: a reevaluation AD. 100-1500”. *Ufahamu,* III: 9-27 (27).
ELGOOD, P. G. 1951. *Later Dynasties of Egypt,* Oxford, B. Blackwell (2).
ELPHICK, R. H. 1972. *The Cape Khof and the First Phase of South African Race Relations.* Yale, Yale Univ. Tese (26).
EMERY, W. B. 1960. “Preliminary report on the excavations of the Egypt Exploration Society at Buhen, 1958-59”. *Kush, n.* 8: 7-8 (9).
______. 1961. *Archaic Egypt.* London, Penguin (2).
______. 1963. “Preliminary report on the excavations at Buhen, 1962”. *Kush,* n. 11: 116-20 (9).
______. 1965. *Egypt in Nubia,* London, Hutchinson (4, 9, 12).
EMERY, W. B. & KIRWAN, L. P. 1935. *Mission Archéologique en Nubie,* 1929-34. The Excavations and Survey between Wadi es-Sebua and Adindan, 1929-31. Caire, Government Press. 2 v. 492 p. (9).
______. 1938. *The Royal Tombs of Ballana and Qustul.* Service des Antiquités de l’Egypte. Cairo, Government Press. 2 v. (10, 12).

EMIN-BEY. [s.d.]. *Studii-Storico-Dogmatici sulla Chiesa Giacobina. Roma Tip Caluneta Tarique Neguest... Manus.* Guardado na B.N. nº P. 90 (16).

EMPHOUX, J. P. 1970. “La grotte de Bitorri au Congo-Brazzaville”. *Cah. ORSTOM,* VII, 1: 1-20 (25).

EPSTEIN, H. 1971. *The Origin of the Domestic Animais in Africa.* New York, Africana Publishing (21, Concl.).

ERMAN, A 1927. *The Literature of the Ancient Egyptians.* Trad. A M. Blackman. London, Methuen (5).

______. 1966. *The Ancient Egyptians.* A Sourcebook of Their Writings. Trad. A M. Blackman. New York, Harper & Row (3).

ERROUX, J. 1957. “Essai d’une classification dichotomique des blés durs cultivés en Algérie”. *BSHNAN,* n. 48 : 239-53 (17).

ESPERANDIEU, G. 1957. *De l’Art Animalier dans l’Afrique Antique.* Alger, Imp. Officielle (17).

ÉSQUILO. 1922-57. *Works.* London, Heinemann, H. Weir Smyth (1).

ESTRABÃO. 1917-32. *Geography.* ed. e trad. H. L. Jones. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. 8 v. (1, 6, 11, 22).

EUSÉBIO DE PANFÍLIA. 1675. *Vie de l’Empereur Constantin.* Paris (16).

EUZENNAT, N. 1976. “Les recherches sur la frontière romaine d’Afrique. 1974-76”. In: AKTEN XI INTER. LIMESKONG. pp. 533-43 (20).

EVANS-PRITCHARD, E. E. 1940. *The Nuer.* A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People. London, Oxford Univ. Press (24).

EVETTS, B. T. A. & BUTLER, A. J. 1895. *The Churches and Monasteries.* Oxford (12).

EYO, E. 1964-5. “Excavations at Rop rock Shelter”. *WAAN,* n. 3: 5-13 (24).

______. 1972. “Excavations at Rop rock Shelter, 1964”. *W AIA,* n. 2: 13-6 (24).

FAGAN, B. M. 1961. “Pre-European Iron working in Central Africa with special reference to Northern Rhodesia”. *JAH,* 11, 2: 199-210 (25).

______. 1965. “Radiocarbon dates for sub-Saharan Africa. III”. *JAH,* VI: 107-16 (27).

______. 1967. “Radiocarbon dates for sub-Saharan Africa. V”. *JAH,* VIII: 513-27 (27).

______. 1969-a. “Early trade and raw materials in South Central Africa”. *JAH,* X, 1: 1-13 (25, 29).

______. 1969-b. “Radiocarbon dates for sub-Saharan Africa. VI”. *JAH,* X: 149-69 (27).

FAGAN, B. M. & NOTEN, F. L. VAN. 1971. “The hunter-gatherers of Gwisho”. *AMRAC,* n. 74, XXII + 230 p. (25).

FAGAN, B. M., PHILLIPSON, D. W. & DANIELS, S. G. H., eds. 1969. *Iron Age Cultures in Zambia.* London, Chatto & Windus (25, 27).

FAGG, A. 1972. “Excavations of an occupation site in the Nok Valley, Nigeria”. *WAJA,* n. 2: 75-9 (24).

FAIRMAN, H. W. 1938. “Preliminary report on the excavations at Sesebi and Amarah West, Anglo-Egyptian Sudan, 1937-8”. *JEA,* XXIV: 151-9 (9).

______. 1939. “Preliminary report on the excavations at Amarah West, Anglo-Egyptian Sudan, 1938-9”. *JEA,* XXV: 139-44 (9).

______. 1948. “Preliminary report on the excavations at Amarah West, Anglo- Egyptian Sudan, 1947-8”. *JEA,* XXXIV: 1-11 (9).

FATTOVICH, R. 1972. “Sondaggi stratigrafici. Yeha”. *AE,* n. 9: 65-86 (13).

FAUBLÉE, J. & M. 1964. “Madagascar vu par les auteurs arabes avant le XIX[e] siècle”, In: ACTES VII[e] COLL. INTERN. HIST. MARIT., E STUDIA. 1963. n. 11 (28).

FAULKNER, R. O. 1962. *A Concise Dictionary of Middle Egyptian.* Oxford, Griffith Institute. XVI + 328 p. (1). trad. 1969. *The Ancient Egyptian Pyramid Texts.* Oxford, Clarendon Press (2, 3).

__, trad. 1974, 1978. *The Ancient Egyptian Coffin Texts.* Warminster, Arris & Philips. 2 v. (3).

______. 1975. “Egypt from the inception of the nineteenth dynasty to the death of Rameses III”. *Cambridge Ancient History.* Cambridge. v. 2, pt. 2, cap. XXIII (2).

FENDRI, M. 1961. *Basilique Chrétienne de la Skhira.* Paris, PUF (19).

FERGUSON, J. 1969. "Classical contacts with West Africa". In: THOMPSON, L. A. & FERGUSON, J., eds. *Africa in Classical Antiquity,* Ibadan, Ibadan Univ. Press, pp. 1-25 (21).
FERGUSON, J. & LIBBY, W. F. 1963. "Ugla radiocarbon dates. II". *Radiocarbon,* V: 17 (27).
FERRAND, G. 1891-902. *Les Musulmans à Madagascar et aux lles Comores.* Paris, Leroux. 2 v. (28).
______. 1904. "Madagascar et les Îles Uaq-Uaq". *JA* : 489-509 (28). 1908. "L'origine africaine des Malgaches". *IA*: 353-500 (28).
______. 1913-4. *Relation des Voyages et Textes Géographiques Arabes, Persans et Turcs Relatifs à l'Extrême-Orient du VIII*[e] *au XIII*[e] *Siécle.* Paris, Leroux. 2 v. (28).
FÉVRIER, P. A. 1962-7. "Inscriptions chrétiennes de Djernila-Cuicul". *BAA,* I: 214-22; *BAA,* II : 247-8 (19).
______. 1965. *Fouilles de Sétif.* Les Basiliques Chrétiennes du Quartier Nord-Ouest. Paris, CRNS (19).
FÉVRIER, P. A. & BONNAL, J. 1966-7. "Ostraka de la région de Bir Trouch". *BAA,* 11 : 239-50 (19).
FIRTH, C. M. 1915. *Archaeological Survey of Nubia.* Report for 1907-1908- -1910-1911. Cairo, National Print Dept. (9).
FLACOURT, E. 1661. *Histoire de la Grande Île de Madagascar.* Paris, Gervais Clougier (28).
FLEISCHHACKER, H. VON. 1969. "Zur Rassen -und Bevölkerungsgeschichte Nordafrikas unter besonderer Berüchsichtigung der Aethiopiden, der Libyer und der Garamanten". *Paideuma,* n. 15: 12-53 (17, 20).
FLIGHT, C. 1972. "Kintampo and West African Neolithic civilizations". *BWS,* n. 56 (24).
FONTANE, M. E. 1882. "Les Egyptes (5000 à 715 av. J.-C.)". In: –. *Histoire Universelle.* Paris, A. Lemerre, 1838-1914. v. 3 (1).
FORBES,.R. J. 1950. *Metallurgy in Antiquity*: A Notebook for Archaeologists and Technologists. Leiden, Brill (21).
______. 1954. "Extracting, smelting and alloying". In: SINGER, C., HOLMYARD, E. L. & HALL, A. R. *History of Technology.* Oxford, Clarendon Press. 4. v. pp. 572-99 (21).
FRAIPONT, J., trad. 1968. *Sancti Fulgentii Episcopi Ruspensis Opera. Corpus Auctorum Christianorum.* n. 91, 91 A (19).
FRANCHINI, V. 1954. "Ritrovamenti archeologici in Eritrea". *RSE,* n. 12: 5-28 (13).
FRANKFORT, H., ed. 1929. *The Mural Painting of El-Amarneh,* London, Egypt Exploration Society (5).
FRASER, P. M. 1967. "Current problems concerning the early history of the cult of Serapis". *OA,* VII: 23-45 (6).
______. 1972. *Ptolemaic Alexandria.* Oxford, Clarendon Press. 3 v. (6).
FRAZER, J. G. 1941. *The Golden Bough: A Study of Magic and Religion.* 3. ed. New York, Macmillan. 12 v. (29).
FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1960. "East African coin finds and their historical significance". *JAH,* I: 31-43 (22).
______. 1962-a. *The Medieval History of the Coast of Tanganyka.* London, Oxford Univ. Press (22).
______. 1962-b. *The East African Coast.* Selected Documents from the First to the Earlier 19[th] Century. Oxford, Clarendon Press (22, 27).
______. 1968. *A Note on Zanj in the Greek Authors.* Seminar on Language and History in Africa. London (22).
FREND, W. H. C. 1968. "Nubia as an outpost of Byzantine cultural influence". *Byzantinoslavica,* n. 2: 319-26 (12).
______. 1972-a. "Coptic, Greek and Nubian at Quasr Ibrim". *Byzantinoslavica,* XXXIII : 224-9 (12).
______. 1972-b. *The Rise of the Monophysite Movement:* Chapters in the History of the Church in the Fifth and Sixth Centuries. Cambridge, CUP (12).
FROBENIUS, L. 1931. *Erythräa: Länder und Zeiten des Heiligen Königsmordes,* Berlin, Atlantis (11).
FRONTINUS, S. J. 1888. *Strategemata.* G. Gundermann, ed. I, 11, 18. ed. ingl., 1950. *The Stratagems and the Aqueducts of Rome.* London, Heinemann (7).

FURON, R. 1972. *Eléments de Paléoclimatologie,* Paris, Vuibert (20).
GABEL, C. 1965. *Stone Age Hunters of the Kafue.* The Guaisho A Site. Boston, Mass., Boston Univ. Press (21).
GADALLAH, F. F. 1971. "Problems of pre-Herodotan sources in Libyan history". *Libya in History.* Benghazi. 2. parte, p. 43-75. Em árabe, com resumo em inglês, pp. 78-81 (17).
GAGÉ, J. 1964. *Les Classes Sociales dans l'Empire Romain.* Paris, Payot (19).
GALAND, L. 1965-70. "Les études de linguistique berbère". *Ann. Afr,* (20).
______. 1969. "Les Berbêres; la langue et les parlers". *Encyclopedia Universalis.* Paris. pp. 171-3 (20).
______. 1974. "Libyque et berbére". *AEPHE* : 131-53 (20).
GARDINER, A. H. 1909. *The Admonitions of an Egyptian Sage.* From a Hieratic Papyrus in Leiden. Leipzig, J. C. Hinrichs. VIII + 116 p. (2).
______. 1950. *Egyptlan Grammar.* 2. ed. London. p. 512 (4).
______. 1961. *Egypt of the Pharaohs, an lntroduction.* Reimpr. 1964. Oxford, Clarendon Press. X + 461 p. (2, 9).
GARDNER, T., WELLS, L. H. & SCHOFIELD, J. F. 1940. "The recent archaeology of Gokomere, Southem Rhodesia". *TRSSA,* XVIII: 215-53 (27).
GARLAKE, P. S. 1967. "Excavations at Maxton Farm, near Shamwa Hill, Rhodesia". *Arnoldia,* 111, 9 (27).
______. 1969. "Chitope: an early iron age village in Northem Mashonaland". *Arnoldia,* IV, 19 (27).
______. 1970-a. "Iron age sites in the Urungwe district of Rhodesia". *SAAB,* XXV: 25-44 (27).
______. 1970-b. "Rhodesian ruins. A preliminary assessment of their styles and chronology". *JAH,* XI, 4 : 495-513 (27).
______. 1973. *Great Zimbabwe.* London, Thames & Hudson (27).
GARSTANG, J. et al. 1911. *Meroe, the City of the Ethiopians.* Account of a First Season's Excavations on the Site 1909-10. Liverpool, Univ. of Liverpool Instit. of Archaeology (11).
GARTKIEWICZ, P. 1970-2. "The central plan in Nubian church architecture". *Nubian Recent Research.* pp. 49-64 (12).
GASCOU, J. 1972. *La Politique Municipale de l'Empire Romain en Afrique Proconsulaire de Trajan à Septime-Sévère.* Roma, Ecole Française de Rome (11, 19).
GAST, M. 1972. "Témoignages nouveaux sur Tin Hinan, ancêtre légendaire des Touareg Ahaggar. Mélanges Le Tourneau". *ROMM*: 395-400 (20).
GAUCKLER, P. 1925. *Nécropoles Puniques de Carthage.* Paris (18).
GAUDIO, A. 1953. "Quattro ritrovamenti archeologici e paleografici in Eritrea". *Il Bolletino,* I: 4-5 (15).
GAUTHIER, H. 1925-31. *Dictionnaire des Noms Géographiques Contenus dans les Textes Hiéroglyphiques.* Cairo. 7 v. (17).
GAUTIER, E. F. 1952. *Le Passé de l'Afrique du Nord.* Paris, Payot (18);
GERMAIN, G. 1948. "Le culte du bélier en Afrique du Nord". *Hespéris,* XXXV: 93-124 (17).
______. 1957. "Qu'est-ce que le périple d'Hannon? Document, amplification littéraire ou faux intégral?". *Hespéris*: 205-48 (20, 21).
GHALIOUNGUI, P. 1963. *Magic and Medical Science in Ancient Egypt.* London, Hodder & Stoughton. 189 p. (3).
______. 1973. *The House of Life.* Per Ankh, Magic and Medical Science in Ancient Egypt. Amsterdam, B. M. Israël. XIV + 198 p. (5).
GILOT, E., ANCIEN, N. & CAPRON, P. C. 1965. "Louvain natural radiocarbon measurements. III". *Radiocarbon,* II: 118-22 (25).
GIORGINI, M. S. 1965. "Première campagne de fouilles à Sedeinga 1963-64". *Kush,* XIII: 112-30 (10).
GIRGIS, M. 1963. "The history of the shipwrecked sailor". texto e trad., *Bull. Fac. Lettres de l'Univ, du Caire,* XXI, I: 1-10 (4, 11).
GLANVILLE, S. K. R., ed. 1942. *The Legacy of Egypt.* Oxford, Clarendon Press. XX + 424 p. (2).

GLASER, E. 1895. *Die Abessiner in Arabien und Afrika auf grundneuentdecken Inschriften.* Munich, Hermann Luckaschik (11).
GOBERT, E. 1948. "Essai sur la litholâtrie". *RA,* n. 89: 24-110 (17).
GOLENISCHEV, V. S. 1912. *Le Conte du Naufragé.* trad. W. Golerischeff. Cairo, Inst. Français de Archéologie Orientale. (4).
GOLGOWSKI, T. 1968. "Problems of the iconography of the Holy Virgin murals from Faras". *Etudes et Travaux,* II: 293-312 (12).
GOMAA, F. 1973. "Chaemwese, Sohn Rameses II und hoher Priester von Memphis". *ÄA,* n. 27 (3).
GOODCHILD, R. G. 1962. *Cyrene and Apollonia; An Historical Guide.* Líbia. Department of Antiquities of Cyrenaica (6).
______. 1966. "Fortificazioni e palazzi bizantini in Tripolitania e Cirenaica". CC, XIII : 225-50 (19).
GOODWIN, A. J. H. 1946. "Prehistoric fishing methods in South Africa". *Antiquity,* n. 20: 134-9 (26).
GOSTYNSKI, T. 1975. "La Libye antique et ses relations avec l'Egypte". *BIFAN,* 37 (3): 473-588 (10, 20).
GOYON, G. 1957. *Nouvelles Inscriptions Rupestres du Wadi-Hammamat.* Paris, Imprimerie Nationale (3).
______. 1970. "Les navires de transport de la chaussée monumentale d'Ounas". *BIFAO,* LXIX: 11-41 (3).
GOYON, J. C., trad. 1972. *Rituels Funéraires de l'Ancienne Egypte.* Paris, Le Cerf. 359 p. "Le rituel de l'embaumement", "Le rituel de l'ouverture de la bouche", "Le livre des respirations".
GRANDIDIER, A. 1885. *Histoire de la Géographie de Madagascar.* Paris, Imprimerie Nationale (28).
GRAPOW, H. 1954-63. *Grundriss der Medizin der alten Ägypter,* Berlin, Akademie Veriag. 9 v. (5).
GREENBERG, J. H. 1955. *Studies in African Linguistic Classification,* New Haven, Compass (25).
______. *1963. The Languages of Africa.* 2. ed. (3. ed., 1970). Bloomington, Univ. of Indiana Press. VIII + 180 p. (21, 23, 25).
______. 1972. "Linguistic evidence regarding Bantu origins". *JAH,* XIII, 2: 189-216 (21,25).
GRIFFITH, F. L. 1911. *Karanog. The Meroitic Inscriptions of Shablul and Karanag.* Philadelphie, pp. 62 (11).
______. *1911-2 Meroitic Inscriptions.* London, Archaeological Survey of Egypt. 2 v. (11).
______. *1913. The Nubian Texts of the Christian Period.* Berlin, König Akademie der Wissenschaften. 134 p. (12).
______. 1917. "Meroitic studies. III-IV". *JEA,* n. 4: 27 (11).
______. 1921-8. "Oxford excavations in Nubia". *LAAA,* VIII, 1; IX, 3-4; X, 3-4; XI, 3-4; XII, 3-4; XIII, 1-4; XIV, 3-4; XV, 3-4 (9, 12).
______. 1925. "Pakhoras-Bakharas-Faras in geography and history". *JEA,* XI : 259-68 (12).
GRIFFITH, J. G. 1970. *Plutarch: De Iside et Osiride.* Cambridge (2).
GROAG, E. 1929. *Hannibal als Politiker.* Viena (18).
GROBBELAR, C. S. & GOODWIN, A. J. H. 1952. "Report on the skeletons and implements in association with them from a cave near Bredasdorp, Cape Province". *SAAB,* n. 7: 95-101 (26).
GROHMANN, A. 1914-a. "Eine Alabasteriampe mit einer Ge'ezschrift". *WZKM,* XXV: 410-22 (15).
______. 1914-b. *Göttersymbole und Symboltiere auf südarabische Denkmaler.* Vienna, Akademie der Wissenschaften (13).
______. 1915. "Über den Ursprung und die Entwicklung der äthiopischen Schrift". *Archiv für Schriftkunde,* I, 2-3: 57-87 (15).
______. 1927. In: NIELSON, D., ed. *Handbuch des attarabische Aetertumskunde.* Copenhagen. v. 1 (13)
GROSSMAN, P. 1971. "Zur Datierung der frühen Kirchenlagen aus Faras". *Byzantinische Zeitschrift,* n. 64 : 330-50 (12).
GROSS-MERTZ, B. 1952. *Certain Titles of the Egyptian Queens and Their Bearing on the Hereditary Right to the Throne.* Dissert. Univ. of Chicago (3).

GSELL, S. 1913-28. *Histoire Ancienne de l'Afrique du Nord.* Paris, Hachette. 8 v. (17, 19, 20).
______. 1915. *Herodotus.* Alger, Typographie A. Jourdan. pp. 133-4 (17).
______. 1926. "La Tripolitaine et le Sahara au III[e] siècle de notre ère". *MAI,* XLIII: 149-66 (20).
GUÉRY, R. 1972. In: BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ NATIONALE DES ANTIQUAIRES DE FRANCE. Paris : 318-9 (19).
GUIDI, I. 1896. *Guelde Aregawi, Vita Ze-Mikael Aregawi.* Roma (16).
______. 1906. *The Life and Miracles of Tekle Haymanot.* London. v. II (16).
GUMPLOWICZ, L. 1883. *Der Rassenkampf, sociologische Untersuchungen.* Innsbrück (1).
GUTHRIE, M. 1962. "Some developments in the pre-history of the Bantu languages". *JAH,* III, 2: 273-82 (25).
______. 1967-71. *Comparative Bantu:* An Introduction to the Comparative Linguistics and Prehistory of the Bantu Languages. Farnborough, Gregg International. 4 v. (21, 25).
______. 1970. "Contributions from comparative Bantu studies to the prehistory of Africa". In: DALBY, D., ed. *Language and History in Africa.* London, Franck Cass. pp. 20-49 (21, 25).
HABACHI, L. 1955. "Preliminary report on Kamose stela and other inscribed blocks found reused in the foundations of two statues at Karnak". *ASAE,* n. 53: 195-202 (9).
HAILEMARIAM, G: 1955. "Objects found in the neighbourhood of Axum". *AE,* I: 50-1 (13).
HALFF, G. 1963. "L' onomastique punique de Carthage". *Karthago,* XIII (18).
HAMA, BOUBOU. 1967. *Recherches sur l'Histoire des Touareg Sahariens et Soudanais.* Paris, Présence Africaine (20).
HAMY, E. T. 1969. In: PARRINDER, Geoffey. *African Mythology,* 2. ed. London, Paul Hamlyn (4).
HANI, J. 1976. *La Religion Egyptienne dans la Pensée de Plutarque.* Paris, Les Belles Lettres (2).
HARDEN, D. B. 1963. *The Phoenicians.* London, Thames & Hudson. ed. rev. (18).
HARDY, E. R. 1931. *The Large Estate of Byzantine Egypt.* ed. rev., 1968. New York, Ams Press (7).
HARLAN, J. R., WET, J. M. J. & STEAMLER, A. DE. 1976. *The Origin of African Blant Domestication.* Paris, Mouton. World Anthropology Series (21).
HARRIS, J. R. 1966. *Egyptian Art.* London, Spring Books. 44 p. (5).
______. ed. 1971. *The Legacy of Egypt.* 2. ed. Oxford, Clarendon Press (3, 5).
HARTLE, D. 1966. "Bronze objects from the Ifeka gardens site, Ezira". *WAAN,* n. 4: 26 (24).
______. 1968. "Radiocarbon dates". *WAAN,* n. 13: 73 (24).
HASAN, H. 1928. *A History of Persian Navigation.* London (22).
HAVINDEN, M. A. 1970. "The history of crop cultivation in West Africa: A bibliographical guide". *EHR,* 2. série, XXIII, 3: 532-55 (24).
HAYCOCK, B. G. 1954. "The Kingship of Kush in the Sudan". *CSSH,* VII, 4: 461-80 (10, 11).
HAYES, W. C. 1955-9. *The Scepter of Egypt:* A Background for the Study of Egyptian Antiquities in the Metropolitan Museum of Art. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press (2, 3).
______. *1965. Most Ancient Egypt,* Chicago, K. C. Steele, Univ. of Chicago Press (2).
______. 1971. "The Middle Kingdom in Egypt internal history". *Cambridge Ancient History.* Cambridge. v. 1, pt. 2 (2).
______. 1973. "Egypt, internal affairs from Thutmosis I to the death of Amenophis III". *Cambridge Ancient History,* Cambridge. v. 2, pt. 1 (2).
HAYWOOD, R. M. 1938. *An Economic Survey of Ancient Rome.* Baltimore, John Hopkins Press. v. 4: Roman Africa. ed. T. Frank (1933-40) (19).
HEARST, P. A. 1905. "Medical Papyrus". *Egyptian Archaeology.* Berkeley, California, Univ. of California. v. 1 (5).
HEEKEREN, H. R. VAN. 1958. *The Bronze-Iron Age of Indonesia.* Amsterdam, Nartinus, Nijhoff (28).
HELCK, W. 1939. *Der Einfluss der Militärführer in der 18 ägyptischen Dynastie.* Leipzig, J. C. Hinrichs. VIII + 87 p. (5).
______. 1958. "Zur Verwaltung der Mittleren und Neuen Reichs". *Probleme der Ägyptologie,* 3, 3 A (3).

HELCK, W. & OTTO, E. 1970. *Kleines Wörterbuch der Ägyptologie,* 2. ed. rev. Wiesbaden, Harrassowitz. 428 p. (3).
HERBERT, E. W. 1973. "Aspects of the uses of copper in pre-colonial West Africa". *JAH,* XIV, 2: 170-94 (24).
HERBERT, J. C. 1968-a. "Calendriers provinciaux malgaches". *BM,* n. 172: 809-20 (28).
______. 1968-b. "La rose des vents malgache et les points cardinaux". *CM,* n. 2: 159-205 (28).
______. 1971. "Madagascar et Malagasy, histoire d'un double num de baptême", *BM,* n. 302-3 : 583-613 (28).
HERIN, A. 1973. *Studie van een Verzameling Keramiek uit de Bushimaie Vallei "Kasai-Zaire" in Het Koninklijk Museum voor Midden Afrika te Tervuren.* Tese. Univ. de Gand (25).
HERÓDOTO. *Histoires* (livros 1-9). Texto org. e trad. por P.-E. Legrand (1932-54). Paris, Coll. des Universités de France. 2 v. (1, 10).
______. 1920-4. *Works.* Trad. A. D. Godley. London, Heinemann. 4 v.
HERZOG, R. 1957. *Die Nubier Untersuchungen und Beobachtungen zur Gruppengleiderung, Gesellschaitsform und Wirtschaftsweise.* Berlin, Akademie der Wissenschaften (1, 11).
______. 1968. "Punt". *Proceedings of the German Archaeological Institute of Cairo.* v. 5, Glückstadt (4).
HEURGON, J. 1958. *Le Trésor de Ténès.* Paris, Dir. de l' Intérieur et des Beaux Arts (19).
______. 1966. "The inscriptions of Pyrgi". *JRS,* LVI (18).
HEUSS, A. 1949. "Der Erste Punische Krieg und das Problem des römischen Imperialismus". *Historische Zeitschrift,* CLXIX (18).
HEYLER, A. & LECLANT, J. 1966. In: ORIENTALISTISCHE LITERATURZEITUNG, n. 61: 552 (10).
HIERNAUX, J. 1968-a. *La Diversité Humaine en Afrique Subsaharienne.* Bruxelles, Institut de Sociologie (21).
______. 1968-b. "Bantu expansion: the evidence from physical anthropology confronted with linguistic and archaeological evidence". *JAH,* IX, 4: 505-15 (25).
HIERNAUX, J., LONGRÉE, E. DE & BUYST, J. DE. 1971. "Fouilles archéologiques dans la vallée du Haut-Lualaba I, Sanga, 1958". *AMRAC,* n. 73 : 148 (25).
HIERNAUX, J. & MARQUET, E. 1957. "Cultures préhistoriques de l'âge des métaux au Rwanda-Urundi et au Kivu (Congo Belge)", 1. parte. *ARSC*: 1126-49 (25).
______. 1960. "Cultures prehistoriques...", 2. parte. *ARSC,* X, 2: 5-88 (25).
______. 1968. "L'âge du fer au Kibiro (Ouganda)". *AMRAC,* n. 63: 49 (29).
HIERNAUX, J., MARQUET, E. & BUYST, J. DE. 1973. "Le cimetière protohistorique de Katoto (vallée du Lualaba, Congo-Kinshasa)". ACTES VI[e] CONGR. PPEQ. pp. 148-58 (25).
HINTZE, F. 1959-a. *Studien zur Meroitischen Chronologie und zu den Opjertafeln aus den Pyramiden von Meroe.* Berlin, Akademie Verlag. 72 p. (10, 11).
______. 1959-b. "Preliminary report of the Butana expedition 1958 made by the Institute for Egyptology of the Humboldt University, Berlin". *Kush,* VII: 171-96 (11).
______. *1962. Die Inschriften des Löwentempels von Musawwarat es-Sufra.* Berlin, Akademie Verlag. 50 p. (11).
______. 1964. "Das Kerma-Problem". *ZAS,* n. 91: 79-86 (9).
______. 1965. "Preliminary note on the epigraphic expedition to Sudanese Nubia,
______. 1963". *Kush,* n. 13: 13-6 (9).
______. *1968. Civilizations of the Old Sudan.* Leipzig. 145 p. (9).
______. 1971-a. *Musawwarat es-Sufra* (2). *Der Löwentempel;* unter Mitwirkung von U. Hintze, K. H. Priese, K. Stark. Berlin, Akademie Verlag (11).
______. 1971-b. *Stand und Aufgaben der chronologischen Forschung.* Internationale Tagung für Meroitischen Forschungen. September 1971 in Berlin. Humboldt Universität, Berlin, Bereich Ägyptologie und Sudanologie Meroitistik (11).
______. 1976. "Die Grabungen von Musawwarat es-Sufra". Berlin, v. 1, pt. 2: *Tafelband Löwentempel* (10).

HINTZE, F. & U. 1967. *Alte Kulturen im Sudan.* Munich, Callwey. 148 p. (9, 12).
______. 1970. "Einige neue Ergebnisse der Ausgrabungen des Instituts für Ägyptologie der Humboldt Universität zu Berlin in Musawwarat es-Sufra". In: DINCKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in chrislicher Zeit.* Ergebnisse und Probleme auf Grund der jüngsten Ausgrabungen. Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 49-70 (11).
HISTOIRE ET TRADITION ORALE. 1975. "L'Empire du Mali". ACTES COLL. BAMAKO I. Fondation SCOA pour la Recherche Foundamentale en Afrique Noire (21).
HOBLER, P. M. & HESTER, J. J. 1969. "Prehistory and environment in the Libyan desert". *SAAJ,* 23 (92): 120-30 (24).
HOFMANN, I. 1967. *Die Kulturen des Niltas von Aswan bis Sennar, vom Mesolithikum bis zum Ende der Christlischen Epoche.* Monographien zur Völkerkunden-Hamburgischen Museum für Völkerkunde, IV. Hamburg (12).
______. 1971-a. *Studien zum Meroitischen Königtum* (MRE2). Bruxelles (10).
______. 1971-b. "Bemaehungen zum Ende des Meroitischen Reiches". *Afrikanische Sprachen und Kulturen, ein Querschnitt.* Hambourg, Deutsches Institut für Afrika Forschung, 1971. *HBZAK,* n. 14: 342-52 (10).
______. 1975. *Wege und Möglichkeiten eines indischen Einflusses auf die meroitische Kultur.* Bonn, Verlag des Anthropos-Instituts (10).
HOLSCHER, W. 1937. "Libyer und Ägypter, Beiträge zur Ethnologie und Geschichte libyscher Völkerschaften", *AFU,* n. 5 (2, 17).
HONELL. 1934. "Indonesian influences on East African culture". *JRAI (28).*
HORNUNG, E. 1965. *Grundzug der Ägyptischen Geschichte.* Darmstadt (2).
______. *1971. Der Eine und die Vielen. Ägyptische Göttesvorstellungen.* Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft. VIII + 282 p. (3).
______. *1972. Ägyptische Unterweltsbücher.* Zurich, Artemis Verlag. 526 p. (3).
HOURANI, G. F. 1963. *Arab Seafaring in the Indian Ocean.* (2 ed., 1969). Beyrouth (22).
HUARD, P. 1966. "Introduction et diffusion du fer au Tchad". *JAH,* VII: 377-404 (20, 21).
HUARD, P. & LECLANT, J. 1972. *Problèmes Archéologiques entre le Nil et le Sahara.* Cairo. 100 p. (17).
HUARD, P. & MASSIP, J. M. 1967. "Monuments du Sahara nigérotchadien". *BIFAN, B*: 1-27 (20).
HUFFMAN, T. N. 1970. "The Early Iron Age and the spread of the Bantu". *SAAB,* XXV: 3-21 (21, 25, 27).
______. 1971-a. "A guide to the Iron Age of Mashonaland". *OPNM,* IV: 20-44 (27).
______. 1971-b. "Excavations at Leopard's Kopje main Kraal: a preliminary report". *SAAB,* XXVI: 85-9 (27).
______. 1973. "Test excavations at Makuru, Rhodesia". *Arnoldia,* V, 39 (27).
______. 1974. "Ancient mining and Zimbabwe". *JSAIMM,* LXXIV: 238-42 (27).
HUGOT, H.-J. 1963. "Recherches préhistoriques dans l' Ahaggar nord-occidental, 1950-7". *MCRAPE,* 1 (17,24).
______. 1968. "The origins of agriculture: Sahara". *CA,* 9 (5): 483-9 (24).
HUGOT, H. J. & BRUGMANN, M. 1976. *Les Gens du Matin.* Sahara, Dix Mille Ans d' Art et d'Histoire. Paris, Bibliothèque des Arts (4).
HUNTINGFORD, G. W. B. 1963. In: OLIVER, R. & MATHEW, J., dir. *History of East Africa.* v. I, pp. 88-9 (4).
INSKEEP, R. R. 1971. "Letter to the Editor". *SAJS,* LXVII: 492-3 (27).
INSKEEP, R. R. & BEZING, K. L. VON. 1966. "Modelled terra-cotta head from Lydenburg, South Africa". *Man,* I: 102. n. special (27).
IRFANN, S. 1971. *The Martyrs of Najran.* New documents. Bruxelles, Société des Bollandistes. pp. 242-76 (15, 16).
ISSERLIN, B. S. J. et al. 1962-3. "Motya, a Phoenician-Punic site near Marsala", *ALOS,* IV: 84-131 (18).

JAFFEY, A. J. E. 1966. "A reappraisal of the Rhodesian Iron Age up to the fifteenth century". *JAH,* VII. 2: 189-95.
JAKOBIELSKI, S. 1966. "La liste des évêques de Pakhoras". *CAMAP,* 111 : 151-70 (12).
______. Polish excavations at Old Dongola. *Nubische Kunst* : 167 et seq. (12).
______. 1970. "Polish excavations at Old Dongola, 1969". In: DINKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Ergebnisse und problema auf Gruna der jüngsten Ausgrabungen. Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 171-80 (12).
______. 1972. *Faras III. A History of the Bishopric of Pachoras on the Basis of Coptic Inscriptions.* Varsóvia. PWN Editions Scientifiques de Pologne (12).
______. 1975-a. "Polish excavations at Old Dongola 1970-72". In: ACTES COLL. NUBIOL. INTERN. pp. 70-5 (12).
______. 1975-b. "Old Dongola, 1972-73", *Etudes et Travaux,* VIII: 349-60 (12).
JAKOBIELSKI, S. & KRZYSANIAK, L. 1967-8. "Polish excavations at Old Dongola, third season, Dec. 1966-Feb. 1967". *Kush,* XV: 143-64 (12).
JAKOBIELSKI, S. & OSTRASZ, A. 1967. "Polish excavations at Old Dongola, second season, Dec. 1965-Feb. 1966". *Kush,* XV : 125-42 (12).
JAMES, T. G. H. 1973. "Egypt from the expulsion of the Hyksos to Amenophis I". *Cambridge Ancient History,* Cambridge. v. 2, pt. 1, cap. VIII et seq. (2).
JAMME, A. 1956. "Les antiquités sud-arabes du Museo Nazionale Romano". Antichita Publicati per Cura della Accademia Nazionale dei Lincei, n. 43: 1-120 (13).
______. 1957. "Ethiopia. Annales d'Ethiopie E. I.". *BO,* n. 14: 76-80 (15).
______. *1962. Sabaean Inscriptions from Mahram Bilquis (Márib).* Baltimore, Johns Hopkins Press, XIX + 480 p. (15).
______. 1963. "Compte rendu bibliographique des Annales d'Ethiopie, vol. 3". *BO,* 20: 324-7 (13).
JANSMA, N. & GROOTH, M. DE. 1971. "Zwei Beiträge zur Iconographie der Nubischen Kunst". *NKJ* : 2-9 (12).
JANSSEN, J. J. 1975. "Prolegomena to the study of Egypt's economic history during the New Kingdom". *SAK,* n. 3: 127-85 (3).
JENKINS, G. K. & LEWIS, R. B. 1963. *Carthaginian Gold and Electrum Coins.* London, Royal Numismatic Society (18).
JENNISON, G. 1937. *Animals for Show and Pleasure in Ancient Rome.* Manchester, Manchester Univ. Press (20).
JÉQUIER, G. 1930. *Histoire de la Civilisation Égyptienne des Origines à la Conquête d'Alexandre.* Paris, Payot (2).
JODIN, A. 1966. *Mogador; Comptoir Phénicien du Maroc Atlantique.* Tangier, Ed. Marocaines et Intern. (19, 20).
JOHNSON, A. C. 1936. *Roman Egypt to the Reign of Diocletian.* An Economic Survey of Ancient Rome. Baltimore, Johns Hopkins Press (7).
JOHNSON, A. C. 1951. *Egypt and the Roman Empire.* Ann Arbor, Univ. of Michigan Press (7).
JOHNSON, A. C. & WEST, L. C. 1949. *Byzantine Egypt. Economics studies.* Princeton, Princeton Univ. Press (7).
JOIRE, J. t 947. "Amas de coquillages du littoral sénégalais dans la banlieue de Saint-Louis", *BIFAN,* B, IX, 1-4: 170-340 (24).
______. 1955. "Découvertes archéologiques dans la région de RAO". *BIFAN,* B, XVII : 249-333 (24).
JONES, A. H. M. 1937. *The Cities of the Eastern Roman Provinces.* Oxford, Clarendon Press (6).
______. *1964. The Late Roman Empire; 284-602.* Oxford, Blackwell (7). 1968. "Frontier defence in Byzantine Libya". *Libya in History.* Benghazi, Univ. of Benghazi, pp. 289-97 (19).
______. 1969. "The influence of Indonesia: the musicological evidence reconsidered", *Azania,* IV: 131-90 (22, 28).
JONES, N. 1933. "Excavations at Nswatugi and Madiliyangwa". *OPNM, I,* 2 : 1-44 (27).
JOUGUET, P. 1947. *La Domination Romaine en Egypte aux Deux Premiers Siècles après J.-C.* Alexandria, Publications de la Société Royale d'Archéologie (7).

JULIEN, C. A. 1966. *Histoire de l'Afrique du Nord.* 2. ed. rev. Paris, Payot. 2 v. (19).
JULIEN, G. 1908-9. *Institutions Politiques et Sociales de Madagascar d'après des Documents Authentiques et Inédits.* Paris, E. Guilmoto. 2 v. (28).
JUNKER, H. 1919-22. *Bericht über die Grabungen der Akademie der Wissenschaiten in Wien auf den Friedhöien von El-Kubanieh.* Vienne, A. Hofder. VIII + 181 p. (9).
______. 1921. *Der nubische Ursprung der sogenanten Tlel el-Jahudiye-Vasen.*
Vienne, Akad, der Wissenschaften. V + 136 p. (9).
______. 1933. *Die Ägypter (Võlker des Antiken Orients).* Freiburg, Herder (2).
______. JUVENAL. 1951. *Satires.* Texto org. e trad. por Pierre de Labriolle e François Villeneuve. 5. ed. rev. e corr. Paris, Les Belles Lettres. XXXII + 203 p. (1).
______. 1918. *Works of Juvenal and Persius.* Trad. G. G. Ramsay. London, Heinemann (1).
KADRA, F. 1978. *Les Djedars. Monuments Funéraires Berbères de la Région de Farenda.* Alger (19).
KAHRSTEDT, U. & MELTZEER, O. 1879-913. *Geschichte der Karthager.* Berlin (18).
KATZNELSON, I. S. 1966. La Candace et les survivances matrilinéaires au pays de Koush". *Palestinskij Sbornik,* XV, 78 : 35-40. Em russo (10, 11).
______. 1970. *Napata i Meroe-drevniye tzarstva Sudana* [Napata e Méroe - Antigos Reinos do Sudão]. Moscou. pp. 289 et seq. (11).
KEES, H. 1926. *Totenplauben und Jenseits vorstellung en der alten Ägypter.* Leipzig (2. ed., Berlin, 1956) (2).
______. *1933. Kulturgeschichte des alten Orients.* Munich. v. 1: *Ägypten* (Handbuch des Altertums III. Abt, 1. Teil, 3. Band). (3).
______. *1941-56. Götterglaube in alten Ägypten.* Leipzig, 1941; Berlin, 1956 (2, 3).
______. *1953. Das Priestertum im ägyptischen Staat.* (Probleme der Ägyptologie 1). Leiden (3).
______. *1958. Das alte Ägypten. Eine kleine Landeskunde.* Berlin (2).
______. *1961. Ancient Egypt, a Cultural Topography.* London, T. G. H. James (2).
KENDALL, R. L. & LIVINGSTONE, D. A. 1972. "Paleo-ecological studies on the East African Plateau", In: ACTES VI[e] PPEQ (21).
KENT, R. 1970. *Early Kingdoms in Madagascar, 1500-1700.* New York, Holt, Rinhardt & Winston (28).
KIERAN, J. A. & OGOT, B. A. 1968. *Zamani: A Survey of the East African History.* (ed. rev., 1974). Nairobi. cap. 4, 7, 10 (23).
KIRK, W. 1962. "The North-East Monsoon and some aspects of African history". *JAH,* III (22).
KIRWAN, L. P. 1939. *Oxford University Excavations at Firka.* Oxford. pp. 49-51 (12).
______. 1957. "Tanqasi and the Noba". *Kush,* V (10).
______. 1960. "The decline and fall of Meroe". *Kush,* VIII (10, 13).
______. 1963. "The X-group enigma. A little known people of Nubian Nile". *Vanished Civilizations of the Ancient World.* New York. p. 57-78 (12). 1966. "Prelude to Nubian Christianity". *Mélanges K. Michalowski.* Varsóvia. abr. Nubian Christianity (12).
______. 1972. "The christian topography and the kingdom ofAxum". *GJ,* London, v. 138, pt. 2, p. 166-77 (14).
KIRWAN, L. P. & EMERY, W. B. 1935. *The Excavations and Survey between Wadi es-Sebua and Aindan.* Cairo Gov. Press (9).
KITCHEN,.K. A. 1971. Artigo in: ORIENTALIA (4).
______. 1973. *The Third Intermediate Period in Egypt.* Warminster (2, 5).
KI-ZERBO, J. 1972. *Histoire de l' Afrique Noire.* Paris, Hatier (20, 21).
KLAPWIJK, M. 1973. "An early iron age site near Tzaneen, North-Eastern Transvaal". *SAJS,* LXIX (27).
______. 1974. "A preliminary report on pottery from the North-Eastern Transvaal, South Africa". *SAAB,* n. 29 (26).
KLASENS, A. 1964. "De Nederlandse opgravingen in Nubie. Tweede seizoen 1962-64". *Phoenix,* X, n. 2: 147-56 (12).
______. 1967. "Dutch archaeological mission to Nubia. The excavations at Abu Simbel North 1962-64". *Fouilles en Nubie* (1961-63). Cairo, Services des Antiquités de l'Egypte. pp. 79-86 (12).

KLEIN, R. G. 1972. "Preliminary report on the July through September 1970 excavations at Nelson Bay Cave, Plettenberg Bay, Cape Province, South Africa". In: ZINDEREN-BAKKER, E. M. VAN, ed., *Palaeocology of Africa and the Surrounding Islands and Antarctica.* Cape Town, Balkema, v. VI, pp. 177-208 (26).
KOBISHANOV, Y. M. 1966. *Aksum.* Moscou, Nauka (14).
KOLB, P. 1719. *The Present State of the Cape of Good Hope...* Trad. Mr. Medley. London, Innys. 2 v. (26).
KOLENDO, J. 1970-a. "Epigraphie et archéologie: le *praepositus camellorum* dans une inscription d'Ostie". *Klio*: 287-98 (20).
______. 1970-b. "L'influence de Carthage sur la civilisation matérielle de Rome". *Archéologia,* XXI. Varsovie (17).
KONEMANN, E. 1901. Artigo in: PHILOLOGUE. v. LX (19).
KÖRTE, A. 1929. *Hellenistic Poetry.* Trad. J. Hammer et al. New York, Columbia Univ. Press (6).
KOTULA, T. 1964. "Encore sur la mort de Ptolémée, roi de Maurétaine". *Archéologia,* XV: 76-92 (19).
KRAKLING, C. H. 1960. *Ptolemais. City of the Libyan Pentapolis.* Chicago (6).
KRAUS, J. 1930. "Die Anfänge des Christentums in Nubien". In: SCHMIDLIN, J., ed. *Missionswissenschaftliche Studien.* Neue Reihe III (12).
KRENCKER, D. 1913. *Deutsche Aksum Expedition, ältere Denkmäler Nord-abessiniens.* Band II, Berlin, G. Reisner. pp. 107, 113 et seq. (13, 15).
KRENCKER, D. & LITTMANN, E. 1913. *Deutsche Axum Expedition.* Band IV, Berlin. pp. 4-35 (16).
KRZYSANIAK, L. & JAKOBIELSKI, S. 1967. "Polish excavation at Old Dongola, third season, 1966-1967". *Kush,* XV (12).
KUENTZ, C. & DESROCHES-NOBLECOURT, C. 1968. "Le petit temple d'Abou Simbell". *Mem. du Centre d'Etudes sur l'Anciénne Egypte.* Cairo (3).
LABID IBN RABI'AH. 1891-2. *Die Gedichte des Lebid, Nacht der Wiener Ausgabe übersetzi und mit Anmerkungen versehn aus dem Nachlasse des Dr. A. Huber.* Leiden, C. Brockelmann (15).
LAMBERT, N. 1970. "Medinet Sbat et la protohistoire de Mauritanie occidentale". *Ant. Air.,* IV: 43-62 (20, 21).
______. 1971. "Les industries sur cuivre dans l'Ouest saharien". *WAJA,* I: 9-21 (29).
LAMBERT, R. 1925. *Lexique Hiéroglyphique.* Paris, Geuthner. IV + 445 p. (1).
LANCEL, S. & POUTHIER, L. 1957. "Première campagne de fouilles à Tigisis". *Mélanges de l'Ecole Française de Rome.* Rome, Inst. Français. pp. 247-53 (19).
LAPEYRE, G. G. & PELLEGRIN, A. 1942. *Carthage Punique* (814-146 *av. J.C.).* Paris, Payot (18).
LASSUS, J. 1956. Fouilles à Mila. Une tour de l'enceinte byzantine. *Libyca,* IV, 2: 232-9 (19).
______. 1975. "La forteresse byzantine de Thamugadi". In: ACTES XIV[e] CONGR. INTERN. ET. Bvz. pp. 463-74 (19).
LAUER, J. P. 1938. *La Pyramide à Degrés (Fouilles à Saqqarah).* Cairo, Impr. IFAO. 5 v. (5).
LAW, R C. 1967. "The Garamantes and transsaharan entreprise in classical times". *JCH* : 181-200 (20).
LAWAL, B. 1973. "Dating problems at Igbo Ukwu". *JAH,* XIV: 1-8 (29).
LEAKEY, M. D., OWEN, W. E. & LEAKEY, L. S. B. 1948. "Dimplebased pottery from central Kavirondo, Kenya". *Coryndon Mem. Mus. Occ. Papers,* n. 2: 43 (25).
LEBEUF, J.-P. 1962. *Archéologie Tchadienne;* Les Sao du Cameroun et du Tchad. Paris, Hermann. 147 p. (21, 24).
______. 1970. *Cartes Archéologiques des Abords du Lac Tchad au* 1 " *300 000.* Paris, CNRS (20).
LEBEUF, J.-P. & GRIAULE, M, 1948. "Fouilles dans la région du Tchad". *JSA,* n. 18: 1-116 (21).
LECA, A. 1971. *La Médecine Egyptienne au Temps des Pharaons.* Paris, R. Da Costa (5).
LECLANT, J. 1950-a. Ver ROWE, Alan (17).
______. 1950-b. "Per Africae Sitientia, témoignage des sources classiques sur les pistes menant à l'oasis d'Ammon". *BIFAO,* n. 49: 193-253 (17, 20).

LECLANT, J. 1954. "Fouilles et travaux en Egypte, 1952-1953". *Orientalia,* 23 (1): 64-79 (12, 17).
______. 1956-a. "Egypte-Afrique, quelques remarques sur la diffusion des monuments égyptiens en Afrique". *RSFE,* n. 21: 29-41 (4).
______. 1956-b. "Le fer dans l'Egypte ancienne, le Soudan et l'Afrique". In: ACTES COLL. INTERN. FER. p. 83-91 (10, 20).
______. 1958-74. "FouilIes et travaux en Egypte et au Soudan". *Orientalia,* Roma (12).
______. 1959-a. "Les fouilles à Axoum en 1955-1956. Rapport préliminaire". *AE,* n. 3: 3-23 (14).
______. 1959-b. "Haoulti-Mélazo (1955-6)". *AE,* n. 3: 43-82 (13).
______. 1961. "Découverte de monuments égyptiens ou égyptisants hors de la vallée du Nil, 1955-60". *Orientalia,* n. 30: 391-406 (13).
______. 1962. Artigo in BSA Copte, v. 16: 295-8 (13).
______. 1964-7. "Au sujet des objets égyptiens découverts en Ethiopie". *Orientalia,* n. 33: 388-9; n. 34: 220; n. 35: 165, n.36 : 216 (14).
______. 1965-a. "Le Musée des Antiquités à Addis-Abeba". *BSAC,* n. 16: 86-7 (13).
______. 1965-b. *Recherches sur les Monuments Thébains de la XXV^e Dinastie, Dite Ethiopienne.* Cairo, Impr, IFAO (10, 11).
______. 1965-c. "Note sur l'amulette en cornaline: J. E. 2832". *AE,* VI : 86-7 (15).
______. 1970-a. "L'art chrétien d'Ethiopie. Découvertes récentes et points de vue nouveaux". In: DINKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. p. 291-302 (12).
______. 1970-b. "La religion méroitique". In: BRILLANT, M. & AIGRAIN, R, dir. *Histoire des Religions.* Paris, Blond & Guy (11).
______. 1973-a. "Glass from the meroitic necropolis of Sedeinga (Sudanese Nubia)". *JGS,* XV: 52-68 (10).
______. 1973-b. *Lexikon der Ägyptologie.* 1, 2, collection 196-9, Wiesbaden (10).
______. 1974. "Les textes des pyramides. Textes et langages de l'Egypte pharaonique II". *BIFAO,* 64 (2): 37-52 (10).
______. 1975. "Les verreries de la nécropole méroítique de l'ouest de Sedeinga (Nubie soudanaise)". In: MICHALOWSKI, K. dir. *Nubie, Récentes recherches.* Varsóvia, Museu Nacional. pp. 85: 7 (10).
______. 1976-a. "Koushites et méroïtes. L'iconographie des souverains africains du Haut-Nil antique". *L' Image du Noir dans l'Art Occidental.* Paris, The Menil Foundation. t. 1: VERCOUTTER, J., LECLANT, J. & SNOWDEN, F., eds. *Des Pharaons à la Chute de l'Empire Romain.* pp. 89-132 (11).
______. 1976-b. "L' Egypte, terre d'Afrique dans le monde gréco-romain". *L' Image du Noir dans l'Art Occidental.* t. 1, pp. 269-85. (Ver VERCOUTTER, J.) (6, 11).
LECLANT, J. & LEROY, J. 1968. "Nubien". *Propyläen Kunstgeschichte lII, Byzanz und christlischen Osten.* Berlin (12).
LECLANT, J. & MIQUEL, A. 1959. "Reconnaissances dans l'Agamé: Goulo- -Makeda et Sabéa (oct. 1955 et avr. 1956)". *AE,* III: 107-30 (13).
LEE, R. B. 1968. "What hunters do for a living: or how to make out on scarce ressources". In: LEE, R. B. & VORE, I. DE. *Man the Hunter.* Chicago, Aldine Press. pp. 30-48 (26).
______. 1972. "The Kung bushmen of Botswana". In: BICCHIERI, M. G., eds. *Hunters and Gatherers Today.* Holt, Rinehart & Winston (26).
LEFEBVRE, G. 1949. *Romans et Contes Egyptiens de l'Epoque Pharaonique.* Paris (2).
______. 1956. *Essai sur la Médecine Egyptienne de l'Epoque Pharaonique.* Paris (5).
LEGLAY, M. 1966. *Saturne Africain, Histoire.* Bibliothèque de l'Ecole Française d'Archéologie de Rome. Paris, De Boccard (17, 19).
______. 1967. *Saturne Africain, Monuments.* Paris, Arts et Métiers Graphiques. 2 v. (19).
LEPELLEY, C. 1967. "L'agriculture africaine au Bas-Empire". *Ant. Afric.,* n. 1: 135-44 (19).
______. 1968. "Saint Léon le Grand et l'église mauritanienne. Primauté romaine et autonomie africaine au V^e siècle". *Mélanges Sauvagne.* Túnis, pp. 189-204 (19).

LESCHI, L. 1945. "Mission au Fezzan". *Trav. IRS*: 183-6 (20).
LESQUIER, J. 1918. *L'Armée Romaine en Egypte d'Auguste à Dioclétien.* Cairo, Imp. IFAO (7).
LE VAILLANT, F. 1790. *Voyage de Monsieur Le Vaillant dans l'Intérieur de l'Afrique par le Cap de Bonne Espérance, dans les Années 1780, 81, 82, 83, 84 et 85.* New York, Johnson Reprint Corp. 2 v. Trad. ingl. (26).
LEVTZION, N. 1973. *Ancient Ghana and Mali.* London, Methuen (29).
LÉZINE, A. 1959. *Architecture Punique:* Recueil de Documents. Paris, PUF (18).
______. 1960. "Sur la population des villes africaines". *Ant. Afr.,* n. 3: 69-82 (19).
LHOTE, H. 1953. "Le cheval et le chameau dans les peintures et gravures rupestres du Sahara". *BIFAN,* XV (17, 21).
______. 1954. "L'expédition de C. Balbus au Sahara en 19 av. J.-C. d'aprês le texte de Pline". *RA*: 41-83 (20).
______. *1955. Les Touareg du Hoggar.* 2. ed. Paris, Payot (20).
______. *1958. A la Recherche des Fresques du Tassili.* Paris, Arthaud (20).
______. *1959. The Search for the Tassili Frescoes.* Tr. A. H. Broderick. London, Hutchinson (24).
______. 1963. "Chars rupestres au Sahara". *CRAI* : 225-38 (17).
______. 1967. "Problèmes sahariens: l'outre, la marmite, le chameau, le délou, l'agriculture, le nègre, le palmier". *BAM,* VII: 57-89 (17, 20).
______. 1970. "Découverte de chars de guerre en Aïr", *NA* : 83-5 (20).
LICHTENSTEIN, H. 1812. *Travels in Southern Africa in the Years 1803, 1804, 1805 and 1806.* Trad. A. Plumptre (1928-30). Cape Town, Van Riebeeck Society (26).
LIEBLEIN, J. VON. 1886-a. "Der Handel des Landes Pun". *ZÄS,* XXIV: 7-15 (4).
______. 1886-b. *Handel und Schiffahrt auf dem Roten Meere in alten Zeiten.* Cristiania Dybwad (4).
LINARES DE SAPIR, O. 1971. "Shell middens of Lower Casamance and problems of Diola protohistory". *WAJA,* n. 1: 23-54 (24, 29).
LITTMANN, E. 1910-5. *Publications of the Princeton Expedition to Abyssinia.* Leyde, Brill. 4 v. (15).
______. *1950. Ethiopische Inschriften,* Miscellanea Academica Berlinensia. Berlin Akademie-Verlag (11).
______. 1954. "On the old Ethiopian inscription from the Berenice road". *JRAS :* 120-1 (15).
LITTMANN, E., KRENCKER, D. & LUPKE, T. VON. 1913. *Vorbericht der Deutschen Aksum Expedition.* Berlin. 5 v. (13, 15, 16).
LONGPÉRIER, A. DE. 1868. Artigo na: *Revue Numismatique.* Paris, 1. 28 (16).
LONIS, R. 1974. "Apropos de l'expédition des Nasamons à travers le Sahara". *AFLSD,* n. 4: 165-79 (20).
LOUNDINE, A. G. 1972. "Sur les rapports entre l'Ethiopie et le Himyar du VI[e] siècle". In: ATTI IV CONGR. INTERN. STUD. ET. (15).
LOUNDINE, A. G. & RYCKMANS, G. 1964. "Nouvelles données sur la chronologie des rofs de Saba et du Du-Raydan". *Le Muséon,* LXXVII: 3-4 (15).
LUCAS, A. 1962. *Ancient Egyptian Building Materials and Industries.* 4. ed. Londres, E. Arnold (3).
LUCIANO. 1913-67. *Works.* Trad. A. Harman, K. Kilburn e D. MacLeod. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press, 8 v. (1).
MACADAM, M. F. L. 1949. *The Temples of Kawa.* London, Oxford Univ. Press. v. I: *The lnscriptions.* In fólio, XVI + 143 p. e 1 vof. de pr. Xa - VIIIb (9, 10, 11).
______. 1950. "Four Meroitic inscriptions". *JEA,* n. 36: 43-7 (11).
______. *1955. The Temples of Kawa.* London, Oxford Univ. Press. v. 11: *History and Archaeology of the Sites.* Griffith Institute, Ashmolean Museum, fig., mapas, pranchas (11).
______. 1966. "Queen Nawidemak". *Allen Memorial Art Museum Bulletin,* XXIII: 46-7 (10, 11).
MCCRINDLE, J. W., ed. 1879. *The Commerce and Navigation of the Erythraean Sea.* Calcutta (22).
MacIVER, D. R. 1906-a. "The Rhodesian ruins, their probable origins and significance". *GJ,* 4: 325-47 (27).
______. 1906-b. *Mediaeval Rhodesia.* London, Frank Cass (27).

MacIVER, D. R. & WOLLEY, C. L., 1911. *Buhen.* Philadelphia, Univ. Museum. 2 v. (9).
McMASTER, D. N. 1966. "The ocean-going dhow trade to East Africa", *EAGR,* n. 4: 13-24 (22).
MAGGS, T. M.O'C. 1971. "Some observations on the size of human groups during the Late Stone Age". *SAJS,* n. 2: 49-53 (26).
______. 1973. "The NC_3 Iron Age tradition". *SAJS,* LXIX: 326 (27).
MAHJOUBI, A [s.d]. *Les Cités Romaines de la Tunisie.* Tunis, STD (19).
______. 1966. "Nouveau témoignage épigraphique sur la communauté chrétienne de Kairouan au XI= siècle". *Africa,* I : 85-104 (19).
MAHJOUBI, A, ENNABLI, A & SALOMONSON, J. W. 1970. *La Nécropole de Raqqada.* Tunis (19).
MAHY, F. DE. 1891. *Autour de l'Île Bourbon et de Madagascar.* Paris. 290 p. (28).
MAIER, J. L. 1973. *L'Episcopat de l'Afrique Romaine, Vandale et Byzantine.* Rome, Institute Suisse de Rome (19).
MAINGARD, L. F. 1931. "The lost tribes of the Cape". *SAJS,* n. 28 : 487-504 (26).
MAÏTRE, J. P. 1966. "Etat des recherches sur le Néolithique de l'Ahaggar". *Trav. IRS*: 95-104 (24).
______. 1971. *Contribution à la Préhistoire de l'Ahaggar.* Paris, AMG (17).
______. 1976. "Contribution à la préhistoire récente de l'Ahaggar dans son contexte saharien". *BIFAN,* n. 38: 759-83 (20).
MALALA, J. 1831. *Ioannis Malalae Chronographia. Ex Recensione Ludovici Dindorfii.* Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae. Ioanes Malala. Bonn, Weber.
MALHOMME, J. 1953. "Les représentations anthropomorphes du Grand Atlas". *Libyca* I: 373-85 (17).
MALLON, A. 1926. *Grammaire Copte.* 3. ed. Beyrouth, Impr. Catholique (1).
MALZAC, R. P. 1912. *Histoire du Royaume Hova depuis ses Origines Jusqu'à sa Fin.* (2. ed., 1930). Tananarive, Impr. Catholique (28).
MÂNETON. 1940. *Aegyptiaca...* Trad. W. G. Waddell. London, Heinemann.
MARCILLET-JAUBERT, J. 1968. *Les Inscriptions d'Altava.* Aix-en-Provence, Gap, Ophrys (19).
MARET, P. DE. 1972. *Etude d'une Collection de Céramiques Protohistoriques du Bas-Zofre.* Mém. licence. Bruxelas, Univ. Livr. de Bruxelas (25).
______. 1975. "A carbon-14 date from Zaïre". *Antiquity,* XLIX, n. 2: 133-7 (25).
MARKS, S. 1972. "Khoisan resistance to the Dutch in the seventeenth and eighteenth centuries". *JAH,* XIII, n. 1: 55-80 (26).
MARLIAC, A. 1973. *Etat des Connaissances sur le Paléolithique et le Néolithique du Cameroun.* Iaundê, ORSTOM. 34 p. ronéo (21).
MARTENS, M. 1972. "Observations sur la composition du visage dans les peintures de Faras (VIII[e]-IX[e] siècle)". *CAMAP,* VI : 207-50 (12).
______. 1973. "Observations sur la composition du visage dans les peintures de Faras (IX[e]XII[e] siècle)", *CAMAP,* VII (12).
MASON, R. J. 1973. "First Early Iron Age Settlement in South Africa: Broederstroom 24/73, Brits District, Transvaal". *SAJS,* LXIX: 324-5 (26, 27).
______. 1974. "Background to the Transvaal Iron Age discoveries at Olifantspoort and Broederstroom". *JSAIMM,* LXXXIV, n. 6: 211-6 (21, 27).
MASPERO, G. 1904. *Histoire Ancienne des Peuples de l'Orient Classique.* 5. ed. Paris (11).
MASPERO, J. 1912. *L'Organisation Militaire de l'Egypte Byzantine.* Paris, Champion (7).
______. *1923. Histoire des Patriarches d'Alexandrie depuis la Mort de l'Empereur Anastase jusqu'à la Réconciliation des Eglises Jacobites; 516-616.* Paris, Institut d'Ethnologie (1).
MATHEW, G. 1963. "The East African Coast until the coming of the Portuguese". In: OLIVER, R. & MATHEW, G., eds. *History of East Africa.* Oxford, Clarendon Press. v. I (22).
______. 1975. "The dating and significance of the Periplus of the Erythraean Sea". In: ROTBERG, R. & CHITTICK, N., eds. *East Africa and the Orient.* New York, Africana Publishing Co. (22).
MAUNY, R. 1940. *Leptis Magna, Capitale Portuaire de la Tripolitaine.* Africa Italiana. Rome (20).
______. 1945. "Notes sur le Périple d'Hannon". In: ACTES I[re] CONF. INTERN. AFR. OUEST. v. II, pp. 503-8 (20).

MAUNY, R. 1947. "L'Ouest africain chèz Ptolémée". In: ACTES II[e] CONF. INTERN. AFR. OUEST. 241-93 (20).
______. 1950. "Villages néolithiques de la falaise (dhar), Tichitt-Oualata". *NA,* n. 50: 35-43 (24).
______. 1951. "Un âge de cuivre au Sahara occidental". *BIFAN,* XIII: 165-80 (24).
______. 1952. "Essai sur l'histoire des métaux en Afrique occidentale". *BIFAN,* XIV: 545-95 (21).
______. 1954. "Gravures, peintures et inscriptions de l'Ouest africain". *IFAN,* XI (20).
______. 1956-a. "Monnaies antiques trouvées en Afrique au sud du Limes romain". *Libyca* B: 249-61 (20).
______. 1956-b. "Préhistoire et géologie: la grande faune éthiopienne du Nord-Ouest africain du Paléolithique à nos jours". *BIFAN,* A: 246-79 (20).
______. *1960. Les Navigations Médiévales sur les Côtes Sahariennes Antérieures à la Découverte Portugaise.* Lisboa (21).
______. 1961. "Tableau géographique de l'Ouest africain au Moyen Age d'aprês les sources écrites, la tradition orale et l'archéologie". *Mém. IFAN,* n. 61 (20, 29).
______. 1968. "Le périple de la mer Erythrée et le problème du commerce romain en Afrique au sud du Limes". *JSA,* 38, n. 1: 19-34 (28).
______. *1970. Les Siècles Obscurs de l'Afrique Noire.* Paris, Fayard. pp. 39-137 (20).
MAURIN, L. 1968. "Thuburbo Majus et la paix vandale". *Mélanges Ch. Saumagne.* Túnis. pp. 225-54 (19).
MEDIC, M. 1965. "Vadi es Sebua". *ZZSK,* XVI: 41-50 (12).
MEILLASSOUX, C. 1960. "Essai d'interprétation du phénomêne économique dans les sociétés traditionnelles d'auto-subsistance". *CEA,* n. 4: 38-67 (21).
MEKOURIA, T. T. 1966. *Yeityopia Tarik Axum Zagoué.* D. Eth. v. 11: *Brehanena Selam, Matemiya Bete.* pp. 203-17 (16).
______. 1966. *Yeityopia Tarik Nubia (Napata-Méroé).* pp. 2-7 (16).
______. 1967. L' *Eglise d' Ethiopie.* Paris, Promotion et Edition (16).
MELLIS, J. V. 1938. *Nord et Nord-Ouest de Madagascar.* "Volamena et Volafotsy", Suivi d'un Vocabulaire du Nord-Ouest Expliqué, Commenté et Comparé au Merina. Tananarive, Impr. Moderne de l'Emyrne (28).
MELTZER, O. & KAHRSTEDT, U. 1879-913. *Geschichte der Karthager.* Berlin. v. I-III (18).
MESGNIL, F. DU. [s.d.] *Madagascar, Homère et la Tribu Mycénienne.* Saint-Denis, Réunion, Dubourg (28).
MEYER, E. 1913-31. *Geschichte des Altertums.* Berlin, 5. v. (11).
MEYEROWITZ, E. L. R. 1960. *The Divine Kingship in Ghana and Ancient Egypt.* London (4).
MICHALOWSKI, K. 1962. *Faras, Fouilles Polonaises;* 1961. Varsóvia, Polish Academy of Science (12).
______. 1964. "Die wichtigsten Entwicklungsetappen der Wandmalerei in Faras". In: -. *Christentum am Nil.* Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. 79-94 (12).
______. 1965-a. "La Nubie chrétienne". *Africana Bulletin,* n. 3: 9-25 (12).
______. 1965-b. "Polish excavations at Faras, fourth season, 1963-64". *Kush,* XIII: 177-89 (12).
______. 1966-a. "Polish excavations at Old Dongofa: First season (nov.-dec. *1964)". Kush,* XIV: 289-99 (12).
______. 1966-b. *Faras. Centre Artistique de la Nubie Chrétienne.* Leyde (12).
______. 1967-a. "Pro-Prezhnemu-li ostayetya zagadkoy gruppa X?". *Vestnik drevney Istory;* n. 2: 104-211 (12).
______. 1967-b. *Faras. Die Kathedrale aus dem Wüstensand.* Zurich-Cologne, Benziger (12).
______. *1969. The Art of Ancient Egypt,* Trad. e adapt. N. Gutermann. London, Thames & Hudson (12).
______. 1970. "Open problems of Nubian art and culture in the light of the discoveries at Faras". In: DINCKLER, E., ed. Recklingausen (12).
______. *1974. Faras. Wall Painting in the Collection of the National Museum in Warsaw.* Varsóvia (12).
______, dir. 1975. "Nubia, récentes recherches". In: ACTES COLL. NUBIOL. INTERN. (10, 12).

MIGNE, J. P. 1884. *Patrologia Graeca, t. XXV: Athanasius, Apologia ad Constantinum Imperatorem.* Paris, p. 635 (15).
MILLER, J. r. 1969. *The Spice Trade of the Roman Empire.* Oxford, Clarendon Press (22).
MILLER, S. F. 1969. "Contacts between the Later Stone Age and the Early Iron Age in Southern Central Africa". *Azania,* n. 4: 81-90 (25, 27).
______. 1971. "The age of Nachikufan industry in Zambia". *SAAB,* n. 26: 143-6 (25).
MILLS, E. A. C. & FILMER, N. T. 1972. "Chondwe Iron Age site, Ndola, Zambia". *Azania,* VII: 129-47 (27).
MILNE, J. G. 1924. *A History of Egypte under Roman Rule.* 3. ed. rev. London, Methuen. 332 p. (7).
MOBERG, A. 1924. *The Book of Himyarites.* Fragments of a Hitherto Unknown Syriac Work on the Himyarite Martyrs. Lund, Gleerup (15).
MÖLLER, G. 1924. "Die Ägypten und ihre libyschen Nachbaren". *ZDMG,* 78: 38 (17).
MOMMSEN, T. 1908. *Eusebius: Historia ecclesiastica.* t. II, 2: *Rufinus Turanius.* Leipzig, Tübner. pp. 972-3 (15).
MONNERET DE VILLARD, U. 1935-57. *La Nubia Médiévale.* Cairo. v. 1-4 (12).
______. 1938. "Storia della Nubia christiana". *OCA,* n. 118 (12).
______. 1941. *La Nubia Romana.* Roma, Istituto per l'Oriente (11).
MONOD, T. 1948. *Mission au Fezzan.* v. II: *Reconnaissance au Dohone (20).*
______. 1967. "Notes sur le hamachement chamelier". *BIFAN (20).*
______. 1974. "Le mythe de l'émeraude des Garamantes". *AA,* VIII: 51-66 (20).
MONTAGU, M. F. A. 1960. *An Introduction to Physical Anthropology.* 3. ed. Springfield, Illinois, C. G. Thomas (1).
MONTET, P. 1946. *La Vie Quotidienne en Egypte au Temps de Ramsès.* Paris (2, 3).
______. 1970. *L' Egypte Eternelle.* L'aventure des civilisations. Paris (3, 4).
MONTEVECCHI, O. 1973. *La Papirologia.* Turin, Società Editrice Internazionale (7).
MOORSEL, P. VAN. 1966. "Une téophanie nubienne". *RAC,* XLII, 1-4: 297-316 (12).
______. 1967. "Abdallah Nirqui". *Spiegel Historiaeli,* II: 388-92 (12).
______. 1970. "Die Wandmalereien des Zentralen Kirche von Abdallah Nirqui". In: DINKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Reeklinghausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 103-11 (12).
______. 1972. "Gli scavi olandesi in Nubia". In: ACTAS VIII CONGR. INTER. ARQUEO. CHRIST. pp. 349-95 (12).
MOORSEL, P. VAN, JACQUET, J. & SCHNEIDER, H. 1975. *The Central Church of Abdallah Nirqui.* Leiden, Brill (12).
MORDINI, A. 1960. "Gli aurei Kushana del convento di Dabra-Dammo". In: ATTI. CONV. INTER. STUD. ET. p. 253 (15).
MOREL, J. P. 1962-5. "Céramique d'Hippone". *BAA,* n. 1 (19).
______. 1968. "Céramique à vernis noir du Maroc". *AA,* n. 2 (19).
MORET, A. 1926. *Le Nil et la Civilisation Egyptienne.* v. VII: *Evolution de l'Humanité.* Paris (2).
MORI, F. 1964. "Some aspeets of the rock art of the Acacus (Fezzan, Sahara) and dating regarding it". In: PERICOT-GARCIA, L. & RIPOLL-PARELLO, E., eds. *Prehistoric Art of the Western Mediterranean and the Sahara.* New York. pp. 247-59 (17).
______. *1965. Tadrart Acacus:* Arte Rupestre e Culture del Sahara Prehistorico. Turin, Einaudi. 260 p. (24).
______. *1972. Rock Art of the Tadrart Acacus.* Graz (21).
MORRISSON, C. 1970. *Catalogue des Monnaies Byzantines de la Bibliothêque Nationale.* Paris (19).
MORTELMANS, G. 1957. "La préhistoire du Congo belge". *RUB,* n. 2-3 (25).
______. 1962. "Archéologie des grottes Dimba et Ngoro (région de Thysville, Bas-Congo)". In: ACTES IV[e] CONGR. PPEQ. pp. 407-25 (25).
MOSCATI, S. 1968. *L'Epopée des Phéniciens.* Paris, Fayard (18).
MÜLLER, W. M. 1910. *Egyptological Researches.* v. II: *Results of a Journey in 1906.* Washington, Carnegie Institution (17).

MUNIER, H. 1943. *Recueil des listes Episcopales de l'Eglise Copte.* Cairo. La Soc. de Archaéologie Copte. X + 92 p. (12).
MUNSON, P. J. 1967. "A survey of the Neolithic villages of Dhar Tichitt (Mauretania) and some comments on the grain impressions found on the Tichitt pottery". In: ACTES VI[e] CONGR. PPEQ (24).
______. 1968. "Recent archaeological research in the Dhar Tichitt region of South Central Mauretania". *WAAN,* n. 10: 6-13 (24).
______. 1969. "Engravings of ox-drawn chariots". *NA,* n. 122: 62-3 (21).
______. 1970. "Corrections and additional comments concerning the Tichitt tradition". *WAAN,* n. 12: 47-8 (24).
______. "Archaeological data on the origin of cultivation in the South-Western Sahara and its implications for West Africa". *BWS,* n. 56 (24).
MURDOCK, G. P. 1959. *Africa: Its Peoples and Their Culture History.* New York (21, 23).
NAVILLE, E. 1907-13. *The XI[th] Dynasty Temple at Deir-el-Bahari.* London, The Office of the Egypt Exploration Fund. 3 v. (2).
NENQUIN, J. 1959. "Dimple-based pots from Kasai, Belgian Congo". *Man,* n. 59, 242: 153-5 (25).
______. 1961. "Protohistorishe Metaaltechnick in Katanga". *Africa-Tervuren,* VII, 4: 97-101 (25).
______. 1963. "Excavations at Sanga, 1957. The protohistoric necropolis". *AMRAC,* n. 45 (25, 29).
NIBBI, A. 1975. *The Sea Peoples and Egypt.* Park Ridge. New Jersey, Noyes Press. XIV + 161 p. (2).
NICOLAUS, R. A. 1968. *Melanins.* Paris, Hermann (1).
NOSHY, L 1937. *The Arts in Ptolemaic Egypt:* A Study of Greek and Egyptian Influences in Ptolemaic Architecture and Sculpture. London, Oxford Univ. Press (6).
NOTEN, F. VAN. 1968. "The Uelian. A culture with a Neolithic aspect. Uele Basin (N. E. Congo Republic)". *AMRAC,* n. 64.
______. 1972-a. "Les tombes du roi Cyitrima Rujugira et de la reine-mêre Nyirayuhi Kanjogera". *AMRAC,* n. 77 (25).
______. 1972-b. "La plus ancienne sculpture sur bois de l'Afrique centrale". *Africa-Tervuren,* XVIII, n. 3-4: 133-5 (25).
NOTEN, F. VAN & HET, E. 1974. "Ijzersmelten bij de Madi". *Africa-Tervuren,* XX, n. 3-4: 57-66 (25).
NOTEN, F. VAN & HIERNAUX, J. 1967. "The Late Stone Age industry of Mukinanira, Rwanda". *SAAB,* n. 22, IV: 151-4 (25).
NUNOO, R. 1969. "Buroburo factory excavations". In: ACTES 1[er] COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR. pp. 321-33 (29).
OBENGA, T. 1973. *L'Afrique dans l'Antiquité.* Paris, Présence Africaine (4, 21).
ODNER, K. 1971-a. "Usangi hospital and other archaeological sites in the North Parc Mountains, North-Eastern Tanzania". *Azania,* VI: 89-130 (22).
______. 1971-b. "A preliminary report of an archaeological survey on the slopes of Kilimanjaro". *Azania,* VI: 131-50 (22).
OGOT, B. A. & KIERAN, J. A. 1974. *Zamani:* A Survey of the East African History. (1. ed., 1968). Nairobi-Londres. East African Publ. House/ /Longmans (23).
OLDEROGGE, D. A. 1972. "L'Arménie et l'Ethiopie au IV[e] siècle (à propos des sources de l'alphabet arménien)". In: IV CONGR. INTERN. STUD. ET. pp. 195-203 (15).
OLIVER, R. 1963. "Discernible developments in the interior C. 1500-1840".
OLIVER, R. & MATHEW, G., eds. *The Oxford History of East Africa.* London, v. I, pp. 169-211 (28).
______. 1966. "The problem of the Bantu expansion". *JAH,* VI, n. 3 : 361-76 (21, 22, 23, 25).
OLIVER, R. & FAGAN, B. M. 1975. *Africa in the Iron Age* C. *500 B.C. to A.D. 1400.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (29).
OLIVER, R. A. & MATHEW, G., eds. 1963. *Oxford History of East Africa.*
London, Oxford Univ. Press (4).
ORTEIL F. 1952. "The economic unification of the Mediterranean region: industry, trade and commerce". In: COOK, S. A. et al., eds. *The Cambridge Ancient History.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (22).

ORTEIL F. 1956. "The economic life of the Empire".In: COOK, S. A. et. al., eds. *The Cambridge Ancient History.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (22).
OTTO, E. 1969. "Das Goldene Zeitalter in einem Ägyptischen Text". *Religions en Egypte Héllénistique et Romaine.* Colloque de Strasbourg, 16-18 mai. 1967, Paris: 93-108 (3).
PACE, CAPUTO & SERGI. 1951. *Scavi Sahariani, Monumenti Antichi.* Roma, Acad. dei Lincei (20).
PAINTER, C. 1966. "The Guang and West African historical reconstruction". *GNQ,* n. 9: 58-66 (21).
PALMER, J. A. B. 1947. "Periplus Maris Erythraei; the Indian evidence as to its date". *CQ,* XLI: 136-41 (22).
PANKHURST, R. K. P. 1961. *An Introduction to the Economic History of Ethiopia from Early Times to 1800.* London, Lalibela House (22).
PAPYRUS EBERS. *The Greatest Egyptian Medical Document.* Trad. B. Ebbell. 1937, Copenhagen, Levin & Munksgaard.
PAPYRUS RHIND. *The Rhind Mathematical Papyrus.* British Museum 10057 and 10053. Oberlin, O. Mathematical Association of America (5).
PARIBENI, E. 1959. *Catalogo delle Sculture de Cirene:* Statue e Rilievi di Carattere Religioso. Roma, Monografie die Archeologia Libica nº 5 (6).
PARIBENI, R. 1908. "Richerche nel Luogo dell'Antica Adulis". *Ant. Pub. per Curia Ac. Naz. Lincei,* n. 18: 438-572 (13, 15).
PARKINTON, J. E. 1972. "Seasonal mobility in the Later Stone Age". *AS,* 31: 223-43 (26).
PARKINTON, J. E. & POGGENPOEL, C. 1971. "Excavations at De Hangen 1968". *SAAB,* n. 26: 3-36 (26).
PATERSON, W. 1789. *A Narrative of Four Journeys into the Country of the Hottentots and Caffraria in the Years* 1777, 1778 *and 1779.* London (26).
PEDRALS, D. P. DE. 1950. *Archéologie de l'Afrique Noire.* Paris, Payot (1).
PERRET, R. 1936. "Recherches archéologiques et ethnographiques au Tassili des Ajjers". *JSA,* n. 6: 50-1 (17).
PERROT, J. et al. 1972. "Une statue de Darius découverte à Suse". *JA* : 235-66 (10).
PERROY, L. 1969. *Gabon, Cultures et Techniques.* Libreville, ORSTOM, Musée des Arts et Traditions, 275/195. 83 p. (21).
PESCE, G. 1961. *Sardegna Punica.* Cagliari (18).
PETRIE, W. M. F. 1901. *Diospolis Parva:* The Cemeteries of Abadiyeh and Hu; 1898-9. London-Boston, Mass., Egypt Exploration Fund (9).
______. 1939. *The Making of Egypt,* London, Sheldon Press (1).
PETTIGREW, T. J. 1834. *A History of Egyptian Mummies, and an Account of the Worship and Embalming of Sacred Animals by the Egyptians.* London, Longman (1).
PFLAUM, H. G. 1957. "A propos de la date de la création de la province de Numidie". *Libyca*: 61-75 (19).
PHILLIPSON, D. W. 1968-a. "The Early Iron Age in Zambia. Regional variants and some tentative conclusions". *JAH,* IX, n. 2: 191-211 (21, 25, 26, 27).
______. 1968-b. "The Early Iron Age Site at Kapwirimbwe, Lusaka". *Azania,* III: 87-105 (27).
______. 1968-c. "Cewa, Leya and Lala iron-smelting furnaces". *SAAB,* XXIII: 102-13 (27).
______. 1969. "Early Iron-using peoples of Southern Africa". In: THOMPSON, L. *African Societies in Southern Africa.* London, Heinemann. pp. 24-49 (27).
______. 1970-a. "Excavations at Twickenham Road, Lusaka". *Azania,* V: 77- 118 (27).
______. 1970-b. "Notes on the later prehistoric radiocarbon chronology of Eastern and Southern Africa". *JAR,* XI: 1-15 (27).
______. 1971. "An Early Iron Age site on the Lubusi river, Kaoma district, Zambia". *ZMJ,* II: 51-7 (27).
______. 1972-a. *Prehistoric Rock Paintings and Rock Engravings of Zambia.* Livingstone, Zâmbia, Exhibition Catalogue of Livingstone Museum (29).
______. 1972-b. "Early Iron Age sites on the Zambian copperbelt". *Azania,* VII: 93-128 (27).
______. 1973. "The prehistoric succession in Eastern Zambia: a preliminary report". *Azania,* VIII: 3-24 (27).

PHILLIPSON, D. W. 1974. "Iron Age history and archaeology in Zambia". *JAR,* XV: 1-25 (23, 27).
______. 1975. "The chronology of the Iron Age in Bantu Africa". *JAR,* XVI: 321-42 (23, 27).
______. *1977. The Later Prehistory of Eastern and Southern Africa.* London, Heinemann (27).
PHILLIPSON, D. W. & FAGAN, B. M. 1969. "The date of the Ingombe Ilede burials". *JAR,* X: 199-204 (27).
PIGACHE, J. P. 1970. "Le problème anthropobiofogique à Madagascar". *Taloha,* Tananarive, n. 3: 175-7 (28).
PIGULEVSKAYA, N. V. 1951. *Vizantiya na putyah* v *Indiyu.* Leningrad, Izdatelstvo Akademiya, Nauk (15).
______. *1969. Byzanz auf den Wegen nach Indien.* Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, Berliner Byzantinische Arbeiten, Bd. 36. Berlin (D.D.R.), Akademie Verlag (16).
PIRENNE, J. 1955. *La Grèce et Saba:* Une Nouvelle Base pour la Chronologie Sud-Arabe. Paris, Imprimerie Nationale (13).
______. 1956. *Paléographie des Inscriptions Sud-Arabes.* Bruxelas, Paleis der Academiën. v. I (13).
______. 1961. "Un problème clef pour la chronologie de l'Orient: la date du 'Périple de la mer Erythrée'". *JA,* n. 249: 441-59 (13).
______. 1961-3. *Histoire de la Civilisation de l'Egypte Ancienne.* Paris-Neuchâtel. 3 v. (2, 5).
______. 1965. "Arte Sabeo d'Ethiopia". *Encyclopedia dell' Arte Antica.* Roma. v. VI (13).
______. 1967. "Haoulti et ses monuments. Nouvelle interprétation". *AE,* n. 7: 125-33 (13).
______. 1969. "Notes d'archéologie sud-arabe, VI". *Syria,* n. 46: 308-13 (13).
______. 1970-a. "Haoulti, Gobochela (Mélazo) et le site antique". *AE,* n. 8: 117-27 (13).
______. 1970-b. "Le développement de la navigation Egypte-Inde dans l'Antiquité, sociétés et compagnies de commerce en Orient et dans l'océan Indien". In: ACTES 8" COLL. INTERN. HIST. MARIT. pp. 101-19 (22).
PLÍNIO. 1938-62. *Natural History,* Trad. H. Rackham et al. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. 11 v. (11, 13, 15, 17, 22).
PLUMLEY, J. M. 1970. "Some examples of Christian Nubian art from the excavations at Qasr Ibrim", In: DINCKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 129-40 (12).
______. 1971. "Pre-Christian Nubian (23 BC - 535 AD) evidence from Qasr Ibrim". *Et. Trav.,* n. 5: 7-24 (10, 12).
PLUMLEY, J. M. & ADAMS, W. A. 1974. "Qasr Ibrim, 1972". *JEA,* n. 60 (12).
POINSOT, L. & LANTIER, R. 1923. "Un sanctuaire de Tamit à Carthage". *RHR,* LXXXVII (18).
POINSSOT, C. 1962. "Immunitas Perticae Carthaginiensium". *CRAI*: 55-76 (19).
POIRIER, C. 1954. "Terre d'Islam en mer malgache". *BAM*: 71-115. n. especial de cinqüentenário (28).
______. 1965. "Données écologiques et démographiques de la mise en place des protomalgaches". *Taloha,* Tananarive: 61-2 (28).
POMMERET, Y. 1965. *Civilisations Préhistoriques au Gabon.* Vallée du Moyen-Ogooné. Libreville, Centre Culturel Français Saint-Exupéry. 2 v. v. II: *Notes Préliminaires à Propos du Gisement Lupembien et Néolithique de Ndjolé* (25).
PONS, A. & QUÉZEL, P. 1957. "Première étude palynologique de quelques paléosols sahariens". *Trav. IRS,* n. 16, 2: 27-35 (17, 24).
PORTER, B. & MOSS, R. 1951. *Topographical Bibliography of Ancient Egyptian Hieroglyphic Texts, RelieFs and Paintings.* OxFord, Clarendon Press. v. VII, pp. 264 et seq. (11).
PORTERES, R. 1950. "Vieilles agricultures de l'Afrique intertropicale: centre d'origine et de diversification variétale primaire et berceaux d'agriculture antérieure au XVI[e] siècle". *AT,* n. 5, 9-10: 489-507 (24).
______. 1951-a. "Géographie alimentaire, berceaux agricoles et migrations des plantes cultivées, en Afrique intertropicale". C-RSB, n. 239: 16-21 (24).
______. 1951-b. "Une céréale rnineure cultivée dans l'Ouest africain (Brachiarta deflexa C. E. Hubbard *var* sativa nov. var.)". *AT,* n. 6, 1-2: 38-42 (24).

PORTERES, R. 1962. “Berceaux agricoles primaires sur le continent africain”. *JAH,* n. 3, 2: 195-210 (24).
POSENER, G. 1936. “La première domination perse en Egypte. Recueil d’inscriptions hiéroglyphiques”. *BIFAO,* XI, 241 p. (2).
______. 1956. *Littérature et Politique dans* l’ *Egypte de la XII*[e] *Dynastie.* Paris, H. Champion. XI + 172 p. (2, 5).
______. 1958. “Pour une localisation du pays Koush au Moyen Empire”. *Kush,* n. 6: 39-65 (4, 9).
______. 1960. “De la divinité de Pharaon”. *CSA,* XV (2, 3).
POSENER, G., SAUNERON, S. & YOYOTTE, J. 1959. *Dictionnaire de la Civilisation Egyptienne.* Paris (2, 3, 4).
POSNANSKY, M. 1966-a. “The origin of agriculture and iron-working in Southern Africa”. In: -, ed. *Prelude to East African History.* London, Oxford Univ. Press. pp. 82-94 (22).
______. 1966-b. “Kingship, archaeology and historical myth”. *UJ,* n. 30: 1-12 (29).
______. 1967. “The Iron Age in East Africa”. In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. D., eds. *Background to Evolution in Africa.* pp. 629-49 (25).
______. 1968. “Bantu genesis: archaeological reflexions”. *JAH,* IX, 1: 1-11 (23, 25).
______. 1969. “Yams and the origins of West African agriculture”. *Odu,* n. 1: 101-7 (21).
______. 1969-70. “Discovering Ghana’s past”. *Annual Museum Lectures*: 20 (29).
______. 1971. “Ghana and the origins of West African trade”. *AQ,* XI: 110-25 (24, 29).
______. 1972-a. “Archaeology, ritual and religion”. In: RANGER, T. O. & KIMAMBO, I. *The Historical Study of African Religion.* London, Heinemann. pp. 29-44 (29).
______. 1972-b. “Terminology in the Early Iron Age of East African with particular reference to the dimple-based wares of Lolui Island, Uganda”. In: ACTES VI[e] CONGR. PPEQ. pp. 577-9 (21).
______. 1973-a. “Aspects of Early West African trade”. *WA,* n. 5: 149-62 (21).
______. 1973-b. “Review of T. Shaw ‘Igbo Ukwu’”. *Archaeology,* n. 25, 4: 309-11 (29).
PRÉAUX, C. 1939. *L’Economie Royale des Lagides.* Bruxelles, Fondation. Egyptologique Reine Elisabeth. 646 p. (6).
______. 1943. “Les Egyptiens dans la civilisation hellénistique d’Egypte”. *Chronique d’Egypte,* XVIII: 148-60 (6).
______. 1950. “La singuIarité de l’Egypte dans le monde gréco-romain”. *Chronique d’Egypte,* XXV: 110-23 (6).
______. 1952. “Sur la communication de l’Ethiopie avec l’Egypte hellénistique”. *Chronique d’Egypte,* XXVII: 257-81 (6).
______. 1954. “Sur les origines des monopoles lagides”. *Chronique d’Egypte,* XXIX: 312-27 (6).
______. 1957. “Les Grecs à la découverte de l’Afrique par l’Egypte”. *Chronique d’Egypte,* XXXII: 284-312 (4, 6).
PRIAULX, B. 1863. “On the Indian embassies to Rome, from the reign of Claudius to the death of Justinian”. *JRA,* XX: 277-8 (15).
PRIESE, K. H. 1968. “Nichtägyptische Namen und Wörter in den Ägyptischen Inschriften der Könige von Kush”. *MIOD,*. n. 14: 165-91 (10).
______. 1970. Artigo in *ZAS,* n. 98, 1: 16-32 (10).
PRITCHARD, J. B., ed. 1969. *The Ancient Near East:* Supplementary Texts and Pictures Relating to the Old Testament. Princeton, Princeton Univ. Press. 274 p. (5).
PROCÓPIO. 1876. “De bello persico”. In: DESTUNIO, SPIRIDON & GAVRIIL. *Istoriya voyn rimlan Spersami.* Kniga I. S. Peterburgskago, Akad. Nauk. pp. 274-7 (15).
______. 1953, 1961. *History of the Wars, Secret History.* Trad. B. H. Dewing et al. (1914-40). Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. 7 v. (22).
PTOLEMEU, CLÁUDIO. 1901. *Geographia.* Paris, Firmin-Didot, ed. C. Miller. IV, 6, 5, 6. pp. 743-5 (17).
______. ed. 1932. *The Geography.* Trad. E. L. Stevenson. New York (13, 15,22).
PULLAN, R. A. 1965. “The recent geomorphofogical evolution of the south central part of the Chad basin”. *JASA,* n. 9, 2 (24).

QUÉZEL, P. & MARTINEZ, C. 1958. "Le dernier interpluvial au Sahara central". *Libyca,* n. 6-7 : 224 (1).
QUIRING, H. 1946. *Geschichte des Goldes. Die Goldenen Zeitalter in ihren kulturellen und wirtschaitlichen Bedeutung.* Stuttgart (11).
RACHET, M. 1970. *Rome et les Berbères:* Un Problème Militaire d'Auguste à Dioclétien. Bruxelles, Latomus, Revue d'Etudes Latines (19).
RAKOTO-RATSIMAMANGA, A. 1940. "Tache pigmentaire et origine des malgaches". *R. Anth.*: 6-130 (28).
RAMILISONINA. 1951-2. *Histoire du Zafimamy* (Ny loharon'ny Andriamamilaza). Tananarive, Impr. Volamahitsy (28).
RANKE, H. 1933. *Medicine and Surgery in Ancient Egypt.* History of Science. Philadelphia, Univ. of Pennsylvania (bicentennial conference) (5).
RAHTZ, P. A. & FLIGHT, C. 1974. "A quern factory near Kintampo, Ghana". *WAJA,* n. 4: 131 (29).
RAUNING, W. 1964. *Die kulturellen Verhältnisse Nord und Ost Afrika im ersten nach christlichem Jahrhundert entworfen an Hand des Periplus des Erythraischen Meeres.* Viena (22).
______. 1965. "Die Bedeutung des PeripIus des Erythraischen Meeres für Afrika". *MAGW,* XCV: 55-60 (22).
RAWLINSON, H. G. 1926. *Intercourse between India and the Western World from the Earliest Times to the Fall of Rome.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (22).
REBUFFAT, R. 1969-70. "Zella et les routes d'Egypte". *Libya Antiqua,* VI-VII: 181-7 (20).
______. 1970. "Route d'Egypte et de la Libye intérieure". *SM,* n. 3: 1-20 (17, 20).
______. 1972. "Nouvelles recherches dans le Sud de la Tripolitaine". *CRAI*: 319-39 (20).
______. 1974. "Vestiges antiques sur la côte occidentale de l' Afrique au Sud de Rabat". *AA,* VIII: 25-49 (20).
1975. "Trofs nouvelles campagnes dans le sud de la Tripolitaine". *CRAI*: 495-505 (20).
1977. "Bu Ngem". *LAPPMO,* cah. n. 20 (20).
REDFORD, D. W. 1967. "History and chronofogy of the eighteenth dynasty of Egypt". *NAS (2).*
REICHOLD, W. 1978. "Les Noirs dans le livre du prophête Isaïe", *Afrique Noire et Monde Méditerranéen dans l'Antiquité.* Colloque de Dakar, 19-24 jan. 1976.
Dakar-Abidjan, N.E.A. pp. 276-85 (4).
REINACH, A. 1913. *Egyptologie et Histoire des Religions.* Paris. 56 p. (1).
REINAUD, J. T. 1863. "Relations politiques et commerciales de l'Empire romain avec l'Asie orientale". *JA,* n. 6, 1: 93-234 (22).
REISNER, G. A. VON. 1910. *The Archaeological Survey of Nubia.* Report for 1907, 1908. Cairo, National Printing Department. v. 1. V +373 p. (9, 12).
______. 1918. "The Barkal temples in 1916". *JEA,* V (11).
______. 1918-9. "Outline of the ancient history of the Sudan". *SNRI,* I: 3-15. 57-79, 217-37; II: 35-67 (11).
______. 1923-a. "Excavations at Kerma". *HAS,* V, VI (9, 11).
______. 1923-b. "The Meroitic kingdom of Ethiopia: a chronological outline". *JEA,* n. 9: 33-77 (1).
______. 1929. "Excavations at Simma and Uronarti by the Harvard Boston Expedition". *SNR,* XII: 143-61 (11).
______. 1931. "Inscribed monuments from Gebel Barkal". *ZAS,* n. 66: 100 (10).
______. *1936. The Development of the Egyptian Tomb Down to the Accession of Cheops.* Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press (5).
______. *1955. A History of the Giza Necropolis.* Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. v. II (compl. e rev. por W. S. Smith): *The tomb of Hetep-herès, the Mother of Cheops (2).*
REPIQUET, J. 1902. *Le Sultanat d'Anjouan, Îles Comores.* Paris (28).
RESCH, W. 1967. *Das Rind in den Felsbilddarstellungen Nordajrikas.* Wiesbaden, Franz Steiner Verlag (17).
REUSCH, R. 1961. *History of East Africa.* New York, Ungar (22).
REYGASSE, M. 1950. *Monuments Funéraires Préislamiques de l'Afrique du Nord.* Paris, AMG (20).

REYNOLDS, V. 1967. *The Apes: The Gorilla, Chimpanzee, Orangutan and Gibbon.* Their History and Their World. New York, Dutton (21).
RIAVI, S. A. 1967. "Zanj: its first known use in Arabic literature". *Azania,* II, pp. 200-1 (22).
RICCI, L. 1955-8. "Ritrovamenti archeologici in Eritrea". *RSE,* n. 14, 51- 68 (13).
______. 1959-60. "Iscrizioni rupestre dell'Eritrea". *RSE,* n. 15: 55-95; n. 16: 77-119 (13).
______. 1960-a. "Notizie archeologiche". *RSE,* n. 16: 120-3 (13).
______. 1960-b. "Iscrizioni rupestre dell'Eritrea". In: ATTI CONV. INTERN. STUD. ET. pp. 447-60 (13).
______. 1961. "Antichita nello Agame". *RSE,* n. 17: 116-8 (13).
RICKS, T. M. 1970. "Persian gulf seafaring and East Africa. Ninthtwelfth centuries". *AHS,* III: 339-58 (22).
RIESE, A. 1894. *Anthologia Latina.* Leipzig, Teubner, ed. F. Bücheler. n. 183: 155-6 (17).
ROBERTS, A. D. 1974. "Precolonial trade in Zambia". *ASR,* n. 10: 720 (29).
ROBINEAU, C. 1966. "Une étude d'histoire culturelle de l'île d'Anjouan". *RH,* n. 35: 17-34 (28).
ROBINSON, E. S. G. 1956. "The Libyan hoard". *Numismatic Chronicle,* LVI: 94 (18).
ROBINSON, K. R. 1961-a. *Archaeological Report in Rhodesian School Boys' Exploration Society Expedition to Buffalo Bend.* Salisbury (27).
______. 1961-b. "An Early Iron Age site from the Chibi district, Southern Rhodesia". *SAAB,* XVI: 75-102 (27).
______. 1963. "Further excavations in the Iron Age deposits at the tunnel site, Gokomere Hill, Southern Rhodesia". *SAAB,* XVIII: 155-71 (27).
______. 1966-a. "The Sinofa caves, Lomagundi district, Rhodesia". *Proc. Rhod. Sci. Assoc.* LI: 131-55 (27).
______. 1966-b. "The Leopard's Kopje culture: its position in the Iron Age in Southern Rhodesia". *SAAB,* n. 21 : 81-5 (27).
______. 1966-c. "A preliminary report on the recent archaeology of Ngonde, Northern Malawi". *JAH,* VII: 169-88 (27).
______. 1966-d. "The Iron Age in Southern Rhodesia". *SAAB,* XXI: 5-51 (27).
______. 1970. "The Iron Age in the Southern lake area of Malawi". *MADP,* n. 8 (27).
______. 1973. "The Iron Age of the upper and lower Shire Malawi". *MADP,* n. 13 (27).
ROBINSON, K. R. & SANDELOWSKY, B. 1968. "The Iron Age in Northern Malawi: recent work". *Azania,* III: 107-46 (27).
ROEDER, G. 1961. *Der Ausklang der Ägyptischen Religion mit Rejormation, Zauberei und Jenseitsglauben.* Zurich, Artemis Verlag (3).
ROEDER, K. G. 1912. "Die Christliche Zeit Nubiens und des Sudans". *ZK,* XXXIII: 364-98 (12).
______. 1913. "Die Geschichte Nubiens". *Kilo,* XII: 51-82 (12).
ROMANELLI, P. 1959. *Storia delle Province Romane dell' Africa.* Roma (17, 19).
______. 1970. "Mura e fortesse bizantine in topografia e archeologia dell'Africa romana". *Enciclopedia Classica,* X. 7: 398-407 (19).
ROSEMBAUM, E. 1960. *A Catalogue of Cyrenaican Portrait Sculpture.* London, Oxford Univ. Press (6).
ROSTOVTZEV, M. J. 1941. *The Social and Economic History of the Hellenistic World.* (2. ed., 1959). Oxford, Clarendon Press. 3 v. (6).
______. 1957. *The Economic and Social History of the Roman Empire.* 2. ed. Oxford. pp. 321 et seq. (19).
ROUILLARD, G. 1853. *La Vie Rurale dans l'Egypte Byzantine.* Paris, Adrien Maison Neuve (7).
______. 1928. *L' Administration Civile de l' Egypte Byzantine.* 2. ed. rev. Paris, Geuthner (7).
ROWE, A. 1948. "A history of Ancient Cyrenaica. New light on Aegypto-Cyrenaean relations. Two Ptolemaic statues found in Tolmeita". *SASAE,* n. 12; relatório de J. Leclant, in *REA,* n. 52, 1-2: 337-9 (17).
RUDNER, J. 1968. "Strandloper pottery from South and South-West Africa". *ASAM,* n. 49: 441-663 (26).
RUFINUS, T. 1908. *Historia Ecclesiastica.* Leipzig, Teubner (15).
______. 1910. *Opera.* Viena, ed. A. Engelbrecht. (15).

RYCKMANS, G. 1953, 1955, 1956. “Inscriptions sud-arabes”. *Le Muséon,* X, LXVI, 3-4; XII, LXVIII, 4-4; XIV, LXIX, 1-2, 3-4 (15).
______. 1964. “Compte-rendu de A. Jamme: Sabaean inscriptions from Mahram Bilquis (Marib)”. *BO,* XXI, 5-6: 90 (15).
SALAMA, P. 1951. *Les Voies Romaines de l’Afrique du Nord.* Alger, Impr. Officielle (19).
______. 1953-5. “Nouveaux témoignages de l’ceuvre des Sévêres dans la Maurétanie césarienne”. *Libyca,* B: 231-51 e 329-67 (20).
______. 1954-a. “Hypothêse sur la situation de la Maurétanie occidentale au IV[e] siècle”. *Libyca,* 11: 224-9 (19).
______. 1954. “L’ occupation de la Maurétanie césarienne occidentale sous le Bas-Empire”. *Mélanges Piganiol*: 1292-311 (19).
______. 1959. “Deux trésors monétaires du V, siècle en Petite Kabylie”. *BSNAF* : 238-9.
______. 1973. *Un Point d’Eau du Limes Maurétanien (Maghreb et Sahara).* Etudes géographiques offertes à J. Despois. Paris, Société de Géographie (20).
______. 1976. “Les déplacements successifs du limes en Maurétanie césarienne. Essai de synthèse”. In: AKTEN XI INTERN. LIMESKONG. pp. 577-95 (20).
SAMPSON, C. G. 1974. *The Stone Age Archaeology of Southern Africa.* New York, Academic Press (26).
SATTIN, F. & GUSMANO, G. 1964. *La Cosidetta “Mummia” Infantile dell’- Acacus:* Nel Quadro delle Costumanze Funebri Prehistoriche Mediterranee e Sahariane. Tripoli, Dir. Geral de Antiguidades, Museus e Arquivos (17).
SAUMAGNE C. 1965. *Le Droit Latin et les Cités Romaines sous l’Empire.* Paris, Syrey (19).
SAUNERON, S. 1957. *Les Prêtres de l’Ancienne Egypte.* Paris, Seuil. 192 p. (3, 4).
SAUNERON, S. & STERLIO, H. 1975. *Derniers Temples d’Egypte: Edfou et Philae.* Paris, Chêne (3).
SAUNERON, S. & YOYOTTE, J. 1952. “La campagne nubienne de Psammétique II et sa signification historique”. *BIFAO,* 50: 57-207 (2, 3, 10, 11, 12).
______. 1959. *La Naissance du Monde Selon l’Egypte Ancienne.* Paris, Seuil. 72 p. (3).
SAVARY, J. P. 1966. “Monuments en pierres sèches du Fadnoun (Tassili N’Ajjer)”. *Mém. CRAPE,* VI (20).
SAVE-SODERBERGH, T. 1941. *Ägypten und Nubien.* Ein Beitrag zur Geschichte Alt ägyptischer Aussenpolitik. Lund, Hakan Ohlssons. VIII + 276 p. (4, 9).
______. 1953. Artigo in *BIFAO,* Cairo, n. 52: 177 (4).
______. 1956. “The Nubian Kingdom of the second intermediate period”. *Kush,* n. 4: 54-61 (9).
______. 1960. “The paintings in the tomb of Djehurty-Hetep at Debejra”, *Kush,* n. 8: 25-44 (9).
______. 1963. “Preliminary report of the Scandinavian joint expedition: Archaeological investigations between Faras and Gemai, novo 1961-mar. 1962”. *Kush,* XI: 47-69 (1, 12).
______. *1965. The* C *Group, Nubia Abu-Simbel.* Stockholm, Kungl. (9).
______. 1970. “Christian Nubia. The excavations carried out by the Scandinavian joint expedition to Sudanese Nubia”. In: DINKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 219-44 (12).
______. ed. 1970. *Scandinavian Joint Expedition to Sudanese Nubia.* Oslo, Universitetsforlaget. 9 v. (12).
______. 1972. “The twilight of Nubian Christianity”. Nubia, Récentes Recherches. In: ACTES COLL. NUBIOL. INTERN. pp. 11-7 (12).
SAYCE, A. H. 1909. “A Greek inscription of a king ofAxum found at Meroe”. *Proceedings of the Society of Biblical Archaeology.* London. t. XXXI, (15).
______. 1911. “Second interim report on the excavations at Meroe in Ethiopia II. The historical results”. *LAAA,* IV: 53-65 (11, 21).
SAYYD, Abd al-Halim. 1976. *Mana’im.* [tese]. Alexandria (4).
SCHAFER, H. 1901. *Die äthiopische Königinschriit des berlinen Museums.* Berlin (11).
______. 1905-8. *Urkunden der alteren Äthiopenkönige.* Lief 1-2, Leipzig, Hinrichs (11).
SCHAPERA, I. 1930. *The Khoisan Peoples of South Africa: Bushmen and Hottentots.* (2. ed., 1951). London, Routledge and Kegan Paul (26).

SCHAPERA, I. 1933. *The Early Cape Hottentots Described in the Writtings of Dapper, 1668, W. Ten Rhyne, 1686, and J. de Grevenbroek, 1695.* Cape Town, Van Riebeeck Society (26).
SCHARFF, A. & MOORTGAT, A. 1950. *Ägypten und Vorderasien im Altertum.* Munich (5).
SCHAUENBURG, K. 1955-6. "Die Cameliden in Altertum". *Bonner Jahrbücher* : 59-94 (20).
SCHENKEL, W. 1973. *Lexikon der Ägyptologie,* I, 5. Wiesbaden, O. Harrassowitz. coll. 775-82 (3).
SCHNEIDER, R. 1961. "Inscriptions d'Enda Cerqos". *AE,* n. 4: 61-5 (13).
______. 1965-a. "Notes épigraphiques sur les découvertes de Matara". *EA,* n. 6: 89-142 (13).
______. 1965-b. "Remarques sur les inscriptions d'Enda Cerqos". *AE,* n. 6: 221-2 (13).
______. 1974. "Trois nouvelles inscriptions royales d'Axoum". In: ATTI IV CONGR. INTERN. ETUD. ET. I pp. 87-102 (15).
SCHOFF, W. H., trad. 1912. *The Periplus of the Erythraean Sea.* New Yok (16, 22).
______. 1917. "As to the date of the Periplus". *IRAS*: 827-30 (22).
SCHOFIELD, J. F. 1948. *Primitive Pottery:* An Introduction to South African Ceramics, Prehistoric and Protohistoric. Cape Town, Rustica Press (27).
SCHONBACK, B. 1965. *The Late Stone Age and the A-Group, Nubia Abu Simbel.* Stockholm, Kungl. (9).
SCHUBART, W. 1918. *Einführung in die Papyrunskunde.* Berlin, Weidmann (7).
SCHWEITZER, F. R. 1970. "A preliminary report of excavation of a cave at Die Kelders". *SAAB,* n. 25: 136-8 (26).
SCHWEITZER, F. R. & SCOTT, K. 1973. "Early appearance of domestic sheep in sub-Saharan Africa". *Nature,* n. 241: 547-8 (26).
SÊNECA, L. A. ed. 1930. *Questions Naturelles.* Texto org. e trad. por P. Oltramare. Paris, Les Belles Lettres. 2 v. (1, 11).
SERGEW HABLE SELASSIE. 1972. *Ancient and Medieval Ethiopian History to 1270.* Adis Abeba, United Printers. 340 p. (14).
SERGI, S. 1951. "Scavi Sahariani". (Sahara Excavations). *Monumenti Antichi,* n. 41. Academia dei Lincei XLI, Roma. Coll. 443-504 (17).
SETERS, J. VAN. 1964. "A date for the admonitions in the Second Intermediate Period". *IA,* n. 50: 13-23 (2, 3).
______. 1966. *The Hyksos, a New Investigation.* London, New Haven, (2).
SETHE, K. 1930. "Urgeschichte und älteste Religion der Ägypter". *AKM,* Leipzig, F. A. Brockhaus. XII + 196 p. (2).
SHACKLETON, N. J. 1973. "Oxygen isotope analysis as a means of determining season of occupation of prehistoric midden sites". *Archaeometry,* n. 15, 1: 133-41 (26).
SCHAHID, L 1971. "The martyrs of Nagran, new documents". *Société des Bollandistes.* Bruxelas. pp. 242-76 (16).
SHAW, T. 1969-a. "On radio chronology of the Iron Age in sub-Saharan Africa". *CA,* n. 10: 226-8 (24).
______. 1969-b. "The Late Stone Age in the Nigerian forest". In: ACTES 1er COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR. pp. 364-73 (24).
______. 1970-a. *Igbo Ukwu:* An Account of Archaeological Discoveries in Eastern Nigeria. London, Faber & Faber. 2 v. (24, 29).
______. 1970-b. "Those Igbo Ukwu radiocarbon dates: Facts, fictions and probabilities". *JAH,* XVI: 503-17 (29).
______. 1971. "African in Prehistory; leader or laggard?". *JAH,* XII, 1: 143- 53 (24).
______. 1972. "Early crops in Africa: a review of evidence". *BWS,* n. 56 (24).
SHERIF, N. M. 1971. *A Short Guide to the Antiquities Garden.* Khartoum, Sudan Antiquities Service (9).
SHIFERACU, A. 1955. "Rapport sur la découverte d'antiquités trouvées dans les locaux du gouvernement général de Magallé". *AE,* n. 1: 13-5 (13).
SHINNIE, P. L. 1954-a. *Medieval Nubia.* Khartoum, Sudan Antiquities Service (12).
______. 1954-b. "Excavations at Tanqasi, 1953". *Kush,* II: 66-85 (10).

SHINNIE, P. L. 1965. "New light on medieval Nubia". *JAH,* VI, : 263-73 (12).
______. 1967. *Meroe, a Civilization of the Sudan.* New York, Praeger (6, 9, 11).
______. 1971-a. *The Culture of Medieval Nubia and Its Impact on Africa.* Khartoum (12).
______. 1971-b. "The legacy to Africa". In: HARRIS, J. R, ed. *The Legacy of Egypt.* Oxford. Clarendon Press. pp. 434-55 (4).
SILBERBAUER, G. B. 1972. "The Gywi Bushmen". In: BICCHIERI, M. G., ed. *Hunters and Gatherers Today.* New York, Holt, Rinehart & Winston (26).
SIMPSON, W. K. 1963. *Heka-Nefer and the Dynastic Material from Toshka and Armina.* New Haven-Philadelphie, The Peabody Museum of Natural History, Yale University. XIV + 56 p. (4).
______. ed. 1972. *The Literature of Ancient Egypt.* An Anthology of Stories, Instructions and Poetry. Trad. E. H. e R. D. Faulkner, E. F. Wente and W. K. Simpson. New Haven-London (2, 3).
SINGER, R. & WEINER, J. A. 1963. "Biological aspects of some indigenous African populations". *SJA,* n. 19: 168-76 (21).
SUM, H., MAHJOUBI, A. & BELKODJA, K. 1968. *Histoire de la Tunisie.* Tunis. v. I: *L'Antiquité (19).*
SMITH, A. B. 1974. "Prelirninary report on excavations at Karkarichinkat North and South, Tilemsi Valley, 1972". *WAJA,* n. 4: 33-55 (24).
SMITH, Sir G. E. & DAWSON, W. R 1924. *Egyptian Mummies.* London, G. Allen & Unwin (5).
SMITH, H. S. 1966. "The Nubian B-group". *Kush,* n. 14: 69-124 (9).
______. 1976. *The Fortress of Buhen;* The Inscriptions. London, Egypt Exploration Society (2).
SMITH, W. S. 1949. *A history of Egyptian sculpture and painting in the old Kingdom.* 2. ed. Boston Museum of Fine Arts. 212 p. (3).
______. 1965-a. *Interconnections in the Ancient Near East.* A Study of the Relationships between the Arts of Egypt, the Aegean and Western Asia. New Haven-London, Yale University Press (5).
______. 1965-b. *The Art and Architecture of Ancient Egypt.* Harmondworth-Baltimore, Penguin Books, Pelican History of Art (3, 5).
______. 1971. "The Old Kingdom in Egypt and the beginning of the First Intermediate Period". *Cambridge Ancient History,* 3. ed. Cambridge. v. I, parte 2, cap. XIV (2).
SMITS, L. 1967. "Fishing scenes from Botsabelo, Lesotho". *SAAB,* n. 22: 60-7 (26).
SNOWDEN, F. M. 1970. *Blacks in Antiquity, Ethiopians in the Greco-Roman Experience.* Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. XXII + 364 p. (6, 17, 20).
SNOWDEN, F. M. J. 1976. "Témoignages iconographiques sur les populations noires dans l'Antiquité gréco-romaine". In: VERCOUTTER, J., LECLANT, J. & SNOWDEN, F. *L'Image du Noir dans l'Art Occidental.* Paris, Menil Foundation. v. I: *Des Pharaons à la Chute de l'Empire Romain.* pp. 135-245 (6).
SOLHEIM, W. 1965. "Indonesian culture and Malagasy origin". *Taloha.* Tananarive, n. 1: 33-42 (28).
SOPER, R. C. 1967-a. "Kwale: an Early Iron Age site in South-Eastern Kenya". *Azania,* II: 1-17 (22, 27).
______. 1967-b. "Iron Age sites in North Eastern Tanzania". *Azania,* II: 19-36 (22).
______. 1971. "A general review of the Early Iron Age in the southern half of Africa". *Azania,* VI: 5-37 (21, 25, 27).
SOUVILLE, G. 1958-9. "La péche et la vie maritime au Néolithique en Afrique du Nord". *BAM,* III : 315-44 (17).
SPARRMAN, A. 1789. *A Voyage to the Cape of Good Hope, towards the Antarctic Polar Circle, and Round the World, but chiefly into the Country of the Hottentots and Caffres, from the Year* 1772 *to* 1776. Rev. e trad. J. e L Rudner. Cape Town, Van Riebelck Society (26).
SPENCER, J. E. 1968. "Comments on the origins of agriculture in Africa". *CA,* n. 9, 5: 501-2 (24).
SPIEGEL, J. 1950. *Soziale und weltanschauliche Reformbewegungen im alten Ägypten.* Heidelberg. Kerle (2).
SPRUYTTE, J. 1967. "Un essai d'attelage protohistorique". *Plaisirs Equestres,* n. 34: 279-81 (17).
______. 1968. "Le cheval de l'Afrique ancienne". *Le Saharien,* n. 48: 32-42 (17).
______. 1977. *Etudes Expérimentales sur l'Attelage.* Paris, Crepin-Leblond (20).
STEIN, A. 1915. *Untersuchungen zur Geschichte und Verwaltung Ägyptens unter römischer Herrschaft.* Stuttgart (7).

STEIN, E. 1949. *Histoire du Bas Empire.* Paris/Bruxelas/Amsterdam, de Brouwer (7). v. II: *De la Disparition de l'Empire de l'Occident à la Mort de Justinien, 476-565.*
STEINDORFF, G. VON, ed. 1903-19. *Urkunden des ägyptischen Altertums.*
Leipzig, Hinrichs (11).
STELMLER, A. B. L., HARLAM, J. R. & DEWET, J. M. J. 1975. "Caudatum sorghums and speakers of Shari-Nile languages in Africa". *JAH,* XVI, 2: 161-83 (24).
STOCK, H. 1949. *Die Erste Zwischenzeit Ägyptens. Untergang der Pyramidenzeit, Zwischenreiche von Abydos und Herakleopolis, Aufstieg Thebens.* Roma, Pontificium Institutum Biblicum. XX + 110 p. (2).
SUMMERS, R. F. H. 1958. *Inyanga Prehistoric Settlements in Southern Rhodesia.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (27).
______. 1969. "Ancient mining in Rhodesia". *MM,* n. 3 : 256 (27, 29).
SUMMERS, R. F. H., ROBINSON, K. R. & WHITTY, A. 1961. "Zimbabwe excavations". *OPNM,* III, 23a (27).
SUTTON, J. E. G. 1966. "The archaeology and early peoples of the Highlands of Kenya and Northern Tanzania". *Azania,* I: 37-57 (22).
______. 1971. "The interior of East Africa". In: SHINNIE, P. L., ed. *The African Iron Age.* Oxford, Clarendon Press (23).
______. 1972. "New radiocarbon dates for Eastern and Southern Africa". *JAH,* XIII, 1: 1-24 (25, 27).
______. *1973. The Archaeology of the Western Highlands of Kenya.* Nairobi/London, British Institute of Eastern Africa (23).
______. 1974. "The aquatic civilization of Middle Africa". *JAH,* XV: 527-46. (21, 23).
SUTTON, J. E. G. & ROBERTS, A. D. 1968. "Uvinza and its salt industry". *Azania,* III: 45-86 (29).
SZUMOWSKI, G. 1957. "Fouilles du Nord du Macina et dans la région de Segou". *BIFAN,* B, n. 19: 224-58 (24).
TAMIT. 1967. "Missione archeologia". *Egitto dell'Università di Roma.* Roma (12).
TAMRAT, T. 1972. *Church and State in Ethiopia, 1270-1527.* Oxford, Clarendon Press (16).
TARN, W. W. 1930. *The Hellenistic Civilization.* London (6).
______. 1966. *The Greeks in Bactria and India.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (22).
TARN, W. W. & GRIFFITH, G. T. 1966. *Hellenistic Civilization.* 3. ed. London, E. Arnold (6, 22).
TEUTSCH, L. 1962. *Das Stadtwesen in Nordafrika in der Zeit von* C. *Gracchus bis zum Tode des Kaisers Augustus,* Berlin. De Gruyter (19).
THABIT, H. T. 1957. "Tomb of Djehuty-Hetep (Tehuti-Hetep), Prince of Semna". *Kush,* n. 5: 81-6 (9).
THOM, H. B., ed. 1952-8. *The Journal of Jan Van Riebeeck,* Cape Town, Balkema. 3 v. (26).
THOMAS, E. M. 1959. *The Harmless People (on the Bushmen of the Kalahari Desert).* London, Secker & Warburg (26).
THOMAS, ·W. R. 1931. "Moscow mathematical papyrus n. 14". *JEA,* XVII: 50-2 (5).
THOMPSON, G. 1827. *Travels and Adventures in Southern Africa.* Cape Town, Van Riebeeck Society, ed. V. S. Forbes (26).
THUNBERG, C. P. 1795. *Travels in Europe, Africa, and Asia Performed between 1770 and* 1779. London. v. II (26).
TIXERONT, J. 1960. "Réflexions sur l'implantation ancienne de l'agriculture en Tunisie". *Khartago,* X: 1-50 (19).
TÖRÖK, L. 1971. "Fragment eines spätantiken roten Tongefässe mit Stempelverzierung aus Nubien und dessen Problemkreis". *MAI,* n. 2 (12).
TOUNY, A. D. & WENING, S. 1969. *Der Sport im alten Ägypten.* Leipzig/ Amsterdam (3).
TOYNBEE, J. M. C. 1973. *Animals in Roman Life and Art;* Aspects of Greek and Roman Life. London, Thames & Hudson (20).
TOZER,H. F. 1964. *History of Ancient Geography.* 2. ed. New York, Biblo & Tannen (22).
TRIGGER, B. G. 1965. *History and Settlement in Lower Nubia.* New Haven, Yale Univ. Pub. in Anthropology. n. 69. VIII + 224 p. (9,11,12,17).

TRIGGER, B. G. 1969. "The myth of Meroe and the African Iron Age". *JAHS,* II, 1: 23-50 (10, 11, 21, 24).
______. 1970. "The cultural ecology of christian Nubia". In: DINKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Recklinghausen. Verlag Aurel Bongers. pp. 347-87 (12).
TUFNELL, O. 1959. "Anklets in Western Asia". *BIA* : 37-54 (13).
TURCAN, R. 1961. "Trésors monétaires trouvés à Tipasa. La circulation du bronze en Afrique romaine et vandale aux V^e^ et VI^e^ siècle ap. J.-C.". *Libyca*: 201-57 (19).
TWISSELMANN, F. 1958. "Les ossements humains du site mésolithique d'Ishango". *Exploration du Parc National Albert, Mission I. de Heinzelin de Braucourt (1950).* Bruxelles. fasc. 5. 125 p. (25).
TYLECOTE, R. F. 1970. "Iron working at Meroe, Sudan". *BHM,* n. 4: 67-72 (11, 21).
UNESCO. 1963-7. *Fouilles de Nubie,* 1959-1963. Cairo (20).
VAAL, J. B. DE. 1943. "Soutpansberge Zimbabwe". *SAlS,* XL: 303-18 (27).
VALBELLE, D. 1974. *Lexikon der Ägyptologie,* I, Lief 7, Col. 1028-34 (3).
VANSINA, J. 1962. "Long-distance trade routes in Central Africa". *JAH,* III, 3: 375-90 (25).
______. 1966. *Kingdoms of the Savanna.* Madison, Univ. of Wisconsin Press (27).
VANTINI, G. 1970. *The Excavations at Faras:* A Contribution to the History of Christian Nubia. Bologna, Nigrizia (12).
VASILYEV, A. A., ed. 1907. "Zhitiye grigentiya, yepiscopa Omiritskago (Vita Sancti Gregenti)". *Vizantiyskiy Vremennik,* XIV: 63-4 (15).
VEH, O., ed. 1971. *Vandalenkriege von Procopius Caesariensis.* Munich, Heimeran (19).
VELDE, H. TE. 1967. *Seth, God of Confusion.* A Study of His Hole in Egyptian Mythology and Religion. Trad. G. E. van Baaren-Pape. Leiden, Brill (3).
VERCOUTTER, J. 1945. *Les Objects Egyptiens ou Egyptisants du Mobilier Funéraire Carthaginais.* Paris, Bibliothèque Archéologique et Historique. v. 40 (9).
______. 1956. "New Egyptian inscriptions from the Sudan". *Kush,* n. 4: 66-82 (9).
______. 1957. Artigo in *Kush,* V, pp. 61-9 (12).
______. 1958. "Excavations at Sai 1955-57". *Kush,* VI: 144-69 (9).
______. 1959. "The gold of Kush. Two gold-washing stations at Faras East". *Kush,* VII: 120-53 (9, 11).
______. 1962. "Un palais des Candaces contemporain d'Auguste; fouilles à Wadban-Naga, 1958-60". *Syria,* n. 39: 263-99 (10, 11).
______. 1964. "Excavations at Mirgissa I (oct.-déc. 1962)", *Kush,* XII: 57-62 (2, 9).
______. 1970. "Les trouvailles chrétiennes françaises à Aksha, Mirgissa et Sai". In: DINKLER, ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 155-62.
______. *1976. L'Egypte Ancienne.* 8. ed. Paris, PUF (2).
VERCOUTTER, J., LECLANT, J. & SNOWDEN, F. 1976. *L'Image du Noir dans l'Art Occidental.* Fribourg, Menil Foundation. I: *Des Pharaons à la Chute de l' Empire romain* (6).
VERIN, P. 1967. "Les antiquités de l'île d'Anjouan". *BAM,* XLV, 1: 69-79 (28).
______. 1968. "Several types of obsolete Madagascar pottery". *Asian Perspectives,* XI: 111-8 (28).
______. 1970. "Un conte antalaotse, Mojomby, la ville disparue". *BM,* n. 293-4: 256-8 (28).
VERIN, P., KOTTAK, C. & GORLIN, P. 1970. "The glottochronology of Malagasy dialects". *Oceanic Linguistics,* VIII, 2 (28).
VIDA L, P. 1969. *La Civilisation Mégalithique de Bouar.* Prospections et fouilles, 1962-66. Paris, Didot. 132 p. (25).
VILLIERS, A 1949. "Some aspects of the Dhow trade". *MEJ*: 399-416 (22).
VILLIERS, H. DE. 1970. "Dieskettreste der Ziwa". *Homo,* XXI: 17-28 (27).
VINCENT, W. 1807. *The Commerce and Navigation of the Ancients in the Indian Ocean.* London. 2 v. (22).
______. 1809. *The Voyage of Nearchus and the Periplus of the Erythraean Sea.* Oxford (22).
VINNICOMBE, P. 1960. "A fishing scene from the Tsoelike, South Eastern Basutoland". *SAAB,* n. 15: 15-9 (26).
______. 1965. "Bushmen fishing as depicted in rock paintings". *SSA,* n. 212: 578-81 (26).

VILA, A. 1970. "L'armement de la forteresse de Mirgissa-Iken". *RE,* n. 22: 171-99 (3).
VITA, A. DI. 1964. "Il limes romano di Tripolitania nella sua concretezza archeologica e nella sua realta storica". *Libya Antiqua*: 65-98 (19, 20, 29).
VITTMANN, G. 1974. "Zur Lesung des Königsnamens". *Orientalia,* n. 43: 12-6 (10).
VOGEL, J. O. 1969. "On early evidence of agriculture in Southern Zambia". *CA,* X: 524 (27).
______. 1970. "The Kalomo culture of Southern Zambia: some notes towards a reassessment". *ZMJ,* I : 77-88 (27).
______. 197l-a. "Kamangoza: an introduction to the Iron Age cultures of the Victoria Falls region". *ZMP,* II (27).
______. 1971-b. "Kumandzulo: an Early Iron Age village site in Southern Zambia". *ZMP,* III (27).
______. 1972. "On Early Iron Age funerary practice in Southern Zambia". *CA,* XIII: 583-6 (27).
______. 1973. "The Early Iron Age at Sioma mission, Western Zambia". *ZMJ,* IV (27).
VOLNEY, M. C. F. 1787. *Voyages en Syrie et en Egypte pendant les Annés 1783, 1784 et 1785.* Paris, Volland, Desenne. 2 v. (1).
VUILLEMOT, G. 1955. "La nécropole punique du phare dans l'île de Rachgoum". *Libyca,* III: 7-76 (18).
VYCICHL, W. 1956. "Atlanten, Isebeten, Ihaggaren". *RSO,* n. 31: 211-20 (17).
______. 1957. "Egzi'abeher 'Dieu'". *AE,* II: 249-50 (15).
______. 1961. "Berber words in Nubian". *Kush,* IX: 289-90 (17).
______. 1972. *Die Mythologie der Berber.* Stuttgart, H. W. Haussig (17).
WAINWRIGHT, G. A 1945. "Iron in the Napatan and Meroitic ages". *SNR,* n. 26: 5-36 (11).
______. 1947. "Early foreign trade in East Africa". *Man,* XLVII: 143-8 (22). 1951. "The Egyptian origin of a ram-headed breast plate from Lagos". *Man,* LI: 133-5 (4).
______. 1962. "The Meshwesh". *JEA,* n. 48 : 89-99 (17).
WALLACE, L. 1938. *Taxation in Egypt jrom Augustus to Diocletian.* Princeton (7).
WALLE, B. VAN DE. 1953. "La sippe d'Horus découverte par J. Bruce à Axoum". *Chronique d'Egypte,* n. 56: 238-47 (15).
WALLERT, I. 1962. *Die Palmen im alten Ägypten.* Eine Untersuchung ihrer praktischen, symbolischen und religiösen Bedeutung. BerJin, B. Hessling. 159 p. (17).
WALSH, P. 1965. "Massinissa". *JRS,* LV (18).
WARMINGTON, B. H. 1954. *The North African Provinces from Diocletian to the Vandal Conquest.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (19).
______. 1969. *Carthage.* (1. ed. 1964). London, Robert Hale (18, 21).
WARMINGTON, E. H. 1928. *The Commerce between the Roman Empire and India.* (2. ed., 1974). Cambridge, Cambridge Univ. Press (22).
______. 1963. "Africa in ancient and medieval times". In: WALKER, E. A., ed. *Cambridge History of the British Empire.* Cambridge, Cambridge Univ. Press. v. VIII (22).
WATERHOUSE, G., ed. 1932. *Simon Van der Stel's Journal of His Expedition to Namaqualand,* 1685--1686. Dublin, Dublin Univ. Press. 162 p. (26).
WEBSTER, T. B. L. 1964. *Hellenistic Poetry and Art.* London, Methuen (6).
WEITZMANN, K. 1970. "Some remarks on the sources of the fresco paintings of the cathedral of Faras". In: DINKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 325-46 (12).
WELBOURNE, R. G. 1973. "Identification of animal remains from the Broederstroom 24/73 Early Iron Age site". *SAIS,* LXIX: 325 (27).
WENDT, W. E. 1972. "Preliminary report on an archaeological research programme in South West Africa". *Cimbebasia, B,* n. 2, 1: 1-45 (26).
WENIG, S. 1967. "Bemerkungen zur meroitische Chronologie", *MIOD,* n. 13: 9-27 (10, 11).
______. 1974. Artigo in *ZAS,* n. 101: 143-4 (10).
WESSEL, K. 1963. *Koptische kunst. Die Spätantike in Ägypten.* Recklinghausen, A. Bongers (7, 12).
______. 1964. *Zur Ikonographie der koptischen Kunst, Christentum am Nil.* Recklinghausen, Verlag A. Bongers (12).

WESTENDORF, W. 1968. *Das alte Ägypten.* Stuttgart/Baden-Baden, Holle (2).
WHEELER, R.E.M. 1954. *Rome beyond the Imperial Frontiers.* London, Bell (22).
______. 1966. *Civilizations of the Indus Valley and beyond.* London, Thames & Hudson (22).
WILL, E. 1966. *Histoire Politique du Monde Hellénistique, 323-30 av. J.-C.* Nancy, Berger-Levrault. 2 v. (6).
WILLET, F. 1967. *Ife in the History of West African Sculpture.* London, Thames & Hudson (24).
WILLIAMS, D. 1969. "African iron and the classical world". In: THOMPSON, L. A. & FERGUSON, J. ed. *Africa in Classical Antiquity.* Ibadan, Ibadan Univ. Press. pp. 62-80 (21).
WILSON, J. A. 1951. *The Burden of Egypt.* An Interpretation of Ancient Egyptian Culture. Chicago, Univ. of Chicago Press. XX + 332 p. (2).
______. 1969. *Ancient Near East Texts.* Princeton, ed. J. B. Pritchard. pp. 409 (4).
WINLOCK, H. E. 1947. *The Rise and Fall of the Middle Kingdom in Thebes.* New York, Macmillan (2).
______. 1955. *Models of Daily Life in Ancient Egypt from the Tomb of Meket-Rê at Thebes.* Cambridge, Harvard Univ. Press (5).
WINSTEDT, E. O., trad. 1909. *The Christian Topography of Cosmas Indicopleustes.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (16).
WISSMANN, H. VON. 1964. "Ancient history". *Le Muséon,* LXXVII: 3-4 (15).
WISSMANN, H. VON, & RATHJENS, C. 1957. "De Mari Erythraeo: Sonderdruck aus der Lauten sich". *Festschrift stuttgarter geographische Studien,* n. 69 (24).
WOLDERING, I. 1963. *Egypt, the Art of Pharaohs.* London, Methuen (5).
WOLF, W. 1957. *Die Kunst Ägyptiens: Gestalt und Geschichte.* Stuttgart, Kohlhammer (3).
______. *1971. Das alte Ägypten.* Darmstadt/Munich, Deutscher Taschenbuch Verlag (2).
WOLSKA-CONUS, W., *ed.* 1968-70-73. *Cosmas Indicopleustes. Topographie Chrétienne.* Paris, Le Cerf. 3 v. (14, 16, 22).
WORD, W. 1965. *The Sprit of Ancient Egypt.* Beyrouth (3).
WÖRTERBUCH der ägyptischen Sprache, fünfter Band (1971). Berlin, Akademie Verlag (1).
YORK, R. N., BASSEY, F. et al. 1974. "Excavations at Dutsen Kongba". *NAS* (24)
YOYOTTE, J. 1958. "Anthroponymes d'origine libyenne dans les documents égyptiens". *CRGLCS,* n. 8 (4, 17).
______. 1958. In: DICTIONNAIRE DE LA BIBLE. Supl. VI, I. Paris. pp. 370 (4).
______. 1961. "Les principautés du delta au temps de l'anarchie libyenne". *Mélanges Maspero,* n. 1, 4: 122-51 (2, 17).
______. 1965. "Egypte ancienne". *Histoire Universelle.* Paris, Gallimard. Encyclopédie de la Pléiade. pp. 104-285 (2).
______. 1975. "Les Sementious et l'exploration des régions minières de l'Ancien Empire". *BSFE,* n. 73: 44-55 (3).
ZABA, Z. 1953. *L'Orientation Astronomique dans l'Ancienne Egypte et la Précession de l'Axe du Monde.* Prague (5).
ZABKAR, L. V. 1975. *Apedemak, Lion God of Meroe.* Warminster (10, 11).
ZAWADZKI, T. 1967. "Les fouilles de la mission archéologique polonaise à Faras leur importance pour l'histoire de l'art byzantin". *RESEE,* V (12).
ZEISSL, H. VON. 1944. *Äthiopen und Assyer in Ägypten.* Glückstadt/Hamburg, J. J. Augustin (2, 10).
ZIBEUUS, K. 1972. *Afrikanische Arts und Volkernamen in hieroglyphischen und hieratischen Texten.* Wiesbaden (4).
ZÖHRER, L. G. 1952-3. "La population du Sahara antérieure à l'apparition du chameau". *BSNG,* n. 51: 3-133 (20).

Volume III - África do século VII ao XI

AL–'ABBĀDĪ, A. M. 1960. 'Dirāsa hawla Kitāb al–Hulal al–Mawshīyya...', *Titwān,* 5, 1960, pp. 139–58.

AL-'ABBĀDĪ, A. M. AND AL-KATTĀNĪ, M. I. 1964. *Al–Maghrib al–'arabī fi l–'asr al–wāsit* (Dar al–Baydā).
ABDALLA, A. M. (ED.). 1964. *Studies in Ancient Languages of the Sudan* (Papers presented at the Second International Conference on Language and Literature in the Sudan, 7-12 December 1970, Khartoum: KUP).
'ABD AR-RAHMÂN, M. 'ABD AL-T'AWÀB. 1977. *Stèles islamiques de la nécropole d'Assouan. I* (Cairo: IFAO).
'Abd al-Wahhāb, H. H. 1965-72. *Al-Warakāt* (3 vols, Tunis).
ABIMBOLA, W. 1975. *Sixteen Great Poems of Ife* (Niamey).
ABIR, M. 1970. 'Southern Ethiopia' in R. Gray and D. Birmingham (eds), pp. 119-38.
ABITBOL, M. 1979. *Tombouctou et les Arma. De la conquète marocaine du Soudan nigérien en 1591 à l'hégémonie de l'empire peul du Macina en* 1833 (Paris: Maisonneuve-Larose).
______. 1981. 'Juifs maghrébins et commerce trans-saharien du VIIIe au XVe siècle' in *(Le) sol, la parole et l'écrit,* Vol. 2, pp. 561-77.
ABRAHAM, D. P. 1962. 'The early political history of the kingdom of Mwene Mutapa (850-1589)' in *Historians in Tropical Africa* (Salisbury: University College of Rhodesia and Nyasaland), pp. 61-91.
______. 1966. 'The roles of "Chaminuka" and the Mhondoro-cults in Shona political history' in E. Stokes and R. Brown (eds), pp. 28-46.
AL-ABSHĪHĪ, A. 1872. *Kitāb al-Mustatraf, fi kull fann al-mustazraf (Cairo).*
ABŪ I-'ARAB TAMĪN. 1920. *Kitāb Tabakāt 'Ulamā Ifrīkiyya,* ed. by M. Ben Cheneb (Algiers: Publ. de la Fac. des Lettres).
ABU 'I-FIDĀ. 1840. *Géographie d'Abouféda,* Arabic text ed. by M. Reinaud et M. G. de Slanc (Paris: Imprimerie Royale).
______. 1848-83. *Géographie d'Abouféda* trans. by M. Reinaud et S. Guyard (3 vols, Paris: Imprimerie Royale).
ABU SĀLIH. 1969. *The Churches and Monasteries of Egypt and some Neighbouring Countries,* tr. by B. T. Evetts and A. J. Butler (Oxford: Clarendon Press).
ABU TAMMĀM. 1828-47. *Hamāsa,* ed. by G. Freytag (2 vols, Bonn).
ABUN-NASR, J. M. 1971. *A History of the Maghrib* (Cambridge: CUP).
ADAM, P. 1979. 'Le peuplement de Madagascar et le problème des grandes migrations maritimes' in M. Mollat (ed.), pp. 349-56.
ADAMS, R. MCC. 1966. *The Evolution of Urban Society* (London: Weidenfeld & Nicolson). Adams, W. Y. 1962*a*. 'Pottery kiln excavations', *Kush,* 10, pp. 62-75.
ADAMS, W. Y. 1962B. 'An introductory classification of Christian Nubian pottery', *Kush,* 10, pp. 245- 88.
______. 1964. 'Sudan Antiquities Service excavations at Meinarti, 1962-3', *Kush,* 12, pp. 227-47.
______. 1965A. 'Sudan Antiquities Service excavations at Meinarti 1963-4', *Kush,* 13, pp. 148-76.
______. 1965B. 'Architectural evolution of the Nubian church 500-1400 AD', *JARCE,* 4, pp. 87-139.
______. 1966. 'The Nubian Campaign - a retrospect' in *Mélanges offerts à K. Michalowski* (Warsaw: PWN), pp. 13-20.
______. 1967-8. 'Progress Report on Nubian pottery, I. The native wares', *Kush,* 15, pp. I-50. Adams, W. Y. (1970. 'The evolution of Christian Nubian pottery' in E. Dinkler (ed.), pp.111-128.
______. 1977. *Nubia – Corridor to Africa* (London: Allen Lane).
______. 1978. 'Varia Ceramica', *Etudes Nubiennes,* 1978, pp. 1-23.
______. 1982. 'Qasr lbrim, an archaeological conspectus' in J. M. Plumley (ed.), 1982a, pp. 25-38.
AFIGBO, A. E. 1973. 'Trade and trade routes in nineteenth century Nsukka' *JHSN,* 7, I, pp. 77-90.
AHMED CHAMANGA, M. AND GUEUNIER, N.-J. 1979. *Le dictionnaire comorien-français et français-comorien du R. P. Sacleux* (Paris: SELAF).
AHMAD, K. 1976. *Islam, Its Meaning and Message* (London: lslamic Council for Europe).
AJAYI, J. F. A., CROWDER, M. (EDS). 1971, 1976, 1985. *History of West Africa,* Vol. I (London: Longman, 1st edn 1971, 2nd edn 1976, 3rd edn 1985).

ALAGOA, E. J. 1970. 'Long-distance trade and states in the Niger *Delta', JAH,* 11, 3, pp. 319-29.
ALEXANDRE, P. 1981. *Les Africains. Initiation à une longue histoire et à des vieilles civilisations, de l'aube de l'humanité au début de la colonisation* (Paris: Editions Lidis).
AI-HAJJ, M. A. 1968. 'A seventeenth-century chronicle on the origins and missionary activities of the Wangarawa', *KS,* 1, 4, pp. 7-42.
'ALĪ, DJAWĀD. 1952-6. *Ta'rikh al-'Arab kabla 'l-Islām* (8 vols, Baghdād).
ALKALI, N. 1980. 'Kanem-Borno under the Safawa' (Ahmadu Bello University).
ALLEN, J. DE V. 1981. 'Swahili culture and the nature of East coast settlement', *IJAHS,* 14, pp. 306-34.
______. 1982. "The "Shirazi" problem in East African coastal history', *Paideuma,* 28, pp. 9-27. Allen, J. W. T. 1949. 'Rhapta', *TNR,* 27, pp. 52-9.
ALLIBERT, C., ARGAN, A., ARGAN, J. 1983. 'Le si te de Bagameyo (Mayotte)', *Etudes Océan Indien,* 2, pp. 5-10.
ALLISON, P. 1968. *African Stone Sculpture* (London: Lund Humphries).
______. 1976. 'Stone sculpture of the Cross River Nigeria', *BCCSP,* 13-14, pp. 139-52.
AMARI, M. 1933-9. *Storia dei Musulmani di Sicilia* (2nd edn, 3 vols, Catania: Prampolini).
AMBLARD, S. 1984. *Tichitt-Walata (R.I. de Mauriranie). Civilisation et industrie lithiques* (Paris: ADPF).
AMILHAT, P. 1937A. 'Les Almoravides au Sahara', *RMAOF,* 9, 34, pp. 1-39.
______. 1937B. 'Petite chronique des Id ou Aīch, héritiers guerriers des Almoravides sahariens' *REI,* I, pp. 41-130.
AMBROSE, S. H. 1982. 'Archaeology and linguistic reconstructions of history in East Africa' in C. Ehret and M. Posnansky, (eds), pp. 104-57.
AMIN, AHMAD. 1969A. *Fadjr al-Islām* (Beirut, 10th edn).
______. 1969B. *Duha al-Islām* (3 vols, Beirut, 10th edn).
ANDAH, B. W. 1973. 'Archaeological reconnaissance of Upper Volta' (University of California, Berkeley).
ANDERSON, R. 1981. 'Texts from Qasr Ibrim', *STB,* 3, pp. 2-4.
ANFRAY, F. 1974. 'Deux villes axoumites: Adoulis et Matara'. *Atti IV Congr. Intern. Studi Etiop.,* pp. 725-65.
ANQUANDAH, J. 1976. 'The rise of civilisation in the West African Sudan. An archaeological and historical perspective', *Sankofa,* 2, pp. 23-32.
______. 1982. *Rediscovering Ghana's Past.* (London: Longman).
ARKELL, A. J. 1951-2. 'The History of Darfur: 1200-1700 A.D.', *SNR,* 32, pp. 37-70, 207-38; 33, pp. 129-55, 244-75.
______. 1961. *A History of the Sudan from the Earliest Times to 1820* (London: Athlone Press, 2nd revised edn).
ARMSTRONG, R. G. 1960. 'The development of kingdoms in Negro *Africa', JHSN,* 2, I, pp. 27-39. Armstrong, R. G. (1962. 'Glottochronology and African linguistics' *JAH,* 3, 2, pp. 283-90.
______. 1964A. *The Study of West African Languages* (Ibadan: Ibadan UP).
______. 1964B. "The use of linguistic and ethnographic data in the study of Idoma and Yoruba history' in J. Vansina *et al.* (eds), pp. 127-44.
ARNOLD, T. W. 1913. *The Preaching of Islam. A History of the Propagation of the Muslim Faith* (2nd edn, London: Constable).
ASHTOR, E. 1969. *Histoire des prix et des salaires dans l'Orient médiéval.* (Paris: SEVPEN).
______. 1976. *A Social and Economia History of the Near East in the Middle Ages* (London: Collins). Assimi, K. (1984. 'Les Yarsé. Fonction commerciale, religieuse et légitimité culturelle dans le pays moaga (Evolution historique) (Thèse de doctorat de 3ème cycle, Université de Paris).
ATHERTON, J. H. 1972. 'Excavations at Kamabai and Yagala rock shelters', *WAJA,* 2, pp. 39-74. Atherton, J. H. and Kalous, M. (1970) *'Nomoli', JAH,* 11, 3, pp. 303-17. *Atlas National du Sénégal* (1977) (Dakar).

AUSTEN, R. A. 1979. 'The trans-saharan slave trade: a tentative census' in H. Gemery, and J. Hogendorn (eds), pp. 23-76.
AZAIS, R. P. AND CHAMBORD, R. 1931. *Cinq années de recherches archéologiques en Ethiopie, province du Harar et Ethiopie méridionale* (Paris). d'Azevedo, W. L. (1962) 'Some historical problems in the delineation of a central West Atlantic region', *ANYAS,* 96, art. 2.
ASÍN-PALACIOS, M. 1914. *Abenmasarra y su escuela; origenes de la filosofía hispano-musulmana* (Madrid: Imprenta Ibérica).
ATTEMA, D. S. 1949. *Het Oudste Christendom in Zuid-Arabië (Amsterdam:* Noord-Hollandsche).
BA, A. R. 1984. 'Le Takrūr des origines à la conquète par le Mali, VIe-XIIIe siècle' (Thèse de doctorat de 3ème cycle, Université de Paris VII-Jussieu).
BADAWI, A. 1976. *Al-Sūd wa'l-hadārah al-'Arabiyah* (Cairo).
AL-BAKRI. 1911. *Description de l'Afrique septentrionale.* (Arabic text ed. by Baron Mac Guckin de Slane (2nd edn, Algiers: Adolphe Jourdan).
______. 1913. *Description de l'Afrique septentrionale par el-Beeri,* tr. by Baron Mac Guckin de Slane (revised and corrected edn of 1859 1st edn, Paris: Geuthner).
AL-BALĀDHURĪ. 1866. *Liber expugnationis regionum...* [*Kitāb Futūh al-Buldān*], ed. by M. J. de Goeje (Leiden: Brill).
______. 1957. *Futūh al-Buldān* ed. by Salāh al-Munadjdjid (Cairo).
AL-BALĀDHURĪ, AHMAD B. YAHYĀ. 1883. [*Ansāb al-Ashrāf*]. *Anonyme arabische Chronik. Bd. XI, vermutlich das Buch der Venaandschaft und Geschichte der Adligen* ed. by W. Ahlwardt (Greifswald).
BALOG, P. 1981. 'Fātimid glass jetons: token currency or coin *weights?', JESHO,* 24, pp. 91-109. Balogun, S. A. (1980) 'History of Islam up to 1800' in O. Ikime (ed.), pp. 210-23.
BARCELO, M. 1975. 'El hiato en las acunaciones de oro en al-Andalus, 127-317/744-5-929', *Moneda y Credito,* 132, pp. 33-71.
______. 1979. 'On coins in al-Andalus during the Umayyad Emirate (138-300)', *Quaderni ticinesi di numismatica e antichita classiche,* Lugano, pp. 313-23.
BARKINDO, B. 1985. 'The early states of the Central Sudan: Kanem, Borno and some of their neighbours to *c.* 1500 A.D.' in J. F. A. Ajayi and M. Crowder (eds) (1985), pp. 225-54.
BARRIS, J. 1974. 'A Text of the Benedicite in Greek and Old Nubian from Kasr el-Wizz', *JEA, 60,* pp.206-11.
BARRAU, J. 1962. 'Les plantes alimentaires de L'Océanie, origines, distribution et usages', *Annales du Musée colonial de Marseille,* 7, pp. 3-9.
BARRETEAU, D. (ED.) 1978. *Inventaire des études linguistiques sur les pays d'Afrique Noire d'expression française* (Paris: SELAF).
BARROS, JOÃO DE. 1552. *Decadas da Asia* (4 vols, Lisbon, 2nd edn, 1778).
BARTH, H. 1857-8. *Reisen und Entdeckungen in Nord und Central Africa in den Jahren 1849 bis 1855* (5 vols, Gotha: J. Perthes).
______. 1857-9. *Travels and Discoveries in North and Central Africa* (3 vols, New York: Harper).
______. 1860-1. *Voyages et découvertes dans l'Afrique septentrionale et centrale pendant les années 1849 à 1855* (4 vols, Paris-Brusells: A. Bohné).
BASCOM, W. R. 1955. 'Urbanization among the Yoruba', *American Journal of Sociology;* 60, pp. 446-53.
BASSET, H. 1920. *Essai sur la littérature des Berbères* (Algiers: Carbonel).
______. 1952. *Les langues berbères* (London: OUP).
______. 1893. 'Les inscriptions arabes de l'Ile de Dahlak', JA, 9th series, I, pp. 77-111.
BASTIN, Y., COUPEZ, A., AND DE HALLEUX, B. 1981. 'Statistique lexicale et grammaticale pour la classification historique des langues bantoues', *BSARSC.*
BATES, M. L. 1981. 'The function of 'Fātimid and Ayyūbid glass weights', JESHO, 24, pp. 63-92.
BATHILY, A. 1975. 'A discussion of the traditions of Wagadu with some reference to ancient Ghāna', *BIFAN(B),* 37, I, pp. 1-94.

BATHILY, I. D. 1969. 'Notices socio-historiques sur l'ancien royaume soninké du Gadiaga, présentées, annotées et publiées par Abdoulaye Bathily', *BIFAN* (B), 31, pp. 31- 105.
BATRĀN, A. A. 1973. 'A contribution to the biography of Shaikh Muhammad... al-Maghili', JAH, 14, 3, pp. 381-94.
BATTISTINI, R. 1976. 'Les modifications du milieu naturel depuis 2000 ans et la disparition de la faune fossile à Madagascar', *BASEQA,* 47, pp. 63-76.
BATTISTINI, R. AND VÉRIN, P. 1967. 'Irodo et la tradition vohémarienne', *Taloha,* 2, pp. XVII-XXXII.
______. 1971. 'Témoignages archéologiques sur la côte vezo de l'embouchure de l'Onilahy à la Baie des Assassins', *Taloha,* 4, pp. 19-27.
BATTISTINI, R., VÉRIN, P. AND RASON, R. 1963. 'Le site archéologique de Talaky, cadre géologique et géographique, premiers travaux de fouilles', *AUM* (Série Lettres et Sciences Humaines), I, pp. 112- 53.
BAUMANN, H. AND WESTERMANN, D. 1948. *Les peuples et les civilisations de l'Afrique* (Paris: Payot).
BAZUIN-SIRA, B. T. 1968. 'Cultural remains from the Tellem caves near Pégué (Falaise de Bandiagara), Mali, West Africa', *WAAN,* 10, pp. 14-15.
BEALE, P. O. 1966. *The Anglo-Cambian Stone Circles Expedition 1964/65* (Bathurst: Government Printer).
BEALE, P. O. 1968. 'The stone circles of the Gambia and the Senegal', *Tarikh,* 2, 2, pp. 1-11.
BEALE, T. W. 1973. 'Early trade in highland Iran: a view from a source area', *WA,* 5, 2, pp. 133-48. Becker, C. H. (1902-3) *Beiträge zur Geschichte Ägyptens unter dem Islam* (2 vols, Strassburg: Trübner).
BECKER, C. H. 1910. 'Zur Geschichte des östlichen Sudan', *Der Islam,* 1, 2, pp. 153-77.
BEDAUX, R. M. A. 1972. 'Tellem, reconnaissance archéologique d'une culture de l'Ouest africain au Moyen Âge – Recherches architectoniques', *JSA,* 42, pp. 103-85.
______. 1974. 'Tellem, reconnaissance archéologique d'une culture de l'Ouest africain au Moyen âge: les appuie-nuques', *JSA,* 44, pp. 7-42.
BEDAUX, R. M. A. AND BOLLAND, R. 1980. "Tellem, reconnaissance archéologique d'une culture de l'Ouest africain au Moyen âge: les textiles', *JSA,* 50, pp. 9-24.
BEDAUX, R. M. A., CONSTANDSE-WESTERMANN, T. S., HACQUEBORD, L., LANGE, A. G. AND VAN DER WAALS, J. D. 1978. 'Recherches archéologiques dans le Delta intérieur du Niger', *Palaeohistoria,* 20, pp. 91-220.
BEESTON, A. F. L. 1960. "Abraha' in H. A. R. Gibb *et al.* (eds), pp. 102-3.
BÉKRI, C. 1957. 'Le Kharijisme berbère: quelques aspects du royaume rustumide', *AIEOA,* 15, pp. 55-108.
BEL, A. 1903. *Les Benuou Ghânya, derniers représentants de l'empire Almoravide et leur lutte contre l'empire Almohade* (Paris: Leroux).
BELLO, M. 1951. *Infaku'l maisuri,* ed. by C. E. J. Whitting (London: Luzac).
BEN ACHOUR 1985. 'L'onomastique arabe au sud du Sahara: ses transformations' (Thèse de doctorat de 3ème cycle, Université de Paris I).
BEN ROMDHANE, K. 1978. 'Les monnaies almohades, apsects idéologiques et économiques' (2 vols, thèse de doctorat de 3ème cycle, Université de Paris, VII).
BERCHEM, M. VAN. 1952. 'Dcux campagnes de fouillés à Sedrata en Algérie', *C-RAI,* pp. 242-6.
______. 1954. 'Sedrata. Un chapitre nouveau de l'histoire de l'art musulman. Campagnes de 1951 et 1952', *Ars Orientalis,* I, pp. 157-72.
BERCHER, H., COURTEAUX, A., AND MOUTON, J. 1979. 'Une abbaye la tine dans la société musulmane: Monreale au XIIe siècle', *Annales, ESC,* 34, 3, pp. 525-47.
BERGÉ, M. 1972. 'Mérites respectifs des nations selon le Kitāb al-Intā 'wa-l-Mu'anasa d' Abu Hayyān al- Tamhīdī (+414 H/1023)', *Arabica,* pp. 165-76.
BERGER, I. 1981. *Religion and Resistance in East African Kingdoms in the Precolonial Period* (Tervuren: Musée Royale de l'Afrique Centrale).

BERGMAN, I. 1975. *Late Nubian Textiles* (Uppsala: SJE, 8).
BERNARD, A. 1932. *Le Maroc.* (8th edn, Paris: Alcan).
BERNARD, J. (ED.) 1982. 'Le sel dans l'histoire', *Cahiers du CRA, 2.*
BERNARD, J. 1983. *Le sang et l'histoire* (Paris: Buchet-Chastcl).
BERNUS, S. AND GOULETQUER, P. 1974. *Approche archéologique de la région d'Azelik et de Tegidda N-Tesamt (Agadez)* (Niamey: CNRS).
BERNUS, S. AND GOULETQUER, P. 1976. 'Du cuivre au sel: recherches ethno-archéologiques sur la région d'Azelik (campagnes *1973, 75)', JSA,* 46, 1-2, pp. 7-68.
BERQUE, J. 1979. *Les dix grands odes arabes de L'Anté-lslam. Les* Mu'allaqât *presentées et traduites de l'arabe* (Paris: Sindbad).
BERTHIER, P. 1962. 'En marge des sucreries marocaines: la maison de la plaine et la maison des oliviers à Chichaoua', *HT,* 3, pp. 75-7.
BERTHIER, S. 1976. 'Une maison du quartier de la mosquée à Koumbi Saleh' (2 vols, Mémoire de maîtrise, Univcrsité de Lyon II).
______. 1983. 'Etude archéologique d'un secteur d'habitat à Koumbi-Saleh' (2 vols, thèse de 3ème cycle, Université de Lyon II).
BESHIR, I. B. 1975. 'New light on Nubian-Fatimid relations', *Arabica,* 22, pp. 15-24.
BIANQUIS, T. 1980. 'Une crise frumentaire dans l'Egypte fatimide', JESHO, 23, pp. 87-101.
BIOBAKU, S. O. 1955. *The Origin of the Yorubas* (Lagos: Government Printer, Lugard Lectures). Biobaku, S. O. (ed.) (1973) *Sources of Yoruba History* (Oxford: Clarendon Press).
BIRD, C. S. 1970. 'The development of Mandekan (Manding): a study of the role of extra-linguistic factors in linguistic change' in D. Dalby (ed.), pp. 146-59.
BIRMINGHAM, D. 1977. 'Central Africa from Cameroun to the Zambezi' in R. Oliver (ed.), pp. 519-66.
AL-BIRŪNĪ. 1887. *Alberuni's India…,* Arabic text ed. by E. C. Sachau (London: Trübner).
______. 1888. *Alberuni's India…,* English text ed. by E. C. Sachau (2 vols, London: Trübner).
______. 1933. IN Y. KAMAL (ED.. *Monumenta Cartographica Africae et Aegypti,* Vol. 3 (Leiden: Brill).
______. 1934. *The Book of Instruction in the Elements of the Art of Astrology by al-Bīrunī,* tr. by R. Wright (London: Luzac).
BISSON, M. S. 1975. 'Copper currency in central Africa: the archeological evidence', *WA,* 6, pp. 276-92.
BIVAR, A. D. AND SHINNIE, P. L. 1970. 'Old Kanuri capitals' in J. D. Fage and R. A. Oliver (eds), pp, 289-302.
BLACHÈRE, R. 1966. *Le Coran* (Paris: PUF).
BLACHÈRE, R., CHOUÉMI, M., DENIZEAU, C. 1967-. *Dictionnaire arabe-français-anglais* (Paris: Maisonneuve & Larose).
BLANCK, J.-P. 1968. 'Schema d'évolution géomorphologique de la Vallée du Niger entre Tombouctou et Labhérange (République du Mali)', *BASEQA,* 19-20, pp. 17-26.
BLAU, O. 1852. 'Chronik der Sultâne von Bornu', *ZDMG,* 6, pp. 305-30.
BLEEK, W. H. I. 1862-9. *A Comparative Crammar of South African Languages* (2 vols, Cape Town: Juta/London: Trübner).
BLOCH, M. 1977. 'Disconnection between power and rank as a process: an outline of the development of kingdoms in Central Madagascar', *AES,* 17, pp. 107-48.
BOACHIE-ANSAH, J. 1978. 'Archaeological contribution to Wenchi history' (University of Ghana, Legon).
BOAHEN, A. A. 1977. 'Ghana before the Europeans' *GSSJ,* I.
BOHRER, S. P. 1975. 'Radiological examination of the human bones' in G. Connah, pp. 214-17.
BOITEAU, P. 1974-9. 'Dictionnaire des noms malgaches de végétaux', *Fitoterapia* (Milano) 1974, 2, p. 39; 1979, 4, p. 192.
BOITEAU, P. (1977. 'Les proto-Malgaches et la domestication des plantes', *Bull. de l'Académie Malgache,* 55, 1-2, 1979, pp. 21-6.

BOLENS, L. 1974. *Les méthodes culturales au Moyen Age d'après les traités d'agronomie andalous: traditions et techniques* (Geneva: Editions Médecine et Hygiène).
BOMBA, V. 1977. 'Traditions about Ndiadiawe Ndiaye, first Buurba Djolof. Early Djolof, the southern Almoravids and neighbouring peoples', *BIFAN,* (B), 39, I, pp. 1-35.
______. 1979. 'Genealogies of the Waalo matrilineages of Dioss Logre and Tediegue. Versions of Amadou Wade and Yoro Dyao', *BIFAN* (B), 41, 2, pp. 221-47.
BONNASSIÉ, P. 1975. *La Catalogne du milieu du Xe à la fin du XIe siècle. Croissance et mutations d'une société* (2 vols, Toulouse: Université de Toulouse-le-Mirail),
BOSER-SARIVAXÉVANIS, R. 1972. *Les tissus de l'Afrique occidentale.* (Basel: Basier Beiträge zur Ethnologie).
BOSER-SARIVAXÉVANIS, R. 1975. *Recherches sur l'histoire des textiles traditionnels tissés et teints de l'Afrique occidentale* (Basel: Basler Beitrage zur Ethnologie).
BOULNOIS, J. 1943. 'La Migration des Sao du Tchad', *BIFAN* (B), 5, pp, 80-121.
BOULNOIS, J., HAMA, B. 1954. *L'empire de Gao* (Paris: Miasonneuve).
BOUQUIAUX, L., L. HYMAN (EDS). 1980. *L'expansion bantoue* (Paris: SELAF).
BOVILL, E. W. 1933. *Caravans of the Old Sahara* (London: OUP).
______. 1958. *The Golden Trade of the Moors* (London: OUP).
BRADBURY, R. E. 1959. 'Chronological problems in the study of Benin *History', JHSN,* 1, 4, pp. 263-86.
BREU, M. 1969. 'Ifrīqiya as a market for Saharan trade from the tenth to the twelfth century, A.D.', JAH, 10, 3, pp. 347-64.
BRETT, M. 1972. 'Problems in the interpretation of the history of the Maghrib in the light of some recent publications', JAH, 13, 3, pp. 489-506.
______. 1975. 'The military interest of the Battle of Haydarān' in V. J. Parry, and M. E. Yapp (eds), pp.78-88.
BROTHWELL, D. R. 1963. 'Evidence of early population change in central and southern Africa: doubts and problems', *Man,* 63, pp. 101-4.
BROWNE, G. M. 1979-81. 'Notes on Old Nubian', I-III, *BASP,* 16, 1979, pp. 249-56; IV-V, *BASP,* 17, 1980, pp. 37-43; VI-VII, *BASP,* 17, 1980, pp. 129-41; VIII-X, *BASP,* 18, 1981, pp. 55-67.
______. 1982A. 'The Old Nubian verbal system', *BASP,* 19, pp. 9-38.
______. 1982B. *Grijfith's Old Nubian Lectionary* (Rome-Barcelona: Papyrologica Castrocta- viana, 8).
______. 1983. *Chrysostomus Nubianus. An Old Nubian Version of Ps.- Chrysostom 'In Venera- bilem Crucem Sermo'* (Rorne-Barcelona: Papyrologica Castroctaviana, 9).
BRUNSCHWIG, R. 1942-47. 'Ibn 'Abd al-Hakam et la conquète de l'Afrique du Nord par les Arabes. Etude critique', *AIEOA,* 6, pp. 108-55.
______. 1947. *La Berbérie orientale sous les Hafsides. Des origines à lafin du XVe siècle* (2 vols, Paris: Maisonneuve).
______. 1957. 'Fiqh fatimide et histoire d'Ifrīqīyya', *MHAOM,* 2, pp. 13-20. Brunschwig, R. (1960. "Abd' in H. A. R. Gibb *et al.* (eds) (1960) pp. 24-40.
______. 1967. 'Conceptions monétaires chez les juristes musulmans', *Arabica,* 14, pp. 113-43.
______. 1974. 'L'Islam enseigné par Hāmid b. Siddīq de Harar (XVIIIe siècle)', *Atti IV Congr. Int. Studi Etiop,* I, pp. 445-54.
BRYAN, M. A. 1959. *The Bantu Languages of Africa* (London: IAI).
BUDGE, E. A. W. 1909. *Texts relating to Saint Mena of Egypt and Canons of Nicaea in a Nubian Dialect* (London: OUP).
AL-BUKHĀRĪ. 1978. *Kital al-jāmi' al-sahih.* (tr. and notes by Muhammad Asad (New Delhi). Bulliet, R. W. (1975) *The Camel and the Wheel* (Cambridge, Mass.: HUP).
BURKE III, E. 1975. 'Towards a history of the Maghrib', *Middle Eastern Studies,* 2, 3, p. 303. Burton-Page, J. (1971. 'Habshī' in B. Lewis *et al.* (eds), pp, 14-16.
BUTRERWORTH, J. S. 1979. 'Chemical analysis of archaeological deposits from Thatswane Hills, Botswana', *SAJS,* 75, 9, pp. 408-9.

BUXRON, D. R. 1971. 'The rock-hewn and other medieval churches of Tigré Province, Ethiopia', *Archaeologia* (London), 103, pp. 33-100.
BUZURG IBN SHAHRIYĀR. 1883-6. *Kitāb 'Adjā'ib al Hind;* 1883 edn. ed. by P. A. van der Lith (Vol. I) and 1886 French transl. by M. Devic (Vol. 2), *Livre des merveilles d'Inde* (Leiden: Brill).
CABANIS, Y., CHABONIS, L. AND CHABONIS, F. 1969-70. *Végétaux et groupements végétaux de Madagascar et des Mascareignes* (Tananarive: BDPA).
CAHEN, C. 1961. 'La changeante portée sociale de quelques doctrines sociales' in *L'Elaboration de l'Islam,* pp. 5-22.
______. 1965. 'Quelques problèmes concernant l'expansion économique musulmane au haut moyen âge', *Settimani di Studio dei Centro Italiano di studi sull'alto medioevo,* 12, pp. 391-432.
______. 1968. 'Quelques mots sur les Hilaliens et la *nomadisme', JESHO,* 11, pp. 130-3.
______. 1970. 'Le commerce musulman dans l'Océan Indien au Moyen âge' in *Sociétés et Compagnies de commerce en Orient et dans l'Océan Indien.* (Paris: SEVPEN), pp. 180-93.
______. 1972. 'L'administration financière de l'armée fatimide d'après al-Makhzumi', JESHO, 15, 1-2, pp. 305-27.
______. 1977. *Les peuples musulmans dans l'histoire médiévale* (Damascus: Institut Français de Damas).
______. 1979. 'L'or du Soudan avant les Almoravides, mythe ou réalité?', *RFHOM,* 66, pp. 169-75.
______. 1980. 'Commercial relations between the Near East and the Western Europe from the VIIth to the XIth century' in K. I. Semaan (ed.) pp. 1-25.
______. 1981. 'L'or du Soudan avant les Almoravides: mythe ou réalité?' in *(Le) Sol, la Parole et l'Ecrit,* Vol. 2, pp. 539-45.
______. 1983. *Orient et Occident au temps des croisades* (Paris: Augier).
CALI, M. N. 1980. 'Outline of early Somali history from a linguistic perspective' (Paper delivered at International Conference of Somali Studies, Muqdishu, July 1980).
CALVOCORESSI, D. AND DAVID, N. 1979. 'A new survey of radiocarbon and thermoluminescence dates for West Africa', *JAH,* 20, I, pp. 1-29.
CAMPS, G. 1969. 'Haratin-Ethiopiens, réflexions sur les origines des négroïdes sahariens' in *Actes, Coll. Intern, Biolog, Pop. Sahar.,* pp. 11-20.
______. 1970. 'Recherches sur les origines des cultivateurs noirs du Sahara', *ROMM,* 7, pp. 35-45.
______. 1979. 'Les relations du monde méditerranéen et du monde subsaharien durant la pré-histoire et la protohistoire' in *Recherches Sahariennes,* I, pp. 9-18.
______. 1980. *Berbères, aux marges de l'histoire* (Paris: Hespérides).
CANARD, M. 1942-7. 'L'impérialisme des Fātimides et leur propagande', *AIEOA,* 6, pp. 162-99.
CANARD, M. (ED.). 1958. *Vie de l'ustadh Jaudhar* (Algiers: Publications de l'Institut d'Etudes Orientales de la Faculté des Lettres d' Alger).
CANARD, M. 1965. 'Fātimids' in B. Lewis *et al.* (eds), pp. 850-62.
CANCELLIERI, J. A. 1982. *Economie génoise et or du Soudan aux XIIe et XIIIe siècles* (Rome: Ecole française de Rome, ronéo).
CARBOU, H. 1912. *La région du Tchad et du Ouadaï* (*2* vols, Paris: Leroux).
CASTIGLIONE, L., HAJNÓCZI, G., KÁKOSY, L. AND TÖRÖK, L. (1974-5. *Abdallah Nirqi 1964, The Hungarian Excavations in Egyptian Nubia* (Budapest: Acta Archaeologica Academiae Scientiarum Hungaricae, 26-27).
CASTRO, R. 1974. 'Examen de creusets de Marandet (Niger)', *BIFAN* (B), 36, 4, pp. 667-75.
CAUDEL, M. 1900. *L'Afrique du Nord. Les Byzantins, les Berbères, les Arabes, avant les invasions* (Paris: Leroux).
CENIVAL, P. DE AND MONOD, T. 1938. *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentin Fernandes* (Paris: Larose).
CENTRE D'ETUDES ET DE RECHERCHE MARXISTE. 1974. *Sur le 'mode de production asiatique'* (2nd edn, Paris: Editions Sociales).
CERULLI, E. 1936. *Studi Etiopici* (Rome: Istituto per l'Oriente).
CERULLI, E. 1941. 'Il sultanato dello Scioa nel secolo XIII secondo un nuovo documento storico', *RSE,* I, pp. 5-42.

CERULLI, E. 1956. *Storia della letteratura etiopica* (Milan: Nuova Accademia Editrice).
______. 1957-64. *Somalia. Scritti vari editi ed inediti* (3 vols, Rome: Amministrazione Fiducitarta Italiana di Somalia).
______. 1971. *L'Islam di ieri e di oggi.* (Rome: Istituto per l'Oriente).
CHAMLA, M.-C. 1968. *Les populations anciennes du Sahara et des régions limitrophes. Etudes des restes osseux humains néolithiques et protohistoriques* (Paris: Arts et Métiers graphiques).
CHAMPAULT, F. D. 1969. *Une oasis du Sahara nord-occidental: Tabelbala.* (Paris: CNRS).
CHANG HSING-LANG. 1930. 'The importation of Negro slaves to China under the T'ang Dynasty' *Bulletin of the Catholic University of Peking,* 7, pp. 37-59.
CHANUDET, C. 1979. 'Problèmes actuels de biogéographie malgache', *Ambario* (Antananarivo), 1, 4, PP.373-8.
CHANUDET, C. AND VÉRIN, P. 1983. 'Une reconnaissance archéologique de Mohéli, *Etude Océan Indien,* 2, pp. 11-58.
CHAPELLE, J. 1957. *Nomades noirs du Sahara* (Paris: Plon).
______. 1980. *Le peuple tchadien, ses racines et sa vie quotidienne.* (Paris: L'Harmattan and ACCT).
______. 1982. *Nomades noirs du Sahara: les Toubous* (Paris: L'Harmattan).
CHARNAY, J.-P. 1980. 'Expansion de l'Islam en Afrique Occidentale', *Arabica,* 28, pp. 140-53.
CHAVANE, B. 1980. 'Recherches archéologiques sur la moyenne vallée du Sénégal' (Thèse de 3ème cycle, Université d'Aix-Marseille, 2 vols).
______. 1985. *Villages anciens du Takrūr. Recherches archéologiques dans la vallée moyenne du Sénégal* (Paris: Karthala).
CHENEB, M. 1922. *Abu Dulama, poète-bouffon de la cour des premiers califes abbasides* (Algiers). Chittick, H. N. (1959. 'Notes on Kilwa', *TNR,* 53, pp. 179-2°3.
CHITTICK, H. N. 1963. 'Kilwa and the Arab settlement of the East African coast', JAH, 4, 2, pp. 179- 90.
______.1965. 'The "Shirazi" colonization of East Africa', *JAH,* 6, 3, pp. 275-94.
______.1966. 'Unguja Ukuu: the earliest imported pottery, and an Abbasid dinar', *Azania, I,* pp.161-3.
______. 1967. 'Discoveries in the Lamu archipelago', *Azania,* 2, pp. 46-67.
______. 1968A. 'Two traditions about the early history of Kilwa', *Azania,* 3, pp. 197-200.
______. 1968B. 'The coast before the arrival of the Portuguese' in B. A. Ogot and J. A. Kieran (eds), pp. 98-114.
______. 1969. 'A new look at the history of Pate', JAH, 10, 3, pp. 375-91.
______. 1969. 'An archaeological reconnaissance of the southern Somali coast', *Azania,* 4, pp. 115-30.
______. 1974. *Kilwa: An Islamic Trading City on the East African Coast* (2 vols, Nairobi: British Institute in Eastern Africa).
______. 1975. "The peopling of the East African coast' in H. N. Chittick and R. I. Rotberg (eds), pp. 16-43.
______. 1977. 'The East Coast, Madagascar and the Indian Ocean' in R. Oliver (ed.), pp.183-231.
______. 1979A. "The Arabic sources relating to the Muslim expansion in the western Indian Ocean' in *Mouvements de Populations dans l'Océan Indien* (Paris: Champion), pp. 27-31.
______. 1979B. 'Sewn boats in the Western Indian Ocean and a Survival in Somalia' in *ICIOS,* 3, *History of tlhe Commercial Exchange and Marilime Transpor:* (Perth).
______. 1980. 'L'Afrique de l'Est et l'Orient: les ports et le commerce avant l'arrivée des Portugais' in Unesco (1980), pp. 15-26.
CHITTICK, H. N. AND ROTBERG, R. I. (EDS). 1975. *East Africa and the Orient* (New York: Africana Publishing).
CHOU JU-KUA. 1911. *Chou Ju-Kua. His Work on the Chinese and Arab Trade in the Twelfth and Thirteenth Centuries, entitled Chu-fan-chi* (tr. by F. Hirth and W. W. Rockhill, St Petersburg: Imperial Academy of Sciences).
CHRISTENSEN, A. (1944. *L'Iran sous les Sassanides* (Paris-Copenhagen: Geuthner).

CHRISTOPHE, L.-A. 1977. *Campagne internationale de l'Unesco pour la sauvegarde des sues et monuments de Nubie. Bibliographie* (Paris: Unesco).
CHURAKOV, M. 1960. 'Maghrib nakanune kharidjitskogo vosstaniya' [The Maghrib at the dawn of the Kharidjite revolt], *Palestinskiy Sbornik,* 5, 68, pp. 66-84.
______. 1962. 'Kharidjitskiye vosstaniya v Magribe' [The Kharidjite revolts in the Maghrib], *Palestinskiy Sbornik,* 7, 70, pp. 101-29.
______. 1966. 'Borba Kharidjitov Sidjilmasüi' [The struggle of the Kharidjites of Sidjil- māsa) in *Arabskie strany: Istoriya, Ekonomika* (Moscow: Nauka).
CIPOLLA, C. 1961. 'Appunti per una nuova storia della moneta nell'alto medioevo', *Settimani di Studio dei Centro Italiano di studi sull'alto medioevo,* 8, pp. 619-25.
CISSOKO, S. M. 1975. *Tombouctou et l'empire songhay.* (Dakar-Abidjan: Nouvelles Editions Africaines).
CLARK, J.D. 1968. *Further Palaeo-anthropological Studies in Northern Lunda.* (Lisbon: Publicações cult. Co. Diam. Angola, 78).
______. 1970. *The Prehistory of Africa* (London: Thames & Hudson).
______. 1976. 'Prehistoric populations and prcssures favoring plant domestication' in Harlan, J. R. *et al.* (eds) pp. 67-105.
CLARKE, S. 1912. *Christian Antiquities in the Nile Valley: A Contribution towards the Study of the Ancient Churches* (Oxford: Clarendon Press).
CLINC, W. 1937. *Mining and Melallurgy in Negro Africa* (Menasha: The American Anthropologist). Coedès, G. (1964) *Les Etats hindouisés d'Indochine et d'Indonésie* (Paris: de Boccard).
COHEN, R. 1962. 'The just-so So? A spurious tribal grouping in Western Sudanic history', *Man,* 62, pp. 153-4.
______. 1966. 'The Bornu king lists', *BUPAH,* 2, pp, 39-84.
COLE-KING, P. A. 1973. *Kukumba mbiri mu Malawi: a summary of archaeological research to March,* 1973 (Zomba: Government Press).
COLIN, G. S., BABAKAR, A. O., GHALI, N. AND DEVISSE, J. 1983. 'Un ensemble épigraphique almoravide: découverte fortuite dans la région de Tikjikja: chaton de bague découvert à Tegdaoust' in J. Devisse, D. Robert-Chaleix *et al.* (eds) pp, 427-44.
COLLETT, D. P. 1979. "The archaeology of the stone walled settlements in eastern Transvaal, South Africa' (University of the Witwatersrand).
______. 1982. 'Excavations of stone-walled ruin types in the Badfontein Valley, eastern Transvaal, South Africa', *SAAB,* 37, 135, pp. 34-43.
Colloque de Nouakchott. 1976. *Colloque de Nouakchott sur les problèmes de la desertification au sud du Sahara* (17-19 December 1973) (Dakar: NEA).
Colloque de Saint-Denis. 1972. *Colloque de Saint-Denis (Réunion) sur les mouvements de populatiom* dans l'Océan Indien.
CONDE, A. 1974. *Les sociétés traditionelles mandingnes* (Niamey: CRDTO).
CONDOMINAS, G. 1965. *L'exotique est quotidien* (Paris: Plon).
CONNAH, G. 1968. 'Radiocarbon dates for Benin city and further dates for Daima, N. E. Nigeria', *JHSN,* 4, pp. 313-20.
CONNAH, G. 1969. 'Ife' in T. Shaw (eds), pp. 47-53.
______. 1971. 'Recent contributions to Bornu chronology', *WAJA,* I, pp. 55-60.
______. 1972. 'Archaeology in Benin' *JAH,* 13, I, pp. 25-39.
______. 1975. *The Archaeology of Benin* (Oxford: Clarendon Press).
______. 1976. "The Daima sequence and the prehistoric chronology of the Lake Chad region of Nigeria', JAH, 17, 3, pp. 321-52.
______. 1981. *Three Thousand Years in Africa. Man and his Environment in the Lake Chad Region of Nigeria* (Cambridge: CUP).
CONRAD, D. C. AND FISHER, H. J. 1982. 'The conquest that never was: I. The external Arabic sources', *HA,* 9, pp. 21-59.

CONRAD, D. C. AND FISHER, H. J. 1983. 'The conquest that never was: II. The local oral sources', *HA,* 10, pp. 53-78.
CONTI ROSSINI, C. 1909. 'Les listes des rois d'Aksum', JA, 14, pp. 263-320.
______. 1921. 'Expeditions et possessions des Habasat en Arabie', *JA,* July/September, pp.5-36.
______. (1928. *Storia d'Etiopia* (Bergamo: Istituto Italiano d'Arti Grafiche).
CONZELMAN, W. E. 1895. *Chronique de Galâwdêwos, roi d'Ethiopie* (Paris: Bouillon).
COON, C. 1968. *Yengema Cave Report* (Philadelphia: University of Pennsylvania, University Museum Monographs).
COPPENS, Y. 1969. 'Les cultures protohistoriques et historiques du Djourab' in *Actes ler Coll. Intern. Archéol. Afr.,* pp. 129-46.
COQUERY-VIDROVITCH, C. 1969. 'Recherches sur un mode de production africain', *La Pensée,* 144, pp. 61-178.
______. 1974. 'Recherches sur un mode de production africain' in Centre d'Etudes et de Recherche Marxiste, pp. 345-67.
CORIPPUS. 1970. *Flavii Cresconii Corippi Iohannidos, seu De bellis Libycis, libri VIII,* ed. by J. Diggle and F. R. D. Goodyear (Cambridge: CUP).
CORNEVIN, M. 1982. 'Les Néolithiques du Sahara australe et l'histoire générale de l'Afrique', *BSPF,* 79, pp. 439-50.
______. 1960. *Histoire des peuples de l'Afrique Noire* (Paris: Berger-Levrault).
CORRÊA, A. A. M. 1943. *Raças do império* (Oporto: Portucalense Editora).
CORSO, R. 1949. 'Il velo dei Tuàregh' *Annali, Istituto Orientale di Napoli,* 3, pp. 151-66.
COSMAS INDICOPLEUSTES. 1968. *Topographie chrétienne.* (Paris: Le Cerf),
COULON, C. 1983. *Les musulmans et le pouvoir en Afrique noire* (Paris: Karthala).
COUPER, A., EVRARD, J. B. AND VANSINA, J. 1975. 'Classification d'un échantillon de langues bantoues d'après la lexicostatistique', *Africana Linguistica,* 6, pp. 131-58.
COURSEY, D. G. AND ALEXANDER, J. 1968. 'African agricultural patterns and the sickle cell', *Science,* 160, pp. 1474-5.
COURTOIS, C. 1957. 'Remarques sur le commerce maritime en Afrique au XIe sièclc', *MHAOM,* 2, pp. 51-9.
CRABB, D. 1965. *Ekoid Bantu Languages of Ogoja* (London: OUP).
CROSSLAND, L. B. 1976. 'Excavations at Nyarko and Dwinfuor sites of Begho-1975', *Sankofa,* 2, pp.86-7.
CROWFOOT, J. W. 1927. 'Christian *Nubia', JEA,* 13, pp. 141-So.
CUOQ, J. M. 1975. *Recueil des sources arabes concernant l'Afrique occidentale du VIIIe au XVIe siècle (Bilād al-Sūdān)* (Paris: CNRS).
CURRIN, P. D. 1971. 'Pre-colonial trading networks and traders: the Diakhanké, in C. Meillassoux (ed.), pp. 228-39.
______. 1975. *Economic Change in Precolonial Africa. Senegambia in the Era of the Slave Trade* (Madison: UWP).
AL-DABBĀGH. 1901. *Ma 'ālim al-Īmān* (4 Vols, Tunis).
DACHRAOUI, F. 1961. 'Contribution à l'histoire des Fatimides en Ifriqiyya " in *Arabica,* 8, 2, pp. 141-66.
DACHRAOUI, F. 1964. 'Le commencement de la prédication Ismailienne en Ifrīqīyya', *SI,* 20, pp. 92-109.
DACHRAOUI, F. 1981. *Le Califat fatimide du Maghreb. Histoire politique et institutions* (Tunis: STD).
DAGHFŪS, R. 1981. 'Al-'awamīl al-iktisādiyya li-hidjra Banī Hilāl wa-Banī Sulaym min Misr ilā Ifrikiya' [The economic factors of the B. Hilāl and B. Sulaym emigration from Egypt to Ifrikiya], *Awrāq* (Madrid), 4, pp. 147-63.
DAHL, O. C. 1951. *Malgache et Manjaan. Une comparaison linguistique* (Oslo: Egede-Instituttet).
DALBY, D. 196S. 'The Mel languages: a reclassification of the Southwest Atlantic', *ALS,* 6, pp. 1-7.
Dalby, D. (ed.) (1970) *Language and History in Africa* (London: Cass).

DALBY, D. 1975. 'The prehistorical implications of Guthrie's *Comparative Bantu.* Part I: problems of internal relationship', *JAH*, 16, 4, pp. 481-50.
DALBY, D. 1976. 'The prehistorical implications of Guthrie's *Compara tive Bantu.* Part II: Interpretation of cultural *vocabulary', JAH,* 17, I, pp. 1-27.
DANIELS, C. M. 1968. 'Garamantian Excavations: Zinchecra, 1965-1967', *Libya Antiqua,* 5, pp. 113- 94.
DANIELS, S. G. H. AND PHILLIPSON, D.W. 1969. 'The Early Iron Age site at Dambwa near Living-stone' in B. M. Fagan, D. W. Phillipson and S. G. H. Daniels (eds), Vol. 2, pp. I 54.
DARK, P. J. C. 1973. *An Introduction to Benin Art and Technology* (Oxford: Clarendon Press). Darling, P. J. 1974. 'The earthworks of Benin', *Nigerian Field,* 39, 3, pp. 128-37.
DARLING, P. J. 1976. 'Notes on the earthworks of the Benin empire', *WAJA,* 6, pp. 143-9.
______. 1979. 'Fieldwork surveys in the Benin and Ishan kingdoms', *Nyame Akuma;* 15, pp. 35-9.
DATOO, B. A. 1970. 'Rhapta: the location and importance of East Africa's first port', *Azania,* 5, pp. 65-76.
DAVEAU, S. 1970. 'Itineraire de Tamadalt à Awdaghust selon al-Bakri' in D. Robert, S. Robert and J. Devisse (eds), pp. 33-8.
DAVEAU, S. AND TOUPET, C. 1963. 'Anciens terroirs Gangara', *BIFAN* (B), 25, pp. 193-214.
DAVID N. 1982A. 'Prehistory and historical linguistics in Central Africa: points of contact' in C. Ehret, and M. Posnansky (eds), pp. 78-95.
______. 1982B. "The BIEA Southern Sudan Expedition of 1979: interpretation of the archaeological data' in J. Mack and P. Robertshaw, pp. 49-57.
DAVIDSON, B. 1964. *The African Past* (London: Longmans).
DAVIES, O. 1967. *West Africa before the Europeans* (London: Methuen).
DAVIES, O. 1971. 'Excavations of Blackburn', *SAAB,* 26, 103-4, pp. 165-78.
DAVISON, C. C., GIAQUE, R. D. AND CLARK, J. D. 1971. 'Two chemical groups of dichroic glass beads from West Africa', *Man,* (ns) 6, 4, pp. 645-59.
DAVISON, P. AND HARRIES, P. 1980. 'Cotton weaving in south-east Africa: its history and technology', *Textile History,* 11, pp. 176-92.
DE HEINZELIN, J. 1962. 'Ishango', *Scientific American,* June, pp. 105-18.
DELAFOSSE, M. 1912. *Haut-Sénégal-Niger (Soudan français)* (3 vols, Paris: Larose).
______. 1924. 'Les relations du Maroc avec le Soudan à travers les âges', *Hespéris,* 9, pp. 153-74.
______. 1924. 'Le Ghana et le Mali et l'emplacement de leurs capitales', *BCEHS,* 8, pp. 479-542.
______. 1931. *The Negroes in African History and Culture* (Washington, DC: Associated Publishers).
DELIBRIAS, G., GUILLIER, M. T., LABEYRIE, J. 1974. 'Gif natural radiocarbon measurements, VIII', *Radiocarbon,* 16, I, pp. 15-94.
DENBOW, J. R. 1979. 'Iron Age research in eastern Botswana', *Nyame Akuma,* 14, pp. 7-9.
______. 1979. *"Cenchrus ciliaris:* an ecological indicator of Iron Age middens using aerial photography in eastern Botswana', *SAJS,* 75, 9, pp. 405-8.
______. 1980. 'Early Iron Age remains from Tsodilo Hills', *SAJS,* 76, pp. 474-5.
______. 1981. 'Broadhurst – a 14th century AD expression of the Early Iron Age in southeastern Botswana', *SAAB,* 36, 134, pp. 66-74.
______. 1982. 'The Toutswe traditions: a study in socio-economic change in Botswana Society', in *Settlement in Botswana* (London: Heinemann), pp. 73-86.
______. 1983. 'Iron Age economics: herding, wealth and politics along the fringes of the Kala-hari Desert during the Early Iron Age' (Indiana University).
______. 1984. 'Prehistoric herders and foragers of the Kalahari: the Evidence for 1500 years of 'interaction' in C. Schrire (ed.), pp. 175-93.
DERENBOURG, H. 1905. 'Le poète antéislamique Antar' in Derenbourg, *Opuscules d'un Arabisant* (Paris: Charles Carrington), pp. 3-9.
DERRICOURT, R. M. AND PAPSTEIN, R. J. 1976. 'Lukolwe and the Mbwela of northwestern Zambia', *Azania,* II, pp. 169-76.

DESANGES, J. 1962. *Catalogues des tribus africaines de l'antiquué classique à l'Ouest du Nil* (Dakar: University of Dakar, Section d'Histoire).

______. 1976. 'L'Iconographie du noir dans l'Afrique du nord antique' in J. Vercoutter, J. Leclant, F. Snowden (eds).

DESCAMPS, C., THILMANS, G. AND THOMMERET, Y. 1974. 'Données sur l'édification de l'amas coquillier de Dioron Boumak', *BASEQA,* 41, pp. 67-83.

DESCHAMPS, H. 1960. *Histoire de Madagascar* (Paris: Berger Levrault). Deschamps, H. (1968) *Le Sénégal et la Gambie* (Paris: PUF).

DESCHAMPS, H. (ED.). 1970-1. *Histoire générale de l'Afrique noire* (2 vols, Paris: PUF). Deschamps, H. 1972. *Histoire de Madagascar* (Paris: Berger Levrault).

DESPOIS, J. 1965. 'Fazzân' in B. Lewis, C. Pellat and J. Schacht (eds), pp. 875-7.

DEVERDUN, G. 1959-66. *Marrakech des origines à 1912*(2 vols, Rabat: Ed. Techniques nord-africaines).

DEVIC, L. M. 1983. *Le Pays des Zendjs ou la côte orientale d'Afrique au Moyen âge* (Paris: Hachettc). Devisse, J. 1970. 'La question d'Audagust', in D. Robert, S. Robert and J. Devisse (eds), pp. 109-56. Devisse, J. (1972. 'Routes de commerce et échanges en Afrique occidentale en relation avec la Mèditerranée. Un essai sur le commerce africain médiéval du XIe au XVIe siècle', *RHES,* 50, I, pp. 42- 73, 50, 3, pp. 357-397.

DEVISSE, J. 1974. 'Une enquête à développer: le problème de la propriété des mines en Afrique de l'Ouest du VIII' au XVI' siècle' in *Miscellanea Charles Verlinden* (*Bulletin de l'Institut Historique Belge de Rome,* 44), pp. 201-19.

______. 1979A. *L'image du Noir dans l'Art Occidentale, Vol. 2, part 1, Des premiers siècles chretiens aux 'Grandes Decouvertes', De la menace demoniaque à L'incarnation de la sainteté* (Fribourg: Office du Livre).

______. 1979B. 'L'arrière plan africain des relations internationales au Xe siècle' in *Occident et Orient au Xe siècle, Actes du IXe Congrès de la Société des historiens médievistes* (*Dijon: 2/4 June 1978*) (Paris: Société les Belles Lettres), pp. 145-65.

______. 1981A. 'Pour une histoire globale de la céramique africaine' in *(Le) sol, la parole et l'ecrit,* pp. 179-203.

______. 1981B. 'L'Afrique noire' in 'Le grand Atlas de L'architccture mondiale', *Encyclopedia Universalis* (Paris), pp. 72-83.

______. 1982. 'L'apport de l'archéologie à l'histoire de l'Afrique occidentale entre le Ve et le XIIe siècle', C-RAI, pp. 156-77.

______. 1983. 'Histoire et tradition urbaine du Sahel' in *Lectures de la ville africaine contemporaine* (Acres du 7e Séminaire consacré aux transformations de l'architecture dans le monde islamique, Dakar, 1983). pp. 1-10.

______. 1985A. 'Les Africains et l'eau, la longue durée' in *Actes du Colloque de l' Université de Paris I sur la Politique de l'eau en Afrique (1983).*

______. 1985B. 'Fer et espace dans l'histoire de l'Afrique', *Annales ESC.*

DEVISSE, J., ROBERT-CHALEIX, D. *et al.* 1983. *Tegdaoust III. Recherches sur Awdaghust* (Paris: ADPF).

DIALLO, T. 1972. 'Origine et migrations des Peul avant le XIX siècle', *AFLSHD,* 2, pp. 121-93. *Dictionnaire archéologique des techniques* (1963) (2 vols, Paris: Edition de l'Accueil).

DIDILLON, H., DIDILLON, J.-M., DONNADIEU, C. AND DONNADIEU, P. 1977. *Habiter le désert, les maisons mozabites. Recherches sur un type d'architecture traditionnelle pré-saharienne* (Brussels).

DIEHL, C. 1896. *L'Afrique byzantine* (Paris: Leroux).

DIMMENDAAL, G. J. 1982. 'Contacts between Eastern Nilotic and Surma groups in linguistic evidence' in J. Mack and P. Robertshaw (eds), pp. 101-10.

DINKLER, E. (ED.). 1970. *Kunst und Geschichte Nubiens in Christlicher Zeit, Ergebnisse und Probleme auf Grund der jüngsten Ausgrabungen.* (Recklinghausen: Verlag Aurel Bongers).

DINKLER, E. 1975. 'Beobachtungen zur Ikonographie des Kreuzes in der nubischen Kunst' in K. Michalowski (ed.), pp. 20-30.
DIOP, C. A. 1955. *National nègre et culture* (Paris: Editions Africaines).
______. 1960. *L'Afrique noire précoloniale* (Paris: Présence Africaine).
______. 1967. *Antériorité des civilisations nègres: Mythe ou vérité historique?* (Paris: Présence Africaine).
______. 1972. 'Datations par la méthode du radiocarbone, série III', *BIFAN,* (B), 34, 4, pp. 687-701.
______. 1981. *Civilisation ou barbarie* (Paris: Présence Africaine).
DIOP, L. M. 1968. 'Métallurgie traditionelle et âge du fer en Afrique', *BIFAN* (B), 30, I, pp. 10-38.
AL-DJADDAWĪ, M. 1963. *Al-Rakik fi 'l-ta'rikh wa-fi 'l-Islām,* Vol. I (Alexandria).
AL-DJĀHIZ ABŪ 'UTHMĀN 'AMR. 1903. *Trio opuscula,* ed. by G. van Vloten (Leiden: Brill).
______. 1964. *Rasā' il al-Djahiz: Risāla Fakhr al-Sūdān 'alā' l-Bidān* (ed. by 'A Hārūn, 2 vols, Cairo).
DJAIT, H. 1973. 'L'Afrique arabe au VIIIe siècle (84-184/705-800)', *Annales ESC,* 28, 3.
DJAIT, H., TALBI, M., DACHRAOUI, F., BOUIB, A. AND M'RABET, M. A. N.D. *Histoire de la Tunisie: le Moyen âge* (Tunis: Société Tunisienne de Diffusion).
AL-DJANHĀNĪ, H. 1968. *Al-Kayrawān 'abra 'usūr izdihār al-hadārat al-islāmiyya fi l-Maghrib al-'Arabī* (Tunis).
DOBRZENIECKI, T. 1973-5. 'Maiestas Domini', I, *RMN;* 17, 1973; II, *RMN,* 18, 1974, pp. 216-308; III, *RMN,* 19, 1975, pp. 5-263.
______. 1974. 'Maiestas Crucis in the mural paintings of the Faras Cathedral. Some iconographical notes', *BMNV,* 15, pp. 6-20.
______. 1980. 'Nubijska Maiestas Domini z katedry w Faras w Muzeum Narodowym w Warszawie' [Nubian Maiestas Domini of the Cathedral of Faras in the Warsaw National Museum], *RMN,* 24, pp. 261-341.
DOKE, C. M. 1938. 'The Earliest records of Bantu', *Bantu Studies,* 12, pp. 135-44.
DOLPHYNE, F. 1974. 'The languages of the Ghana-Ivory Coast border', *Actes du Colloque interuniversitaire Gbana-Côte d' Ivoire* (Abidjan: Université Nationale).
DOMBROWSKI, J. C. 1980. 'Early settlers in Ghana' (Legon: University of Ghana, Inter-Faculty Lecture).
DOMENICHINI, J.-P. 1978. 'Antehiroka et Vazimba. Contribution à l'histoire de la société du XVIIIe au XIXe siècle', *Bull. Ac. Malg.,* 56, 1-2, (1982), pp. 11-21.
______. 1981A. 'La plus belle énigme du monde, ou l'historiographie coloniale en question', *Omaly sy Anio,* 13-14, pp. 57-76 and 84-5.
______. (1981B. 'Problématiques passées et présentes de l'archéologie à Madagascar', *RPC,* 55, pp. 10-15.
DOMENICHINI-RAMIARAMANANA, B. 1976. *Le Malgache, Essai de description sommaire* (Paris: SELAF).
______. 1977. 'Malagasy cooking' in J. Kuper (ed.), pp. 111-15. Domenichini-Ramiaramanana, B. (1978) 'Qu'est-ce qu'un hainteny?' in R. Etiemble (ed.) *Colloque sur la traduction poétique* (Paris: Gallimard) pp. 103-6.
______. 1981. 'La Cuisine malgache' in J. Kuper (ed.), pp. 120-5.
______. 1983. *Du Ohabolana au hainteny, Langue, littérature et politique à Madagascar* (Paris: Karthala/CRA).
______. 1984. 'De la légende à l'histoire: le cycle de Darafify ou le commerce des aromates, èpices, parfums et simples', *Communication à l'Académie Malgache,* séance de section du 28 Juin 1984.
______. 1985. 'Madagascar dans l'Océan Indien du Haut Moyen âge d'après les traditions de la côte orientale', *Sources Orales et Histoire,* I, (Valbonne: CEDRASEMI).
DOMENICHINI-RAMIARAMANANA, B., DORNENICHINI, J.-P. 1979. 'La tradition malgache, une source pour l'histoire de l'Océan Indien', *Taloha,* 8, pp. 57-81.
______. 1983. 'Madagascar dans l'Ocèan Indien avant le XIIIe siècle', *NCAA,* I, pp. 5-19.
______. 1984. *Les premiers temps de l'histoire malgaehe. Nouvelle définition d'un champ de recherche* (Antananarivo: forthcoming).

DONADONI, S. (ED.). 1967. *Temit 1964. Missione Archeologica in Egitto dell' Università di Roma* (Rome: Università degli Studi).
______. 1969. 'Mētēr Basileōs' [King's Mother] *Studi Classici e Orientali* (Pisa), 18, pp. 123-5. Donadoni, S. (1970) 'Les fouilles à l'église de Sonqi Tino' in E. Dinkler (ed.), pp. 209-18.
DONADONI, S. AND CURTO, S. 1968. 'Le pitture murali della chiesa di Sonki nel Sudan' in *La Nubia Cristiana,* Quaderno No 2 de Museo Egizio di Torino (Turin: Fratelli Fozzo-Salvati), pp. 1-13.
DONADONI, S. AND VANTINI, G. 1967-8. 'Gli scavi nel diff di Sonqi Tino, Nubia Sudanese', in: *RPAR,* 40, pp. 247-73.
DENQUE, G. 1965. 'Le contexte océanique des anciennes migrations: vents et courants dans l'Océan Indien', *Taloha,* I, pp. 43~59.
DONZEL, E. VAN, LEWIS, B., PELLAT, C. (EDS). *Encyclopaedia of Islam,* Vol. 4 (2nd edn, Leiden: Brill).
DORESSE, J. 1971. *Histoire sommaire de la Corne orientale de l'Afrique* (Paris: Geuthner).
DOS-SANTOS, J. AND EVERDOSA, C. M. N. 1970. 'A Estação arqueológica de Benfica, Luanda', *Revista da Fac. de Ciências da Universidade de Luanda,* 5, pp. 33-51.
DOUGLAS, M. 1981. *De la souillure. Essai sur les notions de pollution et de tabou* (Paris: Maspéro).
DOZY, R. 1874. *Geschichte der Mauren in Spanien bis zur Eroberung Andalusiens durch die Almoraviden* (711-1110) (2 vols, Leipzig: Grunow).
DOZY, R. 1932. *Histoire des Musulmans d'Espagne jusqu'à la conquête de l'Andalousie per les Almoravides* (711-1110) (2nd edn, Leiden: Brill).
DRAMANI-ISSIFOU, Z. 1981. 'Routes de commerce et mise en place des populations du nord du Bénin actuel' in *(Le) sol, la parole et l'écrit.* Vol. 2, pp. 655-72.
______. 1982. *L'Afrique noire dans les relations internationales au XVI siècle. Analyse de la crise entre le Maroc et le Sonrhaī* (Paris: Karthala-CRA).
______. 1983A. 'Islam et société dans l'empire sonrhaī: sur quelques aspects des relations entre Gao et Tombouctou aux XVe-XVIe siècles d'après les Ta'rikhs soudanais', *L'Information historique,* 45, pp. 244-52.
______. 1983B. 'Les nouvelles interprétations des relations entre le Maghreb et l'Afrique soudanaise au XVIe siècle' in *Actes du Second Colloque euro-africain sur 'Le Passé du Sahara et les zones limitrophes des Caramantes au Moyen âge'.* Paris, 15-16 Décembre 1983.
______. 1984. 'Quand les voyageurs arabes découvraient le pays des noirs', *Balafon- Méllloire de l'Afrique,* 62, pp. 20~7.
DU BOURGUET, P. 1970. 'La peinture murale compte: quelques problèmes devant la peinture murale nubienne' in E. Dinkler (ed.), pp. 303-12.
DUCATEZ, G. AND DUCATEZ, J. 1980. 'Formation des dénominations de couleur et de luminosité en arabe classique et pré-classique: essai de périodisation selon une approche linguistique et anthropologique', *Peuples méditerranéens,* 10, pp. 139-92.
DUCHEMIN, G. J. 1950. 'A propos des décorations murales des habitations de Oualata (Mauritanie)', *BIFAN(B),* 12, pp. 1095-110.
DUYVENDAK, J. J. L. 1949. *China's Discovery of Africa* (London: Probsthain).
ECHALLIER, J. L. 1970. 'Forteresse et villages désertés du Toūat Goūrara (Sahara algérien)' (Thèse de 3ème cycle, Paris, Ecole Pratique des Hautes Etudes).
ECHARD, N. (ED.). 1983. *Métallurgies africaines. Nouvelles contributions* (Paris: Société des Africanistes). Effah-Gyamfi, K. (1975) *Traditional History of the Bono State. An Archaeological Approach* (Legon: Institute of African Studies).
EFFAH-GYAMFI, K. 1978. 'Bono Manso, an archaeological investigation into early Akan urbanism' (University of Ghana, Legon).
EGHAREVBA, J. 1960. *A Short History of Benin* (3rd edn, Ibadan: Ibadan University Press).
EHRENKREUTZ, A. S. 1959. 'Studies in the monetary history of the Near East in the Middle Ages', *JESHO,* 2, pp. 128-61.

EHRENKREUTZ, A. S. 1963. 'Studies in the monetary history of the Near East in the Middle Ages, II: the standard of fineness of western and eastern dinars before the *Crusades', JESHO,* 6, pp. 243-77.
______. 1977. 'Numismatico-statistical reflections on the annual gold coinage production of the Tūlūnid Mint in Egypt', *JESHO,* 20, pp, 267-81.
EHRET, C. 1971. *Southern Nilotic History: Linguistic Approaches to the Study of the Past* (Evanston: NUP).
______.1972. 'Bantu origins and history: critique and interpretation ', *TJH,* 2, pp. l-9.
______.1973. 'Patterns of Bantu and Central Sudanic settlement in central and southern Africa (1000 BC - 500 AD)', *TJH,* 3, pp. 1-71.
______. 1974A. *Ethiopians and East Africa: The Problems of Contacts* (Nairobi: East African Publishing House).
______. 1974B. 'Agricultural history in central and southern Africa, (*c*. 1000 BC - 500 AD)', *TJH,* 4, 1-25.
______. 1974C. 'Some trends in precolonial religious thought in Kenya and Tanzania' (Paper delivered at Conference on the Historical Study of African Religions, Limuru, Kenya, June 1974).
______. 1976. 'Aspects of social and economic change in Western Kenya, AD 500-1800' in B. A. Ogot (ed.), pp. 1-20.
______. 1980A. *The Historical Reconstruction of Southern Cushitic Phonology and Vocabulary* (Berlin: Reimer).
______. 1980B. "The Nilotic languages of Tanzania' in E. C. Polomé and C. P. Hill (eds), pp. 68-78.
______. 1982A. 'Linguistic inferences about early Bantu history' in C. Ehret and M. Posnansky (eds), pp. 57-65.
______. 1982B. 'Population movement and culture contact in the southern Sudan, *c.* 3000BC to AD 1000: a preliminary linguistic overview' in J. Mack and P. Robertshaw (eds), pp. 19-48.
______. 'East African words and things: aspects of nineteenth century agricultural change in East Africa' in B. A. Ogot (ed.).
______."The invention of highland planting agriculture in northeastern Tanzania: social repercussions of an economic transformation'.
______.'Technological change in central and southern Africa, *c*. 1000 BC to AD 500'.
EHRET, C. AND NURSE, D. 19813. "The Taita Cushires', *SUGIA,* 3, pp. 125-68.
______. 1981B. 'History in the Taita Hills: a provisional synthesis', *KHR,* 7-8.
EHRET, C. AND POSNANSKY, M. (EDS). 1982. *The Archaeological and Linguistic Reconstruction of African History* (Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press).
L'ELABORATION DE L'ISLAM. 1961. Colloque de Strasbourg, 12-14 Juin 1959 (Paris: PUF).
ELOFF, J. F., MEYER, A. 1981. 'The Greefswald sites' in E. A. Voigt (ed.), pp. 7-22.
EPSTEIN, H. 1971. *The Origins of the Domestic Animals in Africa* (2 vols, New York: Africana Publishing).
ERVEDOSA, C. 1980. *Arqueologia Angolana* (Luanda: Ministério da Educação Nacional).
Etudes Nubiennes. 1978. Colloque de Chantilly, 2-6 Juillet 1975 (Cairo: IFAO-Bibliotheque d'Etude, Vol. 77).
Etudes d'orientalisme dediées à la mémoire de E. Léoi-Provençal. 1962. (Paris: Maisonneuve & Larose).
EUSTACHE, D. 1970-1. *Etudes sur la monnaie antique et i'histoire monétaire du Maroc, 1: Corpus des dirhams idrisites et contemporains. Collection de la Banque du Maroc et autres collections mondiales publiques et privées* (Rabat: Banque du Maroc).
EVANS, D. 1975. 'Stonehenges of West Africa', *Country Life,* 16 January, pp. 134-5.
EVANS-PRITCHARD, E. E. 1956. *Nuer Religion* (Oxford: Clarendon Press).
EVERS, T. M. 1980. 'Klingbeil Early Iron Age sites, Lydenburg, eastern Transvaal, South Africa', *SAAB,* 35, 131, pp. 46-57.
EVERS, T. M. (1981. 'The Iron Age in the eastern Transvaal' in E. A. Voigt (ed.), pp. 65-109.

EVERS, T. M. 1982. 'Excavations at the Lydenburg Heads site, eastern Transvaal, South Africa', *SAAB,* 37, 135, pp. 16-3J.
EVERS, T. M. 1984. 'Sotho-Tswana and Moloko settlement patterns and the Bantu cattle pattern', in M. J. Hall *et al.* (eds), pp. 236-47.
EWERT, C. 1971. *Islamische Funde in Balaguer und die Aljaferia in Zaragoza* (Berlin: De Gruyter).
EYO, E. 1974. 'Recent excavations at Ife and Owo, and their implications for Ife, Owo and Benin studies (University of Ibadan).
EYO, E AND F. WILLETT. 1980, 1982. *Treasures of Ancient Nigeria* (New York: Knopf [1980], London: Royal Academy of Arts in association with Collins [1982].
FAGAN, B. M. 1967. *Iron Age Cultures in Zambia, I: Kalomo and Kangila.* (London: Chatto & Windus).
FAGAN, B. M. 1969A. 'Excavations at Ingombe Ilede, 1960-1962' in B. M. Fagan, D. W. Phillipson and S. G. H. Daniels (eds), pp. 55-161.
FAGAN, B. M. 1969B. 'Radiocarbon dates for sub-Saharan Africa, *VI', JAH,* 10, I, pp. 149-69.
FAGAN, B. M. AND NENQUIN, J. (EDS). 1966. *Inventaria Archeologica Africana* (Tervuren: Musée Royale de l'Afrique Centrale).
FAGAN, B. M. AND PHILLIPSON, D. W. 1965. 'Sebanzi, the Iron Age sequence of Lochinvar and the Tonga', J. *Roy. Anthropol. Inst.,* 45, pp. 253-94.
FAGAN, B. M., PHILLIPSON, D. W. AND DANIELS, S. G. H. (EDS) (1967-9). *Iron Age Cultures in Zambia* (2 vols, London: Chatto & Windus).
FAGAN, B. AND YELLEN, J. E. 1968. 'Ivuna: ancient salt working in southern Tanzania', *Azania,* 3, pp. 1-44.
FAGE, J. D. 1964. 'Some thoughts on state-formation in the Western Sudan before the seventeenth century', *BUPAH,* I, pp. 17-34.
______. 1969. *A History of West Africa* (4th edn, Cambridge: CUP).
______. 1974. *States and Subjects in Sub-Saharan African History* (Johannesburg: Witwatersrand University Press, Raymond Dart Lecture).
FAGE, J. D. (ED.). 1978. *The Cambridge History of Africa, Vol.* 2: *c. 500 BC - 1050AD* (Cambridge: CUP).
FAGE, J. D. 1980. 'Slaves and society in western Africa c. *1445-1700', JAH,* 21, 3, pp. 289-310.
FAGE, J. D. AND OLIVER, R. A. 1970. *Papers in African Prehistory* (Cambridge: CUP).
FAGG, B. E. B. 1965. 'Carbon dates from Nigeria', *Man,* 54, pp. 22-3.
FAGG, B. 1969. 'Recent work in West Africa: new light on the Nok Culture', *WA,* I, I, pp. 41-50. Fagg, W. 1963. *Nigerian Images* (London: Lund Humphries).
FALI, Y. 1982. 'Silla: problématique d'un site de la vallée du Fleuve du Sénégal', *ASAG,* 46, pp. 199-216.
FARIAS, P. F. DE MORAES. 1966. 'A reforma de Ibn Yāsīn', *Afro-Asia* (Salvador de Bahia), 2-3, pp. 37- 58.
______. 1967. "'The Almoravids: some questions concerning the character of the movement during its periods of closest contact with the Western Sudan', *BIFAN (B),* 24, 3-4, pp. 794-878.
FARIAS, P. F. DE MORAES. 1974. 'Silent trade: myth and historical evidence', *HA,* I, pp. 9-24.
FARMER, H. G. 1929. *A History of Arabian Music to the XIIth century* (London: Luzac).
FATHY, H. 1981. *Des architectures de terre ou l'avenir d'un tradition millénaire* (Paris: Centre Georges Pompidou).
FAZLUR, R. 1966. *Islam* (London: Weidenfeld & Nicolson). Feierman, S. (1974) *The Shambaa Kingdom* (Madison: UWP).
FERRAND, G. 1891-1902. *Les Musulmans à Madagascar et aux Iles Comores* (3 vols, Paris: Leroux).
______. 1909. *Essai de phonétique comparée du malais et des dialectes malgaches* (Paris: Geuthner). Ferrand, G. 1919. 'Les K'ouen-Iouen et les anciennes navigations interocéaniques dans les mers du Sud', *JA,* 11th series, 13, pp. 239-333, 431-92; 14, pp. 5-68, 201-41.
______. 1922. 'L'empire Sumatranais de Çrīvijaya', JÁ, 11th series, 20, pp. 1-104. Ferrand, G. 1929. 'Wakwāk' in M. T. Houtsma *et al.* (eds), pp. 1105-9.

FILESI, T. 1962. *Le relazioni della Cina con l'Africa nel Medio-Evo* (Milan: Giuffrè).
______. 1970. *China and Africa in the Middle Ages* (London: Cass).
FILIPOWIAK, W. 1979. *Etudes archéologiques sur la capitale médiéuale du Mali* (Szczecin: Muzeum Narodowe).
FILIPOWIAK, W., JASNOSZ, S., WOLAGIEWICZ, R. 1970. 'Les recherches archéologiques polono-guinéennes à Niani en 1968', *Materialy Zachodnio-pormorskie,* 14, pp. 575-648.
FISHER, A. G. B. AND FISHER, H. J. 1970. *Slavery and Muslim Society in Africa* (London: Hurst).
FISHER, H. J. 1972. "He swalloweth the ground with fierceness and rage": the horse in the Central Sudan. II. Its *introduction', JAH,* 13, 3, pp. 367-88.
______. 1973A. '"He swalloweth the ground with fierceness and rage": the horse in the Central Sudan. 11. Its *use', JAH,* 14, 3, pp. 355-79.
______. 1973B. 'Conversion reconsidered: some historical aspects of religious conversion in Black Africa', *Africa,* 43, pp. 27-40.
______. 1977. "The eastern Maghrib and the central Sudan' in R. Oliver (ed.) (1977), pp. 232-330.
FLACOURT, E. DE. 1661. *Histoire de la Grande Ile Madagascar... avec une relation de ce qui s'est passé ès années 1655, 1656 et 1667* (Paris: Pierre Bienfait. Edition prepared by A. Grandidier, G. Grandidier and H. Froidevaux, 1913).
FLEISCHHACKER, H. VON. 1969. 'Zur Rassen-und Bevölkerungsgeschichte Nordafrikas unter besonderer Berücksichtigung der Aethiopiden, der Libyer und der Garamanten', *Paideuma,* 15, pp. 12- 53.
FLIGHT, C. 1967. 'The prehistoric sequenee in the Kintampo area of Ghana', *Actes VIe Congr. PPEQ,* pp.68-9.
FLIGHT, C. 1973. 'A survey of recent results in the radiocarbon chronology of northern and western *Africa', JAH,* 14, 4, pp. 531-54.
FLIGHT, C. 1975. 'Gao, 1972: first interim report: a preliminary investigation of the Cemetery at Sané', *WAJA,* 5, pp. 81-90.
______. "The Kintampo culture and its place in the economic prehistory of West Africa' in J. Harlan *et al.* (eds), pp. 211-21.
______. 1978. 'Gao, 1974: second interim report: excavation in the Cemetery at Sané', *WAJA,* 7.
FLURY, S. 1922. 'The Kufic inscriptions of Kisimkazi Mosque, Zanzibar, 500 A.H. (A.D. 1107)', *JRAS,* April, pp. 257-64.
FORAND, P. 1971. 'Early Muslim relations with Nubia', *Islam,* 48, pp. 111-21.
FORD, J. (1971. *The Role of the Trypanosomiases in African Ecology: A Study of the Tsetse Fly Problem* (Oxford: Clarendon Press).
FORDE, D., JONES, G. I. 1950. *The Ibo and Ibibio-speaking Peoples of South-Eastem Nigeria* (London: IAI).
FORDYCE, B. N. S. 1984. "The prehistory of Nylsvley' in B. Walker (ed.).
FOUCAULD, C. E. DE. 1940. *Dictionnaire abrégé touareg-français de noms propres (dialecte de l'Ahaggar)* (Paris: Larose).
FOUCHÉ, L. (ED.). 1937. *Mapungubwe: Ancient Bantu Civilization on the Limpopo* (Cambridge: CUP).
FOURNEL, H. 1875-81. *Les Berbères; étude sur la conquète de l'Afrique par les Arabes* (2 vols, Paris: Imprimerie nationale).
FOURQUET, R., SARTHOU, J.-L., ROUX, J. AND ACRI, K. 1974. 'Hémoglobine S et origines du peuplement de Madagascar. Nouvelle hypothèse sur son introduction en Afrique', *Arch. Inst. Pasteur de Madagascar,* 43, pp. 185-220.
FRASER, D. 1972. 'The fish-legged figure in Benin and Yoruba art' in D. Fraser and H. M. Cole (eds), pp. 261-94.
______. 1975. "The Tsoede bronzes and Owo Yoruba art', *African Arts,* 8, 3, pp. 30-5.
FRASER, D. AND COLE, H. M. 1972. *African Art and Leadership* (Madison: UWP).

FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1959. 'Some problems of East African coinage from early times to 1890', *TNR,* 53, pp. 250-60.
______. 1960. 'East African coin finds and their historical significance', *JAH,* I, I, pp. 31-43.
______. 1962A. *The Medieval History of the Coast of Tanganyika* (London: OUP).
______. 1962B. *The East African Coast. Select Documents from the first to the earlier nineteenth century* (Oxford: Clarendon Press).
FREND, W. H. C. 1972A. 'Coptic, Greek and Nubian at Qasr Ibrim', *Byzantinoslavica,* 33, pp. 224-9.
______. 1972B. *The Rise of the Monophysite Movement: Chapters in the History of the Church in the Fifth and Sixth Centuries* (Cambridge: CUP).
______. 1979. 'The cult of military saints in Christian Nubia' in C. Andresen and G. Klein (eds) *Theologia Crucis - Signum Crucis. Festschrift für E. Dinkler zum 70. Geburstag* (Tübingen: J. C. B. Mohr), pp. 155-63.
FROBENIUS, L. 1913. *The Voice of Africa* (2 vols, London: Hutchinson).
FROBENIUS, L. AND WILM, R. VON. 1921-31. *Atlas Africanus* (Munich: Beck).
GADO, B. 1980. *Le Zarmatarey. Contribution à l'histoire des populations d'entre Niger et Dallol Mawri* (Niamey: Institut de Recherche en Sciences Humaines).
GADO, B. 1981. 'La recherche archéologique et historique au Niger' *Recherche, Pédagogie et Culture,* 55, pp. 33-40.
GALLAIS, J. 1984. *Hommes du Sahel, espace, temps et pouvoirs* (Paris: Flammarion).
GALLOWAY, A. 1937. 'The skeletal remains of Mapungubwe' in L. Fouché (ed.), pp. 127-74. Galloway, A. (1959) *The Skeletal Remains of Bambandyanalo* (Johannesburg: University of the Witwatersrand Press).
GAO JINYUAN. 1984. 'China and Africa: the development of relations over many centuries', *African Affairs,* 83, 331, pp. 241-50.
GARCIN, J.-C. 1976. *Un centre musulman de la Houte-Egypte médiévale: Qūs* (Cairo: IFAO). Gardner, G. A. (1963) *Mapungubwe,* Vol. 2 (Pretoria: J. L. van Schaik).
GARLAKE, P. S. 1966. *The Early Islamic Architecture of the African Coast* (London and Nairobi: British Institute in Eastern Africa).
______. 1968. 'Test excavations at Mapela Hill, near the Shashi River, Rhodesia', *Arnoldia (Rhod.),* 3, 34, pp. 1-29.
______. 1970. 'Iron Age site in the Urungwe district of Rhodesia', *SAAB,* 25, 97, pp. 25-44.
______. 1973. *Great Zimbabwe* (London: Thames & Hudson).
______. 1978. 'Pastoralism and Zimbabwe', JAH, 19, 4, pp. 479-94.
GARRARD, T. F. 1975. 'Pottery and stone goldweights from Ghana', *Sankofa,* I, pp. 60-8.
______. 1982. 'Myths and metrology. The early trans-Saharan gold trade', *JAH,* 23, 4, pp.443-61.
GARTKIEWICZ, P. M. 1973. 'Stary Kościól w Dongoli na tle sakralnej architektury wezesnośred-niowiecznej Nubii' [The Old Church in Dongola against the background of sacral architecture in Early Medieval Nubia], *Kwartalnik Architektury i Urbanistyki* (Warsaw), 18, pp. 207-39.
______. 1975. "The central plan in Nubian church architecture' in K. Michalowski (ed.), pp.49-64.
______. 1980. 'New outline of the history of Nubian church architecture', *BAB,* 55, pp. 137-44.
______. 1982A. 'An introduction to the history of Nubian church Architecture', *NC,* I, pp. 43-105.
______. 1982B. 'Remarks on the cathedral at Qasr Ibrim' in J. M. Plumley (ed.) (1982a), pp. 87-94.
______. 1983. 'Some remarks on the building-history of the Cathedral in Faras', *Nubian Letters,* (The Hague: Society for Nubian Studies), I, pp. 21-39.
GAST, M. 1972. 'Témoignages nouveaux sur Tin Hinan, ancêtre légendaire des Touareg Ahaggar', *ROMM,* 9, (Mélanges Le Tourneau), pp. 395-400.
GAUDIO, A. 1978. *Le dossier de la Mauritanie* (Paris: Nouvelles Editions Latines).
GAUTIER, E. F. 1927. *L'Islamisation de l'Afrique du Nord. Les siècles obscurs du Maghreb* (Paris: Payot). Gautier, E. F. (1935) 'L'or du Soudan dans l'histoire', *AHES,* 7, pp. 113-23.

GAUTIER, E. F. 1937. *Le passé de l'Afrique du Nord. Les siècles obscurs* (Paris: Payot).
GEMERY, H. A. AND HOGENDORN, J. S. (EDS). 1979. *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade* (New York: Academic Press).
GERHARZ, R. 1983. 'Rock paintings and ruins: pictures from the history of Zimbabwe' in K. H. Striedter (ed.), *Rock Paintings from Zimbabwe* (Wiesbaden: Steiner).
GERSTER, G. 1968. *Kirchen im Fels; Entdeckungen in Äthiopien* (Stuttgart: Kohlkammer).
______. 1970. *Churches in Rock; Early Christian Art in Ethiopia* (London: Phaidon).
______. 1974. *Äthiopien: das Dach Afrikas* (Zürich: Atlantis).
AL-GHAZĀLI. 1861. *Ihyā' 'ūlūm al-dīn* (Būlāk).
GIBB, H. A. R. 1963. *Arabic Literature: An Introduction* (2nd edn, Oxford: Clarendon Press).
GIBB, H. A. R., KRAMERS, J. H., LÈVI-PROVENÇAL, E. AND SCHACHT, J. (EDS). 1960. *Encyclopaedia of Islam,* Vol. I (2nd edn, Leiden/London: Brill/Luzac).
GIRARD, D. 1686. *Discours historique de l'état de Borno* (Paris: Bibliothèque Nationale, Fonds Français, 12.220 [appendice]).
GODLEWSKI, W. 1978. 'Some problems connected with Nubian baptisteries', *Etudes Nubiennes,* 1978, pp. 107-17.
______. 1979. *Faras VI. Les baptistères nubiens* (Warsaw: PWN).
______. 1981. "Throne hall at Old Dongola (the Sudan)', *AB,* 30, pp. 39-51.
______. 1982A. 'The mosque-building in Old Dongola' in P. van Moorsel (ed.), pp. 21-8. Godlewski, W. (1982b. 'Some comments on the wall painting of Christ from Old Dongola' in J. M. Plumley (ed.) (1982a), pp. 95-9.
GOITEIN, S. D. 1962. 'La Tunisie du XI^{e} siècle à la lumière des documents de la *Geniza* du Caire' in *Etudes d'orientalisme dédiées à la mémoire de E. Lévi-Provençal,* Vol. 2, pp. 559-79.
______. 1963. 'Slaves and slave-girls in the Cairo Geniza Records', *Arabica,* 9, pp. 1-20. Goitein, S. D. (1966) *Studies in Islamic History and Institutions* (Leiden: Brill).
______. 1967. *A Mediterranean Society. Vol. 1: Economic Foundations.* (Berkeley and Los Angeles: University of California Press).
______. 1973. *Letters of Medieval Jewish Traders* (Princeton: PUP).
GOLDZIHER, I. 1925. *Vorlesungen über den Islam.* (2nd edn, Heidelberg: Carl Winter).
______. 1966. *A Short History of Classical Arabic Literature* (Hildesheim: Georg Olms). Goldziher, I. (1971) *Muslim Studies* (2 vols, London: Allen & Unwin).
GOLGOWSKI, T. 1968. 'Problems of the iconography of the Holy Virgin murals from Faras', *Etudes et Travaux,* 2 (CAMAP, 6), pp. 293-312.
______. 1969. 'Scènes de la Passion et de la Résurrection sur une peinture de Faras', *Etudes et Travaux,* 3 (CAMAP, 8), pp. 207-29.
GOLVIN, L. 1957. *Le Magrib central à l'époque des Zirides* (Paris).
GOODY, J. 1964. "The Mande and the Akan hinterland' in J. Vansina, *et al.* (eds), pp. 193-218.
______. 1971. *Technology, Tradition and the State in Africa* (London: OUP).
GRABAR, O. 1957. *The coinage of the Tulunids* (New York: American Numismatic Society, Numismatic Notes and Monographs, 139).
GRAY, J. M. 1951. 'A History of Kilwa, Part l', *TNR,* 31, pp. 1-24.
______. 1954. "The Wadebuli and the Wadiba', *TNR,* 36, pp. 22-42.
______. 1962. *History of Zanzibar from the Middle Ages to 1856* (London: OUP).
GRAY, R. (ED.). 1975. *The Cambridge History of Africa, Vol.* 4, *C. 1600 to c. 1790* (Cambridge: CUP).
GRAY, R., BIRMINGHAM, D. (EDS). 1970. *Pre-colonial African Trade. Essays on Trade* in *Central and Eastern Africa before 1900* (London: OUP).
GREBENART, D. 1983. 'Les débuts de la métallurgie en Afrique occidentale' (2 vols, Thèse de Doctorat d'Etat, Université d' Aix-cn-Provence).
GREENBERG, J. H. 1955. *Studies in African Linguistic Classification* (New Haven: Compass Publishing).
______. 1963A. "The languages of Africa", *IJAL,* 29, I, pp. 1-177.

GREENBERG, J. H. 1963B. *Languages of Africa* (Bloomington: University of Indiana Press). Greenberg, J. H. 1966. *The Languages of Africa* (The Hague: Mouton).
______. 1972. 'Linguistic evidence regarding Bantu *origins', JAH,* 12, 2, pp. 189-216.
GRIERSON, P. 1961. Contribution to 'La discussione sul tema: gli scambi internazionali e la moneta', *Settimani di Studio de Centro Italiano di studi sull'alto mediovo,* 8, pp. 683-721.
______. 1975. *Monnaies et monnayage: introduction à la numismatique* (Paris: Aubier).
GRIFFITH, F. L. 1913. "The Nubian texts of the Christian period', *AAW,* Phil. Hist. Classe, 8.
______. 1928. 'Christian documents from Nubia', *PBA,* 14, pp. 117-46.
GROTTANELLI, V. L. 1955. *Pescatori dell' Oceano Indiano* (Roma: Cremonse).
______. 1975. "The peopling of the Horn of Africa' in H. N. Chittick and R. I. Rotberg (eds), pp. 44-75.
GRUNDERBECK, M. C. VAN, ROCHE, E. AND DOUTRELEPONT, H. 1983A. *Le premier âge du Fer au Rwanda et au Burundi. Archéologie et environnement* (Butare: INRS, Publ. 23).
______. 1983B. 'La métallurgie ancienne au Rwanda et au *Burundi', Journée de Paléométallurgie,* pp. 1-15.
GRUNNE, B. DE. 1980.*Terres cuites anciennes de l'ouest africain* (Louvain La Neuve: Institut Supérieur d'Archéologie et d'Histoire de l'Art),
GSELL, S. 1913-28. *L'Histoire ancienne de l'Afrique du Nord* (8 vols, Paris: Hachette).
GSELL, S., MARÇAIS, G. AND YVER, G. 1935. *L'Algérie* (Paris: Boivin).
GUÈBRÈ SELLASSIÉ. 1930. *Chronique du règne de Ménélik II.* (Tr. and annotated by M. de Coppet) (Paris: Maisonneuve).
GUIDI, I. 1932. *Storia della litteratura etiopica* (Roma: Istituto per Oriente).
GUTHRIE, M. 1948. *The Classification of the Bantu Languages* (London: OUP).
______. 1962. 'Some developments in the prehistory of the Bantu languages', *JAH,* 3, 2, pp. 273-82.
______. 1967-71. *Comparative Bantu* (4 vols. Farnborough: Gregg).
HAAS, S. S. 1942. 'The contribution of slaves to and their influence upon the culture of early Islam' (Princeton University).
HADJ-SADOK, M. 1983. *Al-Idrīsī: le Magrib au XIIe siècle après J.C. (VIe siècle de l'Hégire)* (Paris: Publisud).
HÄGG, T. 1982. 'Some remarks on the use of Greek in Nubia' in J. M. Plumley (ed.) (1982a), pp. 103-7.
HAIR, P. E. H. 1968A. 'Ethnolinguistic continuity on the Guinea *Coast', JAH,* 8, 2, pp. 247-68.
______. 1968B. 'An ethnolinguistic inventory of the Lower Guinea Coast before 1700 (part I)', *ALR,* 7, pp. 47/3.
______. 1974. 'Barbot, Dapper, Davity: a critique of sources on Sierra Leone and Cape Mount', *HA,* I, pp. 25-54.
AL-HAKAMĪ. 1892. *Yaman, its Early Medieval History...,* ed. and tr. by H. C. Kay (London: Arnold).
HÅLAND, R. 1980. 'Man's role in changing habitat of Mema during the old kingdom of Ghana', *Norwegian Archeological Review,* 13, I, pp. 31-46.
HALL, D. G. 1964. *A History of South-East Asia* (2nd edn, London: Macmillan).
HALL, M. 1984. "The myth of the Zulu homestead: archaeology and ethnography', *Africa* (IAI), 54, pp.65-79.
HALL, M. AND VOGEL, J. C. 1980. 'Some recent radiocarbon dates from southern *Africa', JAH,* 21, 4, pp. 431-55.
HALL, M. J., AVERY, G., AVERY, D. M., WILSON, M. L. AND HUMPHREYS, A. J. B. (EDS). 1984. *Frontiers: Southern African Archaeology Today* (Oxford: BAR, Cambridge Monographs in African Archaeology, 10).
HALL, S. L. 1981. 'Iron Age sequence and settlement in the Rooiberg, Thabazimbi area' (MA Thesis, University of the Witwatersrand).
HALLAM, W. K. R. 1966. 'The Bayajida legend in Hausa folklore', JAH, 7, 1, pp. 47-60.

HAMANI, D. 1985. 'L'Ayar (Aïr) nigérien du XVe au XIXe siècle' (Thèse de doctorat d'Etat, Université de Paris I).
AL-HARNDĀNÍ. 1954. *Al-Iklīl,* ed. by O. Löfgren (Uppsala: Almqvist & Wiksells).
______. 1958. *On the Genealogy of Fatimid Caliphs* (Cairo: American University at Cairo, School of Oriental Studies, Occasional Paper, I).
HAMIDULLAH, M. 1956. 'Les "Ahābīsh" de La Mecque' in *Studi orientalistici in onore di Giorgio Levi della Vida* (Rome: Pubblicazioni dell'Istituto per l'Oriente), pp. 434-47.
HANISCH, E. O. M. 1979. 'Excavation at Icon, northern Transvaal' in S. *Afr. Archaeol. Soc., Goodwin Series,* 3, pp. 72-9.
______. 1980. 'An archaeological interpretation of certain Iron Age sites in the Limpopo/Shashi Valley' (University of Pretoria).
______. 1981. 'Schroda: a Zhizo site in the northern Transvaal' in E. A. Voigt (ed.), pp.37-53.
HARLAN, J. R., DE WET, J. M. J. AND STEMLER, A. B. L. (EDS). 1976A. *Origins of African Plant Domestication* (The Hague and Paris: Mouton).
______. 1976B. 'Plant domestication and indigenous African agriculture' in Harlan, J. R. *et al.* (eds) (1976a), pp. 3-19.
HARRIS, J. E. 1971. *The African Presence in Asia* (Evanston: NUP).
HARRLE, D. D. 1966. 'Bronze objects from the Ifeka gardens site Ezira', *WAAN, 4.*
______. 1967. 'Archaeology in eastern Nigeria', *Nigeria Magazine,* 93, pp. 134-43. Harde, D. D. (1968. 'Radiocarbon dates', *WAAN,* 9, p. 73.
HARTMANN, M. 1895. 'Der Nagāsī Ashama und sein Sohn Armā", *ZDMG,* 49, 1895, pp. 299-300.
HASAN, Y. F. 1966. "The penetration of Islam in the eastern Sudan' in I. M. Lewis (ed.), pp. 144-59. Hasan, Y. F. (1967) *The Arabs and the Sudan* (Edinburgh: EUP).
HASAN, Y. F. (ED.). 1971. *Sudan in Africa: Studies presented to the First International Conference sponsored by the Sudan Research Unit,* 7-12 *February* 1968 (Khartoum: KUP).
HASAN, Y. F. 1973. *The Arabs and the Sudan* (3rd edn, Khartoum: KUP).
HAUDRIEOURT, A. G., HEDIN, L. 1943. *L'Homme et les plantes cultivées.* (Paris: Gallimard).
HAVIGHURST, A. F. 1958. *The Pirenne Thesis: Analysis, Criticism and Revision* (Boston: Heath).
HECKEL, E. 1903. *Les plantes médicinales et toxiques de Madagascar.* (Marseille-Paris: Institut Colonial-Challamel).
HEINE, B. 1973. 'Zur genetischen Gliederung der Bantu-Sprachen', *AU,* 56, pp. 164-85.
______. 1978. "The Sam languages: a history of Rendille, Boni and Somali', *Afroasiatic Linguistics,* 6, pp. 23-115.
______. 1981. 'Some cultural evidence on the early Sam-speaking people of eastern Africa', *SUGIA,* 3, pp. 169-200.
HEINE, B., HOFF, H., VOSSEN, R. 1977. 'Neuere Ergebnisse zur Territorial-geschichte der Bantu' in W. J. Möhlig, F. Rottland and B. Heine (eds), pp. 57-'70.
______. 1979. 'Proto-Baz: some aspects of early Nilotic-Cushitic contacts', *SUGIA,* I, pp. 75-91.
HÉLIODORE. 1960. *Les Ethiopiens (Théagène et Charidée)* (3 vols, Paris: Les Belles Lettres).
HELLER, B. 1931. *Die Bedeutung des arabischen 'Antarromans for die vergleichende Litteraturkunde* (Leipzig: Eichblatt).
HENDERSON, R. N. 1972. *The King in Every Man: Evolutionary Trends in Onitsha Ibo Society.* (New Haven: YUP).
HENIGE, D. P. 1974. *The Chronology of Oral Tradition: Quest for a Chimera* (Oxford: Clarendon Press).
HENNEQUIN, G. P. 1972. 'Problèrnes théoriques et pratiques de la monnaie antique et médiévale', *AI,* 10, pp. I-55.
______. 1974. 'Points de vue sur l'histoire monétaire de l'Egypte musulmane au Moyen âge', *AI,* 12, pp. 1-36.
HERBERT, E. 1984. *Red Gold of Africa: Copper in Precolonial History and Culture* (Madison: UWP). Herodotus (1872) *Histoires* (Paris: Ed. Muller).

HIERNAUX, J. 1968. 'Bantu expansion: the evidence from physical anthropology confronted with linguistic and archaeological *evidence', JAH,* 9, 4, pp, 505-15.
HIERNAUX, J., DE LONGRÉE, E., DE BUYST, J. 1971. *Fouilles archéologiques dans la vallée du Haut- Lualaba, I, Sanga* (1958) (Tervuren: Musée Royale de l'Afrique Centrale).
HIERNAUX, J., MAQUET, E., DE BUYST, J. 1973. 'Le cimetière protohistorique de Katoto, vallée Du Lualaba, Congo-Kinshasa', *Actes du VI Congres Panafricain de Préhistoire,* pp. 148-58.
HILL, M. H. 1970. 'Towards a culture sequence for Sierra Leone', *Africana Res. Buli.* (Freetown) 1, 2. Hill, M. H. 1972. 'Speculations on linguistic and Cultural history in Sierra Leone' (Paper presented at the Conference on Manding Studies, SOAS London, 1972).
HINKEL, F. 1977. *The Archaeological Map of the Sudan,* Fasc. I-X (Berlin: Akademie-Verlag).
______. 1978. *Auszug aus Nubien* (Berlin: Akademie-Verlag).
______. 1971-7. 'Beobachtungen zur altnubischen Grammatik, I-II' *Berliner Beiträge zur Ägyptologie und Sudanarchäologie: WZHUS,* 20, 3, 1971, pp. 287-93; III, *AF,* 2, 1975, pp. 11-24; IV in K. Michalowski (ed.), 1975, pp, 65-9; V, *AF,* 5, 1977. pp. 37-43.
HIRSCHBERG, H. Z. (1963. 'The Problems of the Judaized Berbers', *JAH,* 4, 3, pp. 313-39.
HIRSCHBERG, H. Z. (J. W.). 1974. *A History of Jews in North Africa, Volume I: From Antiquity to the Sixteenth Century* (Leiden: Brill).
HISKETT, M. 1984. *The Development of Islam in West Africa* (London: Longman).
HITTI, P. K. 1956. *History of the Arabs* (6th edn, London: Macmillan).
______. 1970. *History of the Arabs* (10th edn, London: Macmillan).
HODGE, C. T. (ED.). 1971. *Papers on the Manding* (Bloomington: Indiana University Publications, African Series, 3).
HODGKIN, T. 1975. *Nigerian Perspectives. An Historical Anthology* (2nd edn, London: OUP). Hoenerbach, W. (ed.) (1967) *Der Orient in der Forschung, Festschrift für Otto Spies* (Wiesbaden: Harrassowitz).
HOFMANN, I. 1967. *Die Kulturen des Niltals von Aswan bis Sennar, vom Mesolithikum bis zum Ende der Christlichen Epoche* (Hamburg: Hamburgischer Museum für Völkerkunde).
HOLAS, B. 1951. 'Deux haches polies de grande taille de la Basse Côte d'Ivoire', *BIFAN,* 13, 4, pp. 1174-80.
HOLL, A. 1983. 'Essai sur l'économie néolithique du Dhar Tichitt (Mauritanie)' (These de 3ème cycle: Université de Paris I).
HOLLINGSWORTH, L. W. 1974. *A Short History of the East Coast of Africa* (3rd edn, London: Macmillan).
HOPKINS, A. G. 1973. *An Economic History of West Africa* (London: Longman).
HORNELL, J. 1934. 'Indonesian influence on East African *culture', JRAI,* 64, pp. 305-33.
______. 1942. 'The sea-going *mtepe* and *dáu* of the Lamu Archipelago', *TNR,* 14, pp. 27-37. Horton, M. (1981. 'Excavations at Shanga' (preliminary report),
HORTON, R. 1976. 'Stateless societies in the history of West Africa' in J. F. A. Ajayi and M. Crowder (eds) (1976), pp. 72-113.
______. 1979. 'Ancient Ife: a reassessment', JHSN, 9, 4, pp. 69-150.
HOURANI, G. F. 1951. *Arab Seafaring in the Indian Ocean in Ancient and Early Medieval Times* (Princeton: PUP).
HOUTSMA, M. T., WENSINCK, A. J., ARNOLD, T. W., LÉVI-PROVENÇAL, E. (EDS) 1929. Encyclopaedia of Islam (1st edn, Leyden and London: Brill and Luzac).
HRBEK, I. 1953. 'Die Slawen im Diensre der Fatimiden', *AROR,* 21, 4, pp. 543-81. Huard, P. 1966. 'Introduction et diffusion du fer au *Tchad', JAH,* 7, 3, pp. 377-404.
HUFFMAN, T. N. 1970. 'The Early Iron Age and the spread of the "Bantu"', *SAAB,* 25, pp. 3-21. Huffman, T. N. 1971. 'A guide to the Iron Age of Mashonaland', *Occas. Papers Nat. Museum Rhodesia,* 4, 1, pp. 20-44.
______. 1974A. "The linguistic affinities of the Iron Age in Rhodesia', *Arnoldia* (Rhod.), 7.
HUFFMAN, T. N. 1974B. *The Leopard's Kopje Tradition* (Salisbury: National Museums and Monuments of Rhodesia, Museum Memoir, 6).

HUFFMAN, T. N. 1978. 'The origins of Leopard's Kopje: an 11th century defaquane', *Arnoldia* (Rhod.), 8, 23, pp. 1-23.
______. 1979. "Test excavations at Naba and Lanlory, northern Mashonaland', S. *Afr. Archaeol. Soc., Goodwin Series,* 3, pp. 14-46.
______. 1981. 'Snakes and birds: expressive space at Great Zimbabwe', *AS,* 40, 2, pp. 131- 50.
______. 1982. 'Archaeology and ethnohistory of the African Iron Age', *Ann. Rev. Anthropol.,* 11, pp. 133-50.
______. 1984. 'Leopard's Kopje and the nature of the Iron Age in Bantu Africa', *Zimbabweana,* 1, 1.
HUGOT, H. J. 1962. *Mission Berliet Ténéré-Tchad (1960), Documents scientifiques* (Paris: Arts et Métiers graphiques).
HUGOT, H. J. 1966. 'Mission à l'Ile de Tidra', *BIFAN* (B), 28, pp. 555-64; 1019-23.
______. *et al.* 1973. *Tichitt I. Rapport scientifique* (ronéo).
______. 1974. *Le Sahara avant le désert* (Paris: Editions des Hespérides).
______.1979. 'Le Néolithique saharien' (Thèse de Doctorat ès Lettres, Université de Paris X-Nanterre).
HUICI-MIRANDA, A. 1959A. 'La Salida de los Almoravides del desierto y el reinado de Yusufb. Tāsfín: adaraciones y rectificaciones', *Héspéris,* 47, pp. 155-82.
______. 1959B. "Ali b. Yūsuf y sus empresas en El-Andalus', *Tamuda,* 7, pp. 77-122.
______. 1960. 'El Rawd al-quirtās y los Almorávides', *HT,* 1, pp. 513-41.
______. 1961. 'Un fragmento inedito de Ibn 'Idhārī sobre los Almorávides', *HT,* 2, pp. 43-111.
______. 1962. 'Contribución al estudio de la dinastia almorávide: el gobierno de Tašfīn Ben 'Alī Ben Yūsuf en el-Andalus' in *Etudes d' orientalisme dédiées à la mémoire de E. Lévi-Provençal,* Vol. 2, pp. 605-21.
______. 1962. 'Los Banu Hud de Zaragoza, Alfonso I el Batallador y los Almoravides' in *Estudios de Edad Media de la Corona de Aragon,* (Zaragoza), 7, pp. 7-3[8].
______. 1963. 'Nuevas aportaciones de "Al-Bayān al-Mughrib" sobre los Almorávides', *Al-Andalus,* 28, pp. 313-30.
______. 1968. 'New physical and anthropological evidence bearing on the relationship between Dogon, Kurumba and the extinct West African Tellem populations', *Proc. KNAW,* (C), 71, 1, pp. 16-30.
AL-HULAL AL-MAWSHĪYYA. 1936. (ed. by I. Allouche, Rabat: IHEM).
______. 1952. in A. Huici-Miranda, *Colección de crónacas arabes de la Reconquista. Tomo I. Al-Hulal al-Mawshīyya* (Tetuan: Editori Marroquí).
HUNTINGFORD, G. W. B. 1965. *The Glorious Victories of Amda Seyon, King of Ethiopia* (Oxford: Clarendon Press).
HUNTINGFORD, G. W. B. 1963. 'The peopling of the interior of Africa by its modern inhabitants' in R. Oliver and G. Mathew (eds), pp. 58-93.
HUNTINGFORD, G. W. B. (TR. AND ED.). 1980. *The Periplus of the Erythraean Sea* (London: Hakluyt Society).
HUNWICK, J. O. 1980. 'Gao and the Almoravids: a hypothesis' in B. K. Swartz and R. F. Dumett (eds), pp. 413-30.
HUNWICK, J. O., MEILLASSOUX, C. AND TRIAUD J.-L. 1981. 'La géographie du Soudan d'après al-Bakrī. Trois lectures' in *(Le) Sol, la Parole et l'Ecrit,* Vol. 1, pp. 401-28.
IBN 'ABD AL-HAKAM. 1922. *The History of the Conquest of Egypt, North Africa and Spain, known as the Futūh Misr of Ibn 'Abd al-Hakam,* ed. by C. C. Torrey (New Haven: YUP).
IBN 'ABD AL-HAKAM. 1947. *Conquète de l'Afrique du Nord et de l'Espagne,* ed. and tr. by A. Gateau (Algiers: Bibliothèque Arabe Française, II).
IBN 'ABD RABBIHI. 1876. *Al-Ikd al-farīd* (3 vols, Cairo).
IBN 'ABDŪN. 1955. 'Risāla fi l-kadā' wa-l-hisba' in E. Lévi-Provençal (ed.) *Trois traités hispaniques de hisba* (Cairo: Institut français d'archéologie du Caire).
IBN ABĪ DĪNĀR. 1869-'70. *Kitāb al-mu'nis fi akbār Ifrīkīyya wa-Tūnis* (Tunis).

IBN ABĪ ZAR'. 1843-6. *[Rawd al-Kirtās] Annales regum Mauritaniae a condito Idrisarum imperio ad annum fugae* 726..., ed. by C. J. Tornberg (2 vols, Uppsala: Littcris Academicis).
IBN ABI ZAR'. 1936. *Rawd al-Kirtās,* ed. by M. al-Hāshimi al-Filālī (2 vols, Rabat).
IBN AL-ABBĀR. 1963. *Al-Hulla al-Siyarā* (2 vols, Ed. H. Mu'nis, Cairo).
IBN AL-ATHIR, 'ALĪ B. MUHAMMAD. 1885-6. *Al-Kāmil fi'l-Ta'rikh* (12 vols, Cairo).
IBN AL-QJAWZI, ABŪ 'L-FARADJ. 1938-40. *Kitāb al-Muntazam* (10 vols, Hyderabad).
IBN AL-FA1!.IH. 1885. *Compendium libri Kitāb al-boldān,* ed. by M. J. de Goeje (Leiden: Brill).
Ibn al-Mudjâwir (1957) *Ta'rikh al-Mustabsir,* ed. by O. Löfgren (Leiden: Brill).
IBN AL-RÚMI. 1924. *Dīwān,* ed. by K. Kaylāni (Cairo).
IBN AL-SAGHIR. 1975. 'Chronique d'Ibn Saghir sur les imams Rostemides de Tahert', CT, 23, 91-2, pp. 315-68.
IBN AL-WARDĪ. 1868. *Tatimmat al-Mukhtasar fi akhbār al-bashār* (Cairo).
IBN BATTÜTA. 1969. *Voyages d'* Ibn *Battūta,* ed. and tr. by C. Defrémery et B. R. Sanguinetti (reprint of 1st edn 1854-8, with notes by V. Monteil, Paris: Anthropos).
IBN HADJAR AL-'ASKĀLĀNI. 1970. *Al-Isāba fi tamyīz al-Sahāba* (8 vols, ed. by A. M. al-Bajjāwī, Cairo).
IBN HAMMĀD. 1927. *Histoire des rois 'obaidides, les califes fatimides,* ed. and tr. by M. Vonderheyden (Algiers: Carbonal).
IBN HAWKAL. 1938. *Opus Geographicum,* ed. by J. H. Kramers (Leiden: Brill).
______. 1964. *Configuration de la terre (kitāb Surat al-Ard),* tr. by J. H. Kramers and G. Wiet (2 vols, Paris: Maisonneuve & Larose).
IBN HAZM. 1962. *Djamharat Ansāb al-'Arab,* ed. by 'Abd al-Salām Hārūn (Cairo).
IBN HISHĀM. 1936. *Al-Sīra al-Nabawiyya* (4 vols, Cairo).
IBN 'IDHĀRI AL-MARRĀKUSHĪ. 1848-51. *Histoire de l'Afrique et de l'Espagne intitulée al-Bayano 'l Mogrib* (2 vols, ed. by R. Dozy, Leiden: Brill).
IBN 'IDHĀRI AL-MARRĀKUSHĪ. 1948-51. *Histoire de l'Afrique du Nord et de l'Espagne musulmane; intitulée Kitab al-bayān al-mughrib, et fragments de la chronique de 'Arib* (4 vols, new edn of 1848-51 edn by R. Dozy from new ms, by G. S. Colin and E. Lévi-Provençal, Beirut: Da Assakafa).
______. 1967. *Al-Bayān al-mughrib fi Akhbār al-Andalus wa-l-Maghrib* (4 vols, Beirut: Ed. Ihsān 'Abbās).
IBN ISHĀK. 1955. *The Life of Muhammad: A Translation of Ishāq' Sīrat Rasūl Allāh,* tr. by A. Guillaume (Lahore: OUP).
IBN KHALDŪN. 1847-51. *Histoire des Berbères et des dynasties musulmanes de l'Afrique septentrionale* tr. by Baron de Slane (2 vols, Algiers: Imprimerie du gouvernement).
______. 1867. *Kitāb al-'Ibār* (7 vols, Cairo).
______. 1925-56. *Histoire des Berbères et des dynasties musulmanes de l' Afrique septentrionale,* tr. Baron de Slane (1st edn, 1852-6), new edition ed. by P. Casanova (4 vols, Paris: Geuthner).
______. 1956-9. *Kitab al-'Ibar* (4 vols, reprinted 1961, Beirut).
______. 1967-9. *Al-Muqaddima. Discours sur l'histoire universelle,* Trad. par V. Monteil (3 vols, Beirut: Com. Libanaise pour la traduction des chefs-d'oeuvre).
IBN KHALLIKĀN. 1843-71. *Ibn Khallikan's Biographical Dictionary,* tr. by Baron de Slane (4 vols, Paris: Oriental Translation Fund of Great Britain and Ireland).
IBN KUTAYBA. 1850. *Ibn Coteibas Hanbuch der Geschichte* [Kitāb al-ma'ārif], ed. by F. Wüstenfeld (Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht).
IBN MISKAWAYH. 1920-1. *The Experiences of the Nations* in *The Eclipse of the Abbasid Caliphate; Original Chronicles of the Fourth Islamic Century,* ed. by H. F. Amedroz and D. S. Margoliouth (6 vols, Oxford: Blackwell).
IBN MUYASSAR. 1919. *Annales d'Egypte (Akhbār* Misr)(ed. by H. Massé, Cairo: PIFAO).
IBN SA'D. 1904-40. *[Kitāb al-tabakāt al-kubrā] Biographien Muhammeds, seiner Gefährten und der späteren Träger des Islams bis zum J. 230 der Flucht* (9 vols, ed. by E. Sachau *et al.,* Leiden: Brill).

IBN SA'ĪD. 1970. *Kitāb al-Djughrāfiyya* ed. by al-'Arabī (Beirut).
IDRIS, H. R. 1955. 'Deux maîtres de l'école juridique kairouanaise sous les Zīrīdes (XIe siècle): Abū Bakr b. 'Abd al-Rahmān et Abū 'Imrān al-Fāsī', *AIEOA,* 13, pp. 30-60.
______. 1962. *La Berberie orientale sous les Zirides: 10e-12e siècle* (2 vols, Paris: Maisonneuve). Idris, H. R. 1968a. 'De la réalité de la catastrophe hilalienne', *Annales ESC,* 13, 2, pp. 390-6.
______. 1968B. 'L'invasion hilalienne et ses conséquences', *CCM,* 11, pp. 353-71.
______. 1971. 'L'Occident musulman (Ifriqiya et al-Andalus) à l'avènement des Abbāsides d'après le chroniqueur zīrīde al-Raqīq', *REI,* 39, 2, pp. 109-91.
______. 1972. 'L'Ecole malikite de Mahdiya: l'Imām al-Mazārī' in *Etudes d'orientalisme dédiées à la mémoire de E. Lévi-Provençal;* Vol. 1, pp. 153-64.
AL-IDRĪSĪ. 1866. *Description de l'Afrique et de l'Espagne* (Arabic text and translation by R. Dozy and M. J. de Goeje, Leyden: Brill).
AL-IDRISI. 1970. *Opus geographicum,* ed. by A. Bombaci *et al.* (Naples-Rome).
IGUÈ, O. J. 1970-80. *Contribution à l'étude de la civilisation Yoruba.* (Cotonou: Université Nationale du Bénin).
IKIME, O. (ED.). 1980. *Groundwork of Nigerian History* (Ibadan: Heinemann).
INGRAMS, W. H. 1931. *Zanzibar, its History and its People* (London: Witherby).
INSKEEP, R. R. AND MAGGS, T. M. 1975. 'Unique art objects in the Iron Age of the Transvaal', *SAAB,* 30, 119-20, pp. 114-38.
AL-ISFAHĀNĪ, ABU 'L-FARADJ. 1868-9. *Kitāb al-Aghānī* (Būlāk).
AL-ISTAKHRĪ. 1870. *Kitab masalik al-mamalik. Viae Regnorum* (ed. by M. J. de Goeje, Leiden: Brill).
IVANOW, W. 1942. *Ismaili Tradaion Concerning the Rise of the Fatimids.* (London: OUP, lslamic Research Association Series, 10).
______. 1952. *Brief Survey of the Evolution of Ismailism* (Leiden: Brill).
JACQUES-MEUNIER, D. 1961. *Cités anciennes de Mauritanie* (Paris: Klincksieck).
JAKOBIEISKI, S. 1966A. 'La liste des évèques de Pakhoras', *Etudes et Travaux,* I *(CAMAP,* 3), pp. 151-70.
______. 1966B. 'Two Coptic foundation stones from Faras' in *Mélanges offerts à Kazimierz Michalowski* (Warsaw: PWN), pp. 101-9.
______. 1970. 'Polish excavations at Old Dongola, 1969' in E. Dinkler (ed.), pp. 171-80.
______. 1972. *Faras III: A Hisiory of the Bishopric of Pachoras on the basis of Coptic Inscriptions* (Warsaw: PWN).
______. 1975. 'Polish Excavations at Old Dongola, 1970-1972' in K. Michalowski (ed.), pp. 70-5.
______. 1978. 'Polish Excavations at Old Dongola, 1973-1974 seasons', *Etudes Nubiennes,* pp. 129-40.
______. 1981. 'Nubian Christian architecture', *ZAS,* 108, pp. 33-48.
______. 1982A. 'Polish Excavations at Old Dongola 1976 and 1978' in J. M. Plumley (ed.) (1982a), pp. 116-26.
______. 1982B. 'Portraits of the bishops ofFaras' in J. M. Plumley (ed.) (1982a), pp. 127-42. Jakobieiski, S. (1982C. 'A brief account of the churches at Old Dongola' in P. van Moorsel (ed.), pp. 51-6.
______. 1982D. 'Remarques sur la chronologie des peintures murales de Faras aux VIIIe et IXe siècles, *NC,* I, pp. 142-72.
JAKOBIEISKI, S., KRZYZANIAK, L. 1967-8. 'Polish excavations at Old Dongola, third season, December 1966 - February 1967', *Kush,* 15, pp. 143-64.
JAKOBIEISKI, S., OSTRASZ, A. 1967-8. 'Polish excavations at Old Dongola, second season, December 1965-February 1966', *Kush,* 15, pp. 125-42.
JEAN DE NIKIOU. 1883. *Chronique de Jean, Evêque de Nikiou,* ed. and tr. by H. Zotenberg (Paris: Bibliothèque Nationale).
JEFFERY, A. 1938. *The Foreign Vocabulary of the Qur'ān* (Baroda: Oriental Institute).

JEFFREYS, M. D. W. 1951. 'Neolithic stone implements (Bamenda, British Cameroons)', *BIFAN,* 13, 4, pp. 1203-17.
JÉQUIER, G. 1924. *Manuel d'orchéologie égyptienne* (Paris: Picard).
JOHNSON, M. 1977. 'Cloth strips and archaeology', *WAJA,* 7, pp. 169-78.
JOHNSON, S. 1921. *The History of the Yorubas from the Earliest Times to the Beginning of the British Protectorate* (London: Routledge).
JOHNSTON, H. H. 1919-22. *A Comparative Study of the Bantu and Semi-Bantu Languages* (2 vols, Oxford: Clarendon Press).
JOIRE, J. 1955. 'Découvertes archéologiques dans la région de Rao (Bas-Sénégal)', *BIFAN* (B), 17, 3-4, pp. 249-333.
JONES, A. 1981. 'Who were the *Vai?', JAH,* 22, 2, pp. 159-78.
JONES, G. I. 1961. 'Ecology and social structure among the north-eastern Ibo', *Africa,* 31, pp. 117-34.
______. 1963. *The Trading States of the Oil Rivers* (London: OUP).
JULIEN, C-A. 1952. *Histoire de l'Afrique du Nord: Tunisie-Algérie-Maroc. De la conquête arabe à 1830* (Paris: Payot).
______. 1970. *History of North Africa: Tunisa-Algeria-Morocco. From the Arab conquest to 1830* (London: Routledge & Kegan Paul).
KAGABO, J. 1982. 'Les "Swahili" du Rwanda. Etude sur la formation d'une minorité islamisée' (Thèse de 3ème cyc1e, Paris: EHISS).
KAMAL, Y. 1926-38. *Monumenta Cartographica Africae et Aegypti* (13 vols, Cairo/Leiden: Brill).
KAMISOKHO, W. 1975. 'L'empire du Mali' in *Premier Colloque International de Bamako,* 27 *janvier – 1 février 1975* (Fondation SCOA pour la Recherche scientifique en Afrique noire).
KEENAN, J. H. 1977. 'The Tuareg veil', *Middle Eastern Studies,* 13, pp. 3-13.
KENDALL, R. L. 1969. 'An ecological history of the Lake Victoria basin', *Ecological Monographs,* 39, pp.121-76.
KENT, R. K. 1970. *Early Kingdoms in Madagascar, 1500-1700* (New York: Holt, Rinehart & Winston).
KESWANI, D. K. 1980. 'Influences culturelles et commerciales indiennes dans l'océan Indien, de l'Afrique et Madagascar à l'Asie du Sud-Est' in Unesco (1980), pp. 37-50.
KHALIF, Y. 1959. *Al-Shu'arā' al-sa 'ālīk fi'l asal-djāhili* (Cairo).
KHALIS, S. 1966. *La vie littéraire à Seville au XIe siècle* (Paris: SNEA).
KHAYAR, I. H. 1976. *Le refus de l'école. Contribution à l'étude des problèmes de l'éducation chez les musulmans de Ouaddai (Tchad)* (Paris: Maisonneuve).
AL-KHUWĀRIZMI. 1926. *Das Kitāb Sūrat al-Ard des Abū Ga'far Muhammad ibn Mūsā al-Humārizmi* ed. by Hans von Mžik (Leipzig: Harrassowitz).
KI-ZERBO, J. 1978. *Histoire de l'Afrique noire* (Paris: Hatier).
KIETHEGA, J.-B. 1983. *L'or de la Volta Noire: exploitation traditionnelle, histoire et archéologie* (Paris: Karthala).
KIMAMBO, I. N. 1969. *A Poluical History of the Pare of Tanzania* (Nairobi: East African Publishing House).
KIRKMAN, J. S. 1954. *The Arab City of Cedi: Excavations at the Great Mosque, Architecture and Finds* (London: OUP).
______. 1966. *Ungwana on the Tana* (The Hague: Mouton).
KIRWAN, L. P. 1935. 'Notes on the topography of the Christian Nubian *kingdoms', JEA,* 21, pp. 57-62.
______. 1982. 'Some thoughts on the conversion of Nubia to Christianity' in J. M. Plumley (ed.) (1982a), pp. 142-5.
Kitāb al-Istibsār. 1852. *Description de l'Afrique par un géographe arabe anonyme du VIe siècle de l'hégire* (Arabic text edited by M. Alfred Kramer, Vienna).
KIYAGA-MULINDWA, D. 1976. 'The earthworks of the Birim valley, southern Ghana' (Johns Hopkins University).

KOBISHCHANOV, Y. M. 1962. 'Skazaniye o pokhode hadani Dan'ela' *NAA, 6.*
KOLODZIEJCZYK, K. 1982. 'Some remarks on the Christian ceramics from Faras' *NC,* I, pp. 173-89. Konaré-Ba, A. (1977) *Sonni 'Ali Ber* (Niamey: IRSH, Etudes nigériennes, 40).
KRAMERS, J. H. 1954. 'L'Erythrée au Xe siècle' in *Analecta Orientalia,* (Leiden: Brill), Vol. I, pp. 159-72.
KRAPF-ASKARI, E. 1969. *Yoruba Towns and Cities* (Oxford: Clarendon Press).
KRAUSE, M. 1970. 'Zur Kirchen und Theologiegeschichte Nubiens' in E. Dinkler (ed.), pp. 71-86; the same reprinted as 'Neue Quellen und Probleme zur Kirchengeschichte Nubiens' in F. Altheim and R. Stiehl, *Christentum am Roten Meer,* Vol. 1 (Berlin-New York: W. de Gruyter), pp. 510-15.
______. 1978. 'Bischof Johannes III von Faras und seine beiden Nachfolger. Noch einmal zum Probleme eines Konfessionswechsels in Faras' *Etudes Nubiennes,* pp. 153-64.
KRONENBERG, A. AND KRONENBERG, W. 1965. 'Parallel cousin marriage in medieval and modern Nubia', *Kush,* 13, pp. 241-60.
KROPP-DAKUBU, M. E. 1972. 'Linguistic prehistory and historical reconstruction: the Ga-Adangme migrations', *THSC,* 13, I, pp. 87-111.
KUBBEI, L. E. 1963. 'Iz istoriii drevnego Mali', *AES,* 5, pp. 1-118.
KUBIÚSKA, J. 1974. *Faras IV: Inscriptions grecques chrétiennes* (Warsaw: FWN).
______. 1976. 'L' Ange Litakskuel en Nubie', *Le Muséon,* 89, pp. 451-5.
KUP, A. P. 1975. *Sierra Leone: A Concise History* (Newton Abbot: David & Charles).
KUPER, A. 1982A. *Wives for Cattle: Bridewealth and Marriage in Southem Africa* (London: Routledge & Kegan Paul).
______. 1982B. 'Lineage theory: a critical retrospect' *Annual Review of Anthropology,* 11 pp. 71-95. Kuper, J. (ed.) (1977) *The Athropologist's Cookbook* (London: RAI).
KUPER, J. (ED.). 1981. *La Cuisine des ethnologues* (Paris: Berger-Levrault).
KUPER, R. (ED.). 1978. *Sahara: 10.000 Jahre zwischen Weide und Wüste.* (Koln: Museen der Stadt Kiiln).
LACAM, J. 1965. *Les Sarrasins dans le Haut Moyen âge français* (Paris: Maisonneuve & Larose).
LA CHAPELLE, F. DE. 1930. 'Esquisse d'une histoire du Sahara occidental', *Hespéris,* II, pp. 35-95.
LACOSTE, Y. 1966. *Ibn Khaldoun. Naissance de l'histoire, passé du Tiers-Monde* (Paris: Maspéro).
LACROIX, P.-F. 1969. 'L'Ensemble songhay-djerma: problèmes et thèmes de travail', *AUA,* Série H, pp. 87-99.
LAFORGUE, P. 1940. 'Notes sur Aoudaghost, ancienne capitale des Berbères Lemtouna', *BIFAN,* 2, pp.217-306.
LAGARDÈRE, V. 1976. 'Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāshfin (430/1039-500/1106)' (Thèse de doctorat de 3ème cycle, Université de Bordeaux, III).
______. 1978. 'Le gouvernement des villes et la suprématie des Banū Turgūt au Maroc et en Andalus, *ROMM,* 25, pp. 49-65.
______. 1979. 'Esquisse de l'organisation des Mūrabitūn à l'epoque de Yūsuf b. Tasfin (430-1039/500-1106*)', ROMM,* 27, pp. 99-114.
______. 1981. 'L'unification du malékisme oriental et occidental à Alexandrie: Abū Bakr at-Turtūsī', *ROMM,* 31, pp. 47-62.
______. 1983. 'La Tariqa et la révolte des Murīdūn en 539/1144 en Andalus', *ROMM, 35,* pp.157-70.
LAMBERT, N. 1971. 'Les industries sur cuivre dans l'Ouest saharien', *WAJA,* I, pp. 9-21.
LAMMENS, H. 1916. 'Les "Al)ābls" et I'organisation militaire de La Mecque au siècle de l'Hégire, *JA,* 8, pp. 425-82.
LAMP, F. 1979. *African Art of the West Atlantic Coast. Transition in Form and Content* (New York: L. Kahen Gallery).
LANGE, D. 1977. *Le Dīwān des sultans du [Kānem-]Bornū: chronologie et histoire d'un royaume africain (de la fin du Xe siècle jusqu'à 1808)* (Wiesbaden: Steiner).

LANGE, D. (1978. 'Progrès de l'Islam et changement politique au Kānem du XIe au XIIIe siècle: un essai d'interprétation', JAH, 19, 4, pp. 495-513.
______. 1979A. 'Un texte de Maqrízi sur les "races des Sūdān"', *AI,* 15, pp. 187-209.
______. 1979B. 'Les lieux de sépulture des rois sefuwa (Kānem-Bornū): textes écrits et traditions orales', *Paideuma,* 25, pp. 145-57.
______. 1980. 'La région du lac Tchad d'après la Géographie d'Ibn Sa'id. Texte et cartes', *AI, 16,* pp. 149-81.
______. 1982A. 'L'éviction des Séfuwa du Kānem et l'origine des Bulāla', JAH, 23, 3, pp. 315-31.
Lange, D. 1982b. 'L'Alun du Kawār: une exportation africaine en Europe', *Cahiers du CRA, 2.*
LANGE, D. AND BERTHOUD, S. 1977. 'Al-Qasaba et d'autres villes de la route centrale du Sahara', *Paideuma,* 23, pp. 19-40.
LARGEAU, V. 1879. *Le Pays de Rirha, Ouargla. Voyage à Rhadamès* (Paris: Hachette).
LAROUI, A. 1970. *L'histoire du Maghreb: un essai de synthèse* (Paris: Maspéro).
______. 1977. *The History of the Maghrib: An Interpretative Essay* (Princeton: PUP).
LATHRAP, D. W. 1973. 'The antiquity and importance of long distance trade relationships in the moist tropics of pre-Columbian South America', *WA,* 5, 2, pp. 170-86.
LAUNOIS, A. 1964. 'Influence des docteurs malékites sur le monnayage ziride de type sunnite et sur celui des Almoravides', *Arabica,* 11, pp. 127-50.
______. 1967. 'Sur un dinar almoravide en *nashī', Arabica,* 14, pp. 60-75.
LAVERS, J E. 1974. 'Islam in the Bornu Caliphate: a survey', *Odu,* 5, pp. 27-53.
______. 1980. 'Kanem and Borno to 1808' in O. Ikime (ed.), pp. 187-209.
LAW, R. C. C. 1967A. 'Contacts between the Mediterranean civilisations and West Africa in pre-Islamic times', *LNR,* I, I, pp. 52-62.
______. 1967B. 'The Garamantes and trans-Saharan enterprise in classical *times', JAH,* 8, 2, pp. 181-200.
LAWAL, B. 1973. 'Dating problems at Igbo-Ukwu', JAH, 14, I, pp. 1-8.
LEBEUF, A. AND LEBEUF, J-P. 1970. 'Datations au C14 de sites Sao (Cameroun et Tchad)', *NA,* 128, pp.105-6.
LEBEUF, A. M. D. AND PAQUES, V. 1970. *Archéologie malienne* (Paris: Catalogues du Musée de I'Homme, série C, Afrique Noire, I).
LEBEUF, J-P. 1962. *Archéologie tchadienne: les Sao du Cameroun et du Tchad* (Paris: Hermann).
______. 1981. 'Travaux archéologiques dans les basses vallées du Chari et du Logone (1963-1980)', *C-RAI,* pp. 636-56.
LEBEUF, J-P. AND DETOURBET, A. M. 1950. *La civilisation du Tchad* (Paris: Payot).
LEBEUF, J-P. AND LEBEUF, A. 1977. *Les Arts des Sao: Cameroun, Tchad, Nigeria* (Paris: Chène).
LEBEUF, J-P., LEBEUF, A. M. D., TREINEN-CLAUSTRE, F. AND COURTIN, J. 1980. *Le gisement sao de Magda-Fouilles* 1960-68 *(Tchad)* (Paris: Société d'ethnographie).
LECLANT, J. 1958-74. 'Fouilles et travaux en Egypte et au Soudan' *Orientalia, 27-43.*
______. 1975-83. 'Fouilles et travaux en Egypte et au Soudan', *Orientalia,* 44-52.
______. 1976. 'L'Egypte, terre d'Afrique dans le monde gréco-romain' in J. Vercoutter *et al.* (eds), Vol. I, pp. 269-85.
LECLANT, J. AND HUARD, P. 1980. *La culture des chasseurs du Nil et du Sahara* (Algiers: SNED, Mémoires du CRAPE, 29, 1 and 2).
______. 1968. 'Nubien' in *Propyläen Kunstgeschichte (Byzanz und Christlichen Osten),* 3 (Berlin), pp. 361-6.
LEO AFRICANUS [JEAN LÉON L'AFRICAIN]. 1956. *Description de l'Afrique,* tr. A. Epaulard, with notes by A. Epaulard, T. Monod, H. Lhote and R. Mauny (2 vols, Paris: Maisonneuve).
LEPAGE, C. 1972. 'L'église rupestre de Berakit', *AE,* 9, pp. 147-92.
______. 1973. 'L'église de Zaréma (Ethiopie)', *C-RAI,* pp. 416-54.
LEROY, J. 1968. 'Un nouvel évangéliaire éthiopien illustré du Monastère d'Abba Garima' in *Synthronon. Art et Archéologie de la fin de l'Antiquité et du Moyen âge* (Paris: Klincksieck), pp. 75-87.
LE ROUVREUR, A. 1962. *Sahéliens et Sahariens du Tchad* (Paris: Berger-Levrault).

LESPINAY, C. DE. 1981. 'Le chameau et l'histoire de l'Afrique pré-islamique. Approche critique des sources' (Mémoire de maitrise, Universitè de Paris I).
LESSARD, J-M. 1969. 'Sijilmassa: la ville et ses relations commerciales au Xle siècle d'après al-Bakri", *HT,* 10, pp. 5-37.
LE TOURNEAU, R. 1949. *Fès avant le protectorat* (Casablanca: SMLE).
______. 1954. 'La révolte d'Abu Yazid au Xe siècle', *CT,* 2, pp. 103-25.
______. 1958. 'Barghawāta' in B. Lewis *et al.* (eds), pp. 1043-5.
LÉVI-PROVENÇAL, E. 1928. *Documents inédits d' histoire almohade* (PARIS: GEUTHNER).
______. 1938. 'La Fondation de Fès', *AIEOA, 4.*
______. 1948. 'Rèflexion sur l'empire almoravide au début du XIIe siècle' in Lèvi- Provençal, *Islam d'Occident; études d'histoire médiévale* (Paris: Maisonneuve), pp. 240-56.
______. 1950-3. *Histoire de l'Espagne musulmane* (3 vols, Paris-Leiden: Brill).
______. 1954A. 'Un nouveau récit de la conquète de l'Afrique du Nord par les Arabes', *Arabica,* I.
______. 1954B. 'Un nuevo documento sobre la conquista de Norte de Africa por los árabes', *Revista de Instituto Egipcio de Estudios Islamicos en Madrid,* 2, 1-2, pp. 169, 193-239.
______. 1955. 'Le titre souverain des Almoravides et sa légitimation par le califat ab-baside', *Arabica,* 2, pp. 266-88.
______. 1957. 'La fondation de Marrakech (462/1070)', *MHAOM,* 2, pp. 117-20.
______. 1960A. "Abd al-Rahrnan b. Habīb b. Habīb b. Abi 'Ubayda' in H. A. R. Gibb *et al.* (eds), p. 86.
______. 1960B. 'Abu 'Ubayd al-Bakrí' in H. A. R. Gibb *et al.* (eds), pp. 155-7.
LÈVI-PROVENÇAL, E., GARCIA-GORNEZ, E. AND OLIVER ASÍN, J. 1950. 'Novedades sobre la batalla llamada de al-Zallāqa', *Al-Andalus,* 15, pp. 111-55.
LEVTZION, N. 1968A. 'Ibn Hawqal, the cheque and Awdaghost', JAH, 9, 2, pp. 223-33.
______. 1968B. *Muslims and Chiefs in West Africa. A Study of Islam in the Middle Volta Basin in the Pre-colonial Period* (Oxford: Clarendon Press).
______. 1973. *Ancient Ghana and Mali* (London: Methuen).
______. 1978. 'The Sahara and the Sudan from the Arab conquest of the Maghrib to the rise of the Almoravids' in J. D. Fage (ed.), pp. 637-84.
______. 1979. "Abd Allāh b. Yāsin and the Amoravids' in J. R. Willis (ed.), pp. 78-112.
______. 1981. 'Ancient Ghana: a reassessment of some Arabic sources', in *(Le)Sol, la Parole et l'Ecrit,* Vol. I, pp. 429-37.
LEVTZION, N. AND HOPKINS, J F. P. (EDS). 1981. *Corpus of Early Arabic Sources for West African History* (Cambridge: CUP).
LEVY, R. 1957. *The Social Structure of Islam* (Cambridge: CUP).
LEWICKI, T. 1939. 'Sur l'oasis de Sbrū (Dbr, Shbrū) des géographes arabes', *RA,* 378, pp. 45-64.
______. 1951-2. 'Une langue romane oubliée de l'Afrique du Nord. Observations d'un arabisant', *RO,* 17, pp. 415-80.
______. 1955. *Etudes ibādites nord-africaines. Partie I* (Warszawa: PWN).
______. 1957. 'La répartition géographique des groupements ibādites dans l'Afrique du Nord au Moyen âge', *RO,* 21, pp. 301-43.
______. 1959. 'A propos d'une liste de tribus berbères d'Ibn Hawkal', *FO,* 1, pp. 128-35.
______. 1960. 'Quelques extraits inédits relatifs aux voyages des commerçants et des missionnaires ibādites nord-africains occidental au Moyen âge', *FO,* 2, pp. 1-27.
______. 1962. 'L'état nord-africain de Tāhert et ses relations avec le Soudan occidental à la fin du VIIIe et au IXe siècle', *CEA,* 4, 8, pp. 513-35.
______. 1964. 'Traits d'histoire du commerce saharien: marchands et missionnaires ibādites au Soudan occidental et central au cours des VIIIe-IXe siècles', *Ethnografia Polska,* 8, pp. 291-311.
______. 1965A. 'Animal husbandry among medieval agricultural people of Western and Middle Sudan (according to Arab sources)', *Acta Ethnographica Academiae Scientiarum Hungaricae,* 14, 1-2, pp.165-78.
______. 1965B. 'L'Afrique noire dans le Kitāb al-Masālik wa'l-Mamālik d'Abū 'Ubayd al-Bakrī (Xle siècle)', *AB,* 2, pp. 9-14.

LEWICKI, T. 1965C. 'A propos du nom de l'oasis de Koufra chez les géographes arabes du XIe et du XIIle *siecle', JAH,* 6, 3, pp. 295-306.
______. 1965D. 'Prophètes, devins et magiciens chez les Berbères médiévaux', *FO,* 7, pp. 3-27. Lewicki, T. (1966. 'A propos de la gènese de *Nuzhat al-Mūstāq fi-Istirāq al-ājāq* d'al-Idrisi', *Studi Maghrebini,* 1, pp. 41-55.
______. 1967A. 'Les ecrivains arabes du Moyen âge au sujet des mines de pierres précieuses et de pierres fines en territoire africain et de leur exploitation', *AB,* 7, pp. 49-67.
______. 1967B. 'Arab trade in negro slaves up to the end of the XVIth century', *AB,* 6, pp. 109- 11.
______. 1969. *Arabic External Sourcesfor the History of Africa to the South of Sahara* (Wroclaw-Warszawa-Kraków).
______. 1970. 'Les origines de I'islam dans les tribus berbères du Sahara occidental: Mūsā ibn Nusayr et 'Ubayd Allāh ibn al-Habhāb', *SI,* 32, pp. 203-14.
______. 1971A. 'Un état soudanais médiéval inconnu: le royaume de Zāfūn(u)', *CEA,* 11, 44, pp. 501-25.
______. 1971B. 'Al-Ibādiyya' in B. Lewis *et al.* (eds), pp. 648-60.
______. 1973. 'Le monde berbère vu par les écrivains arabes du Moyen âge' in *Actes du Premier Congrès d' Etudes des cultures méditerranéennes d'influence arabo-berbère (Algiers: SNED),* pp. 31-42.
______. 1974. *West African Food in the Middle Ages according to Arabic Sources* (Cambridge: CUP).
______. 1976. *Etudes maghrébines et soudanaises* (Warsaw: Editions Scientifiques de Pologne).
______. 1977. 'L'exploitation et le commerce de l'or en Afrique de l'Est et du Sud-Est au Moyen âge d'après les sources arabes', *FO,* 18, pp. 167-86.
______. 1978. 'L 'Origine nord-africaine des Bafour' in *Actes du Deuxième Congrès International des Cultures de la Méditerranée Occidentale,* 2 (Algiers: SNED), pp. 145-53.
______. 1981. 'Les origines et l'islamisation de la ville de Tādmakka d'après les sources arabes' in *(Le) sol, la parole et l'écrit,* Vol. I, pp. 439-44.
LEWIS, A. R. 1951. *Naval Potoer and Trade in the Mediterranean A.D. 500-1100* (Princeton: PUP). Lewis, B. (1940) *The Origins of Isma'ilism* (Cambridge: CUP).
LEWIS, B. 1950. *The Arabs in History* (London: Hutchinson).
______. 1971. *Race and Color in Islam* (New York: Harper & Row).
______. 1982. *Race et couleur en pays d' Islam* (Paris: Payot).
LEWIS, B., PELLAT, C. AND SCHACHT, J. (EDS). 1958, 1965. *The Encyclopedia of Islam,* new edn, Vol. 1 (1958); Vol. 2 (1965) (Leiden/London: Brill/Luzac).
LEWIS, B., MÉNAGE, V. L., PELLAT, C. AND SCHACHT, J. (EDS). 1971. *The Encyclopedia of Islam,* new edn, Vol. 3 (Leiden/London: Brill/Luzac).
LEWIS, L. M. (ED.). 1966. *Islam in Tropical Africa* (London: OUP).
LEWIS, L. M. 1974. 'Islamic frontiers in Africa and Asia: Africa south of the Sahara' in J. Schacht and C. E. Bosworth (eds) (1974), pp. 105-15.
LHOTE, H. 1955. *Les Touaregs du Hoggar* (Paris: Payot).
______. 1955-6. 'Contribution à l'histoire des Touaregs soudanais', *BIFAN,* 17, pp. 334-70; 18, pp.391-407.
______. 1972A. 'Recherches sur Takedda, ville décrite par le voyageur arabe Ibn Battouta, et situèe en Aïr', *BIFAN,* (B), 34, 3, pp. 429-170.
______. 1972B. 'Une étonnante découverte archéologique au Niger', *Archéologia,* 5, pp. 63-7. Liesegang, G. 1975. 'Mounds and graves near Famanougou, Mali', *Nyame Akuma,* 7, pp. 27-8.
LINARES DE SAPIR, O. 1971. 'Shell middens of Lower Casamance and problems of Diola proto-history', *WAJA,* 1, pp. 23-54.
LISTER, F. C. 1967. *Ceramic Studies of the Historic Periods in Ancient Nubia* (Salt Lake City: University of Utah, Anthropological Paper, 8, Nubian series, 2).
LITTMAN, E. 1913. *Deutsche Aksum-Expedition, Vol.* 4, *Sabaische, Griechische und Abbessinische Inschriften* (Berlin: Reimer).

LIVINGSTONE, F. B. 1958. 'Anthropological implications of sickle cell gene distribution in West Africa', *AA,* 60, 3, pp. 533-62.
LOCKHART, L. 1960. 'Al-Ahwāz' in H. A. R. Gibb *et al.* (eds) p. 305.
LOIR, H. 1935. *Le tissage du raphia au Congo belge* (Tervuren: Musée du Congo Belge).
LORNBARD, J. AND MAUNY, R. 1954. 'Azelik et la question de Takedda', *NA,* 10, 64, pp. 99-101.
LORNBARD, M. 1947. 'Les bases monétaires d'une suprématie économique: l'or musulman du VIIe au XIe siècle', *Annales ESC,* 2, pp. 143-60.
______. 1971A. *Monnaie et Histoire d'Alexandre à Mahomet* (Paris: Mouton).
______. 1971B. *L' Islam dans sa première grandeur (VIIIe-XIe siècle)* (Paris: Flammarion).
______. 1978. *Les Textiles dans le monde musulman du VIIIe au XIIe siècle.* (Paris and The Hague: Mouton).
LONG, R. 1971. 'A comparative study of the Northern Mande languages' (Indiana University).
LOUBSER, J. H. N. 1981. 'Ndebele archaeology of the Pietersburg area' (University of the Witwatersrand).
LOUHICHI, A. 1984. 'La céramique musulmane d'origine médiévale importée à Tegdaoust. Etude archéologique; étude de laboratoire' (Thèse de 3eme cycle, Université de Paris I).
LUCAS, A. J. 1931. 'Considération sur l'ethnique maure et en particulier sur une race ancienne: les Bafour', JSA, 1, p. 151-94.
LUCCHESI-FALLI, E. 1982. 'Some parallels to the figure of St. Mercurius at Faras' in J. M. Plumley (ed.) (1982a), pp. 162-9.
LUKASZEWICZ, A. 1978. 'Quelques remarques sur un saint anachorète de Faras', *Etudes et Travaux, 10, (CAMAP,* 20) pp. 355-62.
______. 1982. 'En marge d'une image de l'anachorète Aaron dans la cathédrale de Faras', *NC,* I, pp. 192-213.
LWANGA-LUNYIIGO, S. 1976. 'The Bantu problem reconsidered', *Current Anthropology,* 17, 2, pp. 282-6.
MABOGUNJE, A. L. 1962. *Yoruba Towns* (Ibadan: Ibadan University Press).
______. 1971. 'The Land and Peoples ofWest Africa' in J. F. A. Ajayi and M. Crowder (eds), (1971) Vol. 1, pp. 1-32.
MCCALL, D. F. 1971. 'The cultural map and time profile of the Mande speaking peoples' in C. T. Hodge (ed.).
MACGAFFEY, W. 1966. 'Concepts of race in the historiography of north-east Africa', JAH, 7, 1, pp. 1- 17.
MCINTOSH, R. J. 1974. 'Archaeology and mud wall decay in a West African village', *WA,* 6, 2, pp. 154-71.
______. 1976. 'Finding lost walls on archaeological sites. The Hani model', *Sankofa,* 2, pp. 45- 53.
______. 1979. 'The development of urbanism in West Africa: the example of Jenne, Mali' (Cambridge University).
MCINTOSH, R. J. AND MCINTOSH, S. K. 1979. 'Terra cotta statuettes from Mali', *African Arts,* 12, 2, pp. 51-3, 91.
MCINTOSH, R. J. AND MCINTOSH S. K. 1981. "The Inland Niger Delta before the empire of Mali: evidence from Jenne-Jeno', JAH, 22, I, pp. 1-22.
MCINTOSH, S. K. 1979. 'Archaeological exploration in *terra incognita:* excavation at Jenne-Jeno (Mali)' (University of California, Santa Barbara).
______. 1981. 'A reconsideration of Wangara/Palolus, Island of Gold', *JAH,* 22, I, pp. 145-58.
MCINTOSH, S. K. AND MCINTOSH R. J. 1980A. 'Jenne-Jeno: an ancient African city', *Archaeology; 33,* I, pp. 8-14.
______. 1980B. *Prehistoric Investigations in the Region of Jenne (Mali)* (2 vols, Oxford: BAR, Cambridge Monographs in African Archaeology, 2).
______. (1981. 'West African prehistory', *American Scientist,* 69, 6, pp.602-13.
MACK, J. AND ROBERTSHAW, P. (EDS) (1982. *Culture History in the Southern Sudan, Archeology, Linguistics, Ethnohistory.* (Nairobi: British Institute in Eastern Africa).

MADELUNG, W. 1961. 'Das Imamat in der frühen ismailitischen Lehre', *Der Islam,* 37, pp. 43-135. Mādjid, 'Abd al-Mun'im (1968) *Zuhūr khilafāt at-Fātimiyyīn wa sukūtuhā.* (Cairo).
MAGGS, T. M. 1976. *Iron Age Communities of the Southern Highveld* (Pietermaritzburg: Natal Museum, Occ. Publ. Natal Museum, 2).
______. 1980A. "The Iron Age sequence south of the Vaal and Pongola rivers: some historical implications' *JAH,* 21, I, pp. 1-15.
______. 1980B. 'Mzonjani and the beginning of the Iron Age in Natal', *ANM,* 24, I, pp. 71-96. Maggs, T. M. and Michael, M. A. (1976. 'Ntshekane: an Early Iron Age site in the Tugela Basin, Natal', *ANM,* 22, 3, pp. 705-40.
MAHJOUBI, A. 1966. 'Nouveau témoignage épigraphique sur la communauté chrétienne de Kairouan au XIe siècle' *Africa* (INAA), I, pp. 85-104.
AL-MAKKARĪ. 1840-3. *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain,* tr. by P. de Gayangos (2 vols, London: W. H. Allen).
______. 1855-1861. *Analectes sur l'histoire et la littérature des Arches d'Espagne* (2 vols, ed. by R. Dozy, G. Duget, L. Krehl et W. Wright, Leiden: Brill).
______. 1969. *Kitāb Nafh ai Tīb* (2 vols, Ed. Ihsān 'Abbūs, Beyrūt).
MALEY, J. 1981. *Etudes palynologiques dans le bassin du Tchad et paléoclimatologie de l'Afrique nord-tropicale de 30.000 ans à l'époque actuelle.* (Paris: ORSTOM).
AL-MĀLIKĪ. 1951. *Riyārj al-Nufūs,* Vol. I (ed. H. Mu'nis: Kahira).
MALMUSI, B. 1895. *Lapidi della necropoli musulmana di Dahlak* (Modena: Società tipografica).
MALOWIST, M. 1966. 'Le commerce d'or et d'esclaves au Soudan occidental' *AB,* 4, pp. 49-72.
MAMOUR, P. H. 1934. *Polemics on the Origin of the Patimi Caliphs* (LONDON: LUZAC).
MANGUIN, P.-Y. 1972. *Les Portugais sur les côtes du Vietnam et du Campa. Etude sur les routes maritimes et les relations commerciales d'apres les sources portugaises. (XVIe-XVIIIe siècles)* (Paris: EFEO).
______. 1979. "The South-East Asian trading ship. An historical approach' in ICIOS, 5. *The History of Commercial Exchange and Maritime History* (Perth).
MANTRAN, R. 1969. *L'expansion musulmane VIIe-XIe siècle* (Paris: PUF).
MARÇAIS, G. 1946. *La Berbérie musulmane et l'Orient au Moyen-Age* (Paris: Aubier).
______. 1953. 'Sidi Ukba, Abū I-Muhâdjir et Kusaila', *CT,* I, pp. 11-17.
MARÇAIS, W. 1938. 'Comment l'Afrique du Nord a été arabisée', *AIEOA,* 4, pp. 1-22.
MARET, P. DE. 1975. 'A carbon-14 date from Zaire', *Antiquity;* 49, pp. 133-7.
______. 1977. 'Sanga: new excavations, more data and more related problems', *JAH,* 18, 3, pp.321-37.
______. 1977-8. 'Chronologie de l'âge du fer dans la dépression de l'Upembe en République du Zaire' (3 vols, Brussels).
______. 1979. 'Luba roots: the first complete Iron Age sequence in Zaire' *Current Anthropology;* 20, pp. 233-5.
______. 1980. 'Les trop fameux pots à fossette... du Kasai' *Africa Tervuren,* 26, pp. 4-12.
______. 1981. 'Lèvolution monétaire du Shaba central entre le VIIe et le XVIIIe siècle', *AEH,* 10, pp. 117-49.
MARET, P. DE AND NSUKA, F. 1977. 'History of Bantu metallurgy: some linguistic aspects', *HA, 4,* pp.43-66.
MARQUART, J. 1913. *Die Benin-Sammlung des Reichsmuseums fiir Võlkerkunde in Leiden* (Leiden: Brill).
MARTENS, M. 1972. 'Observations sur la composition du visage dans les peintures de Fara, VIIIe-IX siècles', *Etudes et Travaux,* 6 *(CAMAP,* 13), pp. 207-50.
______. 1973. 'Observations sur la composition du visage dans les peintures de Faras, IXe-XIIe siècles', *Etudes et Travaux,* 8 (*CAMAP,* 14), pp. 163-226.
MARTENS-CZARNECKA, M. 1982A. *Paras VII. Les éléments décoratifs sur les peintures de la cathédrale de Faras* (Warsaw: PWN).
______. 1982B. 'Remarques sur les motifs décoratifs des peintures de la cathédrale de Faras' in J. M. Plumley (ed.) (1982a), pp. 170-8.
______. 1982C. 'General results of using decorative ornaments and motifs on Faras murais as a criterion for their dating' *NC,* I, pp. 214-22.

______. 1982D. 'Influences extérieures dans l'art nubien', *AB,* 31, pp. 59-73.
MARTIN, B. G. 1969. 'Kanem Bornu and the Fazzān: notes on the political history of a trade route.' *JAH,* 10, I, pp. 15-27.
______. 1974. 'Arab migrations to East Africa in medieval times', *IJAHS,* 7, 3, pp. 367-90.
MARTIN, P. 1970. 'The trade of Loango in the seventeenth and eighteenth centuries' in R. Gray and D. Birmingham (eds), pp. 138-61.
MARTIN, V. AND BECKER, C. 1974A. *Répertoire des sites protohistoriques du Sénégal et de la Cambie* (Kaolack).
______. 1974B. 'Vestiges protohistoriques et occupation humaine au Sénégal', *Annales de Démographie historique,* pp. 403-29.
MARTIN DEI MOLINO, A. L. 1965. *Secuencia cultural en el néolitico de Fernando Po* (Madrid: Trabajos de Prehistoria dei Seminario de Historia Primitiva dei Hombre de la Universidad de Madrid y dei Instituto Español de Prehistoria dei Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 17).
MASON, M. 1973. 'Captive and client labour and the economy of the Bida emirate, 1857-190l', JAH, 14, 3, pp. 453-71.
MASON, R. J. 1968. 'Transvaal and Natal Iron Age settlements revealed by aerial photography and excavation', *AS,* 27, 4, pp. 1-14.
______. 1969. *Prehistory of the Transvaal: A Record of Human Activity* (Johannesburg: Witwatersrand University Press).
______. 1974. 'Background to the Transvaal Iron Age – new discoveries at Olifantspoort and Broederstroom', *JSAIMM,* 74, 6, pp. 211-16.
MASPÉRO, G. 1928. *Le royaume de Champa* (Paris-Brussels: G. Van Oest).
MASSÉ, H. 1966. *L'Islam* (Paris: A. Colin, 9th edn.).
MASSIGNON, L. 1929. 'Zandj' in M. T. Houtsma *et al.* (eds), p. 1213.
AL-MAS'ŪDĪ. 1861-77. *Les Prairies d'or,* ed. and tr. by C. Barbier de Meynard et P. de Courteille (9 vols, Paris: Imprimerie Impériale).
AL-MAS'ŪDĪ. 1962-5. *Les Prairies d'or,* tr. by C. Pellat (Paris).
______. 1964. *Murū' al-Dhahab wa ma'ādin al Djawhar,* ed. by M. Abdulhamid (4 vols, Cairo). Mathew, G. (1963) "The East African coast until the coming of the Portuguese' in R. Oliver and G. Mathew (eds), pp. 94-128.
MATTHEWS, D. AND MORDINI, A. 1959. "The monastery of Debra Damo, Ethiopia', *Archaeologia, 97,* pp. 1-58.
MATVEYEV, V. V. 1960. *Northern Boundaries of the Eastern Bantu (Zinj) in the Tenth Century, According to Arab Sources* (Moscow: Oriental Institute).
MAUNY, R. 1951. 'Etar actuel de la question de Ghana' *BIFAN,* 13, pp. 463-75.
______. 1955A. 'Notes d'histoire et d'archéologie sur Azougui, Chinguetti et Ouadane', *BIFAN* (B), 17, pp. 142-62.
______. 1955B. 'Disques énigmatiques de poterie', *NA,* 68, p. 17.
______. 1961. *Tableau géographique de l'Ouest Africain au Moyen Age d'apres les sources écrites, la tradition, l'archéologie* (Dakar: IFAN).
______. 1965. "The Wakwak and the Indonesian invasion in East Africa in 945 AD', *Studia* (Lisbon), pp. 7-16.
______. 1970. *Les siècles obscurs de l'Afrique noire: histoire et archéologie* (Paris: Fayard). Mauny, R. (1973. 'Notes bibliographiques', *BIFAN,* (B), 35, 3, pp. 759-66.
______. 1978. 'Trans-Saharan contacts and the Iron Age in West Africa' in J. D. Fage (ed.), pp.272-341.
AL-MĀWARDI. 1922. *Al-ahkām al-sultāniyya* (Cairo).
MAXWELL, R. J. 1932. "The law relating to slavery among the *Malays', Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society,* 10, I, p. 254.
MEDEIROS, F. DE. 1973. 'Recherches sur l'image des noirs dans l'occident médiéval, 13-15' siècles' (Thèse de doctorat, Université de Paris).

MEEUSSEN, A. E. 1969. *Bantu Lexical Reconstructions* (Tervuren, stenciled).
MEIER, F. 1981. 'Almoraviden und Marabute', *Die Welt des Islams* (ns), 21, pp. 80-163.
MEILLASSOUX, C. (ED.). 1971. *The Development of Indigenous Trade and Markets in West Africa* (London: OUP for IAI).
______. 1975. *L'esclavage en Afrique précoloniale* (Paris: Maspéro).
MEINARDUS, O. 1967. 'The Christian kingdoms of Nubia', *Nubia, Cahiers d'Histoire Égyplienne,* 10, pp. 133-64.
MEINHOF, C. 1899. *Grundriss einer Lautlehre der Bantusprachen* (Leipzig: Brockhaus).
______. 1906. *Grundzüge einer vergleichenden der Grammatik der Bantusprachen* (Berlin: Reimer).
MEKOURIA, T. T. 1959. *History of Ethiopia: Axum-Zagtaé* (in Amharic, Addis Ababa).
MENDELSOHN, I. 1949. *Slavery in the Ancient Near East* (New York: OUP).
MERCIER, E. 1888-91. *Histoire de l'Afrique septentrionale (Berbérie) depuis les temps les plus reculés, jusqu' à la conquète française* (3 vols, Paris: Leroux).
MERCIER, P. 1970. 'Guinée centrale et orientale' in H. Deschamps (ed.), Vol. 1.
MERWE, N. J. VAN DER. 1980. "The advent of iron in Africa' in T. A. Wertime and J. D. Muhly (eds), pp. 463-506.
MESSIER, R. A. K. 1974. "The Almoravids: West African gold and the gold currency of the Mediterranean *world', JESHO,* 17, I, pp. 31-47.
MESSIER, R. A. 1980. 'Quantitative analysis of Almoravid dinars', JESHO, 23, pp. 102-18.
METCALF, D. M. 1972. 'Analyses of the metal contents of medieval coins, methods of chemical and metallurgical investigation of ancient coinage', *Royal Numismatic Society Special Publication,* 8, pp. 383-434.
METZGER, B. M. 1968. "The Christianization of Nubia and the Old Nubian versions of the New Testament' in *Historical and Literary Studies: Pagan, Jewish and Christian* (Grand Rapids, Michigan), pp. 111-22.
MEUNIÉ, J. AND ALLAIN, C. 1956. 'La forteresse almoravide de Zagora', *Hesperis,* 53, pp. 305-23.
MEUNIÉ, J. AND TERRASSE, H. 1952. *Recherches archéologiques à Marrakech* (Paris: Arts et Métiers graphiques).
MEYER, A. 1980. "n Interpretasie van die Greefswald potwerk' (University of Pretoria).
MEZ, A. 1922. *Die Renaissance des Islams* (Heidelberg: C. Winter).
MICHALOWSKI, K. 1962. *Paras, Vol. 1, Fouilles Polonaises 1961* (Warsaw: PWN).
______. 1964A. 'Polish Excavations at Faras, 1962-63, *Kush,* 12, pp. 195-207.
______. 1964B. 'Die wichtigsten Entwicklungsetappen der Wandmalerei in Farás' in K. Wessel (ed.), pp. 79-94.
______. 1965A. 'La Nubie chrétienne', *AB,* 3, pp. 9-25.
______. 1965B. 'Polish excavations at Faras, fourth season, 1963-64', *Kush,* 13, pp. 177-89.
______. 1965C. *Paras, Vol.* 2, *Fouilles Polonaises* 1961-1962 (Warsaw: PWN).
______. 1966A. 'Polish excavations at Old Dongola: first season, November-December *1964', Kush,* 14, pp. 289-99.
______. 1966B. *Foras, centre artistique de la Nubie chrétienne* (Leiden: Instituut vor het Nabije Oosten).
______. 1967. *Faras, die Kathedrale aus dem Wüstensand* (Einsiedeln, Zurich, Cologne: Benzinger Veriag).
______. 1970. 'Open problems of Nubian art and culture in the light of the discoveries at Faras' in E. Dinkler (ed.) (1970), pp. 11-20.
______. 1974. *Faras, Wall Paintings m the Collection of the National Museum in Warsaw* (Warsaw: Wydawnictwo Artystyczno-Graficzne).
MICHALOWSKI, K. (ED.). 1975. *Nubia - récentes recherches. Actes du Colloque Nubiologique International au Musée National de Varsouie, 19-22 juin* 1972 (Warsaw: National Museum).
MICHALOWSKI, K. 1979. 'Faras, seventeen years after the discovery', in F. Hintze (ed.) *Africa in Antiquity - the Arts of Ancient Nubia and the Sudan, Proceedings of the Symposium held in conjunction with the Exhibition, Brooklyn, September 29-October 1,* 1978, *Meroitica,* 5 (Berlin: Humboldt- Universitat), pp. 31-9.

MIGNE, J-P. (ED.). 1844-64. *Patrologie cursus completus, series Latina* (Paris).
MILEHAM, G. 1910. *Churches in Lower Nubia* (Philadelphia: Univcrsity Museum).
MILLER, J. C. 1976. *Kings and Kinsmen: Early Mbundu States in Angola* (London: OUP).
MILLER, J. I. 1969. *The Spice Trade of the Roman Empire (29BC to AD 641*) (Oxford: Clarendon Press).
MILLER, S. F. 1969. 'Contacts between the Later Stone Age and the Early Iron Age in Southern Central Africa', *Azania,* 4, pp. 81-<)0.
MILLET, N. B. 1964. 'Gebel Adda. Preliminary Report, *1963-64', JARCE,* 3, pp. 5-14.
______. 1967. 'Gebel Adda. Preliminary Report, *1965-1966', JARCE,* 6, pp. 53-63.
MILLS, E. A. C. AND FILMER, N. T. 1972. 'Chondwe Iron Age site, Ndola, Zambia', *Azania, 7,* pp.129-47.
MIQUEL, A. 1975. *La géographie humaine du monde musulman jusqu'au milieu du XIe siècle* (Paris: Mouton).
______. 1977. *L'Islam et sa civilisation, VIIe-XXe siècles* (Paris: A. Colin). Miskawaih (1914) *Tadjārib al-umam* (Cairo).
MLAKER, K. 1927. 'Die Inschrift von Husn Ghurāb', *WZKM,* 34, pp. 54, 5.
MOBERG, A. 1924. *The Book of the Himyarites. Fragments of a Hitherto Unknoton Syriac Book* (Lund: Gleerup).
MODAT, C. 1919. 'Les populations primitives de l'Adrar mauritanien', *BCEHS,* 4, pp. 372-91.
MÖHLIG, W. J, ROTTLAND, F. AND HEINE, B. (EDS). 1977. *Zur Sprachgeschichte und Ethnohistorie in Afrika* (Berlin: Reimer).
MOLLAT, M. 1971. 'Les relations de l'Afrique de l'Est avec l'Asie: essai de position de quelques problèmes historiques', *CHM,* 13, 2, pp. 291-316.
MOLLAT, M. (ED.). 1979. *Mouvements de populations dans l'Océan Indien* (Paris: Champion).
MONÈS, H. 1947. *Fath al 'Arab li l-Maghrib* (Cairo).
______. 1962. 'Le malikisme et l'échec des Fatimides en Ifrikiya' in *Etudes d'orientalisme dédiées à la mémoire de E. Lévi-Prooençal,* Vol. I, pp. 197-220.
MONNERET DE VILLARD, U. 1927. *Il Monastero di San Simeone presso Asman* (Milan: S. Giuseppe).
______. 1935-57. *La Nubia mediévale* (4 vols, Cairo: Service des Antiquités de l'Egypte).
______. 1938. *Storia della Nubia cristiana* (Rome: Oriental ia Christiana Analecta, 118).
______. 1948. 'Aksum e i quattro re dei mondo', *AL,* 12, pp. 175-80.
MONOD, T. 1948. *Mission scientifique au Fezzan,* 1944-45, *2è partie: Reconnaissance au Dohone* (Algiers: Institut de Recherches Sahariennes de l'Universitè d'Alger).
______. 1958. *Majābat al-Koubra. Contribution à l'étude de l'Empty Quarter ouest-Saharien* (Dakar: IFAN).
______. 1969. 'Le "Maden Ijâfen"; une épave caravanière ancienne dans la Majâbat al-Koubrâ', *Actes ler Coll. lntern. Archéol. Afr.,* pp. 286-320.
______. 1973A. *Les déserts* (Paris: Horizons de France).
______. 1973B. 'Les monnaies nord-africaines anciennes de Corvo (Açores)', *BIFAN* (B), 35, pp.231-5.
MONTEIL, C. 1903. *Soudan français. Monographie de Djenné, cercle et ville* (Tulle: Mazeirie). Monteil, C. 1926. 'Le coton chez les noirs', *BCEHS,* 9, pp. 585-684.
______. 1929. 'Les empires du Mali', *BCEHS,* 12, pp. 291-443.
______. 1953. 'La légende de Ouagadou et l'origine des Sarakolé' in *Mélanges ethnologiques* (Dakar: IFAN) pp. 359-408.
______. 1977. *Les Bambara du Ségou et du Kaarta. (Etude historique, ethnographique et littéraire d'une peuplade du Soudan français)* (Paris: Maisonneuve & Larose).
MONTEIL, V. 1968. 'Al-Bakri (Cordoue, 1068); routier de l'Afrique blanche et noire du Nord-Ouest' *BIFAN(B),* 30, pp. 39-116.
______. 1980. *L'Islam noir. Une religion à la conquète de l'Afrique* (3rd edn, Paris: Editions du Seuil).
MOORE, M. P. J. 1981. 'The Iron Age of the Makapan Valley area, central Transvaal' (unpublished MA thesis, University of the Witwatersrand).

MOORSEL, P. VAN. 1966. 'Une théophanie nubienne', *RAC,* 42, pp. 297-316.
______. 1970A. 'Die Wandmalereien der zentrale Kirche von Abdallah Nirqi' in E. Dinkler (ed.), pp. 103-111.
______. 1970B. 'Die stillende Gottesmutter und die Monophysiten' in E. Dinkler (ed.), pp. 281-90.
______. 1972. 'Die Nubier and das glorreiche Kreuz', *BAB,* 47, pp. 125-34.
______. 1975. 'Bilder ohne Worte. Problems in Christian Nubian iconography' in K. Michalowski (ed.), pp, 126-9.
MOORSEL, P. VAN (ED.). 1982. *New Discoveries in Nubia. Proceedings of the Colloquium on Nubian Studies, the Hague,* 1979. (Leiden: Instituut voor het Nabije Oosten – Egyptologische Uitgaven, 2).
MOORSEL, P. VAN, JACQUET, J AND SCHNEIDER, H. D. 1975. *The Central Church of Abdallah Nirqi* (Leiden: Brill).
MOREAU, J-L. 1982. *Africains musulmans. Des communautés en mouvement* (Paris: PA, Abidjan: INADES édition).
MORRISON, M. E. S. 1968. 'Vegetation and climate in the uplands of south-west Uganda during the later Pleistocene period. I. Muchoya Swarnp, Kigizi *district', Journal of Ecology,* 156, pp. 363-84.
MORRISON, M. E. S. AND HAMILTON, A. C. 1974. 'Forest clearance and other vegetational changes in the Rukiga Highlands during the past 8000 years', *Journal of Ecology,* 62, 1, pp. 1-31.
MORSE, M. L. 1967. 'The question of Samogo' *JAL,* 6, pp. 61-80.
MORTELMANS, G. 1962. 'Archéologie des Grottes Dimba et Ngovo', *Actes du IV congrès Panafricain de Préhistoire,* pp. 407-25.
AL-MUBARRAD. 1864-92. in W. Wright (ed.) *Kāmil* (2 vols, Leipzig).
MUBITANA, K. (ED.). 1977. *The Sculpture of Zambia* (Lusaka).
AL-MUFADDAL. 1918-21. *The Mufaddalīyāt: An Anthology of Ancient Arabian Odes,* ed. by C. J. Lyall (Oxford: Clarendon Press).
AL-MUKADDASĪ. 1877. *Ahsān al-takāsim. Descriptio imperii moslemici* (ed. by M. J. de Goeje, Leyden: Brill, 2nd edn, 1906).
MÜLLER, C. D. G. 1975. 'Die nubische Literatur, Bestand und Eigenart' in K. Michalowski (ed.), pp.93-100.
______. 1978. 'Die nubische Literatur, Bestand und Eigenart', *Etudes et Travaux, 10, (CAMAP,* 20) pp. 375.
MÜLLER, H. 1980. *Die Kunst des Sklavenkaufs nach arabischem, persischem and türkischen Ratgebern von 10. bis zum* 18. *Jhdt* (Freiburg: Klaus Schwarz).
MUNSON, P. 1968. 'Recent archeological research in the Dhar Tichitt region of South-Central Mauritania', *W AAN,* 10, pp. 6-13.
______. 1970. 'Corrections and additional comments concerning the Tichitt Tradition', *WAAN,* 12, pp. 47-8.
MUNSON, P. J. 1971. "The Tichitt tradition: a late prehistoric occupation of the southern Sahara' (University of IIlinois).
MUNSON, P. 1980. 'Archaeology and the prehistoric origins of the Ghana empire', *JAH,* 21, 4, pp. 457-66.
MUNTHE, L. 1982. *La tradition arabico-malgache vue à travers le manuscrit A-6 d'Oslo et d'autres manuscrits disponibles* (Antananarivo: TPFLM).
MURDOCK, G. P. 1959. *Africa, Its Peoples and Their Culture History* (New York: McGraw-Hill).
MURIUKI, G. 1974. *A History of the Kikuyu, 1500-1900* (Nairobi: OUP).
MUSCA, G. 1964. *L'Emirato di Bari: 847-871* (Bari: Dedalo).
MUSONDA, F. B. 1976. 'The archaeology of the Late Stone Age along the Voltaian scarp' (University of Ghana, Legon).
MUTAHHAR AL-MAKDISÍ. 1890-1919. *Le livre de la création et de l'histoire,* ed. and tr. by C. Huart (6 vols, Paris: Publications de I'ELOV).
MURORO, H. W. 1979. 'A contribution to the study of cultural and economic dynamics of thc historical settlements on East African coast, with particular reference to the ruins of Takwa, North Coast' (University ofNairobi).

MUTORO, H. W. 1982A. 'New light on the archeology of East African coast', *KHR,* 9, 1-2.
______. 1982B. 'A survey of the Kaya settlement system on hinterland Kenya coast' (Report to the Ministry of Culture and Social Services, Government of Kenya).
NACHTIGAL, G. 1879-89. *Saharâ und Sûdân* (3 vols, Berlin-Leipzig: Weidmann).
______. 1971-80. *Sahara and Sudan,* Vols 1, 2 and 4, Engl. tr by A. G. B. Fisher and H. J. Fisher (London: C. Hurst).
AL-NAQAR, U. 1969. "Takrūr: the history of a *name', JAH,* 10, 3, pp. 365-74.
AL-NAWAWI. 1951. *En-Nanaun: Les Quarante Hadiths,* tr. by G. H. Bousquet (Algiers: La Maison des Livres).
NDORICIMPA, L. ET AL. 1981. 'Technologie et économie du sel végétal au Burundi' in *La Civilisation ancienne des peuples des Grands Lacs: colloque de Bujumbura* (Paris: Karthala), pp. 408-16.
NEAHER, N. C. 1979. 'Nigerian bronze bells', *African Arts,* 12, 3, pp. 42-7.
NEEDHAM, J. H. 1974. *La tradition scientifique chinoise* (Paris: Hermann).
NENQUIN, J. 1959. 'Dimple based pots from Kasai, Belgian Congo', *Man,* 59, art. 242.
______. 1963. *Excavations at Sanga* 1957 (Tervuren: Musée Royale de l'Afrique centrale).
NEWMAN, J. L. 1970. *The Ecological Basis for Subsistence Change among the Sandawe of Tanzania* (Washington, DC: National Academy of Sciences).
NIANE, D. T. 1970. 'Notes sur les fouilles de Niani, ancienne capitale du Mali', *WAAN,* 12, pp. 43-6. Nicholson, R. A. (1907) *A Literary History of the Arabs* (Cambridge: CUP).
NICHOLSON, S. E. 1976. 'A climate chronology for Africa: synthesis of geological, historical and meteorological information and data' (University of Wisconsin, Madison).
______. 1979. 'The methodology of historical climate reconstruction and its application to *Africa', JAH, 20,* 1, pp. 31-50.
NICOLAÍ, R. 1979. 'Les dialectes du songhay. Contribution à l'étude des changements linguistiques' (Thèse d'Etat, Université de Nice).
NICOLAISEN, J. 1963. 'Niewolnictwo wsród pasterskich plemion Tuaregów', *Problemy afrykanistyki pod redakcja S. Strelcyna,* pp. 65-70.
NICOLAS, G. 1978. 'L'enracinement ethnique de l'Islam au sud du Sahara' *CEA,* 16, 71, pp. 347-77. Nöldeke, T. H. (1892. 'Ein Sklavenkrieg im Orient' in Nöldeke, *Orientalische Skizzen* (Berlin: von Gebrüder Paetel), pp. 153-84.
NORRIS, H. T. 1971. 'New evidence on the life of 'Abdallāh b. Yāsin and the origins of the Almoravid *movement', JAH,* 12, 2, pp. 255-68.
______. 1972. *Saharan Myth and Saga* (Oxford: Clarendon Press).
NORTHRUP, D. 1972. "The growth of trade among the Igbo before *1800', JAH,* 13, 2, pp. 217-36.
NOTEN, F. VAN 1982. *The Archeology of Central Africa,* with contribution by D. Cohen, P. de Maret, J. Moeyersons and E. Roche (Graz).
______. 1983. *Histoire archéologique du Rwanda* (Tervuren: Musée Royal de l'Afrique centrale). Noth, A. (1967. 'Das ribāt der Almoraviden' in W. Hoenerbach (ed.), pp. 503-10.
NUNOO, R. B. 1969. 'Buruburo factory' *Actes 1er Coll. Intern. Archéol. Afr.* pp. 321-3.
NURSE, D. 1974. 'A linguistic sketch of the north-east Bantu languages with particular reference to Chaga history' (University of Dar es Salaam).
______. 1982. 'Bantu expansion into East Africa: linguistic evidence' in C. Ehret and M. Posnansky (eds), pp. 199-222.
NURSE, D. AND PHILLIPSON, D. W. 1974. *The North-eastern Bantu Languages of Tanzania and Kenya: A Classification* (Dar es Salaam: Dar es Salaam University Press).
OBAYEMI, A. 1976. 'The Yoruba and Edo-speaking peoples and their neighbours before 1600' in J. F. A. Ajayi and M. Crowder (eds) (1976), pp. 196-266.
OBENGA, T. 1971. *L'Afrique dans l'antiquité. Egypte pharaonique; Afrique noire* (Paris: Présence Africaine). *L'Occidente e l'Islam nell' Alto Medievo.* 1965. (2 vols, Spoleto: Centro Italiano di Studi sull' Alto Medievo).
O'FAHEY, R. S. 1980. *State and Society in Darfur* (London: C. Hurst),

OGOT, B. A. (ED.). 1974. *Zamani: A Survey of East African History* (2nd edn, Nairobi: East African Publishing House).
______. 1976. *Kenya before 1900* (Nairobi: East African Publishing House). Ogot, B. A. (ed.) *Kenya in the Nineteenth Century.*
OGOT, B. A. AND KIERAN, J. A. (EDS). 1968. *Zamani: A Survey of East African History* (Nairobi: East African Publishing House).
OLAGÜE, I. 1974. *La révolución islámica en occidenie* (Barcelona: Fundación Juan March).
OLDEROGGE, D. A. 1960. *Zapadnuiy Sudan v XV-XIX vv. Ocherki po istorii i istorii kulturyi* (Moscow and Leningrad: IAN).
OLIVER, R. 1966. 'The problem of the Bantu expansion', JAH, 7, 3, pp. 361-76.
OLIVER, R. (ED.). 1967. *The Middle Age of African History* (London: OUP).
______. 1977. *The Cambridge History of Africa, Vol.* 3: *C. 1050-c. 1600* (Cambridge: CUP). Oliver, R. (1979. 'Cameroon – The Bantu cradleland', *SUGIA, 1,* pp. 7-20.
______. 1982. 'The Nilotic contribution to Bantu *Africa', JAH,* 23, 4, pp. 433-42.
OLIVER, R. AND FAGAN, B. M. (EDS). 1975. *Africa in the Iron Age: c. 500 BC to AD 1400* (Cambridge: CUP).
OLIVER, R. AND FAGE, J. D. 1962. *A Short History of Africa* (Harmondsworth: Penguin).
OLIVER, R. AND MATHEW, G. (EDS). 1963. *History of East Africa,* Vol. I (Oxford: Clarendon Press).
OMAN, G. 1974A. 'La necropoli islamica di Dahlak Kebir. Il materialo epigraphico', *Akten d. VII. Kongresses fur Arabistik und Islamtaissenschaft (Göttingen* 1974) (Götringen: Vandenhock Z. Ruprecht), pp. 273-81.
______. 1974B. 'The Islamic necropolis of Dahlak Kebir in the Red Sea: report on a preliminary survey carried out in April 1972', *East and West,* 24, 3-4, pp. 249-105.
______. 1982. *Mtongwe. The Preliminary Report* (Nagoya-Tokyo).
ONWUEJEOGWU, M. (1974. 'The political organization of Nri, south-eastern Nigeria' (University of London).
ORHANLU, C. 1978. *'Khasi'* in E. van Donzel *et al.* (eds), pp. 1087-93.
ORR, K. G. 1971-2. 'An introduction to the archaeology ofLiberia', *LSJ,* 4, pp. 55-80.
OSMAN, A. 1982A. 'Medieval Nubia: retrospects and introspects' in P. Van Moorsel (ed.), pp. 69-90. Osman, A. (1982b. 'The post-rnedieval kingdom of Kokka: a means for a better understanding of the administration of the medieval kingdom of Dongola' in J. M. Plumley (ed.), 1982a, pp. 185-97.
OTTINO, P. 1974A. *Madagascar, les Comores et le Sud-Ouest de l'Océan Indien* (Tananarive: Université de Madagascar, Centre d'Anthropologie culturelle et sociale).
______. 1974B. 'Le Moyen-Age de l'Océan Indien et le peuplement de Madagascar' in *Annuaire des Pays de l'Océan Indien* (Aix-en-Provence: CERSOI), pp. 197-221.
______. 1983. 'Les Andriambahoaka malgaches et l'héritage indonésien', in F. Raison (ed.), pp. 71-96.
OULD EL-BAH, A. 1982. *Les Almoravides à travers les sources orales en Mauritanie* (Mémoire-Université de Paris r).
OZANNE, P. 1966. 'The Anglo-Gambian Stone Circles Expedition', *WAAN,* 4, pp. 8-18.
______. 1969. 'A new archaeological survey of Ife', *Odu,* (ns), 1, pp. 28-45.
______.1971. 'Ghana' in P. L. Shinnie (ed.), pp. 36-55.
PACHA, N. 1976. *Le commerce au Maghreb du XIe-XIVe* siècle (Tunis: Faculté des Lettres de Tunis). Pacheco Pereira, D. (1956) *Esmeraldo de Situ Orbis. Côte occidentale d'Afrique, du Sud marocain au Gabon,* tr. by R. Mauny (Bissau).
PAINTER, C. 1966. 'The Guang and West African historical reconstruction', *GNQ,* 9, pp. 58-65. Palmer, H. R. 1908. 'The Kano Chronicle' *JRAI,* 38, pp. 58-118.
PALMER, H. R. 1928. *Sudanese Memoirs: being mainly translauons of a number of Arabic manuscripts relating to the Central and Western Sudan* (3 vols, Lagos: Govt Printer. Reprinted, 1967, London: Cass, in one volume).

PALMER, H. R. 1928-9. 'The Central Sahara and the Sudan in the XIIth century', J. *Afr. Soc., 28,* pp. 368-78.
______. 1936. *The Bornu, Sahara and Sudan* (London: Murray).
PANSERA, C. 1945. 'Quatro stele musulmane presso Uogher Hariba nell' Enderta', *Studi etiopici raccolti da* C. *Conti Rossini* (Rome: Istituto per l'Oriente), pp. 3-6.
PARET, R. 1924. *Sirat Saif Ibn Dhī Yazan, ein arabischer Volksroman* (Hannover: Lafaire).
PARIBENI, R. 1908. 'Richerche nel luogo dell'Antica Adulis', *Antichita Publicati per Curia della Accademia Nazionale dei Lincei,* 18, pp. 438-572.
PARRY, V. J. AND YAPP, M. E. (EDS). 1975. *War, Technology and Society in the Middle East* (London: OUP).
PEARCE, F. B. 1920. *Zanzibar, the Island Metropolis of Eastern Africa* (London: T. F. Unwin).
PEILAT, C. 1953. *Le milieu Basrien et la formation de Gāhiz* (Paris: Adrien-Maisonneuve). PeIlat, C. (1963. 'Les esclaves-chanteuses de Gāhiz', *Arabica,* 10, pp. 121-47.
PELLIOT, P. 1959. 'Çanghibar' in Pelliot, *Notes on Marco Polo,* Vol. I, (Paris: Imprimerie nationale), pp. 598-603.
PEREIRA, F. M. E. 1899. *Historia dos martyres de Nagran, versão ethiopica* (Lisbon: Imprensa nacional).
PÈRÈS, H. 1953. *La poésie andalouse en arabe classique du Xle siècle* (Paris: Maisonneuve).
PERRIER DE LA BATHIE, H. 1926. *Biogéographie des plantes de Madagascar* (Paris: Ed. Géographiques, Maritimes et Coloniales).
PERRUCHON, J. 1889. 'Histoire des guerres d'Amda Sion, Roi d'Ethiopie' *JA,* 8th series, 14, pp. 271- 363, 381-493.
______. 1893. *Les chroniques de Zar'a Yâ' eqôb et Ba'eda Mâryâm, rois d' Ethiopie de* 1434 *à* 1478 (Paris: Bouillon).
______. 1894. 'Notes pour l'histoire d'Ethiopie' *RS,* 2, pp. 78-113.
PERSON, Y. 1968-75. *Samori, une révolution Dyula* (3 vols, Dakar: IFAN).
______. 1971. 'Ethnic movements and acculturation in Upper Guinea since the fifteenth century', *AHS,* 4, 3, pp. 669-89.
______. 1972. 'Les Mandingues dans l'histoire' (Paper presented at the Conference on Manding Studies, SOAS, London, 1972).
______. 1981. 'Nyaani Mansa Manudu et la fin de l'empire du Mali' in *(Le) sol, la parole et l'écrit,* Vol. 2, pp. 613-54.
PETITMAIRE, N. 1978. 'Die atlantische Sahara, der Mensch Zwischen Wüste und Ozean', in R. Kuper (ed.).
PETRÁCEK, K. 1960. 'Al-Ahwaz' in H. A. R. Gibb *et al.* (eds), p. 305.
PHILLIPSON, D. W. 1968. "The Early Iron Age site of Kapwirimbwe, Lusaka', *Azania,* 3, pp. 87-105.
______. 1970A. 'Notes on the later prehistoric radiocarbon chronology of eastern and southern Africa', JAH, 11, 1, pp. 1-15.
______. 1970B. 'Excavations at Twickenham Road, Lusaka', *Azania,* 5, pp. 77-108.
______. 1971. 'An Early Iron Age site on the Lubusi River, Kaoma District, Zambia', *Zambia Museums Journal,* 2, pp. 51-7.
______. 1972. 'Early Iron Age sites on the Zambian copper belt', *Azania,* 7, pp, 93-128.
______. 1974. 'Iron Age history and archaeology in Zambia', JAH, 15, I, PP..1-25.
______. 1975. 'The chronology of the Iron Age in Bantu Africa', JAH, 16, 3, pp. 321-42.
______. 1976A. *The Prehistory of Eastern Zambia* (NAIROBI: BRITISH INSTITUTE IN EASTERN AFRICA).
______. 1976B. 'The Early Iron Age in eastern and southern Africa: a critical reappraisal', *Azania,* 11, pp. 1-23.
______. 1976C. 'Archaeology and Bantu linguistics', *WA,* 8, pp. 65-82.
______. 1977A. *The Later Prehistory of Eastern and Southern Africa* (London: Heinemann).
______. 1977B. 'Zambian Sculpture on historical evidence' in K. Mubitana (ed.), pp. 85-88.
Phillipson, D. W. and Fagan, B. M. (1969. 'The dates of the Ingombe Ilede burials', *JAH,* 10, 2, pp. 199-204.

PICTON, J. AND MACK, J. 1979. *African Textiles. Looms, Weaving and Design* (London: British Museum Publications).
PIGULEVSKAYA, N. V. 1960, 1961. 'Les rapports sociaux à Nedjran au début du VIe siècle de l'ère chrétienne', JESHO, 3, pp. 113-30; 4, pp. 1-14.
______. 1969. *Byzanz auf den Wegen nach Indien* (Berlin: DAW).
PIPES, D. 1980. *Slaves, Soldiers and Islam: The Genesis of a Mililary Syslem* (New Haven: YUP).
PIRENNE, H. 1937. *Mahomel et Charlemagne* (4th edn, Paris: Alcan).
PLUMLEY, J. M. 1970. 'Some examples of Christian Nubian art from the excavations at Qasr Ibrim' in E. Dinkler (ed.), pp. 129-40.
______. 1971A. 'Pre-Christian Nubia (23 BC-535 AD): evidence from Qasr Ibrim', *Etudes et Travaux,* 5 *(CAMAP,* 11), pp. 7-24.
______. 197IB. "The stele of Marianos, Bishop of Faras', *BMNV,* 11, pp. 77-84.
______. 1975A. 'The Christian period in Qasr Ibrim, some notes on the MSS finds' in K. Michalowski (ed.), pp. 101-7.
______. 1975B. *The Scrolls of Bishop Timotheos* (London: Egypt Exploration Society).
______. 1978. 'New light on the Kingdom ofDotswo', *Etudes Nubiennes,* pp. 231-41.
PLUMLEY, J. M. (ED.). 1982A. *Nubian Studies. Proceedings of the Symposium for Nubian Studies, Selmyn College, Cambridge* (Warminster: Aris & Phillips).
PLUMLEY, J. M. 1982B. "The Christian period in Nubia as represented on the site of Qasr Ibrim' in P. van Moorsel (ed.), pp. 99-110.
______. 1982C. 'New evidence on Christian Nubia in the light of recent excavations', *NC, 1,* pp.15-24.
______. 1983. 'Qasr Ibrim and the Islam', *Etudes et Travaux,* 12 *(CAMAP,* 24), pp. 157-70. Plumley, J. M. and Adams, W. Y. (1974. 'Qasr Ibrim *1972', JEA,* 60, pp. 212-38.
PLUMLEY, J. M., ADAMS, W. Y. AND CROWFOOT, E. 1977. 'Qasr Ibrim *1976', JEA,* 63, pp. 29-47.
POIRIER, J. 1965. 'Données écologiques et démographiques de la mise en place des Proto-Malgaches', *Taloha,* 1, pp. 61-82.
POLET, J. 1980. 'Fouille d'un quartier de Tegdaoust. Urbanisation, architecture, utilisation de l'espace construit' (Thèse de 3e cycle, Université de Paris, I).
POLET, J. – *Tegdaoust IV. Recherches sur Aoudaghost. Fouille d'un quartier: urbanisation, architecture, utilisation de l' espace construis* (Paris).
POLOMÉ, B. C. AND HIII, C. P. (EDS). 1980. *Language in Tanzania* (London: IAI).
POMERANTSEVA, N. 1982. 'The iconography of the Christian paintings of Nubia', in J. M. Plumley (ed.) (1982a), pp. 198-205.
PONCET, C. 1954. 'L'évolution des genres de vie en Tunisie', *CT,* 2, pp. 315-23.
PONCET, J. 1967. 'Le mythe de la "catastrophe" hilalienne', *Annales ESC* 9-10, pp. 1099-120. Popovic, A. (1976) *La révolte des esclaves en Iraq au IIIe/IXe siècle* (Paris: Geuthner).
PORTÈRES, A. 1950. 'Vieilles agricultures africaines avant le XVIème siècle, Berceaux d'agriculture et centres de variation', *L'Agronomie Tropicale,* 5, 9-10, pp. 489-507.
POSNANSKY, M. 1964. 'Bantu genesis', *UJ,* 25, 1, pp. 86-92.
______. 1971. 'Ghana and the origins ofWest African trade', *AQ,* 11, 2, pp. 111-25.
______. 1973. 'Aspects of early West African trade', *W A,* 5, 2, pp. 149-62.
______. 1976. 'New radiocarbon dates from Ghana', *Sankofa,* 2, pp. 60-3.
______. 1977. 'Brass casting and its antecedents in West Africa', JAH, 18, 2, pp. 287-300.
______. 1980. 'Some reflections of a temporary nature on towns in general and on Begho, Ghana, in particular' in *African Studies Fali Colloquium on Indigenous African Totons,* University of California, Los Angeles.
POSNANSKY, M. AND MCINTOSH, R. 1976. 'New radiocarbon dates for northern and western Africa', *JAH,* 17, 2, pp. 161-115.
POUWELS, R. C. 1974. 'Tenth-century settlement on the East African coast: the case of Qarmatian/Isma'ili connections', *Azania,* 9, pp. 65-74.

PRIDDY, B. 1973. 'Pottery traditions in Ghana, their significance for the archaeologist' (cyclostyled seminar paper, Department of Archaeology, University of Ghana, Legon).
PROCOPIUS. 1954. *History of the Wars, Books I and II* (ed. and tr. by H. B. Dewing, London).
PROST, A. 1945. 'Notes sur les Boussanè', *BIFAN,* 7, pp. 47-53.
______.1953. *Les langues Mandé-Sud du groupe mana-busa* (Dakar: IF AN).
______. 1981. 'Les Mandé-sud en Afrique occidentale', in *(Le) sol, la parole, et l'écrit,* Vol. I, pp.353-11.
PRUSSIN, L. 1981. 'Building technologies in the West African savannah', in *(Le) sol, la parole et l'écrit;* Vol. I, pp. 227-45.
PUGLISI, G. 1953. 'Le citerne di Dahlak Chebir e di Adal nell'archipelago delle Dahlak' *Bolletino di Istituto di Studi Etiopici (Asmara)* I, pp. 53-70.
______. 1969. 'Alcuni vestigi dell'isola di Dahlak Chebir e la leggenda dei Furs' in *Proc. 3rd Intern. congress of Ethiopian Studies* (Addis Abeba), pp. 35-47.
PUYGAUDEAU, O. DU. 1966. 'Une carte des chars à boeufs rèvèle les rapports trois fois millénaires entre le Maghreb et le Soudan', *Archéologia,* 3, pp. 37 *et seq.*
QUÉCHON, G. AND ROSET, J-P. 1974. Prospection archéologique du massif de Termit (Niger), *Cahiers de l'ORSTOM sér. scien. hum.* 11, I, 1974, pp. 85-104.
QUENNELL, P. 1928. *The Book of the Marvels of India* (London: Routledge). al-Rabí' ibn Habíb (n.d.) *Musnad.*
RADIMILAHY, C. 1980. *Archéologie de l'Androy. Contribution à l'étude des phases de peuplements* (Antananarivo, Centre d'Art et d'Archeologie).
______. 1981. 'Archéologie de l'Androy', *RPC,* 55, pp. 62-5.
RAISON, F. (ED.). 1983. *Les souverains de Madagascar. L'Histoire royale et ses résurgences contemporaines* (Paris: Karthala).
RAKOTO-RASTIMAMANGA, A. 1939. 'Tâche pigmentaire et origine des Malgaches' (Thése de sciences, Université de Paris).
RALAIMIHOATRA, E. 1948. 'Vazimba et Hova à Madagascar', *Revue de Madagascar,* pp. 35-48. Ralaimihoatra, E. (1966) *Histoire du Madagascar* (Tananarive: Société Malgache d'Edition). Ralaimihoatra, E. 1971a. 'Le contexte et la signification du terme Vazimba dans l'histoire de Madagascar', *Bull. Acad. Malg.,* 47, pp. 183-4.
______. 1971B. 'Elements de connaissance des proto-Malgaches', *Bull. Acad. Malg., 49,* I, pp. 29-33.
______. 1974. *Etapes successives du peuplement de Madagascar: relations avec l'Asie du Sud-Est, l'Océan Indien et l'Afrique* (Tananarive, roneo).
RAMADAN, A. M. 1975. *Réflexions sur l'architecture islamique en Libye* (Tripoli).
RASAMUEL, D. 1983. 'Alimentation et techniques anciennes dans le Sud malgache à travers une fosse à ordures du XIe siècle', *Etudes Océan Indien/Tsiokantimo* (Paris/Tuléar), 5, pp. 81-110.
______. 1985. 'Culture matérielle ancienne à Madagascar: contribution des pays riverains de l'Océan Indien dans le mouvement des idées dans l'Océan Indien occidental' in *Actes de la Table Ronde de Saint-Denis [25-28 juin 1*982] (Saint-Denis, La Réunion), pp. 113-25.
______. 1986. *Fanongoavana, site ancien des Hautes Terres* (Paris: CRA-Karthala).
RASHEED, S. 1973. 'Slave girls under the early Abbasids' (University of St Andrews).
RASSART, M. 1972. 'Visages de Faras, caractéristiques et évolution stylistique', *Etudes et Travaux,* 6 (CAMAP, 13), pp. 251-75.
______. 1978. 'Quelques considérations sur les rapports thématiques et stylistiques entre l'Egypte Copte et la Nubie chrétienne' in A. Destrée (ed.), *Mélanges Armand Abel* (Leiden: Brill), Vol. 3, pp. 200-20.
RATTRAY, R. S. 1923. *Ashanti* (Oxford: Clarendon Press).
______. 1927. *Religion and Art in Ashanti* (Oxford: Clarendon Press).
RAVELOJOANA. 1937. *Fireketana ny jiteny sy ny zavatra malagasy* (Dictionnaire encyclopèdique malgache) (Tananarive: Fiainana).
RAVEREAU, A. 1981. *Le M'zab, une leçon d'architecture* (Paris: Sindbad).
RAVISÉ, A. AND THILMANS, G. 1978. 'A propos d'une clochette trouvée à Sintiou-Bara (Fleuve Sénégal)', *NA,* 159, pp. 57-9.

RAVOAJANAHARY, C. 1980. 'Le peuplement de Madagascar: tentative d'approche', in Unesco, 1980, pp.91-102.
REINAUD, J. 1836. *Invasion des Sarrazins en France* (Paris).
RENAUDOT, E. 1713. *Historia Patriarcharum Alexandrinorum Jacobitorum* (Paris).
REY, G. DE 1972. *Les Invasions des Sarrasins en Provence pendant les VIIIe, IXe et Xe siècles* (2nd edn, Paris).
REYGASSE, M. 1940. 'Fouilles de monuments funéraires de type 'chouett' à Abalessa (Hoggar)', BSGAO, 61, fasc. 214.
______. 1950. *Monuments funéraires préislamiques de l'Afrique du Nord* (Paris: Arts et Métiers graphiques).
RICHARDS, D. S. (ED.). 1970. *Islam and the Trade of Asia* (Oxford: Cassirer).
RIGHTMIRE, G. P. 1970. 'Iron Age skulls from southern Africa re-assessed by multiple discriminant analysis', *AJPA,* 33, 3, pp. 147-68. *(La) rime et la raison* (1984. (Catalogue de l'exposition de la Collection de Ménil, Grand Palais, Paris, 1984).
RIVALLAIN, J. 1980. 'Le sel dans les villages côtiers et laguna ires du Bas-Dahomey: sa fabrication, sa place dans le circuit du sel africain', *AUA* (série I: Histoire), 8, pp. 81-127.
RIZZITANO, U. 1938. 'La poesia de Abū Mihdjān, N. b. R. e necessita di uno studio piu completo sui poeti minori de secolo Ummayyade', *Actes XXe Congr. Int. Or.,* pp. 316-18.
ROBERT, D. 1966. 'Statuette anthropomorphe du site de Tegdaoust (Mauritanie orientale)', *NA, 112,* pp.142-3.
______. 1970. 'Les fouilles de Tegdaoust', JAH, 11, 4, pp. 471-94.
______. 1980. 'Une "concession médiévale" à Tegdaoust: implantation évolutive d'une unité d'habitation' (2 vols, thèse de 3e cycle, Université de Paris, I).
ROBERT, D., ROBERT, S., DEVISSE, J. (EDS). 1970. *Tegdaoust I. Recherches sur Aoudaghost* (Paris: Arts et Métiers Graphiques).
ROBERT, D., ROBERT, S., SAISON, B. 1976. 'Recherches archéologiques: Tegdaoust-Koumbi Saleh', *AIMRS,* 2, pp. 53-84.
ROBERT, S. 1976. 'Archéologie des sites urbains des Hodh et problèmes de la désertification au Moyen âge' in *Colloque de Nouakchott,* pp. 46-55.
ROBERT-CHALEIX, D. SEM DATA. *Tegdaoust V. Recherches sur Aoudaghost. Une concession médiévale, implantation et evolution d'une unité d'habitation* (Paris).
ROBERT-CHALEIX, D. AND SOGNANE, M. 1983. 'Une industrie métallurgique ancienne sur la rive mauritanienne du fleuve Sénégal' in N. Echard (ed.), pp. 45-62.
ROBERTS, R. 1908. *Das Familien, Sklaven und Erbrecht in Koran* (Leipzig).
ROBEY, T. 1980. 'Mpambanyoni: a Late Iron Age site on the Natal south coast', *ANM,* 24, 1, pp. 147-64.
ROBINEAU, C. 1967. 'L'Islam aux Comores, une étude d'histoire culturelle de l'Ile d'Anjouan' in P. Vérin (ed.), pp. 39-56.
ROBINSON, K. R. 1958. 'Four Rhodesian Iron Age sites: a brief account of stratigraphy and finds', *Occ. Pap. Natn. Mus. Sth. Rhod.,* 3A, 22, pp. 77-119.
______. 1966A. "The Leopard's Kopje Culture, its position in the Iron Age of Southern Rhodesia', *SAAB,* 21, 81, pp. 5-51.
______. 1966B. 'The Sinoia Caves, Lomagundi District, Rhodesia', *Proc. Trans. Rhod. Sci. Ass.* 51, pp. 131-55.
______. 1966C. 'A preliminary report on the recent archeology of Ngonde, northern Malawi', JAH, 7, 2, pp. 169-88.
______. 1968. 'An examination of five Iron Age structures in the Umguza Valley, 14 miles north of Bulawayo, Rhodesia', *Arnoldia (Rhod.)* 3, 35, pp. 1-21.
______. 1970. *The Iron Age in the Southern Lake Area of Malawi* (Zomba).
______. 1973. *The Iron Age of the Upper and Lower Shire, Malawi* (Zomba).
______. 1976. 'A note on the spread of Early Iron Age ceramics in Malawi', *SAAB, 31* pp.166-75.
RODINSON, M. 1969. *Mahomet* (Paris: Seuil).

RODINSON, M. 1971. *Mohammad* (London: Allen Lane).
RODNEY, W. 1967. 'A reconsideration of the Mane invasions of Sierra Leone', JAH, 8, 2, pp. 219-46. Rodziewicz, M. 1972. 'Die Keramikfunde der deutschen Nubienunternehmungen 1968-69', *Ar. Anz.,* 4, pp. 643-713.
ROSENBERGER, B. 1970A. 'Les vieilles exploitations minières et les anciens centres métallurgiques du Maroc', *Reoue de géographie du Maroc,* 17-18, pp. 71-102.
______. 1970B. 'Tamdult, cité minière et caravanière pré-saharienne, IXe-XIVe siècles', *HT,* 11, pp. 103-39.
ROSET, J.-P. 1983. 'Nouvelles données sur le problème de la néolithisation du Sahara méridionale: Air et Ténéré au Niger', *Cahiers de l'ORSTOM* (série Géologie) 13, 2, pp. 119-42.
ROSSO, J.-C. AND PETITMAIRE, N. 1978. 'Amas coquilliers du littoral atlantique saharien', *BMAPM,* 22, pp. 79-118.
ROSTKOWSKA, B. 1972. 'Iconographie des personnages historiques sur les peintures de Faras', in *Etudes et Travaux,* 6, *(CAMAP,* 13) pp. 195-205.
______. 1981. 'Classical traditions in Christian art of the Nile Valley', in M. Mulett and R. Scott (eds), *Byzantium and the Classical Tradition - The University of Birmingham thirteenth Spring Symposium of Byzantine Studies,* 1979 (Birmingham: University ofBirmingham), pp. 149-54.
______. 1982A. 'Nobadian painting: present state ofinvestigations', *NC,* 1, pp. 283-304.
ROSTKOWSKA, B. (1982B. 'The title and office of the king's mother in Christian Nubia', *AB,* 31, pp. 75- 8.
ROTTER, G. 1967. *Die Stellung des Negers in der islamisch-arabischen Gesellschaft bis zum XVI. Jhdt* (Bonn).
______. 1923. *Le roman d'Antar d' après les anciens textes arabes* (Paris: L'Edition d'art).
ROUX, V. 1980. 'Oscillation c1imatique et néolithisation: la pêche', *Cahiers du CRA* (Série Histoire) I, pp.3-38.
ROZENSTROCH, M. 1984. 'Liongo Fumo. Légende et signification politique' (Thèse de doctorat de 3eme cycle, Université de Paris VII).
RYDER, A. F. C. 1969. *Benin and the Europeans* 1485-1897 (London: Longmans).
RYCKMANS, J. 1956. *La persécution des chrétiens himyarites au VIe siècle* (Istanbul: Nederlands Historisch-Archacologisch Instituut in het Nabije Oosten).
AL-SĀBI', ABŪ' L'HASAN. 1958. *Al-wuzara'* (Cairo).
AL-SĀBI', HILĀL. 1964. *Rusūm dār al-khilāfa* (ed. M. 'Awwād, Baghdad).
AS-SA'DĪ, A. *ver* Ta'ri'kh al-Sūdān.
SAHLINS, M. 1972. *Stone Age Economics* (London: Tavistock).
SAISON, B. 1979. 'Fouille d'un quartier artisanal de Tegdaoust' (2 vols, Thèse de Doctorate de 3e cycle, Université de Paris, I).
SAISON, B. 1981. 'Azugi, archéologie et histoire en Adrar Mauritanien', *Rercherche, Pédagogie et Culture,* 55, pp. 66-74.
SAISON, B. SEM DATA. *Tegdaoust VI. Recherches sur Aoudaghost, Fouille d'un quartier artisanal* (Paris).
AL-SALĀWI 1954. *Al-Istiksā li-Akhbār al-Maghrib al-Aksā'* (2nd edn, Al-Dār al-Baydā Casablanca).
SALIÈGE, J. F., PERSON, A., BARRY, I., FONTES, P. 1980. 'Premières datations de tumulus prè-islamiques au Mali: site mégalithique de Tondidarou', *Compus rendus de l'Académie des Sciences, 291* (D), 12, pp. 981-4.
SALLŪM, D. 1967. *Shi'r Nusaib b. Rabāh* (Baghdad).
AL-SAMĪR, F. 1971. *Thawrat al-Zandj.* (2nd edn, Beirut).
SANAGUSTIN, F. 1980. 'Un aide-mémoire à l'usage de l'acheteur d'esclaves' (thèse de doctorat, University of Paris, III).
SANDELOWSKY, B. 1973. 'Kapako, an Early Iron Age site on the Okavango River, South West Africa', *SAJS,* 69, p. 325.

SANDERS, E. R. 1969. “The Hamitic hypothesis, its origin and functions in time-perspective’, JAH, 10, 4, pp. 521-32.
SANNEH, L. O. 1976. ‘The origins of clericalism in West African *Islam’, JAH,* 17, 1, pp. 49-72.
______. 1979. *The Jakhanke. The History of an Islamic Clerical People of the Senegambia* (London: IAI).
SANTAREM, M. F. DE B. (1842. *Notice sur André Alvarez d’Almada et sa description de la Guinée* (Paris: Bertrand).
SAPIR, J. D. 1971. ‘West Atlantic: an inventory of the languages, their noun c1ass systems and consonant alteration’ in T. Sebeok (ed.), pp. 45-112.
SAUVAGET, J. 1949. ‘Les epitaphes royales de Gao’, *Al-Andalus,* 14, pp. 123-41.
SÄVE-SÖDERBERGH, T. 1970. ‘Christian Nubia. The excavations carried out by the Scandinavian Joint Expedition to Sudanese Nubia’ in E. Oinkler (ed.) (1970), pp. 219-40.
SCANLON, G. 1970. ‘Excavations at Kasr e1-Wizz. A preliminary report *I’, JEA,* 56, pp. 29-57. Scanlon, G. 1972. ‘Excavations at Kasr el-Wizz. A preliminary report *II’, JEA,* 58, pp. 7-42. Schacht, J. 1950. *The Origins of Muhammadan Jurisprudence* (Oxford: Clarendon Press).
SCHACHT, J. 1954. ‘Sur la dilfusion des formes d’architecture religieuse musulmane à travers le Sahara’, *TIRS,* 11, pp. 11-27.
SCHACHT, J. AND BOSWORTH, C. E. (EDS.). 1974. *The Legacy of Islam* (and edn, Oxford: Clarendon Press).
SCHAPERA, I. 1970. *Tribal Innovators: Tswana Chiefs and Social Change* 1795-1940 (London: Athlone Press).
SCHMIDT, P. 1975. ‘A new look at interpretations of the Early Iron Age in East Africa’, *HA,* 2, pp.127-36.
SCHMIDT, P. R. 1978. *Historical Archeology: A Structural Approach to an African Culture* (Westport, Conn.: Greenwood Press).
SCHMIDT, P. 1981. *The Origin of Iron Smelting in Africa: A Complex Technology in Tanzania* (Providence, RI, Brown University, Research Papers in Archeology, no I).
SCHNEIDER, M. 1967. ‘Stèles funéraires arabes de Quiha’, *AE,* 7, pp. 107-22.
______. 1969. ‘Stèles funéraires de la région de Harar et Dahlak (Ethiopie), *REI,* 37, 2, PP.339-43.
SCHOENBRUN, D. 1984. ‘Forests of words: early agricultural history in lacustrine East Africa, ca. 1000 BC to ca. AD 1000’ (Seminar paper, University of California, Los Angeles, March 1984).
SCHRIRE, C. (ED.). 1984. *Past and Present in Hunter Gatherer Studies* (New York: Academic Press).
SEBEOK, T. (ED.). 1971. *Current Trends in Linguistics,* Vol. 7 (Bloomington: Indiana University Press). Seligman, C. G. (1930) *Races of Africa* (London: Butterworth).
SELIGMAN, C. G. 1935. *Les Races de l’Afrique* (Paris: Payot).
SEMAAN, K. I. (ED.). 1980. *Islam and the Medieval West* (Albany: State University of New York Press). Semonin, P. (1964. ‘The Almoravid movement in the Western Sudan’, *THSG,* 7, pp. 42-59.
SERGEW, H. S. 1972. *Ancient and Medieval Ethiopian History to 1270* (Addis-Ababa: United Printers).
VAN SERTIMA, I. (ED.). 1985. *African Presente in Early Asia* (New Brunswick: Transaction Books).
SEVERUS IBN AL-MUKATFA’. 1904. *Historia Patriarcharum Alexandronorum.* [CSCO, Script. Arab., ser. III, vol. IX] (ed. by C. F. Seybold, Beyrouth: Univ. St-Joseph).
SEYDOU, C. 1977. V *Bibliographie générale du monde Peul* (NIAMEY: IRSH, ETUDES NIGÉRIENNES, 43).
AL-SHAFI’I. 1903. *Kitāb al-‘amm* (Cairo).
SHAW, C. T. 1944. ‘Report on excavations carried out in the cave known as “Bosumpra” at Abetifi, Kwahu, Gold Coast Colony’, *Proc. Prehist, Soc.,* 10, pp, 1-67.
SHAW, T. 1960. ‘Excavations at Igbo-Ukwu, EasternNigeria: an interim report’, *Man,* 60, pp. 161-4. Shaw, T. 1961. *Excavation at Daam* (Edinburgh: Nelson).

SHAW, T. (ED.). 1969A. *Lutum on Nigerian Prehistory and Archaeology* (Ibadan: Ibadan University Press).
SHAW, T. 1969B. 'The Late Stone Age in the Nigerian forest' in *Actes 1er Coll. Intern. Archéol. Afr.*, pp.364-75.
______. 1970. *Igbo-Ukiau: An Account of Archeological Discoveries in Eastern Nigeria* (2 vols, London: Faber).
______. 1972. 'Early agriculture in *Africa', JHSN,* 6, 2, pp. 143-91.
______. 1973. 'A note on trade and the Tsoede bronzes', *WAJA,* 3, pp. 233-8.
______. 1974. 'Hunters, gatherers and first farmers in West Africa' (Paper prepared for Conference on Hunters, Gatherers and First Farmers outside Europe held at Leicester University).
______. 1975A. 'Those Igbo-Ukwu radiocarbon dates: facts, fictions and probabilities', JAH, 16, 4, pp.503-17.
SHAW, T. (ED.). 1975B. *Discoverjng Nigeria's Past* (London: OUP).
SHAW, T. 1977. *Unearthing Igbo-Ukmu* (Ibadan: OUP).
______. 1978. *Nigeria. Its Archaeology and Early History* (London: Thames & Hudson).
SHEPHERD, G. 1982. 'The earliest Swahilis: a perspective on the importance of the Comoro Islands in the south-wesr Indian Ocean before the rise of Kilwa' (Paper presented to the Conference on Swahili Language and Society, London, SOAS, April 1982).
SHINNIE, P. L. 1954. *Medieval Nubia* (Khartoum: Sudan Antiquities Services, Museum Pamphlet, 2). Shinnie, P. L. (1961) *Excavations ai Soba* (Khartoum: Sudan Antiquities Services, Occasional Paper, 3).
SHINNIE, P. L. 1965. 'New light on medieval *Nubia', JAH,* 6, 3, pp. 263-73.
______. 1971. 'The culture of medieval Nubia and its impact on Africa' in Y. F. Hasan (ed.), pp. 124-8.
SHINNIE, P. L. (ED.). 1971. *The African Iron Age* (Oxford: C1arendon Press).
______. 1974. 'Multilingualism in medieval Nubia' in A. M. Abdalla (ed.), pp. 41-7. Shinnie, P. L. 1975. 'Excavations at Debeira West' in K. Michalowski (ed.), pp. 116-20. Shinnie, P. L. (1978a. 'Christian Nubia' in J. O. Fage (ed.), pp. 556-88.
______. 1978B. 'Trade in medieval Nubia', in *Etudes Nubiennes,* pp. 253-64.
SHINNIE, P. L. AND CHITTICK, H. N. 1961. *Ghazali – A monastery in the Northern Sudan* (Khartoum: Sudan Antiquities Service, Occasional Paper, 5).
SHINNIE, P. L. AND SHINNIE, M. 1978. *Debeira West. A Medieval Nubian Town* (Warminster: Aris & Phillips).
SIMMONDS, N. W. 1962. *The Evolution of the Bananas* (London: Longmans).
SIMON, H. 1946. 'Le Judaisme berbère dans l'Afrique ancienne', *RHPR,* 26, pp. 1-31.
SINCLAIR, P. J. J. 1981. 'An archaeological outline of two social formations of the Later lron Age in Zimbabwe and Mozambique' in 10th *Proc. Cong. Union Int. Scient. Prehist. Protohist,* (Mexico, O. F., Sections VII-IX), pp. 64-5.
______. 1982. 'Chibuene - an early trading site in southern Mozambique', *Paideuma, 28,* pp.150-64.
SMITH, A. 1970. 'Some considerations relating to the formation of states in Hausaland', *JHSN,* 5, 3, pp. 329-46.
______. 1971. 'The early states of the Central Sudan' in J. F. A. Ajayi and M. Crowder (eds) (1971), pp. 158-201.
______. 1972. "The legend of the Sefuwa' (Ahmadu Bello University).
______. 1975. 'Radiocarbon dates from Bosompra Cave, Abetifi, Ghana' *Proc. Prehist, Soc., 41,* pp. 179-82.
SMITH, R. S. 1969. *Kingdoms of the Yoruba* (London: Methuen).
SMITH, S. 1954. 'Events in Arabia in the 6th century AD', *BSOAS,* 16, pp. 425-68.
SNOWDEN, F. M. 1970. *Blacks in Antiquity - Ethiopians in the Graeco-Roman Experience* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press). *(Le) sol, la parole et Pécrit,* ***Mélanges en hommage à Raymond Mauny*** (1981. (2 vols, Paris: SFHOM).

SOLHEIM, W. G. 1965. 'Indonesian culture and Malagasy origins', *Taloha,* 1, pp. 33-42.
SOPER, R. C. 1967. 'Kwale: an early Iron Age site in south-eastern Kenya', *Azania,* 2, pp. 1-17.
______. 1971. 'A general review of the Early Iron Age in the southern halfof Africa', *Azania, 6,* pp.5-37
______. 1982. 'Bantu expansion into eastern Africa: archaeological evidence' in C. Ehret and M. Posnansky (eds), pp. 223-44.
SOUTHALL, A. 1954. 'Alur tradition and its historical significance', 18, pp. 137-65.
SPEAR, T. 1978. *The Kaya Complex. A History of the Mijikenda Peoples of the Kenya Coast* (Nairobi: Kenya Literature Bureau).
______. 1982. "The Shirazi in Swahili traditions, culture and history' (Paper presented to the Conference on Swahili Language and Society, London, SOAS, April 1982).
STENNING, D. J. 1959. *Savannah Nomads: A Study of the Woodaabe Pastoral Fulani of Western Bornu Province, Northern Region, Nigeria* (London: OUP).
STEPNIEWSKA, B. 1971. 'Portèe sociale de l'Islam au Soudan occidentale aux 14e-16e siècles', *AB, 14,* PP.35-8.
STERN, S. M. 1950. 'An Embassy of the Byzantine Emperor to the Fātimid Caliph al-Mu'izz', *Byzantion,* 20, pp. 239-58.
STERN, S. M. 1961. 'Ismā'īls and Qarmatians', in *L'Elaboration de l'Islam,* pp. 99-108.
STEVENSON, R. 1956. 'A survey of the phonetics and grammatical structure of the Nuba Mountain languages', *AU,* 40, pp. 73-84, 93-115.
______. 1971. "The significance of the Sudan in linguistic research, past, present and future' in Y. F. Hasan (ed.), pp. 11-25.
STEWART, M. H. 1979. "The role of the Manding in the hinterland trade of the Western Sudan: a linguistic and cultural analysis', *BIFAN* (B), 41, 2, pp. 280-302.
STIGAND, C. H. 1913. *The Land of Zinj* (London: Constable).
STILLMAN, N. 1972. 'Un témoignage contemporain de I'histoire de la Tunisie Zirid', *HT,* 13, pp. 37- 59.
STOKES, E. AND BROWN, R. (EDS). 1966. *The Zambezian Past* (Manchester: Manchester University Press).
STRIEKER, B. H. 1940. 'A study in medieval Nubian', *BSOAS,* 10, pp. 439-54.
STRONG, S. A. 1895. 'History *of Kilwa', JRAS,* 20, pp. 385-430.
STROTHMANN, R. 1928. 'Berber und Ibâditen', *Der Islam,* 17, pp. 258-79.
SUMMERS, R. 1969. *Ancient Mining in Rhodesia and Adjacent Areas* (Salisbury: National Museum of Rhodesia).
SUNDSTROM, L. 1974. *The Exchange Economy of Pre-colonial Tropical Africa.* (London: Hurst).
SURET-CANALE, J. 1974. 'Les sociétés traditionnelles en Afriquc tropicale et le concept de mode de production asiatique' in *Centre d' Etudes et de Recherche Marxiste,* pp. 101-33.
SUTTON, J. E. G. 1972. 'New radiocarbon dates for eastern and southern *Africa', JAH,* 13, 1, pp. 1-24.
______. 1976. 'Iron-working around Zaria', *Zaria Archaeology Paper,* 8 (Centre for Nigerian Cultural Studies, Ahmadu Bello University).
______. 1977. 'Radiocarbon dates for the Samaru West ironworks', *Zaria Archaeology Paper,* 8 (Addendum).
______. 1979. 'Towards a less orthodox history of Hausaland', JAH, 20, 2, pp. 179-201.
______. 1984. 'Archaeology in Rwanda and Burundi' (Book *Review), JAH,* 25, 2, pp. 222-3. Sutton, J. E. G. and Roberts, A. D. (1968. 'Uvinza and its salt industry', *Azania,* 3, pp. 45-86.
SWARTZ, B. K. AND DUMETT, R. E. (EDS). 1980. *West African Cultural Dynamics* (The Hague: Mouton).
AL-SUYŪTĪ. 1969. *Ta'rīkh Al-khulafā'* (Cairo).
AL-TABARĪ, M. B. DJ. 1879-1901. *Annales: Ta'rikh al-rusūl wa'l-mulūk.* (15 Vols. ed. J. M. de Goeje *et al.* Leiden: J. Brill).
AL-TABARĪ. 1329. AH. *Tafsīr al-Kurān* (Būlāk).

AL-TABARĪ. 1962-7. *Ta'rikh al-rusūl wa-l-mulūk,* ed. by M. Abū 'l-Fadl Ibrāhim (Cairo).
AL-TAHAWI, ABŪ DJA'FAR. 1950-1. *Mu!.!!ta~ar al-Taha/lJi(Cairo:* 1370AH).
TALBI, M. 1962. 'Kairouan et le mālikisme espagnol', *Etudes d'Orientalisme dédiées à la mémoire de Léoi-Prouençal* (Paris: Maisonneuve & Larose).
TALBI, M. 1966. *L'Emirat Aghlabide,* 184-296 (800-909). *Histoire poliuque.* (Paris: Maisonneuve).
______. 1971. 'Un Nouveau fragment de l'histoire de l'Occident musulman (62-196/682-812). L'épopée d'AI-Kahina', *RT,* 19, pp. 19-52.
______. 1973. 'Hérèsie, acculturation et nationalisme des Berbères bargawāta' in *Actes du Premier Congrès d'Etudes des Cultures méditerranéennes d'influence arabo-berbère* (Alger: SNED), pp. 217-33.
______. *Etudes d'histoire Ifriqiyenne,*
TAMPLIN, M. J. 1977. *Preliminary Report on an Archaeological Survey in the Republic of Botswana* (Peterborough: Trent University).
TAMRAT, T. 1972. *Church and State in Ethiopia, 1270-1527* (Oxford: Clarendon Press).
TANDIA, B. 1982-3. 'Sites d'habitats anciens sur la rive mauritanienne du fleuve Sénégal. Premières prospections' (Mémoire de fin d'Etudes, Ecole Normale Superieure de Nouakchott).
TA'RĪKH AL-FATTĀSH. 1913-14. ed. and tr. by O. Houdas and M. Delafosse (Paris: Leroux).
TA'RĪKH AL-SŪDĀN. 1900. *Tarikh es-Soudan, par Abderrahmane ben Abdallah ben Imram ben Amir Es-Sadi,* tr. by O. Houdas (Paris: Leroux).
TAUXIER, L. 1937. *Moeurs et histoire des Peuls* (Paris: Payot).
TAYLOR, M. O. V. 1979. 'Late Iron Age settlements on the northern edge of the Vredefort Dome' (University of the Witwatersrand).
______. 1984. 'Southern Transvaal stone walled sites - a spatial consideration' in M.J. Hall *et al.* (eds), pp. 248-51.
TEDESCHI, S. 1969. 'Note storiche sulle isole Dahlak' in *Proc. of the 3rd Intern, Conf. of Ethiopian Studies* (Addis Ababa) pp. 49-74.
TEIXEIRA DA MOTA, V. A. 1963. 'Mèthodes de navigation et cartographie nautique dans l'Océan Indien avant le XVIe siècle', *Studia* (Lisbon), 11, pp. 45-9.
TERRASSE, H. 1949-50. *Histoire du Maroc* (2 vols, Casablanca: Atlantides).
______. 1951. 'Consequences d'une invasion berbère: le rôle des Amoravides dans l'histoire de l'Occident' in *Mélanges d'histoire du moyen âge dediées à la mémoire de Louis Halphen* (Paris: PUF), pp.673-81.
TERRASSE, H., MEUNIÉ, J. AND DEVERDUN, G. 1957. *Nouvelles recherches archéologiques à Marrakech* (Paris).
THELWALL, R. 1978. 'Lexicostatical relations between Nubian, Daju and Dinka' in *Etudes Nubiennes,* pp.265-86.
______. 1982. 'Linguistic aspects of greater Nubian history' in P. van Moorsel (ed.), p. 121.
THILMANS, G. 1979. 'Les disques perforés en céramique des sites proto-historiques du Fleuve Sénégal', *NA,* 162, pp. 59-61.
THILMANS, G. AND DESCAMPS, C. 1974. 'Le site mégalithique de Tièkène-Boussoura (Sénégal). Fouilles de 1973-4', – *BIFAN,* (B), 36, 3, pp. 447-96.
______. 1975. 'Le site mégalithique de Tièkène-Boussoura (Sénégal).
FOUILLES DE 1974-5', – *BIFAN* (B), 37, 2, pp, 259-306.
THILMANS, G. AND DESCAMPS, C. SEM DATA. *Protohistoire du Sénégal,* Vol. 3.
THILMANS, G., DESCAMPS, C. AND KHAYAT, B. 1980. *Protohistoire du Sénégal. Recherches arché- ologiques. Vol. I. Les sites mégaiithiques* (Dakar: IFAN).
THILMANS, G. AND RAVISÉ, A. 1983. *Protohistoire du Sénégal. Vol. 11. Sintiou-Bara et les sites du Fleuve* (Dakar: IFAN).
THILMANS, G., ROBERT, D. AND RAVISÉ, A. 1978. 'Découverte d'un fragment de poterie émaillée à Sintiou Bara (fleuve Sénégal)', *NA,* 159, pp. 59-61.
THOMASSEY, P. AND MAUNY, R. 1951. 'Campagne de fouilles à Koumbi Saleh', *BIFAN,* 13, pp. 436-62.

THOMASSEY, P. AND MAUNY, R. 1956. 'Campagne de fouilles de 1950 à Koumbi Saleh (Ghana?)', *BIFAN,* 17, pp. 117-40.
THOMPSON, L. A. AND FERGUSON, J. (EDS). 1969. *Africa in Classical Antiquity* (Ibadan: Ibadan University Press).
THORBECKE, A. 1867. *Antarah, ein vorislamischer Dichter* (Leipzig).
TIBBETS, G. R. (ED.). 197'. *Arab Navigation in the Indian Ocean Before the Coming of the Portuguese* (London: Luzac).
TIBBETS, G. R. 1979. *A Study of the Arabic Texts Containing Material on South-East Asia* (Leiden: Brill).
TORDAY, E. AND]OYCE, T. A. 1910. *Notes ethnographiques sur les peuples communément appelés Bakuba, ainsi que sur les peuplades apparentées. Les Bushongo* (Tervuren: Musée du Congo Belge).
TÖRÖK, L. 1975. 'Man in the Vessel, an intepretation of a Nubian fresco representation' in K. Michalowski (ed.), pp. 121-5.
______. 1978. 'Money, economy and administration in Christian Nubia', *Etudes Nubiennes, 1978,* pp. 287-311.
TOUPET, C. 1966. *Description du milieu physique de Massif de l'Assaba (Mauritanie)* (Dakar: IFAN).
______. 1976. 'L'evolution du climat de la Mauritanie du Moyen âge jusqu'à nos jours' in *Colloque de Nouakchott,* pp. 56-63.
______. 1977. *La sédentarisation des nomades en Mauritanie centrale sahélienne* (Paris: Librairie Honoré Champion).
'TRABALHOS DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA' 1980. in *Arqueologia e conhecimento do passado, 1* (Maputo: Eduardo Mondlane University).
TREINEN-CLAUSTRE, F. 1978. 'Eisenzeitliche Funde aus dem Nord-Tschad' in R. Kuper (ed.), pp. 330-3.
TREVOR, T. G. AND MELLOR, E. T. 1908. 'Report on a reconnaissance of the north-western Zoutpansberg District' in *Special Publication Transvaal Mines Department* (Pretoria: Government Printer).
TRIAUD, J.-L. 1968. 'Quelques remarques sur l'islamisation du Mali des origines à 1300', *BIFAN* (B), 30, 4, pp. 1329-51.
TRIGGER, B. G. 1965. *History and Settlement in Lower Nubia* (NewHaven: Yale University Publications in Anthropology, 69).
______. 1967. *The Late Nubian Settlement at Arminna West* (New Haven-Philadelphia: Publications of the Pennyslvania-Yale Expedition to Egypt, 2).
______. 1970. 'The cultural ecology of Christian Nubia' in E. Dinkler (ed.), pp. 347-87.
Trimingham, J. S. (1949) *Islam* in *the Sudan* (London: OUP).
TRIMINGHAM, J. S. 1952. *Islam in Ethiopia* (London: OUP).
______. 1959. *Islam* in *West Africa* (London: OUP).
______. 1962. *A History of Islam* in *West Africa* (London: OUP).
______. 1964. *Islam in East Africa* (London: OUP).
TRITTON, A. S. 1958. 'Theology and philosophy of the Isma'ilis', JRAS, pp. 178-88.
TROUPEAU, G. 1954. 'La description de la Nubie d'al-Uswāní (IVejXe siècle)', *Arabica,* I, pp. 276- 88.
TUBIANA, M.-J. 1964. *Survivances préislamiques en pays Zaghawa* (Paris: Institut d'Ethnologie).
TURAY, A. K. 1978. 'Language contact: Mende and Temne - a case study', *Africana Marburgensia,* 11, 1, pp. 55-73.
TYLECOTE, R. 1975. 'Iron smelting at Taruga, Nigeria', Journ. *Hist, Metall. Soc.* Soc., 9, pp. 49-56.
UKWU, U. 1967. 'The development of trade and marketing in Igboland', JHSN, 3, pp. 647-62.
AL-'UMARĪ IBN FADL ALLĀH. 1927. *Masālik al absār fi mamālik ai-amsàr: l'Afrique moins l'Egypte,* tr. by Gaudefroy-Demombynes (Paris: Geuthner).
UNESCO. 1980. *Relations historiques à travers l'Océan Indien* (Paris: Unesco, Histoire générale de l'Afrique, Etudes et Documents, 3).

URVOY, Y. 1936. *Histoire des populations du Soudan central (colonie du Niger)* (Paris: Larose). Urvoy, Y. (1941. 'Chronologie du Bornou', *JSA,* 11, pp. 21-32.
URVOY, Y. 1949. *Histoire de l'Empire du Bornou* (Paris: Larose).
VACCA, V. 1923-5. 'Le ambascerie di Maometto ai Sovrani secondo Ibn Ishāq ed. al-Wāqidī', *RSO,* 10, pp. 87-109.
VAJDA, G. 1971. 'Hām' in B. Lewis *et al.* (eds), pp. 104-5.
VALLVÉ, J. 1967. 'Sobre algunas problemas de la invasion musulmana', *Anuario de Estudios Medievales,* 4, pp. 261-367.
VANACKER, C. 1973. 'Géographie économique de l'Afrique du Nord, selon les auteurs arabes du IXe au milieu du XIIe siècle', *Annales ESC,* 28, 3, pp. 659-80.
______. 1979. *Tegdaoust II. Recherches sur Aoudaghost. Fouille d'un quartier artisanal* (Nouak-chott: Institut Mauritanien de la Recherche Scientifique).
______. 1983A. 'Cuivre et métallurgie du cuivre à Tegdaoust' in N. Echard (ed.), pp. 89-108. Vansina, J. 1969. 'The bells *of kings', JAH,* 10, 2, pp. 187-97.
VANSINA, J. 1971. 'Inner Africa' in *Horizon History of Africa* (New York: American Heritage Publishing Company) pp. 261-73.
______. 1979-80. 'Bantu in the crystal ball', *HA,* 6, pp. 287-333; 7, pp. 293-325. Vansina, J. (1984. 'Western Bantu expansion', JAH, 25, 2, pp. 129-44.
VANSINA, J., MAUNY, R. AND THOMAS, L. V. (EDS). 1964A. *The Historian* in *Tropical Africa* (London: OUP).
______. 1964B. 'Introductory summary' in Vansina, J. *et al.* (eds), pp. 59-103.
VANTINI, G. 1970A. *The Excavations at Faras: A Contribution to the History of Christian Nubia* (Bologna: Nigrizia).
______. 1970B. 'Le Roi Kirki de Nubie à Baghdad: un ou deux voyages?' in E. Dinkler (ed.), pp.41-8.
______. 1975. *Oriental Sources Concerning Nubia* (Heidelberg and Warsaw: Heidelberger Akad. d. Wiss. and Polish Acad. of Sciences).
______. 1981A. *Christianity in the Sudan* (Bologna: EMI).
______. 1981B. 'Les fresques de Faras et l'histoire', *BSA Copte,* 23, pp. 183-97.
VERCOUTTER, J. (1970. 'Les trouvailles chrétiennes françaises à Aksha, Mirgissa et Sai' in E. Dinkler (ed.), pp. 155-6.
______. 1976. 'The iconography of the black in ancient Egypt from the beginnings to the twenty-fifth dynasty' in J. Vercoutter, F. M. Snowden and J. Desanges, *The Image of the Black in Western Art* (Lausanne), pp. 33-78.
VERCOUTTER, J., LECLANT, J., SNOWDEN, F. M. AND DESANGES, J. 1976. *L' Image du Noire dans l'Art occidental,* Vol. 1 (Fribourg: Office du Livre).
VÉRIN, P. (ED.). 1967. *Arabes et islamisés à Madagascar et dans l'Océan Indien* (Tananarive: Revue de Madagascar).
VÉRIN, P. 1974. 'Archeology in Madagascar (1971-1973)', *The Far Eastern Prehistory Association Newsletter,* 3, pp. 37-40.
______. 1975. *Les Echelles anciennes du commerce sur les côtes nord de Madagascar* (Lille: Université de Lille).
______. 1980. 'Les apports culturels et la contribution africaine au peuplement de Madagascar' in Unesco 198o, pp. 103-24.
VILÁ, J. B. 1956. *Los Almorâvides* (Tetuán).
VIRÉ, M. M. 1958. 'Notes sur trois épitaphes royales de Gao', *BIFAN* (B), 20, pp. 368-76.
______. 1959. 'Stèles funéraires musulmanes soudano-sahéliennes', *BIFAN* (B), 21, pp. 459-500. Vogel, J. O. 1971. *Kumadzulo* (Lusaka).
VOGEL, J. O. 1972A. 'The Shongwe tradition', *Zambia Museumsm Journal,* 3, pp. 27-34.
______. 1972B. 'On Early Iron Age funerary practice in southern Zambia', *Current Anthropology;* 13, pp. 583-6.
VOGEL, J. O. 1973A. 'The Early Iron Age sites at Sioma mission western Zambia', *Zambia Museums Journal,* 4, pp. 153-69.

VOGEL, J. O. 1973B. 'Some Early Iron Age sites in southern and western Zambia', *Azania,* 8, pp. 25-54.
______. 1973C. 'The Mosiatunya sequence', *Zambia Museums Journal,* 4, pp. 105-52.
______. 1975. *Simbusenga. The Archeology of the Intermediate Period of the Southern Zambia Iron Age* (Lusaka: Zambia Museum Papers, 4).
VOIGT, E. A. 1980. 'Reconstructing Iron Age economies of the northern Transvaal: a preliminary report', *SAAB,* 35, 131, pp. 39-45.
VOIGT, E. A. (ED.). 1981A. *Guide to Archaeological Sites in the Northern and Eastem Transvaal* (Pretoria: Transvaal Museum).
VOIGT, E. A. 1981B. 'The Faunal remains from Schroda' in E. A. Voigt (ed.), pp. 55-62.
______. 1983. *Mapungubwe: An Archaeozoological Interpretation of an Iron Age Community* (Pretoria: Transvaal Museum, Transvaal Museum Monograph, I).
VOSSEN, R. 1978. 'Notes on the territorial history of the Maa-speaking peoples', *KHR, 6.*
AL-WĀHIDĪ. 1315 AH. *Ashāb al-nuzūl* (Cairo).
WAI-OGOSU, B. 1974. 'Pleistocene man in Africa with special reference to West Africa', JHSN, 7, 2 pp. 357-68.
WAITE, G. AND EHRET, C. 'Linguistic perspectivcs on the early history of southern Tanzania', *TNR.*
WALKER, B. (ED.). 1984. *The Structure and Function of a South African Savanna Ecosystem.*
WALLIS, J. R. 1955. 'The Kwahus and their connection with the Afram plains', *THSC,* 1, 3, pp. 10-26.
WANG GUNGWU. 1980. 'Les Chinois et les pays situés de l'autre côté de l'Océan Indien' in *Unesco* (1980) pp. 69-75.
WANSBROUGH, J. 1968. 'The decolonization of North African history', *JAH,* 9, 4 pp. 643-50. Wansleben, J. M. 1677. *Histoire de l'eglise d'Alexandrie* (Paris).
WATSON, A. M. 1983. *Agricultural Innovations in the Early Islamic World. The Diffusion of Crops and Farming techniques, 700-1100* (Cambridge: CUP).
WATT, W. M. 1953. *Muhammad at Mecca* (Oxford: Clarendon Press).
WEEKS, K. R. 1967. *The Classic Christian Townsite at Arminna West* (New Haven-Philadelphia: Publications of the Pennsylvania-Yale Expedition to Egypt, 3).
WEISWEILER, M. 1924. *Buntes Prachtgewand über die guten Eigenschaften der Abessinier* (Hannover: Lafaire).
WEITZMANN, K. 1970. 'Some remarks on the source of the fresco paintings of the cathedral of Faras' in E. Dinkler (ed.) (1970), pp. 325-46.
WELBOURNE, R. 1975. 'Tautswe Iron Age site: its yield of bones', *BNR,* 7, pp. 1-16.
WELMERS, W. E. 1958. 'The Mande languages' in *Georgetown Univ. Monograph Series on Languages and Linguistics,* II, pp. 9-24.
______. 1971. 'Niger Congo Mande' in T. Sebeok (ed.), pp. 113-40.
______. 1973. *African Language Structures* (Berke1ey: University of California Press).
WELSBY, D. A. 1983. 'Recent work at Soba East in Central Sudan', *Azania,* 18, pp. 165-80.
WENIG, S. 1978. *Africa in Antiquity: The Arts of Ancient Nubia and the Sudan* (2 vols, New York: Brooklyn Museum).
WENSINCK, A. J. *et al.* 1933-69. *Concordance et indices de la tradition musulmane* (7 vols, Leiden: Brill).
WERNER, O. 1970. 'Metallurgische Untersuchungen der Benin Bronzen des Museums für Volker-kunde Berlin', *Baessler-Archro,* 18, pp. 71-153.
WERTIME, T. A. AND MUHLY, J. D. 1980. *The Coming of the Age of Iron* (New Haven: YUP). Wessel, K. (ed.) *Christentum am Nil* (Recklinghausen: Vertag Aurel Bongers).
WESTERMANN, D. 1928. 'Die westatlantische Gruppe der Sudansprachen', *MSOS,* 31, 3, pp. 63-86.
WHEATLEY, P. 1961. 'Geographical notes on some commodities involved in the Sung maritime trade', *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society;* 32, 2, p. 54.

WHEATLEY, P. 1970. 'The significance of traditional Yoruba urbanism', *CSSH,* 12, 4, pp. 393-423. Wheatley, P. 1971. *The Pivot of the Four Quarters* (Edinburgh: EUP).
______. 1975. 'Analecta Sino-Africana Recensa' in H. N. Chittick and R. I. Rotberg (eds), pp. 76-114.
WHITEHOUSE, D. 1970. 'Siraf a medieval port on the Persian Gulf', *WA,* 2, pp. 141-58.
WIESENFELD, S. L. 1967. 'Sickle-cell trait in human biological and cultural evolution', *Science, 157,* pp.1134-40.
WIET, G. 1932. *L'Egypte byzantine et musulmane,* Vol. 2 of *Précis de l'Histoire de l'Egypte* (Cairo). Wiet, G. 1937. *L'Egypte arabe* (Paris: Société de l'histoire nationale).
______. 1953. 'Roitelets de Dahlak', *BIE,* 34, pp. 89-95.
______. 1966. *Introduction à la littérature arabe* (Paris: Unesco-Maisonneuve).
WILLETT, F. 1960. 'Ife and its archaeology', JAH, I, 2, pp. 231-48.
______. 1967. *Ife in the History of West African Sculpture* (London: Thames & Hudson). WiIlett, F. 1970. 'Ife and its archaeology' in J. D. Fage and R. A. Oliver (eds), pp. 303-26.
______. 1971. 'A survey of recent results in the radiocarbon chronology of western and northern *Africa', JAH,* 12, 3, pp. 339-70.
WILLETT, F. 1973. 'Archaeology' in S. O. Biobaku (ed.), pp.111-39.
WILLETT, F. AND FLEMING, S. J. 1976. 'A catalogue of important Nigerian copper-alloy castings dated by thermoluminescence', *Archaeometry;* 18, 2, pp. 135-46.
WILLIAMS, D. 1969. 'African iron and the Classical World' in L. A. Thompson and F. Ferguson (eds), pp.62-80.
______. 1974. *Icon and Image* (London: Allen Lane).
WILLIAMSON, K. L. A. 1971. "The Benue-Congo languages and Ijo' in T. Sebeok (ed.), pp. 245-306.
WILLIS, J. R. 1979. 'Reflections on the diffusion of Islam in West Africa', in J. R. Willis (ed.), pp. 1-15.
WILLIS, J. R. (ED.). 1979. *Studies in West African History,* VOL. I, *The Cultivators of lslam* (LONDON: FRANK CASS).
WILSON, T. H. 1982. 'Spatial analysis and settlement patterns on the East African coast', *Paideuma,* 28, pp. 201-20.
WISSMAN, H. VON AND HÖFNER, M. 1952. *Beiträge zur historischen Geographie der vorislamischen Südarahien* (Wiesbaden: Steiner).
WOLF, E. R. 1951. 'The social organisation of Mecca and the origins of Islam', *SWJA,* vol. 7, pp. 329-56.
WOOD, L. J. AND EHRET, C. 1978. 'The origins and diffusion of the market institution in East Africa', *Journal of African Studies,* 5, pp. 1-17.
WRIGHT, H. T. 1984. 'Early seafarers of the Comoro Islands: the Dembeni Phase of the IXth-Xth cen- turies AO', *Azania,* 19, pp. 13-59.
WRIGLEY, C. C. 1960. 'Speculations on the economic prehistory of *Africa', JAH,* 1, 2, pp. 189-204. Wüstenfeld, F. (1881) *Geschichte der Fatimiden-chalifen. Nach arabischen Quellen* (Göttingen: Dieterich).
AL-YA'KŪBĪ. 1870-94. *Kitāb al-buldān,* ed. by M. J. de Goeje (Leiden: Brill).
AL-YA'KŪBĪ. 1883. Ibn *Wadhih qui dicitur al-Ja'qūbī Historiae (Kitāb al-ta'rīkh)* (2 vols, ed. M. T. Houtsma, Leiden: Brill).
AL-YA'KŪBĪ. 1892. *Kitāb al-Buldān* (ed. by M. J. de Goeje, Leiden: Brill).
AL-YA'KŪBĪ. 1937. *Les pays,* tr. by G. Wiet (Cairo: Institut Françaisc d'Archéologie Orientale).
AL-YA'KŪBĪ. 1962. *Description du Maghreb en 276/889, Extrait du Kitāb al-Buldān,* Arabic text by H. Pèrès, tr. by G. Wiet (Algiers: Institut d'Etudes Orientale).
YĀKŪT. 1866-73. *Jacut's Geographisches Wörterbuch [Mu'jam al-buldān]* (6 vols, ed. by F. Wüstenfe1d, Leipzig: Brockhaus).
YĀKŪT. 1907. *Mu'djam al-buldān* (10 vols, Cairo: 1325 AH).

YORK, R. N. 1973. 'Excavations at New Buipe', *WAJA,* 3, pp. 1-189.
ZABORSKI, A. 1965. 'Notes on the medieval history of the Beja tribes', *FO,* 7, pp. 289-307.
______. 1970. 'Some Eritrean place-names in Arabic medieval sources', *FO,* 12, pp. 327-37.
Zaborski, A. 1971. 'Beja and Tigre in 9th-10th century period', *RO,* 35, I, pp, 117-30.
ZAGHLŪL, S. 1965. *Ta'rīkh al-Maghrib al-'Arabī(Cairo).*
ZAYDĀN, J. N.D. *Al-t Arab kabla 'Islām* (Cairo: Dār al-Hilāl),
ZAYDĀN, J. 1902. *Ta'rikh al-Tamaddun al-Islāmī (S* vols, Cairo).
ZIEGERT, H. 1969. 'Uberblick zur jüngeren Besiedlungsgeschichte des Fezzan', *BGA,* 8, pp. *49-58.*
AL-ZUHRÍ. 1968. *Kitāh al-Dju'rāfiyya. Mappemonde du Calife al-Ma'mun réproduite par Fazāri (IIIe/IXe s.), rééditée et commentée par Zuhrī (VIeIXIIe s.).* Arabic text by Muhammad Hadj-Sadok, *BEO,* 21, pp. 1-312.
ZYHLARZ, E. 1928A. *Grundzüge der nubischen Grammatik im christlichen Frühmittelalter (Altnubisch), AKM,* 18, I.
______. 1928B. 'Zur Stellung des Darfur-nubischen', *WZKM,* 35, pp. 84-123, 188-212.
______. 1932. 'Neue Sprachdenkmäler des Altnubischen' in S. R. K. Glanville (ed.) *Studies presented to F. LI. Griffith* (London: OUP, pp.187-197).

Volume IV - África do século XII ao XVI

'ABD AL-'AZĪZ B. MUHAMMAD B. IBRAHĪM AL-SINHĀDDJĪ AL-F ISHTĀLĪ. séc. XIV. *Manahil al-Saja fi akhbar al-Muluk al-Shurafa;* 1964, ed. 'Abd Allāh Gannun, Tetuán.
'ABD AL-BĀSIT B. KHALIL, AL-MALATI. séc. XV. *al-Raud, al-Basim;* 1936, ed. e trad. francesa R. Brunschvig, *Deux récits de voyage inédits en Afrique du nord au XV^e siècle,* Paris, Larose.
'ABD AL-RAHĪM, M. 1970. Arabism, Africanism and self-Identification in the Sudan. *JMAS, 8* (2): 233-49.
'ABD AL-RAHMĀN B. 'ABD ALLĀH AL-SA'DĪ. Ver AL-SA'DĪ.
'ABD AL-WĀHID AL-MARRĀKUSHĪ. 1224. *Al-Mu'djib fi talkhis Akhbar al-Magrib;* 1963, ed. M. S. al-Iryan, Cairo; 1847, 1881, trad. inglesa R. Dozy, *The history of the Almohads,* Leide, Brill; 1893, trad. francesa E. Fagnan, Argel; 1955, trad. espanhola A. Huici Miranda, Tetuán, Editora Marroquí.
ABITBOL, M. 1979. *Tombouctou et les Arma:* de la conquête marocaine du Soudan nigérien en 1591 à l'hégémonie de l'empire peul du Macina en 1833. Paris, Maisonneuve et Larose.
ABRAHAM, D. P. 1961. Maramuca: an Exercise in the Combined Use of Portuguese Records and Oral Tradition. *JAH,* 2 (2): 211-25.
ABŪ 'ABD ALLĀH MUHAMMAD AL-WAZĪR AL-ANDALUSĪ. séc. XVI. *Al-Hulal al-sun-dusiya fīl akhbar al-tunisiya;* 1870, ed. e trad., *A history of Africa, especially of Tunis,* Túnis, 4 v.
ABUBAKAR, S. 1980. Peoples of the upper Benue basin and the Bauchi plateau before 1800. In: IKIME, O., ed. *Groundwork of Nigerian History.* Ibadan/Londres, Heinemann. p. 165-86.
ABU 'L-FIDĀ. séc. XIV. *al-Mukhtasar ta'rikk al-bashar;* 1869-70, Istambul, 2 v.; 1907, Cairo.
ABU'L-MAHĀSIN B. TAGHRĪBĪRDĪ. séc. XV. *al-Nudjum al-Zahira fi Muluk Misr wa'l Kahira;* trad. inglesa W. Popper, *History of Egypt* (1382-1469 *AD),* Berkeley, University of California Press (Publications in Semitic Philology, 13-4, 17-9, 22-3).
ABUN-NASR, J. M. 1971, 1975. *A history of the Magrib.* Londres, CUP.
ABŪ 'UBAYD AL-BAKRĪ. Ver AL-BAKRĪ.
ADAMS, J. 1904. *Légendes historiques du pays de Nioro*. Paris, Challamel.
ADAMS, W. Y. 1965. Sudan Antiquites Service Excavations at Meinarti, 1963-1964.
Kush, (3): 148-76.
______. 1966. Post-Pharaonic Nubia in the Light of Archaeology, 3. *JEA,* (52): 147-62.
______. 1967. Continuity and Change in Nubian Cultural History. *SNR,* (48): 1-32.
ADAMU, M. 1976. The Spread of Hausa Culture in West Africa. *Savanna,* 5 (1): 3-13. 1978. *The Hausa jactor in West African history.* Zaria, Ahmadu Bello University Press e OUP.

ADAMU, M. 1979. Distribution of trading centres in the central Sudan in the eighteenth and nineteenth centuries. In: USMAN, Y. B., ed. *Studies in the history of the Sokoto caliphate:* the Sokoto Seminar Papers. Zaria, Ahmadu Bello University, Department of History for the Sokoto Caliphate Bureau. p. 59-104.

______. (A sair). *The Hausa kingdom o] Yawuri.* Zaria, Ahmadu Bello University Press.

______. (A sair). *History:* essays in honour of Professor Abdullahi Smith. Zaria, Ahmadu Be110 University Press.

ADELEYE, R. A. 1971. Hausaland and Bornu, 1600-1800. In: AJAYI, J. F. A. & CROWDER, M., eds. *History of West Africa.* Londres, Longman. v. 1, p. 485-530.

ADETUGBO, A. 1973. The Yoruba language in Yoruba history. In: BIOBAKU, S. O., ed. *Sources of Yoruba history.* Oxford, Clarendon Press. p. 175-204.

AHMAD B. MĀDJID AL-NADJDĪ. Ver IBN MĀDJID AL-DĪN AHMAD.

AHMAD, A. A. R. 1973. *La femme au temps des Mamlouks en Égypte.* Cairo, Institut Français d'Archéologie Orientale (Textes arabes et études islamiques, 5).

AHMED IBN FARTUA. Ver IBN FURTŪWA, Ahmad.

AJAYI, J. F. A. & CROWDER, M., eds. 1971; 1974. *History of West Africa.* Londres, Longman. 2 v.

Archaeological and Ethnographic Investigation of a South African Iron Age Group. *WA,* 3 (3): 178-96.

ALAGOA, E. J. 1972. *A history of the Niger delta:* an historical interpretation of Ijo oral tradition. Ibadan, University Press.

ALBATENIUS. Ver AL-BATTĀNĪ.

ALBERUNI. Ver AL-BĪRŪNĪ.

ALFONSO X, el Sabio, Rei de Castela e Leão. s.d. *Libros de acedrex dados e tables;* 1941, ed. Arnald Steiger, *Das Schachrabelbuch König Alfons des Weisen,* Genebra, Droz.

ALKALI, M. B. 1969. *A Hausa community in crisis:* Kebbi in the nineteenth century. Zaria, Ahamdu Bello University. Tese não publicada.

ALLAN, W. 1965. *The Ajrican husbandman.* Edimburgo, Olivier & Boyd/Nova York, Barnes & Noble.

D'ALMADA, A. Álvares. 1594. *Tratado breve dos rios de Guiné;* 1946; ed. portuguesa L. Silveira, Lisboa; 1842, trad. francesa V. de Santaren.

______. séc. XVI. *Asia;* 1934, Londres, Hakluyt Society.

ÁLVARES, F. séc. XVI; 1881, ed. e trad. inglesa Lord Stanley of Alderley, *Narrative of the Portuguese embassy to Abyssinia during the years 1520-1527,* Londres, Hakluyt Society.

ARIANOFF, A. D'. 1952. *Histoire des Bagesera, souverains du Gisaka.* Bruxelas, Institut Royal Colonial Belge (Mémoires de l' Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer, Classe des Sciences Morales et Politiques, 24 (3)).

ARIÉ, R. 1973. *L'Espagne musulmane au temps des Nasrides* (1232-1492). Paris, de Boccard.

ARKELL, A. J. 1936-46. Darfur Antiquities. *SNR,* 19 (1): 301-11; *20* (1): 91-105; 27 (3): 185-202.

______. 1950. Gold Coast Copies of Fifth to Seventh Century Bronze Lamps. *Antiquity,* 24 (93): 38-40.

______. 1951-2. The History of Darfur: 1200-1700 A.D. *SNR,* (32): 37-70,207-38; (33): 129-55, 244-75.

______. 1959. The Medieval History of Darfur in Its Relation to Other Cultures and to the Nilotic Sudan. *SNR,* (40): 44-7.

______. 1960. A Christian Church and Monastery at Ain Farah Dafur. *Kush,* (7): 115-9.

______. 1961. *A history of the Sudan from the earliest times to* 1821. Londres, Athlone Press.

______. 1963. The Influence of Christian Nubia in the Chad Area between AD 800-*1200. Kush,* (11): 315-9.

ARNET, E. J. 1910. A Hausa Chronicle: *(Daura Makas Sariki). JAS,* 9 (34): 161-7.

ARVEILLER, R. 1963. *Contribution à l'étude des termes de voyage en français 1505*-1722. Paris, d'Artrey.

ASHTOR, E. 1971. *Les métaux précieux et la balance des paiements du Proche-Orient à Ia basse époque.* Paris, SEVPEN.

'ASHŪR, Saīd'Abd al-Fattāh. 1965. *al-'Asr mamālīkī fī misr war al-sham [The Mameluke period in Egypt and Syria].* Cairo.
ASÍN PALACIOS, M. 1941. *Huellas del Islam:* Sto. Tomás de Aquino. Madri, Espasa-Calpe,
AVEMPACE. Ver IBN BADJDJA.
AVERRÓIS. Ver IBN RUSHD.
AXELSON, E. 1973a. *Congo to Cape:* early Portuguese explorers. Londres, Faber.
______. 1973b. *Portuguese in South-East Africa, 1488-1600.* Johannesburg, Struik.
AYALON, D. 1953-4. Studies on the St;ucture of the Mamluk Army. *BSOAS,* 15 (2): 203-28; (3): 448-76; 16 (1): 57-90.
BADAWI, A. R. 1972. *Histoire de la philosophie en Islam.* Paris, Vrin. 2 v.
BAIKIE, W. B. 1856. *Narrative of an exploring voyage up the rivers Krora and Binue.* Londres, Murray.
AL-BAKRĪ (Abū 'Ubayd al-Bakrī 'Abd Allāh b. 'Abd al-'Aziz b. Muh b. Ayyub). séc. XI. *Kitab al-Masalik wa'l Mamalik;* 1911, 1913, ed. e trad. francesa, MacG. de Slane, *Description de l'Afrique septentrionale,* Argel, Jourdan/Paris, Geuthner; 1965, reimpressão, Paris, Maisonneuve et Larose; 1968, ed. 'Abd al-Rahmān, Beirute.
BALFOUR-PAUL, H. G. 1955. *History and antiquities of Darfur,* Cartum, Sudan Antiquities Service (Museum pamphlet 3).
BALOGUN, S. A. 1980. History of Islam up to 1800. In IKIME, O., ed. 1980; (q.v.).
BARBOSA, D. 1812; 1918, 1921, ed. e trad. inglesa. *The book of Duarte Barbosa:* an account of the countries bordering on the Indian Ocean and their inhabitants. Londres, Hakluyt Society. 2 v.
BARBOT, J. 1740. *A description of the coast of north and south Guinea.* Londres, H. Lintot & J. Osborne.
BARBOUR, N. 1974. The Emperor Frederick II, king of Jerusalem and Sicily, and his relations with the Muslims. In: BARRAL, J. M., ed. *Orientalia hispanica.* Leide, Brill. v. 1, p. 77-95.
BARGES, J. J. L. 1859. *Tlemcen, ancienne capitale du royaume de ce nom.* Paris, Duprat.
______. 1877. *Complément à l'histoire des Beni-Zeiyan, rois de Tlemcen.* Paris, Leroux.
BARRADAS, L. A. 1967. O *sul de Moçambique no roteiro de Sofala do piloto Ahmad ibn-Madjid.* Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar (Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, 20).
BARROS, J. de. 1552. *Décadas de Ásia.* v. 1; 1937, trad. inglesa parcial in: CRONE, G. R. (q.v.).
BARTH, H. 1857, 1858, ed. alemã, *Sammlung und Bearbeitung* (including Centrala-frikanischer Vokabularien), 3 partes em 2, Gotha, Perthes; ed. inglesa, *Travels and discoveries in North and Central Africa:* being a journal of an exploration undertaken under the auspices of HBM's government in the years 1849-1855, Londres, Longman, 5 v.; 1965, reimpressão, Londres, Cass, 3 v.
______. 1965a. Autenticity and general character of the discovery of Bornu. In: ______. *Travels -and discoveries...*, 1965, v. 2, p. 15-35.
______. 1965b. Chronological table, containing a list of the Sefuwa, or kings of Bornu. In: ______. *Travels and discoveries...*, 1965, v. 2, p. 581-605.
BATHILY, I. D. 1961. Notices socio-historiques sur l'ancien royaume Soninké de Gadiage. *BIFAN,* B, 31 (1): 31-105.
BATRAN, A. A. 1973. A contribution to the biography of Shaikh... Al-Maghili, Al-Tilimsani. *JAH,* 14 (3): 381-94.
AL-BATTĀNĪ, Abū 'Abd Allāh Muhammad b. Djābir, também conhecido como Albatenius. c. 900. *Kitab ai Zidj;* 1896, ed. das tábuas astronômicas, *Le tabelle geografiche d'al-Battānī,* Turim, Bona; 189.9, 1903, 1907, ed. e trad. latina C. A. Nallino, *al-Battānī sive Albatenii opus astronomicum,* Milão, U. Hoeplium. 3 v.
BAUMANN, H. 1948?; 1957, 1967, trad. francesa, L. Hamburger, *Les peuples et les civilisations de l'Afrique,* com trad. francesa de D. Westermann, "Les langues et l'éducation", Paris, Payot.
______. 1956. Die Frage der Steinbauten und Steingräber in Angola. *Paideuma,6 (3):* 118-51.
BAUTIER, H. R. 1955. Les Relations Commerciales entre l'Europe et l'Afrique du Nord et l'Équilibre Économique Méditerranéen du XII^e au XIV^e Siècle. *BPH:* 399-416.
BAYLE DES HERMENS, R. de. 1972. Aspects de la Recherche Préhistorique en République Centrafricaine. *A-T,* 18 (3-4): 90-103.

BEATTIE, J. 1960. *Bunyoro:* an African kingdom. Nova York, Holt.
BEAUJOUAN, G. 1969. *L'astronomie dans la péninsule Ibérique à la fin du Moyen Âge.* Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar (Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, 24).
BEAUMONT, P. & SCHOONRAAD, M. 1971. The Welgelegen Shelter, Eastern Transvaal. *SAJS; Rock paintings of Southern Africa,* (2): 62-9. Número especial.
BECKER, C. H. 1910. Zur Geschichte des östlichen Sudan. *Der Islam,* (1): 153-77.
______. 1913. Leo Frobenius und die Brille des Islam. *Der Islam,* (4): 303-12.
BEDAUX, R. M. A. 1972. Tellem: Reconnaissance Archéologique d'Une Culture de
l'Ouest Africain au Moyen Âge: Recherches Architectoniques. *JSA,* 42 (2): 103-85.
______. 1974. Tellem: Reconnaissance Archéologique d'Une Culture de l'Ouest Africain au Moyen Âge: Les Appuie-Nuques. *JSA,* 44 (1): 7-42.
______. 1977. Tellem. *Afrika Museum.* Groesbeck, Países Baixos.
BEL, A 1903. *Les Bénou Ghânya:* derniers représentants de l'empire almoravide et leur lutte contre l'empire almohade. Paris, Leroux (Bulletin de Correspondance Africaine de l'École des Lettres d'AIger, 27).
______. 1937. Les premiers émirs mérinides et l'Islam. ln: ______. *Mélanges de géographie et d'orientalisme offerts à E. F. Gautier.* Tours, Arrault. p. 34-44.
______. 1938. *La religion musulmane en Berbérie:* esquisse d'histoire et de sociologie religieuses. Paris, Geuthner.
BELLO, M. Ver MUHAMMAD BELLO, M.
BENDER, M. L., ed. 1976. *Language in Ethiopia.* Londres, OUP.
BÉRAUD-VILLARD, J. M. E. 1942. *L'empire de Gâo:* un état soudanais aux XV^e^ et. XVI^e^ siècles. Paris, Plon.
BERNHEIM, M. & BERNHEIM, E. / AGENCE RAPHO. 1979. *Afrique, continent méconnu.* Paris, Sélection du Reader's Digest.
BERNUS, S. & GOULETQUER, P. 1976. Du Cuivre au Sel: Recherches Ethno-Archéologiques sur la Région d'Azelik (Campagne 1973-1975). *JSA,* 46 (1-2) :7-68.
BERNUS, S; GOULETQUER, P.; KLEINMAN, D. 1976. Die Salinen von Tegidda-n-tesemt (Niger). *EAZ,* 17 (2): 209-36.
BERTRANDON DE LA BROQUIÈRE. 1982. *Le voyage d'outre-mer de Bertrandon de la Broquière.* Trad. C. Schefer. Paris, Leroux.
BETBEDDER, P. 1971. The Kingdom of Buzinza. *CHAI, 13* (4): 736-62.
BEZZOLA, R. 1944-63. *Les origines et la formation de la littérature courtoise en Occident; 500-1200.* Paris, Champion. 5 v.
BIBLIOGRAPHIE de l'histoire des grandes routes maritimes. 1968-73. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
______. Alemanha, 9 (2): 189-252.
______. Dinamarca, 9 (2): 254-72.
______. França,9 (2): 274-352; 9 (3): 433-57.
______. Polônia,9 (3): 457-71.
______. Estados Unidos, *10* (4): 509-62; *11* (1) :5-153.
______. Espanha, *I3* (1): 7-149; *I3* (3): 373-446.
______. Grécia, *I3* (3): 447-98.
______. Reino Unido, 14 (1): 5-162; *14* (3): 359-544; *14* (4): 673-711.
BIEBUYCK, D. P. 1973. *Lega culture:* art, initiation, and moral philosophy among a Central African people. Berkeley, University of California Press.
BIKUNYA, P. 1927. *Ky'Abakama ba-Bunyoro: History of Bunyoro.* Londres, Sheldon Press.
BIRKELI, E. 1936. *Les Vazimba de la côte ouest de Madagascar:* notes d'ethnographie.
BIRMINGHAM, D. 1965. The Date and Significance of the Imbangala Invasion of Angola. *lAH,* 6 (2): 143-52.
______. 1966. *Trade and conflict in Angola: the Mbundu and their neighbours under the influence of the Portuguese,* 1483-1790. Oxford, Clarendon Press.

BIRMINGHAM, D. & MARKS, S. 1977. Southern Africa. ln: OLfVER, R., ed. *Cambridge History of África.* Londres, CUP. v. 3, p. 521-620.
AL-BIRŪNI, Abu'l-Rayhān Muhammad b. Ahmad, 1030. *Kitab Ta'rikh al-Hind; 1887,* ed. E. Sachau; 1888, trad. inglesa E. Sachau, *Alberuni's India;* an account of the religion, philosophy, literature, geography... of lndia about AD 1030, Londres; 1964, Delhi, S. Chand.
BISSON, M. S. 1975. Copper Currency in Central Africa: The Archaeological Evidence. *WA,* 6 (3): 276-92.
BLOUNT, B. & CURLEY, R. T. 1970. The Southern Luo Languages: A Glotto-Chronological Reconstruction. *JAL,* 9 (1): 1-18.
BOAHEN, A. A. 1974. Who Are the Akan? In: COLÓQUIO DE BONDUKU. *Atas do...* Bonduku, Universidade Nacional da Costa do Marfim.
BOELAERT, E. 1957-8. *Lianja-verhalen.* Tervuren, Annales du Musée Royal du Congo Belge (Sciences de l'Homme: Linguistique, 17-9). 2 v.
BOITEAU, P. 1958. *Contribution à l'histoire de la nation malgache.* Paris, Éd. Sociales.
______. 1974. Les droits sur la terre dans la société malgache pré-coloniale. In: ______. *Sur le mode de production asiatique.* Paris, Éd. Sociales. p. 135-69.
BONNASSIÉ. P. 1975-6. *La Catalogne du milieu du X^e^ à la fin du siècle Xl^e^:* croissance et mutations d'une société. Toulouse, Université de Toulouse-le-Mirail, Série A, 23, 29. 2 v.
BOULEGUE, J. 1968. *La Sénégambie du milieu du XV^e^ siècle au début du XVII^e^ siècle.* Universidade de Dakar. Tese de doutorado.
______. 1972. *Les luso-africains de Sénégambie, XVI^e^-XIX^e^ siècle.* Dakar, Universidade de Dakar, Departamento de História (Travaux et Documents, 1).
BOULNOIS, J. & HAMA, B. 1954. *Empire de Gâo:* histoire, coutumes et magie des Sonrai. Paris, Maisonneuve.
BOUROUIBA, R. 1972. *L'art musulman en Algérie.* Argel, Sned.
______. 1973. La Doctrine Almohade. *ROMM,* (13-4): 141-58.
______. 1976. Le Problème de la Succession de 'Abd al-Mumin'. *RHCM, (13):23-9.*
BOUSQUET, G. H. 1954. *L'Islam maghrébin;* introduction à l'étude générale de l'Islam. Argel, *Maison des Livres.*
BOVILL, E. W. 1927. The Moorish Invasion of the Sudan. *JAS,* (26): 245-62,380-7; (27) : 47-56.
______. 1933. *Caravans of the old Sahara;* an introduction to the history of the western Sudan. Londres, OUP, para IIALC; 1968, ed. rev., *The golden trade of the Moors,* Londres, OUP.
BOXER, C. R. 1963. *Raee relations in the Portuguese colonial empire, 1415-1825.* Oxford, Clarendon Press.
BRASIO, A. D. 1952-71. *Monumenta missionaria africana:* Africa ocidental. Lisboa, Agência Geral do Ultramar. 12 V.
BRASSEUR, G. 1968. *Les établissements humains au Mali.* Dakar, IFAN (Mémoires, 83).
BRAUDEL, F. 1946. Monnaies et Civilisations de l'Or du Soudan à l'Argent d'Amérique: Un Drame Méditerranéen. *AESC,* (1): 9-22.
BRÉHIER, E. 1971. *La philosophie du Moyen Âge.* Paris, Albin Michel.
BRETT, M. 1972. Problems in the Interpretation of the History of the Maghrib in the Light of Some Recent Publications. *JAR, I3* (3) :489-506.
BRIGNON, J.; AMINE, A; BOUTALEB, B.; MARTINET, G.; ROSENBERGER, B. 1967. *Histoire du Maroc.* Paris, Hatier.
BRITISH MUSEUM. 1877. *Catalogue of the Ethiopie manuscripts.* Ver WRITH, W., ed.
BROCK, B. 1968. The Nyiha. In: ROBERTS, A., ed. *Tanzania before 1900.* Nairobi, EAPH. p. 59-82.
BROECKE, P. van den. 1605-14; 1842, trad. francesa, Voyages au Cap Vert, in: WALCKNAER, C. A., ed., *Collection des relations de voyages par mer et par terre... depuis 1400 jusqu'à nos jours.* Paris, Walcknaer, 21 v., v. 2, p. 300-5; 1800, trad. inglesa Charles, *Sturring adventures in African travel.*
BRUCE, James. 1790. *Travels to discover the source of the Nile in the years 1768, 1769, 1770, 1771, 1772, 1773*; 1964, reimpressão, Edimburgo, Edinburgh University Press.

BRUNSCHVIG, R. 1940, 1947. *La Berbérie orientale sous les Hafsides:* des origines à la fin du XV[e] siècle. Paris, Maisonneuve. 2 v.
______. 1948. *La Tunisie dans le haut Moyen Âge:* sa place dans l'histoire. Cairo, Institut Français d'Archéologie Orientale.
BUCAILLE, R. 1975. Takadda, pays du cuivre. *BIFAN,* B, 37 (4):720-78.
BUCHANAN, C. A. 1974. *The Kitara complex:* the historical tradition of western Uganda to the sixteenth century. University of Indiana, Bloomington. Tese de doutorado.
BUDGE, E. A. W., ed. 1928. *The books of the saints of the Ethiopian Church, Mashafa Senkesar.* Londres, CUP. 4 v.
BURSSENS, H. 1958. *Les peuplades de l'entre Congo-Ubangi:* Ngbandi, Ngbaka, Mbandja, Ngombe et Gens d'Eau. Tervuren, Annales du Musée Royal du Congo Belge (Sciences de l'Homme: Monographies Ethnographiques, 4).
BUZURG B. SHARIYĀR.*Kitāb 'Adjāib al Hind;* 1883, ed. P.A. van der Lith, v. 1; 1886, trad. francesa M. Devic, *Livre des merveilles d'lnde,* Leide, Brill, v. 2.
CA DA MOSTO, A. da. séc. XV; 1895, trad. francesa. *Relations des voyages à la côte occidentale de l' Afirique d'Alvise da Ca' da Mosto, 1455-1457*, Paris, Leroux; 1937, ed. e trad. inglesa G. R. Crone (q.v.); 1948, texto italiano com trad. portuguesa, *Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra,* Lisboa, Academia Portuguesa da História.
CAHEN, C. 1960. 'Ayyūbids. In: ENCYCLOPAEDIA OF ISLAM (q.v.), nova ed., v. 1, p. 796-807.
______. 1965. Douanes et commerces dans les ports méditerranéens de l'Égypte médiévale d'après le Minhadj d'al-Makhzumi, *JESHO,* 7 (3): 217-314.
CALLET, R. P., ed. 1908. *Tantara my andriana eto Madagascar:* documents historiques d'aprês les manuscrits malgaches. Tananarivo, Imp. Officielle. 2 v.
CALONNE-BEAUFAICT, A. de. 1921. *Azande;* introduction à une ethnographie générale des bassins de l'Ubangi-Uele et de l'Aruwimi. Bruxelas, Lamertin.
CAMPBELL, D. E. H. 1926. *Arabian medicine and its influence on the Middle Ages.* Londres, Kegan Paul, Trench, Trubner, 2 v.
CAMPS, G. 1980. *Berbêres, aux marges de l'histoire.* Hespérides,
CANARD, M. 1939-41. Relations entre les Mérinides et les Mamelouks au XIV[e] siècle. *AIEOA,* (5): 41-81.
CARBOU, H. 1912. *La région du Tchad et du Ouadai.* Paris, Leroux (Universidade de Argel, Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, 47-8). 2 v.
CARDINALL, A. W. & TAMAKLOE, E. F. 1931, 1970. *Tales told in Togoland, by A. W. Cardinall, to which is added: The mythical and traditional history of Dagomba, by E. F. Tamakloe.* Londres, OUP.
CARREIRA, A. 1972. *Cabo Verde:* formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878). Lisboa (Memórias do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 24)
______. 1978. *Notas sobre o tráfico português de escravos:* circunscritos a costa oci- dental africna. Lisboa, Universidade Nova, Ciências Humanas e Sociais.
CARRÈRE, C. 1967. *Barcelone, centre économique à l' époque des difficultés, 1380*-1462. Paris, Mouton. 2 v.
CARVALHO, H. A. Dias de. 1890 ff. *Expedição portuguesa ao Muatiânvua.* Lisboa, Imp. Nacional. 6 v.
CASCIARO, J. M. 1969. *El diálogo teológico de Santo Tomás con muslumanes* y *judíos.* Madri, CSIC.
CASTRIES, H. de. 1923. La Conquête du Soudan par El-Mansour. *Hespéris, (3):* 433-88.
CATON-THOMSON, G. 1931. *The Zimbabwe culture:* ruins and reactions. Oxford, Clarendon Press; 1971, ed., Londres, Cass.
CAVAZZI, G. A. 1965. *Descrição histórica dos trés reinos do Congo, Matamba e Angola, de João Antonio Cavazzi de Monteccúccolo,* G. *M. de Leguzzano.* Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar (Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Secção de Lisboa, Publicações, 2).
CERONE, F. 1902-3. La Politica Orientale di Alphonso di Aragona. *ASPN,* (27): 31-93; (28): 154-212.
CERULLI, E. 1931. *Documenti arabi per la storia dell Etiopia.* Roma, Memorie dell'Accademia Nazionale dei Lincei, Classe di Scienze Morali, Storiche e Filo- logiche, serie 6, 4, 2.
______. 1941. II Sultanato della Scioa, nel Secolo XIII secondo un Nuovo Documento Storico. *RSE,* (1): 5-42.

CERULLI, E. 1943, 1947. *Etiopi in Palestina:* storia della communità etiopica di Gerusa-lemme. Roma, Lib. dello Stato. 2 v.
______. 1949. *Il "Libro della scala" e la questione delle fonti arabo-spagnole della Divina Commedia.* Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana.
______. 1956. *Storia della letteratura etiopica.* Roma, Nuova Academia Editrice.
1957, 1959, 1964. *Somalis:* scritti vari editi ed inediti. Roma, Amministrazione Fiduciaria Italiana della Somalia. 3 v.
CÉSARD, E. 1927. Comment les Bahaya Interprètent Leurs Origines. *Anthropos,* (22): 440-65.
______. 1937. Le Muhaya (l'Afrique Orientale). *Anthropos,* (32): 15-60.
CHANAIWA, D. 1980. Historical traditions of southern Africa. In: UNESCO, 1980b (q.v.), p. 25-44.
CHAPELLE, J. 1957. *Nomades noirs du Sahara.* Paris, Plon.
CHAPMAN, S. 1967. Kantsyore Island. *Azania,* (2): 165-91.
CHARSLEY, S. R. 1969. *The princes of Nyakyusa.* Nairobi, EAPH for Makerere Ins- titute of Social Research.
CHAUNU, P. 1969. *L'expansion européenne du XIII*e *au XV*e *siècle.* Paris, PUF.
CHERBONNEAU, A. 1854-5. Essai sur la Litterature Arabe au Soudan d'après le *Tekmilet ed dibadji* d'Ahmed Baba le Tombouctien. *RSACNM:* 1-42.
CHÉRON, G. 1924. Contributions à l'Histoire du Mossi: Traditions Relatives au Cercle de Kaya. *BCERSAOF, 7* (4): 634-91.
CHILDS, G. 1964. The Kingdom of Wambu (Huambo): A Tentative Chronology. *JAN, 5* (3): 365-79.
CHITTICK, H. N. 1959. Notes on Kilwa. *TNR,* (53): 179-203.
______. 1961. *Kissimani Mafia:* excavations at an Islamic settlement on the East African coast. Dar es Salaam, Government Printer.
______. 1963a. Kilwa and the Arab Settlement of the East African Coast. *JAH, 4* (2): 179-90.
______. 1963b. The Last Christian Stronghold in the Sudan. *Kush,* (11): 264-72.
______. 1965. The Shirazi Colonization of East Africa. *JAH, 6* (3): 275-94.
______. 1966. Kilwa: a Preliminary Report. *Azania,* (1): 1-36.
______. 1967a. L'archéologie de la côte occidentale africaine. In: VÉRIN, P. ed. *Arabes et islamisés à Madagascar et dans l'Océan indien.* Tananarivo, Revue de Madagascar. p. 21-38.
______. 1967b. Discoveries in the Lamu archipelago. *Azania,* (2): 37-68.
______. 1968. The coast before the arrival of the Portuguese. In: OGOT, B. A., ed. *Zamani:* a survey of East African history. Nairobi, EAPH. p. 98-114.
______. 1969. A New Look at the History of Pate. *JAH, 10* (3): 375-91.
______. 1970. East African trade with the Orient. In: RICHARD, D. S., ed. *Islam and the trade of Asia.* Oxford, Cassirer/Philadelphia University of Pennsylvania Press. p. 97-104.
______. 1971. The coast of East Africa. In: SHINNIE, P. L., ed. *The African Iron Age.* Oxford, Clarendon Press. p. 108-41.
______. 1974. *Kilwa:* an Islamic trading city on the East African coast. Nairobi, British Institute in Eeastern Africa (Memoirs, 5) / Londres: distrib. por Thames & Hudson.
______. & ROTBERG, R. I., eds. 1975. *East Africa and the Orient:* cultural syntheses in precolonial times. Nova York, Harvard University Press/ Londres, Africana Publishing Co.
______. & SHINNIE, P. L. Ver SHINNIE, P. L. & CHITTICK, H. N. 1961
CHOJNACKI, S. 1971. Notes on Art in Ethiopia in the Sixteenth Century: An Inquiry into the Unknown. *JES, 9* (2): 21-77.
CHOU YI LIANG. 1972. Early Contacts between China and Africa. *GNQ, 12* (6): 1-3.
CHRÉTIEN, J. P. & COIFARD, J. L. 1967. Le Burundi. *NED, 3364.*
CISSÉ, Y. 1964. Notes sur les Sociétés de Chasseurs Malinkés. *JSA, 34* (2): 175-226.
CISSOKO, S. M. 1966. *Histoire de l'Afrique occidentale, Moyen Âge et temps modernes,* VIIe siècle, *1850.* Paris, Présence Africaine.
______. 1968. Famines et Épidémies à Tombouctou, et dans la Boucle du Niger du XVIe au XVIIIe Siècle, *BIFAN,* B, *30* (3): 806-21.

CISSOKO, S. M. 1969. La Royauté (Mansaya) Chez les Mandingues Occidentaux d'après Leurs Traditions Orales. *BIFAN,* B, *31* (2): 325-38.
______. 1972. Estudo apresentado na conferência sobre os Mandinga, Londres.
______. 1975. *Tombouctou et l'empire Songhay:* épanouissement du Soudan nigérien aux XV^{e}-XVI^{e} siècles, Dakar, Nouvelles Éditions Africaines.
______. 1981a. De l'Organisation Politique du Kabu. *Colloque lnternational sur les Traditions Orales du Gabu.* Dakar, Étiopiques, Oct.: 195-206. Número especial.
______. 1981 b. Introduction à l'Histoire des Mandingues de l'Ouest. *Colloque lnternational sur les Traditions Orales du Gabu.* Dakar, Étiopiques, Oct., : 73-92. Número especial.
CLARK, J. D. 1970. *The prehistory of Africa.* Londres/Nova York, Thames & Hudson.
COHEN, D. W. 1970. A Survey of Interlacustrine Chronology. *JAH, 11* (2): 179-202.
______. 1972. *The historical tradition oj Busoga, Mukama et Kintu.* Oxford, Claren- don Press.
COHEN, R. 1967. *The Kanuri of Bornu.* Nova York, Holt.
COLLOQUE INTER-UNIVERSITAIRE GHANA-CÔTE-D'IVOIRE. 1974. Ver COLÓQUIO DE BONDUKU.
COLÓQUIO DE BONDUKU. 1974. *Atas do...* Colloque Inter-Universitaire Ghana-Côte-d'Ivoire: Les Populations Communes de la Côte-d'Ivoire e du Ghana. Bonduku, Universidade de Abidjan.
CONNAH, G. 1969. Archaeological work in Bornu, 1964-1966, with particular reference to the excavations at Daima Mound. In: PREMIER COLLOQUE INTER- NATIONAL D' ARCHÉOLOGIE AFRICAINE, 11-16 Déc., 1966. *Actes du...* Fort Lamy, Institut National pour les Sciences Humaines (Études et Documents Tchadiens, Mémoires, I). p. 112-24.
______. 1971. Recent Contributions to Bornu Chronology. *WAJA,* (1): 55-60.
______. 1975. *The archaeology of Benin.* Londres, Oxford.
CONTI ROSSINI, C., ed. 1903. Gli Atti di Abba Yonãs. *RRAL,* série 5, (12): 177-201, 239-255.
______, ed. 1904. *Vitae Sanctorum Antiquiorium: 1*: *Acta Yared et Pantaleon.* Paris (Corpus Scriptorum Christianorum Orientalum, 36-7; Scriptores Aethiopici, 9-10).
______, ed. 1922. La Caduta della Dinastia Zagué e Ia Versionne Amarica del Be'ela Nagast. *RRAL,* série 5 (31): 279-314.
CORDELL, D. 1973. Throwing Knives in Equatorial Africa: A Distribution Study. *Ba-Shiru, 5* (1): 94-104.
CORNEVIN, R. 1967. *Histoire de l'Afrique des origines à nos jours.* Paris, Payot. 3 v., v. 1: *Des origines au XVI^{e} siècle.*
CORTÉS-ALONSO, V. 1963. La Trata de Esclavos durante los Primeros Descubri- mientos (1489-1516). *AEA,* (9): 23-50.
______. 1964. *La esclavitud en Valencia durante el reinado de los reyes católicos, 1479-1516*. Valência, Ayuntamiento.
______. 1972. Procedencia de los Esclavos Negros en Valencia (1482-1516). *REAA,* 7 (1): 123-51.
CORTESÃO, A. 1971. *Descobrimento e cartografia das ilhas de São Tomé e Príncipe.* Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar (Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Secção de Coimbra, Publicações, 62).
______. 1972. *Descobrimento e descobrimentos.* Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar (Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Publicações, 72).
______. 1973. *A história do descobrimento das ilhas de Madeira por Roberto Machim em fins do século* 14. Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar (Agrupa- mento de Estudos de Cartografia Antiga, Secção de Coimbra, Série Separata, 85).
CORTESÃO, J. 1958, 1961. *Os descobrimentos portugueses.* Lisboa, Arcadia, 2 v.
COSTERMANS, J. 1953. *Mosaïque bangba:* notes pour servir à l'étude des peuplades de l'Uele. Bruxelas, IRCB (Mémoires de l'Académie Royale des Sciences d'Outre- Mer, *28* (3)).
COUPEZ, A.; EVRARD, J. B.; VANSINA, J. 1975. Classification d'un Échantillon de Langues Bantoues d'après la Lexicostatistique. *Africana Linguistica,* (6): 131-58.
COUR, A. 1920. *La dynastie marocaine des Beni-Wattâs, 1420-1544.* Constantina, Braham.

CRAZZOLARA, J. P. 1950-4. *The Lwoo.* Verona, Ed. Missionaria Italiana.
CRONE, G. R., ed. e trad. inglesa. 1937. *The voyages of Cadamosto, and other documents on Western Africa in the second half of the fifteenth century,* Londres, Hakluyt Society.
CRUZ HERNÁNDEZ, M. 1970. La Estructura Social del Período de Occupación Islámica de al-Andalus (711-755), y la Fundación de la Monarquía Omeya. *Awrak,* (2): 25-43.
CUOQ, J.-M., ed. e trad. francesa. 1975. *Recueil des sources arabes concernant l'Afrique occidentale du VII^e^ au XVI^e^ siècle (Bilad af-Sudan).* Paris, CNRS (Sources d'Histoire Médiévale, 3).
______. 1978. La Famille Aquit de Tombouctou. *RIBLA,* 41 (1): 85-102.
CURTIN, P. D. 1969. *The Atlantic slave trade:* a census. Madison, University of Wisconsin Press.
DAMPIERRE, E. de. 1967. *Un ancien royaume bandia du Haut-Oubangui.* Paris, Plon.
DANDOUAU, A. & CHAPUS, G. S. 1952. *Histoire des populations de Madagascar.* Paris, Larose.
DANIEL, F. de F. 1940. *History of Katsina.* Londres, Colonial Office Library.
DANIEL, N. 1962. *Islam and the West;* the making of an image. Edimburgo, Edinburgh University Press.
DAPPER, O. 1668. *Naukeurige Beschrijvinge der Africaensche gewesten van Egypten, Barbaryen, Libyen, Biledulgerid...* Amsterdam, Van Meurs; 1970, trad. inglesa e adaptação, J. Ogilby, *Africa:* being an accurate description of the regions of Aegypt, Barbary, Lybia, etc., Londres; 1670, trad. alemã, *Beschreibung von Afrika...* Amsterdam, Van Meurs; 1686, trad. francesa, *Description de l'Afrique,* Amsterdam, Wolfgang, Waesberge et al.
DARRAJ, A. 1961. *L'Égypte sous le règne de Barsbay, 825-841/ 1422-1438*. Damasco,' Institut Français de Damas.
DATOO, B. A. 1970. Rhapta: The Location and Importance of East Africa's First Port. *Azania,* (5): 65-76.
DAUX, P. 1952. *Histoire du pays gourmanché.* Paris, Challamel.
DAVEAU, S. 1963. *Géographie de l'Expansion Portugaise. COM,* (16): 313-8.
______. 1969. La Découverte du Climat d'Afrique Tropicale au Cours des Navigations Portugaises (XV^e^ Siècle et Début du XVI^e^ Siècle). *BIFAN,* B, *31* (4): 953-87.
DAVIDSON, B. 1959. *Old Africa rediscovered.* Londres, Gollancz.
______. 1964. *The African past:* chronicles from antiquity to modern times. Londres, Longman/ Boston,. Little, Brown.
______. & BUSH, F. K. 1965, 1967. *The growth of African civilization:* a history of West Africa 1000-1800. Londres, Gollancz.
DAVIES, O. 1961. Native culture in the Gold Coast at the time of the Portuguese discoveries. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS. *Actas do...* Lisboa, v. 3, p. 97-9.
______. 1971. Excavations at Blackburn. *SAAB, 26* (103-4): 165-78.
______. 1974. Excavations at the Walled Early Iron Age Site in Moor Park Near Estcourt, Natal. *ANM, 22* (1): 289-324.
DAVIS, R. W. 1970. The Problem of Possible Pre-Colornbian Contacts between Africa and the Americas: A Summary of the Evidence. *GNQ, 6* (2): 1-7.
DE CRAEMER, W.; VANSINA, J.; FOX, R. C. 1976. Religious Movements in Central Africa: A Theory. *CSSR,* (18): 458-74.
DE GRUNNE, B. 1980. *Terres cuites anciennes de l'ouest africain.* Louvain, Publications d'Histoire de l'Art et d'Archéologie, XXII.
DE JONGHE, E. & VANHOVE, J. 1949. Les Formes d'Asservissement dans les Sociétés Indigènes du Congo Belge. *BARSOM,* Section des Sciences Morales et Politiques, (19): 483-95.
DE LA FOSSE, E. 1897. Voyage à la Côte Occidentale d'Afrique, au Portugal et en Espagne, 1479-1480. Ed. R. Fouché-Delbosc. *RR,* (4): 174-201.
DELAFOSSE, M. 1912. *Le Haut Sénégal-Niger,* 3 v.; 1972, ed. M. F. J. Clozel, Paris, Maisonneuve et Larose.
______. 1913. Traditions Historiques et Légendaires du Soudan Occidental, Traduites d'un Manuscrit Arabe Inédit. *AFRCD,* Août: 293-306; Sept.: 325-9, 355-69. · 1922, 1941. *Les noirs de l'Airique.* Paris, Payot; trad. inglesa F. Fligelman, *The negroes of Africa,* Port Washington, Kennikat Press.

DELAFOSSE, M. 1924. Les Relations du Maroc avec le Soudan à travers les Âges. *Hespéris,* (4) :153-74.
DELGADO, J. A. 1950. La Navegación entre los Canarios Prehispánicos. *AEDA,* (79): 164-74.
DÉLIVRÉ, A. 1974. *L'histoire des rois d'Imérina:* interprétation d'une tradition orale. Paris, Klincksieck.
DENBOW, J. R. 1979. Iron Age Research in Eastern Botswana. *NA k,* (14): 7-9.
DENOON, D. 1972. Migrations and settlement in south-west Uganda. COLLOQUE DE MAKERERE. *Atas do...*
DERRICOURT, R. M. 1973. Archaeological Survey of the Transkei and the Ciskei: Interim Report for 1972. *FRP,* 5 (4): 449-55.
DESCHAMPS, H. J., ed. 1970-1. *Histoire générale de l'Afrique noire.* Paris, PUF. 2 v.
______. 1972. *Histoire de Madagascar.* 4. ed. Paris, Berger-Levrault.
______. & VIANES, S. 1959. *Les Malgaches du sud-est:* Antemoro, Antesaka, Antam-bahoaka, peuples de Farafangana. Paris, PUF.
DESPLAGNES, A. M. L. 1907. *Une mission archéologique et ethnographique au Soudan français:* le plateau central nigérien. Paris, Larose.
DEVERDUN, G. 1959, 1966. *Marrakech des origines à* 1912. Rabat, Éditions Techniques Nord-Africaines. 2 v.
DEVIC, L. M. 1883. *Les pays des Zendjs, ou la côte orientale d'Afrique au Moyen Âge.* Paris, Hachette.
DEVISSE, J. 1972. Routes de Commerce et Echanges en Afrique Occidentale en Relation avec la Méditerranée: Un Essai sur le Commerce Africain Médiéval du XI[e] au XVI[e] Siècle. *RHES,* (50): 42-73, 357-97.
DEZ, J. 1967. De l'influence arabe à Madagascar à l'aide de faits linguistiques. In: VÉRIN, P. ed. *Arabes et islamisés à Madagascar et dans l'Océan Indien.* Tananarivo, Revue de Madagascar. p. 1-20.
______. 1971. Essai sur le Concept de Vazimba. *BAM,* 49 (2): 11-20.
DIABATÉ, H. 1974. A propos de la reine-mère dans les sociétés akan. COLÓQUIO DE BONDUKU. *Atas do...*
DIABATÉ, M. 1970. *Kala Jata.* Bamako, Éditions Populaires.
DIABY, K. 1972. Inventaire partiel des manuscrits de la bibliothèque de Kadi Mu- hammed Mahmud à Tombouctou. In: Tombouctou, la ville la plus riche en documents historiques et sociologiques sur l'Afrique de l'ouest. *EM,* (3): 1-20.
DIAGNE, P. 1965. Royaumes Sérères: Les Institutions Traditionnelles du Sine Saloum. *PA,* (54): 142-72.
DINA, J. & HOERNER, J. M. 1.975. Étude sur les Populations Miké du Sud-Ouest de Madagascar. *OSA,* (3-8): 269-86.
DIOP, C. A. 1955, 1965. *Nations nègres et cultures.* Paris, Présence Africaine.
______. 1960. *L'Afrique noire précoloniale:* étude comparée des systèmes politiques et sociaux... Paris, Présence Africaine.
AL-DJILALI, 'Abd al-Rahman b. Muhammad. s.d. *Ta'rikh al-Djaza ir al-amm; 1934*--60, Argel.
AL-DJINHĀNĪ, al-Habīb. s.d. *al-Kayrawan abra usur izdihar al-hadaran ai lslamiyah;* 1968, ed., Túnis.
DOCUMENTS on the Portuguese in Mozambique and Central Africa, 1497-1840; também DQCUMENTOS sobre os portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840; 1962, v. 1: 1497-1506, Salisbury, National Archives of Rhodesia and Nyasaland; Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
DOKE, C. M. 1954. *The southern Bantu languages.* Londres, OUP para IAI.
DOMENICHINI, J. P. 1971a. Artichiroka et Vazimba: contribution à l'histoire de la société du XVI[e] au XIX[e] siècle. Communication, séance plénière de l'Académie malgache.
______. 1971 b. *Histoire des palladium d'Imérina d'après des manuscrits anciens.* Tananarivo (Travaux et Documents du Musée d'Art et d'Archéologie de l'Université, 8).
______. 1979a. L'Écuelle de Milangana, XV" Siêcle. *Ambario,* (1): 127-31.
______. 1979b. *La plus belle énigme du monde.* Estudo apresentado no Colloque de Tuléar, 9-15 Avr. 1979.

DONELHA, A. 1625. *Descrição da Serra Leoa e dos rios de Guiné do Cabo Verde,* 1625; 1977, ed. e trad. inglesa A. Teixeira da Mota e P. E. H. Hair, *An account of Sierra Leone and the rivers of Guinea of Cape Verde,* 1625, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar (Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Secção de Lisboa, 19).
DRAMANI-ISSIFOU, Z. 1975. *Les relations entre le Maroc et l'empire songhai dans la seconde moitié du XVI siècle.* Universidade de Paris. Tese de doutorado.
DUBOIS, H. M. 1938. *Monographie des Betsileo (Madagascar).* Paris, Institut Ethno- logique.
DUFOURCQ, C.-E. 1966. *L'Espagne catalane et le Maghrib aux XIII^e et XIV^e siècles, de la bataille de Las Navas Tolosa (1212) à l'avènement du sultan mérinide Abou-l-Hassan (1331).* Paris, PUF, (Bibliothêque de I'École des Hautes Études Hispaniques, fasc. 37).
______. 1968. Les relations du Maroc et de la Castille pendant la premiêre moitié du XIII^e siècle. *RRCM,* (5): 37-62.
______. 1979. Commerce du Maghreb médiéval avec l'Europe chrétienne et maxime musulmane: données connues et problèmes en suspens. In: CONGRES D'HISTOIRE ET DE CIVILISATION DU MAGHREB. *Actes du....* Túnis. p. 161-92.
DUNBAR, A. R. 1966. *History of Bunyoro-Kitara.* Nairobi/ Londres, OUP para East African Institute of Social Research.
DUCAN-JOHNSTONE, A. C. & BLAIR, H. A. 1932. *lnquiry into the constitution and organization of the Dagbon kingdom.* Accra, Government Printer. Retrospecto em *Africa* (L), (5): 497-8.
DUPUIS, J. 1974. La Diffusion du Maïs dans l'Ancien Monde et Hypothèse de Voy- ages Arabes en Amérique Précolombienne. *CRTSASOM, 34* (2): 381-406.
DUYVENDAK, J. J. L. 1938. The True Dates of the Chinese Maritime Expeditions in the Early Fifteenth Century. *T'oung Pao,* (34): 341-412.
______. 1949. *China's discovery of Africa.* Londres, Probsthain.
EAST, R. M. 1933. *Labarun Hausawa da Makwabtansu.* Lagos, CMS Bookshop, 2 v.; 1970, reimpressão, Zaria, Northern Nigerian Publishing Co.
EHRENKREUTZ, A. S. 1959. Studies in the Monetary History of the Near East in the Middle Ages. *JESHO,* (2): 128-61.
______. 1963. Studies in the Monetary History of the Near East in the Middle Ages: 2.
The Standard of Fineness of Western and Eastern Dinars before the Crusades. *JESHO,* (6): 243-77.
EHRET, C. s.d. *Comparative culture vocabularies of Eastern, Southern and Central African languages.* Manuscrito datilografado não publicado.
______. 1967. Cattle Keeping and Milking in Eastern and Southern African History: The Linguistic Evidence. *JAH,* 8 (1): 1-17.
______. 1971. *Southern Nilotic history:* linguistic approaches to the study of the past. Evanston, Northwestern University Press.
______. 1972. Outlining Southern African History: A Re-Evaluation AD 100-1500. *Ufahamu,* 3 (1): 9-38.
______. 1973. Patterns of Bantu and Central Sudanic Settlement in Central and Southern Africa (*ca* 100 BC to 500 AD). *TJH,* 3 (1): 1-71.
______. 1974a. Agricultural History in Central and Southern Africa (*ca* 1000 BC to 500 AD). *TJH,* 4 (1): 1-26.
______. 1974b. *Ethiopians and East Africans:* the problem of contacts. Nairobi, EAPH.
______. 1974c. *Lacustrine history and linguistic evidence:* preliminary considerations. Los Angeles, UCLA seminar paper.
______. 1976. Aspects of social and economic change in western Kenya, 1500-1800. In: OGOT, B. A., ed. *Kenya before 1900.* Nairobi, EAPH. p. 1-20.
______. 1980. *The historical reconstruction of southern Cushitic phonology and vocabulary.* Berlim, Reimer.
ELPHICK, R. 1977. *Kraal and castle:* Khoikhoi and the founding of white South Africa. New Haven, Yale University Press (Yale Historical Publications MisceIlany, 116).
ELUGBE, B. O. 1974. *A comparative Edo phonology.* Ibadan. Tese de doutorado não publicada.

ENCYCLOPAEDIA of Islam. 1913-38. Londres, Luzac; Leide, Brill. 4 v. e suplemento; 1913-38, ed. francesa, *Encyclopédie de l'Islam,* Paris, Klincksieck/Leide, Brill, 4 v. e suplemento; 1960-78, novas ed. inglesa e francesa, 4 v.; 1979-82, ed. inglesa do v. 5 (Khe-La), Leide, Brill, em curso; 1979-82, ed. francesa do v. 5, Paris, Klincksieck/Leide, Brill.
ESTERMANN, C. 1960. *Etnografia do sudoeste de Angola.* 2. ed. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar (Memórias, Série Antropológica, 4-5).
EVERBROECK, N. van. 1961. *M'bom'ipoku le seigneur à l'abîme:* histoire, croyances, organisation clanique, politique, judiciaire, vie familiale des Bolia, Sengélé et Ntomb'e njalé. Tervuren, Musée Royal de l'Afrique Centrale (Archives d'Ethnographie du Musèe, 3)
EVERS, T. M. 1975. Recent Iron Age Research in the Eastern Transvaal. *SAAB,* (30): 171-82.
______. & VAN DEN BERG, R. P. 1974. "Recent Mining in Southern Africa with Reference to a Copper Mine in the Harmony Block, Northeastern Transvaal. *JSAIMM,* (74): 217-26.
EYO, E. 1977. *Two thousands years of Nigerian Art.* Lagos, Departamento Federal de Antiguidades.
EYRE-SMITH, St J. 1933. *A brief review of the history and social organization of the peoples of the northern territories of the Gold Coast.* Accra, Government Printer.
FAGAN, B. M. 1964. The Greefswald Sequence: Bambandyanalo and Mapungubwe. *JAH,* 5 (3): 337-61.
______. 1965. *Southern Africa during the Iron Age.* Londres, Thames & Hudson.
______. 1967. *A short history of Zambia:* from the earliest times until AD 1900. Nai- robi,OUP.
______. 1967, 1969. *Iron Age cultures in Zambia.* Londres, Chatto & Windus (Robins series, n. 5). 2 v.
______. 1969. The Later Iron Age in South Africa. In: THOMPSON, L., ed. *African societies in Southern Africa.* Nova York, Praeger. p. 50-70.
______. & YELLEN, J. E. 1968. Ivuna: Ancient Salt-Working in Southern Tanzania. *Azania,* (3): 1-44.
FAGE, 1. D. 1952. Some General Considerations Relevant to Historical Research in the Gold Coast. *THSG, 1* (l): 24-9.
______. 1955. Some Problems of Gold Coast History. *Universitas,* 1 (6): 5-9.
______. 1956. Some Notes on a Scheme for the Investigation of Oral Tradition in the Northern Territories of the Gold Coast. *JHSN,* (1): 15-9.
______. 1964a. Reflexions on the early history of the Mosi-Dagomba group of states. In: ______. *The historian in tropical Africa.* Londres, IAI; Atas do IV Congresso Internacional Africano, Dakar, 1961. p. 177-91.
______. 1964b. *Some thoughts on state formation in the Western Sudan before the seventeenth century.* Boston (University Papers in African History, 1). p. 17-34.
FAGERENG, E. 1971. *Une famille de dynasties malgaches:* Zafindravola, Maroserana, Zafimbolamena, Andrevola, Zafimanely. Oslo, Universitetsforlaget.
FAGG, B. E. B. 1956. A Life-Size Terracotta Bead from Nok. *Man,* 56 (95): 89.
______. 1959. The Nok Culture in Prehistory. *JHSN, 1* (4): 288-93.
______. 1969. Recent Work in West Africa: New Light on the Nok Culture. *WA,* (1): 41-50.
______. 1977. *Nok terracottas.* Lagos, Nigerian Museum/Londres, Ethnographica.
FAGG, W. B. 1963. *Nigerian images.* Londres, Lund Humphries/Nova York, Praeger; trad. francesa *Les merveilles de l'art nigérien.* Paris, Éditions du Chêne.
______. 1970. *Afro-Portuguese ivories.* Londres.
FAIRLEY, N. J. 1978. *Mianda ya Ben'ekie: a history of the Ben'ekie.* Universidade de Nova York para Stonybrook. Tese de doutorado.
FALL, Y. K. 1978. *Technologie et idéologie au Moyen Âge.* L' école cartographique majorquine et Ia représentation de l'Afrique. Universidade de Paris. Tese.
AL-FASHTĀLĪ Ver 'ABD AL-'AZĪZ... AL-FASHTĀLĪ.
FERNANDES, V. 1506-7. 1938, trad. francesa P. de Cenival e T. Monod, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal (1506-7).* Paris, Larose (Publications du Comité d'Etudes Historiques et Scientifiques de l'Afrique Occidentale Française, 6).
______. s.d. 1951, eds. T. Monod, A. Teixeira da Mota, R. Mauny, trad. francesa P. de Cenival e T. Monod, *Description de la côte occidentale d'Afrique (Sénégal du Cap de Monte, Archipels).* Bissau (Publicações do Centro da Guiné Portuguesa, 11).

FERRAND, G. 1891-1902. *Les Musulmans à Madagascar et aux îles Comores.* Paris, Leroux (Bulletin de Correspondance de l'École des Lettres d'Alger, 9). 3 v.
______. 1921-8. *Instructions nautiques et routiers arabes et portugais des XV$^{e.}$ et XVI^{e} siècles.* Paris, Geuthner. 3 v.
FIEDLER, R. 1978. Arab Rock Inscriptions and Drawings in the Czechoslovak Archaeological Concession in Nubia. *Archiv Orientalni,* (46) :38-45.
FILESI, T. 1962a. *Le relazioni della Cina con l'Africa nel Medio Evo.* Milão, Giuffrè,
______. 1962b. Testimonianze della Presenza Cenesi in Africa. *Africa* – (R), (17): 115-23.
FILIPOWIAK, W. 1970. Niani Poraz Drugi in z Otchlani. *Wikow,* (1).
______. 1979. *Études archéologiques sur la capitale du Mali.* Stettin, Musée Narodin.
______. JASNOSZ, S.; WOLAEIEWICZ, R. 1970. Les Recherches Archéologiques Polono-guinéennes à Niani en 1968. *MZ,* (14): 575-648.
FISCH, R. 1913. Die Dagbamba. *BA,* (3): 132-64.
FISHER, A. G. B. & FISHER, H. J. 1970. *Slavery and Muslim society in Africa:* the institution in Saharan and Sudanic Africa and the Trans-Saharan trade. Londres, Hurst.
FISHER, G. A. 1957. *Barbary legend:* war, trade and piracy in North Africa, 1415-1830. Oxford, Clarendon Press.
FISHER, H. J. 1977. The eastern Maghrib and the central Sudan. In: OLIVER, R., ed. *Cambridge History of Africa.* Londres, CUP. v. 3, p. 232-330.
______. 1978. Leo Africanus and the Songhay Conquest of Hausaland. *IJAHS, 11* (1): 86-112.
FISHER, R. B. 1911. *Twilight tales of the Black Baganda.* Londres, Marshall; 1970, reimpressão, Londres, Cass.
AL-FISHTĀLĪ. Ver 'ABD AL-'AZĪZ... AL-AL-FISHTĀLĪ.
FLACOURT, E. de. 1661. *Histoire de la grande île de Madagascar.* Paris; 1905, ed., Troyes, Oudot.
FLEMING, H. C. 1964. Baiso and Rendille: Somali Outliers. *RSE,* (20): 35-96.
FORD, J. & HALL, R. de Z. 1947. The History of Karagwe (Bukoba District). *TNR,* (24): 3-27.
FORMAN, W.; FORMAN, B.; DARK, P. 1960. *Benin art.* Londres, Hamlyn.
FORSTNER, M. 1979. *Das Wegenetz des zentralen Maghreb in islamischer Zeit:*
FORTES, M. 1940. The political system of the Tallensi of the Northern Territories of the Gold Coast. In: – & EVANS-PRITCHARD, E. E., eds. *African political systems.* Londres, IAI. p. 239-71.
FRANCO, de (Capitaine). 1905. *Étude sur l'élevage du cheval en Ajrique occidentale.* Paris, s. ed.
FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1955. Chinese Porcelain in Tanganyika. *TNR,* (41): 62-5.
______. 1957. Coinage in East Africa before the Portuguese Times. *NC,* (17): 151-79.
______. 1958. Swahili Literature and the History and the Archaeology of the East African Coast. *Swahili,* 28 (2): 7-25.
______. 1959. Medieval Evidences for Swahili. *Swahili,* 29 (1): 10-23.
______. 1960a. East African Coin Finds and Their Historical Significance. *JAH, 1* (1): 31-43.
______. 1960b. Historiography of the East African Coast. *TNR,* (55): 279-89.
______. 1962a. *The East African Coast:* select documents from the first to the early nineteenth century. Oxford, Clarendon Press; 1975, 2. ed., Londres, Rex Collings.
______. 1962b. *The medieval history of the coast of Tanganyika.* Londres/Nova York, OUP.
______. 1981. Kilwa. In: ENCYCLOPAEDIA of Islam (q.v.). nova ed. v. 5, p. 106-7.
FRIPP, C. E. 1940-1. A Note on Medieval Chinese-African Trade. *RNADA,* (17): 86-96; (18): 12-22.
FROBENIUS, L. 1912-9. *Und Afrika sprach...* Berlim, Vita. 4 v.
______. 1925. *Dichten und Denken im Sudan.* Jena, Diederichs.
FUCHS, P. P. 1974. Sozio-ökonomische Aspekte der Dürre-Katastrophe für die Sahara-Bevölkerung von Niger. *ASp,* 9 (3): 308-16.
FUGLESTAD, F. 1978. A Reconsideration of Hausa History before the Jihad. *JAH,* 19 (3): 319-39.
GADEN, H. 1912. Légendes et Coutumes Sénégalaises d'aprês Yoro Dyao. *RES, 3* (3-4): 119-37; (5-6): 191-201.
GAILLARD, J. 1923. Niani, Ancienne Capitale de l'Empire Mandingue. *BCEHSAOF,* (6): 620-36
GALAAL, Musa H. I. s.d. *Stars, seasons and weather.* Não publicado.

GARBA, N. 1977. *Rise and fall of Zamiara.* Universidade de Zaria. Dissertação.
GARCIN, J. C. 972. Jean Léon l'Africain et Aydhab. *AI,* (11): 189-209.
______. 1974. La Méditerranéisation de l'Empire Mamelouk sous les Sultans Bahrides. *RSO,* 48 (1): 75-82.
______. 1976. *Un centre musulman de la Haute-Êgypte médiévale: Qûs.* Cairo, Institut Français d'Etudes d'Archéologie Orientale (Textes Arabes et Études Islamiques, 6).
GARLAKE, P. S. 1966. *The early Islamic architecture of the East African coast.* Nairobi/Londres, OUP (Memoirs of the British Institute of History and Archaeology in East Africa, 10); 1966, retrospecto no *TNR,* (67): 60-2.
______. 1970. Iron Site in the Urungwe District of Rhodesia. *SAAB,* 25 (97): 25-44.
______. 1973. *Great Zimbabwe.* Londres, Thames & Hudson/Nova York, Stein & Day.
GAUTIER, E. F. 1935. l'Or du Soudan dans l'Histoire. *AHES,* (7): 113-23.
GÉRAUD, F. 1977. The settlement of the Bakiga. In: DENOON, D., ed. *A history of Kigezi in southwest Uganda.* Kampala, National Trust, Adult Education Centre. p. 23-55.
GERMAIN, R. 1965. *Les Biotopes Alluvionnaires Herbeux et les Sabanes Intercalaires du Congo Equatorial.* Bruxelas, Mémoires de l'Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer, 15 (4). Número especial.
GERSTER, G. 1974. *L'Éthiopie, toit de l'Afrique.* Zurique, Éditions Atlantis.
GEVREY, A. 1972. *Essai sur les Comores.* Tananarivo (Travaux et Documents du Musée d'Art et d'Archéologie de l'Université, 10).
AL-GHAZĀLĪ. 1095. *Tahafut al-falasifa;* 1947, ed., Cairo; 1962, ed., Beirute, Impri- merie Catholique; 1927, trad. francesa M. Bouyes, Beirute, Imprimerie Catholique; 1958, trad. inglesa S. A. Kamali, *The incoherence of the philosophers,* Lahore, Pakistan Philosophical Congresso
______. séc. XI. *Ihya' 'ulum al-din;* 1888, Cairo; 1967-8, Cairo, 5 v.; 1978-9, trad. inglesa Fazul ul-Karim, Lahore, Sind Sagar Academy, 3 v.
GILLE, P. 1970. Les Navires des deux Indes Venise et Portugal, évolution des types, résultats économiques. In: *Méditerranée et Océan Indien:* travaux du sixième colloque international d'histoire maritime. 1962, Paris, SEVPEN. p. 193-202.
GODINHO, V. de Magalhães. 1943-56. *Documentos sobre a expansão portuguesa.* Lisboa, Gleba.
______. 1952. A Economia das Canárias nos Séculos 14-15. *RHSP,* (10) p. 311-48.
______. 1962. *A economia dos descobrimentos henriquinos.* Lisboa, Sá da Costa.
______. 1969. *L'économie de l'empire portugais aux XVᵉ et XVIᵉ siècles.* Paris, SEVPEN.
GOES, D. de, et al. séc. XV. 1749, ed. R. Boache, Lisboa; 1926, ed. J. M. Teixeira de Carvalho e D. Lopes, Coimbra, Scriptorum Rerum Lusitanorum; s.d., ed. e trad. francesa in: CASTRO E ALMEIDA, V. de, *Les Grands Navigateurs et colons portugais du XVᵉ et du XVIᵉ siècles,* Bruxelas, Desmet-Verteneuil, v. 4, p. 191 et seq.
GOITEIN, S. D. F. 1966. *Studies in Islamic history and institutions.* Leide, Brill.
______. 1967-78. *A Mediterranean society;* the Jewish communities of the Arab world as portrayed in the documents of the Cairo Geniza. Berkeley, University of California Press. 3 v.
GOLDENBERG, S. & BELU, S. 1971. *Epoca marilor descoperiri geografice.* Bucareste, Ed. Stiintifica.
GOLDZIHER, I. 1887. Materialen zur Kenntnis der Almohadenbewegung in Nord-Afrika, *ZDMG,* (41): 30-140.
______. 1903. Mohammed ibn Toumert et la théologie d'Islam dans le nord de l'Afrique au XIᵉ siècle, In: ______. *Le livre d'Ibn Toumert.* Prefácio de R. Luciani. Argel.
GOMES, D. séc. XV. 1937, trad. inglesa in: CRONE, G. R. (q.v.); 1959, trad. francesa T. Monod, R. Mauny, G. Duval, *De la première découverte de la Guinée, récit,* Bissau.
GONZÁLES PALENCIA, A. 1926-8. *Los Mozárabes de Toledo en los siglos 12 y 13.* Madri. 3 v.
______. 1945. *Historia de la literatura arábico-espagñola.* Barcelona, Éd. Labor; 1955, trad. árabe H. Mones, *Tar'ikh al-fikr al-Agndalusi,* Cairo.
GOODY, J. 1966. The Akan and the North. *GNQ,* (9): 20.
GORJU, J. L. 1920. *Entre la Victoria, l'Albert et l'Édouard.* Rennes, Oberthür.
GOYTOM, W. M. 1970. *An atlas of Africa.* Adis Abeba.

LES GRANDES *voies maritimes dans le monde, XVe-XVIe siècle: Rapports présentés au 12e Congrès International des Sciences Historiques par la Commission lnternationale d'Histoire Maritime, à l'occasion de son 7e colloque* (Vienne, 1965). 1966. Paris, SEVPEN.
GRANDIDIER, A. 1903. Ouvrages ou extraits d'ouvrages portugais, hollandais, anglais, français, allemands, italiens, espagnols et latins relatifs à Madagascar: 1500- -1613. In: – *Collection des ouvrages anciens concernant Madagascar.* Paris, Comité de Madagascar. v. 1.
GRAY, J. 1935. Early History of Buganda. *UJ,* 2 (4): 259-70.
______. 1963. The Solar Eclipse in Ankole in 1492. *UJ,* 27 (2): 217-21.
______. 1950. Portuguese Records Relating to the Wasegeju. *TNR,* (29): 85-97.
______. 1962. *History of Zanzibar from the Middle Ages to 1856*. Londres, OUP.
______. & BIRMINGHAM, D. 1970. *Precolonial African trade:* essays on trade in Central and Eastern Africa before 1800. Londres/Nova York, OUP.
GRAY, W. 1826. *Voyage dans l'Afrique occidentale pendant les années 1818, 1819, 1820, 1821*, *depuis la rivière Gambie jusqu'au Niger.* Paris, Gastel.
GREBENART, D. Estudo apresentado no colóquio de 1979 sobre "A história do Sudão central antes de 1804".
GREENBERG, J. H. 1947. Islam and Clan Organization among the Hausa. *SWJA,* (3): 193-211.
______.1955. *Studies in African linguistic classification.* Bradford, Compass Pub.
______. 1960. Linguistic Evidence for the Influence of the Kanuri on the Hausa. *JAH,* 1 (2): 205-12.
______. 1963. The Languages of Africa. *JAL,* 29 (1), parte 2; republicado como publicação do Bloomington Research Center in Anthropology (Folklore and Linguistics, 25).
GRIAULE, M. 1938. *Masques dogons.* Paris Institut d'Ethnographie.
______. 1966. *Dieu d'eau:* entretien avec M. Ogotemmêli. Paris, Fayard.
GRIFFITH, F. L. 1928. *Christian documents from Nubia.* Londres, Retrospecto da British Academy, 14. p. 117-46.
GROTTANELLI, V. L. 1955. A lost African metropolis: (Shungwaya). In: LUKAS, J., ed. *Afrikanistische Studien.* Berlim, Akademie Verlag. p. 231-42.
______. 1965. *Pescatori dell' Oceano Indiano;* saggio etnologico preliminare sui Bagiuni, Bantu costieri dell'Oltregiuba. Roma, Cremonese.
______. 1975. Su un'Antica Scultura in Avorio della Sierra Leone. *Africa*-(R), *30* (4) :475-505.
GUERRERO-LOVILLO, J. 1949. *Las cantigas estudio-arqueologico de sus miniaturas.* Madri, CSIC.
GUIDI, I. 1932. *Storia della letteratura etiopica.* Roma, Istituto per l'Oriente.
GURLLAIN, C. 1845. *Documents sur l'histoire, la géographie et le commerce de la partie occidentale de Madagascar.* Paris, Imprimerie Royale.
GUTHRIE, M. 1948. *The classification of the Bantu languages.* Londres, IAI.
______. 1953. *The Bantu languages of western Equatorial Africa.* Londres, IAI.
______. 1962. Bantu Origin: A Tentative New Hypothesis. *JAL,* (1): 9-21.
______. 1967-71. *Comparative Bantu...* Farnborough, Gregg International. 4 v.
HAHN, C. H. L.; VEDDER, H.; FOURIÉ, L. 1966. *The native tribes of South-West Africa.* Londres, Cass.
HAIR, P. E. H. 1964. Christianity in Mediaeval Nubia and the Sudan: A Bibliogra- phical Note. *BSACH,* 1 (3-4): 67-73.
______. 1967. Ethnolinguistic Continuity on the Guinea Coast. *JAH,* 8 (2): 247-68.
______. 1969. How African Is the History of the Sudan? *SS,* (4):39-58.
______. 1974. Barbot, Dolpper Davity: A Critique of Sources on Sierra Leone and Cap Mount. *HAJM,* (1): 25-54.
AL-HAJJ MBAYE, A. 1968. A Seventeenth-Century Chronicle on the Origins and Missionary Activities of the Wangarawa. *KS,* 1 (4): 7-42.
HĀJJĪYĀT, 'Abd al-Hamid. 974. *Abū Hammū Mūsa al-Zayyani, hayatuhu wa-atharuh.* Argel.
HALLAM, W. K. R. 1966. The Bayajida Legend in Hausa Folklore. *JAH,* 7 (1): 47-60.
HAMA, B. 1966. *Enquête sur les fondements et la genèse de l'unité africaine,* Paris, Présence Africaine. Inclui "Un manuscrit inédit de Abkal Aould Aoudar". p. 205-15.

HAMA, B. 1967. *Histoire du Gobir et de Sokoto.* Paris, Présence Africaine.
______. 1968. *Histoire des Songhay.* Paris, Présence Africaine.
HAMAKER, H. A., ed. 1820. *Specimen catalogi codicum Mss. orientalium bibliothecae Academiae lugduno-batavae.* Leide, Luchtmans.
HAMANI, D. 1975. *Contribution à l'étude de l'histoire des états hausa:* l'Adar pré-colonial (République du Niger). Niamey, Institut de Recherches en Sciences Humaines.
HAMANN, G. 1968. *Der Eintritt der südlichen Hemisphäre in die europaïsche Geschichte. Die Erschliessung des Afrikaweges nach Asien vom Zeitalter Heinrichs des Seefahrers bis zu Vasco da Gama.* Viena, Böhlau (Veröfflentlichungen der Kommission für Geschichte der Mathematik und der Naturwissenschaften, 6).
HAMIDULLAH, M. 1958. L'Afrique Découvre l'Amérique avant Christophe Colomb. *PA,* (18-9): 173-83.
HARINCK, G. 1969. Interaction between Khasa and Khoi: emphasis on the period 1620-1750. In: THOMPSON, L., ed. *African societies in Southern Africa.* Lon- dres, Heinemann/Nova York, Praeger. p. 140-70.
HARRIS, M. F. 1974. Estudo apresentado no Colóquio de Bonduku.
HARTWIG, G. W. s.d. The Bakerebe. *CHM,* 14 (2): 353-76.
HASAN, Ali Ibrahim. 1944. *Dirasat fi ta'rikh al-Mamalik al-Bahriya.* Cairo.
HASAN, Y. F. 1967. *The Arabs and the Sudan:* from the seventh to the early sixteenth century. Edimburgo, Edinburgh University Press.
______, ed. 1971. *Sudan in Africa:* studies presented to the first international conference sponsored by the Sudan Research Unit, February 1968. Cartum, Khartoum University Press.
HAZARD, H. W. 1952. *The numismatic history of late mediaeval North Africa.* Nova York, American Numismatic Society.
HÉBERT, J. C. 1958. La Parenté à Plaisanterie à Madagascar. *BM,* (142): 175-216; (143): 268-336.
HEERS, J. 1957. Le Royaume de Grenade et la Politique Marchande de Gênes en Occident: XVe Siècle, *MA,* (1-2): 87-121.
______. 1958. Le Sahara et le Commerce Méditerranéen à la Fin du Moyen Âge. *AIEOA* , (16): 247-55.
______. 1966. Le rôle des capitaux internationaux dans les voyages de découvertes aux XVe et XVIe siècles. In: ______. *Les aspects internationaux de la découverte océanique au XVe et XVIe siècles;* actes du cinquième colloque international d'histoire maritime, 1960. Paris, SEVPEN. p. 273-94.
______. 1971. *Gênes au XVe siècles:* civilisation méditerranéenne, grand capitalisme et capitalisme populaire. Paris, Flammarion.
HEINE, B. 1973. Zur genetischen Gliederung der Bantu-Sprachen. *AU,* 56 (3): 164-85.
______; HOFF, H.; VOSSEN, R. 1977. Neuere Ergebnisse zur Territorial-Geschichte der Bantu. In: MÖHLIG, W. J. G., ed. *Zur Sprachgeschichte und Ethnohistorie in Afrika.* Berlim, Reimer. p. 57-72.
HEINTZE, B. 1970. Beitrage zur Geschichte und Kultur der Kisama, Angola. *Pai- deuma,* (16): 159-86.
______. 1977. Unbekanntes Angola: der Staat Ndongo im 16 Jahrhundert. *Anthropos,* (72): 749-805.
HEIZELIN, J. de. 1957. Pleistocene sediments and events in Sudanese Nubia. In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. D., eds. *Background to African evolution.* Chicago, Chicago University Press. p. 313-28.
HENIGE, D. P. 1974. Reflections on Eariy Interlacustrine Chronology: An Essay in Source Criticism. *JAH,* 15 (1): 27-46.
HENNIG, R. 1953-6. *Terrae incognitae:* eine Zusammenstellung und kritische Bewertung der wichtigsten vorkolumbischen Entdeckungreisen an Hand der darüber originalberichte Vorliegenden. Leide, Brill. 4 v.
HERTEFELT, M. d'. 1962. *Les anciens royaumes de la zone interlacustre méridionale:* Rwanda, Burundi, Buka. Londres, IAI/Tervuren, Musée Royal de l'Afrique Central e (Monographies Ethnographiques, 6).
______. 1971. *Les clans du Rwanda ancien.* Tervuren, Annales du Musée Royal de l'Afrique Centrale, série in octavo (Sciences Humaines, 70).

HEURTEBIZE, G. & VÉRIN, P. 1974. Prerniêre Découverte sur l'Ancienne Culture de l'Intérieur de l'Androy (Madagascar): Archéologie de la Vallée du Lambòmaty sur la Haute Manambovo. *JSA,* 44 (2): 113-21.
HEUSCH, L. de. 1966. *Le Rwanda et la civilisation interlacustre.* Bruxelas, Université Libre.
______. 1972. *Le roi ivre, ou l'origine de l'état:* mythes et rites bantous. Paris, Gallimard.
HEYD, W. von. 1959. *Histoire du commerce du Levant au Moyen Âge, 1885-1886.* Leipzig, Harrassowitz/ Amsterdam, Hakker. 2 v.
HIERNAUX, J. 1968. Bantu Expansion: The Evidence from Physical Anthropology Confronted with Linguistic Archaeological Evidence. *JAH,* 4 (4): 505-16.
______. 1974. *The people of Africa.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.
______. & MAQUET, E. 1968. *L'Âge du Fer à Kibiro (Uganda).* Tervuren, Musée Royal de l'Afrique Centrale; Annales, série in octavo (Sciences Humaines, 63).
HINKEL, F. W. 1977. *The archaeological map of the Sudan:* a guide to its use and explanation of its principies. Berlim, Akademie Verlag.
HINNEBUSCH, T. J. 1973. *Prefixes, sound change and subgrouping in the coastal Kenya Bantu languages.* Los Angeles, University of California Press.
HIRSCHBERG, W. 1931. *Die arabisch-persisch-indische Kultur an der Ostküste Afrikas;* ihre Beziehungen nach dem Inneren des Kontinents. Viena (Mitteilungen der anthropologischen Gesellschaft, 6).
HIRTH, F. 1910. Early Chinese Notices of East African Territories. *JAOS,* (30): 46-57.
HISKETT, M. 1962. An Islamic Tradition of Reform in Western Sudan from the Sixteenth to the Eighteenth Century. *BSOAS,* (25): 577-96.
______. 1964, 1965. The song of Bagauda: a Hausa Kinglist and Homily in Verse.
HISTÓRIA do Reino do Congo. c. 1624. MS 8080 da Biblioteca Nacional de Lisboa; 1969, ed. A. Brasio, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos; 1972, ed. e trad. francesa. F. Bontinck e J. Castro Legovia, *Histoire du royaume du Congo.* Louvain, Nauwelaerts. (Études d'Histoire Africaine, 4).
HISTORICAL relations across the Indian Ocean. Ver UNESCO, 1980a.
HISTORIOGRAPHY of Southern Africa. Ver UNESCO, 1980b.
HODGKIN, T. L. 1970, 1975. *Nigerian perspectives:* an historical anthology. Londres, OUP.
HOFMANN, I. 1968. Die historische Bedeutung der Niltalkulturen zwischen Aswan und Sennar. *Saeculum,* 19 (27): 109-42.
HOGBEN, S. J. & KIRK-GREENE, A. H. M. 1966. *The emirates of Northern Nigeria:* a preliminary survey of their historical traditions. Londres, OUP.
HOLT, P. M. 1960. A Sudanese HistoricaI Legend: The Funj Conquest of Suba. *BSOAS,* (23): 1-17.
______. 1963. Funj Origins: A Critique and New Evidence. *JAH,* 4 (1): 39-55.
______. 1970. The Nilotic Sudan. In: ______. *The Cambridge history of Islam.* Cambridge, CUP. v. 2, p. 327-44.
HOPKINS, J. F. P. 1958. *Medieval Muslim government in Barbary, until the sixth century of the Hijra.* Londres, Luzac.
HORTON, R. 1971. Stateless societies in the history of West Africa. In: AJAYI, J. F. A. & CROWDER, M., eds. *History of West Africa.* Londres, Longman. v. 1, p. 78-119
HOURANI, A. H. & STERN, S. M., eds. 1970. *The Islamic city:* a colloquium. Oxford, Cassirer/ Filadélfia, University of Pennsylvania Press.
HOURANI, G. F. 1951. *Arab seafaring in the Indian Ocean in ancient and early medieval times.* Princeton, Princeton University Press (Oriental Studies, 13).
HUFFMAN, T. N. 1972. The Rise and Fall of Zimbabwe. *JAH,* 13 (3): 353-66.
______. 1974a. Ancient Mining and Zimbabwe. *JSAIMM,* 74 (6): 238-42.
______. 1974b. *The Leopard's Kopje tradition.* Salisbury (Memoir of the National Museums and Monuments of Rhodesia, 6).
______. 1978. The Origins of Leopard's Kopje: An Eleventh Century *Difawuane. Arnoldia,* 8 (23).

HUGOT, H. J. & BRUGGMAN, M. 1976. *Sahara:* dix mille ans d'art et d'histoire. Paris, Bibliothèque des arts.
HUICI MIRANDA, A. 1949. La Leyenda y la Historia en los Orígenes dei Imperio Almohade. *al-Andalus,* (14): 339-76.
______. 1954. El Reinado dei Califa Almohade al-Rashid, Hijo de el-Ma'mun'. *Hespéris,* (41): 9-45.
______. 1956a. *Las grandes batallas de Ia reconquista durante las invasiones africanas (Almoravids, Almohades y Benimerines).* Madri, CSIC.
______. 1956b, 1956-9. *Historia política deI imperio almohade.* Tetuán, Editora Marroquí. 2 v.
HUI LIN, LI. 1960-1. Mu Lan P'i: A Case for Precolombian Transatlantic Travel by Arab Ships. *HJAS,* (23): 104-26.
AL-HULAL AL-MAWSHĪYYA FĪ DHIKR AL-AKHBĀR AL-MARRĀKUSHYYA. 1381 (1). atrib. a Abū 'Abd Allāh Muhammad b. Abi 'l-Ma'ālī Ibn Sammāk; 1936, ed. I. S. Allouche, Rabat, Institut des Hautes Études Marocaines (Collection des Textes Arabes, 6).
HUMBLOT, P. 1918, 1919. Du Nom Propre et des Appellations chez les Malinké des Vallées du Niandan et du Milo (Guinée Française). *BCEHSAOF,* (3-4): 519-40; (17-23): 393-426.
HUNTINGFORD, G. W. B. 1963. The peopling of the interior of East Africa by its modern inhabitants. OLIVER, R. & MATHEW, G., eds. *History of East Africa.* Nairobi, OUP. v. 1, p. 58-93.
HUNWICK, J. O. 1962. 'Ahmad Baba and the Moroccan Invasion of the Sudan, (1591). *JHSN,* (10): 311-22.
______. 1964. A New Source for the Biography of Ahmad Baba al-Tinbukti (1556-1627). *BSOAS,* 27, (3): 568-93.
1966a. Further Light on Ahmad Baba al-Tinbukti, *RBCAD,* 1 (2): 19-31.
1966b. Religion and state in the Songhay empire, 1464-1591. In: ISLAM in tropical Africa: studies presented at the fifth international African seminar, 1964. Londres, IAI. p. 296-317.
______. 1969. Studies in the Ta'rīkh al-Fettach: Its Author and Textual History. *RBCAD,* 5 (1-2): 57-65.
______. 1970. Notes on a late fifteenth century document concerning al-Takrur. ln:ALLEN, C. & JOHNSON, R. W., eds. *African perspectives:* papers in the history, politics and economics of Africa presented to Thomas Hodgkin. Londres, CUP. p. 7-34.
______. 1971 a. A little known diplomatic episode in the history of Kebbi (c. 1594). *JHSN,* 5 (4): 575-81.
______. 1971b. Songhay, Bornu and Hausaland in the sixteenth century. In: AJAYI, J. F. A. & CROWDER, M., eds. *History of West Africa.* Londres, Heinemann. v. 1, p. 202-39.
______. 1973. The Dynastic Chronologies of the Central Sudan States in the Sixteenth Century: Some Reinterpretations. *KS,* 1 (1): 35-55.
HUTTON, J. H. 1946. West Africa and Indonesia, a Problem in Distribution. *Man,* (10): 134.
IBIRAA. s.d. 1970, trad. francesa, Issaka Dankoussou, *Histoire du Dawra,* Niamey (Centre de Recherche et de Documentation pour la Tradition Orale, 2).
IBN 'ABD AL-ZĀHIR, Muhyī'l-Dīn, séc. XII. *Tashrif al-ayyam wa'l-usur fi sirat al- -Malik al-Mansur;* 1934, 1955, ed. e trad. francesa, E. Lévi-Provençal, in: DOCUMENTS arabes inédits sur la vie sociale et économique en Occident musulman au Moyen Âge, Cairo; 1961, ed. M. Kamil, Cairo.
IBN 'ABDŪN MUHAMMAD B. AHMAD, al-Tudjībī. séc. XII; 1947, trad. francesa, E. Lévi-Provençal, *Séville musulmane au-début du XII^e^ siècle:* le traité d'Ibn Abdun sur la vie urbaine et les corps de métiers, Paris, Maisonneuve et Larose.
IBN ABĪ DINĀR, al-Kayrawānī. 1681 ou 1698. *Kitab al-Mu'nis fi akhbar Ifrikiya wa Tunis;* 1861-2, Túnis, Imprimerie du Gouvernement; 1845, trad. francesa, Pellissier e Remusat, Histoire de l'Afrique, in: EXPLORATION scientifique de l'Algérie pendant les années 1840, 1841, 1842, Paris, Imprimerie Royale, v. 7.
IBN ABĪ ZAR', Abu'l-'Abbās Ahmad al-Fāsī antes de 1320. *Rawd al-Kirttas (al-Anis al-Mutrib bi-Rawd al-Kirtas fi akhbar muluk al-Maghrib wata'rikh madinat Fas);* 1843,1846, ed. e trad. latina C.

J. Tornberg, *Annales regum Mauritaniae,* Uppsala, Litteris Academicis; 1936, ed. Rabat, 2 v.; 1860, trad. francesa A. Beaumier, *Histoire des souverains du Maghreb (Es pagne et Maroc) et annales de la ville de Fès,* Paris, Imprimerie Royale; 1975, trad. francesa parcial in: CUOQ, J.-M. (q.v.), p. 228-39.

IBN AL-AHMAR ISMĀĪL B. YŪSUF. s.d. *Rawdat al-nisrin;* 1917, trad. G. Bouali e G. Marçais, *Histoire des Beni Merin, rois de Fas (Le Jardin des Églantines),* Paris, Leroux (Bulletin de Correspondance Africaine de l'École des Lettres d'Alger, 55).

IBN AL-ATHIR 'IZZ AL-DĪN. c. 1231. *Kitab al-Kamil fi'l-ta'rikh* [Histoire universelle]; 1851-76, ed. e trad. latina C. J. Tornberg, *Chronicon, quod perjectissimus inseri-bitur,* Leide, Brill, 14 v.; 1976-91, reimpressão; 1898, 1901, trad. francesa parcial E. Fagnan, *Annales du Maghreb et de l'Espagne,* Argel, Jourdan; 1975, trad. francesa parcial in: CUOQ, J. (q.v.), p. 189-94.

IBN BADJDJ, Abū Bakr Muhammad b. Yahya b. al-Sa' ighal Tudjībī al-Andalusī al-Sarakustī , também conhecido como Avempace ou Ibn al-Sa' igh , séc. XII. *Tad- bir al-Mutawahhid;* 1859, trad. francesa, S. Munk, Paris; 1946, trad. espanhola M. Acín Palacios, *El régimen del solitario,* Madri, CSIC.

IBN BASHKUWĀL, Abu 'l-Kāsim Khalaf b. 'Abd al-Malik. 1139. *Kitab al-Sila fi ta' rikh a'immat al-Andalus,* 1955, 1966, Cairo, 2 v.

IBN BASSĀM AL-SHANTARĪNĪ, Abu 'l-Hasan 'Alī. séc. XII. *al-Dhakhira fi mahasin ahl al-Djazira;* 1975, Beirute, 4 v.

IBN BATTŪTA. 1357. *Tuhfat al-nuzzar fi ghar' ib al-amsar wa 'aqja' ib al-asfar,* 1853-9, 1922-49, ed. e trad. francesa C. Defremy e J. B. R. Sanguinetti, *Voyages d'Ibn Batoutah,* Paris, Imprimerie Impériale, 4 v. (Collection d'ouvrages orientaux publiée par la Société Asiatique); 1960, Beirute; 1958, 1962, 1971, trad. inglesa H. A. R. Gibb, *The Travels of Ibn Battuta,* Cambridge, Hakluyt Society. 3 v.; 1966, trad. francesa parcial R. Mauny et al., *Textes et documents. relatifs à· l' histoire de l'Afrique:* extraits tiré d'lbn Battuta, Dakar University. (publications de la Section d'Histoire de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines, 9); 1975, trad. francesa parcial in: CUOQ, J. M., ed., 1975 (q.v.), p. 289-323.

IBN AL-FARADĪ ABU 'L-WALID 'ABD ALLĀH B. MUHAMMAD. antes de 1013. *Ta'rikh 'ulama al-Andalus;* 1954, Cairo, 2 v.·

IBN AL-FURĀT, Nasir al-Dīn Muhammad b. 'Abd al-Rahīm. antes de 1405. *Ta'rikh. al-duwal wa 'l-muluk;* 1936-42, Q. Zuqayq, Beirute, Faculty of Arts and Sciences of the American University of Beirut. (Oriental Series, 9).

IBN FURTŪWA, Ahmad. séc. XVI. *Ta'rikh mai Idris wa ghazawatihi lil Imãn Ahmad Burnuwi;* 1932, ed. H. R. Palmer. Kano, Amir's Press; 1926, trad. inglesa H. R. Palmer, *History of the first twelve years of the reign of Mai Idris Alooma of Bornu* (1571-1583), *by his Imam* (together with the "Diwan of the sultans of Bornu"), Lagos, Government Printer.

______. séc. XVIa. *Kanem wars of Mai Idris Alooma;* 1928, trad. inglesa H. R. Palmer, in: –, *Sudanese Memoirs* (q.v.), v. 1 p. 15-72.

______. séc. XVIb. Ghazawat sultan Idris fi balad Bornu. In: PALMER, H. R., ed. *Hadha al-kitab huwa min sha'n sultan Idris Alawma.* Kano, 1932; trad. inglesa J. W. Redhouse, *JRAS,* (19): 43-124, 199-259.

IBN HAWKAL, Abu 'l-Kāsim b. 'Alī al-Nasībī. séc. X. *Kitab Surat al-ard* (ou, *Kitab al-Masalik wa'l Mamalik);* 1938, ed. J. H. Kramers, Leide, Brill (Bibliotheca Geographorum Arabicorum, 2), 2 v. em 1; 1964, trad. francesa J. H. Kramers e G. Wiet, *Configuration de la terre,* Beirute/Paris, Maisonneuve et Larose (Collection Unesco d'Oeuvres Représentatives, Série Árabe); 1975, trad. parcial francesa in: Cuoq, J. (q.v.), p. 70-6.

IBN 'IDHĀRĪ AL-MARRĀKUSHĪ, Ahmad b. Muhammad. séc. XIV. *Kitab al-Bayan al-mughrib fi akhbar al-Andalus wa l-Maghrib;* 1848, 1851, 1s. 2 partes ed. R. P. A. Dozy, *Histoire de l'Afrique et de l'Espagne, intitulée al-Bayano l-Moghrib,* Leide, Brill, 2 v.; s.d. [1929]. 3. parte, ed. E. Lévi-Provençal, Beirute, Dar Assakafa; 1930, reimpressão, Paris, Geuthner, Textes Arabes Relatifs à l'Histoire de l'Occident Musulman; 1948, 1951, ed. texte de Dozy com novo MSS, G. S. Colin e E. Lévi-Provençal, Leide, Brill, 2 v.; 1961, partes suplementares, ed. A. Huici Miranda, *Hesperis:*

46-59; 1972, seleção, Ihsan Abbas, Rabat; 1949, M. S. Iryan, Cairo; 1901, 1904, trad. francesa do texto de Dozy, E. Fagnan, *Histoire de l'Afrique et de l'Espagne,* Argel, Imprimerie Orientale Fontana, 2 v.; 1975, trad. francesa parcial in: CUOQ, J. (q.v.), p. 219-24.

IBN AL-KĀSIM. séc. VIII. *al-Mudawwana;* A. H. ed. 1323, Cairo, 15 V.; A. H. ed. 1325, Cairo, 4 v.

IBN AL-KATTĀN, 'Alī b. Muhammad. s.d. *Djuz min Kitab Nazm al-Djuman;* 1925, ed. parcial, E. Lévi-Provençal, in: -, Six fragments inédits... (q.v.); s.d. [1964], M. A. Makki, Tetuán.

IBN AL-KATTĀNI. s.d. *Kitab al-Tashbihat min ash'ar ahl al-Andalus.*

IBN KHALDŪN, Walī al-Dīn 'Abd al-Rahmān b. Muhammad, séc. XIV. *al-Mukaddi- ma,* 1858, ed. E. Quatremère, Paris, Duprat, 3 v.; 1863-8, trad. francesa W. M. de Slane, *Les Prolégomènes d'Ibn Khaldoun,* Paris, Imprimerie Nationale, 3 v.; 1943-8, reimpressão, Paris, Geuthner; 1958, trad. inglesa F. Rosenthal, Nova York, Pantheon, 3 v. (Bollinger Series, 43); 1967-8, trad. francesa V. Monteil, *Discours sur l'histoire universelle,* Beirute, Commission Internationale pour la Traduction des Chefs-d'Oeuvre, 3 v.; 1975, trad. francesa parcial in: CUOQ, J. (q.v.), p. 328-63.

______. séc. XIV. *Kitab al-Ibar wa-diwan al-mubtada wa l-Khabar.* [História Universal]; 1868. Bulak, 7 v.; 1852-6, trad. francesa parcial W. M. de Slane, *Histoire des Berbères et des dynasties musulmanes de l'Afrique septentrionale,* Argel, Imprimerie du gouvernement, 4 v.; 1925-6, reimpressão, Paris, Geuthner; 1956-9, trad. francesa completa, Beirute, Commission Internationale pour la Traduction des Chefs-d'Oeuvr e, 7 v.; 1975, trad. francesa parcial in: CUOQ, J. (q.v.), p. 328-63.

IBN AL-KHATIB. 1361-71. *Ihata fi tarikh Gharnata.*[História de Granada]; 1901-2, ed. parcial, Cairo; 1975, trad. francesa parcial in: CUOQ, J. (q.v.), p. 324-6.

IBN KHAYR AL-ISHBĪLĪ. séc. XII. *Fahrasat ma rawahu an shuyukhi-hi min al-dawa- win ol-musannafa fi durub al-ilm wa-anwa al-ma'arif;* 1963; Cairo.

IBN KUNFUDH, Abu 'l-'Abbās Ahmad b. Hasan, séc. VIII/IX. *al-Farisiyyah fi ma- babi al-dawla al Hafsiyah;* 1968, M. Nayfar, A. Turki, Túnis.

IBN MADĀ' Ahmad b. 'Abd ai Rahmān. séc. XII. *Kitab al-Radd ala l-nuhat;* 1947, S. Daif, Cairo.

IBN MADJID AL-DĪN AHMAD. 1490. *Kitab al-Fawa'id fi usul al-bahr wa'l-Kawa'id;* 1971: ed. e trad. inglesa G. R. Tibbetts, *Arab navigation in the Indian Ocean before the coming of the Portuguese,* Londres (RASGBI Publications of the Oriental Translation Fund., n. especial. 42).

IBN RUSHD (Abu 'l-Walīd Muhammad b. Ahmad b. Muhammad b. Rushd, também conhecido como Averróis). antes de 1169, *Kitab al-Kulliyat;* 1939, trad. espanhola, *Libro de* las *generalidades,* Larache, Artes Gráficas Bosca.

______. 1169-78. *Talkhis;* 1977, ed. e trad. inglesa C. E. Butterworth, *Averroes' three short commentaries on Aristotle's "Topics", "Rhetoric" and "Poetics",* Albany, State University of New York Press.

______. C. 1174-8. *Fasl al-makal;* 1959, G. F. Hourani, Leide, Brill; 1972, Cairo; 1948, trad. francesa L. Gauthier, Argel.

______. 1179. *Kashf-al-manahidj al-adilla;* 1859, trad. alemã do *Kashf* e do *Fasl al-makal,* M. J. Müller, *Philosophie und Theologie von Averroës;* 1921, trad. inglesa M. Jamil-ur-Rehman, *Philosophy and Theology of Averroës,* Baroda, Widgery.

______. C. 1180. *Tahafut al-Tahafut;* 1930, trad. francesa M. Bouyges, Beirute, Imprimerie Catholique; 1954, 1969, trad. inglesa S. van den Bergh, *The incoherence of the incoherence,* Londres, Luzac.

______. antes de 1180. *Tafsir;* 1953, ed. *latina,Commentarium magnum in Aristotelis "de Anima Libros",* Cambridge, Mass., Medieval Academy of America.

IBN SĀIHIB AL-SALĀT, Abū Marwān 'Abd al-Malik b. Muhammad al-Badjī, séc, XII. *al-Mann bi l-mama'ala 'l-musta-d'afin bi-an dja'alahum Allah al-a'imma wa- -dja alahum al-warithin;* 1964, Abd al-Hadi al-Tazi, Beirute.

IBN SA'ID, Abu 'l-Hasan 'Ali b. Mūsā, al-Maghribī, 1243. *Kitab al-Mughrib fi hula l-Maghrib;* 1953, Z. M. Hasan, R. Dauf, S. Kashif, Cairo.

______. séc. XIII. *Mukhtasar Djughrafiya,* às vezes chamado *Kitab bast al-ard fi tuliha wa al-ard;* 1970, I. al-Arabi, Beirute; trad. francesa parcial in: CUOQ, J. M. (q.v.) , p. 201-19.

IBN TUFAYL, Abu Bakr Muhammad b. 'Abd al-Malik... c. 1169. *Risalat Hayy b. Yokzan fi asrar al-hikma mushrikiyya;* 1671, trad. latina E. Pocock, *Philosophus utodidactus,* Oxford, H. Half;

1905, trad. inglesa S. Ockley, *The improvement of human reason,* Cairo, El-Maaref Printing Office; 1910, [4. ed.]; trad. inglesa P. Brönnle, Londres, Murray; 1972, trad. inglesa L. G. Goodman, *Ibn Tufayl's Hayy ibn Yaqzan: a philosophical tale,* Nova York, Twayne.
IBN TŪMART. séc. XII. *Kitab A'azz; ma yutlab;* 1903, ed. e trad. francesa R. Luciani, com prefácio de I. Goldziher (q.v.), *Le livre de Mohammed Ibn Toumert,* Argel, Fontana.
IDRIS, H. R. 1961. Commerce Maritime et Hirad en Berbérie Orientale d'après un Recueil Inédit de *Fatwas Médiévales. JESHO,* 4 (3): 235-9.
______. 1962. *La Berbérie orientale sous les Zirides: X^e^-XII^e^ siècles.* Paris, Maisonneuve (Publication de l'Institut d'Etudes Orientales de la Faculté des Lettres et Sciences de l'Université d'Alger, 12). 2 v.
______. 1970-4. Le Mariage en Occident Musulman: Analyse de Fatwas Médiévales, Extraites du Mi'yar d'al Wancharichi. *SI,* (32): 157-67, e *ROMM,* (12): 45-64; (17): 71-105.
______. 1973a. Contributions à l'Étude de la Vie Économique Musulmane Médiévale. Glanes de Données Chiffrées. *ROMM,* (15-6) (Mélanges le Tourneau, 2): 75-87.
______. 1973b. Des prémices de la symbiose arabo-berbère, In: PREMIER CONGRÈS D'ÉTUDES OES CULTURES MÉDITERRANÉENNES, 1972. *Actes du...* Argel, SNED. p. 382-93.
______. 1974. Les tributaires en occident musulman médiéval d'après le Mi'yar d'Al-Wansarisi. In: ______. *Memorial Anouar Abdel-Malek,* Bruxelas. p. 172-96.
AL-IDRĪSĪ, Abū 'Abd Allāh. 1154. *Kitab Nuzhat al-mushtak fi khtirak al-afak.* [também conhecido como o "Livro de Rogério" de seu patrono real Rogério II da Sicília]; 1866, ed. parcial e trad. francesa R. Dozy e M. J. de Goeje, *Description de l'Afrique et l'Espagne,* Leide, Brill; 1970, ed. E. Cerulli et al., *Opus geographicum, sive Liber ad corem delectationem qui terras peragrare studeant,* Roma, Instituto Italiano per il Medio e l'Estremo Oriente; 1836-40, trad. francesa P. A. Jaubert, *Géographie d'Edrisi,* Paris, Imprimerie Royale, 3 v.; 1975, trad. parcial francesa in: CUOQ, J. M.(q.v.), p. 126-65.
AL-IFRĀNĪ, Abū 'Abd Allāh Muhammad, al-Saghīr. antes de 1745. *Nuzhat al-hadi bi-akhbar muluk al-Karn al-hadi;* 1888, 1889, ed. e trad. francesa O. Houdas, *Histoire de la dynastie saadienne au Maroc (1151-1670),* Paris, Leroux (Publications de l'École des Langues Orientales Vivantes, série 3, 2-3). 2 v.
IGLAUER, E. 1973. *Goldewinnung und Goldhandel im Raum von Simbabwe in der portugiesischen Zeit von 1497-/840.* Viena, Institut für Völkerkunde, Universität.
IKIME, O., 1980. *Groundwork of Nigerian history.* Ibadan, Heinemann.
IMAMUDDIN, S. M. 1966. *Some aspects of the socio-economic and cultural history of Muslim Spain, 711-1492 AD.* Leide, Brill.
'INĀN, Muhammad 'Abd Allāh. 1964. *Asr al-Murabitin.* Cairo. 2 v.
INNES, G., ed. 1974. Sunjata; three Mandinka versions. Londres, SOAS.
INSKEEP, R. R. 1978. *The peopling of Southern Africa.* Cidade do Cabo, Philip/ Londres, Global Book Resources; 1979, Nova York, Barnes and Noble.
INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL UNION, Commission on Early Maps. 1964 ______. *Monumenta cartographica vetustioris aevi, AD 1200-1500.* Dir. publ. R. Almagia e Maral Destombes. Amsterdam, Israel (Imago Mundi, suplemento 4). In: COLLOQUE de l'Académie Malgache.
______. & Kus, S. 1977. Archéologie régionale et organisation sociale ancienne de l'Imérina central. In: CoLLOQUE de l'Académie Malgache.
ISHUMI, A. G. M. 1971. The Kingdom of Kiziba. *CHM,* 13 (4): 714-35.
ITANDALA, B. 1978. Ilembo, Nkanda and the girls: establishing a chronology of the Babinza. In: WEBSTER, J. B., ed. *Chronology, migration and drought in interlacustrine Africa.* Dalhousie, Dalhousie University Press. p. 145-72.
IZARD, M. 1965-. *Traditions historiques des villages du Yatenga.* Paris, CNRS (Re- cherches Voltaïques, 1-).
______. 1970. *Introduction à l'histoire des royaumes mossi.* Paris, CNRS (Recherches Voltaïques, 12-3). 2 v.
______. 1971. Les Yarsés et le commerce dans le Yatenga précolonial. In: MEILLASSOUX, C., ed. *The development of indigenous trade and markets in West Africa* (L'Évolution du commerce africain

depuis le XIX^e siècle en Afrique de l'ouest) , Studies presented at the 10th International African Seminar, 1969. Londres, IAI. p. 214-9.
______. 1973a. La Lance et les Guenilles. *L'Homme,* 13 (1-2): 139-49.
______. 1973b. Remarques sur le Vocabulaire Politique Mossi. *L'Homme,* 13 (1-2): 193-230.
JACKSON, K. A. 1972. *An ethnohistorical study of the oral tradition of the Akamba of Kenya.* University of California. Tese de doutorado.
JADIN, L. 1966. L'Afrique et Rome depuis les découvertes jusqu'au XVIII^e siècle. In: 12TH INTERNATIONAL CONGRESS OF HISTORICAL SCIENCES. *Acts of the...* Viena, Berger Verlag/Louvain, Nauwaelerts. p. 33-70.
JARNIAT, L. 1968. *Contribution à l'étude de l'hippopotame nain, subfossile de Madagascar (craniologie).* Tananarivo.
JEFFREYS, M. D. W. 1953a. The Arabs Discover America before Columbus. *Muslim Digest,* 4 (2): 18-26.
______. 1953b. Precolombian Maize in Africa. *Nature,* 172 (4386): 965-6.
______. 1953c. Precolombian Negroes in America. *Scientia,* 88 (7-8): 202-12.
______. 1957. Origins of the Portuguese Word Zaburro as Their Name for Maize. *BIFAN,* B, 19 (2): 111-36.
______. 1963a. How Ancient is West African Maize? *Africa*-(L), (33): 116-18.
______. 1963b. Milho Zaburro-Milho de Guinée = Maize. *Garcia da Orta,* 11 (2): 213-26.
______. 1964. Congo Maza = Portuguese Maise? *Ethnos,* 29 (3-4): 191-207.
______. 1969. Precolombian Maize North of the Old World Equator. *CEA,* 9 (35): 146-9.
______. 1971. Maize and the Mande Myth. *CA,* 12 (3): 291-320.
JOBSON, R. séc. XVII. *The golden trade;* 1932, Londres.
JOHNSON, M. 1970. The Cowrie Currencies in West Africa. *JAH,* 2 (1): 17-49; (3): 331-53.
JOHNSON, S. 1921. *The history ot the Yoruba from the earliest times to the beginning of the British protectorate.* Londres, Routledge/Lagos, CMS Bookshop.
JULIEN, C. A. 1961. *Histoire de l'Afrique du Nord, Tunisie, Algérie, Maroc.* 2. ed. Paris, Payot.
K. W. 1935-7. Abakama ba Bunyoro-Kitara, *UJ,* 3 (2): 155-60; 4 (1): 75-83; 5 (1): 53-68.
KABUGA, C. E. S. 1963. The Genealogy of Kabaka Kintu and the Early Bakabaka of Buganda. *UJ,* 27 (2): 205-16.
KAGAME, A. 1951. *La poésie dynastique au Rwanda.* Bruxelas, IRCB (Mémoires de l'Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer, Classe des Sciences Morales et Politiques, 22, 1).
______. 1952a. *Le code des institutions politiques du Rwanda précolonial.* Bruxelas, IRCB (Mémoires de l'Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer, Classe des Sciences Morales et Politiques, mémoires in octavo, 26, 1).
______. 1952b. *La Divine Pastorale.* Bruxelas, Éditions du Marais.
______. 1954. *Les organisations sociofamiliales de l'ancien Rwanda.* Bruxelas, IRCB (Mémoires de l'Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer, Classe des Sciences Morales et Politiques, 38, 3).
______. 1955. La Structure de Quinze Clans du Rwanda. *AL,* (18): 103-17.
______. 1959. *La notion de génération appliquée à la généalogie dynastique et à l'histoire du Rwanda des X^e-XI^e siècles à nos jours.* Bruxelas, IRCB (Mémoires de l'Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer, Classe des Sciences Morales et Politiques, n. especial, 9, 5).
______. 1961. *L'histoire des armées bovines dans l'ancien Rwanda.* Bruxelas, IRCB (Mémoires de l'Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer, Classe des Sciences Morales et Politiques, n. especial, 28, 4).
______. 1963. *Les milices du Rwanda précolonial.* Bruxelas, IRCB (Mémoires de l'Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer, Classe des Sciences Morales et Politiques, n. especial, 28, 3).
KAGGWA, A. 1905. *Ekitabo ky 'ekika kya nsenene.* [*The history of the grasshopper clan*]. Mengo/Uganda, A. K. Press.
______. 1971. *The kings of Buganda.* Trad. M. S. M. Kiwanuka. Nairobi, EAPH.
KAKE, I. B., ed. 1977. *Histoire générale de l'Afrique.* Paris, ABC. 12 v., v. 2: L' ère des grands empires.
______. 1980. *Les armées traditionnelles de l'Afrique.* Paris/Libreville, Lion.

KAKE, I. B. 1981. Les Portugais et le Gabu: XVe, XIXe siècles, In: COLLOQUE INTERNATIONAL SUR LES TRADITIONS ORALES DU GABU. Comunicação não publicada.
KALCK, P. 1959. *Réalités oubanguiennes.* Paris, Berger-Levrault.
______. 1974. *Histoire de la République centrafricaine;* des origines préhistoriques à nos jours. Paris, Berger-Levrault.
KANO Chronicle. Ver: PALMER, H. R. 1909.
KANYAMUNYU, P. K. 1951. The Tradition of the Coming of the Abalisa Clan in Buhwezu, Ankole. *UJ,* 15 (2): 191-2.
KARPINSKI, R. 1968. Considérations sur les Échanges de Caractère Local et Extérieur de la Sénégambie dans la Deuxième Moitié du XVe Siècle et du Début du XVe Siècle, *AB,* (8): 65-86.
KARUGIRE, S. R. 1971. *A history of the kingdom of Nkore in Western Uganda to 1896*. Oxford, Clarendon Press.
KASANGA, F. 1956. *Tantaran 'ny Antemoro-Anakara teto Imerina tamin 'ny Andron 'Andrianampoinimerina sy Ilaidama.* Tananarivo/ Antananarivo.
______. 1963. *Fifindra-monina. Ny Antemoro-anakara voasoratra tamin'ny toana 1506.* Tananarivo, Iarivo.
KATATE, A. G. & KAMUGUNGUNU, L. 1953. *Abagabe b' Ankole* [*History of the kings of Ankole, Books* 1-2]. Kampala, Eagle Press. 2 v.; 1967, Nairobi, East Africa Literature Bureau.
KA'TI, Mahmūd b. al-Hadjdj al-Mutawakkil, (antes de 1593), terminado (1654-5) por seu neto, Ibn al-Mukhtār por LEVTZION, N., 1971c (q.v.), que lhe atribui o conjunto da obra, *Ta'rikh al-fattash;* 1913-14 revisada em 1964, ed. e trad. francesa O. Houdas e M. Delafosse, Paris (Publications de l'Ecole des Langues Orientales Vivantes, 5. série, 10); 1981, Unesco, reimpressâo da ed. de 1913-4 e trad., Paris, Maisonneuve (Librairie d' Amérique et d'Orient).
KATOKE, I. K. 1971. Karagwe; A Pre-Colonial State. *CHM,* 13 (5): 515-41.
______. 1975. *The Karagwe kingdom:* a history of the Abanyambo of Northwestern Tanzania c. 1400-1915. Nairobi, EAPH.
AL-KATTĀN. Ver IBN AL-KATTĀN.
KAWADA, J. 1979. *Genèse et évolution du système politique des Mosi méridionaux: Haute- Volta.* Tóquio, Asia Africa Gengo Bunla Kenkyuzyo.
KEECH, S. & McINTOSH, R. J. 1980. Jenne-Jeno: Ancient African City. *Times,* 1 set., p. 18.
KENT, R. K. 1969. Alfred Grandidier et le Mythe des Fondateurs d'États Malgaches d'Origine Asiatique. *BM,* (277-8): 603-20.
______. 1970. *Early kingdoms in Madagascar: 1500-1700.* Nova York, Rinehart and Winston.
KILHEFNER, D. W. 1967. The Christian Kingdoms of the Sudan: 500-1500. *The Africanist,* 1 (l): 1-13.
KILWA ChronicIe. In: FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1962a. p. 34-49.
KIMAMBO, I. N. 1969. *A political history ot the Pare of Tanzania,* c. *1500-1900.* Nairob, EAPH.
KIRKMAN, J. S. 1954a. *The Arab city of Gedi:* excavations at the great mosque, architecture and finds. Londres, OUP.
______. 1954b. *Men and monuments on the East African coast.* Londres, Lutterworth.
______. 1957. Historical Archaeology in Kenya: 1948-1956. *AJ,* (37): 16-18.
______. 1959. The Excavations at Ras Mkumbuu on the Islands of Pemba. *TNR,* (53): 161-78.
______. 1960. *The tomb of the dated inscription at Gedi.* Londres, Royal Anthropological Institute (Occasional Papers, 14).
______. 1963. *Gedi:* the palace. Haia, Mouton.
______. 1967. Les Importations de Céramiques sur la Côte du Kenya. *Taloha,* (2): 1-10.
KIWANUKA, M. S. M. S. 1971. *A history of Buganda:* from the foundation of the kingdom of 1900. Londres, Longman; 1972, Nova York, Barnes and Noble.
KI-ZERBO, J. 1972. *Histoire de l'Afrique noire d'hier à demain.* 2 ed. Paris, Hatier.
KLAPWIJK, M. 1974. A Preliminary Report on Pottery from North-Eastern Trans- vaal, South Africa. *SAAB,* (29): 19-23.

KODJO, N. G. 1971. *Ishaq II et la fin de l'empire Songhai.* Universidade de Paris. Tese de doutorado.
KOHLER, O. 1958. Zur Territorial-Geschichte des Nizerbogens. *BA,* 61 (2): 229-61.
______. 1963. Observations on the Central Khoisan Language Group. *JAL,* 2 (3): 227-34.
______. 1975. Geschichte und Probleme der Gliederung der Sprachen Afrikas. In: BAUMANN, H., ed. *Die Völker Afrikas und ihre traditionellen Kulturen,* Wiesbaden, Steiner (Studien zur Kulturkunde, 34). p. 305-37.
KOLMODIN, J. 1912-4. Traditions de Tsazzaga et Hazzega: Textes Tigrana. *Aeo,* 5 (5) pts. 1-3.
KRIEGER, K. 1959. *Geschichte von Zamfara, Sokoto-Provinz; Nord-Nigeria.* Berlim, Reimer.
KUPER, A. 1975. The Social Structure of the Sotho Speaking People of Southern Africa. *Africa*-(L) 45 (1): 139-49.
LABARUN Hausawa da Makwabtansu. Ver EAST, R. M. 1933.
LABATUT, F. & Raharinarivonirina, R. 1969. *Madagascar:* étude historique. Paris, Nathan.
LABIB, S. Y. 1965. *Handelsgeschichte Agyptens im Spätmittelalter, 1171-1517.* Wiesbaden, Steiner.
LABURTHE-TOLRA, P. 1977. *Minlaaba:* histoire et société traditionnelle chez les Béti du Sud Cameroun. Lille, Université de Lille II/Paris, Champion. 3 v.
LACOSTE, Y. 1966. *Ibn Khaldoun:* naissance de l'histoire, passé du tiers monde. Paris, Maspéro.
LAMBERT, Capitão. 1907. *Le pays mossi et sa population:* étude historique, économique et géographique suivie d'un essai d'ethnographie comparée. Dakar, Archives du Sénégal. Monografia não publicada.
LAMPEN, G. D. 1950. History of Darfur. *SNR,* (31): 177-209.
LANDEROUIN, M. A. 1909. Notice historique. In: TILHO, M., ed. *Documents scientifiques de la mission Tilho.* Paris, Imprimerie Nationale. v. 2, p. 341-417.
LANG, K. 1923-4. Arabische Lehnwörter in der Kanuri Sprache. *Anthropos,* (18-9): 1063-74.
LANGE, D. 1977a. *Le dīwān des sultans du (Kanem)-Bornu:* chronologie et histoire d'un royaume africain de la fin du X^e^ siècle jusqu'à 1808. Wiesbaden, Steiner (Studien zur Kulturkunde, 42).
______. 1977b. Al-Qasaba et d'Autres Villes de la Route Centrale du Sahara. *Paideuma,* (23): 19-40.
______. 1978. Progrès de l'Islam et Changement Politique du Kanem du XI^e^ Siècle au XIII^e^ Siècle, *JAH,* 19 (4): 495-513.
______. 1979a. Les Lieux de Sépulture des Rois Sefuwa (Kanem-Bornu): Textes Écrits et Traditions Orales. *Paideuma,* (25): 145-57.
______. 1979b. Un text de Maqrizi sur "les races du Soudan". *AI,* (15): 187-209.
______. 1980. La Région du Lac Tchad d'après la Géographie d'Ibn Said: Texte et Cartes. *AI,* (16): 149-81.
______. 1982. L'Éviction des Sefuwa du Kanem et l'Origine des Butlala. *JAH, 23* (3): 315-32.
______. The Chad region as a crossroads. In: EL FASI, M., ed. *General history of Africa.* Londres, Heinemann/Paris, Unesco/Berke1ey, University of California Press. v. 3, cap. 15.
______. & BERTHOUD, S. 1972. L'Intérieur de l'Afrique Occidentale d'après G. L. Anania. *CHM,* 14 (2): 299-351.
LANGWORTHY, H. W. 1972. *Zambia before 1890:* aspects of pre-colonial history Londres, Longman.
LANHAM, L. W. 1964. The proliferation and extension of Bantu phonemic systems influenced by Bushman and Hottentot. In: NINTH INTERNATIONAL CONGRESS OF LINGUISTS, 1962. *Proceedings of the...* Paris/Haia, Mouton. p. 382-9.
LANNING, E. C. 1966. Excavations at Mubende Hill. *UJ. 30* (2): 153-64.
LAPIDUS, I. M. 1967. *Muslim cities in the later Middle Ages.* Cambridge, Mass., Harvard University Press.
______. 1972. Ayyubid religious policy and the development of the law schools in Cairo. In: COLLOQUE INTERNATIONAL SUR L'HISTOIRE DU CAIRE, 1969. Cairo, General Egyptian Book Organization. p. 279-86.
LAROCHETTE, J. A. 1958. Les Langues du Groupe Moru-Mangbetu. *KO,* 24 (3): 118-35.
LA RONCIÈRE, C. de. 1919. Une Histoire du Bornou au XVII^e^ siècle. *RHCF, 7* (3): 78-88.
______. 1924-7. *La découverte de l'Afrique au Moyen Âge, cartographes et explorateurs.* Cairo (Mémoires de la Société Royale de Géographie d'Égypte, 5, 6, 13). 3 v.

LA RONCIÈRE, C. de. 1967. Portulans et Planisphères Conservés à Ia Bibliotheque Nationale: La Succession dans les Écoles Cartographiques. *RHES,* 45 (1): 7-14.
______. 1967. Les Cartes Marines de l'Époque des Grandes Découvertes. *RHES,* 45 (1): 15-22.
LAROUI, A. 1970. *L'histoire du Maghreb:* un essai de synthèse. Paris, Maspéro. 2 v.; 1977, trad. inglesa, R. Manheim, *The history of the Maghrib:* an interpretative essay, Princeton, Princeton University Press.
LATHAM, J. D. 1972. Arabic into Medieval Latin. *JSS,* (17): 30-67.
LAVERGNE DE TRESSAN, M. de. 1953. *Inventaire linguistique de l'Afrique occidentale française et du Togo.* Dakar (Mémoire de l'IFAN, 30); 1972, reimpressão Amsterdam, Swets and Zeitlinger.
LAVERS, J. 1971. Islam in the Bornu Caliphate: A Survey. *Odu,* (5): 27-53.
LAW, R. C. C. 1973. The Heritage of Oduduwa: Traditional History and Political Propaganda among the Yoruba. *JAH,* 14 (2): 207-22.
LEÃO, o Africano. 1550. Descrittione dell'Africa. In: RAMUSIO, G. B. *Navigationi e viaggi.* Veneza. v. 1; 1956, trad. francesa A. Épaulard, *Description de l' Afrique.* Paris, Maisonneuve.
LEBEUF, A. M. D. 1969. *Les principautés kotoko:* essai sur le caractère sacré de l'autorité. Paris, CNRS.
LEBEUF, J.-P. & MASON-DETOURBET, A. 1950. *La civilisation du Tchad.* Paris, Payot.
LE BOURDIEC, F. 1974. *La riziculture à Madagascar:* les hommes et les paysages.
LEGASSICK, M. 1969. The Sotho-Tswana peoples before 1800. In: THOMPSON, L. M., ed. *African societies in Southern Africa.* Londres, Heinemann. p. 86-125.
LE MOAL, G. 1963. Commentaire des cartes ethniques. In: BRASSEUR, G., ed.
LEPIONKA, L. 1977. Excavations at Tautswemogala. *BNR,* (9): 1-16.
LE ROUVREUR, A. 1962. *Sahéliens et Sahariens du Tchad.* Paris, Berger-Levrault.
LEROY, J. 1964. La peinture chrétienne d'Ethiopie antérieure à l'influence occidentale. In: WESSEL, K. ed. *Christendum am Nil.* Recklinghausen, A. Bongers. p. 61-78.
LESOURD, M. 1960. Notes sur les Nawakhid, Navigateurs de la Mer Rouge. *BIFAN,* B. 22 (1-2): 346-55.
LE TOURNEAU, R. 1949. *Fès avant le protectorat:* étude économique et sociale d'une ville de l'Occident musulman. Casablanca, SMLE.
______. 1961. *Fez in the age of the Marinides.* Oklahoma, Oklahoma University Press.
______. 1969. *The Almohad movement in North África in the twelfth and thirteenth centuries.* Princeton, Princeton University Press.
______. 1970. Sur la Disparition de la Doctrine Almohade. *SI,* (32): 193-201.
LEVAUD, R. & NELLI, R., eds. 1960. *Les troubadours.* Paris, Desclée de Brouwer.
LÉVI-PROVENÇAL, E. 1925. Six fragments inédits d'une chronique anonyme du début des Almohades. In: MÉLANGES René Basset: études nord-africaines et orientales. Paris, Geuthner (Publications de l'Institut des Hautes Études Marocaines, 10-11). v. 2, p. 335-93.
______. 1928a. *Documents inédits d'histoire almohade.* Paris, Geuthner.
______. 1928b. Ibn Tumart et Abd al-Mumin: le "Fakih du Sus" et le "flambeau des Almohades". In: MÉMORIAL Henri Basset: nouvel!es études nord-africaines et orientales. Paris, Geuthner (Publications de l'Institut des Hautes Études Marocaines, 17-18). v. 2, p. 21-37.
______. 1930. Notes d'Histoire Almohade. *Hespéris,* (10): 49-90.
______. 1941a. *Majmu rasail muwahhidiyah [Trente-sept lettres oiiictelles almohades].* Rabat (Publications de l'Institut des Hautes Études Marocaines, 10).
______. 1941b. Un Recueil de Lettres Almohades: Analyse et Commentaire Historique. *Hespéris,* (28): 21-69.
______. 1948. *Islam d'Occident :* études d'histoire médiévale. Paris, Maisonneuve.
LEVTZION, N. 1963. The Thirteenth and Fourteenth-Century Kings of Mali. *JAH,* 4 (3): 341-53.
______. 1968. *Muslims and chiefs in West Africa:* a study of Islam in the Middle Volta Basin in the pre-colonial period. Oxford, Clarendon Press.
______. 1971a. The early states of the western Sudan to 1500. In: AJAYI, J. F. A. & CROWDER, M., eds. *History of West Africa.* Londres, Longman. v. 1, p. 120-257.
______. 1971 b. Mahmūd Ka'ti Fut-il l'Auteur du Ta'rīkh al-Fattāsh? *BIFAN,* B, 33 (4): 665-74.

LEVTZION, N. 1971c. A Seventeenth Century Chronicle by Ibn al-Mukhtār: A Critical Study of Ta'rikh al-Fattash?. *BSOAS,* 34 (3): 571-93.
______. 1973. *Ancient Ghana and Mali.* Londres, Methuen (Studies in African History, 7).
______. 1977. The western Maghrib and Sudan. In: OLIVER, R., ed. *Cambridge History of Africa.* Carnbridge, CUP. V. 3, p. 331-414.
LEWICKI, T. 1964. Traits d'Histoire du Commerce Transsaharien: Marchands et Missionnaires Ibadites au Soudan Occidental et Central au Cours des VIII[e]-XX[e] Siècles. *EP,* (8): 291-311.
______. 1966. A Propos de la Genêse de *Nuzhat al-Mūstāq fi-Htirāq al-āfāq* d'al-Idrīsī. *SM,* (1): 41-55.
______. 1967. Les Écrivains Arabes du Moyen Âge au Sujet des Pierres Précieuses et des Pierres Fines en Territoire Africain et Leur Exploitation. *AB,* (7): 49-68.
______. 1971. The Ibadites in Arabia and Africa. *CHM,* 13 (1): 51-81.
______. 1974. *Arabic external sources for the history of Africa to the south of Sahara.* 2. ed. Londres, Curzon Press.
LEWIS, B. 1970. The central Islamic lands. In: HOLT, P. M., ed. *The Cambridge History of lslam.* Cambridge, CUP. v. 2, p. 175-230.
LEZINE, A. 1971. *Deux villes d'Ifriqiya: Sousse, Tunis:* études d'archéologie, d'urba- nisme, de démographie. Paris, Geuthner. (Bibliothèque d'Études islamiques, 2).
LHOTE, H. 1955, 1956. Contribution à l'Étude des Touareg Soudanais. *BIFAN,* B, 17 (3-4): 334-470; 18 (3-4): 391-407.
LIBRO dei conoscimiento de todos los reynos, tierras, senorios que son por el mundo (s. d.); 1877, ed. J. Jimenes de la Espada, Madrid, Fortanet; 1912, trad. inglesa, *Book of the knowledge of all the kingdoms, lands and lordships.* Londres, Hakluyt Society.
LINSCHOTEN, J. H. van. 1885. *The voyage to the East Indies.* Londres, Hakluyt Society. 2 v.
LIVINGSTONE, F. B. 1962. Anthropological implications of sickle-cell gene distribution in West Africa. In: MONTAGU, A., ed. *Culture and the evolution of man.* New York, OUP. p. 271-99.
LO JUNG-PANG. 1955. The Emergence of China as a Sea Power during the Late Sung and Early Yuan Periods. *FEQ,* 14 (4): 489-503.
______. 1957. *China as a sea power:* 1127-1368. University of California. Tese de doutorado.
LOMBARD, M. 1972. *Espaces et réseaux au haut Moyen Âge.* Paris, Mouton.
LOMBARD, J. 1973. *La royauté sakalava:* formation, développement et effondrement du XVII[e] au XX[e] siècle: essai d'analyse d'un système politique. Não publicado.
LONIS, R. 1978. Les conditions de navigation sur la côte occidentale de l'Afrique dans l'antiquité: le problême du retour. In: COLLOQUE: Afrique noire et monde méditerranéen dans l'antiquité. Dakar, NEA.
LOPES, D. 1591. Ver PIGAFETTA, F. & LOPES, D.
LOPEZ, R. S. 1974. *La révolution commerciale dans l'Europe médiévale.* Paris, Aubier-Montaigne.
LOVEJOY, P. E. 1973. The Wangara Impact on Kano. *KS.*
______. 1978. The Role of the Wangara in the Economic Transformation of the Central Sudan in the Fifteenth and Sixteenth Centuries. *JAH,* 19 (2): 173-93.
LUBOGO, Y. K. 1960. *A history of the Basoga.* Nairobi, East Africa Literature Bureau.
LUCAS, S. A. 1968. *Baluba et Aruund:* étude comparative des structures sociopolitiques. Universidade de Paris. Tese de doutorado.
LUKAS, J. 1939. The Linguistic Research between Nile and Lake Chad. *Africa*-(L), 12 (1): 335-49.
LWAMGIRA, F. X. 1949. *Amakuru ga Kiziba;* 1969, trad. inglesa E. R. Kamuhangire, *The history of Kiziba and its kings.* Kampala, Makerere University College.
LY-TALL, M. 1972. Quelques remarques sur le *Ta'rikh el-Fettach', BIFAN,* B, 34 (3): 471-93.
______. 1977. *Contribution à l'histoire de l'empire du Mali (XIII[e]-XVI[e] siècles)*: limites, principales provinces, institutions politiques. Dakar, NEA.
______. 1981. Quelques précisions sur les relations entre l'empire du Mali et du Gabu. In: COLLOQUE INTERNATIONAL SUR LES TRADITIONS ORALES DU GABU, 1980. *Éthiopiques,* : 124-8, oct. 1981. Número especial.

MCCALL, D. F. 1968. Kisra, Chosroes, Christ. *AHS,* 1 (2): 255-77.
MACGAFFEY, W. 1970. The Religious Commissions of the Bakongo. *MAN,* 5 (1): 27-38.
McINTOSH, R. J. 1980. Ver KEECH, S. & McINTOSH, R. J.
______. & McINTOSH, S. K. 1981. The Inland Niger Delta before the Empire of Mali: Evidence from Jenne-Jeno, *JAH,* 22 (1): 1-22.
MACMICHAEL, H. A. 1920. The Tungur-Fur of Dar Furnung. *SNR,* 3 (1): 24-72.
______. 1922. *A history of the Arabs in the Sudan, and some account of the people who preceded them and of the tribes inhabiting Darfūr.* Londres, CUP. 2 v.
______. 1967. *The tribes of northern and central Kordofan.* Londres, Cass.
AL-MADANI, A. T. 1972. *Harb al-thalathmi' a sanat bayna al-Djaza'ir wa Isbaniyya 1492-1792*. Argel.
Madri, CSIC.
MAGALHÃES GODINHO, V. de. Ver GODINHO, V. de Magalhães.
MAGGS, T. M. O'C, 1976a. *Iron Age communities of the southern Highveld.* Pieter maritzburg, Council of the Natal Museum (Occasional Publication, 2).
______. 1976b. Iron Age Patterns and Sotho History of the Southern Highveld: South Africa. *WA,* 7 (3): 318-32.
AL-MAGHĪLĪ, Muhammad b. 'Abd al-Karīm. C. 1490. Tratado sem título escrito para Askiya Muhammad de Gao; 1932, trad. inglesa T. H. Baldwin, *The obligations of princes:* an essay of Moslem kingship, Beirute, Imprimerie Catholique; 1975, trad.
MAHEFAMANANA, M. 1965. *Ali-Tawarath sy Madagasikara 1495-1548*. Tananarivo, Impr. Iarivo.
MAHJOUBI, A. 1966. Nouveau Témoignage Épigraphique sur Ia Communauté Chré- tienne de Kairouan au XI^e^ Siècle, *Africa,* Túnis : 85-96.
MAHMUD KA'TI: Ver KA'TI, Mahmūd.
MAINGA, M. 1973. *Bulozi under the Luyana kings:* political evolution and state formation in precolonial Zambia. Londres, Longman.
AL-MAKKARĪ, Abu 'l-'Abbās Ahmad b. Muhammad. séc. XVII. *Nafh al-Tib min Ghusfn al-Andalus al-Ratib*...; 1949, Cairo, 10 v.; 1840, 1843, trad. inglesa P. de Gayangos, *The history ot the Mohammedan dynasties in Spain,* Londres, Oriental Translation Fund of Great Britain and Ireland, 2 v.; 1855, 1861, trad. francesa R. Dozy et al., *Annalectes sur l'histoire et la littérature des arabes d'Espagne,* Leide, Brill, 2 v.
AL-MAKRĪZĪ, Abu 'l-'Abbās Ahmad b. 'Alī. antes de 1442. MS (a). 'al-Khbar an adjnas al-Sūdān'. Paris, Bibliothèque Nationale. MSS, árabe 1744, folio 194v-195r.
______. antes de 1442. MS (b). 'al-Khbar an adjnas al-Sūdān', MSS, Leide, Rijksuniversität Bibliothek, MSS, Cod. Or 372a, folio 339v-340r.; 1820, ed. e trad. latina H. A. Hamaker, *Specimen catalogi codicum Mss. orientalium bibliothecae Academiae lugdunobatavae,* Leide, Luchtmans; 1979, trad. francesa D. Lange, Un Texte de Makrizi sur les "Races du Soudan", *Annales Islamologiques,* (15): 187-209.
______. antes de 1442. *Macrizi historia regum islamiticorum in Abyssinia;* 1790, ed. e trad. latina F. T. Rinck, Leide, Luchtmans.
______. antes de 1442. *al-Ilmam bi akhbar man bi-ard al-Habasha min muluk al-Islam;* 1895, Cairo.
______. antes de 1442. *Kitab al-Suluk li-ma rifa duwal al-muluk;* 1934, 1956, Cairo.
______. antes de 1442, *al-Dhahab al-masbuk fi dhikr man hadjdja*...; 1955, Cairo; 1975, trad. francesa parcial, *Les pèlerinages des sultans du Takrur,* in: CUOQ, J.-M. (q.v.), p. 390-3.
MÂLE, E. 1923. Les Influences Arabes dans l'Art Roman. *RDM,* sér. 13, (18): 311-43.
MĀLIK B. ANAS. séc. VIII. *Kitab al-Muwatta';* 1962, 1967, ed. com comentário, *Muwatta' 'l-Imam Malik,* Cairo.
MALOWIST, M. 1966. Le Commerce d'Or et d'Esclaves au Soudan Occidental. *AB,* (4): 49-72.
______. 1969a. Les Débuts du Systême de Plantations dans Ia Période des Grandes Découvertes dans l'Île de St-Thornas. *AB,* (10): 9-30.
______. 1969b. *Europa a Afryka Zachodina* w *dobie wczesnej ekspansji kolonialnej.* Varsóvia, Panstwowe Wydawnictwo Naukowe.

MALOWIST, M. 1970. Quelques Observations sur le Commerce de l'Or dans le Monde Occidental au Moyen Âge. *AESC,* (25): 1630-6.
MANÉ, M. 1978. Contribution à l'Histoire du Kaabu, des Origines au XIX[e] Siècle. *BIFAN,* B, *40* (1): 87-159.
______. 1981. Les origines et la formation du Kaabu. In: COLOQUE INTERNATIONAL SUR LES TRADITIONS ORALES DU GABU, 1980. *Éthiopiques,* oct. 1981, : 93-104. Número especial.
MANESSY, G. 1963. Rapport sur les langues voltaïques. In: 2[e] COLLOQUE INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE NÉGRO-AFRICAINE, DAKAR, 1962. *Actes du...* p. 239-66.
MANOUKIAN, M. 1951. *Tribes of Northern Territories of the Gold Coast.* Londres, IAI (Ethnographic survey of Africa: Western Africa). p. 5.
MAQUET, J. J. P. 1961. *The premise of inequality in Ruanda:* a study of political relations in a Central African Kingdom. Londres, OUP para IAI.
MARC, L. F. 1909. *Le pays mossi.* Paris, Larose.
MARÇAIS, G. 1913. *Les arabes en Berbérie du XI[e] au XIV[e] siècle.* Constantina/ Paris, Leroux.
______. 1950. *Tlemcen.* Paris, Renouard; Les Villes d'Art Célèbres.
______. 1954. *Architecture musulmane d'Occident:* Tunisie, Algérie, Maroc. Paris, Arts et Métiers Graphiques.
MAREES, P. de. 1602. ed. holandesa; 1605, trad. francesa, *Description et récit historique du riche royaume d'or de Guinée...* Amsterdam, Claessen; 1605, trad. inglesa abreviada, *Description and historical declaration of the golden kingdom of Guinea.*
MARET, P. de. 1977. Sanga: New Excavations, Mode Data and Some Related Pro- blems. *JAH,* 18 (3): 321-37.
______. & MSUKA, F. 1977. History of Bantu Metallurgy: Some Linguistic Aspects. *Africana Linguistica,* (4): 43-66.
______;VAN NOTEN, F.; CAHEN, D. 1977. Radiocarbon Dates from West Central Africa: A Synthesis. *JAH,* 18 (4): 481-505.
MARKS, S. 1969. The traditions of the natal Nguni: a second look at the work of A. T. Bryant. In: THOMPSON, L. M. *African societies in Southern Africa.* Londres, Heinemann. p. 126-44.
MÁRMOL CARVAJAL, L. del. 1667. *L'Afrique de Marmol.* Trad. N. Perrot. Paris, Billaine. 3 v.
MARQUART, J. 1913. *Die Benin-Sammlung des Reichsmuseums für Völkerkunde in Leiden.* Leide, Brill (Veröffentlichungen des Reichsmuseums für Völkerkunde in Leiden, Ser. 2, 7).
MARTIN, B. G.1969. Kanem, Bornu and the Fezzan: Notes on the Political History of a Trade Route. *JAH, 10* (1): 15-27.
MARTIN, P. 1972. *The external trade of the Loango coast, 1576-1870:* the effects of changing commercial relations on the Vili kingdom of Loango. Oxford, Clarendon Press.
MARTINI, R. séc. XIII. *Pugio fidei adversus Mauros et ludaeos;* 1687, Leipzig, Frankfurt; 1872, Paris, Sciaparelli; 1968, Farnborough, Gregg.
______. séc. XIII. Vocabulista in arabico. MSS, Florença, Biblioteca Riccardiana.
MASHAFA SENKESAR. 1928. *The book of the saints of the Ethiopian Church.* Trad. inglesa E. A. Wallis Budge. Londres, CUP. 4 v.
MAS LATRIE, L. de. 1866. *Traités de paix et de commerce et documents divers concernant les relations des chrétiens avec les Arabes de l'Afrique septentrionale au Moyen Âge.* Paris, Plon.
______. 1886. *Relations et commerce de l'Afrique septentrionale au Maghreb avec les nations chrétiennes.* Paris, Firmin-Didot.
MASON, M. D. 1970-1. *The Nupe kingdom in the nineteenth century:* a political history. Birmingham University. Tese de doutorado.
MASON, R. 1962. *Prehistory of the Transvaal, a record of human activity,* Johannesburg, Witwatersrand University.
MASON, R. J. 1973. Early Iron Age Settlements of Southern Africa. *SAJS,* (69): 324-6.
MASSIGNON, L. 1906. *Le Maroc dans les premières années du XVI[e] siécle:* tableau géographique d'après Léon l'Africain. Argel, Jourdan.

AL-MAS'ŪDĪ, Abu 'l-Hassan 'Alī b. al-Husayn b. 'Alī. séc. X. *Murudj al-djahab:* 1861-77, ed. e trad. francesa C. Barbier de Meynard e J. Pavet de Courteille, *Les prairies d'or,* Paris, Imprimerie Impériale, 9 v.; 1962-71, trad. francesa C. Pellat, *Les prairies d'or,* Paris, Société Asiatique; trad. francesa parcial in: CUOQ, J.-M. (q.v.), p. 59-62.
MATHEW, G. 1951. Islamic Merchant Cities of East Africa. *Times,* 26 juin : 5. 1953. Recent Discoveries in East African Archaeology. *Antiquity;* 27 (108): 212-8.
______. 1956. Chinese Porcelain in East Africa and on the Coast of South Arabia. *OA,* 2 (2): 50-5. Número especial.
______. 1958. The East Coast Cultures. *South Africa,* (2): 59-62.
MATIYELA. 1979. Port St. John's Iron Age Sites. *NAk,* (14): 51 et seq.
MATVEIEV, V. V. 1971. Zaniatiía Vostochnykh Bantu (zindzhei v X-XIII vv). Les Métiers des Zendjs Est-Africains pendant les X[e]-XII[e] siècles. In: AFRICANA Etnografiia, istoriia, izzyki narodov Afriki. Leningrado, Akademia nauk SSSR (Trudy Instituta etnografii im N. N. Miklukho-Maklaia, n. especial, 96, Afrikanskii etnografischeskii sbornik, 8).
______. & KUBBEL, L. E. 1965. *Arabsdkie istochniki X-XII vekov.* Podgotovka tekstov i perevody V. V. Matveieva i L. E. Kubbelia. Moscou, Nauka (Drevnie i srednevekovye istochniki po etnografii i istorii narodov Afriki iuzhnee Sakhary, 2).
MAUNY, R. 1948. L'Afrique Occidentale d'après les Auteurs Arabes Ancients. *NA,* 6 (40): 6.
______. 1949. L'Expédition Marocaine d'Ouadane (Mauritanie), vers 1543-1544. *BIFAN,* B, (11): 129-40.
______. 1950. Les Prétendues Navigations Dieppoises à la Côte Occidentale d'Afrique au XIV[e] Siècle. *BIFAN,* B, (12): 122-34.
______. 1957. État Actuel de nos Connaissances sur la Préhistoire et l'Archéologie de la Haute-Volta, *NA,* (73): 16-24.
______. 1960. *Les navigations médiévales sur les côtes sahariennes antérieures à la découverte portugaise,* 1434. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
______. 1961. *Tableau géographique de l'Ouest africain au Moyen Âge d'après les sources écrites, la tradition orale et l'archéologie.* Dakar, IFAN (Mémoires, 61).
______. 1963. Poteries Engobées et Peintes de Tradition Nilotique de la Région de Koro Toro (Tchad). *BIFAN,* B, 25 (1-2): 39-46.
______. 1965. Navigations Arabes Anonymes aux Canaries au XII[e] Siècle. *NA,* (106): 61.
______. 1971. Hypothèses Concernant les Relations Précolombiennes entre l'Afrique et l'Amérique. *AEA,* (17): 369-84.
MAYERS, W. F. 1874-6. Chinese Explorations of the Indian Ocean during the Fifteenth Century. *China Review,* 3 (2): 219-331; (4): 61-7, 173-90.
M'BAYE, E. H. R. 1972. Un Aperçu de l'Islam ou: Réponses d'al-Magili aux Ques- tions Posées par Askia El-Hadj Muhammad, Empereur de Gâo. *BIFAN,* B, 34 (1-2): 237-67.
MÉDEIROS, F. de. 1973. *Recherches sur l'image des Noirs dans l'occident médiéval, XIII[e]-XV[e] siècles.* Universidade de Paris. Tese de doutorado.
MÉDITERRANÉE et Océan Indien. 1970. Travaux du Sixième Colloque International d'Histoire Maritime. Venise, 1962. Paris, SEVPEN.
MEEK, C. K. 1925. *The northern tribes of Nigeria:* an ethnological account of the northern provinces of Nigeria together with a report on the 1921 decennial census. Londres, OUP. 2 v.
______. 1931a. *A Sudanese kingdom:* an ethnographical study of the Jukun-speaking peoples of Nigeria. Londres, Kegan Paul, Trench, Trubner.
______. 1931b. *Tribal studies in northern Nigeria.* Londres, Kegan Paul, Trench, Trubner. 2 v.
MEILLASSOUX, C., ed. 1971. *The development of indigenous trade and markets in West Africa:* studies presented at the 10th International African Seminar, 1969. Londres, IAI.
______, ed. 1975. *Esclavage en Afrique précoloniale.* Paris, Maspéro.
______; DOUCOURÉ, L.; SIMAGHA, D., eds. 1967. *Légendes de la dispersion des Kusa (épopée soninké).* Dakar, IFAN (lnitiations et Études Africaines, 22).

MENÉNDEZ PIDAL, R. 1941. *Poesia árabe y poesia europea.* Buenos Aires, Espasa-Calpe Argentina.
MERAD, A. 1957. Abd al-Mu'min à la Conquête de l'Afrique du Nord, 1130-1163. *AlEOA,* (15): 109-63.
______. 1960-1. Origine et Voies du Réformisme en Islam. *AlEOA,* (17-9): 359-402.
______. 1962. *AlEOA, 20* (2): 419 et seq.
MEYERHOF, M. 1935. Esquisse d'Histoire de la Pharmacologie et Botanique chez les Musulmans d'Espagne. *al-A ndalus,* (3): 1-41.
MICHALOWSKI, K. 1962. *Faras, fouilles polonaises.* Universidade de Varsóvia.
______. 1965. La Nubie Chrétienne. *AB,* (3): 9-26.
______. 1967. *Faras, die Kathedrale aus dem Wüstensand.* Zurique, Benzinger.
MIELI, A. 1966. *La science arabe et son rôle dans l'évolution scientifique mondiale.* Leide, Brill.
MIERS, S. & KOPYTOFF, I., eds, 1977. *Slavery in Africa:* historical and anthropological perspectives. Madison, University of Wisconsin Press.
MILLE, A. 1970. *Contribution à l'étude des villages fortifiés de l'Imérina ancien.*Tananarivo, Musée d'Art et d'Archéologie (Travaux et Documents, 2-3). 2 v.
______. 1971. Anciens Horizons d'Ankatso. *Taloha,* (4): 117-26.
MILLER, J. C. 1972a. The Imbangala and the Chronology of Early Central African History. *JAH,* (13-4): 549-74.
______· 1972b. *Kings and kinsmen:* the Imbangala impact on the Mbundu of Angola. University of Wisconsin. Tese de doutorado.
______. 1972c. A Note on Kasanze and the Portuguese. *CEAS,* 6 (1): 43-6.
______. 1973. Requiem for the Jaga. *CEA,* (49): 121-49.
______. 1976. *Kings and kinsmen:* early Mbundu states in Angola. Oxford, Clarendon Press.
MILLER, K. 1926-31. *Mappae Arabicae;* arabische Welt-und Länderkarten des 9-13. Jahrhunderts in arabischer Ursschrift. Stuttgart. 6 v.
MILLOT, C. 1912. Les Ruines de Mahilaka. *BAM,* (10): 283-8.
MIQUEL, A. 1967-75. *La géographie humaine du monde musulman jusqu'au milieu du XI^{e} siècle.* Paris, Mouton (Civilisations et Sociétés, 7, 37).
MIRACLE, M. P. 1963. lnterpretation of Evidence on the Introduction of Maize into West Africa. *Africa,* (33): 132-5.
______. 1965. The Introduction and Spread of Maize in Africa. *JAH,* 6 (1): 39-55.
MISCHLICH, A. 1903. Beitrage zur Geschichte der Haussastaaten. *MSOS:* Afrikan- ische Studien, (6): 137-242.
MISIUGIN, V. M. 1966. Suakhiliiskaia khronika srednevekovnogo gosudarstva Pate. La chronique swahili de l'état médiéval du Paté. In: AFRICANA, *Kultura i iazyki narodov Afriki.* Moscou, Akademiia nauk SSSR (Trudy Instituta Etnografii im. N. N. Miklukho-Maklaia, n. especial, 90, Afrikanskii etnograficheskii sbornik, 6). p. 52-83.
______. 1971. Zamechaniia k starosuakhiliiskoi pis'mennosti. Notes sur l'écriture ancienne Souahéli. In: AFRICANA. *Etnograiiia, istoriia, iaryki narodov Afriki.* Leningrado, Akademiia nauk SSSR (Trudy Instituta Etnograffii im. N. N. Miklukho-Maklaia, n. especial, 96; Afrikanskii etnografischeskii sbornik, 8). p. 100-15.
______. 1972. K voprosu o proiskhozhdenii moreplavaniia: sudostroeniia v indiiskom okeane. Contribution à la question de l'origine de la navigation et de la construction navale dans l'Océan Indien. In: SOOBSHCHENIE ob issledovanii protoindiiskikh tekstov. Moscou, Akademiia nauk SSSR (Trudy Instituta Etnografii im. N. N. Miklukho-Maklaia).
MOLLAT, M. 1972. "Le passage" de Saint Louis à Tunis: sa place dans l'histoire des croisades. *RHES, 50* (3): 289-303.
______. 1980. Historical contacts of Africa and Madagascar with south and south-east Asia: the role of the Indian ocean. In: UNESCO, 1980a. (q.v.), p. 45-60.
MONCHICOURT, C. 1939. *Études kairouanaises:* Kairouan et les Chabbia, 1450-1592. Túnis.
MONES, H. 1962. Le malékisme et l'échec des Fatimides en Ifrikya. In: ÉTUDES d'orientalisme dédiées à la mémoire d'E. Lévi-Provençal. Paris, Maisonneuve et Larose. 2 v.

MONLAÜ, J. 1964. *Les états barbaresques.* Paris, PUF (Que Sais-Je?, 1097).
MONNERET DE VILLARD, U. 1938. *Storia della Nubia cristiana.* Roma (Pontificium Institutum Orientalium Studiorum Orientalia Christiana Analecta, 118).
______. 1944. *Lo studio dell'lslam in Europa nel 12 e nel 13 secolo.* Vaticano, Biblioteca Vaticana (Studi e Testi, 110).
MONTAGNE, R. 1930. *Les Berbères et le makhzen dans le Sud du Maroc:* essai sur la transformation politique des Berbères sédentaires (groupe chleuh). Paris, Alcan.
MONTEIL, C. 1929. Les Empires du Mali: Étude d'Histoire et de Sociologie Souda- naise. *BCEHSAOF,* 12 (3-4): 291-444; 1968, *Les empires du Mali,* Paris, Maisonneuve et Larose.
______. 1951. Problèmes du Soudan Occidental: Juifs et Judaisés. *Hespéris,* (38): 265-98.
MONTEIL, V. 1964. *L'lslam noir.* Paris, Seuil.
______. 1966. *Esquisses sénégalaises:* Wâlo, Kayor, Dyolof, Mourides, un visionnaire. Dakar, IFAN (Initiations et études africaines, 21).
______. 1968. Al-Bakri (Cordoue, 1068). Routier de l'Afrique Blanche et Noire du Nord-Ouest. *BIFAN,* B, (1): 39-116.
MONTEIRO, A. 1970. Vestiges Archéologiques du cap Delgado et de Quisiva: (Mo- zambique). *Taloha*: 155-64.
MOORSEL, H. van. 1968. *Atlas de préhistoire de la plaine de Kinshasa.* Kinshasa, Universidade de Lovanium.
MORRIS, H. F. 1962. *A history of Ankole.* Nairobi, East African Literature Bureau.
MOTA, A. Teixeira da. 1950. *Topónimos de origem portuguesa na costa ocidental de África desde o Cabo Bojador ao Cabo de Santa Caterina.* Bissau (Publicações do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 14).
______. 1954. *Guiné portuguesa.* Lisboa, Agência Geral do Ultramar. 2 v.
______. 1958. L'art de naviguer en Méditerranée du XIV^e^ au XVI^e^ siècle et la navigation astronomique dans les océans. In: LE NAVIRE et l'économie maritime du Moyen Âge au XVIII^e^ siècle, principalement en Méditerranée: travaux du 2^e^ Colloque International d'Histoire Maritime, Paris, 1957. Paris, SEVPEN. p. 127-54.
______. 1963. *Méthodes de navigation et cartographie nautique dans l'océan lndien avant le XVI^e^ siècle.* Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar (Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, secção de Lisboa, série separata, 5).
______. 1969. Un Document Nouveau pour l'Histoire des Peul au Sénégal pendant les XV^e^ et XVI^e^ Siècles, *BCGP,* (96): 781-860.
______. 1970. *Fulas e Beajadas no Rio Grande no século XI:* achegas para a ethno-história da África Ocidental. Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar (Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, série separata, 60).
______. 1978. *Some aspects of Portuguese colonization and sea trade in West Africa in the fifteenth and sixteenth centuries.* Bloomington, Indiana University African Studies Program.
______. 1981. Entrées d'esclaves noirs à Valence (1445-1482): le remplacement de la voie saharienne par la voie atlantique. In: LE SOL, la parole et l'écrit: 2000 ans d'histoire africaine: mélanges en hommage à Raymond Mauny. Paris, Société Française d'Histoire d'Outre-Mer. p. 579-94.
MUFADDAL B. ABĪ 'L-FADĀ'ĪL (Mufazzal). séc. XIV; 1973-4, trad. francesa E. Blochet, *Histoire des sultans mamelouks,* Turnhout, Brepols (Patrologia Orientalis, *12, 3; 14, 3; 20,* 1).
MUHAMMAD AL-UKBANI AL-TILIMSĀNĪ. s. d. *Tuhjat al-nazir;* 1967, A. Chenoufi, Un Traité de Hisba, *BEO,* (19): 133-344.
MUHAMMAD B. KHALĪL, Ibn Ghalbūn. s.d. *Tarikh Tarabulus al-Gharb;* 1930, Cairo; 1970, Mahmad Naji, Benghazi.
MUHAMMAD BELLO, M. s. d. *Infak. al-Maysur;* 1922, ed. e trad. E. J. Arnett, *The rise of the Sokoto Fulani,* Kano, Emirate Printing Department.
MUNTHE, L. 1977. La Tradition Écrite Arabo-Malgache: Un Aperçu sur les Ma- nuscrits Existants. *BSOAS, 40* (1): 96-109.
MURDOCK, G. P. 1959. *Africa:* its peoples and their culture history. Nova York, McGraw-Hill.

MUSA, I. U. A. 1969. Tanzimat al-muwahhidin wa-nuzumhum fi'l Magrib. *Abhath,* 33 (1-4): 53-89. American University of Beirut. Dissertação.
MWOROHA, E. 1977. *Peuples et rois de l'Afrique des lacs au XIXe siècle:* le Burundi et les royaumes voisins. Abidjan, NEA.
NACHTIGAL, G. 1879, 1881, 1889. *Sahara und Sudan:* Ergebnisse sechsjahriger Reisen in Afrika. Berlim, Weidmann v. 1 e 2; Leipzig, Brockhaus, v. 3; 1967, reimpressão, Graz, Akademie Drüker; 1971, 1974 (a sair), trad. inglesa A G. B. e H. J. Fisher, Londres.
NADEL, S. F. 1942. *A black Byzantium*: the kingdom of Nupe in Nigeria. Londres/ Nova York, OUP para o Institute of African Languages and Cultures.
AL-NAQAR, U. A. 1971. The historical background to "the Sudan Road". In: HASAN, Y. F., ed. *Sudan in Africa.* Cartum, Khartoum University Press. p. 98-108.
NDORICIMPA, L. et al. 1981. Technologie et économie du sel végétal au Burundi.In: COLLOQUE DE BUJUMBURA. *La civilisation ancienne des peuples des grands lacs.* Paris, Karthala, Centre de Civilisation Burundaise. p. 408-16.
NELLI, R., ed. 1960. *Les troubadours.* Paris, Desclée de Brouwer.
NEUFVILLE, R. de & HOUGHTON, A. A. 1965. A Description of Ain Farah and of Wars. *Kush,* (13): 195-204.
NGANWA, K. K. 1948. *Abakozire eby'okutangara omuri Ankole...* Nairobi, Eagle Press.
NGCONGCO, L. 1980. Problems of Southern African historiography. In: UNESCO, 1980b (q.v.).
NIANE, D. T. 1960; 2. ed. 1971. *Soundjata ou l'épopée mandingue.* Paris, Présence Africaine.
______. 1975. *Recherches sur l'empire du Mali au Moyen Âge,* seguido de *Mise en place des populations de la Haute-Guinée.* Paris, Présence Africaine.
NICOLAS, G. 1969. Fondements Magico-Religieux du Pouvoir au Sein de la Princi- pauté Hausa du Gobir. *JSA,* 39 (2): 199-231.
______. 1979. La question du Gobir. In: ZARIA SEMINAR ON THE HISTORY OF CENTRAL SUDAN BEFORE 1804. Documento.
NIVEN, C. R. 1957. Nigeria: Past and Present. *AA,* 56 (225): 265-74.
NOTEN, F. van. 1968. *The Uelian: a culture with a neolithic aspect, Uele Basin (N. E. Congo Republic)*: an archaeological study. Tervuren (Annales du Musée Royal de l'Afrique Centrale, série in octavo, Sciences Humaines, 64).
______. 1972. La Plus Ancienne Sculpture sur Bois de l'Afrique Centrale. *A-T, 18* (3-4): 133-6.
NOUGAREDE, M. P. 1964. Qualités nautiques des voies arabes. In: OCÉAN INDIEN ET MÉDITERRANÉE; actes du sixième colloque international d'histoire maritime Lourenço Marques, 1962. Paris, SEVPEN. p. 95-122.
NURSE, D. 1974. A linguistic sketch of the north-east Bantu languages with particular reference to Chaga history. University of Dar es Salaam. Tese de doutorado.
______. 1979. *Classification of the Chaga dialects:* languages and history on Kilimandjaro, the Taita Hills, and the Pare Mountains. Hamburgo, Buske.
______. & PHILIPSON, D. W. 1974. *The north-eastern Bantu languages of Tanzania and Kenya*: a classification. University of Dar es Salaam.
NYAKATURA, J. 1936-7. Abakama ba Bunyoro-Kitara. *UJ,* 3 (1): 155-60; 4 (1): 75-83; 5 (2): 53-69.
______. 1947. *Abakama ba Bunyoro Kitara.* St. Justin, P. Q., Canada, White Fathers Society; 1973, ed. e trad. *Abakama ba Bunyoro-Kitara* [*The kings of Bunyoro-Kitara*], Garden City, Anchor Press.
L'OCCIDENTE e l'slam nell'alto medievo. 1965. Spolete, Centro Italiano di Studi sull'Alto Medievo. 2 v.
O'FAHEY, R. S. 1974. The Sudan Papers of the Rev. Dr. A. J. Arkell. *SNR,* (55): 172-4.
______. 1977. The Office of Qadi in Darfur: A Preliminary Inquiry. *BSOAS, 40* (1): 110-24.
OGOT, B. A. 1967. *A history of the southern Luo.* Nairobi EAPH. v. 1: *Migration and settlement, 1500-1900.*
______. & KIERAN, J. A., eds. 1968. *Zamani:* a survey of East African history. Nairobi, EAPH.

OLBRECHTS, F. M. 1941. *Bijdrage tot de kennis van de chronologie der afrikaansche plastick,* Bruxelas, Van Campenhout (Mémoires de l'Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer, Classe des Sciences Morales et Politiques, *10, 2).*
OLDEROGGE, D. A. 1960. *Zapadnyi Sudan v piatnadtsatykh deviatnadtsatykh vv.* [*The western Sudan in the sixteenth-nineteenth centuries*]. Moscou, Nauk.
OLIVER, R. 1953. A Question about the Bachwezi. *UJ,* 17 (2): 135-7.
______. 1955. The Traditional Histories of Ankole, Buganda and Bunyoro. *JRAI,* 85 (1-2): 111-8.
______. 1959. Ancient Capital Sites of Ankole. *UJ,* 23 (1): 51-63.
______. 1962. Reflections on the sources of evidence for the precolonial history of East Africa. In: ______. *The historian in tropical Africa.* Londres/lbadan/ Accra, OUP para o IAI. p. 305-21.
______. 1966. The Problem of the Bantu Expansion. *JAH,* 7 (3): 361-76.
______. & MATHEW, G., eds. 1963-76. *History of East Africa.* Oxford, Clarendon Press. 3 v.
OTTENBERG, S. 1961. Present State of Igbo Studies. *JHSN,* 2 (2): 211-30.
OTTINO, P. 1974a. La Hiérarchie Sociale et l'Alliance dans le Royaume de Mata-cassi des XVIᵉ et XVIIᵉ Siècles. *Tantara,* (1): 52-105.
______. 1974b. *Madagascar, les Comores et le Sud-Ouest de l'océan Indien:* projet d'enseignement et de recherches. Antananarivo, Centre d' Anthropologie Culturelle et Sociale.
______. 1975. *Le Moyen Âge de l'océan Indien et le peuplement de Madagascar.* Île de la Réunion.
OZANNE, P. 1969. Atmospheric Radiocarbon. *WAAN,* (11): 9-11.
PADEN, J. N. 1973. *Religion and political culture in Kano.* Berkeley, University of California Press.
PAGEARD, R. 1962a. Contribution Critique à la Chronologie Historique de l'Ouest Africain, seguido de uma tradução das "tables chronologiques" de Barth. *JSA,* 32 (1): 91-117.
______. 1962b. Réflexions sur l'Histoire des Mossi. *L'Homme,* 2 (1): 111-15.
______. 1963. Recherches sur les Nioniossé. *EV,* (4): 5-71.
PAGÈS, A. 1933. *Au Ruanda, sur les bords du lac Kivu (Congo Belge).* Un royaume hamite au centre de l'Afrique. Bruxelas (Mémoires de l'Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer, Classes des Sciences Morales et Politiques, 1).
PALMER, H. R., ed. 1909. The Kano Chronicle. *JAI,* (38): 58-98; reimpressão em ______. 1928 (q.v.), v. 3, p. 97-132.
______. 1914, 1915. An Early Fulani Conception of Islam. *JAS,* (13): 407-14; (15): 53-9, 185-92.
______. 1927. History of Katsina. *JAS,* (26): 216-36.
______. 1928. *Sudanese memoirs:* being mainly translations of a number of Arabic manuscripts relating to the central and western Sudan. Lagos, Government Printer; 1967, Londres, Cass.
______, ed. 1932. Ver IBN FURTŪWA, Ahmad.
______. 1936. *The Bornu, Sahara and Sudan.* Londres, Murray.
PANNETIER, J. 1974. Archéologie des Pays Antambahoaka et Antaimoro. *Taloha,* (6): 53-71.
PAPADOPOULOS, T. 1966. *Africanabyzantina:* Byzantine influences on Negro-Suda- nese cultures. Atenas, Grapheion Demosieymaton Akademias Athenon (Prag- mateia tēs Akademias Athenon, 27).
PARDO, A. W. 1971. The Songhay empire under Sonni Ali and Askia Muhammade: a study in comparison and contrasts. In: McCALL, D. F. & BENNETT, N. R., eds. *Aspects ot West African Islam.* Boston, African Studies Center, Boston University (Papers on Africa, 5). p. 41-59.
PARK, M. 1799. *Travels in the interior districts of Africa* (...) *in the years 1795, 1796, 1797.* 5. ed. Londres.
PAUL, A. 1955. Aidhab: A Medieval Red Sea Port. *SNR,* (36): 64-70.
PAULME, D. 1956-7. L'Afrique Noire jusqu'au XIVᵉ Siècle, *CHM,* 3 (2): 277-301; (3): 561-81.
PAUWELS, M. 1967. Le Bushiru et son Muhinza ou Roitelet Hutu. *AL,* (31): 205 -322.
PEARCE, S. & POSNANSKY, M. 1963. The Re-Excavation of Nzongezi Rock Shelter, Ankole. *UJ,* 27 (1): 85-94.
PEIRES, J. B. 1973. *Chronology of the Cape Nguri till 1900.* Madison, University of Wisconsin Press.
PELLIOT, P. 1933. Les Grands Voyages Maritimes Chinois. *T'oung Pao,* (30): 237-452.
PENN, A. E. D. 1931. The Ruins of Zamkor. *SNR,* (14): 179-84.

PEREIRA, D. Pacheco. 1505-6. *Esmeraldo de situ orbis;* 1905, ed. A. Epiphanio da Silva Dias, Lisboa, Typ. Universal; 1937, ed. e trad. inglesa G. H. T. Kimble, Londres, Hakluyt Society; 1954, ed. D. Peres, Lisboa, Typ. Universal; 1956, trad. francesa R. Mauny, Bissau (Publicações do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 19).
PERES, D. 1960. *História dos descobrimentos portugueses.* 2. ed. Coimbra, Edição do Autor.
PEREZ-EMBID, F. 1969. Navegación y commercio en el puerto de Sevilla en la Baja Edad Media. In: LES ROUTES de l'Atlantique: travaux du 9e Colloque International d'Histoire Maritime. Paris, SEVPEN. p. 43-96.
PERROT, C. 1974. Ano Asema: Mythe et Histoire. *JAH,* 15 (2): 199-222.
PERRUCHON, J. 1889. Histoire des Guerres d'Amda Seyou, roi d'Éthiopie. *JA,* série 8, (14): 271-493.
______. 1893. Notes pour l'histoire d'Ethiopie: lettre adressée par le roi d'Ethiopie au roi Georges de Nubie sous le patriarcat de Philothée (981-1002 ou 3). *RS,* (1): 71-6.
______. 1894. Histoire d'Eskender, d'Amda-Seyou II et de Na'od, rois d'Éthiopie. *JA,* série 9, (3): 319-84.
PERSON, Y. 1961. Les Kissi et Leurs Statuettes de Pierre dans le Cadre de l'Histoire Ouest Africaine. *BIFAN,* B, 23 (1): 1-59.
______. 1962. Le Moyen Niger au XVe Siècle d'après les Documents Européens. *NA,* (78): 45-57.
______. 1968. *Samori; une révolution dyula.* Dakar, IFAN; Mémoire, 80... 3 v.
______. 1970. Capítulo in: DESCHAMPS, H. J., ed. *Histoire générale de l'Afrique noire.* Paris, PUF. v. 1.
______. 1971. Ethnic Movement and Acculturation in Upper Guinea since the Fifteenth Century. *AHS,* 4 (3): 669-89.
PHILIPSON, D. W. 1968. The Early Iron Age in Zambia: Regional Variants and Some Tentative Conclusions. *JAH,* 9 (2): 191-212.
______. 1974. Iron Age History and Archaeology in Zambia. *JAH,* 15 (1): 1-25.
______. 1977. *The later prehistory of Eastern and Southern Africa.* Londres, Heinemann.
PIGAFETTA, F. & LOPES, D. 1591; 1881, trad. inglesa M. Hutchinson, *A report of the kingdom of Congo and the surrounding countries,* Londres, Murray; 1970, reimpressão, Londres, Cass; 1963, ed. revisada; 1965, trad. francesa W. Bal, *Description du royaume de Congo,* Léopoldville/ Kinshasa, Université de Lovanium (Publication du Centre d'Études des Littératures Romanes d'Inspiration Africaine, 4).
POIRIER, C. 1954. Terre d'Islam en mer malgache (îlot Nosy Langany ou Nosy Manja). *BAM,* : 71-116. Número especial do cinquentenário.
POLET, J. 1974. Feuilles d'enceinte à la Séguié. In: COLÓQUIO DE BONDUKU. *Atas do...* (q.v.).
______. 1976. Sondages Archéologiques en Pays Éothilé: Assoco-Monobaha, Belibete et Anyanwa. *Godo-Godo,* (2): 111-39.
POLO, Marco. 1955. *Description du monde.* Paris, Klincksieck.
PORTÈRES, R. 1955. L'introduction du mais en Afrique. *JATBA,* 2 (5-6): 221-31.
POSAC MON, C. 1959. Relaciones entre Genova y Ceuta durante el siglo XII. *Tamuda,* : 159-68.
POSNANSKY, M. 1966. Kingship, Archaeology and Historical Myth. *UJ, 30* (1): 1-12.
______. 1968. The Excavation of an Ankole Capital Site at Bweyorere. *UJ,* 32 (2): 165-82.
______. 1971. East Africa and the Nile valley in early times. In: HASAN, Y. F., ed. *Sudan in Africa.* Cartum, Khartoum University Press. p. 51-61.
______. 1974. Archaeology and Akan Civilization. In: COLÓQUIO DE BONDUKU. *Atas do...* (q.v.).
______. 1975a. Archaeology, Technology and Akan Civilization. *JAS,* (3): 24-38.
______. 1975b. Redressing the Balance: New Perspectives in West African Archaeology. *Sankofa, 1* (1): 9-19.
POULLE, E. 1969. *Les Conditions de la navigation astronomique au XVe siècle.* Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar (Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga: série separata, 27).

PREMIER COLLOQUE INTERNATIONAL DE BAMAKO. 1975. *Actes du...* : L'Empire du Mali, histoire et tradition orale. Paris, Fondation SCOA pour la Recherche Scientifique en Afrique Noire, Projet Boucle du Niger.

PRINCEPS, J., ed. 1934-9. Extracts from the Mohi't, that is the Ocean, a Turkish work on navigation in the Indian seas. Trad. J. von Hammer. *JRASB,* 1834,: 545-53; 1836, : 441-68; 1837, : 505-12; 1838, : 767-80; 1839, : 823-30.

PRINS, A. H. J. 1961. *The Swahili speaking peoples of Zanzibar and the East African coast:* Arabs, Shirazi and Swahili. Londres, IAI (Ethnographic Survey of Africa, East Central Africa, pt. 12).

PRINS, G. 1980. *The hidden hippopotamus:* reappraisal in African history; the early colonial experience in Western Zambia. Cambridge, CUP.

PROST, A. 1953. Notes sur l'origine des Mossi. *BIFAN,* B, 15 (2): 1933-8.

QUATREMERE, E. M. 1811. *Mémoires géographiques et historiques sur l'Égypte et sur les contrées voisines.* Paris, Schoell. 2 v.

RABI, H. M. 1972. *The financial system of Egypt AH 564-741/ AD 1169-1341.* Londres, OUP (London Oriental Studies, 25).

RAFFENEL, A. 1846. *Voyages dans l'Afrique occidentale exécuté en 1843-1844.* Paris, Bertrand. 2 v.

______. 1856. *Nouveau voyage dans le pays des nêgres.* Paris, N. Chaix. 2 v.

RAINIHIFINA, J. 1975. *Lovantsaina.* Fianarantsoa, Ambozontany. 2 v.

RAINITOVO. 1930. *Tantaran 'ny Malagasy manontolo.* Tananarivo, Paoli.

RAISON. J.-P. 1972. Utilisation du sol et organisation de l'espace en Imérina ancienne. In: ÉTUDES de géographie tropicale offertes à Pierre Gourou. Paris/ Haia, Mouton, p. 407-26.

______. & VÉRIN, P. 1968. Le Site de Subfossiles de Taolambiby, Sud-Ouest de Madagascar, Doit-il Etre Attribué à une Intervention Humaine? *AUM,* (7): 133-42.

RALAIMIHOATRA, G. 1969. Le Peuplement de l'Imérina. *BLPHGAM,* (1): 39-45.

______. 1971. Eléments de la Connaissance des Protomalgaches. *BAM,* 49 (1): 29-33.

RAMIANDRASOA, F. 1968. *Tradition orale et histoire:* Les Vazimba, Ie culte des ancêtres en Imérina du XVI^e^ au XIX^e^ siècle, Universidade de Paris. Tese de doutorado.

______. 1971. *Atlas historique du peuplement de Madagascar.* Antananarivo, Université de Madagascar.

RAMILISON, E. 1951-2. *Ny Loharanon 'ny Andriana manjaka teto Imerina.* Tana- narivo. 2 v.

RAMON MARTI. Ver MARTlNI, R.

RANDALL-MAcIVER, D. & MACE, A. C. 1902. *El Amrah and Abydos.* Londres/ Boston (Egypt Exploration Fund. pts. 1-2).

RANDLES, W. G. L. 1968. *L'Ancien Royaume du Congo, des origines à la fin du XIX^e^ siècle.* Paris, Mouton (Civilisations et Sociétés, 14).

______. 1975. *L'Empire du Monomotapa du XV^e^ au XIX^e^ siècle.* Paris, Mouton (Civilisations et Sociétés, 46).

RATSIMBAZAFIMAHEFA, P. 1971. *Le Fisakana:* archéologie et couches culturelles. Tananarivo, Musée d'Art et d'Archéologie de l'Université de Madagascar (Tra- vaux et Documents, 9).

RATTRAY, R. S. 1913. *Hausa folklore:* customs and proverbs. Londres, OUP. 2 v.; 1969, Nova York, Negro University Press.

______. 1929. *Ashanti law and constitution.* Oxford, Clarendon Press.

______. 1932. *Tribes of the Ashanti hinterland.* Oxford, Clarendon Press. 2 v.

RAU, V. 1967. Affari Mercanti in Portogallo dal 14 al 16 Secolo: Economia e Storia. *RISES,* : 447-56.

______. 1975. Notes sur la traite portugaise à la fin du XV^e^ siècle et le florentin Bartolomeo di Domenico Marchioni. In: MISCELLANEA offerts à Charles Verlinden à l'occasion de ses trente ans de professorat. Gand. p. 535-43.

RAVOAJANAHARY, C. 1980. Le peuplement de Madagascar: tentatives d'approche.In: UNESCO, 1980a. (p.v.), p. 91-102.

RECUEIL de littérature mandingue. 1980. Paris, Agence de Coopération Culturelle et Technique.

REDHOUSE, J. W. 1862. History of the Journal of the Events... during Seven Expeditions... against the Tribes of Bulala. *JRAS,* (19): 43-123, 199-259.

REDMAYNE, A. 1968. The Hehe. In: ROBERTS, A., ed. *Tanzania before 1900.*
Nairobi, EAPH. p. 37-58.
REEFE, T. Q. 1975. *A history of the Luba empire to 1895.* Berkeley University. Tese de doutorado.
______. 1977. Traditions of Genesis and the Luba Diaspora. *HAJM,* (4): 183-206.
______. 1981. *The rainbow and the kings;* a history of the Luba empire to 1891. Berkeley, University Press.
RENAN, E. 1866, 1925. *Averroes et l'averroisme:* essai historique. Paris, Calmann-Levy,
RENNIE, J. K. 1972. The Precolonial Kingdom of Rwanda: A Reinterpretation. *TJH,* 2 (2): 11-64.
RIAD, M. 1960. The Jukun: An Example of African Migrations in the 16th Century. *BIFAN;* B, 22 (3): 476-86.
RIBEIRO, O. 1962. *Aspectos e problemas da expansão portuguesa.* Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
RICHARD, R. 1936. Le Commerce de Berbérie et l'Organisation Économique de l'Empire Portugais aux XV^e et XVI^e Siêècles. *AIEOA,* (2): 266-85.
______. 1955. *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc.* Coimbra.
RIGBY, P. 1969. *Cattle and kinship among the Gogo:* a semi-pastoral society of central Tanzania. Ithaca, Cornelle University Press.
RILEY, C. L., ed. 1971. *Man across the sea:* problems of pre-Colombian contacts. Austin, University of Texas Press.
ROBERT, D.; ROBERT, S.; DEVISSE, J. 1970. *Tegdaoust.* Paris, Arts et Métiers Graphiques.
ROBERTS, A. 1976. *A history of Zambia.* Londres, Heinemann.
ROBINEAU, C. 1962. L'lslam aux Comores: une étude culturelle de I'île d'Anjouan.In: VÉRIN, P., ed. *Arabes et islamisés à Madagascar et dans l'océan Indien.* Tananarivo, Vevue de Madagascar. p. 39-56.
ROBSON, J. A. 1959. The Catalan Fleet and the Moorish Sea Power, 1337-1344. *EHR,* (74): 386-408.
ROCKHILL, W. W. 1915. Notes on the Relations and Trade of China with the Eastern Archipelago and the Coast of the Indian Ocean during the Fourteenth Century, Ormuz, Coast of Arabia and Africa. *T'oung Pao,* (15): 419-47; (16): 604-26.
RODNEY, W. 1966. African slavery and other forms of social oppression on the Upper Guinea coast in the context of the Atlantic slave-trade. *JAH,* 7, 3, p. 431-43.
______. 1970. *A history of Upper Guinea coast: 1545-1800.* Oxford, Clarendon Press.
ROMAINS, J. 1963. *Donogoo.* Paris, Gallimard.
ROMANO, R.; TENENTI, A.; TUCCI, U. 1970. Venise et la route du Cap: 1499-1517. In: MÉDITERRANÉE et océan Indien; actes du Sixième Colloque International d'Histoire Maritime. Paris, SEVPEN. p. 109-40.
ROMBAKA, J. P. 1957. *Tantaran-drazana Antaimoro-Anteony :* histoire d'Antemero Anteony Tananarivo, Sparano.
RONCIÈRE, C. de la. Ver RONCIÈRE, C. de.
ROSENBERGER, B. 1964. Autor d'Une Grande Mine d'Argent du Moyen Âge Ma- rocain: Le Jebel Aouam. *H-T,* (5): 15-78.
______. 1970. Les Vieilles Exploitations Minières et les Centres Métallurgiques du Maroc: Essai de Carte Historique. *RGM,* (17): 71-107; (18): 59-102.
ROUCH, J. 1953. Contribution à l'histoire des Songhay. In: BOYER, G. *Un peuple de l'Ouest soudanais:* les Diawara. Dakar. IFAN (Mémoires, 29). p. 141-261.
______. 1954. *Les Songhay,* Paris, PUF.
______. 1960. *La religion et la magie des Songhay.* Paris, PUF.
RUDNER, J. 1968. Strandloper Pottery from South and South-West Africa. *ASAM,* 49 (2): 441-663.
______. & RUDNER, L. 1970. *The hunter and his art:* a survey of rock art in southern Africa. Cidade do Cabo, Struik.

RWANDUSYA, Z. 1972 e 1977. The origin and settlement of people in Bufimbira.
In: DENOON, D., ed. *A history of Kigezi in South-West Uganda.* Kampala, National Trust, Adult Education Centre.

SA'AD, E. 1979. Estudo em *KS,* 1 (4): 52-66.

AL-SA'DĪ' 'ABD AL-RAHMĀN B. 'ABD ALLĀH. 1656. *Ta'rikh al-Sudan;* 1898, ed. O. Houdas e E. Benoist, com trad. francesa de 1900 de O. Houdas, Paris, Leroux, 2 v.; 1964, trad. rev., Paris, Maisonneuve et Larose.

SAIDI, A. 1963. *Contribution à l'histoire almohade:* une prernière expérience d'unité maghrébine. Universidade de Lyon. Tese de doutorado.

AL-SAKHĀWĪ, Muhammad b. 'Abd al-Rahmān. séc. XV. *Kitab al-tibr al-masbuk;* 1897, Cairo.

AL-SALĀWĪ, Shihāb al-Dīn... b. Hammād al-Nāsirī. 1894. *Kitab al-Istiksa li-Akbar Duwal al-Maghrib al-aksa,* Cairo, 4. v.; 1906-7, ed. e trad. parcial E. Fumey. Paris, Leroux (Archives Marocaines, 9-10); 1923-5, ed. e trad. francesa, Paris, Geuthner, 4 v.; 1954-6, ed. e trad. francesa, *Histoire du Maroc,* Casablanca, 9 v.

SALIFOU, A. 1971. *Le Damagaram, ou sultanat de Zinder au Xl Xe siècle.* Niamey, Centre Nigérien de Recherches en Sciences Humaines (Études Nigériennes, 27).

SALMON, M. G. 1904. Essai sur l'Histoire Politique du Nord Marocain. *AM,* (2): 1-99.

SANNEH, L. 1976. The Origin of Clericalism in West African Islam *JAH,* 17 (1): 49-72.

SARTON, G. 1927-48. *Introduction to the history* of *science.* Baltimore, Carnegie Institute. 3 v.

SAYOUS, A. E. 1929. *Le commerce des Européens à Tunis, depuis le XIIe siècle jusqu'à la fin du XVIe siècle.* Paris, Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales.

SCHATZMILLER, W. 1977. Étude d'Historiographie Mérinide: La Nafha al-Nisriniyya et la Hawdat al-Nisrin d'Ibn al-Ahmar. *Arabica,* 24 (3): 258-68.

SCHAUBE, A. 1906. *Handelsgeschichte der romanischen Völker des Mittelmeergebiets bis zum Ende der Kreuzzüge.* Berlim, Oldenbourg.

SCHEFER, C., ed. 1892. *Le voyage d'outre-mer de Bertrandon de La Brocquière.* Paris, Leroux.

SCHLÜTER, H. 1972. *Index libycus:* bibliography of Libya, 1958-1969, with supplementary material 1915-1956. Boston, Hall.

______. 1979. *Index libycus:* bibliography of Libya 1970-1975, with supplementary material. Boston, Hall.

SCHOFIELD, J. F. 1948. *Primitive pottery;* an introduction to South African ceramics, prehistoric and protohistoric. Cidade do Cabo, South African Archaeological Society (Handbook Series, 3).

SCHOONRAAD, M. ed. 1971. *Rock paintings* of *South Africa.* South African Journal of Science, supplement 2.

SCHWARZ, E. H. L. 1938. The Chinese Connections with Africa. *JRASB,* (5): 175-93.

SCHWEEGER-HEFEL, A.-M. & STAUDE, W. 1972. *Die Kurumba von Lurum:* Monographie eines Volkes aus Obervolta (West-Afrika). Viena, Schendl.

SCULLY, R. T. K. 1978a. *Phalaborwa oral tradition.* State University of New York, Binghamton. Tese de doutorado.

______. 1978b. Report on South Africa. *NAk,* (13): 24-5.

SERGEW HABLE SELASSIE. 1972. *Ancient and medieval Ethiopian history to 1270.* Adis Abeba, United Printers.

SERJEANT, R. B. 1963. *The Portuguese Off the South Arabian coast:* Hadrami chronicIes with Yemeni and European accounts of Dutch pirates off Mocha in the seventeenth century. Oxford, Clarendon Press.

SERRA RAFOLS, E. s. d. Los Mallorquinas en Canarias. *RHC,* 7 (54): *195-209.*

SHAW, T. 1970. *Igbo-Ukwu:* an account of archaeological discoveries in eastern Nigeria. Londres, Faber and Faber para o Institute of African Studies, Ibadan. 2 v.

______. 1973. A Note on Trade and the Tsoede Bronzes. *WAJA,* (3): 233-8.

______. 1978. *Nigeria, its archaeology and early history.* Londres, Thames and Hudson.

SHAW, W. B. K. 1936. The Ruins at Abu Sufyan. *SNR,* (19): 324-6.

SHINNIE, P. L. 1965. New Light on Medieval Nubia. *JAH,* 6 (3): 263-73.
______, ed. 1971 a. *The African Iron Age.* Oxford, Clarendon Press.
______. 1971b. The culture of medieval Nubia and its impact on Africa. In: HASAN, Y. F., ed. *Sudan in Africa.* Cartum, Khartoum University Press. p. 42-50.
______. & CHITTICK, H. N. 1961. *Ghazali:* a monastery in the northern Sudan. Cartum, Sudan Antiquities Service (Occasional Papers, 5).
SHORTER, A. 1968. The Kimbu, In: ROBERTS, A. ed. *Tanzania before 1900.* Nai- robi, EAPH. p. 96-116.
SILVA, A. Franco. 1979. *La esclavitud en Sevilla y su tierra a fines de la Edad Media.* Sevilha, Diputación Provincial de Seville.
SIRÉ-ABBÂS-SOH. 1913. *Chroniques du Foûta sénégalais.* Ed. por M. Delafosse e H. Gaden. Paris, Leroux (Collection de la Revue du Monde Musulman).
SKINNER, D. E. 1978. Mande Settlement and the Development of Islamic Institu- tions in Sierra Leone. *IJAHS,* (11): 32-62.
SKINNER, E. P. 1957. An Analysis of the Political Organization of the Mosi People. *TNYAS,* 19 (8): 740-50.
______. 1958. The Mosi and the Traditional Sudanese History: *JNH,* 43 (2): 121-31.
______. 1962. Trade and markets among the Mosi people. In: BOHANNAN, P. & DALTON, G. eds. *Markets in Africa.* Evanston, Northwestern University Press. p. 237-78.
SKINNER, N. 1968. The Origin of the Name Hausa. *Africa-(L),* 38 (3): 253-7.
SLAOUI (Slāwī). Ver AL-SALĀWĪ.
SMITH, H. F. C. (Abdullahi). 1961. A Further Adventure in the Chronology of Katsina. *BHSN,* 6 (1): 5-7.
______. 1970a. Some Considerations Relating to the Formation of States in Hausaland. *JHSN,* (5-3): 329-46.
______. 1970b. Some notes on the history of Zazzau under the Hausa king's. In: MORTIMORE, M. J., ed. *Zaria and its region, a Nigerian savanna city and its environs.* Zaria, Ahmadu Bello University, Department of Geography (occasional paper 4). p. 82-10 1.
______· 1971. The early states of central Sudan. In: AJAYI, J. F. A. & CROWDER, M., eds. *History of West Africa.* Londres, Longman, v. 1, p. 158-20l.
______. 1979. The contemporary significance of the academic ideais of the Sokoto Jihad. In: USMAN, Y. B., ed., 1979a. (q.v.), p. 242-60.
SMITH, M. G. 1959. The Hausa System of Social Status. *Africa-(L),* 29 (3): 239-52.
______. 1960. *Government in Zazzau, 1800-1950.* Londres, OUP para IAI.
______. 1964a. The beginnings of Hausa society. In: ______. *The Historian in Tropical Africa.* Londres, OUP para IAI. p. 348 et seq.
______· 1964b. Historical and Cultural Conditions of Political Corruption among the Hausa. *CSSH,* 6 (2): 164-94.
SNELLOW, I. 1964. Die Stellung der Slaven in der Hausa-Gesellschaft. *MIO, 10 (1): 85-102.*
SOH, S. A. Ver SIRÉ-ABBÂS-SOH.
SOUTHALL, A. W. 1954. Alur Tradition and Its Historical Significance. *UJ,* (18): 137-65.
STANLEY OF ALDERLEY LORD. Ver ALVARES, F., 1881.
STAUDE, W. 1961. La Légende Royale de Kouroumba. *JSA,* 31 (2): 209-59.
STEENBERGHEN, F. van. 1946. *Aristote en Occident...* Louvain, Institut Supérieur de Philosophie.
STEIGER, A. 1941. Ver ALFONSO X, el Sabio.
STEWART, J. M. 1966. Akan History: Some Linguistic Evidence. *GNQ,* (9): 54-7.
STORBECK, F. 1914. *Die Berichte der arabischen Geographen des Mittelalters über Östafrika.* Berlim, Humboldt University (Mitteilungen des Seminars für orientalische Sprachen, 18, 2).
STOW, G. W. 1905. *The native races of South Africa:* a history of the intrusion of the Hottentots and Bantu. Londres, Sonnenschein/Nova York, Macmillan.
STRANDES, J. 1899. *Die Portugiesenzeit von Deutsch- und English Östafrika.* Berlim, Reimer; 1961, trad. inglesa J. F. Wallwork, *The Portuguese period in East Africa,* Nairobi, East African Literature Bureau.

STRONG, S. A. 1895. History of Kilwa, from ao Arabic Manuscript. *JRAS,* (14): 385-430.
SULZMANN, E. 1959. Die Bokope Herrschaft der Bolia. *ARSP,* 15 (3): 389-417.
SUMMERS, R. 1960. Environment and Culture in Southern Rhodesia. *PAPS, 104* (3): 266-92.
______. 1963. *Zimbabwe, a Rhodesian mystery.* Johannesburg/Nova York, Nelson.
______. 1969. Ancient Mining in Rhodesia. *MNMMR, (3).*
SUTER, H. 1900. *Die Mathematiker und Astronomen der Araber und ihre Werke.* Leipzig, Teubner.
SUTTON, J. E. G. 1972. New Radiocarbon Dates for Eastern and Southern Africa. *JAH,* 13 (1): 1-24.
______. 1976, 1977. Iron working around Zaria. *Zaria Archaeological Papers,* n. 8, e Addendum to n. 8, Zaria.
______. 1979. Towards a Less Orthodox History of Hausaland. *JAH,* (2): 179-201.
______. & Roberts, A. D. 1968. Uvinza and Its Salt Industry. *Azania,* (3): 45-86.
SYKES, J. 1959. The Eclippe at Buharwe. *UJ,* 23 (1): 44-50.
SYLLA DJIRI. 1975. Estudo apresentado no Premier Colloque International de Ba- mako. Paris, Fondation SCOA pour la Recherche Scientifique en Afrique Noire.
SZOLC, P. 1977. Die Konsequenzen der Isamisierung in Kordofan: Bemerkungen und Beobachtungen zum religiösen Wandel. *Am, 10* (1): 51-67.
TALBI, M. 1954. Quelques Données sur Ia Vie en Occident Musulmann d'aprés un Traité de *Hisba* du XVᵉ Siêècle, *Arabica,* 1 (3): 294-306.
______. 1966. *L'émirat aghlabide 184/296-800/909.* Paris, Maisonneuve.
______. 1973. Ibn Khaldun et l'histoire. In: SECUNDO COLOQUIO HISPÁNICO-TUNECINO DE ESTUDIOS HISTÓRICOS. *Actas del...* Madri, Instituto Hispánico-Arabe de Cultura. p. 63-90.
TAMAKLOE, E. F. 1931. *A brief history of the Dagbamba people.* Accra, Government Printer.
TAMRAT, T. 1972a. *Church and state in Ethiopia:* 1270-1527. Oxford, Clarendon Press.
______. 1972b. A Short Note on the Traditions of Pagan Resistance to the Ethiopian Church, Fourteenth and Fifteenth Centuries. *JES, 10* (1): 137-50.
______. 1974. Problems of royal succession in fifteenth century Ethiopia. In: QUARTO Congresso Internazionale di Studi Etiopici. Roma, Accademia Nazionale dei Lincei. p. 526-33.
TANGHE, B. 1929. *De Ngbandi:* geschiedkundige bijdragen. Bruges, Walleyn.
TAUXIER, L. 1917. *Le noir du Yatenga:* Mossis, Nioniossés, Samos, Yarsés, Silmi- -Mossis, Peuls. Paris, Larose.
______. 1921. *Le noir de Bondoukou:* Bondoukous, Koulangos-Dyoulas, Abrons. Paris, Larose.
______. 1924. *Nouvelles notes sur le Mossi et le Gourounsi.* Paris, Larose.
______. 1932. *Religion, moeurs et coutumes des Agnis de la Côte-d'Ivoire (Indenie et Sanwi).* Paris, Geuthner.
TAYLOR, B. K. 1962. *The western lacustrine Bantu.* Londres, OUP para o IAI (Ethnographic Survey of Africa, East Central Africa, pt. 13).
LES TELLEM et les Dogon Mali. 1973. Catalogue de l'exposition du 9 juin au 23 août 1973, Galerie Numaga.
TEMPLE, O. S. M. 1922. *Notes on the tribes, provinces, emirates and states of the northern provinces of Nigeria.* Lagos, CMS Bookshop/Exeter, J. Townsend; 1967, reimpressão, Londres, Cass.
TERRASSE, H. 1949-50. *Histoire du Maroc des origines à l'établissement du protectorat français.* Casablanca, Atlantides. 2 v.
______. 1958. *Islam d'Espagne* une rencontre de l'Orient et de l'Occident. Paris, Plon.
THODEN, R. 1973. *Abu'l-Hasan Ali*: Merinidenpolitik zwischen Nordafrika und Spanien in den Jahren 710-752, 1310-1351. Friburgo, Schwartz (Islamische Untersuchungen, 21).
THOMPSON, L. ed. 1969. *African societies in southern Africa:* historical studies. Londres, Heinemann/Nova York, Praeger.
THURSTAN SHAW. Ver SHAW, T.
TIBBETTS, G. R. 1961. Arab Navigation in the Red Sea. *GJ, 127* (3): 322-34.

TIBBETTS, G. R. 1969. *The navigational theory of the Arabs in the fifteenth and sixteenth centuries.* Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar (Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, série separata, 36).
______, ed. 1971. *Arab navigation in the Indian Ocean before the coming of the Portuguese.* Londres, RASGBI (Oriental Translation Fund, n. especial, 42).
AL-TIDJĀNI. séc. XIV. *Rihla;* trad. francesa parcial A. Rousseau, Voyage du Scheikh el-Tidjani dans la régence de Tunis, pendant les années 706, 707 et 708 de l'hégire (1306-1307), *JA,* série 4, : 57-208; série 5, (1): 102-68, 354-424.
TIENDREBEOGO, Y. 1964. *Histoire et coutumes royales des Mossi de Ouagadougou.* Uagadugu, Naba.
TOLMACHEVA, M. A. 1969. Vostochnoe poberezh'e Afriki v arabskoi geografisches- koi literature. In: STRANY i narody Vostoka. Moscou, Nauka; Strany i narody Afriki. Akademiia naud SSSR (Vostochnaia komissiia geografischeskogo obsh- chsteva SSSR, 9). p. 268-96.
TONNOIR, R. 1970. *Giribuma:* contribution à l'histoire et à la petite histoire du Congo équatorial. Tervuren, Musée Royal de l'Afrique Centrale (Archives d'Ethnographie, 14).
TOUSSAINT, A. 1961. *Histoire de l'océan Indien.* Paris, PUF (Peuples et Civilisations d'Outre-Mer, 4).
______. 1972. *Histoire des îles mascareignes.* Paris, Berger-Levrault.
TREMEARNE, A. J. N. 1913. *Hausa superstitions and customs:* an introduction to the folklore and the folk. Londres, Bale and Daniels.
TRIAUD, J. L. 1973. *Islam et sociétés soudanaises au Moyen Âge:* étude historique.
Paris, Collège de France (Recherches Voltaïques, 16).
TRIMINGHAM, J. S. 1949. *Islam in the Sudan.* Londres, OUP.
______. 1962. *A history of Islam in West Africa.* Londres, OUP.
______. 1964. *Islam in East Africa.* Oxford, Clarendon Press.
TUBIANA, M. J. 1964. *Survivances préislamiques en pays zaghawa.* Paris, Institut d'Ethnologie (Travaux et Mémoires, 67).
TURAIEV, B. ed. 1906. *Vitae sanctorum Indigenarum: I: Acta* S. *Eustathii.* Corpus scriptorum christianorum orientalium, 32, Scriptores Aethiopici, 15, Paris.
AL 'UMARĪ, Ibn Fadl Allāh. séc. XIV. *al-Ta'rif bi'l-mustalab al-sharif;* 1894, Cairo. · séc. XIV. *Masalik al-absar fi Mamalik al-amsar;* 1924, Cairo; 1927, trad. Gaudefroy-Demombynes, *L'Afrique moins l'Égypte,* Paris, Geuthner (Bibliothèque des Géographes Arabes, 2).
______· séc. XIV; 1975, trad. francesa in: CUOQ, J.-M. (q.v.), p. 254-89.
UNESCO. 1980a. *Relations historiques à travers l'océan Indien:* compte rendu de la réunion d'experts de 1974. Paris, Unesco (Histoire Générale de l'Afrique – Études et Documents, 3).
______· 1980b. *L'Historiographie de l' Afrique australe:* compte rendu et documents de travail de la réunion d'experts de 1977. Paris, Unesco (Histoire Générale de l'Afrique – Études et Documents, 4).
______. *New York Graphic Society*. 1961. *Ethiopia:* illuminated manuscripts. Nova York.
URVOY, Y. 1949. *Histoire de l'empire de Bornou.* Dakar, IFAN (Mémoires, 7) / Paris, Larose; 1968, Amsterdam, Swets and Zeitlinger.
USMAN, Y. B. 1972. Some Aspects of the External Relations of Katsina before 1804. *Savanna,* 1 (2): 175-97.
______, ed. 1979a. *Studies in the history of the Sokoto caliphate*: the Sokoto Seminar papers. Zaria, Ahmadu Bello University, Department of History for the Sokoto Caliphate Bureau.
______. 1979b. The transformation of politicalcommunities: some notes on a significant dimension of the Sokoto Jihad. In: –, ed., 1979a (q.v.), p. 34-58.
VALETTE, J., ed. 1964. *Madagascar vers 1750 d'après un manuscrit anonyme.* Tana- narivo, Imp. Nationale.
VAN DER MERWE, N. J. & SCULLY, R. T. K. 1971-2. The Phalaborwa Story: Archaeological and Ethnographic Investigation of a South African Iron Age Group. *WA,* 3 (3): 178-96.
VAN SERTIMA, I. 1976. *They came before Columbus.* Nova York, Random Press.
VANSINA, J. 1960. *L' évolution du royaume Rwanda des origines à 1900.* Bruxelas (Mémoires de l'Académie des Sciences d'Outre-Mer, Classe des Sciences Morales et Politiques, n. especial, 26, 2).

VANSINA, J. 1966a. *Introduction à l'ethnographie du Congo.* Kinshasa, Université Lovanium/Bruxelas, Centre de Recherches et d'Informations Sociopolitiques.
______. 1966b. *Kingdom of the savanna.* Madison, University of Wisconsin Press.
______. 1966c. More on the Invasions of Kongo and Angola by the Jaga and the Lunda. *JAH,* 7 (3): 421-9.
______. 1969. The Bells of Kings. *JAH, 10* (2): 187-97.
______. 1971. Inner Africa. In: BOAHEN, A. A. et al. eds. *The horizon history of Africa.* Nova York, Heritage Printing. p. 260-303.
______. 1973. *The Tio kingdom of the Middle Congo, 1880-1892.* Oxford, OUP para o IAI.
______· 1974. Probing the Past of the Lower Kwitu Peoples (Zaire). *Paideuma,* (19): 332-64.
______· 1978. *The children of Woot:* a history of the Kuba peoples. Madison, University of Wisconsin Press.
VEDDER, H. 1938. *South-West Africa in early times:* being the story of South-West Africa up to the date of Maharero's death in 1890. Londres. Trad. inglesa do orig. alemão. 1966, reimpressão. Nova York, Barnes and Noble.
VELGUS, V. 1969. Issledovanie nekotorykh spornykh voprosov istorii morekhodstva y Indiiskom okeane. Études de quelques points controversés dans l'histoire de Ia navigation dans l'Océan indien. In: AFRICANA. Etnografiia, istoriia, lingvis- tika. Leningrado, Akademia Nauk SSSR. (Trudy Instituta ethnograffii im. N. N. Miklukho-Maklaia, n. especial, 93, Afrikanskii etnografskii sbornik, 7). p. 127-76.
VERHULPEN, E. 1936. *Baluba et balubaises du Katanga.* Anvers, Édition de l'Avenir Belge.
VÉRIN, P. 1967a. Les Antiquités de l'Île d'Anjouan. *BAM,* 45 (1): 69-80.
______.ed, 1967b. *Arabes et islamisés à Madagascar et dans l'océan Indien.* Tananarivo, Revue de Madagascar.
______.1972. Histoire du Nord-Ouest de Madagascar. *Taloha,* (5). Número especial.
______.1975. *Les échelles anciennes du commerce sur les côtes de Madagascar.* Lille, Universidade de Lille. 2 v.
______. 1980. Les apports culturels et la contribution africaine au peuplement de Madagascar. In: UNESCO, 1980a. (q. v.), p. 103-24.
______; KOTTACK, C. P.; GORLIN, P. 1966. The Glotto-Chronology of Malagasy Speech Communities. *OL,* (8): 26-83.
VERLINDEN, C. 1955a. *L'esclavage dans l'Europe médiévale.* v. 1: Péninsule Ibérique, France. Bruges, de Tempel.
______. 1955b. Navigations, Marchands et Colons Italiens au Service de la Découverte et de la Colonisation Portugaise sous Henri le Navigateur. *MA,* 44 (4): 467-98.
______. 1961. Les Découvertes portugaises et la collaboration italienne d'Alphonse IV à Alphonse V. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS. *Atas do...* Lisboa. 6 v., v. 3, p. 593-610.
______. 1962. La Crête, débouché et plaque tournante de la traite des esclaves aux XIV[e] et XV[e] siècles, In: STUDI in onore di Amintore Fanfani. Milão, Giuffrè,
______. 1966a. Esclavage noir en France méridionale et courants de traite en Afrique. *Annales du Midi,* (128): 335-443.
______. 1966b. Les Gênois dans la Marine Portugaise avant 1385. *SHG,* (41).
______. 1967. Les débuts de la traite portugaise en Afrique: 1433-1448. In: MISCELLANEA medievalia in memoriam Jan Frederick Niermeyer. Groningen, Wolters. p. 365-77.
______. 1977. *L'esclavage dans l'Europe médiévale.* v. 2: *Italie, colonie italienne du Levant, Levant latin, empire byrantin,* Bruges, de Tempel.
VERLY, R. 1977. Le Roi Divin chez les Ovimbundu et les Kimbudu de l'Angola. *zaïre* 9 (7): 675-703.
VERNET, J. 1958. La Carta Magrebina. *BRAH,* 142 (2): 495-533.
VERNIER, E. & MILLOT, J. 1971. *Archéologie malgache:* comptoirs musulmans. Paris. Musée National d'Histoire Naturelle (Catalogue du Musée de l'Homme, série F, Madagascar, 1).

VIAGEM de Lisboa à ilha de S. Tomé, escrita por um piloto português. 1940. Trad. S. F. de Mendo Trigoso. Lisboa, Portugalia Editora (Biblioteca das grandes viagens, 2).
VIANES, S. & DESCHAMPS, H. J. 1959. *Les Malgaches du Sud-Est:* Antemoro, Antesaka, Antambahoaka, peuples de Faragangana. Paris, PUF.
VIDAL, J. 1924. La Légende Officielle de Soundiata, Fondateur de l'Empire Man- dingue. *BCERSAOF,* (2): 317_c28.
VIDAL, P. 1969. *La civilization mégalithique de Bouar:* prospection et fouilles 1962- -1966. Paris, Firmin-Didot Recherches Oubanguiennes, 1.
______. & DAVID, N. 1977. La Civilisation Megalithique de Bouar. *NAk,* (2): 3-4.
______. 1974. *Or et monnaie dans l'histoire, 1450-1920.* Paris, Flammarion.
VINNICOMBE, P. 1976. *People of the eland:* rock paintings of the Drakensberg Bushmen as a reflection of their life and thought. Natal, University of Natal Press.
VIRÉ, M. M. 1959. Stèles Funéraires Musulmanes Soudano-Sahariennes. *BIFAN,* XXI, B, (3-4): 459-500.
VOGEL, J. O. 1971. *Kamangoza:* an introduction to the Iron Age cultures of the Victoria Falls region. Londres/Nova York, OUP para o National Museum of Zambia (Zambia Museum Papers, 2).
VOGT, J. L. 1973. The Lisbon Slaves House and African Trade: 1486-1-521. *PAPS, 107* (1): 1-16.
VOLL, J. O. 1978. *Historical dictionary of the Sudan.* Metuchen, Scarecrow Press (African Historical Dictionary, 17).
WANNYN, R. L. 1961. *L'art ancien du métal au Bas-Congo,* Champles, Éditions du Vieux Planquesaule.
WANSBROUGH, J. 1968. The Decolonization of North African History. *JAH, 9* (4): 643-50.
AL-WANSHĀRĪSĪ, Ahmad ibn Yahyā, séc. XV. *Kitab al-mi'yar;* 1896-8, Fez, 12 v.; 1908-9, trad. francesa E. Amar, *La pierre de touche de fetwas (Kitda al-mi'yar),* Paris, Leroux (Archives Marocaines, 12-3).
WATSON, A. M. 1967. Back to Gold and Silver. *ECHR,* (20): 1-67.
WATT, W. M. 1972. *The influence of Islam on medieval Europe.* Edimburgo, Edinburgh University Press (Islamic Survey, 9).
WAUTERS, G. 1949. *L'ésotérie des Noirs dévoilée.* Bruxelas, Éditions Européennes.
WEBSTER, J. B. 1978. *A history of Uganda before 1900.* Nairobi.
WERNER, A. 1914-5. A Swahili History of Pate. *JAS,* (14): 148-61,278-97,392-413.
WESTERMANN, D. 1952. *Geschichte Africa:* Staatenbildungen südlich der Sahara. Colônia, Greven Verlag.
______. 1957. Ver BAUMANN, H.
______. & BRYAN, M. A. 1970. *Languages of West Africa.* Folkestone, Dawsons (Hand, book of African Languages, pt. 2).
WESTPHAL, E. O. 1963. The Linguistic Prehistory of Southern Africa: Bush, Kwadi, Hottentot and Bantu Linguistic Relationships. *Africa*-(L), (33): 237-65.
WEYDERT, J. 1938. *Les Balubas chez eux:* étude ethnographique. Luxemburgo, Heffmgen.
WHEATLEY, P. 1954. The land of Zanj: exegetical notes on Chinese knowledge of East Africa prior to AD 1500. In: STEEL, R. W., ed. *Geographers and the tropics:* Liverpool essays. Londres, Longman. p. 139-88.
______. 1959. Geographical Notes on Some Commodities Involved in Maritime Trade. *JMBRAS,* (32): 111-2.
WHEELER, A. 1971. Kitagwenda: a Babito kingdom in southern Toro. Kampala (Makerere Seminar Paper, 4).
WIENER, L. 1920-2. *Africa and the discovery of America.* Filadélfia, Innes. 3 v.
WIET, G. 1937. L'Égypte arabe, de la conquête arabe à la conquête ottomane, 647-1517 de l'ère chrétienne. In: HANOTAUX, G. ed. *Histoire de la nation égyptienne.* Paris, Société de l'Histoire Nationale. v. 4.
______. 1951-2. Les Roitelets de Dhalak. *BIE,* (34): 89-95.

WIET, G. & HAUTECOEUR, L. 1932. *Les mosquées du Caire.* Paris.
WILCOX, A. R. 1971. Domestic cattle in Africa and a rock art mystery. In: ROCK PAINTINGS OF SOUTHERN AFRICA. SAJS, : 44-8. Número especial.
______. 1975. Pre-Colombian Intercourse between the Old World and the New: Consideration from Africa. *SAAB,* (30): 19-28.
WILLETT, F. 1962. The Introduction of Maize into West Africa; An Assessment of Recent Evidence. *Africa-(L)*, 32 (1): 1-13.
______. 1967. *Ife in the history of West African sculpture.* Londres, Thames and Hudson/Nova York, McGraw-Hill.
WILSON, A. 1972. Long distance trade and the Luba Lomani empire. *JAH, 13* (4): 575-89.
WILSON, M. 1959a. *Communal rituais of the Nyakyusa.* Londres, OUP para o IAI.
______. 1959b. The Early History of the Transkei and Ciskei. *AS, 18* (4): 167-79.
______. 1969a. Changes in social structure in Southern Africa: the relevance of kinship studies to the historian. In: THOMPSON, L., ed. *African societies in Southern Africa.* Londres, Heinemann. p. 71-85.
______. 1969b. The Nguni people. In: ______. & THOMPSON, L., eds. 1969, 1971 (q.v.), v. 1.
______. 1969c. The Sotho, Venda and Tsonga. In: ______. & THOMPSON, L., eds. 1969, 1971 (q. v.), v. 1, p. 131-86.
______. & THOMPSON, L., eds. 1969, 1971. *The Oxford history of South Africa.* Oxford, Clarendon Press. 2 v.
WITHERS-GILL, J. 1924. *The Moshi tribes:* a short history. Accra, Legon University.
WITTE, C. M. de. 1956. Une Ambassade Éthiopienne à Rome en 1450. *OCP, 22* (3-4): 286-98.
WOLDE-MARIAM, M. 1970. *An atlas of Africa.* Adis-Abeba.
WONDJI, C. 1974. Conclusion. In: COLÓQUIO DE BONDUKU. *Atas do...*
WRIGHT, T. 1977; Observation sur l'évolution de la céramique en Imérina centrale. In: COLLOQUE de l'Académie Malgache.
______. & Kus, S. 1977. Archéologie régionale et organisation sociale ancienne de l'Imérina central. In: CoLLOQUE de l'Académie Malgache.
WRIGHT, W., ed. 1877. *Catalogue of the Ethiopic manuscripts in lhe British Museum acquired since the year* 1847. Londres, British Museum, Department of Oriental Printed Books and Manuscripts.
WRIGLEY, C. 1958. Some thoughts on the Bachwezi. *UJ,* 22 (1): 11-21
______. 1959. Kimera. *UJ,* 33 (1): 38-43.
______. 1973. The Story of Rukidi. *Africa-(L)*, 43 (3): 219-31.
______. 1974. Myths of the Savanna. *JAH,* 15 (1): 131-5.
WYLIE, K. C. 1977. *The political kingdoms of lhe Temhe:* Temne government in Sierra Leone, 1825-1910. Londres/Nova York, Africana Publications.
YAHYĀ B. ABI BAKR, Abū Zakariyyā'. 1878. *Chronique d'Abou Zakaria.* Trad. E. Masqueray. Argel, Allaud.
AL-YA'KŪBĪ AHMAD B. ABĪ YA'KŪB. séc. IX. *Kitab al-Buldan;* 1870-94, ed. M. J. de Goeje, in: BIBLIOTHECA geographorum Arabicorum, Leide, Brill; 1937, ed. e trad. G. Wiet, *Les pays,* Cairo (Publications de l'Institut Français d'Archéologie Orientale, Textes et Traductions d'Auteurs Orientaux, 1).
YĀKŪT B. 'ABD ALLĀH AL-HAMAWĪ. séc. XIII. *Mu'djam al-Buldan;* 1866-73, ed. J. F. Wüstenfeld, *Jacut's geographisches Wörterbuch,* Leipzig, Brockhaus, 6 v., v. 5, p. 75-6, 302-699.
YODER, J. C. 1977. *A people on the edge of empires:* a history of the Kanyok of central Zaïre. Northwestern University. Tese de doutorado.
YOUNG, M. W. 1966. The Divine Kingship of the Jukun: A Re-Evaluation of Some Theories. *Africa-(L),* 36 (2): 135-53.
YŪSUF KAMĀL. 1926-51. *Monumenta cartographia Africae et Aegypti.* Cairo. 5 v.
YVER, G. 1903. *Le commerce et les marchands dans l'ltalie méridionale au XIII^e^ et au XIV^e^ siècles.* Paris, Fontemoing.

ZAHAN, D. 1961. Pour Une Histoire des Mossi du Yatenga. *L'Homme,* 1 (2): 5-22.
ZANZIBAR and the East African coast: Arabs, Shirazi and Swahili. Londres, IAI (Ethnographic Survey of Africa, East Central Africa, pt 12).
AL-ZARKASHĪ, Muhammad b. Ibrāhim. 1872. *Ta'rikh al-dawlatayn.* Túnis; 1895, trad. francesa E. Fagnan, *Chronique des Almohades et des Hafçides,* Constantine, Braham.
ZELTNER, J. C. 1970. Histoire des Arabes sur les Rives du Lac Tchad. *AUA,* F, 3 (2): 109-237.
ZOUBER, M. 1977. *Ahmad Baba de Tombouctou,* 1556-1627: sa vie, son oeuvre. Paris, Maisonneuve et Larose (Publications du Département d'Islamologie de l'Université de Paris-Sorbonne, 3).
ZUNON GNOBO, J. 1976. Le Rôle des Femmes dans le Commerce Pré-Colonial à Daloa. *Godo-Godo,* (2): 79-105.
ZURARA, G. E. de. 1896, 1899. *Crônica dos feitos de Guiné* [*The chronicle of the discovery and conquest of Guinea*]. Ed. e trad. inglesa C. R. Beazley e E. Prestage. Londres, Hakluyt Society, 2 v.; 1949, *Crônica dos feitos de Guiné,* Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colônias; 1960, trad. francesa L. Bourdon, *Gomes Eanes de Zurara, Chronique de Guinée,* Dakar, IFAN (Mémoires, 1).

Ao disponibilizar a Síntese da *Coleção História Geral da África*, a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) possibilitam ao leitor uma ampla visão sobre os assuntos contidos na íntegra da Coleção. A Síntese, em seus dois volumes, apresenta eixos e fundamentos que proporcionam o conhecimento sobre a riqueza das contribuições dos povos africanos para a humanidade, bem como sua influência na formação social, política e econômica do Brasil. A diversidade dos seus conteúdos contribui para que leitores de distintas áreas de conhecimento e de diferentes perfis possam se beneficiar. Propicia, ainda, a institucionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que regulamentam a Lei nº 10.639/2003.

A publicação da edição em português da *Coleção História Geral da África* e de sua Síntese confere visibilidade à verdadeira História da África que, durante muito tempo, em função de mitos e preconceitos de toda espécie, foi ocultada para o mundo. As sociedades africanas eram vistas como sociedades que não podiam ter história. Apesar dos importantes trabalhos realizados desde as primeiras décadas do século XX, por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de estudiosos não africanos, presos a certos postulados, afirmava que essas sociedades não podiam ser objeto de estudos científicos, devido, sobretudo, à ausência de fontes e de documentos escritos.

De fato, havia uma recusa a se considerar o povo africano como criador de culturas originais, que floresceram e se perpetuaram pelos séculos por caminhos próprios, as quais os historiadores, a menos que abandonem certos preconceitos e renovem seus métodos de abordagem, não poderão apreender.

A situação evoluiu muito a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e, em particular, desde que os países africanos, tendo conquistado sua independência, começaram a participar ativamente da vida da comunidade internacional e dos intercâmbios que ela implica. Um número crescente de historiadores tem se empenhado em abordar o estudo da África com maior rigor, objetividade e imparcialidade, utilizando, com as devidas precauções, fontes africanas originais. No exercício do seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentiram profundamente a necessidade de restabelecer, em bases sólidas, a historicidade das suas sociedades.

Os especialistas de vários países que trabalharam na elaboração da *Coleção História Geral da África* tiveram o cuidado de questionar as excessivas simplificações provenientes de uma concepção linear e restritiva da história universal e de restabelecer a verdade dos fatos, sempre que necessário e possível. Esforçaram-se por resgatar os dados históricos que permitissem um melhor acompanhamento da evolução dos diferentes povos africanos, em seus contextos socioculturais específicos.

Nesse sentido, a *História Geral* traz à luz tanto a unidade histórica da África quanto suas relações com os outros continentes, sobretudo as Américas e o Caribe. Durante muito tempo, as manifestações criativas dos descendentes de africanos nas Américas foram isoladas por certos historiadores em um agregado heterogêneo de *africanismos*. Desnecessário dizer que tal não é a atitude dos autores desta obra. Nela, a resistência dos escravos deportados para as Américas, a "clandestinidade" política e cultural dos descendentes de africanos, sua participação constante e maciça nas primeiras lutas pela independência, bem como nos movimentos de libertação nacional, são entendidas em sua real significação: foram vigorosas afirmações de identidade, que contribuíram para forjar o conceito universal de *humanidade*.

Outro aspecto ressaltado na obra são as relações da África com o sul da Ásia, pelo Oceano Índico, assim como as contribuições africanas a outras civilizações, por um processo de trocas e influências mútuas.

Avaliando o atual estágio dos conhecimentos sobre a África, propondo diferentes pontos de vista sobre as culturas africanas e oferecendo uma nova leitura da história, a *História Geral da África* tem a indiscutível vantagem de revelar tanto a luz quanto a sombra, sem dissimular as divergências de opinião que existem entre os estudiosos.